00100.225283/2024-58

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIX SUP. B AO Nº 206, TERÇA-FEIRA, 3 DE DEZEMBRO DE 2024

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)
2º Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)
2º Secretário

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1ª - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)
2ª - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)
3º - Senador Dr. Hiran (PP-RR)
4º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

1.1.1 – SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS

Ata da 2ª Reunião, realizada em 12 de Novembro de 2024 6

1.2 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 32ª Reunião, Ordinária, realizada em 23 de Outubro de 2024 68

Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de Outubro de 2024 110

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de Outubro de 2024 142

Ata da 35ª Reunião, Ordinária, realizada em 30 de Outubro de 2024 194

Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de Outubro de 2024 277

Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de Outubro de 2024 316

Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Novembro de 2024 376

Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Novembro de 2024 447

1.3 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Ata da 62ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de Outubro de 2024 494

Ata da 63ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de Outubro de 2024 562

Ata da 64ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de Outubro de 2024 603

Ata da 65ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Novembro de 2024 642

Ata da 66ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Novembro de 2024 684

Ata da 67ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Novembro de 2024 723

Ata da 68ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de Novembro de 2024 764

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.225283/2024-58

Ata da 69ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Novembro de 2024 809

Ata da 70ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Novembro de 2024 850

1.4 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Julho de 2024 903

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Novembro de 2024 936

1.5 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Novembro de 2024 980

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de Novembro de 2024 1041

1.6 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de Outubro de 2024 1079

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de Outubro de 2024 1111

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Novembro de 2024 1134

1.7 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Agosto de 2024 1159

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Novembro de 2024 1167

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Novembro de 2024 1189

1.8 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de Setembro de 2024 1211

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Setembro de 2024 1264

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de Outubro de 2024 1273

1.9 – COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Julho de 2024 1303

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Novembro de 2024 1348

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de Novembro de 2024 1351

1.10 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de Outubro de 2024 1385

Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Novembro de 2024 1422

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

1.10.1 – SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DISCUTIR E ANALISAR O MERCADO DE ATIVOS AMBIENTAIS BRASILEIROS

Ata da 5ª Reunião, realizada em 22 de Agosto de 2024 1430

1.11 – COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de Outubro de 2024 1479

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de Outubro de 2024 1493

1.12 – COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de Outubro de 2024 1522

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Novembro de 2024 1534

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de Novembro de 2024 1561

1.13 – COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Outubro de 2024 1585

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de Outubro de 2024 1664

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e dez minutos do dia doze de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Alan Rick e Flávio Arns, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Izalci Lucas, Augusta Brito, Wilder Morais, Angelo Coronel e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência anuncia a presença de diversas instituições no Plenário da Audiência. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 88/2024 - CAS, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Finalidade:** Debater a normatização do acesso das pessoas com doenças raras a medicamentos, dispositivos médicos e tecnologias no âmbito do SUS. **Participantes:** Ricardo Emílio Pereira Salviano, Defensor Público Federal; Messias Alves Trindade, Diretor da 2ª Diretoria da AudSaúde do Tribunal de Contas da União; Antoine Daher, Presidente da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras (FEBRARARAS); Regina Próspero, CEO da Aliança Brasileira de Associações e Grupos de Apoio a Pessoas com Doenças Raras (Aliança Rara); Priscila Gebrim Louly, Coordenadora-Geral de Avaliação de Tecnologias em Saúde do Ministério da Saúde; e Renato Benine, Diretor de Relações Governamentais do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma). **Resultado:** Realizada. Antes de encerrar a reunião, a presidência submete à Subcomissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e sete minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves

Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/12

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Boa tarde.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 88, de 2024, de minha autoria e de autoria da Senadora Mara Gabrilli, para a realização de audiência pública destinada a debater a normatização do acesso das pessoas com doenças raras a medicamentos, dispositivos médicos e tecnologias no ambiente do SUS.

Informo que a audiência tem cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com serviços de interatividade com o cidadão, pela Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211 – a ligação é de graça, 0800 0612211 –, e pelo e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Foi convidado para esta reunião o Ministério da Saúde, que está representado pela Coordenadora Geral de Avaliação de Tecnologias em Saúde, a Priscila Louly.

Foi convidada a Defensoria Pública, que está representada pelo Dr. Ricardo Emílio Pereira Salviano, que já está aqui de forma presencial. Obrigada, Dr. Ricardo, por ter vindo de forma presencial. Em um debate como este, a gente sente a necessidade de estarmos juntos, olhando olho no olho.

Foi convidado o Conselho Nacional do Ministério Público, que não respondeu ao convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi convidada a Diretoria de Saúde do Tribunal de Contas da União, o Dr. Messias Alves Trindade. Está aqui. Muito obrigada, Dr. Messias, por estar conosco.

Também convidamos a Aliança Brasileira de Associações e Grupos de Apoio a Pessoas com Doenças Raras. Está aqui, como sempre, atendendo o convite, a Regina Próspero. Obrigada, Regina.

Está conosco também a Febrararas, na pessoa do Sr. Antoine Daher, que está conosco em todos os debates – todos –, não só em audiência pública, mas em reuniões, fornecendo dados, números, está sempre conosco, ajudando com pareceres. Muito obrigada à Febrararas.

Também foram convidados o Diretor de Relações Governamentais do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos, o Renato Benine. Obrigada por estar com a gente.

E nós também convidamos a Biored Brasil, que mandou um documento dizendo que não participaria da reunião. E também, para nossa surpresa, convidamos o Conselho Nacional de Justiça, que disse que não viria à nossa audiência.

Está conosco, de forma *online,* também a nossa querida Senadora Mara Gabrilli, que é a Presidente da Subcomissão. A Mara ansiou por este encontro.

E a gente quer aqui agradecer imediatamente ao Presidente da Comissão, Senador Humberto Costa. Esta Comissão tem um número enorme de pedidos de audiência, mas a Comissão entendeu a necessidade de priorizar esta audiência pública. Então, nós queremos fazer esse agradecimento, esse registro ao Presidente da Comissão e a todos os membros da Comissão.

E eles fizeram isso também por conta de toda a mobilização da sociedade civil. E aqui a gente inicia esta audiência dizendo da importância da participação da sociedade civil organizada nesses grandes debates. Esta Casa funciona também por meio das mobilizações. E tem uma outra palavra que eu não gosto de usar muito, mas eu vou usar: também por meio da pressão popular. Então, parabéns às instituições que se organizaram e que demandaram os Senadores para que esta discussão acontecesse aqui hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer a presença das instituições que estão aqui presentes, vários grupos aqui presentes. Nós temos a alegria hoje de receber inclusive a Presidente das Mães Metabólicas, que é mais um segmento que vai estar ali, sendo priorizado nesta nossa Subcomissão de Doenças Raras. Obrigada às Mães Metabólicas por estarem conosco e às demais instituições, que eu vou anunciando no decorrer da audiência.

Nós vamos informar também que a participação popular está incrível. Muita gente está nos assistindo, porque este tema mobiliza toda a sociedade. Os raros são muitos nesta nação, e a gente precisa deixar isso muito claro. Não podemos mais subestimar, não podemos mais subestimar as famílias raras no Brasil. Não é um grupo de duas, três pessoas, não. As famílias raras, as famílias das pessoas com doenças crônicas são muitas no Brasil, e a gente não pode mais subestimar o desejo, a vontade, o anseio, as expectativas das famílias raras.

É por isso que esta Comissão tem uma Subcomissão dedicada só ao tema, capitaneada pela Parlamentar que mais entende do assunto, por uma Senadora que deu a vida a este tema; uma Senadora que coloca o mandato dela inteiramente à disposição das famílias raras; uma Senadora que orgulha o Parlamento brasileiro, a nossa querida Senadora Mara Gabrilli, que, por um probleminha de saúde, não está presencialmente, mas está de forma *online*. Trabalhou muito para que esta audiência acontecesse.

Vamos iniciar esta audiência ouvindo a nossa Presidente da Subcomissão de Doenças Raras, a nossa querida Senadora Mara Gabrilli, que merece de todos nós todo o louvor e aplauso por tudo que ela está fazendo nessa pasta.

Senadora Mara, a senhora vai iniciar esta audiência. É um prazer. Estou morrendo de saudade do seu abraço. Sim, gente, a Mara abraça, literalmente, a Mara abraça. Estou morrendo de saudade de você. A audiência está acontecendo porque você trabalhou muito para que ela acontecesse hoje. As famílias raras lhe agradecem, Mara.

A palavra está com você, para a abertura oficial da nossa audiência.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Para discursar. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senadora Damares, minha amiga. Graças a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

você está sendo possível fazer tudo isso, mesmo eu aqui com a mão quebrada. Eu tive um acidente, me quebrei e aí não pude pegar o avião.

Eu lhe agradeço do fundo da alma e agradeço a todos vocês que se dispuseram a participar, que vêm trazer muitas informações necessárias para a gente trabalhar. Então, obrigada, Senadora Damares, por toda essa sua disposição de trabalhar esse tema. Obrigada pela parceria e por presidir essa nossa audiência, principalmente pela parceria numa pauta tão importante em defesa dos direitos das pessoas com doenças raras. Você entendeu o tamanho da profundidade e quanto trabalho a gente tem pela frente, o quanto essas pessoas precisam do nosso trabalho. Então, muito obrigada a todos vocês.

Quero agradecer a presença de todos vocês e por participarem dessa discussão relevante em que a gente fala da qualidade de vida das pessoas com doenças raras, das suas famílias, da normatização do acesso a medicamentos, de dispositivos médicos e tecnologias no âmbito do SUS. Agradeço a todos os presentes.

O fato de a indústria estar presente, com o sindicato, através do Renato Benini, também é muito importante para a gente ter esse segmento próximo para conseguir avançar no acesso. A gente sabe que mais de 80% da população brasileira depende exclusivamente do SUS para ter acesso à saúde. Por isso, a gente quer avaliar o atual cenário de incorporação de novas tecnologias e medicamentos no SUS, mas também debater os avanços nos PCDTs, que são os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas, que também são fundamentais nesse processo. São os PCDTs que estabelecem os critérios para o diagnóstico e para o tratamento dessas doenças.

Ao longo desses anos, Senadora de Damares, a gente percebeu que a falta ou a morosidade na atualização ou disponibilização de novos PCDTs têm se tornado um dos grandes gargalos para que a população acesse seus direitos e possa ter uma maior qualidade de vida. E, ainda, que a incorporação de alguns medicamentos órfãos é recomendada pela Conitec com critérios extremamente restritivos, impedindo o acesso a muitos que necessitam e que poderiam se beneficiar daquela terapia. Uma das grandes queixas é quando a Conitec alega modestos benefícios clínicos que não justificam o preço.

Então, assim, para uma pessoa que está... uma criança com atrofia muscular espinhal (AME), por exemplo, pode sustentar melhor o pescoço e o tronco e reagir mais a estímulos; isso a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chama de pouco? De repente, conseguir passar de um estágio de respirar no aparelho para ter algum momento de independência desse respirador; isso a gente chamaria de pouco? A gente sabe o quanto esse ganho pode ser imensurável para uma criança e para a sua família.

Então, assim, a gente está contando com uma questão subjetiva, porque a gente não pode tratar isso dessa forma, em que, de repente, para um técnico da Conitec, isso é pouco, mas, para a família e para essa criança que tem essa doença, é um mundo, é uma mudança, é um salto de qualidade imenso.

E, por exemplo, imaginem uma melhora na deglutição, quando a pessoa passa a comer, quando ela não comia! A gente vai falar que isso é pouco?

Já promovemos uma audiência na CASRARAS, no primeiro semestre, que foi muito rica. A Senadora Damares também a presidiu, com toda maestria, a nossa Vice-Presidente da CASRARAS. Quando debatemos o desafio e os avanços após os dez anos em vigor da portaria do Ministério da Saúde nº 199, de 30 de janeiro de 2014, que instituiu a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras no SUS e instituiu incentivos financeiros para o seu custeio.

Desde então, eu vejo a Regina Próspero trabalhando muito, dando o sangue por essa portaria, o nosso Antoine também, dando o sangue por esse tema, para a gente conseguir aprimorá-lo, para a gente conseguir expandi-lo. E uma das inúmeras questões apontadas foi quanto ao acesso a exames genéticos no âmbito do SUS, por exemplo, que ainda enfrenta dificuldades e não disponibiliza toda a gama de exames necessários, e a concentração de serviços de referência de geneticistas nas Regiões Sudeste e Sul.

Por isso, a gente tem trabalhado e incentivado a disponibilização de serviços e profissionais geneticistas nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. E, além disso, a CASRARAS sugeriu ao Governo que promova incentivos para pesquisa e desenvolvimento de terapias, produção de reagentes e testes genéticos em nosso país por meio de parcerias com a iniciativa privada, para conseguirmos agilizar isso, porque são muitas pessoas precisando disso e esperando.

A gente quer dar visibilidade às pessoas com doenças raras e suas necessidades para que a gente continue evoluindo na atenção desses milhões de brasileiros e de suas famílias. E, mesmo que ainda não haja, no momento, no mundo, tratamento específico para a maioria das doenças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

raras, a gente acredita que é fundamental, quando esse tratamento ou medicamento existe, que ele seja oferecido pelo SUS e que a população brasileira se beneficie dos avanços da ciência, da medicina e do bem-estar no dia a dia, mesmo que esse medicamento ainda não exista.

Cerca de 75% das doenças raras atingem crianças, muitas delas, Damares, desde o seu nascimento, e nosso compromisso é trabalhar a favor da vida dessas pessoas. E a gente quer ações concretas para prevenir o desenvolvimento das doenças, as sequelas e deficiências, que, muitas vezes, são graves, e ainda trabalhamos para oferecer cuidados, reabilitação e inclusão social.

Na nossa visita, Senadora Damares, ao Instituto Jô Clemente, que está trabalhando o teste do pezinho, trabalhando para fazer a ampliação no Brasil inteiro, a gente viu a necessidade de investir nisso, na triagem neonatal precoce.

E não se pode avaliar os medicamentos para condições raras do mesmo modo e com os mesmos critérios das análises de insumos voltadas a uma parcela grande da população, sobretudo nos casos em que não há alternativa terapêutica para os pacientes.

A gente defende a vida e a urgência de que os tratamentos disponíveis sejam incorporados pelo SUS e a existência de uma política de dispensação organizada, que vai ajudar, inclusive, a reduzir os custos para acesso a esses medicamentos.

Mas pelo que a gente mais luta é que a gente quer que a população brasileira não precise recorrer à judicialização, que, infelizmente, hoje, é a maior política pública que existe para doenças raras, que é tão sofrida e desgastante para todos nós. É sofrido paras as pessoas que têm doenças raras e acaba com o nosso Ministério da Saúde.

Então, a gente precisa ouvir os nossos convidados, sempre tendo em mente que o nosso objetivo maior é oferecer aos brasileiros e brasileiras com doenças raras produtos e serviços seguros, eficazes e de qualidade e que sejam ofertadas pelo SUS.

Muito obrigada, Senadora Damares. Muito obrigada a todos vocês que estão aí, predispondo-se a dar o tempo de vocês para ajudar o nosso trabalho. Então, muito obrigada!

Gratidão, Damares! Beijos! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mara, você nos inspira. Você é, de fato, uma esperança para as famílias raras no país.

Eu sei, Mara, que você vai acompanhar a audiência toda. A sua equipe está aqui.

Eu quero dizer, senhores, que as equipes técnicas da Comissão, do meu gabinete, do gabinete da Mara, toda a equipe da Mara está aqui, porque esse aqui não vai ser um debate apenas para sair na televisão. Nós queremos sair com encaminhamentos desta audiência pública.

Sua equipe está toda aqui, Mara, e eu sei que você vai acompanhar a audiência, mas você fique à vontade se precisar desligar a câmara, acompanhando somente por áudio. A gente vai entender.

Obrigada, Presidente! E eu vou aqui, agora, me esforçar para te representar muito bem nesta audiência. Muito obrigada!

E a gente vai sair daqui, sim, com encaminhamentos, porque as pessoas que vieram para este debate... E aqui, Mara, eu registro que estão presentes aqui, no auditório, além das Mães Metabólicas, a Aliança Distrofia Brasil, a Fedrann, a ACDG, a RNDR; está aqui a Acamu, de Santa Catarina; a Associação das Ataxias do Brasil está aqui; está aqui a Associação do Rio Grande do Norte de Doenças Raras; a Associação Brasileira de Ataxias Hereditárias está aqui também. Várias instituições, pessoas que tiraram dinheiro do bolso, fizeram vaquinha e vieram para esta audiência. Eu quero aqui, em nome de todos os Senadores, prestar a minha homenagem a vocês pelo engajamento e pela forma como vocês estão participando desse debate. Muito obrigada.

Mara, a gente vai dar início agora às exposições.

Nós temos seis oradores, e eu quero orientar os oradores que estão aqui presencialmente.

Nós temos um cronômetro ali, vocês podem acompanhar.

Nós vamos dar dez minutos para cada um, mas eu sou generosa e sei que o debate é palpitante.

Reduzir a dez minutos as falas, às vezes, é muito ruim. Vai tocar uma campainha, mas eu serei generosa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente vai poder aumentar o tempo, mas vamos procurar trabalhar em cima de um tempo já preestabelecido.

Nós temos *online* duas convidadas, que são a Priscila, do Ministério da Saúde, e a Febrararas. O que nós vamos fazer?

Vocês vão escutar também uma campainha, mas não se assustem.

Nós decidimos estabelecer a seguinte ordem de fala: vai falar primeiro o Dr. Ricardo, Defensor Público Federal; na sequência, o Dr. Messias, do Tribunal de Contas da União; em terceiro lugar, vai falar... Aí vem a Sociedade Civil: a Regina Próspero; vai falar a Febrararas, em quarto lugar; em quinto, nós estabelecemos o Dr. Renato para falar.

E nós decidimos deixar o Ministério da Saúde por último, apenas por estratégia, Priscila, pois parte das exposições aqui, talvez você vá precisar delas, para dar as respostas de que a gente precisa. Então, o Ministério da Saúde será o último a falar, porque, com certeza, você vai querer fazer uma interação da sua fala com as falas que vão antecedê-la.

Então, na sequência, nós vamos começar ouvindo o Dr. Ricardo Emílio Pereira Salviano, Defensor Público Federal, por dez minutos.

No final, os senhores ainda terão cinco minutos, três a cinco minutos, para as considerações finais.

O SR. RICARDO EMÍLIO PEREIRA SALVIANO (Para expor.) – Primeiramente, eu gostaria de agradecer o convite feito à Defensoria Pública da União pela Senadora Mara Gabrilli e pela Senadora Damares Alves, na pessoa de quem eu cumprimento todo o Parlamento brasileiro.

Gostaria também de cumprimentar, aqui nesta ocasião, a Priscila Louly, que representa o Ministério da Saúde; também o Sr. Messias Alves Trindade, Diretor da 2ª Diretoria do Tribunal de Contas da União; a Sra. Regina Próspero, representante da Aliança Rara; e o Antoine Daher, Presidente da Federação Brasileira das Associações Febrararas, na pessoa de quem eu cumprimento todas as demais associações do Brasil e todos os pacientes que são portadores de doenças raras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou começar com uma breve explanação a respeito da triagem neonatal. A Senadora Mara Gabrilli alertou para esse ponto, e é um tema que chama a atenção de todos nós, porque foi promulgada uma lei, em 2021, fixando uma obrigação para que o Ministério da Saúde apresentasse à sociedade um cronograma de implementação de cinco etapas para o Programa de Triagem Neonatal, e, até o momento, não foi feita essa regulamentação pelo Ministério da Saúde.

Então, a Defensoria Pública da União vai expor aqui os motivos pelos quais entende que deve ser feita a regulamentação dessa norma, e a sociedade precisa ter um cronograma para que essas etapas sejam, de fato, implementadas.

Primeiramente, a triagem neonatal é uma ação preventiva eficaz, porque permite potencializar o espectro do diagnóstico a tempo de se interferir no curso de diversas doenças, permitindo o tratamento precoce específico, minimizando as sequelas associadas a cada uma delas, e evitando até mesmo a morte prematura.

Toda criança nascida tem direito à triagem neonatal.

Para que se possa alcançar o objetivo de detectar algumas doenças, o teste deve ser feito no momento e da forma adequados, geralmente entre o terceiro e o sétimo dias de vida.

A descoberta da patologia no início da vida da criança previne o agravamento do quadro e a própria evolução dessas doenças, o que implica evidentes benefícios, amenizando problemas sociais, econômicos e emocionais para a criança e também para a sociedade e para o Estado, como a redução dos recursos financeiros que deverão ser colocados à disposição durante o tratamento da saúde ou por toda uma vida de excepcionalidade.

O que queremos alertar aqui é que a triagem neonatal é imprescindível para a saúde da criança, para evitar que a criança possa ter uma doença, ter o agravamento da doença, e também é imprescindível no sentido de a gente conseguir fazer mais com menos recursos, porque, a partir do momento em que a criança tem uma doença, ela vai ser mais dispendiosa para o Estado, porque você vai precisar ter um internamento em UTI, você vai precisar de uma equipe multidisciplinar, você vai precisar de um medicamento caro – porque geralmente os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medicamentos de doenças raras são muito dispendiosos... Então, o Estado acaba arcando com uma conta que poderia ser muito menor se a prevenção fosse eficaz.

O ECA tornou obrigatório o Teste do Pezinho, e, apesar de estar prevista no art. 10º, inciso III, do Estatuto da Criança e do Adolescente a obrigatoriedade do Teste do Pezinho, a gente sabe que ainda há muitos entraves burocráticos em algumas regiões do país e há dificuldade para se implementar, de fato, o Teste do Pezinho.

Apesar da previsão normativa, é factível que a prioridade da prevenção preconizada no texto constitucional ainda está longe de integrar a rotina dos usuários do SUS, principalmente dos recém-nascidos nos estados com baixo índice de desenvolvimento humano. Essa realidade torna-se perceptível ao lançarmos os olhos sobre os serviços de saúde de triagem neonatal em determinadas regiões do país, que se esforçam para alcançar padrões mínimos de qualidade e cobertura.

Por ser responsável por implementar a Política Nacional de Triagem Neonatal, o Ministério da Saúde tem por obrigação legal regulamentar a Lei 14.154, de 2021, e apresentar um cronograma à sociedade, como estabelece o art. 10º, §1º, da referida lei.

Com esse posicionamento da Defensoria, nós fizemos um questionamento para o Ministério da Saúde, por meio de um ofício, e eles responderam agora, recentemente, à pergunta, que foi a seguinte – uma das questões –: "Há um cronograma do Ministério da Saúde para avançar nas próximas etapas do Teste do Pezinho, com prazo já estabelecido para realizar a ampliação de forma escalonada, como estabelece o art. 10º, §1º, da Lei 14.154, de 2021?". A resposta: "Não há um cronograma estabelecido para ampliação do escopo de doenças do Protocolo Nacional de Triagem Neonatal, visto que as etapas previstas na lei estão sendo trabalhadas dentro do fluxo obrigatório para a inserção de novas tecnologias no SUS, que vão desde a incorporação de procedimentos, medicamentos, e criação de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas para as doenças das Etapas 2, 3, 4 e 5, por meio da Conitec, passando por uma regulamentação normativa e de financiamento para que essas incorporações possam atender à população com equidade em todo o território nacional, não havendo como mensurar, em cronograma temporal, a inserção dessas etapas".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, foi feito outro questionamento: "O SUS tem alocado recursos mais expressivos nas leis orçamentárias para atender às regiões com baixo Índice de Desenvolvimento Humano, desde a publicação da Lei 14.154, 2021? Quais são os objetivos e os incentivos do Governo Federal para o Programa Nacional de Triagem Neonatal no Plano Plurianual 2024-2027?".

A resposta: "Os objetivos planejados são implantar a reestruturação organizacional do programa e iniciar o processo de ampliação do escopo de doenças. Na reestruturação do Programa Nacional de Triagem Neonatal, pactuado pela Comissão Intergestores Tripartites, está previsto o incentivo de custeio ao serviço de referência em triagem neonatal, com valores diferenciados aos estados do Norte do país. Os valores necessários para a incorporação do procedimento de espectrometria de massas, utilizado na detecção de doenças prevista nas Etapas 2 e 3 da Lei 14.154, 2021, estão previstos".

Então, o que se vê é que há um cronograma já, para que se possa implementar as Etapas 2 e 3, diante da previsão de orçamento... Diante da previsão no Plano Plurianual – não de orçamento – de 2024 a 2027. Então, eu discordo do posicionamento do Ministério da Saúde de que não há como se precisar que se possa ter pelo menos uma estimativa do momento em que serão efetuadas essas etapas, porque a previsão, no Plano Plurianual de 2024 a 2027, será de implementação das Etapas 2 e 3.

E a perspectiva que se tem é que as Etapas 4 e 5... Diante dos recursos que estão sendo implementados e do cronograma que está sendo feito por meio da legislação brasileira, é bem provável que as Etapas 4 e 5 devam ser implementadas no Plano Plurianual de 2027 a 2031.

Então, há uma perspectiva de que a inclusão da AME só se dê em 2031, mas isso é tudo um prognóstico. Eu estou fazendo uma análise, e quem deveria fazer essa análise é o Ministério da Saúde, que deve apresentar um cronograma para a sociedade, para que, de fato, nós possamos saber se vai demorar quatro, cinco ou dez anos para ser implementado o Programa de Triagem Neonatal, que é estipulado pela lei.

Então, a Defensoria Pública da União entende a dificuldade...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO EMÍLIO PEREIRA SALVIANO – ... que o Ministério da Saúde tem, mas não vê isso como um empecilho, um impedimento para que se possa ter uma perspectiva da implementação das próximas etapas do Programa Nacional de Triagem Neonatal.

Então, a Defensoria Pública da União vai fazer uma recomendação para que o Ministério da Saúde apresente um cronograma com as próximas etapas a serem implementadas pela Lei 14.154, de 2021.

É isso.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Maravilha, maravilha!

É muito bom a gente saber que a Defensoria da União está trabalhando dessa forma.

E, Doutor, o senhor não tem ideia de como a sua fala está soando tão bem, lá na ponta, para as famílias que pensam que estão sozinhas.

Nós só temos que registrar todo o nosso louvor à Defensoria. Leve ao Defensor Público–Geral o nosso abraço.

Mas eu queria lhe pedir uma coisa, Doutor. É possível compartilhar com a nossa Comissão o ofício que vocês encaminharam ao Ministério da Saúde e a resposta recebida? É para que a gente possa trazê-los para os nossos relatórios.

Inclusive, eu queria me dirigir às instituições que estão presentes: se alguma instituição fez alguma LAI, algum pedido de informação, por meio da LAI, ao Ministério da Saúde, compartilhe conosco o pedido que vocês fizeram e as respostas que os senhores receberam.

Nós precisamos fazer um confronto das respostas que estão chegando às instituições, da sociedade civil, às instituições públicas e a este Congresso Nacional também.

Nós, Senadores, usamos o requerimento de informação, mas a gente também usa muito acesso às informações por meio de LAI. Já temos muitas respostas, mas gostaríamos que os senhores compartilhassem conosco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns à Defensoria. Parabéns. Vamos ficar muito felizes...

E queremos conhecer também a recomendação que os senhores vão construir – se puderem, depois, compartilhar conosco –, e a gente se compromete em enviá-la para todas as instituições aqui presentes.

Obrigada, Doutor.

Na sequência, conforme ordem estabelecida, vamos ouvir o Tribunal de Contas da União, na pessoa do Sr. Messias Alves Trindade.

Mas, Sr. Messias, antes de lhe passar a palavra, como as perguntas estão chegando, tem uma que eu vou dirigi-la ao senhor, se quiser ou puder responder-lhe.

Ela diz o seguinte: "Quais são as medidas para reduzir os processos judiciais e garantir o acesso a medicamentos de alto custo pelo SUS?".

Se não puder responder e quiser mandar essa resposta por escrito, mas essa pergunta está chegando, a sociedade está participando desta audiência... Não vamos conseguir responder a todas as perguntas, mas essa está direcionada ao senhor.

São dez minutos, e, se precisar, a gente estende o seu tempo.

Doutor, antes eu quero registrar, com muita alegria também, a presença da Dra. Vanessa de Medeiros, Presidente da Comissão em Defesa da Pessoa com Doença Rara, da OAB-DF, que também é membro da OAB Nacional e tem sido parceira também nos debates.

Doutora, muito obrigada pela sua presença, mais uma vez, nesses importantes debates.

O SR. MESSIAS ALVES TRINDADE (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Meu nome é Messias. Estou aqui representando o Tribunal de Contas da União, presidido pelo Ministro Bruno Dantas.

Eu sou da Unidade de Auditoria Especializada em Saúde. Eu represento aqui o Auditor-Chefe, Marcelo Chaves Aragão, e, na medida possível, eu vou tentar contribuir para o debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, obrigado, Senadora, pelo convite, na pessoa da senhora e da Senadora Mara Gabrilli, que está à distância. Agradeço à Regina, que está aqui ao lado, da Aliança; ao Dr. Renato – não guardei todos os nomes –, à Priscila, do Ministério da Saúde, que está à distância também, e aos cidadãos aqui que nos prestigiam.

Eu sei que, muito embora o nome seja doença "rara", os casos não são raros. Qualquer número, para quem é acometido com uma doença dessa espécie, dificulta a vida do cidadão.

Vou-me permitir só, talvez, fazer um *disclaimer*, uma anotação breve para os senhores.

O Tribunal de Contas, como o nome sugere, faz auditorias, sejam de iniciativa do próprio tribunal ou demandadas. No caso aqui específico, devo dizer que o Congresso Nacional é o titular do controle externo, e o tribunal auxilia o Congresso nesse processo.

Logicamente, antes de vir aqui, fizemos uma pesquisa, e a gente não tem um trabalho específico sobre doenças raras.

Eu já menciono isso talvez para alinhar as expectativas, muito embora a gente tenha dois processos que eu queria destacar. Na gestão anterior, o secretário finalístico da antiga Sectics, do Ministério da Saúde, firmou um acordo de compartilhamento de risco a respeito da AME (atrofia muscular espinhal). Isso iniciou-se em 2019. O medicamento era a respeito do nusinersena. Ela é de três tipos. Então, esse acordo foi firmado para os tipos 2 e 3. Cada uma na sua sequência, nas suas dificuldades. No tipo 1, já estava incorporado.

Depois houve o abandono desse medicamento e foi-se para o Zolgensma, que é o segundo. Esse segundo medicamento, na verdade, até onde a gente pesquisou, está na fase de protocolo de intenção. Não tem um acordo propriamente firmado, mas a gente vislumbra que, com o acordo de compartilhamento de risco, esse primeiro que eu mencionei foi um projeto, se chegar a um nível de sucesso – são muitas as dificuldades, a gente deve reconhecer –, isso pode ser talvez um protótipo para outras doenças raras.

Então, eu estou talvez limitado a trazer fases, porque, regimentalmente, como estou pelo tribunal, eu só posso expressar o que o tribunal delibera. Não venho aqui expressar a minha opinião pessoal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que a gente se compromete, Senadora, é, em qualquer desses processos que estiverem em fase adiantada para deliberação, que eles serão encaminhados tanto aqui para a Comissão de Assuntos Sociais, no caso a Subcomissão, como para a Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados.

Há outro trabalho que eu quero mencionar.

A gente iniciou uma auditoria, no final de 2023, na Conitec, que é hoje o principal colegiado que atua na incorporação de tecnologias de saúde. É um trabalho de fôlego, um trabalho à parte das nossas limitações de designação de auditores, afastamentos, que a gente está concluindo neste mês.

Antes o tribunal, quando concluía as suas auditorias, encaminhava direto para a deliberação do colegiado. Desde 2020, foi adotado um procedimento de resolução. Hoje a gente é obrigado – eu acho que foi uma medida acertada do tribunal –, ao concluir a auditoria, a mandar os encaminhamentos, o que a gente está propondo que a unidade direcionada faça, para comentários do gestor. Isso é para fins de fazer um contraditório, para talvez corrigir eventuais equívocos, para o gestor mencionar eventuais dificuldades que ele teria para implementar aquelas medidas sejam determinadas, sejam recomendadas pelo tribunal.

Ainda nesta semana – a gente concluiu esse relatório e já fez reunião com os gestores –, estaremos encaminhando ao Ministério da Saúde. A gente imagina que, talvez até na segunda semana de dezembro, a gente concluirá esse relatório.

Eu não posso antecipar achados e considerações exatamente porque a gente tem que submeter ao contraditório, mas a gente formulou sete questões de auditoria olhando composição da Conitec, integrantes, eventuais conflitos de interesse. A gente olhou prazos. Tem prazos legais para incorporação, para decisão do Ministério da Saúde. Após isso, tem o prazo da disponibilização daquilo que foi incorporado. A gente está olhando monitoramento, que seria o caso de eventuais alterações ou exclusões de tecnologias que talvez não devessem mais estar presentes por razões várias. Também a gente olhou avaliações econômicas. A gente olhou impacto orçamentário. É um item que talvez não possa ficar ao longe, muito embora a gente saiba dos princípios do SUS – que fala de integralidade, de equidade e de muitos outros –, e a Constituição estabeleça fatalmente a saúde, como um direito de todos e dever do Estado, mas é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma discussão que se impõe, porque também temos uma questão de recursos. Talvez, por vontade de todos, seria dar tudo para todos, mas há uma questão que talvez tenha que ser sopesada, tem alguns critérios que devem ser observados.

Aproveito o ensejo e menciono que, em 2020, o tribunal fez um trabalho sobre sustentabilidade do SUS. Ele trouxe números, questão de assistência, de desassistência e fez projeções amparadas num trabalho até que o Banco Mundial tinha feito um pouco antes. Se alguém tiver interesse de ler, basta ir à página do tribunal, tcu.gov.br/acordãos. Tem o Acórdão 1.487, de 2020, de Plenário, para aqueles que queiram consultar. E o tribunal também – acho que a gente não tem que pautar só na questão da entrada dos recursos – tem se preocupado com eficiência. Então, há cerca de quatro, cinco anos, a gente tem trabalhado uma vertente lá da eficiência na saúde. Inclusive o *site* é esse: eficiencianasaude.org, que tem sido liberado pelo tribunal, tem contado com a participação de tribunais de contas estaduais, e vai nesse sentido.

Então, Senadora, vou reduzir minha fala a isso, limitado pela questão, porque estou obrigado, por não poder talvez entrar em detalhes de trabalho que não foi decidido pelo tribunal ainda.

Para não fugir da pergunta, anotei aqui. Sobre a questão de reduzir processos judiciais, não sei se todos sabem, mas, no decorrer da finalização do nosso trabalho, no Supremo Tribunal Federal, há cerca de um mês e meio mais ou menos, houve uma decisão muito relevante, decidiram sobre o Tema 6 e o Tema 1.234 sobre judicialização de saúde. Então, ele estabeleceu uma série de parâmetros para que a Justiça agora decida sobre isso. Acho que vai dar uma certa organização. Não vai ficar muito sujeito talvez a que um juiz aqui ou acolá decida como quiser. Então, foram fixados parâmetros.

Quem tiver interesse também, acho que pode ler esse Tema 6 e o Tema 1.234, de repercussão geral no Supremo. E aí acho que vai dar um rumo. As pessoas podem entender talvez como as decisões virão. Por óbvio, a decisão é muito recente; então, há que decorrer relativamente um bom prazo para ver como essas decisões virão e se precisarão de ajuste. Essa decisão menciona ainda que vai ter que ser desenvolvida uma plataforma para que se estabeleçam essas decisões, itens... Vale a pena a leitura desse item.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Espero ter atendido, nesta manifestação inicial, e estou aqui disponível, Senadora, para outras questões que se apresentarem.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Messias.

Como foi feliz a ideia da Senadora Mara de trazer o TCU para este debate.

A pergunta que o senhor respondeu veio do Ceará. Foi o José, lá do Ceará, que fez a pergunta. Obrigada por ter respondido.

Sabemos que a decisão do Supremo é recente, mas não é só recente, é questionável também por todos nós que estamos aqui, e a gente vai acompanhar.

Mas aí, Doutor, eu já vou fazer um encaminhamento aqui para o TCU. Eu julgo... E queria muito que a equipe técnica anotasse isso para a gente fazer uma indicação de que o TCU tenha lá um grupo permanente sobre doenças raras. Acho que é um tribunal tão importante – tão importante! E o senhor nos trouxe uma alegria nesta tarde que o senhor não tem ideia quando o senhor disse de uma auditoria sobre a Conitec. Só esperei as instituições pularem de alegria e baterem palma em pé, porque isso merece ser aplaudido de pé. Só que nós queremos também o compartilhamento.

Tão logo o órgão responda o que vocês já apuraram, nós gostaríamos de ter o compartilhamento da auditoria, das respostas, do que vocês encontrarem e da resposta também da Conitec. Comprometo-me também a compartilhar com as instituições.

Eu acho que essa auditoria poderá, inclusive, nos nortear aqui na Casa em muitas das nossas decisões. O TCU hoje nos alegra com essa informação.

Vocês sabiam dessa informação? (*Pausa.*)

Acho que ninguém sabia dessa informação.

Então, assim, eu estou muito feliz e quero muito que a gente tenha acesso ao resultado dessa auditoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí a gente vai pedir que vocês tenham lá um grupo de trabalho, porque vocês fiscalizam a aplicação do recurso público. O recurso público destinado a doenças raras não é pequeno. Às vezes e muitas vezes, ainda é muito pequeno para as nossas necessidades, mas não é pequeno o gasto da União. Seria interessante vocês terem um grupo permanente de trabalho dentro do TCU. É mais uma instituição em que nós podemos ter uma voz. É mais uma instituição que, com certeza, poderá dar muitas respostas aos nossos questionamentos aqui.

Muito obrigada.

Leve o nosso abraço ao Ministro Presidente Bruno, por quem nós temos grande admiração nesta Casa.

Obrigada, TCU. Sintam-se muito bem-vindos nesta luta e à nossa vida! Nós vamos precisar muito de vocês daqui para frente.

Obrigada, Doutor.

O SR. MESSIAS ALVES TRINDADE – Eu que lhe agradeço, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Na sequência, nós vamos ouvir a sociedade civil. Vamos começar ouvindo Regina Próspero, da Aliança Brasileira de Associações e Grupos de Apoio a Pessoas com Doenças Raras.

Para quem está ligando a televisão agora ou acessando as nossas redes sociais, esta audiência pública está acontecendo na Comissão de Assuntos Sociais do Senado e tem como objetivo debater a normatização do acesso das pessoas com doenças raras a medicamentos, dispositivos médicos e tecnologias no âmbito do SUS.

Regina, antes de você falar, nós já temos duas perguntas direcionadas a você.

Thiago, de Minas Gerais, pergunta: "A normatização incluirá a transferência de pacientes para hospitais especializados e mais bem equipados, inclusive na rede privada?".

Fique à vontade se não puder responder.

E a outra pergunta vem de Kaio, do Mato Grosso: "Quais medidas podem melhorar o acesso a medicamentos e dispositivos no SUS para diagnóstico e tratamento de doenças raras?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dez minutos, mas a gente pode ampliar o seu tempo.

Obrigada por estar conosco neste debate.

A SRA. REGINA PRÓSPERO (Para expor.) – Obrigada, Senadora, por me convidar de novo.

Eu acho que a gente tem bastante coisa para contribuir, ainda mais num tema que vem nos incomodando desde que ele foi promulgado, nessa última vez. Na verdade, já faz 17 anos que nós trabalhamos com esse tema.

Bom, eu vou falar só um pouquinho do Instituto Vidas Raras, até porque tem algumas pessoas que não sabem que nós temos 23 anos construindo histórias, transformando os futuros e salvando vidas.

Nós nascemos para cuidar inicialmente de pessoas com mucopolissacaridose, mas expandimos para pessoas com doenças raras em virtude do nosso trabalho e das pessoas que vieram nos procurar para que nós pudéssemos ajudá-las também na orientação e construção de um acesso não só para tratamentos medicamentosos, mas também para acompanhamento daquelas doenças que não têm tratamento.

O motivo é este: eu tive dois meninos, dois rapazezinhos com mucopolissacaridose do tipo 6. O Niltinho nasceu em 1988 e faleceu em 1995, por conta da doença; ele seguiu o curso natural da doença. Infelizmente, não havia nada que pudesse ser feito, não tinha nenhuma informação. Isso foi na época que não tinha Google, não tinha nada – nada –, não tinha nem literatura à disposição dos pais quando nós perguntávamos onde procurar saber sobre mucopolissacaridose. A maioria dos médicos também não sabiam como lidar com a situação.

E foi o caso do Niltinho; ele faleceu por pura falta de informação. Ele já estava com uma pressão pulmonar muito alta, que já tinha pegado também a pressão periférica, e eles não sabiam como lidar com aquilo, porque naquela época nem pressão arterial se media em criança, não é? Então, quando a criança apareceu no hospital com uma pressão de 19 por 13, eles não sabiam o que fazer, demoraram um tempo para entender que a anatomia dele era diferente e, quando foram tentar entubar, já não tinha mais como fazê-lo. Ele morreu por falta de informação, e é por isso que nós do instituto precisamos de muita, muita informação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos obras publicadas de especialistas, para que pelo menos os médicos das unidades básicas possam ter um pouco do conhecimento e chegar a uma visão diferenciada para essas crianças.

E o Duduzinho? O Duduzinho está aqui com dois anos – ele é o de azul –, e ele é o que seguiu com uma motivação. Eu não pude cuidar de um, eu não pude salvar a vida de um – e isso me dói até hoje –, mas eu pude ajudar o Dudu, e o Dudu ajudar tantas outras pessoas que hoje vivem por conta do desbravamento da associação e dos pais – hoje muitos estão aqui – na luta pela mucopolissacaridose.

Mucopolissacaridose hoje é uma doença que muita gente conhece; ela deixou de ser tão desconhecida, porque a nossa luta e a disseminação da informação foram muito altas.

Bom, vou passar muito rápido. Essa é a atuação do instituto. Eu posso deixar depois aqui para vocês verem, mas nós estamos aqui agora para falar daquilo que a gente sempre fala, que são as leis específicas para o acesso equitativo dos pacientes aos cuidados de saúde. Por que eu friso bastante? Porque não adianta ter só dipirona para cuidar da dor; nem todo mundo é receptivo a uma droga. Às vezes, ele precisa de uma outra droga que também já está registrada pela Anvisa, mas não chega ao paciente. É essa discussão que eu venho propor aqui.

Reivindicamos a alteração de normas no que diz respeito ao acesso a novas drogas e tratamento, incluindo pesquisas clínicas para medicamentos órfãos, e que haja a mudança de visão e de informação de médicos e profissionais da área de saúde para a gestão integral do paciente, e não da doença. Como o Dudu diz: "Eu não tenho mucopolissacaridose, mãe. Eu sou uma pessoa. Ela está comigo, mas eu não sou dela".

Aqui foi o nascimento da Portaria 199, quando o GT foi construído, na reunião do dia 26 de abril de 2012, na qual foram escolhidas as associações e os especialistas do Ministério da Saúde, composto de 12 pessoas, para poder construir a política pública que foi depois sancionada em 2014. Depois eu vou mostrar 2014.

Estes temas aqui são os que eu trouxe para reflexão e que necessitam de ações urgentes. Eu não estou aqui para defender ninguém, nem a indústria farmacêutica, nem o Ministério da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saúde: eu estou aqui para defender o usuário, o paciente. Como todos nós aqui de instituições, nós precisamos cuidar dos nossos pacientes.

O que eu vejo? Para quem não sabe, eu fui Secretária de Saúde em 2021, fiquei um ano como gestora. Eu quis isso, porque eu queria saber como funcionava o lado de lá, aquele lado que a gente só cobra, cobra, cobra, cobra, e, muitas vezes, a gente não sabe o que está acontecendo. E ali eu vi que muitos pedidos que você cobra e pelos quais você até briga, porque aquela pessoa não tem boa vontade...

Não é que ela não tenha boa vontade, gente. Eu nunca me esqueço disto: eu tinha R$1,54 milhão em uma conta para cuidar de diabéticos, em uma cidade de 43 mil habitantes onde nós tínhamos 480 diabéticos. Eu tinha R$1,54 milhão. Eu tinha criança morrendo e eu não podia mudar. Eu não podia pegar a verba daqui e passar para lá, porque, senão, ele ia cair no meu pescoço. Eu achei aquilo tão injusto que me marcou. Em um município de 43 mil pessoas, eu poderia usar aquele dinheiro para tanta coisa, mas eu não podia.

Eu peguei justamente a época da pandemia, a gestão de vacina. Eu fiz uma gestão de que até eu me orgulhei no final. Fiz uma negociação com a promotoria e conseguimos verba para expandir a nossa usina de oxigênio. O Município de Itápolis foi um dos únicos em que não se precisou morrer de falta de ar. E nós conseguimos sustentar, inclusive, outros municípios.

Por que eu estou dizendo isso? É o volume de ação pedindo o básico.

Tinha uma família a que nós tínhamos que dar 78 litros de leite Tetra Pak, porque a pessoa da família não se alimentava de nada além do leite. Mas aí eu pergunto: "Tá. Ele não come lanche?" "Não." "Come pizza?" "Não." "Come arroz e feijão?" "Não". Então, por que a gente tem que dar o leite? A família não pode comprar o leite? O leite de vaca? "Ah, Rê, mas a gente foi judicializado, a gente tem que dar." Então, isso para mim era o cúmulo do absurdo, porque se o pai e a mãe não puderem prover 78 litros de leite para uma pessoa que não come nada... Isso é abuso, eu acho que é abuso.

Houve pedido de fralda Huggies. "Eu não quero fralda comum, eu quero fralda de marca". Isso é abusivo. Então, eu acho que, de certa forma, o Tema 6 veio para tirar isso, só que, no meio do caminho, todo mundo entrou junto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma das coisas de que eu tenho reclamado bastante: compra por bloqueio de verba. Gente, é uma economia muito burra. Se fizer a compra para várias pessoas, existe uma economicidade. Se for comprar por bloqueio de verba, aquele paciente não vai comprar o mesmo quantitativo que o Ministério da Saúde compra, ou seja, ele vai ter uma redução, ele vai precisar de remédio mais rápido.

Eu reclamei já muito disso, não vejo solução e ninguém me responde.

A incorporação de outros produtos para a mesma doença, dando oportunidades para pacientes, porque nem tudo serve para todos. E quando você diz, Doutor, que gostaria muito de dar tudo para todos, eu sou contra, porque existem deveres e existem direitos. Se eu não cumprir com os meus deveres, eu não posso exigir os meus direitos. Se aquele pai não compra nem 78 litros de leite para o filho, que é o dever dele, o Estado tem que dar o quê? Tudo? Não, o Estado tem que dar aquilo que ele não pode comprar. É disso que nós estamos falando.

Eu não posso comprar o remédio do meu filho, a maioria que está aqui não pode comprar o remédio que precisa. É disso que nós estamos falando. Então, não é dar tudo para todos, é dar aquilo que ele precisa, numa situação em que ele não pode pagar.

Agora, se existe uma doença que tem três opções terapêuticas, uma incorporada, mas essa uma não dá para todos os pacientes porque ela não é eficaz para todos os pacientes, essa é uma economia burra, porque ele vai incidir numa hiperdose e não vai fazer efeito. Então, o Ministério da Saúde está gastando um valor para comprar um medicamento "para inglês ver". Aquele paciente só tem aquele remédio, o médico acaba prescrevendo porque é um alívio para o paciente, mas ele já não faz mais efeito para o paciente, porque o medicamento que ele precisa a Conitec rejeitou. Então, a equidade fica onde?

Eu até acredito que a Conitec pode entrar com todos aqueles requisitos, contanto que ela incorpore mais produtos para que seja feita a equidade com os pacientes. Então, se ela incorpora, ela até pode exigir, de certa forma, que as ações judiciais caiam, porque ela está dando a oportunidade, mas ela não está incorporando e ela está tirando a oportunidade das pessoas.

Se eu estou em quimioterapia, o remédio não faz mais efeito para mim, eu vou ficar com ele só porque eu não posso ir para uma outra terapia porque a Conitec não incorporou? De que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

adianta eu ficar tomando uma droga se o efeito não está mais fazendo nada para mim? Eu só vou ser uma drogada e gastando dinheiro. Então eu preciso de mais oportunidades.

A nossa sugestão: incorpore, depois exija. Por isso que eu falo que muita coisa é economia burra, é "para inglês ver". "Não, mas eu estou dando tal remédio para esse rol de pacientes." Mas não faz mais efeito, ele já passou da janela, o que ele precisa agora é da segunda linha, para que ele possa ter a sobrevivência como merece. Está aí a incorporação de produtos e tecnologias para a mesma doença, sim. Se existem quatro ou cinco oportunidades para aquela mesma doença e o ministério não está me dando, só me dá uma, e para mim não faz efeito, eu tenho que buscar, senão eu vou morrer e vou gastar um ônus enorme do governo, que não vai ter isso de volta.

Aí eu leio esta notícia ontem: "Governo zera imposto de importação para [...] [medicamentos] usados no tratamento de câncer". Gente, e nós aqui? Doenças raras também, precisamos disso!

Às vezes, a família até pode comprar, mas a incidência de imposto é tão alta que ela não pode mais comprar. Então, é a equidade. Eu louvo essa ação. Que se faça para todas as situações, assim como para nós. É uma das coisas que eu peço.

Eu estou com uma paciente do Ministério Público, ela tem DOT (doença ocular da tireoide); eles ficam assim, gente, o olho fica saltado. Por quê? Porque o revestimento atrás do globo ocular incha e cria uma estenose. Então, o olho não tem mais como voltar para a órbita normal. Isso dói muito – dói muito –, fora a estética. Fica tão inchado que elas ficam só de óculos de sol o tempo todo, porque até as pessoas assustam. E hoje de manhã, essa paciente do Ministério Público, que foi a favor de dar o medicamento, mesmo com o Tema 6 e com o 1.234... O Ministério Público foi a favor, mandou cumprir em 48 horas. O Rio de Janeiro entrou com recurso e pediu para ela entrar com uma ação contra a União. Só que ela começou a chorar, ela falou: "Faz dois anos que eu estou esperando esse remédio". E esse remédio tem um tempo, uma janela; passou daquela janela, não vai mais fazer efeito, e ela ainda está na janela.

Então, o Tema 1.234 e o Tema 6 já começaram a prejudicar muita gente, certo? Então, é uma das coisas que... Isso não é estética só, isso é dor, é uma dor muito severa. E a única terapia que se tem hoje é tirar o globo ocular, fazer uma raspagem no músculo e pôr o globo de volta no lugar. Só que, quando você vai pôr o globo no lugar, você não vai conseguir colocar ele certinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, ela vai ficar com visão dupla, ela vai acabar ficando uma pessoa com invalidez, sendo que o remédio é de dose única e corrige tudo isso.

ONU. Chegamos à ONU com o exame do pezinho, Dr. Ricardo. A nossa campanha atingiu um patamar e chegou à ONU, e muitos países, inclusive, quiseram copiar a nossa campanha, que veio depois a culminar na lei que, com a Primeira-Dama, se sancionou no dia 26 de maio de 2021 e que era para estar acabando agora. Não são dez anos, são quatro; e, até agora, nada.

Bom, agora eu vou contar uma coisa boa: a fundação da Casa de Saúde Nossa Senhora dos Raros em Taubaté. O Padre Márlon é paciente de RTD (deficiência de transportador de riboflavina). Ele é uma pessoa com o atestado de óbito já formado, porque ninguém sabe como ele está vivo até hoje, e ele é nosso assistido. E ele falou assim: "Eu tenho um espaço e, se vocês entrarem conosco, tanto a equipe médica como o Instituto Vidas Raras, eu vou reformar o espaço e nós vamos fazer um hospital-dia". E ele começou já a funcionar no dia 28 de fevereiro e nós já atingimos mais de 800 consultas totalmente de graça em todo o território nacional.

Era para atender só o Vale do Paraíba, mas nós não tivemos coragem de não aceitar outros pacientes.

Nós não temos ainda recurso nenhum vindo de SUS, só mesmo de campanhas e doações, mas nós temos sobrevivido bem, por enquanto, porque agora a gente vai fazer mais um prédio de quatro andares para poder receber mais pessoas. Então, eu convido a todos que queiram fazer uma visita a Taubaté para conhecer a nossa casa e ver como está funcionando.

Eu tenho muito orgulho disso, Senadora.

Ah, uma das coisas que eu esqueci, ainda bem que eu anotei: quando se fala de compartilhamento de risco, por que não fazer para as outras doenças também? Incorpora os tratamentos e entra no compartilhamento de risco. Se a empresa tem tanta credibilidade no remédio que fabrica, ela não vai negar, certo? Então, por que não? Em vez de não incorporar, incorpora com algumas regras e, assim, ninguém sai perdendo. Quem vai sair ganhando é o paciente, e é este o nosso foco: cuidar dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, essas são as nossas redes sociais. Tem também agora a Casa Nossa Senhora dos Raros, se vocês puderem seguir, acompanhar o nosso Padre Márlon, que é um serelepe. O filme dele foi lançado ontem: Milagre Vivo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Milagre Vivo?

A SRA. REGINA PRÓSPERO – É. É um documentário que está muito bem construído. Dudu é muito chato e gostou bastante. Eu ainda não assisti, mas eu vou ver se assisto esta semana.

Se vocês puderem ir, eu agradeço. Eu acho que é um marco para todos nós.

Obrigada, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Regina, você não tem ideia de como a gente estava na expectativa para a ouvir.

Eu vou repetir uma fala que eu já fiz em duas audiências anteriores, mas eu preciso fazer o tempo todo esta fala, especialmente para quem não ouviu.

Alguns anos atrás, nós não tínhamos um espaço, como nós temos hoje, no Parlamento. Eu fui família rara, eu sou família rara, e um dos motivos pelos quais eu vim trabalhar... larguei a minha carreira e vim trabalhar no Congresso como uma assessora jurídica era também ser voz dos raros, em 1998.

E a gente batia na porta dos Parlamentares; eles nunca tinham ouvido falar do que era raro.

A SRA. REGINA PRÓSPERO (*Fora do microfone*.) – Não, não tinham.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Isso em 1998, 1999, 2000.

A gente andava nos corredores, e eu então como assessora, junto com as instituições, éramos ignorados. E depois eu comecei a acompanhar os meus Parlamentares em reuniões com o Ministério da Saúde, e assessor não fala. Ah, se assessor pudesse falar, não é, Irlane?

E eu ficava na cadeira de trás, enquanto os Parlamentares estavam na mesa com ministros, secretários, e eu tinha que ouvir, mas eles são muito caros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA PRÓSPERO (*Fora do microfone.*) – São poucos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – São poucos, são caros.

Imagina eu, de uma família rara, sentada calada atrás, tendo que ouvir, e o Parlamentar não entendendo nada. Até que a gente começou a falar: "Nós não somos caros, nós somos raros".

E hoje o que nós temos? Nós temos um grupo enorme de Parlamentares envolvidos, mas isso foi trabalho da sociedade civil, por isso que a gente está o tempo todo, eu e a Mara, rendendo homenagens a vocês.

Nós hoje temos frente parlamentar, nós temos uma Subcomissão permanente no Senado. Gente, esta Subcomissão não é temporária; ela é permanente, para os direitos das pessoas com doenças raras. Nós estamos aprovando legislação. Todo dia, a gente aprova alguma coisa no Congresso Nacional. E o convencimento hoje é fácil de fazer, mas foi trabalho da sociedade civil. Foram as famílias raras que tiveram coragem.

A gente sai, em 30 anos de anônimos, ignorados, para cadeira no Congresso. Agora a gente quer cadeira no TCU, ouviu, doutor? A gente quer cadeira em todo lugar. Porque nós não somos caros, nós somos raros.

E aí, Regina, nesse sentido, eu já vou pedir à minha assessoria que faça um requerimento de uma diligência da nossa Comissão ao hospital, para conhecer o padre e assistirmos juntos ao documentário. Então a gente vai fazer uma diligência, eu acho oportuna e necessária, para a gente dar visibilidade ao trabalho do hospital. E quem sabe essa boa prática... Nós temos muitos Senadores que já foram Governadores. Quem sabe essa boa prática pode ser compartilhada depois com outros estados?

Parabéns pelo trabalho de vocês.

Sim?

A SRA. REGINA PRÓSPERO – Um item que eu esqueci: cadê o protocolo de Fabry? Eu já mandei vários pedidos para saber qual é o *status* do protocolo de Fabry. Sem esse protocolo, o remédio não vai para o SUS, e os juízes estão achando que já está no SUS, e eles estão fazendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com que as famílias vão até o posto de saúde para retirar o seu medicamento do posto de saúde, sendo que ele ainda não está lá.

Então, por favor, tirem da gaveta. O protocolo clínico de Fabry tem que aparecer. Essas famílias anseiam por isso. E Fabry é uma doença com muitas especificidades. Então é necessário que isso aconteça.

Várias famílias estão aguardando. Nós pedimos até que não entrassem com ação judicial, porque não havia necessidade, pois já estava na iminência de ser publicado. E até agora, nada.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dra. Priscila, eu acho que a senhora está com a caneta aí, anotando tudo, não é? Entendeu por que ficou por último.

Nós vamos continuar.

Excelente a sua colocação, a sua indagação agora. Precisávamos ter nos lembrado deles, com certeza.

Na sequência, nós vamos ouvir agora a Febrararas, Dr. Antoine, que é um parceiro do Parlamento, desta Comissão, nos debates, na construção de legislação, no aperfeiçoamento.

E aí, as instituições que estão aqui, talvez tenha alguma que veio pela primeira vez... Deixe-me explicar uma coisa: nós precisamos de vocês o tempo todo. Deixe-me explicar uma coisa: o Parlamentar é muito eclético, trabalha com muitos temas. E às vezes, são vocês que têm o domínio do tema. Ajudem-nos. A gente tem encontrado, na Regina e no Dr. Daher, muita ajuda na busca de pareceres, na busca de sugestões, na discussão do projeto de lei com a gente, mas a gente quer ter essa interação com todas as instituições. Às vezes, a gente toma uma decisão errada, porque a gente não tem informação.

Então, que as instituições se sintam parte desta Comissão, ajudando-nos, como algumas já estão fazendo.

Doutor, é uma alegria recebê-lo de novo. Dez minutos para sua exposição, mas já percebeu que eu sou generosa, não é? Muito obrigada por ter aceitado o convite mais uma vez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTOINE DAHER (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos. Eu gostaria de expressar minha imensa e profunda gratidão à Senadora Damares e também à Senadora Mara Gabrilli pelo apoio contínuo e dedicado à causa das doenças raras.

Também gostaria de cumprimentar a Dra. Priscila Louly, do Ministério da Saúde; o Dr. Ricardo Salviano, Defensor Público Federal; o Dr. Messias Trindade, do Tribunal de Contas; a Dra. Regina Próspero, do Instituto Vidas Raras; o Dr. Renato Benine, representando a Sindusfarma; enfim, todos os que estão assistindo a esta audiência tão importante.

Eu acredito que nós estamos aqui porque algo está errado. Nós estamos enfrentando uma crise referente a acesso, e isso era óbvio. Quem puder acompanhar a trajetória das doenças raras no Brasil, infelizmente, irá prever que a gente vai chegar a um momento em que vamos ter problemas. Mesmo o Ministério da Saúde querendo ajudar, querendo resolver o problema de um nicho ou de outro das doenças raras, não ia poder fazer – ou ter um plano nacional de enfrentamento às doenças raras da forma que está sendo conduzida hoje.

Eu gostaria de falar de vários aspectos.

Primeiro, o aspecto regulatório. Nós temos e conseguimos, desde 2017, um *fast track* para as doenças raras na Anvisa, Resoluções 204 e 205; depois, para as terapias avançadas, as Resoluções 260 e 338. Lembro que a Anvisa foi a primeira agência na América Latina que estabeleceu o critério para registro das terapias avançadas, e isso é graças às pesquisas que nós trouxemos naquela época.

Só que não adianta a gente ter uma prioridade, um *fast track*, na agência nacional sem ter um *fast track* e prioridade no Ministério da Saúde. Não tem cabimento a Anvisa fazer o trabalho dela de forma célere e rápida se o Ministério da Saúde não prioriza as doenças raras.

Outro ponto de que a gente vai falar, passando pela triagem neonatal e também pela incorporação dos medicamentos. Eu posso chamar isso de incorporação de qualidade de vida para os pacientes, não dos medicamentos. Nós temos que incorporar linhas de cuidados, porque nós, quando falamos de medicamento, estamos falando de apenas de 3% de tratamentos no mundo das doenças raras. Só que nós podemos incorporar linha de cuidados para grupos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

doenças, o que muda totalmente a qualidade de vida desses pacientes e pode trazer sustentabilidade para o sistema, independentemente do medicamento, se existe ou não.

Hoje o paciente leva em torno de cinco anos e quatro meses para ter o diagnóstico. Essa é a média no Brasil no Sistema Único de Saúde. Enquanto, no primeiro centro do mundo que temos aqui no Brasil, no Rio Grande do Sul, a Casa dos Raros, que atende 100% gratuitamente e tem convênio com a Secretaria de Saúde, nós comprovamos que podemos reduzir esse *average* para 41 dias.

O Sistema Único de Saúde gasta em média de R$30 mil a R$50 mil para o paciente até chegar ao primeiro especialista – ainda não tem diagnóstico, não tem nada, zero. Ele gasta todo esse dinheiro.

Então enquanto a gente tem um projeto de lei ainda não implementado, nós estamos gastando muito, porque no momento que eu faço o diagnóstico, eu tenho um plano de manejo para o paciente. Eu evito muitas internações inadequadas, evito muitos procedimentos e cirurgias inadequadas, eu consigo construir um plano de manejo correto para aquele paciente, dando um mínimo de qualidade de vida, independentemente do tratamento medicamentoso ou não.

Falando do tratamento medicamentoso, também chegando à Conitec, não adianta eu incorporar – com todo o respeito, Priscila – um medicamento, colocando o critério de que esse medicamento vai ser incorporado para os pacientes até seis meses de idade ou até um ano de idade, se não incorporo o diagnóstico.

Mesmo tendo o teste do pezinho, no Brasil, para seis doenças, sete doenças, em alguns estados para 50, nós sabemos que muitos, especialmente nas Regiões Norte e Nordeste, não realizam o teste do pezinho ou até realizam, mas não têm o diagnóstico revelado, que não chega para eles. Então, imagine sem ter o teste do pezinho como ficaria difícil para uma família ter um diagnóstico de doença rara. Como vou incorporar um medicamento sem incorporar o diagnóstico? Isso faz parte da linha de cuidado.

Muitos PCDTs existem, mas não têm tratamento medicamentoso. Muitos tratamentos medicamentosos são incorporados, mas sem ter linha de cuidado. Então, o que falta hoje, no meu ponto de vista? Falta a estruturação do ecossistema completo para as doenças raras, para facilitar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a vida do paciente, para facilitar a vida do Ministério da Saúde. Seja *risk sharing*, seja qualquer tratamento, o Ministério da Saúde quando tem uma estrutura completa, centros adequados... Não estou falando dos centros habilitados, porque nem todos os centros habilitados são adequados para atender doenças raras. A maior prova é a Portaria 199, que foi muito legal, muito bem-vinda, mas não cumpriu o dever dela, não mudou a qualidade de vida do paciente, não mudou a fila desses pacientes, que continuam morrendo na fila. Então, nós queremos uma resposta adequada para esses pacientes para que o sistema gaste menos e tenha respostas eficientes. Para isso, precisamos de uma estruturação completa, de centros adequados.

Chega de a gente tratar as doenças raras nas margens das outras doenças. As doenças raras precisam de um manejo completo, multidisciplinar, de uma abordagem interdisciplinar em que você tem pesquisa, tem capacitação, tem equipes que trabalham juntas, tem discussão de caso e todos os profissionais discutem o mesmo caso. Dessa forma não precisa judicializar. Quando vocês têm um centro adequado, tipo Casa dos Raros, vocês não precisam judicializar mais, tudo será via administrativa, porque quando se tem um relatório tão bem feito, tão completo da vida do paciente, o acompanhamento total da vida do paciente sem precisar pedir, tudo fica mais fácil, seja para o paciente, seja para o Ministério da Saúde, seja para a própria Anvisa, que dá um registro, às vezes, provisório ou faz um registro baseado em um número pequeno de pacientes, na fase dois, quando se trata de doença rara.

Nós estamos aqui pedindo para todos os envolvidos e agradecendo, mais uma vez, essa oportunidade. Acredito que chegou o momento de a gente criar um trabalho mais sério que vise à sustentabilidade do sistema, que mostre onde estão os gargalos dentro do Sistema Único de Saúde para podermos, juntos, modernizar esse sistema. Não precisamos, acreditem em mim... Nós submeteremos os dados da Casa dos Raros, de um ano e meio de trabalho, à publicação. Todos esses dados, em breve, serão publicados mostrando que, com pouco dinheiro, com muito pouco, nós podemos fazer a diferença na vida do paciente, enquanto hoje se gastam milhões e a resposta é inadequada.

Não precisamos de mais financiamento. A gente escuta todos os gestores, especialmente os políticos, executivos, que falam: "Não, mas não dá. Precisamos de mais financiamento". Não, eu não concordo com isso. Nós precisamos de um plano nacional de enfrentamento, precisamos de ter não apenas coordenadoria de raras. A gente já sugeriu para o Ministério da Saúde, no início

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

deste mandato, que tenhamos a secretaria de atenção especial às doenças raras para podermos ter um plano nacional e definir um orçamento. A gente monta um plano adequado com um orçamento correto e, se precisarmos de mais dinheiro, depois discutimos com o Congresso como arrumamos mais dinheiro. Mas eu tenho certeza de que vamos ter sobra a partir do momento em que a gente colocar o ponto na ferida e quiser, de verdade, resolver o problema do paciente na ponta e o problema do sistema.

Só que, do jeito que está hoje, o sistema sofre: não se tem previsibilidade, gasta-se da forma errada. E o paciente paga com a própria vida e as mães, especialmente, perdem a dignidade, numa esperança do que não vem nunca.

Então, meu apelo aqui é que se forme, Priscila, junto com o Ministério da Saúde, um grupo de trabalho sério com todos os interessados, com todos os que estão aqui e outros também, para a gente realmente mostrar que temos soluções. Nós trabalhamos com isso e estudamos sobre isso, temos publicações que demonstram que podemos resolver o problema das doenças raras no Brasil da melhor forma possível. Nós não estamos falando de teoria. Nós temos dados que comprovam, na prática, que tem solução.

Existem muitas soluções. Para as doenças raras, não há apenas terapias avançadas que custam milhões. Acabou de ser assinado, nós trouxemos, o primeiro acordo do mundo de terapia avançada entre uma empresa americana e a Fiocruz. A Casa Hunter, junto com a Casa dos Raros, que fez este acordo. Acabou de ser assinado, um mês atrás. O Ministério da Saúde é que vai bancar. Seis doenças. Nós vamos fazer a pesquisa na Casa dos Raros e vai custar muito barato, tipo você ter uma Ferrari no preço de um BYD. Pela primeira vez no mundo, o Brasil vai exportar conhecimento e vai ser sustentável na terapia avançada.

Então, nós temos soluções. Só que precisamos sentar e conversar, ter diálogo sobre elas. Se cada um fechar a porta, não vamos dialogar juntos sobre quais são as melhores soluções para ambos e nós não vamos chegar a lugar nenhum.

É esse o meu recado a todos.

Espero que dê certo!

Estamos juntos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Febrararas. Obrigada. Desafiadora a sua fala.

Deixe-me falar uma coisa, Dr. Daher.

Assim como a Regina, eu também fui para o Executivo, porque eu cansei de ficar aqui nos bastidores do Legislativo, gritando, cobrando. Aí eu fui para o Executivo. Eu fui como Ministra da pasta, do tema. E eu achei que ia fazer tudo, Regina.

Eu achei que fosse chegar lá, famílias raras... Nós tínhamos um Governo aberto ao tema, tanto que, dentro do Ministério dos Direitos Humanos, nós entregamos para o Brasil uma coordenação nacional dos direitos. Nós entendemos que este assunto é transversal, não tem que ficar só no Ministério da Saúde. Nós entendíamos e entendemos assim.

Hoje está tudo com o Ministério da Saúde. É difícil. O Ministério da Saúde tem que trabalhar é com medicamentos, com suprimentos, com as terapias, e os direitos estariam lá em outro ministério. E aí a gente achava que ia resolver todos os problemas, e nós encontramos o gargalo que é a administração pública, exatamente o que a Regina falou, exatamente o que o representante da Febrararas falou. É tudo engessado, gente! É tudo engessado. A máquina pública, no Brasil – eu vou fazer esse desabafo publicamente –, é cara, lenta e engessada. E aí a gente tem os órgãos de controle, que também nos fiscalizam, porque eles têm essa atribuição, eles são obrigados a nos fiscalizar. Nós ficamos engessados, com orçamentos prontos e entregues, que a gente recebe, sem flexibilidade.

Essa coisa de vamos combater a corrupção fica muito mais cara, porque a gente não modernizou a máquina – a gente não modernizou a máquina. Do que nós estamos precisando? Gestão, governança, integridade, eficiência e transparência. No dia em que a gente conseguir alcançar tudo isso, a máquina pública vai entender que vocês não são tão caros assim – não são tão caros– e que a gente tem dinheiro, sim.

A SRA. REGINA PRÓSPERO (*Fora do microfone*.) – Se a gente está caro, é porque a gente não foi atendido lá atrás.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Exatamente! Não fomos atendidos lá atrás e, agora, estamos caros – não tão caros, tá, governo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, deixem-me dizer para vocês: eu acho que a criação de um grupo de trabalho... E acho também, Antoine... Nós temos um Comitê Interministerial de Doenças Raras na Esplanada. Até queria ouvir da Priscila como é que está o comitê, quem está na liderança do comitê. O comitê pode capitanear um grupo de trabalho desse, mas o Parlamento pode colaborar muito por meio desta Subcomissão, trazendo a sociedade civil para a Subcomissão e apresentando propostas.

Quem muda a lei é esta Casa! Hoje, nós estamos reféns de uma decisão do STF, porque não ousamos mudar algumas coisas, porque nós ficamos parados no tempo. Esta Casa pode dar o norte. Não quero mais ficar refém de uma decisão. Inclusive, durante o debate, antes da decisão final, as instituições estavam aqui, nós fizemos uma mobilização, nós estivemos com o Ministro no Supremo, pedimos ao Ministro Kassio que ele solicitasse vistas. Ele fez o que a gente pediu, mas o prazo foi muito curto. A gente não conseguiu influenciar, como a gente queria, naquela decisão. Estamos reféns de uma decisão que questionamos, mas o Supremo teve que tomar a decisão, porque o Supremo observou que tinha muitas falhas, muitas brechas. Mas esta Casa não pode se omitir mais! E vou dizer, Priscila: o Executivo também não pode mais se omitir. Nós vamos ter que nos encontrar. E acredito que a receita é governança, transparência, gestão, integridade e eficiência. Se a gente caminhar nessa direção, a gente se encontra e a gente vai dar as respostas.

A sua fala, Antoine, é desafiadora. Vou levar isso como um dos encaminhamentos para a nossa Subcomissão. E, se a gente não puder contar com o Executivo, com o comitê, nós temos a Frente Parlamentar Mista no Congresso Nacional e uma Subcomissão. A gente pode começar por aqui, convidando o TCU para a reunião, a Defensoria Pública. Acho que a CGU também tem que participar. A CGU tem que estar com a gente nessa luta, porque é missão da CGU a governança, a transparência e a integridade. Vamos conversar com a CGU. Eu acho que dá, sim.

Aquilo que eu e Regina queríamos fazer, como gestoras, e nós não conseguimos, porque a máquina é engessada, dá para a gente rever o que precisa ser revisto lá na gestão pública.

Obrigada, Febrararas, pela participação!

Nós vamos ouvir agora o Diretor de Relações Governamentais do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos, o Sindusfarma. Nós não podemos discutir doenças raras sem os laboratórios estarem conosco. Eu vejo muita gente colocando-os numa posição de vilão. Eles não são vilões; eles encontraram muitas das respostas de que nós precisamos. Nós fazemos isso de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma transparente, numa audiência pública. A gente ouve, sim, a indústria farmacêutica – a gente ouve –, porque está lá a solução de muitos dos nossos problemas.

Então, é com muita alegria que nós o recebemos, e a gente vai ficar no tema que foi proposto: a discussão da incorporação de medicamentos, terapias e equipamentos pelo SUS. Muito obrigada por estarem conosco.

O SR. RENATO BENINE (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora. Queria agradecer à senhora e à Senadora Mara Gabrilli pelo convite, por convidar o nosso Presidente Executivo, o Dr. Nelson Mussolini, para estar aqui presente – eu o represento aqui hoje nesta audiência.

Queria cumprimentar os demais participantes dessa mesa e também dizer que é um prazer enorme estar de volta a esta Casa. Eu, que fui desta Casa... Trabalhamos muito, Senadora, em outras ocasiões, quando a senhora era Ministra e eu, assessor da Senadora Mara Gabrilli. Então, é um prazer enorme estar aqui e rever vários rostos conhecidos.

Hoje, eu estou na indústria farmacêutica, levando um pouco da minha experiência e, talvez, um pouco da minha sensibilidade, construída ao longo de tantos anos aqui também no atendimento às pessoas que vivem com doenças raras. Eu sempre gosto de dizer que prefiro dizer "pessoas que vivem com doenças raras", para a gente, de fato, trazer destaque às pessoas e à vida dessas pessoas. Que a gente não foque tanto na doença, mas foque na pessoa e foque na vida.

Falando um pouco do Sindusfarma: o Sindusfarma é o Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos. A gente tem na nossa base 600 associados. A gente tem toda a cadeia de valor farmacêutico, à exceção do varejo. São mais de 200 laboratórios farmacêuticos, indústrias farmacêuticas nacionais e multinacionais. Se é indústria instalada no país, é associada ao Sindusfarma. A gente tem 95% do *market share* representado pelo Sindusfarma, que movimenta aí 100 mil empregos diretos e 800 mil empregos indiretos.

Falando agora propriamente do tema, falando sobre acesso a medicamentos para pessoas que vivem com alguma doença rara, esse caminho é um caminho muito longo, de fato, e, para a indústria, ele começa bem lá atrás. São anos para o desenvolvimento de uma pesquisa; são anos para a descoberta de uma molécula; são muitas as moléculas que são ali pesquisadas para que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente alcance uma molécula. Segundo dados do Inca, são mais de 10 mil moléculas para que se encontre uma comercialmente viável. São 10 anos, 15 anos de investimentos, de pesquisas. São US$16 milhões a US$1,5 bilhão muitas vezes utilizados e despendidos para identificar uma única molécula.

E aí a gente tem a pesquisa clínica, o momento de testar esses medicamentos, comprovar a eficácia desses medicamentos. E aí começa uma luta pela busca de pacientes. O Brasil hoje ainda é o 20º país... Em que pese sejamos o décimo mercado da indústria farmacêutica, a gente é o 20º em pesquisa clínica. Isso se deve ao fato de que, até muito recentemente, a gente não tinha um marco legal para as pesquisas clínicas, algo conquistado muito recentemente com a Lei nº 14.874, sancionada em 28 de maio de 2024.

Essa lei ainda está pendente de regulamentação, e esta é uma outra demanda – viu, Senadora? – que a gente pode colocar nos pedidos, que é: tentar compreender em que momento essa regulamentação sairá. Em tese, a norma já está vigente, mas a gente ainda carece de regulamentação.

Tem um veto também, o Veto 13, que está para ser apreciado por esta Casa, pelo Congresso Nacional, que estabelece o prazo de cinco anos para o fornecimento pós-estudo. Esse é um veto cuja derrubada, para a indústria, é fundamental, porque a gente compreende que... Inclusive, esse veto, o dispositivo que foi vetado garante direito ao paciente. O texto que a gente tem na lei já garante que o fornecimento do medicamento pós-pesquisa clínica é por um prazo determinado. Na ausência dessa disposição, esse prazo pode ser de um ano, dois anos, mas, se a gente conseguir derrubar o veto, esse prazo será de, no mínimo, cinco anos. Então, a gente precisa da retomada desse dispositivo para garantir segurança jurídica, tanto para a indústria como também para o paciente, para que ele tenha acesso ao fornecimento pós-estudo por pelo menos cinco anos do início da comercialização desse produto. Então, a gente precisa de e aguarda uma sessão para que se possa deliberar a derrubada desse veto.

Um outro ponto bastante importante de que a gente tem que falar, em relação à pesquisa clínica, é que esses medicamentos são todos tributados. Nos medicamentos destinados hoje à pesquisa clínica, só para a senhora ter uma ideia, Imposto de Importação é de 16,20%; IPI, 15%; PIS, 2,10%; Cofins, 9,65%; ICMS, 18%. Quem traz medicamento e pesquisa clínica para um país

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com toda essa carga tributária que a gente tem? Esta é uma demanda do setor em relação à reforma tributária: a gente precisa desonerar medicamentos destinados à pesquisa clínica. Essa é uma forma de a gente garantir acesso, e pesquisa clínica é acesso antecipado a tecnologia, é acesso antecipado a inovação – sobretudo nos raros, quando você tem as pessoas que vivem com uma doença rara, que buscam uma vida digna e encontram ali, na pesquisa clínica, talvez a única alternativa terapêutica a uma doença sem nenhuma outra alternativa. Então, a gente precisa pensar em como tornar isso cada vez mais eficiente, também, para ser o Brasil um país atrativo para a pesquisa clínica, garantindo mais acesso a medicamentos inovadores para as pessoas que vivem com doenças raras.

Regulação sanitária e regulação econômica: aqui a gente vive – já falei isso numa outra audiência aqui – entre o progresso e a assimetria. Na regulação sanitária, a gente tem vários avanços, como o próprio Antoine colocou – você já tem registros de medicamentos concedidos em Fase II de pesquisa clínica; você tem o *fast track*, como disse o Antoine; tem a Anvisa iniciando debates para aproveitar evidências de mundo real no registro e nas análises regulatórias, sobretudo considerado esse universo muito limitado de pacientes que compõem o universo de pessoas que vivem com doenças raras –, mas, na regulação econômica, a gente tem uma regulação econômica, uma regulação de preço de medicamentos que é datada de 2004.

A Resolução 2, da Cmed, é de 2004, quando sequer se falava em doença rara, terapias avançadas... Então, a gente precisa avançar na regulamentação, nas discussões. A gente tem tido uma discussão já com a Cmed, com a Secretária da Cmed, para avançar nessas discussões; a gente sabe que eles estão num processo, também, de construção dessa regulamentação, mas a gente ainda vive uma assimetria: enquanto, do lado da regulação sanitária, a gente vê progresso, na regulação econômica, a gente vivia uma certa estagnação, e agora conta com passos que vêm sendo dados pela secretária para tentar aprimorar a Resolução nº 2, que regula a precificação. Do contrário, a gente fica com, no caso das terapias avançadas, a maioria delas enquadradas como caso omisso, não tendo ali, de fato, uma regulação clara e transparente. E previsibilidade e segurança jurídica são dois elementos essenciais para os negócios, qualquer negócio, não só para o negócio da indústria farmacêutica, mas para qualquer negócio; até mesmo para a gestão pública, a previsibilidade e segurança jurídica são essenciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falando agora da incorporação, a incorporação é o desfecho final do acesso a esse medicamento, o que a gente está falando aqui principalmente. No caso de doenças raras, no que tange à avaliação de tecnologias em saúde, a gente precisa encontrar formas alternativas para a incorporação desses medicamentos; precisa, nas tomadas de decisão, avaliar, por exemplo, o uso da análise de decisão multicritérios (MCDA), que já é utilizada por diversos países; a gente precisa avançar em pensar na adoção de acordos de risco compartilhado. A gente tem um acordo de risco compartilhado que está, neste momento, aguardando a deliberação do Ministério da Saúde, justamente para o caso de AME, que é o risco compartilhado para acesso do Zolgensma.

E a gente tem a decisão do Supremo, recente, as Súmulas 60 e 61, que são decisões tomadas no âmbito do Tema 6 e do Tema 1234. E eu queria registrar que a indústria farmacêutica sempre foi e sempre será contrária à judicialização. Isso é princípio da indústria farmacêutica. Não há como a gente defender a judicialização, porque ela não é boa para ninguém: ela não é boa para a indústria farmacêutica, ela não é boa para o paciente e ela não é boa para o Governo. Ela é incapaz de garantir, sobretudo pensando nas decisões precárias que a gente tem... São medidas liminares cassáveis a qualquer momento. Então, a gente não pode pensar que ela é boa para garantir acesso. Não é mecanismo de acesso. Como a própria Senadora Mara falou, infelizmente, ela tem sido a política pública adotada no acesso a doenças raras, mas não deveria ser. E ela também não é boa para os governos, porque também se perde previsibilidade, também se perde segurança jurídica e elevam-se os custos da manutenção desses tratamentos.

O Supremo talvez tenha acertado em dizer que a judicialização é um mecanismo excepcional de acesso, sobretudo quando a gente tem ali situações em que os mecanismos usuais de acesso, os mecanismos usuais de incorporação falham, seja porque o medicamento não foi incorporado, seja porque o medicamento, embora tenha sido incorporado, está indisponível. Nesse caso, a gente precisa lançar mão da judicialização – não digo a gente, indústria, mas o paciente tem total direito de lançar mão da judicialização, porque ele está tendo um direito violado. Mas acho que o Supremo talvez tenha falhado, tenha se equivocado nos critérios que ele utilizou para definir ali a restrição à judicialização.

E cabe a esta Casa, cabe à sociedade civil, cabe ao Governo a discussão desses critérios de maneira democrática, de maneira transparente, que a gente consiga pensar em quais são os mecanismos necessários para o aprimoramento da Conitec, quais são os mecanismos necessários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o aprimoramento da incorporação, quais são os mecanismos necessários para a gente prover formas alternativas de financiamento do sistema.

A gente tem, sim, Senadora, que garantir acesso, mas a gente também tem, sim, que pensar em como resolver o subfinanciamento do sistema. A gente vivencia isso. A gente tem aí o PLP do Senador Romário, trazendo algumas ideias para a gente, o PLP 149, de 2024; há outros PLs que tratam da criação de fundos para manutenção dos tratamentos para pessoas com doenças raras; enfim, temos uma infinidade de proposições que precisam ser estudadas, pensadas, talvez no âmbito desse grupo de trabalho, como a senhora colocou, para que a gente encontre saídas realmente que garantam acesso a esses medicamentos.

Judicialização, de fato, não é o caminho. Judicialização, de fato, não é a forma de garantir, não é política pública. A gente precisa pensar na construção de política pública e que seja previsível para todos: previsível para o paciente, previsível para o Governo e previsível para a indústria.

São essas as minhas palavras.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau!

Obrigada, Dr. Renato.

Gente, para mim é muito difícil chamá-lo de Dr. Renato, porque nós éramos colegas nos corredores, na Câmara, no Senado. Éramos assessores que sonhávamos. E muita, muita legislação foi construída aqui, com a gente, com os gabinetes unidos. E depois eu fui ser Ministra, ele continuou assessor, e me ajudou muito na interlocução com o Congresso, muito! E hoje eu vejo o Renato na diretoria dessa relação institucional. Você levou para lá essa visão do Legislativo e você consegue também fazer esse diálogo com o Executivo. Então, Dr. Renato, eu estava olhando aqui muito orgulhosa de você, muito orgulhosa. E é muito bom saber que nós temos você lá para esse diálogo. Que Deus te abençoe na sua nova jornada! E tem um monte de assessor aqui te mandando abraço, viu? Um monte de assessor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gente, os assessores dos demais Senadores não vêm ao Plenário, porque eles querem deixar as cadeiras para os convidados, mas os gabinetes estão todos conectados. Nós temos um circuito interno de televisão. Quero mandar um abraço para todos os colegas dos gabinetes que estão acompanhando e também vão trabalhar conosco nos encaminhamentos.

Então, Renato, seus colegas estão mandando abraço, tá? Obrigada.

Por último, nós vamos ouvir o Ministério da Saúde. Mas aí, Priscila, antes de lhe passar a palavra, eu vou ler algumas perguntas que chegaram e estão direcionadas. Você pode respondê-las agora, usá-las para fazer a formatação da sua fala ou, depois, respondê-las por *e-mail*.

Ellen, do Distrito Federal, pergunta o seguinte, Priscila: "Como tem sido o trabalho de conscientização da população e dos trabalhadores do SUS [...] [quanto a] pessoas com doenças raras?". Eu vou repetir: "Como tem sido o trabalho de conscientização da população e dos trabalhadores do SUS [...] [quanto a] pessoas com doenças raras?".

A pergunta que vem do Rio de Janeiro, por meio de Giovana, diz o seguinte: "Por que [...] as fórmulas especiais para erros inatos do metabolismo [ainda não foram incorporadas ao SUS, sendo essenciais para o tratamento]?". Inclusive, temos mães metabólicas aqui.

E aí temos mais uma pergunta. Deixe-me ver. É mais uma para você, Priscila: "Precisamos da aprovação do medicamento [...] para Ataxia de Friedreich, que é uma doença rara devastadora!". Nós temos muitos representantes aqui. Essa pergunta vem de Amanda, do Distrito Federal.

Priscila, são dez minutos, mas você já percebeu que eu dou um prazo maior. E estamos todos numa grande expectativa para te ouvir, Priscila. Muito obrigada por estar participando da audiência.

A SRA. PRISCILA GEBRIM LOULY (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde. Eu queria agradecer, Senadora Damares, pelo convite. É muito importante a gente sempre participar dessas audiências. Sempre que recebemos convite, estamos presentes. É muito importante esse diálogo.

Cumprimento a Senadora Damares, a Senadora Mara Gabrilli e os demais participantes aqui convidados: o Dr. Ricardo, o Dr. Messias Trindade, a Regina, o Dr. Daher e o Renato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu mandei uma apresentação. Não sei se posso compartilhar por aqui ou se vocês podem passar por aí.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Você mesma pode começar a exibição.

A SRA. PRISCILA GEBRIM LOULY – O.k.

Eu vou responder a algumas falas, a alguns questionamentos que foram falados aqui, mas eu falarei apenas do que disser respeito à Conitec, ao Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde.

Então, no que diz respeito a acesso e implementação de tecnologias, eu não posso falar, porque não diz respeito, não cabe a mim, pois não é da minha competência.

Eu vou tentar passar a apresentação de uma forma breve.

Vocês estão me ouvindo?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

A SRA. PRISCILA GEBRIM LOULY – Eu estou compartilhando. Então, não estou mais vendo. Se alguém quiser falar, pode só me interromper.

Bom, vou falar um pouco sobre a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec), que foi criada por lei em 2011. Antes da Conitec, a gente tinha a Citec, que era a Comissão de Incorporação de Tecnologias. A Citec havia sido criada por meio de uma portaria do Ministério da Saúde.

Essa lei trouxe alguns avanços, como principalmente o estabelecimento de prazos para análise, alguns critérios que são obrigatórios para que uma tecnologia seja avaliada pela Conitec e seja incorporada; e também a composição dessa comissão e alguns atores importantes envolvidos nela. A Conitec é um órgão colegiado integrante do Ministério da Saúde, que tem como objetivo assessorar o Ministério nos assuntos relativos a incorporação, exclusão ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alteração de tecnologias no SUS e também sobre a constituição e alteração de Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT).

Para que uma tecnologia seja avaliada, é necessário que seja considerada a evidência científica, a evidência de eficácia e segurança, e também estudos de avaliação econômica, os estudos que a gente chama de custo-efetividade, estudos de impacto orçamentário. A lei trouxe um ponto extremamente importante: todos os temas e todas as avaliações da Conitec devem passar por consulta pública. Então, todas as avaliações da Conitec passam por consulta pública, exatamente para poder ouvir a sociedade, ouvir as necessidades tanto dos pacientes como dos serviços de saúde a respeito daquela tecnologia que está sendo avaliada.

O prazo é de 180 dias, prorrogável por mais 90. E ela veda o uso de tecnologias sem registro na Anvisa e de procedimentos experimentais. Procedimentos que são considerados experimentais e as tecnologias que não têm registro não podem nem ser avaliadas, não podem nem ser objeto de avaliação pela Conitec.

Também a lei traz que as incorporações devem ser efetivas mediante PCDT. O PCDT só pode ser demandado, só pode ser pedido pelo próprio Ministério da Saúde. Então, são as próprias áreas do Ministério da Saúde que solicitam a elaboração de um novo PCDT ou a própria Conitec. Então, quando há a incorporação de uma nova tecnologia que não existe em PCDT – uma linha de cuidado ou uma diretriz –, a Conitec estabelece, solicita, pede ali, solicita, que seja realizado, elaborado um protocolo.

A Conitec hoje tem uma estrutura um pouco diferenciada de quando foi criada. Houve uma alteração extremamente importante, que foi a criação de comitês temáticos. Então, nós temos um Comitê de Medicamentos, um Comitê de Produtos e Procedimentos e um Comitê de Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas. Essa estrutura foi bastante importante, porque a gente conseguiu qualificar as discussões. Decisões, por exemplo, relativas a produtos e procedimentos se tornaram mais qualificadas e mais efetivas.

A Secretaria-Executiva da Conitec é realizada pelo Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde, que é o departamento do qual eu faço parte. Quanto à composição dos comitês, hoje, são 15 membros. Então, em relação à composição desse comitê, alguns membros já constavam na lei e outros foram incluídos por meio de decreto. Hoje nós temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representantes de cada uma das secretarias do Ministério da Saúde, representantes da Agência Nacional de Saúde Suplementar, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Conselho Nacional de Saúde – isso é extremamente importante, porque a gente entende que a representação da sociedade na composição dos comitês é bastante importante, e o Conselho Nacional de Saúde tem esse papel. Então, hoje nós temos representantes ali com direito a voto e que são representantes de pacientes. Desde o início da Conitec, havia sempre um representante de paciente, pelo Conselho Nacional de Saúde –, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass); o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Conselho Federal de Medicina, a Associação Médica Brasileira e um representante de métodos, que entende de metodologia, dos Núcleos de Avaliação de Tecnologias em Saúde, que representa o núcleo da Rebrats (Rede Brasileira de Avaliação de Tecnologias em Saúde).

O fluxo de incorporação de tecnologia inicia quando a Conitec recebe um pedido, ou seja, a Conitec só atua quando é demandada, seja por uma área técnica do Ministério, seja por uma demanda interna, ou seja por uma demanda externa. Normalmente, as demandas externas são as que vêm das indústrias, das empresas que fabricam os medicamentos, e a gente tem cada vez mais recebido demandas externas vindas de sociedades médicas e também de associações.

Então, a partir do momento em que a gente recebe esse pedido, é feita uma análise, e tem critérios para que seja enviada a documentação. Se estiver tudo o.k., esse processo segue para a análise e, após a análise, vai seguir para duas reuniões da Conitec. A primeira reunião é uma recomendação. O comitê faz uma recomendação inicial, preliminar. Esse parecer, esse relatório, vai para a consulta pública e, após essa consulta pública, retorna novamente para a Conitec, para reunião, para que o comitê ou altere a recomendação preliminar ou mantenha, se não houver nenhum fato novo na consulta pública.

Esse momento também é importante, porque a gente tem, cada vez mais, tentado incluir todos os atores responsáveis e interessados no processo de incorporação de tecnologias. Então, nesse momento, também participa na reunião de retorno de consulta pública, a gente também chama e convida um representante do demandante externo, de quem fez essa demanda. Então, a empresa, quando demanda, tem também a possibilidade de falar ali, no momento da reunião, para mostrar a proposta de incorporação e falar sobre a tecnologia. Quando é uma sociedade médica, por exemplo, ela também pode estar ali presente para fazer essa fala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O secretário, então, tem o poder da decisão. Após a recomendação da Conitec, o secretário decide se incorpora ou não. Ele publica a decisão em portaria ou pode solicitar uma audiência pública, se julgar necessário, para colher alguma informação a mais para auxiliá-lo nessa decisão.

O fluxo de incorporação de tecnologias em saúde leva, na fase de análise, 180 dias, prorrogáveis por mais 90 dias. Nessa fase, a gente considera os estudos das evidências científicas e de avaliação econômica. Após a portaria, a gente tem, pelo prazo do decreto, 180 dias para a disponibilização pelo SUS.

Bom, aqui tem alguns requisitos para avaliação. Acho que eu já falei um pouco deles. No caso de medicamento, além de ter registro na Anvisa, ele precisa ter o preço fixado pela Cmed e previamente ser demandado para a Conitec.

Todo esse processo de avaliação leva em consideração o que a gente chama de avaliação de tecnologias em saúde, que é um processo multidisciplinar que usa métodos para determinar o valor de uma tecnologia em diferentes momentos do ciclo de vida dessa tecnologia e tem o objetivo de trazer informação na tomada de decisão, considerando todos os fatores – equidade, eficiência e qualidade – para o sistema de saúde e para a sustentabilidade. Então, todos estes parâmetros – clínico, econômico, relacionado ao paciente e à própria organização – são levados em conta para a tomada de decisão.

Como até a Regina e a própria Senadora Damares falaram, pontos que acabam sendo mesmo levados em consideração são a questão orçamentária e a questão de organização do sistema para que aquela tecnologia possa ser incorporada. Então, são fatores que realmente são considerados dentro do processo de tomada de decisão, mas são alguns desses fatores. Tem outros que são tomados em conta também, principalmente em relação ao paciente, o impacto que aquela nova tecnologia causa na vida dos pacientes.

Todos os relatórios são tomados como modelo. A gente tem um modelo em que tem todos os requisitos que devem ter nesse relatório. Esse relatório é publicado, e todos eles ficam no *site* da Conitec.

Para fazer esses estudos, a gente segue todos os métodos que constam nas Diretrizes Metodológicas do Ministério da Saúde. Essas diretrizes são realizadas pelos núcleos da Rebrats

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Rede Brasileira de Avaliação de Tecnologias em Saúde). Hoje temos 120 Nats, 120 núcleos, que elaboram essas diretrizes metodológicas, mas, além disso, eles hoje têm um papel extremamente importante, porque também fazem as análises das demandas de incorporação solicitadas à Conitec e elaboram os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas. Esses NATS estão presentes em universidades, nos hospitais de ensino e hospitais de renome do nosso país.

Até hoje, nós recebemos cerca de 1,2 mil demandas de análise, a grande maioria delas é de medicamentos e de várias áreas – enfim, a maior parte – de infectologia e oncologia. Foram 290 tecnologias não incorporadas, mas 472 incorporadas. A gente tem aí que 55% das tecnologias que a Conitec avaliou foram incorporadas e 85 delas foram excluídas.

Falando um pouquinho aqui e só fazendo uma fala bem rápida e específica para doenças raras, das 46 tecnologias incorporadas nos dois últimos anos – eu trouxe algo mais recente –, 15 foram para doenças raras. É um tema de preocupação não só da sociedade, mas é um tema de preocupação, sim, do Ministério da Saúde. É um tema muito desafiador para a Conitec, porque o próprio processo de análise é diferenciado, e ele tem características que são tanto desafiadoras quanto bem específicas.

Tendo em vista – até já foi falado aqui – a questão do registro acelerado, esse, por um lado, é um ponto positivo, mas, quando a gente fala em termos de avaliação de tecnologias de saúde, ele acaba trazendo dúvidas e, para o processo de tomada de decisão, pode gerar um pouco de dúvida no momento dessa decisão. Ele acaba sendo um complicador. Por quê? Porque os estudos acabam não sendo maduros o suficiente para atestar, de fato, a eficácia e a segurança daquele produto. Então, como os estudos ainda não foram finalizados, eles ainda não estão completos, e a gente não consegue saber se, de fato, aquilo que foi observado até aquele momento do estudo vai se manter e por quanto tempo ele vai se manter. E muitas doenças raras, quando a gente vê, têm desfechos e têm resultados na vida do paciente por toda a vida dele, não é momentaneamente. Então, a gente precisaria de um estudo com um tempo de mais longo prazo.

O próprio desenho desses produtos acaba sendo inadequado, do ponto de vista de avaliação da eficácia e da segurança, pelo fato de se ter uma amostra pequena, pelo fato de, muitas vezes, não se ter um comparador que seria o comparador ideal – às vezes eles são estudos de braço único. E, além de tudo isso, a gente tem, cada vez mais, o alto custo dos produtos, dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medicamentos, e a gente acaba não tendo como avaliar se, de fato, aquele alto custo se justifica pelo benefício que ele vai trazer para os pacientes, qual o valor real agregado que aquela tecnologia traz e se realmente ela vai trazer algum benefício para o paciente maior do que o risco. Esse é um ponto importante.

Bom, falando das consultas públicas, todos os nossos temas são enviados para consulta pública, todos os relatórios, todas as análises; a gente analisa todas as contribuições que a gente recebe. É feito também um relatório com uma linguagem mais acessível para a sociedade, para que a sociedade possa participar da consulta pública – a gente também publica relatórios para a sociedade –, e, a partir de 2020, nós começamos a incluir na reunião a perspectiva do paciente.

Então, nós abrimos uma chamada pública, para que um paciente daquele tema possa participar e fazer seu relato ali na reunião sobre como é conviver com aquela condição de saúde, como é conviver com ou sem a tecnologia, porque, às vezes, tem pacientes que já tiveram acesso àquela tecnologia que está sendo avaliada. Ele explica ali como que está sendo a vida dele após o uso daquela tecnologia e, muitas vezes, até sem a tecnologia também. Isso traz informações importantes que complementam a tomada de decisão, e tem sido uma experiência bastante exitosa e muito rica ter esse momento, na reunião, de fala do paciente.

Nós temos 183 diretrizes e protocolos publicados, 34% deles para doenças raras, e nós também aumentamos a transparência e a comunicação. Em todos esses anos da Conitec, a gente tem promovido o diálogo com a sociedade e com os atores que estão interessados na incorporação. Nós fizemos três fóruns de ATS para poder ouvir em que a gente poderia melhorar o nosso processo. Então, muitas evoluções que a gente conseguiu seguir em todos esses anos foram por conta disso, ouvindo a sociedade e ouvindo o que a gente poderia melhorar: uma delas foi a participação do paciente e a outra foi o aumento da transparência e a melhoria na comunicação.

Hoje, todas as reuniões da Conitec são gravadas, disponibilizadas no YouTube. Em poucos dias depois da reunião, elas já estão disponíveis, as pautas e as atas da reunião, inclusive com a pauta em tempo real. A partir do momento em que o tema está sendo tratado na Conitec, ele já tem o resultado e já vai para o *site* com ele. A gente tem uma lista de todas as demandas que estão em avaliação no momento, os dossiês dos demandantes também são disponibilizados, e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente tem todas as outras informações ali no *site*, de consulta pública, enfim... Está aí o *site* para quem ainda não o conhece.

Bom, desculpem-me se eu demorei um pouco além do tempo, mas acho que era importante ter esse panorama do que é a Conitec, do que a gente faz aqui.

Em relação a algumas perguntas que fizeram, o PCDT é iniciado por pedido do próprio Ministério da Saúde ou por incorporação de uma tecnologia. E, quando a gente tem esse PCDT iniciado, ele é elaborado e passa também pela Conitec. Depois de passar pela Conitec, a norma já diz – isso está estabelecido nas normas – que esse PCDT deve ir para as outras áreas. Então, a Regina perguntou aí do PCDT de Fabry. Ele já foi aprovado pela Conitec e foi enviado para a área técnica responsável, para que ela se manifeste.

Eu não sei se tem mais alguma coisa, mas estou aqui à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Priscila. Dentro da sua atribuição e do que você faz no ministério, você foi brilhante. Agradeço à sua secretária, ao seu secretário, ao diretor e à Ministra por tê-la enviado, mas a gente esperava a Ministra da Saúde nesta reunião, a gente esperava a secretária, a gente esperava a diretora... Eu sei do esforço que você fez para representá-los aqui. A gente percebe que você é uma técnica comprometida, extremamente aplicada, e trouxe informação, sobre a Conitec, extremamente interessante. Obrigada por ter vindo, por não ter deixado esse lugar do Ministério da Saúde vazio, mas a gente esperava a Ministra.

Eu preciso registrar isso aqui, porque, Priscila, as famílias têm pressa, as pessoas com doenças raras não podem esperar – não podem esperar!

E, nesse sentido, eu quero informar à Priscila e aos demais convidados que a gente vai precisar caminhar com uma certa urgência. O PLP do Senador Romário está, desde o dia 21 de outubro, na Comissão de Constituição e Justiça, aguardando um Relator, os filhos de vocês não podem esperar tanto. A gente tem um dissabor com esse PLP porque ele entrou no sistema, as famílias printaram quando ele entrou no sistema e ele desapareceu do sistema do Senado. Nós tivemos que fazer uma luta interna para que ele voltasse para o sistema. Depois, uma luta enorme para que o Presidente do Senado distribuísse. Ficou lá na mesa, sem distribuição. Vocês não têm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ideia, todos os Senadores pegavam o microfone na tribuna e diziam: "Distribua, é só o senhor distribuir". Distribuiu para a CCJ desde o dia 21/10 e está aguardando o Relator. A gente quer aprovar na CCJ, já pedir regime de urgência e ir para o Plenário.

Então, assim, as famílias têm pressa. Esta Casa está tomando a iniciativa, estamos cumprindo parte do nosso papel, podemos fazer muito mais, é claro, e vamos fazer, mas o PLP está parado. E aqui as instituições podem nos ajudar mandando lá um *e-mail* para a Comissão de Constituição e Justiça, para o Presidente, para que ele acelere. Inclusive, com o encaminhamento dessa audiência pública, eu vou pedir à Secretaria que faça um ofício desta Comissão para a CCJ pedindo que um Relator seja designado o mais breve possível, porque as famílias estão desesperadas.

Estamos indo para o final da nossa audiência. Algumas respostas não nos foram dadas e a gente vai caminhar da seguinte forma: cada expositor vai ter de três a cinco minutos para agradecimentos e considerações finais e, depois, vocês não estão inscritos para falar, mas eu vou conceder três minutos para a OAB, três minutos para taxias e três minutos para as mães metabólicas. É só o que eu posso fazer, porque o nosso horário já está esgotado. O.k.?

Os expositores na ordem de fala. Nós começamos com o nosso defensor público e nós queremos lhe passar por mais três a cinco minutos para agradecimentos e considerações finais.

O SR. RICARDO EMÍLIO PEREIRA SALVIANO (Para expor.) – A Defensoria Pública da União agradece o convite do Senado Federal. É uma honra participar aqui deste debate e nos colocamos à disposição para todas as associações, para toda a sociedade civil organizada que queira procurar a Defensoria Pública da União para subsidiar nossa atuação com pareceres técnicos, com informações que possam subsidiar a nossa atuação. É muito importante que todos possam contribuir e apresentar dados para que a gente possa postular junto ao Ministério da Saúde, junto aos órgãos responsáveis, para auxiliar todos na luta das doenças raras.

Tem um ponto aqui de que a Febrararas chamou a atenção e que eu já tinha colocado na minha fala, e quero ressaltar aqui que é oportuno. Em relação a essa questão da AME tipo 1, porque foram aprovados os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas para que a criança até seis meses de idade tenha a oportunidade de receber a medicação. Só que, diante da impossibilidade de ela ser submetida a uma triagem neonatal no momento do seu nascimento, isso acaba inviabilizando o diagnóstico e impossibilitando-a de ter acesso ao nascimento, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é uma corrida contra o tempo. A criança, sem o diagnóstico preciso, logo ali no momento do seu nascimento, sem ter a possibilidade da suspeita e depois os testes confirmatórios para confirmar o diagnóstico por meio até de geneticista e depois uma avaliação clínica, não vai ter o acesso à medicação, porque essa demora vai impedir que ela tenha acesso à medicação, já que o prazo é muito curto.

Então, a Defensoria Pública também defende a antecipação da quinta etapa, prevista na lei da triagem neonatal, para que se possa tornar essa política pública de tratamento da AME tipo 1 eficaz...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO EMÍLIO PEREIRA SALVIANO – ... porque senão vai ser inoportuna e não vai fazer efeito. Então, a minha fala é no mesmo sentido da exposição do Presidente da Febrararas.

É isso. Gostaria de agradecer a minha participação.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Defensoria Pública. Eu só queria fazer um alerta aos defensores públicos que estão lá na ponta: Conitec não cria lei, Conitec não toma decisão, Conitec é um órgão consultivo. Então, que os senhores considerem sempre essa realidade. Parabéns! Obrigada, Defensor. Leve um abraço ao Defensor-Geral.

Na sequência, o Dr. Messias Alves Trindade, do Tribunal de Contas, de três a cinco minutos para agradecimentos e considerações finais.

O SR. MESSIAS ALVES TRINDADE (Para expor.) – Mais uma vez, Senadora, obrigado pelo convite.

Reafirmo: acho que a gente pode contribuir. Quero reafirmar o que eu disse no início: a gente vai encaminhar esse relatório tão logo ele seja apreciado pelo tribunal. Foram valiosas considerações que a gente colheu aqui. Eu acho ainda possível ver como a gente considera o nosso relatório, porque a versão que a gente tem ainda é preliminar.

Obrigado pela atenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Messias.

Na sequência, Regina, para os agradecimentos finais.

A SRA. REGINA PRÓSPERO (Para expor.) – Senadora, vou aproveitar aqui a carona no rabo do cometa. Falando do diagnóstico de AME, Dr. Ricardo, as mucopolissacaridoses têm, no protocolo clínico, sendo a primeira forma de cura – "cura" se é que a gente pode chamar assim – , o transplante de células-tronco hematopoéticas, mas ele só pode ser realizado até os 24 meses. Só que não existe o exame neonatal, ele não está incorporado, ele não está na lista. E nós deixamos a mucopolissacaridose até de lado naquele momento, porque seria inviável que se passasse pelas Comissões o exame do pezinho como ele está.

Então, aí vem a pergunta. As crianças chegam para nós após os 24 meses, porque é quando elas começam a mostrar a forma neurodegenerativa. Já não adianta mais, eles já queimaram o tempo deles. A janela que seria útil para eles já passou. Então, a gente precisa trabalhar de forma que também algumas doenças, assim como a mucopolissacaridose e a AME, tenham o seu diagnóstico precoce, e tantas outras também que a gente sabe que vão fazer total diferença se tiverem o exame do pezinho já implantado e eficaz para que as crianças tenham a saúde como elas merecem.

A acidúria glutárica, por exemplo, está no exame do pezinho, mas ainda não entrou. Ela está no pago, só que também, por falta de informação, as famílias, muitas vezes, não são informadas de que existe essa triagem neonatal paga e não a fazem, sendo que elas têm dinheiro para pagar.

Então, nós precisamos trabalhar com a informação e com a incorporação de forma rápida. Faz 12 anos que eu escuto o Ministério da Saúde dizer...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. REGINA PRÓSPERO – ... a seguinte frase: "Nós não temos condições de absorver todas as doenças, o SUS vai surtar", mas eles tiveram 12 anos para fazer isso, veio uma pandemia... Nós não tivemos sucesso com a pandemia? O Brasil não conseguiu trabalhar? Como é que o Brasil não consegue trabalhar com doenças raras? Isso para nós é muito ruim.

Senadora, eu posso responder às perguntas, ainda dá tempo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Pode.

A SRA. REGINA PRÓSPERO – O Gabriel, da Bahia: "De que maneira as desigualdades regionais afetam o acesso de pacientes com doenças raras a medicamentos e tecnologias no SUS?"

Muito, muito. O Brasil é um continente, nós temos boa parte da saúde no Sul e Sudeste, o que diferencia é que, por exemplo, Amazonas e Amapá não têm geneticista. Então, nós precisamos trazer a igualdade para essas regiões, assim como nós temos aqui no Sul. Não sei como fazê-lo. Eu acho que a gente precisa de um estudo para que isso aconteça, mas é preciso que aconteça para que os pacientes do Amapá não sejam colocados em um barco por 24 horas para chegar a Belém ou a Santarém para eles terem a saúde. Aqueles pacientes que não podem entrar no barco e que não podem ser transportados por avião vão morrer ali.

Isso é inconcebível para um país com tanta... O Brasil é rico. O Brasil é rico, ele só não tem, muitas vezes, boa vontade.

E a outra é: "Quais [as] medidas [que] podem melhorar o acesso a medicamentos e dispositivos no SUS para diagnóstico e tratamento de doenças raras?"

A gente deve continuar cobrando, a sociedade civil, juntamente com os pacientes, porque nós temos regramento jurídico para isso, nós temos condições de fazê-lo, mas falta, muitas vezes, a disposição do gestor local e as condições para que tudo isso aconteça e traga uma melhor saúde para o paciente.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Regina.

Antoine, Febrararas, seu tempo para considerações finais e agradecimentos.

O SR. ANTOINE DAHER (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já que falamos agora do processo da Conitec, eu gostaria de falar algumas coisas rápidas e também pedir desculpa a todos que estão nos assistindo porque eu vou falar algumas coisas bem reais.

Infelizmente, a nossa Ministra da Saúde, com todo o respeito, comemorou, alguns dias atrás, uma decisão totalmente equivocada que estabelece umas restrições inadequadas ao acesso democrático dos pacientes a tratamentos de doenças raras.

Como a Priscila falou... Concordo com 90%, mas com algumas coisas eu não concordo, Priscila, referente a algumas avaliações. Quando se trata de vida real do paciente, nós estamos falando de mais de 120 medicamentos registrados na Anvisa, menos de 40 incorporados, em torno de 200 registrados no mundo.

A Conitec comete o mesmo erro que muitos cometem quando ela pede a contribuição dos pacientes, da sociedade civil, da sociedade médica, mas não leva em consideração. Porque 90% dos medicamentos não incorporados têm 100% de aprovação da sociedade médica e civil para a incorporação. Mesmo assim, não é levado em consideração.

Também a Conitec não pode depender de apenas um avaliador técnico, um avaliador técnico médico ou não médico, que seja. A Conitec precisa ter informação mais robusta, centros mais adequados, que podem fornecer tudo para a Conitec, não apenas alguns dados referentes a um tratamento de seis meses, de um ano. A vida do paciente inteira. Nós estamos falando aqui de uma terapia também avançada, só para deixar claro, precisa-se de estabelecer um protocolo de pré-aplicação, um protocolo de pós-aplicação de 15 anos acompanhando o paciente, de 15 anos.

Como o Ministério da Saúde está fazendo esse trabalho? Ele não está fazendo. Esse trabalho, ele não consegue, volto a falar, enquanto não criar um ecossistema. Volto a falar, a Ministra comemorou o quê? A prova de que o sistema não funciona? Porque enquanto não...

Eu concordo com os arts. 1º, 2º, 3º, 4º, mas com o 6º, não. Quando vou dar a chancela para a Conitec, com todo o respeito pelo trabalho técnico que todos fazem na Conitec, mas quando vou dar a chancela para a Conitec, para ela decidir a vida do paciente? Sem a Conitec ter a estrutura e a independência, independência política, porque hoje ela é dependente política, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conflitante... Sem ela ter a estrutura que pode avaliar da forma correta, no nosso ponto de vista, como a ANS – como a ANS. A ANS é uma agência independente. Se a Conitec fosse uma agência independente, eu concordaria plenamente com essa decisão. Mas hoje a Conitec não tem como ser, vamos dizer assim, a última chancela para o paciente.

Nós estamos falando de maioria dos medicamentos órfãos. Se 70 medicamentos não são incorporados, então todos esses pacientes, na avaliação da Conitec, vão ficar sem receber medicamento via judicialização. Sabe o que significa isso? Que a nossa Ministra, com todo o respeito, deve comemorar uma única coisa: o aumento de fabricação de caixões no Brasil para 2025. Essa é a única comemoração que pode ter, na área de indústria, não na área de saúde. Com todo o respeito.

Então esse é um recado para a nossa Ministra. Ela precisa responder quais são os critérios que hoje o Ministério da Saúde coloca para ter acesso aos medicamentos não incorporados.

Minha pergunta para a Sra. Priscila: como a Conitec hoje está se estruturando para responder a milhares de juízes no país, referente a esses tipos de medicamento que tiveram avaliação negativa pela Conitec? Como vai ser o acesso daqui para frente? Qual é o trabalho da Conitec? Porque todo mundo aqui está perdido, juízes também estão perdidos, não sabem como está a situação. Muita gente está recebendo já a negativa, de uma forma equivocada.

Eu te garanto, a única certeza que eu tenho hoje: nós vamos ter mais crianças morrendo aqui que na Faixa de Gaza ano que vem. E quem vai ser responsabilizado por essa conta desses pacientes, dessas crianças?

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Antoine, é para te aplaudir em pé. Eu aqui sou só uma facilitadora. Vocês são os legítimos para falar do assunto. A voz é de vocês. Eu só facilito, para vocês terem esse espaço para falar. Mas quem está sentindo na pele são vocês, Antoine. Quem tem pressa são vocês.

E nós temos muitos Parlamentares que ecoam a sua fala aqui nesta Casa. Mudou muita coisa no Brasil, o Parlamento não se curva mais. Então, Antoine, é o seu desabafo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, Priscila, entenda que é um desabafo de pacientes, é um desabafo de famílias, não é uma crítica a você, Priscila. Você veio como uma técnica brilhante; dentro da sua área, você foi brilhante, você tem uma eloquência perfeita e nós ficamos felizes que você tenha vindo. A crítica não é à técnica e à servidora Priscila, que fez, de forma brilhante, a participação. A crítica é ao sistema. E talvez não seja nem só a essa Ministra, mas é a tudo que vem. A gente não aguenta mais, Priscila. E nesse tema não cabe mais diplomacia, não cabem palavras bonitas. É o desespero que fala mais alto.

Obrigada, Antoine, por ter sido voz das milhares e milhares de famílias desta nação.

Nós vamos para o último expositor, que foi o Benine, o Renato Benine, Dr. Renato Benine – ai, que lindo.

Dr. Renato Benine, para a considerações finais, agradecimentos.

Depois vamos ouvir três intervenções do Plenário e a gente já encerra, porque já está começando a Ordem do Dia.

O SR. RENATO BENINE (Para expor.) – Eu queria simplesmente agradecer, Senadora, em nome do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma), a oportunidade de estar aqui. Quero dizer que a gente está à disposição, o sindicato tem uma gerência de acesso e precificação que está liderando atualmente um processo de discussão sobre mecanismos alternativos de incorporação, sobre risco compartilhado, novas formas de financiamento do Sistema Único de Saúde, enfim, pensando alternativas para, de fato, a gente garantir acesso com sustentabilidade ao sistema.

Então, eu queria só colocar, realmente, o sindicato à disposição e agradecer à Senhora e à Senadora Mara Gabrilli pelo convite.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Renato. Lembro que a gente tem uma batalha agora, na reforma tributária, e conte com os Senadores desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENATO BENINE – Inclusive, a gente precisaria garantir a desoneração dos medicamentos destinados a pessoas que vivem com doenças raras.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Acho que isso tem que ser prioridade nas discussões nos próximos dias.

Priscila, eu falei que ele era o último, mas o último dos expositores aqui.

São três a cinco minutos para agradecimentos e considerações finais.

A SRA. PRISCILA GEBRIM LOULY (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu agradeço o convite.

E, Senadora, eu entendo, sim, entendo a voz de todos, não carrego isso para mim apenas. Sei das minhas responsabilidades, apesar de saber que não é nada pessoal, mas tenho minha responsabilidade aqui também, entendo isso. Estou aqui como, digamos, uma pessoa que vai levar o que vocês também disseram aqui para os gestores, como meu papel.

Há apenas uma questão que eu queria falar, em relação ao que o Dr. Daher falou. Nós estamos, sim, nos preparando em relação a essa questão do Judiciário. O que eu entendo – e aí eu estou falando bastante aqui do que nós discutimos internamente em relação a essa questão do STF, a decisão do 234 e do tema 6 – é que o que houve foi uma deferência ao marco regulatório. No nosso entendimento foi isso.

E, quando há uma negativa da Conitec, os critérios que estão ali postos para essa negativa é que deveriam ser considerados para que o juiz tenha em conta. Não necessariamente é uma decisão daquela ação especial, até porque a recomendação da Conitec foi, provavelmente, para outro tipo de perspectiva, que não a individual daquele paciente que está ali pedindo naquele momento da ação judicial. Então, só para... Acho que a gente precisa deixar isso um pouco mais claro porque o juiz vai observar o que foi dito, o que foi avaliado ali, mas entende que há particularidades de cada um, individuais, que devem ser levadas em consideração naquela ação.

Então, era isso que eu queria falar.

Muito obrigada, mais uma vez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente está sempre à disposição para o que precisarem. A gente está sempre aqui. Em relação à Conitec, a gente tem um diálogo muito aberto para a melhoria dos nossos processos.

O Dr. Antoine Daher também falou algumas coisas em relação à melhoria, a mudanças, enfim, no que a gente puder dialogar, a gente está aberto para isso. A gente sempre escutou a sociedade, sempre escutou todos os interessados. Então, estamos aqui à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Priscila, muito obrigada.

Nós vamos ouvir agora a Dra. Vanessa, da OAB-DF, Comissão dos Direitos da Pessoa com Doença Rara, que também é membro da OAB Nacional. Na sequência, a gente vai ouvir as Mães Metabólicas. Eu vou pedir que a assessoria as ajude com o microfone e, depois, uma representante do Movimento de Ataxias.

Dra. Vanessa, obrigada por estar com a gente.

A SRA. VANESSA MEDEIROS FERNANDES (Para expor.) – Obrigada por esta audiência pública muito bem estruturada. Quero agradecer a todos aqui e quero me solidarizar com o Defensor Público Ricardo e com a fala do Antoine.

O nosso trabalho é de escuta da população, então a sociedade vem até a gente para todas essas questões de doenças raras. Não tem como, hoje, não falar que nós ficamos muito nervosos com a decisão do Supremo. Foi muito chocante mesmo, porque nós perdemos muito com essa decisão, que, para a gente, foi equivocada, mas enfim, e não quero deixar, nesta oportunidade, de falar da Conitec. Eu vou falar aqui numa escuta de paciente.

A Conitec, para o paciente, hoje, traz sempre burocracia, lenta avaliação, morosidade, principalmente para o paciente que precisa de uma intervenção rápida. Que há falta de conhecimento aprofundado sobre doenças raras é o que eles dizem da Conitec. A Conitec não incorpora porque o medicamento não é exatamente.... Muitas vezes ele é eficaz, mas o que limita é a limitação orçamentária. Então, o que a gente está defendendo aqui como OAB? A gente defende o quê? A dignidade, a vida, a saúde. Uma limitação orçamentária é uma coisa assim: é um tratamento eficaz, mas que a limitação orçamentária bloqueia. Então, a gente tem que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realmente, ouvir o paciente. E ele tem razão. Mesmo que aquele medicamento tenha um impacto positivo na vida do paciente, a limitação orçamentária vai bloquear aquele acesso.

A falta de transparência e de participação nos processos decisórios da Conitec continuam ainda sendo um tema de discussão entre os pacientes e a falta de inclusão do medicamento órfão.

Então, quero reafirmar aqui o que o Antoine já havia dito, que é a dificuldade que ele tem. Ficam em cima do custo elevado, do mercado que é limitado e tal, e a gente está defendendo aqui a saúde, a vida e a dignidade.

É só isso que eu queria deixar marcado aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dra. Vanessa, só me responda uma pergunta: todas as seções da OAB no Brasil inteiro têm a comissão dos direitos da pessoa com doença rara?

A SRA. VANESSA MEDEIROS FERNANDES – Não, essa comissão começou no Ceará. Eu não sei exatamente se na Bahia continua, mas na Paraíba iniciou, no DF... Eu acho que só esses quatro estados que estão com essas comissões dentro da OAB.

Aí eu consegui entrar como membro da OAB nacional. Mas também só sou eu lá.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Olha! Um braço necessário e importante.

Eu vou fazer mais um encaminhamento à Secretaria, tão logo passe a eleição – nós estamos em dias de eleição, não dá para conversar sobre isso –, para nós encaminharmos um documento para a OAB, para que essa seja uma prática em todas as seções. A parceria de vocês com a Defensoria Pública lá na ponta vai ajudar muitas famílias.

Parabéns pela comissão aqui no DF!

Meu DF é o DF, não é? O nosso quadradinho é o nosso quadradinho. Diferenciado.

Parabéns, Dra. Vanessa!

E obrigada por estar nesta audiência com a gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. VANESSA MEDEIROS FERNANDES – Senadora, os advogados que estão na minha comissão aqui do DF são do Brasil todo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Do Brasil todo?

A SRA. VANESSA MEDEIROS FERNANDES – É.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ótimo. Muito bom.

Vamos continuar agora com as mães metabólicas.

Três minutos para uma manifestação.

E obrigada por estarem conosco nesta audiência.

A SRA. SIMONE AREDE (Para expor.) – Boa tarde.

Agradeço à Senadora por dar o espaço para a gente falar, porque somos um grupo pequeno.

Só, a princípio, eu vou dizer assim: nós somos um grupo de doença que precisa fazer dieta com restrição de proteína. E eu mesma sofri esses dias com um processo do meu filho com relação à fórmula que o juiz negou.

Mas eu queria saber assim. Agora a Conitec vai responder. Eu vou dar dois exemplos da Conitec.

Vamos começar pelo exemplo do meu filho. Ele tem PCDT desde 2020. A fórmula foi aprovada em 2019. Até hoje não foi pactuada. Ela não está no SUS. A Conitec funciona? Essa é a minha pergunta.

Na outra, vou falar de outra doença, a fenilcetonúria. Em 2010, ela tinha um PCDT que já falava... porque a gente tem muito problema com fórmulas não palatáveis. Isso aí já está sendo muito falado. Ela falava em fórmulas em barras como esta. Ela falava em fórmulas com baixo teor de fenilalanina, que é o GMP. Esta fórmula é um GMP. Já tinha tudo isso no PCDT de 2010. Aí ela foi lá, fez, em 2019, uma atualização no PCDT. Tirou tudo isso e pegou um remédio que a Anvisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovou para todos os pacientes acima de três anos, ou cinco, não sei, porque a Anvisa mudou a idade... São dois anos agora. A Anvisa aprovou para todos os pacientes que eram responsivos acima de dois anos. Mas aí a Conitec só aprovou para as meninas grávidas, porque elas não poderiam ter um filho com uma deficiência.

Então, eu queria saber o que é a Conitec? A Conitec realmente funciona? Ela é eficaz para a gente? O juiz vai perguntar a ela as coisas? Para mim, ela não funciona, porque eu dei dois exemplos das duas doenças que eu defendo, uma delas é a do meu filho, e ela não funciona. Esses dias, a juíza falou num processo do meu filho que não poderia dar a fórmula a ele, que não ia fazer o sequestro da verba para comprá-la, porque só assim que eu consigo a fórmula há anos, e anos, e anos.

O que aconteceu? Como eu já sou uma pessoa que estou sempre aqui, que conheço... Quando teve... Naquela foto da Portaria, da 199, eu estou ali naquela foto também. Eu era pequenininha, mas eu já estava ali participando e tudo. Sempre fiz tudo isso, porque eu não queria a judicialização. Eu nunca quis isso.

Quando o STF fez lá, em 2009, eu acho, um monte de audiências públicas, eu fui a todas elas durante duas semanas, um monte! Eu fui a todas e, ali, eu fui entendendo: eu não posso depender da judicialização. Fiquei anos e anos aqui para o meu filho ter o PCDT, a doença, e adiantou de alguma coisa? Nada!

A fenilcetonúria, que hoje também eu defendo, está resolvendo a Conitec? Ela pega um remédio, dá só para as meninas, não dá para os meninos. Eu tenho uma mãe, que é daqui de Brasília, que está com uma depressão muito forte por causa disso, porque ela tem três filhos com fenil: uma das filhas é pequenininha, então, ainda está indo, mas a outra, que já é uma moça, está tomando remédio, e o menino não está tomando. Então, ela está em depressão, não está saindo de casa, está passando mal, tudo por conta de uma decisão da Conitec.

Então, eu não sei o que é a Conitec, para que ela serve, se ela é boa, se ela é ruim. Eu não sei. Eu queria muito essa resposta.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, mãe. Obrigada pela sua participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Espero que a Priscila tenha anotado também, Priscila, mais uma angústia aqui, e uma angústia que não custa R$16 milhões uma dose. Uma angústia que não é tão cara.

Por último, nós vamos ouvir o Movimento de Ataxias, e a gente já vai para o encerramento desta audiência.

Lamento não poder conceder a palavra a todas as instituições, mas a gente tem uma norma para seguir e a nossa Ordem do Dia já está começando.

A SRA. MARLA (Para expor.) – Boa tarde! Meu nome é Marla, estou aqui representando a Associação Brasileira de Ataxias Hereditárias e Adquiridas, Abahe, e sou mãe também de um atáxico. Como a Abahe engloba várias ataxias, as espinocerebelares também, a gente tem, em média, quatro mil pacientes cadastrados, só que, de ataxia de Friedreich, 750.

E, como eu venho como mãe e como representante da diretoria, pegando o gancho da fala dela, quando fala que a gente não sabe o que a Conitec faz, eu acho que a principal reflexão que fica para a gente é que o principal destinatário disso tudo é o paciente. Então, ele não vai ser ouvido? Como se poderia fazer para que o paciente fosse ouvido?

Nós estamos com uma tecnologia já aprovada nos Estados Unidos há mais de ano e está na Anvisa uma medicação que deve ser aprovada até dezembro, se Deus quiser, mas aí vai começar esse problema com a Conitec. E é mais de ano que nossos pacientes estão deixando de ter uma desaceleração da evolução da doença, já que a doença é neurodegenerativa.

Então, já que a gente tem este espaço, que a gente está sendo ouvido, queria sensibilizar: e o paciente? Quem pensa no paciente? Em que momento o paciente vai ser consultado? Eu acho que deveria fazer parte, inclusive, do corpo da Conitec, o paciente, sabe?

Então, é isso que eu gostaria de falar e eu queria dar a palavra aqui para o nosso mascote, que é o Lucas, nosso caçulinha, que pediu para falar também. Assim, queria deixar ele falar por um tempinho aí se ele quiser.

Vamos lá, Lucas!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Lucas, seja bem-vindo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estávamos aqui olhando você, que participou da audiência inteira, ouvindo tudo com muita atenção. Você foi a pessoa que mais participou desta audiência. Parabéns! E a gente quer te ouvir, a gente quer te ouvir muito.

O SR. LUCAS BRASIL DE CARVALHO E MELO (Para expor.) – Bem, eu só tenho a agradecer por todos que estão aqui, não é? Eu tenho a agradecer pela atenção, pelo carinho.

Eu vou ser breve e curto. Eu só quero o remédio da ataxia de Friedreich aqui no Brasil. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Lucas, é por você que nós estamos aqui. Todas as vezes que você quiser falar, venha aqui. Você vai ter o microfone aberto para você. Tem mais três lá atrás, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

Mais três, não é? Muito obrigada por terem vindo.

Semana passada, Lucas, uma menininha de dez anos se sentou aqui, nesta cadeira. Ela que fez a exposição sobre lúpus e emocionou o Brasil inteiro. O vídeo dela está com milhões de acessos. E ela falou exatamente isso: ela trouxe para cá, senhoras e senhores, a realidade de que nós estamos com crianças com lúpus morrendo no Brasil por falta de hidroxicloroquina.

Aqui, eu tenho familiares que tem remédios caros. Mas eu tenho crianças e mulheres no Brasil morrendo, especialmente na região da Amazônia, por falta de hidroxicloroquina. Temos muito a fazer.

Obrigada por ter vindo, você deixou a nossa audiência mais importante. A participação mais importante aqui foi a sua. Muito obrigada por ter vindo à nossa audiência.

Regina, um minuto para a gente encerrar. Vai lá.

A SRA. REGINA PRÓSPERO (Para expor.) – Eu só quero dizer uma coisa: o crime que incide na falta de um medicamento para investir... Não desmerecendo a idade mais velha, não, mas deixar de investir numa criança...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA PRÓSPERO – ... é cruel.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Eu só quero registrar o nome do Lucas para ficar na ata: Lucas Brasil de Carvalho e Melo. Muito bonito, viu, Lucas.

Senhores, eu quero agradecer a presença de todos, obrigada. Mas não vai ser só uma audiência para ficar no arquivo. Nós temos encaminhamentos, e nós vamos dar respostas aos senhores. Obrigada a todos que vieram, às pessoas que vieram de outros estados. Algumas pessoas vieram de ônibus, por horas viajando. Obrigada.

São atitudes como essas que nos motivam a continuar na luta. Nós ainda temos muitos desafios, não é, Renato? Muitos. Mas eu acho que, quando a gente olha para 30 anos atrás e a gente olha agora, a gente tem avançado por conta de vocês e pela forma como vocês estão se organizando.

Agradeço também à nossa audiência. Muitas perguntas via internet, não dá tempo de responder todas. Agradeço às famílias que nos acompanharam; ao Presidente da Comissão; à nossa Presidente Mara, que se esforçou tanto para fazer a fala inicial – vocês não têm ideia do esforço dela –; aos gabinetes dos demais Senadores, membros da Comissão; à Secretaria, essa Secretaria valorosa; e à equipe técnica dos gabinetes.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, sem antes dizer: não somos caros, somos raros!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 47 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e onze minutos do dia vinte e três de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Davi Alcolumbre e Efraim Filho, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Weverton, Plínio Valério, Marcelo Castro, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick, Soraya Thronicke, Zequinha Marinho, Jayme Campos, Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Zenaide Maia, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Jorge Kajuru, Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli, Teresa Leitão, Beto Martins, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Castellar Neto, Dr. Hiran e Hamilton Mourão. Deixam de comparecer os Senadores Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Rogério Carvalho, Flávio Bolsonaro, Magno Malta e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 31ª Reunião Ordinária, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 3595, de 2019 - Terminativo -** que: "Institui percentual de vagas para contratação de mulheres em situação de violência doméstica ou vulnerabilidade social no âmbito dos contratos de terceirização da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela aprovação do Substitutivo e pela rejeição da Emenda nº 2-S. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Proposta de Emenda à Constituição n° 18, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir entre os patrimônios nacionais o Pantanal Sul-Mato-Grossense." **Autoria:** Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Izalci Lucas (PL/DF), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ), Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Marcio Bittar (UNIÃO/AC), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Fernando Farias (MDB/AL), Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR), Senador Laércio Oliveira (PP/SE), Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA), Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB), Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT), Senador Ireneu Orth (PP/RS), Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO), Senador Rogerio Marinho (PL/RN), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO). **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Favorável à Proposta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Proposta de Emenda à Constituição n° 146, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Cria a seguridade social da criança." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Irajá (PSD/TO), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO), Senadora Juíza Selma (PODEMOS/MT), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Major Olimpio (PSL/SP), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Weverton (PDT/MA), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Favorável à Proposta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2251, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Autoriza o Poder Executivo a doar área para a instalação da Embaixada da República de Cabo Verde." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1862, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para possibilitar a concessão de autorização especial de trânsito aos tratores e demais aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinaria agrícola ou a executar trabalhos agrícolas." **Autoria:** Senador Jorginho Mello (PL/SC). **Relatoria:** Senador Jorge Seif. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Plano de Trabalho - SF242756190315** que: "Plano de Trabalho para Regulamentação da Reforma Tributária" **Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Projeto de Lei n° 2326, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder o porte de arma de fogo aos integrantes da Fundação Nacional do Índio em atividades de fiscalização." **Autoria:** Comissão Temporária Externa para investigar, "in loco", as causas do aumento da criminalidade e de atentados na região Norte. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 3-CMA e 4-CMA. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 21, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do SenadoFederal, que na Audiência Pública objeto do REQ 19/2024 - CCJ,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com o objetivo de instruir o PL 5/2022, que "dispõe sobre a proibição, em todo o território nacional, de fabricação, comércio, transporte, manuseio e uso de fogos de artifício de estampido ou de qualquer outro artefato pirotécnico que produza estampidos" seja incluído o Senhor Krisdany Vinícius S.M. Cavalcante, Presidente da Sociedade Brasileira de Acústica e Gestor do Comitê Brasileiro de Acústica ABNT/CB-196." **Autoria:** Senador Castellar Neto (PP/MG). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 22, de 2024** que: "Requer Sessão de Debate Temático" **Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 23, de 2024** que: "Requer Sessão de Debate Temático" **Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/23

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 31ª Reunião Ordinária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*. (*Pausa.*)

Nós temos várias solicitações de Relatores que encaminharam à Secretaria da Comissão o pedido de adiamento da deliberação dos projetos. O Senador Jayme Campos solicitou a retirada do item 2; Senadora Mara Gabrilli solicitou a retirada do item 3; Senador Jorge Seif solicitou a retirada do item 5. Ficam retirados, de ofício, por solicitação dos Relatores.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 2024

- Não terminativo -

Dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir entre os patrimônios nacionais o Pantanal Sul-Mato-Grossense.

Autoria: Senadora Tereza Cristina (PP/MS) e outros

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Favorável à Proposta.

Observações:

ITEM 3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 146, DE 2019

- Não terminativo -

Cria a seguridade social da criança.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE) e outros

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável à Proposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- Em 22/10/2024, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Weverton (dependendo de relatório).

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 1862, DE 2021

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para possibilitar a concessão de autorização especial de trânsito aos tratores e demais aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinaria agrícola ou a executar trabalhos agrícolas.

Autoria: Senador Jorginho Mello (PL/SC)

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Pela aprovação do Projeto com a emenda que apresenta.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária;

- Votação nominal.)

Item extrapauta.

Plano de trabalho relativo ao Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS) e dá outras providências.

Autoria do projeto: Presidência da República.

Relatoria do projeto: Líder Eduardo Braga.

Concedo a palavra ao Líder Eduardo Braga, Relator, para proferir o plano de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Questão de ordem, Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos, tive a oportunidade de fazer essa questão lá com o nosso nobre Relator, e competente Relator, Eduardo Braga. E também na sessão do Senado, lá no Plenário, fiz também um apelo ao Presidente.

Essa matéria, regulamentando a reforma tributária, estava sob o regime de urgência, e foi retirado o regime de urgência. E o mérito dessa matéria é econômico, é nítido, claro, e regimentalmente deveria passar no mérito na CAE. Nós fizemos 21 audiências públicas e vamos apresentar... o Senador Vanderlan pediu que eu apresentasse, não hoje, era ontem, mas pediu que fosse depois, dia 29, exatamente para os Parlamentares estarem aqui presencialmente.

Então, foram ouvidos mais de 200 segmentos. A gente está preparando o relatório, vou passar para o Senador Eduardo Braga, evidentemente, mas eu tenho um requerimento e eu peço o apoio de V. Exa. para que nos ajude junto ao Presidente para que essa matéria tramite na CAE, porque o Regimento é muito claro.

Então, se V. Exa. puder... lógico que nós, o Senador Eduardo Braga, inclusive, é da CAE, poderia ser o Relator também, ou fazer em conjunto, mas a gente precisa realmente discutir isso na CAE. Não há nenhum objetivo de postergar ou dificultar, mas é que é uma matéria muito complexa. Realmente, isso muda o Brasil, isso atinge o bolso de cada consumidor.

Então, eu faria esse apelo a V. Exa., ao Relator Eduardo Braga, que já se comprometeu, inclusive, a falar com o Rodrigo Pacheco. Não sei se ele já falou, mas eu acho importante. O requerimento está lá, eu vou pedir na terça-feira para votar o requerimento, mas V. Exa., conversando com o Presidente e também com o Relator, a gente podia fazer um entendimento nesse sentido. Então, essa era a minha questão, Presidente.

Nós vamos apresentar o relatório, são muitas modificações óbvias, são ajustes que são necessários fazer. Como tem um grupo de trabalho e são mais de 20 Senadores, a gente vai apresentar na terça para que sejam votadas as sugestões de emendas. Então, esse é o apelo que eu faço a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Na verdade, eu recolho a manifestação de V. Exa. Eu compreendo que todas essas audiências públicas que foram feitas pela CAE têm um significado de debatermos e aprimorarmos essa agenda que está sendo debatida há muitos anos no Parlamento brasileiro, mas, de fato, essa decisão cabe à Mesa Diretora, não a esta Presidência. E, com certeza absoluta, o Presidente Rodrigo Pacheco deve estar avaliando com a Mesa, com a Secretaria-Geral da Mesa, com os Senadores.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu só peço a V. Exa. que ajude nesse sentido. Eu me lembro muito bem de que, na emenda constitucional, o próprio Senador Efraim foi o coordenador do grupo de trabalho na CAE. Era uma emenda constitucional, mas agora é um projeto de lei. Então, está no Regimento muito claro que passaria pela CAE. Eu só quero pedir a V. Exa., pelo prestígio que V. Exa. tem, para conversar com o Senador Rodrigo Pacheco para que todos da CAE possam também participar dessas decisões do projeto.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Presidente Davi, permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra para o Líder Efraim Filho.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – ... só por coerência subscrever o entendimento do Senador Izalci, compreendendo a decisão do Presidente Rodrigo Pacheco na PEC. Por ser PEC, regimentalmente, a CCJ era o ambiente adequado para tal. O que o Senador Izalci disse tem fundamento. Claro que é uma decisão que pertence à Mesa, também compreendo da mesma forma, mas, por ser projeto de lei complementar, poderia o mérito também ser definido pela CAE. Concordo com o Senador Eduardo Braga como Relator lá na CAE, da mesma forma, já para deixar isso subscrito, mas é por uma questão de prestigiar também uma segunda Comissão, que tem membros diferentes dos daqui da CCJ e que podem também trazer sua visão sobre o tema. Então, para que não haja nenhuma desarmonia na condução do processo, a relatoria ficaria garantida com o Relator Eduardo Braga, mas que se desse também à CAE a oportunidade de fazer a apreciação da votação.

Então, subscrevo, entendo a decisão de V. Exa. de recolher a questão para que vá a decisão do Presidente Pacheco, mas fica registrado neste momento.

E agradeço as boas-vindas, tanto as suas quanto as do Relator Senador Marcio, no retorno do período de licença dedicado às eleições municipais. Estou à sua disposição, Presidente, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumprir missão, para cumprir tarefa e organizar essa agenda de votações importantes nessa reta final do segundo semestre.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minutinho, porque, antes de passar para o Relator, tem uma solicitação aqui do Senador Esperidião Amin, porque está a mãozinha levantada aqui, não sei se ele fez...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não.

Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Pois não, Presidente. Estou sendo ouvido?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Perfeitamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado. Um bom dia para todos.

Quero dizer para o Senador Efraim que ele é bem-vindo com ressalvas, porque ele estava muito bem substituído pelo nosso Senador André. De forma que ele vai ter que caprichar para merecer essas boas-vindas que todos nós lhe oferecemos.

Eu queria dizer, Presidente, e dizer também ao nosso Senador Eduardo Braga, em primeiro lugar, que fique bem claro: o Senador Eduardo Braga demonstrou competência, paciência e capacidade de ouvir sugestões, observações de maneira extraordinária no seu desempenho como Relator da emenda e agora tem todas as condições de ser o Relator, não apenas na Comissão de Constituição e Justiça, mas também na Comissão de Assuntos Econômicos.

A razão de eu usar da palavra – para ser econômico com as palavras e também com o tempo de todos nós – é reforçar o que disse o Senador Izalci e o que disse agora o nosso Senador Efraim. Eu defendo, subscrevi, sei que esse requerimento é feito à Mesa, mas que não pairem dúvidas nem restrições. O trabalho que foi desenvolvido na CAE durante a emenda constitucional e que agora foi realizado sob a liderança do Senador Vanderlan, com a participação de todos nós – eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que sou apenas membro suplente na CAE –, é muito bom. E a CAE deve ser uma instância de mérito, sem dúvida alguma, desse projeto de lei complementar.

Eu vou trazer aqui só um assunto, só um: a discussão que está sendo travada na CAE sobre a possibilidade de *cashback* mais amplo para as pessoas e famílias inscritas no CadÚnico. Isso tem que ser exaustivamente pesquisado, porque isso é uma maneira de se fazer justiça e reduzir a alíquota da carga tributária que hoje está sendo considerada... O Ministério da Fazenda fala em 27,87%, e o instituto autônomo, independente de economia chega a considerar a possibilidade de a alíquota chegar a 32%. Então, uma dimensão dessa de dúvida exige, impõe que, repito, com a relatoria do Senador Eduardo Braga, a Comissão de Assuntos Econômicos tranquilize e esclareça a sociedade brasileira sobre as consequências do Projeto de Lei Complementar 68.

É para subscrever o que nós estamos aqui discutindo que eu ocupo o microfone e me manifesto.

Muito obrigado.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minutinho, Senador Fabiano Contarato.

Quero anunciar também que a nossa querida Senadora Zenaide, Relatora do item 1, devido à apresentação de uma nova emenda, está... Eu queria até cumprimentar a Dra. Zenaide pela paciência e pela construção desse relatório, porque, desde a outra reunião, a Senadora Zenaide está conversando com todos aqueles que querem ajudar a construir o relatório. E ela, com muita sensibilidade, novamente entendendo a última emenda que foi apresentada, pede sua retirada novamente de pauta para ela construir o relatório.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI Nº 3595, DE 2019

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Institui percentual de vagas para contratação de mulheres em situação de violência doméstica ou vulnerabilidade social no âmbito dos contratos de terceirização da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação do Substitutivo e pela rejeição da Emenda nº 2-S.

Observações:

- Em 04/09/2024, foi aprovado o Substitutivo oferecido ao PL nº 3595/2019, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal;

- Em 16/10/2024, foi apresentada a Emenda nº 2-S, de autoria do Senador Flavio Azevedo;

- Em 16/10/2024, foi concedida vista ao Senador Mecias de Jesus, nos termos regimentais;

- Em 22/10/2024, foi apresentada a Emenda nº 3-S, de autoria do Senador Flávio Bolsonaro (dependendo de Relatório);

- Votação nominal.)

Senador Esperidião Amin, está ligado o microfone de V. Exa., está saindo aqui... Por gentileza...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pela ordem, Senador Líder Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, inicialmente, quero parabenizar V. Exa. e parabenizar o meu querido Eduardo Braga pelo plano de trabalho.

E quero falar também que esta Casa tem que ter uma responsabilidade também com o tempo. O tema da reforma tributária já foi exaustivamente debatido. Na CAE, já tivemos inúmeras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

audiências públicas. O próprio Líder Senador Jaques Wagner já falou que todo o trabalho feito na CAE vai ser absorvido aqui. Os membros podem aqui participar, aqui é o foro competente – a Comissão de Constituição e Justiça. Nós temos que dar uma resposta à população, nós temos que dar uma resposta à economia brasileira. Então, eu acho, com todo o respeito à solicitação do querido Senador Izalci, totalmente inoportuno neste momento e desnecessário. E eu reforço aqui o apelo para que nós possamos aprovar esse tema, acompanhando e cumprindo a cronologia e o plano de trabalho feito pelo querido Eduardo Braga, que é muito competente. Não é porque está aqui, é porque eu acho que isto tem que ser dito: a sua serenidade, o seu equilíbrio, a sua sobriedade, a sua forma de dialogar, entendendo quando se apresentam emendas ou não, com interesses que são republicanos de cada setor... Mas o foro competente é aqui. Então, eu faço esse apelo para que se mantenha e que efetivamente não passe pela CAE, para que possamos ganhar tempo.

Ao passo que eu faço também um apelo ao senhor, Sr. Presidente, agora mudando um pouco o tema, para que inclua extrapauta o PL 2.326, que já foi aprovado na Comissão de Meio Ambiente, que concede porte de arma aos funcionários do Ibama, Funai e ICMBio, uma coisa simples, que já foi debatida – são funções de Estado. Nós tivemos o caso do Bruno, que foi morto, com ocultação de cadáver. Nós tivemos aí uma proliferação de porte de arma. Para aquelas pessoas que efetivamente cumprem função, nós temos que ter essa concessão do porte de arma. Convido ao senhor, já que é uma matéria que está pacificada, que coloque extrapauta, para que a gente possa votar isso de forma simbólica.

É esse o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu gostaria de consultar o Plenário se nós podemos incluir extrapauta, já que nós praticamente retiramos todos os itens e vamos apenas nos debruçar sobre o plano de trabalho apresentado pelo Senador Eduardo Braga em relação ao PLP da reforma tributária.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não. Pela ordem, o Líder e Relator Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentar o amigo Davi Alcolumbre, agradecer ao nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Davi Alcolumbre, que soube, com muita competência, administrar, Senador Efraim e Senador Izalci...

Eu pediria apenas a atenção, porque eu acho que não podemos fazer uma colocação, Senador Marcio, avulsa sobre a contextualização da CAE sem que nós tenhamos o contexto completo da emenda constitucional da reforma tributária e da questão da regulamentação.

Quando da reforma tributária, a competência era inequívoco que era exclusiva da Comissão de Constituição e Justiça, mas nem por ser competência exclusiva a CCJ excluiu a CAE e excluiu as outras Comissões temáticas do Senado da participação, do debate e da contribuição. Tanto é assim que, avocando o testemunho do próprio Senador Efraim e do próprio Senador Izalci, nós não só recebemos a contribuição da CAE, como participamos do grupo de trabalho que a CAE tinha àquela altura e colocamos no nosso relatório boa parte das contribuições que a CAE apresentou à emenda constitucional.

Agora, na regulamentação da reforma, que chegou em agosto ao Senado da República e o Presidente Rodrigo Pacheco, prudentemente, foi a uma coletiva e anunciou: a tramitação da regulamentação da reforma tributária só começará oficialmente no Senado depois dos pleitos municipais. O que fez o Presidente Davi Alcolumbre ao receber o processado da regulamentação da reforma no mês de agosto aqui na CCJ? Não designou o Relator. E, desde então, a CAE iniciou um profundo debate com o setor produtivo, com a sociedade brasileira, em audiências públicas lideradas pelo Senador Izalci, para que pudéssemos, nós do Senado, ao respeitar a participação de todos os Senadores num tema extremamente relevante, que é o da regulamentação da reforma, não perder tempo e não deixar de ter um amplo debate na Comissão de Assuntos Econômicos. Assim, a Comissão de Assuntos Econômicos, quase que exclusivamente, liderou o debate nacional durante o mês de agosto, durante o mês de setembro e praticamente todo o mês de outubro. Vai ser votado, na próxima terça-feira, com a minha participação, até porque dois terços dos membros da CAE também são membros da CCJ, ou como titular, ou como suplente. Além do quê, todo e qualquer Senador pode participar do debate na CCJ. Tanto é assim que é importante dizer à sociedade brasileira que 1.444 emendas já foram apresentadas ao projeto de regulamentação da reforma tributária.

Portanto, eu estou dando esse testemunho, primeiro, para dizer da relevância, da importância da CAE, seja na construção da emenda constitucional, seja na construção das propostas para a regulamentação da reforma tributária. Portanto, a CAE, em nenhum momento,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está sendo excluída do debate, em nenhum momento está sendo excluída inclusive das contribuições para este Relator.

Agora, como foi dito, ainda há pouco, pelo Presidente Davi, compete à Mesa Diretora da Casa e ao Presidente da Casa estabelecer o rito de tramitação. E o Presidente Rodrigo Pacheco, ao anunciar que nós iríamos apreciar oficialmente apenas após o processo eleitoral, meio que estimulou o trabalho da CAE e disse que nós faríamos a tramitação depois das eleições, na CCJ. É claro que isso não impede que o Izalci apresente o requerimento e que ele seja avaliado na próxima terça-feira. Eu apenas...

Estou sendo corrigido: 1.461 emendas. Até ontem à noite eram 1.444; agora, já são 1.461 emendas.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. *Fora do microfone*.) – Vai passar de 1,5 mil.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Portanto, a participação tem sido ampla, irrestrita, total, para que nós possamos ter a responsabilidade de aprovarmos um texto aqui, no Senado, que aprimore a regulamentação. E, mais do que isso: esse texto terá que ser negociado com a Câmara dos Deputados, porque, no caso de projeto de lei, a Câmara tem a palavra final. E mais ainda: vai à sanção do Presidente da República, com direito a vetos. Portanto, será necessária uma negociação ampla com o Executivo. E, ao mesmo tempo, nós estamos com a ambiciosa meta de tentarmos executar tudo isso ainda no ano de 2024.

Portanto, eu apenas faço esse relato para destacar a importância, o valor e a contribuição que a CAE fez na emenda à Constituição, está fazendo e irá fazer na regulamentação da reforma tributária, mas, obviamente, nós temos que recolher as solicitações da CAE, mas aguardar a decisão do Presidente Rodrigo Pacheco.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, Presidente Davi, só um esclarecimento, por favor... Esclarecimento não; eu quero aqui contribuir com a informação.

O Regimento Interno do Senado, no art. 99, diz assim: "À Comissão de Assuntos Econômicos compete opinar sobre proposições pertinentes aos seguintes assuntos [...] IV – tributos, tarifas, empréstimos compulsórios, finanças públicas [...]". Ou seja: a competência do mérito da reforma tributária é CAE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é a diferença?

O Senador Efraim fez um trabalho maravilhoso na emenda constitucional, porque ela é emenda constitucional e tinha que estar aqui na CCJ, diferentemente do PLC.

Nós temos lá, como foi dito aqui, mil, quatrocentos e sessenta e poucas emendas. O que é que está acontecendo? É evidente que várias emendas poderão ser acatadas parcialmente. Se houvesse um Relator na CAE, este Relator acataria parcialmente. O que é que nós vamos fazer na terça-feira? Nós vamos apresentar para o grupo de trabalho várias emendas parciais, para acatar as emendas parciais, mas é diferente os membros da CAE votarem ou não votarem. Por exemplo: só pode apresentar emenda aqui quem é membro da CCJ.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, não, não, Senador Izalci. Desculpe-me. Não, não, não, não... V. Exa. está equivocado. Quando o processado chega à CAE, abre emenda para os 81 Senadores.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas há o mérito, Eduardo. A CAE não é a CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Líder Izalci e Líder Eduardo Braga, deixem-me falar aqui, que nós estamos fazendo...

Dos 54 Senadores, 40 Senadores da CCJ fazem parte da CAE. Então, esse debate de que não vai participar, de que a CAE não participou...

Não, Izalci, só...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Tudo bem, mas só para fazer um registro: se 40 Senadores, dos 54, são membros da CAE e também são da CCJ, um exemplo, essas 20 audiências públicas ou 21 que a CAE fez, que foram muito importantes, e, com essa observação feita pelo Líder Eduardo Braga – e Relator da matéria –, de que durante todo esse período... E também, diga-se de passagem, vou fazer uma observação e um registro procedimental. A matéria, faltando quatro dias para ela ser votada na Câmara dos Deputados, houve indicação, por parte do Governo, da urgência constitucional; ou seja, não tinha urgência constitucional enquanto a matéria era debatida na Câmara dos Deputados, e, por um motivo ou outro, houve uma imposição direta ao Senado da República para que nós tratássemos essa matéria, no Senado da República, em 45 dias, com uma urgência constitucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso era completamente inviável, porque a urgência constitucional que foi decretada, digamos assim, pelo Governo, faltando quatro dias para a matéria ser votada na Câmara, era exatamente os 45 dias do processo eleitoral.

Então, esta Presidência, diante dessa construção que foi feita... E eu quero exaltar, na pessoa do Líder Otto Alencar, Líder do Governo: o Governo compreendeu e retirou a urgência constitucional, porque era impossível nós tramitarmos, em 45 dias, uma matéria, com base num requerimento de urgência constitucional, só para o Senado – essa é a minha observação –, porque a urgência constitucional ia valer só para o Senado, não para a Câmara, ou seja, o Senado tinha que resolver em 45 dias uma urgência constitucional num período eleitoral.

Então, eu, como Presidente da Comissão, conversei com o Presidente Rodrigo Pacheco, mesmo sabendo de um entendimento institucional e político-partidário construído em relação ao Relator da matéria que seria diferente do que a Câmara dos Deputados fez. E aí eu não entro no mérito, porque cada Casa tem o seu rito natural, os seus procedimentos adotados, mas, diferentemente do que a Câmara fez, o Senado desde sempre fez um compromisso – desde a PEC, Presidente Mourão, quando foi designado o Líder Eduardo Braga – de que, na regulamentação, já que haveria a construção e o entendimento de quem construiu o texto constitucional, o Relator Eduardo Braga, da PEC, seria o Relator do PLP.

Então, fizemos novamente diferentemente da Câmara, para dar para a pessoa que tem mais conhecimento de causa do assunto, que é relevantíssimo, e, mesmo todos nós sabendo, tendo conhecimento de que seria ele, eu não fiz a designação dele até o entendimento com o Governo, para que o Governo retirasse a urgência constitucional, porque não cabe uma urgência constitucional só para o Senado.

Mas, resumindo, resolvemos isso, o Governo retirou a urgência constitucional e hoje está sendo apresentado, a partir da designação do Relator, o Senador Eduardo Braga, um plano de trabalho. E, quando o Líder Eduardo Braga faz uma observação muito relevante, porque não é à toa que a CAE está fazendo essas audiências nesses três meses... E esses mesmos 40 que fazem parte da CAE e que são da CCJ são muitos que contribuíram para essas 1.461 emendas e que ainda têm o direito de apresentar até o final da discussão.

Então, eu quero só organizar a discussão do assunto e sugerir que a gente inicie com o Relator a apresentação do plano de trabalho, porque nós não vamos conseguir nessa discussão alterar esse rito natural, porque é um rito que está combinado inclusive por todos esses aspectos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que eu falei, em relação à não indicação do Relator, em relação à retirada da urgência constitucional, em relação à conclusão do período eleitoral. Isso tudo foi construído no Colégio de Líderes, com o Presidente do Senado, com o Governo, enfim, com o Ministro Haddad. E nós estamos aqui para seguir essas orientações da construção, porque eu tenho certeza de que o melhor caminho é nós dialogarmos para buscar o encaminhamento. Agora, nós temos que decidir e temos que deliberar assuntos relevantes como esse.

Então, eu queria, antes de passar a palavra para o Relator, para ele apresentar o plano de trabalho, incluir o item apresentado pelo Senador Fabiano Contarato, já que foram retirados todos os outros itens da pauta. Eu vou incluir o requerimento de item extrapauta, que é um consenso, e vou passar a palavra ao Senador Líder Eduardo Braga... Não, antes tenho que conceder a palavra ao Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Apenas... Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Marcio, só um minutinho.

Minha proposta de inclusão extrapauta do item apresentado pelo Senador Fabiano Contarato, Projeto de Lei 2.326, de 2022.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam a inclusão do item extrapauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

EXTRAPAUTA

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 2326, DE 2022

Altera o art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder o porte de arma de fogo aos integrantes da Fundação Nacional do Índio em atividades de fiscalização.

Autoria: Comissão Temporária Externa para investigar, "in loco", as causas do aumento da criminalidade e de atentados na região Norte.

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 3-CMA e 4-CMA

Observações:

Concedo a palavra ao Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Presidente, apenas um registro rápido.

Com relação à designação do Líder Eduardo Braga, conheço a competência do Eduardo desde quando ele tinha todos os fios de cabelo na cabeça. Então, acho que não tem melhor colega nosso para cuidar dessa matéria que é muito importante para o Brasil e que ainda tem um longo caminho pela frente. Parabéns.

Mas o registro, Sr. Presidente, na verdade, é um agradecimento. Então, eu quero aqui deixar registrado o agradecimento. Em menos de uma semana, nós conseguimos assinaturas suficientes para tramitar uma PEC de minha autoria. É claro, tem pessoas que interpretam como se isso fosse uma resposta, e não é resposta a nada! Evidentemente que, quando um assunto chama muito a atenção, você se dedica um pouco mais a ele e, ao se dedicar mais àquele assunto, você pode acabar descobrindo alguma falha, e foi o que aconteceu comigo e com a nossa equipe.

Então, está protocolada a PEC que visa a corrigir o que eu considero um descuido. Todo aquele que perde uma causa numa instância inferior pode recorrer a uma instância superior. Evidentemente que ele imagina que, na instância superior, será julgado por uma outra pessoa, vai ter um outro olhar, é uma nova oportunidade. Como eu disse no Plenário, é como você ter um diagnóstico de uma doença grave e querer uma outra opinião. Evidentemente, você não vai buscar o mesmo médico, você vai buscar uma outra opinião de um outro médico.

Hoje, o TSE tem sete cadeiras, cinco delas sofrem influência direta do Supremo Tribunal Federal. Com todo o respeito, mas acaba que hoje o TSE é quase um puxadinho do STF. Então, você tem três Ministros e, além disso, quem coloca na lista sêxtupla mais dois nomes também é o STF. Então, você só tem uma chance de perder um processo no TSE, subir para o Supremo Tribunal Federal e lá ter uma outra pessoa, se for julgado pelos dois membros do TJ.

Então, a PEC visa a corrigir essa distorção e a dar amplitude para que o poder do Congresso Nacional também tenha a sua participação na indicação desses membros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

Sr. Presidente, já conversei a respeito disso com V. Exa., em particular, e eu sei que V. Exa. aqui vai botar a matéria para tramitar.

Que venham os debates!

Muito obrigado a todos que assinaram.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Marcio.

Concedo a palavra...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só um minuto.

Eu falei com o Líder Eduardo Braga. A Senadora Augusta Brito fez um requerimento para a inclusão de um representante da Associação Brasileira de Resorts (Resorts Brasil) no plano de trabalho. Então, Líder Eduardo Braga, eu faço esse apelo a V. Exa., se puder fazer... Eu subscrevo esse requerimento da Senadora Augusta...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Eu tenho um igual a esse.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – ... para incluir um representante da Resorts Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Na verdade, tem vários pedidos também: do Senador Wilder Morais...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Fora do microfone*.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Relator Braga, querido amigo, parabéns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que você é a pessoa talhada para relatar essa reforma tributária, até pela sua longa experiência e, principalmente, também – óbvio, eu tenho que puxar um pouco a brasa para minha sardinha –, porque nós somos lá do norte e sabemos as dificuldades que nós temos lá.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – É de ter fé.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu sou de ter fé, exatamente.

Então, fomos colegas de Dom Bosco, e eu estou muito honrado de ter você como Relator dessa matéria tão importante para o país e para a nossa região, que também inclui a região do meu querido Presidente. Olha só!

Mas eu queria dizer que nós vamos, depois da sua apresentação do plano de trabalho, dar essas sugestões, porque nós temos várias entidades que nós precisamos... Eu acho que o senhor já pode até, inclusive, se antecipar e dizer: "Vamos acatar aqui as sugestões dos Senadores", porque são sugestões muito pertinentes para enriquecer o debate.

Eu quero também aproveitar, Presidente, para pedir a V. Exa... No dia 3 de julho, eu pedi para o senhor pautar uma PEC importante para o nosso país, que é a PEC do marco temporal. A nossa PEC 48 o senhor pautou, como prometeu, no dia 10. E, naquele dia, quando nós começamos a discussão, o senhor pediu para suspender a discussão porque o Supremo Tribunal Federal, através do Ministro Gilmar, havia solicitado que se promovesse um debate com um grupo de trabalho para analisar a lei do marco temporal que nós aprovamos aqui, as ações diretas de inconstitucionalidade e as ações de constitucionalidade que estavam tramitando lá. Eu até participei do grupo de trabalho lá e, infelizmente, a discussão não evoluiu absolutamente nada.

Até sugeri algumas representações de comunidades indígenas e segmentos indígenas de Roraima, que tem 50 mil indígenas, e nós não conseguimos incluí-los na discussão. De forma que, de julho para cá, nós já tivemos invasões de terras, eventos violentos em alguns lugares, como em Guaíra, no oeste do Paraná, que aconteceram duas semanas atrás. E nós precisamos, Presidente, como o senhor prometeu para mim – e o senhor é homem de palavra –, votar aqui essa PEC do marco temporal, trazendo para nós essa atribuição, porque é uma responsabilidade constitucional nós normatizarmos essa matéria.

Eu espero que o senhor possa, ainda no mês de outubro, como o senhor prometeu – e eu tenho certeza de que o senhor vai cumprir a sua palavra –, pautar e votar essa PEC do marco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temporal. Só assim nós teremos paz e segurança no campo, tanto para as populações quilombolas, indígenas, populações naturais, como para quem trabalha e produz, que precisa de segurança jurídica para fazer com que este país cresça como vem crescendo; e nós devemos muito o crescimento do nosso país ao agronegócio e à agricultura familiar.

Então, eu queria que o senhor se comprometesse conosco para a gente votar, como o senhor prometeu, a PEC do marco temporal ainda no mês de outubro.

Muito obrigado.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone*.) – Bem lembrado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito obrigado pelas ponderações. Recolho a manifestação de V. Exa. Eu me comprometo a conversar com todos aqueles envolvidos que tentaram construir esse entendimento em relação a essa mesa de conciliação que está montada no Supremo Tribunal Federal com Senadores, Parlamentares e com atores do Governo, para que a gente possa entender o que, nesse período, avançou nessa discussão jurídico-legislativa, digamos assim, mas nós não vamos abrir mão das nossas prerrogativas.

Se a gente entender que essa discussão político-jurídica de vários atores não está tendo um encaminhamento adequado para esse relevante e importante assunto, o meu compromisso é que a gente retorne para a pauta a votação da PEC para a gente deliberar e, no voto, decidir no plenário da Comissão e, posteriormente, no Plenário do Senado.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, só a título de informação para V. Exa., as reuniões têm sido marcadas por absoluta intransigência de alguns representantes de instituições indígenas do nosso país. É uma coisa muito preocupante. Eu fiquei muito preocupado com o que eu ouvi nas discussões. Tem associação lá que diz que fala em nome dos indígenas do país e, quando eu pergunto para os 50 mil indígenas do meu estado, ninguém nunca foi consultado a respeito das posições que são colocadas lá. De forma que aquela discussão, do meu ponto de vista, com todo o respeito que tenho pelo Supremo Tribunal Federal – apesar de toda a boa vontade do Ministro Gilmar –, não tem evoluído, e não por culpa do Ministro Gilmar, mas por culpa dos entes que estão lá, ditos como representantes das comunidades indígenas do nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós precisamos realmente discutir isso aqui na nossa Casa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É isso, desta maneira: vou tomar conhecimento dessa discussão, desse diálogo, e vou encaminhar enquanto Presidente da Comissão.

Concedo a palavra ao Senador Castellar Neto.

O SR. CASTELLAR NETO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG. Pela ordem.) – Presidente, só aproveitando que V. Exa. está organizando a pauta, há um requerimento meu sobre a mesa, avulso, e eu requeiro a V. Exa. para incluí-lo extrapauta, apenas para incluir um convidado na audiência pública que vai ser realizada na próxima terça-feira. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu vou incluir de ofício, já que a audiência pública é de V. Exa., para incluir mais um convidado.

O SR. CASTELLAR NETO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG. *Fora do microfone.*) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Líder Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, quando foi da aprovação do plano de trabalho da emenda constitucional, nós acolhemos todas as sugestões dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras, para aprimorar o plano de trabalho e as audiências públicas.

De igual modo, eu quero dizer a V. Exa. que acolho, de ofício, toda e qualquer sugestão que os colegas Senadores e as colegas Senadoras...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... encaminharem com relação às audiências públicas. Afinal de contas, esse plano de trabalho não é meu, é nosso; por isso, estou apresentando à CCJ.

Portanto, todas as indicações dos Srs. Senadores serão muito bem-vindas ao plano de trabalho.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Questão de ordem, Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Eu tenho um compromisso. Se o Líder – eu não demorarei nem um minuto para ler esse voto, e ele ir à votação simbólica – permitir, eu já faço a leitura dele.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não. Rapidamente, Líder.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Conforme relatamos, o projeto foi motivado pelos assassinatos do indigenista Bruno Araújo Pereira e do jornalista Dom Philips na região do Vale do Javari, no Município de Atalaia.

A proposição procura, então, evitar que nova tragédia como essa se repita, dando oportunidade de autodefesa aos servidores da Funai, cujo trabalho contraria os interesses de garimpeiros ilegais, traficantes de drogas, biopiratarias, madeireiras clandestinas, entre outros.

Relativamente às Emendas 3 e 4, da CMA, entendemos, nos exatos termos do parecer daquela Comissão, que o aperfeiçoamento proposto é necessário. Aliás, impõe-se a aprovação desta última emenda, porque revogados os dispositivos do Código Florestal e do Código de Pesca que concediam o porte de armas aos fiscais ambientais, deixando esse direito baseado unicamente no Código de Fauna.

Voto. Pelo exposto, o voto é pela aprovação.

Peço a aprovação dos colegas Senadores e Senadoras.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Apresentado o relatório do Senador Fabiano Contarato ao Projeto de Lei nº 2.326, de 2022, que foi um item incluído extrapauta e aprovado pelo Plenário, coloco em discussão a matéria.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Presidente, é a aprovação do Projeto de Lei nº 2.366 e das Emendas 3 e 4, da CMA.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É o 2.326.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. *Fora do microfone*.) – Perfeito.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – Presidente, com todo o respeito ao Senador Contarato, eu fico em dúvida em relação a dar arma para... Quer dizer, o Governo do Partido dos Trabalhadores sempre foi contra armar esses segmentos, então eu fico meio em dúvida em relação a essa matéria. Com todo o respeito que lhe tenho, queria pedir vista desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vista concedida nos termos regimentais.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Coletiva.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ah, sim.

Vista coletiva concedida a pedido não do Relator, mas do Senador Eduardo Braga.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Gostaria de passar a Presidência ao Líder Efraim Filho e, ao tempo, conceder a palavra a S. Exa. o Senador Eduardo Braga, Relator do PLP de regulamentação da reforma tributária.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Bem, eu gostaria, antes de V. Exa. passar a Presidência ao Senador Efraim, de agradecer a V. Exa. pela consideração e pelo carinho, e de agradecer a todos os Senadores e Senadoras.

Eu fui recentemente operado, de emergência, da coluna, e vários Senadores e várias Senadoras que tomaram conhecimento se manifestaram muito carinhosamente a mim. E eu quero agradecer, na sua pessoa, Davi, a todos os Senadores e Senadoras e a todos os meus amigos que se manifestaram durante esse período. Muito obrigado pelo seu carinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Bem, lerei o plano de trabalho.

O Congresso Nacional fez história, em 2023, ao promulgar a Emenda Constitucional nº 132, oferecendo aos brasileiros a primeira reforma tributária debatida e aprovada em um regime democrático no Brasil.

Caberá, agora, ao Senado, dar início à segunda etapa desse trabalho em favor da simplificação e da racionalidade do sistema tributário brasileiro, apresentando suas contribuições para a regulamentação dessas mudanças, para que elas possam ser efetivamente implementadas e a população sinta seus benefícios, com a melhoria do ambiente de negócios, que proporciona mais geração de emprego, renda e crescimento sustentável.

Novamente, foi-me delegada a honrosa missão de coordenar o debate e as negociações em torno do tema, como Relator do Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024. Assim, agradeço a confiança dos Senadores Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado, e Davi Alcolumbre, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, reiterando o compromisso desta Casa em assegurar o máximo de transparência à tramitação desta importante matéria.

Como já foi acordado entre os Presidentes do Senado e da CCJ, o nosso esforço foi no sentido de compatibilizar o calendário eleitoral deste ano com o cronograma de trabalhos que estabelecemos aqui para a regulamentação da reforma tributária. A expectativa é de que possamos viabilizar a votação da matéria da forma mais breve possível, sem açodamentos ou atropelos, com a participação de todos que se dispuserem a participar da construção de um consenso em torno do projeto em voga. Mais uma vez, conto com a ajuda dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras, do Ministério da Fazenda e demais órgãos do Executivo Federal, de Governadores, Prefeitos e representantes da sociedade civil para entregar à nação brasileira uma lei que concretize os anseios do povo brasileiro na regulamentação da reforma tributária.

Enquanto aguardava o início da tramitação da matéria, reuni a minha assessoria técnica e nos antecipamos: realizamos quase 200 atendimentos em audiências no gabinete, por onde já passaram 550 representantes de diversos setores produtivos do Brasil, apresentando suas demandas técnicas. Também foram realizadas 12 reuniões técnicas, assegurando que os princípios de transparência, segurança jurídica, simplificação e neutralidade, adotados na tramitação da emenda constitucional, sejam mantidos também na regulamentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não admitiremos retrocessos, sejam nas políticas de desenvolvimento das Regiões Norte e Nordeste, ou na proteção ao Simples Nacional e à Zona Franca de Manaus. Também faremos valer a trava para a carga tributária incluída pelo Senado Federal no texto constitucional, com o objetivo de impedir aumentos futuros de impostos e assegurar a neutralidade da futura carga tributária ao consumidor.

Por fim, para o bom termo deste trabalho, proponho que sejam realizadas as seguintes audiências públicas.

2.1 Novos tributos incidentes sobre o consumo e reorganização da economia

Nessa reunião, os convidados devem discutir os aspectos o PLP nº 68, de 2024, com especial enfoque sobre alíquotas, regras de não cumulatividade, direito ao creditamento, *split payment*, incidência do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS).

Convidados:

• Dario Durigan, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda;

• Bernard Appy, Secretário Extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda;

• Melina Rocha, Consultora do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e especialista em IVA;

• Marcos Mendes, Economista, Servidor de Carreira da Consultoria Legislativa do Senado e Pesquisador Associado do Insper;

• Marcus Pestana, Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI);

• Regina Helena Costa, Ministra do STJ e ex-Presidente da Comissão Temporária para Exame de Projetos de Reforma dos Processos Administrativo e Tributário Nacional;

• além das contribuições encaminhadas pelos Senadores e Senadoras.

2.2 Impacto no setor produtivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste painel serão discutidos os interesses dos setores produtivos e o impacto da reforma tributária no PIB e na economia com ganhos motivados pela melhor alocação de recursos na economia.

Convidados:

• Presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI);

• Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp);

• Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);

• Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC);

• Presidente da Confederação Nacional do Transporte (CNT);

• Presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras);

• Além de possíveis nomes indicados pelos Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

2.3 Impacto social e regimes diferenciados

Esse debate deve abordar regimes diferenciados com forte impacto social, como cesta básica nacional, educação, saúde, entre outros. As regras para a devolução personalizada, conhecida como *cashback*, de IBS e CBS também devem ser objeto desta audiência.

Convidados:

• Representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS);

• Paulino Delmar Rodrigues Pereira, Presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen);

• Breno de Figueiredo Monteiro, Presidente da Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde);

• João Batista Ferreira Dornellas, Presidente-Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia);

• Rodrigo Octávio Orair, Diretor de Programa da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda;

• além de possíveis nomes indicados adicionalmente pelos Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2.4 Impacto na saúde: serviços, planos individuais e coletivos, medicamentos, dispositivos médicos e dispositivos para pessoas com deficiência

Em função da importância do segmento e da repercussão da reforma sobre o setor da saúde, dedicamos uma audiência específica para tratarmos desse tema.

Convidados:

• Presidente da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg);

• Presidente da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp);

• Presidente da Associação Brasileira de Farmácias e Drogaria (Abrafarma);

• Presidente da Associação Nacional de Apoio às Pessoas com Deficiência (ANPcD);

• Omar Abujamra Júnior, Diretor-Presidente da Unimed;

• Ailton Mendes, Presidente da Associação Brasileira de Academias (Acad Brasil);

• além de possíveis nomes adicionais indicados pelos Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

2.5 Regime específico – serviços financeiros.

Para garantir que todos os setores sejam ouvidos, concentramos esta oitiva no regime aplicável aos serviços financeiros, incluindo concursos de prognósticos e *split payment*.

Convidados:

• Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF);

• Presidente da Federação Nacional das Empresas de Resseguros (Fenaber);

• Presidente da Associação sem fins lucrativos que representa instituições financeiras e de pagamentos (Zetta);

• Presidente da Associação Brasileira de Instituições de Pagamentos (Abipag);

• Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs) e Cielo;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

• Presidente da Caixa Econômica Federal (CEF);

• Daniel Loria, Diretor da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda;

• além de possíveis indicações adicionais das Senadoras e dos Senadores.

2.6 Demais regimes específicos

Essa audiência pública lidará com os dispositivos que tratam dos demais regimes específicos.

Convidados:

• Presidente da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB);

• Presidente da Confederação Nacional do Turismo (CNTur);

• Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (Abih);

• Presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel);

• Representante do Ministério da Fazenda;

• além de possíveis nomes adicionais e indicados pelos Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

2.7 Infraestrutura – energia, saneamento, telecomunicações e setor imobiliário

Essa audiência pública tratará do impacto do IBS e da CBS sobre segmentos relacionados à infraestrutura e ao setor imobiliário.

Nós dividimos em duas mesas a referida audiência pública para poder abrir espaço para diversos setores e ouvir a todos.

1ª Mesa: energia, saneamento e telecomunicações

Convidados:

• Presidente do Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase);

• Rubens Rizek Junior, Presidente da Associação Nacional de Pesquisa da Economia Energética (Anpeen);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

• Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP);

• Presidente da Associação Brasileira do Biogás (Abiogás);

• Presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica);

• Presidente da Associação Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon);

• Marcos Ferrari, Presidente-Executivo da Conexis Brasil Digital.

2ª Mesa: setor imobiliário

Convidados:

• Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic);

• Presidente da Associação Brasileira de Incorporadoras (Abrainc);

• Presidente da Associação das Empresas de Loteamento Urbano (Aelo);

• Presidente da Associação Brasileira do Mercado Imobiliário (ABMI);

• Presidente do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação ou Administração de Imóveis Residenciais ou Comerciais (Secovi/SP);

• além de possíveis indicações adicionais dos Srs. Senadores e Senadoras.

2.8 Simples Nacional e Zona Franca de Manaus

As microempresas (MEs) e as empresas de pequeno porte (EPPs), bem como a atividade econômica desenvolvida no âmbito da Zona Franca de Manaus, devem ser resguardadas e serão objeto de discussão nessa audiência pública.

Da mesma forma, dividimos em duas mesas para pode ampliar a participação.

1ª Mesa: Simples Nacional

Convidados:

• Carlito Merss, Gerente de Políticas Públicas do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

• Talita Pimenta Felix, advogada e pesquisadora do Núcleo de Estudos Fiscais da Escola de Direito da Fundação Getulio Vargas de São Paulo;

• Mário Sérgio C. Telles, Gerente-Executivo de Economia da Confederação Nacional da Indústria (CNI);

• Presidente do Comitê Gestor do Simples Nacional.

2ª Mesa de debates: Zona Franca de Manaus

Convidados:

• Presidente da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa);

• Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Manaus (CDL/Manaus);

• Presidente da Federação do Comércio do Estado do Amazonas (Fecomércio/AM);

• Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam);

• Presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletros);

• Representante da Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas;

• Representante da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda;

• Thomaz Nogueira, especialista em Direito Tributário e Ex-Superintendente da Suframa.

2.9 Imposto Seletivo

O propósito dessa reunião será discutir o Imposto Seletivo, que visa mitigar externalidades negativas relativas à saúde e ao meio ambiente. Deverão ser discutidos os bens e serviços onerados pela exação, as bases de cálculo e alíquotas incidentes.

Convidados:

• Presidente da ACT Promoção da Saúde;

• Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas Não Alcoólicas (Abir);

• Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

• Presidente da Associação Brasileira de Bebidas Destiladas (ABBD);

• Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja (Sindicerv);

• Presidente do Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR);

• Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram);

• Representante da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda;

• além de possíveis nomes adicionais indicados pelos Srs. e Sras. Senadores.

2.10 Fundo de compensação de benefícios fiscais e o novo modelo de desenvolvimento regional

Convidados:

• André Horta - Diretor Institucional do Comitê Nacional de Secretários de Estado de Fazenda;

• Mário Sérgio - Superintendente de Economia da Confederação Nacional da Indústria (CNI);

• Pablo Cesário - Presidente-executivo da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca);

• José Alves Filho - Presidente da Associação Brasileira Pró-Desenvolvimento Regional Sustentável (Adial Brasil);

• Tácio Lacerda Gama - Professor de direito tributário da Universidade Federal da Bahia (UFBA);

• Bernard Appy - Secretário Extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda;

• além de outros que os Senadores porventura indiquem adicionalmente, e as Senadoras também.

2.11 Regras de transição, fiscalização e avaliação quinquenal

O objeto da última audiência pública que propomos são as normas que tratam de transição, fiscalização e avaliação quinquenal, incluindo a trava da carga tributária, conflitos de competência, domicílio tributário eletrônico, conformidade fiscal, dívida ativa e cobrança do IBS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convidados:

• Representante do Tribunal de Contas da União (TCU);

• Presidente da Associação Nacional de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite);

• Presidente da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais (Fenafim);

• Presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz);

• Presidente do Grupo de Estudos Tributários Aplicados (Getap);

• Mary Elbe Queiroz, Presidente do Centro Nacional para a Prevenção e Resolução de Conflitos Tributários (Cenapret);

• Adriana Gomes Rêgo, Secretária Especial Adjunta da Receita Federal do Brasil.

Sr. Presidente Efraim, Sras. e Srs. Senadores, em combinação com o Presidente Rodrigo Pacheco eu apresento, junto com o plano de trabalho, para ser submetido, Secretário Ednaldo, à votação, ainda no dia de hoje, dois requerimentos de sessões temáticas no Plenário do Senado, uma aos Governadores de estado e outra a Prefeitos de grandes, médias e pequenas cidades, como foi feito no relatório em que apresentamos a emenda constitucional. O Presidente Rodrigo Pacheco sugeriu que nós aprovássemos esses requerimentos para encaminharmos a ele, para que ele possa marcar para o dia 4 e para o dia 5, provavelmente, ou para a outra segunda e a outra terça subsequentemente. Vai conversar com os Governadores e com os Prefeitos para que nós tenhamos, portanto, essas duas sessões temáticas.

Portanto, apresentamos dois requerimentos de sessões de debates temáticos no Plenário do Senado Federal, com a participação de todos os Senadores e Senadoras, a fim de debater o tema regulamentação da reforma tributária com a participação de chefes de Poderes Executivos estaduais e municipais, assim assegurando, portanto, não apenas a ampla participação do setor privado, a ampla participação dos setores regulatórios sobre os tributos, mas também dos chefes do Poder Executivo municipal e estadual que representam, portanto, a nossa Federação.

Assim, Sr. Presidente, encerramos encaminhando o calendário das audiências públicas que serão realizadas pela CCJ, ficando as duas sessões temáticas a cargo do Presidente do Senado para definir as datas. Nós teríamos reuniões de audiências públicas nos dias: 29/10, 30/10, 31/10, 04/11, 05/11, 06/11, 07/11, 11/11, 12/11, 13/11 e 14/11. Portanto, realizaremos, pelo plano aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentado – um, duas, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez –, 11 audiências públicas, além daquelas já realizadas pela CAE em número de 21. Portanto, as duas Comissões terão realizadas 31 audiências públicas, aliás, 32 audiências públicas mais duas sessões temáticas, 34 sessões de debate sobre a regulamentação da reforma tributária.

Esse é o nosso plano de trabalho, que eu submeto à apreciação, à contribuição dos colegas Senadores e Senadoras e também ao julgamento daqueles que queiram contribuir para o aprimoramento da reforma tributária.

Ao encerrar, quero aqui fazer um agradecimento também muito especial ao colega e Senador Efraim Filho, que na emenda constitucional coordenou o grupo de trabalhos da CAE, que foi de enorme contribuição para o bem-sucedido trabalho que o Senado emprestou àquela histórica emenda constitucional aprovada tanto pelo Senado quanto pela Câmara, a primeira em regime democrático.

Portanto, quero aqui registrar de forma muito especial o seu empenho e a sua dedicação em torno do tema.

Muito obrigado aos senhores e senhoras pela paciência.

E esse é o plano de trabalho que submeto à CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Meu caro Relator, Senador Eduardo Braga, primeiramente quero agradecer o registro e a referência. E conte mais uma vez com esta mão amiga e esta disponibilidade para contribuir com o trabalho árduo, desafiador que é a relatoria de um tema que dialoga com a vida real das pessoas, dos pequenos, médios e grandes empresários, empreendedores do país e também do trabalhador, que já paga muito imposto.

E sabemos que, ao lado da definição de um modelo mais simples, menos burocrático, que facilite a vida de quem produz, o tema das alíquotas da carga tributária é um tema para o qual V. Exa. tem demandado muita atenção por parte do Governo, por parte de todos aqueles que fazem essa discussão, especialmente o setor produtivo.

Eu lhe digo que, nessa regulamentação, isso será particularmente o meu tema de maior interesse. Não necessariamente as questões temáticas de segmentos, de setores, que são importantíssimas, mas o todo da carga tributária é algo que nós não podemos deixar para segundo plano. Não dá para pensar em ter o Brasil com o maior IVA do mundo. Acho que isso é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algo que está descartado. Por isso, no seu plano de trabalho, quando você trata de que haverá momentos para discutir as emendas ou o texto de lei que trate da trava da carga tributária, isso é essencial. Não dá para ficar aqui com um diálogo que muitas vezes tem sido reverberado de que cada decisão do Congresso vai significar aumento ou não da alíquota. Eu acho que tem que ficar claro que responsabilidade fiscal, equilíbrio fiscal, que é a palavra da moda, não é feita só pelo lado da receita, mas também pelo lado da despesa. Não é só arrecadar, arrecadar e arrecadar mais; é qualificar o gasto público, é reduzir custos, é diminuir despesas. Então é impensável que se tenha uma alíquota acima de 26,5%, que foi o que já foi trabalhado e aceito com conforto pelo setor produtivo e pela sociedade brasileira. Não dá para pensar em chegar a 27% ou a 28%. O Estado brasileiro tem que se adaptar à realidade, ao Orçamento que for disponibilizado com 26,5%; é o Estado que tem que se adaptar a ele e não o contrário, não o setor produtivo, não o cidadão, não o contribuinte, que tem que ver mais peso depositado nos seus ombros para poder ter que arcar com todas as políticas públicas que são ou serão agendadas dentro de um programa de Governo. O Governo é que tem que se adaptar à realidade da sociedade e do setor produtivo, e não o inverso.

Então, já nessa primeira intervenção a favor do seu plano de trabalho, com o qual concordo, o diálogo a respeito da trava da carga tributária será um dos temas que traremos como principal desejo, uma voz em defesa de quem produz. Reforma tributária não deve ser feita, nem deve ser pensada, nem será para resolver problema do Governo ou dos governos: federal, estadual, municipal. Reforma tributária é para facilitar a vida de quem produz, é para ser mais simples, menos burocrática. E esse é o modelo que estamos pensando.

Pela ordem, está inscrito ali o Senador Marcelo Castro. Na sequência, será o Senador Hamilton Mourão.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, em primeiro lugar quero parabenizar o Senador Eduardo Braga pelo consistente relatório que faz aqui do seu plano de trabalho para a gente chegar à conclusão dessa tão esperada reforma em que a gente vem trabalhando há décadas. É uma dívida que nós, do Congresso Nacional, temos com a sociedade brasileira, porque reconhecidamente nós temos o sistema mais arcaico, anacrônico, superado, confuso, problemático e injusto, talvez, do mundo. E fizemos um bom trabalho, no ano passado, fazendo a reforma em nível constitucional e agora vamos fazer em nível infraconstitucional, em nível legal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Eduardo Braga deixa claro aqui, no seu plano de trabalho, a sua intenção de ouvir todos os interessados, toda a sociedade brasileira, para que cada segmento traga aqui a sua contribuição para que a gente possa fazer o melhor possível em favor da sociedade brasileira.

E, nesta audiência aqui, eu quero chamar a atenção ao dia 11 de novembro em que nós iremos tratar do Simples Nacional e da Zona Franca de Manaus. E eu quero sugerir aqui ao Relator, o Senador Eduardo Braga, que a gente pudesse acrescentar aqui, nessa audiência pública, também as EPEs. E, para isso, eu teria a sugestão aqui de dois nomes que poderiam ser convidados para participar também desse debate, já que são temas correlatos: André Severo Chaves, que é advogado tributarista, CEO e sócio fundador do escritório Borges e Chaves – Consultores e Advogados, ex-Conselheiro titular da 1ª Seção do Carf, Presidente do Instituto Piauiense de Direito Tributário, mestrando em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Direito Tributário e MBA em Direito Tributário pela Fundação Getulio Vargas; e a Sra. Anna Dolores Sá Malta, que é Conselheira titular da 3ª Seção de Julgamento do Carf, professora universitária dos cursos de graduação em Direito Tributário e Aduaneiro, doutora em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, *master of laws* em Direito Aduaneiro pela Erasmus Universiteit Rotterdam, na Holanda, mestre em Direito Público, certificada em Gestão Jurídica Aduaneira e Tributária Internacional pelo MIB (Massachusetts Institute of Business), formada em Mediação e Arbitragem pela Fundação... Vou parar por aqui porque o currículo...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – É longo! (*Risos.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Então, se fosse possível, gostaria de dar esta contribuição e acho que seria muito importante.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Claro!

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Mas quero parabenizar, mais uma vez, o excelente trabalho do nosso Líder Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Com a palavra, o Senador Hamilton Mourão.

Eu acredito que o Senador Marcelo deve formalizar esses nomes à Mesa até para que eles possam chegar ao Relator e serão bem recepcionados, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Presidente Efraim, Senador Eduardo Braga, eu passei a minha vida fazendo planos, então eu entendo bastante de planos. E queria cumprimentar o senhor, Senador Eduardo Braga, pela objetividade do plano. Eu não tenho dúvidas de que, quando nós terminarmos esse processo, nós teremos as perfeitas condições para sanar todos aqueles problemas que a gente vem observando no PL 68 e, consequentemente, como falou muito bem o Senador Efraim, entregar ao Brasil um novo modelo tributário que atenda a todas as necessidades do povo brasileiro de uma maneira geral, facilitando a vida tanto de quem emprega, como também de quem trabalha. Eu acho que, com isso, estaríamos destravando um dos problemas que prejudica a nossa produtividade, que é a questão tributária.

Então, parabéns, Senador Eduardo Braga! Conte com o nosso apoio em todo esse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Senador Braga, então, para que a gente possa objetivar e tirar uma dúvida minha, a última audiência pública está prevista para o dia 14 de novembro, que é uma quinta-feira, não é isso? Véspera, inclusive, do feriado do dia 15, que é uma sexta.

Então, a gente teria, em tese, partindo da premissa do cumprimento integral, na melhor das hipóteses, o projeto pronto para votação a partir da semana seguinte, que seria ali por volta do dia 19 de novembro, uma terça, e 20 de novembro, uma quarta, é isso em tese?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Presidente, hoje nós temos 1.461 emendas além, obviamente, da contribuição que virá da CAE na próxima semana; além, ainda, do prazo de emenda que os membros da CCJ terão. Então, o que eu estou imaginando é que nós teremos, pelo menos, uma semana...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Inteira.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... inteira para nos dedicarmos à elaboração do relatório.

Lembro sempre, Senador Efraim, que neste relatório, diferentemente do anterior, nós teremos, obrigatoriamente, que buscar o consenso com a Câmara dos Deputados previamente, sob pena de que toda e qualquer contribuição que o Senado fizer não seja acolhida pela Câmara e sequer chegue ao Executivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós precisaremos, portanto, além do prazo para a elaboração do relatório, de alguns dias para construirmos um consenso entre os Líderes da Câmara, os Líderes do Senado, o Presidente Arthur Lira, o Presidente Rodrigo Pacheco, bem como com o Executivo – aproveitando a presença do Líder Otto –, que vai ser fundamental.

Aqui quero desejar o pronto restabelecimento ao nosso amigo, irmão e colega Senador Jaques Wagner, que passou também por uma pequena cirurgia, e quero aqui mandar meus sinceros votos de pronto restabelecimento ao Líder Jaques Wagner, mas quero dizer que também será fundamental um consenso com o Executivo porque, depois da votação da Câmara, esta matéria, diferentemente da emenda constitucional, que é promulgada pelo próprio Congresso, vai à sanção do Senhor Presidente da República com direito a vetos.

Portanto, será fundamental a construção desse consenso com a Câmara dos Deputados e com o Executivo previamente, ou seja, anteriormente à votação do texto aqui na CCJ e, subsequentemente, no Plenário do Senado.

E, obviamente, não preciso dizer isto, mas nós teremos que construir uma maioria no Senado em torno do texto que vamos apresentar – pelo indicativo de 1.461 emendas apresentadas, o que é mais do que se apresentou durante todo o processo da emenda constitucional. Durante todo o processo da emenda constitucional, foram 898... Vamos arredondar: 900 emendas foram apresentadas.

Neste momento, nós já vamos com mais de 500 emendas adicionais à emenda à Constituição, o que mostra que, na regulamentação, na qual está o detalhe, é que está o grande debate sobre várias questões do setor produtivo, várias questões da Federação brasileira, sobre as quais nós teremos que nos debruçar. E há a fina compatibilidade que precisamos fazer entre o PLP 68 e o PLP 108, que é o que trata da regulamentação do comitê gestor. Nós ainda teremos que fazer esse fino ajuste final entre o PLP 68 e o PLP 108.

Portanto, nós estamos colocando as audiências públicas até o dia 14, para poder, nas duas semanas que nos restam no mês de novembro, poder dar curso à finalização do relatório, à construção dessa negociação política que acontecerá – e não será apenas política, será política e técnica –, e aí votaremos na CCJ e levaremos ao Plenário, cumprindo, portanto, o nosso compromisso de fazer esse trabalho ainda no ano de 2024. Assim a gente espera conseguir fazer esse trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Então, concordando com V. Exa., temos, de agenda, até o dia 14, conforme apresentado no plano de trabalho. A partir daí, é um processo de diálogo, de construção de consensos, para poder ter, eventualmente, a data de votação, tanto na CCJ quanto no Plenário, com a construção dos consensos. Há minha total concordância dentro desse procedimento trazido por V. Exa.

Vou acrescentar ainda um outro diálogo, que é importante dentro desse diálogo de projetos: os PLPs 124 e 125, que estão numa Comissão de Juristas aqui do Senado Federal, com a qual o Presidente Rodrigo Pacheco tem tratado, tratam sobre a parte procedimental. Há a modernização do processo administrativo e tributário – que vai dialogar com essa parte material, da mudança das leis –, mas também as regras de procedimento. E aí, tem havido diálogo com a Receita Federal, com a PGFN, com a AGU, para tratar dessa questão de prazos processuais, respostas do contencioso, o que é uma grande preocupação também, que virá ao lado da mudança da lei – a modernização também do contencioso tributário, que hoje é o que atravanca, e muito, os prazos e as respostas que precisam ser dadas.

Líder Otto, seja bem-vindo, assumindo essa missão desafiadora de substituir o Senador Jaques Wagner.

V. Exa. tem o uso da palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Eu agradeço ao Presidente Efraim Filho pela oportunidade.

Antes de tudo, eu quero tranquilizar todos os meus colegas, Senadores e Senadoras, porque o Senador Jaques Wagner está muito bem. Ele foi operado num hospital público da Bahia, o Hospital Ortopédico do Estado da Bahia, que é um hospital de excelência no Brasil para a área de ortopedia e traumatologia. Foi um colega nosso lá da Bahia, o Daniel Jones, que o operou. Fez uma cirurgia no pé, para a correção de um pequeno desvio que já incomodava há muito tempo. Logo, logo, ele vai estar de volta. Eu espero até que seja antes do final do ano, para votar inclusive, ajudar a votar esse relatório do meu estimado e querido amigo, o Senador Eduardo Braga. Eu acompanhei o trabalho do Senador na PEC da reforma tributária. Ele ouviu muitos segmentos, fez um relatório maravilhoso. Está em boas mãos essa relatoria já agora nessa lei complementar que veio da Câmara.

E eu acredito no diálogo. Eu acho que o Senador Eduardo Braga deve perfeitamente ouvir todos os segmentos, mas ouvir, sobretudo, o Presidente lá da Câmara dos Deputados, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Arthur Lira, e o Relator da matéria lá na Câmara também para encontrar um consenso, ou seja, que aquilo que for melhorado aqui com estudos, com trabalho seja também acatado e aceito como uma coisa que seja uma contribuição. Ninguém quer absolutamente tirar a autonomia, a altivez daqueles que lá relatam matérias tão importantes. Hoje mesmo, conversando com o Senador Efraim Filho sobre o mercado de carbono, o nosso juízo é este: ouvir o outro lado, ouvir a Câmara para que o Congresso tenha uma decisão que seja em favor do contribuinte, mas também que seja uma legislação que não traga problemas para o Governo.

O aumento da arrecadação está evidente agora. Nós vamos ter agora um aumento de arrecadação de quase 12% acima da inflação; ou seja, está tendo um aumento de arrecadação. Quer dizer, a letra de lei que vai vir aí não quero que aumente impostos, também não pode, de maneira nenhuma, deixar de ter a contribuição para que o Estado possa andar nas suas diversas atividades, na busca do sonho do Ministro Haddad, que é o déficit zero. Não sei se nós vamos conseguir este ano e acho, inclusive, que um dos motivos de não se chegar a esse nível de déficit zero foi a tragédia lá do Rio Grande do Sul, onde o Governo aportou de recursos em torno de R$98 bilhões do caixa do Governo, além de outras ações que foram destinadas que estavam no Orçamento. Portanto, pode ser que isso não seja conseguido através do trabalho do Governo Federal e do Ministro Fernando Haddad.

Mas eu quero parabenizar e dizer da minha confiança no relatório e também da admiração que eu tenho pelo trabalho do Senador Eduardo Braga e do Senador Efraim Filho, que são dois craques aqui que entendem perfeitamente onde fica a virgulazinha que altera um relatório, dizendo que alterar essa vírgula é mérito. Então, pode ser que a vírgula volte para lá como alteração de mérito de um projeto.

Portanto, parabéns e muito obrigado, Presidente, pela oportunidade de falar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Líder, você trouxe um tema importante dentro dessa discussão.

Batemos o recorde este mês de arrecadação, 11% a mais. Isso dialoga com a agenda do Senado Federal, do Presidente Rodrigo Pacheco; votamos uma agenda de aumento de arrecadação sem esquecer daquelas decisões estratégicas que eram necessárias para que pudéssemos avançar na proteção do emprego, no estímulo do empreendedorismo, como houve uma grande discussão sobre a questão das desonerações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, houve um aumento de 11% com as supostas desonerações, que foram tão contestadas. Então, o Senado mostrou que estava correto em saber prestigiar decisões estratégicas que estimulam o empreendedorismo, reduzem o custo Brasil, dão competitividade ao nosso setor produtivo sem deixar de contribuir com o aumento de arrecadação que é suportável. Então, eu acredito que a lembrança trazida por V. Exa. é extremamente positiva.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Não sei se o Relator quer trazer alguma consideração final.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Não. Quero apenas para pedir a V. Exa. que submeta à votação o plano de trabalho e os dois requerimentos sobre reunião temática.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Certo, votaremos aqui, mas também V. Exa. apresente em Plenário, porque a aprovação será também lá pelo Presidente. Mas vamos deixar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Incluiremos aqui de igual forma.

Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o plano de trabalho.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação os dois requerimentos para a realização de audiências públicas em Plenário.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Resultado final: aprovado o plano de trabalho oferecido pelo Relator, Senador Eduardo Braga, ao Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, e os dois requerimentos de audiências temáticas aprovados em Plenário.

(São os seguintes os requerimentos aprovados:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 22, DE 2024

Requer Sessão de Debate Temático

Autoria: Senador Eduardo Braga (MDB/AM)

EXTRAPAUTA

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 23, DE 2024

Requer Sessão de Debate Temático

Autoria: Senador Eduardo Braga (MDB/AM))

Por fim, para finalizar o trabalho da Comissão, só coloco o requerimento que foi apresentado pelo Senador Castellar Neto.

EXTRAPAUTA

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 21, DE 2024

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 19/2024 - CCJ, com o objetivo de instruir o PL 5/2022, que "dispõe sobre a proibição, em todo o território nacional, de fabricação, comércio, transporte, manuseio e uso de fogos de artifício de estampidoou de qualquer outro artefato pirotécnico que produza estampidos" seja incluído o Senhor Krisdany Vinícius S.M. Cavalcante, Presidente da Sociedade Brasileira de Acústica e Gestor do Comitê Brasileiro de Acústica ABNT/CB-196.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Castellar Neto (PP/MG)

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

E também já a encaminho a V. Exa., na sessão temática da saúde, os planos de saúde e autogestão, que são diferentes dos planos de saúde de mercado, não é? A Unidas...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Coloca uma pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – ... que é importante para... É da Unidas, que é a entidade que traz os planos de saúde e autogestão para poder também trazer suas contribuições.

Nada mais havendo a tratar, parabenizando o Relator, Senador Eduardo Braga, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Castellar Neto, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Marcelo Castro, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Izalci Lucas, Jayme Campos, Angelo Coronel, Otto Alencar, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Humberto Costa, Beto Martins, Eduardo Gomes, Esperidião Amin, Mecias de Jesus e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Rodrigo Cunha, Tereza Cristina, Paulo Paim e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton, Omar Aziz, Eliziane Gama, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Marcos Rogério e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 19/2024 - CCJ, de autoria Senador Castellar Neto (PP/MG), REQ 21/2024 - CCJ, de autoria Senador Castellar Neto (PP/MG), e PL 5/2022, de autoria Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Finalidade:** Audiência Pública destinada a instruir o Projeto de Lei nº 5, de 2022, que "dispõe sobre a proibição, em todo o território nacional, de fabricação, comércio, transporte, manuseio e uso de fogos de artifício de estampido ou de qualquer outro artefato pirotécnico que produza estampidos". **Participantes:** Sr. Ronaldo Tannús, Vereador da Câmara Municipal de Uberlândia (MG); Sr. Oswaldo Freire, Autor do livro: "O Desafiante Mundo do Autista: Obstáculos e Possibilidades no Labirinto do Amor"; Sr. Breno Lintz, Promotor de Justiça do Estado de Minas Gerais; Sr. Wallace de Lira, Palestrante e escritor; Sr. Guilherme Santos, Coordenador da Aliança Brasileira da Pirotecnia; e Sr. Krisdany Vinícius S. M. Cavalcante, Presidente da Sociedade Brasileira de Acústica e Gestor do Comitê Brasileiro de Acústica ABNT/CB-196. Justificaram ausência o Sr. Tiago Castro, Médico; e o Sr. Carlos Rebello, Analista de Políticas e Indústria da Superintendência de Assuntos Legislativos da Confederação Nacional da Indústria (CNI). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Fizeram uso da palavra o Deputado Federal Domingos Sávio (PL-MG), o Sr. Leonardo Lacerda Camilo, Prefeito de Santo Antônio do Monte (MG) e o Ex-Senador Eduardo Azeredo. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Castellar Neto
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/29

O SR. PRESIDENTE (Castellar Neto. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei nº 5, de 2022, que dispõe sobre a proibição em todo o território nacional de fabricação, comércio, transporte, manuseio e uso de fogos de artifício de estampido ou de qualquer outro artefato pirotécnico que produza estampidos, conforme os Requerimentos nº 19 e 21, de 2024, da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, de iniciativa do Senador Castellar Neto.

Esta reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e Srs. Senadores e dos convidados por sistema de videoconferência para exposições e debates. Será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Tenho a honra de convidar para compor a mesa o ex-Governador do Estado de Minas Gerais, ex-Prefeito de Belo Horizonte, ex-Deputado Federal e ex-Senador desta Casa, Eduardo Brandão de Azeredo.

Convido de igual forma o Sr. Ronaldo Tannús, Vereador da Câmara Municipal de Uberlândia; o Sr. Oswaldo Freire, autor do livro *O desafiante mundo do autista: Obstáculos e possibilidades no labirinto do amor;* o Sr. Guilherme Santos, Coordenador da Aliança Brasileira de Pirotecnia.

Registro ainda a presença, por participação remota, do Sr. Breno Lintz, Promotor de Justiça do Estado de Minas Gerais; do Sr. Wallace de Lira, Palestrante e Escritor; e aqui, presencialmente, do Sr. Krisdany Vinícius Cavalcante, Presidente da Sociedade Brasileira de Acústica e Gestor do Comitê Brasileiro de Acústica.

Justificaram a ausência o Sr. Thiago Castro, Médico, e o Sr. Carlos Rebello, Analista de Políticas e Indústria da Superintendência de Assuntos Legislativos da CNI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos. A palavra a Senadores e a Senadoras será concedida na ordem de inscrição. Os Senadores interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado, sendo-lhe vedado interpelar os membros da Comissão.

Concedo a palavra inicialmente ao Sr. Ronaldo Tannús, Vereador da Câmara Municipal de Uberlândia, para sua exposição, por dez minutos.

O SR. RONALDO TANNÚS (Para expor.) – Bom dia, Sr. Presidente em exercício, Castellar Neto, Senador pelo qual tenho grande amizade e confiança, que já provou a sua competência à frente desta Casa. Na sua pessoa, eu cumprimento todos os Senadores desta Casa.

Bom dia, Sr. Governador Eduardo Azeredo, pelo qual tenho toda estima também. É um prazer enorme estar aqui ao lado do senhor, na pessoa de quem cumprimento todos os componentes da mesa.

Bom dia a todos os presentes, autoridades, visitantes da Casa. Bom dia, em especial, ao meu amigo Breno Lintz, Promotor, que está presente também, *online* nesta reunião. Bom dia ao Wallace de Lira, um ativista na área do autismo e autista também.

Sr. Presidente, quero dizer que é uma satisfação enorme estar aqui na CCJ hoje, no Senado Federal, podendo falar um pouco sobre esse projeto que proíbe a comercialização de fogos de artifício com estampido, projeto que eu tive a oportunidade de apresentar na cidade de Uberlândia, como Vereador, no ano de 2021, no meu segundo mandato, o qual foi aprovado e está sancionado desde 2022. Hoje, estamos tentando levar esse projeto aí para todo o Brasil.

Sr. Presidente, a gente sabe que a beleza dos fogos está nas cores e não no barulho, não é? A gente acompanha o sofrimento, principalmente de famílias com crianças autistas, adolescentes e adultos que hoje representam uma grande parte da população brasileira. Nós temos, em média, 3% da população com essa deficiência, podendo chegar a até 5%, daqui a alguns anos. A gente sabe que não é que está crescendo o número de autistas, mas sim crescendo o número de diagnósticos, e essas pessoas sofrem muito de hipersensibilidade sensorial, ou seja, elas escutam até dez vezes mais do que uma pessoa que não tem deficiência. Também os animais e pessoas idosas a gente sabe que sofrem muito com esse barulho dos fogos.

Eu espero que, na data de hoje, a gente consiga evoluir com esse projeto, que já está tramitando aqui nesta Casa. Eu tenho a honra de ter outros projetos, também em defesa dos direitos dos autistas, que é a principal bandeira do meu mandato, que foram apresentados na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

cidade de Uberlândia anteriormente, como o Projeto do Colar de Girassol, que eu consegui aprovar, em 2022, na cidade de Uberlândia. Depois ele tramitou aqui no Congresso Nacional e hoje é uma lei federal. Espero que aconteça o mesmo com esse projeto.

Com a evolução do mundo e a modernização, nós precisamos ter mais empatia, Sr. Presidente, então, além de acompanhar essas famílias que recebemos diariamente em nosso gabinete, em sofrimento... Enquanto muitas pessoas estão comemorando, em datas comemorativas, por exemplo, como o Réveillon, onde há muita queima de fogos, eu tenho o relato de famílias que têm que sair para a estrada, Sr. Presidente... Eu tenho um caso de um amigo que, todo Réveillon – ele tem dois filhos autistas –, por volta de meia-noite, por volta de 11h30 da noite, ele tem que pegar seus filhos e levar para a estrada, pois os seus filhos ficam se debatendo dentro de casa.

O mesmo acontece também no caso de animais e idosos. Já vi vários vídeos, já recebi vários vídeos de animais que sofrem até ataques cardíacos devido aos fogos. Idosos também, em certos casos, podem vir até a óbito.

Assim, eu quero dizer que sou totalmente a favor do comércio, sou totalmente a favor dos empresários e sei o quanto isso representa para alguns. Eu sei o quanto é difícil ser empresário no Brasil, devido a altas cargas tributárias, mas eu quero dizer que, com a modernização, a gente precisa também ter mais empatia. E é esse pedido que a gente vem fazer aqui, hoje.

A gente vem torcer para ser aprovado nesta Comissão esse projeto, para que ele tramite e seja aprovado em nível nacional.

Então, hoje, é somente isso, Sr. Presidente. Agradeço, mais uma vez, pela oportunidade de estar nesta Casa, falando de um projeto tão importante. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Castellar Neto. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG) – Agradeço ao Vereador Ronaldo Tannús, da Câmara Municipal de Uberlândia, e concedo a palavra ao Sr. Oswaldo Freire, autor do livro *O desafiante mundo do autista: Obstáculos e possibilidades no labirinto do amor*, para a sua exposição, por dez minutos.

O SR. OSWALDO FREIRE (Para expor.) – Sr. Senador Castellar Neto, muito obrigado pelo convite.

Sr. Governador e Senador Eduardo Azeredo, é um prazer revê-lo com saúde e sempre brilhante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meu querido Vereador Ronaldo Tannús, da Câmara Municipal de Uberlândia; demais convidados; senhoras e senhores, é um prazer estar aqui com vocês nesta manhã.

Eu sou pesquisador internacional de autismo, não sou especialista. Escrevi esse livro durante dez anos de pesquisa na Austrália, nos Emirados Árabes, nos Estados Unidos, na Argentina, no México, no Canadá e na França com recursos próprios, sem apoio de instituição nenhuma. Sou palestrante. No ano passado, eu fiz 55 palestras no país; neste ano, 33. Houve dificuldades para mim com relação às eleições municipais. Então, não pude aceitar todos os convites, mas, com certeza, ainda farei algumas no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul e aqui também em Brasília, ainda neste ano.

Então, eu devo dizer para os senhores e senhoras que o autismo impacta 80 milhões de pessoas no mundo. Segundo a Organização Mundial da Saúde, nós temos no Brasil 2,2 milhões autistas e estamos aguardando a resposta do Censo Demográfico de 2020, do IBGE, que foi realizado em 2022. Passaram 2023 e 2024, e ainda não temos resposta a uma pergunta: "Você recebeu diagnóstico de autismo por um médico?". Então, com essa resposta, os especialistas do IBGE vislumbram ter um indicativo próximo das pessoas com autismo no Brasil. Alguns estudiosos revelam 4 milhões; outros, 6 milhões, mas eu fico, por enquanto, com a Organização Mundial da Saúde: 2,2 milhões.

Então, o TEA (transtorno do espectro autista) é conhecido na medicina como um transtorno do neurodesenvolvimento; não é doença e, sim, impacta a vida, de crianças, jovens, adultos e idosos autistas e impacta a comunicação, a interação social e também nos apresenta quadros repetitivos, que nós chamamos de estereotipias. Então, é uma situação muito séria.

Eu criei alguns neologismos. Eu estou chamando os autistas de "teanos", com o maior respeito e com a maior consideração, sem romantismo. Os autistas e o autismo não merecem ser tratados como adjetivos. Então, eu coloquei aqui uma pesquisa da França, onde eu fui estudar, em que jovens, de 18 a 23 anos, quando querem ofender uma pessoa, dizem: "Ele é autista", como adjetivo, e ele não é autista, ele está fazendo ali algumas coisas repetitivas, algumas coisas restritas, mas não é autismo, e está sendo usada a palavra autista.

Por isso, eu criei meus neologismos, inclusive chamando o autismo de "labirinto do amor", que é uma figura que eu criei ao estudar no Instituto de Saúde Mental da Faculdade de Medicina da Universidade de Toronto, Canadá. Eu criei a figura do labirinto do amor, porque para mim nada acontece com os autistas sem amor. Então, é muito importante a gente ter essa conceituação para a gente entender os nossos "teanos" no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E devo dizer a vocês que o sistema sensorial dos autistas é muito aguçado, ora hipersensibilidade, para cima, ora hipossensibilidade, para baixo. Então, 90% dos nossos autistas têm esse impacto muito forte do universo sensorial deles.

Nós, neurotípicos, temos cinco sentidos, e os autistas têm mais dois: a questão do vestibular, que é a questão do equilíbrio, e a questão do proprioceptivo, que é a coordenação dele no espaço. Então, são mais dois sentidos que os nossos autistas apresentam, e, daí, é muito importante eles receberem as terapias, os tratamentos na área da saúde, educação, assistência social, porque eles levam uma vida difícil.

É interessante que quem mais sofrem com os autistas – não são somente os autistas – são as mães, os pais, os avós, os tios, todo um envolvimento familiar.

Então, é importante a gente registrar esse universo sensorial dos autistas, porque esses fogos de artifício de estampidos afetam muito a vida deles. Eles suportam até 60 a 70 dBs, e de repente, com a explosão desses dispositivos pirotécnicos, eles podem sentir o impacto que esses fogos podem transmitir, de 150 a 170 dBs.

Vejam essa questão do...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG. *Fora do microfone*.) – Sr. Oswaldo, bom dia.

O SR. OSWALDO FREIRE – Deputado Sávio, tudo bem?

É um prazer receber aqui o nosso Deputado de Divinópolis, o Deputado Sávio.

Então, vejam, senhores, essa questão realmente impacta não somente os autistas, mas também os neurotípicos. É uma sobrecarga sensorial muito forte; daí vem o estresse intenso, a exaustão emocional, a ansiedade, fatores até de risco de suicídio. Isso é uma coisa que também acontece.

A Organização Mundial da Saúde estima que o mundo perde 600 mil vidas por ano pelo suicídio. E os autistas não se suicidam pelo autismo, suicidam-se principalmente pela ansiedade e pela depressão. Então, é muito impactante para os nossos autistas. Além do desconforto físico, como dores de cabeça, enxaqueca e dores nos ouvidos, também acontecem os efeitos psicológicos – irritabilidade, sudorese, taquicardia, medo e pânico –, alterações comportamentais – tapar os ouvidos, gritos, fuga, estereotipias.

Também acontecem os distúrbios do sono. Segundo pesquisas, 40% a 60% dos nossos autistas apresentam distúrbios – plural –, distúrbios do sono, isso naturalmente. Há a questão da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

apneia, da insônia, do bruxismo, do sonambulismo... Então, isso já os afeta, e, na presença desses fogos, potencializam-se muito mais esses fatores impactantes dos distúrbios do sono.

Também há a questão dos animais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OSWALDO FREIRE – Já?

Obrigado, Presidente!

Então, na questão dos animais, eles suportam níveis de 60 dB a 70 dB. Diante desses fogos, repito, de 150 dB a 170 dB, dá um desconforto muito grande neles. Os animais selvagens fogem dos ninhos, têm queda e lesões. Os animais domésticos também sofrem com estresse e fuga também, não é?

Esses fogos chegam até a impactar o nosso meio ambiente. Com essas descargas dos fogos, acontece de ficar resíduo no solo, aí vem a chuva, leva isso para os córregos, rios e até para as bacias de maiores volumes. O meio ambiente é impactado com essa explosão sonora que prejudica realmente o nosso meio ambiente.

Nós respeitamos muito os nossos empresários do setor. O Brasil, segundo as minhas anotações aqui, tem 81 empresas, que geram 25 mil empregos diretos e mais de 35 mil indiretos, principalmente em Santo Antônio do Monte. Está aqui o nosso Prefeito. Lá, pelos meus dados, há 3 mil empregos diretos e 10 mil indiretos. Também temos a questão de Divinópolis – está aqui o nosso Deputado –, que tem uma indústria muito significativa. Em São João del Rei... Em São Paulo, Cabreúva e Tatuí. Enfim, todos... Na Bahia, também temos, como lembrou bem aqui o nosso Governador Eduardo Azeredo, em Santo Antônio de Jesus, não é isso? É Santo Antônio de Jesus.

Então, acontece que nós temos que buscar uma alternativa. Eu não sou contra os fogos de artifício, eu sou contra o barulho, o excesso da produção de decibéis. Hoje nós já temos uma série de cidades em Santa Catarina que já têm uma indústria avançada na ordem de fogos com volumes reduzidos, porque eu costumo ler "fogos silenciosos"... Isso não existe, porque mesmo os fogos com menor poder de ruído, de explosão, apresentam aí 60 dB, 70 dB. Então, fogos silenciosos para mim não existem – como pesquisador. Se vocês tiverem outro número, eu vou ficar contente de receber, para rever os meus dados.

Mas, então, os empresários têm todo o direito de cercear a liberdade deles de escolha empresarial como empreendedores, também os consumidores têm direito de escolher que tipo de artefato pirotécnico podem escolher, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente respeita esse cenário nacional, só que eu ainda fico muito preocupado e sou favorável à questão de não termos fogos com artefatos com altos volumes de sons, os fogos de estampido.

Eu estou aberto a escutar, a entender melhor, a rever algum dado meu, mas realmente eu sou favorável à proibição no Brasil.

O Supremo Tribunal Federal, em decisão de maio de 2023, decidiu que cabe aos municípios brasileiros optarem pela fabricação desses artefatos. Eu concordo, mas eu continuo favorável a que não tenhamos esses volumes tão grandes, que prejudicam não só a comunidade autista, que são os neuroatípicos, como também a comunidade brasileira em termos de pessoas neurotípicas – crianças, jovens, adultos e idosos.

Então, fica aqui a minha contribuição, com todo respeito aos expositores que aqui virão, mas eu continuo com a minha posição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Castellar Neto. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG) – Agradeço ao Sr. Oswaldo Freire.

Registro com alegria a presença do Deputado Federal Domingos Sávio, do PL, de Minas Gerais. Muito obrigado, Deputado, pela sua presença.

Concedo a palavra, de forma remota, ao Sr. Breno Lintz, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, para sua exposição, por dez minutos.

O SR. BRENO LINTZ (*Por videoconferência*.) – Vocês estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Castellar Neto. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG) – Perfeitamente, Dr. Breno.

O SR. BRENO LINTZ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Primeiramente, eu queria cumprimentar o Senador dirigente desses trabalhos e externar a ele uma profunda admiração ao pai, que foi nosso procurador-geral num tempo em que o Ministério Público fez a mudança, logo após a promulgação da Constituição de 1988. Queria que você levasse esse abraço fraterno a ele e um registro de um reconhecimento ímpar em relação ao seu genitor.

Em relação especificamente ao que a gente tem que verificar na tramitação desse projeto, o Vereador Ronaldo Tannús expôs muito bem que, em Uberlândia, foi publicada uma lei que proíbe tanto a comercialização quanto a soltura de fogos de artifício com estampido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que a gente pode analisar dessa situação? Essas pessoas que ele citou, que têm problemas com o filho justamente na época de passagem de ano, que até se afastam da cidade para que seu filho fique calmo, são dois agentes da Polícia Federal que trabalham aqui, em Uberlândia, que têm um filho com autismo. Sempre que chega próximo ao horário de passagem de ano, eles têm que se afastar porque o filho deles se desespera.

Eu já assisti a essa situação e é uma coisa muito preocupante, porque quem está do lado não consegue, de alguma forma, amenizar aquela situação para a pessoa que está sofrendo as consequências daqueles tiros, daqueles rojões que estão sendo soltos de forma até irresponsável.

Até porque, se a gente fizesse um levantamento de quantas pessoas já se machucaram e passaram até mesmo pelo serviço público de saúde por causa de fogos de artifícios estourados em mãos, em pés das pessoas... É uma coisa absurda o número.

Aqui em Uberlândia, cerca de 50 a 60 pessoas por ano chegam aos atendimentos públicos aqui para solucionar problemas provocados por explosões. Eu acho que nós não estamos lutando contra a fabricação de fogos de artifício e, sem dúvida nenhuma, aquele artefato que abrilhanta a passagem de ano, que abrilhanta alguns eventos, nada tem a ver com explosões, como acontecem com rojões, como acontecem com aqueles conhecidos foguetes.

O próprio Senador que dirige os trabalhos, por ter já participado da federação mineira, sabe o quanto é preocupante e o quanto é incômodo quando torcidas se encontram e resolvem fazer a discussão, a briga, utilizando esses fogos de artifício.

É uma coisa que eu já presenciei também, até mesmo aqui em Uberlândia, no jogo do Cruzeiro e do Atlético – de vez em quando eles usam o Parque Sabiá nosso aqui –: briga entre torcidas de cruzeirenses e atleticanos utilizando esses fogos de artifício, que seriam o rojão, para jogar um contra o outro.

Nós temos também uma passagem próxima passada, em São Paulo, em que um jornalista da Band morreu porque, numa das manifestações próximas à Avenida Paulista, soltaram o rojão que pegou no olho, entrou e matou o indivíduo.

Essa situação dos animais sentindo esses barulhos... Nós temos que imaginar o seguinte: os 190 maiores neurocientistas do mundo, reunidos em Cambridge, já se manifestaram dizendo que os animais são seres sencientes, que têm as mesmas percepções que o ser humano e, inclusive, sofrem significativamente com essa questão de fogos de artifício com estampido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que é indiscutível essa situação do malefício que esse tipo de artefato traz para a sociedade. São os autistas, são os idosos – eu tenho uma mãe com 90 anos de idade.

O Ronaldo Tannús, que é o Vereador que nos acompanha, sabe muito bem de um evento que teve aqui em Uberlândia, próximo do Natal, há dois anos, em que soltaram fogos de artifício, mesmo infringindo a lei aqui de Uberlândia. Essas pessoas foram por mim processadas e tiveram que pagar indenizações altíssimas por causa dessa participação. Por incrível que pareça, vários idosos, naquela época, ali na região central de Uberlândia, na Praça Adolfo Fonseca, procuraram-nos dentro do Ministério Público para reclamar do incômodo que foi causado com os fogos de artifício com estampido. Eu acho que é desnecessário eu ficar aqui citando passagens e situações que registram que isso traz um malefício para nós.

Se a gente imaginar, por outro lado, pela fabricação, temos dois pontos de vista contrários que podem ser defendidos perante esta Comissão. Primeiramente, se são 25 mil pessoas trabalhando nessa área, acabar com os fogos de artifício com estampido não acabará com os fogos de artifício, principalmente aqueles que embelezam mais os eventos, eles vão continuar sendo produzidos normalmente. Vão sofrer consequências? Não, não vão sofrer consequências, porque haverá uma adaptação natural da sociedade para aquele tipo de fogos de artifício que sejam permitidos. Então, isso não é argumento. Se a gente ficar só nessa discussão...

Eu queria lembrar à Comissão também que, por exemplo, há 30 anos, o agro começou com a mecanização e um desenvolvimento estrondoso na questão da mecanização; o aperfeiçoamento dela fez com que vários trabalhadores rurais fossem mandados embora de seus trabalhos, de seus locais a que estavam acostumados, inclusive desde quando começaram a viver. Se a gente imaginar que, há 30 anos, os bancários, que eram um número superior a 2 milhões no Brasil, foram disseminados com a questão da informática que chegou...

Nós não podemos – nós não podemos – deixar de pedir, de cobrar uma evolução para uma melhora na indústria de fogos de artifício sob o argumento de que alguém pode ser mandado embora. Não é porque alguém pode ser mandado embora que eu tenho o direito de acabar com a vida de um autista, acabar com a vida dos animais, acabar com a vida dos idosos, obrigando-os, nessas etapas da vida, a participarem de réveillons e de outros eventos, como disputa futebolística e outras coisas mais como inaugurações; terem que ser obrigados a ficar ouvindo uma coisa que de graça não tem nada, porque, se me disserem que os fogos de artifício, pirotecnia, que vem com as luzes, que vem com aquela graciosidade toda das invenções dessas pessoas que trabalham na produção desses artefatos... Sim, podem me convencer de que é uma coisa agradável aos olhos, bonita para ser vista, como é no Rio de Janeiro. Apesar disso, nós temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que lembrar que, no Rio de Janeiro, aquelas baterias ficam a 2km – a 2km – da margem de Copacabana. Então, não é uma coisa tão absurda.

Eu peço para que esta Comissão também avalie, por último: essa legislação que proíbe em São Paulo já foi levada ao Supremo e mantida como um projeto constitucional. Eu não sei se teve o julgamento final, mas pelo menos uma liminar, inicialmente concedida, foi revogada, com toda essa argumentação relativa à questão da saúde, tanto dos autistas quanto também de outros seres que merecem nosso respeito.

Muito obrigado, Senador.

Um abraço a todos, e obrigado pela oportunidade de estar aqui com vocês.

O SR. PRESIDENTE (Castellar Neto. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG) – Muito obrigado, Dr. Breno Lintz. O senhor bem sabe do apreço, da admiração e, sobretudo, do respeito que tenho pelo Ministério Público e, de forma muito especial, pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Levarei com muito carinho a sua manifestação ao meu dileto pai.

Concedo a palavra ao Sr. Wallace de Lira, também por via remota, palestrante e escritor, para sua exposição por dez minutos.

O SR. WALLACE DE LIRA (*Por videoconferência.*) – Bom dia, estão me escutando?

O SR. PRESIDENTE (Castellar Neto. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG) – Está um pouco baixo, Wallace. Se puder aumentar um pouquinho, por gentileza... (*Pausa.*)

O SR. WALLACE DE LIRA (*Por videoconferência.*) – Estão me escutando melhor agora?

O SR. PRESIDENTE (Castellar Neto. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG) – Melhor. (*Pausa.*)

O SR. WALLACE DE LIRA (*Por videoconferência.*) – Está melhor o áudio? Ficou melhor? Estou sendo escutado?

O SR. PRESIDENTE (Castellar Neto. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG) – Está bem melhor. Estamos ouvindo bem.

O SR. WALLACE DE LIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos. Bom dia, Sr. Presidente; bom dia aos demais membros da Comissão presentes aqui.

Gostaria de agradecer primeiramente ao Vereador Ronaldo Tannús pelo convite que me foi feito e pelo apreço que me foi dado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de começar me apresentando: meu nome é Wallace de Lira; eu sou autista, eu sou palestrante, eu sou escritor e também sou estudante de Psicologia. Eu pesquiso muito, mas estou aqui para falar através de evidências empíricas, como uma pessoa autista que possui sensibilidade auditiva a barulhos agudos – finos, informalmente falando.

Mas eu começo o meu discurso repudiando veementemente o que tem acontecido em parte da comunidade do autismo nos últimos dias, em que uma associação que se diz representante de autistas e famílias atípicas, com fácil acesso, inclusive, ao Governo Federal, entregou um dossiê à Ministra dos Direitos Humanos comparando terapias intensivas a um regime manicomial, desesperando, assim, milhares de autistas e famílias atípicas que dependem dessas intervenções, documento esse que já foi utilizado judicialmente para negar terapias a famílias atípicas.

É muito bom deixar isso claro, ainda mais quando, após a entrega desse dossiê, o conselheiro dessa associação estava palestrando e supostamente culpabilizando famílias de autistas a submeterem seus filhos a terapias, de acordo com ele, invasivas. Tudo isso, em um congresso de uma operadora de saúde.

Então, eu gostaria de deixar registrado e começar o meu discurso solidarizando-me com todos os autistas e famílias atípicas que não compactuam com isso.

Dito isso, eu gostaria de começar este debate, da minha parte, dizendo o seguinte: autistas e famílias atípicas sofrem, há muito tempo, com o barulho que o mundo traz para nós, não é? Mas eu acredito que há coisas que podem ser evitadas, como, por exemplo, a fabricação e a venda de fogos de artifício com estampido.

E eu quero dizer que eu sou completamente a favor do empreendedorismo. Acredito que o empreendedorismo gera empregos, e nós precisamos de uma economia mais pujante, mas, em uma das falas, uma das pessoas disse que realmente não mudaria muita coisa, porque a sociedade se adaptaria naturalmente com fogos sem estampido, não é? Sem barulho, no caso. E eu corroboro essa afirmação. Acho que nós não devemos prejudicar o empreendedorismo, não devemos prejudicar as pessoas que gostam, de certa forma, desse tipo de festa, que é muito bonita, por sinal. Eu acho particularmente fogos de artifício muito bonito; porém, eu não posso achar bonito os malefícios que o barulho dos mesmos traz, que infelizmente causam prejuízos a autistas e famílias atípicas.

Eu trouxe aqui alguns dados e eu gostaria de mostrá-los para vocês aqui. O pai de uma criança que faz parte do transtorno do espectro autista publicou, nas suas redes sociais, um vídeo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que mostra o áudio do seu filho de sete anos logo após ter escutado barulhos de fogos de artifício. Segundo esse pai, a família estava em casa, em Maceió, quando começou o foguetório. Não é possível ouvir que a criança se desespera com o barulho. Ele, o pai, explicou que os fogos foram disparados durante a ação de um comitê de campanha política que fica perto da residência da família. Abro aspas: "Isso aí é resultado de uma crise que meu filho autista, de sete anos de idade, teve a partir de fogos de artifício de uma campanha eleitoral. Você, político, acha que uma criança autista merece estar sofrendo dessa forma?"

E essa fala desse pai é muito importante, porque não se encaixaria somente com políticos, o que realmente acontece, mas também com torcidas de futebol e diversos outros eventos que utilizam fogos com estampido.

Outra notícia aqui: "Idoso morre em explosão de fogos de artifício em Juazeiro do Norte, no Ceará".

Trago para os senhores outra notícia:

> Idoso morre em troca de tiros após briga por causa de fogos de artifício em Viçosa.
> Uma briga por causa de fogos de artifício terminou em morte em Viçosa, na Zona da Mata. De acordo com a Polícia Militar, populares relataram que havia festa em um bar, devido ao aniversário de um homem, de 34 anos, que soltou os fogos.

Ou seja, além de fogos com estampido causarem um enorme malefício para a sociedade, para autistas, para famílias atípicas, para idosos, para animais e pessoas que estão enfermas, também ocasionam brigas, porque há uma parcela da sociedade que concorda e que não concorda. Então, eu acredito que o debate é muito salutar, não é? Reitero: eu não sou contra fogos de artifício sem estampido. Eu acho muito bonita a coloração de tudo isso. Porém, se nós não proibirmos, como vai ser o futuro daqui para frente?

Eu sou autista e me lembro da época da escola quando o sinal soava e ele era agudo. Eu entrava em um estado de nervosismo extremo. Ainda não entendia o porquê, mas eu via que, enquanto eu ficava completamente angustiado, as pessoas, as outras crianças ao meu lado, estavam completamente normais com aquela situação. Eu passei a me sentir muito diferente dos demais por conta não só desse, mas de tantos outros fatores. Então, eu sei muito bem, apesar de não ter uma hipersensibilidade com todos os barulhos, como é você sofrer ao menos com barulhos específicos. Eu sei como é você ter que colocar um fone de ouvido por estar em um momento de sobrecarga, por estar em um momento de crise e sofrendo com barulhos. Uma em cada trinta e seis crianças, hoje, de até oito anos, é autista. E isso acontece por quê? Porque virou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

moda ser autista? É claro que não. Isso acontece porque a ciência e a medicina evoluíram a tal ponto que hoje é possível diagnosticar pessoas autistas com mais precisão. Então, o que está em pauta hoje é muito importante para o futuro, porque esses números irão crescer, mais pessoas serão identificadas, diagnosticadas. Nós precisamos olhar melhor para o direito dessas pessoas.

Reitero que eu sou a favor de uma economia pujante que gere empregos e que sou contra cercear a liberdade das pessoas. No entanto, eu acredito também que a sociedade se adaptaria naturalmente a fogos sem estampido. E acrescento à minha fala algo que eu acredito ser de suma importância, tendo em vista a notícia que eu trouxe a respeito da briga que ocorreu por conta de fogos de artifício. Anotei aqui e eu vou ler para os senhores. Eu pensaria também na implementação de um novo artigo na proposta que é: em caso de morte ou ferimento de algum autista ou animal em virtude da soltura de fogos de artifício com estampido, o sujeito responderia criminalmente pelo ato. No caso, a pessoa que soltou deveria responder pelo crime de homicídio por dolo eventual ou por culpa consciente sem prejuízo de indenizações na esfera cível.

O autismo possui um comportamento chamado eloping. Este comportamento é um comportamento de fuga, em que, quando a pessoa autista está em crise, ela perde parte da sua linha de raciocínio e foge. E isso é muito prejudicial para ela. Imaginem uma criança autista em crise por conta de fogos com estampido, correndo por conta de uma crise e, eventualmente, indo até a rua ou caindo de uma escada ou de uma sacada, o que acontece muito!

Então, senhores, para encerrar a minha fala, eu peço que os senhores vejam o meu discurso com muito carinho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Castellar Neto. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG) – Agradeço a manifestação do Sr. Wallace de Lira e concedo a palavra ao Sr. Guilherme Santos, Coordenador da Aliança Brasileira da Pirotecnia, para sua exposição também por dez minutos.

O SR. GUILHERME SANTOS (Para expor.) – Bom dia.

Bom dia, Senador.

Bom dia a todos os convidados, senhoras e senhores aqui presentes.

Eu queria iniciar, dizendo que nós da Aliança Brasileira da Pirotecnia estamos muito felizes de estar aqui, Senador. Felizes – e aqui estão duas das grandes entidades que fundaram essa aliança, que é um movimento de interlocução com a sociedade e com o poder público –, porque nos está sendo oportunizado participar do debate. E convencionou-se ao longo do tempo que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em muitas das vezes este debate se desse com verdades, ou questões tidas como verdades, sem se se preocupar em ouvir os aspectos técnicos deste produto por parte de quem pode fornecê-lo, que é quem o produz e quem o comercializa.

Então, nós estamos muito felizes e a gente quer começar, parabenizando o senhor pela responsabilidade em ouvir, porque só assim é possível chegar às verdades de que o Parlamento precisa.

Nós estamos falando aqui de um produto que tem um evidente valor histórico, ao qual eu não vou me prender para não gastarmos muito tempo, que se converteu num valor cultural mundial e brasileiro, de forma muito particular. Os fogos de artifício estão presentes nas mais variadas manifestações culturais do Brasil de norte a sul, de leste a oeste. Mas não só aqui; no mundo inteiro.

Nós temos fogos de artifício marcando grandes celebrações em todo o planeta, em todo o mundo e com essa característica marcante de ser um produto sempre presente nos momentos felizes da vida das pessoas, porque o negócio dos fogos de artifício é a alegria. Não é dor e sofrimento. E é para isso que essas pessoas que estão aqui e os tantos que não estão trabalham.

É lógico que esse valor histórico se converteu também num valor econômico significativo. Eu não vou ficar aqui me prendendo a dados, mas me limito a dizer que nós não estamos falando só das indústrias no polo pirotécnico e indústrias de outros lugares que, como os senhores disseram, geram 25 mil. Esse número está considerando a indústria. E os comerciantes que estão espalhados em mais de 5 mil empresas com fogos de artifício em seu Cnae no país inteiro e que juntas reúnem um capital social de R$1 bilhão?

Mas muito mais importante, senhoras e senhores, do que esse valor econômico é o valor humano, porque essas pessoas são pessoas. São empresários, mas por trás desses empresários, existem pais de família, pessoas trabalhadoras. Existem comerciantes. Existem vendedores. Existem profissionais dos *shows* pirotécnicos, seus colaboradores, suas famílias, dezenas de milhares, talvez mais de uma centena de milhares, não temos esse número exato, de pessoas envolvidas num produto com o intuito de proporcionar alegria, pura e simplesmente, e que hoje se veem num ambiente de insegurança jurídica absoluta, porque, como o Dr. Breno muito bem colocou, hoje, o STF reconhece que todos os municípios e todos os estados podem legislar sobre a matéria. Você imagina você ser um empreendedor que está sujeito a cinco mil legislações diferentes, mais do que isso, com a cobrança da sociedade para que você se transforme? Mas eu vou me transformar para que lado? Então, a gente está muito feliz com esta oportunidade hoje,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

porque nós precisamos que o Congresso Nacional veja que este debate precisa de um rumo e um rumo lógico.

E, entrando especificamente no nosso projeto de lei, a gente tem uma preocupação com relação a ele, que é a preocupação que nós temos em praticamente todas as proposições relativas a essa matéria, que é esse termo "fogos de estampido", que alguém, em algum momento, convencionou utilizar em proposições legislativas, mas que não tem base normativa. O que são fogos de estampido? O que é o estampido? É a explosão do fogo no céu? Porque, se for, o que os senhores estão dizendo aqui – eu vou provar isso –, de que vamos preservar a beleza, está fadado ao fracasso. Não é possível!

Mas vamos lembrar, por um breve momento, que o disparo de um fogo de artifício, do chão ao céu ou do tubo ao céu, o disparo, do ponto de vista acústico – nós vamos ouvir um especialista em acústica –, mas o disparo pode ser um estampido. Ele é um tiro! Um estalinho que a criança joga no chão, no São João, na Festa Junina, provoca uma micro explosão que, do ponto de vista da acústica, é um estampido. Ou seja, esse termo genérico, que o legislador entende de uma forma, para o mercado e para a técnica é outra, e a gente pode acabar colocando todo esse segmento num risco muito grande, porque... O Dr. Breno entende de uma forma, pelo que eu entendi, mas outros membros do Ministério Público poderão entender de outra forma, e vai ser necessária uma regulamentação.

O fato é que o estampido está diretamente – o Senado precisa entender isso – relacionado ao efeito, e a um efeito muito especial. Se eu convidar vocês todos aqui a imaginarem, por um breve momento, um espetáculo pirotécnico, um espetáculo de fogos de artifício, cada um vai pensar de um jeito, mas eu tenho certeza de que todos vocês vão visualizar, na cabeça de vocês, uma projeção esférica de luz e de cor, uma estrela, um círculo, que é a marca mais importante de fogos de artifício, um efeito de abertura – e esse é o nome técnico: efeito de abertura. É o que espalha cores e luzes pelo céu. Esse é o efeito mais importante, é a alma de qualquer *show* pirotécnico no mundo, na Disney, no 4 de Julho nos Estados Unidos, na China, no Reino Unido. Sem o efeito de abertura, o que sobra? Luzes que são lançadas – tem um tiro para lançar, tem que se discutir isso –, que sobem, mas que, quando chegam em cima, elas não abrem. É um outro efeito. É bonito? É bonito, mas, enquanto o efeito de abertura permite que a gente sustente o *show* de Copacabana por 14 minutos sem que o espectador fique cansado – e só corrigindo o Dr. Breno, não são 2km não; são 400m, da orla, até porque seria uma distância absurda –, enquanto a gente sustenta o *show* de Copacabana por 14 minutos, seria impossível sustentar aquele *show* só com fogos que sobem e não abrem. Ou seja, você tem *shows* muito menores. E com um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

detalhe: é um produto muito mais caro, portanto, menos acessível. *Shows* menores, com menos acessibilidade ao produto, significariam uma queda drástica de consumo, o que significaria a inviabilidade completa de manter esses empregos e que significaria, sem a menor sombra de dúvida, o fim da indústria nacional.

Esse projeto, tratado da forma como está... E a gente entende a intenção do legislador. Não vamos condenar, e vocês vão se surpreender, porque nós estamos aqui para mostrar que há alternativa, sim; essa é a nossa disposição de estar aqui. Mas retirar o estampido de forma genérica significa tirar o principal efeito e significa, diretamente, terminar a indústria nacional. E, sem indústria nacional, Senador, nós temos uma demanda reprimida, uma crise de oferta, porque o mercado formal não pode ofertar, e o que vai acontecer, invariavelmente? Clandestinidade. E eu não digo clandestinidade nacional, não.

O Senado aqui se debruça sobre as questões da nossa grande fronteira. Nós temos produtos vindos de fora, para suprir essa demanda, sem fiscalização, sem a segurança dos nossos produtos e sem pagar imposto. O problema vai ser mantido e, muito provavelmente, será piorado. Mas aí eu pergunto a vocês: Realmente esse é o caminho? Proibir fogos de artifício resolveria todos os problemas envolvidos na vida dessas pessoas? Hoje nós sabemos que não. O setor demorou a entender isso melhor, mas hoje a gente entende isso.

E a gente tem que agradecer muito a Carina, que está aqui, da Abads (Associação Brasileira de Assistência e Desenvolvimento Social), porque a Carina, que é uma mãe de autista, nível 3 de suporte, não-verbal, teve a grandeza e a clareza da visão há uns dois, três anos, de procurar o setor e falar: "Olha, vocês precisam entender o que acontece aqui." Então, a gente fica à vontade para ter este debate, porque hoje a gente entende, Senador. Hoje a gente sabe que sim, que fogos de artifício – e nós estamos reconhecendo isso – são um estímulo sonoro intenso, que pode afetar os autistas, assim como vários outros.

É porque nós temos que lembrar também, como os senhores sabem melhor do que eu, que nós temos a questão da multidimensionalidade desse desafio sonoro. Cada autista lida de uma forma toda particular com diversos sons que podem vir de eletrodomésticos, dentro de casa. Se são 60, 70 dB., a lista é imensa. Eles podem vir de martelo no prego, de latidos de animais, de trovão, que nós não temos autoridade para proibir. E como lidar com isso? Hoje nós sabemos como lidar com isso: é através do caminho da inclusão. A indústria reconheceu a sua responsabilidade, o setor reconheceu a sua responsabilidade. E através da visão da Carina, nós já desenvolvemos, há algum tempo, uma grande campanha nacional de doação de abafadores auriculares para entidades voltadas à proteção de pessoas inseridas no espectro autista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso aqui tem um poder imenso. E a gente vê muito pouca gente falar disso. Eu vi um vídeo bonito do Dr. Liberalesso, que eu tenho certeza de que todos vocês conhecem, falando sobre isso aqui. Esse é o caminho, porque, com o abafador de ruído, o autista pode vivenciar todas essas experiências.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME SANTOS – E a gente entrega sempre com uma cartilha de inclusão e de conscientização sobre hipersensibilidade e previsibilidade.

Já entregamos quase dez mil abafadores em todo o Brasil. Queremos intensificar isso e queremos convidar, inclusive, a comunidade autista, para conversar conosco, para que a gente possa criar formas de isso acontecer. Essa é a forma como a indústria está tentando mostrar que sim, que nós reconhecemos que a gente precisa melhorar. Mas há alternativa, porque com isso aqui o autista não é tratado como um deficiente. Com isso aqui, ele escolhe se gosta de fogos de artifício ou não.

E os senhores tenham certeza de que, se a gente exclui os fogos de artifício – que a gente já sabe que não é –, a sociedade se manifesta. Nós tivemos recentemente uma pesquisa de opinião nacional que foi contratada pelo Sebrae e pelo IEL. Essa pesquisa perguntou a dois brasileiros – estatisticamente um número adequado –, em todas as unidades da Federação: "Você é a favor da proibição dos fogos de artifício?"

Senador, eu vou te pedir só para concluir rapidamente.

"Você é a favor da proibição dos fogos de artifício?", e 20% disseram que sim, são a favor de proibir tudo; 32% disseram que são a favor de proibir só o que faz ruído em excesso. Especificamente a esses perguntou-se: Mas você é a favor de proibirem esses fogos de *réveillon*, de efeito visual, que é o nome correto, que também têm som? Para vocês eles fazem barulho em excesso e deviam ser proibidos?" Desses 89%, não, não deviam; outros 23% defendem que não seja proibido, mas que precisam de regras; para 20% não tem que ter proibição nem regra nenhuma.

Ou seja, 20% para cá, 20% para cá, e 60% da sociedade definem uma posição equilibrada. E é o que a indústria está buscando hoje. E esses 60% da sociedade, na verdade, 80%, se manifestam.

E a gente tem um *case* aqui – ilustro para mostrar – que é o *case* de Florianópolis. Florianópolis viveu este debate no ano passado. A capital catarinense, no ano passado, teve o seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

primeiro Réveillon sem fogos de artifício, e o resultado foi uma crítica generalizada da sociedade, que fez com que o Prefeito, Topázio, um líder histórico em defesa do movimento dos autistas, acabasse de lançar um vídeo, anunciando que voltará a ter fogos de artifício este ano, mas, agora sim, apontando para o futuro: Intensidade controlada, política de controle de rojões na zona urbana, e aqueles que ganharem a licitação para executar o show têm que distribuir isso aqui de graça na orla.

Esse é o caminho possível. Esse é o caminho da inclusão.

Temos, inclusive, o vídeo do Prefeito aí, se o Senador achar por bem passar ao final. Mas vou concluir dizendo que espero que, com essa exposição, são dez minutos – acaba que foram 40 minutos antes, tive que condensar muita coisa e talvez não tenha conseguido responder tudo –, quero que vocês percebam que não estamos aqui lutando contra a regulação; pelo contrário, precisamos dela, porque ela é a esperança de segurança jurídica para esse setor se transformar. Só que essa regulação tem que ser feita com inteligência, com definição clara de intensidade sonora. Na União Europeia, por exemplo, temos o limite estabelecido de 120dB, e cada estado-membro define se quer ajustar isso ou não, que é o limite da suportabilidade do ouvido humano.

Vamos ouvir depois o Dr. Krisdany., mas quero que vocês vejam que o setor pirotécnico não está contra o movimento autista nem contra os animais. Existem estudos que comprovam que existem questões comportamentais que podem ser enfrentadas para dar mais conforto, regras que tornem sustentável que o setor pirotécnico continue trabalhando, com sensibilidade e responsabilidade, mas também mantendo essa competitividade que levou o Brasil para a segunda posição mundial, protegendo os autistas, sim; protegendo os animais, sim; mas também protegendo as dezenas de milhares de pessoas desse segmento que querem continuar levando alegria. Não estamos aqui para insistir numa tradição sem responsabilidade, mas estamos aqui, sim, defendendo uma responsabilidade com tradição, porque já provamos que ela é possível.

Espero que esta audiência, Senador Castellar, seja esse primeiro passo para uma requalificação desse debate, ajudando, sim, essas pessoas, com uma lembrança importante: Precisam, sim, de políticas de limitação de intensidade sonora, Dr. Osvaldo? Precisam. Mas eu sei que eles precisam ainda mais, e o Senado precisa ver isso com carinho, de atendimento médico de qualidade na rede pública, de atendimento psicológico, de educação de qualidade, com o intermediador; precisam, sim, de assistência social, para dar conta dos muitos custos, e precisam que isso aqui seja distribuído na rede pública de saúde, porque nós não entendemos porque que a gente está precisando fazer isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado pela atenção de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Castellar Neto. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG) – Agradeço o Sr. Guilherme Santos e concedo a palavra ao Sr. Krisdany Vinícius Cavalcante, Presidente da Sociedade Brasileira de Acústica e gestor do Comitê Brasileiro de Acústica, para sua exposição, também pelo prazo de dez minutos.

O SR. KRISDANY VINÍCIUS S. M. CAVALCANTE (Para expor.) – Bom dia a todos.

Bom dia, Presidente, Senador Castellar Neto, a quem agradeço o convite, a oportunidade de estar aqui com vocês; Dr. Eduardo Azeredo, nosso Governador, ex-Senador da República; Dr. Oswaldo Freire; Vereador Ronaldo Tannús; Guilherme Santos; aos demais que aqui palestraram e que estão presentes para o debate e aos nobres Deputados também.

Bom, primeiro, quero fazer uma colocação de esclarecimento mais técnico, porque estamos falando de um tema extremamente sensível e de uma população que precisa ser protegida e cuidada.

Quando a gente fala de ruído, fala de decibels, tecnicamente a gente discrimina isso em diferentes descritores, porque são mais de cem descritores de níveis, cujos resultados eram todos dados em decibels, mas, resumidamente, nós temos praticamente algumas classes de ruídos e a métrica de se medir e determinar os níveis nos trazem a três grupos.

O primeiro grupo é dos ruídos contínuos e intermitentes, que são típicos de sons de música, sons de igrejas, *shows*, espetáculos, máquinas, indústrias, que são sons que não têm um prazo, podem perdurar por minutos, horas ou até por 24 horas continuamente e eles vão flutuando ao longo do tempo. Tecnicamente, a gente usa descritores que a gente chama de integradores, que vão dar um resultado médio ao longo desse tempo de integração. Então, quando a gente ouve níveis como os que são previstos na regulamentação, através da Resolução Conama, aqueles níveis que estão previstos em que o maior resultado permitido é de 70dB são níveis para esse tipo de ruído, para essa classe de ruído. Os mais restritivos são da ordem de 35dB, no período noturno, para áreas de residências rurais; no período diurno, para área de residências rurais, o permitido são 40dB. Esse limite de 70dB é para área em torno de indústrias durante o dia e 60dB durante a noite.

Quando a gente fala aqui do público, da população portadora do TEA, nós temos que entender que não é esse tipo de ruído necessariamente que é o problema. Nós temos um problema que está relacionado ao ruído tonal, que é uma outra classe, que é o que a gente ouviu aqui de sons agudos, sons finos, são essas expressões comuns usadas, são tonalidades específicas;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e os ruídos que a gente classifica como impulsivos, de que os fogos de artifício são um exemplo. Então, quando a gente vai falar de sons tonais, já exigem outras métricas para gente determinar os níveis e em qual frequência ou em quais frequências essas tonalidades estão estabelecidas. E medidas de controle para controlar essas emissões também são necessárias e são específicas.

No campo dos sons impulsivos, nós temos também sons impulsivos gerados por máquinas e equipamentos industriais, como prensas que trabalham cortes de chapa de aço, temos disparos de arma de fogo e os disparos de fogos de artifício. Então, para isso, a gente tem descritores específicos.

A nossa capacidade de suportar esses ruídos varia não só do ponto de vista fisiológico, por causa da fisiologia do aparelho auditivo humano – e também dos animais, que são diferentes do aparelho auditivo humano –, mas também do ponto de vista das questões psíquicas, das nossas sensibilidades. Cada um de nós tem uma sensibilidade diferente do outro, e os autistas também têm entre si diferentes sensibilidades. Então a gente precisa pensar que tecnicamente nós temos condição de fazer essas distinções e instrumentalizar a política pública com recursos técnicos que já são conhecidos, já são dominados para abordar cada uma dessas questões da maneira correta, sem misturar um decibel de ruído tonal com um nível de decibel de ruído de fogos de artifício, com um decibel de ruído de uma máquina ou som de uma igreja.

Em termos de política pública, precisamos também pensar a integração das políticas já existentes. Nós tivemos a regulamentação, logo após a publicação da Constituição de 1988, na Resolução Conama 01, de 1990, que fixa esses limites que são adotados no licenciamento industrial no Brasil todo, mas tivemos também a Resolução 02, de 1990, também feita pelo Conama, que estabeleceu o Selo Ruído para classificação. Hoje a gente compra um secador de cabelo, um liquidificador, para a nossa casa, e outros eletrodomésticos com o Selo Ruído. A gente consegue comprar aquele que é menos ruidoso, porque está rotulado, está classificado. Você tem a classificação e a rotulagem, isso é política pública.

Nós não temos um programa de rotulagem e de classificação para fogos de artifício. Então, do ponto de vista do equipamento em si, você tem um impulso gerado na hora do disparo no solo, você tem o ruído da trajetória gerado, porque você tem um elemento químico ali, em disparo, para o ar, porque está rompendo o ar – você tem aquele shhhhhhh, aquele disparo, aquele som –, e, depois, você tem novos disparos, quando você tem o efeito luminoso. Então, a gente precisa, como bem colocou o Dr. Guilherme Santos, fazer uma classificação técnica para distinguir, não só porque o nome não é adequado – falar de fogos com estampido –, mas também para poder fazer essa distinção e estabelecer limites.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro conceito que é físico e que é preciso nivelar com todos é o sentido da atenuação da perda dessa energia com a distância. Quando a gente faz um estudo de licenciamento ambiental para parques eólicos, para uma indústria, para uma mineradora, você considera a atenuação com a distância. Quanto mais distante da fonte estivermos, menor a pressão sonora que aquele som vai atingir nos receptores, então, isso também é um instrumento para que a gente entre, no que concebeu o Supremo, com o papel que, na nossa Constituição, é exclusivo dos municípios, que é a regulamentação e o uso do solo. Ou seja, compete ao município determinar as áreas onde pode haver o uso de fogos de artifício ou não – se o município autoriza um estádio de futebol, aquele estádio foi construído em uma área distante de hospitais, de escolas, de centros de saúde.

Entra também a questão do cadastro das residências dos portadores do espectro autista. Nós temos um exemplo de Itabirito, em Minas Gerais, onde uma lei municipal regulamentou que as residências devem fazer parte de um cadastro municipal. As ruas podem ser sinalizadas e as casas daqueles que desejarem também podem ser sinalizadas, ou seja, se eu estou transitando de carro naquela rua e vejo a placa, eu já sei que eu não devo usar a buzina do meu carro, que também é um som impulsivo, semelhante ao de um fogo de artifício. Então, nós precisamos pensar políticas públicas de maneira a equilibrar todas essas regulamentações.

Quando a gente fala dos protetores auriculares, quem regulamenta os protetores – tem toda uma classificação, tem ensaios a que os fabricantes têm que se submeter, para se aprovar, seguindo as normas técnicas brasileiras e internacionais – é o Ministério do Trabalho. Então, o uso de protetores auriculares a gente especifica e considera conforme o tipo de ruído, porque nem todos os protetores têm a mesma *performance* de atenuação. Então, assim, nós temos que pensar a esse respeito.

E, agora, como cidadão, não mais como Presidente da Sociedade Brasileira de Acústica, nem como gestor do comitê responsável pela elaboração das normas brasileiras de acústica, lá na ABNT, eu falo aqui como cidadão, eu sinceramente não acredito que a gente possa e deva fazer política...

(*Soa a campainha.*)

O SR. KRISDANY VINÍCIUS S. M. CAVALCANTE – ... pública proibindo, tá? Se proibir fosse resolver, em Minas Gerais, o art. 5º da Lei 7.302, de 1978, Senador – a lei é de 1978 – proíbe o uso de fogos de artifício com estampido, e o fato de a gente ter uma lei de 1978 que proíbe não resultou no impedimento do uso, ou seja, se a gente quer uma efetividade de política pública, a gente quer uma efetividade de proteger a saúde das pessoas e principalmente das pessoas que são sensíveis ao ruído – e aí eu incluo ainda mais: maternidades, centros de saúde, hospitais que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

têm UTI neonatal –, a gente precisa regulamentar. Então a matéria precisa ser tratada também tecnicamente e regulamentada.

Eu acho que encerro aqui no tempo a minha contribuição. Coloco a Sociedade Brasileira de Acústica à disposição dos senhores, o Comitê Brasileiro de Acústica à disposição também, para elaborar normas que contribuam para a regulamentação desse projeto de lei que a Casa está aqui preparando e debatendo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Castellar Neto. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG) – Agradeço ao Sr. Krisdany Vinícius Cavalcante pela sua manifestação.

Considerando a presença do nosso Deputado Federal Domingos Sávio, do PL, de Minas Gerais, concedo a palavra a V. Exa., como Parlamentar desta Casa, para se manifestar, caso queira.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG. Para expor.) – Obrigado, Presidente, Senador Castellar Neto, que preside esta sessão, autor do requerimento.

Cumprimento-o pela feliz iniciativa. Acho que é fundamental que o Congresso Nacional se debruce sobre esse tema e apresente a sua contribuição ao país, trazendo segurança jurídica, trazendo a solução que seja mais adequada para a nossa população como um todo e, obviamente, também respeitando as particularidades desse setor.

Cumprimento o Governador Eduardo Azeredo, amigo de longa data – feliz em revê-lo –, com uma história belíssima de serviços prestados a Minas Gerais e também conhecedor do assunto, pela sua origem, natural de Santo Antônio do Monte, nossa terra querida.

Cumprimento o Dr. Oswaldo – pude ouvir atentamente sua explanação –; o Vereador Ronaldo; o Guilherme Santos, também com uma explanação muito lúcida; enfim, a todos os que já se manifestaram; de modo especial ao Prefeito Leonardo Camilo; e assim estendendo o cumprimento a todas as demais autoridades.

Senador, eu não tenho dúvida de que essa é uma matéria que requer de todos nós a serenidade para tomarmos uma decisão equilibrada, adequada. Fiquei muito feliz de ouvir o Guilherme Santos, e não é novidade para mim, pela competência que sei que ele possui, mas também por já conhecer o sentimento do setor: o setor quer uma regulamentação, sim, uma regulamentação adequada, justa, que mantenha a característica desse segmento e desse produto, como um produto associado à alegria, à festa, ao bem-estar e, obviamente, com todas as medidas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de segurança e de modernização que são necessárias e que, com o tempo, devem ser incorporadas.

Eu vi uma coisa que foi unânime, Senador, pelo menos de todas as exposições que eu ouvi, e foram praticamente todas. Há um consenso de que não se deve proibir terminantemente o uso dos fogos de artifício enquanto um elemento de alegoria, de embelezamento, de confraternização, de fator cultural, que, obviamente, tem como consequência também a geração de emprego, de renda, tem uma participação na economia.

Por fim, ouvindo agora a exposição de quem conhece, do ponto de vista científico, a questão dos decibéis, a gente vê que há saída para isso com equilíbrio, com bom senso, não é? Ouvi, inclusive, do Wallace, que é portador da síndrome do espectro autista, que ele também compreende que não se deve simplesmente banir, ele próprio diz que admira, que gosta, que não é contra a existência; da mesma forma o Dr. Oswaldo, um profissional que conhece profundamente a realidade.

Aliás, hoje – e eu concordo com o Wallace –, graças à evolução da ciência, eu diria até a nossa evolução enquanto ser humano, com mais sensibilidade, com mais preocupação com o próximo, nós temos a percepção, a capacidade de compreender as diferenças e devemos respeitá-las, não é? O espectro autista é uma diferença entre uma pessoa e outra. São tantas, não é? Eu acho que deve ser muito difícil alguém que não tenha hoje, na família, na sua proximidade, alguém que precisa, sim, desse olhar especial, desse cuidado especial, ou no mínimo do respeito à sua diferença, no mínimo do respeito. E, obviamente, com o respeito vêm os cuidados. Agora, o cuidado não é a proibição.

Eu não vou me alongar, mas o Guilherme fez uma consideração ao final que me parece muito substancial para nós, que precisamos dar segurança jurídica. A segurança jurídica, especialmente num país – graças a Deus – democrático como o nosso, não é tirar o livre arbítrio das pessoas, não é ser aquele país que quer saber de ficar só proibindo, proibindo, proibindo, muito menos nos deixarmos levar por uma certa onda que existe hoje.

E aí, Ronaldo, eu que fui Vereador, e você que exerce essa missão tão importante de ser Vereador... Já hoje com oito mandatos de vida pública, com um pouco mais de experiência, eu percebo que o Vereador, às vezes, é tentado a ceder a uma pressão de um segmento. Eu vou pegar a pesquisa que o Guilherme disse, pesquisa feita com o acompanhamento do Sebrae. Num universo de 100%, 20% aproximadamente "tem que proibir", 20% "tem que permitir sem nenhuma regulação" e algo em torno de 60% "tem que permitir com regulação". Veja bem, esses 20% que querem proibir, para eleger um Vereador, elegem um na capital ou até em qualquer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interior. Então, às vezes é muito mais fácil dizer: "Vamos proibir, acabar com isso, pronto" – você literalmente agrada um segmento –, assim como os 20% de que "olhe, tem que liberar geral, parem com isso de querer estabelecer mais regras" também podem eleger alguém.

Aliás, eu, que estou lá do lado do Santo Antônio do Monte, em tese, teria que dizer: "Tem que liberar geral". Não. Hoje, felizmente, eu diria – e o Leo Camilo, que está aqui também, comunga com isso, eu sei –: tem que permitir com responsabilidade, com critério, com limite, para que as pessoas possam conviver com isso de uma forma adequada.

E é possível fazer isso. Se a União Europeia, inclusive, já legislou e respeita, estabeleceu um limite de 120dB, já é pelo menos uma referência para se debater, não é? Nós precisamos estabelecer isso.

Agora, foi dito aqui, inclusive pelo Dr. Oswaldo, que seria, da nossa parte, uma insensatez dizer que é possível ter fogos de artifício sem estampido, com zero de estampido. Isso não existe, é o equivalente a proibir.

Eu volto, para concluir, ao que o Guilherme falou que eu acho muito importante: se você proibir, se você fizer uma lei que acaba gerando a proibição ou as interpretações das mais variadas, porque esse é um problema da nossa relação com o Judiciário, porque temos que buscar o equilíbrio e manter sempre o respeito a ele, e ele o respeito a este Congresso... Nós temos que ser cuidadosos e claros na nossa legislação, para que ela não fique gerando as mais diversas interpretações. Um promotor, como o Dr. Breno, interpreta de um jeito, outro interpreta de outro, e você continua vivendo um pesadelo.

Então, nós temos... Aí, Senador Castellar, está em boas mãos, porque V. Exa., com a experiência que tem, com a boa origem que tem, seguramente, terá esse cuidado de termos uma redação que não venha a ser um instrumento de proibição geral, porque ela geraria – aí eu concluo com aquilo que o Guilherme alertou – a clandestinidade. Isso é o pior das soluções. Inevitavelmente geraria mortes, geraria mais acidentes, geraria problema...

Santo Antônio do Monte, por exemplo, hoje tem um dos melhores laboratórios da América Latina para cuidar de segurança. Os fogos de artifícios, hoje, legalizados como estão, permitidos como estão, com raras exceções de uma cidade ou outra, são fiscalizados pelo Exército Brasileiro, são controlados. Portanto, você não tem... E ainda assim tem clandestinidade, que é onde acontece a maior parte dos acidentes.

Aí, se você proíbe, você estimula a clandestinidade! É óbvio que você estimula a clandestinidade, a importação inadequada, as fábricas de fundo de quintal... E isso vai gerar mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

acidentes, vai gerar problema e não haverá controle, porque não há controle sobre o que é clandestino.

Então, o que nós temos que fazer é ter o cuidado de regulamentar, com limite de decibel, e não dizendo que não pode ter estampido... Dizer que não pode ter estampido é equivalente a dizer que não pode ter fogos de artifícios, nem aquele que solta aquelas lindas luzes no céu. É óbvio que, para ele ser impulsionado ou para ele abrir, tem um estampido. Então, tem que haver um limite de decibel claro na lei. Fora isso, nós devemos regulamentar para o território nacional como todo.

Muito obrigado e parabéns pela iniciativa! Acho que o Congresso Nacional caminha para dar uma solução que pacifique esse tema no país e pare também com essa exploração local de uma cidade ou outra, fazendo uma legislação, às vezes, sem uma discussão tão profunda e mais no ímpeto, no impulso de que vem uma galera, ali na Câmara e tal – "Nós temos que fazer isso..." –, ora em defesa dos animais, ora em defesa do autismo, que é defesa absolutamente legítima! Eu sou médico veterinário. É claro que eu me preocupo se isso traz transtorno para os animais, mas tem que ter limite, não é? Não é dizer também que qualquer barulho traz transtorno para o animal. Isso aí é ridículo. Barulho faz parte da nossa existência, não é isso?

Muito obrigado e parabéns, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Castellar Neto. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG) – Muito obrigado. Agradeço ao Deputado Federal Domingos Sávio, pela sua manifestação e pela sua presença sobretudo.

Concedo a palavra ao ex-Senador desta Casa e ex-Governador do Estado de Minas Gerais, Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (Para expor.) – Boa tarde... Bom dia, não é? Ainda... (*Risos.*)

Senador Castellar Neto, eu fico feliz de vê-lo aqui no Congresso, depois de conhecê-lo tanto, lá em Minas Gerais, e o seu pai também.

Cumprimento o Guilherme, o Vereador Ronaldo Tannús, o nosso Oswaldo Freire, o Krisdany, os outros que se manifestaram – o nosso Deputado Domingos Sávio ficou com os meus votos de Deputado Federal lá em Santo Antônio (*Risos.*) –, o Prefeito Leo Camilo e todos que estão aqui presentes.

Olha, eu vou começar lembrando realmente o passado. Quando eu era criança, eu tinha um cachorro fila, e o pobre coitado realmente entrava debaixo da cama ou dentro do armário até,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando tinha um foguete muito forte, mas o tempo foi mudando. Em Santo Antônio do Monte, era normal você ter explosões, crianças trabalhando na fabricação... Aí começou a ter um movimento de conscientização.

Como bem lembrado aqui pelo Deputado Domingos Sávio, o Exército tem, aqui em Brasília, um setor específico que faz a fiscalização dos fogos em todo o Brasil, de licenciamento. E a Federação das Indústrias de Minas, através do Sesi, instalou, em Santo Antônio do Monte, também um laboratório, o que foi lembrado aqui.

Isso tudo foi evoluindo muito. Então hoje você tem um controle, tem uma conscientização. A gente vai acabar chegando à solução, que é a educação, não é? A educação é que está por trás de tudo.

Aí, Senador Castellar, a minha preocupação realmente é com leis que não pegam, o que o Krisdany lembrou aqui. Quer dizer, quantas leis nós temos, no Brasil, que não pegam?

É evidente que a questão dos autistas está cada vez mais presente. Eu lembrava ao Dr. Oswaldo que, ainda como Senador, eu recebi, aqui em Brasília, a Maria Helena Roscoe, que me trouxe essa primeira preocupação já – isso há 12 anos ou mais até –, e foi aí que eu comecei a tomar conhecimento. E hoje tem aumentado o diagnóstico. Não é que aumentam os casos, não é? Aumentam os diagnósticos, trazendo uma preocupação.

Na semana passada, eu participei lá do Conselho da Santa Casa de Belo Horizonte, que tem 1,1 mil leitos, e eles estão evoluindo inclusive nisso. Eles vão ter agora uma casa de acolhida aos autistas, porque é 100% SUS, um projeto da Dra. Filó, uma pediatra de muito renome. É um projeto que vai exatamente acolher nesse sentido, com psicólogos, psiquiatras no local.

Então, veja, essa conscientização é fundamental. E aí as regras nós precisamos ter. Como foi bem lembrado aqui, os sons existem em tudo quanto é lugar. Se você me perguntar se eu gosto de ir a uma festa e ficar do lado da bateria, não, eu procuro logo onde é que está... então vou ficar aqui, porque eu já estou entre os idosos, não é? (*Risos.*)

Então a gente já procura naturalmente sair do local onde o som está maior.

Daí, então, a minha preocupação realmente... E eu fico satisfeito de ver, Senador Castellar, porque eu acho que existe um caminho aqui, sim, que é este caminho: preservar a beleza dos fogos, preservar a economia.

Nós sabemos aí como já existe um avanço chinês no Brasil. Se você proibir a fabricação de fogos no Brasil, no dia seguinte, os navios chegam cheios de fogos de artifício chineses aqui –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

não é? –, às vezes, não com a mesma qualidade. A China avançou muito hoje na qualidade de tudo, mas qualquer importação mais clandestina passa pela baixa qualidade. Nós já vimos, mesmo no Rio de Janeiro, em alguns *shows* que foram de fogos importados, que você tinha uma quantidade de fumaça e de cheiro, de odor, que foi resultado da má qualidade de fogos importados. Também bem feito!, porque eles não compraram de Santo Antônio, foram comprar importado, e aí aconteceu isto: não foi tão bonito e não dentro da qualidade.

Então, Senador, eu quero dizer da minha crença de que, com essa questão da melhor educação, da disponibilidade de equipamentos, com regras nacionais para evitar os opostos... Aí foi bem lembrado aqui, quer dizer, o oposto não é bom, não. Eu estou sempre no meio do caminho, eu estou sempre no centro, nem em um oposto nem em outro. Mas eu queria, então, dizer que política é isso, é a arte de ouvir, é a arte de conciliar. Nós não podemos continuar em um processo de antagonismo em que não se sentam pessoas que pensam diferente, porque, ouvindo-as, de forma diferente, você vê como existe argumentação válida nos dois pensamentos colocados.

Se me permitir, Senador, eu gostaria de ouvir, um minutinho só, uma outra autoridade eleita também pelo povo, que está aqui presente, que é o Prefeito Leo Camilo, se o senhor puder autorizar, quebrando o protocolo, para que ele possa, pelo menos, dar uma palavrinha rápida.

O SR. PRESIDENTE (Castellar Neto. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG) – Bom, agradecendo ao ex- Governador e Senador desta Casa, Eduardo Azeredo, pela sua sempre serena manifestação, eu concedo a palavra ao Prefeito Leo Camilo, do nosso querido Município de Santo Antônio do Monte, pelo prazo de cinco minutinhos, para a sua manifestação.

O SR. LEONARDO CAMILO (Para expor.) – Senador, primeiramente, parabéns, por este debate salutar aqui hoje. Tenho certeza de que ganha a causa autista, ganha a causa animal e ganha a indústria pirotécnica.

Santo Antônio do Monte é uma cidade que completa, no ano que vem, 150 anos de emancipação política e administrativa. A nossa indústria existe há aproximadamente cem anos, gera milhares de empregos, gera tributos para o município, para o estado e para União. Os nossos fogos, bem disse o Guilherme, são feitos para levar alegria e não tristeza e sofrimento. Por isso, a gente faz um apelo, em nome da população de Santo Antônio do Monte, em nome das milhares de pessoas que ganham o seu pão do dia a dia trabalhando nas fábricas de fogos, vendendo fogos Brasil afora, a gente faz um apelo para que realmente essa visão seja bem apropriada, para que a indústria de fogos não perca mais do que já está perdendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje estão aqui o Sindiemg, o Sindicato das Indústrias de Fogos de Santo Antônio do Monte, o Sr. Presidente, o Sr. Vice-Presidente, empresários, e eles sabem da necessidade de remodelar a nossa indústria, de melhorar a nossa indústria. Nós estamos aqui para dialogar – isso é muito importante – para a gente chegar a um denominador comum e para que todos saiam ganhando nesse processo. Esse é o nosso desejo, como Prefeito municipal pelo quarto mandato, por ter nascido e vivido em Santo Antônio do Monte a vida toda e saber da pujança da nossa economia, principalmente por causa dos fogos de artifício.

Santo Antônio do Monte é uma cidade em que hoje, graças a Deus, e há muito tempo, não existem problemas sociais, porque tem geração de emprego e renda, principalmente por parte da indústria de fogos, e nos preocupa muito uma reviravolta na nossa história.

Se me permite também, Senador Castellar Neto, seria uma explanação muito rápida, se V. Exa. puder permitir ao nosso Secretário de Desenvolvimento Econômico, o Marcelo, que trabalhou muito tempo no Governo do Estado, que ele falasse um pouco da importância da economia dos fogos, não só para Santo Antônio do Monte – a gente não pode ser tão bairrista –, mas para Minas e para o Brasil. Se você me permitir, Senador, eu agradeço muito.

O SR. PRESIDENTE (Castellar Neto. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG) – Sr. Prefeito, eu agradeço a sua manifestação, que foi permitida em função da solicitação gentil do nosso ex-Senador desta Casa Eduardo Azeredo, que fez questão de precisar que é autoridade eleita, assim como o nosso Deputado Federal Domingos Sávio. Eu tenho a plena convicção de que muitas pessoas aqui hoje presentes também têm essa intenção de colaborar, sobretudo para a evolução do nosso debate, e me comprometo a receber, de forma escrita, qualquer tipo de manifestação ou de contribuição. O nosso gabinete está aberto, então, eu deixo, desde já, esse meu compromisso firmado de que, recebendo qualquer tipo de manifestação escrita, por parte do Secretário ou de qualquer outro interessado, nós vamos ter o cuidado devido de apreciar qualquer tipo de acréscimo à nossa conclusão antes da finalização dos trabalhos.

Eu só aproveito a presença do Sr. Krisdany aqui para formalizar ou formular, melhor dizendo, apenas dois questionamentos de caráter técnico que talvez o senhor possa esclarecer: se há, do ponto de vista conceitual, uma diferença técnica entre os termos ruído de impacto e nível de impacto sonoro, se há uma diferença e qual é essa diferença.

O SR. KRISDANY VINÍCIUS S. M. CAVALCANTE (Para expor.) – A natureza física a gente chama de ruído impulsivo, porque é um impulso, ele ocorre, mas não perdura. Em uma máquina

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou uma música, o som dura minutos ou até horas. Isso não, isso é um impulso, é igual ao disparo de uma arma de fogo, é um impulso na hora da explosão ali daquela carga de pólvora.

A gente pode quantificar esse impulso, do ponto de vista físico, como pressão sonora, que seria dada em Pascal. Só que a nossa sensibilidade ao Pascal é de uma progressão geométrica, então, ele varia de 20x10 a -6Pa até 200Pa, então, para isso, criou-se uma escala logarítmica que vai de 0dB a 140dB. O 0dB equivale à nossa sensação a 20µPa e o 130dB, 140dB, nessa ordem de 200Pa. Por isso, gente mede em nível de pressão sonora. Quando a gente fala em decibel, a gente está falando em nível de pressão sonora em dB. A questão é que, na hora de medir esse nível, a gente coloca filtros e matemática. Por isso, é diferente eu falar em 1dB medido em Leq, em LAeq, em LAF máximo, em LCR máximo, por isso é que a gente tem descritores diferentes. Inclusive nas medições que a indústria contratou, a gente tem essas diferenças de resultados em que isso fica bem demonstrado, bem evidenciado.

Assim, eu me coloco à disposição, Senador Castellar Neto, para contribuir no texto, para que a gente use o vocabulário adequado, correto, para evitar, como bem lembrou o Deputado Sávio, equívoco e conflito, depois, na hora da aplicação da lei.

O SR. PRESIDENTE (Castellar Neto. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG) – Uma outra pergunta que deriva da sua manifestação anterior é justamente no sentido de se entender o quão impactante ou o quão importante é a distância física entre o local do estampido e o ouvido. Na verdade, foi dito isso na sua manifestação de fato – a relevância dessa distância e o quanto isso impactaria –, e eu queria entender um pouco melhor só esse aspecto.

O SR. KRISDANY VINÍCIUS S. M. CAVALCANTE – A gente pode ter uma atenuação, por exemplo, nessas distâncias que foram colocadas. A regulamentação entre o local do fogo e o local onde o operador vai fazer o disparo é relativa à segurança. Acredito até que essa regulamentação seja dada pelo Exército. Mas aí você tem uma outra distância, que não é a do local onde está o operador disparando os fogos; é a distância do público. Então, isso também pode ser bem dimensionado. A rigor, nos estudos que a gente tem, a gente chega a ter uma diferença de 20dB a menos quando você está, por exemplo, a 400m em relação ao local em que foi disparado. Agora, o ponto de geração do ruído também não é só no solo onde ele foi disparado; é no ar. Então, isso vai depender também do modelo de fogos de artifício, porque ele pode atingir alturas maiores, o que vai trazer distâncias ainda maiores do público. E ele pode atingir distâncias menores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não é uma regra, mas é um estudo que é técnico e que precisa ser feito a cada *show* pirotécnico. A cada *show* pirotécnico, de acordo com o efeito que se quer e os fogos que forem selecionados, você pode estudar a distância do local de soltura onde o efeito também vai acontecer no ar em relação ao local onde está o público.

O SR. PRESIDENTE (Castellar Neto. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG) – Eu agradeço as suas respostas aos nossos questionamentos.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos.

Sem dúvida nenhuma, nós estamos diante de um debate necessário à sociedade brasileira, e são vários aspectos aqui que tangenciam essa nossa discussão, como a segurança jurídica, sobretudo para os produtores, que de fato precisam ter um cenário claro em relação às regras vigentes em cada um dos municípios para que se permita de fato que aquela atividade empresarial possa ser consolidada de uma forma mais constante no tempo.

De outro lado, é muito claro também para todos nós que nós precisamos de uma regulamentação e que nós precisamos, dentro do possível, também proporcionar um conforto ou questões relativas à saúde, sobretudo das pessoas que têm hipersensibilidade, como os autistas, e dos animais, dos idosos. Enfim, há de fato um conflito entre esses interesses, e foi justamente nesse sentido que foi promovida esta audiência pública, porque nós temos que encontrar um ponto de equilíbrio. Muitas vezes a sociedade se vê diante de situações de conflito que precisam ser de fato ajustadas, dentro das possibilidades técnicas e jurídicas, para se buscar uma solução que seja menos gravosa para as partes e que, sobretudo, minimize situações de conflito e situações de instabilidades.

Então, eu agradeço muito a presença de todos.

Agradeço, Governador, a sua presença especial aqui hoje. Como ex-Senador desta Casa, é um privilégio recebê-lo aqui no Senado Federal. Nós já caminhamos juntos e nos conhecemos há tantos anos, então é um grande privilégio recebê-lo aqui hoje.

Meu amigo Vereador Ronaldo Tannús, muito obrigado pela sua presença; Guilherme, obrigado; Dr. Oswaldo, muito obrigado; Krisdany e todos aqueles que se manifestaram também de forma virtual, obrigado.

Quero agradecer aqui ao Dr. Breno, Promotor de Justiça, e ao Dr. Wallace de Lira também, palestrante e escritor, que puderam sem dúvida nenhuma contribuir para este debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nosso Prefeito Léo, muito obrigado pela sua presença. Tenho um carinho muito grande por Santo Antônio do Monte, e o senhor sabe disso.

Agradecendo a presença de todos e nada mais havendo a ser tratado, eu declaro, portanto, encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 52 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e cinquenta e dois minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Eduardo Braga e Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Izalci Lucas, Jayme Campos, Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Humberto Costa, Eduardo Gomes, Esperidião Amin, Mecias de Jesus e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Rodrigo Cunha, Paulo Paim e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Marcio Bittar, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Weverton, Eliziane Gama, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro, Beto Martins, Magno Malta, Marcos Rogério e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento PLP 68/2024, de autoria Câmara dos Deputados. **Finalidade:** Destinada a instruir o Projeto de Lei Complementar n° 68, de 2024, que "Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências". Do Plano de Trabalho: "Nessa reunião, os convidados devem discutir os aspectos gerais do PLP nº 68, de 2024, com especial enfoque sobre alíquotas, regras de não cumulatividade, direito ao creditamento, split payment, incidência do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS)". **Participantes:** Sr. Dario Durigan, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda; Sr. Bernard Appy, Secretário Extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda; Sra. Melina Rocha, Consultora do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Especialista em IVA; Sr. Marcus Vinicius Caetano Pestana da Silva, Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI); Sr. Marcus Lívio Gomes, Professor Titular de Direito Tributário da UERJ e Coordenador do Grupo de Trabalho de Especialistas para a Reforma do Processo Administrativo e Tributário (representante de: Regina Helena Costa, Ministra do Superior Tribunal de Justiça); e Sr. Adalberto Felicio Maluf Filho, Secretário Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima. Usa da palavra o Deputado Federal Luiz Carlos Hauly (Podemos/PR). **Resultado:** Realizada a audiência pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Senador Eduardo Braga
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/29

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Eu queria, antes de darmos início, primeiro, agradecer a presença de todos e de todas e dizer que esta é a primeira audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça sobre a regulamentação da reforma tributária, cumprindo o plano de trabalho que foi aprovado na semana passada.

Quero dizer que eu, particularmente, mais uma vez, estou num esforço físico e de saúde pessoal, porque, no ano passado, Dario, eu sofri um acidente e fiz toda a questão da emenda constitucional no Senado andando de cadeira de roda, de muleta, enfim, eu não sei se são as bênçãos ou as pragas de quem está do outro lado da reforma. Mas, desta feita, eu fui acometido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de um acidente na minha coluna cervical, Esperidião Amin, tive que passar por uma cirurgia para tirar uma hérnia de disco e um cisto sebáceo da minha coluna vertebral. A cirurgia foi um pouco mais extensa do que prevista. Eu tenho algumas limitações de quanto tempo posso ficar sentado, então vocês vão me ver por alguns instantes tendo que ficar em pé, andando, pedindo para Senadores ficarem um pouco aqui no meu lugar, mas procurarei acompanhar todas as sessões das audiências públicas, como sempre fiz.

Aproveito também para cumprimentar a todos os Prefeitos e Prefeitas eleitos e eleitas no último dia 27, bem como aqueles que foram eleitos no primeiro turno, numa demonstração extremamente importante de quão madura está a nossa democracia. Mais uma vez, fizemos uma eleição democrática, absolutamente transparente, em todos os municípios brasileiros, de forma plural e dando a segurança ao cidadão brasileiro de poder cumprir com o seu dever e com o seu direito constitucional de fazer, por livre opção e de forma sigilosa e secreta, o seu voto para escolher os mandatários dos 5.568 municípios brasileiros.

Portanto, quero aqui cumprimentar a República Federativa do Brasil, cumprimentar o povo brasileiro, cumprimentar a Justiça Eleitoral do país, que comandou de forma transparente e serena mais esta eleição extremamente importante dos municípios brasileiros.

Dito isso, a presente reunião destina-se a realizar a primeira audiência pública para instruir o projeto que regulamenta a reforma tributária, o Projeto de lei Complementar nº 68, de 2024, que *Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), e dá outras providências*.

Conforme o plano de trabalho oferecido pelo Relator da matéria, esta audiência pública servirá para discutir os aspectos gerais do PLP nº 68, de 2024, aprovado pela Câmara dos Deputados, em julho deste ano, chegando o texto em agosto ao Senado.

É preciso destacar também que esta matéria chegou ao Senado já em agosto, no início do processo eleitoral brasileiro, e que, por decisão do Presidente Rodrigo Pacheco, no Colegiado de Líderes, ficou então aprovado o entendimento de que o Senado daria tramitação à emenda constitucional a partir do encerramento da eleição municipal, o que se dá exatamente no dia de hoje, na Comissão de Constituição e Justiça. Mas, enquanto isso, a CAE realizou, do mês de agosto até a semana passada, 21 audiências públicas e, hoje, pela manhã... E eu quero aqui pedir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desculpas à Comissão de Assuntos Econômicos, à qual eu também pertenço, porque, lamentavelmente, hoje, pela manhã bem cedo, fazendo fisioterapia, eu tive uma dor aguda, proveniente dos exercícios, que acabou me obrigando a tomar fortes analgésicos e a ficar durante duas horas em repouso para que eu pudesse estar hoje, aqui, na Comissão de Constituição e Justiça, fazendo esta primeira audiência. Mas a nossa equipe técnica e o Consultor-Geral do Senado, Dr. Danilo, estiveram presentes na CAE. Eu já tive a oportunidade de olhar rapidamente o trabalho que foi apresentado hoje, pela manhã, e quero, mais uma vez, pedir desculpas ao Presidente da CAE, o Senador Vanderlan, e ao coordenador do grupo de trabalho, o Senador Izalci, pela minha ausência hoje, pela manhã, mas talvez, se eu tivesse ido pela manhã, eu não estaria aqui, cumprindo o meu dever como Relator, aqui, na CCJ.

Dito isso, eu repito que esta audiência pública servirá para discutir os aspectos gerais do PLP nº 68, de 2024, com especial enfoque sobre alíquotas, regras de não cumulatividade, direito ao creditamento, o *split payment*, que é o parcelamento do pagamento, ou seja, a divisão, o fracionamento – melhor traduzido – do pagamento do imposto pela metodologia imposta pela emenda constitucional, incidência do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), e da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS).

A presente reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores e dos convidados por sistema de videoconferência, para exposição e debate.

Será realizada em caráter interativo, ou seja, com possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Quero convidar, para compor a mesa, os convidados da audiência pública de hoje, todos já aqui presentes: o Sr. Dario Durigan, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, que já se encontra aqui, compondo a mesa; o Sr. Bernard Appy, Secretário Extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, que eu convido para compor a mesa; a Sra. Melina Rocha, Consultora do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e especialista em IVA – seja bem-vinda! –; o Sr. Marcus Vinícius Caetano Pestana da Silva, Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), do Parlamento; o Sr. Marcus Lívio Gomes, Professor Titular de Direito Tributário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da UERJ, representante da Sra. Regina Helena Costa, Ministra do STJ e ex-Presidente da Comissão Temporária para Exame de Projetos de Reforma dos Processos Administrativo e Tributário.

A Ministra gentilmente telefonou pessoalmente a mim, justificando a ausência, em função de agendas previamente estabelecidas, e, por sugestão, inclusive, da própria Ministra, porque teve no Prof. Marcus Lívio Gomes um apoio técnico importantíssimo no cumprimento do trabalho da Comissão Temporária para Reforma dos Processos Administrativo e Tributário, ela sugeriu a sua participação. Nós acatamos e aqui está o Prof. Marcus Lívio Gomes.

O Sr. Adalberto Felicio Maluf Filho, Secretário Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

O Sr. Marcos Mendes, apenas para complementar, é economista e servidor de carreira da Consultoria Legislativa do Senado e pesquisador associado do Insper.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão as suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Sras. Senadoras e Srs. Senadores inscritos. A palavra aos Senadores e às Senadoras será concedida na ordem de inscrição. Os Senadores interpelantes dispõem de três minutos, com tolerância de dois minutos, assegurado igual tempo para a resposta do interpelado, sendo-lhe vedado interpelar os membros da Comissão.

Concedo a palavra...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, eu peço a palavra pela ordem. V. Exa. me concede?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Com a palavra, V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, eu tenho em mãos aqui a nossa sessão, as notas taquigráficas da nossa sessão de quarta-feira passada. Eu dela participei remotamente, mas, quando da apreciação do plano de trabalho – os registros da Comissão podem conferir, vou ser muito rápido aqui –, eu ia pedir vista do plano de trabalho e desisti. Inclusive, como me deram a palavra, disse: Não, como o Presidente declarou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que as sugestões e acréscimos ao plano de trabalho são bem-vindos e textualmente disse que o nosso trabalho aqui é abordar os temas...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Claro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... eu desisti do pedido de vista. E por isso tenho que reconhecer que eu aprovei o plano de trabalho, mas com esta condicionante.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Claro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Hoje fiquei sabendo que, em função da demanda que aumentou muito de pedidos e acréscimos, tem-se a ideia de estabelecer uma cota.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, eu apenas... Eu vou me antecipar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, eu só queria...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... dizer a V. Exa. que eu respeito que haja um limite razoável...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – É exatamente o que eu queria sugerir: que haja razoabilidade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Que haja razoabilidade, eu admito. Agora, restringir a uma, isso...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, não, o que nós apelamos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Perde até o princípio da discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, o que nós apelamos a V. Exa. e a outros Senadores... houve Senadores que apresentaram uma lista de dez nomes, inclusive sugerindo nomes...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – No meu caso não se trata nem de nomes, trata-se de temas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Ah, mas apenas para...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sobre os nomes eu concordo com o senhor. Fazer uma... O senhor está num limite aí: seis; oito é um abuso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Mas para que V. Exa. tenha uma ideia, eminente Senador...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, não, de nomes não precisa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Nós já estamos aproximadamente com cem nomes acolhidos, e estão pleiteando mais 82 nomes. Portanto, o que eu sugiro? Eu, inclusive, fiz questão de, em cada um dos temas aprovados no plano de trabalho, ao término, dizer, "acrescentado às sugestões que os Srs. Senadores e Sras. Senadoras encaminharão". Por quê? Porque isto acrescentaria a cada uma...

No caso de V. Exa., são temas. Eu aí pediria a V. Exa... Eu vou estar aqui permanentemente. Se V. Exa. puder, amanhã pela manhã – pode ser até aqui na CCJ, antes da Comissão, ou no gabinete de V. Exa. – podemos conversar e discutir os temas que V. Exa. está sugerindo, para ver se eles podem ser acrescentados ou se há necessidade de acrescentar um tema específico. Faremos isso com todo o consenso, com toda a boa vontade e com toda a razoabilidade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Fico satisfeito e acho que foi muito importante o senhor dar esse esclarecimento público para que não se tome como sendo um cerceamento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Claro que não. Não, não, claro que não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... às pessoas participantes. Na verdade, é a ideia A *versus* a ideia B e, eventualmente, a ideia C.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Perfeito. E aí, sem querer aqui... Eu não vou citar nomes...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Tem um limite físico.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu só vou dar exemplos. Por exemplo, para um determinado setor, nós convidamos a federação e acatamos mais duas ou três sugestões. Aí outros colegas querem sugerir mais dez instituições sobre o mesmo tema e que pensam a mesma coisa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu digo: a ideia A *versus* a ideia B *versus* a ideia C e variantes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Aí a questão da razoabilidade precisa ser levada em consideração.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Concordo, fico satisfeito e garanto que o ajudei fazendo essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – E muito. E muito. E muito. E muito, Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O seu esclarecimento público vai polir arestas e dirimir dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Ainda há pouco, conversando – e aí vou citar o nome, porque é positivo – com o Senador Sergio Moro, o Senador Sergio Moro disse: "Estou sugerindo o acréscimo de uma federação sobre um tema na área, inclusive, social". Eu disse: "Mas pelo mesmo critério que as outras federações foram acatadas, independentemente de mérito, está acatada a sua sugestão, porque o critério foi convidar as federações".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, nós estamos tentando estabelecer, sob o critério da razoabilidade... O critério estabelecido foi de buscar as maiores representatividades e também pensamentos contrários para poder aqui estimular o bom debate, as controvérsias, etc., mas não podemos transformar as nossas audiências públicas em assembleísmo, porque aí perderão a finalidade. E eu espero poder contar com o apoio dos colegas Senadores e Senadoras.

Feitos esses esclarecimentos, prosseguiremos. Concedo a palavra ao Sr. Dario Durigan, Secretário do Ministério da Fazenda, para sua exposição por dez minutos, com tolerância de cinco minutos.

O SR. DARIO DURIGAN (Para expor.) – Muito boa tarde, Presidente Relator, Senador Eduardo Braga.

Primeiro, eu queria dizer que é sempre um prazer vir aqui ao Senado. Sempre que faço isso faço com imensa alegria. Queria, mais uma vez, colocar a mim, o Ministro Haddad e a equipe do Ministério da Fazenda à disposição desta Casa.

Cumprimento também o Senador Esperidião Amin, o Senador Marcelo Castro. Obrigado pela presença e pelo prestígio. Estamos aqui à disposição mais uma vez.

Antes de tratar de alguns temas que me parecem principais e, em seguida, passar a palavra ao meu colega de ministério, o Bernard Appy, que fará uma apresentação nesse ensejo de trazermos pela primeira vez em audiência pública o tema infralegal da reforma tributária, para que a gente parta das mesmas premissas e das mesmas explicações, é devido que a gente faça esse alinhamento. Então, o Ministro Haddad pediu para que eu viesse e que o Bernard Appy viesse também, para que a gente trouxesse as explicações nesse nível mais básico e eventualmente até voltando para alguma explicação de como foi construído o projeto de lei, quais foram eventuais arbitragens e decisões que já foram tomadas, para que o Senado Federal tome a melhor decisão possível com toda a instrução devida.

A pedido do Ministro Haddad, primeiro, eu gostaria de cumprimentar a Câmara dos Deputados, na pessoa do Presidente Arthur Lira e dos 14 membros das duas Comissões – sete membros em uma Comissão e sete membros em outra Comissão –, que se debruçaram no primeiro semestre e aprovaram o primeiro dos projetos de lei. E esta semana, muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possivelmente, a Câmara dos Deputados também vai terminar a votação dos destaques no segundo projeto de lei e o remete também a esta Casa, que passa a olhar para a regulamentação da reforma tributária como um todo, com os dois projetos de lei em tramitação aqui no Senado.

Então, eu aproveitaria para mencionar aqui Deputados com os quais a gente teve muita interlocução: o Deputado Cláudio Cajado, o Deputado Reginaldo Lopes, o Deputado Joaquim Passarinho, o Deputado Mauro Benevides, o Deputado Vitor Lippi, o Deputado Luiz Carlos Hauly, que sempre contribuíram muito – e não é de agora, já têm contribuído muito para este debate – , mas certamente, na discussão que a gente fez na Câmara, tiveram também a sua digital ali e o seu impulso colocado.

Como o Ministro Haddad tem sempre colocado, eu gostaria de fazer alguns destaques, principalmente no sentido de colocar algum nível de pragmaticidade para este debate, que é um debate complexo e muito importante para o país. Como todas as nossas proposições legislativas das mais variadas ordens, a reforma tributária trata de uma construção de mulheres e homens. Então, a gente certamente não está atingindo o melhor dos resultados idealmente almejados, mas, sem dúvida nenhuma, o esforço deve ser para que a gente atinja um resultado concreto, um resultado que dê efeitos para a vida dos brasileiros no mais curto prazo possível e que a gente possa, dentro da administração tributária federal e muito próximo com as administrações tributárias de estados e municípios, preparar os próximos passos para que essa implementação seja a mais calma, não traumática para os contribuintes brasileiros. Então, tem esse elemento importante que a gente está olhando. Já estamos construindo sistemas, dialogando com estados e municípios qual a necessidade de modernização das infraestruturas tributárias para que a gente tenha, sem fricção, esse processo já também implementado, uma vez que o Congresso Nacional tome a sua decisão final.

É importante dizer que hoje, nessa linha de mostrar quais são os desafios que a gente tem e trabalhar com os nossos esforços para chegar ao melhor resultado possível, a gente tem um dos piores modelos de tributação do mundo. Ainda que a gente não alcance o melhor modelo de tributação, colocar o Brasil no rol dos melhores sistemas tributários do mundo vai ser algo, sem dúvida nenhuma, de muito peso, de muito valor que este Senado pode trazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem discutido muito a digitalização, o quanto alguns sistemas do país, Senadora, já nos permitem sonhar com um regime tributário que seja mais moderno do que muita gente, do ponto de vista pragmático, acha que a gente pode conseguir.

Como a gente tem um sistema um sistema bancário e um sistema de pagamento muito avançados, ter o fracionamento de pagamento, ou seja, ter pouca burocracia e agilidade na entrega do crédito tributário, no pagamento do tributo e na fácil apuração de qual é o crédito tributário que fica para qual contribuinte, isso sem dúvida é um ganho fundamental. A gente tem se debruçado, no Ministério da Fazenda, em temas árduos, como, por exemplo, o PIS-Cofins. O PIS-Cofins, um tributo que vai acabar, com a aprovação da reforma tributária, é um tributo extremamente complexo e que nos desafia no dia a dia a compreender a lógica do sistema tributário. A gente mesmo propôs uma medida provisória este ano, que foi devolvida pelo Congresso, mas com a mais boa vontade. No PIS-Cofins, você tem crédito presumido, que é um benefício fiscal; agora, de outro lado, você tem alguns créditos quanto aos quais as empresas se justificam, porque historicamente acumulam aquele crédito e precisam usá-lo em algum momento das suas obrigações dentro das cadeias produtivas. Mas é um tributo que gera muito contencioso. A gente tem, por exemplo, a tese do século do Supremo – o Ministro Haddad fala muito dela –, que é uma tese sobre PIS-Cofins, o qual sempre gerou um impacto muito grande para as contas públicas e que vem de anos de debate no Parlamento, nas Cortes, e gera muita insegurança e muita falta de clareza e racionalidade para o nosso debate tributário.

Então, hoje o nosso sistema tributário é dos piores do mundo. Tudo o que a gente quer é que a gente tenha um novo sistema tributário do consumo que esteja entre os melhores do mundo. E a modernização e o atual estado do nosso sistema de pagamento, do nosso sistema bancário permitem que a gente possa sonhar e rapidamente chegar a esse novo modelo.

Nós estamos substituindo – e a PEC já fez isso, nós estamos agora tratando de entrar nos detalhes da regulamentação – cinco tributos, cinco impostos, que vão ser substituídos por um, que é o IVA. O nosso IVA tem a característica de ser dual. Então, ele vai ter, de um lado, uma arrecadação por estados e municípios; e, do outro, uma arrecadação pela União. Mas é muito importante enfatizar isto: nós estamos falando de um só tributo. Então, a controvérsia que for gerada na vida desse tributo, durante a cobrança, os questionamentos dos limites, da base de cálculo e das alíquotas, uma vez solucionada, ela se pacifica para todos os entes federativos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente está falando de um só tributo, cujo mecanismo de arrecadação vai ser dividido para fins de respeito federativo e para cada uma das entidades ter o seu controle e a sua política fiscal.

Nós estamos falando de substituição de cinco tributos por um. Para se ter ideia, desses cinco tributos hoje – eu estou falando de ICMS e ISS –, nós temos 27 regras de ICMS no Brasil. Essas 27 regras de ICMS vão ser substituídas por uma regra. Eu ouço muitas vezes: "Não, mas está complexo". Tudo bem, nós gostaríamos que fosse o menos complexo possível. Mas, sem dúvida nenhuma, nós vamos sair de um grau de complexidade em que... Eu conheço vários dos advogados que litigam com o direito tributário no país, até porque recebo vários deles, e eles têm contencioso em 27 estados com 27 regras de ICMS diferentes. Isso vai mudar. Ainda que remanesça um contencioso, nós vamos tratar de um contencioso, que deverá ser uniformemente resolvido do ponto de vista federal e do ponto de vista das unidades federadas do país.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DARIO DURIGAN – Do ponto de vista do ISS, é a mesma coisa. São mais de 5 mil municípios no país. Muitos deles não têm capacidade instalada de cobrança, fiscalização e legislação de ISS. Mas existem milhares de regras de ISS no país. Isso gera complexidade, gera insegurança. Eu já disse isso ao Relator, Presidente Eduardo Braga, disse ao Ministro Haddad: meu primeiro emprego foi num escritório de advocacia e ajudava a escrever – isso em São Paulo – um guia que se chamava *Doing Business in Brazil*, que basicamente era um guia para o investidor estrangeiro de qual era o passo a passo para se investir no Brasil. E era difícil explicar, porque você... Um investidor queria instalar uma empresa em três cidades, em três estados diferentes, supondo, em Belo Horizonte, em Salvador e em Manaus. Ele teria que respeitar as regras federais de PIS-Cofins, por exemplo; as regras dos três estados, então são três regras diferentes de ISS... de ICMS, perdoem-me; mais as regras de ISS. Hoje, a resposta seria: você tem que respeitar a legislação do IVA brasileiro, com diferenças de mecanismo de pagamento.

Então, a gente não pode perder de vista o tamanho do ganho de eficiência que o Brasil vai ter com a implementação e, do nosso lado, a concretização no momento seguinte da reforma tributária. E, voltando a destacar o que a gente já tem dito, esse mesmo tratamento tributário nacional vai implicar homogeneização da base de cálculo, não cumulatividade do tributo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

simplicidade e racionalidade. Quem faz o debate público hoje da tributação no país é com o que mais sofre. É difícil discutir tributação no Brasil, porque várias injustiças, várias distorções ficam acobertadas pela tecnicidade. É difícil fazer o debate sobre PIS-Cofins, é difícil fazer o debate sobre uma série de tributos que são cobrados e devidos no Brasil, hoje.

Então, há um ganho que a gente não pode perder de vista e um ganho que vai trazer racionalidade para o debate público, transparência – e eu olho aqui para a transparência muito preocupado com as distorções tributárias. Se o Brasil é um país tão injusto, não podemos nos enganar, porque há muita injustiça na tributação brasileira e essa injustiça muitas vezes não é enfrentada, porque os óbices simbólicos, legislativos, técnicos, não do ponto de vista do Congresso, mas do ponto de vista dos estados, municípios, impedem que o debate seja feito de maneira direta, de maneira franca, e a reforma tributária vai nos permitir isso. É um ganho de racionalidade, é um ganho de produtividade que não tem comparação na história recente do Brasil...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DARIO DURIGAN – ... e por isso todo o nosso apoio e disposição e suporte do Ministério da Fazenda a esta Casa.

Eu vou pedir para o meu colega Bernard Appy fazer uma apresentação, então, depois dessa minha abertura, introdução, com mais detalhes e mais alinhamento, para que todos, especialmente os Senadores aqui presentes, tenham conhecimento do projeto que está agora começando a ser enfrentado por esta Casa.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu agradeço ao Dário... É "dário" ou "dario"?

O SR. DARIO DURIGAN (*Fora do microfone.*) – Dario.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Dario. Eu sempre o chamo de "dário". Agradeço ao Dario pelas palavras, pela participação.

E passo a palavra ao Secretário Extraordinário Bernard Appy.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BERNARD APPY (Para expor.) – Boa tarde.

Eu tenho uma apresentação, Senador, por isso talvez estoure um pouquinho o tempo – tá, Senador? –, mas não será muito, não.

Então, queria agradecer o convite. Acho extremamente importante esse debate aqui na CCJ. Quero cumprimentar o Senador Eduardo Braga, a Senadora Margareth Buzetti, o Senador Marcelo Castro, o Senador Esperidião Amin; cumprimentar meus colegas aqui na mesa.

Eu vou falar rapidamente sobre o projeto que veio da Câmara dos Deputados para o Senado Federal. Obviamente, não tenho tempo de entrar em todos os detalhes, vou focar em alguns temas que eu acho que são os mais importantes.

Pode passar. Isso.

Bom, como já disse o Secretário Dario, nós estamos substituindo cinco tributos mais o IOF-Seguros por um modelo de IVA dual – a Contribuição sobre Bens e Serviços, federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços, que vai ser gerido conjuntamente pelos estados e municípios, de competência compartilhada de estados e municípios; os dois têm a mesma legislação, exceto por pequenos detalhes – e mais um Imposto Seletivo, de caráter extrafiscal, que tem como objetivo desestimular o consumo de produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente.

Pode passar.

São dois projetos de lei complementar: o Projeto de Lei Complementar 68 está sendo discutido agora, que nós estamos chamando de lei geral do IBS, da CBS e do Imposto Seletivo; e o Projeto de Lei Complementar 108, que está na fase final de votação na Câmara dos Deputados e que trata de aspectos específicos apenas do IBS, inclusive toda a questão da governança e a estrutura do Comitê Gestor do IBS, que vai ser o responsável por toda a parte de cobrança e distribuição da receita do IBS, a qual é de competência compartilhada dos estados e municípios.

Pode passar, por favor.

Tem um ponto importante: os projetos de lei complementar que foram enviados para o Congresso Nacional foram elaborados conjuntamente pelas três esferas da Federação. Como nós estamos tratando de dois tributos que têm a mesma legislação, um federal e um dos estados e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

municípios, nós achamos muito importante que o projeto refletisse a posição conjunta das três esferas da Federação. E, por conta disso, foi criada toda uma estrutura, que nós chamamos de PAT-RTC, na qual tinha uma comissão de sistematização, 19 grupos técnicos, alguns grupos de apoio... Esse trabalho coletivo, do qual participaram mais de 300 pessoas, foi responsável pela elaboração dos projetos enviados ao Congresso Nacional. E, surpreendentemente, Senador, posso lhe dizer que o resultado final foi melhor do que se a gente tivesse feito apenas no nível federal, num pequeno comitê, a elaboração do projeto de lei complementar – foi melhor pela qualidade das pessoas envolvidas nessa formulação.

Pode passar, por favor?

Pode passar.

Pode passar.

Às vezes, as pessoas falam que o projeto é muito complexo – o projeto que veio da Câmara tem 535 artigos –, mas quero só lembrar que ele está substituindo 27 legislações de ICMS, cada uma delas mais complexa do que o Projeto de Lei Complementar 68, que está em discussão agora no Senado Federal; que ele está substituindo a legislação do PIS-Cofins, que provavelmente é mais complexa do que o Projeto de Lei Complementar 68; e que ele está substituindo todas as milhares de legislações do ISS que nós temos hoje no Brasil. Pela complexidade do tema, é muito difícil ter uma regulamentação ainda mais enxuta que isso. É óbvio que, se tivesse menos exceções, seria mais enxuta. Como a gente está vendo aí, basicamente 50% dos artigos do projeto de lei complementar devem-se a regimes diferenciados, específicos e favorecidos, ou seja, a parte que é a parte geral é basicamente metade do projeto de lei complementar.

Pode passar, por favor?

Bom, o Projeto de Lei Complementar 68 trata de várias questões: definições gerais; definição do fato gerador; imunidades; momento de ocorrência do fato gerador; definição do local da operação, o que é muito importante, porque, como o IBS é cobrado no destino, o local da operação define tanto a alíquota que vai ser aplicada como define a que entes da Federação, a que estado, a que município pertence a receita daquela operação; a base de cálculo; as alíquotas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar, por favor?

Aí, na verdade, é um ponto importante, Senador. Isto já está na emenda constitucional, mas o projeto regulamenta. Você tem uma alíquota que nós chamamos de alíquota de referência, uma federal para a CBS e uma estadual e uma municipal para o IBS, que são alíquotas fixadas pelo Senado Federal, a partir de cálculos feitos pelo TCU, e que mantêm a carga tributária atual. Mas a emenda constitucional e o projeto de lei complementar preveem a autonomia dos entes da Federação na fixação da sua alíquota abaixo ou acima da alíquota de referência, ou seja, mantém-se a autonomia dos entes na gestão do tributo.

O projeto ainda define sujeição passiva e define a não cumulatividade, que é um ponto muito importante. Nós estamos saindo de um modelo que nós temos hoje com muitas restrições à não cumulatividade, tanto no caso de ICMS quanto no caso de PIS-Cofins, para um modelo de não cumulatividade plena.

Pode passar, por favor?

Dentro desse modelo, tem um ponto importante – e esta é uma novidade, Senador – que é que cada adquirente poderá apropriar e utilizar créditos na medida em que o imposto correspondente a esses créditos tiver sido pago, ou seja, é um modelo que existe e que tem um efeito muito positivo de poder reduzir enormemente fraudes como, por exemplo, a emissão de nota fria, que é um problema bastante grande no Brasil. Nós estamos falando de valores muito altos. Só para se ter uma ideia, recentemente foi pega uma quadrilha que tinha emitido, em pouco mais de dois anos, mais de, se eu não me engano, R$17 bilhões em notas frias – uma única quadrilha. Então, é só para se ter uma ideia do tamanho do problema que está sendo resolvido com este modelo de crédito vinculado ao recolhimento anterior.

Aí as pessoas vão falar: "Bom, mas para eu poder ter direito ao crédito, então o meu fornecedor tem que ter pago?". Não, porque o projeto vem junto com o modelo de pagamento que é o *split payment*, o pagamento... Como é que se diz, Senador Amin?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. BERNARD APPY – Fracionado, o pagamento fracionado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BERNARD APPY – Partilhado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Na realidade, é a distribuição, porque no *split* você paga e distribui.

O SR. BERNARD APPY – Isso. Que é a cobrança do imposto na própria operação de pagamento com o modelo não cumulativo.

Pode passar, então, por favor.

Pode passar.

Bom, aí tem várias situações de como é que se liquida, de como é que se paga um imposto pelo próprio aproveitamento e utilização de créditos: o recolhimento da liquidação financeira com o *split payment;* o recolhimento pelo fornecedor, que é o normal; e pelo adquirente, que é uma opção nas hipóteses em que não puder haver o *split payment*. Então, é só para dar um exemplo.

Pode passar.

Aí é um exemplo de um fornecedor que vende um produto por R$100, mais 26% de imposto. Então, um atacadista vende para o varejista, o varejista tem que pagar R$126.

Pode passar.

O varejista paga R$126. Pelo modelo de *split payment,* supondo que o fornecedor não tem créditos, iriam R$100 para o fornecedor e R$26 iriam para o Comitê Gestor e para a Receita Federal.

Pode passar.

E o varejista fica com um crédito de R$26, porque ele pagou esse imposto. Aí ele vende para o consumidor final por R$150, mais 26% de IVA: R$189. E, portanto, ele teria um débito de R$39, que são os 26% de R$150.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O consumidor paga os R$189. Pelo modelo de *split payment*, R$150 iriam automaticamente para o varejista, R$39 iriam para o Comitê Gestor e a Receita Federal, e, em tempo real ou em um tempo muito curto...

Pode passar, por favor.

... a parte correspondente ao crédito que o adquirente já tinha, ou seja, aqueles R$26, é depositada na conta do adquirente.

Então, na verdade, é um sistema em que o imposto é cobrado no momento da liquidação financeira, mas apenas a parcela não liquidada das operações é que é retida como receita; o resto todo é depositado na conta do fornecedor.

É um modelo novo em termos mundiais, é uma novidade que o Brasil está trazendo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BERNARD APPY – E o *split payment*, junto com o crédito vinculado ao recolhimento, tem um efeito muito positivo de reduzir inadimplência, sonegação e fraudes dentro do novo modelo. E a consequência disso, Senador, é que a alíquota do novo tributo vai ser menor do que seria se não tivesse esses modelos, porque, como o desenho é feito para manter a carga tributária durante toda a transição, até 2033, se, por acaso, o modelo for bem-sucedido e reduzir fraudes, sonegação e inadimplência, o efeito é que nós vamos ter uma alíquota menor do IBS e da CBS para poder arrecadar a mesma carga tributária que nós arrecadamos hoje.

Pode passar, por favor?

Pode passar.

Bom, tem várias questões operacionais que constam no projeto de lei complementar: um único cadastro, não tem mais inscrição estadual e municipal; todas as operações vão ser acobertadas por documento fiscal eletrônico, todas; uma apuração mensal, mas com uma apuração que nós chamamos de assistida, ou seja, pré-preenchida, que vai constar do novo modelo; várias formas de recolhimento do imposto; compensação, um modelo bastante ágil de ressarcimento de créditos.

Pode passar, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em princípio, esse ressarcimento se dá nas operações de quem tem um padrão de acúmulo de crédito, tanto na compra de bens, em toda compra de bens e serviços incorporados no ativo imobilizado, como no caso de um exportador que sempre acumula crédito, que está dentro do seu padrão de operação – em até 60 dias de apreciação, podendo ser reduzidos para 30 dias, no caso de contribuintes enquadrados em programas de conformidade, e 180 dias nos demais casos, que é o daquela empresa de varejo que acumulou um estoque muito grande. Aí não faz muito sentido ressarcir; é melhor que ela desove o estoque para poder aproveitar o seu crédito e programas de incentivo à cidadania fiscal.

Pode passar.

Bom, a ideia é que todas as normas comuns ao IBS e ao CBS vão ser as mesmas, ou seja, na parte das normas comuns, na prática, é um único regulamento. Tem todo um processo de harmonização da interpretação do IBS e da CBS, com um comitê de administração tributária, um fórum com as procuradorias e um processo de coordenação da fiscalização dos novos tributos.

Pode passar, por favor.

Tem várias questões relativas ao comércio exterior. Eu não vou entrar aqui em detalhes, pelo tempo, mas uma questão importante é a responsabilização das plataformas digitais pelo recolhimento do imposto nas operações intermediadas por elas, inclusive das plataformas internacionais, estrangeiras. Então isso está previsto, aliás seguindo os melhores padrões internacionais.

Pode passar.

O SR. DARIO DURIGAN (*Fora do microfone*.) – E o Remessa Conforme.

O SR. BERNARD APPY – E... Hã?

O SR. DARIO DURIGAN (*Fora do microfone*.) – O Remessa Conforme.

O SR. BERNARD APPY – Isso. E vai muito na linha do Remessa Conforme, sendo um tributo totalmente neutro.

Bom, uma questão muito interessante, já prevista na emenda constitucional e regulamentada no Projeto de Lei Complementar 68, é um mecanismo de devolução do imposto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para as famílias de baixa renda, um *cashback*. Pelo projeto, os beneficiários serão as famílias do Cadastro Único com renda familiar *per capita* até meio salário mínimo por mês, ou seja, se tem quatro pessoas na família, dois salários mínimos de renda por mês. A devolução vai ser de 20% geral de IBS e CBS para tudo, com uma devolução de 100% da CBS para botijão de gás, conta de luz, conta de água, o gás encanado e o saneamento básico.

Há todo um sistema para não haver fraudes, a devolução tem que ser compatível com a renda das famílias. E mantém-se a autonomia federativa. Se os municípios, os estados ou a União quiserem aumentar o *cashback* da sua parte do IBS e da CBS, eles poderão fazê-lo por lei própria, e o sistema já preverá essa possibilidade.

Pode passar.

Bom, o projeto, a emenda constitucional previa uma cesta básica. O projeto de lei complementar regulamenta o que tem nessa cesta básica. Essa cesta básica foi ampliada na Câmara dos Deputados, que incluiu carnes, queijos, além daquilo que já constava. Eu não vou entrar em detalhe aqui, mas o que eu posso garantir para o senhor, Senador, com certeza absoluta, é que no projeto que veio da Câmara dos Deputados, em relação à tributação de alimentos, na média, em relação ao que se paga hoje, reduz-se a tributação dos alimentos em relação àquilo que é pago hoje no Brasil. Ela será menor do que é hoje com o projeto que está sendo aprovado, tanto na cesta básica, porque existe um resíduo tributário, e na cesta estendida, com a alíquota reduzida em 60%, como para o total dos alimentos.

Pode passar.

Bom, aí vêm as exceções. A própria emenda constitucional já previu regimes diferenciados, que são regimes de alíquota reduzida. E aí há várias situações: redução em 30% da alíquota, ou seja, a alíquota...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BERNARD APPY – ... será 70% para profissões regulamentadas; redução da alíquota em 60%, ou seja, a alíquota será de 40% em várias situações: serviços de educação, saúde, dispositivos médicos e de acessibilidade, medicamentos e alguns produtos de higiene e limpeza majoritariamente consumidos por famílias de baixa renda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Podemos passar?

Aí há várias outras situações: produtos agropecuários *in natura*, insumos agropecuários, produções nacionais artísticas e culturais de eventos nacionais, atividades esportivas, comunicação institucional e algumas outras situações que estão previstas também dentro desse projeto.

Pode passar, por favor?

Há alguns casos de redução de alíquota a zero, além da cesta básica: para dispositivos médicos, dispositivos de acessibilidade, medicamentos, composições enterais e parenterais, produtos de cuidados básicos à saúde menstrual, serviços prestados por instituição científica e tecnológica e inovação sem fins lucrativos, e automóveis adquiridos por pessoas com deficiência e por taxistas.

Pode passar.

Bom, aí tem casos de isenção para transporte público coletivo de passageiros – rodoviário, urbano, semiurbano e metropolitano – e algumas situações de créditos presumidos para pequenos produtores rurais; transportadores autônomos de cargas, pessoas físicas; resíduos e demais materiais destinados à reciclagem, adquiridos de pessoa física ou cooperativa ou outra forma de organização popular; e bens móveis para revenda – aí é simplesmente para, quando tem uma concessionária vendendo um automóvel usado, tributar só a margem, não tributar o valor cheio do automóvel.

Pode passar?

E, por fim, regimes específicos, que são formas diferentes de cobrar o tributo. Alguns deles são de natureza técnica, como é o caso de combustíveis, serviços financeiros, planos de assistência à saúde, concursos de prognósticos e bens imóveis.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BERNARD APPY – Os demais têm uma natureza mais política, e vários deles têm uma previsão de manutenção da carga tributária atual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso de combustíveis, essa é uma alíquota *ad rem*, ou seja, por unidade, por litro ou por metro cúbico, que vai ser nacionalmente uniforme.

Em serviços financeiros também vão ser alíquotas nacionalmente uniformes, mas com uma grande novidade, Senador, que é: quando uma empresa tomar crédito no banco, essa empresa vai passar a recuperar o imposto pago pelo banco – o IBS e o CBS pagos pelo banco sobre aquela operação – na forma de crédito. A mesma coisa quando adquirir um seguro e vários serviços financeiros em que nós estamos trazendo a não cumulatividade para dentro do modelo, ao contrário do que acontece no resto do mundo. A tributação de serviços financeiros no resto do mundo, geralmente, tem um grande grau de cumulatividade. Nós estamos trazendo a não cumulatividade.

E, nas operações com bens imóveis, também estamos trazendo um modelo que provavelmente vai virar padrão internacional, pela forma como ele foi construído dentro do nosso modelo.

Podemos passar, por favor?

Bom, aí há toda a transição.

A emenda constitucional foi aprovada no ano passado.

Neste ano e no próximo ano, é o momento de aprovação das leis complementares e de edição do regulamento do IBS e da CBS. O desenvolvimento do sistema de cobrança já está em curso, já estão sendo desenvolvidos os sistemas de cobrança.

O ano de 2026 é de teste, em que, em princípio, os tributos podem ser cobrados com a alíquota de 1% agregada, mas em que pode ser também apenas o cumprimento de obrigações acessórias.

Em 2027, há a transição dos tributos federais.

Em 2029 a 2032, há a transição para os tributos estaduais e municipais.

Em 1º de janeiro de 2033, a transição está completa para o novo sistema tributário.

Pode passar? Pode passar, por favor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, aí tem uma série... É questão, como eu falei, de alíquota de referência.

Pode passar, eu não vou entrar aqui. Tem uma situação de reequilíbrio de contratos de longo prazo, que consta do projeto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BERNARD APPY – Tem uma parte relativa à Zona Franca de Manaus – sei que esse é um tema importante para o Senador Braga –, que está regulamentada no projeto, basicamente mantendo os benefícios que existem atualmente para a Zona Franca de Manaus e as áreas de livre comércio, mas de uma forma mais simplificada e adequando ao novo modelo tributário.

Pode passar, por favor.

Temos o Imposto Seletivo, com incidência sobre veículos, embarcações e aeronaves emissores de poluentes, com diferenciação de alíquota para automóveis sustentáveis; fumos, bebidas alcoólicas, com uma alíquota *ad valorem* e uma alíquota específica por unidade; bebidas açucaradas; bens minerais – a emenda constitucional previa um teto de 1%, a Câmara veio com o teto de 0,25% –; e concursos de prognóstico. É importante dizer que o Imposto Seletivo não tem finalidade arrecadatória. Ele é um imposto extrafiscal claramente regulatório, inclusive porque 60% da receita vai para os estados e municípios. É um tributo federal de que 60% da receita vai para os estados e municípios. A União não tem o menor interesse em usar esse tributo com fins arrecadatórios.

Pode passar, por favor.

Tem uma questão de avaliação quinquenal, que já constava da emenda constitucional. A Câmara dos Deputados estabeleceu que a primeira avaliação quinquenal será em 2031, e aí há um ponto importante: se em 2031 a projeção for de que a alíquota total de IBS e CBS projetada para 2033, a alíquota de referência, que é aquela que mantém a carga tributária... Se a sinalização for de que ela será maior que 26,5%, o Poder Executivo da União é obrigado a enviar para o Congresso Nacional um projeto de lei complementar reduzindo regimes favorecidos e diferenciados e, eventualmente, revendo regimes específicos, de modo que, se esse projeto for aprovado, a alíquota convergirá para 26,5%. Essa é uma novidade que foi incluída na Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar, por favor.

Bom, há várias outras alterações feitas pela Câmara dos Deputados, eu não vou entrar nesse detalhe.

Eu só queria terminar, Senador Marcelo, pedindo desculpas aqui, porque realmente meu tempo foi um pouco excedido.

Há alguns pontos importantes que eu acho que vale mencionar.

Por que é importante a reforma tributária? Acho que esse é um ponto relevante. Ela é importante porque corrige distorções do sistema tributário, cuja correção leva a um aumento muito grande do potencial de crescimento do país. A gente consegue quantificar uma parte disso, que é a eliminação da tributação dos investimentos das exportações. Só isso dá um aumento no PIB potencial do Brasil de 4 a 6 pontos percentuais – só essa parte –, mas ela faz muitas outras coisas. Tem o efeito da simplificação, que é muito importante, a redução de litígio em função da simplificação e a eliminação de distorções na forma de organização da economia. No agregado, é muito provável que a reforma tributária resulte num aumento superior a 10 pontos percentuais do PIB potencial do Brasil ao longo da transição. Isso não vem no curto prazo, vem num prazo mais longo, mas é um efeito muito importante.

A reforma tributária reduz desigualdades regionais entre estados, favorecendo mais os estados menos desenvolvidos da Federação na distribuição da receita, com uma transição extremamente longa, mas reduz também e principalmente distorções na distribuição da receita entre os municípios do Brasil – e reduz de forma significativa. A distribuição da receita *per capita* entre os municípios brasileiros, após a reforma tributária, será muito mais justa do que é hoje, com a distribuição que nós temos hoje, por vários fatores, como a concentração de receita de ISS e, na verdade, o problema na distribuição da cota-parte do ICMS que nós temos hoje.

A reforma tributária tem um impacto distributivo positivo. Ela reduz desigualdades sociais, favorece mais a população de baixa renda e, como disse o Secretário Dario, traz transparência – as pessoas saberão quanto estão pagando de tributos.

Finalmente – eu acho que esse é um ponto importante –, eu acho que nós temos aqui que o texto que veio da Câmara é o resultado de um trabalho bastante profundo feito pela União,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estados e municípios. Tem alguns ajustes técnicos que nós estamos sugerindo para a equipe do Senador Braga, para os consultores do Senado. Aliás, queria aproveitar aqui para elogiar a qualidade do trabalho da Consultoria do Senado, extremamente qualificada. Mas, a discussão política mesmo ainda estamos aguardando, Senador, a discussão política que virá.

Eu acho que esse é o ponto, acho que é importante entender por que que é importante a reforma tributária, acho que esse é o ponto relevante. Ela é complexa, sim, essa regulamentação tem um grau de complexidade razoável, mas é uma revolução em relação ao que nós temos hoje, uma revolução para um sistema muito mais eficiente do que aquele que nós temos hoje.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradecendo ao Sr. Bernard Appy e o parabenizando pela sua explanação, fazendo aqui a referência de que ele foi um dos que mais contribuíram para que essa reforma acontecesse tanto a nível constitucional quanto agora a nível legal, passo a palavra ao próximo orador, que é a Sra. Melina Rocha, Consultora do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e especialista em IVA, para sua exposição.

V. Sa. tem a palavra.

A SRA. MELINA ROCHA (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Bom, queria primeiramente agradecer o convite para estar aqui, nesta primeira audiência da CCJ, agradecer ao Presidente da CCJ pelo convite, Senador Davi Alcolumbre, e também ao Relator, que infelizmente teve que sair – ele avisou antes –, Eduardo Braga, pelo convite para estar aqui hoje dividindo algumas ideias.

Primeiramente eu queria parabenizar o trabalho do Senador Eduardo Braga, como Relator da PEC, que culminou na Emenda Constitucional 132, o belíssimo trabalho que ele fez. Portanto, agora a gente espera também que a relatoria do PLP 68 voltando para o Senador Eduardo Braga... A gente tem certeza total também de que o trabalho será de aperfeiçoamento do que veio da Câmara, inclusão de novas questões necessárias aí para o PLP 68. Tenho certeza de que vai ser um trabalho brilhante outra vez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria parabenizar também o trabalho feito pela Câmara dos Deputados, desde a PEC 45, com o Deputado Aguinaldo Ribeiro, e até com os Relatores do PLP 68 e 108, na pessoa do Deputado Reginaldo Lopes, e também parabenizar a equipe da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária, a qual eu tenho a imensa honra e oportunidade de assessorar, pelo BID, em questões técnicas internacionais. Esse será o objeto da minha fala hoje, justamente o alinhamento da nossa reforma, os melhores modelos internacionais de IVA. Parabenizo e também pontuo a grande importância que teve o apoio do Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, nessa reforma.

Eu acho que as reformas... Nós tivemos várias tentativas de reforma tributária desde a Constituinte de 1988, muitos dos senhores aqui acompanharam de perto. E a gente pode ver que dessas tentativas muitas falharam por conta de um Poder Executivo, um Ministro da Fazenda que não apoiou e não se engajou verdadeiramente, politicamente na reforma tributária. E aqui, na pessoa do Secretário Dario, queria justamente pontuar que eu tenho certeza de que um dos motivos pelos quais foi possível a aprovação da reforma foi justamente esse apoio do Ministro Haddad, um apoio político, técnico, com a criação da Secretaria Extraordinária, com o Bernard Appy à frente. E tenho certeza também que, como foi dito aqui, não teria a pessoa melhor para estar à frente desse tema, mais técnica e mais conhecedora do tema do que o Secretário Bernard Appy.

Bom, a minha fala, como eu falei, vai ser sobre o alinhamento da nossa reforma aos melhores modelos internacionais, e foi essa a minha contribuição que eu tentei dar para o grupo do Secretário Appy e também para o PAT-RTC, desde a discussão da PEC até agora no PLP 68.

E aí, alinhando um pouco ao que o Secretário Dario acabou de falar, nós temos aqui uma reforma que vai estar entre os melhores modelos do mundo. Eu diria que em muitas coisas, em muitas questões que eu vou trazer aqui, nós vamos ser, sem dúvidas, o melhor modelo de IVA do mundo. Outros países, tenho certeza, vão copiar muitas questões que foram incluídas na nossa reforma, e eu queria aqui explicar um pouquinho para os senhores a importância de a gente ter aprimorado o sistema IVA na nossa reforma.

A primeira característica, que é um pilar essencial dos modelos IVAs e que a gente está trazendo fortemente de forma ampla para nossa reforma tributária, é a não cumulatividade.

Pode voltar para o primeiro eslaide, por favor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a não cumulatividade, como os senhores sabem, é o creditamento pleno do IBS e da CBS, que será pago em cada aquisição na cadeia produtiva. Hoje nós temos tributos que se dizem não cumulativos, como o ICMS, o PIS-Cofins, o IPI, mas nenhum deles tem uma não cumulatividade plena. Todos os atuais tributos têm restrições ao creditamento, só geram créditos se incorporar ao produto final, têm limitação temporal ao creditamento. O que foi feito na emenda constitucional – e aí por meio dos Senadores e dos Deputados, na aprovação da Emenda Constitucional 132 – é assegurar constitucionalmente que o contribuinte e as empresas brasileiras vão ter crédito integral de todo IBS e CBS que foram pagos nas suas aquisições. Esse modelo é mais amplo do que o modelo da não cumulatividade de outros países, porque, em outros países, quando a gente vê a legislação de outros países – na União Europeia, no Canadá, na Índia, que recentemente também implementou o modelo IVA –, a gente sempre vê uma condição: o crédito só vai ser tomado se a aquisição tem relação com a atividade comercial, tem relação com operações tributadas, com saídas tributadas. Sempre tem uma condição, e o contribuinte tem que ver se aquela aquisição está dentro daquela condição ou não.

No nosso modelo, não há condicionamento nenhum. O que há no nosso modelo, na emenda constitucional e no PLP 68, é a garantia de que todas as aquisições vão dar direito ao crédito, com exceção de bens de uso e consumo pessoal, que é uma lista muito restrita que está no PLP 68, ou daquelas exceções que já estão constitucionalmente previstas, que são casos de isenção, de imunidade ou dos regimes diferenciados, mas que a própria Constituição já traz; ou seja, o PLP que está sendo discutido aqui não vai trazer novas restrições ao creditamento, senão aquelas restrições que já estão previstas no texto constitucional. Isso é muito importante, porque, como eu falei, o crédito amplo é a base, o pilar fundamental do IVA, porque vai fazer com que a cadeia produtiva seja totalmente desonerada. E as nossas exportações, que hoje têm um resíduo tributário... A gente está exportando tributo. Cerca de 9% a 10% do preço das nossas exportações se referem a tributos que a gente está exportando, e nenhum outro país do mundo que tem IVA exporta tributo. Então, a gente está perdendo competitividade internacional por conta desse resíduo tributário, que vai ser eliminado com a não cumulatividade plena.

A próxima questão em que a gente está se alinhando totalmente aos modelos internacionais, inclusive aprimorando os modelos internacionais, o Secretário Appy já trouxe, é a questão – pode passar, por favor – da economia digital e o comércio eletrônico. Então, os países

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

com IVA, que hoje são cerca de 175 países, a maior parte deles, já começaram, a partir de 2017, 2018, 2019, a implementar regras para que fornecedores não residentes no país, sem qualquer estabelecimento permanente no país, sem qualquer presença física no país, que esteja vendendo para aquele país, sejam obrigados a se inscrever e recolher o IVA naquela operação. Então, o Secretário Dario mencionou o projeto Remessa Conforme, da Receita Federal, que é um piloto que hoje já se tem dessa obrigatoriedade de inscrição de não residentes. Então, a maior parte dos países está indo por essa linha de obrigar não residentes sem presença física a se inscrever e a recolher.

E também, conjuntamente a essa obrigatoriedade de inscrição de não residentes, nós temos também as plataformas digitais que vendem produtos de fornecedores não residentes ou residentes, mas que fazem essa intermediação de operações de compra e venda, também responsáveis em aplicar o IVA nessas operações e recolher aos cofres públicos. Isso está totalmente alinhado com modelos internacionais. A União Europeia já está fazendo isso desde 2021 e a OCDE tem várias *guidelines,* relatórios incentivando que os países adotem esse tipo de medida, porque é mais fácil para combater a evasão fiscal, mais fácil para o controle e mais fácil até mesmo para as plataformas recolherem no lugar do fornecedor, em vez de terem que, digamos, terem que checar se o fornecedor está recolhendo ou não o IVA. Então, os países têm adotado essas regras, e o PLP 68 tem todas essas regras previstas.

Por fim, a gente tem uma outra questão que está totalmente alinhada aos modelos internacionais – pode passar, por favor –, que é o princípio do destino. Como os senhores sabem, outro pilar do IVA é tributar no destino, e não na origem, como hoje a gente tem nos atuais tributos. E tributar no destino significa aplicar a alíquota do município do estado para o qual está-se destinando a mercadoria, o serviço, o bem intangível, o *software*. Então, a gente tem que identificar exatamente qual município, qual estado para o qual aquela mercadoria está indo. E isso não é uma tarefa fácil, porque no Brasil a gente tem uma Federação de três estágios: nós temos a União federal, os estados e os municípios. Então, a gente tem que identificar exatamente o município.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MELINA ROCHA – E foi por isso que foi criado – essa foi uma das razões para gente ter essa figura – o Comitê Gestor, que vai administrar o IBS com a presença de estados e municípios e que vai tornar possível que todos os municípios e estados se integrem nessa arrecadação centralizada. Então, o contribuinte, como o Secretário Dario falou, em vez de ter que se inscrever para 5.570 municípios, 27 estados, recolher para cada um deles, ele vai passar a recolher de forma centralizada ao Comitê Gestor, o que vai simplificar muitíssimo a vida dos contribuintes. O Comitê Gestor não está no PLP 68, está no PLP 108, mas há que se ressaltar que, sem ele, não é possível implementar o princípio do destino, por exemplo. Então, é muito importante que o PLP 68 seja também votado conjuntamente, digamos assim, ou logo em seguida ao 108, porque faz parte integral do modelo que está sendo proposto.

E só para acabar, eu queria falar sobre uma questão, o *split payment*, de que o Secretário Appy acabou de falar. Ele é uma inovação que o modelo brasileiro está trazendo. Alguns países da Europa tentaram implementar o modelo de *split payment*, que não foi uma implementação bem-sucedida, há algumas críticas na União Europeia. Mas eu queria falar uma coisa para os senhores: não há país no mundo que seja mais tecnologicamente avançado em termos de administração tributária que o Brasil. O Brasil tem nota fiscal desde a década de 90; só agora os países da União Europeia estão começando a implementar nota fiscal eletrônica e só para certas operações. Então, os senhores imaginem quanto tempo que eles estão atrasados e atrás da gente aqui no Brasil. O Brasil é pioneiro em nota fiscal eletrônica, tem um dos sistemas bancários mais evoluídos e avançados do mundo. E esse modelo de *split payment* justamente cuida, traz a inovação da nota fiscal eletrônica e a inovação do nosso sistema bancário, de modo que o recolhimento do tributo vai ser feito na hora do pagamento ao fornecedor. Vai ser uma coisa muito simples, avançada e aprimorada em relação aos sistemas que já foram tentados na União Europeia. Então, o *split payment* inteligente que está sendo proposto aqui no Brasil é um avanço.

E, por fim, nós temos outros dois avanços que vão ser modelos internacionais – e eu não vou dar mais detalhes aqui, porque vai haver duas audiências sobre o tema –, que é o setor financeiro e o setor imobiliário. Haverá as audiências específicas, mas eu queria já falar que esses dois setores, como foi adiantando pelo Secretário Appy, vão ser modelo internacional, porque o IVA, em outros países, em geral, não se aplica a esses setores de forma abrangente e ampla. No setor financeiro, a União Europeia já há mais de dez anos está tentando implementar o IVA sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

spread, sobre a intermediação financeira dos bancos. Já teve várias consultas públicas, vários estudos, e o Brasil está implementando a tributação da intermediação financeira nessa reforma tributária. Nenhum país do mundo conseguiu implementar de forma ampla como a gente está implementando nessa reforma. O que é muito positivo, porque vai trazer também os serviços prestados por instituição financeira na base do IVA e vai poder com isso diminuir a alíquota para todos os demais fornecedores.

E, por fim, o regime do setor imobiliário, que é uma novidade internacional, em que a gente tem redutores que reduzem a base de cálculo, o redutor de ajuste e o redutor social, e esses redutores vão servir para tributar exatamente a margem da operação do fornecedor de bens imóveis. Não vou entrar em detalhes, porque haverá uma audiência específica, mas é também um modelo internacional que está sendo aprimorado e que vai ser referência internacional. Eu queria, então, pontuar isso aqui muito bem.

Bom, meu tempo já acabou. Queria agradecer novamente e parabenizar aqui... Eu me esqueci de parabenizar os Consultores do Senado que estão aqui, pelo seu trabalho sério, cuidadoso, na pessoa do Danilo; os Consultores da Câmara também que brilhantemente trabalharam no PLP; e também os representantes do estado – o Ricardo está aqui –, que também trabalharam incansavelmente no PAT-RTC para aprimorar aí o texto que foi apresentado. Então, muito obrigada a todos e obrigada pela oportunidade, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nós é que agradecemos a contribuição de V. Sa. – Sra. Melina Rocha, aqui representando o BID.

Passemos, então, ao próximo orador, que é o Sr. Marcus Pestana, Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), aqui do Senado Federal, para sua exposição.

Com a palavra, V. Sa.

O SR. MARCUS VINICIUS CAETANO PESTANA DA SILVA (Para expor.) – Queria agradecer ao Senador Eduardo Braga o convite – desejar boa tarde a todos aqui presentes –; aos grandes amigos Marcelo Castro, Senador Esperidião Amin, que foram amigos que fiz na Câmara dos Deputados; à Senadora Margareth Buzetti. Ao sacerdote da reforma tributária, o Deputado Hauly, que há 20 anos, eu vejo lutar quase monotematicamente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Recentemente foi convertido a rabino.

O SR. MARCUS VINICIUS CAETANO PESTANA DA SILVA – Rabino. (*Risos.*)

... ao ex-Deputado Darcísio Perondi também, do Rio Grande do Sul; aos representantes da sociedade civil, à imprensa especializada, representantes de estados e municípios, aos meus colegas debatedores, particularmente saúdo a todos eles na pessoa do Bernard Appy, que é uma pessoa que tem um protagonismo, nesse processo, inegável, desde a tramitação da PEC 45, ele, como economista.

E menciono que esse é um processo que vem, é uma construção.

Homenageio aqui o Deputado Baleia Rossi, o ex-Presidente da Câmara Rodrigo Maia, Davi Alcolumbre e o Roberto Rocha, que iniciaram esse processo. E o Appy e o Hauly eram consultores na época, no Senado e na Câmara, e felizmente, finalmente nós estamos aqui numa fase final de uma reforma tão necessária ao país.

Registro que a IFI não faz trabalho de consultoria, não estabelece juízo de valor.

E quero deixar claro, de pronto, que a reforma não tem o objetivo de contribuir para o ajuste fiscal necessário. Desde o início, ficou estabelecido que seria uma reforma neutra. Uma tarefa dificílima. Nem a carga tributária aumentar, nem nenhum ente perder receita. E a reforma tributária, eu tive vivência parlamentar – e aqui é a caixa de ressonância da sociedade brasileira, onde os legítimos interesses setoriais, corporativos, gerais se manifestam –, é a explicitação de um conflito distributivo.

E sendo que é uma reforma neutra, não é nada fácil você, porque é evidente que quem não tem quer ganhar, quem já tem não quer perder, o conflito se estabelece. Daí a complexidade de uma reforma tributária. E para que a gente tenha noção da envergadura da mudança que nós estamos fazendo, é um esforço político-institucional fantástico. E eu não invejo o Senador Eduardo Braga, porque tem, nesta segunda etapa da regulamentação, que arbitrar todos esses conflitos, sintetizar todas as opiniões, estabelecer juízos de valor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria estimular, como Diretor Executivo da IFI, que o Senado, esta não é uma matéria... Tem mais de década que se discute. Que se faça um esforço para que essa boa notícia surja este ano.

Nós estamos tendo um momento de instabilidade de expectativas. Questões como o cenário internacional. Há uma eleição, daqui a uma semana, nos estados Unidos, a principal economia. E temos riscos em relação à meta fiscal e à meta de inflação. Então a conclusão do processo de regulamentação será uma excelente notícia para a economia brasileira, num momento de certa instabilidade de formação de expectativas.

Eu preparei uma rápida exposição. São só três eslaides. Queria que passasse o primeiro.

Dentro da discussão proposta pelo Senador Eduardo Braga, é ainda uma primeira... Como é uma primeira audiência pública, é uma discussão mais geral. É chover no molhado dizer que nós temos uma alta carga tributária. No ano passado houve uma pequena redução, nos anos anteriores oscilou em torno de 33,4%, 33,2%, fomos a 32,44%, o que nos coloca alinhados com a média da OCDE.

No entanto, diferentemente das sociais-democracias consolidadas na Europa, os Estados de bem-estar, que têm um outro padrão e outra formação do Estado nacional – a França, com 45% de carga tributária, países como Dinamarca, Suécia e Itália, acima de 40% –, nós estamos alinhados com a média, mas muito acima dos emergentes e dos latino-americanos. O que nos interessa comparar, para efeito de competitividade do custo Brasil, é com o México, com a Argentina, com a África do Sul, com a Índia, com a China – e não com a França, com a Itália, com a Noruega, com os países desenvolvidos.

Então, a nossa carga tributária...

Eu não sei se o nosso Exmo. Relator concorda: desenvolveu-se uma intolerância absoluta na sociedade brasileira e na sua representação a qualquer aumento de carga tributária. Então, os próximos governos vão ter que fazer o ajuste fiscal dentro desse patamar de 33% do PIB. É isso que nós temos nas três esferas para financiar as políticas públicas.

Portanto, a nossa carga tributária é a maior entre os países emergentes latino-americanos, mas não é só uma questão quantitativa do patamar, mas da qualidade. Ela é concentrada nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impostos sobre consumo, diferente do perfil dos países desenvolvidos, onde a matriz tributária se carrega no imposto sobre a renda e sobre o patrimônio. O imposto indireto, em si, já é iníquo, já fortalece desigualdades sociais, porque não diferencia rico e pobre. Então, esse já é um primeiro pecado original do nosso sistema.

Além disso, é um dos piores sistemas do mundo. O *ranking* do Banco Mundial nos coloca nos últimos lugares entre... Depois dos 170 países – mais de 170 – que adotaram o IVA, o nosso está no Z4 – nós estamos em zona de rebaixamento. É um sistema – além da carga alta – complexo, injusto, inseguro, burocrático, oneroso, não transparente. O contribuinte não sabe quanto paga; o contencioso fiscal é inédito, somos líderes em contencioso judicial e administrativo; é complexo, o custo administrativo para as empresas é muito maior, tira competitividade.

A escolha do IVA e o processo que foi promovido pelo Congresso Nacional apontou no caminho certo. É um trabalho que – eu volto a dizer – é uma grande revolução. O Senador Eduardo Braga teve um papel essencial como Relator da matéria do texto constitucional, e agora trata-se de regulamentar.

E aí vem aquela coisa: dizem que o diabo mora no detalhe, e agora chegou a hora do detalhe.

A outra, por favor.

Aí, fica... Cabem só alguns alertas: ela não emite opinião ou juízo de valor, mas, se a IFI gostaria de deixar um alerta, é um único alerta, que é um... já virou, aqui nós tivemos, entre outros especialistas, a professora portuguesa Rita de La Feria, Professora da Universidade de Leeds. Ela é uma das maiores especialistas mundiais em IVA e disse aqui, naquela tela lá de Leeds, claramente, que o ideal era uma alíquota única...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCUS VINICIUS CAETANO PESTANA DA SILVA – ... e que a diferenciação social e a política pública se fazem pela despesa, e não pela receita. No entanto, o processo político – eu já fui Parlamentar – é sensível ao debate com a sociedade e, ao final, não era a redação original da PEC 45. Restaram, sobreviveram quatro alíquotas e vários regimes especiais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o único alerta que gostaríamos de deixar e que já virou quase tautológico, de uma obviedade ululante: quanto maior o número de exceções, alíquotas e regimes especiais, maior a alíquota de referência nacional, maior a complexidade, porque se fazem degraus, é como um rio que vai afunilando. Então, você vai acumulando créditos e a fluidez do IVA diminui, porque você tem vários degraus e a complexidade sobe, maiores as dificuldades de fiscalização e transição. E já há estudos científicos, por exemplo, do Ipea e tantos outros, em que, quanto maiores as exceções, menores os efeitos positivos sobre o PIB, a produtividade e o emprego. Existem modelos econométricos, modelos de equilíbrio geral em que já foi testado isso e, quanto maior o número de exceções... E é legítimo cada setor buscar o tratamento específico do seu caso concreto, mas é preciso pensar na economia brasileira e no contribuinte no abstrato, e não nos interesses corporativos e setoriais, que também são legítimos, mas é preciso pôr na balança. E esse é o papel difícil do Senador Eduardo Braga, que terá de arbitrar esse ponto de equilíbrio.

Por último, para finalizar e não ocupar muito o tempo de vocês...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCUS VINICIUS CAETANO PESTANA DA SILVA – ... quais são as dificuldades dessa transição? O tempo. O Secretário Bernard Appy já deu uma entrevista sobre isso. Ele é curto e é longo. Curto para fabricar toda a tecnologia necessária, sofisticada, para gerenciar esse novo sistema. Nós temos aí a ideia em 26, está rodando experimentalmente. Então, resta aí a equipe dos estados, dos municípios e do Governo Federal, que já está trabalhando nisso. Tem mais 25 para gerar todas essas ferramentas, mas, na era da inteligência artificial, nada é impossível para um desafio dessa monta.

Por outro lado, do ponto de vista da transição, é muito longo. E aí eu até tomei a liberdade de pôr ali a frase famosa do Ministro Malan, que "no Brasil até o passado é imprevisível". Uma transição tributária de dez anos, porque o IVA vai estar rodando inteirinho só em 2034... 2033. E uma transição federativa de 50 anos. O Brasil... Isso parece uma eternidade, *vis-à-vis* a história brasileira.

Então a questão da persistência da convicção dos agentes públicos, dos líderes, durante toda essa transição, esses 10, 50 anos, para que não haja reversão. É preciso... E a base, a solidez dessa transição depende fundamentalmente de a elite brasileira formar a convicção de que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos transitando de um dos piores sistemas para aquilo que há de mais moderno em termos de tributação e impostos de consumo.

O segundo desafio é o marco legal. E aí há esse... A sociedade democrática funciona, e o Congresso é o estuário disso. Os interesses, as pressões legítimas ocorrem, mas é preciso se concentrar. É um projeto de lei complementar com 503 artigos e 23 anexos. Eu espero que o Senador Eduardo Braga tenha tempo para se deter, para limpar ao máximo os 503 artigos de qualquer ambiguidade, de qualquer coisa que dê margem a judicialização, do que aos 23 anexos, nos quais está a luta de quem entra, quem sai, ou do imposto seletivo, ou de alíquota A, B, C ou D.

É muito importante o que o Dario falou aqui, que, na verdade, o Secretário Dario, que aos olhos da sociedade, aos olhos do cidadão, se trata de um único imposto. Ele é dual na distribuição, na manutenção da autonomia federativa, mas no supermercado, a caixa não vai primeiro falar para o cidadão: "Olha, vou te cobrar a contribuição sobre bens e serviços e depois o imposto". Não, é uma operação única. O cidadão vai saber exatamente, de forma transparente, como não tem hoje.

Então o que a gente conclama, assim, e aponta que é muito importante: o Confaz fez uma série de sugestões, a CAE fez um trabalho com várias sugestões, a Consultoria da Casa, a Confederação Nacional dos Municípios, a Frente Nacional de Prefeitos, várias federações empresariais e de trabalhadores, e é fundamental que todo esse esforço para a simplificação tributária seja preservado e aprimorado no texto, superando todas as regras que derem margem para judicialização, dupla interpretação, exegese. É preciso que seja límpido e claro o texto legal.

E por último, o esforço institucional. Eu fui Secretário Municipal, Estadual e no Governo Federal. Conheço bem a estrutura, as ilhas de excelência que são as receitas. Mas é importante, tudo que é novo gera resistência. É importante olhar com os olhos do cidadão contribuinte, da sociedade e da economia brasileira. Então é muito importante que todos os processos sejam claros, para que o cidadão contribuinte não seja abordado numa semana pela fiscalização federal, na semana seguinte, a fiscalização estadual e, quem sabe, na terceira semana, pela fiscalização municipal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa coordenação federativa, já que cinco impostos estão sendo transformados em um – um era municipal, um era estadual e três federais –, esse arranjo federativo tem que ganhar concretude, porque afinal o uso do cachimbo faz a boca torta e são 36 anos de prática das máquinas arrecadatórias das receitas, e é muito importante pensar neste momento em que realmente, do ponto de vista da norma e da operação, seja um imposto único que simplifique e jogue o país na vanguarda, saindo de um péssimo sistema tributário para uma das vanguardas mundiais em termos de organização da arrecadação sobre consumo.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu que agradeço ao Dr. Marcus Pestana, Diretor-Executivo do IF. E concedo a palavra ao Sr. Marcus Lívio Gomes, Professor Titular de Direito Tributário da UERJ, para sua exposição por igual tempo.

O SR. MARCUS LÍVIO GOMES (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas. Agradeço imensamente o convite para estar hoje aqui nesta Comissão. Saúdo o Senador Rodrigo Pacheco, que, em 2022, criou a Comissão para a Reforma do Processo Tributário, que é um tema que eu trarei aqui com luzes de contribuição e não de críticas. Cumprimento o Senador Davi Alcolumbre, Presidente da CCJ, e, em especial, cumprimento o Senador Eduardo Braga pelo belíssimo trabalho como Relator da Emenda Constitucional nº 132. É lógico que saudar, cumprimentar e fazer referência a todas as pessoas que trabalharam na Emenda Constitucional 132 e nos projetos de lei que ora serão regulamentados seria impossível – a contribuição coletiva que foi capaz de criar essa revolução constitucional que está sendo feita em relação à tributação sobre o consumo.

Saúdo o Deputado Hauly e cumprimento aqui aos meus colegas de mesa, a Dra. Melina, Dr. Marcos Vinicius, Dr. Adalberto, a Consultoria Legislativa, com quem já tive o prazer de trabalhar na Comissão de Reforma do Processo Tributário, e, em especial, a Ministra Regina Helena, que presidiu a Comissão de Reforma do Processo Tributário, a qual relatei, e que me indicou para falar aqui em nome da Comissão Temporária criada pelo Senador Rodrigo Pacheco e presidida de forma brilhante pelo Senador Efraim.

Senador Eduardo Braga, farei uma exposição em três partes muito simples, uma contribuição: uma abordando os projetos que já existem nesta Casa Legislativa e que interagem com a Emenda Constitucional 132 nos aspectos processuais e administrativos; uma segunda parte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relativa às consequências judiciais e processuais da reforma; e uma terceira abordando de forma muito breve o processo administrativo tributário que traz o PLP 108 e de que forma isso poderá impactar o contencioso nacional.

Muito bem. Nesta Casa já tramitam alguns projetos de lei frutos da Comissão Temporária criada pelo Senador Rodrigo Pacheco para regulamentar a reforma do processo tributário. Cito em especial dois projetos de lei que interagirão de forma muito convergente com a reforma tributária que ora se aprova. O Projeto de Lei Complementar 124, que atualiza o Código Tributário Nacional, traz todo um rol de garantias e direitos em matéria processual administrativa.

Isso significa que, aprovado o projeto – que já veio para a Comissão de Constituição e Justiça –, nós teremos um marco mínimo de balizas que deverão ser seguidas por todos os entes federativos ao regulamentar o seu processo administrativo. Isso significa prazos em comum, recursos em comum, entre outras perspectivas.

Hoje a vida do contribuinte é extremamente difícil ao ter que enfrentar ou atuar nacionalmente. Um contribuinte que atua nacionalmente enfrenta todos esses problemas em relação ao ICMS, ao ISS e também aos demais tributos estaduais.

Então, existe um aparente conflito entre o PLP 108 e o PLP 124. Corremos o risco de ter uma regulamentação nacional para todos os tributos do Brasil, com prazos em comum, recursos em comum, e ter uma regulamentação específica para o IBS, CBS – para o IBS, perdão – no bojo do PLP 108. Como a origem do PLP 124 é esta Casa Legislativa, seria bastante oportuno se pudesse existir uma tentativa de uniformização dos textos. A contribuição que já foi feita pela Comissão de reforma tributária – todo o trabalho que já foi feito, as reuniões realizadas – poderia contribuir e muito para que houvesse uma legislação de normas gerais de processo administrativo unificada, que não houvesse prazos distintos, recursos distintos, o que dificulta sobremaneira a atuação dos contribuintes no direito tributário.

Uma segunda abordagem, que talvez reflita hoje a preocupação do Poder Judiciário, em especial do STJ: foi criada uma nova competência judiciária para o Superior Tribunal de Justiça no art. 105-J da Emenda Constitucional 132, alterando a Constituição Federal de 1988. Essa nova competência historicamente é uma competência do Supremo Tribunal Federal para resolver conflitos federativos entre os entes da Federação. Especificamente agora, a partir da Emenda 132,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nós teremos um conflito federativo, com o escopo limitado ao IBS, que será de competência do STJ.

É uma competência nova, desafiante e não se sabe hoje, ao certo... É difícil prever de que forma o STJ será demandado para essas demandas, porque, em tese, qualquer conflito federativo entre entes da Federação, estados, municípios ou entre entes da Federação e o comitê gestor irá diretamente à jurisdição originária do STJ. É uma mudança significativa. Não existe essa competência originária do STJ em relação a nenhum outro tributo. Será uma exceção à regra da jurisdição tributária nacional, levando ao STJ matérias originárias, que poderão tramitar em todas as esferas da Federação. Então, isso é bastante interessante, porque originará uma nova jurisdição e uma nova atribuição do STJ.

Em paralelo a essa alteração constitucional, existe uma emenda constitucional do Poder Executivo que chegou ao STJ, e lá foi criada uma comissão especial para avaliar os impactos da reforma tributária sobre o consumo, na jurisdição federal, especificamente, e estadual. Essa comissão é presidida pela Ministra Regina Helena Costa e, dentro dessa proposta de emenda constitucional, há duas medidas bastante interessantes, porque são muito inovadoras em termos de jurisdição. Uma é a proposição de uma ação declaratória de legalidade ou ilegalidade, criando um controle concentrado de legalidade no STJ, algo que poderia, em tese, antecipar, e muito, as discussões que advirão da implantação do novo regime tributário, mas também desafiarão a Corte do STJ, sob a perspectiva de qual demanda isso vai gerar. Isso também é bastante interessante.

No último censo que o CNJ fez, nós tínhamos 77 milhões de processos e 40 milhões de ações tributárias. Se formos imaginar o contexto de ICMS dessas ações, e de PIS-Cofins, que são as duas maiores demandas, é possível que muito dessas discussões sejam antecipadas ao STJ, criando uma jurisdição antecipada de controle de legalidade. Ou seja, são aspectos muito interessantes e que requerem também uma atenção das Casas Legislativas.

A ideia de termos uma reforma material é extraordinária. O que já se fez aqui é extraordinário. O avanço que se conseguiu ter, nesse curto espaço de tempo, com a criação de textos elaborados estruturalmente que anseiam as melhores técnicas do IVA internacional, pode ser prejudicado na esfera processual, se algo não for pensado, também, em termos de jurisdição,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque, ainda que o IBS e a CBS sejam dois tributos distintos – indo já para o final da minha pequena, breve exposição –, eles têm a mesma estrutura de fato gerador. E a emenda constitucional proposta pelo Poder Executivo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCUS LÍVIO GOMES – ... previa levar as ações de discussão do IBS e da CBS para a Justiça Federal.

Dentro da minha experiência de 25 anos na magistratura federal, como magistrado que fui, posso assegurar que a Justiça Federal, hoje, não tem condições de receber a demanda judicial de ICMS que existe e, provavelmente, uma nova demanda de IBS.

Então, é um tema que precisa ser pensado e refletido com muito cuidado para que não haja o exaurimento da jurisdição tributária na Justiça Federal e na Justiça estadual.

Talvez um último ponto, que me parece oportuno comentar, é que existem fortes preocupações na regulamentação, no sentido de haver uma harmonização da interpretação da legislação do IBS e da CBS, das orientações, enfim, do compartilhamento de informações em termos de fiscalização. Só que houve uma limitação e talvez essa limitação pudesse ser repensada. Poderá haver fiscalização conjunta em relação a auto de infração de pequeno valor e poderá haver julgamento compartilhado ou um contencioso compartilhado, também, em relação a demandas de pequeno valor.

Essa limitação acaba por permitir dois contenciosos distintos em relação àquelas demandas que não são concentradas em pequeno valor. E isso vai acarretar processos administrativos distintos no Comitê Gestor, até chegar à sua uniformização na Câmara de Uniformização do Comitê Gestor e até chegar à Câmara Superior de Recursos Fiscais do Carf, sem contar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCUS LÍVIO GOMES – ... problemas que poderiam gerar termos o julgamento pela Justiça estadual de uma forma e pela Justiça Federal de outra. É extremamente preocupante hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se hoje nós temos um contencioso de ICMS com 27 Tribunais de Justiça julgando a matéria de uma maneira, a partir de 2026 nós teremos os 27 Tribunais de Justiça e uma concorrência jurisprudencial federal em relação a fatos geradores que poderiam ser iguais.

Senador Eduardo Braga, essas são as singelas contribuições que eu trago. São preocupações do sistema de justiça, preocupações que um trabalho tão brilhante em termos de alteração material possa ter um resultado distinto que lhe suprima a eficiência, por conta de todas essas engrenagens do Poder Judiciário.

Muitíssimo obrigado pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Agradecemos a participação do Sr. Marcus Lívio Gomes.

Passo a palavra ao Sr. Adalberto Felicio Maluf Filho, Secretário Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, para uma exposição por tempo igual ao dos demais expositores.

O SR. ADALBERTO FELICIO MALUF FILHO (Para expor.) – Primeiramente, queria agradecer à CCJ, Senador Eduardo Braga, pelo convite ao MMA, pela importância desse debate. Quero parabenizar a todos, na sua pessoa, Senador, pelo belíssimo trabalho na Emenda Constitucional nº 132 e por todos os debates aqui da regulamentação. Também quero cumprimentar o Secretário Bernard Appy, do Governo, na pessoa de quem eu cumprimento a todos que estão presentes aqui; e Deputado Luiz Carlos Hauly, nosso decano do tema da reforma tributária. É sempre um privilégio estar com vocês.

Por favor.

O MMA... Eu gostaria de fazer algumas pequenas – por favor, próximo eslaide – sugestões, aperfeiçoamentos. Eu acho que a emenda constitucional trouxe grandes benefícios para o Brasil, nessa simplificação, em tudo que a gente viu. Mas há alguns pequenos ajustes em temas que a gente considera que seriam importantes, em especial na gestão de resíduos e reciclagem e na promoção da economia circular, que é um tema tão importante para nós lá no ministério. Pequenas diferenciações podem ser feitas relacionadas a produtos da sociobiodiversidade, da bioeconomia, da agricultura familiar, dos povos e comunidades tradicionais. Há, também, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pouco sobre produtos prejudiciais ao meio ambiente e à saúde, que a gente considera que, de alguma maneira, podem ser pontuados.

Por favor, o próximo.

Então, a gente sabe que o Brasil, na área de gestão de resíduos, vive um desafio muito, muito grande. Hoje, infelizmente, ainda, após 14 anos da aprovação da Política Nacional de Resíduos, cerca de metade dos municípios brasileiros ainda tem uma gestão inadequada, com lixões e aterros controlados. Cerca de 28% da população brasileira ainda destina seus resíduos para lixões e aterros controlados. Somando os 10% que nem recolhem o seu resíduo, a gente tem quase 38%, voltando ao mesmo patamar mundial, em um mundo hoje que não consegue... Infelizmente, só 32% dos municípios têm coleta seletiva; só 44% têm algum tipo de cobrança para garantir a sustentabilidade econômico-financeira e menos de 47% têm planos de gestão de resíduos integrados.

É um desafio enorme, Senador, em especial quando a gente vê que quase 70% dos municípios que têm essa gestão inadequada são municípios com menos de 20 mil habitantes. Então, é muito difícil a gente imaginar que o poder público local vai sozinho conseguir lidar com o tema da ausência da reciclagem e da gestão de resíduos, e, por isso, a importância de a gente ter instrumentos econômico-financeiros que garantam a viabilidade desse setor.

Por favor.

Nós tínhamos, nos últimos anos, desde a aprovação da política nacional, um movimento de queda dessa gestão inadequada. A gente chegou, em 2018, até o menor índice de todos, de 28%, entre inadequada e aqueles que não são geridos. Aí, infelizmente, entre 2019 e 2022, a gente teve um crescimento significativo da gestão inadequada, saindo de 29% e indo para 42%. Já no ano passado, a gente teve uma inversão desse fluxo, caindo um pouquinho ali, de 42% para 38%.

Em parte, essa redução da reciclagem e a gestão inadequada – claro que teve o movimento da covid e todos os desafios que a gente vê – teve muito a ver também, Senador, com o fato de que o Brasil zerou o imposto de importação de produtos reciclados. O Brasil aumentou dez vezes a importação de resíduos do resto do mundo depois que a China proibiu, em 2020, a importação de resíduos. Vários outros países do mundo proibiram e, infelizmente, o Brasil facilitou e zerou o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

imposto de importação durante quatro anos, até 2023. Isso, obviamente, criou um desequilíbrio muito grande nas cadeias de reciclagem, que, por um lado, já não pagavam muito recurso, mas viviam muito da informalidade, então, elas tinham muitos desafios.

O próximo eslaide, por favor.

Aí a gente vê que, por outro lado, Secretário Appy, o Brasil enterra hoje R$38 bilhões em produtos recicláveis que poderiam estar retornando para a economia, promovendo maior circularidade e reduzindo a extração de produtos naturais. A gente teve aqui o Senado aprovando o importante PL da Política Nacional de Economia Circular. O Governo Federal, o Presidente Lula teve o decreto da Política Nacional de Economia Circular, mas, se a gente não conseguir absorver esses benefícios dos R$38 bilhões que a gente está enterrando, mais os R$30 bilhões que os municípios pagam para enterrar, dificilmente a gente consegue lidar com esse tema.

O próximo eslaide, por favor.

Se a gente já vivia um momento difícil da reciclagem, quando, em tese, o setor não pagava muito imposto, agora, com a chegada da reforma tributária, em especial no setor da reciclagem, talvez a gente tenha um desafio um pouco maior.

Uma boa parte dos setores da reciclagem já tinha isenções em praticamente todos os impostos: IPI, PIS-Cofins... A gente tem hoje o debate inclusive do Supremo sobre isso. O ICMS... Não entre estados. Então, o desafio da Região Norte é muito, a gente está lidando com isso agora, de levar fábricas para a Região Norte, resolver problemas... Você vai trazer vidro da Região Norte para as fábricas em São Paulo, no Nordeste, no centro-sul, então, você paga ainda ICMS...

Apesar dessas distorções todas, era um setor que, em tese, pagava muito pouco imposto. Eu recebo muito o setor organizado, e a maior parte deles está muito preocupada, porque, de alguma maneira... Inclusive, o Senado aprovou uma emenda, trazendo a economia circular, para poder ampliar um pouco, mas a Câmara entendeu por bem deixar e reduziu muito o crédito presumido que viria das cooperativas e associações de reciclagem.

Então, hoje o que a gente tem aprovado, lá no art. 9º, é que é autorizada a concessão de crédito ao contribuinte adquirente de resíduos destinados à reciclagem e reutilização e logística reversa, de pessoas físicas, cooperativas ou outras formas de organização popular. Isso inclusive

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi um trabalho muito importante do Deputado Arnaldo Jardim, que conseguiu, aos 48 do segundo tempo, junto com o Relator, que tivesse entrado esse tema, mas o setor como um todo – próximo, por favor – vive um pouco dessa ansiedade de considerar, e a gente vai ver na prática, que é capaz e que muitos desses setores sejam submetidos ao pagamento de tributos. Eu não estou falando só do plástico, do vidro, da embalagem, estou falando de vários outros materiais reciclados, em que a gente vai dificultar cada vez mais o setor.

Por isso, em especial quando a gente fala aqui dos catadores e catadoras, que é uma gente extremamente prioritária para o Governo – tivemos os Decretos 13.413, 13.414, criando o crédito da reciclagem, o programa para o catador, todas as outras ações –, hoje eles estão autorizados a ter crédito de 13% e 7%, então no máximo 20%, e, se a alíquota for 28%, 27%, mesmo no melhor cenário, as cooperativas de catadores, que hoje não pagam nada, vão ter que pagar 8%, isso sem falar desses outros setores. Por isso, a nossa sugestão é que, de alguma maneira, o crédito presumido fosse 100% da alíquota padrão ou pensar outras maneiras restritas para cooperativas, como foi aprovado na emenda constitucional.

Próximo, por favor.

E, se possível, obviamente, ter alguns comandos claros que autorizem os estados e os municípios a não ter cobrança em relação a essas operações, para poder garantir que depois a gente não tenha que correr estado por estado, trabalhar para que as cooperativas, catadores e o setor da reciclagem como um todo possam ter esse benefício.

Por favor, o próximo.

E a gente tem aqui, por exemplo, a gente recebeu lá da Abiplast uma sugestão para ampliar um pouco os beneficiários que pudessem ter os créditos, basicamente pela percepção de que cooperativas de reciclagem, no caso da reciclagem de plástico, representam só 11% da entrada do plástico, 30% vêm dos atacadistas. A gente tem ali as indústrias aparistas, os beneficiadores e recicladores menores, então é uma cadeia muito diversificada que talvez fique de fora nessa regulamentação. Por isso, a importância de a gente olhar com carinho esse tema.

Por favor, o próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, mais um tema que é muito sensível para a gente, junto com o MDA, o MDS e o MMA, é tentar buscar, que a gente possa ter aperfeiçoamentos para permitir que os produtores rurais organizados em cooperativas e associações possam também usufruir um pouco do diferimento do IVA, em especial os produtores rurais não contribuintes. A gente tem muitas dessas cooperativas e associações de agricultores que não se enquadram dentro do que está hoje.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADALBERTO FELICIO MALUF FILHO – Então, em especial, se pudesse se limitar ali talvez um pagamento de 3,6 milhões, ter algumas ações em que a gente pudesse incorporar esses contribuintes que, de alguma maneira, prestam um serviço importante, mas não estão acostumados a vender para o consumidor final, eles sempre vendem para um intermediário da cadeia – acho que já passou ali para o outro eslaide –, mas basicamente que, de alguma maneira, o crédito presumido pudesse estimular a aquisição de produtos da agricultura familiar. Acho que, dentro do Governo, tem bastante sinergia em relação ao tema e para o MMA, que promove hoje os benefícios da cadeia da sociobiodiversidade, da bioeconomia brasileira. A gente está diminuindo – não é, Senador? – o desmatamento da Amazônia, que caiu 50% ano passado, 45% este ano, mas a gente tem quase 30 milhões de pessoas vivendo que precisam gerar emprego, renda, dos benefícios dos produtos da sociobiodiversidade.

Por favor, o próximo.

O terceiro é em relação ao pagamento por serviço ambiental, porque hoje o pagamento por serviço ambiental já mantém algumas isenções, tem incentivos fiscais, mas talvez a gente precise colocar isso de alguma maneira no projeto para que esse pagamento não seja penalizado: pagamento por serviço ambiental, seja lá no produtor de água, eventualmente com a regulamentação do decreto federal, da lei do pagamento por serviço ambiental, para que comunidades tradicionais, que adotem o PSA, não comprometam sua renda. Então, seja na isenção, para não ter a base de cálculo do pagamento da contribuição sobre lucro líquido, seja, também, no IBS, na CBS, seria muito importante que o pagamento por serviço ambiental pudesse ser enquadrado de alguma maneira que não criasse um imposto que hoje eles não têm.

Por favor, o próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também a gente acha que, sobre o tema do biodiesel, em especial aqueles que vierem de matérias-primas da agricultura familiar, é muito importante que o selo do biocombustível social, já regulamentado por decreto, possa trazer...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADALBERTO FELICIO MALUF FILHO – ... essa diferenciação. A gente tem a questão de mais de 70 mil famílias que vivem disso hoje e, se a gente não tiver uma maneira, a gente pode chegar a uma situação muito difícil de esse programa não ter.

Também, por exemplo, no tema de energia renovável, quando se tem operação de locação, arrendamento de instalações para biomassa, eólica, solar, inclusive, a GD também não se enquadraria como o outro.

Por favor.

E aí, para...

Por favor, o próximo eslaide.

A gente tem também aqui alguns sobre os produtos estratégicos da sociobiodiversidade, que hoje não estão enquadrados na lista, estão ficando de fora, como, por exemplo, a castanha de caju, a castanha do Brasil. Em que pese a Bolívia já ser o maior exportador de castanha do Brasil, em função de algumas distorções e falta de certificações, nós que produzimos. Se a gente não conseguir colocar essas cadeias estratégicas produtivas dentro das isenções e dos diferimentos, a gente talvez não consiga estimulá-las.

Por favor.

E aí, indo para o último, só para finalizar o tema...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADALBERTO FELICIO MALUF FILHO – ... de como o Constituinte ressaltou muito o tema de que os bens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente deveriam ter uma tributação: o art. 196 fala da saúde, um direito de todos, para que as medidas econômicas diminuam os riscos a doenças e agravos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, o próximo.

Também, a gente vê hoje que os agrotóxicos geram um custo de quase R$10 bilhões de isenções fiscais no Brasil, a maior parte dos agrotóxicos, e o nº 1 é o da soja. Você pega ali milho, cana, algodão, as principais têm 80% ou 90% das isenções de agrotóxicos, mas esses preços são dados pelo mercado internacional. Então, muitas vezes você dá uma isenção de agrotóxicos aqui, mas ela interfere muito pouco no preço, porque a externalidade, que é o tratamento, para a gente ver... Infelizmente, a conta tem que ser paga pela sociedade e pela saúde pública.

Por favor, o próximo. Vou passar aqui muito rápido.

Cada US$1 gasto em isenção de agrotóxicos é praticamente US$1,3.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADALBERTO FELICIO MALUF FILHO – E, só para finalizar, por favor, os próximos.

Todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, art. 225.

Por favor, pode passar.

E aí é só uma recomendação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional da Presidência, porque hoje está assim: o Senado discute, semana que vem, numa audiência pública, aquela Ação Direta de Inconstitucionalidade, a nº 5.553; o Plenário está caminhando para declarar a inconstitucionalidade dos benefícios dados aos agrotóxicos fiscais; e o Ministro André Mendonça sinalizou uma possível solução de declarar a inconstitucionalidade, entretanto, em graus diferentes em função do nível de toxicidade. Por isso, o MMA e o Ibama gostariam de deixar uma contribuição – por favor, o próximo –, inclusive em função do acordo global de químicos que o Brasil assinou agora, que prevê a eliminação desses agrotóxicos de alta periculosidade.

Por favor.

Então, a gente tem aqui que hoje, nessa diferenciação tributária...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADALBERTO FELICIO MALUF FILHO – ... para a gente poder promover os bioinsumos, os defensivos biológicos e promover os agrotóxicos de baixa toxicidade, inclusive,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que são muito importantes, não tem como a gente pensar que o Brasil vai continuar a ser a potência agrícola que é sem o uso de agrotóxicos. O Brasil, hoje, é o terceiro, o quarto ou o quinto maior produtor agrícola, mas a gente é o primeiro consumidor de agrotóxicos, vem aumentando muito o uso de agrotóxicos Então, talvez, essas distorções, essas isenções, estejam estimulando o uso um pouco excessivo. E, talvez, se, de alguma maneira, a gente conseguir separar o que são os agrotóxicos – por favor, o último eslaide –, porque aí a gente diferencia...

Pode voltar. Aí mostra bem.

Se o MMA, a Anvisa, com o Ibama, conseguir separar aqueles que são altamente tóxicos daqueles moderadamente tóxicos e dos altamente perigosos ao meio ambiente, e, para estes a gente ter algum tipo de restrição, como a gente fez ali no artigo anterior... Então, mesmo assim, 89%...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADALBERTO FELICIO MALUF FILHO – ... dos agrotóxicos ainda vão ter isenções, 55% ainda vão ter isenção, mas pelo menos é uma maneira de diferenciar, dentro da regulamentação, e de a gente dar, inclusive, uma saída política para ser negociada junto com o Supremo.

Se pudesse só voltar dois, ali está o texto que a gente sugeriu para colocar aqui esse inciso II, que a redução do *caput* não se aplica aos agrotóxicos da faixa vermelha, extremamente tóxicos, altamente tóxicos, ou amarela, moderadamente tóxicos. De alguma maneira, para poder ter uma solução, mantém-se o benefício aos bioinsumos, aos defensivos biológicos, aos agrotóxicos de baixo impacto, porque eles são importantes para a nossa agricultura. Ao mesmo tempo, sinaliza para o setor produtivo a importância de sair daqueles altamente tóxicos e de migrar para novos tipos de agrotóxicos que teriam menos impacto para a saúde.

Agradeço, mais uma vez, o convite do MMA. Parabenizo todos, aqui, todos que participaram desse processo que, certamente, vai colocar o Brasil num novo patamar de simplificação e desenvolvimento econômico. O MMA fica muito feliz de poder contribuir, de alguma maneira, nesse processo.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Agradeço ao Sr. Alberto Felicio Maluf Filho, Secretário Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

O Senador Esperidião Amin tinha pedido para se inscrever, mas está ausente.

Eu vou fazer um breve comentário, na esperança de que o Senador possa retornar.

Cumprimento o Deputado Silas Câmara, Deputado pelo Amazonas aqui presente, bem como o Deputado Hauly e os demais Deputados Federais aqui presentes.

Queria começar pelo fim. Vou fazer uma sugestão ao Sr. Alberto. Eu vi que V. Sa. apresentou várias sugestões de texto, de emendas. Nós estamos adotando um critério, na relatoria, idêntico ao que adotamos na emenda constitucional, o de, tanto quanto possível, a relatoria trabalhar em cima de emendas apresentadas. Então, eu sugiro a V. Sa. que procure ou o Líder do Governo aqui no Senado, atualmente o Senador Otto Alencar, que está substituindo o Senador Jaques Wagner, ou um outro Senador identificado com a causa para que as sugestões do MMA possam estar apresentadas na forma de emendas. É para que nós possamos avaliá-las, aqui na Comissão, e até para dar o direito de que, se algum Senador não concordar com a visão do Relator, possa destacar a emenda e, aqui, democraticamente, nós faremos o debate sobre o tema.

Eu quero dizer que, pessoalmente, defendo a economia circular, defendo a economia, que é emergente, de reciclagem. Acho inclusive que um dos graves problemas ambientais que o Brasil possui hoje é de resíduos sólidos, em especial do PET. Os companheiros que estão aqui devem concordar e os que nos assistem pelas plataformas devem concordar: antigamente, quando havia qualquer evento, o que você mais via, no chão, no final do evento, era o quê? Era latinha de refrigerante ou latinha de cerveja. Em função do valor agregado ao alumínio, hoje, se você encontrar uma latinha jogada no chão, você ganha um Fusca 0km, por quê? Porque ela tem valor econômico agregado.

No entanto, o PET não tem valor econômico agregado. Não há nenhuma lei circular que estimule, que obrigue a indústria que produz o PET a fazer uma reciclagem reversa desse PET. Isso seja para as redes de drenagem, seja para as redes de esgoto, seja para os igarapés que fazem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

drenagem a céu aberto, seja para os rios que são estuários desses resíduos sólidos... Isso é um verdadeiro dilema.

Hoje, na Região Norte, eu comentava aqui com o Secretário Bernard Appy, no mapa de V. Sa., a parte vermelha é exatamente o Norte e o Nordeste. O Brasil rico, o "Brasil Maravilha", o "Brasil Sul" é quase todo atendido por aterro sanitário e provavelmente por reciclagem dos resíduos sólidos. Onde está o grande desafio é onde está a maior bacia hidrográfica brasileira de água doce, que é na Amazônia, onde nós temos, no resíduo sólido, um dos grandes desafios a serem vencidos na área ambiental e onde nós jogamos fora uma grande oportunidade de geração de emprego e renda para a mão de obra menos qualificada: os ditos catadores, os ditos recicladores de lixo em cooperativa.

Mas eu acho que nós não podemos restringir isso apenas a cooperativas, porque, no caso de indústria de PET, por exemplo, muito dificilmente seria possível fazer isso através de cooperativas, porque essa reciclagem impõe um certo grau de industrialização, em função do volume, porque não é uma simples prensa, uma simples compactadora, como é o caso da lata de alumínio, que vaio resolver a questão do PET. O peso *versus* volume do PET é algo que inviabiliza a logística da reciclagem do PET se ele já não estiver triturado, se ele não estiver em situação pré-elaborada. Portanto, isso exige um certo grau de investimento e exige um certo grau de, eu acho, capital privado, enfim, que seria necessário.

Portanto, quero dizer que eu, particularmente, tenho uma visão muito favorável à economia circular. Acho que é um tema sobre o qual nós, na emenda constitucional, tivemos um diálogo com o Governo e com o Ministério da Fazenda que possibilitou aprová-la, inclusive, em Plenário. Essa foi uma emenda que entrou no Plenário, por destaque, em votação nominal e, portanto, com apoiamento majoritário do Plenário do Senado da República; não foi da vontade exclusiva do Senador ou da vontade exclusiva da Comissão de Constituição e Justiça. Lamentavelmente, a Câmara entendeu que esta deveria ser uma das questões suprimidas no texto da Câmara, o que eu entendo que foi um retrocesso, mas respeito – o sistema bicameral funciona desta forma –, e talvez agora na regulamentação a gente tenha uma segunda janela de oportunidade para poder novamente reabrir o debate e tentar construir com o Ministério da Fazenda, com o Secretário Bernard Appy, com o MMA, etc., uma política que possa estimular e que possa viabilizar esse tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outros temas apresentados por V. Sa. eu vou me permitir não comentar, mas faço apenas um registro. Existem determinadas atividades no Brasil que são subtributadas e que continuarão sendo subtributadas, mas eu sou voto vencido. Já expressei a minha posição sobre o tema inúmeras vezes, mas, com certeza, uma parcela que não é subtributada e que, lamentavelmente, não tem o mesmo valor agregado do grande agronegócio é a agricultura familiar. Portanto, nós não podemos tratar desiguais de forma igual.

Mas volto a dizer: V. Sa. procure um Senador que possa apresentar as sugestões do MMA e de V. Sa. em caráter de emenda.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PODEMOS - PR) – Presidente, só uma informação de utilidade pública.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Pois não.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PODEMOS - PR. Para expor.) – A respeito da reciclagem no Brasil, há uma lei, de vinte e poucos anos, que criou o InpEV, o instituto de reciclagem de resíduos oriundos dos agroquímicos, e esse recolhimento é comandado pelo Campo Limpo.

Por que eu pedi a palavra? Porque este é o maior *case* que o Brasil tem de reciclagem no mundo; 97% das embalagens de agroquímicos são recicladas pelo InpEV, algumas são queimadas e a maior parte são recicladas e voltam para o próprio mercado. Essa lei que nós fizemos há vinte e poucos anos envolveu o Ministério do Meio Ambiente, o Governo Federal, os estados, os municípios, as empresas, as indústrias, os distribuidores de agroquímicos e os produtores.

Então, o Campo Limpo hoje é um modelo que, para o MMA – já estive com o Maluf conversando sobre isso – e todos os demais, gera preocupação, porque é uma organização a partir da empresa. Ela é que tem a obrigação. Ela é que tem a obrigação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Perfeito. É a única forma. É a única forma.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODEMOS - PR) – E, quanto aos créditos – só vou fazer uma observação –, você pode taxar 100% de alíquota no agrotóxico...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Tem que ter uma lei.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODEMOS - PR) – ..., vai ter que devolver para o agricultor. Se você taxar em 100% o agrotóxico, o agricultor que comprou vai receber de volta aquele crédito. É lá no preço final, entendeu? Só estou falando a doutrina. O IVA é um imposto do consumo pago pelo consumidor, não pela empresa. Então, hoje, sim, com o modelo de ICMS e PIS-Cofins, quando você tributa, fica toda essa coisa enrolada, mas, no IVA 5.0, lá no final é que vai valer aquela alíquota que está determinada pela lei, de 26%, 11% e 0%.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu agradeço ao Deputado Hauly.

Apenas reforça o esclarecimento de V. Exa. o que eu comentava aqui com o secretário Appy: no caso do PET, nós deveríamos ter uma legislação que impusesse igual sentido, e isso pode ter, obviamente, estímulo, pode ter abrigo numa política tributária que traga justiça social e ambiental, porque essa é uma nova característica que temos hoje na formação do conceito do tributo.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODEMOS - PR) – Esse InpEV, a indústria paga R$180 milhões por ano para rodar o sistema. Ela é que tem que pagar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Fala da Presidência.) – Claro. Claro. Claro. Agora, o que a indústria tem que pagar é o custo para fazer a captação e a reciclagem. Agora, a partir do momento em que você recebe aquilo para transformar em produto, você deveria ter um crédito de estímulo da União, do estado e do município, porque isso reduzirá em muito o impacto ambiental e até as doenças advindas em função desses recipientes. Eu posso citar, inclusive, o caso da dengue, porque o Brasil recentemente vem enfrentando ainda este desafio.

Não houve perguntas aos senhores debatedores, houve apenas sugestões com relação à metodologia de apresentação das sugestões do MMA e comentários pontuais, e nós demos a todos os apresentadores tempo suficiente para poder fazer as suas colocações e esclarecimentos, etc. O Senado já entrou na Ordem do Dia, e eu uso o chapéu de Líder do MDB. Eu indago aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhores participantes da nossa audiência pública se têm algo a acrescentar. Se não há o que acrescentar, eu quero agradecer muito a presença de todos os senhores e da senhora aqui na nossa audiência pública e dizer que, mais uma vez , estamos convocando...

Amanhã, nós teremos a que horas a audiência pública?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Às 14h30 teremos a audiência pública, e o tema amanhã é...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Impacto no setor produtivo.

Muito obrigado e até amanhã. Muito obrigado pela presença de todos.

Obrigado, Appy.

(Iniciada às 14 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 03 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia trinta de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Davi Alcolumbre e Flávio Bolsonaro, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Marcio Bittar, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Marcelo Castro, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Izalci Lucas, Jayme Campos, Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Jorge Kajuru, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Beto Martins, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogerio Marinho, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Castellar Neto, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Paulo Paim e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Weverton, Eliziane Gama, Augusta Brito e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 32ª Reunião Ordinária, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Proposta de Emenda à Constituição n° 18, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir entre os patrimônios nacionais o Pantanal Sul-Mato-Grossense." **Autoria:** Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Izalci Lucas (PL/DF), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ), Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Marcio Bittar (UNIÃO/AC), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Fernando Farias (MDB/AL), Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR), Senador Laércio Oliveira (PP/SE), Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA), Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB), Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT), Senador Ireneu Orth (PP/RS), Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO), Senador Rogerio Marinho (PL/RN), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO). **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Favorável à Proposta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Proposta. **ITEM 2 - Proposta de Emenda à Constituição n° 146, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Cria a seguridade social da criança." **Autoria:** Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Irajá (PSD/TO), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO), Senadora Juíza Selma (PODEMOS/MT), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Major Olimpio (PSL/SP), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Weverton (PDT/MA), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Favorável à Proposta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatora, Senadora Mara Gabrilli. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2251, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Autoriza o Poder Executivo a doar área para a instalação da Embaixada da República de Cabo Verde." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira (*Ad hoc*), substituiu Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2326, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder o porte de arma de fogo aos integrantes da Fundação Nacional do Índio em atividades de fiscalização." **Autoria:** Comissão Temporária Externa para investigar, "in loco", as causas do aumento da criminalidade e de atentados na região Norte. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 3-CMA e 4-CMA, e contrário à Emenda nº 5. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e às Emendas n°s 3-CMA-CCJ e 4-CMA-CCJ, e contrário à Emenda nº 5. Votam vencidos os Senadores Mecias de Jesus e Dr. Hiran. **Observação:** Durante a discussão da matéria, o Relator rejeita oralmente a Emenda nº 5 e o Senador Mecias de Jesus retira o Voto em Separado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1862, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para possibilitar a concessão de autorização especial de trânsito aos tratores e demais aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinaria agrícola ou a executar trabalhos agrícolas." **Autoria:** Senador Jorginho Mello (PL/SC). **Relatoria:** Senador Marcos Rogério (*Ad hoc*), substituiu Senador Jorge Seif. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 953, de 2021 - Terminativo -** que: "Institui o Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD) junto às autarquias e fundações públicas federais e à Procuradoria-Geral Federal e dá outras providências." **Autoria:** Senador Irajá (PSD/TO). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda n° 1-CAE (Substitutivo). **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 133, de**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2022 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para prever regras de segurança ao usuário do PIX e criar mecanismos de recuperação célere dos valores transferidos, na hipótese de cometimento de crimes patrimoniais – Lei de Segurança do PIX." **Autoria:** Senador Chico Rodrigues (DEM/RR). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2036, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Estabelece normas gerais sobre segurança escolar e dá outras providências." **Autoria:** Senador Alan Rick (UNIÃO/AC). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 2052, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a criação da guarda escolar e/ou segurança armada nas instituições de ensino da rede pública ou privada e dá outras providências." **Autoria:** Senador Alan Rick (UNIÃO/AC). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 2092, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Cria a Política Nacional de Prevenção de Ataques Violentos a Instituições de Ensino." **Autoria:** Senador Alan Rick (UNIÃO/AC). **Relatoria:** Senador Sergio Moro (*Ad hoc*), substituiu Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Favorável ao PL 2036/2023, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade do PL 2052/2023 e do PL 2092/2023, que tramitam em conjunto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao PL 2036, de 2023, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), e pela prejudicialidade do PL nº 2052, de 2023, e do PL nº 2092, de 2023, que tramitam em conjunto. **Observação:** Durante a discussão, o Senador Sergio Moro, Relator "ad hoc", reformula o Relatório para acrescentar na ementa do Substitutivo a expressão: "Esta Lei, denominada Heley de Abreu, ...". **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 2891, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para permitir a infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar os crimes previstos nos arts. 216-B (registro não autorizado da intimidade sexual) e 218-C (divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia) do Código Penal." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador Jorge Seif. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Projeto de Lei n° 5, de 2022 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a proibição, em todo o território nacional, de fabricação, comércio, transporte, manuseio e uso de fogos de artifício de estampido ou de qualquer outro artefato pirotécnico que produza estampidos." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Castellar Neto. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com quatro emendas que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1-CE (Substitutivo). **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas n°s 2-CCJ a 6-CCJ, com as adequações redacionais propostas. Rejeitada a Emenda nº 1-CE (Substitutivo). **Observação:** Durante a discussão da matéria, os Senadores Rogério Carvalho e Sergio Moro apresentam oralmente sugestões, que são acolhidas pelo relator. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/30

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 32ª Reunião, Ordinária.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens de 1 a 9. (*Pausa.*)

O Dr. Ednaldo, nosso Secretário da Comissão, pediu para se ausentar hoje por motivos pessoais e pediu para o Dr. Luiz nos assessorar aqui na condução dos trabalhos. Eu disse para ele não faltar mais, para que a falta dele não faça falta. E ele rapidamente cancelou a licença médica e parece que estará voltando no decorrer da reunião. (*Risos.*)

Por solicitação da Senadora Mara Gabrilli, Relatora de uma matéria pautada para hoje, e do Senador Jorge Kajuru, Relator de outra matéria, nós vamos retirar de ofício, a pedido dos Relatores, dois itens, o 2 e o 7, que estavam previamente pautados para hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(São os seguintes o itens retirados de pauta:

ITEM 2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 146, DE 2019

- Não terminativo -

Cria a seguridade social da criança.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE) e outros

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável à Proposta.

Observações:

- Em 22/10/2024, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Weverton (dependendo de relatório).

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 133, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para prever regras de segurança ao usuário do PIX e criar mecanismos de recuperação célere dos valores transferidos, na hipótese de cometimento de crimes patrimoniais – Lei de Segurança do PIX.

Autoria: Senador Chico Rodrigues (DEM/RR)

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Em 29/10/2024, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Weverton (dependendo de Relatório);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- A matéria será apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) e pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.)

Há uma solicitação do Senador Castellar Neto, uma solicitação de questão de ordem.

Concedo a palavra ao Senador Castellar Neto para uma questão de ordem.

O SR. CASTELLAR NETO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é porque ontem, como V. Exa. bem sabe, nós fizemos, aqui na CCJ, uma audiência pública em relação ao Projeto de Lei nº 5, de 2022, de autoria do Senador Randolfe, de relatoria minha. E eu gostaria de pedir que ele fosse incluído extrapauta para leitura do relatório. Tendo em vista que o meu mandato se encerra no próximo dia 15 de novembro, eu gostaria de deixar finalizado o trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Na verdade, nós ainda temos um problema. Na semana que vem, há um movimento dos Parlamentos do mundo para um encontro no Brasil, o P20. Eu não sei se saiu uma determinação da Mesa, mas acho que estão cancelando todas as reuniões das Comissões. Há uma exceção, perdão, que foi uma solicitação do Senador Eduardo Braga, mas que não foi atendida pelo Presidente Rodrigo Pacheco, sobre nós funcionarmos apenas a CCJ por conta do calendário que foi estabelecido para a regulamentação da reforma tributária. Eu soube que havia essa solicitação – oi, Líder –, mas o Presidente Rodrigo Pacheco não a havia deferido. Então, eu acho que não vai ter mesmo nem a regulamentação da tributária e nenhuma Comissão.

Concedo a palavra ao Senador Líder Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente Davi, eu quero aqui, de público, agradecer a V. Exa. em função do pronto atendimento a uma solicitação minha, em função dos atos que aconteceram no Rio de Janeiro, que têm repercussão nacional, com a violência alcançando patamares inaceitáveis, em especial pela peculiaridade de estarmos sob uma espécie de intervenção judicial do Supremo Tribunal Federal na área da segurança pública.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu me refiro à ADPF 635, que inviabilizou o trabalho das polícias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria só, de público, agradecer a V. Exa. e ver uma data, sem ser na semana que vem, mas na seguinte, para que V. Exa. junto com o Presidente Pacheco possam receber não só a Comissão de Segurança Pública da Assembleia do Rio, mas o Secretário de Segurança Pública também, para que possam formalizar o pedido de tramitação, de uma forma mais célere, de alguns projetos de lei que possam melhorar tanto o Código Penal quanto o Código de Processo Penal, ouvindo de quem, na ponta da linha, de quem, na prática, sofre com as dificuldades e insegurança jurídica, em especial os nossos policiais, no combate ao crime organizado.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu queria aproveitar a deixa da fala do Senador Flávio e dizer que eu conversei longamente com o Senador Flávio Bolsonaro em relação a esses episódios violentos que aconteceram no Estado do Rio de Janeiro e concordei plenamente com a manifestação de V. Exa. de fazermos esse encontro com as autoridades. O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro também estava com V. Exa., é importante fazer esse registro; todos muito preocupados com essa condição imposta pelo Judiciário proibindo, de certo modo, que o estado pudesse atuar efetivamente na defesa dos interesses da sociedade.

Então, é preocupante, mas ao mesmo tempo me coloco integralmente à disposição de V. Exa. para nós fazermos uma avaliação sobre essa determinação do Judiciário brasileiro em relação à atuação do Estado brasileiro num estado da Federação que não consegue combater o crime organizado por conta de decisões judiciais.

Conte com meu apoio, a minha colaboração e o meu entendimento nessa percepção que se agrava por todo o Brasil – não é só no Rio de Janeiro –, mas nós precisamos resolver esse impasse na política, nas instituições, porque cabe a elas determinar a defesa do cidadão. O Poder Legislativo está à sua disposição, e eu tenho certeza de que o Presidente Rodrigo Pacheco vai fazer essa agenda tanto com o Presidente da assembleia como com o Secretário de Segurança, com o Governador do Rio de Janeiro, capitaneados por V. Exa., naquela mensagem, naquele telefonema, muito preocupado. Eu me solidarizo com o povo do Estado do Rio de Janeiro e me coloco integralmente à disposição para nós buscarmos um caminho dentro da regra estabelecida pela Constituição, em que cada um tenha a sua autoridade, possa exercer a sua autoridade que, hoje, é impedida por uma decisão do Judiciário brasileiro.

Eu quero... Antes de passar para o Senador Amin, Senador Beto, com a palavra, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BETO MARTINS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Muito obrigado.

Presidente, antes de o senhor adentrar a pauta principal, eu só gostaria de pedir ao senhor uma atenção. Eu tenho três requerimentos apresentados, que não foram ainda numerados. Mas só para o senhor entender a importância: são sobre as audiências públicas que vão discutir a nossa reforma tributária.

Só para dar como exemplo, a audiência sobre infraestrutura: eu estou falando aqui de convidar o Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários do Brasil; eu estou falando aqui de convidar o Presidente da Confederação Nacional do Transporte; eu estou falando aqui de convidar o Presidente da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários. Como é que nós vamos discutir infraestrutura, sem colocar nessa discussão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BETO MARTINS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... Presidentes de entidades representativas como essas?

Então, eu queria pedir ao senhor... Eu tenho um outro também que está subscrito pelo Senador Carlos Portinho...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu queria só pedir atenção aqui à nossa assessoria, aos nossos convidados aqui do lado, para que a gente possa... Nós temos um orador na tribuna.

O SR. BETO MARTINS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito obrigado, Presidente.

Só estava dizendo que essas audiências têm um papel muito importante na discussão desse tema, que é o mais importante que tem na Casa para se discutir neste momento, que é a reforma tributária. E não dá para discutir infraestrutura sem chamar à mesa entidades com essa representatividade, que representam os portos, que representam as ferrovias, que representam a CNT.

Então, eu queria pedir muito ao senhor, fazer esse pedido especial de que esses três requerimentos possam ser reconhecidos. Um deles está subscrito pelo Senador Carlos Portinho, que gentilmente me concedeu a oportunidade de fazer parte desta que é a Comissão mais importante da Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É esse pedido que eu lhe faço, com muito respeito e com muito carinho.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A Mesa recepciona a manifestação de V. Exa. E, para acrescentar, qual é a regra que está estabelecida desde a aprovação do plano de trabalho?

O Relator, o Senador Líder Eduardo Braga, disse publicamente na reunião da Comissão que ele iria acatar todas as manifestações dos Senadores, que nós não precisaríamos naquela oportunidade votar as indicações para as audiências públicas, mas que ele acolheria as manifestações e incorporaria no seu plano de trabalho.

Então, eu pego a manifestação dada pelo Relator Eduardo Braga no episódio da reunião do plano de trabalho, solicito que sejam incorporados os três requerimentos de V. Exa., que serão encaminhados à assessoria dele, assim como o requerimento que foi feito a mim pelo Senador Wilder Morais...

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone*.) – E de Nelsinho Trad, para a CNT (Confederação Nacional do Transporte).

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... e o do Senador Nelsinho Trad. Que sejam incorporadas a solicitação do Senador Nelsinho, a de V. Exa., Senador Beto, e a do Senador Wilder, que chegou ao meu conhecimento, a essa metodologia proposta pelo Relator Eduardo Braga.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu quero fazer duas colocações.

A primeira é para fazer minha a solicitação do Senador Flávio Bolsonaro. Há muito tempo que se perdeu a noção de cada um no seu quadrado neste país – há muito tempo. E o que se está fazendo para cercear as forças de defesa da sociedade através de decisões absolutamente desconectadas da realidade, decisões do Judiciário, como é o caso da incursão de forças policiais em parte da cidade, isso aí não podia dar outra coisa a não ser um incentivo à delinquência, um incentivo exacerbado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que isso tem que ser tratado com urgência.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É estado de necessidade que a sociedade brasileira está vivendo.

E, quanto a esse assunto do Senador Beto Martins, eu quero complementar dizendo que há uma solução.

Eu ontem recorri ao Relator Eduardo Braga, inclusive com as notas taquigráficas da reunião de quarta-feira passada. Eu estava remoto e não pedi vista exatamente pela razão que o Senador Eduardo Braga externou, ou seja, "eu aceitarei todas as sugestões ao plano de trabalho". Logo, por isso, eu não pedi vista, senão eu iria pedir vista. E as notas... Como eu estava remoto, isso está registrado no computador e eu tenho cópia.

Então, em boa hora, ontem, ele reviu uma decisão que estava sendo proclamada de estabelecer uma cota...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Uma cota de indicações, de um... Cada Senador poderia fazer uma cota, cota de um.

Então, ele reviu – ele reviu, ele reviu! – a posição, e quero ser justo com ele. E claro que pediu a todos nós moderação. Moderação é uma coisa, cota é outra. Por isso eu quero dizer ao Senador Beto Martins que não existe uma restrição absoluta. O que há é um pedido para moderação de nossa parte.

E de outra parte, no Plenário, o Senador Izalci fez um requerimento, que eu subscrevo, a respeito da tramitação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... do Projeto de Lei Complementar 68.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas eu acho que a minha fala aqui foi nesse sentido também, de relembrar o compromisso assumido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas ele reconheceu (*Fora do microfone.*) ontem. É isso que eu quero dizer, até em defesa do Senador Eduardo Braga. Ele disse: "Não, eu sei". Eu estava pedindo vista, deixei de pedir porque ele abriu a porta para as indicações e sugestões.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu acho... Eu tenho certeza absoluta de que, com o diálogo, nós vamos conseguir colocar todos os convidados, porque foi um compromisso assumido pelo Relator, e ele é muito ponderado em relação a isso.

Concedo a palavra ao Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Bem, Presidente, com relação a essa questão levantada agora, da participação nas audiências, eu quero lembrar e pedir o apoio aqui dos Parlamentares... Presidente, nós temos um Regimento, não é isso? Esse Regimento é adotado como? É só quando interessa a alguém? Como é que funciona a questão na Casa? Porque é o seguinte: quando a matéria não está em regime de urgência...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... e não é emenda constitucional, a Comissão de mérito está prevista no Regimento. O art. 99 é muito claro: matéria tributária é da CAE (Comissão de Assuntos Econômicos). Eu estou com essa questão de ordem lá, no Plenário. Como o Presidente não veio ontem e possivelmente não estará hoje, eu vou fazer essa questão na próxima reunião em que ele estiver presente no Plenário, mas eu alerto aqui sobre a importância disso. Eu perguntei aqui, na última reunião, sobre a questão das emendas: "Ah, não, todo mundo pode apresentar emenda". Pode, depois de ler o relatório, depois de estar tudo pronto, você pode apresentar e recorrer ao Plenário. E depois você tem que ter cota lá para saber quantos destaques você pode fazer.

Então, eu vou reforçar essa questão, porque, realmente, não tem sentido uma matéria tão importante como essa não passar pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Mas, Presidente, com relação à segurança – o que o Senador Flávio colocou aqui –, eu, desde o início deste Governo, tive várias reuniões no ministério, porque, no fundo, no fundo, o objetivo do Governo aqui, nas políticas dele, é criar a Guarda Nacional, é fazer como a Venezuela: ter o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

controle da segurança pública no país. Esse era o objetivo principal do Ministro Flávio Dino – quando era Ministro e agora também.

Como há uma sintonia muito forte entre o Executivo e o Judiciário, o que está acontecendo é isto: aqui, em Brasília, nós temos os moradores de rua. Aqui, na Asa Norte, não tem mais segurança nenhuma. Aí o Supremo diz que não pode fazer nada com o morador de rua. Eu até estou sugerindo agora, sobre os moradores de rua, ao Governador, para se fazer uma política para colocar todo mundo em frente ao Supremo, para ver o que o Supremo vai fazer, porque, de fato, as decisões do Supremo têm impedido realmente a segurança pública de atuar de forma mais contundente para resolver o problema.

Mas, quanto maior o caos, é a justificativa que o Governo tem para criar a Guarda Nacional. Na prática, é isso que o Governo pretende.

Era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me aproveitar... Já que não houve uma decisão concreta do Presidente do Senado em relação à solicitação feita pelo Líder Eduardo Braga, Relator da regulamentação da reforma tributária, e haverá um encontro global dos parlamentos no Congresso, eu vou anunciar, antes que alguém tome alguma decisão, que nós não vamos fazer a Comissão de Constituição e Justiça na próxima semana.

Concedo a palavra ao Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero aproveitar esta oportunidade para trazer aqui à discussão, nesta que é a Comissão mais nobre...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... que nós temos na Casa, aquela que talvez seja a questão mais premente que nós temos aqui, que é a questão do bloqueio das emendas parlamentares por decisão monocrática do Ministro Flávio Dino.

Veja, esse assunto vem sendo tratado, me parece, com todo o respeito, no âmbito errado: nas reuniões fechadas em gabinete e na construção de soluções e caciquismos. Preocupa-me,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assusta-me que o Ministro Dino, conhecedor que é da lei, não tenha enfocado no ponto central, que é o fato de que nós só temos duas emendas constitucionalmente previstas, que são a emenda individual e a de bancada. E essas duas emendas não têm nenhum tipo de problema de transparência, de governança, são absolutamente tranquilas. Nós temos problemas, sim, com essa nova versão das emendas de Comissão, que ganharam uma envergadura, um tamanho para substituir aquilo que estava na chamada emenda de relator, num passado recente.

Então, o que eu sugiro a V. Exa. – peço o apoio também dos colegas e das colegas – é que encaminhemos soluções legislativas para esse problema. E me parece que a solução mais efetiva, tranquila, clara, constitucional é que a gente volte a garantir apenas as emendas individuais e de bancada, convergindo o recurso que hoje está focado em Comissões para essas emendas, com os limites, com os trâmites, com a transparência que já estão previstos. Se vai ser uma emenda constitucional, se vai ser apenas uma emenda ao PLP apresentado por Angelo Coronel, que seja, mas o que nós não podemos é colocar em risco o planejamento do Prefeito e da Prefeita honestos, que estavam contando com esse recurso e que agora estão aí dependendo de um jogo de poder que está sendo jogado em gabinete escuro. Não há por que ter vergonha de tratar do assunto de emendas parlamentares, é um assunto constitucional, introduzido na Constituição por emendas aprovadas pelas duas Casas, que não tem – repito, não tem – problema de transparência, de governança, não tem problema na emenda de bancada, não tem problema na emenda individual. Esses outros mecanismos alienígenas que foram testados há pouco tempo têm que ser corrigidos, têm que ser modificados, mas a gente precisa resolver essa questão porque nós estamos penalizando o cidadão brasileiro. Existe uma falsa narrativa de que se está causando prejuízo para o político ou para o corrupto, o que, para uma parte da população brasileira, infelizmente virou sinônimo. Isso não é verdade. A Casa não deve aceitar essa discussão fechada; a discussão tem que ser transparente, aberta, mais ainda quando nós estamos falando de um Ministro do Supremo que foi Governador, que foi Parlamentar, que tem absoluta consciência do que está fazendo, que está – na minha visão, com todo o respeito – abusando da sua autoridade...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Presidente... Presidente Davi...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... que mistura alhos com bugalhos e joga todo mundo numa vala comum. Isso não é razoável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, peço o apoio dos colegas para alguma solução legislativa. Vou apresentar alternativas, mas que sejam, evidentemente, capitaneadas e puxadas por quem tem as posições de liderança, como é o caso da Presidência da CCJ do Senado da República.

Então, esse é o comunicado e o apelo que faço a V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito bom, Senador Alessandro.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria só complementar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está bom, V. Exa. está inscrito aqui.

Concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Eu queria concordar com o Senador Alessandro Vieira, porque da emenda individual impositiva, na parte que é de custeio, a regra de destinação é a mesma regra do Fundo de Participação dos Municípios e dos Estados. Se há algum problema, tem um problema generalizado na República, ou seja, se se questiona a transferência fundo a fundo de um complemento orçamentário através de emenda parlamentar, há que se questionar também o repasse dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios e do Fundo de Participação dos Estados.

Portanto, é muito pertinente o questionamento, a questão que está sendo feita e levantada aqui pelo Senador Alessandro Vieira porque essas duas emendas não deveriam nem estar em discussão, em debate.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – E a de bancada também.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Quando eu falo, são as duas emendas a que ele se referiu: a de bancada e as individuais impositivas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Emendas constitucionais.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Exato. Não haveriam que estar sob nenhum tipo de questionamento e de crivo de ninguém. Isso é uma invasão clara de poder – certo? – e de prerrogativa. Neste caso, eu quero aqui cumprimentar e dizer que estamos plenamente de acordo. E eu acho que é o sentimento de todas as bancadas, de todos os Parlamentares no que diz respeito a essas duas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para também subscrever o argumento que foi apresentado pelo Senador Alessandro Vieira e agora também pelo Senador Rogério Carvalho.

Veja que esse é um assunto que não é um assunto de bancada A ou de bancada B, esse é um assunto do Parlamento, não é? Esse modelo de distribuição do orçamento público foi um modelo desenhado para atender todo o conjunto dos Parlamentares, nas suas legítimas representações. E esse assunto foi constitucionalizado. Portanto, se nós temos dois eixos definidos na Constituição, atendendo a todos os requisitos, não há por que criar qualquer tipo de impedimento, de sobrestamento a esses dois.

No tocante às outras questões que estão em discussão, faça-se o ajuste necessário, os apontamentos necessários, ajuste. Agora, não prejudique aquilo que está realmente alinhado aos termos da Constituição. E, como agora sublinhado pelo Senador Rogério Carvalho, porque há uma crítica em relação às emendas fundo a fundo, e para mim...

Veja, Excelência: as emendas fundo a fundo, para alguns Parlamentares, nem são o melhor modelo, porque o Parlamentar que não tem aliados à frente de prefeituras acaba não tendo o crédito político na execução do recurso, mas, do ponto de vista da população que está lá, é o recurso que chega e socorre na hora que precisa. Então, a transparência é necessária para todo tipo de recurso público. Agora, com a celeridade que você tem com esse modelo de emenda, de transferência fundo a fundo, nós não podemos perder de vista o foco dele, que é atender à população, que é atender o que mais precisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senador Marcos Rogério, só um parêntese, um aparte.

Imagine a economia que foi feita, de 12% de taxa administrativa, para este recurso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fora do microfone.*) – Só um minuto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sem falar no tempo da burocracia.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sem falar no tempo da burocracia, o ganho final.

Então, Sr. Presidente, apenas para concluir, quero concordar com o apelo que foi feito. Acho que, naqueles pontos que são pontos que já estão pacificados, devemos garantir a execução do orçamento e, nos pontos que nós precisamos ajustar, devemos fazer os ajustes, mas sem perder aquilo que é prerrogativa do Parlamento, que é fazer a distribuição do orçamento para atender às pessoas que estão lá nos municípios.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM. Pela ordem.) – Presidente, eu estou ouvindo atentamente e concordo plenamente com o que falou o Rogério, o Marcos, o Alessandro, mas nada adianta a gente reconhecer isso aqui e querer soluções legislativas. Já está claro que nós fomos atropelados pelo Supremo. Não adianta fazer leis. Se eles não obedecem à Constituição em vigor, vão obedecer a uma lei que nós façamos agora?

Então, eu dou sugestões, Presidente. A primeira, que é a mais difícil: que a gente estude e realmente coloque em votação o *impeachment* de um deles – joga para cima; o que se pegar a gente vai impichar. A segunda: que se crie uma comissão de interlocutores que gostem do Supremo, que frequentemente o gabinete do Supremo, que conversem para lá, para ver se se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

restabelece o Estado de direito. O diálogo seria o mais sensato: Presidente da CCJ, Presidente Rodrigo e mais uns dois ou três conversarem com os Ministros. Quem sabe coloquem para eles que eles estão errados. Essa seria a solução ideal, sem trauma, para a sociedade brasileira.

Agora, ficar chovendo no molhado aqui não adianta. Nós estamos totalmente desmoralizados perante o Supremo Tribunal Federal. Olha só o que o Alessandro falou, o Marcos e o Rogério: decisões amplamente já simplificadas na Constituição. Invadiram... não invadiram mais. Eu usava o termo usurpação; agora, não, é atropelo de verdade. É um atropelo de verdade.

Então, enquanto a gente não tomar essa decisão, uma das duas: ou vai lá e dialoga com aqueles que gostam de dialogar, ou, então, a gente vai para a medida que nos está garantida já na Constituição. Se nós não podemos impichar Ministros, que se tire o artigo da Constituição, caramba! Está lá na Constituição que o Senado pode – pode e deve – quando for necessário.

Então, nós estamos falhando no que podemos e no que devemos fazer.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Antes de conceder a palavra, eu queria... Nós nem iniciamos ainda a pauta, e a gente está com o Plenário completo aqui e Relatores me cobrando para que a gente possa fazer.

Eu não sei se o Senador Líder Rogerio Marinho ainda deseja falar sobre...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Líder Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Presidente, eu não poderia deixar de aproveitar essa oportunidade em que há um consenso na Casa em defesa das nossas prerrogativas. Então, eu estou muito feliz aqui em ouvir representantes de diversos partidos aqui nesta Casa, de oposição e de Governo, se sentindo incomodados com essa invasão recorrente de atribuições e prerrogativas do Senado da República, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Poder Legislativo.

E aí, Presidente, eu chamo a atenção de V. Exa., que é o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, se fala muito numa questão chamada autocontenção – eu pediria atenção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos nossos pares –, porque é o que se espera de figuras ilustres. Onze cidadãos que foram escolhidos pelo seu notável saber jurídico...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Com arguição pelo Senado.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... com a arguição aqui pelo Senado da República. Todos aqui desfilaram nessa mesa, onde juraram amor à Constituição brasileira. E hoje nós vemos falas, nós escutamos falas de relativização dessa Constituição. Eles brincam com a Constituição. Dizem: "A lei existe, mas ela pode ser interpretada de qualquer forma pela Constituição, pelo Supremo Tribunal Federal".

Nós estamos vivendo, Sr. Presidente, uma situação, eu diria, inusual, inusitada, diferente, que nos desafia a todos. De que forma nós vamos encontrar ou reencontrar o equilíbrio da normalidade democrática do Estado de direito? Eu acho que esse desafio está posto para todos nós e para V. Exa. em especial, que pretende ser Presidente do Congresso Nacional e do Senado da República a partir da próxima Legislatura.

Então, quero dizer, Sr. Presidente, que ontem eu voltei a esta Casa e fui ao Parlamento fazer uma fala. E eu não fiz uma defesa de um cidadão, eu fiz a defesa do Parlamento, porque não existe nada mais sagrado no Parlamento do que o direito de se expressar, inclusive mais do que qualquer outro cidadão, porque nós, que estamos aqui pelo voto popular, fomos escolhidos pela população para representá-lo ou representá-la. E, se nós, no exercício dessa atividade que é a inviolabilidade do mandato parlamentar, a imunidade parlamentar, somos o tempo todo, nos últimos três ou quatro anos, vítimas de inquéritos policiais, inquéritos criminais que são abertos no Supremo Tribunal Federal, então se nem o direito da crítica à autoridade é dada a um cidadão, se a liberdade de um Parlamentar está em jogo, imagine de um cidadão comum.

A gente está falando aqui de uma coisa que está atingindo, talvez, a lei mais importante do Parlamento, que é o Orçamento. O Orçamento é a lei mais importante. A gente fala de lei todo dia. A lei mais importante, que define para onde vai o recurso da nação, se é educação, se é saúde, se é infraestrutura, se é área social, é o Orçamento. E sempre o Orçamento, em qualquer democracia do mundo, é uma prerrogativa do Legislativo sobre proposta do Executivo. Aqui mudou. Aqui no Brasil, isso mudou. E tudo está mudando, Sr. Presidente.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Então, eu peço a V. Exa., com a responsabilidade que V. Exa. tem hoje e poderá ter no futuro, que se debruce sobre esse tema independentemente de partidos políticos. E é importante.

Eu só pedi para falar porque eu estou vendo aqui a unanimidade dos nossos pares incomodados com a questão do orçamento. Eu estou incomodado com muita coisa, Sr. Presidente, eu estou incomodado com diversos temas. Esse é só mais um.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito obrigado.

Não há mais oradores inscritos.

Vamos iniciar...

Antes eu queria fazer uma solicitação que foi feita pelo Senador Castellar Neto, porque ele já fez uma audiência pública de instrução da matéria. Ele solicita que a Presidência possa incluir extrapauta, já que nós não teremos reunião na próxima semana. E ele fez um apelo por conta de que o mandato de S. Exa. se encerrará no dia 15 de novembro. E ele fez um apelo a esta Comissão e a esta Presidência de que nós pudéssemos incluir extrapauta, porque é um assunto muito relevante e ele tem um interesse pessoal.

Eu vou ler, antes de colocar em votação o requerimento para a inclusão extrapauta, preciso consultar o Plenário. Então, eu vou ler o teor do projeto de lei para consultar V. Exas. sobre se posso incluir extrapauta.

Projeto de Lei nº 5, de 2022, terminativo. Dispõe sobre a proibição, em todo o território nacional, de fabricação, comércio, transporte, manuseio e uso de fogos de artifício de estampido ou de qualquer outro artefato pirotécnico que produza estampidos. O autor do projeto é o Senador Randolfe Rodrigues; o Relator do projeto é o Senador Castellar Neto. O relatório é pela aprovação com quatro emendas que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Educação.

Esta matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal e trata-se de uma votação nominal.

As Senadoras e os Senadores estão convencidos de que nós podemos incluir extrapauta?

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, esse assunto pode ser regulado por lei municipal. No Município de Florianópolis, isso já existe e é respeitado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu acho que tem que haver...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É em todo o território nacional.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu sei, mas isso é muito mais do código de posturas...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu não vejo necessidade, sinceramente, de urgência para isso.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, a discussão já foi...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não vejo...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu estou consultando...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto.

De novo está uma confusão muito grande aqui com os nossos convidados, a gente não consegue ouvir o Senador falar.

Deixem-me conceder a palavra ao Senador Flávio Bolsonaro aqui.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Então, Presidente, queria só manifestar a favor da inclusão na pauta, extrapauta, do projeto de lei e dizer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o Vasco da Gama, clube de regatas, já cumpre isso, não é? Os fogos de artifícios nos estádios em São Januário já não produzem os estampidos em respeito aos surdos e às pessoas que têm autismo, que sofrem um impacto ali, uma irritação, em função do... Eu não sei se é um bom argumento, mas já funciona.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu tenho que defender o meu time de coração aqui, dar o exemplo, porque, como já funciona em Florianópolis...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Até porque faz tempo que vocês não têm o que comemorar, não é?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Time de futebol também eu acho que é uma boa representatividade, mas, Presidente, só para manifestar o meu apoio à inclusão extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu estou apenas consultando se eu... Senador... Concedo a palavra ao Senador Presidente Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é claro que essa lei é específica, porque o Botafogo vai ser campeão e eles não querem "foguetar". É específico isso. (*Risos.*)

Isso aí não tem, não tem...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É direcionado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Tem endereço certo.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – É já com antecipação, sabendo que a gente vai comemorar o Campeonato Brasileiro e a Libertadores.

Mas, Presidente, lógico que isso aí é uma causa que nós temos que assumir. Realmente, isso aí... Estampido hoje para pessoas portadoras de algum tipo de deficiência, para *pets*... E já parou, isso acabou, não tem graça esse tipo de coisa, e muita gente se machuca. Não há uma fiscalização, você está me entendendo? Eu acho que nós temos que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em respeito ao colega que vai se afastar daqui a uns dias, não vejo por que a gente não aprovar esse projeto aqui, hoje, e encaminhar imediatamente para o Plenário, para ser votado em Plenário, Sr. Presidente.

Uma pena que o Botafogo não terá foguetório, só isso. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A minha proposta: inclusão extrapauta da solicitação de S. Exa. o Senador Relator Castellar Neto do Projeto de Lei nº 5, de 2022.

As Senadoras e os Senadores que aprovam a inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada à unanimidade.

Podemos iniciar por ele? (*Pausa.*)

É votação nominal. (*Pausa.*)

Então, já fiz a leitura.

EXTRAPAUTA

ITEM 10

PROJETO DE LEI N° 5, DE 2022

Dispõe sobre a proibição, em todo o território nacional, de fabricação, comércio, transporte, manuseio e uso de fogos de artifício de estampido ou de qualquer outro artefato pirotécnico que produza estampidos.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Relatoria: Senador Castellar Neto

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com quatro emendas que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1-CE (Substitutivo).

Concedo a palavra ao Senador Castellar Neto para proferir o relatório. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CASTELLAR NETO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG. Como Relator.) – Sr. Presidente, antes de mais nada, eu agradeço aos colegas pela concessão da inclusão em pauta desse projeto de lei, que é o Projeto de Lei nº 5, de 2022, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

E justifico, sobretudo, ao Senador Esperidião Amim, Senador, que o meu pedido de inclusão foi justamente porque ontem eu realizei uma audiência pública sobre o tema, ouvindo todas as partes interessadas, e vou ser reincorporado à minha paisagem de origem no dia 15 de novembro, razão pela qual eu pedi para finalizar o meu trabalho.

De fato, há um texto originário do Senador Randolfe Rodrigues, e posteriormente recebeu esse projeto um substitutivo do Senador Paulo Paim. Eu vou aqui, pedindo permissão a todos, direto à análise, mas, antes de iniciar a análise, eu apenas destaco, de fato, o que aqui já disse, que ontem, no dia 29 de outubro, nós realizamos nesta CCJ uma audiência pública muito profícua em relação ao tema, que contou com a participação de muitas pessoas e setores interessados na matéria, e foram ouvidos políticos, especialistas em autismo, representantes da indústria pirotécnica, defensores da causa animal, dos idosos, enfim. E nessa audiência – e aqui eu trago a reflexão aos colegas –, nós chegamos a uma conclusão muito clara de que não é possível tecnicamente caminharmos para uma proibição plena de todo e qualquer estampido, porque tecnicamente ficou provado que qualquer tipo de fogo de artifício produz um estampido mínimo na sua explosão inicial, naquele momento em que lança ao ar seja aspectos luminosos, seja mesmo aspectos em relação a barulhos de qualquer natureza. Então, há de qualquer forma a produção de algum ruído.

E aí nós buscamos inclusive legislações internacionais que tratam sobre a matéria e muitas legislações municipais e trouxemos aqui, sobretudo, uma legislação da União Europeia em que se chegou a uma conclusão de que o limite de 120dB é um limite aceitável para a saúde humana, não produz qualquer tipo de problema à saúde humana. Inclusive, isso foi objeto de destaque pelo próprio Senador Randolfe no instante em que S. Exa. apresentou a justificação aqui do texto inicial, e S. Exa. disse justamente o seguinte: "Os ruídos dos fogos de artifício com estampido podem alcançar de 150 a 175 decibéis, contudo, o limite suportado pelo ser humano encontra-se entre 120 decibéis, gerando desconforto, e 140 decibéis, considerado o limiar da dor". Portanto, há uma análise em relação a esse limite de 120dB, que é justamente o limite também que o Ministério do Trabalho estabelece como aquele razoável para as pessoas que se dedicam a atividades que produzem ruídos e que se submetem diuturnamente a essa situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, partindo daqui diretamente à análise e ao mérito, nós estamos inteiramente de acordo com o espírito da proposição. Os danos à saúde de seres humanos e de animais foram muito bem descritos pelo Senador Randolfe Rodrigues na justificação da proposição original, que inclusive lembrou "o impacto negativo junto às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA)".

Visto que a importância da proteção da saúde e do meio ambiente já foram muito bem explicitados...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CASTELLAR NETO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG) – ... nós vamos traçar aqui apenas algumas considerações adicionais, para não alongar demais, e prometo que o relatório é, de fato, objetivo.

Nós discordamos da proibição dos fogos de artifício de estampido e de qualquer outro artefato pirotécnico que produza estampidos destinados à exportação, tal como prevista no texto substitutivo. Nós concordamos, no entanto, com a proposição original. Há outros países que os produzem e exportam, de modo que, se nós proibíssemos no Brasil essa exportação de qualquer natureza, nós estaríamos beneficiando outros países produtores e exportadores, e apenas prejudicando a indústria nacional.

No que se refere à criminalização de condutas, apontada no substitutivo, nós entendemos que a edição da lei por si só seria suficiente para configurar o fato típico que já existe, justamente na Lei 9.605. Para não restar qualquer tipo de dúvida, é conveniente, no entanto, deixar apenas explícito que os arts. 32 e 56 da Lei 9.605 poderão ser aplicados na hipótese.

Assim, por essas razões, nós somos favoráveis ao Projeto de Lei nº 5, de 2022, em sua versão original, com alguns pequenos ajustes. Aqui eu apenas destaco a V. Exa. os ajustes.

Em relação à ementa, nós estamos alterando a redação apenas para acrescentar mais verbos, tendo em vista que agora ela passa a dispor da seguinte forma:

> EMENDA Nº – CCJ
> [...]
> "Dispõe sobre a restrição, em todo o território nacional, de fabricação, processamento, manuseio, importação, comercialização, distribuição, fornecimento, transporte,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

armazenagem, guarda, porte, manutenção em depósito e uso de fogos de artifício de estampido ou de qualquer outro artefato pirotécnico que produza estampidos."

Em relação ao art. 1º, aqui é o ponto crucial: a inclusão de um §2º para dizer que essa lei não se aplica a "fogos de artifício de estampido e de quaisquer artefatos pirotécnicos que produzam estampidos destinados à exportação", ou seja, permite-se a exportação de qualquer tipo de fogo de artifício; e essa lei também não se aplica a "fogos de artifício de estampido e de quaisquer [outros] artefatos [...] cujo efeito principal esperado seja o visual e que produzam níveis máximos de pressão sonora de até [...] [120dB]". Esse é o ponto principal.

Tendo em vista aqui a minha manifestação e as outras que constam do relatório apresentado, eu peço aos meus pares que apoiem a aprovação na forma...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. CASTELLAR NETO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG) – ... que aqui apresento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Presidente, eu queria sugerir ao Senador Castellar – para eu não ter que pedir vista e para a gente aprovar o projeto – que esse limite de 120dB baixasse para entre 60dB e 70dB, que é o que os autistas conseguem suportar.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Perfeito. Perfeito.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu concordo com a alteração que V. Exa. fez. Todos os fogos de artifício vão produzir algum estampido. Zero estampido é impossível, mas 120dB é o limite, é o limite máximo que se pode aguentar. Isso torna o projeto inócuo. Então, para os autistas, seria entre 60dB e 70dB. Se a gente conseguir chegar... Tudo bem, que seja 70dB ou que seja 80dB, mas é que 70dB é o limite dos autistas. Entendeu? Os autistas aguentam 70dB. É por isso que com 80dB já ultrapassa. E vejam que para quem... E, agora que a gente consegue ter diagnóstico, são muitas famílias e muitas crianças atípicas que a gente tem. Portanto, eu sugeriria a V. Exa. essa alteração, se for possível: 70 dB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu concordo plenamente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – ... com a colocação do Senador Rogério Carvalho. Nós temos que ter a sensibilidade dessas crianças especiais, principalmente com autismo. Com a quantidade de decibéis ali, não tem como, nós estamos invalidando o projeto de lei. Então, eu faço o apelo para que se recue esse índice para 70dB. Aí, sim, nós teremos condição de aprovar este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Sergio Fernando Moro.

Nós estamos discutindo a matéria, tá?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Presidente, eu acho o projeto meritório e elogio aí o esforço do Senador Castellar.

Eu só sugeriria aqui, até para a aprovação, um *vacatio legis* maior, Senador, porque as empresas que têm esse produto, que o produzem vão precisar de um tempo para se adequar às novas normas. E também ninguém quer aí gerar uma espécie de abalo econômico nesse setor abruptamente. Então, eu sugeriria quem sabe uns seis meses. Eu vi que o prazo ali é de 60 dias, o que me pareceu um pouco curto, mas talvez V. Exa. tenha conversado aí com o setor e obtido informações. Agora, o prazo de 60 dias me parece curto.

O SR. CASTELLAR NETO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG) – Só esclarecendo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Relator.

O SR. CASTELLAR NETO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG. Como Relator.) – Só esclarecendo o que foi colocado pelo Senador Sergio Moro – de fato, foi, inclusive, objeto de debate –, a expectativa da indústria é que, durante a tramitação na Câmara dos Deputados, eles possam se adequar de forma suficiente para que esses limites sejam mantidos. Por isso a ideia é a manutenção da proposta originária do Senador Randolfe, por 60 dias após a publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – O risco só é de que, como é um projeto que tem um certo apelo – a gente até vê aqui pela concordância – e aproxima-se o fim do ano, chega à Câmara e tem aquela tramitação a jato lá. Então, às vezes, a prudência recomendaria um prazo um pouquinho maior.

Claro, o projeto é meritório, mas penso em uma empresa que tenha um estoque enorme de fogos e, de repente, terá que jogar tudo no lixo; ou uma empresa que fabrica esse tipo de produto e, de repente, terá que se ajustar de uma maneira abrupta. Eu não sei como se faz isso, a técnica, mas isso pode gerar algum problema.

O SR. CASTELLAR NETO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG) – Sr. Presidente, não vejo nenhum óbice para essa adaptação de plano. De fato, essa questão foi objeto de consulta às empresas, mas acredito que a colocação feita pelo Senador Sergio Moro é pertinente.

Proponho aos colegas adequarmos o prazo para 120 dias, de 60 para 120 dias, após a data da publicação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E sobre os decibéis?

O SR. CASTELLAR NETO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG) – Em relação aos decibéis, eu indago se algum outro colega deseja se manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não. Serão 70dB, 80dB...

O SR. CASTELLAR NETO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG) – Sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. *Fora do microfone*.) – Setenta.

O SR. CASTELLAR NETO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG) – É, na realidade, o projeto inicialmente proposto estabelece em 120dB. É que nós já acolhemos a manifestação do Senador Rogério Carvalho, do Senador Esperidião Amin, do Senador Fabiano e, agora, do Senador Mecias. Como eu vejo que, de fato, é um projeto meritório – a proposta inicial, inclusive, versa sobre a proibição plena da produção de qualquer tipo de fogo de artifício ou artefato que produza estampidos – e aqui nós estamos, de fato, buscando uma situação intermediária, que, de um lado, proteja os produtores e, de outro lado, principalmente, proteja as pessoas que possuem hipersensibilidade, os autistas, os idosos e os animais, dessa forma, então, eu acolho a sugestão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos colegas para que nós estabeleçamos aqui o limite de 70dB, que, acredito, vai ao encontro, de uma forma mais adequada, do espírito do projeto inicial.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, deixe-me tentar, aqui, fazê-lo rapidamente. As notas taquigráficas vão...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Cento e vinte; e setenta.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – São 120 dias.

O relatório apresentado, do Senador Castellar, com as correções: onde está escrito "dois meses" passa a ser "seis meses".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – De 60 dias para 120 dias.

E onde estava escrito "120dB" passa-se a "70dB".

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não há Senadores mais inscritos para discutir.

Nós vamos iniciar a votação.

Trata-se de matéria terminativa.

É necessária a votação... Só um minuto aqui. (*Pausa.*)

O SR. CASTELLAR NETO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG) – Sr. Presidente, se me permite um último ajuste, a partir de um debate que fizemos aqui informalmente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto. Não vou iniciar a votação ainda.

O SR. CASTELLAR NETO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG) – É que há uma sugestão no texto. É que, na realidade, houve uma consulta às indústrias em relação a esse prazo de adaptação, mas nós trabalhávamos aqui, inicialmente, com um volume de decibéis diferente, de 120dB. Tendo em vista que agora nós estamos reduzindo para 70dB, há um entendimento, por parte dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colegas, de que talvez, de fato, haja uma necessidade de um prazo maior para essa adaptação da tecnologia para essa produção. Então, nós vamos propor um prazo de seis meses para essa adequação, em substituição aos 120 dias anteriormente propostos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, eu vou colocar em votação.

Tinha encerrado a discussão, mas agora... Há consenso?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Porque foi encerrada a discussão sem essa observação. (*Pausa.*)

Sim. O Plenário é soberano, unanimidade.

Vai-se iniciar a votação, com a adequação feita pelo Senador Relator.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone.*) – Quem é a favor vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É matéria terminativa, precisa da votação nominal.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Presidente, eu posso orientar o PL?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um...

Ah sim, para orientar...

As Senadoras e os Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Para orientação, concedo a palavra ao Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para orientar a bancada.) – Presidente, muito rapidamente, para orientar o voto "sim" a esse projeto de lei e fazer uma correção na minha fala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu manifestei minha preocupação, Senador Castellar, com os surdos. E, obviamente, esse é um projeto que não impacta os surdos, mas sim, como eu também disse, as pessoas que sofrem do transtorno do espectro autista, e também com relação aos animais. Reforçando aqui: parabenizo o Vasco da Gama por já, antes de essa lei entrar em vigor, manifestar essa preocupação e respeito às pessoas e aos animais que são impactados pelos estampidos dos fogos de artifício.

Então, a orientação é o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra à Senadora Ministra Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para orientar a bancada.) – Obrigada, Presidente.

Eu quero orientar o PP pelo voto "sim" e cumprimentar o Senador Castellar pelo projeto e pela sua atuação nesses meses que passou aqui no Senado Federal.

Sucesso!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A orientação do Partido Liberal e do Progressistas é o voto "sim".

Alguma outra bancada deseja orientar? As Senadoras e os Senadores já podem votar.

Concedo a palavra ao Senador Omar Aziz para orientar a bancada.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para orientar a bancada.) – O PSD orienta o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O PSD orienta o voto "sim".

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não. Concedo a palavra ao Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Eu só queria aqui registrar minha alegria nesses dias, nesse período que o Senador Castellar compartilhou com a gente, e entender e desejar todo sucesso em sua vida. Quero falar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, efetivamente, o político tem que derrubar os muros do Parlamento. A função de um político, na minha humilde concepção, é usar a palavra para apresentar o Brasil aos diferentes brasis que nós temos.

Então, nós temos que sempre estar reforçando a boa política. Nós temos que parar com essa conduta de criminalizar a política. Em toda instituição existem pessoas boas e ruins; em toda instituição existem pessoas que têm desvio ou não de conduta. Mas nós não podemos admitir qualquer tipo de criminalização do setor político, porque a política é, efetivamente, o espaço necessário para fortalecer a democracia.

E o comparecimento e a participação de V. Exa. aqui em muito me enaltecem, muito me engrandecem, na certeza de que V. Exa. trilha um caminho pautado pela ética, pela dignidade, pela boa política. Desejo sucesso e agradeço todo esse período de presença que V. Exa. teve aqui.

E espero que todos os colegas tenham a mesma percepção. Eu tenho certeza de que sim, porque, independentemente de sigla partidária, é esse o caminho numa democracia, quando nós temos um respeito às instituições, à independência e à harmonização entre os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

Parabéns a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Já votaram 18 Senadores e Senadoras.

Eu consulto as Senadoras e os Senadores se posso encerrar a votação. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou só aguardar o nosso Vice-Presidente, Marcos Rogério, que está exercendo o direito do voto.

E, como não houve nenhuma manifestação contrária, nós vamos encerrar mesmo antes de atingir o quórum máximo da Comissão.

Posso encerrar, Relator?

O SR. CASTELLAR NETO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Pode.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Já, Líder?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Já, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 19 Senadores; NÃO, nenhum Senador.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone*.) – Parabéns, Castellar!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Estão aprovados o projeto e as Emendas nºs 2-CCJ a 5-CCJ, com as adequações propostas pelo Relator, que estão asseguradas nas notas taquigráficas. Fica rejeitada a Emenda nº 1, da Comissão de Educação.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Próximo item.

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 953, DE 2021

- Terminativo -

Institui o Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD) junto às autarquias e fundações públicas federais e à Procuradoria-Geral Federal e dá outras providências.

Autoria: Senador Irajá (PSD/TO)

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda n° 1-CAE (Substitutivo).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;

- Em 16/10/2024, o relatório foi lido e adiada a discussão da matéria;

- Se aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal;

- Votação nominal.

E nesta matéria, por ser terminativa, trata-se de votação nominal.

Coloco em discussão a matéria.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Líder do Governo, Senador Otto Alencar, para discutir a matéria.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para discutir.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exa.

Eu combinei com o Relator, o Senador Nelsinho Trad, e ele assentiu, ele consentiu que fosse concedida vista para fazer um levantamento, uma análise do impacto financeiro da matéria. E depois nós vamos voltar para a apreciação dela. É isso que eu queria pedir a V. Exa. Ele concordou com a vista. Eu peço vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Consulto o Senador Relator Nelsinho, para que possa fazer sua manifestação.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu jamais me furto a debater, dialogar e tentar chegar ao entendimento, para que a gente possa atingir o melhor grau possível desse projeto.

Então, de acordo com a solicitação do Líder do Governo, que está substituindo o Senador Jaques Wagner, Otto Alencar, concordo com a manifestação da solicitação de vista coletiva.

Submeto à decisão de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Diante do entendimento construído, fica concedida vista coletiva, a pedido do Líder do Governo e do Vice-Presidente Marcos Rogério.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou fazer...

Item 1 da pauta.

Perdoe-me, é que tinha uma solicitação.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Está ótimo, esse aí é prioridade.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 2024

- Não terminativo -

Dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir entre os patrimônios nacionais o Pantanal Sul-Mato-Grossense.

Autoria: Senadora Tereza Cristina (PP/MS) e outros

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Favorável à Proposta.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos para proferir o relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Davi Alcolumbre, demais Senadores e Senadoras, se V. Exa. me permite, eu vou direto aqui à fase de análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compete à CCJ, nos termos regimentais indicados, a análise quanto à admissibilidade e ao mérito da proposição.

No que concerne à admissibilidade da PEC n° 18, de 2024, cumpre salientar que a proposição observa o número mínimo de subscritores de que trata o inciso I do art. 60 da Constituição Federal.

Não incidem, no caso sob análise, as limitações circunstanciais que obstam a alteração do texto constitucional previstas no §1º do art. 60, visto que o país não se encontra na vigência de intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio.

Da mesma forma, a matéria constante da PEC n° 18, de 2024, não faz parte de outra proposta de emenda à constituição rejeitada ou havida por prejudicada nesta sessão legislativa, nos termos do §5º do art. 60 da CF.

A proposição não contém dispositivos que tendam a abolir alguma das cláusulas imodificáveis – ditas pétreas – da Constituição, elencadas nos quatro incisos do §4º de seu art. 60.

Em sua justificação, o autor – ou seja, a autora – informa que temos acompanhado, com grande preocupação, a ocorrência de incêndios e queimadas no bioma Pantanal. Portanto, o §4º do art. 225 da Constituição Federal deve ser alterado para incluir o Pantanal sul-mato-grossense entre os patrimônios nacionais, cuja utilização deverá ser feita, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente.

Sendo assim, destacamos os seguintes trechos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... da justificação:

> Apresentamos esta Proposta de Emenda à Constituição de modo a aperfeiçoar o texto do §4º do art. 225 da Constituição Federal, para incorporar o Pantanal sul-mato-grossense na regra constitucional que prevê os patrimônios nacionais, cuja utilização deve ocorrer, conforme lei específica, em condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
> [...]

Concluindo, já, Sr. Presidente.

> São imensos os desafios para que se alcance a conciliação entre o desenvolvimento dos setores econômicos e a proteção da flora e da fauna do Pantanal do Mato Grosso do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Sul, com foco no fortalecimento de atividades como o ecoturismo e por meio de marcos regulatórios que viabilizem essa harmonização.
> Ponderamos que esta PEC tem papel fundamental nesse sentido. A proposição aperfeiçoa a regra constitucional, que em seu art. 225, §4º explicita na lista dos patrimônios nacionais o Pantanal mato-grossense, que se pode interpretar como o Pantanal contido no Estado do Mato Grosso. O texto que propomos incorpora também o Pantanal do Mato Grosso do Sul, de modo a conferir maior robustez às políticas públicas voltadas à proteção desse importante bioma nacional, em especial políticas voltadas à prevenção de incêndios.

Nossa Carta Magna é uma das mais modernas em relação à proteção do meio ambiente, mas esta necessita ser expandida para proteger os biomas que atualmente sofrem maior dano. Desse modo, esta PEC, ao incluir o Pantanal sul-mato-grossense entre os patrimônios nacionais, indica que deve ser elaborada uma lei específica para esta região, com o objetivo de determinar condições que assegurem a preservação do meio ambiente nela contido.

Por ser profícuo instituir o meio ambiente saudável como um dos direitos sociais, entendemos que a proposição é absolutamente oportuna e necessária no que tange à constitucionalidade material e ao mérito.

Voto.

Pelo exposto, opinamos pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição n° 18, de 2024, e, no mérito, votamos por sua aprovação.

Quero, antes de mais nada, cumprimentar a ilustre Senadora Tereza Cristina pelo belo projeto e, sobretudo, tenho a certeza absoluta de que isso retrata as aspirações do povo do meu querido e velho Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, na certeza de que esta emenda vai proporcionar, com certeza, as garantias que certamente todos nós mato-grossenses esperamos.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Jayme Campos.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o relatório...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para discutir.) – Sr. Presidente, Senador Flávio Bolsonaro, é só para parabenizar não só o relatório do Jayme Campos, como a iniciativa da Senadora Tereza Cristina.

Esse bioma é muito importante para o Brasil. Ele já teve, em vários momentos, queimadas que foram até feitas de ordem desordenada, um crime ambiental. E a preservação do Pantanal me parece uma decisão que deve ser tomada por todos os organismos de governo, tanto do Governo estadual, como do Governo Federal, para o replantio, inclusive, das árvores que são nativas do Pantanal. São elas que, com suas raízes profundas, preservam os rios para não permitir o assoreamento.

Então, salve o angico, salve o ipê, salve o pequi, todas essas árvores do Pantanal, que são tão importantes...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – A aroeira.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A aroeira – a aroeira –, a baraúna, a caviúna, todas elas são árvores importantes do Pantanal, que sustentam o solo, não permitindo o assoreamento nas trovoadas, nas chuvas fortes.

Portanto, além da área pantaneira de tabuleiro, é importante se replantar o que se destruiu nas margens dos rios e das nascentes do Pantanal, que talvez seja um dos biomas únicos do mundo. Não conheço, no mundo, nenhum bioma que possa ser similar ao Pantanal.

Portanto, parabéns, Senadora Tereza Cristina, V. Exa. que é defensora desse bioma tão importante e único do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Otto Alencar.

Continua em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para discutir.) – Senador, eu só queria pedir a oportunidade ao Senador Otto, já que ele fez esse discurso tão tocante e prestigioso, de ele nos agraciar com um trechinho da música pela qual ele sabe que nós temos um carinho.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Presidente, V. Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por favor.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu posso cantar um trechinho da...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Quer ajuda?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Pode ser? O nome da música é Matança. Então, vai.

Cipó caboclo tá subindo na virola
Chegou a hora do pinheiro balançar
Sentir o cheiro do mato, da imburana
Descansar, morrer de sono na sombra da barriguda

De nada vale tanto esforço do meu canto
Pra nosso espanto tanta mata haja vão matar
Tal mata atlântica e a próxima amazônica
Arvoredos seculares impossível replantar

Que triste sina teve cedro, nosso primo
Desde menino que eu nem gosto de falar
Depois de tanto sofrimento seu destino
Virou tamborete, mesa, cadeira, balcão de bar

[...] [Sem] falar da Sucupira
Parece até mentira que o jacarandá
Antes de virar poltrona, porta, armário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mora no dicionário, vida eterna, milenar

Quem hoje é vivo corre perigo
E os inimigos do verde dá sombra ao ar
[...] [Da clorofila que se respira]
Das matas virgens destruídas vão lembrar
Que quando chegar a hora
[...]
[Confesso] Nossa Senhora
Só quem pode [...] [ajudar]

É caviúna, cerejeira, baraúna
Imbuia, pau-d'arco, solva
Juazeiro e jatobá
[...]
Pau-ferro, angico, amargoso, gameleira
Andiroba, copaíba, pau-brasil, jequitibá
[...]
Quem hoje é vivo corre perigo (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. (*Risos.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não tem mais o que se fazer hoje aqui.

Nós descobrimos um talento. (*Risos.*)

Concedo a palavra à Senadora Tereza Cristina.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E é o decano, hein? Esse é o verdadeiro decano.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) – Olhe, olhe, eu quero cantar. Quando eu ficar grande, eu quero ser igual a você e aprender a cantar. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Eu desafinei um pouco.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Não, foi muito bem, foi muito bem.

Eu quero só cumprimentar o Senador Jayme Campos pela relatoria dessa PEC e dizer que hoje o Pantanal sul-mato-grossense vai comemorar, incluído na nossa Constituição o pedaço maior do Pantanal que fica no Mato Grosso do Sul. Então, parabéns!

E temos agora a Lei do Pantanal, que já votamos nesta Casa, de autoria do Senador Wellington, o Estatuto do Pantanal, que agora está para ser votado na Câmara dos Deputados.

Então, obrigada. E vamos em frente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não há mais Senadores inscritos para discutir a...

Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu queria aproveitar a oportunidade e cumprimentar a iniciativa da nobre Senadora Líder Tereza Cristina, que faz esse ajuste no art. 225 da Constituição Federal, e cumprimentar o Relator dessa matéria, Senador Jayme Campos, porque é uma matéria que conta com o apoio de todos nós e com a compreensão de todos nós em relação à sua importância.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, em que ela avança com esse texto, aperfeiçoando a Constituição nessa extensão e prestigiando o Pantanal sul-mato-grossense, eu chamo a atenção para a necessidade de a gente ter sempre um olhar atencioso quanto à extensão das normas que nós estamos aprovando aqui e quanto à extensão das decisões que são tomadas aqui ou acolá, ora pelo Judiciário, ora pelo Poder Executivo, Senador Jayme Campos, como nós estamos a acompanhar neste momento.

Nós temos uma legislação ambiental muito rigorosa, nós temos um Código Florestal muito regrado. E quando a gente tem, pela via da interpretação do arcabouço legal que nós temos, a edição de um decreto, após um período em que o Brasil nunca viveu antes o que nós vivemos neste ano de 2024, em termos de cobertura de todo o território nacional por fumaça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiz de carro de Rondônia até Cuiabá, porque eu não conseguia pegar voo lá em Porto Velho e nem em Ji-Paraná, na minha cidade, porque o avião não pousava, porque tinha fumaça para todo lado. Mas, quando eu fiz o trajeto de Rondônia até Cuiabá, de carro, eu percebi que esse não era um problema de Rondônia: esse era um problema de Rondônia, esse era um problema do Mato Grosso... E, quando eu cheguei a Brasília, eu percebi que também não era só de Rondônia e só de Mato Grosso; era também de Brasília, porque Brasília estava pegando fogo e jogando fumaça para todo lado. O.k., esse é um problema que todos nós acompanhamos, cuja gravidade percebemos, sabe, para a questão ambiental, para a questão da saúde, problemas respiratórios por todo lado...

E aí, por que eu estou chamando atenção para esse aspecto, ao passo que cumprimento o acerto da iniciativa da Senadora Tereza Cristina? É para as medidas que são adotadas após essas tragédias, esse grande impacto ambiental, porque são medidas que vão contra o próprio interesse nacional.

Agora nós estamos discutindo uma mudança de classificação do que é o dano ambiental, o dano material, passando para o dano subjetivo, querendo classificar o dano climático como sendo o universo para se determinar se houve dano efetivo ou não ao meio ambiente. Porque a lei ambiental, quando ela vai tratar desse tema, fala da questão da supressão de vegetação, corte raso, corte profundo... O.k., você consegue mensurar, você consegue determinar: "Olha, houve um desmatamento", é fácil você saber que houve um desmatamento; "houve queimada", é fácil você saber que houve queimada; "houve dano à fauna e à flora", você consegue determinar. Agora, eu pergunto: como é que você classifica o dano climático? Como é que você determina o dano climático? E veja, essa modificação, essa mudança, está vindo não pela via de uma emenda a uma lei ou por novo projeto de lei; está vindo pela via de uma interpretação que dá origem a um decreto que estabelece uma norma que é muito perigosa para o Pantanal e para o Brasil inteiro.

Então, ao passo que eu aproveito para cumprimentar V. Exa. pelo acerto da matéria, eu estou aqui sublinhando preocupações com esse ambiente que nós estamos vivendo de mais insegurança jurídica para quem está no campo a produzir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há mais Senadores inscritos para discutir a matéria, está encerrada a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o relatório apresentado.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à proposta.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 2326, DE 2022

- Não terminativo -

Altera o art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder o porte de arma de fogo aos integrantes da Fundação Nacional do Índio em atividades de fiscalização.

Autoria: Comissão Temporária Externa para investigar, "in loco", as causas do aumento da criminalidade e de atentados na Região Norte.

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 3-CMA e 4-CMA.

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Segurança Pública e pela Comissão de Meio Ambiente;

- Em 23/10/2024, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais;

- Em 29/10/2024, foi recebida a Emenda nº 5, de autoria do Senador Mecias de Jesus (dependendo de relatório); e o Voto em Separado do mesmo autor, favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Tem algumas observações aqui.

Em 29/10 foi apresentado o...

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... voto em separado do Senador Mecias de Jesus, favorável ao projeto, nos termos do substitutivo que apresenta; e foi recebida a Emenda nº 5, também de autoria do Senador Mecias de Jesus, dependendo do relatório. (*Pausa.*)

Estava só trocada aqui a instrução, só um minuto. Estava para se conceder primeiro a palavra ao Senador Mecias, que apresentou um voto em separado, mas não é. Primeiro tenho que conceder a palavra ao Senador Fabiano Contarato, para proferir o relatório sobre a Emenda nº 5 apresentada, do Senador Mecias, e suas considerações.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, só uma questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Questão de ordem, Senador Hiran Gonçalves.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Eu pedi vista no projeto do Senador Contarato e eu não apresentei um voto-vista por conta de que a emenda do Senador Mecias me contemplou, Senador Contarato. Ela diz que pode haver uma concessão de porte de arma excepcionalmente quando esses servidores estiverem em ação fiscalizatória. Não tem razão de um servidor do Ibama, do ICMBio ou da Funai andar armado dentro de um prédio da Funai; enfim, não tem razão para isso.

Eu acho que a emenda do Senador Mecias é muito pertinente, é por isso que eu não apresentei o voto-vista, porque foi contemplado pela emenda do Senador.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, do Senador Fabiano Contarato eu não preciso dizer o respeito e o carinho que eu tenho por ele.

Eu fui Secretário de Segurança Pública, eu sempre disse que armamento não é uma coisa com que você resolva o problema de insegurança, não é com arma. Se fosse com arma, seria uma beleza, tanto é que esse armamento que existe é para quem tem dinheiro, porque pobre nunca

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai comprar uma arma de R$8 mil, R$10 mil e ter que gastar não sei quanto em munição para treinamento e coisa parecida. Tanto é que, se você procurar o CAC, não tem ninguém lá que é pobre, são pessoas de nível financeiro acima da média. Então, isso é uma realidade no nosso país. Não adianta a gente dizer que o cara vai comprar uma pistola, um revólver que custa R$50, não tem isso.

Agora, a gente armar ICMBio, armar Ibama, Funai para que eles possam andar armados a qualquer momento, a qualquer hora, aí não dá. Quando eles forem numa ação, tudo bem. Sabe o que é, Senador Fabiano? Porque uma coisa é ele fazer uma ação lá no Amazonas. Quanto a essa questão de Atalaia do Norte, existe uma versão dada nacionalmente, em que infelizmente duas pessoas foram a óbito, numa ação em que falaram que era narcotráfico ou não sei o quê. Não era nada disso: era um caboclo que foi humilhado por um funcionário na frente dos filhos, tocaram fogo na rede e tudo mais, e ele esperou um momento para se vingar, e infelizmente estavam um jornalista e ele nessa canoa. E mesmo que ele estivesse armado lá, ele não teria nem como ter reagido.

Então esta questão é muito mais séria, você dar para ele fazer uma operação... E assim mesmo, quando a Funai vai fazer uma operação, ela não faz sozinha. Lá queimaram mais de não sei quantas balsas, porque não regulamentam a extração de ouro na minha região, lá no Amazonas, lá em Roraima.

Enquanto não regulamentar, nós vamos estar perdendo fortunas e fortunas desviadas para a Venezuela e para outros países. Esse ouro está indo para outros países: para a Colômbia, para a Venezuela. E todos nós conhecemos a nossa realidade. Se você pegar o Rio Madeira, o Rio Japurá, o Alto Solimões, se você pegar, em Roraima, algumas regiões em que estão extraindo ouro a torto e à direito, mesmo queimando, uma balsa daquelas, Senador Hiran, custa R$500 mil, R$600 mil para ser feita. É uma balsa de madeira simples, ou pode ser de ferro mesmo. Compra-se o equipamento para fazer a sucção ali, conforme a bitola. Não é regulamentado. Se nós regulamentássemos, nós estaríamos ali com a Caixa Econômica comprando esse ouro, gerando emprego e riqueza para o país. Hoje, nós não geramos emprego, deixamos a riqueza do país sair do país.

Quando a Funai ou o Ibama – principalmente o Ibama – vai tocar fogo nas balsas, vai a Polícia Federal ao lado deles para tocar fogo, até porque, para explodir uma balsa daquela, você tem que colocar pólvora, dinamite ou coisa parecida, e tem que ser especialistas – não é qualquer um. Por isso a razão de eu falar que, realmente, eu acho que a emenda em que... Só em ação é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma emenda que cabe neste momento, porque eles têm apoio da Polícia Militar quando sugerem, quando pedem, têm apoio da Polícia Federal quando pedem e têm feito isso sistematicamente na minha região, e o Governo não se mexe para regulamentar.

O Brasil perde fortunas em ouro todos os dias, na nossa região, e vai continuar perdendo. Só para se ter uma ideia, hoje teve uma ação da Polícia Federal em São Gabriel da Cachoeira; entrada de cocaína. No meu estado, se você pegar Alto Rio Negro e Alto Solimões, é o maior corredor de drogas do mundo. O Brasil não produz cocaína; ele importa cocaína destes países: Peru, Colômbia, Venezuela e aqui, no Centro-Oeste, pela Bolívia.

A gente sabe onde está o problema e a gente não ataca o problema. Então, não é armando essas pessoas que nós vamos resolver um problema que é social, que tem que ser regulamentado.

E aí o Governo e nem nós aqui tomamos uma posição. Até hoje está na Câmara, não sei há quantos anos, para se regulamentar a extração de minérios neste país, e não é regulamentada – e é a mesma coisa aqui.

Por isso, Senador, com todo o respeito, com todo o carinho que eu tenho pelo senhor, sei que V. Exa. também não é armamentista, como eu não sou, até porque não creio que se a pessoa tiver um revólver ela está protegida. Até porque ele pode estar protegido dentro da casa dele, mas, a partir do momento em que o filho dele saí à rua, ele é um cidadão comum, que não pode usar uma arma e pode sofrer uma violência, e muitas pessoas vêm aí, diariamente, sofrendo violência.

Nós não temos um programa de segurança pública nacional, nós não temos o investimento necessário no Fundo Nacional de Segurança Pública, nós não temos investimento em inteligência, nós não temos investimento... A própria Polícia Federal hoje está com o seu contingente diminuto. Tem um projeto meu aqui que diz que, a partir do momento em que 5% do contingente da Polícia Federal sair, é obrigado a fazer um novo concurso imediatamente, e sabemos que quem faz concurso para delegado da Polícia Civil, quem faz concurso para delegado da Polícia Federal... E tem concurseiros que, depois que a gente treina um homem desses, seis, sete meses, para ele se tornar um delegado, gastando dinheiro do estado e do Governo brasileiro, essa pessoa faz um concurso para o Ministério Público, passa, não dá satisfação nenhuma e nem esse retorno é dado ao estado que gastou esse dinheiro para treiná-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, eu acredito que essa emenda feita... eu sou favorável a essa emenda, que eles possam estar armados apenas quando estiverem em ação e não para ir ao restaurante com a arma, ir ao bar com a arma, ir a casa com a arma.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Relator.

Queria pedir... O Senador Hiran fez uma questão de ordem, mas eu tinha que passar para o Relator primeiro, para ele proferir o parecer sobre a emenda apresentada pelo Senador Mecias e não o voto apresentado, é sobre a Emenda nº 5.

Concedo a palavra ao Senador Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu só queria fazer aqui uma reflexão com os colegas.

Quanto a esse poder do estado, através dos órgãos de fiscalização, para preservação da pauta ambiental, nós temos que recordar aqui que nós tivemos uma proliferação de mais de 40 decretos concedendo o porte de arma, inclusive para jornalistas. Nós tivemos uma total inversão.

Esse projeto de lei se deu pela morte do indigenista Bruno e do Dom Phillips, que foram mortos com requintes de crueldade, inclusive com ocultação de cadáver. Olha, nós não podemos admitir que infelizmente no Brasil os grileiros estejam armados e esses funcionários estejam lá pagando com a vida, como foi o caso desses dois, lá no meio da Floresta Amazônica, e eles não tenham a possibilidade disso. O projeto fala que é só nas atividades de fiscalização, inclusive, o próprio TCU já se manifestou falando, recomendando, nos termos do art. 43, que:

> avaliem a premente necessidade de adoção das eventuais medidas judiciais, legislativas e administrativas com vistas a garantir o porte de armas de fogo em prol dos fiscais ambientais no exercício do poder de polícia [...] [tendo em vista que a função é] iminente [de] risco no exercício da respectiva atividade em áreas assoladas, por exemplo, pela ilegal exploração por garimpeiros e madeireiros [...]

Nós não podemos inverter a lógica. Olha, se o próprio Tribunal de Contas da União já recomendava isso e se hoje nós temos a concessão de porte de arma para funcionários do Ibama e do ICMBio por decreto ou por uma legislação antiga, o que nós estamos colocando é simplesmente na lei. Nós não podemos inverter a lógica da utilização pela má-fé. A presunção é de legitimidade dos atos praticados pela administração pública, e o projeto de lei fala que só nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

casos de fiscalização efetivamente. Então, não está aqui para conceder... "Ah, porque ele vai andar no restaurante, no bar ou na padaria". Não é isso, nós temos aqui a atividade típica da polícia como nas instituições que compõem lá no art. 144, seja polícia civil, polícia militar, guarda municipal, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal... Nós não podemos partir da inversão dessa lógica.

Agora, não é razoável que nós tenhamos vários biomas no Brasil com esses servidores se expondo, protegendo a pauta ambiental, e nós tenhamos grileiros, garimpeiros fortemente armados. Ora, qual é a lógica que nós estamos tendo aqui? Nós tivemos, volto a falar, aumentou o número de CACs, uma série... e foi uma questão que nós respeitamos.

Então, diante disso, Sr. Presidente, eu peço a V. Exa. a compreensão. Como eu não tive um tempo adequado para avaliar essa emenda, eu queria analisar com mais cautela. Se V. Exa. permitir, eu retiraria para avaliar essa emenda apresentada pelo Senador Mecias. Ou, que possamos deliberar...

Eu faço aqui um apelo aos colegas. Quanto a essa concessão, Senador Omar, eu não teria um comportamento...

Os senhores sabem muito bem que eu não sou armamentista. Eu não tenho... A intenção é das melhores possíveis no sentido de que nós estamos aí dando condições para esses servidores que estão lá, do Ibama, ICMBio, na atividade típica de fiscalização. Eu faço esse apelo a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me tentar organizar...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para discutir.) – Só para falar uma coisa.

Senador Fabiano, por conhecê-lo, eu sei que o senhor não usa momento nenhum de qualquer tipo de artifício nesse assunto. Pelo amor...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Não.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – A gente concorda em relação a algumas coisas. V. Exa. é meu amigo. Tenho respeito por V. Exa., já demonstrei isso várias vezes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Hã-hã.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – V. Exa. é delegado de polícia. Para você usar uma arma, você tem que fazer um treinamento não só do ponto de vista de poder atirar bem ou se defender, mas também do ponto de vista psicológico. Não é qualquer um que pode andar armado não. Porque louco tem em qualquer lugar, meu irmão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não tem... Pode estar no Ibama, no ICMBio, pode estar aqui dentro do Senado, você está me entendendo? Essa coisa de dar arma a torto e a direito, sem realmente saber, fazer o levantamento... porque a gente faz a lei aqui, e depois a responsabilidade para fazer o treinamento, o custo disso vai ser de quem? Então, nós temos que ver essas questões antes de aprovarmos, porque é muito fácil aprovar a lei, mas botar na prática depois, para que funcione... É por isso que eu sou contrário a você expandir isso para outras regiões. Fazer na...

Para mim, já está indo além da conta. Por quê? Porque eles têm o apoio da Polícia Militar e o apoio da Polícia Federal para fazer esse tipo de ação. E mais, quando vai um contingente do Ibama, Senador Davi, não vão cinco, seis pessoas. Eles não têm uma tropa de 100 homens, 50 homens, para ir armada para enfrentar nada não. São meia dúzia de fiscais que vão lá ou vão tomar uma decisão. Eles não explodem barco, não fazem absolutamente nada. Eles não explodem campo de aterrissagem de avião. Não, quem faz isso é o Exército Brasileiro. Quem faz isso é a Polícia Federal, não é o Ibama, não é o ICMBio e muito menos a Funai.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Tem uma solicitação do Relator para retirar o projeto da pauta para avaliar a emenda apresentada pelo Senador Mecias, não o voto em separado. Tem uma fala do Senador Hiran que está contemplada pela emenda apresentada pelo Senador Mecias e não pelo voto em separado também.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, continua em discussão e eu vou conceder a palavra ao Senador Flávio Bolsonaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Antes de conceder a palavra, Senador Flávio.

Senador Omar, o projeto fala que a autorização para o porte de armas de fogo aos integrantes das instituições descritas está condicionada à comprovação do requisito a que se refere o inciso III, *caput*, do art. 4º. E quais são esses incisos? Comprovação de idoneidade, apresentação de documentos da ocupação lícita, comprovação de capacidade técnica. Olha, comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio da arma de fogo.

Então, se ele está cumprindo os requisitos do Estatuto do Desarmamento, se está condicionado à comprovação desse requisito a que se refere a Lei 10.826, por que não vai conceder? Qual a dificuldade de se conceder se ele está condicionando a cumprir esses requisitos estabelecidos no Estatuto do Desarmamento?

Então, eu faço esse apelo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Presidente, não sei qual vai ser o encaminhamento, mas eu quero antecipar aqui o meu voto, pelo menos, a favor do projeto e contra a emenda. Eu explico por quê. Há um grande preconceito, vários mitos sobre esse tema, mas há uma realidade: armas não matam pessoas, pessoas matam pessoas. Então, a gente tem que focar no agente, não é no instrumento.

E uma outra coisa que a realidade mostra o contrário do que foi dito aqui. Esse negócio de conceder porte de arma só para quem está em serviço não existe. Um fiscal ambiental toma uma determinada medida dentro da lei, e um marginal que quer atentar contra a vida desse fiscal vai tentar fazer com ele de serviço e principalmente com ele fora de serviço. A hora em que ele vai a um restaurante, em que ele vai a uma igreja, em que ele vai a uma missa, em que ele está andando na rua com a sua família é um momento em que ele pode ser sim vítima de violência desses marginais que foram fiscalizados. E não é porque é fiscal do Ibama ou do ICMBio ou porque eu não concordo com a atuação daquele órgão que a gente vai negar um direito – um direito – de essa pessoa ter o mínimo de instrumento para defender a própria vida.

Se eu defendo que cidadãos comuns que cumpram os requisitos legais tenham o porte de arma, mais ainda um servidor público, que tem sim que ter fé pública. A gente tem que partir do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

princípio de boa-fé dele e de que ele vai usar a arma em defesa da sua vida, em defesa da lei, não para cometer crime.

E mais, para concluir. Se a gente não pode chegar a um denominador comum de que, durante o Governo Bolsonaro, o aumento da concessão de porte de armas significou, por si só, uma redução dos índices de criminalidade – e é óbvio que há outros fatores –, a gente pode concluir sim que mais armas não geram mais violência, porque, se assim fosse, durante o Governo Bolsonaro, pela quantidade de portes de armas que foram emitidos, isso geraria um aumento da violência. E não gerou. Então, essa conclusão é sim possível.

Eu quero aqui antecipar o meu voto, Presidente, concluindo, de que eu sou a favor do projeto. Eu acho que a emenda não contribui, ela piora o projeto. E mais uma vez: armas não matam pessoas, pessoas matam pessoas. Se usarem errado o instrumento, esses têm que ser punidos na forma da lei.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Eu só quero agradecer as colocações do Senador Flávio Bolsonaro, eu comungo *ipsis litteris* com toda argumentação e faço minhas as suas palavras.

E eu quero, assim, pedir um apelo aos colegas Senadores para que a gente então vote a matéria, pela rejeição da emenda e recusa do voto...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu vou fazer a inscrição aqui. Concedo a palavra ao Senador Mecias.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para discutir.) – Presidente, eu me lembro da Carla Zambelli correndo atrás de um cara no meio da rua com uma arma em mão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – ... e me lembro do Roberto Jefferson enfrentando a Polícia Federal com armamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Estão sendo punidos, estão sendo punidos.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – É, estão sendo punidos. Pois é, esse negócio de que não tem violência...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto aqui. Concedo a palavra ao Senador Mecias de Jesus.

Nós estamos em discussão aqui.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Vidas poderiam ter sido ceifadas neste momento em que a Zambelli estava com uma arma na mão, uma Deputada Federal...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – E o Roberto Jefferson.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – ... e o Roberto Jefferson, com uma espingarda 12.

Sr. Presidente, eu acho que o mundo virou dos pés à cabeça aqui. Eu acho que o negócio mudou tudo. De repente, o Contarato, nosso querido Senador, virou armamentista, e o Flávio Bolsonaro resolveu apoiar o Contarato. O negócio mudou aqui. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Isso é um caminho da pacificação. Isso é importante.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É coerência com o assunto.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – É.

Sr. Presidente, o que eu quero dizer é o seguinte: em nenhum momento, a nossa emenda é contra o porte de arma. O nosso momento é favorável ao porte de arma em caráter extraordinário, quando ele estiver em missão, quando o servidor estiver em função. Inclusive, como já dito aqui pelo Senador Omar, pelo Senador Hiran, o servidor da Funai, do Ibama, do ICMBio, toda vez que está em missão, já é autorizado por uma portaria interna deles a usar armas. E, além disso, além de ele estar autorizado a usar armas, ele pode chamar o apoio da Polícia Federal, do Exército e da Polícia Militar. O que nós estamos autorizando aqui é o porte permanente para o Ibama, para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ICMBio e para a Funai. Nós vamos chegar lá ao Velho Oeste: está todo mundo armado, com a pistola na cintura. O produtor que já tem medo do Ibama, já tem medo da Funai chega lá encontra um cara com a pistola na cintura, ele nem fala, ele vai sair de lá amedrontado. Por que armar o servidor público, se a lei dá direito a todo cidadão que tem caráter, que tem personalidade a estar armado? Então, por que não impedir o porte de arma para todo mundo? Por que só para o policial, para o servidor da Funai, do Ibama, do ICMBio? Nós não estamos contra, não, só que seja em caráter excepcional.

Tem uma ação, ele está autorizado já pela portaria que a própria Funai está dando para ele. Ele já anda armado. A Funai, o Ibama já o autorizam por uma portaria interna. O que a nossa emenda está propondo é que ele tenha o porte de arma em caráter excepcional e autorizado pela portaria que o próprio ministério dele está fornecendo, e não um porte permanente para ele ir ao bar, para ele ir ao trabalho, para ele ir para a cidade, para ele ir para a rua. É isso que nós estamos propondo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra, para discutir a matéria, ao Senador Hiran Gonçalves.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – Partindo da premissa do meu querido Flávio Bolsonaro, eu também quero avocar os médicos do Brasil que são submetidos à violência em tudo que é pronto-socorro deste país, do SUS, quando uma pessoa não é atendida, e que são ameaçados e agredidos, os enfermeiros, enfim. Que todo mundo possa utilizar arma. Então, vamos utilizar arma todo mundo.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu estou de acordo. Cumprido o requisito legal, é isso mesmo.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Porque o que acontece? Só quem mora lá nos nossos estados... Eu sou amazonense – o Omar sabe –, sou lá da beira do rio, eu sei a maneira como esses fiscais abordam as pessoas mais humildes deste país. Chegam lá destruindo tudo, tocando fogo em tudo. E eu acho que a gente precisa realmente normatizar com cuidado isso.

Eu tenho um respeito pelo Senador Contarato, eu sei da intenção do Senador Contarato, mas a gente vive numa realidade em que eu acho que nós deixaríamos aquelas pessoas que trabalham e produzem nos rincões deste país numa situação de muita vulnerabilidade, porque esses fiscais não estão preparados adequadamente para utilizar armas. E eu sei disso, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também, Contarato, as pessoas aqui me conhecem como médico, como oftalmologista, mas eu também sou policial, sou médico-legista aposentado e eu sei que a gente precisa ter um preparo extremamente adequado para fazer a utilização de uma arma de fogo.

Meu querido Flávio, a gente está tratando aqui de realidades completamente diferentes da do Rio de Janeiro, por exemplo, onde V. Exa. vive. No Rio de Janeiro, não se precisa de autorização para usar uma arma, todo mundo usa arma, e o poder público não tem nem condição de controlar quem usa arma ou não. Quer dizer, eu acho que a gente tem que ter um certo cuidado, porque, lá na nossa região, nós estamos tratando com pessoas que trabalham, pessoas humildes, que são submetidas a grandes constrangimentos através dessas fiscalizações completamente fora de parâmetros galgados no bom senso e no respeito às pessoas. É por isso que eu me sinto contemplado com essa emenda do Senador Mecias de Jesus.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Sergio Fernando Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Esse projeto se assemelha um pouco ao que nós votamos recentemente aqui, o porte de arma para funcionários, agentes que trabalham em estabelecimentos socioeducativos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – E aqui até entendo as ponderações e a preocupação com o mau uso do armamento, mas fico pensando lá no fiscal do Ibama, no fiscal da Funai, num local ermo do país, pode ser no Amazonas, mas pode ser também no Paraná, no interior. Nós estamos tendo hoje, lá, por omissão do Governo atual, conflitos de violência em Terra Roxa, em Guaíra, e, sem entrar no mérito do que vai fazer o fiscal ou não, ele precisa ter o direito, a meu ver, de se proteger.

E a gente sabe... Tá, o Exército pode ir, a polícia pode ir, mas nem sempre está disponível. Nem sempre está disponível. Então, assim, entendo as ponderações dos colegas, respeito as ponderações dos colegas, mas, se tem funcionários públicos que podem estar numa situação de risco por conta da função... E a gente sabe que, infelizmente, esse trabalho na área ambiental, esse trabalho na área da Funai, envolvendo índio, pode envolver situações de violência, e podem estar os funcionários desabrigados de uma proteção. A meu ver, é saudável permitir que haja a utilização do porte, sem prejuízo, evidentemente, de o fiscal responder se fez coisa errada, como em qualquer outra profissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vou aqui... Eu entendo a posição de V. Exa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... mas eu, nessa linha, acompanho a posição do Senador Flávio Bolsonaro em relação a esse tema. Sei que há uma insatisfação com excessos de fiscalização da Funai e do Meio Ambiente, mas isso se resolve de outra maneira, e não desprotegendo ou negando a proteção necessária a esses fiscais.

Então, a realidade, a meu ver, impõe que eles tenham essa possibilidade para utilizar o porte, a mesma coisa que nós falamos dos agentes. Ele está lá no... E é como penso também em relação ao agente penitenciário. Uma época ele podia... Ele sai do presídio e não pode ter uma arma, quando é o momento em que ele está mais vulnerável.

Então, assim, eu vou votar a favor desse projeto. E acho que a emenda, embora entenda o espírito dela, acaba restringindo demais a necessidade de proteção desses fiscais, mas concordo com V. Exa. que há excessos, e esses excessos têm que ser resolvidos, mas não dessa maneira.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A Senadora Dorinha estava inscrita também, mas está ausente. Então, nós não temos mais oradores... Ah, o Senador Alessandro! Perdão, Alessandro. V. Exa. está inscrito também.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para discutir.) – É apenas, Presidente – obrigado pela concessão –, uma observação racional. Nós estamos misturando dois assuntos aqui.

Eu compreendo perfeitamente as restrições que os colegas do Norte têm com relação à forma como fiscalizações acontecem, eventuais abusos – e naturalmente qualquer abuso deve ser combatido –, mas isso não quer dizer que nós devemos negar ou restringir o acesso ao porte de arma para funcionários públicos que estão na sua atividade, uma atividade de risco, porque existe uma linha de entendimento desta Casa já consolidada que vem concedendo o porte de arma para diversas categorias devidamente justificado.

Então, a sugestão que dou de encaminhamento é que se providencie, em outra legislação talvez, uma majoração da punição para quem abusa na fiscalização, para quem humilha o cidadão que está lá na sua pesca artesanal – e, aí, claramente terá apoio da Casa –, mas não misturando as duas coisas e não criando dois pesos e duas medidas, senão a gente vota numa semana e concede

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a categoria A e depois, para a categoria B, por uma questão muito específica de abusos pontuais, eu penalizo uma categoria inteira.

Então, já antecipo o voto favorável ao projeto e peço a reflexão dos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos.

Vou fazer uma...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Só uma ponderação. (*Fora do microfone.*)

É como a questão do policial. Tem também policial que abusa da função, mas nem por isso se vão tirar as armas de todos os policiais por conta dessa situação. E a atividade aqui – a gente tem que reconhecer – tem um certo risco, especialmente aí em regiões mais ermas do país, tem um risco!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não há mais Senadores inscritos para discutir a matéria.

Eu vou consultar o Senador Fabiano Contarato sobre o relatório à emenda apresentada pelo Senador Mecias.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu estou rejeitando a emenda...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Rejeitando a emenda.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – ... e estou mantendo o relatório apresentado para a concessão de acordo com as exigências de demonstração de capacidade. E, com todo o respeito ao colega Hiran, comparar a função de um médico num pronto-socorro com a função de um funcionário do Ibama e do ICMBio dentro da Amazônia, lá, sofrendo... Emite um auto de infração por um crime ambiental e depois você vai sofrer na pele a retaliação ali. Então, Sr. Presidente, só para... Com o respeito que eu tenho ao Senador Hiran, mas nós vamos... Eu estou rejeitando a emenda e mantendo o relatório para a concessão do porte para Ibama, ICMBio e Funai.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu consultei a nossa assessoria, existe ainda apensado a esse projeto um voto em separado, já que V. Exa. rejeitou a emenda. Então, eu tenho que regimentalmente consultar o Senador Mecias – para dar conhecimento ao Plenário da Comissão – sobre se ele deseja fazer a leitura do voto em separado antes de nós votarmos o relatório rejeitando a emenda de V. Exa. É para dar conhecimento ao voto em separado, se V. Exa. quiser, mas está no sistema já.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não. Não vai retirar, vai votar.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente, eu vou retirar o voto em separado e vamos recorrer, vamos fazer o destaque da emenda para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ah, tá, o destaque para o Plenário já?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, fica retirado o voto em separado e eu vou submeter à votação.

Está encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Fabiano Contarato.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Presidente, registre o meu voto contrário, por gentileza.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Fica aprovado o relatório apresentado pelo Senador Fabiano Contarato com os votos contrários do Senador Mecias de Jesus e Hiran Gonçalves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – O Senador Omar também se manifestou contrariamente. Não está aqui, no momento, mas se manifestou contrariamente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas não vai contar, porque está ausente.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 3-CMA e CCJ e 4-CMA e CCJ, e contrário à Emenda nº 5.

A matéria vai ao Plenário do Senado.

Foi consultado pelo Senador Veneziano Vital do Rêgo o Senador Alessandro sobre se V. Exa. poderia fazer a leitura *ad hoc* do relatório apresentado. V. Exa. concordou. Então, nós vamos continuar com o projeto.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 2251, DE 2022

- Não terminativo -

Autoriza o Poder Executivo a doar área para a instalação da Embaixada da República de Cabo Verde.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Iniciativa: Presidência da República.

Concedo a palavra ao Senador Alessandro Vieira para proferir o relatório *ad hoc*.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes, apenas vou fazer uma atualização, Presidente, com relação ao tema em que eu toquei já nesta reunião: a questão das emendas e o seu bloqueio pelo Ministro Dino. O Ministro Dino hoje já anunciou que defende discutir também o volume das emendas, o valor total. Ele anunciou que vai propor a discussão disso pela corte também, porque ele entende que está dentro da alçada dele, de iniciativa própria, fazer esse tipo de discussão. Então, isso só reforça a necessidade que nós temos de ter um debate mais claro e profundo sobre o tema e entender qual o papel que a Constituição reserva a cada um dos Poderes da República.

Indo à análise do projeto apresentado, Sr. Presidente, observamos, preliminarmente, que o PL 4.256, de 2016, é de caráter autorizativo, encontrando-se de acordo com as disposições normativas sobre doação de um bem de propriedade da União a um outro país para a construção da sede de sua representação diplomática. Nesse sentido, é necessário que seja feita a doação por lei.

No que concerne às atribuições específicas desta CCJ, não identificamos quaisquer vícios de constitucionalidade ou legalidade. O PL também é versado em boa técnica legislativa.

Ante o exposto, somos pela aprovação do PL 2.251, de 2022, que essencialmente trata da doação de terreno para a construção e instalação da Embaixada da República de Cabo Verde, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Alessandro.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos.

Está encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Alessandro Vieira.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Item 5, que é o Projeto de Lei nº 1.862, de 2021...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Marcos Rogério, meu querido Vice-Presidente, nesta matéria é necessária a votação nominal. O Senador Jorginho e V. Exa... V. Exa. gostaria de fazer a leitura *ad hoc*. Quer tentar iniciar a votação nominal?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu acho que é plenamente possível em razão de os Senadores poderem votar pelo sistema, pelo aplicativo. Se V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pronto. Então, vamos lá.

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 1862, DE 2021

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para possibilitar a concessão de autorização especial de trânsito aos tratores e demais aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinaria agrícola ou a executar trabalhos agrícolas.

Autoria: Senador Jorginho Mello (PL/SC)

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Pela aprovação do Projeto com a emenda que apresenta.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária;

- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Vice-Presidente Marcos Rogério para proferir o relatório *ad hoc*.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, com sua permissão, vou direto para a análise do projeto, cumprimentando o eminente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autor dessa proposta, o nosso hoje Governador Jorginho Mello, do PL, à época Senador da República, com relatoria do Senador Jorge Seif, também do Estado de Santa Catarina.

Com muita honra, passo à análise da matéria, subscrevendo os termos do voto apresentado pelo nobre Relator originário.

Analisaremos primeiramente os aspectos formais da proposta e passaremos em seguida à análise do mérito e às questões de técnica legislativa.

Quanto à constitucionalidade da proposta, nada há a se obstar, uma vez que a Constituição determina, no seu art. 22, XI, que compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transporte. Além disso, sobre a matéria aqui tratada não incidem as vedações impostas à iniciativa parlamentar, conforme determina o §1º do art. 61 da Constituição da República.

Da mesma forma, quanto à juridicidade, o projeto de lei é inovador, trata de matéria em abstrato, e veicula suas propostas em legislação vigente, em vez de produzir legislação esparsa.

Quanto ao mérito, de fato, numa leitura mais estrita do texto vigente do *caput* do art. 101 do Código de Trânsito Brasileiro, pode-se chegar à conclusão de que a autoridade com circunscrição sobre a via somente pode conceder AET aos veículos ou às suas combinações utilizadas no transporte de cargas, nos seguintes termos:

> Art. 101. Ao veículo ou à combinação de veículos utilizados no transporte de carga que não se enquadre nos limites de peso e dimensões estabelecidos pelo Contran, poderá ser concedida, pela autoridade com circunscrição sobre a via, autorização especial de trânsito, com prazo certo, válida para cada viagem ou por período, atendidas as medidas de segurança consideradas necessárias, conforme regulamentação do Contran.

Esse não é o caso dos tratores, que são veículos de tração, e não de carga. Nesse sentido, tem mérito a proposta contida no PL aqui analisado. Entretanto, do ponto de vista da técnica legislativa, parece-nos que, em vez de colocar mais um exemplo de categoria de veículos que pode receber essa autorização, essa AET – no caso, veículos de uso agrícola –, o melhor caminho é suprimir a expressão "utilizados no transporte de carga", prevista no *caput* do art. 101.

Assim, a autoridade com circunscrição sobre a via poderá conceder AET aos veículos e suas combinações, independentemente de seu uso ou de sua classificação. Em outras palavras, a classificação dos veículos – se de tração ou de passageiros, por exemplo – não deve ser critério para a concessão dessa AET. Deve ser considerada apenas a necessidade de análise, por parte do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

operador da rodovia, da viabilidade do tráfego de veículos de dimensões ou peso acima do padrão no trecho que se pretende percorrer, e as possíveis medidas de segurança adicionais para proteção da infraestrutura e das obras de arte nessa operação.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei 1.862, de 2021, e, no mérito, por sua aprovação, com as alterações decorrentes da seguinte emenda. A emenda já está devidamente publicada no sistema de tramitação da CCJ, deixo de lê-la porque já é de conhecimento desta Comissão.

É o parecer apresentado pelo nobre Relator, Senador Jorge Seif, Sr. Presidente, com o qual concordo e o qual estou subscrevendo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Senador Marcos Rogério.

Coloco em discussão a matéria, o relatório apresentado. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir a matéria.

Está encerrada a discussão.

Consulto os Senadores e as Senadoras se podemos realizar a votação única para o projeto e para a emenda, nos termos do parecer apresentado. (*Pausa.*)

Confirmado pelo Plenário.

Vamos iniciar a votação nominal do relatório apresentado.

Está iniciada a votação.

Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Marcio Bittar, Senador Eduardo Braga, Senador Renan Calheiros, Senador Jader Barbalho, Senador Oriovisto Guimarães, Senador Marcos do Val, Senador Plínio Valério, Senador Alessandro Vieira, Senador Flávio Bolsonaro, Senador Beto Martins, Senador Marcelo Castro, Senadora Professora Dorinha, Senador Alan Rick, Senador Jayme Campos, Senador Izalci Lucas, Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rogerio Marinho, Senador Fabiano Contarato, Senador Lucas Barreto, Senador Otto Alencar, Senador Omar Aziz, Senadora Zenaide Maia, Senador Nelsinho Trad, Senador Humberto Costa, Senador Jorge Kajuru, Senador Hamilton Mourão, Senador Mecias de Jesus, Senador Esperidião Amin.

Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

Concedo a palavra por questão de ordem ao Senador Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Presidente Davi, Sras. e Srs. Senadores, nós acabamos de ver uma discussão aqui muito acirrada em relação à questão de fiscais do ICMBio e da Funai utilizarem arma de fogo no campo.

Isso, para mim, meu Presidente, é um sinal de que nós, realmente, ficamos sempre legislando com certo *delay*, com certo atraso. E, quando a gente abre mão da nossa finalidade precípua de legislar nesta Casa, começam a aparecer esses projetos aqui, que, às vezes, vão contra os interesses das pessoas que produzem e trabalham, como no caso daquilo que nós discutimos agora aqui.

Em julho ainda deste ano, nós começamos a discutir aqui a nossa PEC do marco temporal. Em julho, Presidente. E V. Exa. me solicitou – V. Exa. é um homem de palavra, muito respeitado por todos nós, aliás é por isso que o senhor é Presidente e, certamente, tudo indica que será Presidente de novo do Senado e do Congresso Nacional – e falou muito claramente aqui, numa reunião em julho, que nós íamos suspender a discussão do marco temporal, que é... Eu acho que é uma necessidade do país nós estabelecermos um prazo claro para que haja demarcação de terras indígenas e quilombolas na nossa nação. Aliás, eu acho que já há terra demais demarcada e há políticas públicas que desenvolvam essas comunidades de menos, mas esse é um outro debate.

Mas eu queria cobrar de V. Exa. aquilo que V. Exa. nos prometeu aqui, a este Colegiado. O senhor falou: "Olha, vamos esperar que uma comissão de trabalho que está sendo instituída pelo Ministro Gilmar Mendes, no Supremo Tribunal Federal, delibere sobre as ações diretas de constitucionalidade e inconstitucionalidade que estão tramitando naquela casa em relação à Lei do Marco Temporal", que foi aprovada por nós; foi vetada pela Presidência da República, mas foi derrubado o veto por nós aqui.

E nós estamos esperando até hoje que essa comissão chegue a uma conclusão. E lá não avançou, infelizmente não avançou, principalmente por intransigência de algumas associações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indígenas que estão ali representadas; em detrimento de outras que, inclusive, nós sugerimos que participassem e até hoje nós não conseguimos a participação.

Então eu queria pedir, mais uma vez, a V. Exa., que é um homem de palavra, é um homem de enfrentar as dificuldades com sabedoria, com equilíbrio, que o senhor possa reabrir essa discussão nesta Casa. Isso não é uma aspiração minha, não. Eu acho que isso aí é uma aspiração do povo brasileiro, das populações naturais, porque a gente está vendo, no campo, que essa nossa indecisão gera invasões, gera conflitos, como foram relatados aqui pelo nosso Senador Sergio Moro.

Lá em Guaíra, tivemos eventos violentos, indígenas atacando produtores. Nós temos invasão de terra em vários lugares deste país, porque nós não temos um marco legal adequado para proteger as populações naturais e para proteger a sociedade de um modo geral, aqueles da agricultura familiar, do agronegócio, que vivem nessa insegurança jurídica.

Então, Presidente, eu quero, mais uma vez, pedir a V. Exa., que será o Presidente do Congresso Nacional, que o senhor enfrente esse tema com a altivez que lhe é peculiar, com a sua inteligência, com a sua coragem, para que nós possamos dar uma resposta ao Brasil.

Então está feito aqui o meu pedido, e espero que V. Exa., logo após... Eu acho que esse nosso acordo não será cumprido por conta do tempo, porque, na próxima semana, nós teremos aqui um evento nesta Casa que vai impossibilitar os nossos trabalhos. Mas eu queria que V. Exa. se comprometesse conosco de que, logo após essa semana, na outra semana, nós pudéssemos voltar ao tema, discutir a matéria e caminhar com essa matéria, Presidente. Isso é uma solicitação da sociedade brasileira.

Muito obrigado.

Ontem mesmo, houve um fechamento de estradas federais no nosso estado. Algumas associações que se dizem representantes dos indígenas fomentam fechamento de estradas federais. E olhe só, no meu estado, fecharam estradas federais na Reserva São Marcos e na Raposa Serra do Sol, onde não há razão alguma para se fechar estradas, porque aquelas áreas são demarcadas há muito tempo, são respeitadas e são apoiadas pelo poder público, principalmente pelo nosso Governo lá, que faz um grande projeto de incentivo à agricultura familiar indígena; nós apoiamos muitas comunidades indígenas. Mas ali essas instituições que se dizem representantes dos indígenas terminam fomentando esses movimentos, que terminam por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prejudicar os próprios indígenas que se utilizam daquelas estradas para receber suas mercadorias, transitar.

Enfim, eu acho que nós precisamos regulamentar isso, porque senão nós terminamos fazendo sofrer pessoas que estão trabalhando muito para fazer com que este país cresça e se desenvolva – e por respeito também às populações naturais.

Muito obrigado, Presidente.

E, se Deus quiser, nós vamos poder caminhar com essa matéria depois do evento que vai haver aqui na próxima semana.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador, Dr. Hiran.

Eu me sinto na obrigação de registrar, e, primeiro, agradecer a V. Exa. a forma cordial como faz a sua manifestação com este Senador, Presidente desta Comissão – uma forma educada, fazendo referências a todo esse entendimento e essa construção política que nós construímos aqui. É o que nós buscamos a todo instante fazer: essa mediação, essa ponderação, a busca do equilíbrio, da razoabilidade, do bom senso.

De fato, concretamente, eu me sinto obrigado a reconhecer que fiz esse movimento, enquanto Presidente do Senado... Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, enquanto Senador da República, compreendendo o apelo que foi me feito por vários colegas Senadores naquele momento, ainda em julho, sobre essa câmara de conciliação entre o Parlamento, o Poder Executivo, o Poder Judiciário e as comunidades indígenas, pelo que estava sendo debatido lá no Supremo Tribunal Federal, nessas ações, tanto de constitucionalidade como de inconstitucionalidade, que estão sendo debatidas nessa mesa de negociação.

De fato, eu preciso reconhecer que eu fiz essa ponderação para buscar essa conciliação e eu não tive, de fato, o retorno de todos os atores envolvidos em relação a esse diálogo estabelecido entre os Poderes. Concretamente, não estou conseguindo cumprir com o que me comprometi com V. Exa. e com os outros Senadores da Comissão.

Eu faço um compromisso com V. Exa. de que eu vou procurar, a partir de agora, todos os atores envolvidos nesse debate, para que eu possa formatar um juízo de valor em relação a esse prazo de discussão. E de uma coisa eu fui informado no dia de ontem: as associações indígenas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se retiraram do debate no Judiciário; ou seja, isso corrobora a tese de V. Exa. em relação à postergação desse debate no Supremo Tribunal Federal.

Vou procurar o Ministro mediador da conciliação, relator do caso, o Ministro decano Gilmar Mendes, e vou fazer uma manifestação clara, enquanto Presidente desta Comissão, sobre a possibilidade de nós, rapidamente, resolvermos isso. Senão, naturalmente, na condição de Presidente da Comissão, eu serei obrigado, não só por V. Exa., mas pelo que me impõe a regra regimental, a retomar a pauta desta proposta de emenda constitucional, para que nós possamos, cada Senador, deliberar e votar a proposta que trata do marco temporal aqui no plenário da Comissão e, posteriormente, no Plenário do Senado Federal.

Então, eu acho que já foi feito o que deveria ser feito. Nós estamos falando de praticamente noventa a cem dias. E o que me informaram ontem... Eu, achando que estavam todos participando da discussão e do debate, fui atrás de... fui cobrado por V. Exa., ontem, porque não tinha pautado para esta semana, já que era o compromisso de nós retomarmos em outubro. E de fato eu fui informado de que as próprias associações indígenas se retiraram do debate. Se a parte interessada, que também deseja uma conciliação... E eu acho que também é o certo colocarmos todos na mesa, e, se sai da mesa, a gente também não tem por que mais suspender o debate da discussão aqui no plenário e a gente tem que, naturalmente, exercer o que está assegurado em relação à pauta da Casa.

Então, eu me comprometo com V. Exa. que vou procurar todos os atores envolvidos e vou tomar uma decisão rapidamente de retornar essa matéria à pauta da Comissão.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pela ordem, Senador Alan Rick.

Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero aqui elogiar a postura de V. Exa. e fazer coro aqui ao Senador Hiran.

Lá no Paraná, a gente está enfrentando uma situação dessas, porque, lá nas cidades de Guaíra e Terra Roxa – Guaíra, que já foi tão castigada na história pelo alagamento lá de Sete Quedas –, o que nós temos visto neste último ano tem sido invasões de terras por população indígena, ou que se diz indígena, porque tem uma controvérsia em relação a isso, mas, ainda que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sejam indígenas, são terras que pertencem à propriedade privada de produtores. E, de repente, se tem um... Não podem recorrer à Justiça as pessoas que têm a propriedade invadida. Vem uma decisão do Supremo dizendo que os processos estão todos suspensos, não se pode fazer nada. E aí qual é a solução para isso, não é, Senador Hiran? É usar a violência, usar a força para resolver os seus próprios problemas?

Aí nós aprovamos essa Lei do Marco Temporal, em um grande esforço inclusive aqui da CRA (Comissão de Agricultura), presidida pelo Senador Alan Rick. E a lei não é cumprida. Agora tem essa proposta de emenda, mas, assim, se a lei for cumprida, já é um grande avanço.

Então, precisa ter uma solução para isso. O que não pode é a Justiça ficar paralisada e negar deliberar sobre o direito dos cidadãos brasileiros. Que seja para dizer que os índios têm razão naquele caso ou para dar direito lá aos proprietários que tiveram as terras invadidas. Não dá para ficar nesse limbo. E V. Exa., um dos grandes nomes aí do Senado Federal, Presidente da CCJ, nosso futuro Presidente do Senado, é que tem condições aí de colocar essas questões na mesa, porque não pode ficar essa paralisia do Poder Judiciário e esse desrespeito às normas que foram aprovadas pelo Congresso.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Sr. Presidente, permite-me? Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não, Senador Presidente Alan Rick.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, cumprimento aqui o Senador Sergio Moro e agradeço as palavras de reconhecimento pelo esforço conjunto que os Senadores fizeram: iniciamos o debate do marco temporal na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; fizemos audiência pública; votamos a matéria em tempo oportuno; na sequência, a matéria vem aqui para a CCJ, com a brilhante relatoria do Senador Marcos Rogério, sob a liderança de V. Exa.

Eu venho aqui me juntar ao esforço Senador Hiran, que, de forma muito inteligente, muito tempestiva, elaborou essa emenda à Constituição, essa proposta, para que nós pudéssemos ter um remédio no caso da leniência, da demora, do atraso que hoje impera no Supremo em relação à matéria aprovada pelo Congresso, extensamente debatida por mais de 17 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu entendo que, no atual andar da carruagem, V. Exa. tem um papel fundamental, Presidente Davi Alcolumbre, e fico gratificado por ouvir de V. Exa. o empenho na busca da solução para esta que é uma demanda do direito à propriedade, da segurança jurídica, do direito indígena inclusive, para garantir que eles tenham as demarcações das áreas que eles possam garantir ocupadas até aquele período que nós estabelecemos na lei, que é o marco temporal de 5 de outubro de 1988.

E é bom que se diga que há muita mentira sendo divulgada, muita *fake news* de que o marco temporal impede novas demarcações, impede que processos em andamento sejam analisados. Isso é mentira! O que nós estabelecemos são regras claras que o próprio Supremo estabeleceu no caso de Roraima, Raposa Serra do Sol.

Então, cumprimento o Senador Hiran. Mais uma vez o parabenizo por ter apresentado essa proposta e me junto a ele nesse esforço.

Parabenizo V. Exa., que sempre tem ouvido Senadores e defendido o Senado, Presidente. O nosso Senado precisa realmente de homens que tenham a coragem de defender as nossas prerrogativas que têm sido violentadas constantemente pelo ativismo judicial.

Na sequência, solicito a V. Exa. que possamos fazer a leitura *ad hoc* do nosso projeto que cria a política nacional de segurança escolar. Acabei de conversar com o Senador Esperidião Amin e solicitei para que fosse feita a leitura *ad hoc* do seu brilhante relatório, Sr. Presidente, em homenagem, inclusive, às professoras, aos educadores, aos heróis que ajudaram a salvar crianças em ataques nas escolas brasileiras.

Só nos últimos dez anos, houve mais de 50 mortes em ataques em escolas, como aquele caso de Janaúba, lá em Minas Gerais, em que a Profa. Heley teve o corpo queimado e depois faleceu, Senador Magno Malta. O senhor estava lá. Oito crianças foram queimadas vivas, criancinhas de dois a quatro anos. E aquela professora sacrificou sua própria vida. A Profa. Heley de Abreu tinha perdido um filhinho que morreu afogado, Senador Magno Malta, e aquelas crianças da creche, de quem ela cuidava, a ajudaram a superar a perda do seu filhinho.

Por isso e pelo sacrifício daquela professora e de tantos brasileiros que lutam, Senador André, para dar mais segurança às nossas crianças... Eu tenho um filhinho de três anos. Eu fico aterrorizado de pensar em um maluco entrando numa escola, Senador, e atacando os nossos filhos, nossas crianças brasileiras. Então, esse projeto cria normas de segurança para as crianças brasileiras nas escolas. E é fundamental que nós possamos aprová-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu solicito a V. Exa. a leitura *ad hoc* pelo Senador Sergio Moro na sequência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Qual é o nome da professora?

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Profa. Heley de Abreu, de Minas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Projeto de lei Helen de Abreu.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Heley de Abreu.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É isso aí, o nome da lei.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Lei Heley de Abreu, em homenagem a esse caso, como sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Boa sugestão.

Deixe-me fazer um registro muito importante...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Eu fiz uma aprovação aqui sobre ela. Ela foi eleita... No ano em que ela morreu, Pabllo Vittar foi eleita a mulher do ano. E Heley morreu em Janaúba.

Eu fui para lá como Senador. Lá não tinha nem líder religioso. Nem políticos de Minas Gerais estavam lá, numa tragédia das mais tremendas que eu já vi na minha vida.

E aí tem pontos interessantes que ele falou aqui e que servem para todos nós, porque estão dentro do assunto dos Prefeitos que foram eleitos ou reeleitos. Que os Senadores levem essa palavra para eles.

O sujeito que era vigia da creche era um indivíduo com três laudos e internação de psicopatia e loucura. Hoje, nos municípios – antigamente era assim e hoje também –, o Prefeito elege, o Vereador chega nele e fala assim: "Ó, para a creche lá do meu bairro, eu que quero indicar". Não há um critério de indicação para quem cuida de creche, quem toma conta de creche.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há coisas que o Prefeito tinha que avocar para ele, dizendo: "Olha, eu preciso saber, eu preciso ter a vida dessas pessoas, até das professoras que vou colocar na creche, qual é o histórico delas de cuidar de criança". É o lugar mais sensível, porque criança não é o futuro daquele município; é o presente. Ou você cuida do presente ou não tem futuro!

Lá em Janaúba, ela tirou três crianças dos braços de um maluco, porque ele, ali, quando jogou gasolina, jogou nele também. Ao jogar e riscar o fósforo, ele abraçou três crianças, para morrerem agarradas a ele. Ela conseguiu tomar duas, quando o povo juntou e começou a gritar: "Heley, seu cabelo está pegando fogo! Você está morrendo!". Ela voltava, com o cabelo pegando fogo, e jogava a criança, e voltava de novo. Ela sabia que estava morrendo, mas ela salvou as crianças. O forro de PVC não tinha proteção contra fogo. Hoje realmente a Fortlev, lá do Espírito Santo, desenvolveu esse forro, que não pega fogo, só que aquele troço caía como pingo de vela, mas nas costas das crianças deste tamanho assim, que fazia buracos nas costas das crianças. E lá não apareceu ninguém. As crianças estavam...

E quero relatar isto aqui, porque é muito importante, Senador Alan: não apareceu um político! Eu ligo de dentro do hospital, que era a Santa Casa, sempre as santas casas, ali do lado, em Montes Claros, e, quando eu ligo de lá e sento com a direção da Santa Casa, eles me mostram quatro ofícios mandados a Aécio, a Deputados de Minas, e o último tinha sido mandado a Anastasia, pedindo uma emenda de R$400 mil, já há seis anos, para fazer uma ala de queimados para aquele hospital. Aí eles trouxeram para mim. Eu falei: "Me dê, deixe-me dar uma olhada". Olhei e falei: "Vocês me perdoem!". Peguei o telefone, botei no viva-voz e liguei para Anastasia, que hoje está lá no Tribunal de Contas. "Oh, Magno, tudo bem?". Eu falei: "Onde você está? Eu estou aqui no seu estado". Ele: "Fazendo o quê?". Eu falei: "Fazendo o quê? Eu estou em Janaúba, onde as crianças morreram queimadas!". Ele: "É, rapaz, eu ouvi falar...". Eu falei: "E eu estou aqui com a diretoria com pedidos a você de R$400 mil para construir uma ala de queimados. Tem criança com queimaduras de segundo grau, terceiro grau... O grito delas está sendo ouvido aqui com as mães lá!". Ele... Eu falei: "Está em viva-voz, cuidado com o que você vai falar!". Ele disse: "Perdão! Peço perdão! Fui Vice-Governador, fui Governador e, assim, não sei se a minha assessoria não me entregou, mas eu estou colocando uma emenda de R$1 milhão [eu acho] para lá". Esse dinheiro chegou, porque a ala de queimados foi feita na Santa Casa de Misericórdia. E ninguém se lembra...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quis dizer da Profa. Heley, porque, no ano da morte dessa heroína, no mesmo ano, no mesmo mês, Pabllo Vittar foi eleita a Mulher do Ano, quando a Mulher do Ano tinha que ter sido a Profa. Heley.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Quero aproveitar aqui, rapidamente, para agradecer a presença, aqui na Comissão, do Senador André Amaral, o nosso querido Senador suplente do Líder Efraim. E também quero fazer um registro da presença da Senadora Izaura Cardoso, que é suplente do Senador Wilder Morais e que também é esposa do Senador Vanderlan Cardoso. Seja muito bem-vinda aqui, Senadora Izaura!

Está ali a nossa Senadora suplente do Wilder Morais e esposa do Senador Vanderlan!

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Ele estava aqui de óculos e você não enxergou...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ele está de óculos?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Ele estava e foi assistindo... (*Risos.*)

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Quero agradecer as palavras do Senador Magno Malta, testemunha viva desse triste episódio. É importante que a gente compreenda a grandeza dessa matéria, mas eu preciso fazer também justiça aos demais Senadores que também... Porque esse meu projeto vem desde a Câmara dos Deputados, vem desde 2016, e só depois de tantos acontecimentos é que a gente resolve votar a matéria de tamanha importância.

Mas quero registrar aqui que o Senador Cleitinho também apresentou proposta semelhante, e a Senadora Ivete da Silveira também, que foram apensadas ao nosso projeto, que é anterior, no relatório do Senador Esperidião Amin, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Alan.

Vou encerrar a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente, me concede pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me só proclamar o resultado aqui.

Votaram SIM 18 Senadores; NÃO, nenhum Senador.

Está aprovado o projeto e a Emenda nº 1-CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa, para as providências cabíveis.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Bem rapidamente, Sr. Presidente, ainda em cima do que V. Exa. falou, de que vai estar com o decano da Corte.

Em havendo entendimento, se manterá o entendimento? E em não havendo entendimento, V. Exa. vai fazer valer a autonomia desta Casa? Esta Casa não pode viver debaixo de uma subserviência descomunal de um ativismo judicial absolutamente irresponsável.

Ontem, Senador Marcos Rogério, o Ministro André Mendonça... Eu me sentei nesta cadeira aqui, na sabatina dele, estava na época da mentirada do covid ainda, eu estava de máscara, e V. Exa. também de máscara, já fazia muito tempo que a gente não se falava, só pela internet nós dois nos falávamos. E eu, a pedido dele, vim para cá para poder dar sustentação e estar aqui, e ele estava ali, o chamado "terrivelmente evangélico", sentado ali. Ele, com a mão na Constituição, disse: "Na vida, a Bíblia; no Supremo, a Constituição".

Ontem, ele deu o despacho de uma liminar para Sra. Deolane, tirando dela a obrigatoriedade – veja só o absurdo – de vir à CPI. Ela não tem obrigação de vir. O despacho é de que ela não precisa se incriminar, mas tem que vir. Isso está na Constituição. O cidadão pode se calar. E todo o despacho é chover no molhado, porque quem preside a CPI tem que ter a grandeza de cumprir a Constituição e dizer: "Olha, o senhor não está obrigado a falar nada". Certo? "O senhor pode se calar, responda se quiser, converse com o seu advogado aí, e depois eu vou começar." Essa parte eu conheço. Agora, ao receber uma liminar para não vir, é uma privilegiada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao nível de Adélio Bispo, de que ninguém pode abrir telefone, ninguém pode nada. Ela é privilegiada, mas eu não acreditei, Senador Marcos Rogério, quando essa moça recebeu dele, de André Mendonça... Ela não é obrigada a ir. Acabou o instituto da CPI, então, que é um instrumento do Legislativo. E o Presidente de uma CPI é juiz. É um enfrentamento.

Então, assim, eles tomaram conta de tudo. O desrespeito é total. Quem a gente pensou que ia colocar lá, na minha visão, acho que até tola, que ia reagir, que ia não sei o que... Até porque era isto que ele falava antes. Se me apertar muito, eu conto. Se me apertar muito, eu conto, dou o local, falo o nome, falo o que ele falava.

Mas eu estou tão indignado com isso, porque o instituto da CPI, no meu caso, já salvou milhares de pessoas, de crianças – na CPI da Pedofilia, não vou nem falar as outras que eu comandei. Quando eu quebrei o sigilo da Google, sentado aí onde V. Exa. está, do lado Márcio Thomaz Bastos, abri o Orkut para o mundo inteiro, e mostrou-se a desgraceira do abuso de crianças nos porões da internet, com quebra do sigilo, porque eu era o juiz.

Então, quer dizer que, se ele fosse Ministro naquela época, ele teria impedido o Alexandre Hohagen, que era o Presidente da Google, de vir à CPI. Ora, que história é essa? Então, essa frase que V. Exa. falou aí, que eu nunca vi V. Exa. falar...

Eu vou conversar; não vou pedir. E se não houver acordo, o respeito a esta Casa vai ter que valer. Quero dizer uma coisa a V. Exa., olhando no seu olho: eu não voto em ninguém para Presidente desta Casa que não tenha a coragem de pontuar o seu enfrentamento. Aliás, não enfrentamento, porque não é enfrentamento, não há, não é revanche, não é nada. É o respeito à Constituição, respeito a este Poder, respeito aos Senadores, respeito ao que nós passamos um ano, seis anos, dois anos, três anos, quatro anos debatendo, com Comissão de mérito, Comissão disso, daquilo, e volta para aqui, entra um requerimento, até chegar ao Plenário. E a gente debate, debate, debate, vota até a madrugada; aí os caras: cinco minutos. Não vale porcaria nenhuma aqui. Quem manda somos nós. O que esse peso morto de Senado, que gasta tanto dinheiro, está fazendo aqui, que para o povo não vale nada?

Então, quando V. Exa. falou, espero que V. Exa. fale outras vezes dessa forma, e fale até mais grosso ainda. O respeito a esta Casa, porque conversar com o Presidente do Supremo, ou qualquer outro Ministro, tudo bem. Não estamos aqui para desrespeitar ninguém. Agora, a birra de menino, a birra de que "eu quero, eu quero, a cor da bola que eu quero é esta aqui, senão eu choro, eu vou para o chão, não, quem manda daqui sou eu", essa birra não pode ter – essa birra não pode ter.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, que essa fala de V. Exa. ecoe e que realmente haja respeito a esta Casa, aos Senadores eleitos, porque não tem Ministro nenhum eleito, embora o Ministro Toffoli tenha feito uma soma e dito que eles têm mais de 100 milhões de votos, fazendo um entendimento de que a votação dos Senadores é a votação deles, porque a votação que o povo deu para o Executivo transferiu para eles porque eles já são Ministros. Eles não têm voto nenhum – eles não têm voto nenhum! O desrespeito é total, Sr. Presidente, é total.

Então, essa palavra de V. Exa. me empolga, até porque eu sou um homem que tem palavra, sou firme e aguento pressão. Eu tenho palavra, não é não, Serginho?

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Seguro a pressão, vou até o final. Então a palavra de V. Exa...

Aproveitando, já que eu falei aqui, no final, eu gostaria que V. Exa. pudesse colocar em votação – eu queria – com relação a esses tribunais e a prisão... essas vendas de sentenças que aconteceram no Maranhão e no Mato Grosso... Eu estou convidando aqui, Sr. Presidente, para vir a esta Comissão, de uma forma muito especial – poderia fazer numa outra, mas acho que essa é a mais importante nesse sentido – o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, e o Exmo. Sr. Presidente José de Ribamar Froz Sobrinho, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, para que nós pudéssemos ouvi-los. Nós não vamos... não é fazer juízo – e nós não estamos discutindo o mérito, mas a denúncia como um todo –, não somos CPI, por isso é um convite. É um convite, não é? E eu sei o trâmite quando você tem que ouvir um juiz, eu sei como acontece o trâmite a partir de uma CPI instalada – isso aqui não é CPI, isso aqui é a CCJ –, para que a gente pudesse, Senador Marcos Rogério, ouvi-los, porque a população não aguenta mais explodir esse tipo de comportamento e não há ressonância do outro lado, na Casa maior, que é o Senado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Apenas uma observação para V. Exa.: um caso é do Maranhão e o outro caso é do Mato Grosso do Sul. V. Exa. falou Mato Grosso, é Mato Grosso do Sul.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Mato Grosso do Sul.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É, eles não gostam, não. Quem é de Mato Grosso fica chateado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O outro fica também.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Querido Senador Magno Malta, eu vou recolher o requerimento de V. Exa., nós vamos avaliar para, em um posterior encaminhamento sobre... já que nós estamos tratando do convite não só do Presidente do Conselho Nacional de Justiça, mas também do Presidente do Supremo Tribunal Federal. Então, vou recolher o requerimento de V. Exa., não vamos deliberar no dia de hoje.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não tem nenhum problema. Eu acho até que, em havendo... V. Exa. tem um bom relacionamento e pode conversar com eles... O bom relacionamento, eu volto a dizer, não implica subserviência, porque o Ministro Zanin evocou rapidamente para o Supremo, tirando das instâncias da importância desse assunto. Se ele tiver disposição, a mesma disposição que ele teve de bater de porta em porta aqui no Senado, deve também dizer por que evocou essa matéria para ele.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Atendendo solicitação do Senador Alan Rick, que consultou o Senador Sergio Fernando Moro e também tratou com o Relator da matéria, Senador Esperidião Amin, eu vou submeter à votação o item 8.

ITEM 8

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI Nº 2036, DE 2023

- Não terminativo -

Estabelece normas gerais sobre segurança escolar e dá outras providências.

Autoria: Senador Alan Rick (UNIÃO/AC)

TRAMITA EM CONJUNTO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI N° 2052, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre a criação da guarda escolar e/ou segurança armada nas instituições de ensino da rede pública ou privada e dá outras providências.

Autoria: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI N° 2092, DE 2023

- Não terminativo -

Cria a Política Nacional de Prevenção de Ataques Violentos a Instituições de Ensino.

Autoria: Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC)

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Favorável ao PL 2036/2023, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade do PL 2052/2023 e do PL 2092/2023, que tramitam em conjunto.

Observações:

- As matérias serão apreciadas pela Comissão de Segurança Pública (CSP) e pela Comissão de Educação e Cultura (CE), em decisão terminativa.

Projeto de Lei nº 2.092, de 2023, que cria a Política Nacional de Prevenção de Ataques Violentos a Instituições de Ensino. Este projeto está apensado. A autoria deste projeto é da Senadora Ivete da Silveira. O Relator desta matéria é o Senador Esperidião Amin. Este projeto está apensado a outros projetos que tratam do mesmo tema: Projeto de Lei nº 2.036, de 2023, que estabelece normas gerais sobre segurança escolar e dá outras providências, que também tramita em conjunto com o Projeto de Lei nº 2.052, de 2023, que dispõe sobre a criação da guarda escolar e/ou segurança armada nas instituições de ensino da rede pública ou privada e dá outras providências. E o autor deste aqui é o Senador Cleitinho, do Republicanos, de Minas Gerais.

Então, nós vamos deliberar, a pedido do Senador Alan Rick, o Projeto de Lei nº 2.036, relatado pelo Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, nós vamos deliberar o Projeto 2.036, de autoria do Senador Alan Rick.

As matérias serão apreciadas também pela Comissão de Segurança Pública e pela Comissão de Educação do Senado Federal – lá, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Sergio Fernando Moro para proferir o relatório *ad hoc* apresentado.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Agradeço, Sr. Presidente. Também agradeço o convite aqui feito pelo Senador Alan Rick, que é o Relator do Projeto de Lei 2.036, ora reunido com o PL 2.052 e o 2.092, do Senador Cleitinho e da Senadora Ivete.

Vou ao relatório preparado pelo Senador Esperidião Amin, que tomo a liberdade aqui de, *ad hoc*, ler.

Vêm à análise desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em tramitação conjunta, os Projetos de Lei nºs 2.036, 2.052 e 2.092, todos de 2023. Após, os projetos seguirão à Comissão de Segurança Pública e, finalmente, à Comissão de Educação, em caráter terminativo.

O PL nº 2.036, de 2023, declara estabelecer normas gerais de segurança escolar, definindo o respectivo conceito e determinando que o policiamento ostensivo das proximidades dos estabelecimentos de ensino, inclusive de nível superior, compete à polícia militar. Dispõe, ainda, acerca dos princípios da segurança escolar, das ações a serem executadas pelo poder público, em rol exemplificativo, e, por fim, da vigência imediata.

Já o PL nº 2.052, de 2023, determina a criação de guarda escolar ou a contratação de serviço de segurança armada para atuar nas escolas e creches.

O PL nº 2.092, de 2023, cria a Política Nacional de Prevenção de Ataques Violentos a Instituições de Ensino, especificando o rol de instituições, com as suas atribuições.

Passo à análise.

Cabe a esta CCJ emitir parecer sobre admissibilidade, sem prejuízo das tarefas das demais Comissões.

Sobre a admissibilidade, os projetos são dotados de generalidade, abstração e imperatividade, também inovando o ordenamento e atendendo à juridicidade. Seguem um rito regimental próprio, tendo sido distribuídos à CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que tange à constitucionalidade formal, as proposições são afetas à segurança pública, que, muito embora a Lei Maior não elenque expressamente entre as matérias de competência privativa ou concorrente, o Supremo Tribunal Federal entende encontrar-se inserta neste último âmbito.

É entendimento extraído do *caput* do art. 144 da Carga Magna, que, como didaticamente explica a anterior ADI nº 3.921, coloca a segurança pública como "dever do Estado".

Pondera ainda o Senador Alan Rick, na competente justificação da PL nº 2.036, de 2023, que, no caso específico da segurança escolar, a matéria também poderia ser entendida como desdobramento da própria competência da União para legislar concorrentemente sobre educação e sobre proteção à infância e à juventude. Afinal, abrem-se aspas: "a falta de segurança que os alunos enfrentam diuturnamente para terem acesso aos conhecimentos que lhes garantirão um futuro melhor", esclarece o autor, é "um dos grandes motivos para a ocorrência da evasão escolar" – fecham-se aspas.

É competência da União. A competência é do Congresso Nacional para apreciar a matéria, e a iniciativa é comum a qualquer Parlamentar, sem qualquer reserva de iniciativa. O raciocínio estende-se inclusive à criação do Conselho Nacional, previsto no projeto – renomeado e com atribuições ampliadas para abarcar a segurança escolar em geral.

Apenas para evitar questionamentos quanto a uma possível imposição de atribuições específicas a órgãos públicos, generalizamos as referências a ministérios e secretarias, adicionando a possibilidade de que as atribuições cominadas venham a ser exercidas por outros órgãos com competência na área.

No tocante à constitucionalidade material, vislumbramos apenas três singelas disposições que poderiam merecer reparos. A primeira é a menção à possibilidade de uso de raios-X no controle de acesso, o que macularia o direito fundamental à saúde e se mostraria desproporcional, ante à existência de técnicas mais eficazes e menos lesivas àquele direito. O inciso VII do mesmo dispositivo, que fixa a obrigação de que os muros ou cercas de instituições de ensino privadas tenham pelo menos 2,5m de altura, parece-nos também de discutível razoabilidade, dados os elevados custos que imporia à míngua de qualquer evidência empírica de sua efetividade, motivo pelo que optamos pela supressão. As demais obrigações impostas às instituições privadas, por outro lado, em homenagem ao princípio da igualdade, foram estendidas também às públicas, observadas as restrições orçamentárias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em termos de técnica legislativa, e em atenção à Lei Complementar nº 95, que manda, com vistas à precisão, evitar o emprego de sinonímia, unificamos os termos "escolas", "estabelecimentos escolares" e "instituições de ensino", em favor do último.

O mérito.

A matéria é cara a toda a sociedade brasileira, sendo uma resposta do legislador nacional nessa seara evidentemente oportuna. Infelizmente, como foi destacado antes, nós temos visto aí o incremento de ataques às escolas com resultados muitas vezes fatais e, além disso, mesmo quando não fatais, absolutamente graves. Então, o projeto é absolutamente meritório nesse ponto.

Independentemente do cumprimento formal que impõe a precedência ao PL nº 2.036, a qualidade dos Projetos de Leis nºs 2.052 e 2.092 deve ser ressaltada. Por esse motivo, parte das propostas foram acolhidas no substitutivo do relatório.

Entre os órgãos executores da renomeada Política Nacional de Segurança Escolar (PNSE), introduzimos as secretarias distritais e municipais competentes. Sendo a segurança pública dever do Estado como um todo, como salientado pelo STF nos retromencionados precedentes, não haveria razão para dispensar a participação dos municípios.

Separamos ainda um capítulo para tratar do policiamento das instituições de ensino, a ele transferindo as disposições sobre o tema contidas no projeto. Compatibilizando as respectivas disciplinas, estabelecemos a responsabilidade da Polícia Militar pela segurança externa, sem prejuízo das atribuições das guardas civis municipais, na preservação das instituições de ensino do município, e da possibilidade de instituições de ensino em geral, públicas ou privadas, instituírem guarda escolar própria ou contratarem serviços de segurança armada, se necessário.

Dada a relevância do bem jurídico, tivemos ainda por oportuno invocar a tutela penal, de forma consentânea ao mandado de criminalização do art. 227, §4º, da Constituição Federal, que prescreve que “a lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente”.

Não há *locus* mais eficaz para tal tutela desse bem jurídico do que o das instituições de ensino básico. Por isso, qualificou-se o homicídio praticado em ambiente escolar de ensino fundamental, ao mesmo tempo que se equiparou ao estupro de vulnerável a prática de atos libidinosos com discentes em tal ambiente. Já no ambiente de ensino médio, o crime de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importunação sexual foi qualificado, assim como em meios de transporte coletivo, não apenas pela lamentável reiteração da prática desses atos em tais locais, mas, especialmente, em face da importância da proteção dos discentes, inclusive no trajeto entre suas residências e as instituições de ensino.

No ambiente escolar em geral, o roubo foi majorado, reconhecendo-se a maior reprovabilidade da conduta de quem lá emprega violência ou grave ameaça para a subtração do patrimônio alheio. Como crime obstáculo, sem sobressaltos ou exageros, mas consoante os princípios da fragmentariedade e da subsidiariedade, o porte ilegal de arma de fogo nesses ambientes foi também mais severamente apenado.

Preservamos o prazo mais dilatado de *vacatio legis* (180 dias) fixado pelo PL 2.092. O sucesso do plano nacional de segurança escolar, afinal, requer efetiva coordenação de esforços, o que requer tempo de planejamento.

Vou ao voto então, Sr. Presidente.

Ante exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PL 2.036, de 2023, na forma do seguinte substitutivo, materialmente acolhidos e formalmente prejudicados os PLs nºs 2.052 e 2.092, ambos de 2023.

Segue a emenda do substitutivo constante no relatório, que propõe aqui só uma alteração – verbal, aqui de imediato –: se houver concordância dos demais Parlamentares, na esteira do que foi mencionado antes, que na ementa do substitutivo seja denominada Lei Heley de Abreu, que institui a Política Nacional de Segurança Escolar – Lei Heley de Abreu.

Indago ao autor se...

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone*.) – Perfeito.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Em homenagem...

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Justíssima homenagem, sugestão do nosso querido Senador Marcos Rogério, Senador Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Fica em que trecho do relatório?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A sugestão...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Na ementa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Eu queria cumprimentar o Relator. Eu tive a honra de fazer a sugestão, mas eu tenho que reconhecer que foi a partir do relato trazido aqui pelo Senador Alan Rick e pelo testemunho dado pelo nobre Senador Magno Malta. Então, eu compartilho que essa sugestão foi fruto justamente dessa reflexão com o senso de justiça e de homenagem a essa grande brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Há uma sugestão do Relator, Senador Sergio Fernando Moro, que está fazendo a leitura do relatório apresentado pelo Senador Esperidião Amin, ao projeto de lei apresentado pelo Senador Alan Rick para que na ementa da lei... No final da redação?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Acho que sim, não é? Como ficaria melhor aqui? Aceitamos sugestões.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Na conclusão da redação.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Institui a Política Nacional de Segurança Escolar, Lei Heley de Abreu.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pronto, pode ser assim?

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Perfeito, na conclusão, perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, vai ser assim como foi proferido pelo Senador Sergio Moro.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Perfeito, Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discutir.) – E ainda sugiro, Sr. Presidente, que após a aprovação uma solenidade no Senado será muito bonita, mas será mais bonita ainda se for feita em Janaúba. Ela deixou filhos pequenos, um esposo. Lá tem outros adolescentes agora que não morreram, mas ficaram mutilados com famílias. Que tal uma Comissão para levar isso à Janaúba, na Câmara Municipal ou em qualquer outro ambiente, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ambiente dela, sabe? E que a gente possa conhecer o local exatamente dessa tragédia que aconteceu em Janaúba.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone*.) – Muito bem, Magno, muito bem!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Bela sugestão.

Em discussão...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Há uma ementa que poderia ser também: "Esta lei, denominada Heley de Abreu, institui a Política Nacional de Segurança Escolar".

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Pronto, os dois nos atendem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É essa que vai ficar, a última?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – "Institui a Política Nacional de Segurança Escolar, Lei Heley de Abreu", mas, para ficar mais claro talvez, pode ser a ementa: "Esta lei, denominada Heley de Abreu, institui a Política Nacional de Segurança Escolar.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Perfeito, perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pronto, vai ser essa a última aí, está registrado.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Perfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Coloco em discussão o relatório apresentado. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir a matéria, está encerrada a discussão.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao PL 2.036, de 2023, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) e pela prejudicialidade do PL 2.052, de 2023, e do PL 2.092, de 2023, que tramitam em conjunto.

As matérias vão à Comissão de Segurança Pública do Senado Federal.

Queria agradecer a presença de todos os Senadores e de todas as Senadoras. Acho que nós conseguimos avançar bem na agenda de hoje. Vou reiterar que havia uma solicitação do Senador Eduardo Braga, Relator da regulamentação da reforma tributária, para que, na semana que vem, no encontro do P20 no Brasil dos Parlamentos do mundo – porque já havia uma determinação do Presidente Rodrigo Pacheco para que fossem suspensas todas as reuniões de Comissões na semana que vem –, e havia uma solicitação do Senador Eduardo Braga para que apenas a CCJ fizesse audiência para que nós pudéssemos cumprir o calendário apresentado de tramitação da regulamentação da reforma tributária. Como até hoje o Presidente Rodrigo Pacheco não informou se iria abrir uma exceção a este pedido do Senador Eduardo Braga, eu enquanto Presidente da CCJ estou informando que vou seguir a orientação geral do Presidente Rodrigo Pacheco de que nós não vamos funcionar também, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, na próxima semana. Portanto, nós não teremos deliberação da CCJ.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Até porque fica sem logística... Não vai ter nada no Senado, absolutamente nada, só essa coisa do G20. Aí você volta do seu estado para participar de uma reunião e tem que voltar para o seu estado. Quer dizer, na minha visão, se esta Casa já é um elefante pesado para o Brasil, ainda gastar mais passagem de uma forma desnecessária, essa logística não bate. V. Exa. está perfeitamente correto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas eu também até entendo a posição do Senador Eduardo Braga, porque ele queria cumprir o calendário aprovado, mas não vai mudar uma semana a mais.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Queria, mas nem sempre dá certo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Oi?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Queria nem sempre dá certo, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – O ótimo é inimigo do bom.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Como é que você falou ainda agora? Quer ser feliz... Como é?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Quer ser feliz ou ter razão? Ter razão ou ser feliz?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vai! Rápido!

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Ser feliz.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está bom. Parabéns!

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 09 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 36ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e trinta e três minutos do dia trinta de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Eduardo Braga, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Davi Alcolumbre, Sergio Moro, Marcio Bittar, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Marcelo Castro, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Izalci Lucas, Jayme Campos, Omar Aziz, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Jorge Kajuru, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Ana Paula Lobato, Flávio Bolsonaro, Beto Martins, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogerio Marinho, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Castellar Neto e Dr. Hiran, e ainda dos Senadores Paulo Paim e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Jader Barbalho, Weverton, Otto Alencar, Eliziane Gama, Augusta Brito e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento PLP 68/2024, de autoria Câmara dos Deputados. **Finalidade:** Destinada a instruir o Projeto de Lei Complementar n° 68, de 2024, que "Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências". Do Plano de Trabalho: "Neste painel serão discutidos os interesses dos setores produtivos e o impacto da Reforma Tributária no PIB e na economia com ganhos motivados pela melhor alocação de recursos na economia". **Participantes:** Sr. Armando Monteiro Neto, Conselheiro Emérito da Confederação Nacional da Indústria (CNI) (representante de: Antonio Ricardo Alvarez Alban, Presidente da CNI); Sr. Igor Lopes Rocha, Economista Chefe do Departamento de Economia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) (representante de: Josué Gomes da Silva, Presidente da FIESP); Sr. Renato Conchon, Coordenador do Núcleo Econômico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) (representante de: João Martins da Silva Júnior, Presidente da CNA); Sr. Gilberto Alvarenga, Consultor tributário (representante de: José Roberto Tadros, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo(CNC)); Sr. Anderson Trautman Cardoso, Vice-Presidente Jurídico da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil – CACB (representante de: Alfredo Cotait Neto, Presidente da CACB); Sra. Alessandra Brandão, Consultora Tributária da Confederação Nacional do Transporte (CNT) (representante de: Vander Francisco Costa, Presidente da CNT); Sr. Paulo Rabello de Castro, Ex-Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Consultor da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS) (representante de: João Carlos Galassi, Presidente da Associação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasileira de Supermercados (ABRAS)); e Sr. Eduardo Lourenço, Consultor-Tributário do Instituto Pensar Agropecuária – IPA. **Resultado:** Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Braga
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/30

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se a realizar a segunda audiência pública para instruir o projeto que regulamenta a reforma tributária, Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo; e dá outras providências.

Conforme o plano de trabalho oferecido pelo Relator da matéria e aprovado por esta Comissão, neste painel serão discutidos os interesses dos setores produtivos e o impacto da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reforma tributária no PIB e na economia, com ganhos motivados pela melhor alocação dos recursos na economia.

Eu aproveito a oportunidade para dizer que, diante da decisão adotada tanto pelo Presidente da Câmara, quanto pelo Presidente do Senado e, por via de consequência, pelo Presidente do Congresso Nacional e, hoje pela manhã, pelo Presidente da CCJ, suspendendo as atividades, inclusive da CCJ, na próxima semana, tendo em vista a reunião preparatória para o G20 com os Parlamentares de diversos países aqui no Congresso Nacional, nós teremos que fazer uma reformulação no calendário das audiências públicas que estavam marcadas para a semana que vem.

Portanto, na semana que vem, não teremos as audiências públicas que estavam marcadas para a semana que vem – não é isso, D. Tati? – em função de que o Congresso estará fechado para o encontro do G20 com os Parlamentares, e a CCJ adotou esta posição, hoje, na sessão ordinária da CCJ, presidida pelo Davi Alcolumbre.

Portanto, a presente reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores e dos convidados por sistema de videoconferência para a exposição e o debate. Será realizada em caráter interativo a presente reunião, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Os convidados para a presente audiência pública são: o senhor e nosso sempre Senador Armando Monteiro, Conselheiro Emérito da Confederação Nacional da Indústria (CNI), representante de Antonio Alvarez Alban, Presidente da CNI; o Sr. Igor Lopes Rocha, Economista Chefe do Departamento de Economia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), representante de Josué Gomes da Silva, Presidente da Fiesp; o Sr. Renato Conchon, Coordenador do Núcleo Econômico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), representante de João Martins da Silva Júnior, Presidente da CNA; o Sr. Gilberto Alvarenga, Consultor Tributário da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), representante de José Roberto Tadros, Presidente da CNC, nosso conterrâneo lá do Amazonas; a Sra. Alessandra Brandão, Consultora da Confederação Nacional do Transporte (CNT), representante do Sr. Vander Francisco Costa, Presidente da CNT; o Sr. Paulo Rabello de Castro, ex-Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Consultor da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), representante de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

João Carlos Galassi, Presidente da Abras; o Sr. Eduardo Lourenço, Consultor Tributário do Instituto Pensar Agropecuária (IPA); e o Sr. Anderson Trautman Cardoso, Vice-Presidente Jurídico da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), representante de Alfredo Cotait Neto, Presidente da CACB.

Eu convido, portanto, para fazer parte da mesa – e como a mesa tem limitação de espaço físico, me parece que o Dr. Paulo Rabello de Castro, o Sr. Anderson Trautman e o Sr. Eduardo Lourenço comporão a mesa aqui na primeira bancada – , para compor a mesa, o Sr. Armando Monteiro, nosso colega Senador, o Sr. Renato Conchon, da CNA, a Sra. Alessandra Brandão, da CNT, e o Sr. Gilberto Alvarenga, da CNC. (*Pausa.*)

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão as suas exposições, e, em seguida, abriremos a palavra para a fase de interpelação pelas Sras. e pelos Srs. Senadores inscritos. A palavra às Sras. e aos Srs. Senadores será concedida na ordem de inscrição. Os Senadores interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, sendo-lhe vedado interpelar os membros da Comissão.

Concedo a palavra ao Sr. Senador desta Casa durante muitos anos e meu amigo pessoal Armando Monteiro Neto, Conselheiro Emérito da CNI, para sua exposição, por dez minutos, com tolerância de mais cinco minutos.

Com a palavra o Sr. Senador Armando Monteiro Neto.

O SR. ARMANDO MONTEIRO NETO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Eu quero cumprimentar o nosso Senador Eduardo Braga, Relator do PLP 68, a quem cumprimento e, ao mesmo tempo, faço um reconhecimento pelo trabalho que desempenha nesse tema, desde que pude relatar, também nesta Casa, a Emenda Constitucional 132. A presença do Senador Eduardo Braga nesta fase é a garantia de que teremos, seguramente, uma relatoria que será capaz, vamos dizer, de garantir o alcance dos objetivos maiores da proposta.

Eu queria pedir licença para expressar a minha satisfação, porque, como Parlamentar que fui durante 20 anos e tendo a satisfação de poder integrar as duas Casas Legislativas, eu não poderia deixar de expressar a satisfação de saber que nós estamos a um passo de poder dotar o país de um sistema tributário moderno, funcional e, a meu juízo, alinhado com o melhor da experiência internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É justo também fazer aqui um reconhecimento a inúmeros Parlamentares que, ao longo de mais de duas décadas, puderam dar uma contribuição importante para que chegássemos até este momento.

Eu destacaria aqui as figuras do Mussa Demes, da Comissão Especial, lá do final dos anos 90; o Deputado Germano Rigotto; e, mais recentemente, o trabalho extraordinário do Deputado Aguinaldo Ribeiro; o nosso sempre militante dessa causa incansável, Deputado Luiz Carlos Hauly, que trabalhou muito na PEC 110, que veio a ser relatada pelo Senador Roberto Rocha; e quero também cumprimentar o Deputado Baleia Rossi, que foi o primeiro subscritor da PEC 45.

No Senado, quero destacar o papel do Senador Roberto Rocha, que foi Relator da PEC 110 e que deu uma contribuição importante a esse processo. Já cumprimentei o Senador Eduardo Braga e também quero fazer um registro de que o Senador Alcolumbre foi o primeiro subscritor da PEC 110, que veio a ser relatada pelo Senador Roberto Rocha.

Bom, eu estendo esses cumprimentos, é claro, a vários outros companheiros Parlamentares que puderam também dar uma contribuição.

Eu queria, primeiro, contextualizar que, se há um setor da economia brasileira que tem se ressentido extraordinariamente das disfunções e da complexidade, das distorções do sistema tributário atual, é a indústria. É claro que o processo de precoce desindustrialização do país é, por assim dizer, multifatorial, mas ninguém pode desconhecer que, seguramente, o sistema tributário atual é uma das principais causas desse acelerado processo de desindustrialização. Isso se dá porque os bens industriais são evidentemente muito mais expostos à concorrência externa. São bens comercializáveis e que, portanto, estão sujeitos à concorrência externa.

Eu quero, com isso, dizer que, por exemplo, a cumulatividade, que está tão presente no sistema atual, impõe uma imensa desvantagem à competição, sobretudo considerando a produção doméstica. Por quê? Porque os resíduos tributários que decorrem da cumulatividade, quanto mais longa e extensa for a cadeia de produção, maior peso têm e não são e não podem ser recuperados. Há estudos aí que apontam, por exemplo, que, a depender da extensão da cadeia produtiva, esses resíduos podem representar 7,5%. Ora, num quadro de acirramento da competição global, você carregar um sobrepeso representado por esses resíduos tributários!

Por outro lado, a cumulatividade e as distorções do sistema tornam o investimento, o custo do investimento do Brasil mais alto. Esse sistema onera as exportações e, portanto, impõe também à indústria uma situação de imensa desvantagem quando, por exemplo, se compara o custo do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

investimento no Brasil com o custo do investimento de países aqui até da América do Sul. Exemplo, uma planta siderúrgica, se for implantada no Brasil, tem um custo – representado por essas distorções do sistema tributário – superior em 10% ao custo, por exemplo, de uma mesma planta que pudesse ser implantada no Chile. Por quê? Porque tem impostos não recuperáveis na composição do investimento. Eu destacaria o ISS, por exemplo, que é um imposto não recuperável, e os custos financeiros associados ao longo período de recuperação dos créditos que, por exemplo, como o ICMS, são devolvidos em 48 meses.

Lembrando que, no que diz respeito ao investimento, só se pode obter o crédito parceladamente no período pós-operacional. A experiência internacional aponta que é possível recuperar esses créditos já no período pré-operacional. Então, um sistema que onera o investimento, que torna o investimento mais caro, é um sistema – permitam-me – burro, porque você está impondo ao país uma desvantagem no processo de atração dos investimentos.

Refiro-me, ainda, à questão da complexidade do nosso sistema, ao nível de litigiosidade, ao fato de que temos uma imensa dificuldade no sistema de crédito, de creditamento, em duas dimensões. A primeira é convivermos com esse conceito absolutamente inadequado de crédito físico, ou seja, um IVA que mereça esse nome tem que assegurar o amplo creditamento de tudo o que efetivamente representa custo para as empresas. No Brasil, nós temos um conceito de crédito físico, ou seja, só gera crédito aquilo que é incorporado ao produto. Ora, a estrutura de *marketing* de uma empresa, os custos que estão associados às áreas de apoio, tudo isso não gera crédito, o que representa uma imensa distorção se considerarmos um modelo de IVA que é, por definição, um modelo em que se tributa o valor adicionado, ou seja, tudo deve gerar crédito, por definição, sob pena de você tributar algo no valor adicionado que representa custo para a empresa.

Eu destacaria ainda o fato de que, em decorrência dessa situação, a indústria vem perdendo posição no Brasil e no mundo. Nós tínhamos, até 2010, 2011, o Brasil representando 2% do valor da transformação industrial do mundo. Nós chegamos agora a algo próximo de 1,2%. Aí alguns dirão: "Bom, o processo de desindustrialização está muito associado ao aumento da renda dos países", mas, até em países de renda alta, como a Alemanha e a Coreia do Sul, a indústria de transformação tem um peso na formação do PIB superior ao do Brasil. Portanto, essa indústria, que representa hoje 15% ou 14% do PIB, essa indústria de transformação, tem, num país de renda média... É muito preocupante que cheguemos a essa situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a questão que se coloca é a seguinte: o projeto da reforma tributária, consagrado na Emenda 132, e aquilo que o PLP 68 nos oferece respondem adequadamente a essas distorções que têm concorrido para essa imensa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARMANDO MONTEIRO NETO – ... desvantagem da indústria brasileira? Me parece que sim. Eu destacaria rapidamente que ele assegura o fim da cumulatividade plena. Nós teremos a possibilidade de um creditamento amplo, introduzindo o crédito financeiro e não mais o critério de crédito físico. Nós teremos a garantia de um ágil ressarcimento de saldos credores, sem o qual o IVA não funciona. Veja que o Brasil convive com um processo de acúmulo de crédito, e isso é custo para as empresas.

Eu destacaria também esse processo de desoneração completa das exportações, desoneração dos investimentos, simplificação, que é algo que me parece que esse sistema novo trará indiscutivelmente. O problema é que hoje nós convivemos com substituição tributária, com imensa disparidade nas legislações estaduais, a falta de harmonização, e a existência de vários tributos, o que confere realmente uma situação de grande complexidade ao sistema atual.

Então, eu considero que temos no sistema novo um avanço substantivo para que venhamos a recuperar essa posição que, de forma acelerada, a indústria brasileira vem perdendo no quadro da competição global. No entanto, eu me permito sugerir rapidamente alguns pontos de aperfeiçoamento, além daquilo que já se consagrou e que me parece ser o eixo fundamental da proposta.

Primeiro, a possibilidade de reduzir mais ainda o processo de restituição dos saldos credores. Nós temos hoje uma indicação de 60 dias mais 15 para processar o pagamento. E me parece um prazo demasiado num país que tem o custo financeiro que o Brasil tem e, com a adoção do sistema de *split payment*, não há razão para que esse processo de creditamento não ocorra de forma mais ágil. Esse é um ponto, meu caro Senador Eduardo Braga, para o qual eu chamaria a atenção: a necessidade de reduzir o prazo de ressarcimento dos saldos credores, lembrando que o comitê gestor, que virá com o PLP 108, já vai oferecer uma possibilidade muito interessante de se acertarem os saldos credores antes de transferir os recursos para os entes da Federação. Nós temos um sistema hoje em que se transfere aquilo que representa legitimamente um crédito do setor privado para os entes da Federação, e ficamos, então, à mercê deles...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARMANDO MONTEIRO NETO – ... para que haja a devolução desses créditos. Agora, esse acerto poderá ser feito antes da distribuição para os entes da Federação.

Destacaria ainda também um ponto que nos preocupa, que é a possibilidade de que, nos Regimes Aduaneiros Especiais, se assegure às compras internas o mesmo tratamento que é dispensado ao produto importado, ou seja, a suspensão dos tributos para que você não crie, por exemplo, uma situação de imensa desvantagem em relação aos produtos que podem ser produzidos no país.

Com relação ao Imposto Seletivo, nós entendemos que a ideia de tributar alguns minerais, que são insumos da cadeia produtiva, me parece claramente um retrocesso, porque nós estaríamos, com o Seletivo, trazendo a cumulatividade de volta para o sistema. O Imposto Seletivo é, por definição, um imposto monofásico que não gera crédito e, por outro lado, como grande parte da produção extrativa mineral do Brasil é exportada, nós estaríamos, por assim dizer, onerando as exportações, que é algo que vai na contramão do que o projeto preconiza. Então, eu gostaria de deixar, finalmente, como sugestão, a possibilidade de se garantir que todos os insumos que são utilizados na produção não venham a sofrer a incidência do Imposto Seletivo, por essas razões que já expliquei.

Finalmente, nós temos alguns pontos sobre regras de compensação de incentivos que podem ser aperfeiçoadas, mas eu queria agora, acho que já estou além do tempo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARMANDO MONTEIRO NETO – ... destacar, meu caro Senador Eduardo Braga, a certeza que temos de que esse novo sistema vai produzir mais crescimento econômico, que, em última instância, é o que o país precisa: ampliar a base de arrecadação pela via saudável do crescimento econômico, e não pelo aumento da carga tributária. Esse é um ponto fundamental. Estudos da Universidade Federal de Minas Gerais apontam que o impacto da reforma no crescimento do PIB ao longo de 15 anos poderá alcançar algo equivalente a 12%, o que é muito significativo.

E, finalmente, quero dizer que o Brasil vai poder agora ter uma tributação integrada, sem essa segmentação que só existe no Brasil na tributação do consumo, entre bens e serviços. Nós precisamos promover... Essa base de tributação tem que ser rigorosamente integrada. E teremos que fazer uma redistribuição da carga setorial de modo que se promova um maior equilíbrio, considerando que hoje os bens são mais tributados do que os serviços. Eu acho que é necessário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que se estabeleça um maior equilíbrio nessa tributação intersetorial. Isso vai produzir ganhos para o conjunto da economia, e eu tenho certeza de que a reforma vai produzir um resultado extraordinário do ponto de vista do impacto no crescimento econômico.

Eram essas as minhas considerações.

Eu agradeço ao Senador Eduardo pela tolerância. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu agradeço ao Sr. Armando Monteiro Neto.

Concedo a palavra ao Sr. Igor Lopes Rocha, Economista, Chefe do Departamento de Economia da Fiesp.

O SR. IGOR LOPES ROCHA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde a todos. É um prazer estar aqui.

Vocês me escutam?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu escuto, sim. Por favor.

O SR. IGOR LOPES ROCHA (*Por videoconferência.*) – Perfeito.

Obrigado, Senador.

É um prazer estar com todos os nobres Senadores e colegas da bancada falando de um tema tão central para o desenvolvimento econômico e social do país que é a questão da reforma tributária, sobretudo a regulamentação da reforma tributária.

Minha apresentação vai em bastante consonância com o que o Senador Armando falou há pouco. Nós temos uma visão bastante próxima de como deveria ser o tratamento da questão para que a gente pudesse otimizar os resultados esperados da reforma. Para tanto, aqui eu gostaria de fazer uma apresentação e eu vou projetá-la aqui, agora. (*Pausa.*)

Não está permitindo projetar aqui, está travado.

É possível, Senador, eu fazer a apresentação?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu vou consultar aqui os técnicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IGOR LOPES ROCHA (*Por videoconferência.*) – Senão, eu posso ir oralmente, não há problema. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Lamento, mas teria que ter sido repassada para a Comissão anteriormente, para poder ser apresentada. Então, acho que o senhor terá que apresentar verbalmente.

O SR. IGOR LOPES ROCHA (*Por videoconferência.*) – Perfeito. Muito obrigado, Senador.

Então, continuando, também expresso aqui um enorme prazer que eu tenho de estar hoje, aqui nesta Casa, debatendo esse tema tão importante.

Quando a gente fala de reforma tributária, é importante a gente fazer uma reflexão sobre algumas questões que geram distorções no país e que essas distorções, obviamente, geram consequências econômicas bastante danosas ao crescimento econômico do país, que fazem com que o país esteja nessa chamada armadilha da renda média há 30 anos, 40 anos. O Brasil fez um trabalho, ao longo do seu processo histórico de desenvolvimento econômico, de propagação da desigualdade social, regional e setorial, e são importantes as políticas públicas que têm sido implementadas, ao longo do tempo, que visam a também corrigir essas distorções. Então, a gente tem regiões do país onde alguns tratamentos diferenciados geram distorções competitivas em relação a outras regiões; nós temos um país com uma desigualdade social enorme que faz com que a gente perca consumo e, obviamente, crescimento da economia brasileira; e a gente tem também a questão da desigualdade setorial, que o Senador Armando Monteiro colocou de maneira tão apropriada na fala dele.

A indústria de transformação hoje, se a gente pegar – e, vejam, somente a indústria de transformação, não estou considerando a extrativa e a construção civil, porque daí seria o complexo da indústria como um todo – o exemplo da indústria de transformação, que representa hoje mais ou menos 14% a 15% da nossa participação no PIB, e esse setor é responsável por mais de 25% da arrecadação total da economia. Vejam, se pegarmos os dados do ano passado, a economia brasileira cresceu cerca de 3% – 3,5%, para ser mais exato –, e a nossa arrecadação caiu. E muitos se perguntam: "O que aconteceu para essa arrecadação no ano passado ter caído?". Bem, o que aconteceu foi que, no ano de 2023, a despeito de diversos setores da economia brasileira terem crescido, a indústria de transformação caiu. E isso causou, obviamente, um impacto bastante complexo, bastante delicado nas contas públicas do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A reforma tributária, que nós estamos aqui hoje discutindo, visa exatamente contornar essas questões, todas essas desigualdades, das mais diversas que nós temos, na economia brasileira. O problema é que, hoje, as demasiadas exceções que estão postas já colocam o Brasil com o maior IVA do mundo – cerca de 28%. Sabemos que tem ali uma trava de 26,5%, mas o *enforcement*, exatamente para essa trava, é um pouco complexo para fazer de fato com que ela se torne efetiva. Então, os cálculos que a gente fez aqui na Fiesp e diversas entidades do setor já mostram e já apontam ali para um IVA na ordem de 28%, lembrando que a gente poderia ter um IVA na ordem de 20% a 21%, para arredondar. Se a gente pegar os dados do próprio Ministério da Fazenda, que mostravam que, mantendo a Zona Franca de Manaus e o Simples, nós poderíamos ter um IVA da ordem de 21%. Então, é importante a gente entender que, embora os setores defendam, obviamente, os seus respectivos segmentos, quando essas exceções começam a ocorrer de forma exagerada, de forma demasiada, elas fazem com que a gente saia de um IVA de 20% a 21% para um IVA de 28%.

O que acontece? A reforma e o modelo do IVA é como se fossem uma espécie de um condomínio. Quando todo mundo paga, todo mundo paga menos; quando 30% do condomínio, 40% do condomínio, 60% do condomínio, por alguma razão, defendem que não devem pagar aquele condomínio, quem vai pagar o condomínio irá pagar mais. Então, é muito importante ter isso em mente; e isso tira eficiência do sistema produtivo, tira a competitividade do país, tira a eficiência da reforma tributária, tira exatamente o PIB potencial que o Senador Armando Monteiro colocou, exemplificando o trabalho da Débora Freire, da Universidade Federal de Minas Gerais, que apontou que, em 15 anos, a gente pode ter um crescimento do PIB da ordem de 12%; tirem isso. Hoje, esses 12% esperados de crescimento com a reforma tributária já estão menores. Os nossos cálculos já apontam que caiu para cerca de 8%. Então, a gente perdeu, não é?

Com isso, não quero ser injusto e, de forma alguma, pregar contra a reforma tributária, pois a reforma tributária é muito importante para o país; ela é boa, dado que a gente tem um modelo atual – e eu sempre brinco e peço desculpa aqui pela brincadeira –, que é um sistema praticamente paleolítico, não é? Noventa por cento do mundo já adota o IVA. Quem não adota o modelo do IVA, se a gente pegar como exemplos alguns países? Coreia do Norte, Afeganistão, Iraque, ou seja, países que não são modelos tributários, políticos e econômicos para nenhum outro país do mundo.

Então, é importante que a reforma tributária que visa tirar a cumulatividade do sistema atual, simplificar o sistema atual e, obviamente, exonerar também as exportações e os investimentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

não incorra em erros do passado, que fizeram com que, obviamente, a gente tirasse a competitividade do país, que são exatamente esses diversos tratamentos privilegiados.

Aqui, obviamente, também não quero pôr, de forma alguma, algum tipo de posicionamento inflexível. Claro que, quando a gente olha para o mundo, algumas exceções haverá, sobretudo quando comparadas ali... quando baseadas em critérios técnicos e na experiência internacional. O problema é que, da forma como está a reforma tributária hoje, essas exceções passaram totalmente do limite, e é importante que, se a gente quiser realmente tirar o Brasil dessa chamada "armadilha da renda média" para se tornar um país rico, que isso seja feito exatamente seguindo as melhores práticas internacionais.

A reforma tributária que a gente está discutindo aqui hoje tem um benefício, que é o seu momento histórico. Nós já vimos o que países há 20, 30 anos conseguiram como resultado ao implementar a reforma tributária baseada no IVA. Diversos países, sobretudo da Europa, já estão praticando a sua reforma tributária baseada em modelos de segunda e terceira geração, que visam ao quê? Exatamente restringir essas exceções, que, num momento anterior, quando foi implementada a reforma, pareciam fazer sentido.

O modelo do IVA, ao final do dia, é um modelo neutro. O que é isso? Para qualquer tipo de distorção que é colocada no modelo, a conta vem. Colocando de uma outra forma: um setor que acha que conseguiu, com uma exceção, pagar menos imposto, vai pagar mais imposto em insumos, em bens, em produtos, que obviamente são utilizados no seu processo produtivo. O processo produtivo é interconectado, ele é ligado. Não tem como fazer essa separação em caixinhas, na qual você consegue o seu segmento pagar menos imposto e ficar totalmente dissociado do sistema produtivo. Não existe esse modelo.

Então, é importante que esse conceito da reforma tributária, esse conceito do IVA seja compreendido para que a gente consiga fazê-lo da forma mais harmônica possível, para que, obviamente, os resultados positivos, esperados e calculados, que diversos economistas já calcularam...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IGOR LOPES ROCHA (*Por videoconferência.*) – ... que nós aqui na Fiesp calculamos, que os nossos colegas de outras entidades também calculam, possam ser otimizados e tenham o melhor efeito possível na economia brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço ao Senador Eduardo Braga a oportunidade de expressar aqui o posicionamento da entidade e agradeço também os demais Senadores e colegas de bancada por me escutarem nesse franco debate, franco diálogo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Agradeço a sua participação.

Eu convido o meu colega Senador Zequinha para assumir aqui interinamente a Presidência.

Eu peço escusas aos debatedores, mas eu terei que me ausentar por 30 minutos e o meu colega Zequinha, do Estado do Pará, dará prosseguimento aqui à audiência pública. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Boa tarde a todos. Gostaria de cumprimentar a mesa e todos os senhores e senhoras que estão aqui, acompanhando de perto.

Quero conceder a palavra ao próximo expositor, o Dr. Renato Conchon, por favor, que é Coordenador do Núcleo Econômico da CNA, para a sua exposição.

O SR. RENATO CONCHON (Para expor.) – Senador Zequinha, boa tarde a todos os amigos e amigas que nos acompanham nesta mesa, Senador Armando.

É uma honra estar falando aqui em nome da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, neste debate democrático, de um tema tão complexo, tão importante. Neste momento, eu acho que todos os setores econômicos e este Parlamento, a gente tem que reconhecer o trabalho árduo, desde 2009, na discussão da então Proposta de Emenda Constitucional 45, de 2019, da PEC 110, de 2019. Enfim, eu acho que este debate é salutar, e a gente está presenciando, construindo a história.

Nós estamos tirando o Brasil das trevas tributárias e trazendo luz para este momento. Eu acho que isso é imprescindível, no sentido de colaborar democraticamente com as divergentes visões, em alguns pontos, mas sobretudo mantendo a essência do que a sociedade precisa, do que os contribuintes precisam, do que a população brasileira precisa, que é tirar os vários problemas do sistema tributário atual, como o Senador Armando já colocou: cumulatividade tributária, carregamento, insegurança jurídica, diversos aspectos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dentro desse aspecto democrático, Senadores e demais, a gente apresenta uma visão que corrobora exatamente tudo que o Senador Armando falou. Eu acho que é um momento ímpar da sociedade brasileira, e vou pedir para os colegas passarem os eslaides para gente, de uma maneira prática, sugerir, com bastante humildade, um aperfeiçoamento. Nós vamos, obviamente, entregar isso para o Relator, o Senador Eduardo Braga, no sentido de contribuir, mantendo o escopo da reforma, sem demérito, mas sobretudo para garantir segurança jurídica, não-cumulatividade plena, ou seja, para que de fato nós tenhamos um sistema tributário o mais perfeito possível, para não perdermos essa oportunidade.

Aqui eu trago, assim como a CNA, que nós estamos em diálogo permanente com os Poderes Executivo e Legislativo desde 2019, assim como com todas as entidades aqui presentes e outras, nas outras audiências públicas, no sentido de colaborar nesse processo, com o olhar, é óbvio, diferenciado, sobretudo para a agropecuária e a agroindústria, mas corroborando e sabendo, entendendo as demandas dos setores industriais, transporte, comércio, serviços, financeiro e todos os outros. Eu acho que é nesse espírito que a gente constrói as nossas propostas.

Aqui apenas algumas imagens de como a gente vem colaborando nesse processo, isso ao longo dos últimos meses apenas, mas, como eu falei – pode passar, por favor –, a gente vem a esta audiência, Senador, com três objetivos básicos: garantir, sim, a segurança jurídica; garantir que não haja cumulatividade, ou seja, a não cumulatividade plena do sistema tributário, que muito a gente reconhece evoluiu muito, tanto na Emenda Constitucional 132, quanto no PLP 68. Mas é um projeto muito amplo, é um projeto complexo, um projeto com quase mil artigos. Então a gente vem humildemente colocando as nossas posições para eventuais ajustes, mantendo o escopo dessa reforma, mas ampliando a segurança jurídica na medida do possível.

Também a não cumulatividade plena. Como o Senador Armando muito bem colocou, a questão da incidência do Imposto Seletivo sobre produtos minerais vai confrontar essa ideia da não cumulatividade plena, ou seja, nesse sentido de a gente garantir o escopo inicial da reforma, que era não cumulatividade, desoneração das exportações e dos investimentos, bem como o retorno aos contribuintes.

E por fim, ajustes redacionais que vão ao encontro do item 1, que é a garantia da segurança jurídica. Então é nesse aspecto que nós trouxemos aqui algumas emendas, que foram protocoladas, já estão em trâmite. E a gente reconhece que é o trabalho vai ser um trabalho hercúleo do Senador Relator, o Eduardo Braga, no sentido de analisar mais de 1,5 mil emendas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

até ontem. Foram 1,5 mil emendas protocoladas, que a gente reconhece, de um espectro, de um tema extremamente difícil.

E nesse sentido de colaborar...

Pode passar, por favor,

Nós trouxemos algumas delas. Por exemplo, a questão do conceito do produto *in natura*, especificamente para a produção agropecuária. O art. 132, do PLP 68, trata do conceito do produto *in natura*. Foram apresentadas duas emendas, uma da Senadora Tereza Cristina, a outra, da Professora Dorinha, que trata de uma adequação redacional, no sentido de que, imaginem só, um produtor rural que vende uma caixa de quiabo coloca numa embalagem simples para vender ao consumidor; ele perderia a capacidade, aquilo não é mais um produto *in natura*. Então, com essa visão, a gente propõe um ajuste redacional de que, por exemplo, o transporte, o armazenamento, a exposição à venda, acondicionamento sejam caracterizados ainda como produto *in natura*, para não descaracterizar o produto. Não é fazer uma preparação alimentícia. Não é isso, não se trata disso. Trata-se de uma embalagem, trata-se do acondicionamento, de uma concentração de um aditivo em que o produto não vai perder a sua qualidade – trata-se apenas disso.

Pode passar, por favor.

Ainda a questão da produção, do diferimento da compra da produção rural, ou seja, em outras palavras, a exportação indireta, não faz sentido a gente acumular crédito para o exportador, sabendo que aquele produto será exportado. Isso, do ponto de vista de alíquota, não altera a alíquota padrão e diminui o esforço que nós faremos para a Receita Federal ou para o comitê gestor, de devolver um montante muito grande de créditos após a exportação. Isso alivia o fluxo de caixa do Fisco. É com esse espírito que o diferimento para a compra da produção rural está sendo apresentado, inclusive subscrito numa emenda pelo nosso Senador Zequinha Marinho aqui, que é a Emenda 351.

Passando, por favor.

Os créditos presumidos da agroindústria, nós acreditamos, conversamos muito com o setor agroindustrial, e o produtor rural pessoa física ou jurídica que não for contribuinte direto do IVA, aquele pequeno produtor, quando ele compra os seus insumos, ele vai ter, lá na semente, na muda, a tomada de crédito. Quando ele vender a produção para a agroindústria, é ideal, é desejável que a agroindústria tenha um crédito presumido, porque hoje ela tem inclusive, no PIS,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Cofins, no ICMS. E esse direito do crédito presumido tem que ser assegurado, porque, caso isso não ocorra, nós teremos cumulatividade tributária, e aí, sobretudo, na agroindústria adquirente da produção rural. Então, é com esse espírito de não cumulatividade que a gente apresenta e subscreve a Emenda 815 da Professora Dorinha.

Pode passar, por favor.

A desoneração de bens de capital, note, mais uma vez, em linha com o que o Senador Armando nos trouxe, é o objetivo. E a gente sabe, Senador, que para o setor industrial, que tem grandes montantes em aquisição de bens de capital, é imprescindível uma desoneração plena. Reconhecemos isso.

Aqui, essa emenda apresentada pelo Senador Izalci busca...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENATO CONCHON – ... garantir a alíquota zero, porque, no projeto de lei, está garantida a suspensão quando da venda do trator, daquele equipamento de irrigação, de um bem de capital para o produtor rural pessoa física. É um ajuste redacional que vai trazer não cumulatividade e garantia da segurança jurídica, principalmente pelo fato de que o produtor rural, estabelecido como pessoa física, não consegue declarar a incorporação daquele bem no seu ativo imobilizado. Então, se nós não amarrarmos isso no PLP, ficaremos sem essa segurança jurídica.

Pode passar, por favor.

Ainda, com o objetivo de a população brasileira ter acesso a alimentos saudáveis, nutricionalmente adequados, conforme o decreto do próprio Governo, do Poder Executivo, a gente propõe a inclusão de sucos de frutas, sem adição de conservantes ou açúcares, assim como fungos, castanhas e óleos vegetais na incorporação dos produtos da cesta básica isenta. E sim, essa é, sem sombra de dúvida, para oferecer à população brasileira um alimento de qualidade sem ter a oneração.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENATO CONCHON – Por favor, pode passar.

Crédito presumido da CBS, da Contribuição sobre Bens e Serviços: que seja compensável com qualquer outro tributo administrado pela Receita Federal. Aqui é especificamente para a agroindústria adquirente, que já tem a possibilidade de compensação cruzada, mas não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especificamente do crédito presumido; ou seja, essa medida vai em linha com a garantia de a própria agroindústria ter essa não cumulatividade plena.

Pode passar, por favor.

O Imposto Seletivo, tal como o Senador Armando comentou, nos preocupa também com relação à aeronave de pulverização. Notem, não estamos aqui tratando de jatinho; é pulverização agrícola, uma aeronave utilizada especificamente na produção rural. A oneração por meio do Imposto Seletivo dessas aeronaves vai trazer cumulatividade para esse segmento, que é cada vez mais utilizado em todo o Brasil.

Pode passar, por favor.

Assim, eu encerro aqui a minha fala. Agradeço pela oportunidade, parabenizo os demais palestrantes aqui e saúdo todos que nos acompanham. Ficamos à disposição, Senador. Nosso muito obrigado! (*Palmas.*)

O SR. ARMANDO MONTEIRO NETO – Peço licença ao nosso Senador Zequinha para dizer que eu, infelizmente, terei que sair porque tenho um voo e um compromisso agora, mas o Mário Sérgio, que é o Gerente do Departamento de Economia da CNI, vai estar aqui até o final da sessão, à disposição para complementar e para trazer algum esclarecimento.

Eu agradeço e peço a compreensão do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, meu amigo. Foi um prazer te ver. Bom retorno.

O Mário Sérgio, por favor, irá assumir aqui o lugar do Senador Armando.

Quero aqui agradecer a exposição do Dr. Renato Conchon, Coordenador do Núcleo Econômico da CNA, que acaba de concluir a sua exposição.

Eu quero agora conceder a palavra ao Sr. Gilberto Alvarenga, Consultor Tributário, representante da CNC, para a sua exposição, enquanto convido para assumir a Presidência desta audiência pública o Senador Marcelo Castro, professor renomado lá do Piauí, que manda em tudo aqui.

Por favor, Marcelo.

E, depois que o Marcelo tomar posse, o Dr. Gilberto, para a sua exposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GILBERTO ALVARENGA (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Obrigado pela oportunidade, Senador Zequinha.

Eu represento a CNC e fiz uma apresentação.

Pode passar para o próximo, por favor.

Estou esperando o Senador tomar posição aqui.

Boa tarde, Senador.

Prezados, o novo sempre é algo que demanda, inevitavelmente, dois movimentos. O primeiro movimento é um grupo contrário ao novo, e outro grupo faz uma adesão, às vezes, incondicionada. E eu acho que a gente tem que ponderar algumas questões e fazer algumas análises.

Eu trouxe aqui um trecho de um documento elaborado pela Receita Federal que demonstra a carga tributária – não é alíquota, é carga tributária – do Brasil *versus* a dos países da OCDE. E vejam que a carga tributária do Brasil está em 13,5%, e carga tributária sobre consumo.

Por favor, o próximo eslaide.

E aí a gente vê que tudo que está em vermelho são os países que têm a carga tributária maior do que o Brasil; os que estão em verde, carga menor do que o Brasil, mas acima da média da OCDE; e, em azul, os que estão abaixo da média da OCDE.

Por que eu achei importante a gente fazer essa ponderação? Porque muitos países que têm uma carga tributária maior do que a do Brasil têm uma alíquota menor do que a alíquota que nós estimaremos para aderir, que é a alíquota de, aproximadamente, 28%.

A minha preocupação, então, é que não adianta termos uma alíquota pequena, se não colocarmos em prática princípios constitucionais – e constitucionais que eu falo são os da Emenda Constitucional 132 –, e eu cito como principal questão a não cumulatividade.

Por favor, o próximo eslaide.

Eu fiz uma apresentação sucinta, mas com pontos que eu considero de suma importância.

A partir daí, a gente elencou alguns pontos, por exemplo, o condicionamento do crédito ao recolhimento na etapa anterior, do ponto de vista econômico, é muito eficiente, e eu concordo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com isso; mas, em primeiro lugar, estamos transferindo para o contribuinte, mais uma vez, a responsabilidade pela verificação da adimplência tributária da cadeia produtiva.

Então, essa medida parece ser muito adequada, mas, sem os instrumentos adequados – porque eu não os vi; pouca gente viu esses instrumentos de controle, de verificação –, não conseguiremos gerar uma carga tributária adequada e, na medida em que teremos limitações além da legislação, limitações ligadas à adimplência, aumentaremos substancialmente a carga tributária. Então, se não observarmos essas questões, não adianta nada brigarmos por 20%, 25%, 27%, 30%. Teremos uma carga tributária muito alta. Esse é um ponto de atenção.

Por favor, o próximo eslaide.

Queria agradecer ao pessoal que está passando os eslaides aqui, muito obrigado pela colaboração. Sempre é um ponto difícil a gente coordenar isso.

Uma outra questão que eu também considero muito importante são as limitações geradas pelo conceito de uso e consumo. Senhores, pela atual redação, a concessão de vale-transporte para os funcionários não dá direito a crédito. Para termos um parâmetro, atualmente, a Instrução Normativa 2.121, de 2022, se não me engano, permite que as empresas tomem crédito de vale-transporte.

Então, qual é a minha principal preocupação aqui? É alinharmos o discurso com a realidade. Eu ouço muito falar que teremos um sistema plenamente não cumulativo. Concordo, teremos, mas se adequarmos detalhes importantíssimos que faltam ser adequados. Esse é um exemplo.

Nesse ponto específico, a nova legislação é um retrocesso em relação à legislação atual. E aí não adianta falarmos que é possível... Porque a gente está falando aqui dos chamados *fringe benefits*. Toda vez que a gente tenta criar algum argumento, a gente coloca uma expressão na língua inglesa para dar um charme maior a esse argumento, mas nada mais é do que a possibilidade de a pessoa física usufruir de benefícios numa tributação reduzida da pessoa jurídica. Olhem, senhores, eu não vejo nenhum empresário querendo se beneficiar do vale-transporte da empresa. De repente o automóvel pode ser até uma coisa adequada, mas o vale-transporte eu acho difícil.

Na esteira desse ponto, existem vários outros. A questão do seguro-saúde foi uma evolução conseguida a muito custo na regulamentação e na tramitação da Câmara para o Senado.

O próximo, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, de forma resumida. Mais uma vez, eu dei primazia para pontos que eu considero importantes, para que os senhores observem poucos pontos, mas que entendam a profundidade dessas questões das adequações. Então, na medida em que a gente tem limitações na legislação atual, caminharemos para uma carga tributária substancialmente maior do que a atual em alguns setores, principalmente setores – e aí, pelo meu exemplo – que demandam mão de obra intensiva.

Aqui, mais uma vez, eu faço... Concordo com a posição do Sr. Armando de que erramos muito no passado na medida em que tributamos a industrialização do país. Isso veio com o IPI na década de 60, eu acho que é um absurdo. À medida que o país se industrializava, criamos um tributo que onerava a industrialização. Só que o meu maior receio, e eu acho que a gente deve ter essa observância, é que a gente não cometa o mesmo erro agora de tributarmos os serviços na medida em que os serviços crescem. É inevitável a propagação dos serviços. O aluguel de automóveis é tão grande quanto a fabricação hoje em dia. Eu estou citando um dado que pode não ter profundidade, mas só para os senhores entenderem um exemplo. Então, eu acho que nós temos que observar esse ponto como um ponto importante na nossa observação.

E ainda uma questão: todos os estudos que eu verifiquei que denotam a redução da carga tributária, esses estudos consideram uma não cumulatividade ampla. Se a gente não tem uma não cumulatividade ampla, todos os estudos que observam uma majoração do PIB nos próximos anos por conta da reforma tributária cairão por terra.

A observância da legislação tributária tem que ter primazia na questão jurídica. Nós estamos, aqui no Legislativo, regulamentando uma norma constitucional que se adéqua a princípios constitucionais, dentre eles, isonomia e capacidade contributiva.

Mais uma observação, e aqui para finalizar: não entendo que existe... Na medida em que teremos uma tributação igualitária do serviço e de outras atividades, não entendo que teremos o mesmo tratamento. Ora, se o serviço tem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GILBERTO ALVARENGA – Se o serviço tem despesas que não geram crédito, duas empresas, uma com mão de obra intensiva e outra sem mão de obra intensiva, que tenham a mesma margem final de lucro, mas que uma delas, a que tem mais mão de obra, tenha menos crédito, não gerará a mesma carga tributária para as duas empresas. Esse é um ponto a ser observado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E com isso, eu fecho a minha apresentação e me coloco aqui à disposição para qualquer dúvida ou ponderação.

Muito obrigado a todos. Uma boa tarde. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradecendo a explanação do Sr. Gilberto Alvarenga, Consultor Tributário, representante da CNC, passo a palavra ao Sr. Anderson Trautman Cardoso, Vice-Presidente Jurídico da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil. V. Sa. está com a palavra.

O SR. ANDERSON TRAUTMAN CARDOSO (Para expor.) – Obrigado, Presidente. Muito boa tarde.

Gostaria de saudá-los, saudar os demais Parlamentares aqui presentes, na pessoa do Deputado Vitor Lippi, que nos acompanha aí ao longo de toda essa jornada de discussão da reforma tributária, em nome da CACB.

Queria dizer que eu concordo com o nosso colega – e já saudando todos os que estão participando aqui –, o Renato Conchon, que referiu que estamos aqui num momento histórico. Como disse o Gilberto, teremos aqui um impacto para o PIB e para o desenvolvimento do nosso país se a reforma for, de fato, uma reforma que propicie esse desenvolvimento.

E ao longo dos debates, Senador Marcelo, nós temos a honra, como CACB, de termos contribuído com o aperfeiçoamento do texto, tanto da Emenda Constitucional 132, quanto do texto da sua regulamentação, Projeto de Lei Complementar 68, que tramita, já tramitou na Câmara e tramita agora no Senado Federal.

Pediria para passar mais dois eslaides, por favor. Mais um. Menos um, por favor.

A CACB é a confederação que reúne as associações comerciais e empresariais de todo o Brasil. Comercial: se retornarmos ao termo original, o comércio era sinônimo, porque tínhamos um código comercial, de empresa. Então, nada mais é do que as associações empresariais de cada município. Cada um aqui deve, em algum momento da sua vida, ter convivido com uma. Destaco isso porque a entidade é uma entidade transversal. Ela não é uma entidade de um pilar.

Agradeço a gentileza do convite para participarmos aqui, para trazermos, como bem disse o Senador Armando, a importância de termos uma visão ampla, global sobre o impacto na economia como um todo e aí podermos ajustar, como disse o Gilberto aqui muito bem, os impactos para cada um dos setores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos aqui trazendo essas reflexões do comércio, dos serviços, da indústria, do agronegócio, que está aqui tão bem representado – o Renato fez uma bela exposição; a própria indústria fez uma exposição excelente, o comércio fez uma excelente exposição –, mas trazemos uma visão global, trazida já pela CACB desde o início da tramitação da reforma.

Mais uma, por favor.

Nessas reflexões, nós contribuímos, por exemplo, para a geração do crédito ao Simples Nacional. Lá no texto original da Proposta de Emenda 45, nós não tínhamos essa possibilidade. A CACB foi uma entidade que defendeu essa permissão do crédito quando a aquisição se der de uma micro ou pequena empresa optante pelo Simples Nacional, ainda que o efeito não tenha sido o desejado. O grande debate que temos hoje é de o crédito ser apenas aquilo que é pago pelo optante do Simples.

A criação da cesta básica nacional, tão importante. Lembro que o texto original trazia uma redução de 50% para os alimentos que estivessem previstos em lista, um impacto sobremaneira na população menos assistida. Mesmo com a criação de uma cesta básica, a criação de uma lista de alimentos com 60%, nós estamos com um percentual extremamente tímido. E teremos aqui a oportunidade de ouvir, trazido pela própria Abras, esse sentimento em relação ao número de produtos contemplados com essas reduções.

A alíquota de referência para o teto global da carga tributária, um pleito também da CACB, assim como falamos tanto do imposto seletivo, da exclusão do imposto seletivo, que é item essencial, é insumo de todas as nossas atividades, na incidência sobre energia elétrica e telecomunicações – e ratifico aqui o que já foi dito em relação aos minerais, o que, sem dúvida nenhuma, acarretará cumulatividade nas cadeias produtivas.

Por fim, talvez o mais importante de todos – peço para já passar um eslaide além –, a questão, Gilberto, que foi tão tratada na sua exposição, sobre o condicionamento do crédito ao pagamento efetivo do tributo.

Temos a felicidade de a Câmara dos Deputados, aqui representada pelo Deputado Vitor Lippi, ter sido sensível e criado o art. 29, dizendo o seguinte: quando tem *split payment*, pode-se condicionar o crédito ao pagamento. Não havendo *split payment*, o crédito não pode ser condicionado, o que, aliás, é regra geral da Constituição Federal, e foi invertida no PLP. Felizmente, tivemos a sensibilidade dos Deputados sobre esses pontos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem, acabou de ser divulgado um relatório da CAE. O relatório não é vinculativo com o trabalho da CCJ, mas, obviamente, traz inúmeros pontos de sensibilização. Que – permita-se, Senador Marcelo – sejam contemplados; tenham um olhar muito particular sobre esse trabalho.

Tivemos, hoje, um almoço com o Senador Izalci, que, junto com o grupo de trabalho da CAE, fez uma análise profunda de todas as 1,5 mil emendas apresentadas mais o texto. E temos a felicidade de alguns pontos trazidos pela CACB terem sido contemplados. Por exemplo, em relação ao Simples Nacional, temos um grande problema, Senador Marcelo. No sistema atual, o Simples Nacional permite o creditamento de PIS e Cofins pelo adquirente, que será substituído pela CBS. No novo regime, isso não é possível.

Então, um pleito da CACB é que se mantenha pelo menos uma identidade com o sistema atual, para não termos um prejuízo. Aí volto com relação ao incentivo desse regime tão importante para o desenvolvimento da nossa economia que é o regime do Simples Nacional. Foi acolhido pelo Senador Izalci.

Da mesma forma, foi criada uma sistemática justamente diante desse problema; ou seja, como o crédito do Simples é menor do que a empresa do regime geral, a empresa optante pelo Simples pode sair da tributação do Simples somente no que tange à tributação sobre consumo. Só que essa opção é anual hoje, Renato, pelo texto.

O que estamos propondo? Que essa opção seja semestral, porque, hoje, uma empresa optante pelo Simples pode estar atendendo uma grande empresa e precisa gerar crédito. Essa empresa pode deixar de ter esse cliente e aí ter a faculdade de, no semestre seguinte, sair desse regime. Vejam que o regime do Simples passa a ter um planejamento tributário também. Vejam a complexidade.

Também a não incidência do IBS e da CBS sobre fornecimento, sobre mensalidades de associações civis sem fins lucrativos. Todas nós, CNC, CNT, CNA, CACB, todas as nossas entidades, quando são associações sem fins lucrativos ou sindicais, pela regra atual, passarão a ser passíveis de tributação pelo IBS e pela CBS.

Mais uma vez, Senador Marcelo, importantíssimo esse ponto que já é contemplado no relatório da CAE.

Outros dois pontos que tivemos a felicidade de ver contemplados de uma forma muito rápida: representantes comerciais contemplados na redução de 30% das alíquotas; e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especialmente, a exclusão de bebidas açucaradas do imposto seletivo, o que contribui com a redução do contencioso que, naturalmente, será gerado.

Se nós temos diversos itens com adição de açúcar, por que eu escolho um? Qual é o critério que discrimina a bebida açucarada para a sua inserção? Mais um ponto que foi contemplado.

Peço que, por favor, seja passado para mais um eslaide.

E a minha exposição vai se centrar em cinco pontos.

Dito isso, esses avanços, e pleiteando que esses avanços sejam contemplados – pode voltar mais um por favor, o item 1 –, o primeiro é o Simples Nacional. O Simples Nacional é a base do desenvolvimento de todos os nossos setores. Ninguém nasce grande. Nós somos um país de empreendedores, de pessoas jurídicas, sim, que movimentam a nossa economia. Nascem pequenos e se desenvolvem.

Nós tivemos dois pontos contemplados.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDERSON TRAUTMAN CARDOSO – O primeiro ponto muito importante – os dois pontos a que eu me referia anteriormente – é o ponto da opção semestral e o crédito integral da CBS. Mas falta um ponto, Senador Marcelo, que é fundamental. Hoje, no sistema do ICMS, aquelas isenções, aqueles regimes monofásicos não são contemplados para fins do faturamento de empresa optante pelo regime do Simples. Por quê? Porque há um dispositivo, na Lei Geral do Simples, no art. 18, que prevê essa exclusão para fins do cômputo do faturamento.

No novo regime, esse ICMS deixa de existir. Esse dispositivo deixa de ser aplicado. Nós precisamos de um outro dispositivo que trate sobre o IBS e a CBS. Do contrário, nós estaremos penalizando o optante pelo Simples.

É isto que nós trazemos: a sugestão de inclusão, no art. 18, de um dispositivo que trate o IBS e a CBS da mesma forma como trata hoje o ICMS e os regimes monofásicos. Esse é o primeiro pleito.

O segundo pleito, por favor, é a não cumulatividade plena, que já foi tratada aqui por demais. Então, dou destaque, mais uma vez, à manutenção do art. 29 e uma supressão, Gilberto, integral do art. 30, porque, do contrário, nós geraríamos contencioso. Ter já itens cujos créditos absolutamente são vedados, sem saber qual é a utilização, é gerar contencioso. A empresa vai a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

juízo para demonstrar se é ou não. Então, por que não fazemos o contrário? O objetivo não é simplificar? Então, temos que tirar o art. 30 e tratar caso a caso.

Mais um, por favor.

Limite para a carga tributária. Falamos de uma neutralidade da reforma. Essa neutralidade não existe – ela não existe. Esses 26,5%, eu não vi até hoje cálculo e não sei se o Deputado Lippi ou o Senador Marcelo viram o cálculo, mas ele não pode existir. A alíquota só vai ser fixada lá em 2026 por conta da arrecadação do 1%, com base nos cálculos do Tribunal de Contas da União. Então, qualquer cálculo, hoje, é mera estimativa. E mais: estamos dando autonomia para os entes. O município vai fixar a sua alíquota, o estado vai fixar a sua alíquota, e a União, também. É um somatório de alíquotas que não existem. Então, para nós garantirmos a neutralidade, que haja o acolhimento da Emenda 232 e que a alíquota de referência passe a ser teto. Com isso, teremos, sim, garantia de neutralidade da carga global, ou seja, o cálculo trazido pelo Tribunal de Contas da União com a arrecadação global será fixado como definitivo.

Por favor, mais um.

Logo em seguida, já termino.

As associações sem fins lucrativos. Mais uma vez, importância da desoneração para que não haja a imposição de uma tributação onde não há consumo. Obviamente, não é fato gerador, não é hipótese de incidência. Quando menos, haverá fato gerador sujeito à incidência. Por isso, resguardar esse ponto.

Finalizo.

O último: obrigações acessórias não são tratadas. Senador Marcelo, nós temos o objetivo de simplificação sem tratar de obrigações acessórias. E todos nós que somos afeitos à matéria tributária, sabemos que a obrigação acessória é um grande gerador de complexidade no sistema tributário. E esta Casa, Senador Marcelo, já aprovou um projeto de lei complementar, a Lei Complementar 199, de 2023, liderada pelo Senador Efraim, que traz o estatuto das obrigações acessórias, simplificando-as. Então, nada mais correto do que termos um capítulo que trata sobre o tema, trazendo essa simplificação tão desejada.

Mais um, e aí encerro.

Temos, na Emenda Constitucional 132, a proposta de tratarmos sobre a reforma da renda e da previdência, duas reformas extremamente importantes. Foi dado o exemplo, pelo Gilberto, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

distinção entre uma empresa com mais ou menos empregados. Nós enfrentaremos esse ponto na reforma da tributação sobre a folha. No entanto, nada se falou sobre a reforma administrativa. Se nós não nos debruçarmos sobre o custo do Estado, nós continuaremos sempre, cada um dos nossos setores, digladiando-se frente ao aumento de carga tributária. É primordial que, junto com as reformas que vêm – esperamos, no início do próximo ano, que é a reforma da renda e da tributação sobre a folha –, nós possamos também, Senador, enfrentar a reforma administrativa para fins de reduzir o custo do Estado e permitir, aí sim, um desenvolvimento sustentável para o nosso país.

A CACB agradece a gentileza. Agradeço, em nome do nosso Presidente, Alfredo Cotait Neto, pelo espaço, e seguimos à disposição para este debate, pedindo vênia para me despedir já, porque terei que sair e me ausentar, Senador Marcelo, porque tenho um voo logo em seguida. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nós é que agradecemos a V. Sa., Sr. Anderson Trautman...

O SR. ANDERSON TRAUTMAN CARDOSO (*Fora do microfone.*) – Trautman.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Trautman Cardoso, Vice-Presidente Jurídico da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil.

Passamos agora ao próximo orador, que é a Sra. Alessandra Brandão, Consultora Tributária da CNT.

V. Sa. tem a palavra.

A SRA. ALESSANDRA BRANDÃO (Para expor.) – Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar o nosso Presidente em exercício, Senador Marcelo Castro, os demais Senadores, os Deputados presentes e os demais componentes desta mesa.

Senador, em nome da CNT, eu gostaria muito de agradecer a oportunidade de participarmos desta audiência pública e manifestar o nosso testemunho da importância desta discussão, da importância deste diálogo na condução do processo de reforma tributária. É um processo complexo, é uma reforma que tem um impacto muito grande na nossa economia, na nossa sociedade, e eu, que venho participando desses processos, posso perceber que essas audiências públicas contribuem tanto para a democracia quanto para o amadurecimento do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto, do processo. Então, eu vejo que até o próprio PLP 68, que é mais recente, vem amadurecendo. A gente vê que o Poder Legislativo, assim como a Secretaria Extraordinária de Reforma Tributária, está sempre com os ouvidos atentos para todas as demandas que os setores têm apresentado.

Eu não tenho dúvida, da mesma forma como o Senador Armando apontou, de que nós temos um grande avanço com a aprovação da reforma tributária. Eu confesso que achei que não estaria viva para ver este momento e fico muito feliz de poder participar de uma reforma tão importante. Muitos avanços nós conseguimos para o setor de transporte, entretanto, alguns pontos ainda nos causam preocupação, principalmente alguns pontos que foram trazidos pelo PLP 68.

Então, o primeiro ponto, que é a principal pauta da CNT neste momento, é com relação ao transporte internacional. No contexto de hoje, quando um transportador pega uma mercadoria no exterior e traz para o Brasil ou quando ele leva do Brasil para o exterior, essas operações são totalmente desoneradas, tanto do ponto de vista do PIS e da Cofins quanto do ICMS.

Só que o PLP 68 estabelece uma condição para que o transporte seja considerado exportação, que é a condição de que o contratante seja uma empresa residente ou domiciliada no exterior. Com isso, se uma exportadora brasileira contrata uma empresa de transporte para pegar a carga no Brasil e entregar, por exemplo, em um país do Mercosul, isso vai ser tributado. Essa tributação é totalmente contrária aos próprios preceitos da reforma e isso tem uma consequência nefasta para o setor de transporte brasileiro, porque as transportadoras brasileiras vão ter um ônus maior do que as estrangeiras. Isso vai fazer com que os exportadores brasileiros passem a contratar empresas estrangeiras, principalmente, como eu disse, no âmbito do Mercosul, que é onde se usa o transporte rodoviário de carga; porque as empresas do Mercosul vão ter um preço menor – uma vez que, do ponto de vista delas, não tem nenhuma oneração tributária –, o que for pago a título de tributação na importação do serviço vai gerar crédito para a exportadora no Brasil e não vai ter nenhuma burocracia para o exportador brasileiro.

Então, a CNT gostaria de ressaltar que, a permanecer essa determinação, está-se criando uma concorrência totalmente desleal entre as empresas estrangeiras e as brasileiras. Eu acredito que não seja o objetivo de nenhum dos idealizadores da reforma tributária que o transporte brasileiro seja onerado e que a gente tenha essa desvantagem com relação ao estrangeiro.

É por isso que nós apresentamos uma emenda que já foi acolhida, a Emenda 1.346, que trata da retirada dessa condição, na esperança de que o Senado entenda a importância de que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não exista essa exigência de que o contratante seja residente no exterior e permita que as exportadoras brasileiras possam contratar as transportadoras no Brasil para poder fazer o frete e entregar essa mercadoria no exterior.

Um outro ponto importante para o setor de transporte, agora com relação ao transporte de passageiros, é o transporte intermunicipal e o interestadual. O transporte interestadual e o intermunicipal, tanto rodoviário como hidroviário e aquaviário, estão submetidos a um regime especial, e, até agora, nós não conseguimos saber a que carga tributária vão estar submetidos. Remete-se à manutenção da carga tributária atual, remete-se a uma metodologia de cálculo, mas isso não foi apresentado para o setor até o momento.

Se nós pensarmos, uma parte do transporte interestadual e do intermunicipal concorre com a aviação regional, à qual foi concedido um desconto de 40% da alíquota básica. Então, nós temos também uma concorrência, com o transporte rodoviário, hidroviário e ferroviário mantendo uma carga tributária cheia, enquanto o aéreo ganha uma vantagem competitiva de 40% de desconto.

Nós temos que entender que o nosso país é grande e que quem usa o transporte rodoviário é a população de baixa renda. Então, se nós não tivermos uma sensibilidade com relação à tributação do transporte interestadual e do intermunicipal, nós vamos estar impedindo as pessoas de se locomoverem no Brasil, porque a parcela da nossa população que tem acesso ao transporte aéreo é uma parcela reduzida.

Outra questão foi uma emenda que já foi apresentada, que é a Emenda 1.126, um simples ajuste de redação: na isenção do transporte urbano, foram mencionados o transporte urbano e o semiurbano, mas não foi mencionado o transporte suburbano, que é um sinônimo do transporte metropolitano. Caso o suburbano não apareça expressamente no dispositivo legal, ele vai ser excluído da isenção, porque não se pode isentar por analogia. Então, é muito importante esse ajuste redacional no sentido de incluir o transporte suburbano, que é um mero sinônimo do transporte metropolitano.

Outro ponto que tem muito impacto no setor de transporte é a adoção do princípio do destino. É um objetivo da reforma levar toda a tributação do destino para promover o desenvolvimento regional, só que algumas exceções precisam ser feitas em razão da própria operacionalização desse critério do destino. Uma exceção que foi promovida é com relação ao transporte rodoviário de passageiros. No transporte de passageiros, o fato gerador vai ser considerado ocorrido no início do transporte. A CNT, então, vem buscar que esse critério também seja aplicado ao transporte de cargas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos hoje uma capilaridade do transporte de cargas gigantesca. Ao fazer com que a tributação – todas as obrigações acessórias, como foi apontado aqui – considere a tributação do destino, pensando em transportadoras que entregam em vários locais do país, esse custo de conformidade é muito alto. Então, seria importante que, também no caso do transporte de cargas, fizessem essa exceção para que o imposto incida no início, e não no final, no destino, em cada cidadezinha onde as mercadorias são entregues.

Também temos a questão do vale-pedágio. Eu acho que, no decorrer das discussões, não ficou claro o que é o vale-pedágio.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ALESSANDRA BRANDÃO – Quando uma empresa contrata uma transportadora, ela, por lei, é obrigada a fornecer um valor, como se fosse um vale-refeição, relativo ao vale-pedágio. É uma obrigação imposta por lei. O embarcador tem que prover o recurso na hora em que o caminhoneiro estiver passando nos vários postos de pedágio. De acordo com a lei que cria o vale-pedágio, esse valor não pode sofrer incidência de tributos. Entretanto, no PLP 68, esse valor compõe a base de cálculo do IBS e da CBS. Um dos nossos pleitos é que não exista essa incidência sobre o vale-pedágio e que a tributação do transporte não seja onerada em razão da inclusão dessa verba, cuja tributação é proibida por lei atualmente.

Então, eram essas as considerações da CNT. Agradecemos muito, mais uma vez, a oportunidade de participarmos do processo e estamos à disposição para os debates. (*Palmas.*)

Agradecemos à Sra. Alessandra Brandão, Consultora Tributária da Confederação Nacional dos Transportes, parabenizando-a pela clareza da exposição e a consistência dos dados trazidos por V. Sa.

Passamos a palavra agora ao Sr. Paulo Rabello de Castro, ex-Presidente do IBGE e do BNDES, e representante da Abras, para a sua exposição.

Com a palavra, V. Sa.

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Prof. Marcelo Castro.

Prezados e prezadas colegas de painel, eu também gostaria de cumprimentar os Parlamentares aqui presentes, na pessoa, primeiro, do Deputado Vitor Lippi, dos Senadores que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos acompanham, pessoal ou virtualmente, na pessoa do Relator desta matéria, que é o Senador Eduardo Braga, e, evidentemente, na pessoa de quem nos preside hoje, o Senador Marcelo Castro.

Eu queria começar, desde logo, prezado Senador, dizendo que aqui representamos a Associação Brasileira de Supermercados, mas, de fato, representamos o consumidor do supermercado. O senhor já foi muitas vezes ao supermercado na vida, eu também e todos aqui, então, nós temos interesse nessa matéria da reforma tributária, apenas não sabemos que isso está tramitando. Milhões e milhões de brasileiros não sabem que estamos aqui decidindo em nome deles, porque somos representantes do povo – no caso, eu, particularmente, apenas um colaborador da matéria.

Gostaria de dizer que estamos, como foi dito, diante de um momento histórico – vários aqui apontaram –, porque muito se pode angariar em termos de aumento do crescimento, e mais, da prosperidade do Brasil, se isso for feito direito. Para isso, a Abras tem se posicionado como uma colaboradora e uma entusiasta, inclusive, da reforma tributária – tal como ela vem saindo –, e tem sido muito ouvida, mas temos pontos a apontar.

Gostaria de iniciar a minha apresentação, mostrando o que precisa ser mudado, e fazer um alerta. Gostaria, inclusive, que o Senador Eduardo Braga, que depois vai tomar conhecimento dessa matéria, tivesse acesso a este eslaide, que mostra que hoje a carga de tributos no supermercado, Senador Marcelo, é da ordem de 13,8%, segundo a base nacional de vendas da própria Abras, que faz esse levantamento realmente com a sua própria base efetiva de participantes, um consumo que vai a R$1 trilhão, se contarmos o varejo alimentar e não alimentar como um todo.

Em Portugal, para se ter apenas uma ideia de comparativo, a carga efetiva é da ordem de 14%. Por quê? Como vários, inclusive o Gilberto, da CNC, já mostrou, há uma diferença entre a alíquota padrão, a alíquota de referência, que agora virou um teto – 26,5% –, disso não pode passar, que é razoavelmente irrelevante, porque o que importa, como também já foi apontado, é a carga efetiva. Essa carga efetiva varia entre segmentos. No Brasil, a dispersão hoje é muito grande, porque a indústria sofre muito mais. Vai haver uma composição, uma reconciliação.

A Abras concorre para isso, mas ela também percebe a essencialidade de certos bens, de forma que a carga efetiva que, em Portugal, por exemplo, é de 14%, no supermercado brasileiro, é de 13,8%. Os alimentos pagam menos do que essa média de 14%, e os demais produtos de bazar, não alimentares, bebidas alcoólicas, principalmente, puxam para cima a alíquota média ponderada. Ora, a versão atual do PLP – esse é o problema que queremos apontar – eleva essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

carga tributária para 19%, aumentando a tributação que vai ser deixada pelo consumidor na boca do caixa em algo como R$50 bilhões por ano. Isso é simplesmente de uma voracidade de arrecadação que não tem compatibilidade com o tipo de trabalho histórico que estamos fazendo daqui.

O senhor sabe disto, Senador: se você aumenta os tributos na ordem de R$50 bilhões por ano, elevando a carga de cerca de 13,8%, arredondadamente, 14%, para 19%, mais cinco pontos percentuais, é óbvio que o consumo deve cair, segundo as nossas estimativas, na ordem de 5% a 7%. Como disse de início, o consumidor está quieto, no canto dele; ele não sabe que estamos, sem querer, tramando isso.

Portanto, nós somos entusiastas dessa reforma, mas precisamos alertar o Senado Federal para que ele não compactue com essa sanha arrecadatória, que eu considero que vem, inclusive, do Ministério da Fazenda, pelos problemas circunstanciais de déficits primários crônicos – foi referida a necessidade de uma reforma administrativa, mas parece ser mais rápido e mais fácil estar sempre conspirando para aumentar a arrecadação.

O pleito da Abras não é pedir nenhum favor, mas manter e respeitar a neutralidade tributária. Se hoje o consumidor tem 14%, que, diga-se de passagem, é igual a Portugal, cuja alíquota de referência... Porque alguém pode perguntar: "Como é a alíquota, lá em Portugal?". É 23%. Mas, então, o consumidor português, quando entra no supermercado, espera pagar 23%?. Eu espero que todos, quando forem a Lisboa ou a qualquer outra maravilhosa cidade do nosso querido país de origem, façam uma visita ao supermercado; lá está tudo discriminado, como será aqui no Brasil, por faixas, e os senhores farão depois a conta – façam uma compra bastante diversificada –, que vai dar de 13% a 14%. Por quê? Porque nem todos os produtos são taxados como as bebidas alcoólicas. Aliás, em Portugal, até os vinhos têm uma carga tributária reduzida. Quem gosta do vinho sabe disso.

Então, portanto, o pleito principal da Abras e o alerta que faz a esta Casa é que não incidam no impopular processo de aumentar a carga tributária desse consumidor que está inconsciente dessa questão toda. Vamos manter a carga. E como a gente faz isso?

Rapidamente, eu gostaria de mostrar por que surge essa elevação no PLP.

Por favor, passe.

Basicamente, olhando visualmente essas duas *pizzas*, a versão atual do PLP, que dá 19%, o que faz? Ela contempla 28% dos produtos do supermercado em valor na CBNA, que é a cesta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

básica nacional de alimentos. Entretanto, houve um esmagamento da chamada cesta estendida, cujo conceito, inclusive, foi introduzido pelo Senador Eduardo Braga, que queria estender, para além da cesta básica, a mais outros produtos que funcionam, como em Portugal, com uma alíquota reduzida de 60%. Os produtos de 60% foram reduzidos a 7% das compras, contra – olhem a *pizza* na parte azul, do lado direito – 24%, como seria equilibrado.

Então, o pleito da Abras é um pleito equilibrado, em que a alíquota cheia ainda atinge 40% do gasto do consumidor, que é o gasto maior. Ou seja, a Abras tem plena consciência de que precisamos também colaborar com a arrecadação tributária, mas não desse jeito desequilibrado, anômalo, guloso, como estão querendo fazer.

Para isso, é preciso aumentar, aceitar a lista ampliada da cesta básica – pode passar, por favor –, que eu vou mostrar agora, em que estão, felizmente, por um trabalho espetacular da Câmara dos Deputados, na undécima hora e em boa hora, as carnes e os peixes, proteína animal essencial para uma cesta básica alimentar, como está definido no art. 8º, nutricionalmente adequada, que exigiria algo mais do que simplesmente um painel mínimo energético para um antigo conceito de sobrevivência do trabalhador brasileiro no andaime. Não, hoje nós estamos aqui pensando numa cesta que é ampla e generosa, que também exige segurança alimentar e – também um item do art. 8º, Senador – a regionalização dos produtos. E aí, quando a gente vai ver essa lista, não tem o açaí, não tem o charque, não tem a rapadura, não tem a pamonha, e por aí vai. E quanto custaria colocar isso? Praticamente nada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – A diferença é muito importante para o consumidor e razoavelmente irrelevante no cômputo geral do que será essa alíquota.

Mais importante do que complementar a cesta básica nacional está o que acontece no art. 9º, que é o artigo seguinte da emenda constitucional. Peço que passe, por favor, para mostrar que esses produtos que vocês estão vendo – o biscoito; a água mineral natural, importantíssima para, inclusive, a saúde do povo; produtos hortícolas – são desonerados numa ponta, mas, se secos e conservados, vão pagar uma alíquota parecida, hoje, pelo PLP, a 30%, de 26,5% a 30%.

Eu me insurjo porque, como qualquer classe média, nós também fomos sustentados, quando jovens, pelos nossos pais à base de macarrão com salsicha, principalmente quando a família era numerosa. Eu acho um absurdo inaceitável – e, como consumidor, deixo o meu protesto nesta Casa – que a linguiça e a salsicha hoje estejam ameaçadas, Deputado Lippi, a pagar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

praticamente 30%. Por que isso? São alimentos que a Anvisa já verificou. Obviamente esse papo de ultraprocessado é um papo, vamos dizer assim, para discussão etérea, porque, na realidade, nós sabemos que há produtos *in natura* que podemos consumir fartamente, e outros que nós devemos moderar. Todos os produtos que contêm mais açúcar, etc. são aprovados, mas eles têm que ser moderados, e eles cabem numa alíquota de 60% de redução. Portanto, este é o pleito principal da Abras: que a gente aumente isso.

Passando adiante, também não se esqueça de ampliar a lista da higiene pessoal e limpeza, porque faz parte... Nós sabemos que o brasileiro necessita da fralda; do filtro solar, num país tropical; da pasta de dente, para ele não consumir os serviços, depois, do SUS; do sabão; de coisas básicas; do inseticida e do repelente, num país da chicungunha e de dengue. Então, nós precisamos ter consideração com esse consumidor.

O pleito da Abras é muito claro. É fácil organizar esse anexo de uma forma, eu não diria, Senador, mais generosa. O Senado não precisa ser generoso; ele precisa voltar à neutralidade e fazer com que alguém faça a conta. Nós estamos finalizando essa reforma tributária, digo-lhe mais, sem ter visto uma única planilha por parte da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária fazendo estimativas. Eles dizem que fizeram, mas a gente não sabe se serão 26,5%, 27% ou 28%.

Por favor.

Para concluir, os senhores ouvirão que o *cashback* vai resolver parte dessa questão. Quem leu o PLP sabe que não tem nada a ver. O *cashback*, diga-se de passagem, tem um lugar, sim, na conta de energia, em que se pode identificar claramente qual é o consumidor carente, e ali você introduz a devolução; na conta de água e esgoto, também se consegue identificar o carente, e você dá o *cashback*; na telecom, que a CAE, em boa hora, acolheu agora, também igualmente; e no gás natural, também.

No supermercado, a condição de identificar quem tem mais ou menos dinheiro no bolso não funciona. Diga-se de passagem, a revolução alimentar que foi feita na emenda constitucional é para todos os brasileiros. Eu não preciso ser majoritariamente pobre para ter o direito de comer de uma forma mais ou menos desonerada, tal como a carga tributária em Portugal. Isso não tem nada que ver com o *cashback*. Use o seu *cashback* em energia, água e esgoto, telecom e gás natural e esqueçam... É uma mania do pessoal da Sert – falo até com os meus colegas –, que tem quase que uma obsessão por essa introdução de uma devolução, vamos dizer, em dinheiro, que obviamente também vai, eventualmente, para o *bet* e não resultar em aumento da alimentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para concluir, já tentando concluir, resumo que é preciso, portanto – e é o pleito principal da Abras –, manter neutra a carga tributária. Eu acho que é uma obrigação – e falo com todo carinho – que o Senado Federal mande fazer as contas, porque hoje, pelo PLP, nós estamos diante de um aumento substancial de cerca de 40% da carga tributária, e isso é inaceitável para o consumidor brasileiro.

É preciso também ampliar, como eu disse, as listas – e isso é muito fácil – da cesta básica, principalmente dos produtos de alimentação e de limpeza com 60% de redução.

Esse terceiro pleito já foi acolhido pela CAE, que é a retirada da bebida açucarada do seletivo. Também não demonizemos a bebida açucarada que é consumida por nós todos, porque pagar hoje em dia a alíquota de referência de quase 30% já é um nível punitivo de alíquota. A indústria continuará, quero dizer, tendo um nível muito alto de taxação, e teremos que fazer a reforma complementar da renda e a reforma administrativa com a contenção de despesas para que a gente obtenha uma redução da taxação do consumo para todos.

Eu queria concluir a conclusão para agradecer, Senador, principalmente – ali, as principais fotos, que já são identificadas –, nas pessoas dos Relatores, Senador Eduardo Braga e Deputado Aguinaldo Ribeiro, que, junto com o grupo de trabalho agora, na segunda etapa, estão realmente formulando uma revolução alimentar que não é uma revolução alimentar só.

Nós estamos dando 60% de redução para a educação, para a saúde, para os medicamentos, para a produção agro. O senhor, que é médico, sabe muito bem o que isso significa. Nós estamos desonerando os bens de capital. Mas que bens de capital? O que isso tem a ver com pessoas? Sim, a pessoa humana... O conceito de capital se estende ao capital físico e ao capital humano.

Então, não há... Desculpe-me o colega da Fiesp – aliás, gosto muito dele, é muito competente o Igor –, mas falhou. O sistema brasileiro que está sendo objeto de aprovação aqui não é um sistema que tem uma alíquota única e algumas exceções. Não! É um sistema com seis regimes distintos de IVA – temos que nos conformar com essa ideia –, e são sete, podendo ir para oito níveis de IVA, níveis de alíquota. Portanto, não existe... A alíquota padrão é mera referência. São seis regimes, e, óbvio, alguns regimes são, inclusive, zerados – exportações e investimentos em bens de capital, sendo que há algumas omissões graves ainda, como materiais de construção.

Mas há uma ordem nesse aparente caos dessa discussão toda: o Brasil está querendo crescer mais, o Brasil precisa de investimentos para crescer, e investimentos se fazem em capital humano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, por isto a gente desonera alimento: para o sujeito poder parar em pé e ir trabalhar, sem ter que pagar 30% quase numa alíquota de um produto, de uma salsicha.

Liberdade para a salsicha e para a linguiça, meu caro Senador!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradeço ao Sr. Paulo Rabello de Castro, ex-Presidente do IBGE e do BNDES, pela sua brilhante apresentação.

Vamos passar a palavra agora ao Sr. Eduardo Lourenço, Consultor Tributário do Instituto Pensar Agropecuária.

V. Sa. tem a palavra.

O SR. EDUARDO LOURENÇO (Para expor.) – Senador Marcelo, muito obrigado.

Senador Eduardo Braga, muito obrigado pela participação e pelo convite.

Deputado Vitor Lippi, um assíduo participante do setor agropecuário, na sua pessoa eu cumprimento os demais Congressistas aqui presentes e demais participantes.

Senadores, eu falo aqui hoje em nome do Instituto Pensar Agropecuária, que é composto por 59 entidades do setor agropecuário, mas não só; a Fiesp e a CNA fazem parte do setor agropecuário.

Nós temos toda a cadeia produtiva do setor agropecuário presente nas discussões que nós fazemos, há muito tempo, em relação à reforma tributária. Desde 2018, quando a hoje Senadora Tereza Cristina era, então, Deputada Federal e Presidente da Frente Parlamentar Agropecuária, nós começamos a discutir a reforma tributária. Logo na sequência, a PEC 45 e a PEC 110 foram apresentadas, e o setor teve um posicionamento, que acredito que a maioria das confederações aqui também tiveram, no sentido de que: "Olha, não somos contra a reforma tributária, nós somos a favor da reforma tributária; o que nós queremos é apresentar aqui sugestões".

Então, o instituto, como braço técnico da frente parlamentar, fez essas sugestões, e, desde então, nós temos trabalhado não contra a reforma tributária, mas, sim, para tentar fazer valer aquilo que estava previsto, que era a simplificação, a manutenção da carga tributária, até mesmo para garantir, como a gente costuma dizer, o alimento a preço justo para o brasileiro do campo à mesa. Acho que isso sempre foi um ponto muito firme.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu fiquei muito feliz em ser, acredito, o último orador aqui hoje, por ouvir meus colegas falando antes – o colega Renato Conchon, que é um é um grande amigo; o Gilberto Alvarenga, da CNC, comentando; o Sr. Paulo; o Senador Armando Monteiro, da CNI –, todos colocando pontos que estão dentro dos pleitos do próprio setor agropecuário.

Então, quando se fala em devolução do prazo em uma quantidade menor de dias, o setor agropecuário tem uma grande preocupação com isso também. A gente tem um grande pedido para que isso ocorra em prazo razoável. Quando se fala em um ajuste ou outro que é necessário na cesta básica ou na lista de alimentos, o setor agropecuário, ainda que ele não seja o beneficiário direto, porque quem é o beneficiário direto é a população brasileira, é o consumidor, o setor agropecuário também defende esses itens.

Mas eu queria aqui agora, Srs. Senadores, Sr. Eduardo Braga, pontuar alguns pontos principais em relação aos pleitos específicos do setor agropecuário.

O Renato Conchon trouxe um ponto em relação ao crédito presumido que é muito relevante. No crédito presumido hoje está previsto, em relação à CBS e ao IBS, que eles vão ser restituíveis. Ou seja, o contribuinte que tiver saldo credor de crédito presumido pode restituir. O que as empresas do agro estão pedindo é: "em vez de você me restituir o crédito de CBS, deixe-me compensar com outro tributo que eu devo para Receita também". Eu acredito que isso vai até facilitar para própria Receita. Em vez de eu te devolver em dinheiro, vou permitir que você faça a compensação com outros tributos que você me deve. Então, esse é um pleito. Assim como existe hoje já na legislação – o art. 74 da Lei 9.430 deixa isso muito claro. É a dita compensação cruzada, que o Governo Federal tentou, com a medida provisória do fim do mundo, e o Senado Federal, juntamente com a Câmara dos Deputados, rechaçou a tentativa de acabar com essa compensação cruzada.

Esse é um pleito muito relevante, que é acompanhado também do pleito de que o crédito presumido seja revisto. Assim como as outras políticas públicas que estão na proposta da reforma tributária, que ele seja revisto a cada cinco anos, e não revisto todo ano, porque, quando a gente revê essa política pública a cada cinco anos, isso vai trazer uma maior segurança jurídica de investimento pelas indústrias que ali estão presentes. Em conversas com o Governo Federal, inclusive, já surgiu a ideia de que se faça essa revisão em cinco anos, com uma média... Desculpe, que você faça a revisão todo ano, mas com uma média móvel dos últimos cinco anos, que também traz essa neutralidade e uma maior segurança para as indústrias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um ponto muito importante também é em relação aos insumos agropecuários. Sabemos que temos lá no Anexo 9 a lista de insumos agropecuários. Entendemos que alguns ficaram de fora. Hoje, nós temos basicamente duas leis que tratam do insumo agropecuário. Temos a Lei 10.925, que trata do PIS e da Cofins, zerando a tributação, e temos em nível estadual o Convênio 100, que tem uma lista dos insumos agropecuários. Muitos dos itens que estão nessas duas normas ficaram de fora do Anexo 9, que a Câmara dos Deputados ajustou. O que nós estamos sugerindo é que, primeiro, se dê a competência para o Ministério da Agricultura, junto com a Receita Federal e o Comitê Gestor, dizer também quais são os novos insumos agropecuários.

O que a gente quer dizer com isso? Facilitar a inovação tecnológica. A gente incentivar que novas tecnologias... Estamos aqui na Casa hoje discutindo também bioinsumos, novas formas de incentivo à produção agropecuária. A ideia seria também que o próprio Ministério da Agricultura, junto com os órgãos da administração tributária, possa incluir novos itens nessa lista.

E um ponto muito relevante que ficou de fora e que hoje tem desoneração – e aí vai muito na linha do que o Senador Armando disse aqui em relação à industrialização – é a matéria-prima do insumo agropecuário. Hoje, a matéria-prima do insumo agropecuário, pela Lei 10.925 e pelo Convênio 100, tem desoneração tributária. Ou seja, uma indústria instalada no Brasil importa com desoneração tributária, industrializa e revende no mercado interno. A partir do novo modelo, se ficar do jeito que está o Anexo 9 do PLP 68, a indústria terá que importar com alíquota cheia, acumular crédito, ter uma perda enorme de fluxo de caixa para depois industrializar e revender com a alíquota reduzida.

Qual é o grande problema disso? A indústria de insumos, assim como a revenda de insumos, é uma das principais fontes de financiamento da produção rural no próprio Plano Safra. Essas indústrias revendem a produção, o insumo agropecuário para o produtor rural, mas vão receber daqui a um ano. Se ela vai receber daqui a um ano e depois ainda tem que recolher o tributo, mas já pagou lá atrás a alíquota maior, porque eu, indústria, vou fazer um investimento aqui? É muito melhor que eu abra um escritório de importação, industrializo no Paraguai e importo o produto acabado aqui e revendo, isso diminui muito o meu custo. E é exatamente isso que a gente não quer com a reforma tributária. Acho que todos aqui queremos que, na verdade, a gente tenha uma neutralidade.

Outro ponto muito importante que decorre justamente da própria infraestrutura do Brasil, que é um país continental, e também da própria natureza dos produtos agropecuários são as perdas que ocorrem nos transportes, seja pela própria característica do produto – o etanol

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

evapora, você tem diferenciação a depender da temperatura, você tem perdas de grãos no transporte. Isso não pode ser considerado fato gerador para a tributação, tampouco perda de crédito de tributo pago na cadeia anterior. Isso está acontecendo hoje em diversos estados como o Estado de São Paulo. Estamos em conversa com o Estado de São Paulo para melhorar essa perda técnica, como assim nós sabemos, e existem emendas que foram apresentadas trazendo justamente essa melhoria nesse ponto.

Outro ponto muito relevante que nós entendemos aqui é a questão da tributação das operações com imóveis rurais. Mais uma vez, o imóvel rural o produtor não tem por uma mera liberalidade dele: "Não, eu quero ter aquela fazenda". Não! Ele tem porque aquilo ali é um bem ativo dele que ele utiliza para a sua produção rural. Você tributar o arrendamento da terra ou, então, a venda daquela fazenda vai trazer um aumento de custo enorme para o produtor rural. Então, nós estamos pedindo a não incidência do IBS e da CBS nessas operações com bens imóveis rurais.

E, como dito aqui pelo Renato, já me encaminhando para o final, Sr. Senador Marcelo – acho que todos estão cansados de ouvir tributário aqui a tarde toda –, é a questão do diferimento da venda da produção agropecuária, não é? A venda da produção agropecuária tem algumas destinações: ou ela vira alimento, ou ela é exportada, ou vira combustível.

Se é vira alimento, a Abras vai cuidar da tributação; se vira combustível, a distribuidora vai...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vira tecido também, corda...

O SR. EDUARDO LOURENÇO – Exatamente, vira tecido.

O consumidor vai pagar. Se for exportado, não tem tributação; se virar combustível, nós temos ali também a tributação.

O que nós queremos dizer, então? Que não se tribute o produtor rural, que se jogue essa tributação para a cadeia subsequente, facilitando e simplificando essa arrecadação e diminuindo também a incidência tributária e melhorando ali o diferimento.

Então, Sr. Senador, agradeço estar aqui, deixando claro que todos os pleitos do setor agropecuário que aqui foram expostos não trazem aumento da alíquota geral justamente porque o setor agropecuário aqui funciona como um meio de cadeia. Se nós confiamos que o sistema de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

débito e crédito no sistema de Imposto sobre Valor Agregado vai funcionar, aumentar a lista de insumos não vai aumentar a alíquota de referência, instituir o diferimento não vai aumentar a tributação.

O que nós pedimos aqui é apenas que nós mantenhamos a competitividade do setor agropecuário para que ele continue sendo sustentável e sendo o carro-chefe da população brasileira.

Muito obrigado, Sr. Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nós queremos agradecer a palavra do último orador inscrito, Sr. Eduardo Lourenço, consultor tributário do Instituto Pensar Agropecuária, um setor importantíssimo para a sociedade brasileira, um setor cada vez mais pujante e importante para a nossa economia.

Quero agradecer a presença de todos os convidados que se houveram muito bem hoje aqui nesta tarde com contribuições valiosas.

O nosso Relator Eduardo Braga teve um problema com uma agenda que teve que cumprir, mas a sua assessoria está aqui atentamente acompanhando todas as contribuições, que serão levadas em consideração para a confecção final do seu relatório.

Nós temos a consciência de que estamos fazendo a reforma mais importante para o país, é uma dívida que nós temos já de décadas. Há muitos e muitos anos a gente tenta, na Câmara e no Senado, fazer essa reforma, mas nunca conseguimos avançar. No ano passado, nós conseguimos dar esse passo gigantesco no sentido de uma legislação mais simples, mais eficaz, mais prática, menos confusa, menos anacrônica, menos complexa e, sobretudo, menos injusta do que a tributação que nós temos no momento.

Então, agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 28 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 37ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e sete minutos do dia trinta e um de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Alan Rick, Mecias de Jesus e Hamilton Mourão, e ainda do Senador Paulo Paim, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Sergio Moro, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro, Beto Martins, Magno Malta, Marcos Rogério, Ciro Nogueira e Esperidião Amin. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento PLP 68/2024, de autoria Câmara dos Deputados. **Finalidade:** Destinada a instruir o Projeto de Lei Complementar n° 68, de 2024, que "Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências". Do Plano de Trabalho: "Esse debate deve abordar regimes diferenciados com forte impacto social, como cesta básica nacional, educação, saúde, entre outros. As regras para a devolução personalizada, conhecida como cashback, de IBS e CBS, também devem ser objeto desta Audiência". **Participantes:** Sr. Rodrigo Octávio Orair, Diretor de Programa da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda; Sr. Gustavo Beduschi, Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Laticínios – VIVA LACTEOS; Sr. Luiz Claudio Carvalho, Representante da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC); Sra. Thais Romero Veiga Shingai, Consultora Jurídica da Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde), representante de: Breno De Figueiredo Monteiro, Presidente da CNSaúde; Sr. João Batista Ferreira Dornellas, Presidente-Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA); Sr. Ricardo Furtado, Advogado e Conselheiro Fiscal da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEN), representante de: Paulino Delmar Rodrigues Pereira, Presidente da CONFENEN; e Sra. Patrícia Gentil, Diretora do Departamento de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável - SESAN/MDS, representante de: Wellington Dias, Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). **Resultado:** Realizada a audiência pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/31

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se a realizar a terceira audiência pública para instruir o projeto que regulamenta a reforma tributária, Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS) e dá outras providências.

Conforme o plano de trabalho oferecido pelo Relator da matéria, Senador Eduardo Braga, na presente audiência pública o debate deve abordar regimes diferenciados com forte impacto social, como a cesta básica nacional, a educação, a saúde, entre outras. As regras para devolução personalizada – conhecida como *cashback* – do IBS e da CBS também devem ser objeto desta audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião será semipresencial – vocês estão vendo que tem poucos Senadores aqui na sala –, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores e dos convidados pelo sistema de videoconferência, para exposições e debates.

A reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço – é bom que anotem, aqueles que estão distantes. Eu vou repetir – www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone da Ouvidoria, que também é muito importante. As pessoas que estejam distantes, interessadas, anotem o telefone. É 0800 0612211 – repetindo: 0800 0612211.

Os convidados para esta reunião são: Dra. Patricia Gentil, que é Diretora do Departamento de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (Sesan/MDS), representante do Ministro Wellington Dias, Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; o Dr. Ricardo Furtado, uma participação remota, é Advogado e Conselheiro Fiscal da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen), representante do Sr. Paulino Delmar Rodrigues Pereira; a Dra. Thais Romero Veiga Shingai, também por participação remota, é Consultora Jurídica da Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde) e do Conselho Nacional de Saúde, representando aqui o Dr. Breno de Figueiredo Monteiro; João Batista Ferreira Dornellas, Presidente-Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia); Rodrigo Octávio Orair, Diretor de Programa da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda; Sr. Gustavo Beduschi, Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Laticínios, Viva Lácteos.

À medida que estiverem presentes, podem se acomodar aqui à mesa.

Bom dia. Bom dia, doutor.

Dr. Gustavo Beduschi, eu já falei.

O Sr. Luiz Claudio Carvalho, representando a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec).

De acordo com o art. 94, §2º...

Bom dia, doutor. Bem-vindo, viu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas.

Os convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores presentes ou inscritos.

A palavra às Senadoras e aos Senadores será concedida na ordem da sua inscrição.

Senadores interpelantes dispõem de três minutos, assegurado um prazo para a resposta do interpelado, sendo-lhe vedado interpelar os membros da Comissão.

Então, nós vamos aqui... Eu vou passar a palavra, fora da sequência que eu li, a um representante oficial primeiro, que é o Dr. Rodrigo Octávio. Ele está presente? Dr. Rodrigo Octávio.

Eu vou até marcar aqui, para não esquecer. Dê-me uma caneta da senhora emprestada aqui. Deixe-me marcar, senão eu vou repetir.

Dr. Rodrigo Octávio Orair, Diretor de Programa da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, para fazer a abertura e para descontrair a mesa também e os demais convidados oficiais aí, não é? Para facilitar o trabalho dos demais debatedores.

O senhor tem um tempo de dez minutos. Caso precise, o senhor me dá um sinalzinho e a gente prorroga pelo tempo que for necessário.

Fique bem à vontade, doutor. V. Exa. está com a palavra.

O SR. RODRIGO OCTÁVIO ORAIR (Para expor.) – Bom dia, Senador, eu queria só pedir para colocar a apresentação, por gentileza.

Primeiro quero dizer da honra de estar aqui. Eu sou pesquisador do Ipea, fui convidado pelo Bernard para compor a equipe da Sert, e é uma honra estar neste momento histórico. É um grande avanço. O nosso papel é prover subsídios técnicos para a tomada de decisão da reforma tributária e ter essa interação.

Quero cumprimentar, na figura do Senador, na figura também da equipe do Relator Eduardo Braga, na figura dos consultores legislativos, esse trabalho de parceria e de debate técnico fundamentado, com o grande objetivo de uma reforma que eu reputo fundamental para o país

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não só do ponto de vista do crescimento, mas também do ponto de vista dos impactos sociais, em várias dimensões.

Pode passar a próxima, por favor?

Tudo aqui tem... Infelizmente, Senador, não dá para entrar muito nos detalhes técnicos, mas tudo aqui está amparado em estudos que a gente tem com as universidades, de vários trabalhos acumulados ao longo do tempo. Também não dá para entrar aqui muito no foco operacional do *cashback*. E aí eu queria me colocar à disposição para visitar quaisquer dos Senadores, quaisquer dos gabinetes, quaisquer das equipes técnicas, com propósito de esclarecer detalhes, questões operacionais.

Meu foco aqui vai ser maior no *cashback* e no impacto social, porque para mim, a reforma... A gente teve a primeira audiência anteontem, não é? A reforma traz vários efeitos, coisas que estão alinhadas às melhores práticas internacionais, e o *cashback* é uma delas. O *cashback* é uma experiência inovadora.

Aí pergunto, vai funcionar? Já temos experiências funcionando, tanto no Equador... E há uma experiência muito interessante no Rio Grande do Sul, que a gente está nacionalizando e dando uma escala sem precedente no mundo. Tende a ser um instrumento muito importante, alcançando aí um terço da população brasileira, onde residem 55% das crianças em primeira infância. Então, imagine a potência que tem esse instrumento.

Quero cumprimentar também primeiro o Congresso Nacional. A maneira como ele ficou no PLP 68 é fruto do trabalho, no âmbito da regulamentação da reforma tributária, mas também do anteprojeto de lei, em que a gente, talvez também numa experiência muito inovadora do ponto de vista federativo, teve representantes dos entes federais, estaduais e municipais dentro dos grupos de trabalho, discutindo soluções. E lá deparei com pessoas incríveis, que subsidiaram isso. Um deles, dentro do Grupo do PAT-RTC, que virou o anteprojeto. Tivemos lá o Giovanni Padilha, que é considerado o pai do *cashback;* tivemos lá a Débora Freire, que é quem faz as simulações de impacto dinâmico, que eu acho que trouxe muitos desses resultados. Eu queria também cumprimentar e agradecer todo mundo que participou desse longo, longo esforço.

Mas o ponto central é que a reforma tributária tem aí um eixo virtuoso. O objetivo dela é crescimento econômico. Então, é o objetivo prioritário. Mas nosso sistema tributário tem tanta distorção que, ao mitigar essas distorções, você tem também efeitos distributivos virtuosos tanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sociais quanto federativos. O foco aqui é mais no efeito distributivo virtuoso social, pois ele vai vir. E essas coisas se retroalimentam. Os estudos lá da Débora mostram isso.

Pode passar à próxima, por favor.

Qual é a questão geral? Por que esse efeito distributivo é virtuoso? Em geral, um sistema tributário que tem muita diferenciação e que tem muitos benefícios tende a beneficiar proporcionalmente mais os mais ricos, tá? Por que? Porque são eles que se beneficiam das brechas de planejamento tributário, e porque, em geral, são os mais ricos que consomem mais, em quantidade e em produtos mais caros, e tendem a se apropriar do conjunto dos benefícios.

O que a reforma faz? Duas coisas: primeiro, mesmo com as exceções, ela promove uma revisão de benefícios, uma uniformização em relação ao quadro atual. Então, trocando em miúdos, hoje há um grande consenso técnico de que o mais pobre tem alíquotas mais altas, seja quando eu calculo em proporção do consumo, seja quando eu calculo em proporção da renda. Eu acho que a metáfora seria a seguinte: se a gente coloca a distribuição de renda no Brasil e pega a alíquota calculada para cada uma das faixas da distribuição de renda, hoje, no Brasil, há uma espécie de uma rampa – a alíquota do mais pobre é mais alta do que a do mais rico. Ela vai caindo à medida que eu vou caminhando na distribuição de renda.

Gente, está me incomodando um pouco o barulho aqui na mesa. Se pudessem... Obrigado, viu!

Hoje a alíquota média no consumo no Brasil é em torno de 22%, sendo mais alta que isso para os mais pobres e mais baixa que isso para os mais ricos. O que a gente está estimando de impacto? Como eu vou manter a carga tributária fixa – essa é uma prerrogativa da reforma tributária – e a gente está trazendo uma série de inovações, como, por exemplo, o *split payment,* o crédito condicionado ao pagamento, que trazem embutidas a redução da sonegação, a gente acha que a alíquota média sobre o consumo tende a reduzir para um patamar mais perto de 20%, para o grosso da população.

Então, a gente sai de uma situação hoje que é uma rampa, em que os mais pobres pagam mais, para uma coisa mais plana, achatada. O *cashback* vai além, ele potencializa esse efeito redistributivo, porque ele cria uma espécie de um degrau. Ele vai lá e reduz a carga da população de baixa renda. Estamos falando aí de um terço dos brasileiros. E aí você mitiga esse efeito e aí

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também, quando a gente coloca nos modelos dinâmicos, eles vão tendo efeitos que vão se perpetuando.

Pode passar para o próximo.

Então, o ponto central é este: por que a reforma tributária é virtuosa? Por essa combinação de uniformização de alíquotas, que reduz a dos mais pobres, com o *cashback,* que devolve direto.

Eu não vou falar muito da reforma, mas – pode passar para o próximo – eu acho que a grande virtude do processo legislativo foi que o Congresso... Não adianta você ter uma reforma que seja tecnicamente perfeita, se ela é politicamente inviável. A grande virtude do processo legislativo é que as duas Casas, a Câmara e o Senado – e aí cumprimento o Relator, Eduardo Braga, que relatou a proposta de emenda constitucional no ano passado –, flexibilizaram sem romper com a espinha dorsal do que é um tributo moderno. Um IVA moderno tem que ter base ampla, não-cumulatividade plena, princípio do destino e poucas exceções. Foram introduzidas exceções? Foram introduzidas exceções, mas não romperam essa espinha dorsal. E aí eu acho que você combina aqui a política com a técnica de maneira virtuosa.

Só uma anedota, não é? Há uns três anos eu estava no Ipea e fui contatado para fazer uma análise comparativa do sistema tributário brasileiro em relação aos países latino-americanos. E me pediram para escrever, em duas páginas, como é o sistema brasileiro hoje. É impossível escrever em duas páginas a configuração do sistema tributário de bens e serviços. Numa nota técnica que eu fiz agora, recentemente, para estimar alíquota neutra, eu tenho um anexo em que eu coloco lá uma lista de todas as exceções que tem hoje. Hoje, eu consigo uma coisa que eu não conseguia fazer, que é explicar em duas lâminas, pelo menos listar quais são os regimes diferenciados que estão presentes

Então, na prática, o que a gente vai ter? Quatro alíquotas: zero, reduzida, intermediária e alíquota cheia, em todo o território nacional. Dentro de cada uma das localidades, você vai ter quatro alíquotas básicas e, obviamente, coisas no zero, coisas na alíquota que provavelmente chegue a 28, e uma média alíquota de consumo sobre cada família. É muito mais simples de explicar. Eu desafio alguém para explicar isto mesmo: quantas alíquotas tem no Brasil hoje. Por exemplo, nos modelos que a gente tem de estimação da alíquota neutra, a gente usa modelagem do PIS-Cofins, de parte de modelagem do PIS-Cofins, da Receita Federal. Só no PIS-Cofins tem quase uma centena de hipóteses de alíquotas, mais centenas de hipóteses de restrição de crédito,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mais dezenas de regimes especiais. Então, é uma simplificação brutal, em relação ao que a gente tem hoje.

Pode passar ao próximo, por favor.

Aqui é uma lista dos regimes específicos. É como eu estou dizendo: em duas lâminas eu resolvo. Eu vou deixar aqui mais para consulta, tá?

E aí pode passar ao terceiro.

Aqui é só para dizer que, bom, mas as diferenciações que entraram tem ônus.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO OCTÁVIO ORAIR – Na verdade, ela tem três ônus aqui: primeiro, a alíquota poderia ficar próxima de 21, 22, a alíquota padrão; na medida em que eu estou introduzindo exceções, a estimativa tende a estar crescendo – a gente está falando hoje mais perto de 28.

E o segundo é que tem um consenso técnico. Em geral, diferenciações mitigam o potencial de crescimento da reforma e mitigam também o seu potencial redistributivo. E depois eu vou abordar por quê. Mas o ponto é que é uma decisão política que está aqui, onde queremos, saber que introduzir diferenciações significa ampliar exceções, significa mitigar impacto distributivo, mitigar impacto econômico e conviver com uma alíquota padrão mais alta, não é? Essa que é a grande questão da reforma.

Pode passar ao próximo, por favor.

Pode passar esse aí, e eu vou direto.

Aí a questão que se coloca é a seguinte...

Senador, vou precisar de mais um tempinho. Tudo bem? (*Pausa.*)

A questão que você coloca é a seguinte: tudo bem, esse é o impacto dos estudos econômicos e sociais. Mas sempre o político, sempre a sociedade quer resolver a questão distributiva dentro desse tributo. E aí, como você pode fazer isso? Aí você tem essa experiência inovadora que é o *cashback*, tá? O que o *cashback* faz?

Põe o próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sempre gostava de brincar de dardos, quando criança; então me inspirei nisso para colocar. O que o *cashback* faz? Ele chega no bolso de quem precisa: eu devolvo diretamente para a família de baixa renda. Ele tem problema de erro de inclusão? Tem, mas é baixíssimo. Nós temos uma *expertise* hoje no Brasil de programas sociais, nós temos uma *expertise* de viabilizar pagamentos financeiros, nós temos a tecnologia a nosso favor. Com nota fiscal, a gente consegue operacionalizá-lo. Se você vai jogar dez dardos, você pode errar, mas você estará acertando no alvo, tá? O que é alternativa ao *cashback*? São diferenciações amplas e elas têm dois problemas centrais e um terceiro que surge deles. Primeiro, não tem qualquer garantia que vai passar para o preço, e as avaliações empíricas em gerais mostram que o repasse não é integral. Eu reduzo o imposto, mas nem tudo chega no preço do consumidor final. E aí você tem a variação de PIS-Cofins, de ICMS, e uma série de variações ao redor do mundo, e eu fico à disposição para conversar sobre elas.

Segundo, os mais ricos consomem mais em quantidade e em produtos mais caros. Então, sempre que eu dou uma desoneração, se chegar no preço, eu não necessariamente vou chegar em quem mais precisa. Então, na prática, você erra muito o alvo. Como você erra muito o alvo, o resultado é que você precisa de uma alíquota sobre os outros bens muito alta para manter a mesma carga. E aí você tem um terceiro risco de ela ficar contraproducente, tá? Na prática é o seguinte: eu estou reduzindo um tanto de coisas que só está chegando no bolso do mais rico e estou socializando o custo com o conjunto da população. Quando eu estou dando exceções para alguma coisa, eu estou aumentando o tributo sobre o calçado, sobre a camiseta, sobre a energia elétrica, e essas coisas são consumidas também pelos mais pobres.

Pode passar uma coisa.

Há um mito também. O *cashback* é muito, muito mais simples do que diferenciações, exceções. Você começa a ter regra de classificação, litígios, você começa a ter acúmulo de crédito, pedido de ressarcimento. A Receita tem que começar a apertar a fiscalização. É muito mais simples. A gente tem a tecnologia, e o que a família tem que fazer? Declarar o seu CPF na compra. O Comitê Gestor e a Receita Federal vão apurar o valor e vão devolver num cartãozinho, de maneira muito mais simples e muito mais controlada. Ao contrário das diferenciações, das brechas para elisão, para sonegação, no *cashback* você tem a renda da família, você tem o consumo da família, e você pode ter regras para compatibilizar as coisas, de maneira muito, muito, muito mais simples do que outros instrumentos de exceções.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar ao próximo, por favor.

Ele ainda tem uma vantagem – e aqui estou pegando a experiência do Rio Grande do Sul – : aquela família que tem acesso à internet, etc., vai ter lá um aplicativo por onde ela vai controlar todos os gastos, quanto ela gastou com comida, quanto ela gastou com roupa, etc. É também um instrumento não só de cidadania fiscal, em que você vai incentivar a formalização, mas também um instrumento de educação financeira.

Pode passar ao próximo.

Eu só sintetizei esses argumentos. Vou deixar o material, é claro, para as pessoas acessarem.

Pode passar, por favor.

O público potencial: é um terço da população brasileira, majoritariamente negra, majoritariamente mulheres, e 55% das crianças da primeira infância. Infelizmente, em um país extremamente desigual, os domicílios mais pobres são sobre-representados por crianças, não é? Justamente no momento em que você mais precisa de um auxílio, quando tem impactos permanentes para a vida inteira, ele vai para assistir justamente esse público.

Pode passar ao próximo.

A configuração básica – a gente não quis inventar a roda – é o conceito de baixa renda do Cadastro Único, o de um quarto do salário mínimo, tal como está hoje a devolução de 100% de gás, energia, água e luz, não é?

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO OCTÁVIO ORAIR – E um piso mínimo de 20% para todas as outras coisas, exceto para aquilo que está sujeito ao Imposto Seletivo: *bets* não tem *cashback*, cigarro não tem *cashback*, bebida alcoólica não tem *cashback*. Os outros consumos têm. E aí a gente preserva também a autonomia federativa, porque é o mínimo de 20%, e ele pode ser maior.

Pode passar ao próximo por favor.

Aqui é simples. Tem um procedimento ainda mais simples, no caso de localidades com dificuldades operacionais. Depois eu me coloco à disposição.

Pode passar ao próximo, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu deixei aqui um exemplo bem simplificado, que fica aqui depois. Eu peguei uma família típica, em como seria o *cashback*. Basicamente o que ele faz é reduzir a carga tributária dessa família, que hoje seria 20%, para no máximo 15%. Se você tiver a fixação acima do piso de 20%, você pode ter uma redução ainda maior.

Pode passar ao próximo.

Esse aqui é um simulador bem interessante do Banco Mundial. Ele chega a resultados muito parecidos com os nossos. Então o azulzinho claro é como seria o impacto distributivo hoje, o que a reforma está fazendo. Lembra que eu falei que ela é uma rampa hoje de alíquotas? Ela está achatando, exceto no último, nos 10% mais ricos, porque passaram muitas diferenciações de serviços. Mas, tirando isso, você está achatando e colocando uma redução maior para o mais pobre. Então é a história que eu falei de um degrau. Esse é o impacto virtuoso distributivo. E qualquer pessoa pode fazer essa simulação no *site* do Banco Mundial.

O que é importante ali também é que eu comecei a tirar regimes diferenciados daquelas coisas concentradas pelos mais ricos e consegui ampliar esse impacto distributivo, ampliar o *cashback*, e reduzir a alíquota de referência: sair de 26 para algo perto de 28, e para algo perto de 26. Isso é uma coisa que dá para se fazer e está prevista. De que maneira? Na avaliação quinquenal.

Pode pôr o próximo, por favor, que é o último eslaide de que vou tratar aqui.

Então, o que está previsto na reforma? A cada cinco anos, você vai ter uma avaliação quinquenal: o Governo Federal, os estados e os municípios, por meio do Comitê Gestor, vão ter que fazer uma força-tarefa de avaliar os benefícios tributários, avaliar o *cashback*. E ninguém tem que ter medo de avaliação, inclusive do *cashback*. Talvez isso esteja errado. A prática vai mostrar. Talvez quem sabe os benefícios tributários alcançaram? Mas vai ter que se avaliar: chegou no preço para o consumidor final? Chegou ao bolso do mais pobre? Ou não chegou? Se não chegou, esse cardápio de opções vai ser encaminhado para o Congresso, para que o Congresso tome a decisão de reduzir a sua alíquota de referência para 26,5%, se for o caso, rever benefícios que estão lá, e encaminhar no sentido da uniformização.

E aqui, para concluir, é uma enorme janela de oportunidade, para gente potencializar no futuro os impactos sociais e econômicos da reforma tributária. Aí, para concluir, eu só deixei alguns estudos aqui que mostram – um pouco para dar um peso dos argumentos que eu estou colocando – o impacto econômico, o impacto social virtuoso, que a experiência do *cashback*, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rio Grande do Sul, já tem mostrado o aumento da formalização, aumento do consumo formal e do consumo, principalmente, de alimentos. Quando você vai ver o grosso das despesas do *cashback*, para onde vão? Para supermercado, farmácia, padaria, e, quando muito, quando muito, para posto de gasolina. Mas é o grosso retorna dinamizando a economia local.

Eu queria só o último lá. Pode passar rapidinho, para não tomar o tempo. Aqui são os resultados – pode passar mais um – de impacto econômico e social. Deixo-os aí para material de consulta e fico à disposição também para esclarecer qualquer equipe, qualquer técnico, quem quiser, qualquer político.

Só passa o último, por gentileza.

Aqui, só para colocar, este é o portal da reforma tributária do Ministério da Fazenda, onde praticamente todos esses estudos aqui que eu citei estão lá referenciados, estão lá indexados, e fica aqui de consulta. Quem quiser entender como foi feito o cálculo da alíquota padrão vai lá, quem quiser entender o impacto distributivo da reforma vai lá, porque todos esses estudos estão lá e estão selecionados, está bom?

Obrigado pela oportunidade, Senador.

E é um grande prazer, é uma grande honra estar neste momento histórico aqui.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

Muito obrigado, Sr. Dr. Rodrigo Octávio Orair.

Eu vou fazer o seguinte: eu vou alternando um que esteja virtual, remoto, com um dos presentes.

Então, eu quero saber se o Dr. Gustavo Beduschi já está... O senhor está aqui.

Então, com a palavra, o Dr. Gustavo Beduschi.

O SR. GUSTAVO BEDUSCHI (Para expor.) – Bom dia a todos.

Cumprimento o Senador Confúcio Moura, Presidente desta audiência pública. Agradeço ao Senador Davi Alcolumbre, Presidente desta Comissão, e ao Senador Eduardo Braga, Relator desse projeto de lei complementar, o convite e a oportunidade para estar aqui. Eu tenho certeza de que o Senador Eduardo Braga e a sua equipe, assim como fizeram na PEC, vão fazer um excelente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho nesse relatório. Cumprimento também meus colegas de mesa, os virtuais e também todos que nos acompanham.

Tem uma apresentação.

Já podemos passar para o próximo.

Esse é o grupo que compõe a Viva Lácteos, e esse grupo representa 70% do que é industrializado de leite no país.

Pode passar dois.

Já indo direto para a gente ser mais objetivo, nós temos que reconhecer que, ao longo desse processo de discussão, houve um sensível aprimoramento da proposta dessa reforma tributária desde a PEC, lá atrás, e agora com a lei complementar. Mesmo com algumas críticas que tem recebido, a gente observa que esses avanços buscam a melhoraria para a população, especialmente para aquela de menor poder aquisitivo, certo? E, para nós do setor de laticínios, tem alguns pontos que são fundamentais de algum ajuste que a gente vê nesse projeto de lei que está agora sendo discutido.

Boa parte dos nossos derivados são caracterizados como alimentos básicos, com forte demanda, especialmente pelas classes de menor renda, como o leite em pó, o leite fluido, a manteiga e o queijo muçarela, por exemplo. E, na ponta fornecedora, provedora da matéria-prima, nós temos um grande contingente de produtores em pequeno volume. Certamente, mais de 90% dos nossos fornecedores de leite são pequenos produtores que vão se enquadrar como produtores rurais não contribuintes, ou seja, aqueles que faturam até R$3,6 milhões ao ano. Então, devido a esse grande contingente, temos um especial interesse nessa questão do crédito presumido, porque ali é a nossa fonte de matéria-prima.

Próximo, por favor.

O crédito presumido, como está lá no PLP, no seu art. 163, já tem – mais um, por favor; volta um –, está já determinado como será feito o cálculo dele, e esse cálculo será a partir dos valores de IBS e CBS, incididos sobre as aquisições – está tudo certo e acho que é assim mesmo que tem que ser feito.

E esse IBS e CBS...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo, por favor.

Esse crédito presumido será determinado pela autoridade máxima do Ministério da Fazenda, ou seja, a Receita Federal com o Comitê Gestor do IBS – tudo certo para nós aí, porque acho que é assim mesmo que tem que ser a sistemática. O ponto que vem ali, e eu até o sublinhei, é que esse crédito será determinado anualmente. Isso deixa uma insegurança para a indústria nos seus planejamentos. Nenhuma indústria faz planejamento só para um ano à frente, ela faz o planejamento de vários anos à frente, mesmo sem contar os investimentos. Se eu contar os investimentos, é mais ainda, porque isso é impactante. Como eu disse, para a indústria de laticínios, mais de 90% dos fornecedores serão enquadrados como produtores rurais não contribuintes. Então, dada essa relevância, é a nossa preocupação com essa previsibilidade. Como é que vou fazer para os anos seguintes?

E um outro ponto que a gente coloca para a discussão, em que a gente já está trabalhando, diz respeito ao aproveitamento desse crédito. O que está previsto no PLP, que já teve um avanço em relação ao projeto original, porque o projeto original dizia que eu só podia aproveitar o crédito de IBS e CBS com o próprio IBS e CBS... Agora, como tem uma grande quantidade de produtos na cesta básica com alíquota zero, não teria como. Daí, na Câmara foi introduzido que eu posso pedir o ressarcimento, que, dentro do que está previsto também no PLP, vai ter uma análise de 60 dias, mais 15 dias para o pagamento, são 75 dias. Isso já dá, de certa forma, um descompasso no fluxo de caixa das empresas.

Então, o que a gente pede nesse contexto todo?

Próximo, por favor.

Qual é o pedido do setor? A possibilidade de uma compensação do crédito do CBS, que é a parte federal, com outros tributos federais, como o INSS, por exemplo, como já ocorre hoje em dia. Hoje em dia, com o crédito presumido de PIS–Cofins, eu posso fazer essa compensação. Então, isso facilita muito e dá uma agilidade em todo o processo e até uma maior garantia de que não vai haver cumulatividade. É uma maior certeza desse processo.

Além disso, qual é o nosso pedido? É que a revisão, em vez de ser anual, seja quinquenal. E, a respeito desses dois aspectos que nós estamos colocando... Até já foi comentado ontem que nós estivemos em reunião com o Secretário Bernard Appy – ontem cedo, tivemos uma reunião com o Secretário Bernard Appy – e, com relação à revisão quinquenal, ele fez até uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contraproposta, ele falou assim... Obviamente, eles vão estudar melhor, mas ele já fez uma contraproposta. Qual seria? Continuar a revisão anual, porém considerando uma média móvel dos últimos cinco anos. Isso evitaria grandes alterações e seria um acompanhamento mais de perto. Eu acho que é bem razoável isso daí.

Então, a gente está à disposição, como sempre, para continuar as discussões desses dois pontos que, para nós, são muito caros: essa questão da revisão e também da compensação. Isso tudo daria uma maior agilidade e uma maior segurança e garantia para todo o processo.

Senador, eu fui bem objetivo. Temos até emendas apresentadas já sobre esses dois pontos.

Estamos à disposição para continuar as discussões.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Gustavo, Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Laticínios.

Então, já que falamos de leite, agora vamos para a carne, não é?

Agora, Dr. Luiz Claudio Carvalho, que representa aqui a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), para a sua exposição.

Fique à vontade, doutor.

O SR. LUIZ CLAUDIO CARVALHO (Para expor.) – Senador Confúcio Moura, agradeço a oportunidade. Senhoras e senhores, gostaria de fazer também um especial agradecimento pela oportunidade de compartilhar com os membros desta mesa, desta bancada conhecimentos e ideias. Queria fazer uma especial menção ao Orair, que representa a Secretaria Especial da Reforma Tributária. Como sempre tenho dito, toda vez que o encontro, eu tenho que parabenizá-lo pelo trabalho que é feito. A gente sabe a responsabilidade que isso representa.

A reforma tributária é um tema extremamente complexo, que vem sendo debatido pela sociedade brasileira há pelo menos 30 ou 40 anos, tamanha a dificuldade de se alcançar o consenso, porque ela mexe muito profundamente na vida econômica do país, com reflexos das mais variadas naturezas, econômica é uma delas, mas também social, cultural, etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, como representante da Abiec (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes), tenho que fazer menção também de que essa mesma indústria que é exportadora de carne, também é aquela fornecedora do mercado interno, aquela que fornece proteína animal, ou representa as empresas que fornecem a proteína animal como fonte de alimentação para a população brasileira.

A proteína animal – eu não sou da área de nutrição –, como todos nós sabemos, é talvez o alimento mais nobre que o ser humano pode consumir, é aquele com a maior riqueza nutricional. Portanto, a importância dele, além da econômica, vai também na saúde da população e, por consequência, no aspecto social da nossa população.

Por favor, próximo eslaide.

Nosso debate aqui obviamente é técnico, nós somos técnicos, mas nós estamos numa Casa política, o debate é político. E aí eu trago, para balizar nossa discussão política, o art. 8º da Emenda Constitucional 132, aprovada pelo Congresso Nacional, pelo Senado e pela Câmara, no ano passado, que traz, no meu entender e no entender de toda a indústria da carne e de quem trabalha com alimentação, uma diretriz daquilo que a sociedade brasileira, representada pelo Parlamento, decidiu ter como cesta básica: ela deve considerar a diversidade regional e cultural da alimentação do país e garantir alimentação saudável e nutricionalmente adequada. E aí vem o impacto econômico disso: a Cesta Básica Nacional de Alimentos terá a alíquota reduzida a zero. Pois bem, aqui começa toda a discussão, porque estamos agora falando, então, do que incide imposto e do que não incide imposto.

O texto que foi aprovado na Câmara incluiu as carnes na Cesta Básica Nacional de Alimentos – como "todas as carnes", vamos colocar melhor: não fez divisão entre cortes nobres de carnes e cortes que entendemos não nobres das carnes bovina, de aves, suínas e de peixes. E a nossa posição aqui, Senador, é a de defender a manutenção disso aqui no Senado, por vários motivos.

O impacto econômico, um deles, para começar, existe obviamente: como o Dr. Orair colocou, se colocarmos elementos na cesta básica, portanto, na exceção à regra geral da alíquota padrão, teremos impacto na alíquota padrão – isso é matemática. Se você dá zero para uma parte daquelas mercadorias e serviços que serão tributadas, as demais terão impacto de aumento, por óbvio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há aqui uma primeira grande divergência: os cálculos do Governo falam em um aumento de 0,58% na alíquota, e as nossas consultorias, aqueles com quem nós temos trabalhado, falam em 0,28%, portanto, menos da metade. E aí vem a grande dificuldade. A proposta do Governo é de retirada das carnes da cesta básica nacional, de inclusão na alíquota reduzida de 60%, sob a alegação de que esse imposto, que passará a ser cobrado, será devolvido por *cashback* para a população beneficiária, como também já colocado aqui – os mesmos beneficiários do Bolsa Família –, limitada a 20%. Aqui vem o primeiro grande elemento: a alíquota padrão, estabelecida como teto de 26,5%, reduzida em 60%... Estaríamos ali por volta de 10,6% de alíquota efetiva sobre a carne.

O problema é que, hoje, a alíquota dos impostos que serão extintos é menor do que isso. No PIS-Cofins, não é cobrada; no ICMS, é cobrada a alíquota nominal de 7%. Grande parte dos estados dão benefícios fiscais para o consumo da carne. O Estado de São Paulo, do qual eu participei, efetivamente, dá esse tipo de benefício, de redução ainda maior da alíquota. Portanto, a alíquota, hoje, efetiva da carne é menor do que aquela que virá com a reforma. Portanto, nós temos aqui um pequeno problema: nós teremos um aumento da tributação sobre a carne, ainda que uma parcela dele seja devolvido ou recebido em devolução por meio do *cashback*.

Então, aqui, vai uma crítica ao *cashback*, não como ferramenta – e aí eu vou explicar um pouco melhor –, mas como ferramenta de mitigação do aumento da tributação sobre a carne. É sobre isso, especificamente, que a Abiec se bate, ou contra o que a Abiec se bate. Não há lógica econômica e social de cobrarmos imposto, de aumentarmos a carga tributária para, então, devolvermos para uma pequena parcela da população. E eu digo que é pequena mesmo: um terço da população brasileira. Melhor dizendo, os outros dois terços não atendidos serão fortemente impactados.

Por favor, o próximo.

Este eslaide eu acho que é o principal. Como bem colocado, aqueles que ganham até R$706, ou seja, metade do salário mínimo, como população supostamente atendida pelo Bolsa Família – e aí não entro no detalhe de se o Bolsa Família efetivamente atinge a população que precisa atingir, porque esse é um outro problema de política pública... O fato é que a primeira barra será a população atingida pelo *cashback*, que são aproximadamente 45 milhões de pessoas. O Orair bem colocou um terço, há aí também divergência de números? O.k., mas a lógica é que as outras duas barras, que representam metade da população brasileira e que ganham até R$5 mil por mês,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

não serão alcançadas. Então, vocês imaginem alguém que ganhe R$2 mil por mês e será considerado rico aos olhos da reforma tributária, porque pagará 10,6% de alíquota sobre a carne e não receberá de volta por *cashback*.

Então, nós estamos falando do atingimento de uma população que já é alcançada por política pública *versus* uma outra população que é tão pobre quanto, mas que não está alcançada pela política pública do Bolsa Família e também não será alcançada pelo *cashback* na carne.

Outras críticas... e aqui eu acho também – faço voz aqui ao Gustavo que me antecedeu – que alguns dos pontos que já foram trazidos estão sendo incorporados, estão avançando. A primeira que eu fiz há algum tempo é o custo de gestão do *cashback*, o custo de *compliance* de combate às fraudes e a destinação dos valores. Acho que algumas dessas críticas já começam a ser endereçadas.

Eu queria fazer, Senador... peço licença para falar um pouco de mim.

Eu fui Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, geri o primeiro programa nacional de *cashback*, ainda que tivesse outro nome, chamado Nota Fiscal Paulista, que é o mesmo programa que o DF tem, chamado Nota Legal, o famoso "CPF na nota". Você quer comprar? Quer o CPF na nota? Isso é *cashback*; isso nasceu em 2008. Foi alvo de N fraudes no Estado de São Paulo, teve um custo de *compliance* enorme.

E a experiência do Rio Grande do Sul não é uma devolução personalizada do ICMS, é um valor fixo dado àquele que adere ao programa, àquele beneficiário do programa, que nada mais é do que o acréscimo de um valor a mais do que já se recebe no Bolsa Família. Não há vinculação direta entre o consumo – pelo menos não no momento – efetivo e aquilo que é recebido de volta em *cashback* na própria experiência do Rio Grande do Sul.

E esta eu acho que é a grande colocação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ CLAUDIO CARVALHO – O *cashback* não será, apesar de divergências, destinado ao consumo de carne; pode ser ao consumo de alimentos de outra natureza, mas não ao de carne.

Aí eu volto ao começo da minha fala: se nós estamos falando de proteína animal como o alimento mais nobre que o ser humano pode consumir, com todas as divergências ideológicas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive dos veganos, etc., o fato é que é uma alimentação de extrema qualidade e que aumentará seu preço na gôndola do supermercado e, quando o consumidor entrar para escolher o que comprar, ele não vai comprar o produto que está ali com a etiqueta com o preço mais caro.

Portanto, a qualidade da alimentação humana será reduzida ou, pior ainda, se manterá da forma como ela é hoje, de má qualidade.

Nós somos um país que é o maior produtor de comida do mundo, o maior exportador de comida do mundo e a nossa população é pobre naquilo que ela come: além de ela comer mal, ela come pouco.

Próximo, por favor. Eu já estou encerrando.

Por favor, o próximo.

Aqui são números muito rápidos e eu não vou entrar no "economês", mas aqui a gente fala da elasticidade de preço do produto. O que é elasticidade de preço? Qual é a variação do consumo de uma mercadoria em face do aumento ou da redução do seu preço?

A carne tem elasticidade alta, o que significa dizer que, ao aumentar o preço da carne, como aumentará – irá de 2% ou 3% de alíquota de ICMS hoje, ICMS, Pis e Cofins, para 10,6% de CBS e IBS –, haverá redução no consumo de carne porque haverá aumento do preço da carne na gôndola do supermercado. Portanto, há elasticidade por várias faixas de renda; todas elas são impactadas.

Então, o argumento de que a carne é comida de rico é falacioso. A carne tem que ser comida de todo mundo, não só do rico. E mais: quantas toneladas de carne o rico terá que comer para que se faça justiça tributária?

Por favor, o próximo. Acho que eu já estou terminando, mas...

Essa é a elasticidade cruzada, é algo muito rápido, porque existe também a possibilidade de você substituir: se a carne bovina subir de preço, você altera o consumo para carne de aves ou carne suína.

De todo jeito, o importante – e eu realmente concluo, Senador – é que aumentar a carga tributária das carnes, sob a alegação de que a população mais pobre receberá em devolução, por meio do *cashback*, esse imposto maior, não atenderá ao art. 8º da Emenda 132, aprovado pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parlamento, aprovado pelos representantes do povo, como uma política pública de incentivo à alimentação saudável neste país.

Eu concluo e agradeço novamente.

Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Luiz Claudio.

Eu já tenho aqui dois temas importantes, que merecem uma análise tanto da associação do leite quanto da das carnes.

Espero que o Senador Eduardo Braga esteja assistindo a esta audiência para ir anotando esses pontos referidos aqui neste momento para análise em seu relatório final. Caso ele não esteja, os representantes diretos do Senador podem anotar esses dois pontos apresentados aqui como questionáveis e que precisam de reparo, segundo a apresentação do Dr. Luiz Claudio e do Dr. Gustavo.

Vamos dar prosseguimento à nossa audiência pública, que está indo muito bem até agora.

Vou passar a palavra para uma mulher, para quebrar um pouco dessa monotonia. (*Risos.*)

Vamos aqui para a Dra. Thais Romero Veiga Shingai, Consultora Jurídica da Confederação Nacional de Saúde, para a sua exposição.

Acho que ela está remotamente. Ela está remotamente?

Dra. Thais? A senhora está pronta para falar, Dra. Thais?

A SRA. THAIS ROMERO VEIGA SHINGAI (*Por videoconferência*.) – Estou pronta.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Isso, pois não.

A senhora está com a palavra por dez minutos.

A SRA. THAIS ROMERO VEIGA SHINGAI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou projetar aqui a nossa apresentação.

Bom dia, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, a todas e todos presentes. Eu falo em nome da CNSaúde, que é uma confederação que representa os prestadores de serviços de saúde, então hospitais, clínicas, laboratórios. A CNSaúde hoje congrega nove federações e mais de 90 sindicatos, representando um setor com mais de 250 mil estabelecimentos de saúde, que geram mais de 4 milhões de empregos no nosso país.

É importante dizer que a CNSaúde é uma grande apoiadora da reforma tributária e que ela participa ativamente do debate público desde 2019. Nós realizamos diversos estudos econômicos e jurídicos para contribuir com a construção de um sistema tributário simples, transparente, neutro e equânime, e que considere, claro, as particularidades do setor.

Então, agradeço muito a esta Comissão, aos ilustres Senadores, em nome da confederação, pela oportunidade de estarmos aqui hoje participando deste momento que, como o Rodrigo Orair disse, é de fato um momento histórico.

Nós trazemos aqui essa figura que sintetiza o tratamento diferenciado hoje aplicável ao setor da saúde em suas diversas modalidades. Então, aqui no nosso exemplo, nós temos ao centro um hospital que, para desenvolver as suas atividades, compra medicamentos, compra dispositivos médicos e fará essas compras sujeitas ao IBS e à CBS de 40% da alíquota padrão ou, em alguns casos, com alíquota zero. Esse hospital também vai contratar outros prestadores de serviços, por exemplo, outros profissionais da área da saúde, que vão também ficar sujeitos ao IBS e à CBS com desconto e vão pagar também 40% da alíquota padrão.

E o nosso hospital está aqui prestando serviços para essa pessoa com braço quebrado; essa pessoa também vai tomar os serviços de saúde do hospital sujeitos a uma alíquota reduzida de 40% da padrão. Agora, essa pessoa não paga diretamente o hospital; ela usa um plano de saúde. E esse plano de saúde vai ter também um misto de regime específico com tratamento diferenciado, em que a base de cálculo do plano será a diferença entre todos os prêmios, todas as mensalidades que ele recebe e todos os sinistros e todas as indenizações que ele paga. Sobre essa diferença incidirão o IBS e a CBS também de 40% da alíquota padrão.

Esse é um desenho muito alinhado à experiência internacional, em que a quase totalidade dos países hoje vai prever algum tratamento diferenciado à saúde, justamente para evitar sobrecargas aos serviços públicos, o que aqui, na nossa realidade brasileira, especialmente, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito delicado, e também para evitar que a tributação influencie as escolhas de saúde dos cidadãos, ou seja, que esse nosso paciente opte por um tratamento ou outro em função de a tributação deixar um tratamento ou outro mais ou menos oneroso.

Um ponto muito importante aqui do nosso desenho para assegurar a neutralidade é que, da forma como a Emenda Constitucional 132 e o PLP 68 hoje estão desenhados, se esse hospital for uma entidade imune, ele vai prestar serviços de saúde aqui para o nosso paciente sem tributação, afinal ele é imune, mas esse hospital vai fazer as suas compras de bens, as suas compras de serviços tributadas, como os outros hospitais não imunes farão, e esse hospital imune não mantém os créditos das operações anteriores. Por que isso? Essa é a estrutura que, de fato, a maior parte dos países usa, e eu digo isso aqui com base em levantamentos que foram feitos pela OCDE. E por que os países o fazem? Porque o que deve ser desonerado, no caso da entidade imune, é o serviço que ela presta. Então, o que se desonera é o serviço prestado pelo hospital, aqui no nosso exemplo, e não as compras que o hospital faz. Essa desoneração das compras do hospital, conforme aponta a OCDE nos seus estudos, além de impactar a arrecadação, reduzir a arrecadação – o que é uma preocupação grande aqui no caso do Brasil porque, se reduzimos a arrecadação, pressionamos para cima a alíquota de referência do IBS e da CBS –, essa desoneração das compras também poderia gerar efeitos indesejados, poderia gerar complexidade tributária – a gente teria essa dificuldade de classificar o que está sendo vendido para uma entidade imune e o que está sendo vendido para uma entidade não imune – e também gerar desequilíbrios concorrenciais, porque as outras entidades da saúde que não são imunes teriam os seus consumos regularmente tributados.

E, por fim, sendo aqui bem breve, o desenho do setor da saúde realmente ficou muito bom, muito apropriado e alinhado à experiência internacional tanto na emenda constitucional como no PLP que está agora sendo analisado pelo Senado. Nós temos uma pequena proposta de ajuste, que é esta aqui que eu exibo agora neste eslaide.

O Anexo III do PLP 68 indica quais são os serviços de saúde que ficarão sujeitos à redução de alíquota de 60%, ao tratamento diferenciado. Esse anexo foi elaborado a partir da Nomenclatura Brasileira de Serviços, que são esses códigos da NBS que nós vemos aqui à direita da tabela. De acordo com a NBS, os serviços de saúde prestados em domicílio, o *home care*, são considerados serviços de saúde. O que eu quero aqui dizer é que, se os serviços cirúrgicos, psiquiátricos ou de urgência forem prestados em *home care*, de acordo com a NBS eles são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entendidos como serviços de saúde e, portanto, estão enquadrados nesse tratamento diferenciado do Anexo III. Agora, essa aplicação do tratamento diferenciado ao *home care* não está totalmente clara, não está explícita no Anexo III. E, como essas atividades de atendimento domiciliar são extremamente sensíveis e extremamente relevantes para o setor – elas vão funcionar, inclusive, de modo a reduzir a grande pressão por leitos hospitalares que nós temos hoje –, a CNSaúde faz aqui o pedido de que o *home care* seja explicitado no Anexo III. De novo, não se trata de expandir o tratamento diferenciado, de incluir uma atividade que não está abrangida pelo tratamento, mas, sim, explicitar uma situação para evitar insegurança jurídica, evitar que tenhamos litígios no futuro, que é tudo que não queremos com o processo da reforma tributária.

Eu agradeço novamente e fico à disposição para eventuais dúvidas.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigada, Dra. Thais.

É importante também a observação que a senhora fez sobre o tratamento *home care*: a senhora solicita a inclusão no Anexo III. Da mesma forma, espero que as equipes aqui que assessoram o Senador e a própria equipe do Governo possam levar em consideração a exposição de V. Exa.

Dando continuidade à nossa audiência pública, eu passo a palavra para o Dr. João Batista Ferreira Dornellas, Presidente-Executivo da Associação Brasileira...

O SR. JOÃO BATISTA FERREIRA DORNELLAS (*Fora do microfone*.) – Abia.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. *Fora do microfone*.) – É o quê?

O SR. JOÃO BATISTA FERREIRA DORNELLAS (*Fora do microfone*.) – Associação Brasileira da Indústria de Alimentos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Ah, tá. Associação Brasileira da Indústria de Alimentos.

Então, V. Exa. está com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO BATISTA FERREIRA DORNELLAS (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Primeiramente, quero cumprimentar o Senador Confúcio Moura, que está presidindo esta audiência; na pessoa dele, quero cumprimentar também o Senador Davi Alcolumbre, Presidente da CCJ, e o Senador Eduardo Braga, que é o Relator do PLP 68 no Senado. Gostaria também de cumprimentar a Dra. Patrícia Gentil, que é Diretora do Departamento de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável do MDS, e, na pessoa dela, cumprimentar todas as mulheres presentes e as que nos assistem também. E quero fazer um cumprimento especial também a todos os colegas da mesa aqui, que estão defendendo seus pontos de vista neste momento histórico, como disse o Rodrigo Orair, e, em especial, quero cumprimentar o Diretor Rodrigo Orair e, na pessoa dele, inclusive, o Secretário Especial Bernard Appy e reconhecer que a secretaria especial tem feito um trabalho árduo – e não é de agora, é coisa de dois anos já – em favor da reforma tributária, que é um ponto tão importante para todos os brasileiros, Senador.

E, Senador, para nós, é importante dizer que é uma honra estar participando deste momento para o qual o senhor tão gentilmente nos convidou. A indústria brasileira de alimentos se sente honrada, porque a gente tem alguns números que deveriam ser motivo de orgulho para todos os brasileiros.

O Brasil sempre foi considerado o celeiro do mundo, porque o Brasil exporta muitos grãos de soja, de milho, diretamente do campo, exporta boi em pé, inclusive boi vivo. Mas, a partir de 2022, Rodrigo – não sei se você sabe –, o Brasil passou a ser também o supermercado do mundo, Senador. O que significa isso? O Brasil hoje é o país que mais exporta alimentos industrializados do planeta. Além do campo, além das *commodities in natura* que se exportam, o Brasil é o país que mais exporta alimento industrializado do planeta. Na indústria brasileira de alimentos, são 41 mil indústrias, de norte a sul do Brasil, que, neste momento, estão fabricando o nosso alimento. Dessas 41 mil indústrias – é importante dizer – 94% são pequenas, médias e microempresas. Micro, pequenas e médias empresas são 94%; apenas 6% são as grandes empresas transformadoras de matéria-prima em alimento. Esse total de indústrias do Brasil produz 270 milhões de toneladas. Três quartos disso fica no Brasil – desses 270 milhões de toneladas – e um quarto é exportado. Esse um quarto é exportado para 190 países, que são clientes costumazes já da indústria brasileira de alimentos, chancelando assim a qualidade do alimento que a gente fabrica aqui dentro.

Além disso, outros números importantes: 62% de tudo que é produzido no campo é comprado pela indústria de alimentos. Só não se compra... Algumas vezes nos perguntam: "Por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que não se compra tudo?". A gente não compra o fumo, por exemplo, que também é um produto agrícola; esse não passa pela indústria de alimentos. E 67,5% do que a agricultura familiar produz é comprado pela indústria de alimentos. E alguns números são até mais expressivos: o leite chega a 98%; cacau chega a 99%, de tudo que a agricultura familiar produz.

Portanto, são números que deveriam ser motivo de orgulho para todos nós.

Só que nós temos um problema ainda, Senador: apesar desses números tão expressivos, nós temos aproximadamente 60 milhões de pessoas vivendo em alguma situação de insegurança alimentar. E os últimos números mostram que 20,6 milhões de pessoas vivem, enfrentam uma situação de insegurança alimentar moderada ou grave. Aí nós estamos falando já de fome. E por que isso acontece se o Brasil produz tanto alimento? Por que acontece de não termos alimento para todo mundo? O problema não é... Não falta alimento no país; nós temos alimento para abastecer o nosso supermercado e para exportar inclusive. O que falta é condição de acesso, para essa população mais carente ter acesso ao alimento.

Basicamente essa condição de acesso é gerada por dois pontos muito importantes.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOÃO BATISTA FERREIRA DORNELLAS – Basicamente, Senador, essa condição de acesso é provida por dois fatores importantes. O primeiro é a renda. E aqui é importante dizer – e isto são números públicos, números oficiais – que 70% da população economicamente ativa no Brasil recebe até dois salários mínimos, ou seja, nós somos uma nação de baixa renda. Não tem como dizer coisa diferente. E o outro ponto é exatamente a tributação. É importante dizer, Senador, que o Brasil hoje é o país com a segunda maior carga tributária do planeta em cima de alimentos industrializados. Segundo estudo da Fipe, a gente paga, o consumidor brasileiro paga 24,4% de imposto sobre os alimentos industrializados, ao passo que os países mais desenvolvidos, representados pela OCDE, pagam 7%. Então, de 7% para 24%, tem um abismo aí. Já começa a mostrar que tem coisa que dá para ser melhorada.

E a gente acredita, inclusive, que o legislador, desde a promoção da emenda constitucional até o Congresso Nacional, passando pela Câmara e pelo Senado, acertou muito, primeiro, ao criar a cesta básica nacional isenta e, segundo, ao criar essa tarifa reduzida para os alimentos também. Quanto à cesta básica nacional isenta, inclusive – comentava com o Rodrigo aqui há pouco tempo –, está para sair um estudo da FGV (Fundação Getulio Vargas), que está sendo terminado, em que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

eles já nos apontaram dois números muito importantes: que a entrada da carne na alíquota isenta aumentaria em 0,25 – ou 0,251 para ser mais exato – pontos percentuais a alíquota base. No entanto, se as carnes não estivessem na alíquota isenta, haveria um aumento do preço das carnes de 10,2%, muito parecido inclusive com o que a Abiec mostrou aqui. Não são números iguais, mas são números parecidos.

Agora, nós, que representamos aqui não só a Abia, mas a União Nacional da Cadeia Produtiva de Alimentos, achamos – e estamos defendendo isto desde o momento da PEC – que o legislador acertou ao criar a cesta básica, acertou ao criar a tarifa reduzida, porque o que nós defendemos é que o brasileiro pague menos pelo alimento. Não tem sentido a gente produzir tanto alimento, transformar tanto alimento na indústria, ter um campo forte e uma indústria forte, e ter que pagar tão caro pelo alimento. Qual o alimento a gente defende que seja mais barato? Todo alimento. O alimento que você compra na feira livre, o alimento que você compra na quitanda e o alimento que você compra no supermercado. Nós temos defendido isso desde a PEC.

Então, parabéns ao Congresso Nacional, porque essa criação da cesta básica e a criação da tarifa reduzida nos fazem aproximar um pouco mais dos países desenvolvidos.

Infelizmente a maioria dos produtos industrializados ficaram na alíquota cheia – e aí, a gente acha que a gente está perdendo um pouco de chance, inclusive, de aumentar o combate à fome –, mas a gente parabeniza o trabalho que tem sido feito até aqui, porque tem sido feito um trabalho hercúleo para tentar equilibrar, como foi feito, como já foi demonstrado esta manhã pelos colegas que me antecederam aqui.

No entanto, Senador, a gente sabe que existem alguns grupos que ainda fazem muita pressão aqui no Congresso Nacional, com os Parlamentares, pedindo para que alguns alimentos fiquem mais caros, ou seja, que o consumidor pague mais caro por alguns alimentos, ao taxar com o Imposto Seletivo alguns alimentos, especialmente aqueles que são chamados de ultraprocessados.

E aqui é importante esclarecer uma coisa: a indústria de alimentos não ultraprocessa nada. Nós não trabalhamos com ultraprocessamento de alimentos. A indústria de alimentos trabalha com um processamento que é baseado em ciência e tecnologia de alimentos. E a grande dificuldade que a gente tem com essa terminologia de ultraprocessados é porque a classificação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que se criou... E isso não é uma dificuldade só da Abia ou da Uncab; é uma dificuldade global. A ciência e a tecnologia de alimentos do mundo inteiro, cada vez mais, têm criticado essa classificação que criou a terminologia ultraprocessado. Mas a grande dificuldade qual é? Ela é muito ampla, ela é confusa. Aí dentro cabem – só para se falarem números rápidos – 5,7 mil categorias de produtos, ou seja, vai desde uma balinha de goma até um alimento parenteral que o SUS compra para salvar vida, uma fórmula infantil que o SUS compra para salvar vidas. Tudo fica dentro dessa cesta do que se chama de ultraprocessados.

Inclusive, os Estados Unidos estão agora, neste momento – os Estados Unidos, a cada cinco anos, revisam o seu guia alimentar –, revisando as suas diretrizes de alimentação outra vez. E o comitê responsável pela revisão indicou o quê? Eu vou abrir aspas aqui, porque é fala desse comitê. Abro aspas: "Achamos que até que se tenha uma melhor definição do que se chama de ultraprocessado, será difícil considerar essa classificação", fecho aspas.

É importante dizer também, Senador, que, quando se criou essa classificação, acho que foi uma iniciativa louvável dos pesquisadores da USP, especificamente, porque eles tentavam combater a obesidade. A obesidade é um problema crônico, uma doença crônica não transmissível, um problema grave – eu vou precisar de alguns minutos mais, Senador –, que a OMS tem solicitado que os países combatam, mas que a própria OMS diz que é difícil combater porque é multifatorial. A gente sabe que o estresse causa obesidade, que a falta de sono, a privação de sono causa obesidade, que uma alimentação desregrada também pode causar obesidade, com certeza, mas a gente acha que é louvável que os pesquisadores se debrucem para buscar as causas dos problemas. O que não é louvável para nós é não respeitar os números, não respeitar os fatos que contradizem essa teoria.

Por exemplo, dentro da dieta do brasileiro, 19,7% – esses são números públicos – da alimentação advêm desses produtos chamados ultraprocessados. E nós temos, no Brasil, uma taxa de quase 24% de pessoas obesas. Então, 19,7%; 24% de obesidade. No Japão, a dieta dos japoneses considera 38,2% de produtos ultraprocessados, e eles têm 3,5% de obesidade. Então, a gente pensa: "Olha, alguma coisa está errada nisso; o número não bate". Ciência, quando é ciência, tem que funcionar aqui, ali e acolá; tem que funcionar no planeta inteiro, não pode funcionar só no Brasil.

Essa classificação é tão ampla... Ela diz o seguinte: se o produto tiver mais de cinco ingredientes, é ultraprocessado. Bom, uma broa caseira tem mais de cinco ingredientes. Fala: "Ah

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

não, mas, se tiver aditivo alimentar, é ultraprocessado". Uma broa caseira também tem aditivo, a gente põe pó Royal. O que é o pó Royal? É um agente de crescimento. Só que, se eu fizer a minha broa caseira na indústria, ela passa a ser chamada de ultraprocessada, porque eu tenho que declarar o pó Royal como agente de crescimento, e isso é um aditivo alimentar.

Só que nem sequer o aditivo é o problema – nem sequer o aditivo alimentar é o problema.

Não sei se todo mundo sabe, Senador, mas existe um desconhecimento grande a respeito dos aditivos, que é o seguinte: a indústria não usa aditivo porque gosta de usar; a indústria não usa aditivo na quantidade que queira usar. Os aditivos são altamente regulados. E, antes de um aditivo ser liberado... É importante dizer: a indústria só usa aditivos que são liberados pela autoridade regulatória – que, no Brasil, é a Anvisa; nos Estados Unidos, é o FDA; na Europa, é o EFSA –, mas, antes de chegar à Anvisa, ao EFSA ou ao FDA, esses produtos são liberados pela OMS. A OMS tem um órgão, em conjunto com a FAO, que tem mais de 70 anos de existência, o órgão se chama Jecfa. O Jecfa foi um acrônimo que quer dizer comitê conjunto de especialistas em aditivos alimentares. São mais de 200 especialistas no planeta, são cientistas que só estudam aditivos alimentares. E o que eles buscam nos aditivos? Eles buscam definir qual seria a dose inócua, ou seja, aquela dose que não faz mal para o ser humano. E, quando eles chegam a essa dose, a regra é a seguinte: divide por cem, ainda; ou seja, quando a gente consome um produto que tem um aditivo lá na lista de ingredientes, a gente pode ter certeza de que está consumindo cem vezes menos do que aquela dose que já seria inócua. Isso é a OMS, pessoal. Isso é a OMS. A OMS, junto com a FAO, que criou esse órgão há mais de 70 anos.

As narrativas daquelas pessoas que atacam os alimentos que se chamam ultraprocessados dizem o seguinte: "Não compre nenhum alimento se, na lista de ingredientes, tiver um ingrediente que você não tem na sua cozinha". Por exemplo, o ácido cítrico é um dos antioxidantes mais usados pela indústria. Não tem na nossa cozinha? Tem. Se você consome um limão, tem ácido cítrico lá. A pectina: a pectina é um dos espessantes, um dos estabilizantes, e até mesmo emulsificante, dependendo do produto, que a gente mais consome na indústria. Vão falar: "Ah, não tem também?". Meu Deus do céu! Na nossa dieta diária, a gente consome, advindos dos chamados ultraprocessados, 211mg de pectina. Se você morder uma maçã, se você comer uma maçã, você tem 800mg de pectina; ou seja, essas narrativas têm que ser mais bem trabalhadas, porque elas são bonitas, elas são fáceis de serem vendidas, mas... Se a gente fizer um tutu de feijão, Senador, ou um pirão – lá em Rondônia se come pirão de peixe, por exemplo –, aquela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

farinha de mandioca que a gente põe no pirão serve para quê? Para espessar, para ficar mais grossinho, não é? Aquilo, se eu usar na indústria, eu tenho que chamar de espessante, e espessante é um aditivo alimentar, mas é o mesmo produto que a gente usa nas nossas casas.

Senador, o que determina se um produto é melhor, muito bom ou menos bom é a composição nutricional desse produto, independentemente de onde ele for feito, em casa ou na indústria. Uma feijoada, por exemplo, é um produto que tem uma densidade nutricional alta: ali tem carne, ali tem gorduras, tem carboidrato, tem feijão. E também você pode comer na sua casa um refogadinho de chuchu; é um produto que tem uma densidade nutricional menor. Os dois feitos na nossa cozinha, os dois feitos em casa. Agora, você não vai comer feijoada todo dia e não vai comer só o refogado de chuchu todo dia. O que a gente defende é o equilíbrio na nossa alimentação, porque, como eu dizia, uma alimentação desregrada, sim, pode causar também problemas de obesidade, problemas de doenças crônicas, independentemente de onde o produto tiver sido feito. Mas não é só a alimentação. Seria muito fácil se fosse uma causa só, e a OMS estaria soltando rojão se fosse isso. A dificuldade que o planeta tem com essa situação da obesidade é exatamente porque ela é multifatorial.

Eu vou me encaminhando para o final da minha fala, Senador, dizendo o seguinte: nós achamos que contra números, contra fatos não deveria haver argumento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO BATISTA FERREIRA DORNELLAS – Eu dizia para o senhor o seguinte: nós pagamos, hoje, o brasileiro paga hoje 24,4% de impostos sobre o alimento industrializado contra 7% que pagam os países desenvolvidos, os países da OCDE. Ora, nós temos a segunda maior carga tributária do planeta sobre alimento industrializado. Portanto, se imposto resolvesse o problema da obesidade, o Brasil seria o segundo país mais magro do planeta, porque nós já pagamos há muito tempo esse imposto. Aí, vão dizer: "Não, João, mas não é só a obesidade, tem as outras doenças também". Ora, se imposto resolvesse o problema das doenças crônicas, então nós seríamos a segunda população mais saudável do planeta, por lógica, e nós sabemos que nós não somos.

Outros dados também são gritantes. Por exemplo, as próprias bebidas açucaradas, que estão hoje no Imposto Seletivo... Imagina, dados do Vigitel, do Ministério da Saúde: nos últimos 15 anos, o consumo dessas bebidas açucaradas caiu 51%, e, nesse mesmo período, a obesidade subiu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

106%; ou seja, é mais uma comprovação de que imposto não vai resolver a situação que nós queremos combater, Senador.

O México, por exemplo... Esse é outro tema também em relação ao qual várias pessoas dizem: "Ah, mas vários países já criaram o imposto seletivo sobre refrigerantes, sobre bebidas açucaradas, por exemplo". O México criou, em 2014, e eu morava lá. O México tem uma alíquota padrão de 17% – eles já têm o IVA há muitos anos –, e eles subiram de 17% para 28%, baseado em pressão de grupos de pressão também que fizeram o governo acreditar que resolveria o problema da obesidade. Em 2014, a obesidade, a taxa de obesidade no México era de 71%... perdão, obesidade e sobrepeso, 71% da população. É preciso contar o final da história, não é? Eles fizeram, eles implementaram. Dez anos depois – nós estamos em 2024 –, essa taxa subiu para 74%; ou seja, nem mesmo a implementação de um imposto resolveu da maneira como foi prometido ao governo o problema da solução das doenças crônicas e da obesidade, maiormente falando.

Senador, eu comecei dizendo sobre os números da indústria, da produção de alimentos no campo, da produção de alimentos na indústria e falei da fome. Para nós, a reforma tributária é um momento único, um momento importantíssimo, que o Brasil pode usar para promover justiça social através do alimento, fazendo o alimento chegar mais barato à mesa do consumidor brasileiro.

Para nós, não devia estar sobre a mesa uma discussão de aumentar impostos sobre qualquer tipo de alimento. Essa não é uma discussão que deveria estar sendo trazida para a reforma tributária. Infelizmente ela foi trazida e a gente já está aqui para demonstrar os números da indústria, os números da ciência de alimentos para que o brasileiro pague mais barato pelo alimento que consome.

É muito importante deixar isto muito claro: não é a indústria que paga, não é o alimento ultraprocessado que vai pagar. Se o imposto for aumentado, é o consumidor que vai pagar. Os grupos de pressão que fazem pressão aqui no Congresso deveriam falar com o consumidor: "Consumidor, eu estou fazendo um trabalho árduo, gastando dinheiro no Congresso, para que você pague mais caro toda vez que quiser comer uma linguiça, uma salsicha, um sorvete, um pão de forma, um cereal matinal". Porque é isso que vai acontecer. Se houver qualquer tipo de aumento de imposto sobre qualquer tipo de alimento, é o consumidor que paga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senador, quero parabenizar mais uma vez a CCJ por essa iniciativa de promover esta audiência pública. Acho que o debate democrático é muito importante, neste momento histórico, como dizia o Rodrigo. E parabenizo a todos os que estão trabalhando para que o Brasil tenha uma reforma tributária que realmente facilite a vida de quem produz, que facilite a vida do consumidor brasileiro.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Vocês viram como são importantes as audiências públicas, não é? Vocês veem que explicações tão didáticas, tão convincentes, com dados assim tão comprobatórios, deixam todo mundo com a cabeça, assim, perturbada sobre se vale a pena aumentar ou não os tributos, não é?

Os seus argumentos são belíssimos, muito bem fundamentados, muito bem explicados na dinâmica mundial. Muito obrigado a V. Sa. por essa palestra extraordinária.

Muito bem, vamos em frente. Agora é o Sr. Ricardo.

Concedo a palavra – ele está remoto – ao Sr. Ricardo Furtado, Advogado e Conselheiro Fiscal do Confenen, para a sua exposição.

Fique bem à vontade, Dr. Ricardo, para a sua apresentação.

O SR. RICARDO FURTADO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Senador.

Inicialmente, eu quero agradecer a todos, na pessoa do Senador Confúcio Moura, e agradecer também aos Senadores Eduardo Braga e Davi Alcolumbre o convite para estar nesta importante audiência pública tratando sobre a reforma tributária.

Eu represento a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino nesta audiência pública. A Confenen é a única entidade nacional que representa 48 mil escolas com fins de lucro, sem fins de lucro e filantrópicas, em todo o Brasil, abrangendo desde a educação infantil até cursos de pós-graduação. Juntas, as instituições de ensino empregam cerca de 2,4 milhões de professores – conforme censo escolar realizado pelo Inep – e cerca de 80 mil auxiliares de educação.

A reforma tributária, ao buscar a neutralidade, traz uma série de preocupações à sustentabilidade das escolas privadas, com impactos diretos nos custos e, consequentemente, para a sociedade brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos abordar o tema reforma tributária apenas em quatro pontos preocupantes neste momento.

O primeiro ponto que nós vamos destacar é a neutralidade fiscal e o aumento da carga tributária. Embora a reforma busque a neutralidade tributária no consumo, isso não implica a neutralidade da carga tributária para o setor e a atividade educacional. Educação é direito fundamental de todos.

A primeira questão que envolve o tema tem origem no início da tramitação da reforma tributária na Câmara dos Deputados, que ventilava uma alíquota do IVA em torno de 26,5%, com um redutor de 60% para a educação, o que já implicava um aumento para as anuidades escolares e semestralidades escolares em todo o Brasil.

Hoje, segundo notas, o IVA beira a ordem de 28%. Assim, o redutor de 60% que visava à neutralidade da tributação para a educação privada no país deve ser revisto, visando efetivamente a que se mantenha a neutralidade dos tributos para que a população não sofra com o aumento no ensino no país.

A segunda questão que eu quero tratar, sobre a neutralidade da carga tributária, está relacionada à ampliação da carga tributária no país. E aí nós podemos partir, então, num primeiro ponto, para destacar as locações a qualquer título, dispostas no art. 4º, §1º, que trata da incidência do IBS sobre as locações de bens e serviços.

Sobre esse tema, nós faremos dois destaques. O primeiro: é comum instituições de ensino alugarem espaços para educação em ginásios, quadras esportivas e outros. Essas locações, segundo esse dispositivo, sofrerão tributação com o IVA. Isso, certamente, acarretará às escolas, com ou sem fins de lucro e até mesmo filantrópicas, um aumento dos custos com os repasses desta tributação nas locações a essas instituições. A tributação sobre as locações – de forma ampla como aborda a reforma tributária – deveria ser revista por esta Comissão, pelo Senado, que deveria criar exceções para as locações de bens móveis e imóveis, como nós veremos um pouco mais à frente, às escolas, em todos os segmentos no país, sob pena de nós termos, certamente, esses repasses para as anuidades e semestralidades escolares.

O segundo destaque está relacionado à locação de serviços, *softwares* e equipamentos para as escolas com os fins pedagógicos e administrativos. A tributação sobre essas operações e locações elevará significativamente os custos operacionais dos serviços educacionais com as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

plataformas de ensino, com as locações de equipamentos eletrônicos, pois os locadores certamente repassarão essas alíquotas às instituições de ensino, que se refletirão nos preços das anuidades e semestralidades escolares. É necessário que a reforma tributária crie exceções ao tratar das locações de bens móveis e imóveis às instituições escolares em todos os níveis, com o fim de não aumentar os custos operacionais para a sociedade.

Eu quero, agora, tratar da tributação sobre a atividade não onerosa, que traz problemas a benefícios concedidos por escolas à sociedade de uma forma geral. Esse é um outro ponto bastante problemático na nossa visão. A tributação de operações não onerosas impactará na educação pelo menos de duas formas.

A primeira está relacionada às operações vinculadas ao art. 5º, §1º, e ao art. 39, §1º e incisos, que levarão a tributação às bolsas de estudos e aos descontos concedidos à universalidade de alunos no nosso país, bem como a filhos de funcionários. Essa ampliação da base tributária abarcará a concessão das bolsas de estudos na prestação do serviço à sociedade. Essas operações não onerosas, além de beneficiarem a população ao permitirem o seu acesso a uma educação de qualidade, simplesmente também reduzirão o contingente de alunos nas escolas públicas, que, como todos nós sabemos, sofrem sérios problemas com as matrículas no ensino público.

A segunda questão relacionada a esse tema – as operações não onerosas – envolve a cessão gratuita de equipamentos eletrônicos no auxílio da pedagogia, como *tablets* e *laptops*, a alunos. Nesse sentido, nós passaremos a ter a tributação do IBS e da CBS sobre essa concessão feita gratuitamente, e não onerosa, aos alunos pelas escolas. É necessário que no caso das locações, sejam elas de bens móveis ou imóveis, sejam criadas exceções para que essas operações não onerosas de bens móveis não venham a aumentar a carga tributária das escolas, assim privando a sociedade do ensino de qualidade ofertado pelas instituições de ensino, evitando prejuízo, consequentemente, à sociedade.

Dito isso, eu vou passar ao quarto impacto, que eu quero trazer para vocês, que a reforma tributária traz à educação. E agora está relacionado às atividades educacionais filantrópicas e sem fins de lucro.

A reforma vem limitar, na forma do art. 9º, §1º, inciso II, as imunidades tributárias às atividades educacionais essenciais, ou seja, às atividades educacionais principais, tributando atividades complementares ou secundárias, o que contraria, de certa forma, a Lei Complementar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

187, de 2021, afetando o financiamento das instituições sem fins de lucro e filantrópicas para a oferta do ensino à sociedade.

Muitas dessas instituições sem fins de lucro e filantrópicas dependem dessas atividades complementares e secundárias para sustentar suas operações educacionais e assistenciais. A reforma, ao tributar, por exemplo, as quermesses, os bazares, as locações de estandes em festas juninas, cantinas e outras atividades complementares, certamente trará dificuldade ao financiamento dessa atividade assistencial e educacional à sociedade pelas instituições filantrópicas.

Novamente pedimos que esta Comissão, que o Senado olhe com carinho os pontos que nós apontamos, com o fim de não penalizar o direito educacional no nosso país, um direito fundamental garantido pela nossa Constituição a todos; e, assim, manter a neutralidade dos tributos para as atividades educacionais, seja com a manutenção de uma alíquota que venha fazer a neutralidade com o IVA, ou seja, a 28% ou a 26,6%, que já tinha um pequeno aumento para as anuidades e semestralidades escolares, seja nas locações e também nas atividades complementares, porque nós atuamos com instituições, como nós afirmamos, com fins de lucro, sem fins de lucro e filantrópicas.

Como foi dito por algum dos meus antecessores, a justiça social se faz com educação, com uma educação de qualidade para todos, que deve ser universalizada, como nós estamos vendo recentemente em vários pareceres e resoluções do Conselho Nacional de Educação.

A reforma tributária...

Eu já estou terminando, Senador, peço mais alguns minutos só.

A justiça social se faz com educação, como eu disse. Portanto, as barreiras para o setor educacional devem ser derrubadas com o fim de não inviabilizarem a educação de qualidade para a sociedade.

Pedimos a esta Comissão que considere a necessidade de ajustes que protejam o acesso à educação privada, tão necessária em nosso país; que venha em auxílio à educação privada. A manutenção do setor educacional particular depende de uma abordagem tributária equilibrada, que respeite, efetivamente, as particularidades e contribuições únicas desse setor. Esses pontos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representam riscos que a reforma impõe ao que chamamos de uma avaliação cuidadosa para mitigar impactos negativos na educação privada no nosso país.

Senador Confúcio, certamente a Confenen vem na defesa das instituições privadas de educação, seja com fins de lucro, sem fins de lucro e filantrópicas. A nossa preocupação é manter um serviço de qualidade sem fazer com que esses repasses que serão feitos às instituições de ensino sejam levados à sociedade. Assim, nós pedimos que esta Comissão reveja, com certeza, o critério da neutralidade da tributação para a atividade educacional em nosso país.

É o que nos permitia, Senador.

Agradeço o nosso momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Ricardo Furtado, pela sua apresentação. Na mesma linha de outros tantos, V. Exa. apresenta algumas considerações a esta Comissão de Justiça para fazer um ajuste nas suas proposições, conforme apresenta.

Assim nós estamos nos encaminhando para o encerramento com a nossa última convidada especial, que é a Dra. Patrícia Gentil, Diretora do Departamento de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável do Ministério do Desenvolvimento Social.

Com a palavra, a senhora.

A SRA. PATRÍCIA GENTIL (Para expor.) – Bom dia, Senador Confúcio. Bom dia a todos da mesa, a todos os presentes, a quem está nos assistindo. Quero agradecer muito o convite.

Para nós, para o MDS, estar aqui é de extrema importância. Como vocês sabem, o MDS é um ministério que tem uma missão institucional de olhar para a população mais vulnerável do país. Nós temos aí em torno de 90 milhões, de 94 milhões de pessoas que estão, hoje, no CadÚnico. São famílias que vivem na pobreza, com menos de meio salário mínimo *per capita* por família. Qualquer ação que seja direcionada, que gere algum tipo de conforto e organização de um sistema de proteção social relacionado a essas famílias é de extrema importância para o MDS, sobretudo no que diz respeito à questão do combate à fome, à promoção da segurança alimentar e nutricional, à garantia do direito humano à alimentação adequada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a reforma tributária tem uma capacidade, para além de corrigir as injustiças sociais, além da questão da própria economia, também de toda essa discussão do *cashback*, que o Rodrigo trouxe, que é de extrema relevância para essas famílias, e agora, também, com essa questão da cesta básica, que é um tema muito caro para nós, porque nós queremos combater a fome, promovendo uma alimentação saudável para toda a população brasileira, garantindo acesso, oferta e disponibilidade desses alimentos.

Então, muito obrigada pelo convite. Quero dizer que o MDS está sempre à disposição para esse tema.

Bom, eu queria muito, também, fazer um reforço importante aqui à nossa liderança dessa agenda no Governo, o Rodrigo, que está aqui. Acho que o trabalho que o Ministério da Fazenda fez, nessa concertação de governo, de trazer a proposta para dentro da Câmara, como já foi falado, nos caminhos dados na Câmara e agora no Senado, foi de extrema relevância, esse trabalho prévio de consensuar sobre os principais elementos que estão propostos aqui na Casa. Então, eu queria ressaltar isto, que o MDS está muito alinhado com o movimento que o Ministério da Fazenda fez e agradece muito o espaço que a gente teve, sobretudo nessa discussão da cesta básica.

Eu queria trazer alguns elementos. Vou tentar fazer uma fala mais cirúrgica, mais focada em mensagens-chaves para esta Casa de qual é o entendimento hoje que o MDS tem em relação a essa discussão da cesta básica.

Nós, desde o ano passado, em 2023 – pode passar, por favor –, começamos uma discussão intersetorial no Governo Federal com o objetivo de construir um entendimento de governo sobre o que seria uma nova cesta básica brasileira, com o objetivo de fazer um alinhamento de todos os setores dos diferentes ministérios para coordenar e fazer convergir um conjunto de ações, que vão desde a produção de alimentos, o abastecimento e a oferta de alimentos até o consumo, para dar um direcionamento sobre o que a gente entende da cesta básica de alimentos no país, tentando trazer uma narrativa, um entendimento novo em relação à discussão que se teve desde 1938, com aquele decreto-lei do Getúlio Vargas.

Então, nós iniciamos um processo, Senador, muito rico e isso culminou na publicação de um decreto, este ano, que traz hoje um entendimento unificado, assinado pelo nosso Presidente e assinado também por quatro Ministros, do que seria uma cesta básica nacional do país – o nosso entendimento –, trazendo um conjunto de alimentos que buscam garantir o direito humano à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alimentação adequada e saudável, à saúde e ao bem-estar da população brasileira; e é um documento, um decreto que orienta um conjunto de políticas públicas.

Vou dar um exemplo muito claro. Foi esse decreto que nos possibilitou fazer uma ação mais coordenada com o Ministério da Fazenda, trazendo a agenda econômica com um olhar específico para a questão da saúde e do desenvolvimento social, para atender a questão da saúde e do desenvolvimento social. Mas também é um decreto que possibilita hoje, por exemplo, a gente discutir um Plano Safra, que, por exemplo, diminua os juros para a produção de alimentos, para que se tenha mais crédito para a produção de alimentos *in natura*, por exemplo.

Então, esse é um decreto que nos oportuniza desenvolver um conjunto de políticas que gerem e que possibilitem a oferta, a produção e o consumo de alimentos mais saudáveis. Esse é o objetivo do decreto. Pode passar, por favor.

Muito bem. Então, como que a gente iniciou? Eu estou fazendo um preâmbulo que é para poder fazer um paralelo sobre o que está hoje no texto da reforma tributária. Então, que critérios foram definidos para essa nova cesta básica?

Acho que o primeiro grande critério é a referência do *Guia Alimentar da População Brasileira*, que é do Ministério da Saúde, que traz uma classificação que se chama Classificação Nova, que é a classificação que incorpora o entendimento de que a orientação hoje que o Brasil dá no *Guia Alimentar* é não só da questão nutritiva dos alimentos, mas do nível de processamento desses alimentos.

Então, tem quatro grandes conceitos, e o guia traz uma regra de ouro, que é a de se aumentar o consumo de alimentos *in natura* minimamente processados em detrimento do consumo de alimentos ultraprocessados. Essa é a regra de ouro do guia. Tem todo um referencial científico e de base de evidências por trás dele. Esse é um guia que hoje está completando dez anos, e a gente tem vários países hoje que utilizam essa classificação nova como uma referência – França, Israel, Canadá, México, Uruguai. Essa discussão está se dissipando internacionalmente, aumentando internacionalmente.

Outra referência que nós usamos para compor esse decreto foi justamente o perfil de consumo da população brasileira com base na pesquisa de orçamento familiar que mostrou para a gente qual era a base de consumo da população brasileira. Isso também foi uma referência importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, também, outra referência foram justamente os alimentos da sociobio, de uma portaria do Ministério do Meio Ambiente, que são alimentos produzidos localmente, frutos do extrativismo brasileiro, relacionada aos hábitos alimentares. Esses são alimentos característicos dos diferentes biomas do Brasil e que poderiam compor também esse conjunto de alimentos que estão dentro da cesta básica do Brasil.

Pode passar.

Bom, então, o que compõe, muito rapidamente, esse decreto?

A gente tem esse decreto que definiu dez grupos de alimentos. Todo mundo os conhece, com eles se identifica certamente. Eles são a base de consumo da nossa população, que são: feijões; cereais; raízes; leguminosas; frutas; castanhas; carnes e ovos; leites e queijos; açúcares, sal, óleos e gorduras; café, chá mate e especiarias. Dentro de cada grupo de alimentos, tem um conjunto de alimentos, tem mais de 300 alimentos, enfim, uma lista infinda, porque a produção brasileira é bastante rica nos diferentes biomas do Brasil, e tudo isso é incorporado hoje como alimento da cesta básica nacional, a cesta básica brasileira.

Pode passar.

Nesse sentido, eu queria destacar, já foi falado aqui na mesa e eu acho que isso é um reconhecimento da população, de todos os setores, do quão rico e do quanto é importante nós termos instituído na Constituição Federal o reconhecimento de uma cesta básica nacional. Na nossa Constituição já tem a garantia do direito humano à alimentação e o quanto é importante hoje a gente ter isso reconhecido no âmbito da reforma tributária, que é justamente a garantia de ter alimentos da cesta básica reconhecidos, sobretudo com a alíquota zero de imposto tributário.

Então, acho que essa é uma conquista muito clara para nós.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PATRÍCIA GENTIL – E, também, uma segunda conquista é você ter essa possibilidade de ter alimentos na cesta básica com alíquota zero e alíquota reduzida, fazendo essa composição para garantir alimentos que sejam mais acessíveis do ponto de vista financeiro para a população brasileira.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu queria deixar algumas mensagens importantes aqui também. Certamente isso não vai ser objeto de discussão desta audiência, mas talvez o será na discussão que vai discutir sobre o Imposto Seletivo. Acho que o Dornellas já falou um pouquinho sobre essa perspectiva do olhar para a questão dos alimentos ultraprocessados, mas, para nós, do ponto de vista hoje do entendimento do Governo, das evidências científicas que existem, nós temos muito claro, e as evidências mostram isso, o impacto dos alimentos ultraprocessados na saúde da população brasileira.

Em um conjunto de estudos, entre 2002 e 2009, mais de um quarto do aumento na prevalência de obesidade é, sim, atribuível ao consumo de alimentos ultraprocessados. Tem um outro estudo que já mostra, por exemplo, que o consumo de alimentos ultraprocessados é responsável por aproximadamente 57 mil mortes prematuras em relação aos adultos.

Então, tem um conjunto de estudos que já mostram evidências importantes, que já mostram os efeitos do aumento do consumo de alimentos ultraprocessados.

Pode passar.

Tem uma revisão sistemática de meta-análises também que mostra o impacto de alimentos ultraprocessados na saúde. Foram analisados vários estudos recentes e que envolveram quase 10 milhões de pessoas. Tem seis revisões sistemáticas que concluem sobre esse impacto negativo.

Então, para nós, do ponto de vista hoje da saúde pública, da agenda social, da proteção social, dos estudos, das evidências, já existe uma evidência bastante robusta que mostra essa relação dos alimentos ultraprocessados com a questão do aumento do sobrepeso e da obesidade e também com a questão das doenças crônicas não transmissíveis.

Pode passar.

Então, para nós, isso está claro. E no decreto de composição da nova cesta básica do Brasil os alimentos ultraprocessados não estão inseridos. Ficaram inseridos os alimentos *in natura* ou minimamente processados, como é do conhecimento de todo mundo.

Por que eles foram evitados na cesta básica? Porque eles têm uma composição nutricional desbalanceada; tendem a afetar negativamente a cultura, a vida social e o ambiente; favorecem o consumo excessivo de calorias; os efeitos de longo prazo e o cumulativo da exposição a vários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aditivos nem sempre são bem conhecidos; e têm associação a doenças do coração, diabetes, câncer, entre outras.

É claro que a gente sabe que existe o consumo desses alimentos. A gente não está falando de exclusão desses alimentos. A gente está falando que para o efeito de políticas públicas não faz sentido ter algum tratamento diferenciado para esses alimentos em detrimento de alimentos que hoje compõem a cesta básica brasileira.

Então, se a gente for pensar num sistema de tributação, de melhoria de tributação ou de isenção de tributação, a gente tem que pensar e direcionar esse sistema, voltando-o para os alimentos que hoje estão na cesta básica e não para os alimentos ultraprocessados, que têm esse conjunto aí de questões que a eles estão associadas.

Pode passar.

Há um reconhecimento internacional sobre isso. Agora, neste ano, saiu um documento da OMS junto com a FAO, reconhecendo, recomendando essa questão dos alimentos ultraprocessados, que devem ser evitados. Então, já há certa unanimidade nesse sentido, a despeito de haver um incômodo, como o Dornellas falou, dentro da ciência de alimentos, sobre essa questão do nome ultraprocessamento de alimentos.

Pode passar.

Bom, aqui eu trouxe só alguns números, Senador, muito rapidamente, só para ser cirúrgica, para mostrar o efeito hoje do que está colocado no campo da cesta básica dentro da reforma tributária e o quanto isso afeta, de fato, a população mais pobre.

A gente pode ver, por exemplo, que os alimentos que estão na cesta básica, que na grande maioria são os alimentos *in natura* e os minimamente processados, de fato, são mais consumidos hoje pela população mais pobre no Brasil.

Então, o maior consumo de alimentos *in natura* e minimamente processados é entre famílias de menor renda e, em relação aos alimentos ultraprocessados, com exceção de biscoitos salgados e margarina, todos os demais subgrupos aumentam sua participação no total calórico com o aumento da renda, ou seja, o que está hoje na reforma é que nós conseguimos atingir, de fato, essa população mais vulnerabilizada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar.

Aqui também... Quais são os principais alimentos consumidos pela população mais pobre? É o que está em azulzinho. Todos eles estão na cesta básica, mostrando que tem uma sintonia total no que está colocado aqui. Então, tem os açúcares, as carnes, macarrão. Não estou falando aqui de miojo, ouviu? (*Risos.*)

É macarrão mesmo, que é o que é mais consumido pela população.

As farinhas de milho e de mandioca, peixe, arroz.

Pode passar.

E tem outros que, de fato, são mais consumidos pela população mais rica.

Então, aqui a gente ressalta queijos, gordura animal, raízes e tubérculos, frutas, carne suína e bovina, e leite.

Pode passar.

E aqui a gente fez uma análise muito recente, acabou de sair, uma pesquisa sobre essa nova cesta básica de que eu falei para vocês, com esses dez grupos de alimentos, mostrando que a base da alimentação das pessoas de baixa renda em todos os estratos socioeconômicos avaliados representa mais de 80% das calorias consumidas. Este valor superou 88% nos domicílios da zona rural e da Região Norte, ou seja, a nossa população brasileira, sobretudo a população mais pobre tem uma base alimentar que se relaciona com os alimentos *in natura* e minimamente processados.

A gente não tem um padrão de alimentação ruim. Muito pelo contrário, nós somos muito privilegiados em relação ao padrão de alimentação e em relação a outros países. Certamente, os Estados Unidos não são a nossa referência, em que, eu acho, 80% da população consome alimentos ultraprocessados. Nós temos uma base de alimentação bastante saudável. Nós só não atingimos as recomendações, por exemplo, para o consumo de frutas e hortaliças, que, de fato, é muito baixo na população brasileira. E aí tem várias questões por trás disso: cultura, acesso, preço, hábito, enfim, são várias questões por trás disso. Mas em relação aos outros grupos de alimentos nós já chegamos ao que se recomenda.

Então, se a gente for olhar a carne, como foi falado aqui, hoje a gente tem uma média de consumo diária de carne que é de 28g, que atinge a nossa recomendação. É claro que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está falando de médias; não estamos falando de questões específicas. Mas a gente atinge, hoje, a recomendação do consumo de carne, por exemplo, na população mais pobre brasileira. Eu estou falando das carnes como um todo.

Pode passar.

Bom, aqui é só um detalhe para mostrar para vocês o tanto que se correlaciona com o que está colocado hoje dentro da reforma tributária.

Pode passar. Não vou entrar muito em detalhes, eu já queria ir para os finalmentes, Senador...

Pode passar.

No processo em que nós estamos hoje, atualmente, no que está colocado aqui para a reforma tributária, na proposta que já está aqui no Senado e nas nossas discussões com o Ministério da Fazenda, eu acho que, para nós, como também já foi falado aqui na mesa, precisamos manter as nossas conquistas: manter nas listas de alimentos da cesta básica e da alíquota reduzida apenas os alimentos *in natura*, minimamente processados, ingredientes culinários e alimentos processados considerados adequados e saudáveis, que são a base do decreto presidencial do ano passado; manter na avaliação quinquenal a vinculação dos alimentos *in natura* e minimamente processados como um dos princípios considerados para definir tanto os alimentos que irão compor a cesta básica nacional de alimentos, quanto os alimentos com alíquota reduzida. Acho que são conquistas que precisam ser mantidas.

Considerando que existe uma tarifa básica e que nem tudo pode ser considerado na cesta básica, nem todos os alimentos, nós sugerimos fazer alguns ajustes. No processo que aconteceu na Câmara, alguns produtos ultraprocessados ficaram mantidos. Então, a gente sugere fazer algumas alterações nesses produtos, como, por exemplo, margarina, cafés aromatizados, produtos que são ultraprocessados, em detrimento de outros que poderiam ter entrado na cesta básica e que não foram, considerando que a gente não pode incluir todos, como, por exemplo: massas ultraprocessadas, macarrão instantâneo, pão de forma ultraprocessado, algumas bebidas lácteas ultraprocessadas e compostos lácteos que entraram.

Então a gente – pode passar – tem algumas sugestões de incorporação de novos produtos. Mas isso, claro, é uma avaliação que em tem que colocar a viabilidade, mas são ajustes, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exemplo, de incorporação de alguns produtos da sociobio que não foram incorporados, como, por exemplo, algumas castanhas, algumas leguminosas, oleaginosas, que são produtos que hoje já têm isenção e que não foram incorporados. E garantir essa tarifa reduzida para os alimentos da sociobiodiversidade. Então acho que é um pouco isso.

Pode passar.

Só para concluir, para nós, essa agenda de fato é de extrema importância: a reforma tributária.

Nós precisamos garantir uma cesta básica de alimento saudável e adequada nutricionalmente que seja acessível à população brasileira. Que a gente consiga aliar essa agenda econômica com a agenda da saúde, do desenvolvimento social e da promoção da segurança alimentar e nutricional; que não incentive o consumo de alimentos ultraprocessados; que seja referenciada no que hoje é a base da alimentação da população brasileira; e que oportunize o aumento do acesso, especialmente dos mais pobres, aos alimentos mais saudáveis, que são os alimentos produzidos localmente, *in natura* e minimamente processados.

Então, é isso. Queria agradecer muito ao Senador e nos colocar à disposição para o que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Eu tenho certeza de que daria um belíssimo debate entre o Dr. Dornellas e a Patrícia aqui. (*Risos.*)

Democraticamente, não é? Os dois apresentam alguns pontos divergentes, mas muito lógicos e interessantes. Mas a gente vai ficar nas apresentações feitas pelos dois, respeitando as suas respectivas posições.

Muito bem, gente. Nós concluímos assim a nossa audiência pública. E agora vamos abrir para as perguntas.

Se tiver algum dos Senadores, mesmo remotamente, – porque aqui, presencialmente, não tem nenhum –, interessado em fazer algum questionamento a qualquer ou a quaisquer dos membros da mesa, dos nossos convidados ilustres...

Eu não recebi a lista de inscrição. Não houve inscrição de nenhum Senador.

E, no e-Cidadania, tem alguma pergunta feita? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixe-me dar uma lidinha, porque muitas perguntas já foram respondidas e não precisam ser feitas.

Eu vou registrar aqui a presença do Gustavo, do Estado do Pará; do Célio, do Rio de Janeiro; do Alexandre, do Rio Grande do Sul; do Jonatas, de São Paulo; do Vanderlei, do Paraná; e do Olavo, de São Paulo.

Deixe-me só correr o olho aqui para verificar se as perguntas foram respondidas. Eu vou perguntar, mas, se já foram respondidas, nós não vamos exigir que nenhum dos nossos debatedores responda.

O Gustavo pergunta: "Por que a cesta básica nacional incluirá a margarina, se a gordura trans [...] [contida nela está ligada a maior risco de doenças cardiovasculares?]".

Acredito que isso já foi respondido, tanto pela Dra. Patrícia e justificado pelo Dr. Dornellas.

Só... Gostaria de explicar a ele, alguma coisa, ou o senhor já explicou tudo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pode usar a palavra, Doutor, por favor.

É para o Gustavo, do Estado do Pará.

O SR. JOÃO BATISTA FERREIRA DORNELLAS (Para expor.) – É uma pergunta interessante, Senador, porque mostra o desconhecimento. Margarina não tem gordura trans. O uso da gordura trans está banido no Brasil. A gordura trans que existe é a gordura trans natural, que você encontra na carne do boi, por exemplo. A gordura trans industrial não se usa mais.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito. Bem respondida a sua pergunta, aqui, por um grande especialista.

A senhora quer falar?

A coisa está esquentando, não é? (*Risos.*)

A SRA. PATRÍCIA GENTIL (Para expor.) – De fato, a gente já teve um caminho construído de tirar a gordura trans dos alimentos, em função do efeito para a questão das doenças cardiovasculares. Graças a Deus, o Brasil já avançou nisso. Mas a margarina é um alimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ultraprocessado. E, de fato, é um alimento que, para nós, não está incorporado na cesta básica no decreto presidencial.

Queria só reforçar um ponto aqui: eu acho que uma coisa é o nosso decreto presidencial que nós fizemos no Governo, que é uma análise do ponto de vista da saúde, da segurança alimentar e do desenvolvimento social; já a Fazenda acrescenta outros elementos nessa análise para definir os alimentos que entram na alíquota zero ou na alíquota cheia. Então, define uma camada, por exemplo, o peso do orçamento familiar, o peso desses itens no orçamento familiar. Não é isso, Rodrigo? Então, a gente tem uma parte da análise, mas a Fazenda também incorpora outras camadas para a definição dessas listas que entram na reforma tributária.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – O Célio, do Rio de Janeiro... Essa pergunta eu vou passar para o Dr. Rodrigo Octávio para dar uma respostinha, não só para ele, mas para todo o povo brasileiro que esteja ligado aqui.

A pergunta é a seguinte: "Como a reforma tributária pode contribuir para melhorar a vida das pessoas mais pobres e reduzir as desigualdades sociais no Brasil?".

Você pode ficar à vontade.

O SR. RODRIGO OCTÁVIO ORAIR (Para expor.) – Só voltando ao tema da cesta básica, para complementar uma questão. O anterior ao Célio foi qual cidadão?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – O Gustavo.

O SR. RODRIGO OCTÁVIO ORAIR – Ah, o Gustavo! É porque, como eu falei, eu sou servidor público e para quem eu devo mesmo prestar contas é para o cidadão. Eu acho que isso é um dever nosso.

Na construção da lista inicial no anteprojeto da cesta básica, a gente se baseou em três principais critérios: evitar que tivesse aumentos súbitos de produtos, então priorizar aqueles que hoje já estão na cesta básica; priorizar aqueles consumidos majoritariamente pelos mais pobres, para evitar que doa no bolso do mais pobre; e, o terceiro, priorizar alimentos saudáveis.

A margarina entra em dois desses critérios, e, ao mesmo tempo, a gente coloca na cesta básica também a manteiga, que é um substituto saudável. Então, o cidadão fica ali, não tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problema, não pesa no bolso, embora, do ponto de vista de consumo, majoritariamente pelos mais pobres, a margarina é mais presente nos domicílios mais pobres. Hoje, tem uma diferença de preço, enfim...

Seguindo para o tema de como que vai afetar. A grande questão da reforma tributária, muitas vezes, é abstrata, não toca no... é difícil trazer para o concreto. Mas o que eu tentei mostrar na minha apresentação é que ela vai afetar de dois jeitos: do ponto de vista econômico, é a criação de um ambiente com maior potencial de crescer, gerar renda, gerar emprego. Então, esse é o concreto; é uma economia com capacidade maior de crescimento por várias questões. Hoje, a gente pune muito o investimento, tributa as exportações na origem e no destino, gerando ineficiências produtivas. Então, a ideia de ir para uma economia com maior potencial como afeta o cidadão brasileiro? Emprego e renda, e, portanto, consumo.

O segundo é que nós estamos revendo uma série de benefícios tributários e caminhando para um sistema tributário mais simples, o que é bom para o cidadão, um sistema tributário mais transparente: o cidadão vai chegar à boca do caixa, vai ali comprar um bem – como é em outros países que têm IVAs modernos –, vai comprar um serviço, vai ali à gôndola do supermercado e vai ver a alíquota do desodorante, a alíquota zero da carne, a alíquota reduzida dos outros itens, e aquele imposto é o que, de fato, o cidadão está pagando. Ele vai saber o quanto paga para o Governo Federal, estadual, municipal e quem lhe deve contas, lhe deve transparência, e em quem ele vota. Então, a gente caminha para um sistema muito mais transparente.

E aí, com foco no cidadão de baixa renda, de fato, a gente simulando, nós vamos reduzir a carga, a alíquota média sobre o cidadão de baixa renda. Na verdade, a gente prevê que a redução da alíquota deve cair em torno de 22% para 20%. Por quê? Porque a gente está fechando brechas de sonegação. Aqueles que hoje não pagam passarão a pagar mais, e isso reduz a média para todo mundo, mas reduz mais para o cidadão de baixa renda.

Hoje, nós temos um sistema tributário que pune o mais pobre, e isso é perverso. A alíquota hoje sobre o consumo do mais pobre é mais alta do que a do mais rico, porque tem muitos benefícios tributários, não só para bens, mas principalmente para serviços, que são muito consumidos pelos mais ricos. A gente está uniformizando isso, e, para o mais pobre, vai ter a devolução de parte do imposto que chega, de tudo aquilo que ele consome.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o cidadão de baixa renda vai ter uma alíquota mais baixa, em média – tem coisas com zero, tem coisa que é reduzida, tem coisa com alíquota cheia –; em média, vai ser mais baixa do que é hoje. E, mesmo esse imposto que ele paga, uma parte vai ser devolvida diretamente para a população de baixa renda na forma de *cashback*.

Então, nós estamos falando de emprego, transparência, redução de alíquotas e devolução direta para o mais pobre.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Célio, foi muito bem explicada a sua pergunta.

Dr. Luiz Claudio, eu queria que o senhor, devido ao seu vastíssimo currículo – eu estava um pouco fora do assunto da sua associação, que é de carnes –, fizesse este comentário para atender ao Alexandre, lá do Rio Grande do Sul: "Quais os principais desafios para a implementação da reforma e como garantir uma transição suave para as empresas e os contribuintes?".

Você pode responder do jeito que o senhor achar mais conveniente.

O SR. LUIZ CLAUDIO CARVALHO (Para expor.) – Agradeço, Senador, a oportunidade.

O nome da pessoa?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Alexandre, do Rio Grande do Sul.

O SR. LUIZ CLAUDIO CARVALHO – Alexandre, do Rio Grande do Sul.

Bom, primeiramente, o Rio Grande do Sul teve a sua economia tremendamente impactada pelas enchentes de alguns meses atrás, uma desorganização econômica importante. Acredito que a reforma tributária, que entrará em vigor com sua plenitude em 2033, também deva ser uma preocupação para os gaúchos, que terão que se recuperar e enfrentar, ao longo do tempo, a transição.

Há algumas críticas também, Senador – não foram objeto do nosso debate hoje, mas são importantes –, pelo prazo longo de transição. A reforma tributária começa, os novos tributos começam a produzir efeitos, a serem cobrados a partir de 2026 e serão extintos em definitivo em 2032. Portanto, as empresas terão que conviver com dois sistemas ao longo de, no mínimo, seis anos. O sistema atual, com PIS-Cofins, ICMS e ISS, já é um sistema extremamente complexo – na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

verdade, o pior sistema tributário do mundo, por isso estamos reformando –, e nós teremos então que conviver com esse pior sistema do mundo, acrescido de um novo sistema ainda desconhecido, com méritos de simplificação, etc., e o Dr. Orair colocou alguns desses pilares no início da fala dele, que têm que ser ressaltados.

Mas, de toda forma, nós conviveremos com um sistema muito ruim, que é o atual, e com um sistema desconhecido, ainda que em perspectiva seja bom. As empresas terão que fazer um esforço de adaptação a isso, e há uma série de medidas a serem adotadas do lado privado: adaptação, desenvolvimento de sistemas contábeis, de emissão de documentos fiscais, etc. Portanto, há uma preocupação também nossa quanto a esse tempo muito longo de transição.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Tem uma pergunta do Jonatas, e acredito que a sua pergunta... Ele apenas faz uma crítica. Aliás, é o Vanderlei: "Não existe reforma tributária [...] [antes da reforma administrativa]". Isso foge ao objeto do nosso debate. Não vou nem vou colocá-la para resposta, mas é um ponto de vista seu, isolado. Tudo bem.

O Jonatas, de São Paulo, pergunta: "A centralização da arrecadação [isso poderia ser respondido aqui pelo nosso representante do Ministério da Fazenda], a centralização da arrecadação pode reduzir a autonomia dos estados...".

Vou repetir: "A centralização da arrecadação pode reduzir a autonomia dos estados e agravar a desigualdade regional [...]?". O senhor concorda com essa pergunta? Ele se chama Jonatas, do Estado de São Paulo.

O SR. RODRIGO OCTÁVIO ORAIR (Para expor.) – Jonatas, de São Paulo. Eu quero agradecer, Jonatas, pela pergunta.

A solução brasileira é de um IVA dual. Então, o que é isso? Você vai ter dois irmãos gêmeos: a CBS, que é federal; e o IBS, que é subnacional. O Governo Federal não se mete no IBS, não tem presença do Governo Federal, e o IBS vai ser gerido conjuntamente pelos entes federados, municípios e estados, por meio do Comitê Gestor. Então, não tem ali centralização. Você tem uma arrecadação centralizada e ela vai ser, entre os entes... Não tem Governo Federal, tá? Não tem! Na verdade, o que a gente tem é o contrário: um aumento da autonomia para a grande maioria dos estados e dos municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que acontece hoje? Hoje, cada um tem o seu naco – ICMS, ISS – e brigam entre si. O estado briga com o município para dizer onde que incide o serviço, onde que incide o ICMS. Os municípios brigam entre si e os estados entre si por meio da guerra fiscal. Isso porque, como hoje, a gente tem um sistema... Estão vendo? Essa pergunta é complicada. Você tenta responder e vai entrando... Hoje, a gente tem um sistema que é um misto de origem e destino, que quer dizer o seguinte: o consumo do cidadão... O cidadão está num determinado município... O Jonatas é de São Paulo, capital? Não sei, não fala. Suponhamos que seja na capital, seja no interior, não importa. Ao invés de aquela arrecadação sobre o seu consumo ficar na sua localidade, na sua prefeitura, no governo do seu estado ou, como seria o caso num sistema moderno, no destino, hoje, parte fica na origem dessa mercadoria. Então, você não sabe para quem você está pagando imposto.

Com essa migração para o destino que a reforma faz, na prática, o que ela está fazendo? Ela tende a... Bom, aí vai complicando tudo, mas, enfim... Mas o que a reforma faz? Ela vai tributar... Passará a ser no destino e não esse misto de origem e destino.

Esse modelo de origem e destino é concentrador de renda, tá? A maior parte, poucos municípios e os estados mais ricos se apropriam do grosso das receitas. Quando você vai para o destino, você tem também um segundo efeito virtuoso da reforma, que é a redistribuição em favor das localidades onde há o consumo, que, em geral, é onde o cidadão demanda serviços públicos. Então, nós vamos repartir... E, obviamente, esses estados e esses municípios vão ampliar a autonomia tributária deles em relação ao quadro que é hoje. Então, na prática, você vai ter: a arrecadação vindo para onde está o cidadão; e, para a grande maioria dos estados e dos municípios, principalmente dos municípios, um aumento de receitas e um aumento de autonomia de tributar a base de consumo na sua localidade.

A pergunta era complexa...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Era complexa.

O SR. RODRIGO OCTÁVIO ORAIR – ... não era tão simples assim. Mas eu me coloco à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pergunta complexa, resposta complexa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, o último é o Olavo, de São Paulo.

O Olavo... Eu não vou nem colocar para a resposta de nenhum dos debatedores, porque ele defende aqui uma série de fatores e defende o imposto único, o que foge ao objeto aqui do nosso debate, não é?

Muito bem, gente! Então, nós concluímos.

Vou deixar aqui um tempinho para qualquer um dos nossos debatedores que queira fazer algum comentário final, que gostaria de apresentar. Fica a critério de cada um, com um tempo de dois, três minutos, fazer as suas considerações finais, caso deseje. Aquele que desejar pode ligar o seu microfone e falar.

O SR. JOÃO BATISTA FERREIRA DORNELLAS (*Fora do microfone.*) – Posso começar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pode, Dr. João Batista.

O SR. JOÃO BATISTA FERREIRA DORNELLAS (Para expor.) – Senador, muito obrigado outra vez. Agradeço à CCJ pelo convite. Muito bom, realmente, este debate, como eu disse, um debate democrático.

Eu só queria chamar a atenção, para a gente concluir aqui, de uma coisa que é importante, porque a gente trabalha com isso e pesquisa o tempo todo: viver neste planeta, Senador, é um constante combate pelo alimento, não é? Pelo alimento, tribos se tornam inimigas; pelo alimento, pela terra mais fértil para produzir alimento, países invadem outros e querem tomar um naco daquele estado, não é? E até mesmo quando a gente pensa que "Ah, eu não tenho problema, não tem ninguém combatendo comigo pelo alimento, eu estou conseguindo comprar...", na nossa casa, nós temos. "Ah, mas eu sou solteiro, não é?" Tem também, tem também. Mesmo se você morar sozinho, você tem um combate pelo alimento.

O exemplo é muito simples: se você comprar um tomate, por exemplo, e deixar na sua mesa – "Ah, vou comer daqui a dois ou três dias" –, tem algumas coisinhas lá que vão tentar comer antes de você. As bactérias, os fungos vão tentar comer, porque eles também precisam se alimentar para viver. E, quando eles comem, quando eles tocam o tomate, que, nesse caso, é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exemplo, o que acontece? Apodrece, e a gente perde essa corrida contra as bactérias, contra os fungos.

Quando eu falei que a indústria de alimentos não trabalha com ultraprocessamento, que nós trabalhamos com processamento de alimentos, o que o processamento faz é estender a vida útil dessa matéria-prima – desse tomate nesse caso – através de outros produtos que a gente oferta para o consumidor, dando uma vantagem competitiva ao ser humano contra as bactérias, contra os fungos, contra...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO BATISTA FERREIRA DORNELLAS – ... aqueles que também estão brigando pelo alimento.

Então, por exemplo, se você tem um tomate que vai se perder, você tem um molho de tomate, um extrato de tomate, que, infelizmente, são considerados ultraprocessados e que, infelizmente, não estão na cesta básica por esse conceito, mas que são uma vantagem competitiva que o processamento de alimentos dá para o consumidor, uma vantagem, inclusive, no preço.

No ano passado, que foi um ano que chamou muito a nossa atenção, em São Paulo, onde a gente tem uma equipe econômica grande, nós fizemos o acompanhamento do preço do tomate. No ano passado, variou de R$4,80 até R$27,80 o preço do tomate. O preço do molho de tomate variou entre R$2,70 a R$3,60. Então, até uma vantagem competitiva para o consumidor.

Outro ponto, Senador, que foi comentado aqui: algumas políticas públicas tentam proibir, tentam punir esse alimento chamado de ultraprocessado, dificultando o acesso do consumidor. Isso, inclusive, está causando um problema até para as doações de alimentos – até para as doações de alimentos! A indústria está com dificuldade para doar, por exemplo, cereal matinal, para doar um requeijão, para doar um biscoito, porque são considerados ultraprocessados.

Na tragédia que foi vivida pelo povo do Rio Grande do Sul, por exemplo, isso ficou claro para todo mundo, porque o primeiro pedido que foi colocado foi para enviar cestas básicas, e foram enviadas cestas básicas. Chegando lá, o consumidor disse: "Olha, nós estamos sem energia, estamos sem fogão, estamos com água até a metade da parede, nós não conseguimos fazer... Dá para mandar produto que se possa consumir?". Ora, esses produtos são considerados, são chamados de ultraprocessados. Mas, mesmo assim, a indústria fez doações. Nós doamos mais de 1,2 milhão de quilos de alimentos para o Rio Grande do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós entendemos, Senador, que os estudos – e este é um grande problema que nós temos –, os estudos todos, que foram citados aqui, que tratam de acusar o alimento ultraprocessado, infelizmente, nenhum deles demonstra causalidade. E, dentro da metodologia científica, você tem duas coisas diferentes: uma coisa é causalidade, ou seja, eu como isso, eu tenho esse problema; eu como aquilo... Eu faço isso, eu tenho esse problema. O que os estudos demonstram é uma correlação. Correlação é muito menor, do ponto de vista metodológico, do que causalidade. Correlação você pode fazer com qualquer coisa, não é? Um exemplo tonto, por exemplo, que não é correto: o consumo de sorvete se dá no verão e, no verão, também aumentam os casos de queimadura da pele, não é? Mas o consumo de sorvete não é o causador da queimadura da pele. Uma pessoa que interprete mal poderia causar isso, porque as duas correlações estão ali presentes. Realmente, aumenta o número de queimaduras e aumenta o consumo de sorvetes, mas um não é causa do outro. Então, causalidade é o ponto principal com o qual a gente deveria tomar cuidado para poder mostrar que um produto seja bom ou seja ruim.

Quiséramos – quiséramos! – fosse tão fácil definir que um produto faz mal para população ou faz bem para população do jeito que se mostra ultimamente. E, por isso mesmo – não é por outro motivo –, dentro dessa cesta do que se chama de ultraprocessado, existem 5.700 produtos, porque é mais fácil dizer: "Ah, essa categoria causa problema". O que nós gostaríamos de dizer seria o seguinte: esse produto aqui causa problema? Esse produto específico causa algum problema? Até hoje, não tem nenhum estudo que demonstre isso.

E quero terminar dizendo, Senador: nós, da indústria de alimentos brasileira, somos a favor do aumento do consumo das frutas, das hortaliças, das verduras, das castanhas, sem a menor dúvida! Isso deveria ser a base da alimentação de todo mundo. Só que pedir aumento de impostos para os produtos industrializados... Chame-se como quiser. Na verdade, são produtos industrializados chamados de ultraprocessados ou não. Pedir aumento de impostos não vai fazer o outro produto natural ou *in natura* ficar mais barato; só vai fazer com que a alimentação do brasileiro fique um pouco mais cara. Então, uma coisa não tem nenhuma compensação pela outra. Se você aumenta o produto industrializado, a fruta não vai ficar mais barata por esse motivo.

Senador, muito obrigado, mais uma vez, pela oportunidade de participar com os senhores aqui.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Mais alguns dos debatedores?

Pois não, Dr. Luiz Claudio...

Eu acho que a Patrícia está coçando as mãos aqui para responder. (*Risos.*)

O SR. LUIZ CLAUDIO CARVALHO (Para expor.) – Muito rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Vamos lá, Dr. Luiz Claudio. Depois, o Dr. Gustavo.

O SR. LUIZ CLAUDIO CARVALHO – Eu gostaria só de ressaltar uma correlação ou uma comparação.

A Dra. Patrícia, de forma muito contundente e muito clara também, mostrou o decreto e a portaria do MDS, mostrando quais são os alimentos que o Governo Federal entende, que o Poder Executivo entende, e lá constam as carnes bovina, de aves, suína e peixe. Portanto, o próprio Governo, por meio do seu Ministério de Desenvolvimento Social, já inclui as carnes na cesta básica, E eu acho que a gente tem que ressaltar isso para que se mantenha a coerência de uma posição que o próprio Governo Federal traz, para que o Ministério da Fazenda, que corretamente pensa nas questões financeiras, no equilíbrio financeiro do país, atente para isso.

E, aí, eu queria colocar um segundo ponto, que eu não falei na primeira, citando a questão de um tipo de carne específico, que são os embutidos, basicamente a salsicha, que é tida como um alimento de baixa qualidade nutricional, mas é ela que a população brasileira consome. A carne *in natura* é ótima, mas ela se deteriora com muita rapidez, como o Dornellas nos colocou, A salsicha e a linguiça são aquelas que a população tem condições de acessar.

Então, não queremos que ela esteja na cesta básica, porque acho que, aí, a gente tem que manter uma coerência, mas que ela esteja na redução de 60%. Não é cabível – e, aí, nós vamos falar de números, de economês –, não é cabível que a população brasileira pague 26,5% de CBS e de IBS sobre a salsicha e sobre a linguiça.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ CLAUDIO CARVALHO – Então, eu coloco isso e concluo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado! Agradeço.

Foi um prazer conhecê-lo pessoalmente, bem como o Senador Eduardo Braga também.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Obrigado.

Dr. Gustavo, por favor.

O SR. GUSTAVO BEDUSCHI (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Na mesma linha que os meus antecessores, eu acho que a gente tem que pensar bem quando coloca essas pontuações. Na minha explanação, eu me restringi à questão do que era presumido, mas tem ali alguns pontos que merecem atenção.

Eu acho – e o Donnellas vai se lembrar muito bem disto – que mais efetivas do que essa questão de uma taxação foram as campanhas – não é, Dornellas? – que fizemos de redução de açúcar e sódio. Por acordos com o Ministério da Saúde, por meio da Anvisa, é que as indústrias reduziram a quantidade de açúcar e sal nos alimentos. E a gente faz isso de maneira estudada, organizada e isso tem um efeito muito mais efetivo do que a questão de uma taxação, como o Donnellas mostrou, dando o exemplo de outros países.

Então, isto que já foi feito – a indústria de alimentos já reduziu muito a quantidade de sódio e açúcar nos alimentos – tem que ser trabalhado. Até porque, quando a gente fala, por exemplo, dos ditos ultraprocessados, o que... Vou citar o exemplo de uma categoria do nosso setor, que é o setor de laticínios. Quando se fala: "Ah, o leite condensado...". O que é o leite condensado? É leite e açúcar. Os dois estão na cesta básica inclusive. Quando você fala creme de leite, é um creme que é quase... É o mesmo processamento... É só um pouquinho... É uma derivação do processamento de uma manteiga inclusive, ou da nata, do Rio Grande do Sul do Perondi.

Então, é disso que nós estamos falando. Quando se fala em bebidas lácteas, tem o açúcar? Tem, mas o que você pôs? Você pegou quase um processador do iogurte e colocou soro de leite. Soro de leite que, hoje em dia, quando você fala com a população, eles falam que é ruim, mas, quando você fala que é *whey*, usando o termo em inglês, é bom. Então, é uma questão do entendimento básico que nós temos que ter disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, só para fechar, eu concordo plenamente com o Donnellas, porque não existe alimento perfeito. É impossível um alimento ser perfeito! A questão é uma dieta, que vai ter que ser completa, casada com...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO BEDUSCHI – ... atividade física, sono etc. Isso que é importante para a gente ter, não é?

Vejamos, por exemplo, a questão da população francesa, que tem um enorme consumo de iogurtes etc., com sabores, adoçados etc., queijos, carnes, e é uma população considerada com uma boa... Ou que não tem uma alta taxa de obesidade nem de sobrepeso.

Obrigado, mais uma vez, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito. (*Pausa.*)

Deixe-me...

Eu posso seguir uma ordem aqui?

Dra. Patrícia, por favor.

Depois da Patrícia, vem o Dr. Ricardo Furtado; depois, por último, o senhor, Dr. Rodrigo.

A SRA. PATRÍCIA GENTIL (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Bom, eu acho que, de fato, esse é um tema, para nós, bastante complexo, porque nós vimos essa discussão sobre os alimentos ultraprocessados a partir de lentes diferentes.

Vou falar que nem o Rodrigo: eu estou aqui representando o Governo e estou numa pasta de desenvolvimento social que olha para a questão do cidadão, para a população brasileira. E, para nós, estão muito claras e muito evidentes quais são as recomendações-chave que estão colocadas hoje para uma dieta saudável, para a promoção da alimentação saudável para a população brasileira, em função de um conjunto de evidências que existe.

As evidências científicas relacionadas, hoje, ao aumento do consumo de alimentos ultraprocessados são absolutamente categóricas. A gente está falando de ensaios clínicos, estamos falando de revisões, de metanálise; não estamos falando de correlação entre dois entre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dois desfechos. Então, a gente está falando de evidências científicas bastante robustas, e não é à toa que essa discussão já está nos marcos conceituais dos organismos internacionais, como a FAO, como a OMS.

Mas eu entendo que o olhar do setor da indústria é uma lente diferente da nossa, e eu acho que este espaço é um espaço que nos oportuniza ter esta discussão democrática.

Bom, o que eu queria deixar claro é que o que está em jogo aqui hoje e o que está claro aqui hoje é que a gente tem uma cesta de produtos que vão compor a cesta básica, que tem uma alíquota diferenciada, seja a alíquota zero ou a alíquota reduzida de 60%, e que a gente não pode colocar todos os alimentos dentro desse cesto, não é? A gente tem que fazer escolhas, e essas escolhas são baseadas em alguns critérios. Acho que nós temos um critério que já foi falado aqui. O Rodrigo trouxe os critérios que a Fazenda trouxe. E a gente tem que ser coerente com esses critérios.

Então, para mim, não faz o menor sentido a gente escolher alimentos aleatórios, como salsicha, que é um alimento ultraprocessado, de baixo valor nutricional, que não é um alimento saudável, isso é claro, todo mundo sabe, incomparável com as carnes, não tenho nem dúvida em relação a isso, em detrimento, por exemplo, de uma castanha, que é um alimento da sociobio, que é produzido no Brasil, que é fruto do extrativismo. Então nós estamos falando nesse nível de escolha. E eu acho que eu coloco, eu deixo aqui...

Bom, e aí, tem vários, não é? Iogurte está na cesta básica, um alimento consumido, saudável; mas os compostos lácteos não, porque são alimentos ultraprocessados, feitos à base de soro, que, às vezes, nem leite têm. Têm açúcar, têm aditivo, só não têm leite, apesar de lá ser um composto lácteo.

Então é disso que a gente está falando, de escolhas. E os critérios têm que ser critérios coerentes com o que a gente propõe para a população brasileira. Então queria deixar esse recado aqui para o Senador. Já minhas palavras finalmente.

Bom, eu poderia listar vários, não é? Massas alimentícias, salsicha, biscoito, salgadinho, enfim, tudo isso está no campo de alimentos ultraprocessados, que, para nós, tem, sim, uma relação muito forte com a questão da obesidade e das doenças crônicas, inclusive tem até, hoje, estudos que mostram o efeito, o potencial dos alimentos ultraprocessados em relação à emissão dos gases de efeito estufa, às pegadas de carbono, em função de todo o movimento que esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alimentos têm em relação à embalagem, enfim. Podemos até avançar nessa discussão, se fosse o caso, mas não é o caso aqui.

Então, queria desejar muita boa sorte. Acho que está no início esse processo das audiências públicas. Colocamo-nos, mais uma vez, à disposição para trazer aqui a mensagem, que é a mensagem hoje que o Governo vem organizando e com a qual vem tentando criar as oportunidades para que a população brasileira tenha acesso, mais acesso e consiga ter mais oferta de alimentos mais saudáveis, para que todo mundo tenha acesso a esse consumo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, Dra. Patrícia. Muito bem.

Bem, aqui nós temos o Dr. Ricardo, que está remoto. Ele deseja falar. Nós pensamos que esta audiência seria mais curta, mas você vê, já estamos com três horas e meia aqui. Você viu aí como é que é o negócio? Uma coisa puxa a outra, e termina ficando interessante, não é? Então, Dr. Ricardo, com a palavra; e por fim, Dr. Rodrigo, para fazer o fechamento.

Dr. Ricardo.

O SR. RICARDO FURTADO (*Por videoconferência.*) – Senador Confúcio, em nome da confederação, eu quero agradecer, mais uma vez, ao senhor por estarmos nesta tribuna, falando sobre a reforma tributária.

E, pegando um gancho da fala do Dr. Rodrigo, da Fazenda, em que ele diz que a reforma tributária vem para equilibrar o consumo no país, fazer com que as diferenças entre os mais pobres e os mais ricos sejam menores, aqui eu quero enfatizar a educação nesse sentido novamente. A educação é primordial para o crescimento do nosso país, para o desenvolvimento da nação e para proporcionar vida digna, com qualidade a todos os brasileiros, que podem ter acesso a uma educação de qualidade.

Felizmente ou infelizmente, aí eu não vou entrar nessa tese de direito, a educação, no nosso país, é considerada como consumo. E, como consumo, nós estamos chamando a atenção para como a educação privada poderá sofrer com impactos que a reforma tributária está desenhando. E, com isso, nós poderemos ter um aumento de tributação na atividade, aprofundando mais ainda as desigualdades no setor educacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu peço a esta Comissão, peço ao Senado que avaliem bem os pontos que nós apresentamos sobre as locações de bens móveis e imóveis, as exceções que deveriam ser feitas às instituições de ensino. Peço a esta Comissão que veja a questão das atividades secundárias para as instituições filantrópicas e sem fins de lucro, que também passarão a ser tributadas e certamente ferirão a condição de oferta do ensino à sociedade.

Também peço que seja vista com carinho a questão das operações não onerosas para as instituições de ensino que ofertam bolsas de estudos de 100% até 10%, até 5%. Essas bolsas passarão a ser tributadas, por serem consideradas operações não onerosas, de acordo com o mercado. E a gente não sabe nem qual o parâmetro que será considerado para essa tributação.

Então, eu peço, Senador, uma vez que a educação é consumo no nosso país, que esta Comissão veja todas as frentes que possam atingir a educação privada e aprofundar, mais ainda, o fosso do conhecimento, da sabedoria entre o pobre e o rico. Na realidade, a educação privada, que vem em auxílio ao Estado na formação do ser humano, na formação da personalidade do ser humano, deveria ser prestigiada, deveria ser elevada aos píncaros de toda e qualquer reforma, como a gente vê na Europa e nos países de fora, até com as isenções de tributos, e não está sendo, nesse caso, prestigiada. Mas mantendo a neutralidade dos impostos, eu acho que o fosso não aumentaria mais.

Então, eu peço, Senador, que esta Comissão veja com carinho esses pontos que nós levantamos na nossa fala, e que nós possamos realmente ajudar com que o Brasil venha não só a se desenvolver econômica e financeiramente, mas fazer com que o seu povo seja desenvolvido, porque não basta só dar comida; nós temos que dar educação para que eles tenham um trabalho e uma vida de qualidade.

Mais uma vez, eu agradeço ao senhor a oportunidade de estarmos nesta audiência pública. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Ricardo Furtado.

Eu tenho certeza de que o Senador Eduardo Braga está ouvindo o senhor. Ele está com um problema de saúde, mas ele, com certeza, ouviu V. Exa. E, se não ouviu, tem a equipe dele que está aqui, dentro na nossa reunião, anotando todos esses pontos referidos e justificados, conforme V. Exa. acabou de explicar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para fazer o fechamento mesmo da nossa audiência pública, eu concedo a palavra ao Dr. Rodrigo... (*Pausa.*)

Ao Dr. Rodrigo Orair.

Desculpe-me, Dr. Rodrigo.

O SR. RODRIGO OCTÁVIO ORAIR (Para expor.) – Senador, quero agradecer, falando não só em meu nome, mas também em nome de toda a Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária, e nos colocar à disposição para prover subsídios técnicos da tomada de decisão pelos Parlamentares.

Faço um esclarecimento que eu acho importante. Primeiro, para todos e quaisquer Parlamentares, equipes técnicas, equipe do Relator, nós estamos aqui à disposição para prestar esclarecimentos técnicos e fornecer subsídios técnicos. Não estamos no papel de propor nada; propor tirar isso ou colocar aquilo não é o nosso papel.

A emenda constitucional foi iniciativa do Congresso. Nós trabalhamos conjuntamente entre os entes no sentido de construir um anteprojeto de lei, que se transformou num projeto de lei e que foi encaminhado para o Congresso, que tinha ali uma sugestão inicial, por exemplo, no caso da cesta básica, baseada em critérios objetivos que nós adotamos: saudabilidade, consumo majoritariamente dos mais pobres e coisas que já estão beneficiadas hoje. É uma lista inicial. Quem tem a decisão soberana são os Parlamentares, o nosso papel é dar subsídios técnicos, como, por exemplo, estimação de impacto fiscal, estimação de impacto distributivo de quaisquer mudanças, de quaisquer alterações que quaisquer Parlamentares queiram fazer. Então, o nosso grande compromisso é esse, seja com a equipe do Relator, seja com qualquer equipe técnica dentro aqui do Senado.

Uma outra coisa que também vai nessa linha de dar subsídios técnicos... Ninguém é perfeito e sempre um projeto pode ter melhorias, claro, e nos colocamos também à disposição para receber quaisquer setores, quaisquer grupos, quaisquer representantes da sociedade civil para discutir melhorias técnicas que podem ser feitas. O nosso compromisso é que essas melhorias sejam encaminhadas para a equipe do Relator, que é quem tem a decisão de apresentar o relatório, e também para quem tem a decisão soberana como representantes da população, os Parlamentares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero colocar aqui à disposição toda a equipe da Sert nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Eu vim para esta Presidência substituindo, por impedimento justificado, o Senador Eduardo Braga, mas eu confesso para vocês que eu nunca aprendi tanto. (*Risos.*)

Foi maravilhoso ouvir V. Exas., cada qual com o seu conhecimento profundo. Saio daqui bem mais fortalecido, dá para eu discutir também aí pelas esquinas. (*Risos.*)

Muito obrigado a V. Exas.

Não tendo nada mais a tratar, só quero agradecer todas as presenças honradas. Muito obrigado.

Está encerrada a nossa audiência pública.

Muito agradecido. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 34 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 38ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e dois minuto do dia doze de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho e Augusta Brito, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Weverton, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Alan Rick, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Jayme Campos, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Jorge Kajuru, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Flávio Bolsonaro, Eduardo Gomes, Esperidião Amin, Mecias de Jesus e Hamilton Mourão, e ainda do Senador Wilder Morais, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Marcio Bittar, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Omar Aziz, Otto Alencar, Eliziane Gama, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Beto Martins, Magno Malta, Marcos Rogério e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento PLP 68/2024, de autoria Câmara dos Deputados. **Finalidade:** Destinada a instruir o Projeto de Lei Complementar n° 68, de 2024, que "Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências". Do Plano de Trabalho: "Em função da importância do segmento e da repercussão da reforma sobre o setor da saúde, dedicamos uma audiência específica para tratarmos desse tema". **Participantes:** Sr. Bruno Toledo Checchia, Advogado (representante de: Dyogo Oliveira, Diretor-Presidente da CNSeg); Sr. Sergio Mena Barreto, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Farmácias e Drogaria (ABRAFARMA); Sr. Jarbas Antonio de Biagi, Diretor-Presidente da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP); Sr. Nelson Mussolini, Presidente Executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma); Sr. Abrão Dib, Presidente da Associação Nacional de Apoio às Pessoas com Deficiência (ANAPcD); Sr. João Caetano Muzzi Filho, Advogado e Consultor Tributário (representante de: Omar Abujamra Júnior, Diretor-Presidente da UNIMED do Brasil); Sr. Emerson Casali Almeida, Assessor Parlamentar da ACAD Brasil (representante de: Ailton Mendes, Presidente da Associação Brasileira de Academias (ACAD Brasil)); Sr. Cleudes Freitas, Presidente da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (UNIDAS); Sr. Renato Guilherme Machado Nunes, Advogado (representante de: Mirocles Campos Veras Neto, Presidente da Confederação das Santas Casas e Hosp. Filantrópicos (CMB)); Sr. Augusto Silveira de Carvalho, Presidente da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (ANABB); e Sr. Tiago de Moraes Vicente, Presidente-Executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Biossimilares (Pró-Genéricos). Usam da palavra o Deputado Federal Luiz Carlos Hauly (Podemos/PR); o Sr. Felipe Dias Carvalho (ABIMED); a Sra. Ambra Nobre Sinkoc (Abióptica); e a Sra. Carmen Sylvia Borges Tibério (APAPREVI). Resultado: Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Augusta Brito
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Senador Efraim Filho
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Senador Eduardo Braga
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia. Bom dia a todos.

Inicialmente, cumprimento a nossa Senadora Augusta, que vai dar o prazer à nossa Comissão de poder presidir esta sessão temática do dia de hoje.

Declaro aberta a nossa sessão, extraordinária, da Comissão de Constituição e Justiça da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se a realizar a quarta audiência pública para instruir o projeto que regulamenta a reforma tributária, o Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), o Imposto Seletivo (IS), e dá outras providências.

Do plano de trabalho oferecido pelo Relator, em função da importância do seguimento e da repercussão da reforma sobre o setor de saúde, dedicamos uma audiência específica para tratarmos desse tema.

A presente reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e Srs. Senadores e dos convidados por sistema de videoconferência para exposição e debate. Será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo pelo Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Eu, antes de convidar os convidados à mesa, vou passar a Presidência para a Senadora Augusta, a fim de que ela possa já comandar os trabalhos, justificando desde já que, em função da semana passada, em que tivemos o P20, ou seja, o Grupo Parlamentar do G20, o Congresso Nacional, por razões de segurança, teve que fechar as suas atividades para poder promover esse importante encontro parlamentar, que precede o encontro dos Executivos dos governos na semana que vem – a partir deste final de semana, inclusive, iniciando –, e isso provocou que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tivéssemos que acumular audiências públicas, inclusive duas no dia de hoje, uma pela manhã e outra pela tarde.

Eu agora tenho que relatar uma matéria na CAE, terei que ir à CAE, à nossa Comissão de Assuntos Econômicos, e às 11h a nossa bancada do Amazonas terá uma audiência com o Presidente da República, com o Prefeito eleito de Manaus e com alguns Prefeitos do interior.

Portanto, por essa razão, eu não poderei estar presente, mas a Presidência está superbem nas mãos da nossa Senadora Augusta. Ela conduzirá o debate do dia de hoje e, assim que eu concluir a agenda, eu volto para participar na condição de Relator da reunião presidida pela Senadora Augusta.

Eu passo à Senadora Augusta a Presidência dos trabalhos para que ela possa compor a Mesa.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Bom dia. Bom dia a todos e a todas que aqui estão.

Já aqui registro a presença, a abertura aqui dessa nossa audiência pública, do nosso Senador Eduardo Braga, que tem que se ausentar, mas vai ficar tudo registrado. Tudo que for debatido e discutido aqui a gente especialmente vai ter um cuidado em repassar também a ele, que é o Relator da reforma tributária e que é realmente quem vai se debruçar sobre tudo que foi discutido aqui nesta audiência pública.

Dando continuidade, eu gostaria de chamar já aqui os convidados para se sentarem à na nossa mesa. Como são muitos convidados, não vão caber todos aqui. A gente vai ficar intercalando.

Então, vou chamar o Sr. Bruno Toledo, que é o Advogado representante do Sr. Dyogo Oliveira, que poderá vir até aqui também. Já pode vir aqui à mesa.

O Sr. Jarbas Antônio, Diretor-Presidente da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. Sergio Mena Barreto, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Farmácias e Drogarias. Seja bem-vindo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada.

O Sr. Abrão, que é o Presidente da Associação Nacional de Apoio às Pessoas com Deficiência.

O Sr. João Caetano, Advogado e Consultor Tributário representante do Sr. Omar, Diretor da Unimed do Brasil.

Ainda... Não cabe mais, não é? Pronto. Então, em sequência, a gente vai convidando, vai dando aqui um tempo para que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Bom dia, seja bem-vindo.

Vamos aqui estabelecer um tempo para que nossos convidados possam aqui trazer a sua apresentação, a sua reivindicação e, logo em seguida, a gente desfaz a mesa e convida os próximos a virem até aqui para fazer a mesma apresentação.

Então, quero começar aqui pelo Sr. Bruno, que já está aqui sentado. Se tiver alguma apresentação que já foi passada aqui à Comissão, a gente pede que seja botada aqui no telão para que a gente possa assistir.

No mais, todos e todas sejam bem-vindos. À assessoria, muito obrigada. Vamos fazer uma audiência pública muito produtiva para que a gente possa construir aqui sugestões que ainda possam ser implementadas dentro da reforma tributária.

Vamos começar, Sr. Bruno.

O SR. BRUNO TOLEDO CHECCHIA (Para expor.) – Primeiramente, bom dia a todos os presentes, a quem cumprimento na pessoa da Senadora Augusta Brito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a gentileza do convite desta Comissão e do Presidente da CNSeg, Dr. Dyogo Oliveira, para participar, para expor um pouco dos pontos do setor de planos de saúde em relação à reforma tributária. Estou aqui falando em nome da CNSeg, da Confederação Nacional das Seguradoras, mas, tendo em vista o tópico desta audiência pública, a questão dos serviços de saúde, minha fala se resumirá aos pleitos do setor de planos de saúde.

Antes de iniciar, passo aqui só alguns dados relevantes sobre o setor.

Pode passar o eslaide, por gentileza.

Hoje o setor de plano de saúde privado atende 51,4 milhões de beneficiários na questão da assistência médico-hospitalar e, além disso, 34,1 milhões de beneficiários na assistência exclusivamente odontológica. Isso representa um acesso à saúde para 25% da população. Para se ter uma ideia, foram quase 2 bilhões de procedimentos de saúde em 2023. Isso considerando consultas, exames e internações.

Por que eu trago isso? Porque o setor de planos de saúde é essencial para garantir o direito à saúde à população. Então, quando a gente fala do setor de planos de saúde, temos que ter uma ótica um pouco diferente em relação à reforma tributária: é um setor que auxilia na redução de despesas governamentais; é um setor que auxilia na redução de despesas com o SUS.

Incentivar o fornecimento de planos de saúde, incentivar a contratação de planos de saúde significa desonerar o SUS – reduzir um pouco do custo da máquina pública e transferi-la para a área privada, para que aqueles que possam arcar com o pagamento de serviços de saúde o façam e desonerem um pouco o SUS. Então, eu peço só para termos um pouco essa percepção quando a gente fala em relação à desoneração dos planos de saúde na reforma tributária e em relação a esse impacto nos custos da administração pública.

Falando um pouquinho do histórico e de avanços no tratamento do setor na reforma tributária, eu acho que o setor teve, sim, o reconhecimento pela Câmara, e antes disso até. Na própria apresentação do PLP 68, o Executivo foi muito justo ao reconhecer alguns pleitos do setor, entre os quais, aqui passando rapidamente:

- alíquota uniforme em todo o território nacional e reduzida em 60% – isso vai trazer muito mais simplicidade no tratamento do sistema –;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- a questão do creditamento para os adquirentes de planos de saúde – um ponto que eu vou tratar especificamente e que ainda merece uma melhora, mas já teve uma evolução muito grande em relação ao que veio da Câmara –;

- a formação da base de cálculo com a dedução dos custos assistenciais e das despesas de intermediação.

Então, esses foram avanços obtidos no trâmite do PLP na Câmara dos Deputados e que a gente pede que sejam mantidos agora também, perante o Senado.

Agora são três pontos em que vou tratar possíveis melhorias no PLP, no trâmite no Senado.

Basicamente, eu vou falar da questão dos créditos de adquirentes, da incidência sobre receitas financeiras e das obrigações acessórias.

O primeiro ponto é esse do creditamento a contratantes. Eu acho que vale fazer um histórico aqui do que veio na primeira versão do PLP 68 e do que foi alterado pela Câmara.

O PLP 68 traz uma previsão muito interessante da tributação do que são considerados bens de uso e consumo pessoal, e a ideia, um exemplo que o Secretário Appy sempre traz é, por exemplo, a aquisição de um automóvel. A ideia do IBS e da CBS é sempre tributar na pessoa física. A pessoa física que adquire um bem ou serviço é o efetivo pagador do imposto, o resto se credita. Então, o exemplo que o Appy sempre dá é, por exemplo, um carro. Quando uma pessoa física paga o carro, ele vai contribuir, vai pagar o IBS e a CBS, o valor devido do imposto. Quando uma empresa adquire o carro, a empresa se credita. Então, o Appy sempre explicou que, a partir do momento em que a empresa fornece um carro para um sócio ou fornece um carro para um funcionário sem tributar isso, a gente estaria fugindo da tributação na pessoa física, e, por isso, houve essa previsão de tributação de bens de uso e consumo pessoal que são adquiridos por pessoas jurídicas, mas não seriam pagos pela pessoa física.

Houve um equívoco em relação ao PLP 68, que foi corrigido na Câmara, quando incluía planos de saúde nessa previsão de bens de uso e consumo pessoal. Por quê? Porque, a partir do momento em que você está tributando isso na pessoa física, você está desestimulando a contratação na pessoa jurídica. Torna-se um custo que não gera crédito. Então, a Câmara foi muito bem quando corrigiu dois pontos em relação ao PLP 68: o primeiro, a possibilidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

creditamento de empresas adquirentes de planos de saúde coletivos; e, segundo, a não tributação na pessoa física quando contratados por força de convenção coletiva.

O que a gente sugere em relação ao Senado para aprimorar esse texto? Esse creditamento tem que ser um pouco mais amplo, não apenas limitado à contratação por força de convenção coletiva. A gente sugere, nessa redação da emenda que foi, inclusive, apresentada pelo Senador Eduardo Gomes, que sejam excluídos da regra de bens de uso e consumo pessoal os serviços de assistência à saúde quando decorrerem de acordo coletivo de trabalho ou de qualquer outra circunstância que vincule o empregador. Por exemplo, uma decisão judicial, coisa julgada ou algum outro instrumento. Então, não se limitar apenas à convenção coletiva, porque a gente tem até uma desigualdade entre uma empresa que, por força de convenção coletiva, contrata um plano de saúde e pode se creditar e a outra empresa que, obrigada por força de um acordo coletivo, contrata esse mesmo plano, mas não teria direito ao crédito. Então, esse ajuste na proposta é relevante também, é uma correção importante, e, depois, a gente tem uma outra emenda, a de nº 581, que também traz um método para estimar esse crédito pela sinistralidade média de cada empresa ou de cada setor adquirente do plano de saúde.

O segundo ponto que nós trazemos, como uma proposta de aprimoramento, é a questão da base de cálculo.

Pode passar o eslaide, por gentileza?

O PLP 68 está tratando de tributação do consumo. Regra geral seria a tributação de venda de bens ou de prestação de serviços; mas houve uma ampliação dessa base de cálculo para que se abarcasse quase que toda operação comercial. O PLP 68 é bem preciso ao excluir as receitas financeiras dessa sujeição ao IBS e à CBS. Isso vem no art. 7º, excluindo as receitas financeiras dessa tributação. Mas há uma ressalva em relação às receitas financeiras que decorrerem de serviços financeiros, o que sequer é o caso de planos de saúde. Então, para planos de saúde, assim como para seguros, para previdência, existe uma previsão de tributação de receitas financeiras.

Apesar das críticas que a gente tem em relação à incidência sobre essas receitas, um outro ponto de aprimoramento que trazemos ao PLP 68 é que, pelo menos, essas receitas tributáveis sejam exclusivamente em relação àquelas que decorrem da contraprestação paga nos planos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saúde. Ou seja, a gente está sugerindo a inclusão do §7º, que estabelece que somente vai integrar a base de cálculo do IBS e da CBS para a tributação de serviços de plano de saúde aquela alocação de recursos oriundos do recebimento de prêmios e contraprestações pagas pelos contratantes.

Então, a gente está limitando, a proposta é para se limitar um pouco quais seriam essas receitas financeiras efetivamente tributadas pelo IBS e pela CBS quando se trata de serviços de planos de saúde.

E, por fim, já encerrando aqui a minha fala, um último ponto que a gente sugere é em relação a obrigações acessórias do setor de planos de saúde.

Hoje o art. 232 já estabelece uma série de informações que devem ser prestadas pelas operadoras de planos de saúde para auxiliar justamente na fiscalização em relação aos beneficiários desses planos. Então, já é previsto que os planos de saúde informem a identidade das pessoas físicas beneficiárias, os titulares, os valores dos prêmios e os valores das contraprestações devidos por cada um. O problema é que essa redação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNO TOLEDO CHECCHIA – ... traz um "no mínimo" que gera certa insegurança para as operadoras de planos de saúde. Primeiro, porque quem vai estabelecer esse mínimo? Ele vem depois pelo fiscal? Ele vem depois numa regulamentação? Traz bastante insegurança esse texto muito aberto e essa possibilidade de estabelecimento de outras obrigações acessórias fora do PLP 68.

Por isso, o que a gente propõe para o art. 232 é a exclusão dessa expressão "no mínimo" para que o art. 232 traga as informações que necessariamente devem ser prestadas pelas operadoras de planos de saúde, garantindo uma maior segurança em relação a quais são essas obrigações acessórias desses contribuintes.

Então, são essas as três sugestões bem pontuais que nós fazemos em relação a esse regime específico.

Agradeço novamente a gentileza do convite e fico à disposição para qualquer esclarecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Bruno, só por... Eu anotei aqui duas sugestões.

A primeira, eu perdi o artigo... Se tem algum documento já entregue ao próprio Relator, à Comissão?

O SR. BRUNO TOLEDO CHECCHIA – Já foram entregues documentos ao Relator e à Comissão e tem...

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Só do primeiro, para anotar, porque depois eu posso dar uma olhada.

O SR. BRUNO TOLEDO CHECCHIA – A Emenda 579 do Senador Eduardo Gomes.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pronto!

Eu botei o nome dele e não botei... (*Risos.*)

O SR. BRUNO TOLEDO CHECCHIA – Sem problemas.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Todas essas mudanças estão dentro da emenda dele?

O SR. BRUNO TOLEDO CHECCHIA – Não, são três...

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – As outras emendas.

O SR. BRUNO TOLEDO CHECCHIA – Então, vamos lá, a 584 e a 580, também do Senador Eduardo Gomes, e a 575, também do Senador Eduardo Gomes. Ele apresentou as três emendas do setor.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Só para depois dar uma olhadinha.

O SR. BRUNO TOLEDO CHECCHIA – Perfeito.

Obrigado, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada também.

Agora, dando continuidade, nós temos uma participação aqui de forma virtual que a gente vai chamar. É o Sr. Sergio Mena Barreto, que pediu para antecipar um pouco a fala dele porque ele está com dificuldade de acompanhar até o final.

Então, peço aqui licença aos que estão presentes e vou passar para que ele possa fazer sua apresentação de forma virtual. E depois a gente volta, novamente, para os que estão aqui, está bom? (*Pausa.*)

Então, pode já botar o Sr. Sergio Mena Barreto.

O SR. SERGIO MENA BARRETO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Olá, bom dia.

Bom dia, Sra. Senadora Augusta Brito.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Bom dia.

O SR. SERGIO MENA BARRETO (*Por videoconferência.*) – Eu não me vejo.

Eu estou em Nova York, numa missão técnica aqui.

Então, estou no hotel, mas fiz questão de participar.

Bom, eu represento a Abrafarma (Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias).

A gente tem, no Brasil, Senadora, demais Senadores, 92 mil farmácias, e somente as maiores redes que são associadas à Abrafarma fazem mais de 1,1 bilhão de atendimentos por ano. É como se o Brasil passasse quatro vezes nas nossas farmácias todos os anos.

Uma cena muito comum na farmácia – e isso já tem muitos anos, é uma cena muito perversa – é: o paciente chega com uma prescrição médica, naquela prescrição tem quatro itens, e o paciente não tem recurso para comprar todas as prescrições. Nós somos um dos poucos países do mundo – talvez somente na América Latina seja assim; talvez, não: somente na América Latina é assim – em que o cidadão paga o medicamento do próprio bolso e, inclusive, ele paga mais, ele gasta mais do que o próprio Estado com o medicamento. Esse cidadão pega uma receita, tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quatro itens, e ele, quando sabe o valor dos quatro itens, após todos os descontos que as indústrias farmacêuticas concedem e tal, faz uma pergunta matadora: "Qual desses medicamentos faz passar a minha dor? Eu não tenho condição de comprar os quatro".

A gente vive com essa situação e convive com essa situação no balcão das farmácias faz muitos anos. O Brasil, infelizmente, é o campeão de impostos em medicamentos, no global, e a gente convive com... É uma iniquidade, na verdade, isso que acontece, porque medicamentos já deviam ser considerados, há muito tempo, bens essenciais, porque mudam a vida das pessoas, porque podem salvar as pessoas, não é? O medicamento, se bem utilizado, vai dar longevidade às pessoas.

No Brasil, a gente tem 700 mil pessoas que morrem, por ano, de AVC e problemas cardíacos, o que a Sociedade Brasileira de Cardiologia considera como doenças, mortes evitáveis. Por que são mortes evitáveis? Essas 700 mil pessoas não deveriam morrer todos os anos; elas morrem porque elas não cuidam das doenças de base – diabetes, hipertensão... – por um problema de acesso, e um dos fatores de problema de acesso é justamente a carga tributária nossa, que é muito alta. E daí, para ser bem objetivo, a gente vê, na reforma tributária, agora, na regulamentação da reforma tributária, a possibilidade de resolver essa iniquidade.

A reforma, o texto aprovado na Câmara e no Senado já apontou que medicamento tem que estar na menor alíquota possível, já apontou um redutor de 60% de isenção, de redução de base de cálculo, na verdade; ou seja, o imposto que for, a gente vai pagar 60% menos. Mas, na verdade, o ideal seria que a gente tivesse ido para a isenção total. O ideal seria que a gente não mais sobretaxasse os medicamentos, porque essa é a única possibilidade do cidadão brasileiro de viver mais; de viver com qualidade de vida; de evitar mortes evitáveis; de, inclusive, reduzir o custo para a própria sociedade, não é? Custa muito para a sociedade brasileira não ter o cidadão coberto com os medicamentos, com a assistência farmacêutica, como acontece em toda a Europa, nos Estados Unidos, no Canadá, na Austrália e em muitos países que eu poderia citar.

Nessa linha, nós temos duas emendas, de dois Senadores.

A Emenda 34, do Exmo. Senador Eduardo Gomes, vai na linha de ter uma alíquota zero para todo e qualquer medicamento tarjado. O medicamento tarjado, Senadores, é aquele medicamento que não pode ser adiado: é o medicamento de uso crônico, é justamente o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medicamento para diabetes, hipertensão, para o coração, para problemas de colesterol e tantos outros; então, o ideal seria que nós tivéssemos a alíquota zero. A Emenda 34, do Senador Eduardo Gomes, vai nessa linha da alíquota zero para medicamentos tarjados.

Temos também uma emenda da Senadora Mara Gabrilli, a Emenda 609, que vai na linha da alíquota zero para linhas de cuidado, mantendo o atual entendimento do projeto de lei complementar de 60% de redução para os tarjados e 100% para algumas linhas de cuidado.

A gente gostaria que, nas linhas de cuidado, não tivéssemos listas, não tivéssemos nada que retirasse o acesso às pessoas. Infelizmente, o PLC 68 foi em um caminho de listas, no caso das linhas de cuidado. As linhas de cuidado são aquelas doenças mais graves, farmácia popular, HIV/aids e tudo mais. Então, o nosso apoio e o apoio das farmácias, representando aqui 92 mil farmácias, 1 milhão de trabalhadores e mais de 3,5 bilhões de atendimentos por ano – somente 1 bilhão na nossa associação –, é para que sejam adotadas a Emenda 34, do Senador Eduardo Gomes, para alíquota zero para tarjados, que já cobriria tudo, ou a Emenda 609, da Senadora Mara Gabrilli, para alíquota zero para linhas de cuidado.

Então, eu acho que, com isso, a gente põe o Brasil na linha dos melhores países do mundo, dos países que cuidam da saúde em tempo integral, dos países que consideram efetivamente o medicamento um bem essencial. Isto é o que a gente pode deixar de legado para os nossos filhos e os nossos netos: um Brasil mais justo, mais saudável, em que as pessoas possam viver mais, sem doenças evitáveis, sem mortes evitáveis.

Era isso o que eu gostaria de falar. Agradeço a oportunidade e estou à disposição para qualquer esclarecimento.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada, Sr. Sergio, por ter entrado, mesmo na sua viagem. Anotei também as emendas que foram apresentadas, tanto pelo Eduardo Gomes como pela Mara Gabrilli, a Senadora e o Senador, para que a gente possa também fazer um acompanhamento dessas emendas que foram apresentadas. A nossa assessoria está aqui atenta, anotando, para que a gente possa se debruçar e ver no que a gente pode colaborar para que elas sejam acatadas ou não, mas a gente vai fazer um estudo sobre elas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, dando continuidade, eu queria passar para o Sr. Jarbas, que está na mesa com a gente, e já agradeço. Logo depois, a gente vai chamar mais um convidado que vai se apresentar virtualmente e segue aqui a sequência das pessoas que estão na mesa, está bom?

Então, Sr. Jarbas, pode ficar à vontade.

O SR. JARBAS ANTONIO DE BIAGI (Para expor.) – Bom dia a todos, bom dia a todas!

Gostaria de saudar a Senadora Augusto Brito e também os Deputados e Parlamentares presentes, na pessoa do Deputado Hauly. Agradeço a oportunidade de falarmos sobre o nosso segmento aqui, Senadora, em um marco histórico, porque a reforma tributária se faz necessária, então, nós comungamos dessa opinião de que o país vai ficar melhor com essa reforma tributária em discussão.

O segmento que nós representamos é o segmento dos fundos de pensão, a previdência complementar sem fins lucrativos. Então, na realidade, a Abrapp representa esses fundos de pensão. Aqui nós estamos falando em 250 – a gente chama, juridicamente, de entidades – entidades fechadas de previdência complementar, para grupos de funcionários, de categoria. Estamos falando de 4 milhões de participantes, 8 a 9 milhões de pessoas protegidas.

O modelo previdenciário brasileiro é um modelo que, já com a Emenda Constitucional nº 20, de 1998, traz a previdência privada, a previdência complementar, como um marco histórico da nação.

A Emenda Constitucional nº 103, de 2019, trouxe isso. Todo município que contratar um funcionário, um servidor público, acima do teto, tem que ter uma previdência privada, uma previdência complementar. É um modelo de acumulação, de capitalização de recursos e de investimentos na sociedade, que volta depois em forma de benefícios.

Aqui, muito rapidamente, qual é a nossa natureza jurídica? O que somos? Nós não prestamos serviço ao público em geral. Nós não temos finalidade lucrativa. O que quer dizer? É fundação ou sociedade civil sem fins lucrativos, Senadora, senhores e senhoras. Toda rentabilidade retorna para o participante, retorna para as pessoas, porque durante a fase laboral ele faz um sacrifício, ele acumula essas contribuições, e eu fico como titular desse recurso somente para investir. Toda atividade nossa é custeada exclusivamente pelos participantes. Então, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realidade, garante um benefício para ele, não é? É para garantir o benefício lá, na longevidade, na invalidez, na doença e na morte. É o caráter social nosso.

Nós não temos caráter comercial, nem empresarial. Nós não emitimos nota fiscal. A nossa relação legal com o participante é simplesmente gestão de recursos para pagar o benefício. É isso que a gente pode fazer, de acordo com a Lei Complementar nº 109, de 2001.

A próxima, por favor.

Aqui nós temos a solidariedade e a ausência da finalidade lucrativa ou empresarial. Ou seja, os participantes são solidários num modelo de condomínio.

As despesas, também, aqui, através de rateio anual. Então, há um custeio aqui para a manutenção da entidade.

E, também, eventual cobrança de tributos impacta diretamente na redução de benefícios de aposentadoria e pensão.

Observe, Sras. e Srs. Senadores, que, aqui, essa contribuição, seria, mudando o que precisa ser mudado, como se fosse a contribuição para a Previdência Social. O cidadão tira uma parcela do seu recurso, o servidor público, o colaborador, o empregado, o advogado, os entes associativos, e acumula esse recurso para, no momento da melhor idade, da terceira idade, ou mesmo para beneficiar os seus beneficiários, receber isso de volta. Nós não temos recursos.

Então, quando falamos – só para simbolizar aqui, para a gente poder ver isso num sentido figurado –, quando a gente fala que a Previ, que é o maior fundo da América Latina, tem R$250 bilhões, R$260 bilhões de recursos, se todos os participantes tirarem os recursos de lá, hoje, hipoteticamente, a Previ desaparece. Na realidade, ela é uma gestora desses recursos, durante essa fase transitória, para entregar em forma de benefícios, lá na frente, para os participantes ou os seus beneficiários.

Daí que nós estamos aqui na ordem social. Qualquer cobrança de tributo aqui, fora um impacto negativo na economia, reduziria os benefícios, sem dúvida nenhuma, dos participantes. Então seria sacrificar um cidadão que faz um acúmulo de reserva para sua velhice e, na realidade, ele teria uma tributação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso a gente debateu muito na Câmara, conversou aqui, no PLP nº 68.

A próxima para mim, por favor.

Então, na Câmara, com muito apoio, compreensão e até paciência dos Deputados, Senadora, a redação que surgiu foi a do art. 26, §9º:

> Art. 26 .....
> § 9º Não são contribuintes do IBS e da CBS as seguintes pessoas jurídicas sem fins lucrativos, desde que cumpram os mesmos requisitos aplicáveis às instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, para fins da imunidade desses tributos, não podendo apropriar créditos nas suas aquisições:
> .....
> II - entidades de previdência complementar fechada.

A nossa natureza é fechada. Nós não temos finalidade lucrativa. É só para aqueles participantes. Então, inseriu-se aí, no inciso II, essa característica.

A próxima para mim, por favor.

E aqui traz a nossa natureza social, porque realmente nós estamos, Senadora, na ordem social da Constituição. Então, nós compomos a seguridade social. Esse é o nosso papel. É a proteção do indivíduo naqueles momentos de fragilidades.

Então aqui, o disposto na alínea "c" do inciso IV do art. 9º é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:

> I – não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;
> II - aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

A gente investe na economia.

Posso falar mais de cem empresas: Embraer, Vale, Petrobras... Quer dizer, a gente faz o investimento. É o recurso do próprio trabalhador, que depois vai voltar para ele em forma de benefícios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODEMOS - PR) – Títulos do Governo.

O SR. JARBAS ANTONIO DE BIAGI – Títulos do Governo. Temos 12%...

Obrigado, Deputado.

Temos 12% da dívida pública interna. São títulos que nós investimos – está certo?

Então, na realidade, é o recurso do trabalhador sendo acumulado, a poupança interna.

> III - manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

Então, na realidade, Senadora, o que a gente traz aqui é um pleito para se manter o que foi aprovado na Câmara, porque, na realidade, a gente conseguiu, nós conversamos, tivemos a compreensão do Parlamento e estamos, digamos assim, estimulados, animados, porque fomos ouvidos e foi uma oportunidade.

O nosso segmento é um segmento por sua natureza social. Ele paga benefícios desde R$300, R$500, até benefícios de R$20 mil ou R$30 mil, a cada um, àquele que guardou os seus recursos. Então, há acumulação de recursos.

Quero, mais uma vez, agradecer a oportunidade, e o nosso pleito é nesse sentido. É um pleito para a manutenção do que foi aprovado na Câmara.

Muito obrigado.

Obrigado a todos por terem me ouvido.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada, também, Sr. Jarbas. Já ia fazer essa pergunta. É só para manter o que já foi aprovado e que já passou na Câmara dos Deputados e Deputadas.

Então, é um pleito um pouco mais fácil, apesar de achar que as emendas, também, que foram apresentadas até agora, basicamente, são uma mudança redacional. Não vejo ainda grandes problemas, mas não sou a Relatora, sou só a defensora, se achar justo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dando continuidade, vou chamar agora o Sr. Nelson Mussolini, que pediu também para fazer a apresentação de forma virtual por dificuldades de permanecer mais tempo aqui.

A gente vai agora abrir para que ele possa fazer também a sua apresentação.

Pode abrir e botá-lo no painel.

O SR. NELSON MUSSOLINI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senadora Augusta Brito, muito obrigado por esta oportunidade.

Quero agradecer também ao Relator, Senador Eduardo Braga, cumprimentando os Deputados que estão presentes, que são Deputados que estão sempre participando ativamente da reforma tributária, o Deputado Hauly e o Deputado Lippi.

Senadora, eu vim aqui, muito em linha do que já falou o Sergio Mena Barreto, mas nós temos uma preocupação muito grande com a manutenção do nosso sistema de saúde íntegro. Nós precisamos valorizar, efetivamente, o nosso sistema de saúde. Nós temos um dos melhores sistemas do mundo, que é o nosso Sistema Único de Saúde, mas ele necessita, efetivamente, do sistema suplementar.

Se nós transferirmos todo o sistema suplementar para dentro do Sistema Único de Saúde, a gente vai entrar num colapso.

Quando a gente tributa medicamentos, quando a gente tributa equipamentos para saúde, a gente gera, sem dúvida nenhuma, uma sobrecarga sobre o setor privado, que é transferida, automaticamente, quando a pessoa não pode pagar, ao sistema público de saúde, ou Sistema Único de Saúde (SUS).

Então, diferentemente de outros setores que vêm aqui – tenho participado de audiências públicas e tenho ouvido praticamente todas as audiências – pedir uma redução de carga tributária, pedir isenção, pedir menos tributação para o seu setor, para a manutenção de negócios, nós estamos aqui para pedir a isenção de medicamentos e de equipamentos para a saúde, não só para o nosso negócio – muito menos para o nosso negócio! –, mas nós temos um produto que é de necessidade. Quando o médico prescreve um produto, se a pessoa não consegue comprar na farmácia, ela se socorre ao posto de saúde, para ir buscar no posto de saúde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse medicamento. Então, ele inflaciona, vamos dizer, dessa forma, o Sistema Único de Saúde. Ele pressiona o Sistema Único de Saúde.

Então, se não tivermos tributação sobre a saúde, como acontece nos países do mundo que têm sistemas de saúde mais avançados... O nosso sistema de saúde é muito inspirado no sistema inglês de saúde, não é? E, nesse sistema, não há tributação de medicamentos. Na Argentina, nossos vizinhos aqui de baixo, não existe. Nos Estados Unidos e no Canadá, não se tem tributação sobre medicamentos. E no nosso país tem essa tributação, que é uma redução de 60% para os medicamentos, de uma forma geral, e, para as vendas governamentais, uma redução de 100%. Se não transferirmos essa redução de 100% dos medicamentos tarjados para o sistema privado, ele simplesmente irá inflacionar ou pressionar o sistema público, porque, como eu disse, diferentemente de outros bens e serviços que vêm discutir redução para aumentar a sua participação de mercado, nós estamos aqui pedindo redução para tirar o custo, ou melhor, tirar a pressão do Sistema Único de Saúde.

Se nós tivermos um sistema suplementar que ajude as pessoas a pagarem do seu bolso esses medicamentos, é óbvio que eles não vão procurar o Sistema Único de Saúde.

Então, nossa preocupação é com isso. E nós temos três emendas que tratam desse assunto. Duas já foram mencionadas pelo Sergio Mena Barreto, que é a Emenda nº 34 do Senador Eduardo Gomes, e a Emenda nº 609 da Senadora Mara Gabrilli, e, para produtos da saúde, nós temos também a Emenda nº 756, da Mara Gabrilli. A Emenda, da Senadora Mara Gabrilli, de nº 609 trata de linhas de cuidado, não é?

Hoje, nós temos listas, e a Receita Federal do Brasil defende essas listas. Mas estamos aqui falando de futuro; não estamos falando de passado. Eles estão até querendo atualizar as listas. Então, a partir de agora, as listas estariam todas atualizadas, coisa que não acontece desde 2014, para a tributação, mas estamos falando de futuro, e isso não impacta o nosso ajuste fiscal. O futuro ainda não aconteceu, o produto ainda não foi lançado.

Agora, se nós não tratarmos o produto atual como produto que vai ser lançado, lá na frente, da mesma forma, nós vamos criar uma verdadeira concorrência desleal, pela tributação, o que não é bom para o país. A gente vai atrapalhar a inovação, o que é extremamente ruim para o nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que nós pedimos é o seguinte: 100% para todos os medicamentos tarjados e, para os medicamentos, se isso não for possível, que pelo menos tenhamos as listas de cuidados, como o Sergio Mena Barreto já bem colocou, que seriam aquelas listas de que nós estamos falando, de diabéticos, de produtos oncológicos, de produtos para doenças raras, que são extremamente necessários, para os demais produtos de algumas linhas de cuidado que constam na emenda da Senadora Mara Gabrilli, a Emenda 609.

Senadora, eu quero agradecer, e agradecer a todos que estão nos acompanhando nesta data. Nós precisamos realmente ter uma saúde, no nosso país, desonerada. Eu tenho dito isto em todas as oportunidades em que estou presente: onerar a saúde não é um tiro no pé, mas é um tiro na cabeça. A saúde precisa ser desonerada. Com isso, nós vamos ter um país mais saudável, mais produtivo e mais pagador de impostos, porque as pessoas, quando estão produtivas, contribuem para o crescimento do país.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada pela participação, que foi bem entendida aqui. Ampliou só mais uma emenda das que já tinham sido citadas, para que a gente possa também fazer um acompanhamento. A gente quer se debruçar sobre essa questão. Eu sou enfermeira, para quem não sabe, então, essa questão da saúde para mim também é muito importante. Eu defendo muito a questão da saúde, sobretudo a saúde pública e o SUS.

Mas eu queria, dando continuidade já aos nossos convidados que aqui estão na mesa, chamar o Sr. Abrão, que também poderá fazer agora a sua apresentação. Em seguida, o Sr. João Caetano, que aqui está também.

O SR. ABRÃO DIB (Para expor.) – Muito bom dia, Senadora Augusta Brito! Bom dia aos Parlamentares, bom dia a todos que estão, nesta manhã, acompanhando mais esta etapa na Comissão de Comissão e Justiça sobre a questão da reforma tributária.

Vou me apresentar. Meu nome é Abrão Dib e estou Presidente da Associação Nacional de Apoio às Pessoas com Deficiência. Eu sou uma pessoa com deficiência invisível. Eu sou monocular, perdi a visão do olho esquerdo ainda muito jovem, e faço parte de um número de pessoas com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deficiência que sempre cresce, em todo o Brasil e em todo o mundo. Queria muito imaginar que nenhuma família terá em breve uma pessoa com deficiência. Queria muito que nenhuma família tivesse em breve, ou quem não tem que não viesse a ter, uma pessoa com deficiência. Em respeito às pessoas com baixa visão, monoculares ou com deficiência visual que estão acompanhando a transmissão pelo YouTube, eu vou fazer a minha autodescrição. Eu sou um homem de pele clara, pele lisa, barba bem baixinha, grisalha, estou com óculos de hastes finas e lentes transparentes, sobrancelhas grossas e escuras, cabelos escuros penteados para trás. Eu visto uma camisa azul, uma gravata preta e um paletó preto. Ao fundo, há um painel branco. Eu faço parte de uma mesa onde cinco pessoas estão fazendo parte; ao centro, a Senadora Augusta Brito.

Senadora, antes de falarmos de saúde, nós falamos muito sobre prevenção da saúde. Nós temos um número de pessoas com deficiência visual muito grande no Brasil. Aqui presente a Dra. Ambra Nobre Sinkoc, que é Presidente da Abióptica (Associação Brasileira da Indústria Óptica). E eu quero começar fazendo um alerta, chamando a atenção em relação ao custo das lentes oculares e intraoculares para correção das doenças visuais e a cirurgia de catarata, que irão aumentar com a reforma tributária – um problema de saúde pública que atinge 40% da população, além de interferir na educação das crianças.

Hoje, as lentes têm regimes de isenção de ICMS, que devem ser mantidos, com a alíquota diferenciada de 60%. Por isso, nós chamamos a atenção para que as Emendas 39 e 1.544, Senadora, sejam acatadas ao relatório final. É uma questão de alerta, de prevenção à deficiência visual feita pela Associação Brasileira da Indústria Óptica.

Nós temos, portanto, 8,9% da população com deficiências motoras, sensoriais, intelectuais, isto em todo o Brasil.

Pode passar, por favor.

Quando a gente vai... Nós vamos falar um pouco mais sobre a questão do transporte público, o direito de ir e vir.

Muitas pessoas gostariam de estar aqui hoje, algumas cadeirantes, mas o que eu digo? "Não vá!" O entorno do Senado Federal não permite que um cadeirante chegue ao Senado Federal. Vocês perceberam como é ao redor do Senado Federal, da Câmara dos Deputados? Como é que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um tetraplégico vai chegar aqui com transporte público, se não for um carro particular? E é disso que nós vamos falar hoje.

Então, nós temos, infelizmente, a falta do investimento em transporte público, a dificuldade de mobilidade, com a flexibilidade de horários, sem dependências de terceiros, de ônibus; nós precisamos fazer, promover a inclusão social, a melhora na qualidade de vida. Quanto ao direito de ir e vir, o carro faz isso para muitas famílias. Quem é do interior, de cidade pequena, sabe que, se a pessoa, para sair de sua cidade para fazer um tratamento em uma outra cidade, não tiver um carro, o transporte público não leva. Se leva, não traz.

Acho que é muito claro para todo mundo que falta acessibilidade nas estruturas urbanas. Eu queria muito ter municípios aí com investimento em acessibilidade, mas falta muito. E o que acontece? A pessoa, hoje, deixa de comprar uma cadeira de rodas adequada para si para ter um carro na garagem. Em vez de comprar uma cadeira de rodas sob medida, ela compra um carro, porque ela precisa do carro para trabalhar, ela precisa do carro para fazer o tratamento médico, ela precisa do carro para estudar, ela precisa do carro para sobreviver. E é assim com todos, autistas, pessoas com deficiência visual, com deficiência auditiva, sem exceção. Sem exceção.

Pode passar, por favor.

O que é que nós temos hoje na questão da reforma tributária? Nós apontamos, Senadora, quatro itens básicos do que veio da Câmara para cá que são prejudiciais. Se não houver uma alteração no texto no Senado Federal, 95% das pessoas com deficiência vão perder o direito à isenção na aquisição de veículos.

Nós temos a questão do problema do teto, um cálculo matemático que me parece que não foi muito bem elaborado. Se o texto for aprovado do jeito que está, a pessoa pode até pensar em comprar um veículo, mas com um teto de veículos que não tem no mercado. Eu até vou passar para a Senadora uma tabela de valores de veículos que nós levantamos em todo o Brasil. Não existe um veículo hoje a menos de R$70 mil no mercado automobilístico.

Uma outra questão é a exigência de adaptação externa dos veículos – nós vamos falar sobre isso –, o tempo de validade dos laudos e o período para a nova isenção.

Pode passar, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos um teto hoje para quem compra um veículo com isenção de IPI. A pessoa pode comprar o veículo de até R$200 mil e terá a isenção total do IPI. Do ICMS, ela compra até R$70 mil e tem isenção total. De R$70 mil a R$120 mil, ela tem que pagar a tributação proporcional. O texto traz o seguinte: a partir da reforma tributária, se for aprovada do jeito que está, a pessoa compra um carro de até R$70 mil e tem isenção total e, de R$70 mil a R$150 mil, paga o proporcional. Então, o que é R$200 mil no IPI cai para R$70 mil. A isenção total é até R$70 mil. E, pasmem os senhores, esses R$70 mil é um valor que foi criado há 15 anos, dentro do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária). Esse valor nunca foi atualizado nesses 15 anos e, se for atualizar pelos índices oficiais, R$70 mil, que é hoje estabelecido pelo Confaz, seria em torno de R$163 mil. Então, não houve atualização.

A reforma tributária vem com um texto em que nós entendemos que há um retrocesso na questão do valor para a aquisição do veículo. O que nós pedimos, nas emendas apresentadas, é que seja mantido o que está. Não estamos pedindo um a mais ou um a menos. Deixe do jeito que está. Está ruim, mas está bom. É o que a gente fala em relação ao art. 144, §2º, inciso II, sobre a questão do teto.

Nós temos um outro problema, que é o mais grave de todos. Por sinal, eu quero agradecer imensamente à Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária, do Governo Federal, que acenou positivamente para a gente debater isso. Então, o que nós estamos apresentando aqui nós vamos também levar à Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária, assim como nós levamos já ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, à Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

O próximo eslaide, por favor, que é o que mais me preocupa e é o que retira o direito de 95% das pessoas com deficiência.

Os senhores imaginam uma reforma tributária que vai discriminar a pessoa de amputação de perna direita com a de amputação de perna esquerda. O que é que o texto diz hoje? Que somente terá direito à isenção quem comprar um veículo com adaptação externa. O que é adaptação externa? Você compra o veículo, sai da concessionária, você leva e coloca uma adaptação externa: você coloca um pomo no volante, você tira o acelerador e o freio do pé e coloca no volante. É uma adaptação externa, é algo que vai ser colocado no veículo que você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compra. Só terá direito à isenção quem fizer esse tipo de adaptação. Quem não fizer a adaptação não tem direito à isenção.

Tenho dito sempre: a Senadora Mara Gabrilli, que todos conhecem, é uma pessoa com tetraplegia. Ela não dirige o veículo dela. Ela compra o veículo... Se ela quiser comprar um veículo com isenção, ela vai comprar o veículo e alguém vai dirigir o carro dela. Para que é que a Senadora Mara Gabrilli vai fazer uma adaptação no carro se quem vai dirigir não precisa de adaptação? Para que é que uma família de criança com autismo vai comprar um carro para o pai e a mãe dirigir se não precisa de adaptação? Para que é que uma pessoa com deficiência visual vai comprar um carro, vai indicar dois condutores... Esses condutores não precisam de adaptação externa ao veículo. Então, houve um problema nesse texto, houve uma falha. Há uma falta de interpretação correta do que é adaptação externa.

E o que nós pedimos? São 13 emendas aqui no Senado Federal, e essas emendas mudam isso. Isso é o mais grave da reforma tributária, é o que nós chamamos de violência tributária, porque você tirar o direito à isenção de 95% das pessoas com deficiência é algo muito grave, mas nós temos muita fé de que nós vamos conseguir reverter isso, tanto aqui no Senado, quanto com o apoio da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária.

O outro item que nós temos é a validade de laudos. Está-se pedindo que, toda vez que você compre um veículo, você precise apresentar um novo laudo, mas o amputado tem um laudo da deficiência permanente, por que ele vai ter que apresentar de novo um laudo dizendo que ele permanece amputado? Não tem lógica. Não há necessidade disso.

Nós não queremos aqui, em momento algum, passar a mão na cabeça do fraudador. E, por isso, Senadora, nós pedimos que o Senado traga até a Receita Federal a esta Casa para explicar de que maneira eles fazem para identificar aquela que não é uma pessoa com deficiência e compra o veículo com isenção, porque cabe à Receita Federal conceder ou não a isenção. E, se há alguém fraudando, que este alguém pague por isso, o que nós não podemos é culpar um segmento todo por alguns fraudadores.

Então, o laudo, a validade de laudo... Quando a pessoa tem uma deficiência permanente, nós não entendemos que há necessidade de apresentar um outro laudo – temos também emendas nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o último item, o item nº 4 das nossas propostas – pode passar, por favor –, é a questão do tempo em que a pessoa pode ficar com o veículo. Na reforma tributária, as pessoas com deficiência estão inseridas juntamente com os taxistas. A pessoa com deficiência, hoje, se tiver um carro que tem uma pane mecânica por causa da idade do carro, em um dos eixos aqui de Brasília... Vocês imaginem: a pessoa para o carro, ela é cadeirante, o carro deu um problema, como é que ela vai fazer para sair do carro e pegar a cadeira de rodas no porta-malas para sinalizar que o carro está com problema?

A pessoa com deficiência precisa, mais do que todos, ter um carro bom, um carro que não tenha esse problema mecânico, um carro que não quebre. Então, o que nós pedimos é que as pessoas com deficiência possam solicitar uma nova isenção a cada dois anos. Hoje a lei determina três anos, a reforma tributária traz quatro anos, e o que nós pedimos é que sejam dois anos com as nossas emendas, que a cada dois anos as pessoas possam pedir uma nova isenção.

O próximo eslaide, por favor.

Nós temos, portanto, emendas do Senador Romário, são duas emendas do Senador Romário, uma emenda do Senador Flávio Arns, uma do Senador Alessandro Vieira, da Senadora Mara Gabrilli, três emendas da Senadora Damares Alves, uma emenda do Senador Izalci Lucas, que foi o Relator do grupo de trabalho na Comissão de Assuntos Econômicos, uma emenda do Senador Rogério Carvalho, do Senador Jorge Kajuru, do Senador Nelsinho Trad e da Senadora Zenaide Maia. Várias dessas emendas estão, inclusive, no relatório do Senador Izalci Lucas, que finalizou o trabalho dele na Comissão de Assuntos Econômicos.

Portanto, eu trago aqui um apelo, Senadora e Deputados, das pessoas que precisam só ter o direito de ir e vir. Você tirar uma cadeira de rodas de um paraplégico é tão grave quanto você dizer para ele o seguinte: "Olha, você não tem mais isenção na aquisição de veículo". E eu lembro que a isenção não é nenhum benefício; ela é uma contrapartida: o Governo não investe em transporte público com acessibilidade para a pessoa com deficiência; em troca disso, ele concede a isenção. E aí, retirar essa isenção agora, punir a pessoa com deficiência?

Por sinal, hoje o Governo Federal está tratando a questão da redução de gastos, não é? De como, de onde retirar gastos, tal. A pessoa com deficiência já foi punida por isso. Só para os senhores terem uma ideia, a pessoa que precisa comprar uma cadeira de rodas hoje vai ao Banco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Brasil ou ia ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal e fazia um empréstimo, que se chamava Crédito Acessibilidade. Já que o SUS não fornece equipamentos com tecnologia, a pessoa ia, pegava o empréstimo e pagava para ter esse equipamento em casa. O Governo cortou esse Crédito Acessibilidade. Não era nenhum benefício; o Governo emprestava com juros menores, mas até isso já tirou. Desde julho, não tem esse dinheiro mais.

Então, Senadora, nós estamos aqui pedindo para manter aquilo que nós conseguimos, com muito esforço, ter. Nós não queremos nada a mais, nós só queremos manter aquilo que nós conquistamos até hoje.

Quero agradecer imensamente à Sra. Senadora, ao Senador Eduardo Braga, a todos os Deputados que podem nos ajudar. E um apelo para que aprovem essas emendas e troquem, alterem o texto aqui no Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Bem, quero aqui já parabenizá-lo pela apresentação sucinta e muito esclarecedora, não é? Então, parabenizo aqui o Sr. Abrão.

E garanto que tirei a foto, porque são muitas emendas, para que a gente possa também fazer um acompanhamento e ver se a gente pode também contribuir junto com o Relator e junto com todo o Senado.

Queria registrar aqui a presença do Senador que aqui também esteve, o Zequinha, o Senador Efraim e também o Deputado Luiz Carlos, que aqui está, Deputado Federal. Seja bem-vindo. Que bom que está acompanhando esta audiência pública aqui com a gente.

E dando continuidade, eu queria aqui já passar para o Sr. João Caetano, que também vai poder fazer...

Terminando aqui este painel desta mesa, a gente já inicia o da próxima. A gente vai pedir para os convidados, quando ele terminar de falar, se sentarem, podem se sentar na primeira fila, e a gente convida os que estão ali para virem aqui até a mesa, está bom?

O senhor pode...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO CAETANO MUZZI FILHO (Para expor.) – Bom dia, Senadora, na pessoa de quem cumprimento os demais Parlamentares. Um cumprimento especial ao Deputado Hauly, ao Deputado Lippi, precursores da reforma. E o Deputado Lippi é um grande conhecedor do cooperativismo.

Senadora, a minha presença aqui será bastante pontual, mesmo porque o Sistema Unimed comunga em gênero, número e grau com a necessidade da reforma, trazendo o Brasil para um modelo contemporâneo, saindo de um modelo arcaico, cumulativo, regressivo, enfim, trazendo o Brasil para a tributarística mais moderna.

Mas aqui nós estamos falando de regimes especiais. E temos aqui, dentro do modelo Unimed, dois regimes especiais que precisamos entender bem, para fazer a comunhão desses dois regimes. O primeiro regime especial é que o Sistema Unimed é um sistema cooperativista. E o segundo regime especial é que o Sistema Unimed também opera planos de saúde. Portanto, nós estamos nos dois mundos: no mundo das cooperativas e no mundo das operadoras.

Nesta Casa, como também na Câmara dos Deputados, ou seja, no Parlamento brasileiro, foi construído um texto constitucional de absoluta relevância para o cooperativismo, um texto constitucional que reconheceu a não incidência tributária sobre o ato cooperativo num primeiro momento e, num segundo momento, reconheceu que na tônica de um tributo indireto, essa não incidência não eliminaria o crédito das etapas anteriores.

A perspectiva disso, Exma. Senadora, foi entender que, na prática do ato cooperativo, enquanto uma sociedade cooperativa, a cooperativa atua sem fins lucrativos e simplesmente aloca um produto ou um serviço de um cooperado seu. Quem é contribuinte do tributo, nessa prática, é o cooperado, e não a cooperativa. Portanto, não se estava a falar de não pagar tributos, se estava a falar de onde pagar o tributo. E esse foi o texto do art. 156-A da emenda constitucional.

Em relação às operadoras, existiu também uma nova previsão, no §6º, de que as operadoras podiam ter um regime específico de tributação, e, na verdade, esse regime específico de tributação foi um regime muito parecido com o PIS-Cofins atual.

O próximo eslaide, por gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí veio o PLP 68, tentando regulamentar os dois mundos, o mundo do cooperativismo e o mundo das operadoras.

No art. 270, nós temos a não incidência tributária sobre o ato cooperativo. Houve uma pequena inversão nesse particular, porque, na prática, quando a cooperativa atua em prol do seu cooperado ela não pagaria o tributo, porque o contribuinte é ele, mas o PLP optou por tributar na cooperativa e não tributar no cooperado.

O que não poderia acontecer, Exma. Senadora, seria uma tributação dúplice, uma tributação tanto na cooperativa quanto no cooperado, porque eu tiraria esse modelo econômico de qualquer viabilidade econômica e jurídica para poder se sustentar dentro de um mercado competitivo.

Nesse particular, o art. 270 disse que, na relação mantida com o cooperado, não haveria incidência tributária no cooperado, tributando-se na cooperativa; e o art. 229, que tratava das operadoras de plano de saúde, veio tratar especificamente do Sistema Unimed enquanto operadora – enquanto cooperativa, ela está no 270; enquanto operadora, ela está no 229. E eis o nosso ponto nodal: o §3º do 229.

Na verdade, o *caput* do 229 nos diz que nós temos, enquanto modelo de operadora de plano de saúde, uma tributação muito parecida com PIS-Cofins, uma tributação muito parecida com a receita bruta. A não cumulatividade, nesse particular, vai se dar exclusivamente sobre a taxa de administração. Como eu sou uma atividade que faz intermediação, tudo aquilo que entra, eu recebo por conta do meu usuário... E no Sistema Unimed, Senadora, nós estamos falando de quase 21 milhões de usuários no Brasil, atendendo quase 92,5% dos municípios brasileiros – uma capilaridade absurda dentro desse modelo – e 340 cooperativas singulares e centrais.

Então, nesse particular, o que se diz? Diz-se que, enquanto operadora de plano de saúde, eu recebo um recurso por conta e ordem do meu usuário e faço o pagamento por ele. A minha receita é a diferença entre o que eu recebo dele e o que pago por ele. É o que a gente chama de comissão ou taxa de administração, e isso foi, de certa forma, mantido no modelo IVA. As operadoras não têm crédito daquilo que elas deduzem da base, vão ter crédito sobre aquilo que elas vão usar para pagar com a sua taxa de administração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até aí, tudo bem. O nosso problema aqui, Senadora, que fique claro, não é um problema para pedir para pagar menos tributo, para ajustar a tributação de uma forma menos agressiva do que a que existe hoje. O nosso problema aqui é manter a competitividade. E por que isso? O §3º do art. 229: "A dedução estabelecida no inciso I do §1º deste artigo fica reduzida em 50% (cinquenta por cento) na hipótese de valores pagos por cooperativas de saúde a seus associados, caso a operação seja beneficiada pela redução de alíquotas estabelecida no inciso I [...]".

O que o inciso I fala?

Próximo eslaide, por gentileza.

O inciso I diz que toda operadora de plano de saúde vai pegar como base de cálculo, levar como ingresso, os prêmios daquilo que ela vender e as receitas financeiras das reservas técnicas. Pegou isso, ela vai deduzir o quê? Os custos assistenciais, os cancelamentos de prêmios, os serviços de intermediação – ali está o valor que ela repassa para médicos, hospitais, laboratórios, transportes, etc., etc., etc.

O que o art. 229 fez? Falou que se uma Unimed, que é cooperativa, quiser se reconhecer como cooperativa, ela teria que pagar um "pedágio", entre aspas. E qual seria o pedágio? Ela teria que deduzir somente 50% na intermediação daquilo que ela pagasse para o seu cooperado; ou seja, uma operadora comercial, o que paga para o médico, deduz tudo; uma Unimed, por ser cooperativa, se quiser se manter como tal – como se fosse possível ser e querer optar por ser, porque eu já sou – poderia deduzir 50%.

Próximo eslaide, por gentileza.

E aí, a consequência qual seria? Eu opto pelo regime de cooperativa. Eu só deduzo 50% dos honorários. Eu torno a cooperativa Unimed não competitiva com as demais operadoras. Por outro lado, eu não opto pelo regime de cooperativa. Vamos imaginar que eu possa querer ser o que eu sou... Então, eu não quero ser o que eu sou. O que é que eu faço? Eu afasto a minha condição de cooperativa para ter dedução integral. Quando eu fizer isso, eu pago todo o tributo do médico na operadora e o médico paga o mesmo tributo de novo. Eu carrego para ele 27,5% de Imposto de Renda mais 10,6% de IVA. De todo honorário que eu repassar para o meu cooperado, eu carrego quase 48,10% de tributo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo eslaide, por gentileza.

E aqui, Senadora, está o efeito, na prática, dessa distorção. Uma operadora comercial. Aqui se pegou... O modelo Unimed pegou uma base macro, pegou as maiores UNIMEDs e fez uma projeção da conta do IVA. O importante é que a gente ainda tem não tem referências absolutas, porque eu não tenho a cadeia de crédito que eu vou ter ainda. Não temos, vamos dizer assim, os dados abertos para poder saber a cadeia de crédito que a gente vai ter na sua completude. Mas o importante é dizer que as que os três cenários foram trabalhados com a mesma base de dados. Então, se houver alguma distorção, vai afetar automaticamente os três.

Numa operadora comercial, o modelo IVA vai levar a uma tributação de R$22 milhões de IBS/CBS por ano. Por outro lado, do lado de cá do quadro, se eu for uma cooperativa que optar pelo regime de cooperativa para não pagar o tributo duas vezes, tanto na cooperativa quanto no cooperado, o meu tributo vai para R$44 milhões. Eu tenho um aumento da carga tributária de quase o dobro das operadoras comerciais. Por outro lado, se eu quiser ser uma operadora comercial e abdicar do meu regime de cooperativa, eu vou pagar os R$22 milhões, mas o meu cooperado vai pagar R$158 milhões de tributo, Imposto de Renda mais IVA.

Então, qual que é o pleito do cooperativismo Unimed, Senadora? O pleito do cooperativismo Unimed é pagar *ipsis litteris et verbis* o mesmo que uma operadora comercial paga. Nós não queremos vantagem competitiva absolutamente nenhuma; nós queremos igualdade de condição em relação à operadora comercial, nós queremos poder pagar os mesmos R$22 milhões. E o nosso médico cooperado vai continuar pagando o seu Imposto de Renda de R$114 milhões nessa conta, gerando um custo total na cadeia, ou uma receita do Estado na cadeia, de R$136 milhões, ao contrário das operadoras comerciais que, eventualmente, contratam pessoas jurídicas, que vão ter um custo, que vão gerar um tributo na cadeia de R$98 milhões.

Então, o pleito do Sistema Unimed – próximo eslaide, por favor – é um pleito pela supressão da limitação imposta à Unimed, diferentemente das operadoras comerciais. As comerciais podem deduzir 100% do custo assistencial no repasse ao médico, a Unimed só pode deduzir 50%.

Nessa supressão do §3º... E existem dois tipos de emendas, Senadora. São nove emendas que foram apresentadas nesse particular, mas há dois modelos de emenda com o mesmo efeito: uma é pela supressão do §3º – aquela limitação de 50% não existe, portanto eu posso deduzir o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que uma operadora comercial deduz –, a outra é com uma nova redação com o mesmo efeito, dizendo lá: "Em vez de deduzir 50%, podendo deduzir 100%...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO CAETANO MUZZI FILHO – ... das despesas assistenciais".

Próximo, por gentileza.

Já me encaminho para a conclusão. Todo este debate foi discutido na Comissão de Assuntos Econômicos. Na Comissão de Assuntos Econômicos ele foi acatado, através do relatório do Senador Izalci, que sugeriu a Emenda nº 1.304, com a seguinte previsão: "Suprima-se o §3º do art. 229 do projeto".

Portanto, Excelência, o nosso pleito é muito simples. O pleito é a manutenção ou a alteração do §3º do 229, com uma nova redação, ou a sua supressão, com a manutenção do relatório da Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito obrigado, Senadora, pela atenção.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada.

Eu quero só aqui, a título de informação, dizer que, ontem, eu recebi lá no escritório no Estado do Ceará exatamente a representação da Unimed e que, sobre essa retirada, essa supressão do artigo ou essa mudança do artigo, eu já fiz a emenda também. Isso foi ontem. A gente vai apresentar agora a emenda, exatamente para que seja atendido o que lá eu já entendi, ontem, que era justo.

Então, para mim, essa emenda aí já está... Eu inclusive apresentei, vou apresentar, aliás, porque estava sendo concluída, apresentar agora. Mas, sabendo que já tem outra, eu vou apoiar o que já foi no relatório aprovado na CAE.

Só para dizer também que nessa emenda não se trata só da Unimed. Que fique claro que não é só uma questão de um órgão, enfim, de uma entidade, mas são tantos outros também que vão ser beneficiados, ou, então, vai-se manter a justiça aí, porque foi assim que eu entendi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, lá no Ceará, a Unimed de lá fez um trabalho benfeito. Já foi lá, conversou, me convenceu, levou os argumentos, e eu acredito que estão fazendo assim em todos os estados. Então, já tenho essa notícia. Pelo menos, por mim, eu vou defender amplamente que seja mantido o que foi aprovado na CAE. Nesta já tenho total discernimento do que eu quero, porque apresentei uma da mesma forma.

E agora eu quero agradecer aos convidados, pedir que eles possam ficar aqui mais um pouco, porque, no final, quando tiver as outras apresentações – eu vejo que tem muita gente aqui –, eu quero quebrar um pouco o protocolo e ver se alguém tem alguma pergunta específica para os convidados, para que a gente possa aqui nesta audiência pública realmente ouvir o público.

Eu sei que os assessores ficam todos, mas é só...

A gente pode ver... Se tiver alguma pergunta pertinente com que a gente possa contribuir, eu acho que é válido, não é? Essa é uma questão muito séria, muito importante. Eu sei que está sendo amplamente debatida em todas as Comissões, não só na Câmara, aqui no Senado, sobretudo, com essa também organização e, à frente disso, o nosso Senador Eduardo Braga, o nosso Efraim também, que foi Relator na CAE, mas quanto mais a gente puder ampliar, a gente vai fazer isso. E, se eu tiver essa oportunidade de fazer isso aqui como Presidente desta audiência pública hoje, a gente vai fazer.

Agradeço demais aos convidados. Peço só que possam se sentar aqui na primeira fila para que a gente possa construir a próxima mesa. Obrigada a vocês. Muito obrigada.

E agora, já, continuando... (*Pausa.*)

Obrigada, ouviu? Eu vou pegar todas. Tirei uma fotinho para... (*Risos.*)

Achei justa. Inclusive, está aqui – eu não sei o nome da senhora –, ele já até mencionou, porque eu acho que é o que a senhora pediu para poder ser informada aqui, das emendas que tratam sobre as lentes, não é isso? Então, já foi feito o papel aqui que ela tinha pedido, que a gente mencionasse e falasse aqui...

E eu sei que, em relação a isso, pelo que eu entendi, é a Emenda 39 e a 1.534, não é isso? Para poder se acatar o pleito que foi aqui apresentado, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Outras? Não são essas que têm a ver? Depois, pode me passar aqui que eu...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Aquele que já passou, não é? Está ótimo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – É, mas vai que... Eu quero estudar e ver todas que estão aqui para a gente dar uma atenção especial.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Está bom! Obrigada.

E, dando continuidade, agora vamos chamar os próximos convidados a virem aqui à mesa: o Sr. Emerson, que é Assessor Parlamentar da Associação Brasileira de Academias, que veio aqui.

Seja bem-vindo, Sr. Emerson!

O Sr. Renato Guilherme, que também é advogado da Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos.

Seja bem-vindo!

O Sr. Cleudes Freitas, Presidente da Unidas, União Nacional...

Pois não. Seja bem-vindo!

Presidente da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde.

Seja bem-vindo!

Ainda cabe mais um, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Sr. Augusto Silveira de Carvalho, Presidente da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil.

Nós vamos ficar só com um convidado? (*Pausa.*)

É! Já ia pedir para botar, exatamente para ele não ficar sozinho se sentindo excluído, não é? Vamos botar.

Faltou aqui chamar também o nosso último convidado.

Prazer! Seja bem-vindo!

O Sr. Tiago de Moraes Vicente, Presidente Executivo da PróGenéricos, Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos e Biossimilares.

Seja bem-vindo também!

Assim, a gente contempla todos os convidados aqui na mesa.

Só quero fazer um lamento: não teve nenhuma mulher convidada, não é? Que bom que também temos homens, mas seria importante a gente também, nesses espaços, sempre garantir uma representatividade de mulheres. É só um registro bem particular meu.

Mas, assim, não tirando o brilho desta audiência pública, já quero aqui convidar o Sr. Emerson, que também vai poder fazer agora a sua apresentação.

O SR. EMERSON CASALI ALMEIDA (Para expor.) – Bom dia, Senadora Augusta Brito. Na sua pessoa, gostaria de cumprimentar aqui os demais membros da mesa, os demais participantes.

Eu queria, Senadora, fazer uma referência especial aqui ao Deputado Luiz Carlos Hauly, agradecendo por todo o trabalho. É um guerreiro, um vencedor. O Deputado Lippi é um quadro muito qualificado da Câmara, aqui também presente.

Nesses agradecimentos, aqui em nome do Presidente da Acad, Ailton Mendes, eu diria, Senadora, que foi uma sorte divina estar sendo presidida aqui esta mesa por uma mulher – registro o Senador Efraim também, um grande nome do Senado – e que entende de saúde. Não é por acaso que esta é uma mesa de saúde com uma pessoa que já foi gestora pública na área

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de saúde, que também tinha questões de saúde, uma profissional de saúde. Então, para nós, das academias, acaba sendo uma sorte grande poder falar aqui, Senadora.

Quero agradecer também ao Senador Izalci, na CAE, pelo trabalho realizado contemplando o setor, e aqui, principalmente, ao Senador Relator Eduardo Braga, à equipe dele, muito competente – Valéria, Daniela, Tatiana, Diala, à equipe da CCJ, enfim.

Senadora, tem dois focos muito rápidos do que a gente acredita que a reforma precisa melhorar nessa apresentação. O primeiro ponto é que eu poderia aqui dizer que a academia é importante para a saúde – e vou dizer –, mas quem diz isso é o Ministério da Saúde. A Ministra Nísia fez uma nota técnica em que ela defende políticas fiscais, políticas tributárias para fortalecer, para facilitar o acesso às academias, porque isso é muito importante para a saúde. É o que pensa o ministério, é o que pensa a OMS, é o que pensa o mundo, tá?

Então, aqui, Senadora, não só a gente está olhando a importância de reduzir tributação em medicamentos, em tratamentos e tudo, mas a gente tem que olhar também na parte de prevenção, tá? Então, esse é o espírito.

Poderia, por favor...?

Eu não vou entrar em detalhe dos números, mas, em resumo, a população está, em média, envelhecendo, a população está engordando, está mais obesa, e a população está muito sedentária, especialmente os jovens. Então, a gente tem um desafio muito grande de ampliar a quantidade de brasileiros nas academias de ginástica, fazendo atividades físicas.

Vou falar dos benefícios das academias: em relação à questão da saúde, a gente vê todos os dias nos jornais, são muitos os benefícios. Está ali a importância de investir nessa questão. São muitos os benefícios diretos, são muitos ganhos na própria produtividade e, principalmente, aqui, também, na saúde mental. Então, uma coisa que já está muito clara, Senadora, é que a atividade física tem tudo a ver com a atenção primária à saúde, com a parte de prevenção, e isso impacta diretamente o sistema de saúde.

Próximo eslaide, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora, o impacto no sistema de saúde, no Brasil – em números da Deloitte, um estudo mundial –, é de R$28,5 bilhões por ano por conta da inatividade física, tá? Então, o impacto é muito grande. Do outro lado, sobre a produtividade do trabalhador, são 163 milhões de dias de trabalho perdidos por conta de inatividade física, tanto presenteísmo quanto absenteísmo. Então a gente está falando que, por falta de atividade física, o Brasil perde, só por dias de trabalho, R$56 bilhões por ano.

Senadora, as doenças crônicas não transmissíveis são um problema seríssimo. Isso está explodindo no mundo, e um fator de risco modificável é justamente a atividade física; a gente consegue, isso é possível de modificar. O Brasil, segundo o Ministério da Saúde, perde 700 mil pessoas por ano por doenças crônicas não transmissíveis. Hoje, o mundo inteiro está enxergando isso, essa questão de como é estratégico estimular a atividade de condicionamento físico. E está ali: diversos países praticam, cada vez mais países praticam alíquota reduzida de IVA para justamente estimular essa atividade física.

Aí vem aquela questão: mas quem faz academia é rico? Não. Olhem só: 92,5% da nossa população é classe C, D ou E – 92,5%. O grande público de academia está na classe C e D. Hoje, tem muita mensalidade de R$80, R$90; se você aumenta R$10, você tira 1 milhão de pessoas. Então, a sensibilidade a preço... A senhora sabe, no Ceará, o que são R$80; se passa para R$90, o sujeito deixa de ir para a academia. Então, a gente tem um desafio grande aí.

Falando bem sinteticamente, as academias estão contempladas pela reforma na emenda constitucional, porque as atividades esportivas têm 60% de desconto, mas, quando chegou na regulamentação, o PLP trouxe os clubes de futebol com desconto, mas as atividades de condicionamento físico, não; então, isso vai representar um aumento de imposto. O grande desafio aqui é trazer para o PLP o que está no espírito da reforma, ou seja, encaixar as atividades esportivas, as atividades de condicionamento físico.

Aqui, é um ponto que acaba sendo um ponto mais técnico, mas muito importante: a reforma prevê 30% de redução para os serviços de profissionais especializados – então, aqui a gente tem o profissional de educação física, que tem conselho profissional, tem tudo isso. Então, pelo texto da reforma, teria 30% de desconto. Só que o que aconteceu? O PLP trouxe um conjunto de restrições. Isso daqui foi uma contribuição do Senado, mas o PLP que está regulamentando trouxe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tanta restrição que ele invalida isto daqui, que é o próximo eslaide; ou seja, para ter 30% de desconto, surgiram um monte de requisitos, assim, na nossa visão, até inconstitucionais, que impedem que diversas profissões consigam estruturar empresas com 30% de desconto.

Gente, isso daqui é praticamente um entulho que vem do ISS, da parte de sociedades uniprofissionais, que gera uma insegurança enorme. Isso daqui gera um contencioso muito grande e foi trazido para a reforma, mas isso não faz sentido. E para as academias de ginástica isso daqui não se adapta, assim como não se adapta para vários setores. Talvez para a parte da OAB dê para cumprir todos os requisitos, porque tem lei própria, mas para os outros setores é um monte de problema.

E aí isso fere completamente a neutralidade da reforma. E o que é que fere a neutralidade? Senador, imagine três academias em que uma está no Simples e paga 8,5% de imposto; a outra, de repente, consegue se encaixar nesses 30% e paga 18,5%; e uma academia normal paga 26,5%. Agora, Deputado Lippi, como competir com 26,5% contra 8%? É impossível, tá? É impossível.

Então, o que vai acontecer aqui é que o PLP, nessa questão das academias, inviabiliza as academias que não estão no Simples, seja a com 30% de redução, que vai ficar numa insegurança, porque não é o sócio que faz a atividade, vai ter um monte de problema; seja a outra, que vai ficar com 26% e não tem como competir.

Moral da história: o que acontece com a empresa do Simples? Ela não pode crescer, se ela crescer está morta, não é? Aí o sujeito abre uma outra empresa do Simples no nome da mãe; a outra, no nome da irmã; e por aí vai, porque não pode... vai ter problema. E se crescer muito a arrecadação, como é o consumidor, aí ele não emite nota fiscal, ele não emite, não declara, porque não pode crescer de jeito nenhum.

Moral da história, isso daqui gera uma distorção tão significativa, tão absurda, e aí vai... o desinvestimento. Hoje, se investe muito, são muitos fundos de investimento investindo nesse setor, não é? E aí a gente vai ter um desinvestimento nas atividades de condicionamento físico.

Indo para o final, Senadora – são dois eslaides só a mais –, esse daqui é o que a gente pleiteou, ou seja, dentro dos que tem 60%, inserir aquele "prestação de serviços de atividades de condicionamento físico".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa foi uma emenda que dez Senadores apresentaram também com o mesmo espírito. Então, permita-me citar aqui o Senador Irajá, Senador Jader Barbalho, Senador Veneziano, Senador Giordano, Senador Plínio Valério, Senadora Damares, Senador Hamilton Mourão, Senador Luiz Carlos Heinze, Senador Izalci Lucas e Senador Ciro Nogueira. Todos entenderam que faz sentido, que é estratégico para o país, nessa parte de saúde, conceder 60% de redução.

E, para concluir, qual é o impacto disso? A gente fez um estudo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EMERSON CASALI ALMEIDA – ... dentro do possível, esse não é um estudo fácil de ser feito, não é? Às vezes, não é nem possível, mas você consegue estimar mais ou menos qual é o impacto. Se se reduzir a alíquota em 60%, a alíquota geral vai subir 0,01%. É bem pouquinho, mas pode se questionar: 0,01% aqui, 0,01% ali, isso daí tem algum impacto.

Mas, só para gente comparar, na parte de tratamento e medicamentos – em que eu acho muito justo que tenha esse tratamento diferenciado, isenção – certamente a gente está falando de impacto na casa de 1% na alíquota. Então, é cem vezes menos, para gente tratar o que é justo, que é a prevenção e estimular a atividade física.

Diante disso eu agradeço a oportunidade, Senadora. Realmente é uma felicidade estar com a senhora, que entende de saúde, entende de gestão pública e sabe o quanto tudo isso impacta aqui para o país.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu quero também já parabenizar a apresentação e dizer...

Qual é o número da emenda que foi apresentada por vários Senadores? Se souber... É só para eu... Eu posso pesquisar depois aqui também.

O SR. EMERSON CASALI ALMEIDA – Eu encaminho para a senhora. São dez, e tem a Emenda 833, que é para limpar o problema dos 30%. Essa atinge vários setores que vão ter problema com 30%. Mas tem as outras...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu sei da grande importância realmente do exercício físico, até porque eu também faço. Eu pratico até para a minha... Eu digo que realmente é uma coisa que muda a minha cabeça, a minha mente.

O SR. EMERSON CASALI ALMEIDA (*Fora do microfone*.) – É físico e mental.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Não é só para o corpo, não é só para o físico, é mental também. Então, eu vou também pegar essa emenda, olhar e ver como é que a gente pode também contribuir. Vou ver se esse impacto, já que você está dizendo que é muito pequeno, realmente pode ser acatado.

Mas eu queria aqui registrar novamente aqui a presença do nosso Senador, que aqui está, Efraim Filho, que tão bem relatou, estudou, e está profundamente aqui por dentro da reforma tributária, sempre atento, participando das audiências públicas. Quero parabenizá-lo pelo trabalho que vem fazendo.

Convido aqui para fazer a sua fala o Sr. Cleudes Freitas, Presidente da Unidas, que foi convidado aqui também pelo nosso Senador, e poderá fazer uso da sua palavra e fazer a sua apresentação agora.

Sr. Cleudes, já tem a palavra.

O SR. CLEUDES FREITAS (Para expor.) – Bom dia a todos. Primeiro quero agradecer à Senadora Augusta pelo convite. Para nós é uma honra estar aqui representando a Unidas, entidade que congrega todas as autogestões. Quero saudar o Senador Efraim Filho. Para nós é uma honra recebermos o convite para estar aqui presente para defender também os interesses das autogestões. O Senador Efraim é um grande defensor das autogestões. A gente agradece muito o seu empenho e a sua dedicação à causa das autogestões, que nada mais é do que assistência à saúde aos trabalhadores e às trabalhadoras brasileiras. Esse é o melhor desafio que nós temos pela frente. Quero saudar o Deputado Hauly, o Deputado Vitor, os demais Deputados e Senadores.

E aí eu faço aqui a nossa apresentação, mostrando quem é a Unidas. A Unidas é a entidade que congrega as autogestões em saúde. Nós temos hoje mais de 110 filiadas, todas elas de serviço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

público ou serviço privado, associações – aí estão todas. Inclusive temos a honra de ter a entidade da caixa de assistência do Senado como nossa filiada, com mais de 16 mil vidas. O Senado hoje faz parte também de uma autogestão, isso é fundamental para nós.

E o que a gente vem aqui falar com os senhores hoje é pedir a manutenção da proposta que foi feita na Câmara dos Deputados, em que a gente reconhece a importância das autogestões, a importância do papel social que as autogestões têm na defesa do trabalhador brasileiro. Então, o que nós pedimos é exatamente o que foi incluído no art. 26, §9º, do PLP 68, em que foram classificadas as autogestões como não contribuintes do ICMS.

Nós sabemos que a reforma tributária é um grande avanço para o país. Eu sou da área fiscal, tenho 37 anos como auditor fiscal do Estado da Bahia, com muita honra e orgulho, e sabemos hoje da importância dessa reforma para toda a economia brasileira, principalmente para o empresariado, que vai poder agora, Senadora, pagar um imposto com mais tranquilidade e menos burocracia, acima de tudo menos burocracia.

Hoje, um dos custos maiores que as empresas têm é para pagar o imposto, é o custo administrativo de pagar o imposto, e isso está sendo feito, Senador, com o grande avanço que é o PLP 68. Para todos nós da área fiscal, isto é um alívio, poder ter essa certeza.

Aí eu posso saudar aqui também o Vice-Presidente da Febrafite e o Presidente da AAFIT e do Sindifisco aqui do Distrito Federal, nosso amigo Rubens Roriz, que também sabe muito bem o que é o desafio do trabalho do fiscal com a burocracia que tem hoje. Nós temos certeza de que isso vai evoluir muito, principalmente na questão da não cumulatividade.

Então, o que nós estamos pedindo, Senadores e Senadoras, é a manutenção desse dispositivo.

O que são as autogestões? Tem três tipos de autogestões. Nas autogestões de RH, o sistema de saúde funciona dentro da própria empresa. Nós temos como exemplo a Caixa Econômica Federal, que funciona no modelo de RH. Temos também as empresas de pessoas jurídicas, as entidades, que são feitas com caixas de assistências.

Nós temos outros exemplos, como a Cassi, que é do Banco do Brasil, uma afiliada que tem 80 anos de assistência à saúde dos funcionários do Banco do Brasil; nós temos também os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Correios, através do Postal Saúde. Gostaria também de saudar o Presidente Eli Júnior, que está presente na Casa e que também cuida de milhares de famílias de carteiros. E só através desse modelo é que se consegue hoje pagar e manter a assistência à saúde dessas pessoas, desses trabalhadores e de suas famílias.

E, por último, temos as associações. É a união das entidades através de associações, que é o caso nosso do Fisco. Então, nós nos reunimos e criamos as nossas entidades, as nossas instituições e damos à nossa família também esse benefício. E aí um grande desafio nosso é manter um custo adequado diante da realidade do trabalhador brasileiro.

Então, hoje, no Fisco do Ceará, também tem uma caixa de assistência, que é a Cafaz, com excelentes serviços que presta lá; na Paraíba, nós temos, Senador Efraim, a Afrafep, que também presta um excelente trabalho; na Bahia, eu estou lá na Bahia e faço parte do Fisco da Bahia, nós temos também a nossa entidade; e, em breve, nós teremos uma entidade também de plano de saúde aqui no Distrito Federal. O Presidente Rubens já está envidando esforços nesse sentido.

Então, o que estamos querendo é tirar um pouco do serviço do SUS e que a sociedade mesmo promova essa ação.

Por favor.

Aí a gente mostra a questão da evolução da faixa etária.

As autogestões é que têm o maior número de idosos. Hoje 30% da nossa população é idosa. Percebam, em 2001 e 2023, como são as pirâmides da autogestão. Então, isso aí demonstra... E, hoje, as autogestões acabam sendo um modelo para o futuro dos outros planos de saúde, porque esse cenário de 2023 será o cenário de todas as operadoras em 2035, em 2040. E, no nosso, será bem maior essa curva.

Então, isso é fundamental para o sistema do governo também ter esses idosos sendo cuidados pela iniciativa privada, tirando todo o ônus por parte do SUS.

Por favor.

E aí a gente mostra para os senhores e para a Sra. Senadora o quadro hoje de beneficiários: 51,4 milhões de brasileiros são assistidos pela saúde suplementar. A autogestão tem 4 milhões de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

beneficiários. A Unidas tem um pouco mais de 4 milhões, porque temos filiadas que não são registradas na ANS; a exemplo do Senado, que não tem registro na ANS por ser entidade de direito público. Então, só tem registro na ANS as entidades de direito privado.

Então, hoje nós temos que 8% da população pertence às autogestões, e a receita representa 10%.

Por favor.

Agora o que chama atenção é isto aqui: as despesas são 11%. Então, isso por quê? Porque tem um maior número de idosos, é o idoso que afere o maior custo, requer uma maior assistência, e a autogestão hoje tem uma *expertise* muito grande na promoção e prevenção da saúde. As autogestões trabalham muito forte no acompanhamento dos seus beneficiários, principalmente dos mais idosos, acima de 80 anos, porque o número que nós temos também é muito grande.

Com isso, você tendo aí 10% do total da receita de saúde suplementar e 11% da despesa, vai dar o quê? Uma sinistralidade de 95%. Senador Efraim, para cada R$100 de mensalidade que o plano de saúde recebe, R$95 são gastos na assistência à saúde, ficando apenas 5% para o custo administrativo. Temos alguns modelos de custeio dentro da saúde suplementar nosso da autogestão que ainda é um orçamento mais apertado, porque está vinculado ao salário do trabalhador. Então, o trabalhador paga uma parte, e o empregador paga outra parte; e o orçamento está apertado, e o custo assistencial cada dia que passa está aumentando mais. Hoje a gente não pode ter mais nenhum acréscimo nas nossas contas em razão dos altos custos que nós já temos. Então, esse é um quadro importante.

Aí é o dispositivo. O que nós pedimos aqui, Senadora, é apenas que os senhores e as senhoras mantenham o que a Câmara dos Deputados alterou para nós, e fez justiça, tanto para a saúde suplementar como para as previdências fechadas. Isso para nós é fundamental, e o que a gente pede aqui é o apoio da Senadora e do Senador Efraim, com quem nós já temos conversado muito – e já temos o referendo dele, ele já fez uma emenda apoiando a nossa proposta, e nós agradecemos ao Senador Efraim por isso. Pedimos que mantenham a nossa proposta de manter as autogestões como entes não contribuintes do ICMS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com o pessoal da Sert trabalhamos muito forte. O Presidente Rodrigo, da Febrafite, nos ajudou muito na redação junto lá, na Câmara dos Deputados, buscando uma melhor técnica e uma melhor forma para excluir as autogestões e a previdência privada do modelo de contribuinte do IBS e da CBS. O que a gente pede aos senhores e às senhoras é a manutenção dessa condição. Não é nenhum privilégio o que estamos pedindo, é apenas uma questão de justiça pelo grande serviço que as autogestões prestam ao Governo brasileiro, ao povo brasileiro, aos trabalhadores e trabalhadoras.

Por favor.

E aí já falamos sobre a Unidas, que já tem essa questão, e a gente pede a questão de continuar como não contribuinte do IBS e do CBS. Essa é a questão mais forte para nós, para pedir aos senhores. Já tivemos a questão de pedidos sobre isso também. E eu acredito que é uma questão de justiça a questão de os trabalhadores criarem... As autogestões foram criadas por trabalhadores e empresas abnegadas e que queriam dar sempre a melhor assistência aos seus trabalhadores, aos seus empregados e à família deles. Nós conseguimos fazer isso e hoje vivenciamos aí empresas como a Cassi, com 80 anos de existência. O serviço dos Correios tem muitos anos também de serviços prestados na área de saúde. Todas as nossas entidades têm muitos anos. A minha tem 33 anos já, o Fisco da Bahia, prestando esse serviço.

E a gente entra no processo. E outra coisa: o trabalhador faz parte da gestão. É o único modelo de assistência à saúde em que o trabalhador faz parte da gestão. Ele avalia, ele discute, vê a questão de custo, busca as melhores assistências e sempre os melhores serviços para os seus colegas trabalhadores.

De novo, a questão da isonomia, a questão tributária.

Pode passar, para eu não me alongar nisso aí.

Aqui também a questão dos encargos, também já falamos sobre isso, que só vai onerar mais ainda o custo.

Por favor, pode passar.

Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí fico à disposição da Senadora, dos Senadores e de todos os demais, à disposição para mais esclarecimentos, colocamo-nos à disposição. E, mais uma vez, a gente reitera a importância de que o Senado possa manter essa proposta que veio da Casa da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado e ficamos aqui à disposição, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada ao Sr. Cleudes.

Já quero aqui dizer que a essa questão da manutenção tenho certeza de que o Senador Efraim – a quem eu já quero aqui passar, em seguida, a palavra, para que ele possa também falar sobre isso – já está bem atento e acompanhando, para que permaneça aqui da forma como está sendo, que veio da Câmara, que seja com a apresentação da emenda do nobre Senador.

Então eu quero aqui passar a palavra agora para ele, que pediu, porque ele atentamente está acompanhando e quer fazer sua contribuição agora nesta audiência pública.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para discursar.) – Minha cara Presidente em exercício, Senadora Augusta, é uma grande alegria participar desta reunião presidida por V. Exa. Saúdo a toda a mesa presente e a anterior, que já teve a oportunidade de participar desta reunião no dia de hoje.

A CCJ tem se destacado por tentar fazer esse fórum de ouvir, de poder receber contribuições. Eu acho que essas audiências públicas são gestos de uma porta aberta, de uma mão estendida, para que a gente possa receber contribuições e tentar aperfeiçoar o texto.

A linha aqui não é fazer um texto dentro de uma sala, com uma mente brilhante, que ele saia pronto e preparado. Esse texto é construído com a *expertise* e a experiência de diversos setores produtivos: indústria, comércio, serviços, agro. E aqui, particularmente, especialmente o setor de saúde.

É um setor que dialoga, Augusta – e você conhece bem de perto essa realidade –, com a vida real das pessoas, não é? Você não está ali falando do empresário, da equação matemática, econômica, não. Ela interfere na vida das pessoas e tem contribuído muito com o governo. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cleudes... E aí, na pessoa do Cleudes, saúdo também o Vice-Presidente da Unidas, Eli, que é gestor do Postal Saúde e que está aqui.

A autogestão consegue entregar ao cidadão um produto com um preço absolutamente compatível com a sua realidade. Ela consegue entregar ao governo uma alternativa de redução de custos, porque se esse cliente não optou pelo SUS, mas tem condição de ter um plano de saúde num valor menor e compatível com seu orçamento, também é uma economia que está sendo feita, ou seja, a autogestão é um jogo de ganha-ganha. Ela é boa para o governo, ela é boa para o cidadão contribuinte e ela é boa também para os profissionais, que ganham um mercado de trabalho ainda mais ativo.

Então, para não me estender tanto, quero dizer que esse foi o sentimento que nos trouxe essa luta desde um primeiro momento, até porque uma das premissas da nossa reforma tributária é tentar chegar o mais próximo possível da carga neutra, ou seja, sem aumentos ou reduções, para tentar encontrar um ponto de equilíbrio. E a autogestão atualmente já é isenta. No projeto que saiu do governo para a Câmara dos Deputados, ela tinha perdido essa condição; e lá na Câmara dos Deputados, conseguiu ser resgatada.

Então a missão do Senado é manter esse entendimento, que dialoga, como eu disse, com a vida real das pessoas, com as famílias que mais precisam na hora que mais precisam.

E você vai permitindo este compartimento: os planos de saúde de modalidade privada, que têm um perfil, os planos de autogestão, que têm outro perfil, e o SUS, logicamente, que também é um outro perfil. Então tem a minha luta, o meu reconhecimento, esse, como diversos outros temas.

E eu aproveito esse gancho só para fazer, Presidente, um último exercício, agora mais amplo, mais macro, porque eu acredito que é uma missão que nós temos que ter. Aqui, tem-se ouvido muito, de todos os atores, com discussão na imprensa inclusive: "Ah, cada gesto que o Senado for ter de fazer, cada decisão que tiver de ser tomada vai representar um aumento na alíquota para todo cidadão". Opa, não é bem assim. Existem decisões que são estratégicas, e o mundo todo segue uma lógica que não é uma alíquota só para todo mundo. Você tem temáticas que precisam ter um olhar diferenciado; e a saúde tem sido uma delas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então não é a alíquota que tem que se adaptar à vontade dos governos municipal, estadual ou federal. São os governos que têm que se adaptar à vida real. Não adianta você querer depositar um peso de carga tributária maior sobre os ombros de quem produz e que já não suporta pagar tanto imposto, aumentos de alíquota para que possa se adaptar àquilo que o orçamento público deseja. Pelo contrário, são os governos que têm que se adaptar dentro da linha de orçamento que existe disponível.

Até porque as palavras da moda são "equilíbrio fiscal", "responsabilidade fiscal", e isso não se faz apenas pelo lado da receita, aumentando imposto, aumentando alíquota para arrecadar, arrecadar e arrecadar; equilíbrio fiscal também se faz pelo lado da despesa, qualificando o gasto público, reduzindo custos, diminuindo essas despesas, para que você possa chegar num orçamento compatível. Tem sido um esforço, tanto do Governo, quanto do Congresso. A discussão que existe hoje de corte de gastos é exatamente nesta visão de que você procure a responsabilidade não apenas pelo lado da receita, porque já se chega a um ponto de quem produz não suportar mais tantas alíquotas.

Então eu acredito que vamos levar esse tema, Senadora Augusta, com muita serenidade, com muita maturidade, sabendo das responsabilidades. Mas existem decisões que são importantes, que têm bom senso, que trazem diálogo com a vida real do cidadão brasileiro. E nós não podemos prescindir de ter a coragem de tomar essas decisões sob uma ilusão de que não se pode fazer qualquer gesto e que será a alíquota que terá que se adaptar ao governo. Não, é o governo que tem que se adaptar à alíquota com que o cidadão brasileiro consegue arcar. E tenho absoluta convicção de que o Senado não quer e não irá entregar o maior IVA do mundo, como muitos têm dito por aí.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Exatamente. Obrigada ao Senador.

Eu tenho também essa certeza absoluta de que a gente não vai fazer isso, até porque também não é a intenção do Governo Federal, não é? Não é a intenção do Presidente Lula. Muito pelo contrário, a gente participa sempre dessa construção aqui, e também quero parabenizar as discussões que estão sendo feitas, as audiências públicas, as possibilidades que estão sendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abertas para a apresentação de emendas, para que a gente construa realmente uma reforma tributária que vá atender o que é a necessidade de todos e todas. Não só de um lado, não só do Governo, não só... Enfim, mas realmente a gente vai fazer chegar na ponta, nas pessoas que realmente precisam que ela aconteça, para que a vida possa melhorar para todos e todas, não é?

Eu também acredito muito nisso, por isso que a gente está aqui empenhado em aprender sempre mais, em discutir e aperfeiçoar o que já vem aí sendo aperfeiçoado com esse amplo debate que vem acontecendo dentro do Congresso como um todo.

E, dando continuidade, quero chamar aqui o nosso próximo convidado, que é o Sr. Renato, que também vai poder fazer aqui sua apresentação, e quero dizer a todos que eu vou abrir uma exceção ao final dos convidados, porque apareceu uma convidada, não é? E aí eu, Senador, acho que sentindo falta de mais uma mulher na mesa, vou abrir aqui uma exceção para que a gente possa também ouvir essa representante que veio aqui, não só por ser mulher, mas porque está realmente pedindo para que a gente possa lhe dar voz também. Será um prazer ouvi-la no final.

Então, o Sr. Renato pode começar.

O SR. RENATO GUILHERME MACHADO NUNES (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora.

Bom dia a todas e a todos.

Eu gostaria de agradecer a esta Casa e a esta Comissão pela oportunidade de expor algumas questões. Faço esse agradecimento na pessoa da Senadora Augusta Brito.

Agradeço também à Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos por me dar a oportunidade de representá-los aqui neste espaço tão importante. Faço isso nas pessoas do Presidente Mirocles Véras e do seu Diretor-Executivo, Mário Homsi, que está aqui conosco.

Também agradeço aqui ao Marco Aurélio e à Flávia, da Anahp, que estão apoiando esse pleito e, hoje, estão aqui conosco. Também gostaria de fazer esse registro.

O painel sem dúvida é muito importante. A saúde – a gente não discute, não é? – é uma necessidade vital, básica, não só das brasileiras e brasileiros, mas de todas as pessoas no mundo. E não é por outro motivo, como bem ressaltou o Senador Efraim há pouco, que mais de uma centena de países prevê um tratamento diferenciado para a saúde; a maioria deles até, digo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exonerando completamente de tributação do IVA – aqui, no nosso caso, da CBS e do IBS – os serviços de saúde, os insumos de saúde e os medicamentos.

Nós temos uma característica aqui no Brasil de que mais de três quartos da população brasileira, Senadora, se servem do serviço público de saúde, prestado diretamente pelo poder público e também em parceria e de mãos dadas com os hospitais filantrópicos. São essas entidades que fazem chegar a saúde para a população que mais necessita, para os rincões do país. Quantos municípios nós podemos visitar nas nossas andanças em que o serviço de saúde está restrito à assistência ofertada por uma entidade filantrópica? Então, daí essa importância fundamental.

E aqui, então, fica o enaltecimento a esse papel essencial que os hospitais filantrópicos prestam para a sociedade brasileira.

Isso historicamente vem sendo reconhecido pelas nossas Constituições, e não foi diferente na Constituição de 1988, quando outorgou imunidade de impostos sobre o patrimônio, renda e serviços das entidades de assistência social, prestadoras de serviço de saúde e, mais do que isso, foi além, também de contribuições para financiamento da seguridade social para as entidades beneficentes de assistência social. E, nessa toada – não poderia ser diferente –, o legislador constituinte, na Emenda Constitucional 132, reiterou a imunidade dessas entidades à CBS e ao IBS, no nosso IVA dual brasileiro. Então, isso é o que está retratado aqui.

Se puder voltar um eslaide, por favor. (*Pausa.*)

Isso. Mais um só, por favor.

Isso. Muito obrigado.

Aqui, um ponto importante, que é crítico na nossa legislação tributária brasileira. Isso afeta a todos os setores, entidades com fins lucrativos, entidades imunes. É o problema de uma não cumulatividade muito imperfeita que nós temos no Brasil, uma série de restrições que nós temos aí à tomada de crédito, a qual acaba gerando o que nós denominamos de resíduo tributário ao longo de todas as cadeias econômicas que nós temos aqui no Brasil. E com a saúde não é diferente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um dos objetivos da reforma tributária, visando obter-se a neutralidade nesse aspecto, é assegurar uma não cumulatividade ampla e o que foi feito pela Emenda Constitucional 132, como vem sendo aqui registrado por diversos autoras e autores na área tributária, uma não cumulatividade que a gente encontra em pouquíssimos países no mundo. Então, isso vai ser muito bem-vindo aqui no nosso sistema tributário brasileiro. Essa questão do resíduo vai ser, se não eliminada, significativamente reduzida.

Aqui a Constituição, atenta a isso em relação às entidades imunes, entre as quais se incluem as entidades filantrópicas prestadoras de serviços de saúde, autoriza ao legislador complementar que preveja a possibilidade de manutenção de créditos de CBS e de IBS pelas entidades imunes.

Bom, mas alguém pode dizer, meu amigo Spigolon, que está aqui nos ouvindo e também nos acompanhando: "Isso já acontece. Hoje elas já não podem tomar o crédito". Sim, mas esse é um mal que assola todas as cadeias econômicas, como eu mencionei, e é um mal que vem a ser combatido pela Emenda Constitucional 132 e pela lei que vai ser fruto do Projeto de Lei 68. Então por que se manter o resíduo tributário para as entidades filantrópicas prestadoras de serviços de saúde? Não tem sentido nenhum. Tanto é assim que o próprio Constituinte teve esse cuidado de permitir ao legislador complementar que se preveja essa possibilidade. E o legislador complementar, aliás, aqui nos debates do projeto de lei, isso vem sendo aventado.

Pode passar o eslaide, por gentileza, agora.

Então, aqui o projeto de lei reitera o tema da imunidade do IBS e da CBS para as entidades filantrópicas, só que o PLP tem diversos aspectos positivos. Eu acho que é um projeto de lei que retrata bem o espírito da Emenda Constitucional 132, mas de alguns reparos a gente aqui vem apontar a necessidade de realização.

Diz-se lá diferentemente, não se exerce aquela previsão, aquela autorização prevista pela Constituição: aqui se veda a manutenção de créditos por entidades imunes, isso de uma forma geral, mas o PLP ressalva algumas situações.

Pode passar, por gentileza.

Então, temos as operações de exportação. Esse é um tema muito caro, há anos nós vimos críticas e debates a respeito disso, de que nós estamos exportando tributos e por aí vai. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agora, o projeto de lei, com o apoio da emenda constitucional... Nós já devíamos ter isso antes, mas agora vem com uma força redobrada aqui para a gente não exportar CBS e IBS, então é bastante louvável essa previsão do PLP.

Temos as operações com livros, jornais, periódicos e papel destinado à sua impressão. Hoje nós temos um problema em relação a isso quanto ao ICMS, isso vai ser corrigido em relação à CBS e ao IBS, então é um ponto muito positivo do projeto de lei.

Temos serviços de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre.

Vejam, nessas três hipóteses o projeto de lei está autorizando, são itens imunes à tributação de CBS e IBS, o projeto de lei está autorizando a manutenção do crédito.

De novo, a minha intenção, quando eu faço esse comentário, não é diminuir a importância de nenhuma dessas previsões dos setores que estão sendo contemplados, mas não me parece fazer nenhum sentido uma rádio aberta, uma emissora de televisão – então, o SBT, a Rede Globo, a TV Record, a Rede TV, a Band – poder manter crédito de IBS e CBS, e uma santa casa de uma cidade do interior, por exemplo, não poder. De novo, trata-se de uma necessidade vital básica, isso é inquestionável e expressamente reconhecido pela Constituição.

Pode passar o eslaide, por gentileza.

Quais são as consequências? Nós vamos ter aumento de carga tributária. Alguém pode alegar: "Mas elas são imunes, não vão pagar os tributos". Sim, mas sobre os itens que elas adquirirem pagam tributos. Vai haver perda de competitividade, inclusive aqui a gente vai ter uma oneração nas contratações feitas pelo poder público com essas entidades, quando o poder público contratar os serviços dessas entidades, e a manutenção de um erro histórico...

Agora que eu o vi, Senador Efraim. Desculpe-me, eu não tinha visto o senhor aqui.

... na indústria nacional, que é a disparidade de tratamento. E isto vem sendo debatido já há muitos anos, a questão de que, para uma entidade imune, é mais barato adquirir itens no exterior, importar, do que adquirir em mercado nacional, porque na importação ela pode fazer valer a sua imunidade de PIS, Cofins, ICMS e IPI, e nas compras internas não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos falar um pouquinho de cada uma delas aqui rapidamente.

Pode passar, por gentileza.

Então, segundo um estudo contratado pela Confederação Nacional de Saúde – esse estudo é público, ele circulou em ambas as Casas Legislativas –, nós temos hoje um resíduo tributário na área da saúde de aproximadamente 4,4%. Com a impossibilidade de creditamento do IBS e da CBS, nós vamos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENATO GUILHERME MACHADO NUNES – ... continuar tendo o resíduo tributário para as entidades filantrópicas, representado por esses tributos. Com essa alíquota projetada de aproximadamente 28% – 27,97% para ser mais preciso –, esse resíduo vai passar de 4,4% para 5,57%, Senador, um aumento de 27%.

Poxa, nós estamos falando aqui de não haver aumento, de a gente racionalizar a tributação, e justamente as entidades que prestam esse serviço relevantíssimo, essencial para população, vão sofrer aumento.

Pode passar, por gentileza.

Nós vamos ter um aumento, portanto, de custo de serviço para essa entidade, ferindo a tão comentada e aqui enaltecida neutralidade da tributação no regime do IBS e da CBS, e isso vai afetar diretamente o orçamento público, porque os atendimentos preponderantes dessas instituições são para o poder público, são em favor do Sistema Único de Saúde. Então, a gente vai trocar só de orçamento: arrecada de um lado, e vamos ter as entidades batendo novamente aqui para pedir recomposição de tabela e a reposição disso.

Pode passar, por favor.

Finalmente aqui a questão da importação. Isso vai se agravar. Hoje, nós temos a imunidade na importação, que vai continuar existindo, pelo menos em relação a bens materiais para o IBS e para a CBS; já, nas compras internas, com essa impossibilidade de tomada de crédito, a gente vai continuar sofrendo com esse tratamento anti-isonômico.

Então, pode passar, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, já caminhando para o final, nós temos diversas emendas de diversos Senadores nos apoiando. Eu faço um destaque para a emenda do Senador Izalci, que é bem didática, Senador Efraim, em que ele autoriza a manutenção e trata também da questão do aproveitamento de créditos. Além dessa emenda, nós temos outras que estão adiante relacionadas.

Se puder ir passando o material...

Esse tema também foi expressamente previsto no relatório da Comissão de Assuntos Econômicos deste Senado Federal.

Então, encerrando já a minha fala, Senador, é exatamente no sentido de a gente continuar reconhecendo a importância das entidades filantrópicas e, na prática, impedir esse resíduo tributário maléfico e indevido, que, no final do dia, em grande e em larga medida, vai acabar impactando os cofres públicos.

Nós tínhamos, numa audiência pública da CAE, um representante do Ministério da Saúde, que falou justamente neste sentido, Senador: "O que vocês puderem fazer para isso não onerar ainda mais o orçamento do Ministério da Saúde vai ser muito bem-vindo".

Então, agradeço-lhe novamente a oportunidade de apresentação e devolvo a palavra agora ao Senador Efraim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Perfeito, Renato.

Agradeço pela explanação e pela exposição dos argumentos.

Ao tempo que convido a minha colega e amiga, Senadora Augusta, a retomar a presidência dos trabalhos, registro a presença de dois colegas, com os quais tive a oportunidade de exercer o mandato de Deputado Federal, que têm sido vozes que acompanham esse tema tributário de forma muito convicta, contundente e têm participado. Então, ao Deputado Hauly e ao Deputado Vitor Lippi a minha sempre alegria de poder vê-los aqui presentes, participando das audiências da CCJ do Senado.

A Senadora Augusta reassume a Presidência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada.

Mais uma vez, parabéns!

Agradeço novamente ao Senador Efraim por ter ficado aqui neste curto período enquanto eu tive de ir ali. Estava sendo aprovado um projeto de nossa autoria na CAE, e eu tive que ir votar.

Eu queria, dando continuidade, chamar agora para fazer também a sua explanação o Sr. Augusto Silveira de Carvalho, que também poderá fazer a sua apresentação. Com muito prazer, iremos ouvi-lo.

O SR. AUGUSTO SILVEIRA DE CARVALHO (Para expor.) – Presidente Augusta, minha xará; ilustres companheiros da mesa, querido colega Deputado Carlos Hauly, Deputado Vítor Lippi, senhoras e senhores, entidades aqui representadas, que também já passaram e fizeram aqui a sua exposição, em primeiro lugar, eu queria fazer uma proclamação de fé, uma profissão de fé na reforma tributária, que é uma exigência da nação brasileira.

Como cidadão brasileiro, eu preciso dizer que essa é uma expectativa que ultrapassa divergências partidárias, governos. Até porque esse debate vem sendo travado nas Casas Legislativas desde o nosso tempo da Constituinte, não é, Deputado Hauly? Estava lá quantificando, Deputado Hauly, o Deputado Efraim Morais, o pai, e tantos outros que, 40 anos atrás, proclamavam a exigência de uma reforma que pudesse dar racionalidade ao sistema tributário brasileiro.

Então é com grande expectativa que a nação acompanha o desenrolar desse debate na Câmara, e agora, no Senado, através dos PLPs que regulamentam o texto da emenda constitucional, que foi finalmente aprovada no ano passado.

Essa emenda, Senadora, veio, no seu texto original, com uma injustiça muito grave, na medida em que colocava entidades de previdência fechada e as entidades de autogestão em saúde como entidades que exercessem atividade lucrativa. Os debates foram intensos desde quando veio o texto, até que, chegado o PLP 68, esse debate pudesse ser intensificado no âmbito do Executivo e no âmbito das diversas Comissões, nas diversas audiências que tivemos, não é, Presidente Jarbas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, quero dizer para a Senadora: a responsabilidade que eu tenho aqui neste momento é de falar em nome da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil. Eu não falo apenas em nome dos meus colegas do Banco do Brasil, uma família de 200 mil pessoas. Se contados os funcionários da ativa, aposentados, pensionistas, formam um universo de 200 mil pessoas neste país. Eu falo também, tenho certeza, apesar de não estarem aqui presentes, em nome dos milhões de trabalhadores brasileiros da Caixa Econômica, da Petrobras, dos Correios e Telégrafos, dos servidores públicos, o nosso Presidente do Funpresp, o Cícero, que infelizmente hoje não pôde estar aqui presente.

Mas houve uma grande convergência, Senadora, Senadores, Deputados, das entidades representativas dos fundos de pensão, capitaneadas pela Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar), que tem sob seu guarda-chuva, digamos, a representação de 250 fundos de pensão, tanto da área estatal, quanto da área privada. E é por isso que o querido amigo Presidente Jarbas falou que um universo de 9 milhões de pessoas, 10 milhões de pessoas representa mesmo esse segmento das entidades fechadas de previdência privada.

Senadora, esses 22 anos que passei na Casa, na Câmara dos Deputados, me deram um aprendizado. Nós sabemos muito bem como é difícil a elaboração de um texto, especialmente de uma reforma tributária, e a sua regulamentação. Quantas audiências foram realizadas, quantos debates intermináveis foram feitos no sentido de convencer S. Exas. os Líderes de partidos da Câmara dos Deputados a respeito da injustiça que estava esculpida no texto do PLP 68?

O Senador Efraim Morais já pôde dizer da boa decisão que foi tomada na Câmara quando escoimou do texto do PLP 68 aquela maldade que tributava planos de saúde de autogestão sem fins lucrativos que estavam sendo considerados como entidades pertencentes ao sistema financeiro, que têm na sua prateleira de produtos apresentados à sua clientela planos privados de saúde, como têm também os planos de previdência privados.

Portanto, Senadora, os debates que foram travados na última noite da sessão da Câmara dos Deputados, que se estendeu até altas horas da noite... E eu pude estar palmilhando todos esses corredores dos gabinetes dos Deputados, dos Líderes de partidos, até que, depois da terceira versão apresentada ao Plenário da Câmara dos Deputados, nós tivemos a comemorar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

texto finalmente acolhido pelo Relator, Deputado Reginaldo Lopes. Temos de registrar aqui a sensibilidade e o esforço dos Deputados, como o Deputado Hauly. E eu tenho de mencionar aqui a Deputada Erika Kokay, do PT; o Deputado Pompeo de Mattos, do PDT; a Deputada Bia Kicis, do PL; o Deputado Ricardo Silva, do Republicanos, de São Paulo. Enfim, várias lideranças se somaram ao esforço de convencer os Parlamentares, especialmente o Relator, que finalmente teve sensibilidade e apresentou, no texto final, a eliminação ou a isenção dos fundos de pensão e dos planos de autogestão e saúde daquela tributação que foi, em má hora, colocada no texto da Proposta de Emenda à Constituição 45.

Portanto, Senadora, não sou só eu, não é só o Jarbas, Presidente da Abrapp, é um universo de entidades e de milhões de trabalhadores dessas instituições... A Previ, no caso, com 120 anos que completou, funciona perfeitamente, distribuindo bilhões de recursos em proventos, em aposentadorias que custeiam a saúde das pessoas, porque aqui nós estamos falando sobre o impacto de saúde, fundos de pensão e planos de autogestão em saúde, que representam claramente a possibilidade de qualidade de vida das pessoas, que, especialmente após o período laboral, precisam dessa ferramenta fundamental nas suas vidas.

Esse debate foi travado já aqui no Senado Federal, na Comissão de Assuntos Econômicos, naquele grupo de trabalho presidido pelo nobre Senador Izalci Lucas, debate esse que também, depois de várias discussões, de várias audiências, chegou à conclusão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. AUGUSTO SILVEIRA DE CARVALHO – ... de que a proposta erguida aqui pela Abrapp, pela Petros, pela Previ, pela Funcef, pela Funpresp, pelas entidades representantes dos fundos de pensão e pelo seu colegiado de representantes de trabalhadores... No caso, com muito orgulho, representamos aqui 82 mil associados da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil. Nós pugnamos para que o Senado da República aprove o texto que veio da Câmara dos Deputados, porque, assim, tal como na imprensa está proclamado para quem não quiser acreditar: reforma tributária, entidades de previdência complementar fechadas ficam isentas de tributação. Alguns insistem em torcer o resultado desse debate, o resultado dessa modificação da emenda constitucional que veio originariamente com essa injustiça, uma injustiça que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

revogava a conquista histórica que tínhamos desde 2001, quando o art. 69 proclamava a isenção das contribuições dos trabalhadores para fundos de pensão em nosso país.

Senadora, apenas para finalizar, agradeço a oportunidade de estar aqui expressando a voz desse universo de milhões de trabalhadores que aguardam V. Exas. para que, quando no momento final da decisão do Plenário, possamos ter, nessa parte específica relativa a fundos de pensão e planos de autogestão em saúde, consagrada no seu texto a forma da isenção tributária que foi alcançada na Câmara dos Deputados.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigado também, Sr. Augusto – não esquecerei seu nome nunca, não é? (*Risos.*)

Eu entendi bem qual foi... É o mesmo pedido que já veio... Nessa questão, especialmente, que está atribuindo a reforma tributária à saúde, a grande maioria quer que fique o mesmo texto – é o pedido, pelo que eu estou entendendo – que veio da Câmara dos Deputados e Deputadas, com algumas mudanças redacionais e também com algumas mudanças mais pontuais em relação a algumas questões, especialmente as da pessoa com deficiência. Se é assim, estou percebendo que a gente tem que trabalhar nesse sentido, tirando aqui as conclusões precipitadas um pouco desta audiência pública, sobre que ainda vou me debruçar, para poder realmente ter uma opinião mais fundamentada, uma opinião própria.

Eu queria ir aqui para o nosso último convidado. E não é por grau de importância que estão os convidados aqui na lista, eu acho que deve ser – já que é "t" – por ordem alfabética. Eu queria chamar aqui o Sr. Tiago, que também poderá fazer o uso da palavra para sua apresentação.

O SR. TIAGO DE MORAES VICENTE (Para expor.) – Senadora, eu queria, antes de começar, deixar a senhora muita à vontade se... (*Pausa.*)

Senadora, eu queria deixar a senhora muita à vontade se quiser contemplar a fala da sua convidada de última hora no meu lugar.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fora do microfone.*) – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TIAGO DE MORAES VICENTE – Não?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TIAGO DE MORAES VICENTE – Tudo bem.

Senadora, mais uma vez agradeço aqui a deferência de poder estar aqui sentado nesta mesa com a senhora, com os demais colegas. Faço coro também ao que muitos disseram da presença muito auspiciosa aqui do nosso considerado um dos pais da reforma tributária, que é o Deputado Luiz Carlos Hauly, que vem de um estado onde também está um dos nossos associados importantes. E eu vou falar um pouco deles, mas sem citar nomes de marcas, etc., porque aqui não é o caso, não é?,

Eu queria, primeiro – se puder passar para o próximo eslaide – falar um pouco do que já está consolidado no PLP 68. Como setor farmacêutico representante de indústrias que estão instaladas aqui no país, nas conversas que tivemos na Câmara e em algumas aqui no Senado também, tivemos o cuidado de sermos sensíveis também às questões orçamentárias pelas quais o Governo busca também ser cada vez mais saudável.

Eu vejo também que é muito é muito bem-vindo o fato de não só a senhora ser uma enfermeira, próxima da área de saúde, mas também ter uma graduação em direito. Isso também facilita um pouco, isso vai facilitar bastante aqui também a nossa discussão, uma vez que nós estamos falando também dessa redução não apenas como uma mera redução tributária, mas também falando de uma taxação que se enquadra também naquelas características de uma tributação extrafiscal. Ela não apenas serve para arrecadação pura e simplesmente, mas também para evitar alguns comportamentos indesejáveis para o mercado brasileiro, para a saúde do mercado brasileiro. E, quando eu digo isso, eu reforço que os 60% que estão colocados nos atende de uma forma muito, mas muito equilibrada, para todo o ecossistema de saúde que está colocado dentro do nosso país.

Eu pediria, se possível, passar para o próximo eslaide, para ilustrar um pouco do que é a indústria brasileira no setor farmacêutico. São mais de 400 empresas, a geração de receita é muito grande, o número de pesquisas clínicas vem aumentando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos um número que é muito importante ser destacado – e é isto aqui que eu venho defender –, que é o número de empregos que é gerado por essa indústria. A gente está falando de 80 mil empregos diretos e de mais de 800 mil empregos indiretos. Se a gente extrapolar isso para cada pessoa tendo atrás de si mais três pessoas que dependem desse emprego, então a gente está falando de um número que pode ser extrapolado em quatro vezes mais, ambos números.

Se puder passar para o próximo...

A gente queria também ilustrar o que é a nossa indústria, e eu estou não só falando pela... Eu também não estou só falando... Quando eu falo em nome das associações aqui pelas quais eu estou falando, todas elas têm mais ou menos o mesmo equivalente em associados, são praticamente os mesmos. E a gente está falando de dados que são muito precisos como esses aí, feitos por uma consultoria especializada, em que, para cada 1 bilhão que a gente investe na indústria farmacêutica, você tem um valor adicionado de 1,6 bilhão; e isso são mais 22 mil empregos e uma massa remuneratória de 700 milhões.

Isso tudo também é algo que foi consolidado graças a incentivos legislativos que foram feitos aqui dentro do nosso Congresso. A gente sabe das dificuldades que houve em todas as discussões que aconteceram na Câmara; a gente acredita que houve muita sensibilidade dos Parlamentares da outra Casa – e desta também, tenho certeza – em garantir que houvesse um equilíbrio entre o que o Governo necessita, que é uma saúde fiscal, entre o que nós precisamos, que é a manutenção dos empregos, e, mais do que isso, em especial, impedir que uma total redução das alíquotas possa causar uma disrupção imensa entre os que produzem aqui e aqueles que apenas trazem de fora os medicamentos para serem vendidos aqui no Brasil.

Há uma infinidade de situações deletérias que a gente enxerga nessa prática. Uma delas é que você vai poder inundar o nosso país com medicamentos que não foram fabricados da mesma forma como foram fabricados aqui, sob o controle de qualidade da nossa Anvisa, sob a jurisdição nacional, cobrindo os custos de impostos, respeitando as legislações trabalhistas, até mesmo as legislações ambientais, que são muito rígidas aqui no nosso país. E, a partir do momento que se isentam todos os medicamentos para 100%, se acaba ferindo quase que de morte um ecossistema que está aí posto e vem funcionando muito bem – em especial, eu posso dizer a partir da própria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lei de criação dos genéricos, que já tem mais de 20 anos, é uma política muito bem-sucedida e é fruto da criação aqui do próprio Congresso.

E queria pedir o próximo eslaide, por favor. Este aqui é um dos mais importantes e ilustra muito bem o que eu disse até agora.

Quando a gente fala em industrialização, a gente não pode deixar de esquecer que o setor industrial farmacêutico do Brasil é um dos poucos setores – considerando várias variáveis – que vem crescendo de forma constante, pelo menos nos últimos cinco anos, e estes números aqui reforçam muito bem isso. Por exemplo, aquele terceiro retângulo mostra crescimento de quase 60% dos postos de trabalho num espaço de dez anos, praticamente. E, quando a gente compara com as outras indústrias, houve 4,1%. Muito disso está ligado à desindustrialização, fomentada muitas vezes por uma importação mal colocada, uma importação feita de uma forma açodada.

Recentemente, o Governo ou o Congresso até deparou com uma situação um pouco análoga, quando resolveu taxar importações de produtos – destaque-se – não essenciais que iam até US$50, ou abaixo de $50. Isso estava e está gerando uma desindustrialização muito grande. A gente não quer isso acontecendo aqui dentro do nosso país.

Quando você repara também que a saúde privada, os números de ocupações tanto da saúde privada quanto da saúde pública, os números do setor de saúde, não só no nosso país, vêm crescendo de forma expressiva, como também quando a gente olha para países... Vamos ao extremo, vamos pegar um país de uma economia ultramoderna em alguns aspectos, mas em especial no setor de saúde, que são os Estados Unidos. Eles têm ali a parcela do PIB deles em praticamente 20% de todo o complexo industrial, que é uma política desse Governo: fazer fomentar o complexo econômico industrial da saúde, não é? E, dentro dessa política, muito estão as indústrias que estão aqui estabelecidas. E eu não estou fazendo distinção aqui entre indústrias nacionais e internacionais. Ambas indústrias precisam estar aqui no Brasil, conhecer a realidade nossa e também participar do nosso regramento não só regulatório, mas também jurídico, com responsabilidade pelos trabalhadores.

Então, é isso tudo que a gente vem falando. E a gente disse lá na Câmara, a gente espera a compreensão desta Casa, uma Casa introspectiva, que faz muito refletir o que foi feito lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. TIAGO DE MORAES VICENTE – A gente não acha que o Senado, de forma alguma, vai simplesmente olhar e simplesmente referendar. A gente sabe que as discussões aqui são profundas, e a gente espera que os argumentos que nós trabalhamos possam ser aqui também considerados, porque toda a cadeia de medicamentos é muito extensa, é muito díspar, seja da drogaria que está lá, por exemplo, num município pequeno, onde muitas vezes se é atendido por uma farmácia independente – no Município de Graça, no Ceará; no Município de Monteiro, na Paraíba, que são cidades abaixo de 100 mil habitantes –, onde as grandes redes ainda não chegaram, mas que contam com aquelas farmácias menores, independentes, que fazem o seu trabalho...

E, diante de tudo isso que eu quis colocar, apresentar aqui para V. Exas., gostaria de deixar muito claro que a nossa proposta é uma manutenção parcial, mas não esquece em momento algum a capacidade que gera hoje de acesso, a capacidade que gera hoje de empregos, a capacidade que as empresas brasileiras hoje conseguem fazer em inovação. O número de pesquisadores que existem dentro de cada laboratório brasileiro é muito grande, a responsabilidade social de cada um dos nossos associados é muito grande.

Eu olho aqui para o Deputado Hauly e lembro que um dos nossos associados praticamente doou um *campus* para a Universidade Federal do Paraná; um dos nossos associados inclusive está fazendo uma doação global para combater uma doença chamada bouba, que vai ser a primeira doença mundialmente erradicada por uma empresa brasileira – e são empresas brasileiras, são brasileiros trabalhando nisso –; você tem também todo um complexo industrial farmacêutico no interior de São Paulo, que gera uma arrecadação imensa para o estado – você tem isso espalhado no Brasil inteiro –; no Município de Aquiraz, lá no Ceará, você tem uma fábrica de mais de 30 anos responsável por quase 40% do soro brasileiro. Isso tudo sendo muito bem fiscalizado não só pelas próprias empresas, que zelam por um controle de qualidade altíssimo, mas também pela própria Anvisa.

A gente não pode esquecer em momento algum que o que é produzido aqui muitas vezes também é exportado, e a qualidade dos medicamentos produzidos aqui no Brasil é reconhecida mundo afora. Entendeu? Existem medicamentos aqui no Brasil que muitas vezes conseguem uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação primeiro na FDA e, depois, aqui na Anvisa. Entendeu? Essas são questões para que a indústria brasileira está muito bem preparada. Hoje as grandes indústrias internacionais, que atuam globalmente, um dia tiveram o mesmo tamanho que os nossos associados. E a gente espera que os nossos associados possam seguir o mesmo trajeto, a mesma linha de crescimento que as grandes multinacionais hoje têm, e tenho certeza de que lá chegarão.

Era basicamente esse o recado que eu queria deixar.

A gente acredita que a forma como foi tratado pela Câmara dos Deputados o texto que está posto atende não só a indústria nacional, mas todos os requisitos de que o Estado brasileiro depende, de que a população necessita e, em especial, tem aderência com a responsabilidade fiscal.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Bem, agradeço ao Sr. Tiago e já quero passar para o nosso Senador, que tão bem acompanha também.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com certeza, passo aqui...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Primeiro, para deixar registrado o meu agradecimento porque, tempestivamente, eu conversei com o Senador Eduardo Braga e disse a ele da importância da participação da entidade representada aqui pelo Sr. Tiago de Moraes Vicente.

Eu gostaria de me dirigir a todos – hoje é um dia de muitas Comissões, e nós temos que nos multiplicar, e aqui somos todos representados por V. Exa., Senadora Augusta Brito – e dizer o seguinte: eu queria reforçar o que disse o Sr. Tiago quanto à coexistência de empresas nacionais e internacionais, estrangeiras. Acho que todas elas compõem o nosso mosaico absolutamente necessário, mas não posso deixar de registrar que, desde a pandemia, uma das nossas maiores aflições era que o Brasil, que é praticamente autossuficiente em matéria – vou falar de vacina – de vacinas veterinárias, somos campeões, infelizmente, sofresse – como temos sofrido – uma redução

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de indústria nacional em matéria de vacina humana, não obstante tenhamos de parte da Fiocruz um desenvolvimento extraordinário.

Eu, quando Deputado, participei da votação que favoreceu a exportação de produtos, não apenas de vacinas da Fiocruz. E o grande parque do Butantan e o novo parque da Fiocruz fazem parte, digamos, do nosso aprendizado estatal em questões estratégicas para o país.

Então, eu acho que é muito importante a sua participação aqui. Tomei nota da sua frase final.

Quero reiterar o meu agradecimento tanto pela participação dos demais, especialmente à nossa Senadora Augusta Brito e ao Senador Eduardo Braga, por favorecerem um debate tão amplo quanto este. A menção ao Hauly, que não tem direito de resposta aqui, eu faço também.

O SR. TIAGO DE MORAES VICENTE – Obrigado, Senador.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada, Senador.

Com certeza, eu vou abrir também aqui para o nosso Deputado Hauly, que atentamente acompanha e que também vai poder fazer sua contribuição.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – O pai é igual ao filho.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PODEMOS - PR) – É uma pena que a contribuição...

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pode falar, Deputado.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PODEMOS - PR. Para expor.) – Obrigado, Senadora Augusta Brito.

Parabenizo a todos os expositores, ao Senador Amin, ao Eduardo Braga, ao Efraim, que passou por aqui também hoje, e à outra mesa que tivemos aqui.

Não podemos perder o conjunto. O IVA é uma reforma da base do consumo. O IVA já é adotado em 175 países do mundo e chega 50 anos atrasado ao Brasil. Nós insistimos em manter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o ISS, ICMS, IPI, PIS-Cofins. São os piores tributos de consumo do mundo, têm altíssima cumulatividade; tem guerra fiscal, renúncia fiscal, inadimplência, elevadíssima sonegação desses impostos; tem uma burocracia sem precedente no mundo e um contencioso tributário que não existe em nenhuma parte do mundo e das galáxias. O Brasil tem 90% do contencioso tributário do mundo. O que eu posso dizer é que o IVA, além de ser um imposto menos nocivo – porque todos os impostos são uma imposição, ninguém gosta de pagar –, é uma regra de negócios cujo objetivo é a neutralidade nas cadeias produtivas intermediárias, da produção primária, secundária, terciária ao consumidor. É um imposto que quem paga é o consumidor final, e hoje esse consumidor está pagando o arrecadado.

Esses cinco impostos, na média, têm dado 13% do PIB – talvez, hoje, R$1,5 trilhão de uma arrecadação de R$3,7 trilhões, que deve dar este ano 40% da arrecadação nacional –, só que eles custam, para o consumidor final, 19% do PIB. São seis pontos a mais. Por quê? Os incentivos fiscais quem paga é o consumidor; a inadimplência quem paga é o consumidor; o custo burocrático quem paga é o consumidor. Então, sistemicamente, o IVA vem para destravar a economia e os negócios criarem um regime de isonomia, um novo mercado livre, independente e transparente.

Se houver algum prejuízo negocial, há que ser corrigido pelo Relator. Então, tem que se fazer a verificação na ponta do lápis. Eu, como estou com mais tempo nessa discussão – estou com mais de 30 anos – falo com conhecimento de que, de forma geral, se se reduzir de todos os bens e serviços oferecidos à população, vai ser reduzida a carga tributária de uma forma global; esses 6% vão desaparecer dos preços. E, dentro do que remanesce – digamos, se nós tivermos 1 milhão de produtos, de bens e serviços consumidos pela população –, quem vai pagar a alíquota cheia, quem vai pagar a alíquota zero ou intermediária? É isso que está sendo decidido aqui.

Nós queremos que medicamentos tenham uma alíquota reduzida, que é uma prática internacional. E alimentos, não é? Na prática internacional, o ativo fixo, exportação, é zero também; isso já é da praxe, não se tributa ativo fixo. E não se tributam as exportações, porque o imposto... Nenhum país exporta nem importa impostos, o imposto é pago pelo cidadão. Então, é este conjunto que o Relator olha – e quem está trabalhando nisso, a Consultoria –: a cada peça que se mexe na redução da alíquota, o que isso significa na alíquota superior? A alíquota média vai ser sempre 25%, que é 13% de 65% do consumo médio das famílias brasileiras. Então, você tira 13% e 65%, aplica e vai dar a alíquota de 25%. Se eu reduzir muitos itens, essa alíquota média

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai ter uma alíquota superior de 26%, de 27%, para garantir a alíquota de 0%, alíquota de 11%, alíquota de 14%. Entendeu?

Mas eu tenho uma convicção: acaba com as benesses, aumenta a competitividade, aumenta a produtividade, aumenta o consumo das famílias, cria um círculo positivo econômico de renda e consumo, favorece o Brasil internacionalmente, atrai capitais, aumenta o investimento e todos vão ganhar. E aí, sim, o Brasil vai ter um crescimento sustentado, não como o voo de galinha que é hoje: cresce um pouquinho e cai, cresce um pouquinho e cai.

Obrigado pela abertura, Senadora.

Parabenizo o Ceará, essa fortaleza, essa beleza de estado, com uma Senadora tão atuante.

Vou dizer: o IVA é bom, é o melhor que tem no mundo. Então, a relatoria e a consultoria do Senado, que é de primeira qualidade, vão se debruçar, junto com o Relator, que é excelente e já fez um grande trabalho, para sair o melhor resultado possível. Claro, há atividades que não pagam IVA. Isso é clássico no mundo inteiro. É só você pesquisar internacionalmente o que paga e o que não paga, não é? E depois você decide.

Obrigado.

Parabéns!

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu que agradeço. Nós que agradecemos aqui. Já acompanho o trabalho do Deputado, sobretudo na reforma tributária. E ele aqui, tão bem, vem já de uma forma simples e sucinta fazer um resumo do que realmente é a intenção dessa reforma tributária e o que vem acontecendo. Então, parabenizo também o Deputado pelo belíssimo trabalho e o acompanhamento que vem fazendo.

Eu queria só pedir mais um pouquinho de paciência, porque eu queria abrir aqui só para três pessoas e para cada um dar dois minutos. Podem ficar à mesa aqui, eles podem falar daqui, não tem problema nenhum.

Já começando, eu vou passar para o Sr. Felipe Carvalho, que é Diretor da Abimed, que pediu também e pode fazer uso por dois minutos. Está bem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELIPE CARVALHO (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora Augusta.

Quero agradecer também ao Senador Braga e cumprimentar o Deputado Hauly por esse espaço ao setor, ao segmento de equipamentos e dispositivos médicos.

Falo aqui em nome da Abimed (Associação Brasileira da Indústria de Tecnologia para Saúde), mas num posicionamento conjunto com as demais entidades do setor.

O nosso segmento gera cerca de 150 mil empregos qualificados; são quase 100 mil empresas que trabalham nesse segmento no país; e hoje, na Anvisa, nós temos 100 mil itens registrados. Nós costumamos exemplificar o nosso setor da seguinte forma: vai desde o abaixador de língua que o pediatra usa no consultório até o robô mais sofisticado dentro dos centros cirúrgicos dos maiores centros de saúde do nosso país. Se pensar no hospital e retirar lá de dentro medicamento, pessoal e infraestrutura, o que sobra é dispositivo médico. Somos transversais em todo o setor da saúde, vamos desde antes do nascimento, no ultrassom, até o último momento de suporte à vida do cidadão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE CARVALHO – A Senadora, como enfermeira, conhece bem esse segmento.

Nós temos uma importância sociossanitária muito grande, como dito aqui. Contudo, temos uma importância no cenário econômico não tão relevante assim: representamos 0,6% do PIB.

A partir disso, entro aqui no nosso pleito.

A Emenda Constitucional 132, que tinha o mesmo comando para medicamentos e para dispositivos médicos, previa isenções de 60% ou 100%. Isso foi dado, na Câmara dos Deputados, para medicamentos. Contudo, para dispositivos médicos, uma parcela significativa dos produtos ficou com alíquota cheia. Temos uma lista a 60%, uma lista a 100% de desconto e uma lista com alíquota cheia. E aí, nessa lista com alíquota cheia, temos equipamentos para oncologia, cardiologia, e esses produtos com alíquota cheia... Inclusive, as compras públicas serão oneradas, não é? A compra pública só é desonerada daquilo que estiver em uma das duas listas. Então, o nosso pleito aqui é para que todos os dispositivos médicos sejam colocados na alíquota mínima de 60%, e aí sim uma lista a 100% daqueles itens que o próprio Ministério da Saúde apontou que devam ser contemplados em 100%

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu destaco algumas emendas colocadas pelo Senador Contarato, Senador Dr. Hiran, Izalci, Mara Gabrilli, Mecias de Jesus e principalmente as Emendas 12 e 14, da CAE, que consolidam essas emendas e corroboram aqui com o pleito do nosso setor.

Afinal de contas, prover saúde e prover acesso, como o Mussolini colocou na fala dele, é investir no Brasil e fazer com que a nossa sociedade possa gerar mais riqueza e logicamente recolher mais impostos em setores que não são essenciais. Ninguém acorda numa bela manhã querendo colocar uma prótese de quadril, um *stent* coronário. São situações em que a vida nos impõe esse consumo. A gente fala aqui na reforma tributária do consumo, mas não é o consumo que a gente pode muitas vezes escolher.

Muito obrigado, mais uma vez, pelo espaço, Senadora, e cumprimento todos aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada, Sr. Felipe. Com certeza, a gente também vai olhar essas Emendas 12 e 14, que foram apresentadas, com o maior carinho e com muita dedicação e muita determinação em fazer realmente o que seja mais justo.

Eu queria aqui já passar também para... Eu quero aqui só fazer um parêntese, porque o Sr. Tiago falou na minha cidade... Para vocês terem ideia, Graça é a minha cidade, uma cidade de 15 mil habitantes, de onde eu fui Prefeita. Ele falou que eu fui formada em Direito também. Eu digo que ele estudou bem, não é? Aí, muito bem.

Agora não é minha convidada. Nenhum deles foi meu convidado, infelizmente. Queria muito ter tido o prazer de convidá-los também, mas eu estava de licença e voltei agora. Eu quero dizer que não foi minha convidada especialmente, mas está sendo agora. Todos que estão aqui, e eu estou tendo oportunidade de presidir.

Quero convidar agora a Presidente da Associação Brasileira da Indústria Óptica, que é a Ambra Nobre. Assim? Também poderá usar os dois minutos.

A SRA. AMBRA NOBRE SINKOC (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Meu nome é Ambra Nobre Sinkoc, sou Diretora-Presidente da Abióptica (Associação Brasileira da Indústria Óptica). Agradeço a fala também ao Senador Eduardo e gostaria de dizer que acho que eu trago hoje, para ter aqui logo no final, uma reflexão. Eu desafio a todos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estão aqui e usam óculos a fazer uma leitura atenta, sem os seus óculos. Olhar e tentar enxergar através de uma janela embaçada.

Então, a visão é um dos principais sentidos. E trabalhamos todos os dias com saúde visual, que é uma demanda justa. E o que nós viemos buscar é apenas isonomia, que é a promessa da nossa reforma tributária. Esperamos 30 anos para mantermos neutralidade e isonomia, e um sistema mais simplificado.

Hoje as lentes de contato, as lentes intraoculares para cirurgia e as lentes para óculos de correção já possuem...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. AMBRA NOBRE SINKOC – ... uma isenção tributária parcialmente nos impostos estaduais e integralmente nos impostos federais. Então, a gente busca, através das nossas Emendas 39 e 15 e 44, do Senador Hiran e do Senador Mecias, que mantenhamos a isonomia tributária com a redução de alíquota a 60% para as lentes e que possamos então cuidar da saúde visual da população, que é o principal sentido – estudos demonstram que temos cinco sentidos, mas, se usarmos apenas a visão aliada a um segundo sentido, já temos 80% de interação com o meio. Então, a visão, sem dúvida nenhuma, é o principal sentido e precisamos cuidar bem da saúde visual da população.

A população cresce e está envelhecendo, usaremos óculos e lentes por mais tempo. Há o advento das telas, hoje estamos todos conectados, teremos um crescimento enorme da miopia infantil. Então, precisamos cuidar da visão das nossas crianças e da nossa população.

Senadora Augusta, muito obrigada pelo espaço e obrigada a todos os presentes.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada. Que bom que também teve a oportunidade de poder falar.

E, agora, nós temos a nossa última inscrita – vou assim dizer –, a Sra. Carmem Sylvia, que também pediu para poder fazer uma pergunta, um questionamento.

Pode falar.

A SRA. CARMEM SYLVIA (Para expor.) – Obrigada, Senadora Augusta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabenizo a mesa e todos os presentes.

Vamos lá. Nós estamos aqui em nome de associados. Nós não estamos aqui em nome de CNPJ do Banco do Brasil ou CNPJ da Previ; estamos aqui falando de CPF de associados. Congregamos diversas associações e grupos, Aapprevi, embaixadores, defensores, grupos Somos Cassi Somos Previ, Semente da União.

O que nós queremos?

E, Senadora, a senhora foi muito feliz logo após a fala do Presidente da Abrapp, que está aqui, em que ele disse o seguinte: "O texto do jeito que está nos atende". Eu vou falar do texto tal qual ele está para que todo mundo procure ter o mesmo entendimento nosso. E a senhora falou assim: "Não que não mereça pequenos ajustes".

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CARMEM SYLVIA – Eu diria o seguinte: foi um trabalho realmente de várias entidades, como o Sr. Augusto Carvalho citou. E a gente vem acompanhando desde a tramitação desse texto na Câmara dos Deputados. Eu diria que lá ele estava quadrado e, agora, ele está elíptico.

Vamos lá.

O art. 26, Senadora e demais presentes, diz o seguinte: "Não são contribuintes do IBS e da CBS as seguintes pessoas jurídicas sem fins lucrativos [...]".

Legal. Quem?

> I - planos de assistência à saúde sob a modalidade de autogestão [ora, nós estamos aqui, nós somos representantes da Cassi]; e
> II - entidades de previdência complementar fechada [sim, somos da Previ].

Contudo, tem um "desde que cumpram os mesmos requisitos aplicáveis às instituições de educação e de assistência social". Ora, nós não somos nem educacional e nem assistencial, mas que requisitos são esses? São requisitos contábeis? Sim, nós cumprimos os nossos – não podem nos impor que cumpram o da educação. Distribuição de lucro, que não haja distribuição de lucro: nós não falamos em lucro, mas nós falamos em superávit ou déficit, que tem um regramento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

próprio. E nós temos também aplicações, toda uma regra que vem do Conselho Monetário Nacional a respeito das nossas aplicações.

Os fundos de pensão têm sido alvo de muita cobiça – de muita cobiça. Recentemente apareceu no jornal: Governo fazendo reunião com as entidades querendo alguma coisa. E as entidades vieram e falaram que não era bem isso... Enfim, temos dinheiro? Sim, temos ativos, cerca de 220, pensando na Previ, mas nós temos compromissos até 2100 para pagar, que são as aposentadorias, os assistidos, os pensionistas. Então, eu tenho de um lado um ativo, mas eu tenho um passivo de tamanho valor, de igual valor.

Vamos lá. Então, o art. 26 fala isso, e a gente questiona.

Outros artigos. Os arts. 177, 178, 217 e 221, Senadoras e demais presentes, nos equiparam à instituição financeira, falando lá que os planos de saúde de empresa fechada e aberta, que são comercializados por instituição financeira... Ora, se você for ao Banco do Brasil, você pode comprar um Brasilprev, mas você não pode ser associado da Previ indo ao Banco do Brasil. Então, o que a gente pede em relação a esses artigos? Um ajustamento redacional. Para as empresas abertas, sim, o.k., mas para as fechadas, não. Então...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CARMEM SYLVIA – ... nós que efetivamente representamos os associados e que tememos... E tememos o quê? Judicialização, questionamento no futuro. É tão complexa a norma tributária – todo mundo aqui sabe – que uma vírgula errada pode levar a que falem: "Opa, mas esperem aí, o legislador confundiu vocês com entidade educacional, vocês não são". E podem dizer: "Olhem, está aqui, vocês estão sendo equiparados à instituição financeira". E não somos instituição financeira.

O que nós buscamos? Está em algumas emendas. Quais? As Emendas 61, 745, 1.053, 1.054 e, recentemente, mais recente, 1.280, que também nos foram apresentadas. Elas foram apresentadas pelos Senadores e, de uma forma ou de outra, uma mais completa, outra menos completa, trariam ao texto a simplificação e a objetividade que um texto de tributação merece.

Senadora, obrigada pela sua sensibilidade em estar nos ouvindo. Que a senhora tenha aí sucesso na sua vida parlamentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada, eu que agradeço também. Já contribuiu muito. Já anotei também aqui os artigos e não só os artigos como as emendas que foram apresentadas para que a gente também possa acompanhá-las e ver como é que estão sendo feitas pelo Relator, como é que estão sendo analisadas.

Eu quero, primeiro, antes de concluir esta audiência pública, agradecer imensamente a todos os convidados que aqui vieram e, de uma forma muito especial, aos que antecederam esta mesa, aos que ficaram assistindo até agora, aos Senadores que passaram aqui, aos Deputados que passaram aqui por esta audiência pública. Para mim ela está sendo de fundamental importância para que eu aprofunde ainda mais nessa questão da saúde, sobretudo, e da reforma tributária.

Eu gostaria aqui também de fazer um... Além dos encaminhamentos que a gente... Eu anotei aqui tudo que é importante para cada apresentação de cada convidado, de cada instituição, de cada representante que aqui esteve com muita atenção para que verdadeiramente esta audiência pública possa ter essa validade da escuta, o que é muito importante, mas também de uma devolutiva do que foi discutido aqui. Então, para...

O SR. AUGUSTO SILVEIRA DE CARVALHO (*Fora do microfone*.) – Senadora...

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pois não. O meu xará quer falar. Vou deixar...

O SR. AUGUSTO SILVEIRA DE CARVALHO (Para expor.) – Uma observação.

Que bom que nós vivemos numa sociedade democrática – não é? – e que as entidades são criadas e, enfim, são plurais, o pensamento é livre e cada um tem a sua expressão, sua avaliação sobre as lutas que acontecem nesse universo dos trabalhadores. Então, eu queria apenas dizer que esse perfeccionismo que se procura, essas filigranas que se buscam no texto são para diminuir a vitória singular que foi obtida na Câmara dos Deputados, isentando – isso que é o fundamental – as entidades de autogestão em saúde e isentando de tributação os fundos de previdência. Isso para nós que é o relevante. As questões posteriores a vida vai ajustar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu agradeço. É bom audiência pública por isso exatamente, é um espaço democrático para que a gente possa ouvir diversas opiniões de diversas entidades que concordam ou não concordam. Para daí a gente fazer os encaminhamentos do que seja analisado no caso pelo Senado Federal – pelos Senadores e Senadoras, com a contribuição, obviamente, das representatividades aqui que eu digo, não só de entidades, mas da própria sociedade – do que seria, do que pode ser ajustado e do que será a melhor para todos e todas. Acho que a intenção de uma audiência pública é não só ouvir, mas também refletir sobre o que foi discutido, analisar e dar encaminhamentos e uma resposta também o mais rápido possível para os que merecem tê-las e que estão aí buscando através dessa participação.

Eu quero aqui, antes de encerrar, agradecer imensamente aos servidores, pedir desculpa pela quebra do protocolo; sempre adoro quebrar um protocolo e deixar outras participações. Eu acho que a audiência pública tem que ouvir o público. Então, é bom este debate, é bom a gente ter opiniões diferentes, é bom a gente poder ouvir para poder ter discernimento realmente quanto ao que a gente acha que deve ser melhor. Então, eu digo muito que uma audiência pública que não escuta o público tem que ter outro nome. Mas que bom que há os servidores aqui: o Luís, a Roberta, a Caroline, a Ana Cristina e a Ana Caroline; o Damião, que fica aqui, toda hora, servindo água e café, e o Braga, que ficam ali fora dando suporte. Eu quero agradecer imensamente a todos que fazem esta Comissão verdadeiramente acontecer e esta audiência pública também acontecer de uma forma tão agradável e, eu tenho certeza, engrandecedora a todos e todas. Então, a gente encerra a nossa audiência pública, agradecendo a todos e pedindo desculpa pelo adiantado da hora. Agora, eu já vou sair para outra reunião, mas é assim a nossa vida no Senado, é bem intensa.

Obrigada a todos e todas. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 51 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 39ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quinze horas e três minutos do dia doze de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Eduardo Braga, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Weverton, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Efraim Filho, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Jayme Campos, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Augusta Brito, Jorge Kajuru, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Flávio Bolsonaro, Eduardo Gomes, Esperidião Amin, Mecias de Jesus e Hamilton Mourão, e ainda do Senador Wilder Morais, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Marcio Bittar, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Omar Aziz, Otto Alencar, Eliziane Gama, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Beto Martins, Magno Malta, Marcos Rogério e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento PLP 68/2024, de autoria Câmara dos Deputados. **Finalidade:** Destinada a instruir o Projeto de Lei Complementar n° 68, de 2024, que "Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências". Do Plano de Trabalho: "Para garantir que todos os setores sejam ouvidos, concentramos esta oitiva no regime aplicável aos serviços financeiros, incluindo concursos de prognósticos e split payment". **Participantes:** Sr. Rodrigo Maia, Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF); Sr. João Rafael Gândara de Carvalho, Advogado da Federação Nacional das Empresas de Resseguros (FENABER) (representante de: Paulo Cesar Pereira Reis, Presidente da FENABER); Sr. Eduardo Lopes, Presidente da Associação sem fins que representa instituições financeiras e de pagamentos (ZETTA); Sr. Heleno Torres, Consultor da Associação Brasileira de Instituições de Pagamentos (ABIPAG) e Professor Titular de Direito Tributário da Universidade de São Paulo (USP) (representante de: Gabriel Cohem, Diretor Jurídico da ABIPAG); Sr. Ricardo de Barros Vieira, Vice-presidente Executivo da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (ABECS) (representante de: Giancarlo Greco, Conselheiro Presidente da ABECS); e Sr. Daniel Loria, Diretor da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda. Usa da palavra o Deputado Federal Luiz Carlos Hauly (Podemos/PR). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e um minuto. Após

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Braga
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/12

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se a realizar a quinta audiência pública para instruir o projeto que regulamenta a reforma tributária, o Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços e o Imposto Seletivo, e dá outras providências.

Conforme o plano de trabalho aprovado pela CCJ, para garantir que todos os setores sejam ouvidos, concentramos esta oitiva no regime aplicável aos serviços financeiros, incluindo concursos de prognósticos e *split payment*.

A presente reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores e dos senhores convidados por sistema de videoconferência para exposições e debates. Será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazê-lo por meio do e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Eu gostaria de convidar os senhores palestrantes para comporem a mesa.

Inicio convidando o nosso amigo e sempre Presidente da Câmara dos Deputados e atual Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, Deputado Rodrigo Maia, para compor a mesa aqui conosco.

Convido o Sr. João Rafael Gândara de Carvalho, Advogado da Federação Nacional das Empresas de Resseguros (Fenaber), representante do Sr. Paulo Cesar Pereira Reis, Presidente da Fenaber. (*Pausa.*)

Ah! Esse está no remoto.

O Sr. Eduardo Lopes – por favor componha aqui conosco –, Presidente da Zetta (associação sem fins que representa instituições financeiras e de pagamentos).

O Sr. Heleno Torres... (*Pausa.*)

Nosso amigo Heleno Torres, Professor Titular de Direito Tributário da Universidade de São Paulo e Consultor da Associação Brasileira de Instituições de Pagamentos (Abipag), representante do Sr. Gabriel Cohem, Diretor Jurídico da Abipag, considere-se compondo a mesa. Está remotamente o Sr. Heleno.

O Sr. Ricardo de Barros Vieira, Vice-Presidente Executivo da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs), representando o Sr. Giancarlo Greco, Conselheiro Presidente da Abecs. O Sr. Ricardo também está participando remotamente.

E o Sr. Daniel Loria, Diretor da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda.

De acordo com o art. 94 do §2º e do art. 3º do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições e em seguida abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A palavra às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores será concedida na ordem de inscrição. Os Senadores interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, sendo-lhe vedado interpelar os membros da Comissão.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rodrigo Maia, Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, para a sua exposição, por dez minutos, mas com tolerância de mais cinco, caso precise, para a sua apresentação.

Com a palavra, o nosso sempre Presidente Rodrigo Pache... Opa, Rodrigo Pacheco! Cacoete. (*Risos.*)

Com a palavra, o nosso sempre Presidente Rodrigo Maia.

O SR. RODRIGO MAIA (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Agradeço as palavras do Líder Eduardo Braga, Senador, meu amigo – trabalhamos juntos.

Eu vou tentar ser breve, porque, na verdade, a gente vem com essa discussão desde a PEC e a emenda constitucional. Nós alertamos lá atrás – não é, Senador? – que a decisão da política, no caso da indústria financeira, foi tributar o *spread* bancário, que é uma questão... A grande maioria dos países não tributa; há apenas a discussão sobre isenção ou alíquota zero, como na Nova Zelândia. Mas é claro que, quando você tributa o *spread*, você gera várias assimetrias dentro da indústria que precisam ser organizadas.

Depois do texto aprovado na Câmara, tanto da PEC e, agora, da lei complementar, a gente vem discutindo novamente, aproveitando esse período, para que a gente possa ter no Senado eu acho que não só o aprimoramento do texto, mas, principalmente, Senador, que a gente, em conjunto – Congresso, Governo, sociedade –, possa não errar na redação dessa reforma. A gente trabalhou, desde o início, lá atrás, na PEC 45 e na 110 aqui no Senado, exatamente no intuito de trabalhar fortemente a redução do contencioso tributário dos impostos indiretos.

O Insper até apresentou um trabalho um pouco antes da votação na Câmara, no ano passado – acho que foi nesse período –, mostrando que o contencioso dos impostos indiretos caminharia próximo a zero. É claro que, dependendo da redação, vai ser assim ou não vai ser assim – se a gente não alertar e não conseguir aprimorar o texto da Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, no nosso caso, mantemos alguns pontos que nós achamos que precisam de...

Como eu olho melhor à distância, aqui perto eu preciso dos óculos, à distância, não. (*Risos.*)

Estou ficando velho. Eu achei que não ia ficar velho nunca, mas fiquei.

São esses os primeiros pontos: tarifa e comissões, porque, Senador, a nossa preocupação... O que a Constituição lá diz? As tarifas bancárias são pela alíquota cheia. Os bancos nunca reclamaram, não questionaram isso; ao contrário, em algum momento o Secretário Appy propôs que todo o regime dos bancos fosse na alíquota de serviços financeiros. Nós entendíamos que não, que era injustificável que tarifas e comissões... Mas é óbvio que tarifas e comissões que são sujeitas não apenas a bancos, se elas ficarem em regimes distintos, nós teremos uma assimetria em decisões de investimento e decisões de planejamento tributário das próprias empresas. Então, essa é uma questão que a gente traz. A gente tem conversado muito com o Daniel e com a sua consultoria, e qual é a melhor redação? Aquilo que aprimore o texto da Câmara.

No caso de fiança e aval, também a gente tem alertado que o que nós entendemos é que aval, fiança, todo esse rol de serviços financeiros que competem com o seguro-garantia tinha que ter uma isonomia e uma neutralidade em relação à sua alíquota. Ficaram em alíquotas distintas, o que vai acabar gerando essa assimetria e esse problema.

A gente tinha que pensar como é que a gente conseguiria jogar tudo para a mesma regra que saiu da Câmara do seguro-garantia. A exclusão de bens dados em garantia: eu acho que esse também é um tema que nós entendemos relevante.

Agora, no final, a gente conseguiu com o Daniel a questão do *leasing*, pois tinha ficado um texto de difícil compreensão na Câmara. Eu acho que o texto que a gente está encaminhando à sua consultoria e discutindo com o Governo é um texto que acho que possibilita o ressurgimento do *leasing*, que ficou muito prejudicado nos últimos anos por decisões judiciais no Brasil. Saiu de um volume grande de operações para um volume quase ínfimo de operações. A ideia é que uma companhia aérea, comprando por *leasing* um avião, paga aquele encargo financeiro pela alíquota do serviço financeiro e, lá na frente, com a decisão de comprar o equipamento, vai pagar a alíquota normal. Mas há essa separação para que o *leasing* possa voltar a ser competitivo no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este ponto aqui dos títulos de objetos de oferta pública, basicamente, é debêntures. No Brasil, você tem debêntures públicas e debêntures privadas. Do jeito que ficou na Câmara, nós geramos uma assimetria a favor dos bancos, contra os fundos. Por que os bancos? Porque tomam crédito. E debênture é considerada um crédito. Eles têm um benefício em relação ao fundo, que é não contribuinte.

Então, nós pensamos um formato de que todo título, toda debênture de oferta pública tem a mesma regra para fundo e para banco, para não gerar nenhum tipo de benefício a favor de banco e contra fundo, porque você vai gerar um problema. Quer dizer, uma pessoa carrega um título num banco; vai dar crédito, o emissor, durante o período em que estiver na carteira do banco. E como é que ele tira da carteira do banco? Serão dois preços distintos para o mesmo título. A gente acha que, na debênture privada, de fato, se ela tiver o benefício, vai migrar muito empréstimo para debênture, porque vai ser mais barato do que ficar no crédito.

Então, os próprios bancos acreditam que resolver essa assimetria é importante, deixando claro o que é oferta pública. O que não é oferta pública é crédito. Ponto.

A questão deste sexto ponto são os fundos FII e o Fiagro, que estão lá e que são garantia. O que não incide sobre o FII e o Fiagro é indiretamente pulverizado, porque, em cima do FII e do Fiagro, você tem RPPS, RGPS, que são pulverizados.

Sobre a questão da pulverização dos cotistas dos fundos, a gente acha que é correto para que a gente não inviabilize também esse produto.

O próximo ponto – eu falei no início sobre contencioso –, que está gerando um problema no nosso diálogo, principalmente, com a consultoria e com o Governo, é a questão do capital próprio.

Como o Brasil resolveu tributar o *spread*, nós geramos vários problemas. Um deles é no capital próprio dos bancos. Não podemos nos esquecer de que o requisito de capital para banco é muito pesado. Então, nós já estamos tributando o *spread* e nós estamos tratando como serviço algo que não é serviço. A parte da aplicação financeira do capital próprio dos bancos não é um serviço, não é uma captação ou empréstimo. É como se você tivesse um banco, Senador, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

acabou de abrir. O cara depositou o capital dele e vai aplicar o capital dele. Isso é uma aplicação financeira.

É claro que tem que se pensar uma redação. A Câmara pensou uma parte, e o Governo tem preocupação de um planejamento tributário. A gente está tentando oferecer uma alternativa que resolva essa preocupação, mas tirar do texto este tema, por mais que, pelo que eu estou ouvindo, o Governo entenda que não vai ser um problema no mérito do julgamento disso – eu não acredito –, vai gerar um contencioso. E você sabe que, toda vez que a gente gera uma nuvem nas leis, os advogados adoram. Como eles gostam de nuvem, de dúvida em relação à objetividade das leis. Não o Daniel, claro, porque ele é um advogado que agora está do lado de cá, do lado do Estado. Mas, quando estava do lado de lá, gostava do contencioso também.

Eu até trouxe aqui, não sei se vocês viram, na semana passada – não tem nada a ver com este tema, mas só para encerrar –, o trabalho do economista José Pastore entre outros sobre contencioso trabalhista.

O trabalho que o Daniel ajudou no Insper sobre contencioso trabalhista é quase um PIB de contencioso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO MAIA – Então, nós estamos pegando um tema que era dificílimo e jogando o contencioso a zero. Na regulamentação, eu acho que a lei tem que ser muito objetiva para que ela não gere novas teses e novos debates.

Nós estamos agora discutindo lá com o Governo transação tributária. É a discussão de tese de ágio. É uma coisa inacreditável. Este país é um país que ganha dinheiro sem produção – é uma coisa incrível – e sem correr risco.

Eu peço a sua atenção, Senador, apesar de eu saber da dificuldade, pois não é um tema simples, porque a situação dos bancos é diferente. Vai ter sempre um discurso.

Eu acho que, se a gente conseguir construir um texto que tire essa dúvida por parte do Governo sobre algum planejamento tributário sobre o texto que foi aprovado na Câmara sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

capital próprio, se a gente ajustar isso direitinho, a gente fez alguma proposta, eu acho que está bem redigida. Mas acho que a intenção, pelo que eu tenho conversado com o Governo, é outra.

Mas eu peço essa atenção para que a gente não possa deixar em aberto algo que, na minha avaliação e daqueles que nos assessoram na indústria financeira, de fato, não é um serviço. O meu capital próprio, como de qualquer empresa, aquele que eu aplico é uma aplicação financeira, não é um serviço. O serviço é a intermediação entre o que eu capto e o que eu empresto. Não dá para eu ser tributado duas vezes. O *spread* está sendo tributado, e eu ainda vou ser tributado no meu capital.

No resto, tiveram algumas dúvidas sobre FIDC, Senador. Está tudo certo para a gente. O texto da Câmara, para a gente, está acertado com o Governo, está ótimo, resolve a questão efetiva de quem, de fato, opera crédito no FIDC, que tomou muito mercado dos bancos, mais de R$400 bilhões, e está resolvido como entidade de investimento.

Sobre todo o resto da redação do tema dos FIDCs, para os que vieram conversar comigo hoje, eu não entendi a preocupação de alguns aqui do meu lado. Eu acho que o texto que a Câmara aprovou está direito. E nós não vamos trazer nenhum tipo de demanda em relação à questão dos FIDCs.

Resumindo, Senador, agradeço e me coloco à disposição para o debate, se necessário for.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Agradeço a participação do nosso amigo Rodrigo Maia e as contribuições.

Concedo a palavra ao Sr. João Rafael Gândara de Carvalho, advogado da Fenaber, para a sua exposição, por dez minutos e, se necessário, uma tolerância de mais cinco minutos.

Passo a palavra ao Sr. João Rafael.

O SR. JOÃO RAFAEL GÂNDARA DE CARVALHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Exmo. Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga, Exmos. Srs. Senadores, excelentíssimos senhores representantes governamentais, setoriais, demais participantes desta audiência pública, este, realmente, é um momento histórico para o país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil faz uma das suas maiores, mais complexas e mais necessárias reformas legislativas: a reforma tributária. E Federação Nacional das Empresas de Resseguro (Fenaber) agradece, mais uma vez, a oportunidade de participar deste momento histórico e parabeniza este Senado Federal pelo trabalho que vem fazendo, democraticamente, ouvindo todos os interessados, agindo com prudência, com técnica, para que possamos, ao final, ter o que todos nós desejamos: uma tributação de consumo mais justa, mais simples e mais eficiente.

A Fenaber reúne as empresas de resseguro do Brasil. São empresas que se dedicam a efetuar o chamado seguro do seguro ou o seguro da seguradora, uma atividade essencial para que o mercado securitário tenha solidez financeira e consiga absorver os impactos dos grandes sinistros, como aqueles que vimos, por exemplo, recentemente, no Estado do Rio Grande do Sul.

Quando um segurado tem um sinistro, esse é um problema da seguradora. Quando se verificam sinistros de uma magnitude que possam comprometer a seguradora, esse, sim, é um problema da resseguradora.

Tanto o resseguro é uma atividade fundamental para o país que nós estamos aqui numa audiência pública para tratar sobre a tributação do setor financeiro.

No mercado financeiro, Sr. Presidente, o sobrenome do nosso país é Brasil, porque o nome é risco. A expressão "risco Brasil" se consagrou como uma das mais ouvidas quando se trata de fazer negócios no país. E a verdade é que o Brasil tem muitos riscos e uma carência de segurança em vários aspectos.

E nós da Fenaber estamos trabalhando para mudar essa realidade, para que o Brasil seja um país seguro ou, com ainda mais reforço do que isso, um Brasil ressegurado, porque essa é a realidade dos países com economias muito sólidas e mercados securitários desenvolvidos.

A maior parte das resseguradoras está nos Estados Unidos, no Reino Unido, na Alemanha, na França, na Suíça, não por acaso países que são grandes centros financeiros e economias muito estáveis, porque o resseguro é uma atividade complexa que demanda um investimento muito alto e uma mão de obra muito qualificada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Brasil, era monopólio federal até 2007. O monopólio acabou, o mercado se abriu, mas vem se desenvolvendo muito aquém das possibilidades.

E essa introdução toda, Sr. Presidente, é para dizer que a principal dificuldade do setor é justamente a tributária, porque o Brasil é o país mais caro do mundo para se fazer resseguro.

Quando se compara com outras jurisdições – esse estudo foi distribuído na Câmara, foi distribuído também aos Srs. Senadores –, um estudo realizado pela empresa de auditoria KPMG mostra que o Brasil tem a maior tributação sobre os resseguradores quando comparado com os grandes centros de resseguro mundial.

Apenas para que se tenha uma noção, nenhum desses países, Sr. Presidente, Srs. Senadores, tributa a receita do resseguro. E nós aqui no Brasil tributamos. Nenhum desses países tem uma tributação tão alta sobre os lucros das resseguradoras como aqui nós do Brasil temos, porque eles são tributados da mesma forma que bancos e seguradoras, com uma alíquota majorada de CSLL. Portanto, sem alterar esse quadro, Sr. Presidente, o que vai acontecer é que o Brasil vai continuar muito aquém das suas possibilidades. Nós vamos ser importadores de resseguros, e não – como poderíamos ser – um grande centro, um grande *hub* de resseguros, pelo menos aqui na América Latina.

Esse é um problema muito sério para o país. É até um erro do ponto de vista de política econômica estratégica, porque os resseguradores são empresas que, para dar lastro à sua atividade, precisam fazer grande aporte de capital, e 87% desses ativos garantidores, dessas reservas técnicas dos resseguradores estão no Brasil, investidos em títulos da dívida pública.

Portanto, são empresas que tornam o país mais seguro e que ainda financiam o Brasil. E nós estamos tributando pesadamente essas empresas e fazendo com que outras jurisdições mantenham os resseguros lá, já que resseguro – diferentemente de banco e segurador, que têm que estar no país – você faz em qualquer lugar do mundo, onde for mais barato.

Então, a Fenaber vem trabalhando junto ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, junto à própria Superintendência de Seguros Privados, a Susep, e ao Ministério da Fazenda, mais recentemente, com a Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária, para mudar esse quadro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós já conseguimos avançar bastante em se entender que a tributação no mercado securitário tem que estar concentrada na seguradora.

Esse já é o texto que vem da Câmara: estão prevendo alíquota zero sobre a tributação dos resseguradores, sobre a receita do resseguro. Deixo claro que isso não é nenhum benefício fiscal; muito pelo contrário, apenas se está diferindo essa tributação para o momento do consumo, já que essa é uma tributação do consumo e a relação entre ressegurador e seguradora é exclusivamente corporativa. O consumo se faz na seguradora, quando da contratação do seguro pelo segurado, e é lá, e só lá, que esse valor do resseguro vai ser tributado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é também campo de avançar aqui, e é por isso que estamos aqui nesta audiência pública para pedir que algumas considerações sejam observadas. Essas considerações já constam, formalizadas, em emenda ao PLP 68 – trata-se da Emenda 616, apresentada pelo Senador Dr. Hiran – e elas já foram, inclusive, Sr. Presidente, discutidas com a Secretaria Extraordinária de Reforma Tributária, com o Dr. Daniel Loria.

Aqui agradeço também a interlocução, sempre muito saudável e muito interessante, que vem havendo com o Governo, via Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária, também com o Parlamento e a sociedade civil.

Então, se V. Exa. permitir, eu gostaria de dividir a tela, apenas para que seja possível fazer aqui a apresentação. Acho que está desabilitado aqui. Eu não sei se eu consigo mexer. Agora eu consegui. Maravilha!

Então, aqui, Sr. Presidente, como eu disse, são três as sugestões com relação à CBS e ao IBS.

A primeira delas é um ajuste de redação, para torná-la mais clara e evitar o que o Presidente Rodrigo Maia disse do contencioso tributário aqui. Eu, na qualidade de tributarista, posso dizer que não gosto do contencioso tributário, assim como os médicos provavelmente não gostam de doenças, mas o fato é que elas existem, e nós estamos aqui para auxiliar a dirimi-las da melhor forma.

Então, Sr. Presidente, indo direto ao ponto com relação à emenda que se propõe: é um pequeno ajuste de redação, apenas porque não está claro no texto, na forma como ele veio da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Câmara, que, por exemplo, numa situação em que existe uma empresa argentina que contrata uma seguradora argentina, que contrata uma resseguradora brasileira, que, por sua vez, cede o risco para uma seguradora ou resseguradora no exterior. Nessa triangulação que é feita, e é muito comum no mercado de seguros e resseguros que isso seja feito, o texto exige que, para que haja a alíquota zero e, consequentemente, a tributação só sobre o consumo, se esteja diante de contribuintes de IBS e CBS. Essa é a redação atual.

E o que se propõe aqui? Simplesmente eliminar essa parte da exigência de contribuintes de IBS e CBS, porque, por vezes, como essas entidades vão estar no exterior, elas não vão ser, propriamente, contribuintes de IBS e CBS. Então, é apenas para deixar claro que, sobre qualquer triangulação que se faça, inclusive e principalmente, envolvendo operações de exportação de resseguros, não haja qualquer tributação aqui nessas operações, para que o texto, da forma como está, não traga esse tipo de contencioso no futuro.

Passando para a segunda alteração proposta, Sr. Presidente, há aqui também uma questão que guarda certa semelhança com o que apontou agora o Presidente Rodrigo Maia. É a questão não propriamente do capital das instituições financeiras, mas do capital da resseguradora ou da seguradora, quando ela tem que aplicar isso em uma reserva técnica.

O que nós entendemos e, inclusive, o Supremo Tribunal Federal atualmente entende, é que a tributação deve ocorrer sobre o consumo. Portanto, a receita que deve ser tributada, no caso, é a receita de seguro; a de resseguro vai ter uma alíquota zero, mas a receita de seguro é que tem que ser tributada.

Portanto, aquela receita financeira que é gerada quando uma seguradora ou quando uma resseguradora aplica uma reserva técnica, que gera esse rendimento financeiro, não é preço, isso não é serviço, como bem disse o Deputado Rodrigo Maia, e isso não pode ser tributado, deve cair sobre o consumo. Portanto, Sr. Presidente, o que nós entendemos é que receitas financeiras de ativos garantidores simplesmente não devem ser tributadas.

Encaminhando-me aqui para o final, já é a terceira e última alteração, Sr. Presidente, que diz respeito à questão do período de transição. Vai haver um período de transição para os contribuintes, e o que a Fenaber pede aqui é que, no caso das resseguradoras, essa transição de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PIS e Cofins para IBS e CBS vai implicar uma mudança de modelo. Então, o ideal é que, como vai ter uma alíquota zero, que isso já comece a partir de 2026, já que essas empresas não vão ter com o que compensar a sua tributação se essa mudança não for feita. O que se pede é que, especificamente no caso deles, como tem uma alteração de modelo, a partir de 2026 eles já migrem para o IBS e para a CBS nessa redação específica.

Sr. Presidente, senhores participantes, tenho apenas um último ponto com relação à tributação das resseguradoras.

Sabemos que esta é uma audiência pública para discutir a reforma tributária do consumo, mas existem, no PLP 68, questões relacionadas também à tributação da renda. E temos visto questões, várias vezes, vindas da tributação da renda, como foram episódios específicos da tributação das *bets*, como foi agora o adicional da CSLL. Todas essas são alterações pontuais, mas que têm um impacto sobre a renda.

E o que pedem aqui as resseguradoras é que a sua tributação sobre a renda também seja alterada. Elas pedem, eventualmente, uma tributação em que caia a alíquota agravada de 15% para zero ou, pelo menos, para 9%, como todos os outros contribuintes, já que, como demonstrado nesse estudo da KPMG apresentado aos senhores, não há, propriamente, no caso da resseguradora, lucros extraordinários, não há propriamente um retorno de capital como o das instituições financeiras e das seguradoras a justificar uma tributação majorada. Muito pelo contrário, nós estamos tributando aqui pesadamente e, como disse, levando toda essa receita, que poderia ficar no Brasil, para o exterior. Então, reduzir a tributação e tornar o mercado brasileiro de resseguros mais atraente certamente vai gerar um incremento da atividade aqui e quem sabe até mesmo um aumento de arrecadação.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Fenaber agradece mais uma vez a atenção sabendo que, como dissemos, o Brasil é um país que precisa e clama por segurança. Esse não é um quadro que vai se reverter apenas ressaltando a nossa insegurança, reclamando da insegurança ou lamentando a nossa insegurança, são precisos movimentos virtuosos como esse, capitaneados pelo Parlamento brasileiro, que faz uma reforma tributária corajosa, que faz uma reforma tributária minuciosa, ouvindo a sociedade civil para que nós possamos, sim, pavimentar um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caminho melhor da segurança pública, da segurança jurídica e de todos os tipos de segurança de que o Brasil precisa.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que a Fenaber pede aos senhores que considerem a Emenda 616 e, eventualmente, até as próprias considerações do Dr. Daniel Loria sobre essa emenda, para que a gente consiga uma reforma que busque e alcance, sobretudo, segurança, segurança jurídica para o sistema tributário do país.

Nós não temos dúvida de que é o espaço democrático desta Casa que está servindo para que todos nós sejamos contribuintes desse novo sistema tributário mais justo e mais seguro.

A Fenaber agradece mais uma vez a atenção e se coloca à disposição dos Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu agradeço a participação do Sr. João Rafael Gândara de Carvalho e concedo a palavra ao Sr. Eduardo Lopes, Presidente da Zetta, para sua exposição por dez minutos, com tolerância de cinco minutos.

O SR. EDUARDO LOPES (Para expor.) – Olá, Presidente, obrigado pela palavra e agradeço também o convite para a Zetta estar aqui hoje.

Cumprimento as Sras. e os Srs. Senadores, queria cumprimentar também o Daniel Loria e o Presidente Rodrigo Maia. Já começo também agradecendo e reconhecendo o trabalho incansável que o Daniel e toda a equipe da Sert tem feito em lidar com esse desafio enorme, que é a regulamentação da reforma do consumo aqui no Brasil.

Queria falar rapidamente sobre a Zetta, a instituição que eu represento aqui hoje.

Você consegue passar os eslaides daí?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Consegue.

O SR. EDUARDO LOPES – Então, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Zetta é uma associação que representa algumas dezenas de instituições financeiras digitais, são instituições que nasceram nos últimos 10, 15 anos e que vêm revolucionando a indústria financeira, trazendo muita inovação, competição e inclusão financeira.

O reflexo disso, na prática, é que nós temos hoje, entre os associados da Zetta, mais de 250 milhões de contas que são atendidas. Isso se refletiu ao longo dos últimos anos numa economia monumental de recursos para as pessoas, para os consumidores, na medida em que as instituições digitais, em geral, não cobram tarifas e comissões para abertura ou manutenção de suas contas. Então, estou falando aqui de dezenas de bilhões de reais que têm sido economizados nos últimos anos pelas pessoas, o que tem propiciado uma inclusão financeira de uma magnitude também de milhões de pessoas que passaram a ter acesso ao Sistema Financeiro, seja com acesso à primeira conta bancária, acesso ao primeiro cartão de crédito ou acesso à primeira linha de crédito.

De fato, o papel que vimos exercendo nos últimos anos é muito importante para a democratização do acesso aos serviços financeiros.

Seguindo, por favor, a apresentação.

Aqui são um pouco das entidades que são associadas da Zetta.

Pode por passar para o próximo.

Aqui um pouco dos números de que eu falei: são R$60 bilhões de economia em tarifas, para pessoas que passaram a não pagar por esses serviços. Isso deu acesso a dezenas de milhões de pessoas ao sistema.

Pode seguir adiante, por favor.

Aqui já entrando no tema da nossa audiência de hoje.

O Presidente Rodrigo já fez uma cobertura bastante extensa, aqui, da indústria de serviços financeiros. Então, vou me ater a alguns poucos pontos, para complementar a fala dele e trazer um pouco da perspectiva, em particular, da Zetta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que o primeiro ponto, seguindo para o próximo eslaide, tem a ver com a escolha que foi feita de se tributar o *spread*, de que o Presidente Rodrigo já falou aqui. Então, nós entendemos que se está fazendo uma opção por não definir uma alíquota agora, no texto do PLP, mas, de toda forma, a nossa grande preocupação é que, ao se definir qual vai ser a alíquota que vai ser aplicada no regime específico de serviços financeiros, a gente sempre tenha presente que estamos tributando o *spread* e que isso pode ter, a depender da medida que seja adotada aqui, um impacto sobre o custo do crédito.

Nós entendemos que isso virá numa etapa subsequente e o nosso único ponto aqui é reforçar o que está previsto no texto constitucional. Ainda que não vá haver uma redução de carga tributária que, efetivamente, ao se dosar a alíquota que vai ser aplicada, também não haja um aumento, uma elevação da carga tributária, como está no comando constitucional que foi aprovado.

Para além desse ponto, queria reforçar também a menção que foi feita ao capital próprio. Isso, de fato, já foi bem explicado, não preciso repisar, mas é um assunto que nos preocupa no sentido de que a concessão de crédito com recursos de capital próprio não se trata de uma intermediação financeira, como tradicionalmente a gente está acostumado a fazer e onde se vai aplicar a tributação. Por isso que também reforçamos o ponto aqui sobre a não tributação dos empréstimos concedidos com capital próprio.

Mas eu queria dedicar aqui, talvez, os meus minutos finais, a falar um pouco mais sobre o *split payment*, que está no próximo eslaide.

Por favor.

Como parte da inovação que está sendo trazida pela reforma tributária, pela reforma do consumo, e agora na sua regulamentação, nós temos a criação do *split payment*.

Só para recapitular aqui do que se trata isso, basicamente se trata de um comando para que as instituições financeiras de pagamento, ao executarem uma ordem de pagamento, façam a segregação do valor que é devido de tributo, de IVA, e que esse valor seja recolhido aos cofres públicos e só chegue ao destinatário daquele pagamento o valor já líquido do imposto, ou seja, já descontado do tributo pago.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós entendemos que isso é algo que é praticado em alguns países e, aqui no Brasil, estamos trazendo esse modelo, a partir dessa nossa reforma, do consumo... De fato do ponto de vista social, do ponto de vista do Estado, da arrecadação, da fiscalização, parece-nos algo que é tão ambicioso quanto benéfico para a sociedade, mas não deixa de ser um projeto complexo, de execução complexa. Não é fácil. Quando a gente está falando de fazer o *split*, essa divisão do pagamento do que é devido de imposto e do que é devido para o destinatário final, a gente está com a obrigação de fazer isso nos diversos arranjos de pagamento.

O que são os arranjos de pagamento? É o cartão de crédito, é o cartão de débito, é o boleto, é o Pix, é a TED, é a transferência interbancária. Para cada um desses arranjos, nós temos formas, fluxos diferentes pelo qual esse pagamento segue. Você tem entidades liquidantes diferentes, você tem fluxos diferentes, você tem uma operacionalização que não é uniforme.

Tudo isso se traduz numa complexidade bastante grande de execução. E aí o que tem se discutido é qual modelo que nós vamos adotar para o *split*. Tem-se falado de modelo simplificado, modelo inteligente e modelo superinteligente. Eu acho que eu não vou ter tempo aqui, mas seria o caso de falar um pouco sobre cada um desses modelos. O fato é que todos eles têm complexidades diferentes de operacionalização.

Qual é o nosso pleito aqui, muito em resumo? É que nós tenhamos uma flexibilidade para construir um modelo que, de fato, se aplique de uma maneira eficiente, eficiente da perspectiva do Estado, como ente arrecadador; da sociedade, como contribuinte; das empresas, que podem ter impacto, eventualmente, sobre o seu fluxo de caixa; e das instituições financeiras, que vão ter que desenvolver e implementar isso na prática.

Acho que aqui a gente está, ao longo das últimas semanas – e meses, na verdade –, no âmbito de um grupo de trabalho conduzido dentro da CNF, fazendo um aprofundamento sobre como é que a gente implementa isso para cada um desses diferentes arranjos de pagamento, com as suas peculiaridades, e o que se tem mostrado é que não é simples. Eu acho que a gente vai precisar de tempo para fazer isso e a gente vai precisar de um texto legal que nos dê alguma margem de flexibilidade para conseguir decidir, mais adiante, qual é o fluxo que, de fato, vai funcionar, vai parar de pé, sem que a gente comprometa o objetivo que é, de fato, melhorar a arrecadação, evitar a evasão fiscal, mas, ao mesmo tempo, sem comprometer o sistema de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pagamentos que a gente tem hoje no Brasil, que movimenta trilhões de reais e é conhecido como um dos mais eficientes do mundo. Acho que o recado aqui é que a gente tem muito em jogo, um objetivo muito importante e nobre a ser atingido. A gente precisa de um pouco de flexibilidade e parcimônia em como a gente vai atingir isso ao longo dos próximos meses.

O próximo ponto em relação ao *split* já é um pouco mais específico. É sobre a necessidade de que... É o reconhecimento de que o desenvolvimento desse sistema envolve uma engenharia de sistemas, uma arquitetura de sistemas, um desenvolvimento de sistemas, e tudo isso tem um custo. Isso vai precisar ser desenvolvido pela indústria financeira, isso envolve uma aplicação de diversos recursos e isso vai ter um custo não só para o seu desenvolvimento e lançamento, mas para sua operacionalização no dia a dia. Aqui o ponto é que a gente consiga ter um reconhecimento de que esses custos serão ressarcidos e não serão simplesmente impostos e transladados para a indústria financeira como um comando – sim, que isso vá ser feito em benefício da sociedade, mas que possa haver o ressarcimento pelo desenvolvimento e pela operacionalização do sistema.

O meu quarto e último ponto diz respeito à responsabilização. Nós já avançamos no texto que está em discussão no sentido de limitar a responsabilidade tributária das instituições que vão fazer o *split*. Ou seja, ao fazer a separação, eu, instituição de pagamento, banco, financeira, ao fazer a separação do pagamento e recolhê-lo, estou simplesmente executando um comando a partir de alguns parâmetros do sistema. Então, eu não sou o responsável tributário por aquilo. O que nós estamos aqui propondo é um ajuste para que esteja mais claro ainda que eu também não sou o responsável civil por aquela operação. Ou seja, se eu cometer algum erro, naturalmente eu serei responsabilizado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO LOPES – ... mas, ao cumprir um comando, por exemplo, numa consulta de um sistema único, digamos, do Comitê Gestor, que vai me dizer qual é a alíquota que eu tenho que aplicar naquela operação de pagamento e separar aquele valor, se eu cumprir *ipsis litteris* o que está sendo dito ali, eu não posso ser responsabilizado caso haja algum erro, seja por um erro do fornecedor, seja por um erro da entidade centralizadora das informações. Ou seja, é simplesmente termos certeza de que as responsabilidades estarão delimitadas e claras, para que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente possa cumprir o nosso papel de executar o sistema e operacionalizá-lo na prática, sem correr riscos adicionais que não cabem ao operador do sistema como tal, como simples operador.

Esses eram os pontos que eu queria trazer aqui para a discussão.

Agradeço novamente, Presidente, pela oportunidade de estar aqui e me coloco à disposição para eventuais dúvidas e comentários.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu quero agradecer ao Sr. Eduardo Lopes pela sua contribuição. É bastante interessante a lógica apresentada.

Quero conceder a palavra ao Sr. Heleno Torres, Professor Titular de Direito Tributário da USP e Consultor da Abipag, para sua exposição, de igual modo, por dez minutos, com tolerância de cinco minutos.

Com a palavra, o nosso amigo Heleno Torres.

O SR. HELENO TORRES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Exmo. Senador Eduardo Braga, quero destacar a honra de me dirigir aqui à V. Exa. e a todas e todos os presentes. Saúdo-os por esta magnífica audiência. E também saúdo meus amigos Rodrigo Maia, Daniel Loria e João Rafael, que estão aqui também, e todos que estejam nos assistindo.

Eu trago aqui uma voz a respeito daquilo que tem defendido a Abipag, mas também a Abranet e outras entidades representativas dos segmentos FIDCs. São entidades que me trouxeram esse tema à reflexão. E eu acho que, como bem destacou o nosso eminente Presidente da Câmara de Deputados – sempre Presidente da Câmara de Deputados e grande Deputado Rodrigo Maia –, de fato, há uma disputa destacada por esse segmento de recebíveis. Indiscutivelmente, isso se reflete no texto que se apresenta. E me parece que é exatamente esse o tom que nós gostaríamos de enaltecer, Sr. Relator, que é o de assegurar um tratamento igual a todos os partícipes desse mercado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Roberto Campos Neto, num trabalho magnífico que tem feito à frente do Banco Central, tem procurado fazer justamente esse esforço de desconcentração bancária, permitindo que a concorrência alcance as mais diversas oportunidades de negócios desses segmentos todos. E, exatamente por isso, eu acho que é importante aqui destacar alguns pontos do que pretendemos defender.

Sinceramente, eu gostaria muito de estar presente, Senador Eduardo Braga, mas, do mesmo modo que o senhor foi acometido por uma lesão no joelho ou no tornozelo – não lembro agora –, eu também, neste final de semana, tive uma entorse de tornozelo e, por isso, não pude me deslocar até Brasília como gostaria. Então, peço escusas por não estar presente nesta sessão para essa explanação presencial.

Mas, indo direto ao ponto, gostaria de compartilhar a tela, se isso me for permitido aqui o sistema.

Não está conseguindo aqui fazer esse compartilhamento.

Agora sim, eu acredito que agora será possível. Muito bem. (*Pausa.*)

Não sei se está sendo visível... (*Pausa.*)

Peço desculpas porque eu acho que não está sendo possível fazer aqui a inclusão, mas voltemos então. Não é possível fazer essa inclusão, mas falarei diretamente e de forma objetiva sobre o que nós temos, defendemos e pretendemos esclarecer a todos.

A Emenda Constitucional 132 trata dos serviços financeiros. Muito bem, então, serviços financeiros estão sendo tributados. Como é que nós estamos vendo essa questão dos FDICs? Nós estamos observando que há uma inconstitucionalidade muito clara de tributação, justamente à luz dos princípios de isonomia, neutralidade e livre concorrência. Esses são atributos fundamentais e essenciais no mercado. Exatamente para essa função, nós temos, com muita clareza, que há um descasamento de tratamento entre aquilo que está previsto no art. 190 e o que consta no art. 211, Sr. Relator, quanto exatamente aos fundos de investimentos em direitos creditórios.

Porque, veja bem, no 190 está dito que todo aquele FIDC que liquide antecipadamente recebíveis comerciais por meio de desconto de duplicatas, notas promissórias, cheques e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

títulos estará sujeito, então, ao tratamento tributário quando não for classificado como entidade de investimento. Por outro lado, o art. 211 diz que essa mesma liquidação antecipada de recebíveis de arranjos de pagamentos será tributada pelo IBS e pela CBS na forma desse artigo, e o §3º diz que se aplica ao FIDC e aos demais fundos de investimentos que liquidarem antecipadamente recebíveis de arranjos de pagamentos, caso em que o fundo será considerado contribuinte da CBS e do IBS.

Ou seja, nesses dois textos, o que nós observamos é que há um gravíssimo prejuízo a essas atividades dos FIDCs na forma como se encontram. Por quê? Porque nós estamos falando de um mercado que circula hoje R$540 bilhões em títulos de recebíveis em valores. Nós estamos falando de um mercado extremamente importante para os micro e pequenos empresários, porque eles têm acesso a crédito justamente a partir dessas empresas que estão nesse processo de arranjos de investimento. Aí nesse aspecto, ou seja, nesse ponto, é que eu acho que falta uma compreensão muito clara sobre as diferenças que aqui se colocam.

Então, percebam com muita tranquilidade essas diferenças. Se o FIDC liquida antecipadamente recebíveis comerciais por meio de descontos de duplicatas, notas promissórias, cheques e outros títulos, é classificado como entidade de investimento. Nesse caso, não será contribuinte do IBS e da CBS nos termos do art. 190. Se o FIDC e demais fundos liquidarem antecipadamente recebíveis de arranjos de pagamentos que forem classificados como entidades de investimento, aí ele passa a ser contribuinte do IBS e da CBS, podendo deduzir apenas taxa Selic.

Vejam o tratamento divergente, unicamente com base nos títulos que são empregados. No caso de duplicatas, notas promissórias, cheques e outros títulos, sequer é contribuinte do IBS e da CBS. Quando se trata de liquidar antecipadamente recebíveis de arranjos de pagamentos, passam a ser entidades de investimento, só podem deduzir taxa Selic e são contribuintes do IBS e da CBS.

Agora, essa situação vai se agravando, porque se o FIDC, que faz exatamente aquilo de liquidar antecipadamente recebíveis comerciais por meio de descontos de duplicatas, notas promissórias, cheques e outros títulos e não for classificado como entidade de investimento, esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

será um contribuinte do IBS e da CBS, mas com direito a todas as deduções do art. 185, como se fosse equivalente de banco, quando não for classificado como entidade de investimento.

E, por outro lado, o FIDC e demais fundos que liquidem antecipadamente recebíveis de arranjos de pagamentos e não forem classificados como entidades de investimento, aí aqui nós temos aquele mesmo tratamento que foi dado acima, ou seja, é contribuinte do IBS e da CBS, podendo deduzir apenas Selic nos seus descontos de crédito.

Então, aqui o que nós queremos, Sr. Presidente, é unicamente esclarecer que há, no próprio texto do PLP 68, um tratamento anti-isonômico entre fundos que fazem a mesma coisa. Não há aqui nenhum desalinho com as instituições financeiras bancárias, ou seja, não há nenhum conflito com bancos. Os FIDCs não estão querendo entrar em nenhuma testilha, em nenhuma demanda relacionada a diferenças de tratamento com os bancos. O que há, sim, é que os FIDCs que fazem a mesma coisa com papéis, com créditos, não exatamente iguais entre si, estão se submetendo a um tratamento diferenciado que não fará bem ao princípio de neutralidade, que é essencial à proposta da reforma tributária.

Esse é exatamente o contexto que aqui se encontra, e tudo o que se pede em relação a essa discussão é que sejam ouvidos, por esta relatoria, exatamente os contornos da razão de ser dessa diferença, dessa divergência de tratamento. Primeiro, em relação às deduções, ou seja, com relação às deduções, se não for para que essas deduções gerais sejam aplicáveis aos FIDCs, que tratam de arranjos de pagamentos, que não sejam aplicadas a nenhum outro FIDC, e que efetivamente o tratamento que se dê aos FIDCs de um modo geral sejam equivalentes e, portanto, sejam igualitários.

Isso é o que fará bem ao princípio de neutralidade e fará bem à reforma tributária.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Agradeço ao Dr. Heleno Torres pela sua contribuição e participação.

Concedo...

Eu pergunto à Secretária da Mesa se a questão técnica está resolvida. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ah, o.k.

Então, concedo a palavra ao Sr. Ricardo de Barros Vieira, Vice-Presidente Executivo da Abecs, para a sua exposição, por dez minutos, com tolerância de mais cinco minutos.

Com a palavra, o Sr. Ricardo de Barros.

O SR. RICARDO DE BARROS VIEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos.

Espero que estejam todos me ouvindo. Se puderem compartilhar já o computador para a passagem da apresentação, eu agradeço.

Eu queria começar saudando o senhor, Senador Eduardo Braga, na pessoa de quem eu saúdo todos os Senadores presentes. Quero saudar o nosso Presidente da CNF, Rodrigo Maia, o Eduardo Lopes e o Daniel, nas pessoas de quem eu saúdo todos os demais participantes desta audiência.

Ao agradecer o convite e a participação da Abecs, eu quero me desculpar, mas, infelizmente, eu não pude estar presente, porque eu tenho um evento, uma pequena intercorrência médica para fazer ao final do dia de hoje, aqui, em São Paulo; por isso, não estou aí. Desculpem-me por isso; seria um prazer estar aí.

Só para contextualizar, muito rapidamente, Sr. Presidente, para não gastar todo o tempo e não ser repetitivo, a Abecs tem 53 anos, e ela, hoje, já tem mais de 90 associados e representa todos os segmentos da indústria. Nós temos aqui, com certeza, mais de 85% dos emissores de cartão do país, mais de 90% de todas as credenciadoras, ou seja, as empresas que capturam transações – aquelas maquininhas –, e 100% dos instituidores de arranjos abertos do país.

Então, a gente tem todos os tipos de associados, *fintechs*, novos entrantes, incumbentes, bancos, credenciadoras e bandeiras, inclusive *marketplaces*, *gateways* e fornecedores ligados ao setor. Então, a gente tem uma ampla representação, e é em nome desses associados que a gente vem aqui conversar com V. Exa.

Os números falam por si só, e eu não vou ser repetitivo, se os senhores os conhecem. O setor de meios de pagamento representa hoje quase 60%... Por meio dele, são transacionados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quase 60% do consumo das famílias; ele representa mais de um terço do PIB. Neste ano, nós devemos fechar com mais de R$4 trilhões em transações comerciais e de prestação de serviços transacionados por meio dos cartões de crédito, débito e pré-pago.

Então, é uma indústria altamente relevante, que vem crescendo dois dígitos ao longo do tempo, e acho importante o momento para discutir e apresentar propostas a este Senado.

Eu queria aqui reconhecer o esforço e a dedicação da Sert, com o Daniel e o Appy, que, ao longo de todo esse processo, não se cansam; aliás, devem estar até cansados de tanto nos receber e discutir com todo o mercado, para encontrar soluções.

A Abecs, em nenhum momento, pediu um tratamento diferenciado. A Abecs está focada em alguns pontos que foram mais ou menos listados pelos que me antecederam, mas quero pegar algumas palavras, por exemplo, do Presidente Rodrigo Maia, quando ele fala da questão do contencioso.

Então, muitas das nossas sugestões são para clarificar o texto, adequar as expressões que estão no texto às expressões que estão na Lei 12.865, que deu ao Banco Central o poder de regular a indústria de meios de pagamento do país, e a própria regulação desses 11 anos de regulação do próprio Banco Central.

Então, tem muitas das nossas sugestões, algumas que foram acatadas no relatório da CAE, que vão ao encontro de ajustar nomenclaturas, nomes e conceitos, para evitar dificuldades e potenciais contenciosos no futuro.

A gente apoia a indústria. Antes de entrar em cada um dos itens, só quero deixar claro que a indústria apoia e continuará apoiando muito as discussões para a implantação da melhor reforma tributária possível no país. Inclusive já participamos de grupos de trabalho liderados pelo Loria, junto ao Governo e aos fiscos federais, estaduais e municipais, para já irmos discutindo à frente as questões do *split payment*. Coordenados pela CNF, do Presidente Rodrigo Maia, estamos com consultorias já nos apoiando no desenvolvimento dos trabalhos para que a gente possa executar o *split*. Mas, longe de ser fácil, o *split*, por mais inteligente que seja – e isso não é um jogo de palavras –, demandará um gigantesco esforço das instituições ligadas a meios de pagamento, para se adequar e para poder viabilizar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu vou blocar, pois as nossas sugestões estão nestes cinco blocos: isonomia, responsabilidade, remuneração, alíquota de importação e um conceito de execução simples.

A remuneração foi muito bem explicada já pelo Eduardo, que me antecedeu. Veja que o setor está sendo chamado a contribuir com o Governo, com o país, desenvolvendo um esforço gigantesco para adequar todos os seus sistemas de transação, de captura de meios de pagamento, para prestar um serviço à sociedade e ao Governo. A gente precisa ter um entendimento de que esse serviço será identificado e será, de alguma forma, ressarcido ou reconhecido como uma prestação de serviço, que, em algum momento no futuro, a três mãos, a quatro partes, se definirá o quanto. Nós não estamos pedindo definição de preço, só a previsão de que se trata de uma prestação de serviço e, portanto, tem que ter uma previsão de que ela seja, no futuro, remunerada, não é?

Mas vamos começar com a primeira, que é a isonomia concorrencial. Nós temos aqui dois artigos, basicamente, que interferem nisso. O primeiro é o art. 23, que teve sugestões de redação. As sugestões que estão em vermelho foram ajustes redacionais incluídos, aceitos no relatório final da CAE, não é? E em azul é a nossa proposta. Na definição de plataformas digitais não fica 100% claro o que fica dentro e o que está fora. Então, a gente está propondo a inclusão de um §6º, no qual a gente deixa bem claro que, independentemente de ser uma plataforma ou não, se aquele ente participa de um arranjo aberto ou fechado, público ou privado, e liquida a transação de pagamento, o mesmo estará sujeito aos arts. 50 a 55 dessa lei complementar, ou seja, estamos incluindo todos que, de alguma forma, atuam e viabilizam transações de pagamento para a compra de produtos e serviços, colocando-os todos debaixo da mesma regra, dentro de um princípio de isonomia. É essa a sugestão que a gente tem em cima do art. 23.

O segundo artigo em que a gente gostaria de sugerir algum ajuste é o art. 51. Houve emendas lá na CAE – as Emendas 466, 755 e 1.058 – que foram parcialmente aceitas, e lá ficaram com a redação melhor. Eu acredito que evoluiu bastante da que veio originalmente da Câmara, em que consta a quais arranjos de pagamento, baseados em instrumentos de pagamentos eletrônicos, estão sujeitos. O que nós estamos tentando aqui é ajustar a nomenclatura. A nossa sugestão é, para o texto ficar com a redação idêntica à da regulação da 28 e 1.005, do Banco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Central, que a gente trate não dos arranjos de pagamentos baseados, mas dos prestadores de serviços de pagamento.

Aliás, vocês verão, em artigos subsequentes, a expressão usada no PLP é de prestadores de serviços, e não de arranjos de pagamento. Aqui o objetivo é adequar a nomenclatura e deixar bem claro que todos os arranjos, sejam eles abertos – Visa, Master, Elo, Amex e tantos outros, Hiper –, ou fechados, como carteiras digitais, *vouchers*, além de públicos, como o Pix, e privados, como a TED, e cobranças, todos têm que estar incluídos nisso, sob pena de a gente não fazendo isso, Senador, viabilizar uma assimetria concorrencial muito grande e, de certa forma, definir para onde o mercado todo vai correr.

Imaginem se, por exemplo, os cartões são dispensados, ou excepcionalizados, ou tenham adiada *sine die* a entrada no *split*! No momento em que todos os outros arranjos entrarem, vai haver um fluxo de demanda, de migração de transações muito forte dos cartões em detrimento dos outros arranjos.

Nós não estamos querendo benefício; nós estamos propondo que todos os arranjos estejam incluídos e entrem de forma simultânea, como está lá no art. 23. E aí a gente garante claramente uma isonomia concorrencial, uma possibilidade de todos competirem de forma justa no mercado, mantendo o equilíbrio que hoje existe, muito bem regulado pelo Banco Central.

O ponto seguinte, Senador, sobre o qual a gente gostaria de avançar é sobre a sugestão do art. 54. O Eduardo colocou bem. Nós estamos sendo chamados a prestar um serviço e gostaríamos de ter a responsabilidade única e exclusiva de cumprir, de prestar bem os serviços para que nós estamos sendo chamados.

Portanto, a gente não gostaria de ter nenhuma responsabilidade acessória fiscal e muito menos responsabilidade civil.

Avançando, para tentar não ultrapassar muito o tempo, contando com a boa vontade de V. Exa., no art. 55, a gente também tem aquela solicitação de que haja previsão – eu já comentei, o Eduardo comentou sobre ela também – de ressarcimento de custos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O outro ponto pelo que a gente pede, para melhorar a segurança e evitar a judicialização do IBS e da CBS no Brasil inteiro, é para deixar mais claro, para ser mais detalhado ao especificar o que são os serviços relacionados ao credenciamento. Uma frase muito genérica nos faz temer por um processo gigantesco de eventuais autuações em todo o território nacional.

Então, a gente está tentando deixar o mais claro possível, sem ser exaustivo, com essas três sugestões de incisos que a gente está sugerindo no §1º do art. 205, que definem, detalham, nomeiam, especificam alguns serviços hoje já prestados à indústria.

Quase terminando, Sr. Presidente.

Novamente, como colocou o Presidente Rodrigo Maia, dentro do princípio da isonomia, existe uma série de serviços financeiros que são importados do exterior nessa relação de cartão que a gente quer, a exemplo de todos os outros serviços financeiros, que tenham a mesma tributação, que estejam sujeitos ao mesmo regime a que estão sujeitas as instituições de serviços financeiros.

Então, aqui nós só estamos pedindo para se deixar bem clara a equidade de tratamento.

E, finalmente, a gente tem um carinho especial pelo artigo – e nós estamos no 225 – em que a gente trata da questão... Eu já falei na importação dos serviços. O importante para a gente, Presidente, é, claramente, a base do princípio da isonomia, é deixar claro que todos os arranjos, sejam públicos, sejam privados, sejam abertos, sejam fechados, entrem, simultaneamente, no *split payment*, para não haver desequilíbrio e ganhos não previstos ou ganhos extraordinários para um arranjo em detrimento de outros e que, se for excepcionalizar um arranjo, todos o sejam.

Todos esses pontos foram amplamente discutidos com o Daniel, com o Loria, e sobre eles a gente entende que há um alinhamento positivo, e estamos apenas tentando trabalhar em uma redação que seja plenamente aceita pelo Executivo.

Desculpe-me por ter excedido o meu tempo. Agradeço muito a compreensão de V. Exa. Estou à disposição, e, mais uma vez, peço desculpas por não poder estar presente aí na audiência pública.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Agradeço ao Sr. Ricardo de Barros Vieira pela sua participação e concedo a palavra ao Sr. Daniel Loria, Diretor da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária, do Ministério da Fazenda, para sua exposição, de igual modo, por dez minutos, com tolerância de mais cinco. E todos estamos muito esperançosos de que o Daniel possa responder a todas essas colocações que foram feitas aqui, pelo setor financeiro. Portanto, com a palavra nosso amigo Daniel Loria.

O SR. DANIEL LORIA (Para expor.) – Obrigado, Senador. Obrigado pelo convite para estar aqui. É uma honra.

Agradeço ao Presidente Rodrigo Maia por todo o diálogo, ao Presidente da Zetta, Eduardo Lopes, aos participantes do *online*.

Nós, pela Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária, temos dialogado muito com o setor, Senador, desde a PEC e desde, no início deste ano, o Projeto de Lei da Complementar 68, tanto com relação ao regime específico do setor financeiro quanto em relação ao *split*, que são os dois temas da nossa audiência pública de hoje.

Por favor, se puderem passar...

Começando, então, pelo regime específico de serviços financeiros, para contextualizar, a Emenda Constitucional 132 nos impôs algumas amarras. Então, antes de mais nada, ela nos impôs o desafio de criar um regime específico para o serviço financeiro, o que é inovador no mundo. Então, esse desafio é grande em que a gente tem trabalhado aí desde o início do ano para tentar colocar de pé, com flexibilidade para estabelecer regras de base de cálculo, de alíquota e de apropriação de crédito pelos adquirentes dos serviços.

O crédito para trás, ou seja, o crédito nas aquisições pelas entidades, esse está garantido pela Constituição e preservado pelo PLP. E existe uma trava de carga tributária olhando para as operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras bancárias com prazo mínimo de cinco anos, que, no PLP 68, a gente estendeu para o serviço para o setor financeiro como um todo, em nome da isonomia e da boa organização do mercado. E ficam de fora do regime específico apenas as tarifas e comissões das instituições financeiras bancárias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso é o que está na emenda constitucional, e o nosso papel no PLP 68 é fazer valer a vontade deste Parlamento.

Então, como é que a gente abordou o assunto no PLP 68? Primeiro, a gente listou o que são todos os serviços financeiros. Então, a gente tem operação de crédito, de câmbio, título de valor mobiliário, *leasing*, consórcio, gestão, arranjos de pagamento, seguros, resseguros... Isso tudo está dentro do escopo desse regime específico, com uma observação importante: na reforma tributária, as receitas financeiras auferidas pelas empresas em geral não são tributadas. Tá? Então, isso representa um ganho importante para as empresas que hoje pagam PIS-Cofins sobre essas receitas, pois elas vão deixar de pagar esse tributo. Dentro das análises de fluxo de caixa da reforma, isso precisa ser considerado.

Por favor.

Em cada subatividade – vamos dizer assim –, a gente teve que olhar para a base de cálculo. Como é que eu defino a base de cálculo de um banco múltiplo? Como é que eu defino a base de cálculo de uma corretora de câmbio? E assim por diante. É complexo fazer isso, e a gente optou por discorrer sobre isso em seções.

No cerne da questão, a gente está tributando a margem da atividade, valor adicionado ou o *spread*, e aí, de acordo com cada subsetor, a gente tem uma regrinha de cálculo.

Sobre a alíquota, como eu comentei, nós tomamos uma decisão de nos ancorarmos nessa trava que a Constituição nos impôs e aplicarmos essa mesma alíquota para todo o regime, em nome da isonomia, da boa organização do mercado e da eficiência econômica. Se a gente não fizesse isso, a gente correria risco de ter cargas diferentes para serviços equivalentes, o que a gente não pode ter. A gente não poderia criar esse problema de neutralidade.

O crédito para trás, como eu comentei, é integral, e o crédito para frente...

Eu acho que aqui entra a grande inovação do regime brasileiro. A gente teve como norte, dentro do Governo, do grupo de trabalho que desenhou esse regime específico, dar crédito sempre que é possível. Por quê? Porque o IVA dá crédito sempre que possível, um tributo plenamente não cumulativo. Então, a gente se esforçou ao máximo para fazer isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu diria que, entre todas as hipóteses de creditamento, acho que a mais importante é o crédito que a gente está dando para as empresas que tomam endividamento bancário. Então, hoje, essas empresas que tomam endividamento bancário não se creditam de nada; o banco paga lá o PIS-Cofins e a empresa nos credita. É um tributo que é um custo do crédito no Brasil. E a gente está eliminando esse custo do crédito no Brasil, a gente está eliminando isso por meio de uma mecânica não cumulativa, dentro dos parâmetros de um bom IVA internacional.

Então, o banco, de um lado, vai pagar em cima do seu *spread*, pela sua alíquota, e esse tomador desse financiamento desse empréstimo vai poder apropriar crédito, com base num valor muito similar àquele que o banco paga – tem uma regrinha lá no PLP para isso. Então, isso é uma desoneração do financiamento a empresas, que tem mais um impacto muito positivo em termos de fluxo de caixa das empresas e de capacidade de investimento.

Além disso, a gente previu crédito para tudo que a gente pôde, todos os serviços remunerados por tarifa e comissão, custódia, corretagem, distribuição, arrendamento mercantil, tudo que é arranjo de pagamento. Então, o custo da maquininha que o lojista paga vai dar crédito – hoje tem uma grande discussão sobre isso –, administração de consórcio, custo de seguros... Tudo isso está dando crédito.

Parafraseando o meu amigo Prof. Eurico Santi, que esteve aqui de manhã ou ontem, não sei, ele comentou que o maior benefício fiscal que a gente pode dar é o crédito integral para as empresas, porque é isso que otimiza esse fluxo de funcionamento da atividade econômica; isso é melhor que qualquer benefício fiscal.

A gente teve que vedar o crédito em algumas situações ou por impossibilidade prática de calcular... Vou dar um exemplo, contrato de câmbio: como é que eu calculo a diferença entre o câmbio do segundo e o câmbio que eu paguei, quando tem uma remuneração por *spread*? A gente não conseguiu bolar uma mecânica. Então, esses a gente não conseguiu, outros são adquiridos por pessoas físicas – então, tem consumo e não dão crédito, como previdência complementar, por exemplo –, e outros são adquiridos por fundos de investimento não contribuintes, que também não dão crédito, porque o adquirente é não contribuinte, e o próprio setor também não conseguiria repassar isso para cima dos cotistas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais duas observações finais.

As obrigações acessórias vão ser específicas. Então, a gente pensa aqui em ter uma declaração para o setor financeiro, diferente de uma nota fiscal transação a transação.

Aqui é um regime de tributação em bases agregadas. É mais parecido com o que a gente tem de PIS-Cofins hoje.

E aí há o Comitê Gestor, que depois tem um papel de verificar os dados das operações, para destinar o recurso de arrecadação. Então, a gente tirou essa obrigação do setor da empresa e transferiu para administração tributária.

Nas últimas vezes que a gente tentou migrar de tributação da origem para o destino no setor financeiro, onde a gente falhou como país? A gente não conseguiu destravar esse problema operacional que a gente tinha de emissão de nota em 5 mil municípios.

Na reforma tributária, você não vai ter emissão de nota em 5 mil municípios. Eu tenho uma única obrigação acessória, que o banco vai entregar para o Comitê Gestor, com os dados, e o Comitê Gestor que faça o seu papel de distribuir isso para todos os municípios e estados brasileiros.

Então, eu acho que a gente consegue aqui transferir isso – o produto dessa arrecadação – para os municípios do Brasil, democratizando muito o destino desse recurso, sem onerar as empresas com mais custo de conformidade.

E aí, dentro do regime específico, antes de passar para o *split*, o Senador me pediu para comentar aqui os pontos trazidos.

A gente tem conversado, eu acho, sobre todos os pontos aqui. Há pontos meritórios. A gente tem conversado com a equipe do Senador também. O nosso papel, o da Sert, é dar o subsídio técnico.

É claro que a bola está aqui com o Senador e com o Parlamento. A gente está auxiliando no que é possível, mas temos, sim, avaliado esses pontos trazidos pelos setores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vou citar um exemplo simples: o fundo imobiliário pulverizado não é contribuinte. E o fundo que é detido por outro fundo pulverizado? Também não é para ser contribuinte, não é? Então, para esse tipo de coisa é supermeritório a gente estar trabalhando aí com o Rodrigo, com a equipe técnica, para avançar.

Eu não vou pontuar um a um, mas posso dizer que a gente está avançando bem na grande maioria dos pontos que foram aqui apresentados – na grande maioria.

A segunda etapa da minha fala é sobre o *split*.

O primeiro ponto que eu gostaria de destacar é que o *split* não é um assunto solto, não é uma peça solta. Pelo contrário: ele é uma peça fundamental dentro de todo um quebra-cabeça que é esse modelo operacional da reforma tributária. Então, a gente tem um modelo – que está sendo desenvolvido em termos sistêmicos agora também – que leva em consideração uma série de fatores, e o *split* é um desses fatores.

Primeiro, o contribuinte, que hoje precisa se inscrever no Brasil todo, vai ter uma inscrição única, um cadastro único, centralizado – já é um ganho gigante.

A apuração desse contribuinte: hoje ele apura no Brasil inteiro, e vai ter uma apuração única, centralizada, para todas as suas filiais, todos os seus estabelecimentos. É um ganho gigantesco...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DANIEL LORIA – ... especialmente para quem paga ICMS.

Plataforma eletrônica: o nosso objetivo é que o contribuinte tenha uma única plataforma de acesso ao sistema do IBS e da CBS – uma tela no computador. A gente está até avaliando a questão do texto, junto com a equipe do Senador, para ver se isso está bem claro. É este o nosso objetivo: uma plataforma única de acesso do contribuinte.

Apuração automatizada: uma declaração preenchida para o contribuinte, que o próprio sistema vai fornecer, com base nos dados da nota fiscal.

O pagamento também é automatizado. Aí entra o *split*, que eu vou detalhar melhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dentro disso tudo, a apropriação do crédito pelo adquirente é vinculada ao pagamento do débito pelo fornecedor – tendo o *split*, isso vai ser automático –, e vamos tentar trabalhar em prazos curtos para ressarcimento dos créditos: em média 60 dias, o que, frente à realidade brasileira, é algo bastante curto, não é? É uma evolução gigantesca em relação ao tempo que a gente tem hoje.

Por que a gente está fazendo isso tudo? Para reduzir o custo de conformidade, trazer mais segurança jurídica ao contribuinte, eliminar a inadimplência, reduzir a sonegação, reduzir fraudes e reduzir a emissão de nota fiscal fria, por exemplo, que é um problema grande que a gente tem no Brasil.

Com todos esses ganhos que a gente tem, a gente devolve isso para sociedade, por meio de uma menor alíquota de referência.

Então, essa mecânica da reforma tributária idealizada pelo Parlamento foi muito inteligente – viu Senador? –, porque qualquer ganho que a gente tenha, com o combate à sonegação, com o combate a fraudes, é devolvido para a sociedade na alíquota. Isso reduz a alíquota. Então, é um ganha ganha aqui. Todo mundo ganha: o ambiente de negócios ganha, o contribuinte ganha, com uma alíquota menor, o Governo ganha, com uma arrecadação mais simples, um menor custo de fiscalização... Enfim, é realmente muito positivo.

E, de quebra, a gente evita outras distorções no nosso sistema tributário, como, por exemplo, as substituições tributárias que existem hoje no ICMS, de tributação, logo no início da produção, com base em valor estimado, etc. A gente não precisa nem pensar nisso, quando a gente tem o *split* rodando direitinho, com recolhimento ao longo da cadeia, reduzindo riscos de sonegação.

Por favor.

De fato, o PLP prevê três modelos de *split*. Eu vou falar rapidinho sobre isso e depois dar um exemplo, só para ficar bem claro.

Usando a nomenclatura que o Eduardo trouxe aqui para a gente, que a gente tem apelidado lá, a gente tem um superinteligente, que é esse que consulta com a base do Governo, em tempo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

real, para ver o uso do crédito daquele contribuinte – não é? A gente tem um inteligente, em que você faz a retenção com base no valor da nota – isso vai para o Governo, que processa e libera a diferença que já tiver sido recolhida para o fornecedor em até três dias úteis, que é um prazo bastante audacioso da nossa parte –, e o *split* simplificado, que é esse modelo para o varejo, em que eu tenho uma alíquota pré-fixada, com base no histórico de compras e vendas daquela empresa, e aí eu aplico para todas as transações dele no mês. É um modelo que funciona para todos os meios de pagamento, inclusive para o Pix.

Então, a gente está muito confiante com relação ao desenvolvimento disso.

E aqui eu trouxe só um exemplo, Senador – eu acho que às vezes ajuda quando a gente traz –, do *split* inteligente, que é o nosso alvo aqui no desenvolvimento.

Então, aqui, uma primeira venda, entre um atacadista e um varejista: R$100 mais 26% de IVA; hipoteticamente, R$126. Destacou na nota R$26. Quando ele paga, R$100 vai para o atacadista e R$26 vai para o Governo.

Esse é o *split* simples. Esse fornecedor não tinha crédito nenhum.

Na sequência, o varejista vende para o consumidor final por R$150; o IVA é de 26%; isso dá R$189. Então, tem um débito de R$39. Faz o *split* de novo, R$150 vai para o varejista, e R$39 para consulta, nesse caso.

O Comitê Gestor avalia isso e verifica: "Varejista, você tem créditos acumulados para abater?". "Tenho. Eu tenho R$26 de crédito acumulado" – nesse exemplo. "Então está bem. Eu vou te liberar os R$26 que você já quitou". E aí – última seta, por favor –, libera os R$26 para o varejista, em até três dias úteis.

A evolução desse modelo para o modelo superinteligente é que essa consulta vai ser em tempo real. Então, eu diria que o superinteligente é o suprassumo do desenvolvimento. Vai ser a última etapa. Até lá, a gente pode ter essa defasagem de até três dias úteis apenas com relação ao valor do tributo.

Com isso, a gente espera não ter um impacto, minimizar impactos em fluxos de caixa das empresas e, o mais importante, o nosso *split* no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que a gente fala que ele tem tecnologia inteligente?

(*Soa a campainha.*)

O SR. DANIEL LORIA – Porque ele vai ter uma retenção com base no valor efetivamente devido por aquela empresa. É o mesmo valor que ela pagaria em dinheiro; eu só estou fazendo uma retenção no processamento daquela transação de pagamento. Não estou retendo nem a mais, nem a menos.

E, para atender às preocupações do Ricardo, da Abecs e dos demais participantes do mercado, a gente está muito firme na premissa da isonomia entre os diferentes meios de pagamento utilizados no varejo. Então, é claro que, se eu estou aplicando o *split*, eu preciso aplicar o *split* de forma horizontal. Senão, eu vou gerar uma distorção no mercado, migração de um meio para outro, e a gente não quer isso, a gente não vai admitir isso. Então, a isonomia é uma premissa firme nossa, do Governo.

A gente concorda com a fala do Eduardo de que esse faseamento do desenvolvimento tecnológico é muito importante. A gente tem que ter muito cuidado. O sistema de pagamentos brasileiro é um orgulho nacional, é muito bom, é muito potente. A gente não pode correr nenhum risco de atrapalhar isso.

E a gente montou um grupo de trabalho, Senador, que a gente está desenvolvendo em paralelo ao PLP 68, porque não dá tempo. Então, a gente está trabalhando também com um pé em cada canoa. E, nesse grupo de trabalho, que é o GT 20, que eu estou coordenando, a gente tem os participantes do setor financeiro, do Banco Central, da Receita Federal, de estados, municípios, já trabalhando nas especificações do *split*.

Então, eu estou confiante de que a gente vai conseguir desenvolver. Acredito que, em 2026, que é o ano de teste, acho possível a gente ter algum protótipo do *split* rodando, um projeto piloto, e, em 2027, acho que a gente já consegue uma fase adicional do desenvolvimento. Acho possível sim, com base em tudo que a gente tem conversado no âmbito do GT. Estamos trabalhando para isso, fazendo a nossa parte.

Agradeço muito, novamente, o convite ao Senador. Obrigado pelo tempo e boa tarde a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu quero agradecer ao nosso amigo, que, de forma tão didática e ilustrativa, apresentou a questão do *split payment*, o Sr. Daniel Loria, Diretor da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária. Quero agradecer a sua contribuição.

Quero dizer a todos os nossos apresentadores que as discussões com relação a determinados setores, Deputado Hauly, V. Exa., que desde sempre discute essa questão da reforma tributária, os percentuais sobre segmentos, sobre prestação de serviços, etc., tudo isso é uma decisão que é, de um lado, econômica e, de outro, política. Nós teremos que tomar uma decisão.

O grande desafio, eu creio, seja de forma inovadora e desafiadora aos programadores, é a construção desse sistema do *split payment*. Primeiro, pela sofisticação que isso significa num país de dimensão continental como o Brasil, com uma economia extremamente complexa, com setorizações extremamente diversificadas e com uma quantidade de alíquotas e com procedimentos financeiros distintos, porque, como foi apresentado aqui, você poderá pagar o imposto por todos os meios de pagamentos possíveis, que vão desde o Pix até a questão do cartão de crédito. Portanto, todos esses meios de pagamentos terão que estar sobre um sistema de *split payment* de gerência nacional, que estará operando todo o sistema tributário brasileiro na área de consumo. Sejam recursos para a União, sejam para os estados, sejam para os municípios, a eficiência desse sistema todo dependerá desta ferramenta, absolutamente inovadora, que é o *split payment*, e da forma que nós estamos fazendo.

Todos nós, desde a Emenda Constitucional, que já foi aprovada... E eu repito aqui: o Rodrigo Maia lutou muito sobre esse tema como Presidente da Câmara, e, não à toa, boa parte da tramitação da PEC 45 aconteceu quando o Rodrigo era Presidente da Câmara. E, aqui no Senado, a PEC 110 também aconteceu, aqui na CCJ, em boa parte na época em que o próprio Davi Alcolumbre era o Presidente do Senado. Dele era a primeira assinatura da PEC 110...

Desde aquela época, a discussão mais inovadora era a questão do *split payment,* e o Brasil, que tem um sistema de nota fiscal eletrônica que é extremamente avançado e hoje reconhecido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundialmente, internacionalmente, que tem um sistema de *banking*, de operações bancárias extremamente eficiente, sofisticado, a ponto de nós termos sido capazes de implementar o sistema Pix, que, àquela altura, parecia-nos também algo extremamente inovador, desafiador implementar, da forma que foi implementado – e com sucesso... Isso empolga e estimula todos a acreditar que nossos técnicos e nossa capacidade nas receitas das diferentes esferas – municipal, estadual, federal – serão capazes de implementar esse sistema e esse modelo do *split payment*.

Esse modelo do *split payment*, como foi dito aqui, terá até três dias para fazer o compartilhamento do pagamento com o pagador de imposto e levará, no máximo, até 60 dias para fazer todo o sistema de pagamento de créditos no país. Isso, comparado com o modelo atual, é um avanço, em que a gente sai de 8 para 80! Nós não vamos sair de 8 para 20, ou para 40, ou para... Não: nós vamos sair de 8 para 80, o que é absolutamente desafiador.

Portanto, é natural que muitos estejam incrédulos, que muito estejam em dúvida. A dúvida, eu creio, é o que mais acontece hoje no setor produtivo, é a dúvida sobre como isso vai funcionar.

Na Federação, muitos estão dando um voto de confiança, porque todos entendem que o sistema tributário atual não dá mais para continuar.

Ao longo das últimas três décadas, o Brasil vem discutindo a necessidade de uma reforma tributária, e, finalmente, o Congresso Nacional aprovou a primeira reforma da nossa República em regime democrático, o que é, sem dúvida nenhuma, algo em que muitos não acreditavam que seria possível, se não fosse a determinação, se não fosse a vontade política de alguns que acreditaram muito.

O Deputado Rodrigo Maia está nesse grupo daqueles que acreditaram muito, o Deputado Hauly está no grupo daqueles que sempre acreditaram muito...

Eu conheço o Hauly há mais ou menos 30 anos, e, nesses 30 anos, o Hauly sempre defendeu uma reforma tributária.

Portanto, eu quero dizer que a apresentação do dia de hoje trata exatamente da operação com o sistema financeiro, que é central para dar certo. Se, de um lado, o sistema operacional e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inovação do *split payment* são algo inovador, esse algo não seria possível se não houvesse toda a sofisticação no sistema financeiro brasileiro

O que nós ouvimos hoje foi a constatação de que há discussões com relação à tributação, com relação à determinada isonomia ou não, mas ninguém questionou o modelo, ninguém disse que o modelo... Seja a Confederação Nacional das Instituições Financeiras, seja a Zeta, seja... A associação que se manifestou, no dia de hoje, não disse: "Olha, esse sistema não nos serve ou esse sistema não pode contemplar a minha ou aquela operação".

Creio que esse é um resumo do que ouvimos no dia de hoje e um resumo do que o sistema financeiro representa para essa reforma tributária.

Como eu comecei dizendo que estava aberto para a participação interativa, alguns cidadãos se manifestaram com perguntas.

Rafael, de Pernambuco, pergunta: "A reforma tributária vai afetar a tributação sobre os juros cobrados em empréstimos pessoais, cartões de crédito e financiamentos?".

Danilo, de São Paulo, pergunta: "Como o PLP [68, de 2024] impactará a tributação e [a] regulamentação [...] [de] criptomoedas [algo que ninguém falou na apresentação de hoje], incluindo transações e operações financeiras com criptoativos?".

Letícia, do Distrito Federal, pergunta: "Como a reforma tributária impactará os financiamentos imobiliários?".

Kaio, do Mato Grosso, pergunta: "Quais os impactos da reforma tributária sobre serviços financeiros e como o novo imposto e o *split payment* podem afetar o setor?". Eu acho que isso foi discutido ao longo de toda a nossa audiência pública do dia de hoje.

Natália, de São Paulo, pergunta: "Qual impacto do *split payment* no Simples Nacional? [Acho que essa é uma pergunta muito boa.] [Esse sistema] será aplicado quando essas empresas [...] [venderem] ou para outras [pessoas jurídicas]?". Essa é a pergunta da Natália.

Maurício, de Santa Catarina, pergunta: "[...] haverá [...] [alguma] forma de limitar as alíquotas, para não inviabilizar a prestação de serviços". Eu diria que há uma trava na emenda constitucional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com relação à carga tributária e no PLP a Câmara dos Deputados – isso ainda vai ser discutido aqui no Senado – colocou uma trava de alíquota de 26,5%, quando nós sabemos que o que já está aprovado representa algo como 28%.

No entanto, é importante dizer a quem nos acompanha neste momento que, funcionando o sistema aprovado na emenda constitucional e aprovado no texto que veio da Câmara e funcionando o *split payment*, eu acho que uma das duas coisas que vão impactar positivamente a alíquota é a redução praticamente a zero da sonegação no Brasil. Ainda há pouco, eu falava com o Deputado Rodrigo Maia que a sonegação, hoje, é algo que nós sabemos que existe, sabemos que está presente na nossa macroeconomia, mas nós não sabemos dimensionar precisamente de que tamanho é essa sonegação pelo próprio princípio de que o sonegador não declara a sua receita e não declara os impostos que deveria pagar por via de consequência.

Portanto, se esse sistema funcionar, nós teremos uma redução... Alguns dizem que a sonegação chega a 20%, outros dizem que chega a 10%, outros dizem que a 8%. A verdade é que a sonegação é muito grande. Ao terminar a sonegação, nós estaremos trazendo a alíquota padrão para baixo, e isso será em função da eficiência do que nós estamos falando.

E outra questão que será brutalmente reduzida, se não for a zero, é a questão da fraude, porque nós teremos um comando único e um sistema único, com nota fiscal eletrônica e com um sistema de acompanhamento que, na fase superinteligente, será em tempo real. Portanto, a fraude será cada vez mais reduzida, tendente a zero.

Essas duas variáveis trarão grande benefício na redução da alíquota padrão no país. Acho que isso é importante dizer, e aproveito a colocação em torno da pergunta do Maurício, de Santa Catarina.

Kalleb, do Rio de Janeiro, pergunta: "Qual [será] o impacto direto [...] [do projeto] nas compras [...] [de] produtos importados?". Acho que essa é uma outra pergunta interessante, porque muitos têm usado a importação no país nos últimos tempos.

E, finalmente, Renato, de São Paulo, faz uma colocação: "Caso o PL 68/24 [...] e a PEC da escala de trabalho 6x1 [...] [sejam aprovados], será possível aumentar as vagas de emprego e incrementar salários?". Bem, essa é uma pergunta bastante difícil de poder antever, até porque a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discussão com relação à PEC seis por um, na escala, eu acho que é um tema absolutamente oportuno para o debate, porque é um tema que está em discussão internacionalmente, no mundo inteiro, mas sem dúvida é muito desafiador para o setor produtivo brasileiro conseguir estabelecer uma escala de seis por um na economia brasileira com os desafios que nós temos de ganhos de produtividade e uma série de questões em que precisamos avançar.

Feitas essas colocações, eu gostaria de poder franquear a palavra para o Daniel, para o Eduardo Lopes e para o Rodrigo Maia poderem, de alguma forma, responder às perguntas que foram apresentadas pelos brasileiros que nos acompanham e que acompanham a questão da regulamentação da reforma tributária e a economia nacional.

O SR. DANIEL LORIA (Para expor.) – Obrigado, Senador. Vou tentar fazer alguns comentários aqui. Em primeiro lugar, excelentes perguntas dos cidadãos, hein? Fiquei impressionado. Realmente, ótimas perguntas.

Sobre empréstimos, cartões de crédito e financiamentos imobiliários, a Emenda Constitucional 132 tem uma trava de alíquota. Então, a gente vai manter a carga tributária sobre as operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras bancárias. Em suma, nada muda. Não aumenta nem reduz a carga tributária nessas operações.

No caso dos cartões de crédito, se o cidadão que estiver perguntando tiver uma lojinha, tiver uma maquininha, hoje ele não se credita na taxa de administração desse cartão, na taxa que ele paga por transação, no MDR, e ele vai passar a se creditar. Então, isso é um ganho também para o empreendedor brasileiro, para quem opera com as maquininhas de cartão e para quem vive essa revolução de que Nubank e demais empresas participantes aqui conosco são protagonistas.

Com relação às criptomoedas, a gente não comentou, mas existe uma seção, no regime específico de serviços financeiros, que trata dos prestadores de ativos virtuais, que é um conceito que foi criado pela Lei 14.476, salvo engano, que trouxe o marco regulatório desses criptoativos no Brasil.

A gente está visando a um diálogo com a consultoria aqui do Senado, tentando aperfeiçoar o texto, para deixar bem alinhado com o conceito de ativo virtual, já previsto nessa lei,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

distinguindo das representações digitais de valores mobiliários, que são valores mobiliários por si sós.

Então, a gente está fazendo uma correção técnica para deixar bem preciso o que é ativo virtual e ter esse conceito em lei, bem alinhado com os demais conceitos que já estão na lei que é o marco regulatório do setor. Esse setor dos prestadores de serviço de ativo virtual, hoje supervisionado pelo Banco Central, vai ter a mesma alíquota do regime específico, que é essa alíquota aqui com essa âncora, com essa trava que a gente comentou mais cedo.

Então, acredito que vai ser um avanço, mais um avanço para o setor de ativos virtuais na sua regulamentação no Brasil e na determinação de um regime de tributação racional para essa atividade.

O *split* no Simples Nacional é uma pergunta muito boa. A gente tem conversado sobre isso. Eu diria que o *split* no Simples, da perspectiva operacional, é até mais simples mesmo, como o nome diz, porque o prestador de serviço ou o vendedor que estão no Simples têm uma alíquota fixa, então eu consigo parametrizar aquilo e realizar o *split* se for o caso. É claro que a gente está falando apenas do IBS e da CBS. Estamos discutindo isso no âmbito do texto. Acredito que seja possível realizar o *split* no Simples e acredito que seja muito bom para quem está no Simples e vende para empresas, uma vez que o *split* possibilita o credenciamento automático para aquela empresa compradora naquela operação.

Com relação à pergunta das importações, um dos pilares da reforma tributária é a aplicação das mesmas regras para vendas locais e para as importações. Então, isonomia total: nem melhor, nem pior, ambiente concorrencial isonômico.

Por último, a reforma tributária vai, sim, aumentar a produtividade da nossa economia – e muito –, a gente podia ficar um dia só falando sobre isso. A gente vai racionalizar toda a organização da atividade econômica brasileira, desde a malha logística até a organização do próprio funcionamento das empresas, verticalização *versus* terceirização, enfim, tem uma série de fatores aí que a reforma tributária vai ajudar, e muito, na produtividade da economia.

Senador, obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Você quer falar alguma coisa?

O SR. RODRIGO MAIA (Para expor.) – Só para falar – porque eu não falei do *split* – que eu acho que, de fato, é desafiador. Acho, Senador, que o senhor foi muito afirmativo, o que manda um sinal para indústria financeira de que, por parte do Governo e por parte do Congresso, haverá o *split payment*.

Eu espero que, desta vez, a indústria financeira não cruze os braços e transfira esse ativo para o Banco Central. O Pix não deveria ser do Banco Central, aliás, até gera uma distorção, porque parece um produto de graça, mas não é de graça. Quando a gente aprova o Orçamento, tem lá o orçamento do Banco Central, então nós estamos pagando, de qualquer jeito, o Pix. Não parece, mas estamos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Indiretamente.

O SR. RODRIGO MAIA – Indiretamente. Até eu acho que essa pressão de orçamento no Banco Central tem muita relação – eu não olhei lá os números –, certamente, com o crescimento, que deve ter sido enorme, do investimento em tecnologia que o Banco Central passou a fazer, não de regulação. Isso gera, inclusive, desconforto na indústria, porque muitos têm... Como o Banco Central virou operador e regulador, como é que você discute com o seu regulador, que também é seu concorrente em uma inovação no setor de cartões, por exemplo? Mas isso é outro debate.

Eu acho que o recado é importante. Eu acho que a gente já contratou a Accenture. São sete associadas: Zetta, Febraban, Abecs... Há duas que não são da CNF, Abipag e Abranet – não é isso, Eduardo?

Nós estamos apostando que nós vamos cumprir o papel. Temos muita tecnologia e muita gente qualificada para colaborar com o Governo, para que o *split*, de fato, acabe com sonegação e fraude, para que seja um modelo automático, para que o crédito possa ser desenvolvido de forma mais rápida, como não é hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro dia, até brinquei com o Caiado, Senador. Tinha uma advogada em um evento contra a PEC 45: "A única reforma que nós temos que fazer é resolver o crédito acumulado". Falei: "Viu, Caiado? O que ela quer é que você pague o que você está devendo para ela, poxa. Você não entendeu?".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Ela quer um *split payment*.

O SR. RODRIGO MAIA – "Você não entendeu? Que parte você não entendeu que, no fundo, o que ela quer é que você pague o que você está devendo para ela?".

Então, eu acho que vai ser muito importante. A questão do *spread* foi uma decisão. Da mesma forma como o Brasil decidiu tributar o *spread*, o que é ruim, porque a gente reclama muito do custo do crédito, por outro lado, fez a trava. E a trava por um período gera a arbitragem. Então, a gente fica vendo aqui, na indústria financeira, que uma parte fica querendo um modelo para gerar a alíquota dos serviços financeiros, a outra quer o desenho, a outra quer alíquota menor no curto prazo. Eu sempre defendo o desenho. Para mim, a alíquota é irrelevante. O que vale, para mim, é o melhor desenho. É claro que a Europa que isenta o *spread* não é o melhor desenho. Eles estão tentando procurar um desenho melhor, mas não encontraram, porque gera cumulatividade na cadeia da indústria financeira. Já perceberam e eles querem criar um modelo. É claro que na Nova Zelândia é um modelo para a indústria financeira, é o modelo melhor, porque a alíquota está zero e carrega os créditos. Em cada um você vai ter benefícios e perdas. A gente, aqui, conseguiu construir um modelo, o Appy, o Daniel, o Marcos Pinto, de dar crédito na pessoa jurídica, o que é uma inovação. Não tem nenhum modelo no mundo com o nosso desenho. Não sei se ele vai gerar problema ou não, mas parece que foi uma boa alternativa. Não tem muitas alternativas soltas aí pelo mundo para a gente buscar, mas é óbvio que para a pessoa física tem uma oneração que, por exemplo, nos países que tem isenção, tem uma subtributação. A pessoa não é tributada. Então, cada modelo vai ter um benefício ou não, mas eu acho que, no desenho que nós fizemos em relação à PEC, nós demos um passo à frente. Eu, de fato, sou dos otimistas. Eu acho que a gente vai botar de pé os *split payments* todos juntos. E, em relação ao modelo, eu acho que, sem dúvida nenhuma, a gente reclama muito da alíquota, mas a alíquota é o que a gente paga. Hoje é o que a gente paga. A gente já paga o que vai ser de alíquota.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a última coisa, Eduardo: cada benefício que a gente dá, alíquota zero para o setor tal, tudo beleza. Vai dar mais um ponto, mais dois pontos na alíquota, que todo mundo vai pagar no seu orçamento. O custo de todos nós em outros bens e serviços que nós vamos consumir vai consumir nosso orçamento.

Então, eu acho que é uma briga, essa briga por redução de alíquota, alíquota zero... O ideal seria que não tivesse benefício nenhum e fosse uma alíquota de 18%. Agora, a única coisa que eu quero ver, porque eu não estou mais na política, é o Governo que vai implementar o IVA, porque vai ser duro o cara olhar 27%, 28% na nota fiscal e pagar os produtos. No Canadá, quando o governo que implementou o IVA nacional implementou o IVA nacional – 5% de alíquota, tá? –, ele levou, depois, 20 anos para voltar ao poder. Como eu não estou mais na política, eu apenas vou acompanhar, e vou acompanhar feliz, porque eu acho que a PEC 45, que virou aí a PEC promulgada, e, agora, a lei são um avanço enorme no nosso sistema tributário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Quer falar alguma coisa?

O SR. EDUARDO LOPES (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Um comentário rápido. Primeiro, quero dizer que o senhor resumiu muito bem. Eu acho que a visão da indústria financeira é de que não há uma resistência ao *split*. A gente abraçou, de fato, mas abraçou como um desafio que ele é. Acho que o senhor sinalizou muito bem sobre a complexidade, e basta a gente pensar... Posso dar alguns exemplos só para tangibilizar, talvez, para as pessoas que fizeram essas perguntas tão boas entenderem a dificuldade.

Uma empresa vai fazer um Pix para outra. É um pagamento ou é uma transferência? Se for um pagamento por uma compra de um bem ou de um serviço, incide, tem que fazer o *split* e tem que recolher. Se for uma transferência por qualquer outro motivo, não. Em que momento ela vai deixar isso claro? Como é que você vai fazer essa segregação? Uma compra parcelada em dez parcelas; a liquidação é mês a mês, não é tudo de uma vez. Como é que você vai deixar? Você tem que deixar isso tudo amarrado para que, a cada parcela... E, aí, a cada parcela, vai ser alíquota da transação original ou daquela parcela? Vai ser da transação original, mas você vai ter que fazer com que isso se reproduza ao longo das dez, doze parcelas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, trago alguns exemplos bem simples aqui só para demonstrar que é difícil, na prática, a construção do modelo. Cada um dos agentes de pagamento tem uma entidade liquidante: no caso de Pix, é o Banco Central, você tem o Sistema de Pagamentos Instantâneos do Banco Central; no caso de cartões, é um outro; no de boleto, é um outro; no de transferência bancária dentro do mesmo banco, no de TED... Então, tudo isso é para mostrar um pouco como nós estamos muito engajados em desenvolver um modelo que seja eficiente e em que a gente consiga evitar retrabalhos. Não só que ele pare de pé, funcione bem, atenda todas as preocupações do setor produtivo, do Estado, do setor financeiro, mas que ele seja, de fato, eficiente e que permita alguma progressão.

Às vezes, você desenvolver um modelo, "agora eu vou passar do simplificado para o inteligente", implica ter que refazer tudo; e é isso que a gente não quer fazer. Por isso vai demorar um pouquinho, mas a gente está com todos os esforços para que isso aconteça.

E um último comentário sobre criptomoedas; é muito interessante esse tema ter surgido. Eu só queria fazer um parêntese para dizer da importância da regulamentação dessa indústria no Brasil. A Receita Federal acabou de abrir uma consulta pública para as obrigações acessórias relacionadas a criptomoedas. O Banco Central acabou de abrir duas consultas públicas sobre a regulamentação das entidades que vão disponibilizar criptomoedas e fazer as transações. Tem projeto de lei aqui no Congresso Nacional sobre segregação patrimonial do dinheiro – que é da criptomoeda que é das pessoas *versus* o dinheiro que é da entidade que está cuidando daquela criptomoeda.

Então, tudo isso é para dizer – aproveitar isso para dizer – sobre a importância de a gente avançar na regulamentação dessa indústria, porque, quanto mais segura ela for para as pessoas, melhor é para o setor como um todo.

Então, eu queria só aproveitar o gancho e agradecer novamente o tempo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Bem, eu queria agradecer a todos que participaram desta audiência pública. Sem dúvida nenhuma, a audiência pública do dia de hoje tratou do mecanismo central dessa reforma tributária, sem o qual a reforma não será implementada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, todos nós estamos com uma enorme carga de otimismo de um lado e de esperança do outro, porque a implementação desse modelo e desse sistema, como eu disse ainda há pouco, trará próximo de zero a sonegação e a fraude.

E, com isso, a grande discussão – a cada dez palavras que eu dou à imprensa nacional ou ao responder o que me perguntam nas redes – é com relação à alíquota padrão. Ou seja, a redução da sonegação e da fraude fará com que essa estimativa de alíquota padrão acabe reduzindo. Esse é um grande esforço que todos faremos. Estamos otimistas e esperançosos de que efetivamente aconteça, porque isso fará com que muitos paguem e que, portanto, menos todos paguem. Portanto, esse sistema é fundamental para o sucesso.

Eu quero mais uma vez agradecer a todos...

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODEMOS - PR. Para expor.) – Tem um outro ganho, Senador.

Quando você acabar com a guerra fiscal, com os incentivos, vai ter uma redução da carga total de 3,5% do PIB. Mais a inadimplência, mais 2% do PIB. E mais 1% de custo burocrático. Em torno de 6%, seis e poucos por cento do PIB. Que não seja tudo.

Então, no atual imposto que é cobrado do consumidor final – além dos 13% arrecadados do PIB, são arrecadados 13% hoje nos cinco impostos –, o cidadão está pagando 19%, dezenove e poucos por cento. Então ele vai se livrar desses 6%. Para onde vão? Para o bolso do consumidor.

Então, na realidade, quando você vê a Associação Comercial de São Paulo, que tem aquela lista infindável de alíquotas de produto por produto, não tem nenhum menor que 38% de alíquota, 40%, 50%. Uma geladeira está em 50%; um fogão, em cinquenta e poucos por cento de alíquota. Vai cair. Vai cair para modal 25%, porque 25% de 65% do consumo das famílias, do PIB, que vai dar... Nós precisamos de 13% de 65% do PIB. Isso, tirando de 65% e aplicando a alíquota, dá 25%, ou seja, a alíquota vai ser 20% por dentro.

Hoje o ICMS é por dentro. A alíquota é de 20% a 25%. Então a futura alíquota média é 25%. Como nós vamos reduzir mil, 10 mil produtos para zero, 14%, três tipos de alíquota, vai ter que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

elevar um pouquinho a ponta, para 26%, 27%. Então, no final do dia, vai dar 25%. É isso a colaboração, porque já mentalizamos isso 500 vezes.

Hoje qualquer transação acima de 2 mil o Banco Central é obrigado a passar para a Receita Federal. Já é uma lei lá de 2015. Então não tem nenhuma novidade para onde vai o dinheiro, e já tem essa rastreabilidade. Só para colaborar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Bem, agradecendo ao Deputado Hauly, agradecendo a todos, nada havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 15 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 01 minuto.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 62ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Marcelo Castro, Confúcio Moura, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Alessandro Vieira, Leila Barros, Plínio Valério, Alan Rick, Zequinha Marinho, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Paulo Paim, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Wellington Fagundes, Eduardo Girão, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Gomes, Beto Martins, Rogerio Marinho, Damares Alves, Esperidião Amin, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda do Senador Angelo Coronel, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Cid Gomes, Jussara Lima, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Carlos Portinho, Jaime Bagattoli, Romário e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 59ª, 60ª e 61ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei do Senado n° 49, de 2015 - Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional do Livro e regulação de preços." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra (PT/RN). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Resultado:** Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é definitivamente adotado em turno suplementar. **ITEM 2 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 6284, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para estabelecer condições de oferta de ensino da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, em todas as etapas e modalidades da educação básica." **Autoria:** Senador Romário (PODEMOS/RJ). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é definitivamente adotado em turno suplementar. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2411, de 2024 - Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (PNAEJA)." **Autoria:** Senadora Janaína Farias (PT/CE). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da emenda nº 1-T, na forma da subemenda que apresenta. **Resultado:** Aprovados, em decisão terminativa, o projeto e a Emenda nº 1-T-CE nos termos da Subemenda nº 1-CE. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 5193, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever a possibilidade de os estabelecimentos de ensino de educação básica receberem doações de pessoas físicas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jurídicas." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Relatoria:** Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1. **Resultado:** Concedida vista coletiva da matéria, por cinco dias, nos termos regimentais. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 286, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018, que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita, para fortalecimento das bibliotecas públicas e dos bibliotecários." **Autoria:** Senador Flávio Dino (PSB/MA). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2335, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para tornar obrigatória a inserção de advertência acerca dos malefícios do consumo de álcool, tabaco e outras drogas, em livros didáticos e paradidáticos distribuídos nas escolas públicas; e a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad, para ampliar o escopo das atividades de prevenção ao uso de drogas." **Autoria:** Senador Guaracy Silveira (AVANTE/TO). **Relatoria:** Senador Beto Martins. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com a emenda que apresenta e com a subemenda à Emenda nº 1 - CCJ. **Resultado:** Concedida vista coletiva da matéria, por cinco dias, nos termos regimentais. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2317, de 2021 - Terminativo -** que: "Institui o Memorial em Homenagem às Vítimas Brasileiras da Covid-19." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela conversão do projeto em indicação ao Poder Executivo. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, pela conversão do projeto em indicação ao Poder Executivo. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3472, de 2024 - Terminativo -** que: "Reconhece como manifestação da cultura nacional a Festa da Penha, realizada no Município de Vila Velha, no Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, em decisão terminativa. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 94, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 403/2019, que "cria o Dia Nacional da Consciência Vascular, ou Dia V, a ser celebrado no dia 17 de agosto"." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 95, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Fernando Carvalho Silva, Reitor da Universidade Federal do Maranhão, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre apresentação de Tertuliana Lustosa durante o 1º Encontro de Gênero do Grupo de Pesquisa Epistemologia da Antropologia, Etnologia e Política na Universidade Federal do Maranhão" **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 96, de 2024** que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Camilo Santana, Ministro da Educação, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre apresentação de Tertuliana Lustosa, durante o 1º Encontro de Gênero do Grupo de Pesquisa Epistemologia da Antropologia, Etnologia e Política na Universidade Federal do Maranhão." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Prejudicado em razão da aprovação do REQ 101/2024-CE. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 97, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Camilo Santana, Ministro de Estado da Educação, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações, em Reunião Conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), sobre o Programa Pé de Meia, instituído pela Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, e regulamentado pelo Decreto n° 11.901de 26 de janeiro de 2024." **Autoria:** Senadora Augusta Brito (PT/CE), Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 98, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2080/2022, que ´institui o Agosto Cinza como mês de reflexão e promoção de eventos sobre prevenção e combate a incêndios´" **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 99, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os impactos do uso de celulares por crianças e adolescentes nas escolas, em consonância com a medida anunciada pelo Ministério da Educação (MEC), que propõe a proibição do uso desses dispositivos em salas de aula." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 100, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir e analisar a aplicação e os benefícios dos seguintes métodos educacionais: Pedagogia das Virtudes - voltada para a formação do caráter e das virtudes morais dos alunos; Escolas Cívico Militares - modelo que promove disciplina, respeito à hierarquia e cidadania; Sathya Sai Educare - O Programa de Educação em Valores Humanos, tem como objetivo formar o caráter por meio da educação amorosa e segue os princípios, técnicas e metodologia baseados nos valores humanos universais, desenvolvido por Sri Sathya Sai Baba." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Aprovado com aditamento de convidado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 101, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Camilo Santana, Ministro da Educação, a comparecer a esta Comissão, para, em primeiro momento, prestar esclarecimentos sobre as ações tomadas em relação ao ocorrido na UFMA e discutir os mecanismos de controle e supervisão das atividades nas universidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

públicas e, em segundo momento, tratar de questões diversas de relevância para a Pasta da Educação." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/29

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 62ª reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 29 de outubro de 2024.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 59ª, 60ª e 61ª Reuniões, realizadas nos dias 15, 16 e 21 de outubro.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Informo que, se não houver discordância do Plenário, votaremos em bloco os itens da pauta que exigem votação nominal – aliás, como de hábito.

Quero saudar o Senador Astronauta Marcos Pontes – é uma alegria revê-lo –; o Senador Eduardo Girão, também membro titular aqui da Comissão de Educação e Cultura; caro Senador Rogerio Marinho, que está aqui presente – é um prazer revê-lo –; o Senador Esperidião Amin também; e os demais Senadores que estão, também, à distância acompanhando esta nossa reunião.

Passamos ao item 1 da pauta, que é turno suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2015.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 49, DE 2015

- Terminativo -

Institui a Política Nacional do Livro e regulação de preços.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra (PT/RN)

Relatoria: Senador Jean-Paul Prates

Observações:

1. Em 15/10/2024, foi aprovado o substitutivo oferecido ao PLS 49/2015, ora submetido a turno suplementar nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

2. Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. Não sendo oferecidas emendas, o substitutivo será

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Relatoria do projeto: Senadora Teresa Leitão.

Até o momento não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

A matéria está em discussão.

O Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Bom, Sr. Presidente, quero primeiro saudar V. Exa. e os demais pares.

Nós estamos retornando aqui ao Senado da República após um período de licença e, ao mesmo tempo, acompanhando as eleições municipais que ocorreram por todo o país. Terminou o segundo turno anteontem. Parabenizo aqueles que saíram vencedores e também aqueles que disputaram. A democracia se faz com o contraditório, a democracia se faz com o debate de ideias e, sobretudo, respeitando a opinião da maioria da população brasileira, que claramente mostrou que está em desacordo com o projeto do atual Governo, impondo uma derrota fragorosa, em todo o território nacional, ao Partido dos Trabalhadores.

Bom, dito isso, porque é importante esse registro e terei a oportunidade de fazê-lo no Plenário da Casa mais adiante, quero dizer a V. Exa. que esse projeto – eu não estava aqui por ocasião da sua discussão e aprovação, e nós inclusive não apresentamos, de acordo com o Regimento da Casa, emenda ou substitutivo que pudesse alterar o projeto em si, independentemente do mérito de se preservar ou de se impedir uma concorrência desleal – vai na contramão, Sr. Presidente... E aí essa discussão é muito mais um registro, entendendo que o Regimento não me permite sequer a votação de forma contrária, é apenas para registrar aqui nos *Anais* da Casa que vai na contramão do espírito da livre iniciativa.

Com todas as iniciativas ou todas as propostas que foram implementadas neste país ou em qualquer lugar do mundo em que se impõe um tabelamento de preço sobre qualquer mercadoria, mesmo livro escolar, na verdade, nós estamos estigmatizando e estabelecendo o que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

denominamos de estagnação desse processo. Não se estimula a competitividade, não se estimula a concorrência, ou seja, é uma tese absolutamente anacrônica.

Eu quero lamentar que esse projeto tenha tido êxito aqui, respeitando os colegas, respeitando o que foi decidido anteriormente, inclusive, na nossa ausência. Toda ausência é atrevida.

E eu quero dizer a V. Exa. que não é dessa forma que nós vamos estimular a criatividade, que nós vamos estimular a concorrência, a inovação, que nós vamos estimular que novos produtos sejam oferecidos no mercado, em especial, dos livros didáticos, que representa hoje a maior fatia econômica de venda de livros do nosso país, porque se o nosso país é um país que lê cada vez menos, pela reserva de mercado, esse setor é o que mais impacta economicamente o nosso país. Então, na hora em que a gente restringe, definindo que há um preço mínimo, em que há uma definição de uma política de tabelamento de preço de livros, me desculpem os meus pares, a gente está aqui na contramão do bom senso e das experiências que já aconteceram anteriormente neste país e em outros países do mundo. Isso não vai funcionar aqui, como não funcionou em outros países. Eu pedi até para levantarem aqui para nós... Essa política foi implementada no México. A produção de livros caiu, livraria continuou fechando, a leitura não aumentou no país. Na França, tabelaram o preço dos livros; depois tabelaram o frete; depois, os revendedores *online*, que tinham o melhor preço por causa das entregas mais baratas. Agora querem proibir assinaturas que permitam a leitura de livro por uma assinatura fixa, como o Kindle. No Canadá, o estudo mostra que houve aumento no preço dos livros e queda na produção. No Reino Unido, Suécia, Dinamarca e Irlanda abandonaram a política por entenderem que ela tem pouca efetividade.

Nós estamos num momento, digo aqui, em que estamos sendo negacionistas da inovação tecnológica que está acontecendo no mundo. É, assim, lamentável, mas faz parte do processo democrático. Era apenas para fazer o registro.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador Rogerio Marinho. Quero saudá-lo também...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Passo, em seguida, a palavra ao Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Muito obrigado, Presidente, meu amigo, irmão, Senador Flávio Arns, sempre muito ponderado. Parabéns pela condução dos trabalhos.

Eu queria seguir os argumentos citados pelo Senador Rogerio Marinho, que retorna a esta Casa, deixando muito claro que o Senador Flávio Azevedo fez um grande trabalho aqui enquanto esteve...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Alvarenga, não é?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Flávio Azevedo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Era Azevedo mesmo?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sim, Azevedo. Desculpe a interrupção.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Fez um grande trabalho também. Então, é o Rio Grande do Norte nos dando um grande presente, para o Parlamento brasileiro, com esses Senadores.

Registro também o belo trabalho do Senador Styvenson Valentim e da Senadora Zenaide Maia.

Mas, Sr. Presidente, realmente é algo assustador essa questão de regulação de preço de livro. Queria manifestar a minha reprovação a esse projeto. Não sei se eu vou ter condição de votar – pelo que eu entendi, é uma leitura; vai ter um turno suplementar –, pois não sou, mas estou titular desta Comissão de Educação, mas combinei com o Senador Magno Malta uma permuta e não sei se vou ter ainda a oportunidade de fazê-lo. São muitos, muitos pontos negativos, desde, como falou o Senador Rogerio Marinho, o desincentivo à competitividade, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impacto negativo na inovação e diversidade, porque isso vai contra a lei do livre mercado, da concorrência, à possibilidade do aumento realmente assim de um desestímulo, porque isso não é algo que funciona na economia, a burocracia completa.

Então, assim, é uma pena que a Casa revisora da República, com tantas coisas importantes para a gente retomar, para a gente deliberar para o país, vá na contramão do mundo, como colocou o Senador Rogerio Marinho pelos dados do México.

Então, só para me manifestar, e também deixar nos *Anais* da Casa, o posicionamento contrário a esse PLS 49, de 2015.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu que agradeço, Senador Eduardo Girão.

Senador Astronauta Marcos Pontes, com a palavra.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Bom dia, bom dia a todos.

É muito bom retornar e encontrar todos aqui.

Eu gostaria simplesmente de reforçar a minha posição, a posição que eu tive durante a votação dessa matéria, sendo contrário a essa matéria, por razões já expostas lá e agora reforçadas também aqui pelo Senador Rogerio Marinho, pelo Senador Girão. Sem dúvida nenhuma, o Brasil já lê muito pouco, e restringir a redução de preço de livro me parece uma coisa completamente contrária ao bom senso, para que nós tenhamos as nossas crianças, jovens, adolescentes lendo mais. Leitura é essencial. E o preço dos livros tem que ser alinhado com a necessidade de leitura do país, e não o contrário, como a gente está fazendo aqui.

Então, só para registrar essa posição novamente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador Eduardo Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Eu quero destacar da minha parte que este projeto está tendo a sua origem no Senado Federal, porque aqui a gente poderia ser a Casa revisora da Câmara dos Deputados, porém, tendo a sua origem aqui, também vai à Câmara dos Deputados para o debate. Eu quero, inclusive, alertar que isso pode ser bastante debatido, aprofundado também. Aqui no Senado Federal foi aprovado já um substitutivo ao projeto original, também foi debatido aqui na Comissão, mas ainda tem um caminho para ser aprimorado, não há dúvida alguma.

Quero saudar também a Senadora Damares Alves, a Senadora Zenaide Maia, o Senador Styvenson Valentim, já mencionados antes, o caro Senador Beto Martins, do querido Estado de Santa Catarina – a bela e Santa Catarina. Que bom, Beto!

Passamos ao item 2 da pauta, turno suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 6.284, de 2019.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 6284, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para estabelecer condições de oferta de ensino da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Autoria: Senador Romário (PODEMOS/RJ)

Relatoria: Senador Paulo Paim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. Em 15/10/2024, foi aprovado o substitutivo oferecido ao PL 6284/2019, ora submetido a turno suplementar nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

2. Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. Não sendo oferecidas emendas, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

A matéria está em discussão.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não, Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, após a aprovação do substitutivo, eu fui muito procurada por intérpretes de libras e também pela comunidade surda pela preocupação com a matéria.

Nós estamos num país em que ainda estamos discutindo a escola bilíngue, a educação inclusiva, a educação especial. Nós não temos, Presidente, intérpretes de libras suficientes para a gente alcançar a meta estabelecida no projeto de lei. Eu não sei se os senhores sabem que, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, no último vestibular, só 15 pessoas ingressaram para o curso de Letras-Libras. Nós estamos com dificuldade de termos tantos intérpretes. Nós estamos com dificuldade de termos profissionais na área para o ensino em todas as etapas da modalidade de educação básica.

E a preocupação também da comunidade surda é que a gente possa ter aí uma banalização da libras e que a gente possa também, Presidente, cada vez mais se afastar da escola bilíngue. Se a gente vai ter, em sala de aula, o ensino da modalidade em todas as etapas, nós podemos nos afastar aí da escola bilíngue.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu tenho sido muito demandada sobre a preocupação com esta matéria. E, por conta do período eleitoral, não deu para a gente preparar nenhuma emenda, mas eu precisava registrar isso.

E me parece, Presidente, que o MEC está se manifestando também de modo contrário. Eu tenho a impressão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A regulamentação?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Concordou?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Concordou...

É a primeira vez que eu me preocupo com uma matéria do Senador Paim e do Romário por conta de todo o movimento que houve nos últimos dias. Era só para manifestar isso.

Estou ouvindo os intérpretes. A matéria é terminativa aqui, mas ela ainda caminha para a Câmara. Lá a gente vai ter, com certeza, uma discussão. Mas eu só precisava, em respeito a todos os grupos que estão me procurando, manifestar que houve preocupação de uma parte do segmento com a matéria. Então, só precisava estar registrando isso.

É a minha posição, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senadora Damares Alves.

Senadora Zenaide Maia, deseja usar a palavra?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Fora do microfone.*) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

Com a palavra, Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Uma coisa é real, gente, as pessoas têm dificuldade, não tem intérpretes de libras. Qual foi a preocupação mesmo, Senadora Damares?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A preocupação, Zenaide, é de a gente... Nós não vamos cumprir. Eu tenho a impressão de que é mais uma lei que a gente vai aprovar e a gente não vai ter condições de cumprir, porque nós não temos profissionais suficientes, nós não vamos alcançar essa meta, jamais. E a comunidade surda teme que, no momento em que a gente... Diz o seguinte: já estão ensinando libras em escola? Nós não vamos mais ter a escola bilíngue e a preocupação da comunidade é cada vez mais a gente fortalecer as escolas bilíngues.

É a discussão de um grupo, o segmento é muito dividido realmente, mas, como eu acredito que lá na Comissão de Educação da Câmara a discussão continua, eu só precisava manifestar a minha preocupação e trazer aqui a preocupação dos grupos que me procuraram.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Certo, Senadora Damares. Conhecendo a sensibilidade da senhora para essa formação... Mas eu queria dizer o seguinte: o fato de a gente não ter em todos os sentidos, de não poder cumprir, se a gente não começar, não vai chegar lá, gente.

Não é simples essa questão de libras. As universidades – por exemplo, a do Rio Grande do Norte –, e eu tenho certeza de que várias já têm cursos – de que eu já fui até madrinha há uns seis ou sete anos, libras e língua portuguesa – de formação para esse pessoal. E se o Estado brasileiro como um todo a gente acha que não vai conseguir, imaginem as escolas bilíngues, que são bem limitadas e que também têm suas dificuldades.

Acho que a gente teria, Presidente, Senador Flávio Arns, que iniciar também, vamos colocar isso para o Estado brasileiro se preocupar, porque isso é uma realidade muito pujante. A gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sabe – eu, como médica – das dificuldades que a gente tem, muitas vezes, porque não tem o conhecimento para tratar nossos pacientes.

Então, quanto mais pessoas que têm conhecimento de libras, mais importante. E a gente só pode cobrando... A gente vai ter dificuldade, não é, Damares? Você já foi Ministra, sabe das dificuldades disso, ou seja, de efetivação real das leis que a gente cria. Mas se a gente não tiver esse olhar de ensino no ensino fundamental e nos outros, nós não vamos chegar lá.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço também.

Eu quero só destacar o seguinte, que eu também concordo sempre com a preocupação de que haja oferta. Agora, a oferta é possível de acontecer e temos que formar as pessoas e os profissionais na área.

Já fui secretário de educação e eu diria o seguinte: basta ter a determinação política, a vontade política de fazer. É claro que as coisas não surgem de um dia para o outro, mas tem que haver a preparação de profissionais para a área.

Eu só quero alertar, inclusive para as pessoas que nos acompanham pelo Brasil, que nós já temos educação bilíngue de surdos – com a lei aprovada, sancionada –, como modalidade de educação, não de educação especial; modalidade de educação, educação bilíngue de surdos. Esse projeto vai além. Onde acontece educação bilíngue de surdos? Entre outras alternativas, na própria escola comum, mas pode ser numa escola que oferte educação bilíngue de surdos. E nós temos pessoas muito preparadas nessa área, com mestrado, doutorado, pós-doutorado; professores universitários, que participaram das audiências.

Na área da surdez a gente tem que pensar o seguinte também: que a perda auditiva – vários de nós já temos perdas auditivas – pode ser leve, moderada, severa, profunda. Muitas vezes você tem a prótese auditiva, que ajuda a ultrapassar o problema. Então, é uma situação. Outra situação: implante coclear. Então, é outro encaminhamento. Ou pode ser uma deficiência sensorial, neurossensorial. Para cada uma delas – a Senadora Zenaide é médica – é um encaminhamento diferente. A surdez foi adquirida no decorrer da vida, ou foi lá no começo. Então nós temos que ter muitas alternativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o que o projeto de lei propõe, para ficar bem claro – e eu estou com o substitutivo aqui –, que os regulamentos sobre condições de oferta da educação bilíngue de surdos – onde se necessita também do intérprete, não é? –, editados pelo sistema de ensino, disporão... quer dizer, o regulamento disporá também sobre o acesso da comunidade estudantil ouvinte – para que ela aprenda libras também e, com isso, possa se comunicar melhor com a comunidade surda – e dos pais de alunos com deficiência auditiva ou responsáveis. Porque, às vezes, o pai e a mãe não conseguem se comunicar com o filho surdo. Então, esse regulamento vai dispor, além do atendimento ao aluno, também sobre o atendimento da família para o filho ou dos colegas com o colega.

Quantos alunos pelo Brasil gostariam de aprender libras por aprender, o que acaba sendo uma sensibilização e conscientização? Ou, se tem colega surdo na sala de aula, os colegas terem assim as noções de libras para isso?

Então, eu penso, assim, que é um projeto que procura incluir melhor a pessoa surda, com o apoio daqueles que estão ao lado dele, como a família – e a gente sabe... eu conheço famílias que dizem que não conseguem se comunicar direito com o filho – ou os amigos. Então, fica bom para todo mundo.

Então, é um substitutivo ao projeto de lei do Romário, que diz: "Olha, secretaria, você já está regulamentando aí na escola, então amplie isso para dizer para os colegas e para as famílias...". E da minha parte eu acho ótimo, maravilhoso.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Eu sempre costumo dizer...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – ... Senador Flávio Arns e Senadora Teresa Leitão, que estão aqui, que se a gente não inclui, se o Estado brasileiro não inclui as pessoas com deficiência, na verdade quem está deficiente é o Estado brasileiro, porque essas barreiras que tem... Imagine, eu começo até assim, não só essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

auditiva, mas a de cadeirantes, de pessoas com deficiência física... Se todos os lugares que essas pessoas procuram já tiverem acessibilidade, aquilo deixa de ser uma barreira.

Como vamos incluir essas pessoas com deficiência auditiva como foi falado? Hoje eu vejo um trabalho de pessoas que fazem audiometria com essas tecnologias que os jovens colocam... Eles já tiram aquilo que ameniza o som e botam direto dentro do ouvido. Nós temos muita gente jovem já com deficiência auditiva confirmada. Então, a gente tem que dar visibilidade e oferecer... Não são obrigados...

Acho que a Damares tem essa sensibilidade.

A gente vai continuar do jeito que o senhor falou aí e explicou, vamos dar visibilidade e vamos incluir essas pessoas, porque o Estado brasileiro tem condições de incluí-las. E isso deixa de ser uma barreira. Imaginem, se todos os meios de comunicação já tivessem libras e mesmo a tradução para quem não tem, isso não seria mais uma barreira. Quer dizer, as barreiras são criadas e permanecem pela ausência do Estado brasileiro em incluir quase um quarto da população brasileira que tem deficiência, seja qual for.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Exato.

Eu quero só saudar a Senadora Damares Alves, que, como Senadora, é extremamente voltada à área e, como Ministra... Eu sou testemunha de todo o trabalho e de todo o esforço de V. Exa. direcionados para o atendimento com qualidade da pessoa com deficiência. Então, parabéns pela trajetória! A sociedade brasileira precisa sempre se lembrar disto: aqui no Senado Federal, tem aliados, entre os quais V. Exa.

Muito bem. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas, o substituto é dado como definitivamente adotado, em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Passamos ao item 3 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2411, DE 2024

- Terminativo -

Institui a Política Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (PNAEJA).

Autoria: Senadora Janaína Farias (PT/CE)

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação do projeto e da emenda nº 1-T, na forma da subemenda que apresenta.

Observações:

1. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

2. Em 27/06/2024, foi apresentada a emenda nº 1-T, de autoria do Senador Weverton (PDT/MA).

Concedo a palavra a V. Exa., Senadora Teresa Leitão – quero saudá-la em primeiro lugar; não havia feito antes, mas quero dizer da alegria de revê-la –, para a leitura do relatório.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu cheguei um pouco atrasada a esta Comissão, porque eu estava na CAE. Tinha o primeiro relatório e era urgência regimental, urgência constitucional. Eu tive que dar prioridade e perdi a votação do segundo turno do Projeto de Lei 49, de 2015, que tramitou durante todo esse período. E coincidentemente ele foi aprovado no Dia Internacional do Livro. Eu acho que esta Casa fez um desfecho muito bom, muito importante de um projeto que veio sendo discutido ao longo desses anos todos, de autoria da Senadora Fátima Bezerra, hoje Governadora – depois o Senador Jean Paul também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, quero agradecer a todos as moderações que foram feitas e que serão observadas, evidentemente, porque enriquecem a tramitação.

Então, vamos ao Projeto de Lei nº 6.284, passando direto à análise, certo, Presidente?

No que concerne aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Só quero fazer uma observação: Projeto de Lei 2.411.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – PL 2.411, perfeito. Muito obrigada pela correção.

No que concerne aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, o projeto não apresenta vícios. A matéria é de competência legislativa concorrente da União, Estados e Distrito Federal, conforme dispõe o art. 24, inciso IX, da Constituição Federal. Ademais, cabe ao Congresso Nacional dispor sobre o tema, não havendo reserva de iniciativa em favor do Presidente da República, nos termos do art. 48 da Carta Magna.

É relevante ressaltar a competência do Poder Legislativo para propor políticas públicas, tema que tem sido objeto de discussões jurídicas. Embora o art. 61 da Constituição Federal estabeleça algumas matérias de iniciativa privativa do Presidente da República, essa limitação deve ser interpretada de maneira estrita, por constituir exceção à regra geral de iniciativa legislativa comum. Como Poder comprometido com a efetivação dos direitos sociais, o Legislativo não apenas pode, mas tem o dever de formular políticas públicas que assegurem a concretização desses direitos. No contexto do Estado democrático de direito, a elaboração de políticas públicas, tradicionalmente vista como função legislativa, confere ao Parlamento não só a faculdade, mas também a responsabilidade de propor leis que instituam tais políticas, reafirmando seu papel fundamental na construção do ordenamento jurídico e na promoção do bem-estar social.

No mérito, o PL 2.411, de 2024, mostra-se extremamente oportuno e necessário. Como bem aponta a justificação do projeto, chegamos ao primeiro quarto do século XXI ainda com uma marca significativa de atraso educacional histórico. Os dados do IBGE citados na justificação são alarmantes: mais da metade da população adulta com mais de 25 anos ainda não concluiu a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educação básica obrigatória, e temos mais de 11 milhões de jovens e adultos analfabetos, representando cerca de 7% da população com idade acima de 15 anos.

A proposta da Política Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos vem ao encontro dos princípios estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, especialmente em seu art. 37, que trata da educação de jovens e adultos. Além disso, a iniciativa está em consonância com o art. 208, I, da Constituição Federal, que estabelece o dever do Estado em garantir a educação obrigatória e gratuita para todos que a ela não tiveram acesso na idade própria.

A Política Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos proposta no projeto em análise apresenta uma abordagem abrangente e multifacetada para enfrentar o desafio do analfabetismo e da baixa escolaridade entre jovens e adultos. As diretrizes estabelecidas no art. 3º do referido PL demonstram uma compreensão aprofundada das necessidades específicas desse público, abordando questões cruciais como a flexibilização dos espaços e modelos pedagógicos, a articulação com outros setores e a oferta de bolsas e auxílios financeiros para garantir a permanência e conclusão dos estudos.

A emenda apresentada pelo Senador Weverton é pertinente e contribui para o aperfeiçoamento do projeto. A definição de metas progressivas para a erradicação do analfabetismo, considerando as particularidades regionais e outras variáveis relevantes, é fundamental para o planejamento e a execução eficaz da política proposta.

Sobre esse tema, cumpre destacar que as metas da educação brasileira são definidas pelo Plano Nacional de Educação, inclusive em relação à superação do analfabetismo no país. O art. 214 da Constituição Federal dispõe que o plano decenal de educação, estabelecido em lei, deverá definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias para a erradicação do analfabetismo. Deriva do texto legal interpretação de que estas metas devem constar no Plano Nacional de Educação.

Na edição vigente do PNE, criado pela Lei nº 13.005, de 2014, o plano traz, em sua primeira diretriz, a erradicação do analfabetismo e aborda, em seguida, na Meta 9, a elevação da taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais e a erradicação do analfabetismo, com 12 estratégias voltadas ao atingimento da meta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante ressaltar que o PL 2.614, ora em debate, que institui o novo PNE para o decênio 2024-2034, também possui o objetivo de erradicar o analfabetismo da população adulta. Especificamente, o Objetivo 10 do novo PNE visa, abro aspas, "Assegurar a alfabetização e ampliar a conclusão da educação básica para todos os jovens, os adultos e os idosos", com metas específicas para elevar a taxa de alfabetização e reduzir o percentual da população sem ensino fundamental e médio.

Diante disso, entendemos que a emenda proposta pelo Senador Weverton, embora meritória, necessita de um ajuste para evitar sobreposição ao PNE e suas metas. Propomos, portanto, uma subemenda que reforce a conformidade com o PNE, que já tramita nesta Casa.

Esta subemenda preserva a intenção original da emenda do Senador Weverton, ao mesmo tempo em que estabelece a necessária vinculação com o PNE, evitando conflitos ou sobreposições entre as políticas educacionais.

Por fim, cabe ressaltar que a instituição da PNAEJA por meio de lei é um passo importante para dar maior estabilidade e continuidade às políticas de alfabetização e educação de jovens e adultos, superando a fragmentação e a descontinuidade que muitas vezes caracterizam as iniciativas nesta área. A PNAEJA, em consonância com o PNE, tem o potencial de fortalecer e articular as ações voltadas para erradicação do analfabetismo e ampliação do acesso à educação básica para jovens e adultos.

Voto.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.411, de 2024, e da Emenda nº 1 desta Comissão, na forma da subemenda que apresentamos.

SUBEMENDA Nº 1 – CE

[...]

Acrescente-se, onde couber, no Projeto o seguinte artigo:

"Art. As metas progressivas para a erradicação do analfabetismo no Brasil, objetivo principal do PNAEJA, serão definidas em regulamento, em conformidade com o que dispuser o Plano Nacional de Educação vigente, e deverão levar em conta as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

particularidades regionais dos sistemas de ensino, a disponibilidade e alocação de verbas e a idade do público-alvo, dentre outras [...]."

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Agradeço, Senadora Teresa Leitão.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação, como já dissemos no início, será nominal e realizada em bloco – não havendo objeções, obviamente.

Item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 5193, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever a possibilidade de os estabelecimentos de ensino de educação básica receberem doações de pessoas físicas e jurídicas.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. Em 08/04/2024, foi apresentada a Emenda n° 1, de autoria do Senador Alessandro Vieira (MDB/SE).

A autoria é do caro amigo Senador Styvenson Valentim.

A relatoria é da Senadora Rosana Martinelli.

Pergunto ao Senador Eduardo Girão se pode ser o Relator *ad hoc*. (*Pausa.*)

Ah, desculpe.

Então, a relatoria é da Senadora Rosana Martinelli. Considerando que a Senadora Rosana Martinelli deixou de compor a Comissão e o Senador Wellington Fagundes está retornando, mas ainda não está com o documento aqui na Comissão, designo o Senador Eduardo Girão como Relator do projeto.

Concedo então a palavra a V. Exa., Senador Eduardo Girão, para leitura do relatório.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Como Relator.) – Muitíssimo obrigado, meu querido Presidente Senador Flávio Arns.

É inclusive um relatório muito bem feito pela Senadora Rosana Martinelli, que eu acolho, abraço. E peço a sua autorização para ir direto para a análise. Pode ser, Presidente? (*Pausa.*)

Então, nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que tratem de normas gerais sobre educação. Assim, a análise do PL nº 5.193, de 2019, enquadra-se nas competências atribuídas a este Colegiado.

Ainda, por se tratar de decisão em caráter terminativo, insta mencionar que a proposição atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, e foi redigida de acordo com a boa técnica legislativa.

Passando à análise do mérito, nos termos do art. 208, inciso I, da Constituição Federal, o dever do Estado com a educação deve ser efetivado mediante a garantia de educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade. Além disso, como bem fundamentou o autor da proposição, o Senador Styvenson Valentim, do Rio Grande do Norte, a própria Constituição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabelece, em seu art. 205, que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O negrito aqui é "colaboração da sociedade".

A colaboração da sociedade na promoção e no incentivo da educação não retira do poder público a obrigação da oferta de ensino público e gratuito às crianças e jovens em idade escolar, bem como àqueles que não tiveram acesso na idade própria (art. 208, inciso I, da Constituição Federal). No entanto, é inegável o suporte que a sociedade civil e empresas podem oferecer para a garantia desse direito fundamental.

Ademais, no âmbito do ensino superior, já está regulada a doação de pessoas físicas e jurídicas a instituições de ensino, por meio da Lei nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019, fruto da conversão da Medida Provisória nº 851, de 2018, que dispõe sobre a constituição de fundos patrimoniais com o objetivo de arrecadar, gerir e destinar doações de pessoas físicas e jurídicas privadas para programas, projetos e demais finalidades de interesse público.

As deficiências pelas quais passa a educação básica – especialmente a pública, apesar das melhorias obtidas em algumas frentes nos últimos anos – associadas aos desafios enfrentados pelo país no controle das contas públicas nos levam à conclusão de que não podemos desprezar fontes de recurso.

Importante mencionar, ainda, que, ao contrário de outras iniciativas que tramitam no Congresso Nacional para incentivar doações a instituições de ensino com a contrapartida da concessão de benefícios fiscais para pessoas físicas e jurídicas, o autor da proposição em análise foi prudente ao não gerar quaisquer riscos fiscais adicionais que pudessem comprometer o andamento da demanda.

Eu faço um parêntese aqui, porque lá nos Estados Unidos, por exemplo, é muito comum a doação de pessoas físicas, jurídicas em troca de benefício fiscal, de heranças, enfim, de benefícios em heranças, em menos taxação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, inegáveis os nobres motivos para positivar a permissão expressa de doação de bens ou recursos de pessoas físicas ou jurídicas para instituições de ensino de educação básica, especialmente considerando que tal medida poderá incentivar tais doações.

Do voto.

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e pela aprovação, no mérito, do Projeto de Lei nº 5.193, de 2019, e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Educação.

É esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Eu agradeço ao Senador Eduardo Girão.

Está em discussão a matéria.

Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu combinei aqui que o projeto do nosso colega Senador Styvenson é salutar, mas eu estou pedindo vista porque a gente sabe que essas doações, como foi citado, Girão... Eu cito nos Estados Unidos, mas, por exemplo, a gente sabe... Vou dar um exemplo aqui de Harvard: você passa no concurso e vai, mas quem faz as maiores doações define tudo. Minha preocupação é que essa influência de doação vá influenciar na diretora... E, como nós temos escolas públicas, que têm – a maioria – uma certa autonomia administrativo-financeira, Girão... E esse povo vai definir isso. Combinei aqui com o Styvenson para a gente sentar e ver melhor esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Em seguida, eu passo a palavra ao autor. É regimental a solicitação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E concedo vista coletiva, então, por cinco dias, nos termos regimentais.

Passo a palavra ao caro amigo Styvenson Valentim, autor da matéria.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Eduardo Girão, por relatar de forma *ad hoc*.

Eu analiso a preocupação da minha Senadora Zenaide, do meu estado, com pertinência, claro, e quero dizer que não existe imparcialidade, não tem na Justiça, não tem na imprensa, não tem em canto nenhum essa imparcialidade que a gente busca, porque, no meu ponto de vista, Zenaide, se eu faço uma doação, é claro que eu vou ter uma influência, vou ter uma ideia, vou querer uma coisa, porque isso já acontece lá no Rio Grande do Norte quando eu coloco dinheiro, recursos meus, próprios, dentro de uma escola, porque eu acredito naquele tipo de educação. Entendeu?

A interferência que a senhora cita tem um propósito de ser questionado, mas, infelizmente, Presidente, no nosso país a gente não consegue enxergar justamente essa imparcialidade na educação brasileira. Se eu vou para a escola particular, ela tem um viés ideológico, se for religioso, se for militar, se for tudo isso, ela vai ter. E, se tem um governo que se coloca hoje – ou PT, ou extrema direita, ou extrema esquerda –, ele sempre vai ter essa influência de quem está financiando.

Agora, eu creio, Zenaide, que a influência é baixa de quem vai financiar, mas eu admito, sim, que tem influência, sim. Eu admito que aquela influência é a pessoa participar da escola. A influência é a pessoa ir até a escola e ver qual é o problema, dar um bebedouro, dar um computador. Qual a influência que eu estou exercendo aqui? Dar internet, se quiser pagar. Ah, por que eu não posso fazer isso como pessoa, como ser humano? Então, realmente, pode ser uma influência se eu colocar internet na escola e colocar como senha o meu nome, colocar a rede com o meu nome. Eu estou exercendo influência, mas não sou eu que estou pagando? Não sou eu que estou fazendo? É quase inútil a gente pensar que vai ter imparcialidade em alguns ambientes, Presidente, principalmente na escola.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu estou pedindo no meu projeto – e eu acho que é regimental e é justo da Senadora – é se a gente pode aperfeiçoar esse projeto, colocando uma emenda limitando a influência ideológica, limitando a influência de quem financia uma escola.

Exemplo: eu dar uma cadeira, eu pagar um fardamento, se eu quiser tirar do meu bolso e fazer isso, eu posso? Qual é a influência que eu vou exercer sobre aquelas pessoas? Que tenham uma melhor escola, que tenham acesso a algo de qualidade que o Estado, por via constitucional, por lei, não dá? Então é essa a diferença que eu estou querendo discutir aqui. Eu não estou pedindo nada demais, eu estou pedindo só que a pessoa que vá fazer a doação doe aquilo que se precisa na escola.

Se eu quiser doar todo o meu salário do mês para uma escola fazer o que ela quiser, vai ter influência. Concorda? A própria influência, Senadora Leitão, a própria influência já é o próprio diretor, o próprio funcionário, o próprio professor da escola dizer quem fez a doação naquela escola. É uma influência. Querendo ou não, é quase impossível a gente não ter influência nas coisas que a gente vai fazer, politicamente ou, se não, financeiramente.

Obrigado.

Espero que na semana que vem a gente aprove esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Styvenson Valentim.

De fato, pode ser debatido, discutido, tudo isso, mas vamos fazer isso no momento da aprovação do projeto, porque já foi concedida vista.

Passamos ao item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 2335, DE 2022

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para tornar obrigatória a inserção de advertência acerca dos malefícios do consumo de álcool, tabaco e outras drogas, em livros didáticos e paradidáticos distribuídos nas escolas públicas; e a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad, para ampliar o escopo das atividades de prevenção ao uso de drogas.

Autoria: Senador Guaracy Silveira (AVANTE/TO)

Relatoria: Senador Beto Martins

Relatório: Pela aprovação do projeto, com a emenda que apresenta e com a subemenda à Emenda nº 1 - CCJ.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ.

2. A matéria constou da pauta da reunião do dia 15/10/2024.

3. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Com a palavra, então, Senador Beto Martins, para a leitura do relatório.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É o item 6, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – O item 6 da pauta.

O SR. BETO MARTINS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Querido, estimado Presidente Flávio Arns, que representa o nosso estado coirmão, Paraná, queria, antes de ler o relatório, desde já parabenizar o Senador Guaracy por esse projeto de lei, que me parece muito pertinente.

Também queria pedir ao Presidente autorização para ir direto à análise do projeto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

O SR. BETO MARTINS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... para eu dar a melhor e devida celeridade.

Nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, cumpre a esta Comissão opinar sobre proposições que versem acerca de diretrizes e bases da educação nacional e temáticas correlatas, a exemplo da veiculada pelo projeto sob exame. Nesse sentido, a presente manifestação encontra amparo na competência regimental em comento.

Em adição, tendo em conta a determinação de apreciação terminativa prevista no art. 91, inciso I, do mesmo normativo regimental, deve a presente manifestação incluir juízo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

A esse respeito, alinhamo-nos com o entendimento esposado pela CCJ ao analisar a matéria, consistente na redesignação do dispositivo inserido no art. 4º da LDB, por meio do art. 1º do projeto. Isso decorre do fato de o citado art. 4º já conter um parágrafo único, adicionado pela Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, tratando, inclusive, de matéria diversa desta de que cuida o PL nº 2.335, de 2022.

Com efeito, o parágrafo existente passa a ser o §1º, ao passo que o novo dispositivo acrescido pelo PL sob exame deve ser numerado como §2º.

No entanto, por um equívoco, passível de correção na redação final, o novo dispositivo foi numerado como §1º. Além disso, no próprio comando do art. 1º do PL, foi omitido o verbo "vigorar", ou "viger", que em algum momento pode ser necessário à compreensão da inovação.

Em razão desses lapsos, e para não deixar pendência à redação final, houvemos por bem oferecer uma subemenda de redação para sanear a falha e a lacuna ora apontadas.

No que tange especificamente ao mérito é de se salientar, preliminarmente, a pertinência das ponderações realizadas pela relatoria da matéria na CCJ, em relação à distinção de alcance das medidas inseridas na LDB e no Sisnad.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como é sabido, o art. 4º da LDB identifica os tipos de medidas que conformam o dever do Estado consistente em assegurar a educação escolar pública. Uma dessas medidas, prevista no inciso VIII desse dispositivo, é o atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar.

Com a inovação, os livros didáticos e paradidáticos adquiridos e distribuídos no âmbito dos programas suplementares de material didático escolar previstos no referido inciso veicularão, nos termos de regulamento a ser editado, mensagens de advertência sobre os malefícios do consumo de álcool, tabaco e outras drogas.

Dessa forma, a previsão inserida na LDB não alcança todas as obras classificadas como didáticas ou paradidáticas, mas apenas aquelas que serão selecionadas para aquisição no âmbito de programas suplementares de material didático-escolar, a serem distribuídas para alunos de redes públicas e instituições conveniadas.

Em todo caso, a capilaridade desses programas é decisiva em relação ao alcance da inovação. A propósito, vale lembrar o peso da totalidade das redes públicas de educação básica em termos de matrícula e, portanto, de destinação de livros dos programas suplementares de distribuição desses materiais a que a norma proposta se dirige. De acordo com o Censo Escolar da Educação Básica de 2022, as redes públicas respondem pelo atendimento de 81% de todo o alunado da educação básica. Em termos absolutos, são 38,4 milhões de alunos de um universo de 47,4 milhões de estudantes que frequentam esse nível de ensino no país.

A estratificação desses dados por etapas da educação básica evidencia outras relações que tendem a corroborar a perspectiva de eficácia da diretriz, um dos requisitos da juridicidade. Nos anos iniciais do ensino fundamental, por exemplo, os indicadores de participação da escola pública na matrícula superam os 80%, sendo, dessa forma, equiparados aos da educação básica como um todo.

Nos anos finais do ensino fundamental, as escolas públicas concentram 84,4% de toda a matrícula da etapa. Esse percentual se soma ainda de 0,3% de matrículas em instituições conveniadas com o poder público, cujos alunos também se beneficiam dos programas de distribuição de livros didáticos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em resumo, nessa etapa, as redes públicas congregam 84,7% de toda a matrícula.

Por sua vez, no ensino médio, a participação das redes públicas é estimada em 87,7% de toda a matrícula da etapa. São aproximadamente 6,9 milhões de um conjunto de 7,8 milhões de alunos matriculados nessa etapa, consoante dados do Censo Escolar de 2022.

No que toca à inovação inserida no Sisnad, por meio de alteração do parágrafo único do art. 19 da Lei do Sisnad, a finalidade é ampliar o rol de meios ou atividades de prevenção de uso indevido de drogas dirigidas especificamente ao público infantil e infantojuvenil. O mencionado art. 19 enumera os princípios e as diretrizes que as atividades de prevenção do uso indevido de drogas devem observar. Daí a previsão de que incluam advertências, anúncios e mensagens em livros didáticos e paradidáticos sobre os malefícios ocasionados por essas substâncias.

Na mesma linha da diretriz acrescida à LDB, a modificação inserida na lei de regência do Sisnad também não é dirigida para todas as obras ou livros passíveis de caracterização como didáticos ou paradidáticos. Por envolver mais uma possível ação ou meio de fortalecimento das medidas de prevenção do uso indevido de drogas entre jovens, acaba sendo uma medida de indução, a ser mediada pelo Conanda junto ao mercado editorial e aos autores.

Assim, como bem se ressaltou na percuciente análise da Comissão anterior, as interações com o mercado editorial podem estimular até mesmo a adoção da publicidade em materiais apostilados, os quais são hoje produzidos pelo e para o setor privado. Não há dúvida de que os organizadores desses materiais terão todo o interesse de negociá-los com o poder público para adoção nos sistemas e redes públicas.

Nesses termos, a inovação acrescida à Lei do Sisnad tende a ampliar o alcance da proposição como um todo, fazendo com que os livros utilizados por estudantes de escolas privadas também contenham advertências, anúncios e mensagens sobre os malefícios ocasionados pelas substâncias tóxicas causadoras de dependência química.

No que respeita particularmente à questão da eficácia da lei proposta é importante ter-se em mente que a inovação legislativa, pelo menos em sua fase inicial, envolverá um trabalho de monta visando à execução dos programas suplementares de livros didáticos. Por essa razão, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso juízo, será necessário um prazo razoável para adaptação à nova diretriz inserida na LDB e na Lei do Sisnad.

Em vista disso, apresentamos emenda para modificar a cláusula de vigência, com a sugestão de prazo de um ano, fixado em 360 dias, para que a medida proposta entre em vigor. Esse prazo, pensamos, é razoável tanto para os preparativos incumbidos ao Poder Executivo nos pertinentes certames de aquisição das obras, quanto para que autores e editoras se adequem à nova formatação e à inserção das advertências nas obras.

Por fim, reafirmando a constitucionalidade, a juridicidade e a adequação do projeto às determinações da Lei Complementar nº 95, de 1998, já indicadas pela CCJ, julgamos que a matéria, ao incorporar os aprimoramentos ora suscitados, torna-se ainda mais digna de acolhida pelo Senado Federal.

Segue o voto.

Em vista do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.335, de 2022, com a Emenda nº 1-CCJ, na forma da subemenda e da emenda a seguir.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Beto Martins pelo relatório.

Está em discussão a matéria.

Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Senador Beto Martins, nem tive tempo de cochichar um pouquinho com a V. Exa., como manda a boa relação da Casa, para lhe dizer que vou pedir vista. (*Risos.*)

Foi bom, porque a gente conseguiu ouvir todo o seu relatório, mas qual é o problema, que a gente precisa ver se desata este nó? Esse projeto tem intercessão com muita coisa já existente, e ele mexe com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que, no momento, se comunica com a discussão da Base Nacional Comum, que é quem fixa os conteúdos curriculares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse conteúdo já faz parte de deliberação do Conanda, do sistema nacional também de combate às drogas e de um outro programa que já está sendo implementado nas escolas, o Programa Saúde na Escola, que trata de alertar as crianças e os adolescentes a respeito dos malefícios do uso de drogas.

Então, como ele tem muitas intercessões, fiz questão de ouvir todo o relatório. Eu acho que a gente precisa aprofundar mais, inclusive junto ao MEC também, porque são todas políticas. Na hora em que ele for para a lei, ele passa a ser lei. A política nacional do livro didático é uma política. O Programa Saúde na Escola é outra política. A situação com que o Conanda trata essa questão é outra política. Então, com a Lei de Diretrizes de Bases, a BNCC é outra política, todas regidas pela Lei Maior.

Então espero que a V. Exa. compreenda...

O SR. BETO MARTINS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Claro.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... mas vou usar o meu direito regimental, Presidente, de pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu agradeço à Senadora Teresa Leitão.

Concedo, então, vista coletiva, nos temos o art. 132, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, pelo prazo de cinco dias.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu sei que as pessoas querem discutir a matéria, mas, concedendo a vista, a discussão fica para daqui a cinco dias.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Senador Zequinha Marinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sim, mas eu quero... O Senador Zequinha Marinho havia solicitado... Antes passo a palavra a V. Exa. (*Pausa.*)

Sim, Senador. Quero saudar, no primeiro lugar, V. Exa., assim como o Senador Paulo Paim.

O próximo item – se V. Exa. permitir – é o último terminativo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – É um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Aí nós abriremos a votação e iremos para os itens não terminativos durante a votação também.

Pode ser, Senador Zequinha?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então, está bem.

Vamos ao item 8 da pauta, porque o item 7 é uma indicação, é não terminativo também.

Então, item 8 da pauta.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 3472, DE 2024

- Terminativo -

Reconhece como manifestação da cultura nacional a Festa da Penha, realizada no Município de Vila Velha, no Estado do Espírito Santo.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Relatoria: Senador Paulo Paim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Concedo a palavra a V. Exa., caro amigo, Senador Paulo Paim, para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Senador Flávio Arns, se V. Exa. permitir, eu vou direto ao mérito.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É um projeto simples e uma bela iniciativa do Senador Contarato. Então, eu vou direto ao mérito.

Quanto à técnica legislativa, não há problema nenhum, não é inconstitucional, não é nada.

Quanto ao mérito, também somos favoráveis à proposição.

De fato, a Festa da Penha é a maior festa religiosa do Estado do Espírito Santo e a terceira maior festa mariana do Brasil. Encontro de fé e cultura local, a comemoração reflete um aspecto profundo da alma brasileira, que congrega a religiosidade e as tradições populares.

No caso da Festa da Penha, essa conexão é visível não apenas nas cerimônias religiosas, mas também nas expressões culturais que envolvem o evento. A procissão dos fiéis, a subida ao convento, as missas e as novenas, bem como a música e o folclore local, são elementos que compõem um mosaico de experiências que ultrapassam o âmbito religioso e adentram o campo da cultura nacional.

A festa reforça a ideia de que a cultura brasileira se forma pela convivência entre o sagrado e o cotidiano, onde a devoção a santos e padroeiros está profundamente entrelaçada com as narrativas pessoais e coletivas de fé e identidade. O Convento da Penha, localizado em um dos pontos mais altos de Vila Velha, é um símbolo não só de fé, mas também de história e resistência.

A Festa da Penha consegue reunir pessoas de todas as idades, classes sociais e origens. Essa diversidade reflete a abrangência da cultura religiosa brasileira, que acolhe todos os que nela se veem representados. Além disso, a festa transcende a esfera religiosa ao fomentar o turismo e a economia local com a cidade de Vila Velha recebendo um grande fluxo de visitantes durante os dias de celebração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Festa da Penha é uma representação viva da fusão entre fé e cultura no Brasil. A forma como as tradições religiosas são perpetuadas ao longo de gerações, integradas às festividades e ao modo de vida local, demonstra a riqueza de uma cultura que, embora profundamente enraizada no catolicismo, é também aberta à diversidade e à mistura de influências.

Não restam dúvidas quanto à importância do reconhecimento desse grandioso evento como manifestação de nossa cultura nacional.

O voto, Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.472, de 2024, do nobre Senador Contarato.

Feita a leitura, direto no mérito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem, Senador Paulo Paim. Agradeço pelo relatório.

De fato, é um evento nacional importante e, como V. Exa. destacou, além da fusão de fé e cultura, manifestação religiosa, é também um grande evento para o que a gente pode denominar de turismo religioso, que gera imposto, gera renda, dinamiza o mundo do trabalho.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Passamos agora para a votação nominal, em bloco, dos itens 3 e 8 da pauta.

Solicito à Secretaria que abra a votação.

Em votação as seguintes matérias, nos termos dos relatórios apresentados: PL 2.411, de 2024, e PL 3.472, de 2024.

Os Senadores e as Senadoras que votam com os Relatores ou as Relatoras votam "sim".

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Passamos ao item 7 da pauta, que é uma indicação. É o Projeto de Lei nº 2.317, de 2021.

Podemos fazer isso enquanto a votação...

Desculpe-me, antes disso o Senador Zequinha Marinho quer usar da palavra? Agora ou depois?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – Deixe-me só votar aqui, Presidente.

Não consegui votar. Já abriu?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Já abriu. Já abriu.

Está aberta a votação.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Presidente, eu gostaria de fazer um comentário rápido sobre o Projeto 2.355.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

Desculpe, Senadora Teresa Leitão, mas eu me lembrei, na sequência, de que eu havia assegurado a palavra para o Senador.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Primeiro, quero cumprimentar o autor, que não está entre nós, Senador Guaracy Silveira, que é um homem de Deus, uma pessoa bem referenciada não só nos Estados do Pará, Amapá e Tocantins, também pela ideia – acho que é uma ideia muito legal –, e o Senador Beto Martins pela bela relatoria.

Quanto ao mérito, é simples, mas importante. Nenhum de nós aqui – nenhum, tenho certeza – questiona qualquer coisa sobre ocupar um pequeno espaço em qualquer lugar da literatura entregue nas escolas pelo poder público para colocar uma chamadinha falando, em poucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

palavras, sobre os efeitos nefastos das drogas lícitas, como fumo, tabaco e bebida alcoólica, como também das ilícitas, porque, lamentavelmente, as escolas estão sendo ameaçadas todo dia.

Nossas crianças, adolescentes e jovens, às vezes, não estão tendo, por parte das famílias, de suas famílias, a disciplina e a recomendação para evitar esse tipo de coisa, porque esses meninos sempre estão recebendo influência de tudo quanto é lado e, às vezes, a escola, também capenga na formação desse cidadão, preocupa-se muito mais com a grade curricular do que com a formação do homem ou da mulher de que o país precisa.

Então, eu quero aqui cumprimentar o autor e o Relator.

A discussão fica para semana que vem.

Eu tenho absoluta convicção de que esse projeto ajuda. Não vai alterar em nada a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), não mexe em mérito, absolutamente, nem em critérios, apenas objetiva ocupar um pequeno espaço. De repente, pode alterar um pouco a Lei 11.343, de 2006, que vai ampliar o escopo da publicidade contra as drogas. E todo mundo aqui nesta sala, incluindo a Senadora Teresa Leitão, tenho convicção, é contra esse tipo de drogas, porque isso acaba com a família e com a sociedade. A gente vai estar junto para aprovar esse projeto, para ocupar esse espaço e dar um recadinho às nossas crianças, jovens e adolescentes de que isso é muito prejudicial para a pessoa, para a vida e para a sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradecemos a V. Exa. pelas considerações em relação a, como foi acentuado, tema tão importante para a sociedade.

Como nós já atingimos o quórum... Mas o Senador Zequinha Marinho precisa votar também. Aguardamos o voto... Aguardamos, então.

Passamos, enquanto isso, ao item 7.

ITEM 7

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 2317, DE 2021

- Terminativo -

Institui o Memorial em Homenagem às Vítimas Brasileiras da Covid-19.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE) e outros

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela conversão do projeto em indicação ao Poder Executivo.

Observações:

1. A votação será simbólica em virtude da conclusão do relatório pela conversão do projeto em indicação, de acordo com o art. 227-A, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Autoria: Senador Humberto Costa, Senador Paulo Paim e Senador Rogério Carvalho.

Concedo a palavra a V. Exa., Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Pois não, Sr. Presidente.

Vou direto à análise, que não mexe no mérito.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Evidentemente, no mérito, nada há o que desabone o projeto. De fato, a proposição reflete uma iniciativa de profunda empatia e reconhecimento às incontáveis vidas impactadas pela pandemia, não apenas honrando a memória daqueles que perdemos, mas também servindo como um marco de gratidão e reconhecimento aos esforços dos profissionais de saúde que estiveram na linha de frente, muitas vezes sob risco pessoal, para combater essa crise sanitária sem precedentes.

Todavia, apesar de seu inegável mérito, a proposição padece de vício insanável de inconstitucionalidade. Veja-se que, já em seu art. 1º, o projeto traz uma autorização para que o Poder Executivo institua e construa o referido memorial em homenagem às vítimas brasileiras da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

covid-19. Os demais artigos definem detalhes do memorial a ser instituído e estabelecem obrigação a órgãos do Poder Executivo, como é o caso do art. 5º.

Sobre o tema, importa ressaltar que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania já adota entendimento pela inconstitucionalidade de proposições de caráter meramente autorizativo, em seu Parecer nº 903, de 2015, exarado em atendimento a consulta formulada por esta Comissão, por intermédio do Requerimento nº 69, de 2015, já que todos esses projetos recaem aqui sobre nós.

O Supremo Tribunal Federal também tem adotado, reiteradamente, entendimento pela inconstitucionalidade de leis meramente autorizativas. Diversos julgados da Corte Suprema são citados, no referido parecer da CCJ, como embasamento para a decisão do Colegiado.

Então, passo diretamente, Sr. Presidente, como V. Exa. colocou, ao encaminhamento.

Ressaltamos que a ideia de criar um memorial em homenagem às vítimas ganhou força. Todavia, ciente das impropriedades de determinar ou autorizar o Poder Executivo a erigir tal monumento, o Colegiado apresentou o Projeto de Resolução do Senado nº 46, de 2021, que cria o memorial em homenagem às vítimas da covid-19 no Brasil. O projeto de resolução do Senado foi aprovado e deu origem à Resolução nº 26, de 2021, criando, enfim, o referido memorial, mas nas dependências do próprio Senado, inclusive muito visitado quando da chegada aqui de comitiva de visitantes, de estudantes. Foi inaugurado, localizando-se na parte superior do Auditório Petrônio Portela.

Dessa forma, entendemos que o Senado Federal já atuou, dentro dos limites constitucionais que balizam suas ações, para a criação do memorial em homenagem às vítimas da covid-19 no Brasil.

Ante o exposto, o voto é pela conversão do Projeto de Lei nº 2.317, de 2021, em indicação ao Poder Executivo, na forma a seguir:

> INDICAÇÃO Nº , DE 2024
> Sugere ao Poder Executivo a instituição e construção do Memorial em Homenagem às Vítimas Brasileiras da Covid-19.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Sugerimos ao Poder Executivo Federal, com amparo nos arts. 224, inciso I, e 227-A, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a instituição e construção do Memorial em Homenagem às Vítimas Brasileiras da Covid-19, nos termos propostos pelo Projeto de Lei nº 2.317, de 2021.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senadora Teresa Leitão, pelo relatório.

Está em discussão matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É o item...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sete.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sete, não é?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – A transformação do PL em indicação para o Poder Executivo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Permita-me, Presidente, só para dar um destaque, primeiro, à Senadora Teresa Leitão.

Esse projeto é de iniciativa do Senador Humberto Costa, deste Senador e do Senador Rogério Carvalho, e, com essa brilhante relatoria, tenho certeza de que será um projeto vitorioso, que vai instituir o memorial em homenagem às vítimas brasileiras da covid-19.

Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será daqui a pouco, depois de proclamarmos o resultado da votação nominal.

Como já temos o quórum, podemos encerrar a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Votaram SIM 18 Senadores e Senadoras; NÃO, nenhum.

Abstenção: nenhuma.

Quórum: 19.

Aprovados, portanto, os projetos de lei nos termos dos relatórios apresentados: PL 2.411, de 2024, e PL 3.472, de 2024.

As matérias serão encaminhadas à Mesa para as providências cabíveis.

Passamos à votação do item 7, cuja relatoria foi da Senadora Teresa Leitão.

A votação é simbólica.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão pela conversão do projeto em indicação ao Poder Executivo, na forma do art. 224, inciso I, e do art. 227-A, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Passamos ao item 9 da pauta, que é o Requerimento nº 94, de 2024, de autoria do caro Senador Dr. Hiran, aqui presente, a quem quero saudar também. Inclusive, havia a sessão especial hoje pelos hematologistas, e quero lhes transmitir aqui o meu abraço. Conheço vários no Paraná, profissionais da mais alta competência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 94, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 403/2019, que "cria o Dia Nacional da Consciência Vascular, ou Dia V, a ser celebrado no dia 17 de agosto".

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

Com a palavra V. Exa. para a leitura do requerimento do item 9.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para encaminhar.) – Bom, Presidente, Senador Flávio Arns, Sras. e Srs. Senadores e Senadoras, no último dia 17... (*Pausa.*)

Desculpe-me, Presidente. É que eu tenho vários itens na pauta, e a minha assessoria colocou aqui os itens...

Esse item trata do...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Só para lembrar, do Da Nacional da Consciência Vascular.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... Dia Nacional da Consciência Vascular, a ser celebrado no dia 17 de agosto.

Ao definir as regras para a instituição por lei de data comemorativa, a Lei nº 12.345, de 2010, estabeleceu que o critério básico da alta significação para a sociedade brasileira da data comemorativa a ser instituída (art. 1º) deveria ser atestado "por meio de consultas e audiências públicas realizadas, devidamente documentadas, com organizações e associações legalmente reconhecidas e vinculadas aos segmentos interessados" (art. 2º), cuja comprovação deveria acompanhar o projeto de lei que proponha instituir data comemorativa (art. 4º).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, para relatar o PL 403/2019, é necessária uma audiência prévia para demonstrar a importância de criar o Dia Nacional da Consciência Vascular, que abrangerá campanhas para conscientizar a população sobre a necessidade de prevenção, de controle e de diagnóstico das enfermidades cardiovasculares e iniciativas para a organização de palestras sobre doenças vasculares e sobre o controle e a prevenção dessas doenças.

Destacar pelo menos um dia no ano para um esforço concentrado de conscientização da população pode surtir grande efeito positivo, tendo em vista, Sr. Presidente, a natural multiplicação da informação no seio da sociedade.

Sala da Comissão, 9 de outubro de 2024.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa.

Em discussão a matéria.

Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Eu quero aqui parabenizar o colega, Dr. Hiran. Informação é poder, a gente tem que dar visibilidade. O sistema cardiovascular... A gente sabe que as patologias do sistema cardiovascular levam a óbito milhares de mulheres e homens e até crianças deste país. Então, como eu disse, conhecimento é poder. Se a gente não der visibilidade... Gente, quando se institui um dia desse, chama a atenção até dos colegas que trabalham na saúde. É impressionante, mas passam a ver aquilo. E a gente sabe, por exemplo, que uma das maiores gravidades da covid-19 era justamente essa inflamação generalizada, não é, Hiran, do sistema cardiovascular. Ou seja, a vascularização chega a todos, nós sobrevivemos com isso. E um dia nacional para dar visibilidade à população brasileira e aos profissionais da saúde é de uma importância fundamental. Parabéns, hein, Hiran?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senador Marcos Pontes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Senadora Zenaide, minha querida colega.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Bom, eu gostaria, Presidente, de parabenizar o Dr. Hiran, o Senador Dr. Hiran, por essa iniciativa. Eu aprendi, eu não sou médico, mas eu aprendi recentemente, com a associação brasileira cardiovascular, a importância desse assunto. Inclusive agora, dia 9 e 10, em São Paulo, a gente vai fazer um mutirão para cirurgias com essa associação, no sentido de ajudar a população.

Tem um dado, não vou lembrar dos números exatamente, a quantidade de pessoas, de trabalhadores que ficam fora do trabalho por causa de problemas vasculares também. Então, parabenizar o Dr. Hiran, parabenizar pela iniciativa. Sem dúvida nenhuma, como a Dra. Zenaide falou também, conhecimento é poder e a gente precisa trazer isso para a população. Parabéns! Obrigado.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senador Dr. Hiran, com a palavra.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Obrigado. Eu queria fazer uma referência a um projeto de lei que tramita nesta Casa, de sua autoria, que trata também do exame de proficiência para os alunos do curso de Medicina. Eu acho que o seu projeto vem ao encontro das nossas aspirações, no que tange a formarmos e aferirmos com responsabilidade a formação do médico brasileiro, porque é de conhecimento de todos nós que há uma proliferação desenfreada de escolas médicas, com formação de médicos às vezes mal formados e isso dificulta o acesso à medicina de qualidade, principalmente às pessoas que procuram o Sistema Único de Saúde, que é o maior sistema universal do mundo.

Então, quero parabenizar V. Exa. pelo seu apoio às nossas reivindicações aqui no Senado da República. Parabéns, Senador Marcos Pontes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Obrigado, Dr. Hiran. Quero lembrar que esse projeto de lei foi feito por muitas mãos, principalmente pelo Conselho Federal de Medicina, pela Associação Paulista de Medicina também e por uma série de entidades que se preocuparam com isso.

Nós fizemos uma audiência pública em que eu fiquei bastante impressionado com a situação, e a ideia é proteger a saúde da população, não dificultar a profissão, logicamente, mas proteger a saúde da população. Acho que esse é o caminho.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento, item nº 9 da pauta.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 95, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Fernando Carvalho Silva, Reitor da Universidade Federal do Maranhão, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre apresentação de Tertuliana Lustosa durante o 1º

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encontro de Gênero do Grupo de Pesquisa Epistemologia da Antropologia, Etnologia e Política na Universidade Federal do Maranhão

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

Com a palavra V. Exa.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, este requerimento trata de convite ao Sr. Fernando Carvalho Silva, Reitor da Universidade Federal do Maranhão, para comparecer a esta Comissão a fim de prestar esclarecimentos sobre a apresentação de Tertuliana Lustosa durante o 1º Encontro de Gênero do Grupo de Pesquisa Epistemologia da Antropologia, Etnologia e Política na Universidade Federal do Maranhão.

Presidente, senhoras e senhores, nós assistimos a uma exposição dantesca, vergonhosa, para todo o povo brasileiro, que aconteceu naquela universidade, durante um evento que aconteceu lá, que foi a apresentação dessa... eu não sei se é travesti, transexual, eu fico em dúvida, mas essa senhora fez uma exposição que envergonha quem se preocupa com educação neste país. E é de extrema importância que seja ouvido, aqui nesta Comissão, o Magnífico Reitor da Universidade Federal do Maranhão, o Sr. Fernando Carvalho, para prestar esclarecimentos sobre o incidente ocorrido na referida universidade, que gerou ampla repercussão pública e questionamentos sobre a adequação de eventos acadêmicos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, durante uma mesa redonda sobre gênero e sexualidade, a historiadora e cantora Tertuliana Lustosa realizou uma performance de cunho erótico, que incluiu a exposição de partes íntimas, cantando e dançando um brega *funk*, "Educando com o [...]" – eu não vou falar a palavra, por respeito a todos –, na bancada dos palestrantes. Subiu na bancada, virou de quatro, expôs suas partes íntimas e cantou essa música, fato amplamente divulgado nas redes sociais e pela mídia do nosso país.

A apresentação ocorreu no seminário "Dissidências de Gênero e Sexualidades", organizado pelo Grupo de Pesquisa Epistemologia da Antropologia, Etnologia e Política da Universidade Federal do Maranhão, portanto, inapropriada para o ambiente acadêmico em que se deu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Constituição Federal de 1988, Sr. Presidente, senhoras e senhores, em seu art. 205, estabelece que a educação deve promover o desenvolvimento integral do indivíduo, preparando-o para a cidadania e o mercado de trabalho. O art. 206 reforça a necessidade de que o ensino respeite a liberdade e o pluralismo de ideias, mas sem comprometer os valores éticos e sociais. Adicionalmente, o art. 221 enfatiza que a programação cultural e educativa deve respeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394, de 1996) sublinha a importância da liberdade de aprender e ensinar, sempre alinhada aos princípios éticos e morais.

Diante da possibilidade de que a apresentação tenha violado normas constitucionais e educacionais, bem como desrespeitado valores sociais e familiares, é crucial que se faça o esclarecimento.

Portanto, solicita-se a presença do reitor para esclarecer as ações tomadas em relação ao ocorrido na universidade e bem como as medidas adotadas para prevenir situações semelhantes. Esta medida visa a assegurar o cumprimento das normas constitucionais e legais que regem a educação no nosso país, protegendo a moralidade e os valores éticos que devem guiar as instituições públicas de ensino.

Essa é a justificativa da apresentação desse convite.

Eu quero também, aproveitando aqui a devida vênia do Presidente, dar ciência às Sras. e aos Srs. Senadores de que enviei ao Ministério Público do Maranhão e ao Ministério Público Federal ofício para a apuração de possível ato de improbidade administrativa no uso de recursos públicos para fins que possam estar desalinhados com os objetivos institucionais e legais, com a responsabilidade dos gestores da universidade que, por ação ou omissão, permitiram a realização de atividades potencialmente lesivas à moralidade pública e aos princípios constitucionais que regem a administração pública, e também para a apuração de possível violação do art. 233 do Código Penal, que pune a prática de ato obsceno em espaços públicos.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Em discussão a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, sem sombra de dúvida, esse fato foi um fato que causou repugnância, admiração em todos que são, como eu, do ambiente educativo: professores, pesquisadores. Eu vou me basear numa postagem da Senadora Eliziane Gama, estudante dessa universidade. Nós temos que preservar a universidade, isentando a própria instituição daquela cena que lá ocorreu.

Então, eu acho que o requerimento tem o seu valor, mas ele precisa ser pontuado na hora certa. Para mim, qual é a hora certa? Quando terminarem as investigações. A investigação já foi aberta, porque isso excedeu qualquer autonomia pedagógica, qualquer liberdade de cátedra – isso excedeu. Então, já está aberta uma investigação tanto nas instâncias internas da universidade, que não pode ser maculada por este ato, quanto por tudo que o requerimento de V. Exa. prevê e pede, e foram acrescentadas dessas duas medidas que V. Exa. nos informou agora que tomou, do envolvimento do Ministério Público. Não estou me colocando contra, mas apenas querendo preservar a instituição.

Sabedora que sou de que as investigações estão ocorrendo, que a gente aguarde a conclusão das investigações para que o Senado tome conhecimento, mediante esse requerimento, do que foi feito, das conclusões das investigações e dos seus posteriores desdobramentos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senador Marcos Pontes.

Depois, Senador Eduardo Girão.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Realmente esse fato foi lamentável por todos os pontos de vista. Eu conheço a Universidade Federal do Maranhão, com o trabalho que nós fazíamos lá, como Ministro, para o Centro Espacial de Alcântara. A universidade realiza trabalhos ali junto com a comunidade, inclusive colocou um centro satélite da universidade em Alcântara para isso também. A gente sempre tem que ver a universidade do ponto de vista positivo, a universidade trabalhando a favor da população,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhando a favor da formação de alunos com qualidade. Isso é muito importante. Quando acontece um fato desse, isso nos entristece sobremaneira.

É difícil de se julgar. Por isso é que a investigação, sem dúvida nenhuma, é importante, é essencial que se tenha, para se julgar até onde o reitor ou as autoridades sabiam do que poderia acontecer. Lógico que a gente tem uma certa noção. Quando você tem um certo evento com determinado direcionamento das pessoas convidadas, você pode esperar. Tem que haver uma combinação antes do que pode e do que não pode ser feito. Esse tipo de coisa degrada muito o nome da universidade, o nome da instituição, e isso é lamentável.

Eu acho importante que nós tenhamos, sim, aqui uma conversa com o reitor para saber desse lado. Aqui eu concordo com o Senador Hiran e acho que isso tem que ser feito em paralelo com a investigação também, de forma que a gente saiba, converse e levante os fatos de uma situação como essa, para que não deixe esfriar ou entrar no sistema normal do esquecimento, com tantos assuntos que passam. Essa é uma coisa que não pode acontecer e não pode ser permitido esse tipo de coisa.

A Universidade tem a sua autonomia garantida – isso é importante. É um espaço para discussão, mas a discussão tem que ser feita com respeito: respeito às outras pessoas, respeito à moralidade, respeito à sociedade. Então, isso aí, sem dúvida nenhuma, tem que ser investigado e tem que ser discutido aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero cumprimentar o Senador Dr. Hiran e sua equipe pelo belo requerimento produzido no *time* certo. Esse episódio chocou o país, uma verdadeira aula de pornografia. É isso que ficou consolidado nos quatro cantos do país.

Inclusive, o Ministro da Educação é do meu estado. Camilo Santana não deu um pio sobre o assunto – pelo menos até ontem, não tomei conhecimento de manifestação – e, muito pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contrário, tirou férias durante esse período por duas vezes para acompanhar a eleição. Então, parece que as questões eleitorais e de política são mais importantes que a educação, enquanto que a população e que os alunos estão sem recesso. Mas o Ministro da Educação se dá o direito de tirar licença, tirar férias no período de eleição enquanto os alunos estão estudando do Brasil. Então essa é a prioridade deste Governo, Senador Wellington Fagundes. Mas não tem porquê. É de praxe, quando acontece qualquer situação escandalosa no país, em determinadas áreas, que tanto o responsável direto, no caso o reitor da universidade, seja ouvido, até para trazer que providências estão sendo tomadas – as imagens tomaram conta do Brasil – até como o Ministro também ser ouvido aqui, Ministro da Educação, Camilo Santana.

Então, eu vejo que nós temos o Requerimento 10 e o Requerimento 11 nesse sentido, e acredito que é dever da Comissão de Educação, como nós tivemos já centenas de casos aqui no Governo anterior também, que a gente possa chamar os titulares, as pessoas que estão à frente para serem ouvidas na Comissão de Educação.

Eu agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não havendo mais quem...

Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Olha, eu queria aqui parabenizar Hiran, realmente. Hiran, eu não tinha nem visto, é tanta informação, mas realmente a cena é...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – É bom que não veja, é bom que não veja, que é de extremo mal gosto. É agressivo. É agressivo.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Mas eu tenho que ver que é para a gente se preparar.

É grotesca e só penso o seguinte, acho que você fez corretíssimo, não só essa notificação da universidade, como já chegou ao Ministério Público Federal. E penso como Teresa, sim, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos na véspera, a gente sabe como isso, quer dizer, foi grande. Uma universidade que, como falou nosso astronauta aqui, que eu nunca soube que tivesse, é uma universidade considerada...

Acho que tem que vir o reitor, mas não podia esperar, porque se tivesse, por exemplo, como ele disse, que postergar... Mas quando passou por campo fora do administrativo, isso já vai ser o Ministério Público Federal, não tem como. Que o reitor tem que vir, sim, mas se pudesse a gente já ter alguma... Isso é minha opinião, certo? Aliás, eu não tinha visto, foi bom você dizer, mas quando eu vi pelos comentários... É porque é tanta informação que às vezes a gente não vê. Mas pelo que eu sei, Presidente, grotesco, incompatível com universidade, que a gente tem que ver... Nada, a gente... O direito de um só vai até onde começa o do outro. E esse respeito que eu estou dizendo tem que vir, mas se pudesse, eu ficaria, sim... Postergar essa apuração se não tivesse o Ministério Público Federal.

Mas tudo bem, acho que você fez corretíssimo, parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Não havendo...

Senador Hiran, gostaria de fazer uso ainda...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – Eu quero só, Presidente, Sras. e Srs. Senadores, dizer que essa minha iniciativa foi em nome de todos nós. Eu acho que todos, independentemente de nossos matizes ideológicos, nossas crenças, todos aqui, como o povo brasileiro se sentiu absolutamente agredido com aquela cena. Foi uma coisa impressionante.

Nós que temos filhos, netos, ninguém gostaria de ter uma neta assistindo a um espetáculo grotesco daquele. Eu fiz isso em respeito a todos. E eu acho, querida Zenaide, que independentemente de a gente ter... Você sabe que essas investigações, essas sindicâncias se estendem aí por muito tempo. E eu acho que terminam por esfriar esse assunto. Eu acho que nós precisamos dar uma sinalização à sociedade da nossa indignação.

Então, é por isso que eu acho que... Independentemente de tudo que está sendo feito em termos da verificação das responsabilidades, que o Reitor da universidade venha a esta Casa e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ouça de nós a nossa indignação por aquilo que aconteceu, para que aquilo não se repita lá na Universidade Federal do Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Eu só queria reforçar o meu apelo, Senador.

Eu não quero só chamar o Reitor aqui para a gente dizer a ele da nossa indignação. Eu não quero só chamar o Reitor aqui para ele dizer que tomou essa providência de investigação e que a investigação está correndo. Essas investigações e sindicâncias internas têm prazo – têm prazo. Isso não é uma coisa que vai indefinidamente, sobretudo pelo impacto que essa ação teve na própria comunidade acadêmica.

Eu acho que a gente tem que chamá-lo, sim – não estou discordando do conteúdo –, mas com esse cuidado de não macular a instituição e nem a própria... O Senador pensava que fosse um reitor antigo, não é – ele sabe inclusive quem é. Que ele diga a gente o que foi feito. Se a gente não concordar, se a Casa achar que precisa de mais coisas, que a gente faça de acordo com o que a instituição fizer. É só sobrestar o requerimento.

E, como tem um outro requerimento, conjugado com o Ministro Camilo Santana, para este mesmo assunto, até os dois poderiam vir no mesmo dia: o que é que concerne ao MEC, o que é que não concerne; até que ponto a autonomia universitária está considerada, não está considerada. Acho que a gente podia fazer um debate mais proativo – um debate mais proativo –, em que nós de fato tivéssemos condições de influir, porque, como a investigação está em curso, a gente não vai poder influir. Ela está em curso. Com ela terminada e com o relatório apresentado, aí sim, a gente tem mais condições de influir.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria só, em função das diversas manifestações, de propor o seguinte – se particularmente o Relator, Dr. Hiran, amigo nosso também, médico, concordar –: há encaminhamentos feitos para o Ministério Público estadual, Ministério Público Federal, e nós estamos aqui debatendo um convite. Temos todo o direito de debater esse convite, de convidar a pessoa, e a pessoa vir dar explicações. Como é um convite, nós podemos atender esse convite não imediatamente. Podemos esperar, porque nós queremos saber também que encaminhamento foi dado ao final, porque podemos achar que as atitudes foram adequadas ou que não foram adequadas. Então, o Ministério Público vai, conforme já o Dr. Hiran relatou, fazer a sua investigação. O Ministério Público Federal também. A própria universidade, suponho, tem aberto procedimento administrativo interno, com o jurídico também – espero que tenha feito. Tudo isso a gente tem que saber, tem que tomar conhecimento.

Eu sou professor universitário, também já fui do ensino fundamental, do ensino médio, lá da Universidade Federal do Paraná, já aposentado. A universidade é enorme, é grande e tal, mas a universidade tem que tomar as suas providências internas, e não há dúvida disso. Agora, isso extrapola, como foi colocado, e por isso que foi enviado um expediente.

Então, eu proporia o seguinte, para ficar bem claro e bem transparente... O Dr. Hiran está propondo o convite para o Reitor. Várias pessoas disseram: "Olha, precisamos ver os encaminhamentos". Então, está bom. Faremos o convite para o Reitor para que ele venha expor na Comissão de Educação os resultados de toda a investigação que aconteceu na instituição, preservando – como o Senador Marcos Pontes colocou muito bem, inclusive com o relacionamento que teve com a Base de Alcântara –, obviamente, a instituição. Mas a instituição se preza também pelo comportamento das pessoas. Se há um problema, a questão grande que a sociedade espera é qual foi o posicionamento em relação ao problema, não em relação à instituição, porque nós não estamos discutindo, mas houve um problema. Agora, se a instituição não tomar providência alguma, aí é um problema da instituição. Então, nós não queremos que seja da instituição. Nós queremos um problema que seja abordado e que o resultado seja apontado, os encaminhamentos feitos. E nós, como Senado Federal, temos todo o direito de saber o que aconteceu e o que foi feito. Então, é um convite. Não sei se o Dr. Hiran concorda...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu acho que todos nós, Presidente, concordamos. Nós somos pessoas aqui de bom senso e concordamos que seja aprovado o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

requerimento do convite e que se estabeleça um prazo, porque, inclusive, umas sindicâncias internas têm prazo...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Certo.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... se são 30 dias. Então, o senhor poderia aí conceder 30 dias para que se possam fazer as devidas averiguações e aí se marca a data da presença do Reitor aqui. Eu não sei se está todo mundo de acordo. Estando todo mundo de acordo, para mim não tem nenhum óbice.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está bem.

Estaria bem? (*Pausa.*)

Então, encerrada a discussão.

Aprovado o requerimento, nesses termos expostos pelo Dr. Hiran neste momento.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos ao item número 11 da pauta, também do Dr. Hiran, que está com a palavra.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 96, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Camilo Santana, Ministro da Educação, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre apresentação de Tertuliana Lustosa, durante o 1º Encontro de Gênero do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Grupo de Pesquisa Epistemologia da Antropologia, Etnologia e Política na Universidade Federal do Maranhão.

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para encaminhar.) – Bom, Presidente, trata-se do mesmo assunto, mas aqui eu não apresentei um requerimento de convocação do Magnífico Reitor porque não cabe, juridicamente, a convocação, e, sim, o convite. Eu apresentei esse requerimento de convocação do nosso Ministro Camilo Santana.

Tenho respeito pelo Ministro, mas eu acho que o Ministro precisava dar uma resposta rápida à sociedade, o que não aconteceu, de forma que é por essa razão e pelas razões explicitadas, inclusive, no meu requerimento anterior, pela gravidade daquilo que aconteceu lá na universidade. Eu acho que ele, como gestor maior da educação superior no nosso país, precisa dar um esclarecimento à sociedade sobre quais as providências que foram tomadas no âmbito do Ministério da Educação para coibir aquele ato grotesco, para que ele não possa se tornar algo comum nas nossas universidades brasileiras. Foi por essa razão que nós apresentamos esse requerimento de convocação.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Pela ordem.) – Eu queria concordar com o Hiran. Mas, Hiran, é convocação? Não poderia ser convite também? Os dois juntos, porque aí nenhum pode jogar a responsabilidade sobre o outro.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não, só um minutinho. Quando nós convidamos – é sempre a tradição da Casa –, quando um ministro é convocado ou convidado para vir ao Congresso Nacional, vem só o ministro ou a ministra. Inclusive para não haver justamente isso que foi levantado: um cotejamento, um questionamento, a não ser que seja uma CPI ou coisa semelhante.

O apelo que eu faria para o Senador Dr. Hiran é que a gente pudesse transformar a convocação em convite; e, ao mesmo tempo, que não nos detivéssemos, porque ele virá aqui e nós queremos discutir – e é bom que a gente discuta – inúmeras pautas da educação, inúmeros projetos: é o plano nacional, é o sistema nacional, é o Pé-de-Meia, é a profissionalização, o novo ensino médio. Então a sugestão que eu faria, Dr. Hiran – do Reitor já foi dito, a investigação vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontecer, tem um prazo para isto –, é que o Ministro seja convidado e possa abordar o estado da arte, inclusive, para sabermos onde estamos, como é que estamos, assegurando-se, porém, a V. Exa., como primeiro inscrito nessa discussão, se assim o desejar, porque as coisas podem acontecer nesse meio-tempo, o questionamento ao Ministro sobre o caso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Eu estou com um pedido da Senadora Augusta para assinar um requerimento nessa linha que o senhor acabou de falar: que pautas, além desta, proposta pelo Senador Hiran, a gente podia trazer para a presença do Ministro. Foi aprovado na CAE que o Ministro deveria vir aqui ao Senado para falar sobre o Programa Pé-de-Meia, instituído pela Lei 14.818. Aí a Senadora está propondo que esse programa não seja debatido só pela CAE, com a presença do Ministro; seria uma audiência conjunta – CAE e Comissão de Educação – para debater o Pé-de-Meia.

Nesta vinda, nessa linha do que a V. Exa. acabou de colocar, com prevalência do tema para o Senador Hiran, nós poderíamos colocar o debate sobre o ocorrido na Universidade do Maranhão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Presidente, eu queria só fazer uma ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Compreendo perfeitamente a Senadora Teresa Leitão, tem um fundamento a sua colocação de juntar, embora sejam temas completamente distintos. Por exemplo, tomou as mídias nacionais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos últimos dias a questão também de uma eventual pedalada fiscal do Programa Pé-de-Meia. Nós temos muitos questionamentos a fazer nesse sentido também.

Então, esse assunto da Universidade do Maranhão é tão grave, do ponto de vista da omissão do então Ministro, de não se posicionar, de, muito pelo contrário, pior do que isso, tirar férias no período para uma campanha eleitoral... Então eu acredito que esse assunto pode se perder. O que é que eu sugiro como meio-termo? Se o senhor concordar e se o Dr. Hiran também concordar, como meio termo.

Nós acabamos de aprovar um convite para ouvir o Reitor da Universidade do Maranhão, com o prazo máximo de 30 dias, até que se concluísse a questão de uma averiguação interna, na análise da universidade. Por que a gente não faz a mesma coisa com o Ministro Camilo Santana? Ele poderia até vir no mesmo dia, como foi suscitado aqui, eu não sei se pela Senadora Teresa Leitão ou pela Senadora Zenaide. Uma das nossas duas colegas suscitou: "Olha, ele poderia até vir no mesmo dia". Então, por que a gente não deixa vir junto, se o Senador Dr. Hiran concordar e o Presidente, no dia em que vier o Ministro, que também é Senador, Camilo Santana, o Reitor da Universidade Federal do Maranhão, quando terminar a investigação interna, daqui a 30 dias? Não seria de imediato.

Então, essa é a sugestão que eu faria, para que a gente não deixasse que outros assuntos contaminassem algo que impactou muito, Senador Flávio Arns, Presidente, os valores e princípios do povo brasileiro.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, já me concede um...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não, Dr. Hiran, claro, autor do requerimento.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Eu queria dar uma sugestão, porque, já que o nosso Senador Girão manifesta essa proposição, que já foi falada comigo aqui, anteriormente, com a Senadora Teresa e com a minha amiga Zenaide, a Senadora Zenaide, de a gente transformar em convite, até porque, por questão de justiça, o Ministro nunca se negou a vir discutir as questões na Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas sobre a questão de ser no mesmo dia, isso dificulta um pouco, porque as agendas dificilmente coincidirão. Então, eu acho que a gente poderia dar um prazo, já que se deu um prazo de 30 dias para o Reitor da Universidade Federal do Maranhão, e que o Presidente combine um prazo para que nós possamos ouvir também o Ministro aqui como um convite. Para mim, não tem nenhum problema fazer essa transformação de convocação...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Mas só com um assunto ou vários?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu acho que a gente deveria focar esse assunto, porque esse é um assunto, assim, de grande relevância e eu acho que a gente não deve misturar com os outros. É o meu pensamento. Eu respeito opiniões divergentes.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senador Marcos Pontes, que solicitou a palavra.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Eu gostaria de colocar aqui uma posição. Como ex-Ministro de Ciência e Tecnologia, eu já fui convidado várias vezes a comparecer ao Senado, à Câmara, para falar a respeito de assuntos concernentes à gestão do ministério e também de alguns assuntos de problemas que surgiram durante – e que nós resolvemos logicamente –, mas que é importante trazer ao conhecimento dos Senadores e/ou dos Deputados para que tudo fique esclarecido. Eu nunca me neguei a vir ao Congresso e a falar com o Congresso. Eu acho importante trazer isso a conhecimento e eu tenho certeza de que o Ministro Camilo também virá.

E, sobre a questão da convocação ou do convite, eu acho que um convite cabe, com, vamos dizer assim, a garantia do Ministro de vir, com a palavra do Ministro de vir para cá e dar explicações.

A mistura de assuntos, do ponto de vista de quem traz os assuntos de um ministério, é complexa porque você traz... tem muitas coisas para você apresentar em pouco tempo e aquilo gera audiências que duram muito tempo, acabam ultrapassando o tempo, e assim por diante. Então, focar um certo assunto eu acho adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já fiz isso, por exemplo, quando faltaram medicamentos por causa de irradiação, medicamentos radiofármacos, que eu vim, eu fiz questão de vir para cá para falar do problema, inclusive, da necessidade, de como o Congresso poderia ajudar a resolver o problema, mas a gente foca num assunto. Eventualmente, é natural que surjam outras questões fora daquele assunto durante a sessão, isso acontecia comigo constantemente. Então, é normal que durante... Vão aparecer algumas outras questões, mas dar o foco ali, dentro daquele assunto, eu acho mais simples, inclusive, para o Ministro poder trabalhar o assunto, trabalhar as respostas, trazer o conhecimento e resolver aquele assunto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agora há pouco, eu havia mencionado que a tradição era que o Ministro viesse só quando fosse convidado, mas não é só pela tradição, é pelo Regimento do Senado Federal, em que está escrito – quer dizer, a tradição respeita o Regimento, e não poderia ser diferente –: "A sessão em que comparecer o Ministro de Estado será destinada exclusivamente ao cumprimento dessa finalidade". Muito bem. Então, o que...

O Senador Paulo Paim gostaria de falar e depois nós tentamos convergir para um pensamento também.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente Flávio Arns, primeiro, cumprimento o Plenário aqui da Comissão. Num momento de tanto debate duro, em nível nacional, que está acontecendo na política, o Plenário, aqui, com muita grandeza, está dialogando, já transformada uma convocação em convite, graças ao Dr. Hiran. E o item 10 também convida para dar um prazo de 30 dias.

Eu acho que, nessa segunda questão – são dois Requerimentos, o 11 e o 12, dirigidos ao mesmo Ministro, inclusive com a participação mais ampla de uma outra Comissão –, não sei se não seria possível, Dr. Hiran, que a gente caminhasse nesse sentido de que o Ministro vem e podemos fazer dois momentos. No primeiro momento, trata de um tema x e, em seguida, entra no outro tema, até porque a gente sabe que ministros são chamados no país todo e, muitas vezes, aqui no Congresso. Poderia vir e, no mesmo dia, tratar desses dois temas. No primeiro momento,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discute um e, em seguida, entra no outro tema, e não precisa vir aqui mais outro dia para falar a mesma coisa.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito bem, Senador Paim. Dois itens. Fechou.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está bem. Então, fechou. O Relator concorda também com a transformação da convocação em convite. E como tem outro requerimento também, que é o item 12 da pauta, ficariam os dois itens.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já agradeço ao Dr. Hiran também pela grandeza.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Você tem crédito comigo, Paim. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem, parabéns.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E as duas Senadoras que fizeram o bom debate...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não havendo mais quem queira... Então, está feito... Quer dizer, vamos votar isso que acabou de ser dito.

Então, a votação será simbólica.

Em votação o requerimento nos termos expostos.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Dr. Hiran, obrigado também pela solidariedade, pela necessidade de que este episódio seja exemplar para as instituições de uma maneira geral. Olha, vamos tomar cuidado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... vamos fazer a coisa certa. Não vamos permitir desrespeitos, e isso será acompanhado pelo Senado Federal também.

Passamos ao item nº 12 da pauta, antes dos requerimentos extrapauta.

É o requerimento do item 12, da Senadora Augusta Brito – ela está com um problema. O Senador Paulo Paim também o subscreve.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 97, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Camilo Santana, Ministro de Estado da Educação, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações, em Reunião Conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), sobre o Programa Pé de Meia, instituído pela Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, e regulamentado pelo Decreto nº 11.901 de 26 de janeiro de 2024.

Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE) e outros

Subscrito pelo Senador Paulo Paim.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação é simbólica.

Em votação o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Requerimento extrapauta... (*Pausa.*)

O Dr. Hiran já saiu, mas eu também subscrevo o requerimento para podermos votar, porque ele solicitou um extrapauta, assim como o Senador Eduardo Girão também solicitou um extrapauta.

Então, em primeiro lugar, indago ao Plenário se podemos incluir. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, estão incluídos os dois requerimentos.

Leio primeiro o do Senador Hiran, inclusão extrapauta do Requerimento nº 98, 2024.

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 98, DE 2024

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2080/2022, que "institui o Agosto Cinza como mês de reflexão e promoção de eventos sobre prevenção e combate a incêndios"

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR) e outros

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Passamos em seguida ao Requerimento nº 99, de 2024, do Senador Eduardo Girão.

Também não havendo óbices, passamos à apresentação do requerimento.

Por favor, é o 99.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 99, DE 2024

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os impactos do uso de celulares por crianças e adolescentes nas escolas, em consonância com a medida anunciada pelo Ministério da Educação (MEC), que propõe a proibição do uso desses dispositivos em salas de aula.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Por favor, com a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para encaminhar.) – Em primeiro lugar, eu queria cumprimentá-lo, Senador Flávio Arns, e lhe agradecer e aos colegas também por incluírem extrapauta esse item que é outro item que vem sendo debatido. E, nesse aspecto, eu concordo com o Governo Federal, a questão de uso de telas em sala de aula. É muito preocupante, o que a gente está vendo, em torno de vício em torno de desatenção.

E eu propus aqui... Fica aberto a alguns colegas que queiram sugerir alguns nomes, que a gente possa debater a proibição do uso desses dispositivos em sala de aula.

Então, eu proponho, para a realização, a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Educação; o Sr. João Malheiro, Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fundador e Diretor do Colégio Porto Real, do Rio de Janeiro, Escritor, Palestrante e que atualmente está concorrendo ao Prêmio Darcy Ribeiro, a Dra. Maria Lúcia Siqueira, Psicóloga Clínica em Brasília, especialista em transtornos psicológicos relacionados ao uso excessivo de tecnologia; a Dra. Cristina Martins, Coordenadora Pedagógica do Colégio Militar de Brasília, onde a política de proibição de celular já é aplicada; o Sr. Bruno Alves, representante da Secretaria de Educação do Distrito Federal, com ampla experiência em políticas educacionais; a Dra. Debora Camargos, Pedagoga do Colégio Mackenzie de Brasília; o Sr. Murilo Franco,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Professor da Universidade de Brasília, especialista em tecnologia educacional; e a Sra. Tatiana Carvalho, Coordenadora de Inovação e Tecnologia do Senac do Distrito Federal.

Então, todas as nossas colegas e colegas aqui que quiserem sugerir outros nomes, até para ter o contraponto também... Nós estamos do mesmo lado aqui, nessa questão, mas é importante que se possa ouvir o outro lado. Fica aqui para os assessores dos outros colegas Senadores, sempre muito atentos, que puderem sugerir outros nomes, para que a gente possa fazer esse importante debate para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço.

Está em discussão a matéria.

Eu só quero lembrar que já foi aprovado um requerimento em 8 de outubro de 1988, e este se soma ao outro, onde, além do Ministério da Educação, do Conselho Nacional de Educação, o Foncede, que é o fórum dos conselhos estaduais, a Uncme, o Instituto Palavra Aberta e a Dra. Ticiana Santiago de Sá também. Mas fica em aberto para...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Só uma importante informação: segundo o Francisco aqui, nosso atento chefe de gabinete, já tem, nesse escopo aí, convidados contrários, tem três nomes contrários à proibição.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está bem.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Um requerimento, também extrapauta, do Senador Eduardo Girão.

Inclusão extrapauta do Requerimento nº 100, de 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 100, DE 2024

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir e analisar a aplicação e os benefícios dos seguintes métodos educacionais: Pedagogia das Virtudes - voltada para a formação do caráter e das virtudes morais dos alunos; Escolas Cívico Militares - modelo que promove disciplina, respeito à hierarquia e cidadania; Sathya Sai Educare - O Programa de Educação em Valores Humanos, tem como objetivo formar o caráter por meio da educação amorosa e segue os princípios, técnicas e metodologia baseados nos valores humanos universais, desenvolvido por Sri Sathya Sai Baba.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Passo a palavra a V. Exa. para a explicação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para encaminhar.) – Hoje é um dia muito especial, Sr. Presidente, porque seria o aniversário – porque ele já faleceu – do meu padrinho-avô, Prof. Clodomir Teófilo Girão, que conseguiu criar seis filhos sendo professor do Liceu do Estado do Ceará.

Eu sou o primeiro neto primogênito, filho do seu primeiro filho, e este é um dia muito especial, e não é por acaso, sabe? A gente sabe que nada acontece por acaso. Coube estar presidindo esta reunião V. Exa., que tem um apreço muito grande pela educação, pois é uma bandeira da sua vida parlamentar, Senador Flávio Arns, e aconteceu de, nesta terça-feira, 29 de outubro, a gente estar realizando aqui, numa data memorável para a nossa família...

E, como era um apaixonado pela educação o meu padrinho-avô, eu estou propondo a realização de uma audiência pública com o objetivo de discutir e analisar a aplicação e os benefícios dos seguintes métodos educacionais, outros métodos que, ao longo da minha existência, com 52 anos de idade, eu tive a oportunidade de conhecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um é a Pedagogia das Virtudes, voltada para a formação do caráter e das virtudes dos alunos. Tem aplicação em Petrópolis, Rio de Janeiro, e no Rio de Janeiro, capital, também.

Outra é sobre as escolas cívico-militares também, para que a gente possa ouvir. Inclusive, os nomes que eu sugeri, todos os nomes que eu sugeri aqui, que, se o senhor me permitir, eu leio rapidamente. Tem um que eu gostaria verbalmente de pedir a inclusão, que chegou depois.

Escolas cívico-militares têm tido um resultado excelente em vários estados, vários municípios do Brasil, e foram descontinuadas, uma palavra bonita para dizer que foi acabado o incentivo pelo Governo Federal atual. Nós gostaríamos de discutir, porque têm índices muito bons de educação, a ordem dentro dos colégios, o respeito aos professores, a questão da diminuição da evasão escolar, o ambiente mais saudável, enfim, segundo os dados do próprio MEC.

E também Sathya Sai Educare, que é um método educacional que eu conheci na Índia, cerca de 20 anos atrás. É um programa de educação em valores humanos, que tem como base o amor, a paz, a não violência, a verdade e a retidão. Eu sugeri aqui alguns nomes: Sra. Inês Cabral, Coordenadora Nacional de Núcleos do Instituto Sathya Sai de Educação do Brasil; Sr. Roberto Silva, Coordenador de Atividades Educacionais relacionadas ao Instituto Sathya Sai de Educação do Brasil; Sr. João Malheiro, Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fundador e Diretor do Colégio Porto Real, no Rio de Janeiro. Escritor, Palestrante e atualmente está concorrendo ao Prêmio Darcy Ribeiro – ele inclusive amanhã estará aqui, no Congresso Nacional, em reuniões no Senado e na Câmara dos Deputados; Sra. Jeanne Marie, Educadora, Autora de sete livros e atualmente coordena o Movimento Pedagogia das Virtudes, uma iniciativa da União Planetária, que reúne mais de 50 instituições parceiras; Sra. Rita Passos, Educadora e Coordenadora de Projetos da União Planetária; Sr. Sandro Avelar, Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal; Sra. Hélvia Paranaguá, Secretária de Educação do Distrito Federal; representante do Ministério da Educação do Brasil; representante da Associação Estação da Luz; representante do Exército Brasileiro com atuação na área educacional cívico-militar.

Muito obrigado, Sr. Presidente, mais uma vez, pela inclusão extrapauta desses requerimentos, que, para mim, são muito especiais no dia de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Perdão, o nome que eu fiquei de colocar para compor essa mesa é de um dos idealizadores das escolas cívico-militares no Brasil, do projeto, o Secretário, que hoje é Secretário de Educação de São Paulo, é o Sr. Renato Feder, perdão se eu tiver me equivocado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem, agradeço a V. Exa.

Só para esclarecer aos que nos acompanham pelo Brasil, e sempre a audiência é bastante grande também, aqui está escrito: "com o objetivo de discutir e analisar aplicações e benefícios dos seguintes métodos educacionais". Então, estão sendo apontados três métodos educacionais. Há muitos outros métodos que são utilizados e com sucesso pelo Brasil. Se a gente pensar, por exemplo, pode ter a Pedagogia Waldorf, pode ser Montessori, pode ser Piaget, outras pessoas têm uma abordagem de Vygotsky e tal.

Então, o importante, eu sempre digo, é que a gente conheça os métodos, saiba as virtudes e os desafios de cada método, e que o profissional competente, bem-informado, educador, saiba utilizar o que cada um apresenta na situação específica, nas especificidades, porque o aluno é diferente. Muitas vezes, as pessoas dizem: "Não, eu não vou abordar o comportamentalismo, o behaviorismo", mas, dependendo da situação, às vezes, não que vá abordar o método, mas uma inspiração em uma coisa ou em outra, dependendo do caso concreto, às vezes, é necessário.

Então, sempre, a gente deve conhecer os métodos, saber que não existe método perfeito; existem pessoas competentes, capazes, educadores, profissionais que, diante dos métodos, do conhecimento, das alternativas, aplicam isso nas diversas situações. O que é importante lá no interior do Amazonas, em Belém do Pará, em Porto Alegre, em Curitiba, na periferia, na escola do campo, Paulo Freire, por exemplo, também é outra situação.

Nós temos que ser bons, temos que ser competentes e agir com métodos.

O que o Senador Eduardo Girão está trazendo... Eu, inclusive, gostaria de escutar particularmente a Sathya Sai Educare, a Pedagogia das Virtudes também, que é uma coisa interessante. A gente sempre deve conhecer, discutir métodos e caminhos e, como o próprio requerimento coloca, a aplicação e os benefícios de alguns métodos educacionais.

Muito bem, está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Aprovado.

Eu quero lembrar, antes de encerrar a reunião, que, hoje às 14h, teremos audiência pública com o objetivo de debater a reestruturação do plano das carreiras dos cargos da cultura, lembrando que nós tivemos audiências públicas, reuniões, reunião com a Ministra do Ministério da Gestão, sobre os cargos e carreiras do Ministério da Educação.

Hoje faremos este debate sobre as carreiras do Ministério da Cultura. Por que isso? Porque é uma Comissão de Educação e Cultura; então, as duas áreas devem ser igualmente debatidas, e, na cultura, de maneira particular, temos que ter número de profissionais, valorização da carreira, seja do ponto de avanço, seja do ponto de vista financeiro, e no que esta Comissão puder contribuir para que os profissionais estejam atentos e atendendo às necessidades da cultura, assim como da educação e das demais áreas, mas especificamente da nossa Comissão, nós o faremos.

Então, às 14h, haverá esse debate sobre essa reestruturação do plano das carreiras dos cargos da cultura.

Agradeço a todos e todas. Sempre agradeço a toda a equipe da Secretaria da Comissão de Educação, à Consultoria e às assessorias dos Senadores e Senadoras, que tanto nos ajudam; às assessorias dos Ministérios da Educação e da Cultura, aos meios de comunicação e a todos e todas que nos acompanham pelo Brasil.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 63ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e doze minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Marcelo Castro, Confúcio Moura, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Alessandro Vieira, Leila Barros, Plínio Valério, Alan Rick, Zequinha Marinho, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Paulo Paim, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Wellington Fagundes, Eduardo Girão, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Gomes, Beto Martins, Rogerio Marinho, Damares Alves, Esperidião Amin, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Angelo Coronel e Beto Faro, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Cid Gomes, Jussara Lima, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Teresa Leitão, Carlos Portinho, Jaime Bagattoli, Romário e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 93/2024 - CE, de autoria do Senador Flávio Arns (PSB/PR) e da Senadora Rosana Martinelli (PL/MT). **Finalidade:** Debater a reestruturação do Plano das Carreiras dos Cargos da Cultura (PCCULT). **Participantes:** Sr. José Celso Cardoso Júnior, secretário de gestão de pessoas do Ministério de Gestão e Inovação em Serviços Públicos (SGP/MGI); Sra. Thaís Werneck, representante do Fórum das Associações dos Servidores da Cultura; Sr. Marcos de Brum Lopes, representante dos servidores do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram); Sra. Jussara Griffo, diretora da Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (CONDSEF); Sr. Leandro Antônio Grass Peixoto, presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); e Sr. Márcio Tavares dos Santos, secretário executivo do Ministério da Cultura. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/29

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 63ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 29 de outubro de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater a reestruturação do Plano das Carreiras dos Cargos da Cultura, em atenção ao Requerimento 93, de 2024, de minha autoria e de autoria da Senadora Rosana Martinelli, naturalmente aprovado por todos os membros da Comissão de Educação e Cultura – 27 membros titulares e 27 membros suplentes, portanto, 54 Senadores e Senadoras.

Fazem parte como convidados desta audiência pública: o Sr. Leandro Antônio Grass Peixoto, Presidente do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que ainda deve estar chegando; o Sr. Márcio Tavares dos Santos, Secretário Executivo do Ministério da Cultura, que também deve estar chegando; a Sra. Thaís Werneck, aqui presente na bancada – eu peço que vocês saibam que a bancada faz parte desta mesa, que pretende ser redonda, o que não é, mas você é muito bem-vinda, Thaís, que está na bancada também –, representante do Fórum das Associações dos Servidores da Cultura; o Sr. Marcos de Brum Lopes, também na bancada – seja muito bem-vindo, assim como as demais pessoas –, representante dos servidores do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram); a Sra. Jussara Griffo, que está aqui à minha direita, Diretora da Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal; e o Sr. José Celso Cardoso Júnior, aqui à minha direita, Secretário de Gestão de Pessoas do Ministério de Gestão e Inovação em Serviços Públicos – aliás, já participamos juntos de outras reuniões com o mesmo objetivo, em áreas diferentes porém.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que eventualmente forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. A gente prorroga também, para terminar o pensamento, o argumento, mas fiquem nesse tempo, em torno disso. Inclusive, quando chegarmos aos nove minutos, automaticamente baterá uma campainha, dizendo que haverá mais um minuto, porém, prorrogável também. Não demais... (*Risos.*)

Prorrogável por algum tempo.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida novamente aos expositores e expositoras para as considerações finais e eventualmente para Senadores e Senadoras.

Eu quero dizer que, hoje ainda, na reunião da Comissão de Educação e Cultura, abordamos o assunto de valorização da carreira, de reestruturação da carreira, de termos quadros profissionais bem definidos, para cuidar dessa nossa riqueza que é a cultura, patrimônio cultural, museus, igrejas e também todas as manifestações culturais. Por que isso? Porque isso é a nossa história, toda a nossa caminhada como nação. Isso deve inclusive subsidiar e fundamentar tudo aquilo que estamos fazendo hoje e estará sendo feito no futuro.

Ao mesmo tempo, quero dizer que são bilhões de reais envolvidos com geração de emprego, geração de renda e indústria do turismo. Quando a gente passa aqui por Brasília, por exemplo, quantas pessoas na Praça dos Três Poderes, Alvorada, Planalto, STF, Legislativo, Panteão da Pátria, Maquete de Brasília, Catedral? Alguém vai lá para o interior e olha a igreja, o museu, a iniciativa que está lá...

O poder público federal, em particular, além de cuidar especificamente do seu patrimônio, tem que também fiscalizar o que está acontecendo. Um dos maiores desafios na administração pública, seja municipal, estadual ou federal, é ter um corpo de profissionais qualificados para fiscalizar, acompanhar, ver como está sendo feito, propor, ter planos. A gente fez esse debate – o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

José Celso se lembra – com o Inep e o FNDE. São bilhões de reais, são os órgãos essenciais da educação. Como é que a gente vai fazer educação se o próprio ministério, o próprio Governo Federal não tem essa organização para justamente adequar os recursos às necessidades do Brasil? O argumento é o mesmo para a cultura, educação e cultura, os outros ministérios também, mas nós estamos discutindo aqui educação e cultura. Então, cultura, com toda essa beleza, historicamente produzida e, no momento, também sendo desenvolvida por todas as regiões do Brasil para valorizar a riqueza do nosso povo, das pessoas, da nossa diversidade.

Muito bem. Todos estão já com seus lugares tomados, então, em primeiro lugar, passamos a palavra para o Marcos de Brum Lopes – seja muito bem-vindo –, representante dos servidores do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram).

Seja muito bem-vindo.

O SR. MARCOS DE BRUM LOPES (Para expor.) – Muito obrigado.

Boa tarde a todos os presentes.

Eu queria saudar o Senador Flávio Arns e agradecer por ele ter aberto este espaço de fala, de escuta e de discussão para um tema que é tão importante.

Eu sou o Marcos de Brum Lopes, eu sou Historiador do Instituto Brasileiro de Museus, lotado no Museu Casa de Benjamin Constant, no Rio de Janeiro, representante eleito dos servidores do Instituto Brasileiro de Museus e também Diretor do Sindisep-RJ (Sindicato dos Servidores Públicos dos Municípios do Rio de Janeiro).

Hoje mais cedo tivemos a homenagem aos servidores públicos na Câmara e tivemos oportunidade também de falar ali por dois minutinhos, então acho que todo o meu sentimento de antecipação eu deixei lá e estou agora mais tranquilo – foi uma coisa inesperada lá, mas também muito importante. O sentimento é de antecipação e, eu diria também, um pouco de ansiedade por fazer essa discussão, porque, como vocês podem ver, os nossos colegas, e eu também, aqui, estamos com uma camisa que a gente fez, que diz: "40 anos de MinC, 20 anos de luta". E por que isso?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pode até mostrar mais a camiseta, para a TV Senado também pegar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso.

O SR. MARCOS DE BRUM LOPES – A gente tem algumas sobrando, vamos presentear a mesa também com elas. Vamos ter muito orgulho de também compartilhar com vocês essa pauta.

Isso é um momento histórico que a gente está vivendo, porque, para nós, o ano que vem já começou, então, com o MinC completando 40 anos, na verdade, também são 40 anos de luta desde os primeiros servidores, a partir de 1985, quando o ministério foi criado, mas nós temos servidores na Cultura, nos museus, por exemplo, que começaram antes, como estagiários, inclusive, adolescentes, e que ainda hoje são nossos colegas servidores do Ministério da Cultura e de suas entidades vinculadas.

Os 20 anos de luta: a gente elegeu o ano de 2005 como um marco dessa luta que a gente tem travado, porque exatamente a gente alcançou um grau de organização, de consciência do que é trabalhar na Cultura de forma muito aguda em 2005.

Eu queria também agradecer a todos os Senadores e Senadoras que já manifestaram apoios públicos, inclusive com ofícios protocolados no MGI. Eu listei aqui os nomes deles: Senadores Esperidião Amin, Teresa Leitão, Jader Barbalho, Flávio Arns, Confúcio Moura e Eduardo Gomes. Então, quero agradecer nominalmente a esses que já se manifestaram publicamente.

Como eu estava dizendo, em 2005 nós fizemos uma greve de cem dias, que depois teve como resultado a Lei 11.233, de 22 de dezembro de 2005, que é exatamente a que institui o PEC Cultura. E, a partir desse ano de 2005, nós começamos uma caminhada organizada e de mapeamento daquilo que a gente faz na Cultura para que os nossos trabalhos fossem, não só os nossos trabalhos, as nossas funções, valorizados, mas os nossos resultados fossem também reconhecidos como estratégicos.

Apesar disso, tivemos aí um histórico de outros movimentos. Em 2007, realizamos uma outra greve que gerou um termo de compromisso, assinado com o Governo, e que foi cumprido apenas em parte. Tem vários elementos desse termo de compromisso que não foram efetivados, infelizmente, e isso nos leva, ainda hoje, a reivindicar certas coisas que estão no plano de carreira, na proposta que nós estamos defendendo hoje aqui, que foi construída no âmbito do Ministério da Cultura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Algumas coisas que estavam previstas nesse termo de compromisso de 2007 – ele tinha validade até dezembro de 2010: produção de uma proposta de racionalização dos cargos, revisão de classes e padrões, em 180 dias a contar da assinatura do termo, necessidades que o Governo está enfrentando hoje ainda em relação à racionalização dos cargos, à racionalização das carreiras e alguns elementos desses estão, inclusive, em portaria recente que o MGI publicou.

Uma outra coisa prevista era a conclusão dos trabalhos para definição dos adicionais de titulação e incentivo à qualificação dos nossos trabalhadores, que é alta. Esse elemento também não foi cumprido.

A gente tem aqui um histórico mais detalhado daquilo que nós estamos percorrendo desde 2005. Vocês podem ver aí o que conseguiu ser efetivado e o que não pôde ser cumprido.

E aí 2010 é um ano importante, porque vocês viram que o termo de compromisso, como eu mencionei, tinha validade até dezembro de 2010. Em 2010, aconteceu a 2ª Conferência Nacional de Cultura e naquela ocasião nós conseguimos aprovar uma moção de apoio.

Eu vou mostrar para vocês.

No lado direito, o texto menor é a moção de apoio à implementação na sua integridade do Plano Especial de Cargos da Cultura que havia sido fruto daquela greve de cem dias e da lei de 2005.

Então, os delegados da 2ª Conferência Nacional de Cultura, reunidos em Brasília nesse período, em 2010, propuseram a moção de apoio, que foi aprovada, na 2ª Conferência Nacional de Cultura, para a total implementação do PECC (Plano Especial de Cargos da Cultura) no âmbito do ministério e suas vinculadas. E aí nós tivemos a 4ª Conferência Nacional de Cultura recentemente, agora, nesta gestão atual do MinC, e nós conseguimos aprovar de novo uma moção de apoio à implementação de uma carreira da Cultura, fazendo alusão, mencionando essa moção de 2010.

Então, em 2010, a gente conseguiu apoio da conferência para implementar integralmente um plano de cargos de 2005 e, em 2024, nós estamos evocando ainda essa moção de 2010 para que seja estruturada uma carreira que ainda não chegou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esses 20 anos são muito significativos para a gente. Eu acho que completar 40 anos de MinC no ano que vem com uma carreira finalmente estruturada, condizente com a importância dos nossos trabalhos, com aquilo que a gente entrega em termos de toda a diversidade da cultura e da diversidade vinculada ao MinC, é uma coisa muito significativa.

Então, nós começamos uma campanha de busca de assinaturas, de coleta de assinaturas, na conferência, para que isso acontecesse, e conseguimos aprovar essa moção de apoio, nessa retomada de mobilização, juntamente com uma série de atos pelo Brasil, com a realização de dois encontros da cultura e de um seminário, aqui no MinC, em Brasília, sobre a carreira da cultura, onde tivemos a presença também do Leandro Grass. A Presidenta Fernanda Castro, do Ibram, também estava presente, os servidores, o Márcio Tavares também.

Retomamos essa mobilização intensa com atos por todo o Brasil e propusemos, então, um plano de carreira para a cultura para a gente resolver vários problemas, inclusive esse que eu vou demonstrar agora aqui, na segunda parte, parte final da minha fala, que é um exemplo do encolhimento da força de trabalho. Eu vou dar aqui o exemplo do Instituto Brasileiro de Museus, que é o local onde eu trabalho e onde eu represento os servidores.

Então, nós tínhamos... Para quem não sabe, o Ibram veio do Iphan. O Ibram foi fundado em 2009. Nós tínhamos um conjunto de quase 750 servidores que vieram do Iphan, mais um concurso feito em 2010. Só que o Ibram, hoje, possui cerca de 331 servidores. Isso é um estudo de março deste ano. Então, olhem o encolhimento por que nós estamos passando em termos, também, de aposentadorias. São 270 aposentados entre 2010 e 2024, ou seja, em todos os anos de existência do Ibram, 270 pessoas se aposentaram e nós não tivemos ainda um novo concurso. Quase 60 pessoas vão poder se aposentar até 2028 e 169 se evadiram do Ibram, a maioria por posse em cargo inacumulável, ou seja...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS DE BRUM LOPES – ... pelo fato de que o plano de cargo que nós temos hoje não sustenta, não mantém os servidores dentro das autarquias, sobretudo na área finalística, porque a carreira da cultura não é uma carreira administrativa, é uma carreira finalística, técnica, científica e muito qualificada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já estou caminhando aqui para o final, mostrando aqui alguns números. Nós trabalhamos, hoje, no Ibram, com 56% de encolhimento da nossa força de trabalho. É uma média anual de 4% de diminuição dessa força de trabalho, força de trabalho insubstituível por cargos administrativos – museólogos, arqueólogos, historiadores, arquivistas, bibliotecários, antropólogos. Esses servidores qualificados que lidam com patrimônio, memória, livros, cultura afro-brasileira, não são substituíveis por cargos administrativos e, portanto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS DE BRUM LOPES – ... a gente precisa de uma carreira efetiva que evite esse quadro que nós estamos projetando.

Se essa média se mantiver, nós teremos, em 2029, apenas seis trabalhadores por museu administrado pelo Ibram, que são 30. Na mesma projeção de encolhimento, quando o Ibram fizer 25 anos, a gente vai ter 31 servidores para o Instituto inteiro, sem contar a sede. Imagina! Isso aqui é uma coisa completamente insustentável.

Então, eu acho que nós temos aqui uma convergência de fatores – e vou concluir com esta fala –, com uma concertação de agentes, porque nós temos os servidores, nós temos o Ministério da Cultura recém-recriado, depois de três extinções pelas quais passou ao longo dos 40 anos – na administração de Fernando Collor, na administração de Michel Temer e na administração de Jair Bolsonaro, o Ministério da Cultura foi extinto ou rebaixado a secretaria. Então, completar 40 anos com o ministério, servidores e os setores sindicais convergindo para essa luta eu acho que é extremamente significativo. Acho que a gente pode entrar para a história do Ministério da Cultura e das políticas de cultura no Brasil, resolvendo essa questão com uma carreira estruturada, duradoura e condizente com a importância e com a qualificação dos trabalhos que a gente realiza.

Obrigado. Estou à disposição para responder às perguntas também.

E nós temos um vídeo de apoio que nós queríamos passar. Ele é muito rapidinho. Se puderem projetar... E a gente encerra com essa projeção. Acho que são dois minutos somente.

Obrigado. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradecemos a você, Marcos de Brum Lopes, que é representante dos servidores do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram).

Lembro, como a gente disse no início, que as manifestações, bem como o material utilizado, ficarão disponíveis no portal da Comissão. Assim, as pessoas que nos acompanham pelo Brasil, caso desejem ver também os quadros apresentados, estão disponíveis.

Passo em seguida a palavra à Sra. Thaís Werneck, representante do Fórum das Associações dos Servidores da Cultura.

Seja muito bem-vinda, Thaís.

A SRA. THAÍS WERNECK (Para expor.) – Obrigada.

Primeiramente, eu gostaria muito de agradecer esta oportunidade, Senador Flávio Arns, por ter tido a sensibilidade e a compreensão da importância do nosso pleito e de ter pedido a aprovação desta audiência pública. Agradeço também a todos os Senadores e Senadoras que aprovaram por unanimidade a realização do evento.

Neste momento, então, eu falo pelo Fórum das Associações dos Servidores da Cultura. Então estou falando aqui em nome dos meus colegas do Ministério da Cultura, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Ibram (Instituto Brasileiro de Museus), Fundação Nacional de Artes, Fundação Cultural Palmares, Biblioteca Nacional. E estou aqui falando em nome de uma riqueza imensa de força de trabalho que o Ministério da Cultura e suas vinculadas acumularam ao longo desse tempo.

Então, assim, a minha fala, eu espero conseguir contemplar o tempo que foi destinado, porque são tantas coisas a serem ditas, mas eu queria principalmente contar quem nós somos, o que nós fazemos e por que esse plano de carreira é importante para a gente. Como eu disse, nós somos vários e somos uma força de trabalho muito especializada. Vou nomear alguns, talvez eu deixe de falar outros, mas nós somos arqueólogos que trabalhamos com o licenciamento ambiental, com a identificação e proteção dos nossos patrimônios arqueológicos; nós somos conservadores e restauradores, que inclusive estiveram trabalhando arduamente desde 8 de janeiro, em que a gente teve aquela depredação aqui no Congresso, então são esses servidores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que estavam aqui restaurando essas obras que foram destruídas; nós temos historiadores, museólogos, educadores, responsáveis pela implementação de políticas na área de museus, promovendo e valorizando a diversidade cultural brasileira, os nossos patrimônios materiais e imateriais, implementando políticas voltadas para os artistas, voltadas para uma gama de serviços que são prestados à sociedade brasileira. E eu ouso dizer que esses profissionais não serão encontrados em nenhum outro órgão que não seja da cultura, porque, quando eu nomeio aqui algumas dessas formações, estou querendo trazer para o debate a complexidade e a especialidade do que nós fazemos nessas instituições do Ministério da Cultura e no Ministério da Cultura.

E, mesmo aqueles colegas que chegam dentro daqueles cargos de formação, com qualquer formação, acabam se especializando muito porque nossas pautas são muito específicas, é preciso construir um conhecimento muito qualificado, muito especializado, para trabalhar na área da cultura.

Os nossos colegas que estão trabalhando, por exemplo, na área administrativa, lidam com normativos muito específicos. Então, é um conhecimento, realmente, muito particular dos nossos colegas da cultura.

E, além de tudo isso e principalmente, nós, servidores da cultura, somos a memória dessas instituições. Ao longo de todas essas extinções de que o Marcos falou, nós permanecemos, nós seguimos com a memória dessas políticas, também muito comprometidos para que elas continuassem e continuem no tempo. Portanto, nós também somos o futuro, a garantia de futuro dessas políticas públicas, para que elas continuem sendo implementadas ao longo do tempo.

Aqui eu vou trazer um pouquinho do que fazem os servidores da cultura. Eu selecionei algumas coisas importantes que nós fazemos, que têm grande impacto.

Então, por exemplo, os servidores da cultura são responsáveis pela implementação e execução da Política Nacional Aldir Blanc, que tem investimentos muito grandes, de R$15 bilhões até 2027.

São os servidores da cultura que selecionam e supervisionam os projetos do PAC Seleções, que envolvem cerca de R$700 milhões para o PAC Patrimônio Histórico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós mantemos a qualidade do serviço da Biblioteca Nacional, que garante à sociedade brasileira acesso a um acervo riquíssimo: são mais de 7 milhões de acessos mensais, é o *site* mais acessado do Brasil.

Nós analisamos mais de 4 mil processos de licenciamento ambiental, certificamos comunidades quilombolas, contribuímos para a preservação dos bens culturais tombados, registrados, de línguas.

Nós fomentamos projetos artísticos; ajudamos, na verdade, na implementação dessas políticas que fomentam os projetos artísticos. Também, os servidores estão implicados na gestão dos museus.

Então, nós fazemos muitas coisas que estão além do aspecto administrativo, que também é muito importante, como eu disse. Mesmo o que nós fazemos em termos de administração, nós fazemos de um lugar muito específico das políticas culturais.

Todas essas políticas que eu citei, que são só algumas... Eu acho que o Secretário Márcio Tavares vai ter propriedade para falar um pouco mais sobre os impactos das políticas culturais mesmo, mas, para a implementação dessas políticas, são necessários os servidores qualificados que nós somos, só que esses servidores qualificados e especializados em diversas áreas de conhecimento estão muito desmotivados.

Então, quando o Marcos fala sobre a enorme evasão que, principalmente, as vinculadas têm atualmente, isso se deve ao fato de termos muitos servidores com muitas qualificações que não se sentem devidamente valorizados e sem perspectiva de qualificação e de crescimento.

E o que nós temos hoje em dia, é importante ressaltar, é que mesmo que a gente fale em restruturação de carreira, a gente nunca teve uma carreira, de fato, para ser restruturada. A gente quer criação de uma carreira, porque o PEC Cultura é uma junção de cargos sem as atribuições claramente definidas, sem a possibilidade, como eu disse, de valorização e qualificação real, e ele não contempla a especificidade da cultura.

Por isso, então, essa falta de valorização que gera evasão, que gera insatisfação, também ameaça a continuidade das políticas culturais, porque sem servidores não existe política cultural implementada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós sabemos que a cultura é importantíssima para o desenvolvimento do país e para o fortalecimento da democracia. Então, valorizar os servidores e garantir a sua permanência nos órgãos da cultura é fortalecer a democracia, é também evitar o que aconteceu nesses Governos anteriores em que o Ministério da Cultura foi extinto.

Então, aqui falo mais uma vez da evasão, mas eu não vou me estender porque o Marcos já falou. Mas não é só no Ibram, é no Iphan, é na Funarte, na Fundação Cultural Palmares é na Biblioteca Nacional, é no MinC também.

E a gente traz como solução para isso, então, o Plano das Carreiras dos Cargos da Cultura. E aqui eu gostaria de agradecer ao Ministério da Cultura, que, depois das nossas mobilizações, atendeu o nosso pedido de criar um grupo de trabalho e, junto com os servidores, construir uma proposta que venha a atender os nossos anseios e também permitir que as políticas culturais se firmem ao longo do tempo.

Então, o objetivo desse plano é estabelecer em lei atribuições alinhadas com o texto constitucional, nos arts. 215 e 216, porque, como eu disse, até hoje a gente não tem uma lei que defina as nossas atribuições e, quando a gente construiu essa proposta de plano, a gente quis que ela estivesse totalmente alinhada com a Constituição para garantir que uma lei estabeleça o que a gente vai fazer para que não se possa destruir e não se possa tratar os servidores como nós fomos tratados nos Governos anteriores, que não deram a devida importância para a cultura. Então, a gente estabelece em lei atribuições vinculadas à Constituição, tornando as políticas públicas de cultura políticas de Estado.

Também objetiva estimular permanentemente, de modo orientado, o autodesenvolvimento profissional dos servidores; ajustar a estrutura remuneratória e os mecanismos de compensação pelo trabalho nas políticas culturais, aproximando daqueles com o mesmo nível de complexidade e de lógica de atuação. E aqui nós vamos falar de reparação histórica dessa injustiça da disparidade salarial que existe hoje em dia.

Os servidores do Ministério da Cultura desempenham funções análogas e complexas...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. THAÍS WERNECK – ... tais quais as de outras entidades, e a gente chega ao final da nossa carreira, depois de 28 anos, recebendo o que essas carreiras ganham no início da carreira delas. Então, é uma disparidade e é uma injustiça que pode ser corrigida por meio desse plano de carreira, porque ele traz uma proposta de tabela condizente com a complexidade do trabalho que a gente desempenha.

Como eu já disse, isso vai diminuir a disparidade salarial entre os servidores do Executivo que cumprem funções similares e do mesmo grau de complexidade. E eu repito isto: é muito importante que o Governo reconheça a complexidade do trabalho dos servidores da cultura.

E, além disso, nós somos um contingente muito reduzido. O impacto orçamentário dessa proposta vai ser mínimo.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. THAÍS WERNECK – Como eu disse, vai abranger todas essas instituições vinculadas ao Ministério da Cultura e o próprio Ministério da Cultura...

O SR. JOSÉ CELSO CARDOSO JÚNIOR (*Fora do microfone.*) – E os demais órgãos.

A SRA. THAÍS WERNECK – ... e os demais órgãos. É!

Agora, para finalizar, já que eu estou com pouco tempo, eu só queria ilustrar isso que eu falei da injustiça da disparidade salarial entre carreiras análogas às nossas.

Por exemplo, nós temos um caso que é muito gritante, em que, dentro do próprio Ministério da Cultura, a gente tem a Casa de Rui Barbosa, que é vinculada ao Ministério da Cultura, porém com uma carreira vinculada à Ciência e Tecnologia, em que a diferença de salário é esta: no final de uma carreira, a gente estaria ganhando 50% a menos que os nossos colegas vinculados ao Ministério da Cultura.

Em relação aos ATPS, na nossa proposta de carreira, a gente propõe o cargo de Analista Técnico de Políticas Culturais, porque, afinal, os analistas técnicos de políticas sociais são muito importantes, mas eles não substituem os servidores da cultura. Nós precisamos dos analistas técnicos em políticas culturais, que são essas políticas muito específicas, e, mesmo desenvolvendo atribuições semelhantes, vocês podem ver que, no final de carreira, eles estariam recebendo R$10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mil a mais do que nós. Isso também acontece com outras análogas, como a Funai, o FNDE e o Inep.

E a minha pergunta é: por que a cultura é menos importante do que essas outras carreiras, se a gente desenvolve políticas públicas tão importantes para a sociedade? Por que a gente não está sendo devidamente valorizado?

Então, para finalizar, aqui seriam os efeitos dessa proposta. A gente teria essa carreira finalmente estruturada. Não temos um plano de carreira atualmente. Servidores mais engajados, mais qualificados e maior retenção de talentos, e são muitos talentos; isso eu posso afirmar com toda certeza.

Nós poderíamos também proporcionar transversalidade dos serviços de cultura para outros órgãos, porque também tem órgãos que desempenham alguma atividade relacionada à cultura. Isso também vai fortalecer institucionalmente o sistema MinC e melhorar os serviços prestados à sociedade.

E, principalmente, o que realmente nos move muito é essa questão da perenidade das políticas culturais. Sem servidor, não tem política cultural implementada!

Então, eu acho que consegui cumprir o meu tempo – essa era a minha preocupação.

Eu estou à disposição, caso haja dúvidas.

E é isso!

Muito obrigada por esta oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradecemos a você, Thaís Werneck, que é representante do Fórum das Associações dos Servidores da Cultura.

Eu comentava com o Dr. José Celso que até eu tinha recebido, como Presidente da Comissão, também os quadros que você acabou de mostrar aí para o Brasil todo e eu faço questão de repassar.

Você me consegue, depois, uma outra cópia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo para o Dr. José Celso. (*Palmas.*)

Assim, o Ministério da Gestão já fica a par de toda a proposta e se inspira no que foi dito.

Muito bem. Passo, em seguida, a palavra à Jussara... (*Pausa.*)

Antes, haviam me dito da necessidade de o Dr. Márcio, inclusive, se antecipar para falar, mas ele disse que organizou o horário de tal forma que ele pudesse escutar a todos, pelo que a gente agradece também – não é, Dr. Márcio?

Passo a palavra à Jussara Griffo, que é Diretora da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal.

Com a palavra.

A SRA. JUSSARA GRIFFO (Para expor.) – Primeiro, quero cumprimentar o Senador Flávio Arns por esse apoio; o Márcio Tavares, com quem a gente está junto nessa jornada; o Leandro, mais um que está junto nessa jornada pelo fortalecimento do MinC; e o José Celso, com quem a gente está no dia a dia da Condsef, fazendo alguns debates sobre o Estado brasileiro, que, como a gente entende, tem que ser modulado através dos trabalhadores do setor público e das políticas públicas.

A Condsef tem várias negociações. Assim, nós vamos repassar algumas questões aí colocadas para a gente colocar a posição política referente à questão do PEC Cultura e ao fortalecimento das políticas do Ministério da Cultura e suas vinculadas.

Uma coisa: discutir carreira não é só discutir a questão do trabalhador no setor público; é discutir o fortalecimento da instituição. Sem carreira, não existe instituição. Então, o desdobramento dela é o fortalecimento da tabela e a valorização dos trabalhadores. Esse é o primeiro momento que a gente discute, porque as pessoas falam em carreira muito ligadas à questão de tabela. Não! Um ministério forte tem que ter uma carreira forte. Essa é a importância.

Então, a gente defende carreiras no setor público federal. No Sistema MinC e suas vinculadas, porque a gente não discute em separado, a gente já avançou, porque, antigamente, a gente discutia carreira de Iphan...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, não; a gente quer um ministério forte junto com as suas vinculadas, para a gente não sofrer mais uma derrota da democracia que viveu o Ministério da Cultura e suas vinculadas. Foi muito cara a destruição de toda a política de cultura no país a partir da destruição do MinC e de muitas políticas das nossas vinculadas.

Foi uma vitória da democracia, e para fortalecer a democracia do país, a gente quer que se fortaleçam o Ministério da Cultura e suas vinculadas. Para isso é necessário ter uma carreira forte e os trabalhadores e trabalhadoras valorizados. É isso que a gente quer colocar.

Nós passamos por um processo de negociação e a gente ficou muito enfurecido, viu? Porque os trabalhadores da cultura não tiveram a sua voz – estão tendo aqui hoje... (*Palmas.*)

... porque não foi colocada uma mesa de negociação para a gente discutir a questão da cultura separada.

Colocou o Ministério da Cultura – e a Condsef fica muito tranquila ao falar isso, porque a gente também representa o PGPE, e não desvaloriza o PGPE –, colocou o PGPE junto com a Erce, com o PEC Fazenda e com os PECs para discutir a reestruturação de carreira.

Para a gente não foi reestruturação de carreira, foi uma discussão de política salarial, o que a gente acha correto. Repor a inflação a gente acha que é uma política correta do Governo Lula. Achamos importante ter voltado às mesas de negociação, mas não dá para fazer negociação não conhecendo a estrutura de cada setor, colocando uma mesa. Por quê? A cultura não é uma estrutura administrativa, quando você pega todas as suas vinculadas. Ela tem uma atividade finalística.

E eu não posso discutir o Ministério da Cultura como uma questão administrativa, porque administrativa todos os órgãos têm, todos os ministérios, tem que ter, porque senão não funciona, fecha. Então, são todas estruturas. Então, não dá para discutir a cultura como uma questão ... administrativa. Não, vou colocar lá o PGPE nessa estrutura.

Não! A cultura é específica, ela foi fundamental na pandemia, na questão de geração de emprego, para a gente sobreviver à pandemia. Se não tivesse cultura a gente teria morrer de tédio dentro da Casa da gente. Então, a cultura foi fundamental para a gente passar vários momentos sociais, para a gente sobreviver a várias estruturas, defender a democracia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí a gente não foi ouvido, porque uma das principais falas nossas é: "bota cultura na mesa". E aí foi um equívoco do Ministério da Gestão e Inovação... (*Palmas.*)

... e a Condsef enviou vários ofícios colocando aí, porque colocou essa discussão, e ela foi colocada assim: Mero, Cultura, PEC Cultura. Aí fica a questão da reposição salarial. E essa dívida o MGI tem com os trabalhadores do MinC. (*Palmas.*)

Essa dívida histórica... porque não dá para a gente ter 40 anos de MinC e 20 anos de uma discussão de carreira. Não dá! Vinte anos são a metade dos anos. E aí como é que a gente quer fortalecer essa política? Criar o sistema nos estados e municípios, que a gente organizou nas conferências, da questão da cultura.

Essa responsabilidade de fomentar essa questão no estado e no município é do MinC. Eu sou do SUS. Eu falo isso muito, porque tem anos de construção junto ao estado e município, o fortalecimento dos movimentos sociais. E para sobreviver a cultura neste país é necessário a gente fazer esse processo.

Então, essa dívida histórica que a gente tem... hoje a gente tem, tinha mais ou menos 309 tabelas, não é, José Celso? Aumentou um pouquinho, não é? Aumentou... (*Risos.*)

... tinha 309 tabelas, não é? Aumentou um pouquinho, porque ainda não saiu o nosso jornalzinho aí do projeto de lei, que deve estar saindo.

São carreiras, não é?

O SR. JOSÉ CELSO CARDOSO JÚNIOR – São 250 tabelas.

A SRA. JUSSARA GRIFFO – Agora, deram 250 tabelas. Então, deu uma redução.

Não se faz Estado brasileiro com essas tabelas.

A Condsef defende...

Eu acho que a proposta de carreira do MinC foi importante, e ainda é muito aquém do que a gente quer, porque a proposta da Condsef é ter piso único e teto único. Nenhum servidor é mais bonito do que o outro, nenhuma política pública neste país é mais importante do que a outra. Todas as políticas públicas são importantes. E eu vejo o Governo Lula falar isso, não é? Na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

época da democratização, na questão da campanha, quando a gente ia para as ruas, para voltar a democratização para o país, eu ouvi ele falar das políticas indigenista, cultura, saúde, educação. Estava lá a gente defendendo essa política. Os projetos do Governo fortalecem toda a política social deste país. E aí a gente discute, não é?

Eu saí um pouquinho dos números, para falar isso, porque eu fiquei emocionada de ver vocês nessa luta de 20 anos, que a gente está aqui, lutando pela carreira da cultura. A gente estava junto. Em cada greve a gente estava junto. Em cada mobilização que a gente estava, que teve corte de pontos, e a gente teve que ir para o Supremo, a gente estava junto. E aí, não reconhecer essa política pela MGI foi muito duro. Não ter a mesa específica da cultura foi muito duro. E aí tem uma coisa que a gente tinha que agradecer ao Ministério da Cultura e às suas vinculadas: eles ouviram a gente. Eles se sentaram com a gente; pelo menos ouviram o clamor dos trabalhadores e das trabalhadoras e criaram um grupo de trabalho. Sabemos que eles não tem deliberação sobre isso. Tem outros setores aí de que a gente sabe a limitação. A gente conhece o processo negocial. Mas o MinC e suas vinculadas acolherem a proposta das trabalhadoras e dos trabalhadores e discutir o fortalecimento do MinC foi muito importante.

E aí é importante agora, quando você está aqui José Celso, quando a gente discute isso, que essa proposta que foi construída pelo Ministério seja bem pensada. A gente sabe as dificuldades que tem, mas, se não se valorizar o MinC, a qualquer momento, a gente pode ser destruído de novo. Essa política pública, que é tão importante na geração de emprego – eu descobri isso na geração de emprego na pandemia, quando a gente começou a ver os números que a gente estuda aí da questão da cultura, como é importante, para a geração de emprego, de qualquer *show* que tem na Funarte à noite, o acesso, porque nem todo mundo tem dinheiro para ir ao futebol e ao *show* neste país. Muitas vezes a gente tem muitos *shows* em muitos teatros, que não tem custo para a sociedade. É aonde a gente tem acesso. Então é isso aí.

Aí eu vou pedir, só no finalzinho, para mostrar como a gente é colocado no Orçamento da União, o impacto orçamentário que dá aí.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JUSSARA GRIFFO – Aí tem como dar uma passadinha... Ah, desculpe. A idade me faz... Aí eu fiquei emocionada. Essa aí foi a questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem a Ancine aí e o número de trabalhadores que a gente tem.

Tem a Ancine, a FBN, a FCP, a Funarte, o Ibram, o Iphan, o MinC. Aí você tem servidores no PEC – não dá para ver tudo, viu –, servidores que estão fora, quem está na regulação, a C&T, que é outra carreira, a Erce, que é uma carreira também que passa para alguns engenheiros, pois não são todos da cultura, mas tem engenheiros que estão na carreira da cultura.

O PGPE, PEC Cultura, Políticas Sociais e o total de 3.222 trabalhadores que hoje compõem a força de trabalho do Ministério da Cultura.

Deixe-me ver aqui.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JUSSARA GRIFFO – Aí a gente tem colocado os trabalhadores ativos da cultura.

Nós temos hoje, aposentados, 1.883; pensionistas, 539 trabalhadores. Nós temos 206 cedidos.

Aí o total da força de trabalho do MinC.

Nós estamos fazendo alguns estudos junto ao Dieese – viu, Celso? – e tem algumas coisas ainda que a gente está...

A questão é que a tabela da cultura não é atrativa, não é? Não é. Não é uma prioridade de concurso para as pessoas entrarem. Nós temos outras tabelas no Executivo, com a política tão importante da cultura, que são mais atrativas na questão do concurso.

Aí, nós temos a Ancine e a Casa de Rui, que tem uma carreira desvinculada das outras vinculadas ao MinC, não é?

Porque na PEC Cultura a gente explicou – o apelido de carreira, não é? – porque não é uma carreira.

(*Soa a campainha.*)

Despesa de pessoal da Cultura.

A Agência Nacional de Cinema é 0,03% do Orçamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fundação Biblioteca Nacional, 0,02% do Orçamento.

Fundação Casa de Rui, 0,01%; mesmo tendo uma tabela melhor, não é?

Fundação Cultura Palmares é 0,00%, não é? Então, não tem impacto no Orçamento.

Fundação Nacional das Artes é 0,01% do Orçamento.

Instituto Brasileiro de Museus, 0,02% do Orçamento.

Instituto do Patrimônio Histórico é 0,06%.

Ministério da Cultura é 0,02%.

Nós temos um total geral aí da Lei 12.233, de 2005, de 0,13%.

E total geral é 0,17% do Orçamento da União, que é o impacto dos trabalhadores da Cultura, não é?

(*Soa a campainha.*)

Esse foi o último termo de acordo que a gente assinou, agora, que a gente achou importante, com o Ministério da Gestão e Inovação, que é a questão da reposição das perdas salariais até 2026, mas a gente entende que foi igual ao PGPE, o Erce e o PEC, não é? Está colocada aí a reposição, e aí mexeu um pouquinho na estrutura. A gente é favorável à carreira transversal. A gente entende que é importante essa discussão. Colocar as tabelas do mesmo tamanho, mas a gente quer as tabelas também na mesma remuneração. Não só o tamanho da tabela, mas a questão do piso e do teto ser bem parecido.

A proposta apresentada e construída pelo GT está longe disso, mas a gente acha que é um caminho para começar a trilhar. A gente apoia essa proposta, porque a gente acha que tem que dar um pontapé inicial para essa discussão aí colocada para o setor público.

(*Soa a campainha.*)

A gente não concorda com a política de que o de cima sobe e o de baixo desce, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente entende que tem que ter uma valorização do sistema MinC, das vinculadas, e que tem que ter uma mesa para discutir realmente a proposta de carreira dos trabalhadores do sistema MinC. É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Agradecemos à Jussara Griffo, que é Diretora da Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal.

Passo, em seguida, a palavra ao Leandro Antônio Grass Peixoto, que é Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

O SR. LEANDRO ANTÔNIO GRASS PEIXOTO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Muito boa tarde.

É um prazer estar aqui.

Eu gostaria de agradecer imensamente, na figura de V. Exa., a toda a Comissão, a todos os Senadores e Senadoras, aos Deputados e Deputadas, que já sinalizaram o seu apoio à política cultural brasileira. Não só nesta pauta fundamental, mas em todas as outras pautas, V. Exa. tem sido sempre muito parceiro, muito acolhedor e muito empático às demandas do ministério, do nosso sistema MinC e, em especial, dos nossos servidores. Então, ficam aqui a gratidão e a admiração pelo seu mandato e pelo trabalho que desenvolve nesta Casa.

Eu gostaria de saudar a todos os servidores e servidoras, toda a Mesa, o querido Secretário-Executivo Márcio Tavares, que, junto com a Ministra Margareth, vem liderando um processo de reconstrução muito importante dentro da cultura brasileira.

Eu costumo dizer, Senador, que destruir é muito fácil e é para os covardes, mas reconstruir e construir é difícil, dá muito mais trabalho e é para os corajosos, e isso está acontecendo neste momento da história do Brasil. Então, ficam aqui também o meu respeito e a gratidão de poder fazer parte desse processo junto com os meus colegas dirigentes.

Aqui se encontram também alguns diretores e diretoras do Iphan, que convidei para que nós reafirmássemos o nosso compromisso de gestão com esta pauta. Desde a nossa chegada, esta tem sido uma missão para todos nós: consolidar a cultura como uma política de Estado, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso não se tornará possível sem que haja o plano de cargos e salários, o plano de carreira dos servidores da cultura, e isso é uma prioridade da gestão da Ministra Margareth.

O Secretário Márcio vai poder dizer isso ainda melhor do que eu, mas, de todos nós, em todas as autarquias, eu fui convidado para assumir uma instituição de 87 anos de existência, uma instituição que já ofereceu muito ao povo brasileiro, que tem uma tarefa extremamente complexa, que foi ampliando as suas frentes de trabalho. É uma instituição intersetorial, é uma instituição multidisciplinar, complexa, de fato, que dialoga com todo o país, que está profundamente envolvida no pacto federativo, porque a preservação do patrimônio cultural não acontece sem que haja corresponsabilidade entre estados, municípios e União e que acolhe a sociedade civil.

A política do patrimônio cultural é essencialmente uma política de participação social. Nada do que o Iphan fez ao longo desse tempo, especialmente desde a Constituição de 1988 para cá, quando o patrimônio figurou no art. 216, foi sem a sociedade. Todo o processo de patrimonialização, a salvaguarda, a preservação dos bens, a educação patrimonial, o licenciamento ambiental que nos sobrecarrega de tal maneira, todas as nossas iniciativas na arqueologia, tudo pressupõe diálogo com a sociedade. Portanto, se hoje nós estamos aqui, também é em virtude do trabalho da sociedade. Em especial, nos últimos anos, se o Iphan sobreviveu, nós devemos tudo aos servidores, tudo. (*Palmas.*)

Não seria possível sustentar o que ainda existe hoje da política cultural sem os servidores, eu posso dizer, não só do Iphan, mas de todo o ministério, de todas as autarquias.

Quero cumprimentar o Secretário José Celso e aproveitar, Zé, para salientar o que o Ministério da Gestão e Inovação está fazendo neste momento da história brasileira. É um legado. O que vocês estão construindo, sob a liderança da Ministra Esther, é um grande legado para a sociedade brasileira.

Ministra Esther é um grande legado para a sociedade brasileira. Daqui a 20, 30, 50 anos, nós vamos nos lembrar do que esse ministério fez do ponto de vista da sustentabilidade da política pública brasileira, da valorização, da organização, da atualização do Estado brasileiro, não só em relação às carreiras que estão sendo discutidas, pensadas, reformuladas, mas, acima de tudo, de garantir uma gestão pública que seja fundada, apoiada no interesse público, que seja voltada aos resultados que a sociedade espera que nós possamos entregar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, fica aqui também o meu respeito. Creio que o Presidente Lula acertou em cheio ao criar o Ministério da Gestão e da Inovação, porque é um ministério que tem nos mobilizado, que tem nos apoiado não só nesta pauta, mas em várias outras pautas. Não houve uma única vez que nós tenhamos batido no MGI e não recebido um bom tratamento, um bom encaminhamento, um devido cuidado com as pautas em vários aspectos, seja de concurso, seja de estrutura, inclusive da carreira.

Então, quero que você estenda os mesmos cumprimentos a todos os gestores, a todos os secretários, diretores, coordenadores, e, em especial, à Ministra Esther.

Querida Jussara, na sua pessoa eu quero cumprimentar a luta dos nossos servidores, das nossas organizações, da base sindical, da base associativa dos trabalhadores não só da cultura, mas de todo o Estado brasileiro.

Também, Thaís, Marcos, quero agradecê-los pela apresentação, pelas informações.

Eu gostaria de deixar uma mensagem, Senador, sobre esse debate, um elemento que para mim é muito caro, em especial dentro da instituição que hoje eu presido. Muitas vezes nós olhamos a política cultural como mais uma política. Ainda setores da sociedade enxergam a cultura como algo menor. A cultura é, se não a mais, uma das pautas hoje mais transversais que nós temos no Estado brasileiro, em termos de política, mas em termos de direito.

O direito à cultura permeia... Podemos aqui passar por diversos exemplos. O direito à cultura permeia todas as políticas públicas, e nós podemos aqui assegurar isso, comprovar, demonstrar não só com indicadores, com dados, mas com exemplos de ações que nós mesmos executamos.

Eu vou citar, por exemplo, a política do patrimônio imaterial, que o Iphan tem a responsabilidade hoje de executar junto a quase 1,9 mil bens tombados no país, entre conjuntos urbanos, entre bens móveis, bens integrados. A gestão urbana, por exemplo, é sobre território, é sobre existência, é sobre desenvolvimento econômico. A política do patrimônio cultural é sobre autoestima e pertencimento, é sobre combate à violência, é sobre prevenção da vida, preservação da vida também. É sobre combate à desigualdade e sobre erradicação da pobreza. É sobre ativação de áreas degradadas deste país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O patrimônio imaterial, nos nossos 56 bens registrados, da capoeira, passando pelo forró ao carimbó, passando pelo fandango caiçara – que é lá do Paraná, inclusive, Senador –, é sobre a história de pessoas que construíram este país. É sobre mestres e mestras que colocaram o seu conhecimento, a sua capacidade a serviço da vida, da alegria, da felicidade.

A política do patrimônio imaterial é sobre sobrevivência material, quando nós pensamos, por exemplo, nos ofícios que nós salvaguardamos, as baianas do acarajé, quando nós lembramos, por exemplo, das paneleiras de goiabeiras no Espírito Santo, que vivem do seu ofício cultural. E, se nós não as salvaguardarmos, elas morrerão de fome.

As comunidades indígenas, que nós apoiamos através da política de diversidade linguística, fortalecendo o que o art. 231 da Constituição garante, os direitos dos povos indígenas, nós afirmamos esses direitos.

Podemos falar aqui dos quilombos, do direito à memória, dessa herança africana forte do nosso país, que é a essência do país. Nós estamos agora fazendo o reconhecimento dos quilombos como patrimônio cultural que a Constituição garantiu, mas nunca tinha sido regulamentado, e hoje nós estamos aí com mais de 30 quilombos demandando ao Iphan o reconhecimento das suas referências culturais. Ao garantir a cultura desses quilombos, nós garantimos também o seu direito à terra e à sustentabilidade socioambiental diante de um quadro de extremos climáticos, de mudanças climáticas em que nós estamos assistindo a um verdadeiro caos no Brasil e no mundo diante dessa situação. Preservar as comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, entre outras é garantir o lugar do Brasil na agenda das mudanças climáticas.

Já que falamos de um tema internacional, de uma questão que é global, é a cultura que apresenta o Brasil lá fora, é a cultura que diz quem é o Brasil para o resto do mundo.

Daqui a pouco eu vou precisar ir aqui à bancada de Minas Gerais porque em dezembro, daqui a poucos dias, nós teremos na Unesco, na convenção da Unesco, que acontecerá em Assunção no Paraguai, o reconhecimento dos modos de fazer o queijo minas na Serra da Canastra. Patrimônio cultural, a cultura é a agricultura familiar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu vou parar por aqui porque nós poderíamos continuar falando de vários outros exemplos. Quero, em resumo, dizer que a política cultural é uma política de Estado, é uma política transversal, é uma política intersetorial. Garantir a valorização dos servidores da cultura é fortalecer...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEANDRO ANTÔNIO GRASS PEIXOTO – ... todos os ministérios da Esplanada, é garantir a qualidade de todas as políticas públicas, porque nós temos cultura na educação, nós temos cultura no Ministério das Mulheres, nós temos cultura no Ministério da Infraestrutura, nós temos cultura no Ministério das Cidades, em todas as ações do Governo Federal e em todas as ações das secretarias municipais e estaduais de prefeituras e governos.

Portanto, em resumo, a aprovação desse plano de carreira significa a sustentabilidade e o futuro das políticas públicas brasileiras.

Muito obrigado pela oportunidade e que nós tenhamos boas notícias em breve. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradecemos ao Leandro Antônio Grass Peixoto, que é Presidente do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Passo, em seguida, a palavra ao Dr. Márcio Tavares dos Santos, que é Secretário-Executivo do Ministério da Cultura.

Com a palavra, Márcio.

O SR. MÁRCIO TAVARES DOS SANTOS (Para expor.) – Boa tarde a todas, a todos; boa tarde, Senador Flávio Arns, Presidente desta Comissão de Educação e Cultura do Senado, que tem prestado um serviço tão importante para o desenvolvimento cultural do Brasil, especialmente durante esse período em que o senhor tem conduzido os trabalhos aqui da Comissão, período de parceria contínua com o Ministério da Cultura e, em nome da Ministra Margareth, agradeço profundamente pela parceria, pela relação de prioridade com as pautas de reestruturação das políticas culturais do Brasil nesses últimos dois anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós tivemos uma agenda intensa que passou pela regulamentação do Sistema Nacional de Cultura, marco do fomento, e todas essas iniciativas passaram pelo crivo e pela qualificação desta Comissão e pela condução do seu trabalho.

E agora, mais uma vez, estamos aqui diante de uma pauta estruturante para a recuperação do Ministério da Cultura, para a recuperação das políticas culturais, que é a discussão do Plano das Carreiras da Cultura (Pccult), que é um trabalho que vem sendo construído a muitas mãos aqui, respeitando o anseio da categoria e, sobretudo, também o compromisso que nós temos no ministério. O Leandro aqui falou sobre isso muito bem, mas também os nossos servidores, a Thaís, o Marcos, que conversaram antes, a Jussara, representante sindical, puderam apontar o grau de compromisso que nós temos, como gestão e de parceria, com os servidores neste momento de construção.

Quero cumprimentar muito vivamente o Zé Celso, Secretário de Gestão de Pessoas do MGI, e agradecer a todo o apoio que o MGI tem nos dado não só nessa pauta. E é importante salientar: desde o momento em que nós estivemos na transição, em que a Ministra Esther foi indicada, a Ministra Margareth já estava indicada, o trabalho do MGI tem sido fundamental para a recuperação e reestruturação do Ministério da Cultura, para a sua capacidade de responder a um nível e uma dinâmica política em um outro patamar, que foi colocado no Governo do Presidente Lula. Em função disso, agradeço muito ao Zé Celso por essa parceria.

Aqui eu vou apresentar esse trabalho, mas a Ministra Esther já teve a oportunidade de conhecer. Nós já estivemos, inclusive, junto com os servidores e com as servidoras, conversando com a Ministra, conversando com a gestão, apresentamos o conjunto da proposta.

Não sei se consigo ir passando aqui. Parte da apresentação, os colegas aqui já apontaram.

Como todo mundo sabe, desde 2023 nós atingimos um novo patamar de investimento público em cultura no Brasil. Através da Política Nacional Aldir Blanc, mas também da Lei Paulo Gustavo, nós vamos garantir um investimento em fomento direto de cerca de R$18 bilhões até 2027, parte deles já realizado num trabalho e numa força-tarefa dignos de aplausos dos servidores e das servidoras que garantiram, o ano passado, uma adesão recorde, tanto para a Lei Paulo Gustavo quanto para a Lei Aldir Blanc: 97% dos municípios, 100% dos estados. É a política de adesão federativa de maior sucesso da história, fruto do trabalho incansável desses servidores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Leandro já falou sobre a importância da memória, dos quilombos, o quanto essa política é transversal. Nós temos um conjunto de museus, de equipamentos, são 33 instituições museológicas que são geridas diretamente pelo Ministério da Cultura, bibliotecas, teatros, a Política Nacional das Artes, feita pela Funarte, a Ancine e as políticas do audiovisual. Então, nós temos uma enorme diversidade de iniciativas dentro do escopo do Ministério da Cultura, só que, ao mesmo tempo, nós temos um nível de evasão, Senador, entre os nossos servidores, incompatível com a dedicação desses servidores ao trabalho.

Nós tivemos concursos em 2006 e em 2013, esses dois concursos marcaram uma evasão altíssima dos nossos servidores, o que impede a continuidade do trabalho, da qualificação do processo de trabalho. E, certamente, não por falta de vontade desses servidores, mas porque acabam encontrando outros concursos, por serem pessoas altamente qualificadas, com um grau de qualificação técnico e acadêmico altíssimo, acabam encontrando outros concursos e deixando a gestão do Ministério da Cultura em função disso, mesmo querendo ficar, e, com isso, a gente acaba tendo dificuldade de aprofundar e institucionalizar como políticas de Estado as políticas de cultura.

O Ministério considera, a gestão do Ministério considera, em acordo com o que os servidores falaram, que é fundamental que a gente tenha um quadro de servidores altamente qualificado para o desempenho das políticas culturais para que a gente consiga responder à dinâmica do direito à cultura, de que o Leandro falou, à dinâmica de constituir as políticas de cultura com a política de Estado, que é um compromisso do Governo, e para que a gente consiga consolidar – no ano que vem, o Ministério da Cultura faz 40 anos, e houve duas tentativas de extinção –, para que a gente consiga, nessa volta do Ministério, institucionalizar isso como um patrimônio fundamental não em si, pela instituição Ministério da Cultura, mas pela importância que essas políticas que são levadas pelo Ministério têm e precisam para o fortalecimento da democracia, para o desenvolvimento humano sustentável do nosso país.

O plano está concebido da seguinte maneira, Senador. São dois níveis: o nível superior e o nível intermediário. Neles estão instituídos o analista técnico em políticas culturais, o analista técnico administrativo, um assistente no nível intermediário, um assistente técnico em políticas culturais, o assistente técnico administrativo. Então, são cargos de nível superior e intermediário, e o nível auxiliar está fora, e eu quero parabenizar aqui... Eu vou fazer várias colas com a Bruna,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é a nossa chefe da Cogep, que é responsável por um trabalho incansável de relação com os servidores técnicos de alto nível no Ministério. (*Palmas.*)

São quatro classes com 20 padrões remuneratórios. A gente buscou, em todos os momentos, seguir as orientações do Ministério da Gestão, todas as orientações, a cada passo do trabalho que foi feito buscando estar em linha com o trabalho correto que o Ministério da Gestão tem feito para a qualificação da gestão pública brasileira nesses últimos dois anos.

O interstício entre os padrões é de 12 meses, uma duração de carreira de 20 anos. A gente tinha até um período de 28 anos de progressão com um interstício baixíssimo. Então, a gente melhora a progressão, mas ela também se equivale a de outras carreiras que estão no mesmo nível. Não significa a gente estabelecer nenhum tipo de privilégio. Pelo contrário, aqui, a gente está propondo a criação de 3 mil cargos, que é o equivalente ao que nós temos de cargos hoje no Ministério, e eles estão vagos. Aqui, a Bruna vai me corrigindo. São os 3 mil cargos vagos que nós temos no Ministério atualmente. Então, a gente está, em nível superior, propondo a criação de 2,1 mil e, no nível intermediário, de 900 cargos, o que também está em linha com a proposta do MGI de valorizar os cargos em nível superior.

A estrutura remuneratória está composta por um vencimento básico, uma gratificação de apoio à execução das políticas culturais, que teria uma parcela variável, e uma gratificação de localização. Por que uma gratificação de localização? Porque o Ministério... Por exemplo, o Iphan tem superintendências nas mais diversas localidades do país, em áreas de fronteira, em áreas de interior com povoamento bastante pouco adensado... Então, a gente tem, também, dificuldade de manter os servidores nessas localidades. Então, foi sugerida...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRCIO TAVARES DOS SANTOS – ... uma gratificação de localização.

Ela vai ter duas bandas, de acordo com o tipo de localidade em que esses servidores vão estar exercendo as suas funções.

A proposta de remuneração tem uma banda no nível superior, vou falar aqui a respeito dos cargos e salários que vão ter na sede aqui do Ministério, com o inicial de R$10.705, terminando com R$20.263. Aquele último nível salarial auxiliar está em vermelho porque ele não faz parte do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

novo plano de carreira, ele segue o regime atual. No nível intermediário, a gente teria uma variação entre R$5 mil e R$8 mil.

O impacto, nesse caso, a gente tem um número de servidores bastante baixo, de acordo com o que é o volume de servidores e servidoras federais no Brasil. Então a gente tem um impacto de R$26 milhões mensais, R$345 milhões anuais, à medida que seja aplicada a integralidade das vagas e que a gente consiga repor o conjunto da proposta aí dentro.

Então a gente vai ter uma carreira estruturada, servidores, sem dúvida nenhuma, mais engajados, mais qualificados, a gente vai conseguir reter talentos que são importantíssimos. A gente tem na Funarte, na Fundação Palmares, na nossa sede, funções altamente especializadas e a gente precisa de talentos com qualificação, porque são muito específicas, e a gente tem dificuldade de reter.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRCIO TAVARES DOS SANTOS – A transversalidade, porque esses cargos também não vão estar reservados exclusivamente ao Ministério. A gente tem arquivos, a gente tem museus, a gente tem equipamentos culturais que são geridos e gestados por outros ministérios e que vão poder ter equivalência com esses cargos do plano de carreira da cultura. O fortalecimento institucional, a valorização das nossas políticas culturais, a melhoria dos serviços prestados à sociedade. Nós estamos sempre falando que a gente faz política cultural para os 203 milhões de brasileiros, que têm direito à fruição cultural, mas, para garantir as condições de produção de todos, nós precisamos ter as estruturas de gestão bem formadas e a garantia de que essas políticas possam ser bem executadas, e por isso a perenidade das políticas culturais.

Então esse aqui é o grupo que participou da construção da proposta. Agradeço a oportunidade de poder falar por ele, agradeço aos servidores, agradeço ao Senado e torço aqui para que em breve a gente tenha uma bela resposta com a instituição do nosso plano de carreira, que essa conquista ratifique aquilo que a Ministra Margareth falou na sua posse, que o Ministério da Cultura se transforme num patrimônio do povo brasileiro, com estabilidade, continuidade e certamente grande parte disso está na mão dos nossos servidores e servidoras serem bastante valorizados.

Obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Tem um fã-clube aí. (*Risos.*)

Os outros expositores também, todo mundo.

Agradecemos novamente ao Márcio Tavares dos Santos. Obrigado pela presença também.

E vamos ao nosso último expositor, com muita honra, que já esteve aqui em outras ocasiões – nós já estivemos lá também – e que é o Dr. José Celso Cardoso Júnior, que é Secretário de Gestão de Pessoas do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Com a palavra, José Celso.

O SR. JOSÉ CELSO CARDOSO JÚNIOR (Para expor.) – Muito bem.

Boa tarde a todas e todos.

Queria começar agradecendo o convite da Comissão.

Cumprimento o Senador Arns por esta iniciativa e pela condução do trabalho que está levando à frente.

Como já foi dito, já estivemos aqui em outras oportunidades, discutindo as especificidades da proposta, do plano de carreira da cultura tanto com a Ministra Esther Dweck, como com a Ministra Margareth e também colegas do ministério.

Quero cumprimentar todos da mesa e, na pessoa deles, cumprimentar toda a plateia, os meus colegas também servidores públicos.

Queria começar lembrando o contexto dentro do qual esse processo de reconstrução nacional e de reestruturação de carreiras vem se dando.

Todos aqui sabem, não vou me alongar nisso, que este terceiro mandato do Presidente Lula, que começou em janeiro de 2023, teve início num contexto muito adverso do ponto de vista político, do ponto de vista econômico, do ponto de vista das contas públicas, do ponto de vista da institucionalidade mais geral, do aparato público brasileiro, depois de dois governos, os Governos Temer e Bolsonaro, que promoveram um verdadeiro desmonte da estrutura institucional do Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse desmonte teve três características. Ele foi abrangente, porque ele não ficou restrito a uma ou outra área de atuação governamental, ele perpassou praticamente todas as áreas de atuação governamental, com exceção talvez da área militar e da das polícias, por razões óbvias. Ele foi, além de abrangente, muito profundo, porque não se tratava apenas de mexer em pequenos parâmetros ou pequenas variáveis de cada área de atuação de política, ele mexeu profundamente nos parâmetros que sustentavam as políticas públicas em muitas das áreas: a área social, a área ambiental, a área da cultura, que é um exemplo paradigmático disso, porque o próprio ministério foi extirpado da estrutura organizacional. Vejam que a profundidade do desmonte foi muito radical nessa área em particular. E, além de tudo, em terceiro lugar, foi um desmonte veloz, porque, como já foi dito também aqui, destruir é muito mais rápido do que construir.

O contexto era, e ainda é, muito complexo e muito adverso, porque também, do ponto de vista mais geral econômico, a reconstrução que está em curso, desde 2023, está se dando num cenário muito menos favorável do que aquele que aconteceu no segundo Governo Lula, por exemplo, entre 2007 e 2010, quando havia uma confluência muito positiva de fatores econômicos, um crescimento econômico em taxa e nível superior ao atual, que colocava o crescimento da arrecadação também acima do próprio crescimento do PIB. Isso permitiu, naquele momento, um movimento grande de reestruturação de carreiras, entre outras coisas, com retomada de concursos também, com revalorização salarial dos servidores e outras coisas mais, a ponto de o Governo Lula, naquela ocasião, ter entregado o Governo com um nível de popularidade muito alto e com os servidores no patamar remuneratório maior que já havia existido desde pelo menos a Constituição de 1988.

De lá para cá, como a gente sabe, uma crise econômica associada a uma crise política institucional muito severa vieram solapando as bases da Constituição de 1988 e as condições e as próprias capacidades do Estado de resistir a esses fenômenos.

E eu não tenho dúvida de que os servidores foram parte do processo de resistência democrática e de resistência institucional que a gente vivenciou recentemente, mas não foi suficiente esse movimento de resistência para impedir o fechamento do Ministério da Cultura, o rebaixamento salarial de praticamente todas as categorias, a desestruturação das políticas públicas de um modo geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é para dizer que o processo que está em curso tem uma lógica, tem um sentido, tem uma dinâmica. E vou tentar resumir isso de modo muito rápido para vocês tentarem entender o momento situacional no qual estamos agora.

O ano de 2023 começa com esse conjunto de pressões de toda a sociedade em função da emergência de um novo governo, de um governo de índole democrática, interessado na reconstrução do Estado e das políticas públicas.

O primeiro movimento junto aos servidores, como sabemos, foi aquele reajuste linear de 9%, em 2023, que era o espaço possível naquele momento para começar um processo de diminuição ou de estancamento das perdas, porque aquele reajuste não foi suficiente, como sabemos, para recompor de uma vez só toda a perda acumulada nos dois governos anteriores – algo que é muito difícil, inclusive, num único mandato presidencial de se fazer, diante do que eu disse, ou seja, do desmonte abrangente, profundo e veloz que houve.

Na sequência daquele primeiro movimento, foram retomadas as negociações salariais com os servidores, que estavam interditadas também pelos governos anteriores. Isso se deu por meio da reinstitucionalização da Mesa Nacional de Negociação, por meio da abertura de mesas específicas para discutir temas particulares. Ocorre que nós temos, na estrutura brasileira, como vocês sabem, uma estrutura de organizações e de carreiras muito heterogênea, muito fragmentada, muito numerosa, o que praticamente torna muito difícil, se não impossível, fazer a abertura de negociação órgão a órgão, carreira a carreira. São mais de 200 órgãos na estrutura federal. Nós temos, como eu estava comentando aqui, uma estrutura com mais de 120 carreiras, com 2 mil cargos avulsos, com 250 tabelas remuneratórias diferentes. Isso é uma fotografia que nós recebemos, em 2023, de um acúmulo histórico da forma pela qual o Estado e a burocracia foram sendo construídos. Vejam que há uma complexidade muito grande. Isso não justifica, mas ajuda a explicar um pouco a razão pela qual várias das negociações foram feitas por blocos de carreiras, a partir das representações sindicais existentes, como era o caso da cultura, representada pelo Condsef, e de outros que tiveram situação similar. Então, a própria reabertura da negociação demonstrou um movimento, um interesse do Governo de institucionalizar um canal de diálogo por meio do qual pudesse receber as demandas, conhecer as demandas, atualizar as demandas, muitas delas, inclusive, desatualizadas ou descontextualizadas da realidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atual, tanto institucional quanto administrativa, orçamentária, etc. E isso é um processo complexo, é um processo lento.

O meu bordão decorrente dessa fase de negociações, Senador, sempre tem sido este de que, em qualquer assunto que envolva administração pública, em qualquer nível, mas sobretudo no âmbito federal, nada que você queira fazer nesse âmbito é rápido, fácil ou barato. Não é rápido, porque tudo está, vamos dizer, contaminado, no bom e no mau sentido, por uma história de acúmulos e de problemas que são difíceis de ser desarmados rapidamente. E não é fácil por conta de que há pelo menos quatro dimensões que precisam ser enfrentadas em cada uma dessas discussões.

Há uma discussão técnica sobre o formato, o perfil, o modelo de administração pública, de organizações, de carreiras que nos interessa construir. Então, não é uma discussão trivial. Cada um tem uma visão do que é ou de como deveria ser o Estado brasileiro, a sua administração pública, a sua configuração de carreiras e organizações.

Além de uma discussão técnica, é necessária uma discussão jurídica sobre várias das propostas, porque várias delas, se não a maioria das que recebemos, incorrem em problemas de ordem constitucional. Por exemplo, você fazer transposição de servidores de nível intermediário para nível superior é inconstitucional pelas regras vigentes; fazer a transposição de servidores que entraram sem concurso antes de 1988 para planos de carreiras atuais que preveem o ingresso por concurso também é considerado inconstitucional. Tem uma série de questões jurídicas que não são fáceis de ser desarmadas para acolher integralmente as propostas. Então, essas questões precisam passar por várias rodadas de esgarçamento, de discussão, de tensionamento para se buscarem soluções juridicamente consistentes.

Em terceiro lugar, há uma questão orçamentária que precisa ser enfrentada. Veja, eu falei isto no início: nós estamos fazendo esse processo de reconstrução num contexto – inclusive economicamente – muito mais adverso do que aquele que permitiu os avanços que foram obtidos no segundo Governo Lula. Essa é a razão, inclusive, pela qual eu sempre faço uma brincadeira, Senador, que é a seguinte – mas é uma brincadeira com o fundo de verdade. Sempre que me convidam para uma audiência para discutir carreira, eu sempre pergunto: mas chamaram o Ministério do Planejamento e o Ministério da Fazenda também? É porque na verdade o principal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gargalo está ali, não está no MGI. O MGI, basicamente, concorda com muitas das propostas, com muito do desenho que está sendo trazido pelas entidades sindicais; não concorda com tudo, é verdade, mas concorda com muita coisa – e vice-versa, diga-se de passagem, não é, Jussara? Então, na verdade, essa discussão precisa também trazer para estas audiências os representantes da área econômica, que são efetivamente os setores que vão viabilizar economicamente grande parte dessas propostas.

E, em quarto lugar, existe uma dimensão política. É uma ilusão nossa achar que as organizações e as carreiras desfrutam do mesmo *status* político dentro da estrutura de Governo. Infelizmente, é assim. Obviamente, eu concordo com vocês quando reivindicam salários iguais, estruturas iguais, tratamento igual; é óbvio que não há quem discorde disso! A questão é: como é que, politicamente, a gente constrói essa mudança de posicionamento institucional dos órgãos e das carreiras em relação ao *status quo* vigente, que claramente prioriza determinadas organizações de carreiras em detrimento de outras? Mas por quê? Por conta de várias coisas: você tem uma história de organizações e de carreiras para explicar, você tem a relevância relativa de cada uma delas dentro do aparato institucional; enfim, você tem n razões. O fato é que, realisticamente falando, existe, infelizmente, uma hierarquia política que se dá entre ministérios, entre organizações, entre carreiras. E romper essa, vamos dizer, inércia política, essa hierarquização política não é fácil. E nós – falo pelo que a Secretaria de Gestão de Pessoas tem feito e o próprio MGI tem feito – temos feito um esforço tremendo de romper, sempre que possível, essa hierarquização. Isso se demonstra por várias das negociações que foram feitas, por vários dos movimentos que estão em curso.

Basta lembrar, seguindo adiante na cronologia, que, em dezembro de 2023, tínhamos efetivamente, como raio de manobra para avançar na recomposição salarial dos servidores, um percentual que era de 4,5% em 2025 e 4,5% em 2026. Pois foi feito um esforço brutal do Ministério da Gestão, sobretudo junto com a área econômica, para alargar esse montante do orçamento destinado à recomposição dos servidores, o que permitiu fazer um movimento de negociação que, ao fim e ao cabo, vai significar, para este mandato do Presidente Lula, de 2023 a 2026, que nenhum servidor terá tido, ao final desse período, menos que 20% de recomposição dos seus salários, contra uma inflação projetada de 15%, 16%. Então, todos os servidores terão tido ganho real do salário. Isso é um dado importante, é algo que foi obtido por meio de um esforço brutal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do MGI na construção das capacidades de recuperação da própria institucionalidade, da própria relevância da gestão dentro do arco de negociação vigente.

Indo além – se eu ainda tiver algum tempinho –, para entrar na questão propriamente do plano da cultura, o que acontece? Nós estamos, de fato, finalizando agora, em 2024, uma segunda etapa desse movimento de reestruturação ou de reconstrução, que envolveu negociações basicamente salariais, é verdade, porque era disto que se tratava num primeiro momento: garantir que todos os servidores tivessem recomposição das perdas inflacionárias e, na medida do possível, algum ganho real em relação às perdas passadas. Esse era o principal objetivo desse segundo momento de reconstrução, e isso foi garantido com a assinatura de cerca de 40 termos de acordo, que envolveram mais de 57 planos de cargos, carreiras de toda a administração federal, com exceção de três que ficaram e estão ainda, até o momento, sem acordo, que são, não por coincidência, a AGU, a Receita Federal e os servidores do Tesouro, que são justamente as três categorias que não assinaram ainda os termos de acordo – para vocês verem que o esforço do MGI tem sido no sentido de evitar capturas adicionais do orçamento por parte de categorias que já estão bem posicionadas na estrutura institucional do Estado brasileiro.

Agora, a gente começou – decorrente, inclusive, dos termos de acordo que foram assinados – uma terceira fase, Senador, que é a da reestruturação propriamente dita das carreiras. Essa terceira fase, que obviamente também não é rápida, não é fácil, não é barata, vai consumir os próximos dois anos deste mandato presidencial, no sentido de tentar organizar, de um modo mais racional, de um modo mais eficiente, mais eficaz, a própria estrutura organizacional. Isso tem sido feito já pelo MGI, por meio da Seges, a outra secretaria, que é quem tem aportado recursos na forma de aumento de investimento, como foi citado, na forma...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ CELSO CARDOSO JÚNIOR – ... de aumento de cargos, de estrutura de cargos dos órgãos. A própria recriação do Ministério da Cultura foi um passo nessa direção, mas existe uma outra dimensão que é justamente essa dos servidores, que é a mais complexa que existe. Então, essa outra dimensão precisa ser colocada nesse filme, quer dizer, nós entendemos – eu também sou servidor, entendo perfeitamente – a angústia, a ansiedade, o senso de "tudo ou nada", de "agora ou nunca" que contaminou, de certa maneira, as mesas de negociação salariais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas é preciso entender que nós não estamos numa fotografia, nós estamos num filme: nós estamos construindo um filme de reconstrução institucional do Estado, por meio de etapas que precisam ser superadas, que precisam ser acumuladas para que as condições para uma próxima etapa possam ser viabilizadas. Então, é esse o momento em que a gente está.

Peço só mais um minuto para concluir, Senador, dizendo o seguinte: decorrente das mesas de negociação, nós já botamos, num cronograma de trabalho, 16 grupos de trabalho que foram previstos, nos termos de acordo, para uma série de áreas, de categorias e de organizações; outras, que não estão ou não foram previstas formalmente nesses termos de acordo, também vão ter o seu momento, o seu espaço de discussão, como é o caso da cultura. Eu não tenho dúvida de que a proposta de vocês – que a gente já recebeu da Ministra Margareth e já leu internamente no ministério, embora não tenha ainda emitido um parecer formal – de fato incorpora grande parte das diretrizes de carreiras que nós publicamos por meio da...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ CELSO CARDOSO JÚNIOR – ... Portaria 5.127 e que vai na direção de um processo, de verdade, de racionalização, de organização interna. A questão de você migrar, por exemplo, de carreiras individuais, por entidades para uma carreira transversal setorial, dentro do mundo cultura, é um avanço de compreensão muito importante da categoria. Eu acho que isso não só melhora muito do ponto de vista da gestão, como melhora muito do ponto de vista das possibilidades de se concretizar essa proposta em algum sentido.

Nós vamos começar essa terceira fase, que é a fase da reestruturação propriamente das carreiras. E nós temos que colocar, nessa nossa agenda, esse calendário de discussões com os órgãos que são diretamente interessados. A gente precisa ver como vai fazer isso de um jeito tanto coletivo como organizado, pois não dá para fazer essa discussão separadamente – são muitas entidades, no caso da cultura –, uma a uma, porque a gente dispersaria uma energia muito grande. A gente vai ter que constituir uma espécie de fórum de discussão que reúna os integrantes, os representantes dos órgãos, do próprio ministério, assim como dos próprios trabalhadores. Isso está no nosso horizonte de ser feito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, é preciso olhar isso dessa perspectiva de um prazo necessário de amadurecimento das diversas etapas que estão em curso nesse processo de reconstrução nacional e de reestruturação mais geral do setor público brasileiro.

Bom, eu até tinha trazido uma apresentação, mas eu deixo para que vocês levem para olhar.

E me coloco à disposição para alguma questão.

Eu sei que tem uma sessão plenária para começar daqui a dez minutos e, então, não quero me estender muito mais.

Agradeço o tempo e a paciência de vocês.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Quero, da minha parte, agradecer também a participação do Dr. José Celso Cardoso Júnior, Secretário de Gestão de Pessoas do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Como o Dr. José Celso mencionou, o horário do Plenário é às 4h, e sempre há uma solicitação do Presidente para que eventuais audiências públicas, reuniões não adentrem o horário previsto para o Plenário.

Eu gostaria de dizer a vocês, como encaminhamento da Comissão de Educação...

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a presença dos expositores e das expositoras. O trabalho está muito cuidadoso, detalhado. Tudo que foi falado ou mostrado e mesmo, eventualmente, algum material que não tenha sido mostrado podem ser enviados à Comissão de Educação, que nós deixaremos no portal, acessível não só a quem diretamente está envolvido com essa situação, mas ao Brasil todo. Esta audiência pública, tendo sido transmitida ao vivo nos canais de comunicação do Senado, será repetida no decorrer dos dias e, então, é para o Brasil todo, em si; há muita gente que acompanha os trabalhos pelos meios de comunicação do Senado. O que nós, habitualmente, fazemos – eu mencionei isto no início –, já que é uma Comissão de Educação e Cultura... No caso da educação, nós acompanhamos bem de perto todo o andamento do processo de debate, o que acabou, de acordo com as pessoas da educação e como vocês próprios mostraram, também tendo sido assinado com concordância, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concordo amplamente com a questão de que nós temos que nos valorizar. A gente tem que ter o que chamamos de equiparação salarial; ninguém é melhor do que o outro. (*Palmas.*)

Eu sou professor e, quando fui Secretário de Educação lá do Paraná, uma das pautas do sindicato, APP-Sindicato, com quem a gente se reunia duas vezes por mês – duas vezes por mês –, negociando o tempo todo... Só na equiparação salarial foi um aumento de mais de 50%.

Isso tem que haver, tem que haver carreira, tem que haver valorização, tem que haver salário adequado para que justamente a gente cuide desse patrimônio nosso que é a área da cultura, nas suas várias dimensões.

Nesse sentido, também quero destacar isto: sempre fomos sempre muito bem-recebidos no Ministério da Gestão e da Inovação, articulando sempre com os órgãos da educação, no caso da outra negociação, mas agora articulando com o próprio ministério e com a representação das diversas iniciativas do ministério para trabalharmos e acompanharmos esse processo para que, justamente, a gente não corra o risco de termos uma possibilidade de, eventualmente alguém entrando no Governo, desmoronar uma política que é essencial para o país. Nesse sentido, nós temos que ter algo como, vou repetir, uma política permanente de Estado, com carreira, e aproveitar este momento, com toda a boa vontade que existe com esse pensamento positivo de valorização da área, para que essa carreira seja implantada. Quanto mais força, motivação houver nessa área – não é, Márcio? –, vai haver a possibilidade de mais profissionais se envolverem e defenderem aquilo que é importante. Então, eu penso que é um momento crucial

E vocês terão da parte da Comissão de Educação e Cultura aqui do Senado todo apoio que for necessário. Em toda reunião da Comissão de Educação e Cultura, estaremos falando sobre o andamento desse processo (*Palmas.*) para que as pessoas saibam o que está acontecendo, o que está sendo negociado, se houve algum avanço ou não. Então, faremos isso com prazer.

Agora eu penso que nós devemos ter algum material para os Senadores. A gente poderia organizar em conjunto com a Thaís, com o Marcos, com a própria Jussara e com o ministério também, para termos uma síntese para os Senadores – fizemos isso em conjunto com o Inep e o FNDE – para que a gente possa... Olhem, tem frente e verso, fazendo um esforço aí para ver... Fizemos o esforço. É claro que não vai constar tudo que é feito, desenvolvido, mas é para que as pessoas digam: "Olha, que barbaridade! Esse pessoal precisa ser valorizado". É a essa conclusão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que os Senadores e Senadoras têm que chegar para termos... Aqui nós temos material. Para quem quiser, depois, ver o detalhe daquele ponto, haverá sempre a referência também. Então, Thaís, Marcos, que representam... Jussara e Márcio, depois conversamos também.

Eu sinto que há um clima positivo de articulação do ministério com os servidores – e também o Dr. José Celso. O pessoal sempre tem sido, como falei, muito acolhedor, receptivo, e esse diálogo tem que acontecer, obviamente, lá também.

Quando se fala que a Fazenda tem que estar aqui, bem como o Planejamento, não tenho dúvida, mas o mais importante, eu acho, é a gente chegar a um consenso do que a gente deve, de fato, apresentar para a Fazenda, e com todos os dados, não é? (*Palmas.*)

É porque, se a Fazenda e o Planejamento perceberem que há alguma dúvida, algum problema, obviamente será mais difícil de obter o vil metal da parte da Fazenda e do Planejamento – vil metal não, porque é importante para a valorização do ser humano ter carreira, ser bem pago. Isso eu defendo, vocês podem ter certeza. A gente fala muito da valorização da carreira do professor, e é isto: concurso público, condições de trabalho, carreira adequada; que a pessoa vá para a carreira e diga "aqui eu vou ter uma vida boa, digna; se eu fizer mestrado, vou aumentar; doutorado, pós-doutorado, especialização; se eu for lá" – como o Márcio colocou – "a uma região mais distante, vou ter o apoio financeiro também para fazer isso", o que é importante. Então, é isso.

A gente tem que batalhar por isso, porque o Governo sai – qualquer governo, seja um, seja outro –, mas a estrutura tem que ficar forte, boa, competente, adequada para atender a demanda. E isso vai fazer com que haja uma perenidade. Não podemos começar cada governo imaginando que o mundo foi descoberto naquele governo. Então, tem que ter uma política bem enfatizada de Estado e não de governo.

Agora, eu só faria o seguinte ainda... O nosso compromisso é esse, mas, antes de terminar, em respeito inclusive a todos e todas que nos acompanham pelo Brasil, há muitas perguntas, e eu vou ler algumas delas, só para vocês verem que vieram de vários estados. E as pessoas nem sempre perguntam também, mas estão acompanhando, porque isso repercute. Quando a gente fala da cultura no município, da cultura no estado, que seja o mesmo pensamento aqui do debate federal e nacional: ter carreira, valorização das pessoas, estruturação, secretaria, enfim, tudo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquilo que foi mencionado aqui. Então, há algumas perguntas – por exemplo, uma lá do Paraná, o meu estado. E, de certa forma, as perguntas foram respondidas. Não vamos responder todas hoje, mas nós podemos depois encaminhar também, para ter algum material por escrito.

Bogdan, do Paraná: "Como a reestruturação [...] [pretende] manter atividades culturais e espaços [...], independentemente dos interesses [...] [dos gestores públicos]?".

Haendel, do Distrito Federal: "Será garantida verba necessária para viabilizar projetos voltados para a arte e cultura local?". Foi mostrada a importância e todos os projetos desenvolvidos.

Priscylla, do Piauí: "Como a reestruturação do Plano das Carreiras dos Cargos da Cultura [...] pode contribuir para atrair profissionais qualificados?". Foi exatamente isso que foi colocado.

Também há comentários.

Jaqueline, de São Paulo: "Políticas públicas também precisam ser aplicadas para as cidades do interior". Exatamente isso! Vamos todos, a partir deste debate, fazer o debate no Brasil inteiro.

Delnébio, Paraná, de novo: "[...] [É] necessário valorizar o profissional da cultura [...] [Isso é importante para reforçar a] nossa identidade cultural".

Também mais algumas perguntas.

Sandra, da Bahia: "Os profissionais que trabalham com acessibilidade [na pasta da Cultura] (audiodescritores, intérpretes de libras [...]) [...] serão considerados neste plano?". Precisamos sempre lembrar os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável): ninguém pode ficar para trás, seja quem for.

Dilson, de Minas Gerais: "A qualificação do servidor [...] [será levada em conta na organização do] plano de carreira [...]?". Foi bem respondido também, inclusive se mostrando os quadros. Ainda: "E [é] possível alteração na função/cargo atual?".

Rodrigo, do Rio Grande do Sul: "Como a reestruturação pode impactar a atração e retenção de talentos no setor cultural?". A pergunta veio, mas creio que foi bem abordada a resposta também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E mais um comentário, da Sandra, do Rio de Janeiro: "[É] primordial [...] que tenhamos funcionários capacitados e conhecedores do segmento [qualificados, capacitados, não é?]. Para isso deveria ser realizado concurso público". Algo que é também necessário.

Eu quero agradecer a presença às pessoas – acho que a TV Senado pode mostrar de novo a turma toda que ainda está aqui. Isso aí, olhem! Está parecendo a imagem, com os cartazes também, as camisetas, que o Marcos já tinha mostrado antes. Agradeço a presença de vocês com as faixas: "em defesa do patrimônio cultural brasileiro"; "valorizar a carreira da cultura"; "com precarização não se faz cultura para a nação". Tem uma com "bota a cultura na mesa, queremos negociar" – viu, José Celso? (*Risos.*) (*Palmas.*)

Ainda há "abrir a mesa de negociação" – também para negociar. (*Palmas.*)

Há "eu apoio o plano de carreira da cultura".

Muito bom! Parabéns! (*Palmas.*)

Quero agradecer também aqui à Secretaria da Comissão; agradecer, de uma forma especial, a vocês que expuseram os pontos de vista; e agradecer aos meios de comunicação do Senado, que são essenciais para que isso repercuta pelo Brasil também.

Eu até sugiro que vocês falem com os Senadores, na medida do possível – vocês têm as representações nos estados também –, para sensibilizar, conscientizar, dar o material.

E também agradeço a todos que nos acompanham pelo Brasil.

Nós temos uma sessão plenária, como já foi dito, daqui a pouco. Então, nesse sentido, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 08 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 64ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e dezoito minutos do dia trinta de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Izalci Lucas, Alessandro Vieira, Leila Barros, Plínio Valério, Alan Rick, Zequinha Marinho, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Wellington Fagundes, Astronauta Marcos Pontes, Jaime Bagattoli, Romário, Laércio Oliveira, Damares Alves, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Angelo Coronel e Magno Malta, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Carlos Portinho e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 85/2024 - CE, de autoria do Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Finalidade:** Debater políticas de segurança pública e autismo voltadas para a área de educação e cultura, envolvendo a Polícia Rodoviária Federal, a Força Nacional de Segurança e a Polícia Judicial amiga dos Autistas. **Participantes:** Sr. Fernando Cotta, presidente da Subcomissão dos Direitos dos Autistas da Polícia Rodoviária Federal do Distrito Federal (PRF-DF); Sr. Igor Tobias Mariano, diretor do Departamento Nacional da Polícia Judicial e idealizador do Programa de Capacitação e de Conscientização Polícia Judicial Amiga dos Autistas; Sr. José Teogenes, membro do Escritório Regional de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal do Distrito Federal (PRF/DF); e Sr. Edilson Barbosa do Nascimento, diretor-presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil (MOAB). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/30

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 64ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 30 de outubro de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater políticas de segurança pública e autismo voltadas para a área de educação e cultura, envolvendo a Polícia Rodoviária Federal, a Força Nacional de Segurança e a Polícia Judicial Amiga dos Autistas, em atenção ao Requerimento 85, de 2024, de minha autoria.

Quero dizer que esta audiência pública, antes de citar os nomes, é das mais importantes, necessárias e interessantes, em termos de encaminhamentos, porque nós temos aqui a representação, além do Movimento Orgulho Autista Brasil, a da Polícia Rodoviária Federal, com iniciativas altamente relevantes para a área, também a do Departamento Nacional de Polícia Judicial e também a da Polícia Rodoviária Federal do Distrito Federal, para que esta audiência pública inspire muitas e muitas pessoas, também pelo Brasil todo, a organizarem iniciativas, sejam essas iniciativas na Polícia Militar, na Polícia Civil, em outras instituições, na segurança privada, para entenderem e conhecerem o que já vem sendo feito pelas instituições da mais alta relevância e referência no Brasil, que é o caso da Polícia Rodoviária Federal e também o da Polícia Judicial, Departamento Nacional de Polícia Judicial.

Então, é com muita alegria que nós estamos realizando esta audiência pública na Comissão de Educação e Cultura, porque é uma questão educacional e é algo cultural criar uma nova cultura e um novo pensamento em relação ao trabalho que deve ser feito por forças de segurança e a pessoa que apresenta algum tipo de deficiência, no caso aqui, particularmente, o autismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Participam desta audiência pública, à minha esquerda, na ponta, o Sr. Edilson Barbosa do Nascimento, Diretor-Presidente do Movimento Orgulho Autista do Brasil (Moab) – agradeço-lhe novamente a presença, Dr. Edilson –; e o Sr. Fernando Cotta, aqui, à minha esquerda também, Presidente da Subcomissão dos Direitos dos Autistas da Polícia Rodoviária Federal do Distrito Federal. Também lhe agradeço novamente, Fernando. Nós temos pela sua pessoa um respeito muito grande, e é Presidente de Honra do Moab (Movimento Orgulho Autista do Brasil). Então, é uma pessoa que conhece muito bem o assunto também.

Participam também desta audiência o Sr. Igor Tobias Mariano, aqui, à minha direita, Diretor do Departamento Nacional da Polícia Judicial e idealizador do Programa de Capacitação e de Conscientização Polícia Judicial Amiga dos Autistas – inclusive o Igor tem escrito, se puder mostrar para a câmera aqui também, na manga do seu uniforme: "Polícia Judicial Amiga dos Autistas"; então isso é muito bonito e muito simbólico também para a oportunidade –; e o Sr. José Teogenes, que é membro do Escritório Regional de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal do Distrito Federal. Também seja muito bem-vindo!

Informo ainda que foi convidado para a audiência pública representante do projeto Força Nacional Amiga dos Autistas, mas não houve, até o momento, indicação de expositor ou expositora.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados – e já quero saudá-los também em conjunto –, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, disponível para o Brasil, assim como as apresentações que eventualmente, se for o caso, forem utilizadas pelos expositores.

Eu quero, novamente, dizer da satisfação de recebê-los, dar as boas-vindas e enaltecer o trabalho.

Antes, inclusive, de iniciarmos as exposições, eu já quero ler algumas perguntas e comentários que vieram através da possibilidade de interação com o público no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Danieli, do Paraná, já pergunta: "Como podemos adaptar o ambiente de aprendizado para que pessoas com autismo se sintam incluídas?".

Victor, do Rio Grande do Norte: "A legislação é suficiente para assegurar a proteção dos direitos das pessoas com autismo em situações de [...] [interação] com a segurança pública?".

Paulo, de São Paulo: "Os agentes de segurança pública, professores e pessoas ligadas à cultura possuem capacitação para lidar com pessoas com TEA [transtorno do espectro autista]?".

Juliano, de Minas Gerais: "Há planos para monitorar os profissionais [nas escolas e acompanhar] a relação dos alunos autistas com os demais colegas [...]?".

Britney, de São Paulo: "Como as políticas culturais têm adaptado espaços para acolher de forma segura pessoas com autismo?".

Há alguns comentários também.

Clailson, do Rio de Janeiro: "Fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais garantem inclusão e segurança".

É um comentário.

Daniely, do Rio de Janeiro: "Fundamental a criação de novos espaços financiados pelos governos para tratamentos e acompanhamentos multidisciplinares para portadores TEA".

Gabriel, do Rio Grande do Norte: "Mais do que debater políticas públicas, parece-me que uma das questões mais complexas a ser analisada é a aplicação [das políticas públicas]".

Fiz questão de ler as perguntas e os comentários já no início da audiência pública. E todos e todas do Brasil ficam convidados a continuar interagindo. (*Pausa.*)

Em primeiro lugar, passo a palavra ao Sr. Fernando Cotta, Presidente da Subcomissão dos Direitos dos Autistas da Polícia Rodoviária Federal do Distrito Federal.

Bem-vindo, Fernando, de novo. Você já veio outras vezes a esta Comissão. E obrigado por toda a contribuição que tem dado no decorrer do tempo.

Com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO COTTA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns.

É uma satisfação muito grande estar nesta Comissão, mais uma vez, como o senhor falou. O senhor é um Senador que tem valorizado a causa das pessoas com deficiência, a causa das pessoas autistas. E isso não é de agora. São muitos anos. Lá em casa, eu tenho o Fernandinho que já é Fernandão, que é autista clássico, severo, nível 3. Tem 27 anos. Foi o Fernandinho quem me inspirou a vir para toda esta luta.

O senhor lembrou que eu sou também Presidente do Moab, Presidente de honra do Movimento Orgulho Autista Brasil já há muitos anos.

Fui fundador e Presidente, assim como o Oswaldo, o saudoso Oswaldo. Sempre quando vejo o senhor, lembro-me do Oswaldo, porque eu acho que ele inspirou também e teve a grandeza de deixar para nós... Lembrar dos verdadeiros valores, lembrar dos valores que são importantes, de fato, na nossa vida, na vida das pessoas e, muitas vezes, traçar aqueles projetos que são importantes para a sociedade, de um modo geral, porque é uma forma de nós conseguirmos aquela situação que é difícil, que requer todo um aparelhamento, um dispositivo especial, requer o melhor de nós.

Eu digo sempre que, quando eu estou com o Fernandinho, ele exige o melhor de mim, o melhor sempre, a atenção máxima, o cuidado máximo, a preocupação maior, então, essa é a grande herança. Nós conseguimos transpor isso e passar isso para a sociedade, buscar também na sociedade como é que isso pode ser feito para melhorar a qualidade de vida dessas pessoas.

Então, agradeço muito, Senador, o senhor ter vinculado, ter lembrado de vincular essa questão tão importante da segurança pública com a área da educação e a área da cultura, porque, na realidade, hoje nós estamos mudando cultura, trabalhando nesse sentido. Isso não é fácil, isso é difícil, mudar a cultura de uma organização, mudar a cultura de uma instituição. Isso não é fácil, isso demanda tempo, demanda esforços, demanda investimento.

A gente costuma, muitas vezes, ouvir, em vários lugares, Senador, infelizmente: "O seu trabalho é muito bom, é muito bonito, mas isso não é importante agora". Nossa, puxa vida, como uma abordagem policial de um policial qualificado para atender uma família é diferenciada, é importante, sim! Como isso muda uma viagem em uma rodovia federal, por exemplo, ou o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atendimento em um tribunal, para essas pessoas, enfim, como isso muda a vida daquela família naquele momento, como isso é significativo para a família!

Então, eu queria falar um pouquinho sobre o projeto, apresentar aqui o projeto PRF Amiga dos Autistas.

O senhor pode segurar comigo aqui, Senador?

O senhor já conhece esse projeto. Já estivemos aqui algumas vezes falando sobre a PRF e sempre sobre essa questão da importância desse projeto para a sociedade. Por quê? Porque esse projeto tem várias premissas, nasceu de um sonho de fazer com que policiais fossem qualificados, policiais pudessem levar a informação para a sociedade das questões que são referentes aos autistas.

Felizmente, nós temos, por exemplo, situações como o benefício de prestação continuada, que é um salário mínimo para aquelas pessoas que são muito pobres, vamos dizer assim. Estão, na realidade, abaixo inclusive da linha da pobreza. Eu digo até para aquelas mães, no caso do autismo. Muita gente não conhece que tem esse direito... A partir do momento que essa pessoa recebe uma cartilha, informando desse direito, informando dessa situação... Às vezes, não tem internet em casa... Nós estamos em 2024, mas tem pessoas que têm dificuldade, sim, para acessar a internet. Nós encontramos isso nas rodovias.

Uma situação que faz parte desse projeto é a Blitz do Autismo, da qual o senhor já participou, e os senhores também. Na Blitz do Autismo, nós encontramos, volta e meia, pessoas que não sabiam dessa informação. Por exemplo, ela tem direito ao benefício de prestação continuada, que é o BPC, que está na Lei Orgânica da Assistência Social. Faz jus, tem direito a receber um salário mínimo, e infelizmente a pessoa ainda não sabia disso. Então, isso é transformador.

Quando nós fazemos uma cartilha, e aqui com leis – faça o favor, Senador –, por exemplo, como esta, que é uma cartilha de uma lei aqui do Distrito Federal, e nós distribuímos isso nas nossas *blitze* também, nas Blitz do Autismo, nós estamos levando a informação daquele direito que essa pessoa tem, de que muitas vezes não usufrui. Muito obrigado. E levar isso é da maior importância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, muitas vezes nos perguntam, nesse projeto: "Puxa, mas não é caro qualificar um policial?." Eu digo: é caro, é caro qualificar um policial, mas é muito mais caro se você não qualificar esse policial que vai atender mal, que vai muitas vezes agravar uma crise ou até criar uma crise, fomentar uma crise no carro de uma família, por exemplo, que está viajando. Então, fica muito mais caro. Além do que, como a sociedade é que paga, literalmente, os nossos salários, nada mais do que justo do que devolver com bons serviços. Então, é fundamental, isso, sim. Essa é uma qualificação da maior importância.

Nós recebemos muitas vezes as mães, por exemplo, que estão dirigindo e que falam: "Puxa, eu só queria um abraço". Isso é muito comum. "Eu só precisava de um abraço, só precisava de um acolhimento, porque meu filho já foi barrado aqui; na terapia chegou, e não deu certo, o BPC foi cortado aqui..." Então, é a coisa mais comum. E, se o policial não estiver qualificado, não estiver sensibilizado para isso, realmente é muito difícil, é muito complicado. Não é para ele, porque ele está lá no dia a dia. Muitas vezes você, nos cursos de formação, aprende – eu digo como se fosse uma coisa quase que robotizada: "Olha, nesse caso, faça isso, aperta aqui; nesse outro caso, aperta aqui". E se você não estiver sensibilizado para uma situação atípica de receber uma pessoa que está numa crise, por exemplo, num carro, se você não souber como fazer, você vai endurecer o jogo e vai piorar muito mais aquela situação. Então, é da maior importância.

E, quando a gente vê pessoas que nos trazem os retornos, nas *blitze,* as senhoras, as mães – e tem acontecido em todas as *blitze* ultimamente – colocam de forma muito clara: "Poxa, estão falando da minha causa. Olha, eu tenho em casa". Estou vendo ali o Francisco, o Dr. Francisco Xavier, do Sindjus, que participou da nossa última *blitz,* e ele viu isto, testemunhou pessoas colocando: "Poxa, olha lá meu filho autista. Estão falando da minha causa. Que bom! Eu não sabia que o Governo se importava com essa questão, eu não sabia que a Polícia Rodoviária Federal se importava com essa questão. Que importante, que bom saber que eu posso contar com vocês". E esse é o maior retorno desse projeto, porque o projeto só tem validade... E o grande fiscal – alguém perguntava sobre isso, não necessariamente nas Rodoviárias Federais – de se está dando certo, o grande observador do que precisa melhorar, do que está só no papel, e que precisa ser tirado e transformado na realidade do dia a dia, do cotidiano dessas famílias, é quem está lá na ponta, é essa mãe que passa na rodovia federal todos os dias, muitas vezes levando seu filho para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma terapia num lugar, para outra terapia noutro, até porque não tem centro de referência ainda, não é, Dr. Edilson?

Então, assim, que leva para um lugar, que leva para outro... o senhor chama, como é que é, menino mochila? Menino mochila, não é? Porque tem que levar na mochila tudo aquilo, passar o dia inteiro andando.

Então a grande expectativa é isto, é qualificar principalmente, o grande desafio. Primeiro, mudar a cultura. Estamos mudando a cultura de uma polícia, estamos criando na polícia. O projeto foi lançado em abril de 2023, hoje quase todos os policiais, eu digo quase, porque é um grande desafio, mas quase todos os policiais rodoviários federais já ouviram falar do projeto. Nós não conseguimos qualificar todos ainda, é um grande desafio. Nós precisamos de orçamento também interna e externamente, para que isso se desenvolva, para que tenhamos condições de qualificar, mas quase todos já ouviram falar, quase todos já sabem da importância disso. Aqui foi falado de financiamento, da importância de financiar esse projeto. Então, para que ele alcance todas as unidades operacionais, aquilo que a maioria das pessoas chama de postos da Polícia Rodoviária Federal.

Eu tenho certeza de que as pessoas que estão aqui, por exemplo, estou vendo ali a Prof. Márcia Cristina, que é uma lutadora, há muitos anos, muitos anos de Secretaria de Educação do Distrito Federal, e tenho certeza de que ela teria histórias também para contar nesse sentido da importância de isso chegar à educação, de nós conseguirmos, por exemplo, aumentar o número de palestras, aumentar o número de encontros que nós temos, oficinas com educação que nós fazemos. A gente sempre tem aquela coisa, para quem está de fora, às vezes parece que é muito, e para quem está de dentro, lutando pelo projeto, sabe que ainda é muito pouco, que nós precisamos melhorar muito ainda essa questão, precisamos de um alcance muito maior.

Por isso, Senador, é que nós fizemos, nós alcançamos, conseguimos alcançar a Polícia Judicial, e hoje nós podemos falar que tem uma Polícia Judicial amiga dos autistas, está aqui, e nós conseguimos; hoje nós temos a Força Nacional de Segurança, infelizmente não pôde participar hoje, mas tem também amigo dos autistas. Nós tínhamos casos, por exemplo, na Força Nacional, Senador, quando fomos procurados, de pais de autistas, tinha um pai de autista que estava no Norte do país, depois foram descobertos mais, e o rapaz aqui em Brasília, o menino

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aqui em Brasília, o filho aqui em Brasília. Então nós falamos "Puxa, mas como é que faz isso?". Aqui o que existe... a mãe nos procurou e falou, foi até de uma audiência aqui do Senado, tinha um pessoal de Medianeira aqui. E, nesta audiência, essa mãe estava ali, depois da audiência ela nos procurou e falou "Puxa, mas meu marido está lá no Norte, está lá em Belém, próximo a Belém, numa situação, e meu menino está aqui, eu tenho dois filhos autistas e não consigo trazê-lo". Eu falei: "É mesmo? E como é que funciona a coisa?". "Não, na Força Nacional o que nós temos é *bullying*, nós temos é *bullying* o tempo todo, ele tem apelido". Não vou falar naturalmente, mas contou o apelido, contou essa coisa. E eu falei: "Nós precisamos mudar essa realidade, nós precisamos procurar quem é quem, é o coronel tal, é o fulano tal, então nós vamos procurar". Peguei meu diretor lá, nosso diretor, meu xará, o nosso DG, o Fernando, Antônio Fernando, inclusive só temos esse projeto por conta do aval dele, quero agradecer a ele aqui publicamente, funcionando, conseguimos levá-lo para conversar, utilizamos o Ministro, na época o Ministro Flávio Dino, e conseguimos também levá-lo para conversar com o Coronel Alencar, da Força Nacional, e mostramos para ele o que acontecia e que ele não sabia, que ele não tinha ciência.

E hoje mudou; de lá para cá mudou tudo. As pessoas vieram, procuraram se envolver, fizeram o devido processo com quem estava assediando essas pessoas e hoje se criou uma cultura na Força Nacional de Segurança também nesse sentido.

Então, é desse jeito que a gente tem buscado agir, saber quem são, identificar quem são esses policiais que, porventura, são autistas. Esses policiais... quando a gente coloca o nosso uniforme – não é, Igor? –, as pessoas pensam que a gente é super-herói e está alheio aos problemas: "Não, ele só cuida do problema dos outros", mas essas pessoas também têm problemas. Não somos super-heróis. Também, como eu, elas têm filhos que são autistas, que precisam de uma atenção diferenciada, de uma atenção maior.

Somos pessoas que também, muitas vezes, têm o transtorno, que estão diagnosticadas com o transtorno e, além disso, têm na família, são casados ou têm um irmão, enfim. As estatísticas internacionais apresentam uma a cada 36 pessoas no espectro, ou seja, na realidade... você já imaginou? A gente diz que isso é um coletivo, é um ônibus: a cada ônibus, que cabe em torno de 40 pessoas sentadas, teria uma pessoa, em tese, se a gente for fazer essa matemática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é o que eu digo muitas vezes. Estou vendo o Pastor Sílvio Santos ali, que tem um trabalho belíssimo também nesse sentido. Já imaginou, pastor? Eu digo sempre que, se o senhor não estiver na família... não é o caso do senhor, como nós conversamos, mas eu digo para as pessoas: se você não tiver na família, muito provavelmente, por uma questão de estatística, você terá alguém com o transtorno do espectro autista hoje.

Então, a sociedade tem que, de fato, cobrar dos órgãos públicos, dos agentes públicos, de um modo geral, da educação, da cultura, da segurança pública e dos demais setores que, de fato, sejam qualificados nesse sentido.

É um grande desafio nesse sentido, eu queria dizer. E temos que criar essa cultura e levar isso mesmo, mais ainda do que nós estamos fazendo, para as escolas; tem que se estar atento às escolas.

A gente estava conversando antes e dizendo: "Nossa, eu tenho 56". Nós já estamos para lá de velhos, então, eu tive que ter um filho autista, e outras pessoas tem que ter, às vezes, uma sensibilidade para poder entrar na causa, mas a criança, não; se a gente conseguir levar isso desde cedo, mesmo que comece com um trabalho de formiguinha, agora com a Polícia Rodoviária...

Tivemos um evento, lá na Força Nacional, pelo Dia das Crianças, em que levamos lá um centro de ensino especial aqui de Brasília, um evento belíssimo, e a Polícia Judicial agora... estamos partindo agora para o Detran, para a Polícia Militar e para o DER, aqui em Brasília, e já começamos a conversar com o Corpo de Bombeiros Militar.

Conseguimos uma vitória recente no Detran aqui do Distrito Federal, e agora todo o processo... primeiro foi o Detran daqui, uma solicitação nossa à direção do Detran de que toda credencial, aquela credencial para o estacionamento, é feita de forma digital, agora. Agora, a mãe não precisa se deslocar com o menino e ir lá. Naquele dia do médico perito não deu certo por algum motivo, porque o menino travou no carro, ou porque o ônibus não passou, ou porque o carro pifou. Não, agora é tudo digital, desde o primeiro documento que ela vai colocar ali, até o recebimento e a impressão. Primeiro no Detran e, depois, mais recentemente, no Senatran, no âmbito da União, nós conseguimos agora, o que é uma grande vitória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parece pouco, mas para quem não tem, quem está lá... aquela mãezinha, por acaso, que está nos ouvindo e que sabe da dificuldade, muitas vezes, de tirar o seu filho de casa e levar a um local, muitas vezes sozinha, porque o pai já foi embora... Dizem que 78% dos pais vão embora, não é, Dr. Oswaldo? O Oswaldo tem um trabalho belíssimo aí, tem um livro que só pesquisador de mão cheia, pesquisador internacional... Tem um trabalho belíssimo nesse sentido. São 78% – não é, Dr. Oswaldo? – dos pais que vão embora.

O senhor imagina a dificuldade para essa mãezinha, com esse filho severo, muitas vezes, sair de determinado local, sem veículo ou com veículo ali, às vezes, até de forma precária, como nós vimos, para chegar ao Detran, ouvir o médico perito, ver se o laudo estava certo? Quer dizer, tudo isso hoje nós conseguimos de modo digital. Primeiro, conseguimos aqui no Detran-DF – repito – e, agora, no Senatran. Então, isso é muito importante. As reações são muito importantes, são muito interessantes nesse sentido, nas redes sociais.

E nós vamos... Somos meio megalomaníacos, nós vamos ultrapassar fronteiras e vamos sempre atrás, sim. Vamos saber se a Polícia Militar do Paraná está funcionando direito lá, o bombeiro militar, a polícia civil, o Detran de lá, o DER, os órgãos de segurança, os órgãos de trânsito, de segurança viária, enfim. Nós precisamos saber e precisamos trabalhar para que cada órgão, para que cada entidade também e cada entidade que fiscaliza esses órgãos... para ver se isso está funcionando de fato, ou não, e para ver se isso vai virar realidade no cotidiano das famílias, se vamos deixar isso que eu estou fazendo aqui, que é falar – falar muito, inclusive –, para transformar a realidade da vida de cada família, de cada pessoa que esteja nos assistindo.

Dia 3/12, Senador, daqui a pouquinho, mais de um mês, é o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, como o senhor bem sabe. E eu queria lhe fazer um pedido, já estou pedindo ao Senador. Eu acho que ele olha para mim...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO COTTA – ... e já fala assim: "Puxa, o Fernando vem ali, eu já vou para o outro lado, porque ele já vai me pedir alguma coisa". E é sempre assim.

Eu quero lhe pedir para que não deixe de fora a segurança, quando o senhor for falar ou for divulgar alguma coisa em relação a esse dia, a essa política pública voltada para as pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com deficiência. Então, especialmente no dia 3/12, o senhor não deixe de fora a área de segurança pública também.

Muito obrigado. Agradeço a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Quero agradecer a você, Fernando Cotta. Pode ter certeza de que nunca fujo de você. (*Risos.*)

O SR. FERNANDO COTTA (*Fora do microfone.*) – Eu sei disso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Tudo o que vem da sua parte tem muito valor, eu reconheço isso. Você é um pai dedicado, um policial extraordinário, está no movimento social também, o que é muito importante. Essas pessoas, como você – e tantas outras pelo Brasil –, merecem todo o respeito da parte da gente também.

Muito bom! Eu quero dizer, principalmente, que quem está acompanhando esta audiência pública está vendo aqui o que a Polícia Rodoviária Federal vem desenvolvendo no Brasil, e isso inspira os estados, municípios, a dizer, como o Fernando colocou: "Mesmo que seja pequeno, vamos começar".

Gandhi, inclusive, usava uma expressão: "Seja você a mudança que você quer ver no mundo".

Então comece lá fazendo a coisa direito, correta, adequada a favor do ser humano, no autismo, na pessoa com deficiência intelectual, física, visual, mas, começando com o autismo mesmo e com outras, isso vai se expandindo naturalmente.

Parabéns, Fernando, e parabéns para a polícia que aqui você está representando. Permita-me falar você, não precisa ser o senhor, porque a gente é tão amigo também, representando a instituição Polícia Rodoviária Federal. Isso que é importante e bonito, é o Brasil inteiro com esse trabalho.

Passo em seguida a palavra para o Igor Tobias Mariano, que é Diretor do Departamento Nacional da Polícia Judicial e idealizador do Programa de Capacitação e de Conscientização Polícia Judicial Amiga dos Autistas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem-vindo, já tinha falado. Com a palavra, Igor.

O SR. IGOR TOBIAS MARIANO (Para expor.) – Senador Flávio Arns, demais membros desta mesa, queridos amigos e também os presentes neste Plenário.

Obrigado, Senador, pela oportunidade. Como o senhor sabe, é um tema que nos afeta a todos, na sociedade brasileira e no mundo afora.

"Curso da PM acaba em confusão após sargento gritar com menino autista. [...] Mesmo usando um cordão [...] com o símbolo do quebra-cabeça, um adolescente de 15 anos teria sido vítima de truculência e ameaças de uma sargento da Polícia Militar."

"Jovem autista se assusta com polícia e é baleado [...] no Rio de Janeiro. Um jovem que, de acordo com a família, apresenta espectro autista, foi ferido na coxa por um tiro disparado por um policial civil."

"Caso Genivaldo: 'A polícia não está preparada para lidar com neurodivergentes'".

Como essas, existem centenas de outras notícias dos últimos dias, infelizmente. Porém, este não é um cenário novo. Pessoas com transtorno do espectro autista foram historicamente e continuam sendo vítimas de discriminação, capacitismos, violência e abusos de todas as ordens, familiares, sociais e institucionais.

A falta de um letramento mínimo – vínhamos falando antes aqui com o Senador sobre o letramento, a importância do letramento, de conhecer, de saber o que é o autismo – assim como a falta de parâmetros técnicos para uma interação adequada, causam diariamente incidentes que vão desde a discriminação até verdadeiras tragédias humanas, que, embora chocantes, são, todavia, anunciadas.

Nesse sentido, a Polícia Judicial, que é a polícia do Poder Judiciário, alinhada como deve ser aos objetivos estratégicos do poder que a abriga, iniciou, por meio do Departamento Nacional de Polícia Judicial, com apoio do Sindjus-DF – e cito aqui a presença do nosso Vice-Presidente, Francisco Xavier, e da nossa Diretora de Administração e Finanças, minha querida amiga Arlete Ribeiro... Iniciou, portanto, os estudos para criação de um protocolo técnico que aliasse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecimento técnico-científico sobre o transtorno do espectro autista a procedimentos operacionais de natureza policial.

A verdade é que... Aqui preciso dar o devido crédito e vou contar o caso como aconteceu. Eu, recebendo um colega da Polícia Rodoviária Federal do Mato Grosso do Sul com quem eu tenho muita proximidade – a Polícia Rodoviária lá do Mato Grosso do Sul, meu estado natal –, saímos para jantar e ele comentou sobre a existência do projeto PRF Amiga dos Autistas. Imediatamente eu tive a certeza: esse é o projeto que nós devemos encampar pela Polícia Judicial.

O colega em questão citou o nome do Fernando Cotta, que é um querido amigo que a vida me trouxe, a vida funcional, mas um parceiro verdadeiramente dessa luta, um incansável parceiro.

Foi com base, inspirado no projeto PRF Amiga dos Autistas que eu chamei o Fernando Cotta e o inspetor Teogenes, aqui ao meu lado. Foram ao Departamento Nacional de Polícia Judicial, imediatamente se dispuseram... É importante dizer que o Fernando Cotta não deixa para depois quando marcam com ele. Eu disse: "Eu te encontro". Mas ele disse: "Não, não. Eu te encontro, eu vou aí e vou te encontrar".

Foi ao departamento e lá debatemos, iniciamos um trabalho técnico, um trabalho de pesquisa. Convidamos especialistas, médicos, neuropediatras, psicólogos, advogados, especialistas em direitos dos autistas e, obviamente, policiais judiciais, que trabalharam incessantemente para a criação do protocolo que chamamos Polícia Judicial Amiga dos Autistas.

O protocolo foi lançado, é um protocolo de interação. Ele foi lançado no dia 16 de abril com base nessa questão de acessibilidade na atuação policial. Ele foi lançado diretamente do plenário do Conselho Nacional de Justiça pelas mãos do Ministro Luís Roberto Barroso, nosso Presidente.

Destaco aqui que o Ministro... Ele mesmo sugeriu que fosse feito o lançamento do plenário para dar a relevância que o projeto merecia. Nós queríamos fazer um evento, como tem dezenas de eventos, às vezes no mesmo dia, dentro do CNJ, mas o Ministro nos advertiu, dizendo que do plenário teria a visibilidade que o projeto merecia.

Esse protocolo, com ressonância na legislação pátria, o Fernando Cotta falou já, e eu não vou me alongar nisso... É importante que se diga que nós estamos tratando de direitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundamentais, garantias e direitos fundamentais de defesa efetivamente da dignidade da pessoa humana e da igualdade e inclusão das pessoas com deficiência. Aqui citando também o que o Fernando citou: a Lei Brasileira de Inclusão e a Lei Berenice Piana, que trata da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

O nosso protocolo tem quatro eixos que eu destaco aqui. O primeiro eixo é o letramento, aquilo que falávamos com o Senador Flávio Arns, a importância de compreender o que é autismo e, com isso, proporcionar uma verdadeira conscientização, porque nós mesmos, dentro das nossas casas, às vezes com a nossa família, às vezes pais de autistas, nós cometemos capacitismos, nós reproduzimos preconceito, e isso tem um impacto muito grande na vida das pessoas. Então, é preciso trazer essa conscientização, em primeiro plano, para os nossos policiais.

O segundo eixo é a identificação. O transtorno do espectro autista é uma condição invisível aos olhos, ou seja, não há nada que identifique fisicamente um autista, mas nós ensinamos os nossos policiais, Senador, a identificar estereotipias mais comuns. É importante que se diga que o autista é singular, de toda sorte, o espectro é grande e o autista é singular, mas existem estereotipias que são mais comuns.

É curioso que, quando eu ensino isso, lá na Academia Nacional de Polícia, na formação dos instrutores, quando eu ensino, por exemplo, que o movimento pendular é uma estereotipia comum, é impressionante como os nossos policiais reportam imediatamente: "Poxa, já abordei gente assim e não sabia... Já estive em situações dessas e não estava sensível à questão". E é por isso, porque, quando não há letramento, quando não há capacitação, não há também sensibilidade para isso. Então, ensinamos. Assim como o movimento pendular, ensinamos, por exemplo, a dificuldade de olhar nos olhos, movimentos repetitivos, dificuldade de comunicação. São estereotipias. Ecolalias, por exemplo, são estereotipias comuns que o policial deve identificar, porque existem símbolos.

Na imagem, por exemplo, este é um policial judicial lá do Mato Grosso do Sul e esta é uma ação itinerante. A menina é uma criança indígena com autismo. Ela está com o cordão do quebra-cabeça, que a identifica, além também do cordão do girassol. Ambos identificam: o do girassol, de maneira genérica, as condições neurodivergentes que são invisíveis aos olhos; o quebra-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cabeça, específico do autismo. No entanto, não há uma obrigação para que as pessoas utilizem essa identificação simbólica.

Não podemos afastar também a questão da falta de diagnóstico. Como o Fernando Cotta disse, depois do projeto lançado, policiais estão se identificando, estão sendo diagnosticados como autistas, policiais que, angustiados uma vida inteira, não conheciam o seu lugar no mundo. Os relatos são muito impressionantes. Mas também dentro de casa... Às vezes, aquela dúvida sobre o filho, a partir do projeto, fez levar o filho no especialista e aí se tem uma nova abordagem na educação e na estimulação dessas crianças.

O terceiro eixo do processo: o atendimento. Como é que eu atendo o autista? Nesse ponto, eu destaco o importante papel do policial sensível de tomar os devidos cuidados e ter uma atenção especial para as hipersensibilidades e também para o conforto sensorial. Então, os nossos policiais estão sendo treinados, Cotta, para perceber, perceber quando a iluminação está incomodando, perceber quando o barulho no ambiente está incomodando, quando há aglomeração de pessoas, porque, obviamente, nem todo autista tem essas hipersensibilidades, mas o policial está sendo treinado, o policial judicial está sendo treinado para perceber isso, e essa é a nossa política de atendimento: desligar as luzes da viatura, desligar o sinal sonoro, evitar as aglomerações, tirar as pessoas em volta, procurar a acomodação sensorial. É importante não confundir acomodação sensorial com crise, nem sempre é crise.

E temos também o quarto eixo do nosso protocolo, que é o gerenciamento de crises, que envolve, invariavelmente, acolhimento. A palavra de ordem para gerenciamento de crise é preservação da integridade do autista. Por óbvio, em qualquer protocolo operacional da polícia, das polícias em geral, a proteção e a segurança do policial também estão presentes, mas, nesse caso em especial, a proteção do autista, a integridade do autista é uma prioridade máxima para nós. Não só a proteção à integridade física, mas também à integridade moral. Os nossos policiais estão preparados para que não se causem escândalos, para que a gente evite essas questões e chamar a atenção de muita gente. As pessoas costumam querer ver essas situações. Então, nós estamos preparados para isso. Esse, portanto, é o Protocolo Polícia Judicial Amiga dos Autistas.

Aqui, presente uma cópia que nós fizemos. Como disse o Senador um pouco antes, o que é bom deve ser copiado, deve ser aprimorado, e é isso que nós estamos fazendo. Este é o cartão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de interação. É ele que, inclusive, responde a alguma pergunta sobre a manutenção, seguir esses projetos. Eu só vou aproveitar esse tema para ler a pergunta do Gabriel, do Rio Grande do Sul, lida, antes, pelo Senador... (*Pausa.*)

Perdão, do Rio Grande do Norte.

"Mais do que debater políticas públicas, me parece que uma das questões mais complexas a ser analisada é a aplicação delas." A permanência das políticas públicas é um tema muito especial, muito relevante, de modo que este cartão de interação é um lembrete, um lembrete que deve ser afixado – isso está dentro do nosso programa – em todos os postos da polícia judicial pelo país inteiro. Veja: a polícia judicial é uma polícia nacionalmente constituída, assim como a Polícia Rodoviária Federal. Então, em todos os postos da polícia judicial este cartão de interação deve, portanto, ser afixado como lembrete.

A partir de uma experiência bem-sucedida do FBI e da PRF, a polícia judicial também tem esse acrônimo "autismo" que ensina ao policial, que lembra ao policial, obviamente, já formado no tema como se aproximar, que o autista é único, como transmitir as informações para o autista, como transmitir instruções, cada situação complexa, como é fazer essa leitura situacional. Enfim, esse é um lembrete que permanece, deixa vivo o protocolo.

Bom, o lançamento do protocolo, importante como tenha sido, no entanto, foi somente a primeira fase do programa, do programa de capacitação e conscientização Polícia Judicial Amiga dos Autistas. Logo após o lançamento desse protocolo, foi elaborada uma grade curricular para formação de instrutores, marcando, portanto, a segunda fase do programa. Na última sexta-feira, 25 de outubro, foi concluída na Academia Nacional de Polícia Judicial, sediada aqui em Brasília, a quarta turma de formação de instrutores, que ao todo formou mais de 200 policiais representantes de todos os tribunais do país.

Então, é muito adequada a Comissão e, como disse bem o Fernando Cotta, isso é uma mudança de cultura, são ações formativas. E, de fato, a polícia judicial, dentro do nosso programa, pensou em trazer para a academia nacional policiais representantes de todos os tribunais do país. E aí é importante que se diga também que não são só policiais judiciais, mas temos também representantes da segurança pública geral, cedidos tradicionalmente ao Poder Judiciário, como são as polícias militares nos tribunais de Justiça, não no nosso aqui do DF, mas isso é muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comum nos outros estados. De modo que essas pessoas também vieram, porque a função primordial do programa é que ele seja estendido a todo o Poder Judiciário. E, quando eu digo todo o Poder Judiciário, é em todas as comarcas inclusive, não só em sedes de tribunais. Então, com essa formação de mais de 200 policiais, nós concluímos, portanto, a segunda fase do programa.

A terceira fase do programa é marcada pelo retorno desses instrutores. O Senador falou mais cedo aqui sobre o nosso *patch,* na polícia, a gente chama isso aqui de *patch*, que identifica o policial que fez determinado curso. Esse é o *patch* do instrutor Polícia Judicial Amiga dos Autistas. Um *patch* belíssimo, patrocinado inclusive pelo nosso Sindjus-DF, nosso grande parceiro nessa empreitada, também parceiro da PRF e do Moab. Não é isso, Fernando?

Então, esses instrutores formados aqui na Academia Nacional de Polícia Judicial retornaram, já retornaram aos seus estados com o compromisso – e quando eu digo compromisso, é responsabilidade objetiva, porque este é um programa oficial do Poder Judiciário. Então, é dever desse indivíduo formado aqui na Academia Nacional retornar ao seu estado e formar todos os atores do Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário. Quando eu digo todos os atores, não são só os policiais, mas também e principalmente os nossos colaboradores terceirizados. Terceirização é uma realidade em todos os âmbitos da administração e não seria diferente na segurança pública e institucional do Poder Judiciário. Então vigilantes, brigadistas, eventualmente ascensoristas, quando se tenha, também fazem parte do sistema e também devem ser formados. Essa nossa terceira fase, portanto, visa alcançar algo aproximadamente de 12 mil homens e mulheres por todo o país. Só de policiais judiciais somos mais de 6 mil. Somados, então, os policiais militares dos tribunais de Justiça, também policiais judiciais dos tribunais de Justiça, porque temos também polícia judicial nos tribunais de Justiça, nós chegamos aí ao total aproximado de 12 mil homens que serão formados nessa terceira fase do programa de conscientização e capacitação Polícia Judicial Amiga dos Autistas.

E a quarta e última fase é essa que consolida e torna permanente o programa. O protocolo Polícia Judicial Amiga dos Autistas já foi incluído no currículo do curso nacional de capacitação e aperfeiçoamento da polícia judicial, aplicado anualmente; já faz parte da grade curricular desse curso. Além disso, como garantia de que o respeito à neurodivergência fará parte definitivamente, será marcado... Eu vinha falando isso com o Teogenes um pouco antes de começarmos, sobre a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importância de inserir isso na identidade da polícia judicial. Esse é o nosso objetivo, nós não queremos que esse seja mais um programa da polícia judicial, nós queremos que o respeito à neurodiversidade seja incluído na identidade.

Então, já estamos em tratativas para que, pelo grupo de trabalho responsável pela definição da doutrina técnico-operacional da polícia judicial, publicado recentemente pela Portaria 368 do Presidente do Ministro Luís Roberto Barroso... Nós já estamos prevendo, portanto, a inclusão da matéria pelo subgrupo de direitos humanos na matriz curricular nacional, no projeto pedagógico institucional e na Estratégia Nacional da Polícia Judicial, porque é importante que se diga que nós precisamos reformular, como a PRF está reformulando também, e de maneira geral todas as forças de segurança estão se reformulando com relação à metodologia de ensino policial. É preciso que as polícias, de maneira geral, assim como queremos também imprimir na polícia judicial, tenham uma formação humanizada e tenham a sensibilidade com relação à neurodivergência, assim como outras diversidades importantes que nós já prevemos, mas também tenham isso impresso na sua identidade primordial.

Somente o alcance da segurança pública institucional do Poder Judiciário já é grandioso, somente esse alcance já é grandioso. Como eu disse, mais de 12 mil homens, em aproximado, serão formados. Esses instrutores, além disso, ainda serão elementos de conscientização, como bem disse o Cotta. Nós estamos já com instrutores sendo convidados para palestrar em hospitais, para palestrar em escolas públicas, para palestrar em municípios. Eu mesmo dei uma palestra em um pequeno município – que, no entanto, mora no meu coração, lá do interior do Mato Grosso do Sul, na minha cidade de Natal. Palestrei e tinham policiais militares, tinham profissionais da educação, profissionais da saúde, tinham, enfim, membros da administração municipal e foi uma palestra bastante interessante. Ao final, uma senhora muito humilde me procurou e disse assim: "Eu posso lhe dar um abraço? Eu quero lhe dar um abraço, porque eu sou mãe de uma autista. Eu vim à sua palestra e eu sou mãe de uma autista e eu vi que eu posso melhorar muito com a minha filha. Então, eu queria lhe dar um abraço, porque eu fiquei muito feliz de conhecer essa nova realidade".

Então, esse também é papel dos nossos instrutores. Os nossos instrutores estão inseridos na sociedade e não encastelados no Poder Judiciário. Obviamente, somos todos policiais judiciais, policiais rodoviários federais, representantes da Força Nacional de Segurança, Detran e todas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essas instituições que abraçaram esse tema. Somos agentes, modificadores dessa cultura importantíssima e levamos isso para todo o alcance. De modo que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IGOR TOBIAS MARIANO – ... além da segurança pública institucional do Poder Judiciário, outras instituições, como bem disse o Fernando Cotta, também manifestaram interesse: não só já estão utilizando o nosso protocolo técnico... porque, é importante que se diga, o protocolo Polícia Judicial Amiga dos Autistas é um protocolo modular; ele é um protocolo para a polícia, mas ele é modular. Quando se fala em letramento, identificação, atendimento e gerenciamento de crise, pode-se aplicar para loja de sapato, pode-se aplicar para sindicato, pode-se aplicar para banco, pode-se aplicar para tudo. Então, de fato, muitas instituições já manifestaram interesse no nosso protocolo e já o estão utilizando como referência técnica para estabelecer os seus próprios protocolos. Estamos formando também essas pessoas... formamos também essas pessoas na Academia Nacional de Polícia Judicial. Então, esse é um exemplo dessa grande corrente do bem que nós estamos levando para todo o Brasil.

É isso. Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bom, ficaríamos aqui por muito mais tempo também. Você, além de tudo, motiva e inspira a audiência aqui presente também, todo mundo está prestando muita atenção.

Quero agradecer, então, novamente ao Igor Tobias Mariano, Diretor do Departamento Nacional da Polícia Judicial e idealizador do programa de capacitação e de conscientização Polícia Judicial Amiga dos Autistas.

Eu quero, em primeiro lugar, saudar a Senadora Damares Alves, que está aqui – somos colegas em várias Comissões também –, uma pessoa realmente amiga da área, interessada na área, com compromisso com a área, então, é muito bom. Agradecemos a presença também.

Aliás, a área conta, eu diria, com o apoio integral do Senado Federal. Na verdade, a sociedade tem que acionar a gente para dizer: "Olha, é isso, aquilo e tal, falta isso, falta aquilo, muda a lei aqui, a lei lá", e existe um valor de acolhimento bastante grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo em seguida a palavra ao Sr. José Teogenes, que é membro do Escritório Regional de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal do Distrito Federal.

Eu sei que todos o chamaram por Teogenes, então, com a palavra, Teogenes. (*Risos.*)

O SR. JOSÉ TEOGENES (Para expor.) – Fique à vontade, Senador.

Boa tarde a todos e a todas.

Eu sou Teogenes. Sou pai, sou avô, idoso, com a barba grisalha e os cabelos já avançando também. (*Risos.*) Uso óculos, tenho estatura mediana, e é isso, tenho pele clara, e estou uniformizado com o uniforme de eventos da Polícia Rodoviária Federal.

Senador, antes de tudo, eu gostaria de agradecer ao senhor pela defesa desse requerimento e, na pessoa do senhor, eu gostaria de saudar todos os colegas da mesa e os presentes, e destacar a presença do baluarte da luta dos teanos, como ele chama, não é? Ele criou um neologismo para caracterizar a pessoa com transtorno de espectro autista, teanos, não é? O Prof. Oswaldo Freire. Professor, força! A sua força me energiza, viu? E faz com que eu me revigore a cada dia e possa continuar nutrindo as utopias que me mantêm vivo.

Bom, e segundo, agradeço às pessoas que fizeram as perguntas e as colocações, bem pertinentes, e agradecer a recepção aqui dos servidores, o nosso colega que está nos servindo a água e o cafezinho, enfim, todas as pessoas, as pessoas da limpeza, todos os que trabalharam para que a gente estivesse neste momento aqui.

Bom, temos um encontro. Nós temos um contrato assinado. Nós não temos a dimensão da grandeza desse movimento que se criou, da proximidade da segurança pública com as deficiências. Para mim, a porta de entrada foi o autismo, mas a porta de entrada. Uma sociedade justa é aquela que, mesmo sem conhecê-la, você procura perscrutar como ela trata o menor dos seus nacionais, o menor dos seus conviventes, certo? Seja menor pela condição financeira, seja menor pela condição física ou psicológica; considerado, não que seja, porque uma das coisas que nós rebatemos veementemente, com relação aos teanos, o que é? O capacitismo que é exigido, não é? Então, essa é a sociedade justa, e é esse farol que nos alumia todo dia e diz: "Teogenes, levanta, vai, levanta e anda. Não te acomoda, tem jeito. Não se aposente agora [estou passando dez anos e não me aposentei], não se aposente agora, você ainda pode contribuir". Enquanto o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alemão não cismar de me visitar, o Alzheimer, eu estou renitentemente acreditando que eu posso dar uma pequena contribuição, junto com essas pessoas, homens e mulheres de boa vontade, que muitos há neste país.

Então, o que é necessário que esse disparo feito pelo autismo... Porque tivemos a sorte de ter, nos quadros da Polícia Rodoviária Federal, Fernando Marcos de Melo Cotta e o companheiro lá do Mato Grosso do Sul, Figueiredo, esses dois baluartes da luta. E o Fernando, que poderia já agregar ao seu nome autismo, Fernando "Autismo" Marcos de Melo Cotta (*Risos.*), porque ele fez da vida dele a luta pelo respeito aos direitos dos teanos, e por via de consequência, de todos aqueles que têm algum transtorno e que tenham alguma deficiência.

Então, o que fazemos aqui? Estamos estabelecendo aquilo sobre o que o Senador conversava comigo. Ele usou uma palavra que, mais cabal não existe: aproximação. Só há sensibilização se houver aproximação. O milagre da aproximação, desde que aquele que se aproxima esteja preparado, tenha tato para o problema, se deixe afetar por aquilo que se considera um problema do qual ele quer se aproximar, é a condição única e necessária para que todos os preconceitos e estereótipos negativos sobre uma situação sejam debelados. E, se não se conseguir isso, não há aproximação – não há aproximação.

Então, o que estamos fazendo aqui é mostrando que o trabalho policial torpemente – torpemente – casado com violência, maus-tratos e aquilo que não edifica... Nós estamos mostrando que nós queremos nos aproximar das situações sociais para as quais a sociedade tem um olhar preconceituoso, porque não se aproximou, porque não se sensibilizou para isso, e nós queremos dizer que a nossa imagem de dureza tem coração e tem paixão. E essa proximidade vai obrar milagres, porque é uma proximidade com sentimento, com pele, com tato. E esse sentimento e essa sensibilização vão gerar o ato de transformar realmente a nossa relação com a sociedade. E esse ato de transformação vai gerar um contrato. Está entendendo? Ato, tato, contato – eu gosto muito dessa rima. Vai gerar um contrato do setor de segurança pública com a sociedade brasileira. Um novo contrato, certo? Baseado em quê? Nós não estamos inventando uma nova roda, não. Está lá no art. 1º, inciso III, da Constituição; é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil: a dignidade da pessoa humana. Portanto, não estamos fazendo – nós, servidores públicos – nenhum favor a ninguém em reorientar nossa postura, muitas vezes enviesada, ou tida como enviesada, para uma causa que vai gerar, que vai suscitar um processo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educativo interno, pelo qual já estamos passando. A Polícia Rodoviária Federal já tem um manual de abordagem às pessoas com o espectro autista. Então está lá, tudo manualizado.

Precisamos tornar o episódico num treinamento contínuo. Eu dizia: "Igor, é preciso que a gente estabeleça ligações com o colega que está no mais longe rincão deste país. Se ele fizer a abordagem de uma pessoa com deficiência, seja TEA ou não, mas uma abordagem em que haja alguma coisa a ser contada sobre ela, que isso venha para um repositório de casos. E qual é a vantagem de se ter esse repositório? Porque você faz a reciclagem permanente do corpo funcional a partir da casuística. Não adianta só teoria. A teoria é importante como disparo para você sair no mundo, pisar no chão da situação, mas o mais importante é o que você vai colher em termos de casos e fazer com que esses casos sejam utilizados como manejo e recurso pedagógico. Certo?

Então, gente, eu me empolguei muito e acabei não dizendo que estou aqui representando a Superintendente da Polícia Rodoviária Federal do DF, a Inspetora Adriana Pivato, que viria aqui, com toda a satisfação – e ela vibrou quando soube dessa aprovação do requerimento –, mas está em férias merecidas, porque afinal de contas ninguém é de ferro. E ela trabalha para... Ela não se queixa das responsabilidades que tem e não vira as costas para elas. Então, eu estou, com muita honra, aqui, substituindo a Inspetora Adriana Pivato.

Para finalizar, a minha crença, a visão que eu tenho sobre não existir vulnerabilidade. Para mim não existe vulnerabilidade, existem vulnerabilizados. Certo? As situações a que são submetidas as pessoas que não são consideradas o padrão normal podem fazer, agir, no sentido de dotar aquele cidadão ou cidadã da consciência de que ele é bem-vindo naquela sociedade, um incluso, com um "i" bem grande, ou podem vulnerabilizar suas situações.

Eu moro numa região em que, para você chegar até ela, você passa num comércio. Ali, todo dia, eu me penitencio quando olho para as calçadas. Cada escritório, cada comércio, tem uma altura de calçada diferente. Um cadeirante tem que andar disputando com os veículos e com as bicicletas. Por quê? Porque aquele ambiente é um ambiente inóspito. Então, ele foi vulnerabilizado. Se houvesse o regulamento de construção sido obedecido, não tinha vulnerável ali. Ele está se locomovendo às próprias expensas, sem depender da caridade alheia. Não que isso seja ruim, eu acho que isso até incita a gente a fazer aquilo que, no humano, transpira humanidade, que é a solidariedade, mas não precisa ser assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, apesar dos 64 que farei no mês que entra, ainda não deixei de sonhar que este país, a segurança pública deste país vai encontrar a sociedade, celebrar com ela um novo contrato social, e a polícia vai alargar esse conceito de segurança pública que ficou encalacrado extremamente numa questão de você correr com a mangueira depois que o fogo já foi e o incêndio já tomou conta. Vai se dar importância ao trabalho preventivo que a polícia está fazendo e para sinalizações de compromisso com a legalidade e compromisso com a humanidade e com respeito aos direitos fundamentais que devem capitanear qualquer ação policial por mais dura que ela tenha que ser para proteger, para assegurar ao policial a autodefesa, o direito à autodefesa, como é o de qualquer cidadão ou cidadã. Então, esse é o meu sonho e vamos sonhar juntos, porque, primeiro, não custa nada e, segundo, nos faz bem, nos dá saúde e nos põe em pé todos os dias.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bom, Teogenes. Apreciamos sobremaneira, uma fala para inspirar as pessoas, uma fala acolhedora, cidadã. É disso que a gente precisa. Parabéns, que bom ouvi-lo!

Passamos, em seguida, a palavra ao Edilson, que também já esteve por inúmeras vezes, aqui nas Comissões. A gente agradece de novo, Edilson.

Dr. Edilson Barbosa do Nascimento, que é Diretor Presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil (Moab).

Com a palavra.

O SR. EDILSON BARBOSA DO NASCIMENTO (Para expor.) – Primeiramente, obrigado, Senador Flávio Arns, por esta audiência, mais uma no nosso currículo, em favor dos autistas, das mães, dos familiares e da sociedade.

Primeiro, quero me autodescrever. Eu sou um homem moreno, estou com um cabelo ainda com uns fios brancos, que estão começando, tenho 50 anos. Estou de óculos, com um uniforme, por ser advogado, um terno azul, com um *button* da OAB do DF – eu sou aqui do Distrito Federal – e um laço do autismo, que está no art. 1º, §3º, da Lei 12.764, de 2012. E, aqui atrás, há uma parede com vários tijolos, mas não são tijolos, é interessante isso aqui. Então, quem está nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vendo, é essa a minha autodescrição. Estou de gravata e com uma camisa azul-clara. A gravata parece preta, mas é azul-marinho, viu, pessoal?

O meu nome é Edilson Barbosa, sou advogado e estou na Presidência do Movimento Orgulho Autista Brasil (Moab). O Moab, Senador e demais presentes, é uma instituição que existe desde 2005. Nós estamos nas cinco regiões brasileiras: Região Norte, Região Sul, Região Sudeste, Região Nordeste e Região Centro-Oeste. Quero aqui parabenizar as tantas coordenadoras e coordenadores do Moab que lutam diariamente por garantias de direito. No Moab fizemos a maioridade, um movimento que foi criado pelo Fernando, que está aqui ao nosso lado, em 2005. Então, estamos com 19 anos de existência. E nós fomos responsáveis também por várias leis que esta Casa aprovou, esta Casa de Leis, entre elas, a principal que mudou a vida dos autistas, que foi a Lei 12.764, de 2012. Dois mil e doze tem pouco ou muito tempo? (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDILSON BARBOSA DO NASCIMENTO – Pouco tempo. O Brasil tem mais de 500 anos, não é? E agora, nós temos uma lei federal – pequena essa lei, oito artigos –, mas mudou a vida dos autistas. E é ela que a gente está aqui debatendo: as melhorias.

Tem um caso nessa lei que mudou a vida do autista, quando disse que o autista é pessoa com deficiência. Que dificuldade, não foi, Fernando? Vocês sabem que aprovar uma lei aqui não é fácil. A Senadora Damares, que está aqui, nos passou os PLs 5.334 e 4.050, de 2023, de autoria da ex-Deputada Amália, que fala sobre regulamentar o atendente especializado – as pessoas que atendem autistas no Brasil inteiro, ajudando as professoras regentes, porque a nossa lei diz: só acompanhante especializado. Esta Casa está ajudando o Brasil a dizer como é isso. E nós fizemos a nossa contribuição; já está no gabinete da Senadora, ela nos procurou; e nós temos, sim, sugestões a dar para que essa lei seja realidade no Brasil e atenda os autistas, ajudando os profissionais de educação e, principalmente, as mães, porque são elas que mais nos procuram por problemas nas escolas.

Eu digo sempre – a gente até fez aqui uma palestra, na TV Senado, e essa frase foi o recorte, como a gente fala – que escola e autista é uma combinação bombástica. E, olhem, pessoal, que nós do Moab recebemos quase todos os dias reclamações e tal. Hoje pela manhã, nós fizemos uma palestra, Senadora, numa escola pública aqui de Samambaia, e os casos são demais. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos já chegando ao final do ano, e as pessoas pedindo apoio: pessoas que não têm o seu monitor, professoras com cinco autistas numa sala de aula, famílias em que o autista não está devidamente laudado, não estão com terapias. Digo muito aqui no DF que a gente precisa melhorar essa atenção aos autistas. Agora mesmo, a gente esteve no Rio de Janeiro, Senador, e em Salvador, e nós visitamos o centro de referência de atendimento aos autistas, algo que nós não temos aqui no DF e estamos lutando por isso.

Nós temos uma frente parlamentar aqui – o Deputado Eduardo Pedrosa é o Presidente, já se comprometeu conosco e com o Governador Ibaneis – para criar esse centro de referência, porque, uma vez sem laudo, é criança sem direitos. A mãe não consegue o passe livre, o BPC, não consegue o atendimento diferenciado na escola e não consegue também mostrar para os policiais que aquela criança é autista; é uma suspeita. Então, a gente precisa melhorar... Esse é o gargalo no autismo, Senador Flávio: é ter locais, porta de entrada, porque não é igual o atendimento para um autista em nível de saúde; é diferente, porque ele necessita... Um laudo demora. O médico, neuropediatra ou psiquiatra, não vai, numa consulta apenas, dar o laudo, ele precisa de outras, outros documentos de outros profissionais, mas nós precisamos ter aqui a porta de entrada.

Bom, nós estamos aqui para falar sobre segurança pública e autismo.

A gente gostaria de parabenizar a PRF, porque realmente ela trouxe ao Brasil um debate importante sobre como você deve fazer, como deve lidar numa abordagem, tendo autista ao volante. A PRF vai fazer uma abordagem nas estradas federais, e um autista pode ser o condutor. O Cauã, que está ali, que é professor, dirige, pilota moto e é autista. O meu filho, Vinícius, de 20 anos, também tirou a carteira – ele é habilitado – e sai sozinho também. E, numa abordagem, como se deve fazer? Nós típicos, quando o policial vem – por exemplo, o Fernando, com esse corpão todo (*Risos.*) – fazer uma abordagem, às vezes, ficamos nervosos ou nervosas. E aí como fazer se aquela abordagem fez com que essa pessoa desregulasse dentro do seu automóvel? Geralmente, essa pessoa não vai obedecer ao comando do policial. Então, vai ter ali uma dificuldade. E se for uma criança igual aos nossos filhos? Nós temos – eu e a Juliana – dois filhos: a Ana Clara, hoje com 16, e ele, com 20. Já teve momentos de a gente parar em *blitz*, e os dois desregularem. E aí a gente não consegue nem passar o documento para o policial. Então, essa iniciativa da PRF é importante no sentido de como abordar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E para a polícia judicial isso é importante também, porque, na maioria das vezes, são mães solo que têm que ir ao fórum, às audiências e que não têm onde deixar a criança que é autista, na maioria das vezes, nível 3 de suporte ou nível 2. E fazer o quê, quando entram numa crise, rolando no chão, gritando? E aí o policial é que tem que fazer esse papel lá. Estão de parabéns vocês também por essa iniciativa. E, como advogado, eu já ouvi vários policiais que tiveram o conhecimento deste projeto Polícia Judicial Amiga dos Autistas.

Infelizmente, a Ana Gabriela não pôde vir, ela que representa a Força Nacional. Ela tinha sido convidada – e iria colocar um ar feminino na mesa, que está muito masculina aqui, não é? –, e viria também a Adriana Pivato, que é a Diretora da PRF aqui no DF.

A gente fez questão de vir aqui para parabenizar vocês dessas forças e dizer que vocês estão fazendo escola. Eu estive realmente no Rio de Janeiro, e um policial militar falou sobre essa questão de como abordar pessoas autistas nas *blitze* ou numa eventual situação. E a Força Nacional é chamada em situações mais ainda urgentes, não é? Então, como fazer num eventual local onde tenha o autista? O Igor falou muito da questão da aglomeração, do barulho, da iluminação, tudo isso influencia. Às vezes, o policial chega com aquela lanterna no rosto. Aí, meu amigo, não dá certo. Nada melhor do que o policial saber como lidar para aquela abordagem não ter problemas. Então, a gente tem que só incentivar e estar juntos com vocês.

A outra questão que a gente gostaria de registrar aqui é sobre mães atípicas. O Fernando sempre fala: "Ouçam as mães". Eu estive agora numa escola onde uma mãe foi a essa palestra e falou das dificuldades de ter acesso a pessoas que entendam, até na família. Ela encontrou uma professora que entendeu e que acolheu e falou também de um policial – mas aí é do Detran, do DF – que também a acolheu. Sabem como? Ele soube que o filho dela tem hipersensibilidade, e, na rua, na quadra, tinha uns jovens que usavam suas motos com o escapamento adulterado. E aí ela pediu apoio a esse agente do Detran, que imediatamente, junto com o Diretor-Geral do Detran, fez a operação. Pasmem! Nesse dia, foram apreendidas 37 motos com o escapamento adulterado, e 37 motos que certamente atingiam diretamente o autista, mas não só ele – e aí a gente inclui pessoas idosas, pessoas acamadas, animais, pois quem tem *pet* sabe. E aí, pessoal, essa é a parceria. Devido a uma ida a um debate sobre o autismo, esse agente já foi ajudar essa mãe, essa família, o que deu resultado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para PRF Amiga dos Autistas, uma salva de palmas! (*Palmas.*)

Com mães atípicas, pessoal, é o que o Fernando falou e acho que o Igor também: acolham, gente! Abracem, conversem. No avião, quando o Senador vai lá para Curitiba, quando a gente viaja, qual é a primeira orientação? Primeiro, coloque a máscara em você e depois ajude o outro que está dentro da aeronave. É a mesma coisa da mãe atípica. Ajudem, acolham, conversem, vejam do que está precisando. Às vezes, é mudar de horário no trabalho; às vezes, é acolher dentro do seu local, na família. Não é porque ela não vai à festa, não é porque ela não vai a um encontro de família, não é que ela está se isolando; às vezes, o motivo é estar com uma pessoa autista, que não vai conseguir estar regulado e ficar do começo ao fim. Então, isso é uma forma também de acolhimento.

Por isso, a gente fala: senhores policiais no Brasil inteiro, senhoras policiais, acolham. Se tiver um adesivo... A gente precisa até... Senador, eu vou deixar aqui três propostas. Uma delas é que os carros que tenham pessoas autistas tenham adesivos oficiais para que os policiais e as pessoas na rua já saibam que ali... É assim como o cordão de girassol, que é uma forma de comunicar que é uma pessoa com alguma deficiência oculta. Nós achamos que os carros, os automóveis nas estradas têm que ter também essa comunicação, para que os policiais saibam, nas abordagens, que ele é conduzido por um autista ou mesmo por familiares de autistas e que pode ter autista ali, o que facilita também.

Por último, nós vamos falar da questão dos servidores autistas.

Eu fui procurado por um policial que é da Força Nacional. Ele me disse o seguinte: "Doutor, eu sou autista, mas eu tenho medo de falar que sou. Eu não vou falar. O que o senhor acha?". Eu falei para ele o seguinte: "Está tendo, dentro da Força Nacional, este debate de você saber como lidar com autistas nas abordagens".

E vou mais além, pessoal. Nós recebemos uma denúncia – uma não, três denúncias – e nós fizemos uma carta aberta do Moab sobre a situação dos servidores públicos autistas. Esta Casa tem o SenAutismo, que é uma comissão de servidores e servidoras autistas tentando ter um melhor local de trabalho. Essa carta está no nosso Instagram, à disposição (@moabbrasil, tudo junto). Vocês vão ter acesso a essa carta. Depois que nós publicamos essa carta, Senador Flávio,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vários e vários servidores e servidoras no Brasil inteiro vieram dizer da dificuldade de ser autista nos órgãos públicos – vários e várias.

Eu vou dizer uma que marcou: uma servidora do TJ do DF cujo chefe não aceita mudá-la de local de trabalho. É um local onde atende público. Ela se esconde debaixo da mesa para se regular e finge que está arrumando os fios do computador. Ela já pediu a transferência, que lhe foi negada.

Vários e vários policiais também têm negada, pela sua junta, a condição de serem pessoas com deficiência.

O Cauã está ali. Para ele, também foi negado. Ele é autista, e foi negada, pela Secretaria de Educação do DF, a condição de ser uma pessoa com deficiência.

Eu disse a esse policial: "Eu acho que você tem que falar que você é. E, se alguém perseguir você, a gente tem que bloquear essa pessoa e dizer que não é assim que trata um autista. Você tem que ser, porque você é autista e você tem os seus direitos".

Nós precisamos, Senador – eu peço isto, e a sua assessoria já nos procurou –, de uma audiência pública também com esses servidores, para a gente ter um protocolo, Senadora Damares, de como lidar com servidores autistas. Aqueles que entraram sem ser pela cota de pessoa com deficiência e, depois, tiveram seus laudos tardios têm que ser aceitos como PCD, têm que ter os seus direitos respeitados e têm que ter as adaptações. Se um autista estivesse aqui, teria problema. A iluminação está no meu rosto. Eu não conseguiria, se eu fosse um autista que tivesse essa dificuldade, ter o meu trabalho sendo realizado. Às vezes, eu não vou produzir. Às vezes, eu produzo, como autista servidor, com teletrabalho, Senadora. Eu produzo mais na minha casa. E isso é possível hoje, depois da pandemia. E por que negar? Teve duas servidoras, Senadoras, que pediram demissão, para viver, porque não quiseram tirar essas pessoas do local de trabalho e colocar onde tinha menos pessoas naquele órgão. Será que não tem? Será que não tinha? Então, são essas adaptações.

Dentro das polícias, a gente precisa criar, como na PRF, como lá na polícia judicial e como também na Força Nacional, nas polícias militares estaduais e municipais, nos bombeiros, nos DETRANs, nos DERs, essas forças amigas dos autistas. Não só de filho, pessoal – nós estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falando muito em filho aqui –, mas temos que falar dos policiais, das professoras, dos médicos. No Moab, nós fizemos o "Sextou no Autismo" agora, nesse final de semana, e nós tínhamos médico autista, juiz da Vara Criminal de Tucuruí no Pará, Procurador do DF, pessoa servidora do TRE e do TSE dando depoimento, Senadora, do sofrimento que é ser autista servidor concursado. E eles falaram o seguinte: "Nós falamos, porque nós temos estabilidade, e aqueles que são CLT que, na maioria das vezes, já são demitidos sem a devida adaptação?".

Estão de parabéns a PRF, a Força Nacional e a polícia judicial.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDILSON BARBOSA DO NASCIMENTO – Estão de parabéns esses homens e essas mulheres que entenderam e estão entendendo como lidar com essas pessoas, porque elas são assim não é porque elas querem, é porque elas são assim. O meu filho, vocês acham que eu queria que ele fosse? Não, mas ele é. Vai mudar? Então, nós temos que aceitar e adaptar.

Senador, no Senado, tem também. Nós vamos levar até seu gabinete essas pessoas que querem adaptação aqui, Senador e Senadora Damares, porque elas são pais e mães e não conseguem a redução de carga, não conseguem adaptação, e também elas como autistas não estão conseguindo essas adaptações.

Para encerrar, três propostas, Senador Flávio: primeiro, fazer essa audiência pública com esses servidores, chamando também pessoas das seguranças; segundo, fazer a assinatura, Igor, do protocolo com o Moab e as outras forças para dar exemplo a outras instituições de que elas são amigas dos autistas – a gente podia até tirar o dia 3 de dezembro, que é o Dia Mundial da Pessoa com Deficiência, para assinar esse protocolo –; e, por último, Senador, criar um observatório aqui no Senado das políticas para o autismo. Eu até coloquei isso na reunião passada, mas a gente ainda não foi em frente. Se a gente o criar, nós vamos poder fiscalizar, nós vamos poder ver se, nesses mais de 5 mil municípios, os direitos estão sendo implementados e se essas leis, que já têm algum tempo, precisam de alguma inovação ou renovação.

Assim, esta Casa vai poder trazer o que a gente tanto quer: inclusão. A gente quer também aceitação. A gente quer que todos saibam que uma pessoa desregulada não está com birra, é o jeito dela, precisa ser acolhida. E, quando ela estiver desregulada, em crise, como nós vamos fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para ajudá-la? Esse é o grande debate. Se tivesse algum autista aqui, ele certamente não estaria sentadinho aí igual vocês, estaria correndo para lá, para cá. Vamos acolher? Vamos aceitar? Então, esse é o grande debate. E é por isso que o Moab existe no Brasil inteiro, com as suas coordenadoras e coordenadores em todo o Brasil.

Foi um prazer estar aqui. Espero que a gente possa, dentro de curto prazo, já passadas as eleições, montar nesta Casa, Senadora Damares, um observatório do autismo e chamar alguns Deputados Federais também que são amigos dos autistas, chamar a Força Nacional, chamar a PRF, para a gente ter um local para debater, porque, na maioria das vezes, precisa desse local, e a gente, como Presidente do Moab, às vezes, sente falta. E nada melhor do que esta Casa, que representa os 26 estados e o Distrito Federal, ter um observatório.

Muito obrigado.

E o Moab está à disposição de todos vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Agradeço também novamente. Quando você falou do observatório, de fato, já foi mencionado isso em reunião anterior, e considero muito importante que a gente discuta com a Mesa Diretora como fazer – algumas conversas até já aconteceram. E a audiência com os servidores também é algo importante. Inclusive, existe um grupo no Senado articulado nessa área, não é? Então, é muito importante chamar também os servidores das outras áreas. Isso é essencial.

Passo a palavra à Senadora Damares Alves, que realmente atua muito nessa área e atuou tanto como Ministra dedicada a esse assunto, como Senadora, como ser humano.

Com a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Eu acho que esta é uma das audiências da qual eu saio mais feliz, Presidente – mais feliz.

Eu peço desculpa ao Fernando por não ter acompanhado a fala dele, mas, de noite, em casa, nós Senadores ficamos assistindo a tudo que aconteceu durante o dia. O Fernando já é um patrimônio do DF, o Fernando já escreveu o nome dele na história do DF, do país, com sua luta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu cumprimento a minha gloriosa PRF. Às vezes, as outras polícias ficam perguntando por que eu amo tanto a PRF, inclusive, os meninos da PRF me chamam de mamãe Damares. É porque a minha relação com a PRF na área de direitos humanos é muito antiga, desde a origem do programa Sinal de vocês, desde a origem de todos os projetos que vocês fazem. É, sem dúvida, a polícia mais humana, mais família que nós temos no país. E, quando fui Ministra dos Direitos Humanos, eu roubei muitos servidores da PRF para o ministério. Meu Ouvidor Nacional dos Direitos Humanos era da PRF, o Ouvidor do ministério era da PRF, em todas as secretarias nós tínhamos um da PRF, porque é lá na ponta que as coisas acontecem. Então, eu tenho um amor muito grande. E o que a PRF faz, o que o Fernando faz, com a Comissão dos Direitos dos Autistas, dentro da PRF, realmente já fez escola, Igor – já fez escola –, e eu fico muito feliz.

Eu já conheço, mas a minha surpresa hoje, Igor, foi a polícia judicial, foram vocês, o que vocês estão fazendo. Confesso que saio daqui muito animada, muito feliz. Eu vi que vocês também já estão influenciando outras instituições. Então, é isso, é uma cadeia na qual um está influenciando o outro.

E, Presidente, eu creio que o Moab aqui celebrou o que os senhores estão fazendo. O que vocês fizeram aqui hoje foi mandar um recado para as famílias do Brasil: vocês não estão sozinhas; existem pessoas preocupadas, existem instituições que são parceiras de vocês. Eu acho que uma audiência como esta, mais do que encaminhamentos, é a gente levar para famílias que estão em desespero, no estresse, que estão emocionalmente já esgotadas... Aí, elas ligam a televisão e veem o Igor falando o que está sendo feito, veem o Fernando, veem o Teogenes. Gente, vocês não têm ideia de como isso tem uma influência. "Puxa, eu não estou sozinho, eu vou continuar".

Presidente, eu tenho as minhas preocupações com as forças de segurança e com o trato, a forma como lidam com as pessoas com deficiência e, hoje, com o recorte das pessoas com autismo.

Eu fui advogada há muitos anos, na década de 90. Eu tenho essa carinha de menina, mas eu tenho uma estrada, viu? (*Risos.*) E, no início da década de 90, eu começo a me envolver com libras. Na minha igreja, em São Carlos, nós tínhamos inúmeras pessoas surdas, e eu tive a necessidade de me envolver com libras. Em 1996, nós tivemos o primeiro jovem fazendo universidade, dentro da igreja, surdo. Era um jovem amado, ele inspirava muitos outros meninos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E ele tinha uma namorada. Um dia, Presidente, terminou tarde o culto, ele foi levar a namorada para casa e, na hora de ir embora, perdeu o último ônibus. Quando ele perdeu o último ônibus, ele teve que andar de um bairro ao outro. Ele veio andando muito rápido, e, às vezes, o surdo, quando anda muito rápido, ele cambaleia, por causa da questão do labirinto. Uma viatura o viu andando daquele jeito e o parou para fazer a abordagem. É o que o senhor disse: às vezes, a pessoa com deficiência fica com medo da farda. Ele não conseguia se comunicar com o policial e, à medida que o policial perguntava, ficava mais nervoso ainda. Ele foi preso por desacato à autoridade, por resistência à prisão, porque ele tentava se explicar. E houve agressão, houve uma agressão, porque ele queria se defender, e os policiais achavam que ele estava batendo neles. Esse menino chegou machucado à delegacia. Primeiro, o plantonista não observou que ele era surdo. Na troca do plantão de madrugada, um delegado muito sensível ligou para mim. Ele me acordou de madrugada: "A senhora, que trabalha com a comunidade surda, não quer dar um pulinho aqui na delegacia?". E, quando cheguei lá, era o meu jovem mais amado da igreja, machucado e se sentindo humilhado. Ele não fez nada de errado: ele estava andando rápido.

Eu venho ao Congresso Nacional, em 1998, tentando influenciar as forças de segurança. E, quando a gente torna libras uma língua oficial, foi uma luta enorme aqui – o Senador Flávio Arns sabe –, no início dos anos 2000... E eu venho conversando com as polícias sobre o treinamento dos nossos agentes em libras.

Agora, a gente vem com essa necessidade do autismo. Nossas crianças cresceram, nossas crianças são adultos no mercado de trabalho. E as forças de segurança vão precisar aprender a lidar com eles nas abordagens. As imagens que o Igor mostrou, as notícias que o Igor mostrou acontecem todo dia, Igor. E a gente vai precisar reconhecer que as outras polícias vão ter que se inspirar em vocês.

E aí, Presidente, eu queria trazer um encaminhamento, enquanto uma legislação não é aprovada. Quem sabe se a gente mandasse para os comandantes de polícia militar de todo o país, por meio da Comissão, as apresentações aqui hoje, apenas como forma de sugestão, com o contato do Moab, com o contato do Fernando, com o contato do Igor? Quem sabe um comandante receba isso e fale "era isso que eu estava precisando trazer para a minha PM aqui no meu estado"? Sugiro que a gente encaminhe também para os diretores de polícia civil de todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os estados uma correspondência da Comissão. Eu acho que a gente traria aí uma contribuição. Quem sabe outros começariam a fazer o que os senhores estão fazendo?

Por último, Presidente, eu queria também trazer mais um encaminhamento e uma pergunta só. Desculpe tomar muito tempo, mas é que o assunto é o nosso assunto, é a nossa pauta, é a nossa vida.

É o Ministério da Justiça, Presidente, que dá o alvará para as empresas de segurança funcionarem no Brasil, e muito dos incidentes que nós estamos vendo são na segurança privada, e a gente vai precisar falar sobre isso. Às forças, a gente tem acesso; com as forças, a gente conversa; a gente traz as forças aqui. E a empresa de segurança privada lá na ponta? E a empresa de vigilantes lá na ponta, cujo alvará, quem dá, é o Ministério da Justiça? Será que nós não poderíamos construir, pela Comissão, Presidente, uma indicação ao Ministério da Justiça de que nenhum alvará mais será dado a uma empresa de segurança privada que não tenha na grade curricular a abordagem do trato das pessoas com autismo? Se a gente condicionar a isso, as empresas serão obrigadas. Se não vai pelo amor, vai pelo rigor da lei. As empresas seriam obrigadas. Nós já fizemos isso no ministério, Presidente, com relação ao racismo. Nosso ministério trabalhava em parceria com o Ministério da Justiça. A gente trouxe isso ao enfrentamento ao racismo, aos seguranças privados lá na ponta. A gente podia construir junto, meu gabinete, o seu, com a Secretaria da Comissão, e fazer uma indicação ao Ministério da Justiça de que isso fosse abordado no âmbito das empresas de segurança privada no Brasil. Eu acho que a gente traria... Inclusive, poderiam usar como base, como parâmetro e critério o que já é feito pela Polícia Rodoviária Federal e pela polícia judicial.

Eu trago essas duas sugestões, além das quatro... O senhor na verdade não fez três, fez quatro contribuições. Quando você falou do servidor público lá atrás, dos critérios para o servidor público...

O SR. EDILSON BARBOSA DO NASCIMENTO (*Fora do microfone.*) – Está dentro...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está dentro desse? Então, a gente também poderia absorver as suas sugestões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha única pergunta, tanto ao Cotta como ao Igor e ao Teogenes: vocês têm orçamento específico para isso? De onde vem o recurso para esse programa que vocês desenvolvem dentro? Existe uma rubrica, por exemplo, se um Parlamentar quiser destinar uma emenda para a capacitação do profissional na área? Como é que vocês conseguem produzir tanto material, tanto treinamento? Tem orçamento nas duas forças? É só essa a minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Eu agradeço, Senadora Damares.

Até o Igor, antes do evento, antes da audiência, já dizia... Eu disse: "Olhe, vai ser repetido também pela TV Senado, pelos meios de comunicação do Senado, em horários diferentes, como habitualmente é feito". E ele até tinha dito: "A gente tendo material, nós vamos enviar o material, disseminar o material pelo Brasil todo", não é, Igor? Mas nós podemos fazer perfeitamente isso pela Comissão também, não é, Andréia? Andréia é a Secretária da Comissão. Está aí o pessoal a que o Teogenes já se referiu. Então, isso pode ser feito para a polícia militar e para a polícia civil também.

E até eu sugiro, Senadora Damares, que, daqui a duas semanas, quando nós tivermos a Comissão da Educação de novo, já na semana que vem, possa haver uma indicação ao Ministério da Justiça em relação ao apelo para a segurança privada que V. Exa. faz. Nós indicamos de imediato o Relator também – o Diogo pode ajudar também, não é, Diogo? – para termos uma indicação no sentido apontado. Isso é apresentado para a Secretaria da Mesa, ela remete para a Comissão, pedimos para o Presidente fazer isso com rapidez e já colocamos em pauta, para ser imediato.

Eu só quero dizer para os expositores que, habitualmente, aqui no Senado, quando o Plenário começa, há uma solicitação de que a gente deva interromper as audiências e reuniões também. O Plenário, habitualmente, começa às 16h, 16h e pouco. Então, nesse sentido, daqui a pouco, nós temos já que interromper.

Eu só pediria que o Fernando e o Igor respondessem a indagação que foi feita pela Senadora Damares em relação ao financiamento e a possibilidade de emendas. Como é que vocês vêm trabalhando, na verdade, essa questão financeira?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero lembrar a todos que nos acompanham pelo Brasil que nós temos aqui a Polícia Rodoviária Federal amiga do autista; nós temos a polícia judicial – com o Diretor Nacional, aqui presente, nessa área – amiga do autista; e temos a Força Nacional, que não está presente hoje por razões que impediram a vinda, mas também amiga do autista. Isso inspira a todos pelo Brasil.

Agora, o Igor, se quiser, e depois o Fernando também.

O SR. IGOR TOBIAS MARIANO (Para expor.) – Senadora, muito obrigado pelas suas colocações. A senhora nos honra muito a todos, a mim especialmente.

De fato, a senhora disse que se surpreende positivamente, mas esse é o nosso grande objetivo, o objetivo é que a polícia judicial tenha, na sua identidade, o respeito pela diversidade, aqui, em especial, a neurodivergência.

Especificamente, com relação a como nós financiamos isso, eu preciso dizer para a senhora que, nesse primeiro momento, nós apresentamos o projeto, que foi implementado, obviamente, com todas as dificuldades logísticas e tudo mais o que isso exige, nós tivemos que buscar o Sindjus/DF, nosso parceiro de sempre, que financiou muitas das coisas, nosso material de campanha, inclusive os nossos protocolos impressos. Eu não os trouxe hoje, mas vou deixar com a sua Secretaria, Senador, o digital, com o qual nós podemos ajudar as outras instituições, encaminhando-o. Muitas já têm, mas é importante esse encaminhamento oficial também. Então, além da ajuda de parceiros como o Sindjus/DF, nós estamos estabelecendo prioridades. Com a verba que nós temos para treinar os policiais, de maneira geral, nós estamos priorizando a área de direitos humanos, a área de respeito à divergência, em especial, neste caso, o respeito aos autistas. Essa tem sido a forma de abordagem da polícia judicial, mas, obviamente, no progresso, na sequência do nosso programa, que nós queremos que seja permanente, não só na formação continuada do policial, mas na formação inicial... O policial que ingressa nas fileiras da polícia judicial precisa já ser formado com isso. Portanto, nós queremos que o projeto continue, que o programa seja vivo sempre e oxigenado. E, obviamente, nós vamos ter que debater questões de orçamento para isso.

Muito obrigado, Senadora. Muito obrigado mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado, Igor.

Também o Fernando Cotta.

O SR. FERNANDO COTTA (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora Damares, parceira de longa data da Polícia Rodoviária Federal e, de um modo geral, do respeito, da dignidade das pessoas com deficiência, das pessoas autistas, que estão sempre em sua pauta.

Infelizmente, é a mesma situação, uma situação muito parecida com a da polícia judicial, que o Igor colocou. Na realidade, nós trabalhamos muito com os parceiros ainda. O Sindjus, por exemplo, faz a cartilha, essa cartilha utilizada na Blitz do Autismo; a FenaPRF (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais) tem trabalhado, e o próprio Moab também tem trabalhado nesse sentido.

Como é um projeto novo... O projeto surgiu em abril de 2023 – abril é o chamado mês azul, o mês dos autistas, por conta do dia 2 –, é relativamente novo, tem pouco mais de um ano o projeto, e, de fato, trabalhamos ainda com a questão dos direitos humanos, com o recurso que existe nos direitos humanos para poder trabalhar isso, mas precisamos melhorar muito. Precisamos melhorar. Agora mesmo, a gente tem um evento que tem feito muito sucesso no Brasil inteiro que é a Blitz do Autismo, assim nós chamamos, que são aquelas abordagens – você já participou, o Igor participou, alguns aqui já participaram – em que, em vez de fazer uma fiscalização verdadeiramente na documentação do veículo, na documentação do motorista, na realidade, nós damos atenção para a questão da causa autista, à divulgação da causa. Eu, agora mesmo, estava falando com o Vice-Presidente do Sindjus ali, o Dr. Francisco, que nós já não temos para a próxima. Então, que providenciem, por favor, para que a gente, essa parceria... Mas o ideal é que nós tenhamos... É muito oportuna essa abordagem que a senhora fez para que isso seja, de fato...

Eu até falava com o Teogenes – não é, Inspetor Teogenes? –, que já trabalhou... Por favor, complemente, se o senhor puder. O Senador Weverton, que me parece que tem uma pessoa com deficiência na família, do gabinete dele, haviam perguntado: "Vocês têm como receber uma emenda carimbada para que o projeto de vocês possa...". Por favor, Inspetor Teogenes, complemente aí que é possível e de que forma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ TEOGENES (Para expor.) – Eu vou só agradecer as referências à Polícia Rodoviária Federal feitas pela Senadora Damares. Muito obrigado, Senadora.

E quero dizer que é isso. Nós começamos o projeto sem financiamento, não tivemos rubrica para isso, e precisamos de pessoas, de apoiadores e apoiadoras que possam colocar no rol de suas emendas um pouco de orçamento para que a gente possa dar mais musculatura e perna para esse projeto. Por ora, a gente é muito grato, o Sindjus tem sido um parceiraço. Enfim, com todo mundo se unindo, esse lençol, que é curto, vai acabar cobrindo todo mundo.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, a gente podia ver com a equipe técnica uma emenda à LDO, a gente prevê na LDO... Se não der mais tempo para a LDO deste ano, para o ano que vem... A gente não pode ter uma rubrica na LOA se a gente não tiver na LDO. Então, a gente pode conversar depois com a equipe sobre uma emenda à LDO para a gente estabelecer uma possível diretriz para os próximos orçamentos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Além disso, Senadora Damares, a gente pode fazer uma emenda já descrevendo o objetivo, estudando o orçamento e vendo onde pode encaixar isso – eventualmente, é possível –, e distribuir isso para os Senadores e Senadoras, porque, se cada um puder colocar um pequeno valor, a soma disso vai representar um valor importante para a área.

Eu só quero dizer que todo o material apresentado aqui ficará disponível no portal.

Eu também quero dizer que muitas pessoas gostariam de falar. Habitualmente, nas audiências públicas, a gente franqueia a palavra para os expositores e expositoras e para os Senadores e Senadoras. E nós temos o problema do horário, como eu mencionei, porque nós não podemos ter Comissões em funcionamento no mesmo horário do Plenário, da sessão plenária.

Eu só quero repetir as palavras da Senadora Damares Alves. Eu fiquei extremamente feliz com a apresentação de hoje e eu tenho absoluta certeza de que esse sentimento também foi percebido por todas as pessoas que acompanharam a audiência pelos meios de comunicação.

Quero parabenizar a Polícia Rodoviária Federal pelo trabalho e dizer para todas as pessoas que podem se inspirar e ver o material disponível junto com o Moab (Movimento Orgulho Autista do Brasil). Quero dizer que já existe, através de Polícia Judicial Amiga dos Autistas, todo um roteiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que pode ser seguido, desenvolvido também pelo Brasil todo. E quero parabenizar – sei que não está aqui, mas compartilha desse mesmo ideal – a Força Nacional, que também tem o programa Força Nacional Amiga dos Autistas. Então, parabéns para vocês. Continuem mostrando, inspirando as pessoas pelo Brasil.

E vamos, juntos, conforme a Senadora Damares Alves também colocou, articuladamente, construir caminhos para apoiar essa bela iniciativa, que não era e não é muitas vezes do conhecimento da população, mas que é importante divulgar, disseminar para que as pessoas possam tomar conhecimento e dizer: "Eu posso me inspirar naquela turma lá que falou na audiência pública em Brasília, porque são instituições muito respeitadas no Brasil, além de tudo". Então, isso é importante.

Obrigado pela presença. Obrigado a todos que estiveram aqui, a todos que nos acompanharam pelos meios de comunicação, à Secretaria, como já foi destacado, ao pessoal que serviu água, cafezinho, que arrumou a sala. Eu achei tão bonito você também falar isso de valorizar todo mundo que está aqui no ambiente, no contexto, porque todos nós somos importantes. E gostei muito da expressão: não é vulnerável, é vulnerabilizado. Isso é uma coisa... Vou começar a usar essa expressão também e dizer que aprendi com o Teogenes. Então, agradeço novamente a vocês e a todos que nos acompanharam.

Declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 17 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 65ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2024, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, PLENÁRIO VIRTUAL DE COMISSÃO.

Às dez horas do dia onze de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Plenário Virtual de Comissão, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença da Senadora Professora Dorinha Seabra e do Senador Esperidião Amin. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Izalci Lucas, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Astronauta Marcos Pontes, Jaime Bagattoli, Romário, Laércio Oliveira e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 62/2024 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE) e da Senadora Janaína Farias (PT/CE); REQ 63/2024 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE), da Senadora Janaína Farias (PT/CE) e do Senador Flávio Arns (PSB/PR); REQ 64/2024 - CE, de autoria do Senador Flávio Arns (PSB/PR); REQ 72/2024 - CE, de autoria do Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA) e outros; REQ 83/2024 - CE, de autoria do Senador Marcelo Castro (MDB/PI) e do Senador Flávio Arns (PSB/PR); e REQ 89/2024 - CE, de autoria do Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS) e do Senador Bene Camacho (PSD/MA). **Finalidade:** 10ª Audiência do ciclo de audiências públicas para debater o Projeto de Lei nº. 2614/2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. **Participantes:** Sra. Suzane da Rocha Vieira Gonçalves, presidente da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE); Sr. Vinicius Schafaschek de Moraes, servidor do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e representante da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON); Sr. Bruno Loureiro Mahé, coordenador de Ações de Controle da Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos do Tribunal de Contas da União (AudEducação/TCU); Sra. Letícia Jacintho, presidente da Associação De Olho no Material Escolar; e Sra. Vanessa Goulart, promotora do Ministério Público de Goiás e representante da Comissão Permanente de Educação do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (COPEDUC). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/11

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 65ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 11 de novembro de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 2.614, de 2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034, em atenção aos requerimentos: Requerimento 62, de 2024, de autoria das Senadoras Teresa Leitão e Janaína Farias; Requerimento 63, de 2024, de autoria das Senadoras Teresa Leitão, Janaína Farias e de minha autoria; Requerimento 64, de 2024, de minha autoria; Requerimento 72, de 2024, de autoria do Senador Zequinha Marinho e de minha autoria também; Requerimento 83, de 2024, de autoria do Senador Marcelo Castro e de minha autoria; e Requerimento 89, de 2024, de autoria dos Senadores Hamilton Mourão e Bene Camacho.

Participam de forma remota – quero saudar e me permitam chamar, com todo respeito, de expositores e expositoras – os seguintes convidados: Sra. Suzane da Rocha Vieira Gonçalves, Presidente da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope); Sra. Vanessa Goulart, Promotora do Ministério Público de Goiás e representante da Comissão Permanente de Educação do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça (Copeduc); Sr. Vinicius Schafaschek de Moraes, servidor do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e representante da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon); Sr. Bruno Loureiro Mahé, Coordenador de Ações de Controle da Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos do Tribunal de Contas da União (AudEducação/TCU); e Sra. Letícia Jacintho, Presidente da Associação de Olho no Material Escolar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, como sempre, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, bem conhecido na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que eventualmente forem utilizadas pelos expositores e expositoras.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até 15 minutos. Ao fim das exposições, retornaremos aos convidados e a alguma outra pessoa que desejar para fazerem a sua manifestação.

Eu quero principalmente dizer para as pessoas que acompanham pelo Brasil que o projeto de lei que tem o número 2.614, que institui o novo Plano Nacional de Educação, foi enviado pelo Executivo para o Congresso Nacional e se encontra na Câmara dos Deputados, neste momento. Será apreciado pela Câmara dos Deputados e posteriormente pelo Senado Federal. O que nós estamos fazendo no Senado Federal é nos adiantarmos à chegada do PL a esta Casa para que possamos ter um conjunto de informações, de reflexões, de apresentação de conteúdos e mudanças eventualmente necessárias para que, com base nisto, possamos já dialogar quando for o momento da apreciação pela Câmara sobre as sugestões que já vieram da sociedade para que haja um trabalho convergente, articulado, negociado, o que facilitará a tramitação na sequência. Fizemos isso anteriormente, com as mudanças no novo Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). A Professora Dorinha era Relatora na Câmara dos Deputados – hoje ela é Senadora –, e eu era o Relator no Senado Federal; fizemos muitas reuniões em conjunto, pelo Brasil. Então, a tramitação ficou mais tranquila, mais convergente, mais negociada, sem muitos sobressaltos, e é isto, se for possível obviamente, que pretendemos fazer também, tanto quanto possível, com o Plano Nacional de Educação.

A participação das pessoas pelo Brasil é muito bem-vinda, há expositores, expositoras, como eu já li os nomes e as entidades que representam. São representações importantes, nacionais, mas nada impede que as pessoas que estão nos ouvindo possam, na verdade, também trazer as suas contribuições, mandar para a Comissão de Educação e Cultura, que serão também todas elas devidamente anotadas, pensadas e encaminhadas para debate. Há já várias perguntas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que no final eu vou ler, e comentários também que fazem com que todo mundo assim participe ativamente.

Quero saudar o nosso grande amigo Senador Esperidião Amin, que está participando também, Senador pelo Estado de Santa Catarina, estado querido, abençoado, e quero, inclusive, dar a palavra a V. Exa., Senador Esperidião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Só para cumprimentá-lo, Presidente, pela continuidade dessa oportuna iniciativa.

Antes mesmo que o projeto nos chegue da Câmara, essas reuniões, que já ascendem a quase 20, acho – pelo menos, na previsão e devemos andar pela... Esta é a décima?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – É a décima.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – É a décima. Então, já estamos praticamente na metade, em pouco depois da metade do caminho proposto. Acho que isso vai facilitar muito o armazenamento de informações e sugestões que nós certamente utilizaremos no momento oportuno sem demandar tantas diligências quanto estas que hoje são necessárias.

Mas vão meus cumprimentos aos que nos estão acompanhando e aproveito para cumprimentar igualmente os nossos convidados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Eu quero lembrar que, no ano passado, nós não tínhamos ainda o PL no Congresso Nacional, era uma tarefa do Executivo enviá-lo para a nossa apreciação. Mas, mesmo antes de vir o PL, nós analisamos o de 2014 a 2024, o plano nacional anterior, com dez audiências públicas no ano passado. E todas aquelas contribuições são muito pertinentes também para a apreciação do atual plano nacional, que já faz parte então de um projeto de lei, de um PL.

Obrigado, Senador. É uma alegria vê-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Passo então a palavra, em primeiro lugar, à Sra. Suzane da Rocha Vieira Gonçalves, que é Presidente da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope).

Com a palavra, Suzane.

A SRA. SUZANE DA ROCHA VIEIRA GONÇALVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todas as pessoas que estão acompanhando esta audiência.

Quero cumprimentar o Senador Flávio Arns, destacar a importância de uma audiência que vai discutir o próximo Plano Nacional de Educação a partir do debate do PL 2.614, cumprimentar os demais Senadores que apoiaram esta proposta e que também contribuem para que a gente tenha um debate democrático na construção e na perspectiva de um Plano Nacional de Educação que, de fato, apresente metas, estratégias, buscando qualificar a educação nacional.

Sou a Presidente, atual Presidente, da Anfope (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação) e membro do Fórum Nacional de Educação. Como membro do fórum, tive a oportunidade de participar das discussões dentro do fórum, da organização da Conferência Nacional de Educação, da construção do documento referência que foi debatido por municípios e estados, da Conferência Nacional realizada neste ano e também acompanhei parte do trabalho do GT que foi organizado pelo Ministério da Educação junto a Sase, no qual se buscou construir um diagnóstico que subsidiasse o projeto de lei do novo Plano Nacional de Educação.

Considerando a minha atuação profissional como professora do ensino superior da área de formação de professores, pesquisadora dessa área e também Presidente da Anfope, a minha fala aqui vai se centrar nos temas do projeto de lei relacionado à valorização dos profissionais da educação e ao Objetivo 16, que trata dos profissionais da educação básica. Entendendo que todo o conteúdo do plano é extremamente importante, mas ocupando o meu lugar de fala da trajetória de onde eu venho contribuindo neste debate, eu vou me ater a trazer alguns elementos com relação a essa temática.

Quero destacar que, no processo de elaboração do documento da Conferência Nacional de Educação e do trabalho que foi realizado pelo GT do Ministério de Educação, nós buscamos compreender o quanto o plano que estava em vigor até o momento, que findou em 2024, havia avançado. Da mesma forma, foi sobremaneira fundamental o estudo dos dados do Inep, que apontaram, pelo censo tanto do ensino superior quanto pelo censo da educação básica, o quanto nós tínhamos, em algumas áreas, avançado; em outras, infelizmente, regredido; e em algumas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

áreas, estagnado. E foi muito a partir desse diagnóstico que nós construímos, observando os dados que o Inep nos apontava, que foi possível retomarmos algumas questões que já vinham presentes nas conferências anteriores e que estavam já postas no Plano Nacional de Educação 2014-2024 e pensarmos, no momento da Conferência Nacional, algumas estratégias que pudessem colaborar e contribuir para que a gente avançasse nessa temática.

Então, a partir da análise do projeto de lei, uma análise que vem sendo feita pelas nossas entidades – a Anfope vem realizando essa análise –, mas também de uma análise que o próprio Fórum Nacional de Educação vem dedicando-se a fazer, eu vou trazer alguns elementos que eu acho que são importantes para que o projeto de lei possa avançar para atender aquilo que foi debatido e discutido na conferência, uma conferência que contou com a participação de mais de 3 mil pessoas na etapa nacional, mas que teve uma ampla participação nos diferentes estados, e que vem buscar apontar alguns caminhos para o nosso Plano Nacional de Educação, que deve ser o horizonte de onde nós queremos chegar, daqui a dez anos, com a política educacional brasileira, uma política que tenha um compromisso com a educação democrática, pública, em que as crianças, os jovens e os adultos tenham o acesso ao conhecimento e cuja passagem pela escola efetivamente seja de aprendizagem, para que, com isso, a gente consiga também desenvolver um país, porque a educação é a base para o desenvolvimento de qualquer nação.

Então, olhando para o PL, acho que é importante trazer alguns elementos que poderão contribuir para que o texto do PL possa ser aperfeiçoado, mas reconhecendo a importância já do texto que foi entregue junto ao Congresso Nacional.

Ainda que tenha alguns pontos que foram debatidos na conferência e que não estão plenamente contemplados no projeto de lei, é preciso reconhecer que o projeto de lei traz um esforço de atender às diferentes áreas, temáticas, e parte dos pontos que o Objetivo 16 apresenta estão em consonância com o que foi debatido na Conferência Nacional de Educação.

Mas o primeiro ponto que eu acho importante aqui destacar é que, durante a conferência, nós fizemos todo um esforço de entendermos os profissionais da educação, olhando para docentes e trabalhadores em educação, não apenas para os professores, mas olhando para todos os profissionais que atuam no espaço escolar e no ensino superior também. E aí, no PL nós deparamos com o Objetivo 16, que foca apenas na educação básica. Então, esse é um ponto que eu gostaria de registrar: no que se refere aos profissionais da educação que atuam no ensino

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

superior, o PL não os contempla nem no Objetivo 16 e nem no objetivo que vai tratar do ensino superior.

Do ponto de vista da formação e valorização dos profissionais da educação, é importante dizer que o PL traz vários elementos que foram debatidos na Conae, como buscar que os professores atuem na sua área de formação. Isso é extremamente importante para que se tenha maior qualidade e resultado na oferta da educação básica quando nós temos professores bem formados e atuando na área de que eles têm conhecimento e em que têm formação.

Um outro ponto importante que o PL contempla é a necessidade de um plano de carreira. Isso é de suma importância porque, quando olhamos o diagnóstico, o que nós observamos? Hoje a carreira docente tem tido uma baixa atratividade, nós temos os cursos de licenciatura no ensino superior com baixíssima procura. Entende-se que um dos motivos dessa baixa procura e da falta de atratividade está numa carreira pouco valorizada no sentido da sua remuneração, das condições de trabalho e de planos de carreira que favoreçam o desenvolvimento e o crescimento profissional destes profissionais, e o PL traz a importância dos planos de carreira, assim como a defesa do concurso público.

Os dados do Inep são extremamente preocupantes quando apontam que no Brasil, olhando o dado nacional entre redes escolares municipais e estaduais, nós vamos ter quase 50% dos professores em contratos temporários, com contratos precários. Isso reflete num ensino que não é de qualidade. Por quê? Porque são professores muitas vezes que estão atuando como um bico. Não podem se dedicar integralmente à docência porque os seus contratos são de fevereiro a dezembro. A formação continuada que as redes e o próprio Governo Federal muitas vezes disponibilizam para os professores acaba não impactando a qualidade da oferta, porque esses professores estão neste ano; no ano que vem eles não são mais professores, então acaba tendo um rodízio de professores. E muitas vezes, como são contratos temporários, eles atuavam como alfabetizadores; agora eles vão ter que atuar nos anos finais. Então, por mais que a gente ofereça formação para uma especificidade, no ano seguinte, eles não estarão mais atuando.

Então, a importância de nós termos concurso público é fundamental para que a gente consiga qualificar esses professores, valorizando a carreira, com formação continuada, com pós-graduação – e isso o PL contempla –; a busca da garantia do nível superior para os professores atuarem. O PL prioriza uma jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, são temas que o PL traz, que foram debatidos e que eu acho importante reafirmar aqui, neste momento, para que a gente também possa subsidiar os nossos Senadores na sua análise e compreensão da importância de alguns temas que ali estão presentes, no PL, e que foram amplamente debatidos.

No que se refere aos funcionários de escola, o PL é muito tímido. Então, acho que ali é um ponto em que nós precisamos avançar. Por exemplo, hoje nós não temos dados oficiais sobre os funcionários de escola. Isso já foi demandado ao Ministério da Educação e ao Inep, para que, no Censo da educação escolar, os dados dos funcionários também sejam contemplados. Nós observamos que é preciso investir na formação dos funcionários de escola; também na realização de concursos para esses funcionários; e na carreira e no piso para esses funcionários, entendendo que a escola, o funcionamento da escola é um todo complexo. A gente entende que esses funcionários de escola, ao atuarem no ambiente escolar, também se tornam educadores, pois eles incidem nos processos que acontecem dentro do espaço escolar. Então, acho que é importante aqui, como um ponto, em alguns aspectos que são olhados apenas para os professores, nós contemplarmos também os funcionários de escola.

Ainda gostaria de destacar alguns aspectos que acho que são extremamente importantes e que poderiam ser incorporados ou melhor destacados dentro do projeto de lei, olhando para o Objetivo 16, da valorização, e o Eixo V, que foi debatido na Conae.

Quando se for tratar da realização de concurso público como uma regra para ingresso na carreira, é importante que se coloque, no projeto de lei, que seja por meio de leis específicas, leis que busquem garantir que municípios e estados façam esses concursos como forma de ingresso na carreira. Acho que é importante destacar a necessidade – e isso não está contemplado no PL – de instituirmos uma política nacional de valorização dos profissionais da educação, garantindo o cumprimento da LDB e o cumprimento da Lei 12.014, de 2009; da Lei 11.301, de 2006; e do Decreto 8.752, de 2016. Esse conjunto de legislações trata da importância da política nacional de valorização dos profissionais da educação, e essa política precisa ser integrada ao Sistema Nacional de Educação.

Por isso a importância de o Sistema Nacional de Educação articular os entes federados, de modo que nós possamos qualificar a educação e termos nesse processo ações comuns olhando para a formação de professores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O decreto trata dos fóruns permanentes de formação dos profissionais da educação. Temos hoje estados que têm fóruns, estados que descontinuaram os seus fóruns. É preciso que o Governo Federal retome o comitê nacional de articulação dos fóruns, de modo que a gente consiga desenhar nacionalmente as áreas em que a gente precisa de investir em formação inicial, as áreas em que se precisa de investir em formação continuada para os professores e, dessa maneira, ainda que tenhamos um país de tamanho continental, integrar as diferentes áreas.

Então eu agradeço essa oportunidade, destacando a importância de uma política nacional, o quanto o PL tem a contribuir e a importância de um Plano Nacional de Educação.

Agradeço este momento e fico à disposição. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço à Suzane da Rocha Vieira Gonçalves, que é Presidente da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação.

Nós pediríamos, pela Comissão de Educação e Cultura, Suzane, que você inclusive nos enviasse um texto de sugestão de emenda. Como os Senadores e Senadoras fazem emendas ao projeto – aditivas, supressivas, redacionais e outras emendas –, peço que você nos envie essas áreas que você acha que ou não constam ou que ficaram tímida, por exemplo, para o ensino superior, que você colocou; para os profissionais de apoio aos docentes também – profissionais da educação. A lei é muito interessante, a lei para ingresso na carreira; que haja lei local também para ingresso definitivo. O precário, temporário, é importante porque há situações emergenciais, mas o emergencial não pode ficar definitivo, não é verdade? Então, por favor, se puder nos ajudar, nós ficaremos muito gratos. Obrigado.

Passo, em seguida, a palavra ao Sr. Vinicius Schafaschek de Moraes, que é servidor do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e representante da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

Com a palavra, Vinicius.

O SR. VINICIUS SCHAFASCHEK DE MORAES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e a todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Primeiramente, eu gostaria de saudar V. Exas. e todos os que estão aqui nesta audiência pública. Agradeço em especial ao Senador Flávio, Presidente desta Comissão, pela honra de representar aqui a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

Em nome do nosso Presidente, Conselheiro Edilson, e do nosso Vice-Presidente de Relações Político-Institucionais, Conselheiro Cezar Miola, expresso a nossa gratidão por essa oportunidade de contribuir para um debate essencial sobre o futuro da educação do nosso país. Afinal, estamos aqui com o compromisso de dialogar e de refletir sobre o planejamento das políticas públicas educacionais que irão moldar a próxima década, guiados pelo novo Plano Nacional de Educação. Esse é um tema de suma importância, que envolve não apenas o desenvolvimento das diretrizes estratégicas, mas também o nosso compromisso de fortalecer o papel do controle externo, garantindo não somente a eficiência, mas a eficácia das políticas públicas, muito na vertente do monitoramento das políticas públicas.

Então, realmente nós estamos muito gratos por essa oportunidade de dialogar conjuntamente com as demais instituições bem como com esta Casa Legislativa.

Pois bem, a nossa primeira mensagem, além dos agradecimentos e da parabenização, vai no sentido de mencionar que nós temos interesse em permanecer nesse espaço de diálogo constante e de participar mesmo de outras audiências cuja temática seja o projeto de lei que visa a implementação do novo Plano Nacional de Educação para a próxima década. Então, é de nosso interesse comum. Falando aqui pela Atricon, esse tema é muito caro para nós. Por que ele é muito caro? Como eu mencionei na fala inicial em relação ao nosso papel do monitoramento das políticas públicas, isso...

Pois bem, está prevista na Constituição Federal, nos arts. 70 a 74, essa competência institucional do monitoramento e da avaliação de políticas públicas. Então, a participação dos tribunais de contas é muito importante, principalmente quando nós olhamos para o cascateamento do plano nacional nos planos estaduais e nos planos municipais de educação. Então, essa capilaridade dos tribunais de contas contribui muito para que nós possamos ter mais gente qualificada compreendendo a causa, mas também fazendo esse papel de monitoramento.

Não somente a Constituição Federal trata sobre a nossa competência técnica, mas recentemente documentos internacionais das entidades fiscalizadoras superiores têm trazido a importância dessa cooperação como maneira estratégica da transformação, ou seja, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

efetividade das políticas públicas. Então as entidades fiscalizadoras superiores, no caso, aqui no Brasil, o Tribunal de Contas da União e os tribunais de contas estaduais e municipais, podem ampliar o seu impacto quando estabelecem essa interação produtiva entre o ente auditado e a cooperação, além da comunicação com outras entidades, por exemplo, o Senado Federal e as demais Casas Legislativas. Pois bem, esse é um ponto muito importante para que nós possamos desempenhar esse papel de aperfeiçoamento das políticas públicas.

Para além do que eu mencionei, olhando para a Constituição, sobre essa competência técnica e o que internacionalmente as entidades superiores de fiscalização têm dito, é importante ressaltar que a Atricon, juntamente com os tribunais de contas estaduais e municipais, tem trabalhado continuamente na pauta de monitoramento e avaliação de políticas públicas não somente da educação, mas aqui trazendo alguns trabalhos que nós realizamos nesses últimos anos.

Então, por exemplo, foi feito um grande levantamento via Atricon em relação aos processos de seleção e formação de diretores, algo que é fundamental para o desempenho educacional. A ciência traz que cerca de 40% dos resultados educacionais obtidos por uma unidade escolar são reflexo de uma boa gestão escolar. Então, nós fomos compreender a fundo, Brasil afora, nesse papel de monitoramento de avaliação de políticas públicas, como é feito esse processo de seleção. Isso para quê?

É para que a gente pudesse entender quais são os modelos e observar quais são as boas práticas, não somente nesta temática de seleção e formação de diretores, mas também olhando para infraestrutura escolar... São feitos trabalhos coordenados Brasil afora para que nós possamos observar como, de fato, isso está sendo feito na prática. A infraestrutura escolar é um elemento muito relevante, e a capilaridade dos tribunais de contas nesse papel de fiscalização é essencial para o monitoramento dessa política pública, fora outras ações muito importantes, como, por exemplo, ações voltadas à primeira infância no ciclo orçamentário, um trabalho relevante que foi feito no período da pandemia analisando, observando, monitorando e evidenciando as boas práticas educacionais feitas naquele momento.

E a gente não pode se esquecer do TCEduca, que é um trabalho que exatamente tem como foco o monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação, do plano vigente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vejam que a inserção dos tribunais de contas neste diálogo se faz muito necessária, exatamente para que nós possamos... Uma vez que nós temos essa capilaridade e essa competência, não somente olhando no aspecto de fiscalização, mas muito mais do que isso, monitoramento, análise do que tem sido feito Brasil afora... É uma forma também de contribuir para qualificar o debate e evidenciar quais são as boas práticas.

Uma dessas nossas preocupações em relação à inclusão de competências dos tribunais de contas neste projeto de lei é exatamente para que ele preveja os tribunais de contas participando das fases de monitoramento e avaliação das metas do Plano Nacional de Educação. Vejam, há um paralelo que nós podemos fazer, por exemplo, com a lei do novo Fundeb: na Seção IV, que prevê o apoio técnico e a avaliação dessa lei, no caso do novo Fundeb, está previsto o tribunal de contas como órgão competente para exatamente fazer o monitoramento das ações e da implementação do novo Fundeb. Esse paralelo é importante, porque, vejam, isso pode ser feito também quando nós falamos deste projeto de lei, falando agora sobre o novo Plano Nacional de Educação. É importante prever a participação dos tribunais de contas neste processo de avaliação e monitoramento neste projeto de lei, uma vez que, para além das competências que estão previstas nos normativos, há quadros técnicos muito competentes dentro dessas instituições que podem contribuir para o acompanhamento, para qualificar o debate, para apoiar o jurisdicionado, acima de tudo, nos quesitos legais e técnicos. Nós olhamos... Reformulando e complementando a frase, vejam, o potencial da capilaridade dos tribunais de contas, quando nós falamos de todos os municípios, de todas as unidades da Federação, é algo muito potente, uma vez que nós temos um diálogo muito aberto com o jurisdicionado. E, muitas vezes, vejam, o jurisdicionado procura o tribunal de contas buscando algum tipo de apoio técnico, uma vez que nós sabemos das assimetrias de informações e também das capacidades estatais, que são muito diversas Brasil afora. Quando nós temos os tribunais de contas participando desse processo, contando com equipes multidisciplinares muito competentes, que estão a par de toda a matéria, é evidente que o papel, a contribuição dos tribunais de contas vai muito além simplesmente de uma mera fiscalização. Nós estamos ajudando o jurisdicionado a tomar boas decisões, uma vez que nós podemos trabalhar com dados e evidências, demonstrando aquilo que se faz como uma boa prática para o gestor fazer um bom monitoramento das metas e compreender quais ações ele pode realizar, pensando a curto, médio e longo prazos, para que de fato ele cumpra as metas do seu Plano Municipal de Educação, dos planos estaduais de educação. Então veja que esse é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ponto muito importante em relação à participação dos tribunais de contas neste processo de monitoramento e avaliação, olhando para as metas do Plano Nacional de Educação.

É importante ressaltar também que nós temos uma visão muito crítica em relação a este projeto de lei, uma vez que nós entendemos que não é apenas uma carta de intenções da política educacional para a próxima década. Nós precisamos que o Plano Nacional de Educação, de fato, tenha objetivos e metas factíveis para que a gente possa, de fato, alcançar melhores resultados educacionais não somente no termo de aprendizagem, mas no termo de qualidade e de equidade. Então é importantíssima essa nossa visão para que a gente possa realmente qualificar o debate. Para além disso, a concretização dessas metas e objetivos muito passa pela compatibilização das peças orçamentárias com as metas e estratégias previstas. Então, os tribunais de contas contribuem diretamente com esse diálogo, olhando para estados e municípios, no incentivo a essa compatibilização, uma vez que, para que nós possamos alcançar essas metas e estratégias, olhando para cada um dos objetivos do novo plano, faz-se necessário ter mais recursos; e, melhor dizendo, mais do que mais recursos, é necessário empregar melhor os recursos que temos, nos conceitos de eficiência, eficácia e efetividade. Então, é importante que as peças orçamentárias, ou seja, PPA, LDO e LOA, estejam compatíveis com as metas e objetivos definidos no plano nacional, mas também que aterrisse nos planos estaduais e nos planos municipais de educação.

Para além disso, é importante ressaltarmos aqui, por mais que tenhamos metas nacionais, olhando para esse planejamento a médio prazo, numa vertente de dez anos, que essas metas aterrissem nos territórios estaduais e municipais, para que a gente possa acompanhar, no caso os tribunais de contas, essas metas no âmbito estadual e municipal. Veja que alguns trabalhos de tribunais de contas pelo Brasil inclusive têm incluído no Capítulo Contas de Governo, na apreciação das contas do Executivo municipal e estadual, a qualidade da política pública, no caso a qualidade da política educacional. Veja que no estado onde trabalho diretamente, o Estado de Rondônia, nós temos, na apreciação de contas do chefe do Executivo municipal, índices que olham para a qualidade da política pública e não somente para o percentual de Orçamento que foi investido naquela temática. Nós queremos contribuir para a eficácia e a efetividade das políticas públicas. Esse é outro ponto muito relevante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, dentro dos apontamentos com que eu gostaria de contribuir nesta manhã, é importante ressaltarmos que, para um bom monitoramento, para uma boa avaliação de políticas públicas, é fundamental a disponibilização e a qualidade de dados, no caso dos microdados.

Recentemente, nós temos observado o quão complexa tem sido a disponibilização de alguns desses microdados por parte do Inep, até mesmo para estados e municípios. Esse é um ponto fundamental para quem trabalha com avaliação de políticas públicas, o acesso aos dados produzidos pelos próprios entes é algo fundamental. Nós, tribunal de contas, precisamos ter acesso a esses dados, ainda que não identificados por estudantes, mesmo que, como diz o termo, eles sejam mascarados, no sentido de que nós não consigamos obter informações necessariamente pessoais, mas é fundamental o acesso aos microdados produzidos por estados e municípios, compilados pelo Governo Federal via Inep, para que nós possamos, de fato, observar quais são as tendências e fazer um bom monitoramento de políticas públicas, porque senão nós geramos uma disfuncionalidade, uma vez que é necessário obter, coletar mais uma vez esses dados, quer seja via municípios, quer seja via formulários ou outro tipo de dados secundários, mas não faz o menor sentido uma vez que nós temos uma instituição responsável pela obtenção e pelo tratamento desses dados. Então, nós precisamos contar com essa parceria juntamente com o Inep e o Ministério da Educação para que nós possamos potencializar essa vertente de monitoramento e avaliação de políticas públicas.

Em suma, resumo os nossos pontos representando aqui a Atricon: 1 - é fundamental que nós possamos participar de outros debates em relação a essa temática; 2 - nós temos competências técnicas para realizarmos continuamente boas ações de monitoramento na avaliação de políticas públicas, e isso é fundamental; 3 – nós precisamos estar inseridos formalmente nesse processo olhando para essa vertente de avaliação e monitoramento das políticas públicas, para que, enfim, nós possamos alcançar os resultados, as metas e os objetivos nessa próxima década.

É fundamental aprimorar o monitoramento e a avaliação de políticas públicas, olhando para o novo Plano Nacional de Educação.

Muito obrigado a todos e a todas pela oportunidade. Sigo à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos a você, permita-me chamá-lo assim, Vinicius Schafaschek

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de Moraes, servidor do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, como já foi dito, mas representando também a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil.

Eu só quero lembrar também, Vinicius e Bruno, que também vai falar sobre isso, que o papel dos tribunais de contas dos estados e da União é um papel essencial. Os relatórios que nós recebemos, nas Comissões das quais eu participo também, inclusive na Comissão de Educação, são relatórios de muito bom conteúdo, de acompanhamento, de competência e a sociedade toda deve estar muito atenta aos relatórios produzidos pelo TCU e pelos tribunais de contas dos estados também, então, isso é muito importante.

Eu só quero dizer que, na questão dos microdados do Inep, essa é uma preocupação que as entidades que trabalham com pesquisa, acompanhamento, avaliação e monitoramento tinham também. Fizemos inúmeras reuniões, inclusive audiências públicas com o Inep e com entidades também posteriormente, e chegou-se a uma conclusão de como que esses dados poderiam ser acessados, para com isso facilitar o exame, como você apontou muito bem, da realidade, que possa ter como é que uma determinada comunidade quilombola, outra periferia, essa situação outra, dentro dessa diversidade gigantesca pelo Brasil... E o retorno que nós temos de mais de dez entidades ligadas à pesquisa é no sentido de que esse encaminhamento está adequado agora.

Então, até eu sugiro – sabe, Vinicius? –, se você também puder ver como é que está, para que a gente possa, obviamente, dialogando... Porque o Inep participou desse debate todo, inclusive com muita boa vontade, com muita disposição de fazer com que os dados... Quer dizer, já que temos os dados todos, e o Inep é extraordinário nesse sentido, que estejam acessíveis para aquilo que a sociedade precisa, inclusive para ajudar um Prefeito, num município, vendo os dados bem específicos do município, e para o MEC poder orientar aquela prefeitura, além dos tribunais de contas e de todos que trabalham nessa área.

Parabéns.

Obrigado, por enquanto, viu, Vinicius?

Com a palavra, agora, o Bruno Loureiro Mahé, que é do TCU (Tribunal de Contas da União), Coordenador de Ações de Controle da Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos do Tribunal de Contas da União (AudEducação/TCU).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, Bruno.

O SR. BRUNO LOUREIRO MAHÉ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e todas.

Primeiramente eu fiz uma apresentação. Deixe-me compartilhar aqui. Só um instante. (*Pausa.*)

Vocês estão...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – A nossa Secretária ou a Camila...

O SR. BRUNO LOUREIRO MAHÉ (*Por videoconferência*.) – Estão conseguindo ver? Desculpa, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – ... podem ajudar também e orientar.

O SR. BRUNO LOUREIRO MAHÉ (*Por videoconferência*.) – Conseguem ver ou não?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Sim, perfeito, perfeito.

O SR. BRUNO LOUREIRO MAHÉ (*Por videoconferência*.) – O.k.

Bom, primeiramente, então, bom dia a todos e todas.

Meu nome é Bruno Loureiro. Como o Senador falou, eu sou o Coordenador de Ações de Controle da Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos do TCU (AudEducação).

Primeiramente, eu agradeço enormemente este convite – para mim é uma honra pessoal estar aqui – e também, em nome do tribunal, do Presidente, o Sr. Ministro Bruno Dantas, agradecemos o convite. Para o tribunal é bastante importante a participação nessas audiências públicas, ainda mais considerando a missão do tribunal de aprimorar a administração pública em benefício da sociedade a partir do controle externo. Então, o tribunal até atualmente tem um objetivo estratégico de contribuir para a efetividade das políticas públicas. Como bem disse o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

nosso colega Vinicius, do TCE de Rondônia, os tribunais de contas também podem contribuir com informações, não apenas nessa questão das fiscalizações.

Então, eu fiz uma breve apresentação focada um pouco nas ações que o tribunal tem realizado ao longo do tempo e também focada no trabalho específico que foi feito no ano passado.

Deixe-me passar aqui.

Bom, primeiramente é um histórico, um breve histórico dos acompanhamentos. O TCU instaurou, desde o início da vigência desse atual plano, uma estratégia de acompanhamento sistemático do Plano Nacional de Educação. E, aí, eu trouxe aqui – não vou entrar em detalhes nesses acórdãos – todos acórdãos relacionados a esses acompanhamentos específicos do PNE. Até então, não é? Então, desde... O primeiro foi em 2018, o penúltimo foi esse em 2023. E, aí, só para os senhores e as senhoras terem noção de que cada um deles tratou de um tema diferente. Como eu falei, pelo tempo não vai ser possível entrar em cada um deles, mas percebe-se que, por exemplo, o Acórdão de 2019 focou muito em algumas metas – Meta 4, educação especial; Meta 18, plano de carreira; Meta 19, gestão democrática –, mas também tiveram outros; o de 2020, por exemplo, já focou nessa questão do papel do MEC como coordenador dessa articulação interfederativa. Então, vê-se que vários foram os focos dos trabalhos bastante relevantes.

Fica, aí, a apresentação para depois quem tiver interesse pesquisar, mas o foco dessa apresentação, até pelo tempo que a gente tem, é mais um trabalho de acompanhamento realizado no ano passado. Ele culminou nesse Acórdão 969, de 2024 – é bem recente, saiu em maio deste ano –, e teve dois focos. O primeiro deles foi essa questão de avaliação do processo de elaboração do PL no âmbito do MEC, como a Suzane comentou; o MEC instituiu um GT, um grupo de trabalho especificamente voltado para a elaboração do PL, então o trabalho do TCU focou na época em como estava o andamento desse trabalho. E também houve uma segunda vertente que foi avaliar, dentro do plano vigente, alguns pontos que poderiam contribuir para essa discussão que a gente está tendo agora, que é já em relação à elaboração do próximo plano. Então, primeiro, houve uma avaliação do desenho do plano em relação às metas, estratégias e indicadores, e também... E, aí, também até trazendo de novo a palavra do Vinícius, a questão dos planos subnacionais. Então, houve uma avaliação tanto da elaboração quanto do monitoramento desses planos, que era algo que ainda não havia sido objeto de trabalho aqui no TCU.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Bom, em relação ao GT do PNE... E, aí, aqui só um adendo também de que, na época desse acompanhamento do TCU, o GT do PNE estava ainda em fase inicial. Então, o que se estava fazendo no momento era só o levantamento dos problemas, essa parte de diagnóstico. Então, os achados que tivemos foram mais voltados para isso e considerando a época da execução do trabalho. Então, o principal apontamento foi que havia fragilidades nessa evidenciação dos problemas; havia falhas, por exemplo, na não indicação de fontes, dados, indicadores; havia imprecisão de alguns dados – eu vou até ter uma tabela aqui em que eu trago alguma coisa nesse sentido. E também o GT do PNE, como bem falou a colega Suzane, da Anfope, teve uma ampla participação, eram vários atores, inclusive o Fórum Nacional de Educação, Consed, Undime, mas notou-se a falta, a ausência do IBGE, sendo que o IBGE é um ator importante na questão dos indicadores, tem alguns indicadores que ficam sob responsabilidade do IBGE.

Além disso, havia uma falta de validação social do relatório final do GT por conta de incompatibilidade de datas. Como a Suzane falou, houve conferências municipais, estaduais extraordinárias de educação no final do ano passado e, em janeiro deste ano, houve a Conferência Nacional de Educação, e, à época do acompanhamento, havia um risco de esse relatório final não ficar pronto, e seria interessante que as conferências tivessem acesso ao relatório, com as propostas de metas, estratégias, e, de fato, não aconteceu.

Eu até tirei uma tabela aqui, por conta... A tabela trazia um pouco de evidenciação de quais seriam essas falhas na iniciação, mas, por conta do tempo, acho melhor a gente andar um pouco mais rápido, não é?

Em relação ao outro tópico, houve uma análise bem interessante a respeito do desenho desse plano vigente, que pode ser um subsídio até para a discussão aí dentro, do Parlamento, de possíveis melhorias no projeto.

Então, o que se detectou? Por exemplo, algumas metas não possuem definição clara de responsabilidade, principalmente entre os entes. Então, aqui tem um exemplo... As metas, por exemplo, no ensino fundamental, a Meta 2... Lembrando que isso aqui é o plano vigente. Não é o PL. A Meta 2, de universalização do ensino, a Meta 5, de alfabetização, e a Meta 10, que é a questão da EJA, de Educação de Jovens e Adultos, e também no ensino superior: Meta 12, de taxa de matrícula na graduação; 13, de proporção de metas e doutores no corpo docente; e também a 14, que seria a questão da taxa de matrícula na pós-graduação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Percebe-se que, por exemplo, mesmo no ensino superior, que seria prioritariamente da União, os outros entes também têm... Estados, por exemplo, têm também essa questão do ensino superior, alguns estados têm, as próprias universidades, pensando até na questão da regulação do ensino.

Constatou-se também a questão de metas com finalidades semelhantes. Aqui também... Não é uma crítica às metas em si. Por exemplo, as Metas 17 e a 18... A Meta 17, como bem falou a Suzane, que até foi refletida nesse PL, que é a questão da valorização dos profissionais, a partir dessa visão de equiparação do rendimento médio com os profissionais de mesma escolaridade, e a Meta 18, a questão dos planos de carreira.

São metas extremamente fundamentais, essenciais, mas que, na análise, viu-se que, principalmente em nível de estratégia, havia muita sobreposição entre elas. Então, é um ponto de melhoria, pensando já nesse PL atual.

Metas com descrições subjetivas foi outro item também...

Aqui também um outro adendo, Senador – eu não vou poder entrar muito no detalhe, pelo tempo que a gente tem, mas o relatório está lá para quem quiser analisar, para ter uma análise mais aprofundada: quando a gente fala de "metas com descrições subjetivas", é mais a dificuldade de se conceituar. Então, por exemplo, a Meta 6 fala de educação em tempo integral, e a Meta 19 fala da gestão democrática da educação, mas esses conceitos são bastante abrangentes, principalmente a gestão democrática, por exemplo, e o Inep teve uma certa dificuldade para estabelecer indicadores a partir dos conceitos que não estavam bastante claros no início do plano, e, aí, ao longo do plano, isso foi discutido e foi melhorado, mas fica aí o alerta.

E as metas de difícil mensuração seriam essas 17 e 18. Novamente a 17, essa questão da equiparação do rendimento de profissionais da educação... Percebeu-se que o relatório é bastante interessante nesse sentido. Demonstra o indicador lá que a fórmula de cálculo é extremamente complexa.

E a outra, por exemplo, a Meta 19, da gestão democrática, cai muito nessa questão da dificuldade inicial conceitual, do conceito de gestão democrática, e isso influenciou no desenvolvimento dos indicadores, que, ao longo do tempo, tiveram que passar aí por reestruturação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à elaboração e ao monitoramento dos planos subnacionais, como bem disse o Vinícius, é muito importante. O plano nacional tem que servir de guia, mas os demais entes, os estados e os municípios, têm que criar um alinhamento com o plano nacional de acordo com a realidade local ou regional.

E aí se perceberam algumas fragilidades. Por exemplo, deficiências no apoio técnico prestado pelo MEC tanto na elaboração quanto no monitoramento desses planos. O MEC iniciou uma rede de apoio que teve um resultado positivo no início, mas, depois, ela foi sendo, de certa forma, deixada de lado. Mesmo no início, por exemplo, os entes tiveram dificuldades no diagnóstico educacional, o que foi uma das constatações desse trabalho, até com dados sobre isso. Foi uma análise usando até ferramentas de inteligência artificial para fazer uma varredura em todos os planos. E o que se percebeu foi que houve falhas nesse diagnóstico educacional. Além disso, houve também falhas no desenho e na realização de monitoramento e avaliação desses planos subnacionais e também falhas no gerenciamento e na alimentação dos sistemas do MEC que tratam desse assunto.

Aqui é só um gráfico – eu acho que também não vai ter tempo – que caracteriza muito bem a questão do "copia e cola" das metas do plano nacional nas metas dos planos estaduais e municipais. Em muitos deles, as metas eram praticamente idênticas ao plano nacional, sendo que o ideal seria que, a partir do PNE, do nacional, houvesse um diagnóstico preciso local para que as metas se refletissem conforme a sua realidade local.

Aqui estão as recomendações. Eu acho que eu tenho que passar um pouco mais rápido também, mas, em relação ao PL, esse acórdão, o Acórdão 969, traz uma série de recomendações para que o MEC considerasse aí para a finalização do PL. E aqui cabe um adendo também: como esse acórdão foi muito recente, não foi possível ainda uma análise do monitoramento dessas ações. Então, não há um processo formal do TCU que tenha avaliado se de fato isso foi refletido ou não no plano. Por exemplo, há recomendação ao MEC para que houvesse uma validação interna e externa desses macroproblemas. Os macroproblemas são aqueles que vão gerar tanto as metas como as estratégias. Então, que isso ficasse muito bem evidenciado para que o plano fosse bem fundamentado. Recomendam-se também: especificar a responsabilidade de cada ente no cumprimento de metas; detectar os problemas a serem enfrentados por cada meta, evitando-se metas com mesma finalidade, como na questão das Metas 17 e 18, como eu ressaltei anteriormente; definir metas que pautem pela objetividade quanto aos conceitos, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

indicadores que se pautem pela viabilidade de mensuração periódica – aqui cai naquela questão de metas intermediárias, não só metas finais – e também com indicadores construídos de forma simples e objetiva.

Em relação aos planos subnacionais, propuseram-se o estabelecimento de diretrizes mínimas para as competências das instâncias de monitoramento e avaliação e também, se possível, a padronização de conteúdo mínimo desses relatórios de monitoramento. Foi algo que foi detectado.

Aqui são outras recomendações mais gerais: que se retomasse essa rede de apoio aos municípios; elaboração de manuais para realização desse diagnóstico educacional; realização junto com o Inep de cursos para capacitar os gestores a extraírem informações; e também a consolidação em uma única plataforma em relação a essa questão de monitoramento dos planos subnacionais, além de uma série de aprimoramentos nessas plataformas.

Bem, já caminhando para o final, aqui são outras ações em cujos detalhes também não vou entrar. Além desse acompanhamento periódico, o TCU tem diversas auditorias que são bastante interessantes – até algumas foram mencionadas aqui, alguns temas –, mas eu não vou entrar em detalhe; depois fica aí para os senhores consultarem.

Aqui eu falaria um pouco sobre formulação de políticas públicas, mas também acho que não há tempo, mas é importante que os Srs. Parlamentares se atentem para essa questão de evidenciação, do uso de referenciais, principalmente nessa fase em que o plano se encontra, do diagnóstico de problemas, da formação da agenda, da análise de alternativas... Existem vários referenciais aqui, tanto do TCU, que tem um Referencial de Controle de Políticas Públicas, quanto do próprio Executivo, que tem o *Guia Prático de Análise ex-Ante*, que é bem interessante.

E aqui já é um fechamento sobre o PL. Como eu disse, não há um processo formal no TCU relativo a ele, provavelmente no ano que vem faremos um monitoramento desse Acórdão 969, mas aí trago uma nova informação de que há uma ideia de que, junto com os colegas da Atricon ali, o TCU faça parte de um GT – nem sei se o Vinícius também já está um pouco mais a par disso –, mas há uma ideia de que seja feito um grupo de trabalho especificamente para analisar o PL. Então, é uma boa notícia.

E aqui, só para finalizar, também alguns pontos de atenção em relação ao PL, que justamente seriam: essa questão da necessidade de metas, estratégias e indicadores bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

definidos – voltando aos dispositivos do acórdão –; a melhoria – assim, na medida do possível, trazendo alguns elementos para o próprio plano nacional – em relação à elaboração e monitoramento dos planos subnacionais; e alguns apontamentos de trabalhos específicos do TCU, que pode ser interessante para os Congressistas considerar.

Por fim também, quero trazer alguns pontos positivos. Aqui, novamente, não é uma leitura oficial do tribunal, mas, numa leitura rápida, você percebe alguns avanços. Então, por exemplo: essa questão da divisão por recortes populacionais, com um foco um pouco maior na equidade e na diminuição de desigualdade – isso é bem interessante, porque, de fato, os indicadores apontam que em alguns casos o corte por raça, por gênero, ou renda, localização, é interessante, realmente é necessário –; um foco maior também não só no acesso, mas na permanência e conclusão, em trabalhos no TCU, também nos tribunais de contas, enfim, de outros atores que mostram que a evasão é muito alta, tanto na rede de ensino médio, quanto na rede de EPT, da própria graduação e do ensino superior, em que existe esse foco; e um foco na educação digital, que vem como um tema diferente do plano vigente e que realmente é bastante importante, dada a realidade em que a gente se encontra no momento.

Bem, tentei ser bastante sucinto, perdoe-me por extrapolar um pouco o tempo, mas agradeço novamente, Sr. Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Nós é que agradecemos a você, Bruno Loureiro Mahé, como já havia dito, Coordenador de Ações de Controle da Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos do TCU (Tribunal de Contas da União).

Parabéns pela apresentação. Aliás, o material elaborado pelo TCU é sempre de muita qualidade – parabéns pelo trabalho – e está disponível para a sociedade. É enviado regularmente para a Comissão – no caso, para a Comissão de Educação e Cultura, de Direitos Humanos e de Esportes; são três Comissões diferentes.

Mas eu quero lembrar que o Senador Esperidião Amin sempre faz absoluta questão de dizer: "Olhe, como que nós vamos, periodicamente, regularmente, também avaliar, mensurar os resultados do plano", quer dizer, como é que vai acontecer isso. Como foi apontado numa das telas também – não é, Bruno? –, então, deve-se dar uma atenção especial para isso. Além do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Sistema Nacional de Educação, o que falta, assim – é aquilo que une todas as coisas, na minha opinião –, é o Sistema Nacional de Educação, que está previsto, só que para daqui a dois anos, não é? E tem que ter antes, para você saber se a questão orçamentária, por exemplo, está compatível, porque a responsabilidade é tripartite, pela educação, com cada um dentro da sua competência específica. Mas tem que pactuar, discutir, dialogar.

Parabéns, viu, Bruno! É um prazer escutar sempre o TCU.

Passo a palavra à Sra. Letícia Jacintho, Presidente da Associação De Olho no Material Escolar.

A SRA. LETÍCIA JACINTHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos! Eu gostaria de agradecer primeiro o Presidente da Comissão de Educação e Cultura, o Senador Flávio Arns, por esse convite, pela oportunidade de debater esse tema tão importante para a sociedade brasileira, e também de saudar o Senador Esperidião Amin pela sua presença e contribuição nesse caminho a ser trilhado pela educação. Agradeço também a cada participante aqui: à Sra. Suzane, à Sra. Vanessa, ao Sr. Vinícius e ao Sr. Bruno.

Eu vou projetar aqui uma pequena apresentação, para dar embasamento.

Primeiramente, eu sou Letícia Jacintho, Presidente da Associação De Olho no Material Escolar. Essa associação nasceu da sociedade civil com a preocupação de melhorar a qualidade do conteúdo didático ofertado nas escolas, a partir da utilização de dados e de informações fundamentados na ciência. De lá para cá, nós ampliamos bastante a nossa proporção na educação. Já estivemos em algumas audiências no Senado, em algumas audiências também na Câmara, trazendo essa importância de uma educação mais sólida, baseada nessas evidências.

Vou projetar aqui.

Está dando para ver?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Sim, perfeito.

A SRA. LETÍCIA JACINTHO (*Por videoconferência*.) – Ao avaliar esse Plano Nacional de Educação, entregue pelo Executivo, nós percebemos que temas importantes foram trazidos, mas timidamente descritos e que pouco vão colaborar com essa construção de futuro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Analisando aqui, como alguns colegas já trouxeram, o Plano Nacional anterior, nós cumprimos quatro metas parcialmente. Para que a gente não repita esse erro, nós precisamos de metas claras e de um compromisso maior com as evidências científicas. Então, há uma necessidade de gestão eficiente com metas mais claras, mais governança, transparência, acompanhamento e monitoramento – os próprios membros do Tribunal de Contas trouxeram isto, que existe essa capitalidade, existe essa necessidade; então, estamos em linha com essa abordagem –; responsabilização dos gestores públicos e privados e a eficiência dos gastos em educação. Sem isso, a gente possivelmente não sairá do atual patamar.

Nós repetimos isso muito aqui, na De Olho no Material Escolar, porque a gente tem que ter como objetivo mestre, na construção desse plano, a qualidade ligada à aprendizagem, ou seja, a qualidade é um conjunto da oferta educacional que garante que o estudante aprenda satisfatoriamente os conhecimentos agregados correspondentes a cada etapa da sua trajetória educacional. Então, o aluno aprendeu, nós estamos no caminho certo; o aluno não aprendeu, como a gente tem visto constantemente nos exames, tanto nas avaliações internacionais como também nas brasileiras, de nada adiantou todo o arcabouço dentro da educação. É a qualidade ligada à aprendizagem. Hoje em dia, os alunos saem dessa trajetória educacional sem saber ler um texto simples, com pouca capacidade oral, verbal e um baixo raciocínio analítico.

Dito isso, eu vou dar início aqui à apresentação.

Nós trouxemos alguns pontos principais aqui.

Injustificadamente, o plano nacional apresentado traz a conclusão da alfabetização para o primeiro ano. Então, é um dos temas que a gente gostaria de abordar com maior profundidade.

A gente tem metas que focam mais em processos do que em resultados. Mais uma vez, qual é o resultado? É a qualidade de aprendizagem em educação.

Falta mecanismo de responsabilização. Então, nós temos aqui, também foi apontado isso, o que cabe ao município, o que cabe ao estado, o que cabe ao Governo Federal. Então, é a gente ter essa responsabilização de gestores para que a gente não caia novamente, puramente, numa carta de intenções.

Foco na expansão do financiamento sem a sinalização de como racionalizar o gasto. Então, as metas que abordam o financiamento da educação não consideram essa racionalidade do gasto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

público, mas apenas a sua expansão. Também foi trazido aqui pelo próprio TCU, e a gente precisa estar acompanhando isso.

E o retrocesso quanto às avaliações internacionais.

Vamos aqui para o próximo.

Dentro da alfabetização, a gente sabe que, de acordo, por exemplo, com a curva de Heckman, para cada real gasto, o retorno social sobre o investimento é maior quanto menor a idade do público-alvo. Então, o investimento é muito melhor ser feito no início do que no final da vida escolar das crianças. Quanto mais cedo... Existem vários estudos que mostram que quanto mais cedo trazemos em alfabetização o raciocínio matemático para as crianças, a sensibilidade da criança nessa idade tem diferentes fatores cognitivos, como linguagem, números e controle emocional. Então, a gente precisa aproveitar essa janela de oportunidade para o desenvolvimento da criança.

E também trouxemos aqui que a fluência da leitura é muito importante, mas a gente deve assegurar a introdução de uma nova avaliação para a alfabetização, medindo essa fluência de leitura dos alunos, que é um poderoso indicador da aprendizagem nessa fase.

Em relação aos materiais didáticos, é daqui que nasceu a De Olho no Material Escolar. Na hora em que nós analisamos a educação em geral, temos vários pontos que estão sendo trazidos nesse Plano Nacional de Educação. O material didático não foi colocado, mas nós iniciamos a associação por perceber que os dados científicos, técnicos, não eram trazidos no material didático. Hoje em dia, os materiais comprados pelo próprio PNLD e também várias escolas privadas trazem o que o professor tem que fazer nos primeiros cinco minutos, dez minutos, as questões prontas e as provas também. E isso não é uma análise somente da De Olho. A gente trouxe a FIA (Fundação Instituto de Administração) para analisar o material didático brasileiro referente a um setor somente – no caso, era o agronegócio, mas isso dá para ser ampliado para várias áreas –, e eles trouxeram que somente 3,7% têm fontes científicas. Então, isso deveria ser trazido no plano com bastante preocupação, porque ele é a principal ferramenta na mão dos professores.

Transparência e responsabilização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou falar bastante aqui sobre governança, mas conceitos e metas claras e objetivos são muito importantes para que a gente possa cobrar esse compromisso dos gestores, para que se esforcem pelo alcance desses resultados. Então, na hora em que a gente traz governança e gestão necessária, é necessário medir, avaliar, responsabilizar e também premiar as boas ações e os resultados positivos em relação à aprendizagem.

Nessa parte do magistério, nós temos um cuidado muito grande aqui para com o professor. Dentro dos nossos programas, a gente já fez inúmeras visitas, aulas e cursos também de capacitação em diversas áreas da economia com esses professores. A gente precisa de ter um olhar humanizado e trazer um olhar atencioso, cuidado com os ingressantes na carreira docente, mas também com os que já integram a carreira do magistério.

Então, nós trouxemos aqui alguns pontos que a gente acha importantes na dimensão do apoio a esse ingressante, estudante de licenciatura, aspirante a professor. Ele tem que ter condições de estudar com bolsa e fazer estágio focado em práticas pedagógicas. O que a gente vê hoje em dia são inúmeros cursos, muitas vezes somente *online*, sem horas de prática, sem estágios, porque aquele aluno aspirante a professor tem que trabalhar durante o dia todo para estudar, muitas vezes, à noite, e de repente ele é colocado em sala de aula com muitos alunos de diferentes famílias – isso precisa ser mudado de alguma maneira. Então, um apoio para que esse professor, futuro professor consiga se formar de forma a garantir o sucesso da educação.

A certificação também. Na parte de formação, garantir a qualidade no curso de formação. Foi trazido muito bem pela Sra. Suzane a qualificação da carreira, a formação continuada, mas que a gente tenha certificação dos egressos para o Enade reformulado – essa é uma das propostas – e com foco também nas práticas didáticas, para não ficarmos somente com a teoria. O mais difícil para o professor é lidar com o dia a dia do aluno.

E, na dimensão de incentivos e valorização, criar bônus para os professores que realmente tenham bons resultados no desempenho dos seus estudantes. Então, mais uma vez, se o aluno aprendeu, a qualidade educacional foi atingida; se não aprendeu, a gente tem um problema que pode perdurar.

Em relação à parte dos exames internacionais, nós vivemos em um mundo globalizado, nós temos que continuar aplicando esses exames internacionais – Pirls, Pisa, Timss – para medir os resultados brasileiros frente ao mundo. Deixar de aplicá-los aqui nos afastaria cada vez mais do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

padrão educacional dos países desenvolvidos. Então, no PNE passado tinha sido mencionado um dos exames, e ele foi extinto agora. Inclusive foi bastante debatido que nós não deveríamos mais fazer os exames porque a gente não estava conseguindo boas notas. Deveria ser o contrário; a gente tem que conseguir atingir e continuar medindo e comparando também a nossa educação, mesmo sabendo da nossa heterogeneidade, mas visando sempre o melhor para os alunos.

Relações entre demanda por forças de trabalho, formação de profissionais e sustentabilidade econômica. Aqui eu queria destacar um ponto: o Brasil se encontra num momento muito decisivo, em que a população economicamente ativa ainda continua crescendo, mesmo que em ritmo mais lento. Em dez anos, que é o tempo do nosso Plano Nacional de Educação, esse bônus demográfico estará encerrado. Então, em vinte anos, a população idosa será superior à ativa.

Caso a gente queira que o nosso país tenha um crescimento econômico sustentável, a gente deve garantir o aumento da produtividade da nossa força de trabalho agora. Isso só é possível com investimento realmente em educação. Então, tudo o que for feito em políticas educacionais nesses próximos dez anos determinará a nossa sustentabilidade econômica em um cenário em que a produtividade desses trabalhadores não se altere a um risco de a conta não fechar e o sistema econômico tender a entrar em um colapso.

A prioridade agora deve estar voltada para a oferta de educação de qualidade, principalmente na educação básica, porque é onde as crianças e os jovens serão impactados pelo próximo PNE e formarão a força de trabalho das décadas seguintes. Então, é importante uma relação na abertura de novos cursos superiores com a demanda do mercado e a interação dos setores produtivos também com a educação. Temos vários pontos aí, principalmente para aproveitar esse bônus demográfico que ainda está crescendo mesmo que mais lentamente.

A violência. Esse ponto também não foi mencionado no PNE, mas, após ter acesso aos resultados dos questionários que foram feitos para os diretores de escola no Saeb 2019, foi reportado: 38% dos diretores dessas escolas falaram que os alunos frequentaram a escola sob efeito de drogas ilícitas; 41% reportaram que alunos que frequentaram a escola estavam sob efeito de bebida alcoólica; 11% reportaram que profissionais da escola foram vítimas de atentado à vida; e 38% reportaram que profissionais da escola foram ameaçados por alunos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Como os professores, os diretores e os alunos conseguirão atingir a sua maior capacidade com essa violência nas escolas? Então, nós devemos ter um olhar, juntamente com estados, com municípios e com o Governo Federal, para esse combate e a violência tender a zero. Tem que ser um lugar pacífico, um lugar de encantamento, um lugar que traga propósito, que traga futuro, que brilhe o olho de cada aluno, de cada professor e de cada diretor para que consigam também exercer o seu papel com a mínima dignidade.

Mais um ponto que já foi trazido aqui é o acesso da sociedade aos microdados do (*Falha no áudio.*)... O PNE deveria prever essas regras para aumentar a acessibilidade a esses dados a fim de disponibilizar essas análises independentes engajando todos os Poderes à sociedade civil nessa melhoria educacional. A ideia é trazer luz para esses municípios, para que a gente possa ter grandes *benchmarkings* no Brasil que possam ser copiados, que possam ser disseminados e que a gente consiga, mas sem olhar, sem uma análise... Não há governança sem medidas, não há governança sem a gente trazer esses dados para fora. Claro, protegendo, sim, o anonimato dos alunos, mas a gente tem que desenvolver maneiras e colocar isso no Plano Nacional de Educação para que a gente tenha maior transparência.

Também encaminhando aqui para o final, utilização racional de recursos públicos, nós trouxemos que a obrigação de vincular parcela do PIB ao gasto em educação não autoriza a possibilidade de um gasto irracional, mas a gente precisa.

Mesmo considerando essa obrigação, a gente tem que fazer de forma adequada. Então, é urgente a proposição de uma abordagem racional, que defina esse ciclo de monitoramento. Sem monitorar, sem avaliar, nós não vamos saber se o gasto que foi para aquele local foi adequado e quais são os resultados que vão justificar aumento de gasto e também a sua medida.

Essa parte dos gastos tem sido pedida no plano, para que se aumente para 10% do PIB, e a associação não traz aqui um problema no aumento em relação à porcentagem do PIB, mas sim no gasto racional de recursos, na responsabilidade.

E, mais uma vez aqui, trazendo para finalizar, a governança educacional eficaz. Então, mais uma vez – que eu já falei –, a gente precisa medir, monitorar, premiar e responsabilizar os entes que fazem parte dessa educação, sempre ligado à aprendizagem e ao valor... (*Falha no áudio.*)

Então, a educação, hoje em dia, caminha numa plataforma sem grande eficiência. Para a gente educar, a gente deve garantir que o jovem possa prosperar pelo seu próprio trabalho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A gente sabe que a educação é a única alavanca social legítima que liberta, que civiliza e que ajuda o país a se desenvolver, e a De Olho no Material Escolar, desde quando a gente teve acesso ao documento da Conae, no ano passado, vem trabalhando de forma muito eficiente com Parlamentares, com a sociedade civil, com professores, com as grandes editoras do país, desenhando essas metas, agora desenhando essas emendas, de cada ponto ali analisado.

Gostaríamos muito de colaborar com o Senado, para avançar essas metas e objetivos.

Então, muito obrigada, Senador. É um grande prazer estar aqui com os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Letícia Jacintho.

Estava comentando, até em voz alta, que a Suzane teve que se retirar e pediu desculpas, mas quero parabenizá-la pela apresentação, Letícia – muito didática também –, e quero só reforçar com você aquilo que eu até comentei com o Vinícius sobre os microdados, que até aprovamos o projeto de lei, que teve a relatoria do Senador Esperidião Amin, com essa preocupação de utilização dos microdados, claro, tomando o seu devido cuidado com dados pessoais que não possam ser divulgados – a Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais participou do debate também... Então, tomando todos esses cuidados, mas colocando os dados à disposição.

E sabe, Letícia, que foi aprovado também não só na Comissão, depois de algumas audiências públicas, mas no Senado e remetido o PL para a Câmara dos Deputados sobre segurança nas escolas, segurança escolar, plano que trata, obviamente, do *bullying* também, mas é um conjunto intersetorial, também envolvendo a comunidade escolar, a direção, mas não conseguimos fazer com que progredisse na Câmara dos Deputados. Eu apreciaria receber uma análise sua do projeto de lei que foi aprovado também no Senado Federal. Está bem?

Obrigado, viu?

Muito bom.

Daqui a pouco, eu passo novamente a palavra a você.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, agora, a Sra. Vanessa Goulart, que é Promotora do Ministério Público de Goiás e representante da Comissão Permanente de Educação do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (Copeduc).

Com a palavra, Dra. Vanessa.

A SRA. VANESSA GOULART (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, bom dia a todas e todos.

Cumprimento de forma especial o senhor, Exmo. Senador Flávio Arns, que muito bem está à frente da condução dos trabalhos dessa Comissão de Educação do Senado.

Agradeço o convite e a oportunidade de estar aqui, participando desta audiência para tratar deste tema tão importante que é o novo PNE 2024-2034.

Eu sou Vanessa Goulart Barbosa, sou Promotora de Justiça e estou na coordenação da área de educação do Ministério Público do Estado de Goiás, mas estou aqui hoje representando, na verdade, a Copeduc (Comissão Permanente de Educação do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos da União e dos Estados), que, atualmente, é coordenado pela Dra. Beatriz Leite, do Ministério Público do Paraná.

É uma alegria para o Ministério Público estar aqui hoje com os senhores e as senhoras, dividindo esta mesa com o TCU (Atricon), que também são órgãos de controle, e outras associações que atuam na defesa da educação.

De acordo com a nossa Constituição Federal, cabe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, dentre eles a educação.

Então, o Ministério Público também tem grande capilaridade, assim como os Tribunais de Contas, como foi falado hoje pelo Vinicius, da Atricon. Temos capilaridade em todos os municípios. De norte a sul, há um promotor ou uma promotora de Justiça que atua na defesa da educação. Estamos ali nos municípios, grandes ou pequenos, ao lado dos gestores, enfrentando diariamente as dificuldades de cumprimento das metas do atual Plano Nacional de Educação.

Para nós, é uma alegria e uma satisfação muito grande poder participar deste momento, porque acreditamos que é importante que nós possamos ser ouvidos na formulação de políticas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

públicas, porque, geralmente, os problemas das políticas públicas batem primeiro às portas da promotoria de Justiça.

A Comissão Permanente de Educação do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (Copeduc), que é o órgão que eu estou representando aqui hoje, congrega os promotores e promotoras do Brasil na área da educação que são indicados pelos seus procuradores-gerais. Nós nos reunimos periodicamente para produzir, para entender, para auxiliar, para unificar atuações de norte a sul do país, orientando o Ministério Público brasileiro nessa área da educação.

Em nossas reuniões, nós muitas vezes tratamos sobre o atual Plano Nacional, que nos preocupou bastante por causa desse flagrante descumprimento das metas pelos entes federais e também pela falta de mecanismos de responsabilização por esse descumprimento.

Nós nos reunimos também para tratar do novo plano e discutimos algumas questões que nos preocupam, como o risco de retrocesso, o risco de se repetirem os mesmos erros do plano de 2014. Sabemos que houve uma ineficiência normativa desse plano vigente, que está em franco descumprimento, e nós não podemos cometer as mesmas falhas neste novo plano.

Então, nós da Copeduc nos reunimos, discutimos a questão e aprovamos o Enunciado nº 2, de 2023, que traz alguns pontos que nos preocupam e que eu vou abordar agora. São seis pontos.

O primeiro ponto é a proibição do retrocesso. Nós acreditamos que o novo Plano Nacional deve primeiro demonstrar uma preocupação com essa proibição do retrocesso. Não é porque nós não conseguimos cumprir as metas do plano que, por si só, vamos reduzir ou minimizar essas metas, como estamos ouvindo falar por aí. Muito pelo contrário, a ideia é manter a vontade constitucional do art. 214 da Constituição e a vontade do povo brasileiro às metas. Mas precisamos realmente analisar as causas pelas quais nós não conseguimos cumprir esse plano e corrigir essas falhas.

O MEC, o Inep, o TCU, como foi apresentado hoje, e outros institutos fizeram a análise sobre essas falhas e possíveis causas do descumprimento dessas metas. E foram apontadas, por exemplo, a falta do Sistema Nacional de Educação, que já foi muito falado não só na data de hoje, mas também nas audiências públicas anteriores desse ciclo, e a falta de uma definição clara dessa responsabilidade entre os entes federados, a falta de uma articulação nacional da União para concatenar melhor a ação de todos os outros entes, os estados e os municípios. Teve também a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

questão da pandemia, que trouxe graves consequências à educação, com as quais estamos lidando até hoje.

E também o que a gente vê muito lá nos municípios, nos municípios ao lado daqueles gestores, a falta de entendimento de que essas metas são obrigatórias e, assim, a falta de um entendimento de que a educação é prioridade, porque, embora isso esteja previsto nas leis, na prática isso ainda não se concretizou. E também a falta de responsabilização pelo descumprimento, entre outras causas.

O art. 214 da Constituição, com a redação dada pela Emenda Constitucional 59, de 2009, dispõe que a lei estabelecerá o Plano Nacional de Educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o Sistema Nacional de Educação, em regime de colaboração, definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias para assegurar a manutenção e o desenvolvimento do ensino, e traz também os prazos para o seu cumprimento.

Então, na estrutura de proteção, de promoção do direito constitucional à educação no Brasil, o Plano Nacional de Educação exerce um papel incontornável, tanto na articulação federativa como no estabelecimento de obrigações de cumprimento aos poderes públicos. Existe uma centralidade constitucional do plano no regime do direito à educação, e isso não admite o retrocesso. Então, na tentativa de reduzir o plano para um plano exequível, não se pode admitir o retrocesso, e esse é o primeiro ponto que nós gostaríamos de trazer aqui neste momento.

O segundo ponto diz respeito ao financiamento, que nós entendemos que deve ser adequado e suficiente. Como já foi falado aqui pelos antecessores, a questão orçamentária é muito importante. A quantidade de recursos destinados à educação precisa refletir a prioridade absoluta prevista na Constituição Federal em relação às crianças e adolescentes, o que muitas vezes não sai do papel. Então, é preciso haver um orçamento suficiente para que essas metas, que foram democraticamente escolhidas pelos brasileiros e pelas brasileiras, sejam efetivamente concretizadas. Não tem como traçar metas sem os recursos necessários ao seu cumprimento. E nesse ponto, concatenando com o ponto anterior, não podemos admitir, então, a previsão de menos de 10% do PIB para o financiamento da educação, como já estava previsto no Plano de 2014, e também a utilização racional desses recursos públicos, como foi mencionado agora pela Letícia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O terceiro ponto que nós reputamos importante é a questão da responsabilização dos entes federados pelo descumprimento das metas. É impossível, dentro do nosso sistema jurídico hoje, uma norma ser eficiente na prática, sem que ela traga previsões de responsabilização e fiscalização.

Então, é preciso haver uma regra clara, expressa no texto, na redação do novo plano, nesse sentido. Nós sabemos que a interpretação correta, de acordo com o art. 208, §2º, da Constituição, é que as normas do Plano Nacional de Educação são obrigatórias, sendo expressa ou não a sua obrigatoriedade, porque lá nesse artigo já fala que cabe a responsabilização pela falta ou oferta irregular da educação aos entes; mas, para que fique claro isso para a população, para os gestores e para os órgãos de controle, essa obrigatoriedade normativa dessas metas deve estar escrita de forma clara dentro do texto do novo plano.

Um quarto ponto que nós também reputamos importante e estamos trazendo aqui, que já foi falado também pelo Bruno, do TCU, é a questão de ter metas intermediárias.

É preciso instituir mecanismos de análise periódica dos percentuais de cumprimento das metas em ciclos menores de tempo, e não somente em dez anos, porque nós precisamos trabalhar com essas metas intermediárias para que os órgãos de controle consigam fiscalizar aquele processo de uma forma estruturante, e não apenas ao final de dez anos fiscalizar se cumpriu ou não, porque muitas vezes o promotor ou a promotora de justiça, quando chega cobrando o gestor municipal, estadual, diz: "Não venha me cobrar, eu tenho prazo, o meu prazo é até 2024". Só que chegou 2024 e ele não cumpriu.

Então, é evidente que é necessário, para que se consiga uma meta ao final desses dez anos, que tenhamos também metas intermediárias, com prazos intermediários, para que a gente possa, com efetividade, acompanhar o cumprimento parcial dessas metas, ao longo do tempo, e não somente ao final de dez anos. E esses prazos intermediários devem estar expressos no Plano Nacional de Educação e formalizados no texto da lei.

O quinto ponto também que nós trazemos aqui, que também já foi muito pontuado aqui pelos outros expositores, é o dever de informação e publicidade sobre o cumprimento das metas.

Foi abordado aqui, pelo representante da Atricon e também pela Letícia, a importância de acesso aos microdados do Censo Escolar, como até o Senador Flávio informou que já existe um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

projeto de lei sobre isso. É preciso haver dados disponíveis suficientes, para que se faça uma avaliação da evolução progressiva dessas metas, diferida ao longo do tempo.

Então, muitas vezes, nós, promotores e promotoras de Justiça, quando buscávamos essas informações do cumprimento das metas junto aos gestores municipais ou aos conselhos, às comissões, poucos municípios instituíram as comissões de monitoramento dos planos municipais de educação. Nós tivemos muita dificuldade de acesso às informações sobre o cumprimento ou não das metas; e isso dificulta demais a atuação dos órgãos de controle.

Então, normas de publicidade, de informação efetiva, voltadas não só aos órgãos de controle, mas à própria população interessada, são um instrumento essencial para as metas estruturantes de que nós precisamos.

Então, o novo plano precisa prever esse dever de publicidade e transparência de dados sobre o cumprimento das metas de uma forma individualizada, para facilitar o acompanhamento e o monitoramento.

E, por fim, o sexto ponto que nós trazemos, que também já foi tratado, é o Sistema Nacional de Educação.

O PNE de 2014 tinha um artigo prevendo que até 2016 nós teríamos um Sistema Nacional de Educação. No entanto, esse sistema não foi implementado, o que também impactou o descumprimento dessas metas pelos entes federados, porque eles não conseguiram se organizar, se ordenar, colaborar entre si de maneira eficiente.

Então, não há como fazer, pelo tamanho do Brasil, algo detalhado com as metas e seus dados, um sistema que seja possível para os municípios e para o estado, sem essa articulação da União. Então, às vezes a gente vê um município, um estado bastante isolado. Cada um se isola no seu sistema de ensino e tem uma dificuldade grande de cumprir essas metas isoladamente e sem uma definição clara da competência, de até onde vai a competência de cada um dos órgãos, dos entes que compõem a nossa Federação. Isso sem contar a disparidade de realidades que existem de Norte a Sul num país com dimensões continentais.

Então, os entes federados só vão conseguir transpor essas dificuldades com uma articulação eficiente da União, com um sistema de colaboração bastante definido pelo Sistema Nacional de Educação. Nós acreditamos que isso também precisa ser corrigido com o novo Plano Nacional de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Educação. Sabemos que há um projeto de lei em trâmite aí no Congresso sobre o Sistema Nacional de Educação e acreditamos que esse sistema deva ser implementado ou junto com o novo plano ou até mesmo antes do novo plano.

Então, em resumo, nós acreditamos que é preciso aprender com o que deixou de ser feito e fazermos agora da forma correta. E é com essa certeza de poder contribuir que o Ministério Público, aqui presente, representado pela Copeduc, se coloca à disposição do Senado e da população brasileira para que juntos possamos pensar um novo plano que seja factível, que atenda aos anseios da sociedade quanto à educação, tenha mecanismos de responsabilização pelo descumprimento das metas e, principalmente, não traga retrocessos.

Então, Senador, eu lhe devolvo a palavra e agradeço imensamente a oportunidade e a atenção.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos a você, Dra. Vanessa Goulart, que é Promotora do Ministério Público de Goiás e representante da Comissão Permanente de Educação do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais.

Também quero parabenizá-la pela clareza. Os seis pontos são muito importantes – o financiamento, não haver retrocesso, responsabilização – no texto do PNE, porque há um projeto em tramitação sobre a Lei de Responsabilidade Educacional – não só a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas a educacional –, em que os Prefeitos e Governadores têm que prestar contas anualmente do acompanhamento das metas municipais, do plano municipal e do plano estadual.

Só que em tudo isso falta o que foi colocado, a necessidade de um sistema, porque o Prefeito nunca vai conseguir dizer, "olha, com o meu orçamento é possível comprar um ônibus, adquirir um ônibus. Tem algum apoio do estado, do Governo Federal, isso está pactuado, está articulado?". Enquanto não houver isso, sempre haverá uma falta dessa sincronia, convergência, e o sistema já está previsto desde a Constituição Federal de 1988, na LDB, no plano nacional anterior, numa série de documentos. E publicidade, eu acho que sem dúvida.

Parabéns, muito bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar novamente a palavra aos expositores e expositoras para as considerações finais, eu só leio algumas perguntas e depois alguns comentários que vieram das pessoas que estão acompanhando esta audiência pública. Perguntas, em primeiro lugar.

Natália, do Paraná: "Quando a educação será em regime integral? Português, finanças e literatura nacional precisam ter um turno especial [...]".

James, do Ceará: "Como o PNE pretende garantir educação inclusiva para alunos com deficiência, transtornos de desenvolvimento e altas habilidades?".

Até eu peço para Camila que possa também colocar no *chat* as perguntas, se já não tiver sido feito isso, para os expositores e expositoras.

Josianne, de São Paulo: "[...] [Por que retiraram] objetivos relacionados à cidadania e à ética no PNE? Por que a cidadania está apenas relacionada ao digital?".

Fernando, da Bahia: "A maioria das escolas no Brasil não tem bibliotecas e não conta com bibliotecários. Como o PNE pretende cumprir essa meta?".

Matheus, do Rio Grande do Sul: "Quais os planos para aproximar o método de aula do ensino médio à metodologia do Enem, libertando [assim] os alunos de fazerem cursinho?".

Comentários.

Do Aurélio, do Ceará: "É preciso inserir no PNE que profissionais da educação exercem uma atividade típica de Estado e tenham estabilidade independente de governo".

Gabriela, de Goiás: "Melhores salários e apoio à saúde mental são urgentes para uma profissão que adoece facilmente. Professores merecem suporte real". Acho que foi bem abordada também a parte saúde mental, sempre é importante também.

Celso, de São Paulo: "Cada instituição de ensino deve ter autonomia para decidir sobre o uso de celulares ou outros equipamentos em suas dependências". É um debate que está acontecendo. Eu quero, inclusive, lembrar a todos que nos acompanham que amanhã à tarde teremos uma audiência pública sobre o uso de celulares e equipamentos de maneira geral. Vamos fazer este debate para chegarmos a uma conclusão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Passo, então, em primeiro lugar, por não mais do que cinco minutos, para as considerações finais, para Vinicius Schafaschek de Moraes, que é servidor do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e representante da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil.

Já agradeço também a cada um, cada uma de vocês pela presença, pela participação, pelo empenho, pela clareza nas exposições.

Com a palavra, Vinícius.

O SR. VINICIUS SCHAFASCHEK DE MORAES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, mais uma vez, Senador Flávio. É uma grande satisfação participar deste momento tão oportuno, e que assim possa ser nos próximos diálogos relacionados ao novo Plano Nacional de Educação. Afinal de contas, se não é a principal política pública, é uma das principais políticas públicas, olhando para o desenvolvimento do nosso país, da nossa nação. Então, certamente, é um momento muito importante que nós estamos vivenciando.

Realmente quero parabenizar o Senado Federal por essa coordenação nesse conjunto de diálogos dentro da Comissão de Educação e Cultura, antecipando até mesmo o processo do envio ao Senado Federal – não apenas aguardando, mas já antecipando esse movimento. É muito importante ampliar essa discussão para, além disso, torná-la cada vez mais democrática.

Pois bem. Aproveito para mencionar e ratificar o ponto que eu gostaria de deixar como mensagem principal, olhando na vertente dos tribunais de contas, enquanto representante dessa instituição.

É fundamental a participação e o envolvimento dos órgãos de controle nesse processo, principalmente de monitoramento das metas e objetivos do novo Plano Nacional de Educação, uma vez que, tal como os colegas mencionaram anteriormente, metas intermediárias, regionalizadas, muito bem construídas facilitarão a vida do gestor municipal. Afinal de contas, estamos falando de um plano que atravessará algumas gestões, então ter os órgãos de controle dentro dessa governança facilitará muito o processo de atingimento das metas em âmbito subnacional.

Então, deixo esta como a principal mensagem como representante da Atricon, agradecendo mais uma vez a oportunidade. Certamente poderemos contribuir em outros momentos... (*Falha no áudio.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado a todos e a todas. Tenham um ótimo dia.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos novamente, Vinicius Schafaschek de Moraes, muito didático. Quero parabenizá-lo pela fala sempre, porque é muito importante, é necessária. Assim, todas as pessoas que acompanham pelo Brasil certamente entendem a importância do que você coloca.

Com a palavra o Sr. Bruno Loureiro Mahé, Coordenador de Ações de Controle da Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos do Tribunal de Contas da União (AudEducação).

O SR. BRUNO LOUREIRO MAHÉ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Eu gostaria só de reforçar alguns pontos, voltando um pouco àquilo que a gente falou – não só eu, mas os outros convidados ressaltaram pontos bastante importantes. Essa questão em que agora nós estamos, o Congresso Nacional, a sociedade brasileira, neste momento histórico, de poder rever uma política de extrema importância para a sociedade, que é o Plano Nacional de Educação... essa fase de formulação de política pública é muito importante, porque a gente pode se debruçar e aprimorar essa política. Então, é se debruçar. Acho que é um momento de olhar bastante para esses problemas, se eles foram evidenciados – conforme até a Letícia ressaltou, a importância de evidências científicas disso.

A gente vai avaliar agora – os Srs. Deputados e Senadores vão avaliar – a questão, se esses problemas que constam na agenda pública de fato correspondem àqueles problemas que são reconhecidos pela sociedade como prioritários para o atendimento – então, esse é um momento bastante importante – e a escolha de alternativas para solucionar esses problemas. Quando a gente vai para as metas estratégicas, é justamente isto: ver e avaliar, na medida do possível, o custo-benefício da implementação dessas escolhas. Então, isso é bastante importante.

Outro tema que eu achei bem interessante e é pertinente reforçar é a questão de que deveria ter um foco maior, nesse próximo plano, na qualidade da educação, como bem levantado até pela Letícia principalmente. A gente passou, como eu falei, que o foco inicial do plano vigente atual foi muito o acesso e agora a gente passa também pela necessidade de permanência e conclusão, mas a qualidade é extremamente importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto é relativo ao Sistema Nacional de Educação, e eu faço coro com os demais colegas de que é algo realmente preocupante; e a ausência da regulamentação do sistema é algo que está também no nosso radar. O TCU tem uma lista de alto risco, e um desses itens é justamente essa ausência de regulamentação do sistema nacional. Pretendemos continuar com o foco nessa questão e também na questão dos microdados. No TCU, junto até com os demais tribunais de contas, a gente também está tentando achar uma solução que melhor se adeque, porque realmente é muito importante que se tenham os dados.

Bom, o último ponto antes de fechar é a questão de reforçar que o TCU tem diversas auditorias que podem trazer muito subsídio para o Congresso. Então, tem uma auditoria na gestão de creches, por exemplo, que está terminando agora, que é bastante interessante; tem a questão de auditoria na fase de alfabetização da primeira etapa de ensino fundamental, uma auditoria bem interessante, que acho que teve até a participação do Vinicius, que contribuiu também durante os trabalhos. O que teve muito foco aqui na discussão foi a questão dos profissionais da educação. Houve uma auditoria recente do tribunal que abordou esse tema. Então, realmente o tribunal pode ajudar muito no sentido de fornecer várias informações.

Por fim, eu gostaria de parabenizar os demais convidados, com palestras bastante interessantes e muitas informações a que, inclusive para a gente do TCU, é interessante ter acesso; agradecer novamente ao Senador Flávio Arns e aos demais integrantes da Comissão de Educação e Cultura do Senado; e dizer que o TCU continua disponível para participar e contribuir nesse processo de construção do novo PNE.

Obrigado a todos e todas.

Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Bruno Loureiro Mahé, também pela participação. Parabéns pelo trabalho do TCU de acompanhamento e avaliação. É muito interessante o que você propõe especificamente em algumas áreas. Isso contribuiria muito para um diagnóstico bom, porque foi apontada a falta de diagnóstico, para que se possa ter um encaminhamento adequado. Parabéns!

Com a palavra, a Sra. Letícia Jacintho, Presidente da Associação De Olho no Material Escolar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LETÍCIA JACINTHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu queria agradecer aqui, primeiramente, ao Senador. Foi uma grande honra participar desta audiência e mais importante ainda foi saber que as análises dos outros participantes aqui tão bem trazidas estão no caminho de governança e gestão desse plano.

O trabalho do TCU é importantíssimo para que isso aconteça não só pela capilaridade, mas pela competência profissional de trazer essa governança e a utilização correta dos recursos públicos.

E, muito neste plano também, se faz um último ponto aqui e se fala em equidade, mas é importante a gente definir isso, que é o conjunto de características da oferta educacional que garante que todos os estudantes tenham acesso à qualidade educacional.

Já destaquei algumas vezes que metas e objetivos têm que ser claros, com prestação de contas, transparência dos dados para análise. Fiquei muito feliz, porque a gente tem acompanhado essa parte dos microdados do Inep, as discussões que tiveram no Senado, também as audiências das quais o pessoal do Inep participou, e todos esses pontos devem ser analisados com o objetivo que foque na qualidade ligada à aprendizagem.

É bom destacar também que algumas ferramentas do plano cabem aos estados, outras aos municípios, outras aos estados, outras ao Governo Federal. Nós temos que saber dividir, temos uma grande oportunidade agora, com novos Prefeitos entrando nas suas prefeituras, de trabalhar o município, de ajudá-lo na parte de alfabetização, na parte que cabe a cada município lá.

Então, que a sociedade civil fique atenta e que a gente possa trazer esse apoio, como conhecedores da educação, a cada município deste país, porque a gente consegue transformar boa parte por lá.

Eu acho que os pontos que foram trazidos trazem uma base sólida para a educação para os próximos anos. Tivemos inúmeras perguntas que eu anotei – algumas abordamos, outras não –, mas o que a gente entende é que o plano traz os principais norteadores para a construção de um plano mais sólido, com raízes fortes, para o futuro do país.

Dentro dessas metas claras, existem vários desdobramentos ou ferramentas que ajudam nesse caminhar da educação, mas primeiro essas metas têm que ser claras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao SNE, também que foi trazido, está em tramitação na Câmara para ser votado, já foi aprovado pelo Senado, e nós temos que ficar atentos aqui aos poderes que foram colocados ali para entidades que não foram eleitas, para que não possam suprimir a autonomia dos estados e municípios. Eu acho que é o único ponto que a gente traria em relação a isso; e deve haver harmonia entre o Plano Nacional de Educação e o SNE, para que as metas sejam alcançadas.

Obrigada pela oportunidade e parabéns a todos os participantes aqui por suas colocações.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos de novo a você, Letícia Jacintho.

Já solicitamos que fossem remitidos a você os projetos de lei, tanto da segurança escolar como também o dos microdados – aquilo que foi aprovado no Senado –, e apreciaríamos, como eu disse antes, receber a sua contribuição, porque é um debate permanente também. Eu sempre digo isso para as pessoas.

A gente discute um assunto e continua discutindo, porque tem que ir sendo aprimorado, os tempos vão mudando, o contexto histórico, os avanços, os recursos, mas é um Plano Nacional de Educação, um sistema nacional, responsabilidade educacional, segurança escolar, educação integral, em tempo integral; todo esse debate tem que acontecer o tempo todo.

Passo em seguida a palavra, com prazer, à Sra. Vanessa Goulart, que é Promotora do Ministério Público de Goiás e representante da Comissão Permanente de Educação de Educação do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (Copeduc).

Com a palavra, Dra. Vanessa.

A SRA. VANESSA GOULART (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador.

Eu queria agradecer novamente pelo convite, pela possibilidade de o Ministério Público, através da Copeduc, participar desta audiência pública; parabenizar a Comissão de Educação do Senado pela iniciativa e, principalmente, por estar se antecipando, já que o projeto de lei ainda não chegou ao Senado, como o Senador explicou, para que possamos ter mais tempo para discutirmos de uma forma mais aprofundada e podermos aprimorar esse projeto de lei.

Quanto às perguntas, muitas delas, como a da educação inclusiva, escola em tempo integral, o Plano Nacional de Educação que foi proposto nesse PL traz metas que tratam dessas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

questões, não é? Então, elas estão realmente priorizadas no novo plano. E a educação é o pilar fundamental do desenvolvimento social, econômico, político do nosso país. Então, é uma grande satisfação nós estarmos aqui hoje reunidos para discutir esse tema de tamanha relevância.

E eu queria só reforçar que o Ministério Público e a Copeduc estão à disposição para participar e contribuir com esse processo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Então, agradeço novamente a participação dos caros expositores, expositoras e convidados.

Quero agradecer também – sempre faço isso – à infraestrutura toda da Secretaria da Comissão de Educação e Cultura, coordenada pela Andréia, e hoje também pela Camila, que é também a Vice-Coordenadora; aos meios de comunicação do Senado, que permitem que esta audiência vá para o Brasil todo e, na sequência, também seja retransmitida, repetida, diversas vezes durante a semana, porque o tema é da mais alta importância, a educação tem que ser prioridade absoluta; aos consultores presentes e aos demais Senadores.

Nós sempre fazemos um sumário executivo da audiência e esse sumário é enviado para todos os Senadores titulares e suplentes, que são 54, que fazem parte da Comissão de Educação e Cultura. Então, todos já recebem um resumo, e é bom termos essa anotação, porque eventualmente mais para frente a gente precisa rememorar algum argumento utilizado também.

Então, agradeço novamente, foi um momento muito importante, muito didático, interessante, acessível e, tendo, penso, cumprido os objetivos da audiência pública, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a todas e a todos novamente.

Grande abraço.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 59 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 66ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e vinte minutos do dia doze de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Confúcio Moura, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Leila Barros, Plínio Valério, Alan Rick, Zequinha Marinho, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Teresa Leitão, Wellington Fagundes, Eduardo Girão, Eduardo Gomes, Wilder Morais, Laércio Oliveira, Damares Alves, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Weverton, Beto Faro, Otto Alencar e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Cid Gomes, Jussara Lima, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues, Paulo Paim, Carlos Portinho, Astronauta Marcos Pontes, Jaime Bagattoli e Romário. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 62ª, 63ª, 64ª e 65ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5193, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever a possibilidade de os estabelecimentos de ensino de educação básica receberem doações de pessoas físicas e jurídicas." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Relatoria:** Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado o projeto e rejeitada a Emenda nº 1. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3096, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 10.880, de 9 de junho de 2004, e nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para "dispor sobre o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nas escolas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica"." **Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado em razão da aprovação do Requerimento n. 104/2024-CE, para realização de audiência pública sobre a matéria. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 778, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências;" **Autoria:** Senador Chico Rodrigues (DEM/RR). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2529, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta inciso ao caput do art. 4º da Lei nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para assegurar ao servidor da educação básica pública o direito de matricular seus dependentes na escola de sua lotação." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Vanderlan Cardoso. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Concedida vista coletiva por cinco dias, nos termos regimentais. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2939, de 2024 - Terminativo -** que: "Reconhece a cultura gospel e os eventos a ela relacionados como manifestação da cultura nacional e altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), para incluir a cultura gospel entre os segmentos atendidos por doações e patrocínios à produção cultural." **Autoria:** Senador Lucas Barreto (PSD/AP). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1711, de 2024 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Alberto Martins Torres no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Wilder Morais. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2755, de 2022 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Nordestino." **Autoria:** Senador Angelo Coronel (PSD/BA). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim (*Ad hoc*), substituiu Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 01-CE. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2627, de 2019 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Metodismo Wesleyano." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 3356, de 2021 - Terminativo -** que: "Confere o título de Capital Nacional do Capim Dourado ao Município de Mateiros, no Estado do Tocantins." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 102, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de esclarecer e prestar informações sobre a aplicação do concurso nacional unificado e o andamento de denúncias sobre irregularidades e tomada de providências." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Aprovado com alteração. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 103, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de promover o lançamento nacional da Campanha Mundial pela Educação Pública. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: Senhor Camilo Santana, Ministro de Estado da Educação; Senhor David Edwards, Secretário Geral da Internacional da Educação (IE); Senhor Marlova Jovchelovitch Noleto, Diretora e Representante da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); e Senhor Heleno Araújo Filho, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e Coordenador do Fórum Nacional de Educação (FNE)." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senador Flávio Arns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 104, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3096/2024, que 'altera as Leis nº 10.880, de 9 de junho de 2004, e nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para dispor sobre o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nas escolas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica'." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado com alteração. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 105, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em Mato Grosso, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente (CMA) e com a participação dos membros desta comissão, além de representantes da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), para avaliarmos, in loco, os impactos causados pela severa estiagem no Bioma Pantanal, que contribuiu para a propagação de diversos incêndios florestais." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 66ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 12 de novembro de 2024.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 62ª, 63ª, 64ª e 65ª Reuniões, realizadas em 29 e 30 de outubro e 11 de novembro.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Informo que os itens da pauta que tratam de matérias relativas a assuntos honoríficos serão votados, como habitualmente acontece, em bloco e também nominalmente, por serem terminativos, com a abertura do painel eletrônico, e, se não houver discordância do Plenário, votaremos também em bloco os demais itens que exigem votação nominal.

Passamos, de imediato, ao item nº 1 da pauta.

Caro Senador Eduardo Girão, seja muito bem-vindo!

Passo a ler, então, o item nº 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 5193, DE 2019

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever a possibilidade de os estabelecimentos de ensino de educação básica receberem doações de pessoas físicas e jurídicas.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao projeto.

2. Em 08/04/2024, foi apresentada a emenda n° 1, de autoria do Senador Alessandro Vieira (MDB/SE).

3. Em 29/10/2024, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

Relatoria do Senador Eduardo Girão, aqui presente.

Uma vez que o relatório já foi lido, consulto o Senador Eduardo Girão se gostaria de fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Com a palavra, V. Exa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Como Relator.) – Bom, Presidente, só para lhe agradecer por, como se comprometeu na última sessão, colocar em pauta na nossa primeira sessão subsequente.

Então, é um projeto muito importante, e eu quero aqui saudar a ousadia do bem do Senador Styvenson Valentim, que acabou de chegar aqui, neste Plenário. É uma visão extremamente oportuna, que reconhece e acaba propondo uma solução prática para os desafios atuais da educação básica brasileira. Esse projeto permite que a sociedade civil e o setor privado contribuam diretamente para a formação educacional de crianças e adolescentes sem comprometer as obrigações constitucionais do Estado, mas fortalecendo-as com o apoio adicional. A gente vê isso em outros países, inclusive.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trata-se de uma proposta que reafirma a educação como um compromisso de todos, ressaltando o papel essencial da colaboração social na formação de cidadãos preparados e conscientes. A iniciativa não só reflete responsabilidade e inovação, mas também responde a uma necessidade urgente de melhoria nas condições educacionais em todo o Brasil.

Todo mundo ganha com isso aqui. Eu quero parabenizar o Senador Styvenson Valentim.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Eduardo Girão, Relator da matéria. Quero saudar também – não o fiz antes, me desculpem –, o Senador Wilder Morais, aqui presente, o Senador Styvenson Valentim, autor dessa matéria relatada pelo Senador Girão, e o caro Senador Hamilton Mourão, aqui presente.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e, se não houver objeção, será realizada em bloco.

Não havendo objeção, votaremos em bloco, com as demais.

Quero parabenizar o Senador Styvenson Valentim, o autor, e o Relator. Quero dizer que, da minha parte, eu considero o projeto extremamente importante. Isso vai dar uma dinâmica nova para muitos aspectos da educação: a pessoa física e a pessoa jurídica poderem fazer doação para a escola. "Eu preciso do uniforme da banda, preciso consertar, preciso aqui imediatamente pintar a quadra da escola ou pegar o material, isso e aquilo..."

A comunidade, em muitas ocasiões, está disposta a colaborar. E a gente sempre tem que perguntar aos donos da escola. O dono da escola, no meu ponto de vista, é sempre a comunidade escolar, é o conselho escolar, a direção da escola, o grêmio estudantil, a associação de pais, mestres e funcionários, dentro das diretrizes do mantenedor, que é o poder público. Então, eu penso assim. Já fui Secretário de Educação e eu diria que isso vai flexibilizar, abrir, ajudar. É um espírito novo dentro da escola, de valorização e de credibilidade. Vamos acreditar na escola também, que ela faz um bom trabalho, dentro de regras, dentro de um regulamento. Quer dizer, claro, tem que ter...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Caro Senador Styvenson Valentim...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, agradeço a Relatoria *ad hoc* do Senador Eduardo Girão.

Eu vim até para debater o projeto de lei com o pessoal que tinha algum receio, com as pessoas, os Senadores, que tinham algum receio. Eu queria deixar claro que não interfere na parte pedagógica, que não interfere na parte administrativa, que não há influência nenhuma do doador sobre a escola que vai ajudar. Pelo contrário, vai melhorar.

Agora, impedir que um cidadão, que uma empresa ou que qualquer outra pessoa possa ajudar a educação brasileira, aí não. Seria esse absurdo que a gente vive hoje. Não pode ficar só na mão do poder público, que a gente vê que não é tão eficiente assim. Então, eu vim aqui mais para esclarecer que esse projeto não interfere naquilo que é pedagógico, naquela metodologia. Não, pelo contrário, só ajuda, só fomenta. Pode ser através de uma alimentação, de uma cozinha melhor, de um ar-condicionado, pode ser através de um *tablet* ou um computador. Isso, qualquer um da gente pode fazer, Senadores; qualquer um, como pessoa física, como Parlamentar, como empresário, como qualquer outro ser humano, pode ajudar. Acho que o Girão já tem esse trabalho no Ceará. Eu tenho um trabalho também no Rio Grande do Norte – já tenho esse trabalho no Rio Grande do Norte.

Em escolas que às vezes precisam de uma internet será que a gente não pode fazer isso? O bom é que a gente evoluísse esse projeto para um benefício de quem ajuda também – não é? –, de quem também está contribuindo com a educação pública.

Agradeço mais uma vez, Eduardo Girão, por ter relatado.

Presidente, obrigado.

Espero voltar logo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso.

Hoje...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, pela ordem, rapidamente!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

Senador Eduardo Girão, com a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para encaminhar.) – Muito obrigado.

Primeiro, eu queria saudar aqui o Senador Wilder; também saudar o nosso querido Senador Hamilton Mourão; e só pedir...

Eu vou ter que sair, Presidente, vou ter que ir para uma outra Comissão, e queria saber se poderíamos fazer uma inversão de pauta, do item 10, que é a questão de uma audiência pública. É apenas o objetivo de esclarecer e prestar informações sobre a aplicação do concurso nacional unificado e o andamento de algumas denúncias sobre irregularidades.

Eu queria aproveitar e tirar daqui desta lista... São poucos os que a gente chama ou convida para ouvir, mas eu queria tirar o representante do Ministério da Educação, já que o foco é mais amplo. E queria fazer oralmente aqui essa retirada também.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Eu até havia conversado, antes do início da reunião, de que o conteúdo deste requerimento – expliquei isto para o Senador Girão – não está assim totalmente, pelo menos, relacionado à Comissão de Educação. Porém, o Senador Girão fez algumas ponderações com a gente, e eu aceitei as ponderações.

Então, eu indago para o Plenário se há algum inconveniente de colocarmos em pauta o item de nº 10, e invertermos a pauta. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo objeção, está em votação, então, o Requerimento nº 102, de 2024, da Comissão de Educação.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 102, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de esclarecer e prestar informações sobre a aplicação do concurso nacional unificado e o andamento de denúncias sobre irregularidades e tomada de providências.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Srs. Senadores, está em discussão novamente. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o seu conteúdo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Passamos ao item nº 2 da pauta, em que eu sou o Relator do Projeto de Lei nº 3.096, de 2024, terminativo, de autoria da Senadora Professora Dorinha Seabra.

Houve inúmeras ponderações em relação a esse projeto, e eu diria já dirimidas as dúvidas no geral. Porém, em função de terem surgido as dúvidas, ainda é interessante, por solicitação da Senadora Teresa Leitão, fazermos audiência pública sobre esse assunto, que será feita logo, para que nós possamos ainda neste ano votar esse projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, da minha parte, como Relator e como regimentalmente tendo requerimento, a gente em primeiro lugar aprecia o requerimento da audiência pública.

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 104, DE 2024

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3096/2024, que "altera as Leis nº 10.880, de 9 de junho de 2004, e nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para 'dispor sobre o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nas escolas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica'".

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE) e outros

Não há objeção da minha parte. Não há objeção...

Aqui está a Relatora! Seja bem-vinda, nossa Vice-Presidente da Comissão! – sente-se aqui, Dorinha. Então...

Só um minutinho, por favor. (*Pausa.*)

Muito bem.

Estava colocando a Senadora Professora Dorinha a par da discussão que houve, vamos dizer do acordo que foi deliberado antes do início desta nossa reunião no sentido de haver a aprovação do requerimento para a realização de audiência pública, com a participação também da Undime e do Consed, podendo ser remota inclusive na semana que vem, já que habitualmente a gente faz audiências públicas também na forma remota, para que, em seguida, possa ser votado já o projeto de lei com tranquilidade, com segurança. Inclusive já há acordo em relação a itens levantados.

Então, está em discussão esse requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Professora Dorinha, com a palavra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Bom dia, Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, representantes do Conif que estão aqui e Governo.

É lógico que eu vou aquiescer à deliberação do nosso Presidente uma vez que ele é autor, mas eu não posso deixar de...

Desculpe, eu sou a Relatora, mas o senhor é autor, não é?

Eu quero colocar que eu acho, primeiro, desnecessário, não é? Não tenho nenhum problema com o debate, mas regimentalmente a gente nem precisaria deliberar, a própria autora não está aqui presente... Mas não é isso. Nós queremos aqui aprovar o projeto e que o projeto seja exequível, e não tem nenhum absurdo no projeto. Nós estamos estendendo os programas de alimentação escolar e de transporte escolar para os institutos federais.

Quero lembrar que muitos institutos federais... O próprio princípio dele é a integração. Muitos têm localidade... Eu falo do meu estado, que são cidades pequenas: em muitos casos, eles ficam pedindo favor para a prefeitura fazer o transporte, para levar os estudantes até o instituto federal. Dou o exemplo da cidade de Paraíso, mas não é diferente na capital. Então, o que nós estamos fazendo é uma iniciativa que já devia ter sido feita, inclusive, pelo próprio Governo.

A alimentação escolar de igual forma. Qual é o público que frequenta os institutos federais? Nós não estamos falando de uma elite, nós estamos falando de educação pública obrigatória – não é? –, de educação básica, pública e obrigatória.

Então, nós não estamos propondo aqui um absurdo, do ponto de vista financeiro; é óbvio! Eu vi a nota técnica, o impacto não é significativo, em virtude do número de alunos, e, ainda que fosse, caberia ao Governo se organizar, uma vez que nós estamos tratando de dois serviços que garantem permanência na educação básica, sucesso e permanência. Logicamente, também não estamos falando que vai começar agora: ele vai ser aprovado e, obviamente, o orçamento – eu já fiz parte, por vários anos, da Comissão de Orçamento – vai enquadrar essa despesa e não vai retirar de educação do ensino municipal e estadual. Se o Governo quer discutir, nós vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discutir, mas nós vamos aprovar esse texto com a ajuda dos colegas, porque nós estamos estendendo uma política pública aos institutos federais.

Qualquer que seja a regulamentação, quero falar sobre a questão do formato que veio colocado aqui. Os institutos já fazem terceirização, isso é uma realidade; então, é preciso conhecer o que está acontecendo de verdade no Brasil, não é? Não defendo terceirização – fui gestora por quase dez anos e não fiz terceirização na educação básica – e não tenho nenhum problema se esse for um ponto que for construído, deixando a autonomia para ser construída dentro dos institutos.

Na verdade, aqui, o projeto é um projeto muito simples. Só faço adequação da política pública que garante acesso e permanência, mas eu e o nosso Relator, Presidente Flávio Arns, concordamos, sem nenhum problema. Esta audiência pública só pode aprimorar – não é, Senador? – o texto que o Senador já fez, com uma construção muito bem-feita.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Continua em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Eu quero dizer que, como Relator, o meu relatório – que já está disponível, conhecido – é pela aprovação do projeto, considerando todos esses argumentos que a Senadora Professora Dorinha colocou, e muito bem. Contudo, como existem mudanças que vão acontecer aqui, já aproveitamos essas mudanças no relatório para ficar muito claro, também, o que vai ser proposto para a sociedade.

Então, no requerimento, além do MEC, nós estamos tratando de educação básica; dos alunos, educandos dos institutos federais e da educação básica também. A questão da merenda já acontece: já é destinado o valor para alimentação escolar, Pnae. Agora, existe o Pnate, que é o programa de transporte escolar, para alunos dos institutos vindos, conforme o projeto, de área rural e que precisam chegar à zona urbana. Essa articulação tem que acontecer com estados e municípios também, porque, na verdade, não existe um Pnate municipal, outro estadual... Quer dizer, em todos, sai o ônibus escolar para uma região e esse ônibus escolar traz os alunos municipais, estaduais ou federais. Então, tem que incluir também os alunos federais, dos institutos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

federais, para que possam pegar o ônibus e não haja nenhuma argumentação de alguma ilegalidade ou alguma infração administrativa, porque é um transporte. Não há cabimento, se passa um ônibus numa região, em ele pegar só o aluno estadual e municipal e deixar o federal esperando lá; quer dizer, todo mundo pega o ônibus e vai para a educação, que é importante e necessária.

Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Eu gostaria, Presidente, de indicar um nome também para exposição na audiência, pelo seguinte. Nós estamos falando da zona rural, mas eu quero trazer a região ribeirinha para esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sim, ribeirinha.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Imagine um menino na região ribeirinha que precisa da lancha para chegar até a cidade!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É, o transporte escolar.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eles não vão nadando. Não têm como nadar 14 horas para chegar numa cidade.

Então, essa é uma medida, esse é um projeto de lei que tinha que ser aprovado em 24 horas nas duas Casas e já ser uma realidade no ano que vem. E fico preocupada, assim... Como é que nós não pensamos nisso antes, está entendendo? É só um ajuste. Isso não vai falir a União. O dinheiro que vai para esses meninos, para transporte escolar, alimentação, já existe, não vai falir a União.

Vamos fazer a audiência e eu gostaria de indicar um nome também para a mesa.

Vamos marcar o mais rápido possível, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sem dúvida alguma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Porque essa é uma medida justa, necessária e assertiva.

Parabéns à autora e ao Relator!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sem dúvida alguma.

Está proposto aqui também... Porque é um assunto que sempre interessa a estados e municípios; nós estamos falando de alunos dos institutos, então não é um transporte estadual ou municipal, então foram incluídos no requerimento a Undime, o Consed e, como tem o MEC... Obviamente que o MEC é FNDE. Então, a representação do MEC que se sugere é o FNDE, para que venha aqui também. O Observatório da Alimentação Escolar, a Contag, a Conif, dos institutos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a Campanha Nacional... (*Pausa.*)

Sim, pois não.

Com a palavra, a Senadora Professora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Pela ordem.) – Bom, eu fui informada de que nós temos condição de fazer no próximo dia 19.

Queria que a Senadora sugerisse, e eu não vejo sentido em Undime e Consed participarem, uma vez que eles não são afetados pelo programa. Eles já têm o programa deles, já têm os recursos definidos para a educação básica municipal e estadual. E é só pelo número de pessoas, já, dentro da audiência, senão nós vamos ficar com mais de dez pessoas sugeridas.

Então, acho que a Senadora pode apresentar o nome e aí não vejo nenhuma oposição, a não ser Consed e Undime, em virtude de não serem afetados, porque os recursos do programa sendo atendidos através dos institutos federais teriam que ser específicos, com uma dotação específica para isso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a sugestão da Professora Dorinha é de que participem os outros contextos, em função de o programa já estar bem elaborado, acontecendo que Undime e Consed fiquem para uma outra oportunidade.

Como o requerimento é da Profa. Teresa Leitão, então, eu o subscrevo nesse sentido, dizendo que a audiência pública será realizada na semana que vem, no dia 19, conforme já proposto, e a votação acontecerá na semana seguinte, no comecinho de dezembro, então.

Está em votação o requerimento, que já foi discutido.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A apreciação da matéria, portanto, fica adiada em razão da aprovação do Requerimento nº 104, de 2024, da Comissão de Educação, de realização de audiência pública.

Passamos ao item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2529, DE 2021

- Não terminativo -

Acrescenta inciso ao caput do art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para assegurar ao servidor da educação básica pública o direito de matricular seus dependentes na escola de sua lotação.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Vanderlan Cardoso

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Autoria: Câmara dos Deputados, Francisco Jr., PSD, Goiás.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consulto a Senadora Dorinha Seabra se pode ser a Relatora *ad hoc* da matéria. (*Pausa.*)

Concedo, então, a palavra a V. Exa., Senadora Dorinha.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Presidente, Presidente... Pela ordem.

Eu vou pedir vista desse projeto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

Acho que é bom fazer a leitura...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Não, positivo...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... e, em seguida, V. Exa. pede vista.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade, estão perfeitamente atendidos.

Do ponto de vista material, observa-se que o direito à matrícula do estudante, notadamente nas etapas de ensino obrigatório, é garantido constitucionalmente. Assim, o art. 205 da Constituição Federal estabelece que "a educação é direito de todos", enquanto o art. 206 determina que deve haver "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola" (inciso I). O §1º do art. 208, por sua vez, determina que "o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo".

Vale chamar a atenção, ainda, para o disposto no art. 227 da Constituição, que firma o dever da família, da sociedade e do Estado de garantir à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à educação, dentre outros direitos ali arrolados.

Com vistas a assegurar o direito à educação, a legislação infraconstitucional estabelece uma série de obrigações para o poder público, dentre as quais, para os fins do tema aqui analisado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

podemos citar a de garantia de “vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade” (LDB, art. 3º, inciso X).

Também a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assegura como um direito da criança e do adolescente “à convivência familiar e comunitária (art. 19). Traz, ainda, a determinação sobre a prioridade de matrícula próxima à residência do educando, com o adendo de que se deve garantir vaga, no mesmo estabelecimento, a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica (art. 53, inciso V).

O ECA estabelece também que “é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais” (art. 53, parágrafo único), apontando para a necessidade de interação entre família e escola, presente no ordenamento legal brasileiro relativo à educação.

Portanto, do ponto de vista constitucional e legal, não vemos impedimento para a aprovação da matéria sob análise, que assegura a matrícula dos dependentes de servidores da educação básica pública nas escolas nas quais estão lotados. De fato, a proposição caminha na mesma direção de dispositivos constitucionais e legais que afirmam a necessidade de aproximação da família com a escola.

Sob o ângulo pedagógico, de forma geral, a literatura também é prolífica sobre as vantagens de uma boa relação entre família e escola, apontando os impactos que isso pode trazer para a aprendizagem e desenvolvimento humano. A constatação da importância dessa relação justifica inclusive a realização do Dia Nacional da Família na Escola, definido como 24 de abril pelo Ministério da Educação.

Nesse sentido, consideramos que, do ponto de vista do mérito, a medida merece prosperar. Na prática, dentre outras vantagens, o PL enseja a facilitação do acesso à educação desse grupo de crianças e adolescentes por meio da redução das dificuldades logísticas que toda mãe e pai de aluno conhecem quando têm de compatibilizar os horários escolares dos filhos com suas próprias jornadas de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, considerando que os filhos dos trabalhadores da educação também têm direito à vaga na rede pública, a matrícula dessas crianças na escola em que os pais trabalham apenas torna mais simples o acompanhamento escolar por parte das famílias. Ademais, já é muito comum que pais professores matriculem seus filhos nas escolas em que lecionam, fenômeno que a proposição, de certa forma, apenas reconhece legitimamente.

Em razão do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei nº 2.529, de 2021, e, no mérito, pela sua aprovação.

É esse o voto do Senador Vanderlan Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Então, o Senador Hamilton Mourão havia solicitado vista.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Peço vista, Presidente, porque vou propor uma pequena alteração nesse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

Nos termos do art. 132, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, concedo vista coletiva, pelo prazo de cinco dias.

Muito bem.

Passamos ao item 6 da pauta, caro Senador Wilder Morais.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 1711, DE 2024

- Terminativo -

Inscreve o nome de Alberto Martins Torres no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senador Wilder Morais

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

1. A matéria constou da pauta da reunião dos dias 13/08/2024, 27/08/2024, 03/09/2024, 17/09/2024 e 08/10/2024.

O relatório é pela aprovação do projeto, com uma emenda.

Concedo a palavra a V. Exa., Senador Wilder Moraes, para a leitura do relatório.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Como Relator.) – Sr. Presidente, considerando que o parecer já está disponível a todos os Parlamentares, com a sua anuência partirei direto para a análise.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE a análise de proposições que versem sobre homenagens cívicas, caso do PL em análise.

Além disso, por ser a única comissão a se manifestar sobre a matéria, cabe à CE a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição.

Quanto a esses aspectos, nada há que se opor ao projeto. De fato, a matéria se insere no rol da competência legislativa concorrente da União, conforme disposto no art. 24, IX, do texto constitucional. Ainda, é atribuição do Congresso Nacional sobre ela dispor, com a sanção do Presidente da República, de acordo com o art. 48 da Constituição Federal. Ademais, a iniciativa parlamentar é legítima, sedimentada no que dispõe o art. 61 de nossa Carta Magna.

O projeto atende, também, aos requisitos de boa técnica legislativa, em consonância com as demais determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Igualmente, encontram-se atendidos os critérios balizadores constantes da Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, que dispõe sobre a inscrição de nomes no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Tendo falecido no ano de 2001, verifica-se que foi também cumprido o requisito temporal previsto no art. 2º da lei, que exige o decurso de dez anos da morte do homenageado para que a distinção seja prestada.

No mérito, dessa mesma forma, a matéria merece acolhida.

Alberto Martins Torres, um notável piloto de caça brasileiro, teve uma trajetória de vida que espelha coragem e serviço à nação. Nascido nos Estados Unidos e tendo vivido em diversos países devido à profissão diplomática de seu pai, Torres se estabeleceu no Brasil aos 15 anos. Demonstrando desde cedo um espírito aventureiro e comprometido, ele foi um dos primeiros voluntários a se inscrever no treinamento da Força Aérea Brasileira nos Estados Unidos.

No auge da Segunda Guerra Mundial, em 31 de julho de 1943, Torres se destacou ao comandar o avião PBY-5 Arará. Nessa missão, ele localizou e atacou o submarino alemão U-199, tornando-se o único piloto brasileiro a afundar um submarino do Eixo em águas brasileiras. Esse feito notável rendeu-lhe uma condecoração norte-americana.

Além dessa missão, Torres completou 64 missões de patrulhamento e, em seguida, voluntariou-se para combater, na Itália, com o 1º Grupo de Aviação de Caça. Lá, ele alcançou um recorde de cem missões, o maior número entre pilotos brasileiros na Frente do Mediterrâneo.

Após a guerra, Alberto Martins Torres continuou a servir ao Brasil de maneiras diversas e inovadoras. Ele foi um destacado advogado, aviador e empresário, fundando a Taba (Transportes Aéreos da Bacia Amazônica) e implementando a Brinks no Brasil, na qual atuou como superintendente por mais de 25 anos.

Alberto Torres faleceu em 30 de dezembro de 2001, deixando um legado indelével de bravura e dedicação. A inscrição de seu nome no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria é um reconhecimento merecido e justo pelo impacto de suas ações em prol da nossa nação.

Diante do exposto, Presidente, o meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.711, de 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero, além disso, Presidente, parabenizar o autor, o Senador Astronauta Marcos Pontes, pela proposta, e também ressaltar que atos de bravura e coragem como os realizados pelo Alberto Martins Torres estão se tornando raros em nossa sociedade, e é fundamental que esses exemplos sejam lembrados, valorizados, para que possam inspirar futuras gerações.

Mais uma vez, parabéns ao autor, nosso colega, Senador Marcos Pontes, pela proposta.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador Wilder Morais.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Passamos ao item 8 da pauta, Senador Styvenson.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 2627, DE 2019

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional do Metodismo Wesleyano.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

1. A matéria constou da pauta da reunião do dia 02/07/2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A autoria é da Câmara dos Deputados, Deputado Roberto de Lucena, do Podemos, de São Paulo.

Concedo a palavra a V. Exa. para a leitura do relatório.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente. Lembro que o item 7, logo na sequência, se eu puder relatar *ad hoc*, fico agradecido.

Bom, o projeto, de autoria do Deputado e agora Secretário de Turismo em São Paulo, Roberto Lucena, dentro da constitucionalidade, juridicidade, da técnica legislativa, corresponde, está todo o.k.

Então, partindo para a análise, Sr. Presidente, no mérito, o parecer é favorável ao projeto.

O Metodismo Wesleyano, originado pela experiência espiritual de John Wesley em 1738, não só moldou a vida religiosa de milhões de pessoas ao redor do mundo – só aqui no país, são mais de 500 mil; há 500 mil brasileiros que são do Metodismo Wesleyano –, mas também impactou profundamente a sociedade.

John Wesley viveu num período de grande instabilidade na Inglaterra, marcado pela Revolução Industrial e por suas consequências sociais, e conseguiu revitalizar o cristianismo por meio de suas pregações e ações sociais. No Brasil, a influência do Metodismo Wesleyano é igualmente notável, com a Igreja Metodista Wesleyana e outras igrejas de matriz metodista, desempenhando um papel vital em várias comunidades.

Instituir o Dia Nacional do Metodismo Wesleyano simboliza a rica herança de valores e práticas que o movimento trouxe para o Brasil. As igrejas metodistas wesleyanas são conhecidas por sua forte ênfase na educação, no serviço social, na propagação de fé ativa e transformadora. Programas sociais que atendem crianças e adultos carentes, iniciativas educacionais de excelência e projetos voltados para a saúde são apenas algumas formas pelas quais as igrejas têm contribuído para o bem-estar das comunidades onde estão inseridas.

A celebração desse dia não apenas reforça a identidade metodista, mas também promove a continuidade desses esforços beneficentes, incentivando a maior participação da comunidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e uma conscientização mais ampla sobre os valores da solidariedade e da justiça social, que são centrais no metodismo wesleyano.

A instituição da presente efeméride proporcionará uma oportunidade anual para refletir sobre o legado de John Wesley e a importância do metodismo na promoção de valores cristãos e sociais. Tal reconhecimento poderá incentivar ainda mais o trabalho social realizado pelas igrejas metodistas, promovendo ações que beneficiam diretamente milhares de pessoas em todo o país. Ademais, a inserção desta data no calendário nacional fortalecerá os laços comunitários, inspirando ações coletivas de apoio aos mais necessitados e promovendo um ambiente de maior compreensão e cooperação entre diferentes segmentos da sociedade.

Portanto, a aprovação do projeto em análise alinha-se perfeitamente com as necessidades e interesses da sociedade brasileira, celebrando uma herança religiosa que tem contribuído significativamente para o desenvolvimento social e cultural do nosso país.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.627, de 2019.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Agradeço ao Senador Styvenson Valentim.

Está em discussão a matéria.

Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, eu não podia me omitir diante desta matéria.

Primeiro, quero parabenizar o Senador Styvenson pelo relatório, um relatório lindo.

Mas por que eu quero falar desta matéria? Este projeto de lei nasce em 2012, na Câmara, com o Deputado Roberto de Lucena, e eu era chefe de gabinete dele. E fui eu que escrevi este projeto de lei. Não é a primeira matéria que aqui, como Senadora, eu estou tendo a alegria de proferir voto... Não é a primeira matéria que eu escrevi lá atrás e hoje eu tenho a alegria de estar votando favoravelmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero, Senador Styvenson, destacar o papel desta igreja no Brasil. A Igreja Metodista Wesleyana é uma igreja forte, uma igreja incrível, uma igreja com uma liderança íntegra, membros extremamente atuantes e com um trabalho social incrível no Brasil, uma igreja que cresce. E essa igreja merece que essa lei seja sancionada o mais rápido possível. Eles serão grandes com ou sem esta lei, mas é um reconhecimento do Parlamento ao trabalho que a incrível Igreja Metodista Wesleyana faz no país.

Sugiro, Senador, se o senhor não conhece no seu estado, ir lá visitá-los, abraçá-los, porque eles com certeza estão, neste momento, celebrando esta votação e o seu relatório.

Que Deus abençoe a Igreja Metodista.

Parabéns ao nosso Secretário de Turismo, ex-Deputado Roberto de Lucena.

E vamos embora dar esse presente para uma denominação tão importante para o nosso país.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Quero, em primeiro lugar, Senadora Damares Alves, cumprimentá-la pela iniciativa e também por lembrar esses fatos e apontar que já faz tantos anos: 2012! Estamos em 2024, 12 anos. E quero cumprimentar a comunidade metodista também.

O relatório do Senador Styvenson Valentim aponta bem para isto, para valores que são, eu diria, essenciais sempre – não só nos dias de hoje, sempre –: solidariedade, cristianismo, diálogo, entendimento e um trabalho assim dedicado de atenção às pessoas, como a comunidade metodista faz.

Então, quero cumprimentar V. Exa., o Senador Styvenson Valentim e a comunidade toda do Brasil, muito numerosa.

V. Exa. falou 500 mil, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu acho que mais até, não é? É.

Poderíamos, depois, ter o número mais preciso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN. Como Relator.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senador Styvenson Valentim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – ... eu não tinha conhecimento de que a redação tinha sido feita pela amiga Senadora Damares, senão teria passado a relatoria para ela... (*Risos.*)

... para ela ter essa dupla honra.

Mas, Damares, eu acho importante colocar metodologias como essas, que ajudam as pessoas, que trazem o bem para as pessoas, que fazem um benefício para uma sociedade. Além de ter uma data marcante para que a gente se lembre disso aí, eu acho que a gente precisa mudar um pouquinho só a concepção do brasileiro em relação a notícias boas, a boas ações, porque existe um certo preconceito de quem faz uma boa ação de não manifestar, de não mostrar, de ficar tímido – não é? –, de ficar envergonhado ou, senão, de dizer o seguinte: "Ah, quem faz uma boa ação não fica mostrando essa boa ação".

A gente vive num país em que tudo de ruim tem destaque. A gente não abre uma folha de jornal para não ver coisas ruins. A gente liga a televisão para ver os programas de maiores audiências serem programas em que está lá violência urbana. E, quando a gente fala, Senadora Damares, quando a gente faz alguma ação, a gente fica até com vergonha – quando a ação é boa. Fica até com vergonha de achar o que é que os outros vão pensar de a gente estar fazendo isso. "Ah, está fazendo isso porque está, politicamente, querendo se promover, quem faz o bem não mostra."

Eu acho que tem que mudar essa ideia – sabia? –, a ideia de esconder as coisas boas e mostrar as coisas ruins. A gente já vive com tanta coisa ruim, não é? É tanto que as pessoas só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

olham, desta Casa, as coisas ruins; não olham as coisas boas. O que ganha destaque sempre são as coisas ruins.

Agradeço mais uma vez, porque está aqui do meu lado a autora; o nosso Deputado está lá como Secretário, espero que ele esteja muito feliz. Eu estou feliz por ter relatado isso para ele.

E estou feliz também por estar discutindo justamente essa ideia de a gente não ter vergonha nem ficar tímido. Nem ficar diminuído. Está bom de pensamento medíocre, não é? Em querer fazer o bem, eu acho que a gente tem que expor mesmo, tem que mostrar.

Se todo mundo quisesse ganhar politicamente, ou quisesse se promover politicamente, ou se quisesse se promover nas redes sociais, fazendo o bem, este país seria outro.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador Styvenson Valentim.

Está encerrada a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Passamos ao item 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 2755, DE 2022

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional do Nordestino.

Autoria: Senador Angelo Coronel (PSD/BA)

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria constou da pauta da reunião dos dias 08/10/2024 e 15/10/2024.

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro.

Pergunto se o Senador Styvenson Valentim pode ser o Relator *ad hoc*. (*Pausa.*)

Passo, então, a palavra a V. Exa., para a leitura do relatório.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN. Como Relator.) – Para mim é uma honra, Presidente, para mim é uma honra estar relatando *ad hoc*, substituindo a Exma. Senadora Daniella Ribeiro. Projeto também de autoria de um nordestino, Angelo Coronel, relatoria de uma nordestina... Sou do Norte, sou do Acre, mas moro no Nordeste há muito tempo.

Demorou, mas chegou: a gente vai instituir o Dia do Nordestino, um dia importante.

O projeto tem a constitucionalidade, tem a juridicidade, tem a técnica legislativa toda compatível com o nosso Regimento e nossa Constituição.

Passo, então, Sr. Presidente...

Eu não quero abreviar a importância desse projeto, não, porque todo mundo já sabe da importância do nordestino para o Brasil, da nossa cultura, mas, só por uma questão de economia de leitura, eu digo que não restam dúvidas sobre o mérito do projeto, ao propor homenagear, com um dia nacional, o povo nordestino, que tanto contribuiu para construir esta nação nos âmbitos social, cultural, político, econômico e científico.

Os nordestinos e nordestinas que expulsaram os holandeses e franceses; que pegaram em armas por nossa independência; que tantas vezes clamaram por liberdade e justiça para o nosso povo, por vezes tributando a própria vida; que enfrentaram, e ainda enfrentam, bravamente as agruras da seca; que contribuem com suas pujantes expressões artísticas e literárias para dar rosto à nossa nacionalidade; esses cidadãos e cidadãs brasileiros, de tanta história e de tanta glória, passada e presente, são, ainda, vítimas de discriminação dentro do seu próprio país.

Portanto, a instituição do Dia Nacional do Nordestino visa, a um só tempo, contribuir para enaltecer a natureza aguerrida e resiliente do nosso povo nordestino, sua cultura rica e vibrante, bem como celebrar sua influência essencial na construção da identidade de nós brasileiros –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tardiamente, mas chegou a hora de instituir um dia de lembrar, de lembrar justamente que o povo nordestino faz parte de um país que deve, sim, se integrar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está em discussão a matéria.

Quero concordar inteiramente com o relatório da Senadora Daniella Ribeiro, lido por nordestino por adoção, (*Risos.*) Senador Styvenson Valentim, e fazer a minha homenagem também a todos os belos, acolhedores e maravilhosos estados, e aos nordestinos e nordestinas do nosso querido país.

Dia Nacional do Nordestino... Poderia ser "do" e "da", "nordestino" e "nordestina" também. Talvez pudesse ter alguma emenda de redação para cuidar do gênero também.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Já estão atendidos. Então, está bom.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discutir.) – Bom, eu creio que o Presidente gostaria de sugerir que incluíssem "do" e "da nordestina". É isso?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – "Do" e "da".

Eu coloco aí a sugestão também, porque eu acho extremamente importante.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Não tem problema nenhum.

Aceito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Até porque falam que nós nordestinos somos um tanto machistas, então tem que se deixar bem claro que não. (*Risos.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Vamos deixar só "nordestinas". (*Risos.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu quero também parabenizar o autor, Angelo Coronel, por esse projeto.

Eu sou filho de pai e mãe baianos. Sempre faço questão de contar: meu pai foi da Bahia para Mato Grosso a pé, para se aventurar, assim como muitos nordestinos foram construir esse Brasil afora, de São Paulo a praticamente todos os estados. Meu estado, inclusive, hoje ainda recebe muitos nordestinos – maranhenses têm ido muito para lá.

Eu estive esta semana lá em Salvador, onde tivemos um encontro dos distribuidores de combustíveis do Brasil, discutindo essa problemática que hoje é combustível adulterado e outras tantas situações.

Lá, também estivemos com o Angelo Coronel, na casa dele, uma pessoa sempre receptiva, uma figura extremamente carismática – ele e a sua esposa Eleusa, com seus filhos também, um é Deputado Federal, outro Deputado Estadual. Portanto, um político que começou da base e que foi Presidente da Assembleia, foi Prefeito da cidadezinha pequena, Coração de Maria; depois Deputado Estadual, Presidente da Assembleia, Senador da República; o seu filho hoje Deputado Estadual e o outro filho Deputado Federal. Então, é uma figura extremamente influente lá na Bahia. E esse projeto – eu creio que, pela sua sensibilidade – vem reconhecê-lo, como todos nós brasileiros. Como disse aqui o Senador Flávio, também um pouco de nordestino. Então, eu não só apoio, como aplaudo também essa iniciativa aqui também do nosso Relator *ad hoc* – não é? – , do nosso nordestino. O maior nordestino do Congresso Nacional está aqui: é o Senador Styvenson Valentim.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa., Senador Wellington Fagundes.

Encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação será nominal e realizada em bloco.

Passamos agora à votação – portanto, nominal, dos itens apreciados nesta reunião – nominal, em bloco, dos itens 1, 6, 7 e 8 da pauta.

Solicito à Secretaria que abra a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então, estão em votação as seguintes matérias, nos termos dos relatórios apresentados: PL 5.193, de 2019; PL 1.711, de 2024; PL 2.755, de 2022; PL 2.627, de 2019.

Os Senadores e as Senadoras que votam com os ou as Relatores ou Relatoras votam "sim". Solicito também para as assessorias que comuniquem aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras o momento da votação.

Eu passo a palavra ao Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Logo, logo vou votar aqui. Mas, aproveitando o tempo, enquanto dá o quórum, Sr. Presidente, eu gostaria também aqui de registrar um ato muito importante que ocorreu ontem na cidade de Barra do Garças. É uma luta que travamos aqui, há muitos e muitos anos, que é a criação do curso de Medicina na cidade de Barra do Garças, contemplando assim todo o Vale do Araguaia.

Eu devo falar aqui, por questão também histórica e de justiça, a luta do Oswaldo Soler na implantação do Univar, lá em Barra do Garças. Começou com um pequeno curso, ele – que já tinha a experiência lá em São Paulo, em Jales, que tinha uma grande faculdade – foi Deputado Federal por Mato Grosso, e o seu filho, o Marcelo Soler, então, assumiu essa faculdade, que hoje é o Centro Universitário do Vale do Araguaia (Univar), com vários cursos. E, ao longo desse tempo, todos estivemos aqui com várias audiências, dando passos e passos, conquistas e conquistas, e agora, finalmente, foi o curso de Medicina.

Esse centro universitário poderá inclusive se transformar logo, logo, em uma universidade. E é importante dizer que o Univar hoje vai atender e atende não só Barra do Garças, Pontal e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aragarças, que são três cidades na divisa de Goiás com Mato Grosso. Ali, é só o Rio Araguaia que une tudo. É bem exatamente o encontro do Rio das Garças com o Rio Araguaia.

Todo o Vale do Araguaia compreende uma vasta região de Mato Grosso e também de Goiás. Então, esse curso de Medicina vai atender a uma região que é maior do que muitos países no mundo. Então, o centro universitário cumpre esse papel em inovar, estruturar.

E, para que esse curso pudesse ser implantado, a nossa luta também foi no que eu coloquei recursos já, por alguns anos consecutivos, para transformar o hospital municipal em um hospital regional. E é muito importante lembrar o nome desse hospital aqui, que é o Hospital Municipal Milton Pessoa Morbeck – uma pessoa que teve uma história muito grande –, e esse hospital hoje já está cumprindo isso.

Então, primeiro colocamos recursos para ampliar, construir a lavanderia, depois o centro cirúrgico e agora, finalmente, em uma parceria, inclusive, também com o Governo do estado, o Governador Mauro, também com o atual Prefeito, o Adilson, estruturando totalmente esse hospital. E agora ainda teremos mais recursos a serem colocados, porque agora temos definitivamente a implantação do curso. Tivemos a aula inaugural ontem, na qual eu não pude estar, mas lá estava o Senador Jayme Campos, o Senador Júlio Campos, que hoje é Deputado Estadual, e também o Deputado Fabio Garcia, representando o Governo do estado, já que ele é Deputado Federal e também é Secretário da Casa Civil.

Portanto, é uma conquista que toda a região do Araguaia tem a partir deste momento, transformando o Barra do Garças, além de um polo turístico, um polo de desenvolvimento econômico, também em um polo educacional, com cursos em praticamente todas as áreas. E lá também nós temos outro centro universitário, além também da Universidade Federal de Mato Grosso e do Instituto Federal de Educação e Tecnologia, também presente em Barra do Garças. Inclusive, estamos agora com recursos para concluir todas essas obras.

É importante dizer que o Univar teve um conceito de 4,4 atribuído pelo MEC; portanto, quase a nota máxima.

Por isso, eu quero aqui, concluindo, dizer que esse curso de Medicina em Barra do Garças é um começo de muitos outros avanços que ainda vamos conquistar pelo estado, e que cada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

profissional formado leve o compromisso de cuidar de nossa gente e também de transformar vidas.

Por isso, eu quero aqui agradecer a todos que ajudaram. Inclusive, Presidente Flávio Arns, aqui é a Comissão de Educação, porque são várias ações que aqui estamos fazendo para mostrar para o Ministério da Educação a importância de o ministério atender a regiões tão vastas.

E o Mato Grosso é o estado do Brasil que mais desenvolve hoje, graças, principalmente, aos sulistas que foram para lá nessa nova fase do desenvolvimento da nossa agropecuária. Temos uma agricultura de precisão, com tecnologias muito avançadas, e, claro, o estado desenvolvendo em todas as regiões.

O estado tem uma população pequena ainda, mas com a certeza de que precisa de toda a infraestrutura de educação, de saúde, de estradas, de rodovias. E esse curso de Medicina em Barra do Garças chega, então, em uma hora extremamente importante, para promover o desenvolvimento na região.

Mais uma vez, parabéns ao Marcelo Soler, a todos os professores, a todos os profissionais da educação lá do Univar. Quando eu falo todos os profissionais, é, inclusive, o guarda que está lá na frente, as pessoas que cuidam da limpeza, que cuidam dos laboratórios, os técnicos, todos são importantes, porque uma universidade, um centro universitário se faz à mão de muita gente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu quero me associar a todas as palavras de V. Exa., Senador Wellington, e dizer da importância de termos, de fato, nos estados, essa infraestrutura toda, seja em educação, seja em saúde e em trabalho, e particularmente no curso de Medicina, numa região que é maior que muitos países europeus, como enfatizado.

Então, nesse sentido, é importante para o ensino, para a pesquisa, para a extensão trabalhar junto com a comunidade, e o curso de Medicina atende uma das necessidades em maior evidência, que são a educação, saúde, trabalhar junto com as pessoas e ter uma infraestrutura que atenda permanentemente o povo da região. É muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a V. Exa. pela manifestação e quero testemunhar que, há muitos anos, esse objetivo vem sendo perseguido. Aqui, eu acho que, nas reuniões da Comissão de Educação, por diversas vezes, abordamos essa importância e essa necessidade.

Muito bem.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, eu gostaria, inclusive, de pedir para dar como lido, para ficar nos *Anais* da Comissão, o pronunciamento que aqui tem já...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

Recebemos o pronunciamento e será incorporado também às discussões e falas que aconteceram no dia de hoje.

Já atingimos o quórum necessário para votação nominal.

Está, portanto, encerrada a votação.

Vamos apreciar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Voltaram SIM 13 Senadores e Senadoras; NÃO, nenhum.

Abstenção: nenhuma.

Portanto, estão aprovados os projetos de lei nos termos dos relatórios apresentados: PL 5.193/2019, PL 1.711/2024, PL 2.755/2022 e PL 2.627/2019.

As matérias serão encaminhadas à Mesa para as providências cabíveis.

Senadora... (*Pausa.*)

Pois não. (*Pausa.*)

Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há um requerimento da Senadora Teresa Leitão, Senador Wellington Fagundes, que se relaciona ao estado que V. Exa. representa. Eu até diria que, se V. Exa. concordasse...

Aliás, é da Rosana Martinelli, não é da Teresa Leitão. Eu me equivoquei, me desculpe.

Aliás, quero saudar a Senadora Rosana Martinelli também, que participou ativamente das reuniões aqui da Comissão de Educação e Cultura no período em que V. Exa. esteve afastado.

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 105, DE 2024

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em Mato Grosso, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente (CMA) e com a participação dos membros desta comissão, além de representantes da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), para avaliarmos, in loco, os impactos causados pela severa estiagem no Bioma Pantanal, que contribuiu para a propagação de diversos incêndios florestais.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Passo, então, a palavra a V. Exa. para a discussão do relatório para uma diligência externa no Estado do Mato Grosso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, este requerimento, nos termos do art. 90, inciso XIII, e do art. 142 do Regimento Interno, a realização de diligência externa em Mato Grosso, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e com a participação dos membros desta Comissão, além de representantes da Universidade Federal de Mato Grosso, da Universidade Federal de Rondonópolis, da Universidade do Estado de Mato Grosso, que é a Unemat, que é estadual, e também do Instituto Federal de Educação e Tecnologia. O objetivo é avaliarmos, *in loco*, os impactos causados pela severa estiagem no bioma Pantanal, que contribui com a propagação de diversos incêndios florestais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, eu peço, inclusive, a aprovação desse requerimento. Já fiz o convite pessoalmente a V. Exa. e quero fazer esse convite – e vou fazer aqui – para todos os membros da Comissão. Por quê? Porque lá, também, junto com as universidades, nós instalamos o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal (INPP), que é uma unidade do Ministério da Ciência e Tecnologia. O Ministro Marcos Pontes esteve lá conosco quando da implantação. É uma luta que temos há muitos anos. Essa obra é dentro da Universidade Federal, são mais de 10 mil metros quadrados de construção, com laboratórios, com toda a estrutura. Tenho feito emendas colocando recursos para que nós possamos fazer com que o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal seja um instrumento, exatamente, de garantir as pesquisas para que a gente possa fazer com que o Pantanal seja, não só nosso, desta geração, mas das futuras gerações.

Hoje essa questão ambiental, inclusive, é discutida agora mundialmente. O Brasil, hoje, está aqui como um foco das atenções. O Pantanal é um bioma específico. Inclusive, eu fui o autor do Estatuto do Pantanal. Já o aprovamos aqui, deve ser esta semana aprovado na Câmara dos Deputados. O Supremo Tribunal Federal, inclusive, decidiu, em caso de omissão do Legislativo: deu um prazo de 180 dias. Caso contrário, o próprio Supremo terá que fazer o papel do legislador. Então, nós vamos estar lá na semana que vem. Inclusive, vamos juntos, em parceria com a Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Eu destaco aqui o Deputado Avallone, que é Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia, e toda a assembleia. Vamos ter um debate com várias autoridades, na Assembleia Legislativa, na próxima quinta-feira, depois seguiremos para o Pantanal, para o Sesc Pantanal. O Sesc Pantanal é uma unidade do Sesc Nacional. Lá é um grande *resort*, uma área de mais de 100 mil hectares. Lá há várias universidades fazendo pesquisas. E lá, também, então, vamos ter a possibilidade de conhecer o Pantanal e ver, exatamente agora, após as queimadas – porque já aconteceu a chuva, já está lá, já melhorou a situação ambiental. É um momento bom, exatamente, de conhecer e ver a realidade do que é o nosso Pantanal.

Então, eu gostaria aqui de ter a aprovação da inclusão da Comissão de Educação, porque é importante a educação para a gente poder falar no desenvolvimento socioeconômico e ambiental do nosso Pantanal. Eu faço o convite aqui, já que a Leila já garantiu a presença como Presidente da Comissão. Eu gostaria muito... Já convidei V. Exa. para estar lá muitas vezes, no Mato Grosso. Se for possível V. Exa. lá estar, será uma honra muito grande. Quero convidá-lo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive, para fazer uma palestra dentro desse circuito de várias palestras que lá teremos, e, claro, a representação da Comissão de Educação nesse grande evento que estamos realizando.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa. também pelo convite. Caso não seja possível, eu peço que a nossa Secretaria designe V. Exa. oficialmente pela Comissão de Educação e Cultura, para que possa depois também fazer o relato para esta Comissão.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu gostaria que tivesse ainda a Rosana Martinelli lá, porque foi ela que propôs inicialmente. Claro, ela não é Senadora neste momento, ela vai estar, e eu aceito essa incumbência, se for o caso. E gostaria, realmente, inclusive, mais uma vez, de insistir com V. Exa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – E quero até dizer para ela que ela faz uma representação adjunta. Está bem?

Muito bem. Então, este é o Requerimento de nº 105, extrapauta.

Então, em primeiro lugar, indago ao Plenário se não há objeção em relação à colocação na pauta. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, em discussão. (*Pausa.*)

A discussão está encerrada.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos ao item nº 11 da pauta, que é um requerimento também de autoria da Senadora Teresa Leitão. Como ela não está presente, eu subscrevo junto com ela o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 103, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de promover o lançamento nacional da Campanha Mundial pela Educação Pública. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: Senhor Camilo Santana, Ministro de Estado da Educação; Senhor David Edwards, Secretário Geral da Internacional da Educação (IE); Senhor Marlova Jovchelovitch Noleto, Diretora e Representante da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); e Senhor Heleno Araújo Filho, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e Coordenador do Fórum Nacional de Educação (FNE).

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE) e outros

Eu quero saudar a Sra. Marlova, porque a gente já participou de tantos eventos em conjunto.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu quero também dizer o seguinte para as pessoas aqui presentes e para todos que nos acompanham pelo Brasil. Antes de encerrar o trabalho, lembro a todos que, hoje, às 14h, teremos uma audiência pública para debater o tema: educação midiática, com ênfase no uso de aparelhos celulares dentro das escolas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Houve já uma discussão bastante grande em função das notícias vindas da parte do Ministério da Educação, da iniciativa do ministério de propor o não uso, a não utilização de celulares dentro das escolas.

A Câmara dos Deputados aprovou o projeto agora, que está sendo direcionado para o Senado, certamente para esta Comissão, porém nós estamos ampliando um pouco o escopo da discussão para abordar o uso de aparelhos celulares e a educação midiática, até as telas de uma maneira geral.

Então, isso acontecerá no dia de hoje, às 14h, esta audiência pública, para a qual todos estão convidados.

Quero agradecer novamente sempre a excelente infraestrutura aqui da Secretaria da Comissão de Educação, coordenada pela Andréia e pela Camila que está aí também.

Aliás, eu quero lembrar que, no domingo, a Camila... A Camila não, a Andréia – talvez a Camila também e eu não saiba dessa possibilidade – correrá 42km também em outro país. A gente deseja sucesso para que possa dar tudo certo.

Aliás, é uma atleta e se prepara de três a quatro vezes por semana, aqui em Brasília, para estar apta a correr também para participar de eventos, mas como participação. Eu falo isso porque é um incentivo para as escolas, para as crianças, para os adolescentes e para os adultos a se dedicarem à atividade física, não é verdade? Então, isso é essencial. O esporte, assim... A atividade física, mas o esporte muda o futuro de muitas pessoas, por isso a ênfase necessária e importante, não só para o esporte, mas também para a cultura, para o teatro, para a música, para a dança, para outras pessoas que gostem de literatura, de língua portuguesa, abordar bastante nas escolas e nas comunidades aquilo que satisfaz também a pessoa em seu desenvolvimento. Então, que bom!

Sucesso lá!

Quero agradecer aos meios de comunicação do Senado, às consultorias também aqui presentes e às assessorias.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 34 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 67ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e quatro minutos do dia doze de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Confúcio Moura, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Leila Barros, Plínio Valério, Alan Rick, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Teresa Leitão, Wellington Fagundes, Eduardo Girão, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Gomes, Wilder Morais, Damares Alves, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda do Senador Angelo Coronel, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Cid Gomes, Jussara Lima, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues, Paulo Paim, Carlos Portinho, Jaime Bagattoli, Romário e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 88/2024 - CE, de autoria do Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Finalidade:** Debater o tema Educação Midiática, com ênfase no uso de aparelhos celulares dentro das escolas. **Participantes:** Sra. Ana Úngari dal Fabbro, Coordenadora-Geral de Tecnologia e Inovação da Educação Básica do Ministério da Educação (MEC); Sr. Ricardo Tonassi Souto, Presidente do Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Educação (FONCEDE); Sra. Patricia Blanco, Presidente do Instituto Palavra Aberta; e Sra. Fabiane Bitello Pedro, Vice-Presidente da Região Sul da União dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/12

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 67ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 12 de novembro de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o tema "Educação Midiática, com ênfase no uso de aparelhos celulares dentro das escolas", em atenção ao Requerimento nº 88, de 2024, desta Comissão de Educação e Cultura.

Vão fazer parte desta audiência pública os seguintes convidados e convidadas: aqui à minha esquerda, a Sra. Ana Úngari dal Fabbro, Coordenadora-Geral de Tecnologia e Inovação da Educação Básica do Ministério da Educação (MEC); a Sra. Fabiane Bitello Pedro, que está também a caminho desta Comissão, Vice-Presidente da Região Sul da União dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme); a Sra. Patricia Blanco, à minha direita, Presidente do Instituto Palavra Aberta; e participará de forma remota o Sr. Ricardo Tonassi Souto, Presidente do Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Educação (Foncede).

Eu quero, de imediato, dar as boas-vindas e agradecer a presença dos convidados e das convidadas para debatermos um assunto que está na pauta do Brasil nesses últimos tempos – não só do Brasil, mas do mundo também –, sobre a utilização dos aparelhos celulares dentro das escolas. Porém, a Comissão de Educação e Cultura do Senado ampliou esse tema para educação midiática, porque, na verdade, temos que discutir todo o processo de educação para as mídias, para a tecnologia, para tudo aquilo que for importante para a segurança das pessoas, para o desenvolvimento das pessoas e a sua educação, mas também limites – tudo na vida tem que ter os seus limites e orientações –, para que, com esses limites, possam principalmente famílias,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alunos e profissionais saber o que fazer, como fazer, o que é importante, o que é necessário. Então, este debate, esta apresentação, esta reflexão vai acontecer, na tarde de hoje, nesta Comissão.

Já conheço os participantes, os convidados e convidadas, os conselhos municipais de educação, os conselhos estaduais de educação, o Ministério da Educação e a Patricia Blanco, do Instituto Palavra Aberta, que já esteve, por inúmeras vezes, aqui no Senado Federal.

Informo também que foi convidado o Conselho Nacional de Educação, que não indicou representante.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados e convidadas, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores e expositoras.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até 15 minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida novamente aos expositores e eventualmente a Parlamentares, se assim o desejarem, para fazerem suas perguntas ou comentários. Incentivamos – quero enfatizar – a participação das pessoas pelo Brasil, assistindo, refletindo, pensando sobre a temática e, se desejarem, fazendo comentários ou perguntas também. É um assunto que vai ficar em pauta durante algum tempo. (*Pausa.*)

Muito bem. Então, nós vamos começar com o Dr. Ricardo Tonassi Souto, que está participando desta audiência pública de forma remota, Presidente do Fórum Nacional de Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Foncede).

Seja muito bem-vindo de novo, Ricardo. Agradeço por todas as ocasiões em que o Foncede participou, na sua pessoa, e contribuiu de maneira importante para os debates da Comissão de Educação e Cultura. Com a palavra.

O SR. RICARDO TONASSI SOUTO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito boa tarde, Senador Flávio Arns. Boa tarde a todos aqueles que nos veem e nos ouvem, a todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convidados. É sempre uma honra me dirigir ao Senado da República, à Comissão de Educação do Senado e especialmente ao Senador Flávio Arns, a quem eu faço questão de saudar pessoalmente pela forma sempre gentil, pela forma sempre carinhosa como me tratou todas as vezes em que estive aqui para contribuir de alguma forma com a educação brasileira.

Este é um dos assuntos mais comentados do momento, um assunto absolutamente delicado e já inicio dizendo que não existe nenhuma solução fácil para isso. Lamentavelmente, não. Se o intuito é ouvir uma resposta de que temos uma solução fácil para isso, não temos.

Boa parte das informações que eu menciono aqui fizeram parte de um artigo da Profa. Ana Karina Brenner e do Prof. Paulo Carrano, intitulado: "Os Desafios da Escola frente às Tecnologias Digitais". Os dois, professores de universidades públicas, fizeram um trabalho brilhante. Um documento é fundamental ser trazido à tona para trazer luz ao debate, que é o Relatório de Monitoramento Global, da Unesco, de 2023, intitulado "Tecnologia na Educação: Uma ferramenta a serviço de quem?", que traz apontamentos muito interessantes para se pensar a relação de crianças e adolescentes e as tecnologias digitais na escola. Ele foi realizado sob os efeitos da pandemia sobre os processos globais de escolarização e acaba reportando as consequências da educação *online* nesse período específico.

Tem um complexo de fatores que torna muito problemática a implementação de novas tecnologias digitais na escola. Eu posso citar aqui o custo elevado para aquisição das tecnologias, notadamente em países de baixa renda, em estados em que a situação orçamentária e financeira não é das melhores; o bem-estar das crianças e dos adolescentes, que têm os seus dados expostos frente, ainda, à ausência ou à fragilidade de leis de privacidade de dados; e o custo ambiental das trocas de equipamentos sem uma preocupação em aumentar a vida útil dos que já estão em uso. Somado a isso, a gente ainda tem uma qualificação insuficiente do corpo profissional das escolas para lidar com as inovações tecnológicas e, por último, mas não menos importante, a distração que os celulares, levados pelos estudantes à escola, produzem nessas relações de aprendizagem quando não... (*Falha no áudio.*)

... pedagógicas na escola.

Aqui eu faço o meu primeiro parêntese e um corte na própria carne. É muito difícil educar quando não se dá o exemplo e não é rara – muito pelo contrário – a quantidade de professores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e técnicos administrativos que, no exercício das suas funções, enquanto a exercem, utilizam o celular, seja para olhar o WhatsApp, seja para ver um recado, um vídeo importante, qualquer coisa que tenha recebido, em meio a uma aula por exemplo, quando há proibição, muitas vezes, por parte do docente, de que o aluno mexa no celular.

Então, é fundamental – eu vou usar uma palavra forte, Senador – que alijemos, que afastemos essa hipocrisia. Nós precisamos cortar na nossa própria carne e dizer que essa proibição, se for assim determinada pelo Congresso Nacional, tem que ser para todo mundo. Não pode ser só para o aluno, também tem que ser para o professor. O professor não pode ficar com o celular em sala de aula e proibir o aluno de utilizá-lo.

Quando eu falo nessa distração, eu falo aqui dos meus filhos pequenos: um vai fazer 14 e a outra vai fazer 12. A gente ensina aos filhos não mentir. Eu acho que pelo menos qualquer pai sensato e razoável ensina isso. Para que eles tenham acesso a uma rede social que, na mente deles – não é só na mente deles, mas na mente de muitos de nós –, caso eles não estejam lá, eles não estão no mundo virtual, eles mentem. Eu digo isso porque existem regras de certas redes sociais. Aqui eu faço questão de citar como exemplo o TikTok, que determina uma idade mínima para acesso.

Outro dia, eu perguntei para a minha filha: “Como é que você, com 11 anos, conseguiu ter acesso à rede do TikTok? Qual foi a data de nascimento que você colocou lá?”. Ela disse para mim – e eu fiquei espantado – que ela colocou lá na rede que ela nasceu em 1954. Isso todas as crianças que estão no TikTok, com menos de 13 anos, fizeram. Se vocês, em casa, não sabiam, podem perguntar aos seus filhos em casa que têm menos de 13 anos, por que eles mentiram ao inserir seus dados.

E não há nenhum tipo de controle – o que deveria ocorrer de forma imediata por parte da empresa – para saber se aqueles dados estão corretos, se são verdadeiros ou não, porque senão a empresa simplesmente faz um lava-mãos, lava suas mãos com relação a isso e diz: "Não, eu perguntei antecipadamente, e eles disseram isso. Não tenho culpa se eles mentiram". Fica muito mais fácil para a empresa tratar dessa forma.

Volto ao relatório. É necessário dizer também que esse relatório denunciou a existência de interesses de mercado que atravessam os resultados de boa parte das pesquisas sobre o uso das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tecnologias digitais na educação e informou que quase 90% do conteúdo disponível em repositórios da educação superior foi criado na Europa e na América do Norte, e quase a totalidade deles está disponível somente em inglês. Então, há uma concentração de produção de conteúdo digital e isso afeta o uso pelos grupos com maior dificuldade para acessar recursos de toda origem, inclusive digitais.

É fundamental também deixar aqui que, a partir dos dados de 14 países, fica razoavelmente evidenciado que estar próximo de um aparelho celular é fator de distração, e reforça-se a percepção de que os equipamentos, por si só, sem mediação pedagógica no cotidiano escolar, não produzem efeitos positivos e podem ter impactos negativos na aprendizagem e nos processos de escolarização. A falta de habilidades digitais adequadas, por assim dizer, pode dificultar o melhor uso dessas ferramentas, e os professores se sentem despreparados para dar aulas usando tecnologias. A presença de celulares não implica necessariamente e automaticamente o uso destes para os estudos, pesquisas, criações no âmbito de práticas escolares. Então, isto é fundamental: a presença, por si só, do celular gera distração se não tiver uma mediação pedagógica. Aqui eu já antecipo o meu posicionamento, de que, no cenário que encontramos hoje, Senador, acho muito difícil que tenhamos todos os elementos necessários para que haja uma mediação pedagógica razoável, para que hoje nós permitamos os celulares em sala de aula. Hoje, lamentavelmente, não consigo acreditar que isso seja possível.

É óbvio que um dos aspectos mais positivos das tecnologias digitais foi a possibilidade de inclusão educacional de pessoas com deficiência e de moradores de áreas isoladas no mundo inteiro. Então, se nós temos, por um lado, os equipamentos de tecnologia, e eles ainda são muito caros e de difícil acesso para os estudantes – óbvio, notadamente de países de baixa renda, inclusive o nosso –, por outro lado, as plataformas digitais e os aparelhos estão cada vez mais incorporando elementos de acessibilidade, que têm contribuído para reduzir as barreiras de acesso à educação por grupos educacionais e por grupos populacionais.

Então, há um balancear nessa história, mas, também, de acordo com esse relatório, constatou-se que mais de 1 bilhão de estudantes durante a pandemia conseguiram ter acesso ao ensino *online*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em contrapartida, cerca de meio bilhão não conseguiu, e os mais pobres somam 72% dos que não são alcançados pelo ensino *online*. Então, é necessário que possamos, de alguma forma, combater essa imensa desigualdade de acesso, porque ela é profunda e demonstra o extremo da desigualdade.

Além de tudo isso, o Censo Escolar de 2023 demonstrou, aqui no Brasil, a dimensão dessa desigualdade. Na rede estadual, por exemplo, que detém a maior quantidade de números de escolas de ensino médio, 84,4% das unidades têm internet de banda larga; já o percentual de computadores portáteis, 55,4%; e de *tablets* para os alunos, 17,3%. Na rede privada, essa oferta de equipamento é superior e atinge 59,4% e 33,2%, respectivamente. Aí a gente vai ver que os maiores percentuais de escolas com internet de banda larga estão na Região Sudeste, 96,9%; na Região Nordeste, 88,4%; e na Região Centro-Oeste, com 88%. O Norte do país é a região com o menor percentual de internet, 63,8%, e o Sul é a região com o maior percentual de *tablets* para alunos, na ordem de 28% das escolas, e também é onde aparece o maior percentual de computadores portáteis para os alunos, que é 69,5%. Então, eu acho que esses elementos são importantes para que a gente vislumbre que ainda existe uma forte desigualdade na acessibilidade de conectividade, de banda larga, de aparelhos.

Aqui – eu falo especificamente do Estado do Rio de Janeiro, onde eu me encontro –, a Prefeitura do Rio de Janeiro, em fevereiro de 2024, instituiu um decreto. Aqui, especificamente na cidade do Rio de Janeiro, houve a proibição do uso dos celulares nas escolas municipais, e ela definiu as possibilidades de utilização em situações especiais, incluindo o uso pedagógico. Essa decisão foi baseada em evidências do relatório da Unesco que eu acabei de mencionar, bem como do relatório da OCDE sobre os resultados do teste internacional do Pisa, e ambos os relatórios enfatizam os fatores negativos relacionados à presença dos celulares nas escolas.

Eu acho que algumas medidas podem contribuir para o enfrentamento dessa tensão. Então, produzir processo de diálogo entre os estudantes sobre o uso dos celulares nas escolas; a partir desse diálogo, estabelecer diretrizes de uso que definam quando e como os celulares podem ser utilizados, tanto na sala de aula quanto nas demais dependências; a partir dessa reflexividade, os estudantes podem desenvolver habilidades de autorregulação, gerenciar o tempo do uso de celulares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isto é importante também, que os pais que nos ouvem saibam disto: existem programas de regulação parental para celulares, em que você estipula que redes podem ser acessadas, que programas podem ser acessados, qual é a quantidade de tempo que você permite que o seu filho utilize, e você controla isso do seu celular. Então, procurem programas – alguns são gratuitos, outros são pagos –, para que você possa controlar o uso do seu filho. Não precisa nem ser em ambiente escolar: na sua própria casa, muitas vezes você está trabalhando, se você não tem como fazer esse controle de uma forma mais contundente, mais presente, se você precisa que seu filho tenha um celular para se comunicar com ele, você pode fazer isso.

Eu acho que é possível também estimular que os educadores integrem o uso dos celulares nas atividades de aprendizado, ampliando o interesse dos alunos. É necessário incentivar as atividades colaborativas e lúdicas e o engajamento de estudantes através do celular e – não querendo me estender por força do tempo – promover uma consciência digital sobre os benefícios e os desafios do uso dos celulares, bem como as questões relacionadas à segurança e à privacidade *online*.

Não querendo deixar aqui um posicionamento em cima do muro, acho que hoje é muito pouco provável que consigamos fazer isso de forma imediata. Por força disso, acho que a tendência – e eu falo isso de forma a lamentar, porque em outros países isso acabou acontecendo – é que haja realmente a proibição nas salas de aula, mesmo que isso impacte, de alguma forma, na possibilidade de utilizar esse instrumento de forma pedagógica.

Então, o Foncede se coloca aqui, Senador, à disposição desta Casa, à disposição do Congresso Nacional para contribuir. Os conselhos estaduais e distrital de educação são órgãos reguladores da educação nos estados e muitos deles são órgãos de Estado, ou seja, suas decisões não precisam ser homologadas pelos secretários de estado ou pelo Governador, e isso é um papel importante que acabam tendo os conselhos na regulação da educação estadual e dentro de todo o cenário da educação distrital também.

Então, queria deixar aqui o Foncede à disposição do Senado Federal.

Muito obrigado, Senador Flávio Arns, pelo convite e estamos sempre à disposição de todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a exposição, caro Presidente do Foncede, Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Educação, Ricardo Tonassi Souto.Muito bom, muito didático, muito claro e fez um panorama bem interessante e necessário. Obrigado, Dr. Ricardo.

Passo em seguida a palavra à Vice-Presidente da Região Sul da União dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme). Antes era o Foncede, dos conselhos estaduais, e agora é a Uncme, dos conselhos municipais de educação.

A Sra. Fabiane Bitello Pedro. Seja muito bem-vinda.

A SRA. FABIANE BITELLO PEDRO (Para expor.) – Boa tarde ao Senador Flávio Arns, às minhas colegas de mesa, a Ana, a Patricia, ao querido Ricardo que está virtualmente conosco e a todos que estão acompanhando este importante debate dentro do Senado, uma vez que aqui eu represento 5.152 conselhos municipais de educação, que estão distribuídos pelo Brasil. Então, é importante dizer que eu represento professores, professoras, trabalhadores em educação não docentes, pais e mães de estudantes, responsáveis legais, estudantes também – porque os estudantes, em alguns conselhos, compõem os conselhos municipais de educação –, os próprios secretários e representantes das secretarias de educação, que também compõem os colegiados, porque é importante o Governo estar também dentro dos conselhos de educação para que nós possamos fazer a discussão das políticas dentro desse território, dentro desse conjunto de atores, incluindo as escolas públicas municipais e as escolas privadas de educação infantil. Esse é o escopo de pessoas que eu estou aqui representando.

Hoje no Brasil nós temos 3 mil municípios que possuem instituído o Sistema Municipal de Ensino, que são aqueles municípios que vão ter – assim que a legislação for discutida e, caso ela seja aprovada, o Conselho Nacional de Educação também se pronuncia –, são esses quase 3 mil conselhos do Brasil que vão organizar como a política, como a ação se dará dentro dos territórios, Senador.

Também é importante dizer que o seu convite à Uncme é muito valoroso. O senhor é nosso grande parceiro em diferentes ações, tem sido um dos grandes defensores dentro do Sistema Nacional de Educação também da presença dos conselhos municipais de educação, porque é no território que a política municipal acontece, é dentro do Conselho Municipal de Educação. É a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

partir desses múltiplos atores que nós, conselhos – conselheiros e conselheiras –, podemos, sim, trazer a política pensada para o território nacional, para as nossas particularidades.

O Ricardo, como Presidente do Foncede – o Foncede é um grande parceiro também da Uncme nacional –, trouxe um panorama de diferentes aspectos para a temática. Na verdade, hoje o que nós temos é uma discussão do uso do telefone celular dentro da escola, mas a gente deveria discutir o uso do telefone celular na sociedade como um todo, não somente dentro da escola, porque as nossas crianças ficam de quatro a oito horas dentro da unidade escolar. Após esse tempo, elas estarão junto das suas famílias. Por isso também a importância de que essa discussão não fique apenas na seara da unidade escolar. Nós precisamos discutir o uso dos *smartphones*, dos telefones celulares para além. Por isso – não é, Ana? – que a gente está agora discutindo a implementação, a complementação da Base Nacional Comum Curricular para que nós possamos discutir a cultura e construir a cultura digital dentro da educação básica no território brasileiro, porque é isso que nos falta: construir essa cultura digital firmada num pensamento do uso das tecnologias dentro do aspecto que vai contribuir com a educação.

Eu fiz uma breve pesquisa em relação a se a temática do uso de telefones nos estados onde já tem alguma legislação, decreto ou lei estadual que regule a proibição, que coloca a proibição... No Rio Grande do Sul, por exemplo, estado em que eu resido, nós já temos lei desde 2008 e nós fomos observar se algum conselho municipal de educação havia tratado do tema por competência, como nós temos uma lei estadual que abrange todo o território gaúcho, e o Conselho de Bento Gonçalves tem um parecer que dialoga sobre o uso e traz muito fortemente a divergência entre a lei estadual e também a própria Base Nacional Comum Curricular, que traz a perspectiva de uma cultura digital.

Então, na verdade, nós estamos, eu acho, trabalhando com um ator que não deveria ser o foco. Eu acho que, na verdade, o nosso foco de discussão deveria ser o uso das tecnologias como um todo, porque, na verdade, hoje o que falta para a população mundial é esse olhar. Se nós fizermos a proibição do uso nas escolas, as nossas crianças vão continuar usando ele em casa.

Quando nós vamos a um restaurante hoje, quando nós, cidadãos comuns, chegamos num restaurante, não tem bebezinhos com o telefone celular enquanto o pai e a mãe estão ali,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

merecidamente, jantando? Com um *tablet* ou um *smartphone* acoplado no seu carrinho ou no bebê conforto para que a criança se distraia enquanto a família possa jantar ou almoçar?

Então, nós precisamos discutir, sendo que a Sociedade Brasileira de Pediatria proíbe o uso de celulares para crianças de até dois anos, e ela também sugere, estabelece como mais saudável que as crianças de dois a cinco anos tenham apenas uma hora diária de exposição à tela, e ainda uma exposição que seja acompanhada por um adulto.

Então, é nessa perspectiva que a Uncme vem trabalhando. E é claro que, se a legislação for aprovada, os conselhos municipais de educação vão tomar para si, Senador, esse compromisso de discutir, mas nós precisamos entender que, dentro da escola, também ele é uma ferramenta pedagógica. Nós temos muitas redes que produzem filmes utilizando *smartphones*, que, inclusive, a própria prefeitura municipal investe... No meu município, São Leopoldo, nós temos o São Leo em Cine, que são gravados com *smartphones* que foram adquiridos pela escola, com o apoio do poder público municipal, e nós temos exposição, no cinema da cidade, das produções que os nossos estudantes criam.

Então, quando a ferramenta é utilizada com acompanhamento, ela, sim, tem um grande benefício, e ali nós estamos vendo cineastas amadores, mas são cineastas que vêm produzindo filmes belíssimos, produções feitas dentro da escola, em que eles discutem o dia a dia da escola. Então, o uso de celulares precisa ser discutido com grande responsabilidade, ouvindo os especialistas – e por isso a importância de termos especialistas que tratam do tema –, mas também é preciso ouvir as comunidades escolares, ouvir os estudantes, ouvir os professores.

O Ricardo trouxe a nossa grande dificuldade. De fato, nós não fomos educados com o uso das tecnologias digitais, mas, hoje, os nossos estudantes nos chamam para esse movimento. Nós passamos pela pandemia, tivemos uma dificuldade tremenda em aprender a entrar numa sala para uma reunião virtual. Hoje, nós conseguimos utilizar, como profissionais da educação, as ferramentas tecnológicas, mas ainda nós carecemos de que a universidade prepare os professores para esse uso tecnológico também, que isso esteja dentro das licenciaturas, planejado na formação inicial e na formação continuada dos professores, porque o uso das tecnologias se faz, sim, importante, mas nós precisamos entender que, entre o remédio e o veneno, a diferença é a dose.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós precisamos entender, eu acho que nós adultos precisamos ser educados para esse uso consciente, para que as nossas crianças e os nossos estudantes tenham o direito ao lazer, à brincadeira externa, que nós acabamos nos esquecendo. Acho que todos que estão aqui subimos em árvore, brincamos na rua. Eu tenho filhos, os meus filhos não brincam na rua. Eles brincam no pátio de casa, pela segurança. Então, a importância de pensarmos as nossas cidades também para esse espaço, os parques naturalizados, espaços de convivência para a comunidade, principalmente para a periferia, onde, sim, nós possamos dar condições, porque, para a gente dizer que as nossas crianças precisam ir para a praça brincar, a praça tem que ser segura, tem que ter balanço, tem que ter um parquinho, tem que ter uma areia limpa para as nossas crianças poderem brincar. É isto que transforma uma sociedade: uma cidade pensada para as crianças. E aí a gente vem com a discussão do Plano Nacional pela Primeira Infância, de pensar os primeiros mil dias de vida de uma criança. Então, são muitas ações que o Brasil vem discutindo e nós precisaríamos "linkar" todas essas ações para que, de fato, possam surtir o efeito dentro da escola.

Então, este debate, Senador, é um debate que eu acredito que tem que chamar toda a sociedade para que, de fato... E o Ricardo trouxe que nós temos que ser muito verdadeiros. Então, a importância de sermos verdadeiros no debate, principalmente para dizer que não é apenas um debate da escola; é da escola também, mas precisa ser da sociedade.

Então, a Uncme nacional vem, sim, trazendo, dentro do seu conjunto de ações, esse compromisso e assume com o Senado a ideia de que é importante e é crucial a discussão, mas que nós possamos ouvir aqueles que, de fato, vivem a docência, vivem a escola, para que nós, sim, possamos ter um planejamento que possa ser exequível. Muitas escolas já têm, nos seus regimentos escolares, a organização do uso dos *smartphones*, e isso os conselhos municipais de educação estimulam e, inclusive, orientam quando nós aprovamos os regimentos escolares, porque é uma das nossas atribuições aprovar os regimentos. E nós temos orientado que as escolas também façam essa delimitação, até para que ocorra o uso consciente e adequado dessa ferramenta tecnológica, mas, principalmente – o Ricardo também trouxe outro ponto importante – não é só para a criança e para o estudante, é para o corpo de profissionais.

Quando nós fazemos uma vistoria numa escola, por vezes nós pegamos os professores com o seu telefone na mão. Às vezes, estão fazendo a chamada, porque também a chamada hoje ocorre no *smartphone* – muitos municípios adquiriram plataformas digitais e toda a vida escolar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é feita no *smartphone*. Então, tem isso também, muitos municípios investiram na aquisição de *smartphones* por causa disso, certo? –, mas também para postar as interações pedagógicas das crianças. E aí vem uma outra discussão que a gente carece fazer: o uso indevido da imagem das nossas crianças nas redes pessoais dos professores e das professoras, porque os pais assinam uma autorização para as redes sociais da escola, não para as redes sociais dos professores.

Então, temos, sim, muito a discutir a respeito dessa grande cultura digital, e a BNCC Computação vem nos convocar e nos trazer esse debate, não só por agora ser uma das condicionalidades do VAAR, para que nós possamos organizar dentro dos nossos sistemas de ensino, mas também para que nós possamos trazer este debate e trazer as nossas fragilidades, seja pelo uso adequado das ferramentas, seja pela interpretação inadequada da própria ferramenta dentro da escola.

Nós assumimos, sim, esse compromisso, e o Senador pode contar com a Uncme para todos os debates que forem da educação para que a gente consiga auxiliar as nossas crianças e estudantes para um Brasil ainda mais justo, mais equânime e para que a gente consiga, de fato, dar condições de aprendizagem significativas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito interessante também. Parabéns. Extremamente didático, realista e colocando os desafios.

Eu, inclusive, quero... Nós sempre temos tido o apoio extraordinário da Uncme, sabe? Do Foncede também, do MEC e da Palavra Aberta. Aliás, nós estamos muito solidários em muitos aspectos dessa caminhada. Ouvindo também o Ricardo e ouvindo agora você, Fabiane, a gente pensa que vocês poderiam nos auxiliar a escrever um pré-projeto. Eu acho que o MEC, junto com a Uncme, com o Foncede... para que aí pudéssemos chamar os outros setores da sociedade, inclusive os estudantes, a Ubes, por exemplo, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, e também outras entidades para fazer o debate a partir de uma proposta. Eu acho que isso...

Até o MEC, talvez daqui a pouco... Também a... não a Patricia, a Ana, vai falar. O MEC talvez até tenha uma proposta, não sei se já tem elaborada, mas agradeço muito, Fabiane. Você, residente em São Leopoldo, ainda quero te dar a nossa solidariedade, de novo, em função das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enchentes no Rio Grande do Sul. Eu tenho parentes que moram também em São Leopoldo e eles relataram que foi algo inacreditável, uma devastação total. Então, a nossa solidariedade a vocês, ao povo. Transmita lá.

Inclusive, aqui nós tínhamos emendas da Comissão de Educação e Cultura, e a Comissão de Educação e Cultura deliberou que toda e qualquer emenda da Comissão de Educação e Cultura fosse direcionada para o Rio Grande do Sul – essa foi uma deliberação dos 27 titulares e 27 suplentes –, para o Rio Grande do Sul de uma maneira geral. Mas quanto a São Leopoldo, eu sei que foi grandemente afetado o município, não é?

Vamos em frente.

Passamos em seguida a palavra à Patricia Blanco, que já esteve também no Senado por diversas vezes e tem um trabalho muito bom também nesta área, há muito tempo, porque é Presidente do Instituto Palavra Aberta. Com a palavra.

Com a palavra, então.

Palavra aberta...

A SRA. PATRÍCIA BLANCO – Com a palavra aberta, não é? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... para vocês aí, Patricia. (*Risos.*)

A SRA. PATRICIA BLANCO (Para expor.) – Muito obrigada, Senador Flávio Arns.

É sempre uma honra estar aqui podendo discutir, contribuir com este debate que é tão relevante para a nossa sociedade.

Ana, Fabiane... Ana, já somos, já temos trocado muitas informações, sempre muito solícita em relação às discussões, em relação à educação midiática. Fabiane, é um prazer te conhecer, te ouvindo eu vibrava aqui porque acho que muito do que você trouxe são questões por que também a gente passa, a gente discute dentro do Instituto Palavra Aberta, também o Ricardo. E quero agradecer de novo a possibilidade de poder participar deste importante debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu trouxe aqui uma apresentação, mas queria passar mais para a gente organizar um pouco o conceito da educação midiática e como ela pode ajudar nessa discussão sobre proibir ou não proibir, educar para o uso, até discutindo questões que vão muito além de simplesmente a proibição por si só, porque se a gente olhar hoje, discutir: "vamos proibir o celular da sala de aula", será que só a escola é o *locus*, como bem a Fabiane colocou, o *locus* de preocupação para o uso correto, seguro, ético, responsável da tecnologia? Será que a gente determinar um único dispositivo como sendo nosso inimigo da vez, dizendo: "o problema é o celular", para todos os outros problemas complexos de uma sociedade moderna, conectada em que a gente vive, vai solucionar o problema?

Então eu vejo que este debate se dá num momento de extrema relevância, principalmente pelo fato de que nós gostamos muito de legislar, nós gostamos muito de achar que uma lei vai resolver todos os nossos problemas. E muitas vezes, a lei vai simplesmente não pegar, como a gente sabe, Senador, que muitas leis, no Brasil, acabam não pegando.

E aí, eu queria lembrar um ponto que eu acho que a Fabiane trouxe aqui, na questão da lei, de São Leopoldo, que foi de 2008. A lei que proíbe o uso do celular nas escolas do DF é de 2007. Então, desde 2007, existe uma legislação que proíbe o uso. Ela está sendo efetivada? Ela está sendo, de fato, seguida?

Então é um problema muito mais complexo, que eu acho que a gente não pode usar, não pode ter uma posição maniqueísta, de sim ou não, 8 ou 80. A gente precisa olhar de uma ótica para encarar a complexidade do nosso tempo.

E aí, até para falar um pouco da complexidade, aqui rapidamente, Palavra Aberta é uma entidade sem fins lucrativos, que atua, já há quase 15 anos, na defesa e promoção da liberdade de expressão, liberdade de imprensa e da educação midiática como direito do cidadão, para que ele, de fato, se torne um cidadão empoderado, autônomo, independente, para que ele possa participar ativamente do ambiente informacional e midiático com todos os seus direitos e exercendo a sua liberdade de expressão, esse direito fundamental.

Mas também a gente tem programas voltados para a terceira idade. O EducaMídia é voltado para as escolas; o EducaMídia 60+, para a terceira idade; o #FakeToFora, para combater a desinformação no período eleitoral. Tudo alinhado à Base Nacional Comum Curricular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas olha essa questão da complexidade. Eu gosto de trazer sempre esse gráfico, esse gráfico foi atualizado recentemente, para mostrar o que acontece em um minuto na internet. Então quando a gente fala da complexidade do mundo digital, em que a gente está discutindo banimento ou não banimento, proibição ou não proibição, a gente tem que olhar também o que a gente está fazendo para preparar o cidadão para essa complexidade que está aqui, quer dizer, olha quantos milhões de *posts*, de comentários, de vídeos subidos no YouTube, de informação sendo gerada, de dados sendo gerados o tempo todo, por todos.

A gente vive hoje numa era da superabundância de informação e de estímulos. A gente tem estímulos o tempo todo. A gente tem estímulo para olhar o celular a cada notificação que entra, para a gente olhar as redes sociais a cada momento, para a gente verificar o produto mais recente, para a gente ver o vídeo, a música mais recente da Taylor Swift, está aqui, o que ela sobe de conteúdo e o que a rede dos fãs, das *swifters* sobem de conteúdo. Então a gente vive num momento de uma abundância informacional absurda, com novos formatos, novos desafios, com uma convergência nunca antes experimentada entre produtores de conteúdo e consumidores de informação o tempo todo.

Se nós éramos, sempre fomos, produtores de conteúdo – quando escrevíamos uma carta, estávamos produzindo conteúdo –, hoje a gente produz, dissemina, curte, compartilha, posta e faz todo esse processo tudo na palma da mão. Então essa complexidade se torna ainda mais intensa quando a gente olha, por exemplo, que dentro de um *feed* de notícias, dentro de uma rede social, ou até mesmo em qualquer serviço de mensageria, a gente tem informação, desinformação, opinião, sátira, propaganda, publicidade, discurso de ódio, apostas *online*, *bets*, tudo junto e misturado num ambiente para o qual a gente precisa olhar e falar: "Opa, espera aí, o que é isso de fato?".

Mas como a gente vai fazer isso se a gente já tem aqui – segundo pesquisa da TIC Kids Online, de 2024, recém-divulgada –, entre jovens, crianças e jovens de nove a dezessete anos, 93% que já acessam a internet, o que corresponde a mais de 25 milhões de jovens nessa faixa etária. Há 98% que acessam a internet via celular; 69%, pela TV, as *smart* TVs, – e as *smart* TVs não estão nas escolas, elas estão nas salas de casa –; 37%, pelo computador. Olha que pouquinho pelo computador. *Games* ficou uma coisa até muito fora do contexto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria trazer um outro dado, que é esse de baixo: 83% desses jovens de nove a dezessete anos têm perfil próprio nas redes sociais, sendo que 45% usam o Instagram; 43%, o YouTube e 37%, o TikTok. E há só um dado que eu acho que seria interessante a gente trazer e que não está aqui: 81% desses jovens já possuem celular próprio, sendo que, na faixa etária de nove a dez anos, 67% da população já tem um celular próprio; na faixa de 11 a 12, 79%; de 13 a 14, 77%; e de 15 a 17, 93%, ou seja, o celular está na mão das crianças, já é uma realidade.

A gente, olhando isso, sempre tem essa questão que é colocada: "O jovem que nasceu hoje é nativo digital, ele já nasceu sabendo". Ele pode ter uma facilidade muito maior do que nós, que não somos nativos digitais, que somos... Eu brinco, Senador, que nós somos jovens há mais tempo, e a gente não consegue, de fato, mexer naquele dispositivo de forma tão ágil, tão fácil como um jovem, mas eles são inocentes digitais. E aí a gente precisa olhar para esses inocentes digitais e instruí-los, oferecer ferramentas para que eles possam criar a autonomia necessária para usar esse ambiente no qual eles já estão imersos de forma ética, responsável e com segurança.

Então, a gente precisa de fato olhar para a educação midiática como sendo uma... Eu falo educação midiática como um guarda-chuva mais amplo, mas é a educação digital e midiática, é a educação voltada para o uso das tecnologias de informação e computação, é o que está na BNCC Computação, é o que já está na BNCC no que tange à questão de cultura digital, e assim por diante.

E lembro que o baixo letramento informacional, ou seja, de toda a sociedade, é um fator seriíssimo de exclusão. Por quê? A pessoa que não é letrada, que não sabe identificar um conteúdo, que não sabe se colocar corretamente, que não sabe se proteger de golpes, por exemplo, está suscetível a cair em desinformação, a ser vítima de discurso de ódio, de teorias da conspiração, de jogos *online*, de exposição a riscos, de exposição exacerbada da imagem – como bem colocou a Fabiane, do uso da imagem por parte de professores, ou até mesmo dos pais. Tem até um termo para isso, o *parenting*, que é o fato de os pais usarem as redes para divulgar de forma absurda a imagem dos filhos. E também há a questão de você reafirmar preconceitos que precisam ser desconstruídos desde o início, desde os anos iniciais do ensino fundamental, por exemplo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a educação midiática é esse conjunto de habilidades para acessar, analisar, criar e incentivar a participação ética responsável no ambiente informacional, seja no ambiente *online*, seja no ambiente *offline*. E aí, toda essa questão do uso... O fato de hoje nós estarmos, todas as nossas relações, inseridos nesse universo digital, em que as nossas relações são mediadas por tecnologia, determina que a gente precisa conhecer o seu funcionamento. A gente precisa entender quais são as estruturas sociais, técnicas, o que está por trás dos algoritmos, o que está por trás da construção dessas redes para que a gente possa, de fato, empoderar o cidadão para que ele faça um bom uso, saber usar de forma segura, eficaz, responsável, ética. A gente entende, então, que a educação midiática, nesse contexto, é um direito de todos e precisa, de fato, chegar ao chão da escola.

Aqui, estão outras questões. A gente brinca muito lá no Palavra Aberta que o Paulo Freire não disse isso, mas que, com certeza, teria falado, teria apoiado, porque sempre pregou a educação emancipadora. E a gente entende a educação midiática no contexto dessa superabundância de informação como um pilar importante para, de fato, a emancipação do cidadão perante as tecnologias.

A educação midiática vai evoluindo ao longo dos anos. Ela começa com a discussão toda do uso da educação para os meios, a educação para o entendimento das mídias, o letramento informacional propriamente dito e hoje ela chega olhando também para a questão do letramento algoritmo. Exatamente para a gente entender o que é feito dos nossos dados, como é que a gente, de fato, olha o que a gente está vendo ali no nosso *feed*. Será que é aquilo que a gente escolheu ou alguém escolheu pela gente? Tem alguma outra camada que a gente não está enxergando? Então, de novo, é a questão de a gente olhar as competências midiáticas como um fator de inclusão e de proteção da criança.

O conceito de literacia muda à medida das novas tecnologias e a forma como essa circulação vai trazendo. Então, ser educado midiaticamente é aprender a ler criticamente esse ambiente, é dar voz, desenvolver essa voz, é dar protagonismo ao jovem fazendo com que ele participe de forma ética e responsável da sociedade.

Eu vou passar rapidamente aqui para a gente chegar ao ponto fundamental, que é a questão do uso do celular em sala de aula com a intencionalidade pedagógica. Mas, antes disso, só queria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trazer esse quadro aqui, que é um pouco a questão do que a gente defende: que a educação midiática tangibiliza os novos paradigmas pela segurança e os direitos digitais ao empoderar, de fato, a sociedade para o uso correto, ético e responsável da tecnologia.

E aí, essa discussão toda – acho que a Fabiane colocou muito bem – tem que ser uma discussão, Senador, que deixa de ser única e exclusivamente do chão da escola. Porque discutir a proibição ou não do uso do celular dentro da sala de aula é a gente limitar a uma discussão que, muitas vezes, precisa estar na sociedade como um todo. Naquela questão de oferecer uma tela para um bebê de dez meses e achar bonitinho que o bebê já passe a mão e falar "ah, que bonitinho, ele já sabe, ele já nasceu sabendo", a gente já está introduzindo uma ferramenta que não foi cuidada, não foi pensada para ser utilizada por essa criança nessa idade. Ela não está acompanhada de um cuidado pedagógico, com essa intencionalidade pedagógica, para o uso correto desse dispositivo.

Então, a gente precisa olhar para essa discussão não demonizando a tecnologia; muito pelo contrário, a gente precisa educar para o uso. E eu acho que isso é muito importante de a gente ressaltar. Não dá para a gente demonizar. Não sei se vocês já ouviram isso, mas o termo que é utilizado para definir a nossa sociedade é "figital": somos todos físico e digital ao mesmo tempo. A nossa persona *online* e a nossa persona digital são a mesma, não tem mais separação. O que a gente faz no *offline* reflete no *online* e vice-versa. Vejam, por exemplo, os ataques com discurso de ódio, o *cyberbullying*, e o quanto isso afeta o cidadão ali na sua individualidade, na sua saúde mental.

Então, a gente precisa olhar para essa discussão de uma forma responsável. O uso pedagógico da tecnologia pode acontecer e pode acontecer com este critério: você pode regular o uso do celular, mas você tem que educar para o uso. Eu tenho falado muito que, se regular é preciso, educar é urgente, porque a regulação demora. A educação está aqui, é o que a gente pode fazer neste momento.

Eu trouxe aqui, muito rapidamente, já nos meus minutos finais, algumas dicas, mostrando que dá para a gente usar a tecnologia, dá para a gente usar o dispositivo tanto no ambiente *online* como no *offline*. A gente pode falar de tecnologia sem a tecnologia ali, a gente pode se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desconectar para falar da tecnologia até para que a gente olhe outros espaços e veja outras possibilidades.

Alguns dos pontos que a gente sugere são: aprender a fazer buscas qualificadas; saber, com os resultados de busca, avaliar a confiabilidade da informação; saber verificar a fonte; saber olhar o que aquela informação quer da pessoa; fazer questionamentos em relação à integridade da informação tão necessária para o desenvolvimento e até para a proteção do cidadão; reconhecer os fundamentos dos ambientes algorítmicos a partir de exemplos e do que está por trás de cada uma das redes – já estou concluindo –; observar as relações por trás das tecnologias; e também praticar o uso positivo. Por que não? Olhem quantos usos positivos a gente tem, quantas vozes surgiram no ambiente digital, com mais pluralidade, com mais diversidade, com o envolvimento até de líderes estudantis, de pessoas que estão ali, ajudando o seu entorno, tendo voz ativa, tendo protagonismo para melhorar a sociedade. Aqui, olhem quantos exemplos positivos desse uso seguro da tecnologia, do dispositivo, dessa ferramenta tão importante, tão crucial para o exercício da cidadania e também para que a gente possa avançar no desenvolvimento social e na inclusão.

Eu queria deixar aqui esse último eslaide, que é como a gente vê. Nessa discussão entre banimento e não banimento, a gente precisa olhar a educação midiática como um fator de inclusão e de cidadania.

De novo, é olhar para o uso seguro da tecnologia, empoderando o cidadão, fazendo com que ele tenha autonomia para que ele possa exercer os seus direitos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Queremos agradecer a você novamente, Patricia Blanco. Foi muito interessante, muito importante a apresentação.

A Patricia é Presidente do Instituto Palavra Aberta.

Parabéns pelo trabalho, também, no decorrer dos anos, vários anos!

Passo, em seguida, a palavra a Ana Úngari Dal Fabbro, que é Coordenadora-Geral de Tecnologia e Inovação da Educação Básica, do Ministério da Educação (MEC).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, Ana.

A SRA. ANA ÚNGARI DAL FABBRO (Para expor.) – Muito obrigada, Senador.

Primeiramente, boa tarde a todos e a todas. Queria começar cumprimentando o Senador Flávio Arns, agradecendo muito o convite e esta oportunidade de estar aqui, hoje, discutindo esse tema que está, acho, tão na boca de todo mundo, um tema tão importante para a gente no Ministério da Educação. Queria cumprimentar também o Ricardo Tonassi Souto, Presidente do Foncede; a Fabiane, da Uncme; e também a minha colega Patricia, do Instituto Palavra Aberta.

Acho que quero começar, inclusive, elogiando as excelentes contribuições de vocês nas suas falas. Vocês já traçaram um quadro bastante completo do tema que a gente tem aqui para discutir.

Queria começar um pouco... Na minha apresentação, vou inverter e ir um pouco para essa discussão do micro e dos celulares nas escolas e, depois, falar desse tema tão importante da educação digital e contar como a gente tem visto esse debate no âmbito do Ministério da Educação e o porquê da importância dele e da urgência também.

Começando, esse debate dos celulares nas escolas é um debate bastante relevante, um debate que tem sido traçado não só aqui internamente, mas é um debate de muita discussão no contexto internacional – não só esse tema da educação digital e midiática, mas, mais especificamente, inclusive, essa questão da restrição da utilização de celulares dentro das escolas.

O documento base da Unesco para a última reunião que aconteceu da *Global Education Meeting*, em Fortaleza, na semana passada ou retrasada, já apontou até uma mudança bastante significativa do cenário internacional. Então, o último relatório já trazia que a gente tinha, pelo menos, um quarto já das escolas, mundo afora, com algum tipo de restrição em relação a esse uso, e um salto aqui, nos últimos dois anos, para mais ou menos um terço.

A gente tem vários países já adotando recomendações de restrições de formas diferentes, modelos diferentes, mas eu gostaria aqui de mencionar a experiência já da França, da Holanda, da Itália, da Finlândia, da Espanha, e da Austrália também, que vem até restringindo bastante o uso de redes sociais, de uma forma geral, por crianças e adolescentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem, neste momento, um debate já nacional. Então, a gente tem a experiência recente que tem sido muito discutida do Rio de Janeiro, que é a primeira capital que aprovou, por decreto, uma proibição do uso dos celulares dentro das escolas, e um projeto de lei também, que está em discussão na Câmara, e que acaba de ser aprovado na Comissão de Educação, que também tem promovido muitos debates.

No âmbito do Ministério da Educação, a gente tem discutido bastante. O Ministro Camilo tem comentado muito a importância e a urgência desse debate, e eu queria trazer um pouco dos motivos por trás dessa discussão. Antes mesmo de mencionar isso, eu queria trazer essa informação de que existe um contexto, um problema mais profundo. A gente está discutindo aqui esse tema dos celulares nas escolas, mas, por trás disso, existe um debate muito grande sobre a presença de crianças e adolescentes nesse mundo digital e de que forma que essa presença tem se dado nesse contexto atual. É importante também olhar esse tema sob essa ótica mais ampla. Vou focar aqui hoje mais nesse olhar específico da educação, mas esse é um debate que envolve a presença de crianças e adolescentes num ambiente digital que não foi feito e não foi pensado para elas – e eu acho que esse é um ponto bastante importante. A gente tem hoje diversas plataformas, redes sociais, que foram pensadas para adultos, e acabam sendo acessadas por crianças, plataformas essas com algoritmos específicos exatamente com o intuito de prender ao máximo a atenção. Então, acho que esse contexto mais amplo também de organização do mundo digital é bastante importante para essa discussão que a gente está tendo aqui nesse ambiente mais reduzido da educação.

Acho que, de forma geral, todos os outros colegas aqui já trouxeram isso, mas é importante a gente entender que, para além das restrições a respeito dos celulares nas escolas, é muito importante a gente discutir isso de uma forma mais ampla: falar sobre a educação digital e pensar essas coisas de forma bastante articulada. Então, eu vou trazer, em seguida, a estratégia hoje do Ministério da Educação em relação a esse tema e mostrar como esse tema não está solto dentro do Ministério, mas articulado com uma série de outras ações estruturantes a respeito desse tema da educação digital.

Também acho que um ponto bastante importante para a gente entender essa discussão é pensar no equilíbrio dos princípios de proteção, provisão e participação, que já vêm de todos os documentos que orientam os direitos de crianças e adolescentes – entender que uma discussão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é sobre o uso dos celulares por adultos, mesmo por profissionais da educação; e outra discussão é a gente pensar nas nossas crianças pequenas, nos nossos adolescentes, e pensar muito esse uso das tecnologias, de uma forma geral, numa ótica de uma participação progressiva, de uma autonomia progressiva desses estudantes no uso das tecnologias, de uma forma geral, e, mais especificamente aqui, a respeito dessa questão dos celulares.

Esse tema vem sendo muito discutido, acho que também não só dentro do Ministério da Educação – é importante falar isso. Existe um grupo de trabalho já puxado pela Presidência da República, pela Secom, que já vem discutindo com o Ministério da Saúde, o Ministério da Justiça esse tema, com a sociedade civil também, incluindo especialistas, de uma forma mais ampla, para além da educação. Mas aqui queria trazer já um pouco de como isso vem avançando dentro das gestões do ministério.

Então, quais são as principais preocupações, de uma forma geral, em relação a esse uso de celulares por crianças e adolescentes? Muito do que a gente traz aqui vem embasado em diversos estudos e pesquisas recentes sobre esse tema – de pesquisas internacionais também, não só pesquisas feitas aqui no contexto nacional, é importante pontuar – que já vêm sendo apontados alguns indícios desses problemas desses riscos associados por uso de redes sociais por crianças e adolescentes e por uso excessivo de telas.

A gente observa já vários estudos que apontam correlações em relação a problemas de distúrbios de sono, de isolamento social de crianças e adolescentes, casos também de ansiedade e de depressão. Acho que todos nós sabemos dos nossos próprios desafios ao participar e atuar em redes sociais. Imaginem crianças e adolescentes ainda em processo de formação e de desenvolvimento tendo que lidar com toda essa exposição nas redes sociais, com todas essas questões. Isso tem surgido muito já também nos estudos e também – acho que esse é um ponto importante – até impactos relacionados ao próprio desenvolvimento da linguagem dos estudantes, desenvolvimento cognitivo e motor, de uma forma geral.

Existem também muitas preocupações, muitos riscos associados à exposição a conteúdos inadequados. A gente sabe que, se o acesso no mundo digital não for mediado por professores, por pais com todas essas preocupações, os estudantes acabam acessando conteúdos que não foram pensados, feitos para crianças e adolescentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem ouvido muito das escolas – e isso aparece também nos estudos – sobre o aumento dos casos de *cyberbullying*. A gente sempre teve problema de *bullying* nas escolas, mas a gente vê uma mudança muito grande do perfil: antes, casos isolados, que eram lidados entre alguns poucos estudantes; hoje, jovens, muito precocemente, sendo às vezes completamente expostos nas redes sociais, com imagens sendo compartilhadas – e a gente sabe que o que sai uma vez na internet fica para sempre gravado – e todo o impacto de lidar com isso, precocemente, na adolescência.

Há também toda a questão, aqui, de violação de dados de crianças e adolescentes e esse risco também associado.

Em relação ao ambiente escolar, mais especificamente, vários estudos têm apontado a associação com a questão do foco das crianças e dos adolescentes durante as aulas. Eu mesma, quando estou no Ministério da Educação e preciso mesmo me concentrar muito em alguma atividade, tenho que tirar o celular de perto, porque aquela própria notificação que fica pulando, que todo mundo sabe que distrai, puxa a atenção. Então, isso tem sido um fator bastante distrator de atenção, de concentração dos estudantes durante as aulas, o que, obviamente, afeta a aprendizagem dos estudantes, e também tem sido um fator de redução das interações sociais no ambiente escolar. Acho que aí estamos olhando mais para os adolescentes, principalmente, mas esse uso acessível no ambiente escolar também tem prejudicado as interações sociais.

Acho que é importante trazer todo esse mapeamento de riscos para entender o porquê de essa discussão ter ficado tão urgente de a gente ter e todos esses impactos que a gente tem visto dentro das escolas. E por que a importância, então, de a gente discutir a educação digital e midiática?

Outro fator importante é a gente conseguir separar os usos das tecnologias. A gente não pode também colocar tudo no mesmo balaio. Existe um uso que é o uso não mediado, exclusivo do estudante, de conteúdos que não são apropriados para ele, ou em momentos que não são apropriados – um uso excessivo –; e outra coisa é, de fato, o uso pedagógico das tecnologias. Quando a gente fala, aqui, em uso pedagógico das tecnologias, a gente está falando muito do planejamento consciente e direcionado dos professores de terem uma atividade pensada para os estudantes, com a finalidade exatamente de educar os estudantes em relação ao uso dessas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tecnologias, ao uso equilibrado dessas tecnologias não só para o próprio aprendizado, mas até para aprender a fazer essa autorregulação tão importante hoje em dia, que vai garantir a saúde mental dos nossos estudantes; de ter a tecnologia como meio, não como fim; de ter a reflexão crítica sobre o uso das tecnologias – a Patricia falou bastante sobre isso –; e de essa estratégia, é claro, ser contextualizada dentro da educação.

Então, acho que também, do ponto de vista do Ministério, a gente acha muito importante separar o que é a discussão sobre restrições dentro das escolas relacionadas aos usos não pedagógicos – celular no intervalo, celular durante a aula, sem orientação do professor – daquela sobre um uso mediado pelo professor, que é tão importante para a implementação da educação digital nas escolas. A gente tem hoje professores com práticas incríveis com uso de tecnologia, que têm conseguido trazer esse debate para dentro da sala de aula, e esse debate é absolutamente importante para a formação dos estudantes como cidadãos digitais, como cidadãos que conseguem estar presentes no mundo digital da forma mais adequada, responsável, segura.

Então, este debate da educação digital e midiática não é novo. A gente tem, desde 2017, na Base Nacional Comum Curricular já a Competência Geral nº 5, que traz a importância de a gente trazer para os currículos das nossas escolas o uso consciente, responsável, crítico das tecnologias. A Piec foi aprovada em 2021 também falando da importância do uso pedagógico das tecnologias dentro das escolas. Em 2022, a gente tem a aprovação do parecer da Câmara de Educação Básica, que aprovou a BNCC Computação, que traz a importância dessa educação digital voltada para a cidadania digital – e falo um pouco mais disso à frente.

Tivemos também, no ano passado, a aprovação da Política Nacional de Educação Digital, que reforça a importância da tecnologia não só como uma ferramenta pedagógica importante, mas também como objeto de estudo e discussão dos impactos da tecnologia na sociedade dentro de sala de aula e o lançamento de Escolas Conectadas pelo Ministério da Educação em setembro do ano passado.

E qual é essa visão que a gente traz dentro do MEC de educação com tecnologia? Então, é uma educação com tecnologia voltada para a inclusão de todos os estudantes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

independentemente da região do país onde eles vivam, independentemente de deficiências ou não, voltada exatamente para a gente formar esses novos cidadãos digitais, que vão saber fazer esse uso seguro, crítico e responsável das tecnologias.

E para isso a gente vem trabalhando em seis frentes, e a gente entende que essas seis frentes, de forma articulada, vão garantir o sucesso, de fato, de um uso positivo das tecnologias dentro do ambiente escolar, em detrimento desses usos que vêm causando riscos para as nossas crianças e adolescentes.

Então, a gente está falando da garantia de uma conectividade nas escolas, de fato, voltada para a finalidade pedagógica. A gente vem falando do acesso a dispositivos e daí dispositivos adequados para o aprendizado dos nossos estudantes, na mão dos estudantes, com os professores dentro de sala de aula; desse alinhamento curricular tão necessário que traga esses novos temas de educação digital, que envolvem o tema do pensamento computacional, do mundo digital, para os nossos estudantes entenderem o funcionamento desse mundo digital, entenderem qual é a lógica dos algoritmos por trás exatamente de todas essas plataformas, de todos esses conteúdos que eles acessam, exatamente para conseguirem desenvolver um pensamento crítico e uma visão da cultura digital. É importante este debate vir para as salas de aula. Então, a gente vem trabalhando muito nessa frente dentro do Ministério da Educação.

A importância de a gente olhar, então, para a formação dos professores. Os nossos professores sabem usar a tecnologia, mas em que medida estão conseguindo usar essa tecnologia com intencionalidade pedagógica dentro de sala de aula e também com essa visão de cidadania digital, de uso seguro e responsável da internet? E também aqui – não vou me estender hoje, mas essa dimensão é importante – a gente pensar a transformação digital das nossas secretarias e o acesso a recursos educacionais digitais.

Então, por conta do tempo, focando mais aqui nessas duas missões mais relacionadas à parte de currículo, competências digitais e recursos educacionais, a gente vem trabalhando em duas grandes frentes, sendo uma delas a educação digital nos currículos e materiais didáticos. Então, a gente vem discutindo esse tema já com seminários e oficinas com todas as secretarias de educação pelo país. A gente está com uma assessoria técnica específica para as secretarias estaduais de educação exatamente para implementar esse tema da educação digital nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

currículos de todas as escolas. Essa mesma assessoria vai ser ofertada para os municípios a partir do início do ano que vem.

A gente tem discussões já hoje dentro do Conselho Nacional de Educação a respeito de diretrizes operacionais voltadas para a educação digital. Esse tema foi aprovado na Câmara de Educação Básica na semana passada.

Então, sob provocação do Ministério da Educação e da Secom, da Presidência, trata-se da importância de a gente dar orientações mais específicas para secretarias em relação a todos esses desafios hoje de implementação da educação digital nas escolas. Nas diretrizes curriculares do ensino médio, esse tema também já foi contemplado. São diretrizes que foram aprovadas na semana passada. Então, isso já entra também agora em todos os currículos do ensino médio no Brasil; então, está também presente nas diretrizes. Isso vem entrando em todos os materiais didáticos hoje ofertados pelo MEC, no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático. Então, também isso chega, nos próximos anos, a todas as escolas, exatamente por conta da relevância do tema.

Vale também mencionar que o MEC tem feito um esforço com várias ações direcionadas para pensar a formação de professores para o uso das tecnologias. Então, a gente sabe da importância de os nossos professores conseguirem usar essas tecnologias de forma pedagógica para, de fato, conseguirem contribuir com o aprendizado dos estudantes e conseguirem também traçar esses debates tão importantes sobre cidadania digital, sobre uso equilibrado das tecnologias. Então, a gente lançou também agora, no segundo semestre, um referencial de saberes digitais docentes. Quais são esses novos saberes que todos os docentes da educação básica precisam desenvolver? A gente tem três grandes dimensões: uma que é exatamente essa dimensão da prática pedagógica do professor, outra que olha para a cidadania digital, e uma pensando no desenvolvimento profissional dos professores, e também um autodiagnóstico que já traz para o professor não só em qual nível que ele está, que é um diagnóstico que ele próprio responde, mas que já traz aí uma oferta de cursos relacionados a esse tema que já estão disponíveis na plataforma do MEC, que é o Avamec. E a gente vem trabalhando também – acabamos de anunciar na semana passada – na criação de novos laboratórios de tecnologia, com apoio de formação de professores, numa parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que é o Programa Mais Ciência na Escola.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, são diversas ações em que o Ministério da Educação vem trabalhando de forma articulada. E acho que mais detalhes de tudo isso também podem ser acessados aqui, diretamente na página do MEC, no Escolas Conectadas, em que estão todos esses materiais que foram mencionados.

Para finalizar, acho que os principais recados que eu queria trazer aqui é que a gente precisa ter uma abordagem, de fato, que olhe para todas essas dimensões de forma simultânea. A gente tem que pensar a formação de professores, pensar os currículos de educação digital das nossas escolas, mas a gente também precisa entender que os nossos estudantes, principalmente as crianças pequenas, precisam de ajuda a mais para conseguirem fazer esse uso equilibrado das tecnologias hoje dentro da sala de aula. E por isso é tão importante esse debate sobre o uso equilibrado das tecnologias dentro das escolas, focado muito mais no uso pedagógico; e, por isso, a importância e a urgência também do debate sobre as restrições do uso de celulares nas escolas.

Não vou me alongar, por conta do tempo, mas estou aqui também à disposição para continuar a conversa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a você, não só eu, mas toda a Comissão. É muito importante – viu, Ana? – a abordagem que você fez, que reflete, assim, as discussões, os desafios, a importância disso. E quero parabenizá-la também pela apresentação. Penso que todas as exposições foram muito boas, ilustrativas, didáticas.

Eu leio, neste momento, perguntas e comentários que vieram de pessoas que estão nos acompanhando pelo Brasil, o que é bom também para ver a preocupação da sociedade em relação ao tema.

Letuza, de São Paulo: “Como garantir o acesso às tecnologias digitais de forma inclusiva e igualitária nas escolas?”.

Eu até peço que possa dar uma cópia também para o pessoal, se quiser.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bruno, do Rio Grande do Sul "[...] quais são as implicações da inteligência artificial para o futuro da educação?".

Eduardo, de Minas Gerais: "Como podemos estruturar o uso de celulares na sala de aula para fortalecer o aprendizado, o pensamento crítico e as habilidades de pesquisa?".

Eu penso que várias perguntas já foram de alguma forma refletidas, pelo menos. Não é uma resposta direta. Muitas vezes, é difícil fazer isso, mas pensar, refletir. Pensarmos juntos no desafio é o importante.

Rafael, de Pernambuco: "Como as escolas podem ensinar sobre a privacidade digital e a segurança *online* no uso de celulares?".

Letícia, do Distrito Federal: "Como criar um ambiente educacional para uso de aparelhos digitais de forma consciente e equilibrada?".

Alguns comentários.

Adelgício, de Minas Gerais: "Deve haver controle no uso desses meios de comunicação nas escolas, principalmente com relação a *sites* que propagam desinformação".

Ana, da Paraíba: "O uso de celulares pode enriquecer o aprendizado, com acesso a recursos digitais e atividades interativas, mas exige regras para tal uso".

Lucas, do Rio de Janeiro: "O uso de aparelhos celulares na escola é prejudicial para concentração dos alunos e interfere no trabalho dos professores".

Temos mais algumas perguntas que vieram na sequência.

Demerson, do Ceará: "Como os professores podem ser capacitados para lidar com os desafios de celulares em sala de aula?".

Eloísa, de São Paulo: "Estudos indicam que [...] o uso excessivo de telas [é prejudicial]. Orientar o uso é uma prerrogativa. Como pretendem inserir esse tema?". Foi bastante discutido isso.

Luan, de Minas Gerais: "[De] que tipo de formação os professores e educadores precisam para incorporar a educação midiática no uso em sala de aula?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda dois comentários.

Érika, da Paraíba: “Concordo com a proibição em ambiente escolar, [...] [mas é] essencial disponibilizar tecnologias [...] [para uso educacional] como pesquisas [e aprendizado]”.

Lucas, do Rio de Janeiro: “o uso de aparelhos celulares na escola é prejudicial para a concentração dos alunos [novamente] e interfere no trabalho dos professores”.

Então, algumas perguntas e comentários. Depois, todas as apresentações vão ser organizadas.

Nós temos, inclusive, a presença da Consultoria do Senado, para que isso também se reflita no projeto de lei a ser apresentado.

O Marden Ribeiro, que está aqui, que nos acompanha sempre também, mas com a participação da Uncme, do Foncede, do MEC, do Palavra Aberta e das demais instituições, no Brasil, que se dedicam ao tema.

O que a gente observa é que existe na sociedade um apoio muito grande para a proibição do uso de celulares nas escolas – 80%, em torno disso, de acordo com as pesquisas. Muitas pessoas perguntam, inclusive, se isso não é reflexo da agonia, do desespero dos pais, pensando que talvez a proibição lá vá ajudar no uso excessivo em casa.

Então, também acho que seria importante até avisar os pais: "Olha, estamos juntos nessa caminhada". Todo mundo tem que fazer a sua parte no esforço. A criança e o adolescente estão na escola, quatro, oito, sete horas, durante o dia, e o resto do tempo está em casa, com os colegas, com os amigos, com os pais... E os pais usando o celular na hora do almoço, na hora da janta, em vez de conversar com o filho ou com a filha.

Havia um psiquiatra, inclusive, que dizia: "Olha, tem tanto problema de comportamento psiquiátrico hoje em dia. Eu dizia para os pais antes: 'Olha, passe uma hora pelo menos com o filho, bata papo e tal'. Hoje em dia, só peço uns quinze minutos, porque o pessoal não tem mais tempo para conversar com o marido, com a esposa, com os filhos..."

Então, é todo um trabalho organizado, da responsabilidade de todos nós, estejamos na escola ou na sociedade. Mas o tema da proibição do uso do celular na escola tomou conta da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discussão no Brasil. Por isso, quisemos ampliar essa abordagem, como foi muito bem abordado aqui, para a educação midiática, importante, necessária, com instrumentação adequada, porém uma educação para o uso.

Gostei muito da frase: se proibir é importante, educar é urgente. Se proibir é importante, necessário, educar é urgente. Até foi colocado que o instrumento que está nas nossas mãos é a educação. São 40 milhões de pessoas que estão nas escolas, mais de 40 milhões, desde a educação infantil até o final da educação básica. E as mudanças em casa acontecem a partir, eu penso, da educação dos filhos. A restrição ao uso do cigarro, em muitas ocasiões, aconteceu por causa da educação das crianças na escola: "Não, pai, o senhor está fumando aí! O pessoal disse que dá câncer, dá problema de pulmão, dá isso, dá aquilo, tem que parar de fumar, é o cheiro e tal, não sei o que..." E o pai no final dizendo: "Olha, está bem! Vamos, concordo com você".

Então, a transformação na sociedade, essa criação de uma cultura midiática, eu penso que, realmente, através da escola, pode acontecer.

Até me refiro a um outro exemplo. Fui Secretário de Educação no Paraná: das 2,1 mil escolas, cerca de 1,8 mil não estavam autorizadas a funcionar pelo Corpo de Bombeiros, praticamente 100% das escolas. Daí eu disse: "Meu Deus do céu! Se acontecer alguma coisa, um incêndio, alguma coisa, a gente vai ser responsabilizado".

Então, reunimos a polícia, o Batalhão de Patrulha Escolar, os bombeiros e o Conselho Estadual de Educação, que já considerava a causa perdida, para organizarmos uma abordagem, e foi, então, criado o que se chama defesa civil nas escolas, criação de um grupo também na própria escola para se organizarem, verem, fazerem exercício de abandono, um programa de dez anos – e já se passaram os dez anos.

Brigada escolar e defesa civil nas escolas, muito antes do episódio da Boate Kiss, lá em Santa Maria, um ano antes, que também foi uma tragédia sobre a qual até hoje a gente pensa: "Puxa vida, como as famílias devem estar sofrendo!". Mas, com isso, o Corpo de Bombeiros falou que foi o programa mais importante da história do Corpo de Bombeiros, para se criar uma cultura de proteção, de brigada escolar, de defesa civil, para que uma pessoa entre num *shopping*, por exemplo, num cinema e veja onde está a saída, rota de fuga, indicação, uso do extintor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é criar a cultura midiática pela criança e pelo adolescente também. Acho que é um tema que a gente pode pensar juntos – não é, Ana? – em como colocar isso no papel. Já tem tanta coisa elaborada, como você mostrou, no decorrer dos anos, mas talvez sintetizar isso numa abordagem que possa atender à necessidade.

Muito bem!

Eu passo, de novo, a palavra a vocês, então.

Começamos pela Fabiane para as considerações finais. E o que fazer? O que você sugere? Você já falou tudo isso na sua apresentação também, mas reforçando que a sociedade faça, que a família faça e que nós do Congresso possamos fazer também.

A Uncme, não há dúvida, vem se esmerando nesse sentido, mas o que, essencialmente, vocês esperam que o Congresso faça?

A SRA. FABIANE BITELLO PEDRO (Para expor.) – Bom, Senador, é importante dizer que hoje, dentro das escolas, nós temos dois documentos que são fundamentais, que seriam importantes instrumentos para essa regulação de utilização pedagógica dentro da escola: um deles é o regimento escolar, que eu trouxe antes; e o outro é o projeto político-pedagógico da escola, que traz o conjunto de ações pedagógicas que os profissionais... Esses dois documentos são feitos pela comunidade escolar com a participação não só do corpo docente, mas também com a participação dos estudantes e das famílias. Então, é importante dizer que instrumentos para regular o uso dentro das escolas nós já temos. Eu acredito que nós precisamos é organizar dentro do projeto político-pedagógico dos regimentos escolares essa utilização.

Como eu disse antes, que o Senado consiga escutar quem vive a educação, que são os professores e os estudantes das escolas, para que essa regulação seja feita, mas da forma que venha a auxiliar a educação dentro das nossas escolas.

A Ana trouxe diferentes pontos que são importantes, porque, na verdade, a gente tem que ter esse cuidado em relação ao mau uso das ferramentas tecnológicas. E isso não é uma discussão que a gente tem que acreditar que é menor; pelo contrário, ela é muito grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem, infelizmente, estudantes que tiram as suas vidas em função de situações que acontecem com o *cyberbullying*, com o uso equivocado das ferramentas tecnológicas, mas essa discussão precisa transpor o muro da escola. Por isso, a Uncme reafirma que é uma discussão que não deve ficar focada apenas na utilização dentro da escola.

Hoje, se cada pai e cada mãe que está aqui acompanhando pegar o telefone do seu filho e olhar por quantas horas ele utilizou cada um dos aplicativos que ele tem instalado no telefone, nós vamos observar que alguns deles ficaram mais tempo do que quatro horas utilizando qualquer um dos aplicativos. Esse exercício é importante.

E nós temos ferramentas gratuitas que dão aos pais a possibilidade de restringir o acesso a diferentes aplicativos. O pai, no seu próprio *smartphone*, vai lá e consegue fazer isso. A gente, então, precisa instruir as famílias. Então, para além da escola, a gente precisa instruir a sociedade como um todo para o uso das ferramentas, para que, de fato, a cultura digital se permeie em toda a sociedade.

Então, é importante dizer que é um debate que está dentro da escola, mas que precisa sair da escola. É uma responsabilidade muito grande para ficar apenas nessa discussão intraescolar. Ela tem que ser extraescolar, para que, mais uma vez, a escola não tenha para si uma responsabilidade que não é só dela; é de toda a população. Para isso, a gente precisa discutir com todos os atores.

Muito obrigada, Senador. Nosso Presidente, Manoel Humberto, lhe manda um abraço e agradece, mais uma vez, essa parceria. Ana, Patricia, grata por essa partilha e por tantas aprendizagens; Ricardo, que está conosco virtualmente. E quero dizer que a Uncme está à disposição para este e para todo o bom debate da educação no nosso território brasileiro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradecemos a você, Fabiane Bitello Pedro, que está representando a Uncme (União Nacional dos Conselhos Municipais da Educação) – lá no município, lá na ponta mesmo.

Parabéns! Foi muito boa a sua participação; a gente agradece muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também, em seguida, passamos, então, a palavra à Patricia Blanco, que é Presidente do Instituto Palavra Aberta.

A SRA. PATRICIA BLANCO (Para expor.) – Obrigada, Senador. De novo, foi um momento de grande troca e de muito aprendizado da minha parte.

Eu acho que a sua pergunta vem muito na linha do que fazer, não é? E eu gostei muito da fala da Fabiane, porque ela trouxe a questão da dimensão coletiva da abordagem desse tema. Não é uma questão única e exclusivamente da escola; se fosse, estaria tudo resolvido. Eu acho que a gente não pode achar que uma solução simplista vai resolver todos os problemas, porque não vai.

E, até corroborando um pouco essa fala de que se precisa transcender os muros da escola, volto aqui à Pesquisa TIC, que é *online*, do Cetic.br, divulgada recentemente, que mostra o local de acesso à internet pelas crianças de 9 a 17 anos: nas classes A e B, 100% em casa; na classe C, 100% em casa; nas classes D e E, 97% em casa.

Então, se a gente olhar o que é possível fazer dentro da escola, dos marcos legais, dos acordos coletivos e de regramentos que possam acontecer, até para fazer com que o professor retome o poder de decidir em que momento ele vai usar o dispositivo para uso pedagógico ou não... Se a gente olhar uma lei que venha regular isso, Senador, pode ser muito importante, pode ser muito interessante, porque, muitas vezes, o que a gente vê e ouve dos professores é que eles não têm mais autoridade para recolher um dispositivo, porque a criança ou o adolescente fala: "Você vai tirar de mim?". Então, ter uma regra de uso pode ser importante para restabelecer esse poder.

Mas o que a gente precisa olhar é a preservação do uso pedagógico da tecnologia, para preparar essa criança, dentro do universo da escola, para que ela possa atuar na sociedade. E, aí, eu acho que foi a Ana aqui que falou – a Ana da Paraíba – que o uso de celulares poderia enriquecer o aprendizado. Sim, pode enriquecê-lo, e precisa de regras. Então, se forem estabelecidas regras claras, transparentes, entre os alunos, os pais e a comunidade escolar, independentemente da lei, já seria possível de a gente ter ganhos – ganhos, inclusive, para a sociedade como um todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só concluindo, teve uma pergunta sobre inteligência artificial. A questão da inteligência artificial ou da inteligência artificial generativa só agrega uma camada a mais de complexidade. Se a gente olhar, por exemplo – e eu sempre dou esse exemplo, a Michele, que está aqui, já me ouviu falar dele –, o que leva um aluno a usar uma ferramenta de inteligência artificial generativa para criar *nudes*, para colocar a foto de colegas no corpo nu de outras colegas para praticar o *cyberbullying?* Não é uma questão do uso da tecnologia, é uma questão ética, que antecede o uso da tecnologia. Com que direito eu posso pegar uma ferramenta de tecnologia qualquer, mudar e fazer um *deepfake,* ou promover um discurso de ódio em relação àquela determinada colega ou professora ou qualquer outra pessoa? Então, é uma discussão que vem primeiro, que antecede.

Mas a educação midiática e digital também pode ser um instrumento para direcionar o uso seguro da inteligência artificial generativa, e também a educação digital aí, preparando os estudantes para que eles possam utilizar a inteligência artificial generativa para o mercado de trabalho. A gente vai ter aí uma mudança radical no mercado de trabalho. Então, a gente também precisa olhar a educação voltada para isso, para preparar para o uso da tecnologia.

E só uma última questão: eu queria agradecer, Senador, a sua sempre disponibilidade para tratar desse tema. Queria lembrar que foi o Senador Flávio Arns o primeiro Senador que aderiu à causa da educação midiática aqui no Senado, promovendo a primeira audiência pública lá em 2018. A gente estava ainda começando a discutir a BNCC, recém-promulgada, e o Senador Flávio Arns foi, então, esta nossa liderança aqui, que vislumbrou e abriu espaço para que a gente discutisse esse tema.

Então, eu agradeço, mais uma vez, este espaço e conte comigo no que precisar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradecemos a você também, Patricia Blanco, Presidente do Instituto Palavra Aberta.

E o tempo passa, não é? Desde aquela audiência, já foram seis anos, quase sete anos.

A SRA. PATRICIA BLANCO (*Fora do microfone*.) – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Mas uma audiência muito importante, que foi antes da pandemia, porque a pandemia, de fato, alterou muitos dos conceitos que nós tínhamos a respeito também da questão midiática.

Hoje mesmo, fazendo esta audiência pública, não há necessidade de a pessoa estar presencialmente aqui, o que era impensável antes da pandemia.

Mas imagine também as vantagens disso em termos do trabalho, dos expositores, das expositoras, do médico, por exemplo, que esteja lá no Amazonas, que pode interromper o seu trabalho por duas horas; caso contrário, teria que vir a Brasília, voltar, cancelar consultas. Quer dizer, houve uma dinâmica, uma nova dinâmica na sociedade.

Muito obrigado, Patricia, são extraordinários os trabalhos que o Instituto Palavra Aberta desenvolve.

Quero passar a palavra a você, Ana – permita-me chamá-la assim –, Ana Úngari Dal Fabbro, que é Coordenadora-Geral de Tecnologia e Inovação da Educação Básica do Ministério da Educação (MEC).

A SRA. ANA ÚNGARI DAL FABBRO (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Acho que queria começar comentando um pouco do que o senhor falou sobre esse apoio amplo da sociedade em relação a essa discussão sobre os celulares nas escolas.

Eu acho que isso aponta exatamente para uma percepção coletiva de que a gente precisa chegar num modelo mais equilibrado de uso das tecnologias de uma forma geral na sociedade, mas acho que é ainda mais importante essa discussão dentro das escolas. Então, acho que também a gente tem discutido muito no MEC não só essa questão da restrição, mas da promoção, de novo, das atividades *offline*, da convivência desplugada dentro das escolas, da retomada das brincadeiras nos intervalos, de a gente ter que incentivar cada vez mais as trocas entre os estudantes, trocas reais de conversas entre a comunidade escolar de uma forma geral. Então, há a importância desse debate sobre o uso equilibrado de uma forma geral. Nesse debate da educação digital, a gente realmente precisa conseguir avançar agora em todas as secretarias de educação, em todas as escolas, tanto com a educação digital dos nossos estudantes, mas também dos nossos professores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que a Patricia retomou um ponto bastante importante, que a gente discute muito dentro do Ministério da Educação, que é a importância exatamente do protagonismo e desse fortalecimento do papel do professor dentro da escola, como exatamente esse mediador dos momentos em que a tecnologia pode vir, de fato, para agregar o aprendizado daquele estudante, dos momentos em que a tecnologia às vezes nem é a estratégia pedagógica mais adequada, porque outras estratégias pedagógicas podem ser melhores, mas também dos momentos em que a gente de fato vai valorizar outras experiências que são absolutamente importantes para o desenvolvimento integral dos nossos estudantes.

Acho que é importante também a gente discutir a educação digital, mas nessa perspectiva da educação integral dos nossos estudantes, que também é um debate que a gente tem puxado muito dentro do Ministério da Educação. Quando a gente fala desse desenvolvimento integral dos nossos estudantes hoje, não tem como a gente não falar sobre esse desenvolvimento dentro desse contexto do mundo digital, que traz desafios muito novos para todos os nossos jovens. Acho que muito se fala de quanto os nossos jovens são nativos digitais, acho até que os professores, às vezes, se sentem inseguros de usar tecnologias dentro de sala de aula, por saberem que muitas vezes os estudantes entendem mais, sabem mexer melhor nas tecnologias, mas a gente vê também muitos estudos que mostram que o que os estudantes sabem, na verdade, é o uso do celular para o fim muito específico das redes sociais, e vários desses estudantes, ditos nativos digitais, têm tido dificuldade ao usar a tecnologia no contexto do mundo de trabalho. Então, a importância de a gente conseguir ir além de simplesmente um saber usar genérico para um saber usar intencional também e numa perspectiva não só do uso equilibrado da tecnologia, mas também da tecnologia como uma ferramenta poderosa de resolução de problemas.

E os documentos que a gente vem... As diretrizes curriculares vêm muito neste sentido: de os nossos estudantes saberem discutir os riscos e as questões que demandam essa discussão do uso equilibrado, mas também entenderem o pensamento computacional, entenderem essa lógica toda computacional, que é muito poderosa também para a solução de problemas, no uso da robótica também dentro das escolas. Então, tem também potenciais muito importantes para a gente desenvolver nos nossos estudantes, novas habilidades mesmo para usar a tecnologia a favor do nosso desenvolvimento sustentável e tantas outras questões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é essa educação digital que a gente está propondo que avance dentro das escolas e que é tão urgente. E isso passa por essa camada absolutamente central de a gente conseguir também formar melhor os nossos professores para conseguirem tanto trazer esses debates para dentro da sala de aula, mas também saberem fazer o uso intencional e conseguirem ser exatamente esses mediadores dentro da escola, que vão saber pensar nas necessidades dessa aprendizagem integral dos nossos estudantes e entender em que momento fazer uma atividade de pesquisa com o uso de *notebooks* é algo que vai contribuir para o que aquele estudante precisa e em que momento também ainda o livro didático impresso é absolutamente importante no desenvolvimento cognitivo e motor dos nossos estudantes.

E o papel do Ministério da Educação em tudo isso é exatamente o de conseguir apoiar as secretarias de educação na implementação dessa educação digital. Então, a gente tem tentado estar cada vez mais próximo das secretarias estaduais de educação, das secretarias municipais de educação no apoio da implementação. A gente sabe que são muitos desafios, são realidades muito diferentes. Então, é importante também... Eu não falei tanto disso hoje, mas como a gente tem pensado isso também no Ministério da Educação de forma a atender esses diferentes contextos. A gente sabe que a gente tem diferentes contextos, inclusive do uso de tecnologias, de conectividade, dependendo da região do país. A gente vem exatamente trabalhando para corrigir essas desigualdades e acho que agora também estamos aqui para apoiar as secretarias, apoiar as escolas nessa discussão importante sobre o uso de celulares no dia a dia da comunidade escolar e também acho que apoiar as escolas nesse debate que tem que ser ampliado, como todo mundo trouxe aqui, para além da escola, mas trazer... Acho que é importante a gente conversar sobre isso com os estudantes, ouvir os estudantes.

A gente teve até uma atividade muito interessante na semana retrasada no Ministério da Educação com os estudantes, em que a gente ouviu muitas perspectivas deles sobre esse uso do celular dentro das escolas. Então, é importante também envolver os professores e os estudantes nessa discussão, e tenho certeza de que conseguimos chegar a arranjos que vão ser muito positivos para todos. O Ministério tem trabalhado muito nessa frente agora de conseguir colocar esse tema mais em discussão e ampliá-lo.

E a gente vem acompanhando, é claro, os debates que vêm sendo travados na Câmara dos Deputados, aqui também no Senado Federal, a respeito de eventuais novos normativos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possam vir a apoiar exatamente essas preocupações relacionadas a esse uso equilibrado das tecnologias e também à educação digital. Então, a gente está superaberto para discussões.

Queria finalizar agradecendo muito o convite para estar aqui, colocando também o Ministério absolutamente à disposição para outras conversas e outros debates sobre este tema.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bom. Nós que agradecemos também a você, Ana Úngari dal Fabbro, que é representante do MEC nesta área. Peço também para transmitir ao Ministro um abraço nosso, ao Ministro Camilo Santana, que já esteve nesta Comissão por diversas vezes.

Eu sempre penso, nessas horas, que um dos avanços que precisamos ter é a constituição do sistema nacional de educação. Está previsto no Plano Nacional de Educação, mas eu penso que, inclusive, deveria anteceder o Plano Nacional de Educação, porque, se nós pensássemos na educação midiática e no desafio para implantá-la no Brasil, isso deveria ser objeto dessa gestão tripartite, ou seja, o que o Governo Federal vai realizar nesta área, os Governos estaduais, junto com os conselhos estaduais e os Governos municipais. Os desafios de uma escola municipal, que oferta habitualmente educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental ou o ensino fundamental completo, são diferentes dos desafios dos estados, que ofertam educação técnica profissionalizante, ensino médio.Cada nível da educação básica com as suas necessidades, como educar uma criança na educação infantil. Nessa área, as famílias que estão muito mais abertas, receptivas para receber a orientação: pegam a criança pela mão, levam a criança à escola, nas séries iniciais do ensino fundamental e no ensino fundamental, até o quinto ano. Depois, há uma espécie de abandono... (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... "Não, você já é grande, crescido, agora vai sozinho para a escola".

Então, como articular? E, no sistema nacional, tem que haver essa pactuação, essa articulação, essa colaboração, para que cada um saiba exatamente, lá no Rio Grande do Sul, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tantas iniciativas importantes e boas, o que está sendo feito. É o regimento, mas também temos o regimento no estado. Como orientar as escolas a fazerem esse debate com a comunidade escolar, para ver o que constar do regimento, porque aí a gente tem que medir também quantas escolas fizeram esse debate, seja no município, seja no estado, seja no âmbito federal, inclusive os institutos.

Hoje de manhã ainda discutíamos o transporte escolar e a alimentação escolar nos institutos federais de educação, que constituem educação básica de uma rede federal, em que também o debate tem que acontecer. A família fica agoniada também, porque não sabe o que fazer, como controlar, como ter o aplicativo, como fazer essa orientação em casa.

Então, essa discussão local, como foi colocado e a Fabiane também colocou isso bem, a Patrícia, a Ana e o Ricardo também... O Ricardo até pediu para se justificar porque ele tinha um outro compromisso, que é o Presidente da Foncede.

O sistema nacional amarraria todos esses aspectos de uma maneira que fosse, assim, adequada. Você teria esse tema, esse objetivo da educação midiática, até para medir se nós estamos avançando ou não, termos metas a serem cumpridas, com o apoio da Uncme, com o apoio da Foncede, da Undime, do Consed, porque todos estão aptos, animados e com perspectivas de ajudar, de colaborar, mas é um trabalho, como foi dito, coletivo, não pode haver um trabalho individualizado.

Então, Ana, peço que leve de novo essa preocupação, porque o projeto de lei do sistema nacional de educação já foi aprovado no Senado Federal e está na Câmara dos Deputados já faz uns dois, três anos, mais ou menos, dois ou três anos lá. Não é necessário concordar com aquele projeto, pode ser modificado, melhorado, mas o objetivo é que a gente tenha um sistema nacional e que haja uma articulação, uma pactuação, uma convergência sistemática.

Não basta dizer que estamos trabalhando juntos, o que é importante, mas trabalhar juntos de uma forma pactuada, negociada, com objetivos a serem cumpridos. Isso é um sistema, um sistema de educação midiática, mas não só nessa área, em todas as áreas isso é importante, mas na educação midiática eu considero essencial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Espero que a audiência pública – não só espero, como tenho certeza – tenha contribuído muito para a compreensão do assunto, dos desafios, que são amplos, que vão muito além do uso de celulares, mas é importante também resgatar essa autoridade do professor para dizer: "Não, a lei diz que é proibido, então, vamos fazer o que a lei determina". É importante também porque, de fato, como é que a pessoa vai proibir, vai fazer, se sente desamparada muitas vezes. Tudo isso tem que ser bem pensado e analisado para constar de uma iniciativa legislativa, que vai acontecer, mas que seja bem discutida com vocês, obviamente, que estiveram aqui hoje e com a sociedade toda também.

Muito bom, então, agradeço a presença novamente. Agradeço a participação aqui da secretaria, da consultoria, dos meios de comunicação, de todos e de todas que nos acompanharam pelo Brasil. Penso que foi um momento extremamente importante, bom, de muita reflexão e de muitas ideias do que pode ser feito nessa área em termos de orientação da sociedade.

Declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 68ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2024, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e trinta e seis minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Damares Alves e Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Confúcio Moura, Izalci Lucas, Alan Rick, Paulo Paim, Flávio Arns, Sérgio Petecão, Wellington Fagundes, Eduardo Gomes, Esperidião Amin e Dr. Hiran, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Giordano, Angelo Coronel e Ciro Nogueira, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Teresa Leitão, Carlos Portinho, Astronauta Marcos Pontes, Jaime Bagattoli, Romário e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 99/2024 - CE, de autoria do Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Finalidade:** Debater os impactos do uso de celulares por crianças e adolescentes nas escolas, em consonância com a medida anunciada pelo Ministério da Educação (MEC), que propõe a proibição do uso desses dispositivos em salas de aula. **Participantes:** Sr. Cristiano Nabuco, Psicólogo e PhD em Psicologia Clínica de Dependências Tecnológicas; Sra. Débora Camargo, Pedagoga do Colégio Mackenzie de Brasília; Sr. João Malheiro, Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Sra. Anita Gea Martinez Stefani, Diretora de Apoio à Gestão Educacional do Ministério da Educação; e Sra. Camila Craveiro, Diretora da Escola de Valores Humanos Sathya Sai. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Girão
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/18

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Boa tarde.

Havendo número regimental, declaro aberta a 68ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 18 de novembro de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater os impactos do uso de aparelhos celulares por crianças e adolescentes nas escolas, em consonância com a medida anunciada pelo Ministério da Educação (MEC), que propõe a proibição do uso desses dispositivos em salas de aula, em atenção ao Requerimento 99, de 2024, da Comissão de Educação, de autoria do Senador Eduardo Girão.

Convidamos para fazer parte desta audiência – já estão aqui, com a presença confirmada – , de forma *online*, a Sra. Anita Martinez Stefani, Diretora de Apoio à Gestão Educacional do Ministério da Educação – bem-vinda, Dra. Anita –; o Dr. Cristiano Nabuco, que já é um grande frequentador aqui da Casa, nos ajuda muito nos debates, Psicólogo e Ph.D em Psicologia Clínica de Dependências Tecnológicas, que também vai participar de forma remota. Também está convidado e já está presente o Sr. João Malheiro, Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, que também participa de forma remota – muito obrigada, Dr. João, por ter aceitado o convite –; e, de forma presencial, está conosco a Sra. Débora Camargo, Pedagoga do Colégio Mackenzie aqui de Brasília – bem-vinda, Professora; é uma alegria.

Os nossos expositores terão dez minutos de forma inicial e, ao final, poderão também usar mais cinco minutos para considerações finais e agradecimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. Eu vou repetir o telefone, e a ligação, gente, não tem nenhum custo: 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado terá dez minutos e, ao final, poderá também fazer agradecimentos e trazer considerações finais.

Nós estamos ao vivo, e, de certo, doutores, professores, tem estudante, adolescente nos acompanhando agora. Eu vou pedir aos pais que tirem os adolescentes da sala, porque eles, com certeza, estão muito bravos com este debate. Eu entendo que o Senado Federal é o lugar das grandes decisões, é o lugar dos grandes debates. Este é um debate de interesse da sociedade, de interesse da família brasileira.

Aí, doutores, ilustres convidados, as perguntas estão chegando, chegaram antes, inclusive, de a gente iniciar aqui os trabalhos da audiência pública.

Nos últimos dias, este foi o assunto à mesa, na hora do almoço, na hora do jantar. Foi o assunto da televisão, foi o assunto das redes sociais, foi o assunto da mídia. Está todo mundo falando.

E há o *timing*, e esse *timing* tem sido muito precioso para nós. O Senador Girão foi feliz em apresentar o requerimento, e nós estamos no meio do debate. E eu acho que o Senado Federal, hoje, dá um passo, e esta Comissão, em especial, dá um passo importante para a gente tomar juntos uma decisão que vai ser melhor para os alunos, para os educadores, para as famílias.

É uma decisão que a gente já está vendo que estados e municípios estão tomando de forma unilateral. E, hoje, a gente vai ouvir uma experiência do Rio de Janeiro. E os Parlamentos no país estão discutindo, por incrível que pareça, em nível municipal. Tem Câmara de Vereadores discutindo. Assembleias Legislativas estão discutindo. E, agora, o MEC também já se manifestou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E esta é a Comissão certa para a gente fazer este debate. É uma Comissão que é composta por Senadores de todos os partidos e de todos os estados. Nós temos aqui Senadores especialistas em educação membros da Comissão, Senadores que foram Governadores, Senadores que estão lá na ponta ouvindo as famílias e sabem que este é um dilema e que as famílias querem encontrar junto – e nós não podemos nos omitir – com o MEC, com os especialistas e com as escolas uma resposta.

Sejam bem-vindos!

Nós vamos começar com a exposição da Sra. Anita Martinez Stefani, Diretora de Apoio à Gestão Educacional do Ministério da Educação. Obrigada, D. Anita, por estar conosco.

Já quero pedir que agradeça o seu secretário – a sua secretária, não é? –, o seu Ministro, e saiba que esta Comissão é a Comissão de vocês. Aqui é a casa de vocês. Concedo a palavra por dez minutos, mas, se precisar estender, a senhora pode estender.

Muito obrigada.

A SRA. ANITA GEA MARTINEZ STEFANI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora. É um prazer estar aqui na Comissão de Educação do Senado. Estivemos, na semana retrasada, numa audiência também convocada pela Comissão, também com esse tema e com foco na educação midiática. Então, contem conosco do Ministério da Educação sempre, para ampliar o debate e trazer esses temas que são tão importantes para a educação no Brasil.

Eu tenho uma apresentação e vou tentar projetar aqui; mas, caso não consiga, eu consigo falar dela. Não sei se a equipe está com a apresentação ou sou eu que compartilho aqui?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É você mesma que compartilha a sua apresentação.

Veja se você consegue.

Enquanto ela consegue, quero informar as pessoas que estão nos acompanhando que a apresentação da Anita vai ficar à disposição. Nós temos muita gente que, depois, Anita, procura esse material para pesquisa, para ajudar em palestras, em debates. Então, quero dizer ao público que está nos acompanhando, às pessoas que estão nos acompanhando que esse material vai ficar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

à disposição. Não só o dela, mas o dos demais expositores. Se alguém mais trouxe apresentação, vai ficar à disposição.

Já estamos vendo, Anita. Pode ficar à vontade.

A SRA. ANITA GEA MARTINEZ STEFANI – Está ótimo. Muito obrigada. Obrigada, Senadora.

Acho que o primeiro ponto... Deixa só ver se consigo tirar do modo de apresentação, porque ele está...

Bem, vou seguir assim.

Acho que não está em tela cheia para vocês, mas acho que dá para ver, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está bem.

A SRA. ANITA GEA MARTINEZ STEFANI – Bem, o primeiro ponto – e é muito importante esse debate, com certeza – tem a ver com o tema da educação digital, que é um pouco mais amplo do que simplesmente a utilização de celular em sala de aula. O Ministério da Educação traz muito isso em voga, porque é importante contextualizar.

Nós estamos em um momento, não só no Brasil, mas no mundo inteiro, em que a questão do uso de tecnologia em sala de aula, por adolescentes e por crianças vem sendo muito debatida, e não podia ficar fora da educação básica pública também essa discussão. Então, o primeiro ponto, que a Senadora já muito bem trouxe, é que está em discussão no debate internacional essa questão. Não é um desafio exclusivo do Brasil o ponto de utilização de celular, de dispositivos móveis por crianças e adolescentes em sala de aula.

A Unesco, recentemente, no *Global Education Meeting*, que ela organiza, apontou que vários países já ampliaram essas restrições. Então, um quarto das escolas, do mapeamento mundial que eles fizeram, já possui algum tipo de restrição ao uso de celular por parte das crianças e adolescentes. E isso há dois anos. Na época da pandemia, a gente teve uma série de aumento no uso de tecnologia, de forma justificada, até por conta do fechamento das escolas, mas, depois do retorno às escolas, esse movimento de intensificação do uso de celulares e de tecnologia se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ampliou. Com isso, as escolas, os gestores públicos, os especialistas em educação, os especialistas em infância e adolescência também vêm percebendo uma necessidade de restringir um pouco mais essa utilização.

Então, alguns países que vêm adotando esse tipo de recomendação mais restritiva do uso de celular na escola são França, Holanda, Itália, Finlândia, Espanha e Austrália. São países que têm uma forte presença de tecnologia, inclusive uma disponibilidade de tecnologia mais forte do que o próprio Brasil em termos de acesso, de cobertura de tecnologia, mas também entendem que é necessário algum tipo de restrição, principalmente para essa faixa etária das crianças e adolescentes de escola pública.

No nosso contexto nacional, existem vários projetos de lei circulando na Câmara e no Senado a respeito, e, em especial, o mais recente, o PL de autoria do Deputado Alceu Moreira, com a relatoria do Deputado Diego Garcia, foi aprovado na Comissão de Educação da Câmara e deve seguir para os próximos passos de aprovação. Nós, do Ministério da Educação, estamos contribuindo com a equipe dos Deputados nesse texto, para que ele possa representar os anseios que as redes de ensino, sejam redes municipais, sejam redes estaduais, trazem para o Ministério da Educação e também o que há de mais moderno em termos dessa discussão.

Vale destacar – aqui eu estou trazendo, principalmente, um contexto inicial – que, ainda que a gente olhe e esteja conversando aqui sobre o uso de celular na escola, essa é a ponta do *iceberg*. Tem muitas outras questões para além disso, inclusive a questão do uso de redes sociais ou plataformas digitais por crianças e adolescentes.

Essa é uma outra discussão, para além da educação, essa parte da autorização de menores de idade terem perfil em rede social e o quanto isso contribui ou não para a saúde mental dos jovens e adolescentes; mas é importante também que o Legislativo, o Executivo e a sociedade como um todo discutam esse tema, porque a escola é um ambiente muito importante – é o que aqui a gente está trazendo. É um lugar de natureza de aprendizagem, de sociabilização, e o uso excessivo de celular pelas crianças e adolescentes estava prejudicando essa função nobre que é da escola pública... e privada – aqui a gente está falando de todas as escolas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas não é somente nas escolas – pelo contrário – que crianças e adolescentes estão utilizando celulares e estão expostos a plataformas digitais, a redes sociais, às vezes de maneira não mediada ou não controlada pelos adultos responsáveis. Então, é importante que este debate mais amplo do uso de tecnologia, não só na sala de aula, não só nas escolas, aconteça na sociedade brasileira, para que a gente, de fato, possa proteger as nossas crianças e adolescentes de uma maneira completa.

Como Ministério da Educação, o que a gente pode fazer é olhar para o âmbito escolar, olhar para a instituição pública que é a escola, e colocar aí algumas orientações de restrição, conforme a gente vem tratando em propostas e também apoiando essas iniciativas por parte do Congresso Nacional.

Tem um fator muito importante – eu acho que os especialistas aqui vão dizer também – que os estudos têm trazido de que proibir meramente não é suficiente. A gente tem que trazer a discussão sobre a educação digital, os princípios de proteção, de provisão e participação para dentro da escola, para que professores, gestores escolares e os próprios estudantes consigam entender o problema que está por trás de um uso excessivo, mas também articular ações para que possa ser um uso mais consciente, porque fora da escola esse uso pode acontecer, para que o uso seja reflexivo, ético, enfim, que esteja acoplado com o ensino sobre educação digital também. Se a gente somente restringir e falar que esse não é mais um problema, o uso de celular não é mais um problema nas escolas, ele não deixa de ser um problema na sociedade, por parte das nossas crianças e adolescentes. Então, é importante que a gente inclua, nesse debate, para além da restrição, também ações pedagógicas de reflexão, de uso de tecnologia, de informações que chegam para as nossas crianças por meios digitais, para que seja realmente efetivo o que a gente vem trazendo.

O Governo Federal, por meio do Ministério da Educação e outros parceiros também, porque esse tema é bem transversal, vem discutindo esse tema há mais de um ano, e a gente tem algumas ações aqui para trazer para os senhores para complementar o debate. Acho que o principal ponto de riscos, de por que o Ministério da Educação vem encampando essa necessidade de restrição de uso de dispositivos móveis pessoais sem fins pedagógicos, ou seja, do uso não pedagógico do celular nas escolas... Por que é importante na visão do Ministério da Educação, é relevante que haja essa restrição no uso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, como eu falei, pela saúde física e mental dos jovens e adolescentes. Tem vários estudos – depois esse documento vai ficar à disposição dos senhores – de que o uso excessivo de telas e de redes sociais pode causar problemas de sedentarismo, distúrbios de sono, isolamento social, ansiedade, depressão, além de riscos para o desenvolvimento cognitivo e motor. Quanto mais a criança ou o adolescente estiver exposto à tecnologia, à tela, às redes sociais, menos ele pode estar no mundo real, e no mundo real é onde a socialização acontece. O processo de ensino e aprendizagem em sala de aula é ainda muito analógico – e precisa ser, porque tem o acompanhamento do professor. O professor tem um papel importantíssimo nesse diálogo e nesse processo de aprendizagem, então não é algo que dá para substituir. Com o tempo as crianças têm ficado cada vez mais na internet, principalmente no celular, e menos vivenciando as experiências reais, não virtuais de ensino e aprendizagem.

Além disso, como a internet é um mundo, se você não tem um cuidado, um adulto ali, de alguma forma, supervisionando, mediando esse conteúdo, podem chegar conteúdos inadequados para crianças e adolescentes. Isso é muito comum, porque eles vão entrando em *sites*, em vídeos, e, quando veem, eles já nem lembram porque entraram naquele conteúdo e já têm acesso a milhares de outras informações, às vezes de conteúdos violentos, pornográficos, impróprios para a idade. Também sabemos que o *cyberbullying*, nessa questão do aumento da violência mental entre crianças e adolescentes por conta do ambiente da internet, tem também favorecido esse aumento.

Então é importante que a gente olhe como uma forma de proteção a gente diminuir a exposição das crianças e adolescentes ao tempo de celular – dentro de escola, mas eventualmente em outros lugares – e a própria questão da privacidade dos dados, porque as crianças e os adolescentes estão entendendo ainda o que são os seus dados pessoais, no que eles podem clicar, o que eles podem autorizar. Por conta disso, às vezes estão expostos a criminosos que podem utilizar esses dados deles.

Isso é para qualquer ambiente. Especificamente na escola, a gente está falando de prejuízo ao foco e à concentração, relatado em estudos e pelos professores, que têm muita dificuldade de manter o aluno ali, prestando atenção no conteúdo didático que está sendo oferecido, e a redução das interações sociais, como nos recreios. Não sei se todos tiveram a oportunidade de ver: ontem, até saiu uma matéria no Fantástico, com contribuição aqui também do MEC, trazendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa comparação de como é uma escola onde, no recreio, é liberado o uso de celulares, e uma escola onde o recreio também é considerado como parte pedagógica, parte de interação social entre alunos, e onde o celular não é permitido.

Quando a gente fala do escopo maior, que eu comentei no começo, de olhar para a questão do uso de celular dentro de uma perspectiva pedagógica, a gente está falando da educação digital e midiática. Então, acho que isso é muito importante de dizer. O Ministério da Educação e mesmo todas as redes que já estão fazendo alguma restrição ou trabalhando o tema de tecnologia no âmbito escolar reforçam isto: a gente não está falando em tirar a tecnologia da escola, de jeito nenhum. A tecnologia é importante, a escola precisa ser uma escola conectada, a escola precisa ser uma escola atraente e adaptada ao século XXI; e, para isso, a tecnologia tem que estar presente. Só que é uma tecnologia, um ensino de educação digital com intencionalidade pedagógica.

Então uma coisa é o menino, a criança usando o seu celular enquanto a aula está acontecendo ou no recreio, sem um propósito pedagógico. Outra coisa é a utilização dentro do plano de aula, com a mediação do professor, em projetos interdisciplinares, em que o uso do celular tem um projeto, tem um propósito pedagógico. E isso é muito comum. A gente tem bons exemplos de redes estaduais e municipais que têm incorporado a tecnologia nas aulas, sejam aulas de português, matemática, ciência, como um meio, sejam também aulas de inteligência artificial, aulas mais técnicas sobre tecnologia. Então, isso é permitido. Nenhuma lei que está tramitando no Congresso – e não é também a defesa do Ministério da Educação – visa proibir o uso de tecnologia na escola. É o contrário: é proibir o uso de celular sem fins pedagógicos. É aquele uso que não prevê ou não tem uma intenção de aprendizagem para formar e enriquecer o conteúdo que a escola está oferecendo sobre o currículo e tal.

Isso é importante porque a BNCC que foi aprovada em 2017 – e depois teve um anexo complementar que fala sobre a computação na educação básica – já fala desde o começo desse conceito de cidadania digital, de cultura digital, de mundo digital, de realmente a escola ser um lugar onde se ensina para as crianças sobre tecnologia, que discute tecnologia e empodera, ainda que na educação básica, essas crianças e adolescentes a terem uma visão sobre tecnologia, para apoiar o seu processo de desenvolvimento para os próximos passos que eles vão dar, seja no ensino médio, seja na faculdade, no mercado de trabalho. Então, é importante não confundir as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coisas: não é um banimento da educação digital ou do uso de tecnologia na escola, e sim da restrição do uso de celulares, de dispositivos pessoais móveis sem fins pedagógicos.

Para terminar já, tenho mais dois eslaides.

Eu trouxe aqui um pouco de uma linha do tempo desde 2017, quando eu comentei que a BNCC foi aprovada, trazendo o eixo de cultura digital; de 2021 e 2022, quando o próprio MEC traz políticas de educação conectada, que está olhando a parte de infraestrutura da escola, conteúdo, formação dos professores; até mais recentemente, em 2023, quando o próprio Congresso aprovou a Política Nacional de Educação Digital (Pned), que cria o componente de educação digital como obrigatório no ensino fundamental e no ensino médio. E, em 2023, a gente lançou a Estratégia Nacional de Escolas Conectadas, que tem uma série de ações em todas essas dimensões que estão aqui na tela: dimensões de infraestrutura, para fortalecer que a escola é um lugar que deve, sim, tratar de tecnologia, deva estar conectado, mas para fins pedagógicos, justamente para que os professores possam usar isso na sala de aula e não ficar dependendo necessariamente da internet do aluno, do celular do aluno, porém que tenha ali um equipamento, uma infraestrutura adequada para o uso de tecnologia em sala de aula; e também eixos pedagógicos, que é tratar esse tema de maneira alinhada nos currículos, dando formação para esses professores. A gente tem, no *site* do MEC, no Avamec, cursos específicos sobre esse tema para todos os professores do Brasil; a gente tem uma ferramenta de autodiagnóstico, para o próprio professor entender quais competências dele ele precisa desenvolver para tratar desses temas de tecnologia em sala de aula; e também recursos educacionais digitais para serem utilizados.

Basicamente, eu acho que eram esses os principais pontos de que eu queria tratar. Tem muita coisa disponível no *site* do MEC.

Muitas redes têm entrado em contato conosco perguntando como é que vai ser o dia seguinte ao da aprovação de uma lei que restrinja o uso do celular nas escolas. Como que vai ser? O importante – e o MEC vem confiando nisso, porque a gente trabalha sempre muito em regime de colaboração com os estados e municípios – é garantir que as escolas, os gestores escolares e os professores tenham materiais, guias, elementos que os ajudem nesse processo, e também que as redes possam regulamentar essa proibição na prática. Então, ainda que haja uma lei nacional,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente sabe que a implementação dessa lei depende muito das redes de ensino e das escolas, e para isso o MEC vem desenvolvendo uma série de ações. Vamos ter também, assim que a lei for aprovada, um guia de como os gestores escolares têm que conversar com seus adolescentes sobre isso, como isso pode ser feito de maneira respeitosa e dialógica, justamente para a gente entender um processo de mudança cultural. Não vai ser algo do dia para a noite, mas a gente entende que é necessário para proteger e fortalecer a aprendizagem e o desenvolvimento das nossas crianças nas escolas.

Eu deixo este último eslaide, que tem aqui o QR *code* do *site* do MEC, onde tem todas essas informações que eu comentei muito brevemente, por conta do tempo, para vocês terem à disposição.

Permaneço à disposição para outros questionamentos.

Obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Professora.

A senhora usou 22 minutos dos seus dez minutos (*Risos.*) – professora é assim, gente, não tem jeito! –, mas não interrompi, porque nós entendemos que há uma expectativa muito grande quanto a esse tema – aos demais expositores também nós vamos ser generosos com o tempo –, há uma preocupação muito grande e o tema está no debate.

E aí, Doutora, Professora, duas perguntas vieram. Eu já vou direcionar as duas perguntas para a senhora, e a senhora responde, fique à vontade, porque me parece que a senhora vai precisar sair. E se chegar mais algum questionamento, a gente vai encaminhar via *e-mail* para a senhora, tá?

Professora, o Donizeti, do Paraná, pergunta: "Será garantido [ao professor] o direito [...] [de utilizar o celular] e permitir o [seu] uso [...] quando for pedagogicamente necessário?".

E vem também do Júlio, lá de São Paulo: "Quais alternativas estão previstas para garantir a inclusão tecnológica, especialmente em regiões [remotas e] carentes?".

A SRA. ANITA GEA MARTINEZ STEFANI (*Por videoconferência.*) – Obrigada, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Respondendo ao Donizeti: sim, o uso pedagógico está totalmente liberado. Em nenhum dos projetos de lei que está em tramitação no Congresso e também na opinião do Ministério da Educação, isso é restringido. Então, o uso pedagógico de celulares, da tecnologia como um todo, está permitido e vai ser de acordo com o programa, o projeto de aula que os professores têm. A gente sabe que tem muitos professores que já utilizam o celular e conseguem prender a atenção dos alunos com isso. Isso está permitido de acordo com que a escola for desenhar no seu projeto político pedagógico.

O Júlio perguntou a respeito das áreas mais remotas, que alternativas e projetos que o MEC tem feito para garantir a conectividade. Dentro do Escolas Conectadas, nós temos uma série de ações de financiamento da conectividade, com distribuição de internet, com distribuição de Wi-Fi. Para isso, nós temos priorizado os recursos do edital do 5G, que é para a utilização exclusiva para a conectividade de escolas, e também os recursos do Fust que, pela primeira vez, depois de muitos anos, desde que o Fust existe, estão sendo utilizados para a conectividade de escolas. Até agora, o Ministério da Educação – junto com os parceiros, o Ministério das Comunicações, a Anatel e outros parceiros dessa área – tem lançado editais, e a gente já tem avançado bastante no número de escolas conectadas, em especial naquelas regiões isoladas, como a Região Norte, algumas partes do Centro-Oeste e do Nordeste do Brasil. Tudo isso está no *site* do MEC, a gente pode disponibilizar.

A gente fica à disposição para mais informações.

Obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Professora, muito obrigada.

Nós agora vamos ouvir o nosso próximo expositor, que é o Dr. Cristiano Nabuco, Psicólogo e PhD em Psicologia Clínica de Dependências Tecnológicas. E aí, Dr. João, na sequência o senhor e, depois, a Profa. Débora, que está aqui conosco.

Dr. Cristiano, obrigado por ter aceitado o convite para, mais uma vez, estar conosco neste debate. Mas eu vou fazer, agora, ao contrário. Eu vou direcionar a pergunta ao senhor, quem sabe essa pergunta o senhor responde ao longo de sua exposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A pergunta é a seguinte, Dr. Cristiano: "A proibição do celular nas escolas não limita o acesso a ferramentas pedagógicas e ao desenvolvimento de habilidades digitais essenciais?". Se puder, ao longo da sua exposição responder, fique à vontade. Dez minutos, mas nós estamos sendo tolerantes.

E enquanto o senhor fala, vai haver uma mudança de Presidência. Vai assumir a Presidência da audiência o Senador Girão, que já está conosco. E eu volto lá para o meu lugar. O.k.?

Dez minutos, Doutor, muito obrigada.

O SR. CRISTIANO NABUCO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senadora, prazer vê-la novamente. Senador Girão, sempre um prazer poder voltar a esta Casa.

Eu acredito que o tema de fato é de extrema importância e é algo para o qual, que eu entendo, nós estamos já chamando atenção como profissionais de saúde não é de hoje. Eu ousaria dizer que são 20 anos de investimentos em tecnologia sem se levar em conta quais são, quais foram e quais serão os impactos na saúde desses usuários, não é?

Então, eu ouço com grande alegria a perspectiva de colocarmos esse assunto sobre a mesa, entretanto, isso é um longo debate, uma longa discussão que eu acredito que leve mais de uma década para ser implementada à altura. O que eu quero dizer com isso?

Vamos lá. Eu sempre faço apresentações e não é de hoje que eu repito esta mesma informação de que o Brasil está entre os três países que mais navegam no mundo. São nada menos do que 9 horas e 12 minutos por dia. Esses dados foram emitidos, recentemente, no mês passado, dando conta, então, de que 9 horas e 12 minutos por dia perfazem nada menos do que 4,7 meses do ano em frente às telas. Uma pesquisa da USP já, há dois anos, deu conta de que, em 56% do nosso tempo acordado, nós estamos deslizando os nossos dedos sobre as telas.

Então, obviamente, nós podemos falar a respeito de inclusão e como nós vamos criar uma conversa boa na escola com a tecnologia, mas a pergunta que eu faço, que eu deixo aqui para respondermos depois é: como nós faremos isso, quando nós olhamos o grande descompasso que existe em todas as escolas brasileiras, principalmente aquelas menos favorecidas? Um relatório, de dois anos atrás, dava conta que eram quase 10 milhões de escolas enfrentando algum grau de precariedade. Então, acho extremamente louvável, acho importante e acredito que essa educação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

digital deva passar obrigatoriamente – é uma tangente que vai nos encontrar –, mas nós temos um longo caminho até que possamos dar conta de todos os problemas que essa entrada da tecnologia nas escolas provocou.

Vou dizer aqui, de uma forma bastante segura, da seguinte maneira: praticamente inexistem publicações científicas que dizem respeito à importância de você integrar a tecnologia em sala de aula. Então, Senadora, vem pergunta: mas e as ferramentas pedagógicas? Bom, as ferramentas pedagógicas são importantes, mas vamos lembrar que todas as publicações que dizem que a tecnologia deve ser integrada em sala de aula são publicações e falas feitas a partir dos fabricantes. Isso revela um grande conflito de interesses, mas eu vou voltar já, já, a respeito disso.

Vou mencionar aqui exatamente aquela avaliação internacional de alunos que foi feita no ano passado, o Pisa, como nós conhecemos bem, e ela deu conta de alguns dados que são bastante preocupantes. O programa mostrou que 30% dessa população, de uma maneira ou de outra, refere, descreve estar distraída com os telefones celulares em sala de aula. Para o Brasil, isso é uma marca ainda maior, quase metade dos estudantes disseram: "Nós nos sentimos distraídos com essa tecnologia em sala de aula".

Para vocês terem uma noção, o próprio relatório vai dizer o seguinte: 40% dos alunos disseram que a tecnologia na mão dos colegas já era o suficiente para roubar a atenção destes alunos. Então, nós estamos aqui lidando, na verdade, Senadora e Senador, com uma questão que envolve um controle, uma atenção que é muito maior, não é algo tão simples que nós façamos de uma hora para outra. Isso vai envolver obviamente uma série de outras questões que precisam ser mencionadas.

Vamos lá, rapidamente. O que as pesquisas têm mostrado? A primeira coisa delas: esse uso da tecnologia é feito pelas crianças de 9 aos 17 anos por 25 milhões de usuários, 95% dessa turminha já possuem um acesso a essa tecnologia móvel. Não vou me tornar repetitivo, já foi falado pela colega anteriormente, mas problemas de obesidade infantil. Uma coisa que nós vemos também, que é muito interessante, é que, na medida em que esses jovens ficam mais sentados, eles têm uma vida mais sedentária, existe uma perda da densidade mineral óssea, ou seja, a criança vai precisar saltar, pular, correr, exatamente para que essa tração, essa pressão crie uma força mínima óssea para evitar fraturas na vida adulta. De impactos do sono eu já falei – quem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

me conhece sabe –, a questão do relógio biológico, da liberação do hormônio do crescimento no período da noite... Sabemos que a mera presença do telefone celular na mesa lateral já é um fator impeditivo.

Então, o que eu quero dizer com isso é que eu acho que nós precisamos colocar uma discussão que é muito mais ampla e eu louvo a iniciativa desta Casa e do MEC de já propor uma reflexão melhor a respeito da escola, mas isso é apenas o começo de uma grande questão.

Dados mais importantes: o Conselho Brasileiro de Oftalmologia diz que 70% das crianças que têm entre zero e 19 anos tiveram um aumento de casos de miopia. Isso começa a trazer para a gente uma grande questão: eu posso incluir essa tecnologia na escola? Posso. Dentro de quais princípios? Quais são as publicações que referem, que endossam ou que sugerem esse tipo de entrada? Então, isso é extremamente desafiante.

Recentemente, a própria Suécia disse, numa publicação do governo, que eles resolveram banir, de uma forma absolutamente irrestrita, a tecnologia das escolas. Eles disseram, abre aspas: "criamos uma geração de analfabetos funcionais". E isso, obviamente, corrobora quadros de dependência tecnológica de crianças e adolescentes que não conseguem parar de se conectar.

Cristiano, mas você fala isso de qual lugar? Eu falo disso a partir de uma função que eu exerço no hospital público, onde eu mostro a quantidade de pessoas, de jovens, de mães, de crianças que chegam trazendo um descompasso severo entre esse uso e aquilo que seria saudável.

Vamos lembrar que o cérebro do adolescente, do jovem adulto, só vai ser finalizado após os 25 anos de idade. Ele vai finalizar de trás para a frente, e somente a partir dos 25 é que nós temos, então, o controle daquelas funções executivas, que é aquilo que vai fazer com que eu consiga, obviamente, restringir comportamentos que me fazem mal.

E eu trago aqui, na verdade, uma pesquisa que acaba de sair do forno – está até quentinha, como vocês vão ver aí se vocês tocarem na tela – que vai avaliar, de uma maneira ou de outra, 320 jovens de idade escolar, dos 7 aos 17 anos. Esse artigo é um dos primeiros artigos publicados no mundo que cria essa tangente para procurar analisar quais são os efeitos que isso traria na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vida desses alunos. Nós não tínhamos ainda uma publicação como essa. Eu vou trazer rapidamente.

O que eles vão dizer? Que 25% desses alunos dessa pesquisa começavam a apresentar problemas de dependência tecnológica, exatamente perdendo a capacidade de regular, de uma forma sensata, essa utilização. Traduzindo em miúdos: uma em cada quatro crianças já apresentava problemas dessa tecnologia.

Mas, Cristiano, veja, será que isso surge na escola? Isso surge em todos os lugares. Ele pode ter esse uso de uma forma excessiva, e isso deságua na escola; ele pode começar a utilizar na escola, e isso vai para casa. Por isso que eu diria que é uma conversa multidimensional.

Segundo achado, contato inicial com os dispositivos: 33% dessas crianças tiveram o contato entre cinco e nove anos. E essa pesquisa é muito otimista, porque o que eu tenho de pacientes que dão telefone celular para as crianças com idade de dois, três aninhos, e a gente sabe que isso impacta diretamente a questão da linguagem, ou seja, quanto mais jovem é esse contato, piores serão os efeitos ao longo da adolescência e da vida adulta.

Terceiro achado, impactos físicos na saúde: 31% com problemas oculares, 22% com problemas musculoesqueléticos – é só olhar esse menino deitado – e 26% deles com problemas de higiene, como, por exemplo, problemas do trato urinário. Seguram muito tempo de ir ao banheiro, acabam negligenciando, criando problemas maiores, a serem resolvidos posteriormente.

Quarto achado, higiene pessoal comprometida. Essa foto vocês podem achar que eu achei ali. Não, não, mas nós temos, assim, dezenas, centenas de fotos dessas na internet, mostrando o quanto essa entrada precoce da tecnologia é deletéria, sim.

Quinto achado, problemas psicossociais e familiares: problemas de relacionamento, conflito em casa, desempenho acadêmico decrescido. Nós temos visto o quanto essa tecnologia começa também a criar problemas atencionais, problemas de memória, problemas de consolidação das informações que eu aprendo na escola.

Número sete e último, influência de redes sociais. Tem uma pesquisa que eu recordo que foi lançada logo no início da pandemia, que dizia o seguinte, uma pesquisa feita no Reino Unido,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizia o seguinte, aspas: "Meninas adolescentes que ficavam mais de três horas por dia nas redes sociais apresentavam um aumento de 75% – olha só – de desenvolver atitudes autolesivas, como automutilação, tentativas de suicídio.

Então, aonde eu quero chegar com isso tudo? São vários os países que já baniram. Mas, Cristiano, a gente tem que provocar, a gente tem que criar uma educação, uma consciência digital. Sim, é urgente, mas a minha pergunta é: será que nós conseguimos fazer isso, como diz o ditado, trocar o pneu do carro com ele andando? Eu vejo, num primeiro momento, com bons olhos, a ideia de pararmos um pouco as coisas, para que possamos minimizar os impactos, para que então essa discussão possa ser feita com parcimônia. Nós temos, então, vários países fazendo isso. Fecha a história, vamos começar a conversar. Inclusive existem várias escolas que recomendam que não exista contato com a tecnologia até os oito anos de idade, inclusive em casa.

Então, para a gente concluir, qual é a direção a ser seguida? Eu acho que eu volto e me alinho com a fala da Sra. Anita com relação... Temos que ter uma educação digital consciente e responsável. Ontem, ontem! Essa educação midiática precisa ser pauta na nossa sociedade. E mais, nós temos que dar voz então aos pais, aos especialistas. Os alunos precisam sentar aqui para conversar. E, finalmente, temos que fazer – não é, Senadoras e Senadores? – pesquisas a respeito do Brasil, de como é que isso tem acontecido na escola, porque nós sabemos que isso infelizmente inexiste ainda, de uma forma mais ampla.

Então, respondendo à pergunta, devemos restringir o uso ou não dos celulares na escola? Eu diria que sim, urgentemente, para que possamos estancar os problemas que a gente observa, não apenas na escola, mas fora da escola, nas famílias, em todos os lugares onde as telas entraram no lugar do que se usava muito na pandemia, do novo normal. Se você não tiver tela, você começa a ter problemas.

Então precisamos colocar essa discussão como um amplo debate na sociedade, para que possamos desenvolver uma condição que seja minimamente mais saudável e adequada para a sociedade como um todo.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, muito bem. Eu quero agradecer, Dr. Cristiano Nabuco, pela brilhante exposição, de forma muito objetiva, trazendo dados. E eu confesso que aprendi muito aqui. Então muito obrigado.

Tem umas perguntas chegando, mas antes eu queria agradecer à Senadora Damares Alves, que é uma referência nossa aqui na Casa revisora da República, em defesa da infância, da juventude. Ela que, enquanto Ministra, também foi responsável pelo plano nacional, foi fundamental, pela Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, que é um projeto que veio do Governo Federal na época.

E eu quero dizer que esta audiência pública... peço desculpa à Dra. Débora, à Dra. Anita – agora nós vamos ouvir o Dr. João Malheiro – pelo atraso; uma questão de voo. Segunda-feira; está acontecendo o G20 no Rio de Janeiro, e eu tive que passar pelo Rio de Janeiro hoje, não para participar do G20, mas porque eu tive que pegar uma outra conexão, porque não consegui chegar aqui a tempo. E a nossa Senadora Damares prontamente disse, "olha, pode deixar comigo, esse assunto é prioridade no Brasil."

E a gente está vendo – não é, Senadora? – uma convergência muito grande para isso. Independentemente de se é Governo, se é oposição, se tem espectros político-ideológicos diversos, existe uma convergência para essa... Está destruindo aqui, o celular. E eu sou do Nordeste e percebo claramente isso.

(*Interrupção do som.*)

A gente vê, muitas vezes, visitando o interior, as crianças, não digo apenas nas escolas, porque acontece também, mas nas ruas. Elas vão...

Falhou o som? Interessante que está ligado. Alô, alô? Alô, alô? Não, é uma falha. Nunca tinha acontecido. Será que eu vou aqui para o lado? Porque está ligadinho aqui, está aceso aqui. É um problema de... Será que é tempo de uso? (*Fora do microfone.*)

Falando de tecnologia, não é? Falando de tecnologia, a gente sabe que tudo tem um tempo de uso também, não é? Então o equipamento do Senado, eu acho que precisa de uma revisão.

Mas eu estava comentando que no interior do Ceará, fazendo visitas, a gente percebe, cada vez mais, uma legião, com muita preocupação, de crianças, de adolescentes, assim, nos cantos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nas calçadas. Eu não digo durante o período da escola, não; eu digo em geral, assim, com o celular, jogando.

E a gente está vendo aí as *bets,* que ganharam uma força grande. E esses joguinhos já vão trabalhando lá na frente, para quando a criança tiver dinheiro, quando estiver adolescente, adulto, já torrar também o dinheiro. Já vão trabalhando a mente e o cérebro para serem apostadores.

E a gente percebe o distanciamento da família, a gente... Quem não já viu em restaurantes, em ambientes públicos uma família, juntos e cada um separado ali – estão juntos fisicamente, mas totalmente separados por causa dessa pandemia que virou a questão do vício em celular, que afeta todos nós.

E as crianças, eu acho que a gente tem que proteger, tem que orientar mais do que nunca. Nas escolas, eu tenho acompanhado os debates aqui na Casa – não é o primeiro Senadora Damares, tivemos outros –, e acredito que está na hora da ação mesmo, efetiva, porque o aprendizado... Os especialistas estão dizendo... Daqui a pouco nós vamos ouvir os outros dois que estão faltando, mas pessoas percebem realmente a queda do aprendizado, o afastamento. Perde-se ali a capacidade de integração, porque a escola também é um convívio não apenas com os professores, mas com os alunos; é um aprendizado mútuo, e você perde o olhar, você perde essa sensibilidade e se afasta.

Então eu quero passar aqui a palavra para – como a nossa querida Débora está aqui. Você prefere falar agora, Débora? Então eu vou seguir a ordem aqui – o Dr. João Malheiro, que é Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, fundador do Colégio Porto Real, que participa com a gente, de forma remota.

Ele queria estar aqui conosco pessoalmente, mas essa questão do G20 inviabilizou mesmo. Eu conversei com ele esses dias. Sou um admirador da sua técnica, da sua abordagem.

Passo a palavra, com a tolerância, como a Senadora Damares colocou aqui.

São dez minutos, é isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Com a tolerância da Casa, para que o senhor possa colocar a sua visão sobre este debate.

Eu sei que o senhor já participou de programas, eu o assisti falando sobre isso – entrevistas em rádio, televisão – e eu queria ouvi-lo sobre... É interessante: o senhor, que é um defensor da liberdade; um defensor da liberdade, e que está a favor desse projeto. É aí que eu mostro uma convergência interessante. Eu queria ouvi-lo. Nós queríamos ouvi-lo aqui no Senado Federal.

Muito obrigado pela sua participação, Dr. João Malheiro, direto do Rio de Janeiro.

O SR. JOÃO MALHEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde.

Todo mundo me escuta?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem.

O SR. JOÃO MALHEIRO (*Por videoconferência*.) – Ótimo, porque a gente precisa ter certeza dessas tecnologias, se está tudo conectado, tudo funcionando.

Então, quero agradecer de coração pelo convite para participar da audiência pública. Como o Senador bem disse, eu gostaria de estar aí presencialmente, mas as inviabilidades de passagem de avião, questões desse tipo me proibiram, praticamente, de estar aí.

Mas estou aqui virtualmente, o que vai ser, de alguma maneira, também bastante produtivo. Tenho certeza de que vocês vão ficar impactados com a minha fala, porque ela é bastante forte. Quem me conhece... Nas minhas outras palestras pelo Brasil, eu percebo que os pais gostam da minha sinceridade e do meu realismo dentro desse tema. Mas, antes de tudo, quero agradecer o convite ao Senador Girão, agradecer também a atenção da Senadora Damares, que abriu a audiência, e dizer que, de fato, diante da esplêndida explanação da Anita e do Dr. Cristiano, já ficou evidenciado que é um tema delicado, um tema bem difícil, enfim.

Sermos conscientes de que a geração atual, a chamada geração nativa digital, já são 25 milhões, como deu o dado o Dr. Cristiano – o meu dado era de 22 milhões. Vocês veem que já aumentou. Temos 25 milhões de nativos digitais já pelo Brasil. Então, é um tema muito delicado que nós, educadores, educadores responsáveis, temos que saber tratar com muito cuidado e com muita responsabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma coisa que me chamou a atenção recentemente – não sei se o Dr. Cristiano sabe disso – é que o uso patológico de telas e de jogos de celulares já entrou no recente Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, quer dizer, já está incluído como transtorno mental esse abuso excessivo, esse vício terrível por que o jovem está passando no mundo atual e que tende a aumentar se nós, educadores, não fizermos nada em torno disso. Então, é preciso ter muita cautela com esse tema, muito cuidado, e não deixar a coisa piorar.

Então, eu gostaria de começar logo dando a minha opinião sobre esse tema e, então, eu vou justificar toda a minha tese com uma apresentação que eu vou compartilhar na tela também logo em seguida.

Mas a minha tese é a seguinte: crianças de zero até os 14 anos... Portanto, lá na escola, a gente chama de educação infantil, mais fundamental I, mais fundamental II. Portanto, até o nono ano da escola, a minha tese é que nenhuma criança deve levar o celular para a escola, mas nem assim na mochila, nem na portaria, não! Simplesmente ela não deve levar o celular para a escola, assim como existem tantas outras coisas que ela não pode levar: ela não pode levar uma bola, ela não pode levar gibi, ela não pode levar muitos outros jogos que ela gostaria de levar para usar no recreio, não pode usar qualquer uniforme, não pode usar qualquer mochila. Há uma série de restrições que qualquer pessoa de bom-senso, que é educador de verdade e quer o bem da criança, não permite.

Então, aqui daria um tema interessante: se a gente quer realmente a realização, a felicidade, o sucesso não só acadêmico, mas, principalmente, o sucesso existencial de uma criança, é natural que tenha que haver, na sede da escola, uma série de limites, uma série de restrições, que fazem parte da vida. Nós, adultos, temos também as nossas restrições, e a criança aprenda a ter essas restrições na escola e na família.

Então, é lógico que eu, como diretor de escola que sou há muitos e muitos anos, desde o começo, senti a necessidade de criar o meu estatuto, o meu regulamento e mostrar para os pais, no início do ano, e pedir a eles para assinarem: "Eu concordo com esse documento, eu concordo com essas leis que fazem parte da boa convivência escolar". Então, toda escola que se preza, toda escola que é séria, toda escola que quer cumprir a sua função tem que estar apoiada num

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regulamento e, dentro dessas regras, com certeza, até o nono ano, pelo menos na minha escola, é proibido usar qualquer tipo de celular, porque ele não é simplesmente necessário.

Já no ensino médio, aí assim, para a criança acima de 14, 15 anos, que já está um pouco mais madura, mais autônoma, com uma capacidade maior de discernimento do bem e do mal, então, acho que, sim, ela já pode levar o seu celular para a escola, mas, naturalmente, não o utilizar em sala de aula, que é o tema da nossa conversa aqui hoje.

Devemos ou não permitir o uso dentro da sala de aula? Eu digo que não também para o ensino médio, a não ser, evidentemente, como já foi muito bem exposto, se houver uma intencionalidade, se houver um objetivo concreto para, enfim, aplicar alguma técnica de ensino e aprendizagem, e existem várias. Eu mesmo, como professor, uso computador em todas as minhas aulas e, algumas vezes, até peço para os alunos do ensino médio utilizarem o celular para alguma resposta que apareça na tela. Hoje, há vários recursos simpáticos que dão à aula um brilho, um atrativo bacana. O aluno pode usar e vai funcionar bem.

Agora, até o 9º ano, a gente sabe muito bem que a criança, infelizmente, não tem esse autodomínio, autocontrole, ela ainda está em fase de evolução. Então, naturalmente, não é conveniente que ela utilize o celular em sala de aula.

Mas antes de passar à minha apresentação, eu gostaria de apresentar a seguinte questão agora: por que a gente está pensando numa lei que limite ou não o celular em sala de aula, em escola? Sinceramente, será que se precisa de uma lei para isso?

Sinceramente, quando me convidaram para este debate, a primeira questão que eu levantei foi: engraçado, uma lei para isso? Existe lei que proíbe a criança levar, não sei, Coca-Cola para a escola? Não existe, não é? É óbvio que não precisa, não é? Existe lei que proíba a criança, não sei, de levar revista pornográfica? Não existe, é óbvio que não vai existir nunca.

Então, quer dizer, é interessante perceber que por trás dessa lei... o que está por trás? É só questão de vício, de aprendizagem, de socialização? Ou será que tem coisa mais profunda, mais disfarçada, e tem gente interessada nisso, para que o aluno não possa registrar alguma fala, filmar alguma cena? Enfim, alguma inibição de todas essas questões que a gente sabe, de escola com ou sem partido, essas questões em que a gente não vai entrar aqui hoje?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, fica a ideia aqui interessante para vocês refletirem de que essa lei tem um fundo, às vezes, bonito e bacana, mas tem muita coisa por trás que não está bem resolvida, e a gente tem que também levantar essa questão.

Então, eu penso, de cara, que quem tem que resolver essa questão não é o Governo, não é o MEC, por mais que façam uns trabalhos maravilhosos. Quem tem que resolver essa questão é o diretor da escola. Quem manda na escola é o diretor da escola! O diretor da escola, seja pública ou privada, se não tiver a autoridade necessária para impor as suas regras, o seu regulamento... Então, para que serve um diretor de escola? Para que serve toda a sua autoridade?

Então, esse é um tema interessante que deixo para vocês pensarem, porque eu, como educador bastante experiente, não consigo conceber uma escola onde o diretor não tenha autoridade para aplicar o seu regimento, o seu estatuto e assim por diante.

Mas, enfim, independentemente disso, eu vou, então, compartilhar a tela com vocês agora. Espero que vocês entendam que a minha fala vai ter um outro foco, ela vai ter um outro objetivo. Eu quero mostrar que, afinal de contas, toda a questão do celular dentro da sala de aula e mesmo no recreio tem que estar apoiada nesta pergunta: Qual é a finalidade da escola?

Vamos lá, a vocês que estão levantando este tema e que estão questionando com profundidade a legislação do celular, eu pergunto: o celular em sala de aula ou mesmo no recreio vai ser um elemento que vai favorecer a finalidade da escola? Qual é a finalidade da escola, senhores que estão me ouvindo?

Eu penso que este debate de hoje... Quando me disseram, eu fiquei feliz por causa disto: eu vou poder recordar a, talvez para muitos esquecida, verdadeira finalidade da escola. Qual é a finalidade da escola? Vocês sabem qual é? Formar pessoas humanas completas. Essa é a finalidade da escola. Não é, portanto, somente aprendizagem, não é somente socialização, não é somente merenda, não é somente a pessoa se divertir; não.

Gente, a escola é uma coisa muito séria. Formar a criança é uma coisa que exige muita responsabilidade e muito conhecimento. Afinal, quem é o sujeito da educação? Quem é que tem que aprender? Às vezes a gente esquece que quem tem que aprender é uma criança, supercomplicada no começo, cheia de dificuldades na sua evolução, e, se não houver alguém que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a guie corretamente nesse pleno desenvolvimento, ela não vai evoluir, ela vai ficar no meio do caminho. E é por causa disso que aparecem depois todos esses transtornos que fomos vendo com o Dr. Cristiano e com a Anita também.

Sabem, às vezes a gente acha que é só o celular o responsável pelas suas deficiências, pelas suas lacunas, pelos seus, enfim, vazios, e não é! Às vezes as pessoas já esqueceram, ou talvez nunca tenham aprendido, que a finalidade principal da escola é formar a criança nas chamadas cinco dimensões.

A criança tem um caminho bastante conhecido – quem estuda educação com profundidade conhece –, e esse caminho é obrigatório; não é facultativo, não é se ele quiser ou se ele gostar. Não, não, não, não! Existe, sim, um caminho objetivo, obrigatório, universal para todas as crianças, para que elas consigam – como diz aí o eslaide – conquistar a sua liberdade interior e a sua liberdade personalizada e se transformar em uma pessoa humana. Porque, quando a gente vem ao mundo, a gente não é pessoa ainda, muito menos ser humano; a gente é um animal irracional e despersonalizado. Uma criança, quando vem ao mundo, principalmente por não ter ainda uma racionalidade formada e ainda não ter, portanto, uma força de vontade que direciona todo esse mundo interior, ainda está em desenvolvimento.

Então, se eu não ajudo a minha criança na escola a evoluir nesse caminho correto, asfaltado, conhecido, obrigatório, ela não vai evoluir; ela vai ficar de uma maneira atrofiada, ela vai ficar como uma uva-passa e não vai se comportar como a gente poderia esperar de uma criança bem-educada e bem-formada.

Então, é muito importante que a gente aprenda isso, gente, é muito importante. Uma criança vai à escola para quê? Ela vai, nos primeiros anos de educação infantil, para fundar muito bem a sua parte física, a sensório-motora, a parte dos seus sentidos, do seu corpo, dos seus músculos, de toda a sua psicomotricidade, para que ela – atenção! – construa corretamente a sua capacidade intelectual. A parte motora, sensório-motora, é a base – acreditem em mim – de uma capacidade mental poderosa, para se ter o raciocínio lógico em bom funcionamento e para que ela consiga depois ter uma boa imaginação, uma boa memória e uma boa capacidade de resolver os problemas não só acadêmicos, mas, principalmente, existenciais, que é o que interessa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a criança precisa aprender a dimensão física na escola, na educação infantil. No fundamental I, junto com o anterior, começa a aumentar uma outra dimensão, que é a dimensão emocional, todo o autoconhecimento dos seus afetos, dos seus medos, das suas raivas, das suas tristezas, das suas depressões, das suas ansiedades. Isso é fundamental desenvolver na escola, para que a criança consiga ir evoluindo corretamente, para que chegue rapidamente a essa terceira dimensão no fundamental II, que é quando começa a abstração do conhecimento, que é quando ela começa a entender o mundo real, que é quando ela começa a se entender como pessoa e como cidadã.

Olha que interessante: é uma evolução conectada, em que uma depende da outra. Se a minha parte física não estiver boa, eu não vou ter uma boa educação afetiva; se a minha dimensão sensório-motora não estiver bem desenvolvida com a emoção, com o mundo afetivo, eu não vou ter uma boa cabeça, eu não vou pensar bem, eu não vou aprender nada. E é o que está acontecendo na imensa maioria das escolas públicas hoje, porque não houve uma boa evolução anterior, seja por questões familiares, seja por questões sociais, seja por questões econômicas; a criança não consegue evoluir. Então, naturalmente, a criança vai ter problemas gravíssimos depois para aprender na escola.

Então, às vezes, as pessoas pensam que é um celular, que é um computador que vão tornar essa capacidade de aprender mais fácil, que vai ser mais realista. Não, não; pelo contrário! Uma criança que tiver muito joguinho, muita tecnologia – que é atrativa, claro, é muito bacana, ela adora, por isso fica horas e horas, como nós vimos há pouco –, vai ficar cada vez mais dificultosa para estudar, para pensar, para se concentrar, porque isso é tudo muito chato para uma criança, porque, justamente, nas fases anteriores, ela não tinha evoluído corretamente. Então, ela não quer sofrer, ela não quer se esforçar, ela não quer fazer o que não gosta, ela só quer ficar fazendo o que um animalzinho quer ficar fazendo, que é ficar vivendo uma vida fácil, uma vida gostosa; e, naturalmente, assim ela não vai aprender nada.

Olha que interessante: quando a criança consegue – e pouquíssima gente, volto a insistir, consegue chegar a essa terceira dimensão –, quando ela teve a imensa sorte de ter uma escola que favoreceu esse desenvolvimento, teve a imensa sorte de ter uma família que ajudou, ela chega finalmente à dimensão volitiva, que é ter força de vontade. Não posso me aprofundar nessas dimensões, mas, só rapidamente, deve-se saber que uma criança que tem essa dimensão é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poderosa: ela tem capacidade de dizer "não" para o que gosta; ela tem capacidade de escolher aquilo que é chato, mas que ela percebe que é conveniente; ela tem uma capacidade imensa de autocontrole, autodomínio; ela se torna uma pessoa humana; finalmente, agora sim, ela se torna um ser humano. Antes, não era um ser humano. Parece que é, mas não é! Ela não tem essa capacidade de fazer escolhas corretamente, que vão levá-la para a realização e a felicidade. Agora consegue.

E olha que interessante: chega agora essa última fase. Ela já está, assim, um ser humano feliz, mas ainda está um pouco autocentrada, um pouco egocêntrica. Então ela precisa chegar a essa última dimensão, que é a social religiosa, a social transcendental.

Então, reparem: uma criança vai para a escola para isso! Ela vai evoluir nessas cinco dimensões, sempre e necessariamente, por esse caminho. Não tem outro caminho, gente! Não tem!

Se vocês conheceram outro caminho, ajudem-me a conhecer, porque eu não conheço. Em 40 anos de estudo, eu cheguei à conclusão de que ou a criança aprende a andar por esse caminho, ou ela não chega a evoluir corretamente.

Por isso, lembrem-se sempre desse grito dessa querida menina: "Mamãe/professora, não esqueçam que eu sou feita com cinco dimensões. Eu preciso aprender a usar todas ao mesmo tempo desde cedo, para me tornar uma pessoa humana realizada, uma pessoa feliz. Eu não preciso de celular, mamãe! Não preciso! Não preciso! Eu preciso, sim, me tornar uma pessoa humana com o coração".

Olha que interessante esse eslaide, que é muito didático: se você, então, como eu dizia, vai evoluindo com o seu corpo de forma correta e vai aprendendo as habilidades manuais da forma como está previsto, através dessa dimensão social e motora, a dimensão afetiva, você começa, então, a chegar na sua alma. Agora, começa a se diferenciar dos animais. Agora, a minha dimensão racional e a dimensão volitiva começam a se concatenar, começam a se integrar com meu corpo, e eu começo a me sentir uma pessoa mais autodominada, autocontrolada, uma pessoa que tem o autocontrole da sua própria vida. Então, vai chegar um dia em que a sua dimensão social, de ter amigos, escolher bons amigos... Depois vai começar a rezar, começar a ter uma dimensão transcendental, e, naturalmente, nasce o espírito, que é onde você encontra a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autoconsciência de quem você é neste mundo. Esta é a coisa mais difícil hoje na sociedade: as pessoas se encontrarem. Quando a criança se encontra, o espírito manda na alma, e a alma manda no corpo. Aqui está uma pessoa humana com o coração. Adoro esta expressão. Hoje está faltando gente com coração, quer dizer, uma pessoa que seja completa, que ame completo, que trabalhe completo, que se relacione com Deus de forma completa, não só do ponto de vista afetivo, ou só do ponto de vista racional, ou só do ponto de vista, sei lá, até espiritual – não sei se isso vai existir.

Então, reparem que é para isto que serve a escola. É assim que o seu filho ou seu aluno vai ser vitorioso. Ele vai conseguir, de alguma maneira, conquistar a maturidade de que tanto se fala hoje na sociedade. O que está acontecendo que as pessoas não amadurecem? O que está acontecendo hoje que a adolescência está indo até os 40 anos? O que está acontecendo na nossa sociedade? Está todo mundo perdidão, todo mundo meio doente mental? O que está acontecendo? É isto: não está havendo um caminho educacional correto. As pessoas não estão se encontrando, as pessoas estão passando sempre com traumas na adolescência, está havendo crises profundas, como o Dr. Cristiano bem revelou, com dados muito objetivos.

Reparem: quando você percebe tudo isso, naturalmente, você começa a questionar o uso do celular. O celular está me ajudando nessa evolução? Não está. Então, não foi o celular.

O.k.

Estudos neurológicos dizem, recentemente, o seguinte: uma criança vai para a escola até os 12, 14 anos para aprender, principalmente, memórias biográficas, memórias vivenciadas na escola, memórias que ela experimentou. Todos nós lembramos de quando éramos garotos: a primeira ida ao zoológico é infinitamente maior que estudar num computador os animais; quando a gente plantou o nosso feijão pela primeira vez no nosso quintal, isso foi infinitamente maior do que ter visto, lido em enciclopédias sobre botânica; e assim por diante.

Então, quando você entende que a criança, nos primeiros anos, precisa passar muito mais por experiências vivenciais do que por conhecimentos abstratos, que é o que nos trazem, muitas vezes, nossos computadores – muita teoria, muita baboseira, muito conteúdo, mas nada interativo, totalmente virtual, não real... A criança não vivencia o conhecimento.

Então, ela tem dificuldade de interiorizar e aprender com profundidade esse conteúdo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E, obviamente, todas as relações sociais digitais e virtuais são empobrecedoras. A gente tem experiência disso. É só perceber o que aconteceu na pandemia, em como as crianças ficaram debilitadas, ficaram cheias de problemas sociais e psicológicos porque não tinham a convivência na escola, não tinham a convivência com os amigos. Para uma criança, isso é uma violência, uma tremenda violência. Se você perguntar para uma criança se ela prefere ficar brincando com os amigos no *playground* do prédio ou ficar no computador, 100% delas preferirão ficar com os amigos. Isso é uma coisa da natureza.

Então, atenção! Este aqui é o principal eslaide da minha fala. Repare, se você ajudar a criança a chegar a essa construção da pessoa humana, que é a junção dessas dimensões, durante o processo educativo na escola, e ela se tornar, no final do ensino médio, uma pessoa humana completa, ela vai chegar a esse mundo transcendental, ela vai se encontrar como pessoa, vai saber qual é o seu papel social; e vai, inclusive, ter uma interação com o mundo real muito mais responsável. Ela perceberá a realidade, o bem e o mal, ela conseguirá perceber que tem que ter as suas regras, os seus limites, e conseguirá administrar melhor o seu mundo virtual.

Mas o que está acontecendo hoje? Se você favorece o mundo virtual – atenção para o que eu vou falar agora –, a criança não consegue chegar ao mundo real, não consegue evoluir na alma, ela fica animalizada, que é o que a gente percebe nas crianças hoje. E muito menos consegue chegar ao mundo transcendental, por isso não tem fé, não tem religião, é uma coisa muito sentimental, muito vazia, sem um contato pessoal com Deus e com os outros.

Reparem, este é o principal motivo: por que eu não devo permitir a uma criança levar o celular à sala de aula? Porque ela não está chegando ao mundo real, porque ela precisa aprender na escola, e muito menos... está tendo dificuldade com a sua evolução normal, como pessoa, a chegar ao mundo transcendental, que é o objetivo final da escola – a escola serve para isso. Infelizmente, quem tem uma visão materialista da vida, uma visão pouco filosófica sobre a sua própria existência naturalmente não vai aceitar nada disso que eu estou expondo, mas, quando eu percebo que isso é o mais importante, eu começo a valorizar este pensamento da Catherine L'Ecuyer, que é bem especialista nessa temática do celular em sala de aula. Para quem não conhece, o livro dela se chama *Educar na Realidade*. Ela fala que um dos principais bens, que está escassíssimo na nossa sociedade, é a atenção voluntária. As pessoas não estão percebendo o que vale a pena, não estão indo ao essencial, estão indo ao superficial, então ficam horas e horas no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

celular. Se você analisar o que elas estão vendo, é tudo bobagem. Aqui não tem nenhuma transcendência para a sua realização e nem para o seu aprendizado. Então, é óbvio que uma criança que hoje está muito viciada no celular está empobrecida, porque ela está só no âmbito animal, ela não está conseguindo evoluir; ela, coitada, não consegue ter uma atenção para o que é realmente importante no mundo real e no mundo transcendental. A escola foi feita para educar na atenção seletiva, ensinar aquilo a que realmente é importante estar atento. E aí entra o problema do déficit de atenção.

E atenção! As crianças estão com tempo para pensar? As crianças conseguem ficar em silêncio hoje? Não conseguem! E a gente sabe muito bem que o silêncio é um dos principais pedagogos do ser humano. É no silêncio que nós aprendemos as coisas, é no silêncio que nós refletimos, é no silêncio que nós compreendemos a realidade e o mundo transcendental. Agora, sem silêncio, sem reflexão, as crianças não evoluem – elas não evoluem – e ficam animalizadas.

Para terminar, naturalmente, olha que coisa impressionante: Outro grave problema é a falta de sensibilidade. Quando as pessoas assistem a muito jogo, a muita bobagem, custa-lhes sentir a compaixão, custa-lhes ser afetuosos, meninos preocupados com os outros. São chamados meninos *teflon*: nada lhes afeta, nada lhes encanta, nada lhes importa. Eles simplesmente ficam no seu mundo virtual, que é um mundo egocêntrico, um mundo do seu umbigo e, obviamente, não estão conectados com o mundo real.

Conclusão: por que tantos, tantos, tantos novos jovens precisam das telas? Já se perguntaram sobre isso? Por quê? Por que eles precisam tanto das telas? E a minha resposta é esta: eles não estão evoluindo, eles não estão sendo ajudados na família e na escola a se tornarem pessoas humanas. Então, eles estão sofrendo, eles estão sofrendo muitos problemas que o Dr. Cristiano colocou, estão sofrendo de ansiedade, estão com medo de evoluir, medo de avançar. Antigamente, os jovens queriam mudar o mundo; hoje, os jovens querem ficar em casa vendo *videogame*. Que absurdo!

Por isso, há um grande aumento de cortisol, e o aumento de cortisol o que gera? Famílias desestruturadas, depressão, suicídio, bebedeira... "Já está perdida". Então, reparem, quando uma criança está precisando muito de celular, qualquer pai responsável, qualquer educador um pouco mais estudioso, o cara tem que compreender isto: ela está precisando de celular, porque está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito mal, está muito mal! Está precisando de alguma coisa que compense todo esse cortisol. A dopamina, que todo mundo sabe muito bem o que é, é uma recompensa para a criança que tem uma ansiedade. A gente viu num vídeo do Fantástico, neste domingo, crianças que falavam exatamente isso: "Eu preciso de um celular, eu preciso!". Quando a criança fala isso, é porque ela já está doente, já está muito mal.

Então, reparem, quando a gente vê toda essa onda de tanto celular nas escolas, tantos... no fundo, um educador tem que falar assim: gente, isso está acontecendo, porque as crianças estão sendo muito mal-educadas. Elas estão sendo educadas para compreender que a vida foi feita para isso, para beber, para comer, para se divertir, para gastar dinheiro. Gente, a vida não foi feita só para isso, não! A vida foi feita para uma coisa muito mais ampla, uma coisa muito mais grandiosa, uma coisa muito mais elevada, que é se tornar uma pessoa humana, gente. A gente tem que ser humano! A gente tem que ser uma pessoa humana que foi feita para amar. É para isso que a gente existe. O sentido da vida está no amor. E, quando essas pessoas não têm esse sentido na vida, então, naturalmente, vão cair no mundo animal, vão viver nesse mundo bobo, que é o que deixa as pessoas todas doentes no mundo de hoje.

Eu, como sou um educador responsável, não posso permitir, em hipótese alguma, uma doença destas, que é pior que a covid – muito pior que a covid – nas nossas escolas!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, Prof. João Malheiro, muito obrigado. O senhor deu uma aula aqui para a gente. Eu sei que – estava vendo aqui nos arquivos da nossa Comissão de Educação – o senhor vai participar de outra sessão nossa aqui sobre métodos, programas, não é? Nós vamos fazer um debate mais na frente sobre escola cívico-militar, sobre escolas e valores humanos, também a pedagogia das virtudes, que é o exemplo que o senhor desenvolve, porque o senhor é português, mas é apaixonado pelo Brasil, eu sei. E muito obrigado pela sua participação aqui na nossa Comissão de Educação, neste debate tão importante sobre o uso de celulares dentro das escolas.

Nós estamos vivendo, repito, uma pandemia. Não é por acaso que o dono do TikTok falou, numa entrevista, pouco tempo atrás, que os filhos dele só iriam ter acesso ao celular, eu acho, com 16 anos. Ele chegou a dizer 16 ou foi 18 anos. Os filhos do dono...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – 18? A Profa. Débora está me corrigindo aqui: 18. O dono do TikTok. Olha só, o cara sabe o que está fazendo!

E eu vi um documentário uns dois anos atrás que me marcou muito. Da mesma forma como tem clínicas de recuperação, Senadora Damares, comunidades terapêuticas e tudo para pessoas que têm problemas com vício em droga, em álcool, maconha, enfim, tem agora para clínica de recuperação especializada no *detox* de celular. E dizem que a crise de abstinência é terrível, dolorosa! Então, nós estamos diante de um vício muito delicado, e as pessoas não sabem.

É muito cômodo para o pai... Eu tenho cinco filhos, e é muito cômodo para o pai estar resolvendo suas coisas, cheio de problemas e deixar o filho quietinho lá com o celular, pois não está dando trabalho. E a gente vê essa cultura desde bebê, desde bebê está acontecendo. Já entrega ali o celular ou um iPad para ele e fica. Não imagina a tragédia que está fazendo para sua própria família; mais cedo ou mais tarde vem a conta. Então, esse é um alerta, é um grito de alerta, pois a gente está vendo o impacto no aprendizado e nas famílias.

Eu quero aqui agradecer ao Senado Federal, agradecer ao Presidente da Comissão, Senador Flávio Arns, por ter colocado para votar esse requerimento nosso, agradecer aqui a nossa mesa, sempre atenta, e à Secretaria desta Comissão.

E vamos partir, vamos sequenciar aqui o nosso debate, ouvindo justamente a Dra. Débora Camargo, que é pedagoga do Colégio Mackenzie aqui de Brasília.

Seja muitíssimo bem-vinda. Muito obrigado pela sua participação, Dra. Débora. A senhora tem dez minutos, com a tolerância da Casa.

A SRA. DÉBORA CAMARGO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Eu agradeço o convite. É um prazer poder participar desse debate, ouvir tantas pessoas influentes, conhecedoras também e que sempre agregam mais conhecimento, mas confesso que é um desafio falar sobre o tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu precisei revisitar alguns conceitos para poder tornar mais clara minha linha de pensamento e defesa, porque eu tenho total certeza, assim como os palestrantes anteriores, de que essa não é uma discussão simples e nem tão objetiva. Quem dera fosse! Ao contrário, é muito complexa, envolve a participação de diversos atores.

Eu tenho uma opinião particular. Sem me atrever a operar em outras áreas, minha área é educação, eu penso que hoje a gente já vive um caso de saúde pública, não é apenas um caso de educação. Apenas não no sentido reducionista, porque, se fosse também, teria já uma grande relevância, mas é, de fato, um caso que precisa mobilizar, no meu ponto de vista, a sociedade civil. Hoje a gente vive uma degradação de valores. Hoje a gente vive e é atingido... Parte desse problema advém dos perfis de famílias que a gente tem. Então, quem está em escola, quem lida diretamente – os psicólogos clínicos também – tem uma noção mais real dessa situação.

O advento da mulher no mercado de trabalho, cada vez mais autônoma e diligente da sua própria vida, trouxe impactos, impactos em que, ao longo dos anos, a gente vai vendo o acúmulo de prejuízos.

Então, falar sobre o impacto do uso dos celulares não pode ser considerando um fator só. A gente tem a dimensão, a gente tem a consciência de que é multifatorial mesmo. Então, são várias questões que acabam atingindo ou trazendo relevância para essa discussão.

Sem querer ser redundante, porque os palestrantes anteriores foram magníficos em suas exposições, muito mais científicos inclusive do que eu poderia trazer aqui, enquanto o meu lugar de fala é a escola, eu, assim como o último palestrante, trago a questão do propósito da educação, que é promover o pleno desenvolvimento da personalidade humana, fortalecendo o respeito às liberdades e promovendo a compreensão, a tolerância e a amizade. É nesse contexto que a escola está inserida. Esse é o nosso lócus, esse é o nosso lugar de atuação.

Então, hoje a criança já chega à escola com muitas interferências, chega sem uma série de habilidades já desenvolvidas ou em desenvolvimento para interagir, porque a escola é espaço de interação, a escola é espaço de construção coletiva. Para que a gente promova aquilo que a Declaração Universal dos Direitos Humanos prega – o pleno desenvolvimento humano –, a gente precisa garantir que essa criança tenha espaço, tempo e qualidade de interações, porque, sim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso vai promover aprendizagens: aprendizagens cognitivas, aprendizagens reais, aprendizagens experienciais, aprendizagens emocionais, para que ela possa se desenvolver plenamente.

Os sistemas educacionais, no meu ponto de vista, também precisam estar mais bem preparados para ensinar sobre e por meio das tecnologias educacionais. Então, é um outro elemento que a gente precisa trazer para a discussão. Não basta pensar a escola como um lugar de promoção dessa aprendizagem midiática, dessa aprendizagem... Esqueci o termo... Não basta pensar nisso se a gente também não tiver e não fomentar a formação dos nossos professores, se a gente não tiver também como oferecer a eles espaço para essas aprendizagens.

Diferentemente dessas últimas gerações, aqueles que têm 30 anos ou mais não são os nativos digitais. Então, eles precisaram se adequar a esse universo das tecnologias para interagir e continuar interagindo no mundo, diferentemente então dessas pessoas, dessas faixas etárias que já nasceram, já vieram ao mundo com tudo isso.

Então, várias pesquisas já foram feitas comprovando que, para os nativos digitais, o comportamento já é tão automático que bebês não passavam... Foram colocadas revistas e livros em frente deles, e eles não sabiam passar as páginas, eles manuseavam da mesma forma pela qual eles manuseiam a tela de um computador, que é *touch*, de um celular, fazendo o mesmo movimento. Ou seja, parece que está de fato enraizado, internalizado, antes mesmo de eles começarem a se expressar por meio da linguagem e se comunicar. Eles já faziam, já eram atingidos de alguma maneira por esse tipo de vivência e de experiência.

Então tudo isso nos faz refletir sobre o quanto o impacto do uso dos dispositivos eletrônicos diminui a capacidade de interação, a capacidade de vivências, de resolução de problemas, de sociabilidade das crianças e dos jovens. Isso está ficando cada vez mais evidente para nós, não só para nós professores que estamos dentro das escolas, mas para as famílias.

O senhor exemplificou, há pouco, a observação em um lugar público, em um restaurante. É muito comum, quando a gente sai à rua, a gente perceber que às vezes as famílias estão até juntas, todos os familiares, todo o núcleo familiar ali, porém, não há nenhuma construção, nenhuma mediação, nenhuma interação entre eles. As pessoas estão fechadas em seus mundos, e os aparelhos celulares especificamente promovem com muita facilidade essa conexão com o mundo. Há 15 anos, 20 anos, a gente precisava de um computador para estabelecer uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunicação mais ampla, e não era confortável levar um computador para todos os lugares. Hoje, a gente tem na palma da mão um equipamento que não traz muito ônus, nenhum peso, nenhum volume, com que a gente pode se conectar com o mundo inteiro, achando também que está fazendo uma conexão ali real, uma conexão presencial. A gente pode estar rodeado de pessoas, quando, na verdade, continuamos fechados em nós mesmos.

E aí vem um outro conceito, que eu acho importante a gente retomar, de que nós não somos ilhas. Como seres humanos, nós somos sujeitos históricos, sociointeracionistas, nós dependemos do outro para nos desenvolvermos. Então é essencial a gente manter viva, nessa discussão, essa necessidade, porque hoje a discussão que a gente faz sobre o uso, a proibição do uso do celular, passa por essa questão. Talvez a gente tenha que tomar uma atitude muito mais rígida, muito mais extrema neste momento, para pensar as consequências e administrar as consequências do que nós já estamos vivendo.

É óbvio que, na ordem natural, esse não é o modelo ideal. O modelo ideal teria sido pensar e estruturar para viver. Não foi possível, mas nada nos impede de fazermos isso ainda neste momento.

Como um caso de saúde pública e multifatorial, a gente precisa de fato, como sociedade civil, pensar no impacto na saúde desses usuários. Nós temos crianças... O Dr. Cristiano Nabuco e depois o Dr. João Malheiro, se eu não me engano, os dois comentaram sobre a questão do neurodesenvolvimento, que o ser humano só vai ter a capacidade de autorregulação definida aos 25 anos de idade. Então, imaginem o estrago que é uma criança ou um adolescente com o acesso irrestrito às mídias sociais, às mídias digitais de maneira mais ampla, correndo o risco, inclusive, de viver situações que coloquem a sua própria vida em risco mesmo, porque hoje, para além do *cyberbullying*, nós temos a questão da violação dos dados, nós temos a questão do assédio. Então, são questões muito importantes e muito perigosas que precisam realmente de uma limitação, de uma regulamentação.

Como essa regulamentação jurídica ainda não existe, ou vem sendo construída na medida também em que esses conhecimentos vão sendo construídos, nós ficamos numa situação um tanto quanto frágil. Quando o Dr. João Malheiro falou que o diretor da escola deve ter a liberdade e a autonomia para definir o que vai ser aplicado à sua escola, em tese, deveria ser isso mesmo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas a gente entende que vive também outras implicações que estão muito além, vão muito além de um regimento interno, do que é respaldado por um regimento interno de uma escola.

Todas as questões hoje são muito judicializadas, na escola inclusive. Muitas vezes, quando se toma uma decisão visando o bem e o desenvolvimento do estudante, por vezes a gente tem que dar um passo atrás, frente a uma medida, a uma liminar que vem da Justiça, que foi impetrada pela família e que discorda daquela situação. Então, a autonomia da gestão da escola também fica fragilizada. E aí, por vezes, é necessário mesmo trazer essa discussão para um panorama maior, envolvendo o Ministério da Educação e outros órgãos competentes, para que a gente consiga realmente fazer essa discussão.

Eu tenho consciência de que a formação de uma consciência cidadã e coletiva sobre o uso das tecnologias, de maneira geral, urge. Não é uma questão que a gente possa deixar para debater depois.

Eu trago um exemplo para fazer uma aproximação...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DÉBORA CAMARGO – ... em relação ao Código de Trânsito quando nasceu, quando surgiu. Até hoje nós ainda vemos quantas infrações sendo cometidas, quantos absurdos, quantas pessoas perdendo a vida, e há quantos anos nós temos o Código de Trânsito regulamentando as nossas ações como motoristas? Dessa mesma forma, eu acho que a gente precisa chegar a um código que regulamente o uso das tecnologias, em especial o uso dos celulares, porque, como eu disse anteriormente, ele é um verdadeiro computador nas mãos de crianças, que não têm a condição neurológica, neurofisiológica de tratar a sua autorregulação, e quando o adulto o faz, isso traz uma insatisfação, isso traz uma série de conflitos e às vezes até confrontos.

Um outro ponto que eu gostaria de colocar é sobre o impacto do uso das tecnologias, inclusive do celular, na formação dos estudantes. Acho que tanto o Dr. Nabuco quanto o Dr. João trouxeram o conceito de analfabetos funcionais. Nós vivemos essa realidade há muitos anos, isso não é novo para nós em relação ao nosso país, vimos crescimento nos últimos anos, nas últimas décadas, porém, a gente entende que, para além das questões metodológicas da escola, hoje a questão da tecnologia também impacta isso e reforça essa questão do analfabetismo funcional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A velocidade de leitura: algumas pesquisas... E aí a gente também questiona as pesquisas, porque a maioria das pesquisas existentes são realizadas pelas próprias empresas que vendem os recursos; então, a gente fica ali também um pouco sem referência sobre se os dados são verdadeiramente do modo como estão sendo apresentados. A gente precisaria investir mais em pesquisas para ter condições de aferir melhor esses dados, mas eles mostram exatamente isto, que os estudantes leem mais, porém têm menos compreensão.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DÉBORA CAMARGO – O efeito dos hormônios no desenvolvimento deles: são jovens, crianças e jovens regidos pelo prazer, pela saciedade, nós vivemos a sociedade do prazer. Então, tudo aquilo que gera prazer, tudo aquilo que é imediato é o que está sendo valorizado, da mesma forma pelas crianças e jovens.

Um outro elemento aqui, para a gente poder encerrar, é essa questão que a gente traz da sociedade cada vez mais hedonista.

Então, enquanto a gente não se enxerga como sujeitos de interação, sujeitos que dependem uns dos outros, a gente não consegue combater essa sociedade do consumo, a gente não consegue combater essa sociedade hedonista em que cada um pensa em si e não consegue enxergar o coletivo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado. Fico muito agradecido, Dra. Débora Camargo, que é pedagoga do Colégio Mackenzie de Brasília. Excelentes explanações.

Tem umas perguntas aqui que nós vamos passar já. Eu só queria, antes, pedir à nossa querida irmã Damares, se puder, para assumir a Presidência, porque eu vou rapidamente ali só fazer um discurso no Plenário e aí já volto. Mas registro a presença, aqui na Casa, de duas conterrâneas minhas... Três, não é? Também é cearense? Então pronto, nós estamos aqui recebendo a Querén, a Soraya e Beverly. Então, sejam muito bem-vindos aqui no Senado Federal, muito obrigado pela presença de vocês. Eles trabalham com *marketing* lá no Ceará, são muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

competentes e fico muito feliz de os estar recebendo aqui na Comissão de Educação, aqui do Senado Federal.

A senhora falou essa questão da sociedade hedonista, essa coisa toda, o Dr. João Malheiro falou da dor, não é? Representa uma fuga, não é? Muitas vezes o celular representa uma fuga de uma realidade, da dor ali, da falta de atenção. É algo assim que vai retroalimentando, não é? E tem umas perguntas aqui que eu já, já faço, mas antes, queria pedir à Senadora Damares que assumisse aqui.

Uma dessas perguntas foi direcionada para todos os palestrantes que puderem responder depois, se quiserem se manifestar sobre isso, certo? Quem mandou essa pergunta aqui foi o Dr. Otacílio Guimarães, é de São Paulo. Ele diz aqui o seguinte: "A respeito desse tema, eu estava estudando num grupo e foi levantada a questão de como produzir provas, gravação dos professores que aplicam ideologia de gênero nos alunos e os abusos da doutrinação ideológica dentro de escola". Então, é aquela pergunta que fez o Dr. João Malheiros. Precisa de uma lei para isso? Ou é algo de um regimento que pode ser mais simples, pode ser uma... Mas eu acho que como as escolas públicas estão sob a égide do MEC, precisa de uma coisa mais oficial nesse sentido, uma legislação, não tem como fugir disso, no meu modo de entender.

O Dr. João Malheiros vem da iniciativa privada, que é diferente, mas na escola pública... Na minha época, o meu avô, Prof. Clodomir Teófilo Girão, criou seis filhos, inclusive meu pai, sendo professor do Liceu do Ceará. Ele tinha... Depois ele foi Diretor de escola, ele tinha autonomia. Mas hoje em dia, pelo menos nas escolas públicas, mudou um pouco e existe... tem que existir uma linha de ação – eu acredito que não tem outro jeito – que seja pela legislação mesmo, pelo projeto de lei.

Mas eu passo aqui a palavra para a Senadora Damares. Tem uma pessoa remota ainda, que é a Camila, do instituto Sathya Sai Educare, que é um método indiano, que vai também fazer a sua colocação sobre isso.

Então, já passo aqui para a Senadora Damares e volto já, Senadora. Muito obrigado. Mas esta dobradinha está boa – eu e você – aqui, viu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dra. Camila Craveiro, seja bem-vinda. Obrigada por ter aceitado o convite, estar conosco.

Eu já vou lhe passar a palavra por dez minutos. Vai tocar uma campainha, mas, se precisar, se estender um pouquinho para terminar... Mas eu quero informar aos nossos expositores que já começou o nosso Plenário hoje, então a gente vai ter que, daqui a pouco, caminhar realmente para o encerramento.

Dez minutos, Dra. Camila.

A SRA. CAMILA CRAVEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos.

É uma honra participar desse debate e contribuir com tantas colocações, com tantas polêmicas, porque a gente sabe quanto a gente ainda está tentando mudar essa visão de muita gente e quanto o nosso papel é de fundamental importância.

Tive a oportunidade de participar de uma palestra do João Malheiro, que foi riquíssima, contribuindo muito aqui para a nossa condução enquanto gestão de escola.

Acreditando muito na educação e nos valores humanos, baseado nos cinco valores universais – a paz, o amor, a retidão, a não violência e a verdade –, a gente vem conduzindo esse uso através da tentativa da consciência da própria família, dos próprios alunos, fazendo com que eles percebam, que eles tenham essa ideia do quanto que isso vem modificando o aprendizado deles, a nossa conexão enquanto escola e família.

Aqui, quando uma criança passava mal, vinha até nós, os professores traziam, a gente conduzia, auxiliava e ligava para a família. De repente a gente chegou a ter outros exemplos de a recepcionista estar falando que a criança está indo embora porque não estava se sentindo mal. Aí a gente depara com ele usando o próprio celular para comunicar a família, e a escola não fica a par de nenhuma situação. Então, a gente começou a trazer essas famílias para perto, a trazer esses adolescentes, essas crianças, para estar refletindo sobre esse uso.

E, diante de outras vertentes também, como o aumento da ansiedade, do sedentarismo deles dentro da própria escola, da obesidade, os nossos momentos de intervalo aqui já não eram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mais os mesmos, eram pequenos grupos rodeados dentro do próprio ciclo, em que a gente começou a perceber essa fuga, essa dispersão e esse egocentrismo dentro deles.

A gente deparou com essa falta de interação e, vendo o quanto que estava sendo grave, a gente lançou uma campanha, digamos, voluntária, um teste voluntário: assim que as crianças chegavam, a gente não obrigava e pedia que elas colocassem os celulares na nossa coordenação, na mesa ou em alguma caixa. Durante um determinado período, a gente ia retomar e analisar se eles perceberam alguma mudança, porque não faz tanto sentido a gente impor algo que não faz sentido para eles. Então, quando eles perceberam isso, os nossos recreios mudaram, a integração foi outra, a socialização família e escola foi outra.

A gente começou a receber essa devolutiva das famílias e das próprias crianças, dizendo que aprenderam brincadeiras novas, que prestaram mais atenção, que as notas mudaram, que começaram a se envolver com outros ciclos de amizades que ainda não tinham se envolvido, que começaram a praticar esportes na hora das atividades livres, que começaram a olhar para essa ansiedade, às vezes uma insônia...

Foram vários relatos que a gente recebeu, e eles chegaram a essa conclusão de que estava sendo melhor para eles. As famílias agradeceram muito e disseram: "Como é que vocês conseguem isso que a gente não consegue em casa?". Então, é uma responsabilidade muito grande da escola de estar acompanhando esse processo, porque a gente sabe o quanto a tecnologia é um mundo, é um universo virtual que a gente não consegue controlar; às vezes, em casa, as famílias não conseguem conduzir uma ou duas crianças, imagina a escola conseguir assegurar a essas crianças com tanto acesso.

Então, foi uma experiência ímpar, a gente continua acreditando nisso e a gente percebe no olhar de cada um. Foi muito mais rico, digamos assim, porque partiu deles, então a gente dizia: "Vamos fazer um teste, o que é que vocês acham?", "Vamos começar com a série X", "Vamos começar com uma semana", "Vamos partir para um mês". E aí, quando a gente chegava à sala, tinha um mundo de celulares e de outros aparelhos em cima das nossas mesas, e, quando terminava a aula, eles vinham buscar porque tinham que se comunicar com a mãe ou porque tinham alguma outra situação específica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente está vendo muito avanço nessa troca e continua apostando nisso para que a gente consiga conscientizá-los com a certeza de que a gente está seguindo o caminho, porque é para o bem deles.

Quando a gente fala de educação, o Educare realmente vem de conduzir para fora, a gente tem que trazer isso. Não adianta só a gente colocar de fora para dentro: precisa vir deles. Então, diante de todas as adaptações que a gente faz com os valores humanos, as adaptações dos nossos currículos, as adaptações de cada proposta, tanto de forma direta como de forma indireta... E esses jovens e essas crianças vêm aprendendo cada vez mais a olhar para o lado humano, para essa excelência, que vai além da parte acadêmica, e conseguem se conscientizar sobre o próprio uso pessoal.

Foi falado aqui como os bebês já nascem com o dedinho direcionando, e os pais acham isso muito bonito, que já nascem com *chip*, que já têm isso... As consequências futuras são inúmeras e, hoje, a gente está vendo que não está demorando tanto tempo para a gente colher essas consequências: estão sendo bem mais rápidas e cada vez maiores.

Quando a gente começa a estudar sobre essas consequências, a nossa preocupação só aumenta e a gente consegue conter isso ou criar outras estratégias e situações para que eles se percebam como seres responsáveis também, porque essa autorregulação às vezes nem o próprio adulto consegue ter, e a gente joga essa responsabilidade para uma criança, para um adolescente, e aí as famílias, às vezes, vão com outra proposta, ou baseadas em castigos, ou sem o diálogo, sem essa introspecção mesmo de compreensão, e aí vem algo negativo, porque eles já reagem de uma outra forma.

Então, através da conversa, do diálogo, do amor, a gente trouxe essa conscientização, a gente vem trazendo isso aqui dentro e acredita que vai ser o melhor para eles, e, se todos os outros conseguirem também seguir esse caminho, a colheita futura vai ser bem mais positiva, porque ela vai além dos muros aqui, da escola, e é essa a nossa intenção.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Camila. Obrigada pela sua participação, pela sua colaboração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos indo para o encerramento de nossa audiência. Esse tema ainda vai ser muito discutido aqui, com certeza – divide opiniões.

Nós recebemos, por exemplo, um comentário de Sinara, do Ceará – Sinara, obrigada pela participação –: "O celular não é um vilão. [...] [Ele] precisa ser usado com moderação [...] [ciente dos] riscos e benefícios. Tenho alunos que não sabem usar um *e-mail*".

Gilberto, do Rio Grande do Sul, escreve: "Proibir celulares nas escolas melhora a concentração dos alunos, reduz a ansiedade causada pelas redes sociais e promove saúde mental".

Observem o debate: tem muita gente querendo, mas tem muita gente que não quer, tem muita gente que quer uma alternativa. Eu tenho certeza de que esse assunto ainda vai, Profa. Débora, ser muito debatido aqui, no Senado Federal.

Para a gente encerrar, eu vou passar ao Dr. João Malheiro, por três minutos, a palavra, para agradecimentos e considerações finais.

O SR. JOÃO MALHEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Queria agradecer, de fato, à Senadora Damares, ao Senador Girão, que está lá no Plenário, e à Anita, ao Cristiano, à Débora e à Camila, que falam muito bem. Quero que vocês saibam que, de fato, é uma discussão muito longa, mas eu mantenho firme a minha posição de que efetivamente, se a discussão era celular dentro de escola, tem que se definir muito bem quais são as idades a que convém ou não convém. Não tenhamos medo de contestar os nossos alunos, porque a escola não é um clube, a escola não é um lugar para a pessoa se divertir; a escola é um lugar para a pessoa amadurecer do ponto de vista humano, do ponto de vista espiritual. E quando você define bem para que serve a escola, tudo flui um pouquinho melhor. Quando a escola está um pouco confusa, um pouco, enfim, sem muita identidade, que é o que está acontecendo na escola pública hoje, então todos esses dedos, todos esses medos de restringir e de contestar, naturalmente aparecem.

Então aí é que está: eu acho que a gente nunca pode esquecer, afinal, o que é ser educador, o que é ser pai, o que é ser professor, para que serve ser um bom guia dessas crianças e qual é a finalidade de tudo isso. A gente quer realmente trazer para a escola só uma coisa muito lúdica, muito tranquila, muito simpática; a gente está sendo desrespeitoso com as nossas crianças,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque elas efetivamente não irão evoluir. E lá na frente, eles vão lembrar da gente falar assim: "Nossa, aqueles professores nos enganaram, aqueles professores fingiram que ensinaram, aqueles diretores da escola foram fracos, porque deixaram liberar geral, aprovação automática, foram muito desonestos conosco; hoje nós somos uns desgraçados por causa deles lá atrás".

Então, senhores pais, senhores professores, lembrem sempre disto: quando a gente se omite nessa fase dourada da educação, que é do zero aos quatorze anos, a conta depois vem muito cara e quase sempre é difícil consertar.

Eu não quero ser conhecido no Brasil como educador desonesto, e sim como educador que não fala o que todo mundo quer, mas que realmente busca a felicidade das nossas crianças.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. João. Muito obrigada.

Na sequência, vamos ouvir o Dr. Cristiano Nabuco para as considerações finais e agradecimento, Doutor.

O SR. CRISTIANO NABUCO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde novamente.

Eu entendo que são vários parâmetros que são levantados, são organizados, são delineados. O grande ponto que eu entendo, Senadora, é que a ordem das mudanças, das implementações que precisariam ser feitas em um mundo ideal, vamos dizer assim, levariam no mínimo uma década. E a minha preocupação enquanto profissional é que as nossas crianças continuam adoecendo, elas continuam na verdade tendo uma série de consequências de ordem de saúde mental, saúde física, questão da aprendizagem comprometida. Então eu acho, eu recomendaria, enquanto profissional, que essa proibição fosse de fato levada adiante para que possamos discutir com calma depois como fazer essa inclusão progressiva dentro de todas as possibilidades.

E, para concluir, eu diria que do jeito que está não dá. É necessário que seja feita alguma coisa muito rapidamente, como várias pessoas aqui também já disseram.

Muito obrigado pela atenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Cristiano.

Profa. Débora, três minutos para as considerações finais.

A SRA. DÉBORA CAMARGO (Para expor.) – Bom, eu agradeço a oportunidade e fecho a minha participação também dizendo que eu acredito que, neste momento, a situação mais próxima do ideal é o Estado tomar de fato uma posição e regulamentar isso para que a gente tenha condições de estruturar esse trabalho que precisa ser feito, uma vez que está em jogo a saúde física, mental, psicológica das crianças e dos jovens. E nisso a gente precisa colocar realmente um ponto para poder estancar de imediato.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Profa. Camila, três minutos.

A SRA. CAMILA CRAVEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – A expectativa realmente é que tomem essas medidas o quanto antes, realmente a gente não tem mais tempo. As consequências estão por vir, já estão à tona, a gente já sente isso 24 horas do dia ao nosso redor, nos nossos próprios familiares.

Então, a nossa função, enquanto educadores, é cuidar também disso, e está nas nossas mãos essa decisão. Eles precisam confiar, porque a gente estuda sobre a educação, a gente estuda sobre desenvolvimento infantil, e a gente sabe das consequências. Então, se a gente está aqui há tanto tempo, se a gente acredita em tantas outras resoluções é porque a gente está baseado. Então, não é uma coisa que a gente tirou da cabeça ou um período ou uma coisa de moda, não, temos fatos comprovados sobre isso. Então, às vezes, são consequências que não têm mais volta, são irredutíveis. Então essas crianças, esses jovens estão nas nossas mãos, e a gente precisa fazer a nossa parte. O quanto antes a gente conseguir tomar isso para a gente e pegar realmente para lutar contra, é o mínimo que a gente pode fazer.

Então, como o João falou, lá na frente eles vão agradecer e não dizer que a gente os enganou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Profa. Camila.

Nós tivemos muita participação nas redes sociais. Perguntas, eu vou ler algumas aqui, para a gente já ir encerrando.

Hernani, do Ceará, pergunta: "É viável e justo proibir o uso de um instrumento tão presente na vida dos jovens, sem oferecer alternativas e espaços para o desenvolvimento?".

Daniela, de Minas Gerais, pergunta: "Como garantir que a proibição seja [...] respeitada pelos alunos? A escola terá autonomia para punir os que não seguirem a lei?". É uma bela pergunta.

Bianca, de São Paulo, pergunta: "Quais impactos da classificação de celulares nas escolas na saúde mental dos alunos?" – isso já foi bem debatido aqui hoje.

Aparecida, de Rondônia, fala: "[...] o uso de celulares pode promover a personalização do ensino para atender às necessidades individuais dos alunos?".

Anne, de Pernambuco, pergunta: "O uso de celulares não poderia ser usado para preparar os alunos para o mundo e o mercado de trabalho que estão cada vez mais tecnológicos?".

Observem que todo mundo tem uma dúvida.

E a gente vai encerrando esta audiência dizendo que esta discussão ainda vai longe, e especialistas vão ser ouvidos, as famílias também. Nós não podemos mais construir política pública no país ou aprovar legislação sem trazer a família para o centro do debate. Os filhos não pertencem ao Estado, os filhos pertencem à família. E essa é uma decisão também de que a família precisa participar.

E eu encerro dando o meu exemplo, dois exemplos.

Profa. Débora, em 2017, este Congresso estava discutindo maus-tratos de crianças, e eu era só uma assessora. Eu fui procurada por um grupo de motoristas de *vans* escolares, transportes escolares. Eles estavam preocupados porque os transportes escolares todos já estavam colocando *wi-fi,* nos transportes escolares, e eles queriam uma lei proibindo *wi-fi* no transporte escolar. E eu perguntei: "Mas é porque é caro?". Eles disseram: "Não. As crianças só querem o transporte que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tiver *wi-fi*. E os pais fazem a vontade dos filhos". E eu disse: "Qual é o problema?". E ele: "O problema é o seguinte: na minha *van*, tem uma criança de três anos, mas tem um menino de 14 anos. E eu estou dirigindo e vejo o menino de 14 anos sair do último banco, abrir o celular e mostrar para uma menina de três o que ele não poderia ter mostrado, especialmente conteúdos de sexo". E vocês sabem que, para uma criança de três anos que não está pronta para ver algumas imagens, isso é um abuso e pode despertar gatilhos terríveis.

Então, o papai e a mamãe estão cuidando em casa da princesinha, com todo carinho. Papai e mamãe têm no celular, inclusive, dos filhos hoje os filtros, mas nem sempre os coleguinhas na escola também têm os mesmos filtros.

Então, deste debate a família vai ter que participar. Neste debate, a família vai ter que estar junto com a gente.

Agradeço a presença dos senhores, de todos os senhores, por terem estado conosco nesta tarde e gastado esse tempo precioso com a gente. Nós vamos continuar.

Todo o material apresentado está à disposição da sociedade. Esta audiência vai ser reprisada algumas outras vezes pela TV Senado.

E vamos embora juntos: os educadores que falaram, os especialistas que falaram, os Senadores que participaram, o MEC, vamos continuar essa conversa e vamos tomar a melhor decisão para as crianças brasileiras, lembrando que nós somos uma nação única, uma nação diferente de todas as nações. Somos uma mistura de povos, somos uma mistura de culturas, nós temos mais de 305 povos indígenas hoje, no nosso país, nós temos povos tradicionais. Nenhuma decisão, nesta nação, pode ser tomada sem considerar os efeitos dela lá na ponta, nos povos tradicionais.

Que Deus abençoe vocês! Muito obrigado por estarem conosco.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 39 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 69ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia dezenove de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Efraim Filho, Confúcio Moura, Carlos Viana, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Leila Barros, Alan Rick, Nelsinho Trad, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Damares Alves, Esperidião Amin e Dr. Hiran, e ainda do Senador Marcos do Val, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Izalci Lucas, Jussara Lima, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Randolfe Rodrigues, Flávio Arns, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Jaime Bagattoli e Romário. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 104/2024 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE), subscrito pelo Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Finalidade:** Instruir o PL 3096/2024, que "altera as Leis nº 10.880, de 9 de junho de 2004, e nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para 'dispor sobre o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nas escolas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica'". **Participantes:** Sr. Charles Okama de Souza, Diretor de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Ministério da Educação (MEC); Sra. Luana de Lima Cunha, Representante do Observatório da Alimentação Escolar (ÓAÊ); Sr. Carlos Guedes, Vice-Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) e Reitor do Instituto Federal de Alagoas; Sr. Anderson Wilson Sampaio Santos, Diretor de Ações Educacionais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Sra. Vânia Marques Pinto, Secretária de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); e Sra. Andressa Pellanda, Coordenadora-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/19

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 69ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nessa data, 19 de novembro de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 3.096, de 2024, que altera as Leis 10.880, de 9 de junho de 2004, e a Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, para dispor sobre o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) nas escolas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Requerimento 104, de autoria da Senadora Teresa Leitão.

Convido para tomar lugar à mesa o Sr. Anderson Wilson Sampaio Santos, Diretor de Ações Educacionais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Participam de forma remota os seguintes convidados: Charles Okama de Souza, Diretor de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Ministério da Educação; Sra. Luana Lima Cunha, representante do Observatório da Alimentação Escolar; Sra. Vânia Marques Pinto, Secretária de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (Contag); Sr. Carlos Guedes, Vice-Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) e Reitor do Instituto Federal de Alagoas; Sra. Andressa Pellanda, Coordenadora-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião está sendo interativa, transmitida ao vivo, aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Cada expositor terá o tempo máximo de dez minutos.

Eu vou fazer a leitura das questões que já chegaram para que os manifestantes, as pessoas que estão conosco possam, caso queiram, se manifestar.

Adriano, do Paraná, pergunta quais são os valores mínimos por criança, quem vai fiscalizar e quais serão os padrões de qualidade.

Bruno, do Rio Grande do Sul: "Como garantir a transparência e o controle da qualidade dos alimentos fornecidos por empresas terceirizadas?".

Sr. Anderson, de São Paulo: "Como a terceirização da gestão da alimentação nas escolas federais pode impactar a qualidade dos alimentos e a agricultura familiar?".

João, do Rio de Janeiro: "Como evitar corrupção em licitações de alimentação escolar e garantir equidade [...] nos programas Pnate e Pnae?".

Janilde, da Paraíba: "Em que condições esta alimentação será [...] [preparada] e armazenada até chegar às escolas? [...]".

Comentários.

Christoffer, do Paraná: "Historicamente, os processos de privatização e terceirização [...] [têm sido] extremamente prejudiciais aos serviços públicos".

Ricardo, do Maranhão: "O projeto de lei não [...] [apresenta] nenhuma exigência de documentação [...] [que comprove] como o dinheiro foi usado pelas escolas, [...] [o que pode abrir margem para] corrupção local".

Bruna, do Paraná: "A terceirização coloca em risco o direito à alimentação escolar de crianças mais vulneráveis e abre precedente para toda a educação".

Gostaria de esclarecer: o ponto central do projeto não é a terceirização; é a garantia da alimentação escolar e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar à rede federal de educação. Esse é o ponto central. O formato e a execução do programa, embora a rede federal, segundo os próprios reitores, já tenha o formato dentro de um modelo de financiamento e em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

muitos casos seja terceirizado... Eu acho que em praticamente todos, o MEC pode até mencionar isso.

O ponto central do debate é a extensão do programa de alimentação escolar e do transporte escolar, considerando os desafios de acesso e permanência da rede federal. O acesso a muitos dos institutos federais... Eles estão localizados, alguns, em área rural, outros de qualquer forma têm deslocamento, e por vezes esses alunos têm problema com seu acesso à escola. Essa é a base do projeto de lei. Se o formato vai abordar ou não terceirização, se... Tem aqui perguntas sobre licitação, acompanhamento. O programa já tem seus regramentos, todos os recursos públicos já têm regramento de acompanhamento, fiscalização, processos licitatórios, isso já acontece com as escolas públicas municipais e estaduais, com a própria rede federal, com as próprias universidades, com programas assemelhados.

Então, o projeto estende o programa. Ele não está instituindo o programa. As pessoas que fizeram alguns comentários e perguntas precisam conhecer do que nós estamos falando. Ambos os programas já existem, e, como todo recurso federal, seguem as regras já definidas legalmente para acesso e uso do recurso público. Então, não são programas novos; são a extensão de programas já existentes.

Eu consulto a Senadora Teresa Leitão se gostaria de fazer alguma intervenção previamente ou ao final. (*Pausa.*)

Seu microfone está fechado, Senadora.

Aí... Sim.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência.*) – É porque só quem abre é a coordenação, não é?

Eu quero apenas, Senadora Dorinha, agradecer a disponibilidade de V. Exa. como autora do projeto e do Senador Flávio Arns, Relator do projeto, para estarem viabilizando, juntamente conosco, esta audiência.

Eu prefiro falar ao final. Acho que essa intervenção inicial feita por V. Exa. está muito incisiva, muito explicitadora, esclarecedora do projeto. Ao longo da escuta, eu vou fazer as anotações. Tenho também algumas ponderações a fazer, mas farei ao final.

Vamos ouvir nossos convidados então.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Senadora.

Então, nós passamos a palavra para a Sra. Andressa Pellanda, Coordenadora-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Seja bem-vinda, Andressa.

A SRA. ANDRESSA PELLANDA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senadora Dorinha, pela abertura, pela apresentação, inclusive pela oportunidade do debate. Também agradeço à Senadora Teresa Leitão pela proposta de audiência e pelo convite.

Esse é um tema muito caro para nós da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, dado que, desde sempre, defendemos o Programa Nacional de Alimentação Escolar e apoiamos todos os movimentos da área da soberania e segurança alimentar e nutricional nas suas empreitadas, inclusive desde a construção desse programa, que é referenciado internacionalmente.

Nós participamos da construção do Observatório da Alimentação Escolar. Estou muito feliz também de ver a Luana aqui, a quem saúdo. E reitero o nosso compromisso.

A minha apresentação vai nesse sentido de trazer algumas questões e algumas discussões em relação a essa proposição que trata também do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar, dois programas complementares essenciais para a garantia de acesso, permanência e qualidade na área da educação.

Então vamos lá.

Acho que uma questão que é importante a gente olhar primeiramente é discriminar o que, de fato, essa proposição traz. A Senadora Dorinha trouxe aí a discussão sobre o que é o foco central, e eu acho que essa é uma das discussões principais que a gente tem aqui na mesa, por onde a gente vai continuar, para garantir que o foco central, que é a ampliação do Pnate, especialmente para as redes federais, possa acontecer, o aprimoramento dos programas complementares para as redes federais, sem entrar em outras discussões, como, por exemplo, a terceirização do programa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, no texto, tem parágrafos tanto na proposição inicial quanto no parecer do Senador Flávio Arns. Trata-se, em tese, destes três parágrafos: ampliação do alcance do Pnate para a rede federal, ampliação do alcance do Pnae para a rede federal e terceirização do Pnae.

E aí a dúvida que se põe é sobre a questão da ampliação do alcance do Pnae, dado que isso já está previsto constitucionalmente na legislação, e também o risco da terceirização do Pnae, e é também sobre esses temas que eu vou me debruçar aqui.

Acho que o primeiro ponto é a situação do Pnate, o transporte escolar. Pelo próprio parecer do Senador Flávio Arns, o relatório traz a informação de R$870 milhões, em 2024, do FNDE ao Pnate. E aí, com uma busca bem rápida nos dados governamentais, a gente tem o resultado de que isso é para 4,36 milhões de estudantes das redes estaduais e municipais rurais. Fazendo um cálculo, dá R$17 por mês, ou seja, ainda é muito baixo o valor repassado ao Pnate no Brasil. E as redes federais não recebem, o que também é uma grande problemática, especialmente para a interiorização do ensino superior, técnico, federal, enfim, que é inclusive uma proposta da Conferência Nacional de Educação aprovada e que consta também no Plano Nacional de Educação atual e na proposta do PL do novo PNE.

Só que essa falta de financiamento acaba gerando uma série de problemáticas para o Pnate. Eu fiz uma busca bem rápida no Google nas recentes notícias, e aí a gente vê a falta de recursos. Então, aqui: "Mãe de alunos reclama de transporte escolar precário em área rural", de Campo Grande; "A gente tem que pedir a Deus para proteger, desabafa mãe de estudantes sobre ônibus precário", isso aí, de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Esse aqui é de Tocantins, da zona rural de Montividiu: "Alunos da zona rural de Montividiu estão sem transporte escolar há três semanas". Só aí já mostra a dificuldade de fornecer o transporte de qualidade e a necessidade de maior financiamento para isso. E sequer há recursos para uma regulação adequada desse programa.

Aí tem outras notícias mais graves, que passam pela falta de regulação: transporte de drogas, questões de violência contra adolescentes.

E aí a conclusão a que a gente chega não só dos dados de política pública quanto do que vem acontecendo na prática é que a gente precisa incluir a rede federal, sim, no sentido de interiorizar, mas a gente precisa aumentar o valor *per capita* do Pnate.

Sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar – inclusive essa imagem aí é do Observatório da Alimentação Escolar –, é claro, houve um reajuste agora, mas o recurso não é suficiente. Nota técnica do Observatório mostrou isso em detalhe. A gente precisa quase que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dobrar o orçamento em bilhões para conseguir chegar a um poder de compra real do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

E aí, fazendo de novo uma pesquisa nas notícias, a gente vê que falta recurso para uma melhor quantidade de alimentação escolar, para a qualidade da alimentação escolar. Então, aqui em São Paulo, a Prefeitura de São Paulo nega comida; em Risotoândia, falta qualidade na merenda; no Distrito Federal, então, em redes ricas, também há problemáticas em relação ao Pnae. Ou seja, a gente precisa de maior regulamentação, maior financiamento, maior execução orçamentária e melhoria dessa execução orçamentária do programa.

A despeito disso, o Pnae é referência global. Ele já foi referenciado pela FAO, da ONU, muitas vezes; e este ano, no G20, em Fortaleza – inclusive eu estava lá, representando a sociedade civil – , os ministros da educação foram almoçar numa escola e comer a merenda, justamente como uma referência global para a área de alimentação escolar.

É tão referência que, recentemente, no Dia Mundial da Alimentação – inclusive participou a Mariana Santarelli, que é Coordenadora do Observatório da Alimentação Escolar, mas também pessoas de outros países, como o Chile –, a gente discutiu o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar brasileiro como uma referência que precisa de aprimoramento, sim, mas em relação ao caso do Chile. Lá é basicamente terceirizado, privatizado, as merendeiras são chamadas de "manipuladoras de alimentos", tirando inclusive essa perspectiva pedagógica, educacional da alimentação escolar e também retirando a possibilidade de garantir uma regulação melhor de qualidade do alimento, de se ter um valor melhor para essa distribuição de alimentos; enfim, há toda uma série de problemáticas em um modelo que usa da terceirização como a sua agenda central.

Além disso, a questão da terceirização é problemática à luz da regulação da atuação do setor privado na área da educação. A gente faz parte da construção dos Princípios de Abidjan, que são princípios internacionais sobre a atuação do setor privado na área da educação. Foram publicados em 2019 e hoje já são referenciados pelas Nações Unidas na relatoria especial do direito à educação, pelo Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas, pela Comissão Europeia, pela União Africana, enfim, vários organismos internacionais que reconhecem esses princípios, no sentido de ajudar a melhorar a qualidade da oferta da educação por meio do setor privado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E aí a gente tem os princípios gerais, e a terceirização da alimentação escolar aqui no Brasil pode correr risco de violar pelo menos três grandes princípios gerais, sem contar os detalhados. E eu destaquei aqui o Princípio Geral 2, que determina que "os Estados devem fornecer educação pública gratuita da mais alta qualidade possível a todas as pessoas dentro de sua jurisdição, da maneira mais efetiva e rápida possível, até o máximo de seus recursos disponíveis", ou seja, até quando não dá mais – e a gente ainda tem muito espaço para melhorar no setor público o Pnae. E aí os outros dois: a questão de regular para "assegurar a realização do direito à educação", quando há a privatização – a atuação do setor privado –; e o Princípio 5, que trata de financiamento do setor privado por meio do setor público para a área da educação.

Então a gente tem aí uma série de questões que precisariam de regulamentação caso, em última instância, a gente quisesse terceirizar. E o PL é muito sucinto, inclusive, em relação a isso. E a gente já vê que a questão da terceirização já não cabe, porque o Brasil tem amplas condições de fazer, no nível do setor público, essa gestão do Pnae.

Além disso, eu acho que é preciso reiterar a questão de que – estou finalizando – a atuação do *lobby* do agronegócio na educação tem sido ampliada. A gente fez um estudo, eu e a Marcele, que é daqui da equipe da campanha, que foi apresentado na Associação Brasileira de Ciência Política, sobre as investidas do *lobby* do agronegócio, que não tem um interesse público na área da educação. Mostram-se – aí é um gráfico do Observatório da Alimentação Escolar – mais proposições e proposições, na tentativa de terceirizar, privatizar e mudar o Programa Nacional de Alimentação Escolar; não em prol do interesse educacional, do interesse da alimentação, do direito à alimentação, mas do interesse privado. Aí tem vários projetos de lei, e a gente analisa como esses grupos não atuam nem na consolidação da democracia, nem na consolidação de direitos, e monopolizam redes de influência – e precisam ser olhados com calma.

E aí, por fim, para concluir, nós nos posicionamos, então, em relação ao projeto de lei, em favor da inclusão da rede federal de estudantes nas áreas rurais no Pnate. Eu acho que é importante fazer uma ressalva ali, no projeto, de garantir a realocação de recursos adequados para garantia da qualidade do serviço.

Em relação ao Pnae, isso já está garantido, mas se se fizer esse reforço é ainda melhor, porque garante essa afirmativa de melhoria dos recursos.

E a gente se posiciona veementemente contrário à terceirização do Pnae, por colocar em risco a garantia dos princípios referenciados globalmente, dado que não tem regulação e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

enforcement suficiente; contraria o princípio do uso máximo de recursos públicos antes do envolvimento do setor privado; modelos testados internacionalmente sobre terceirização não trazem evidências de melhoria, pelo contrário; e, por fim, é uma agenda que é pautada no interesse privado e não pelo interesse público da educação e da segurança e soberania alimentar e nutricional.

Era isso que a gente queria trazer, em resumo. Os eslaides ficam disponíveis, e a gente continua também disponível para dúvidas, questões e debates sobre esse assunto.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Acho que tem algumas ressalvas que eu gostaria de fazer também, para que quem vai falar possa também entender.

No caso, tanto da rede estadual quanto da federal, da alimentação escolar e transporte escolar, a União entra com uma parte muito pequena. Quem garante transporte escolar e alimentação escolar para as redes estaduais e municipais, basicamente, são as prefeituras e estados. A parte da União é pequena, e, obviamente, pensando no programa para a Rede Federal, não dá para ser os mesmos centavos para a União, porque senão a Rede Federal não tem quem vai subvencionar o restante.

Provavelmente, também acho que é importante, quando a gente fala de pessoal – e eu falo isso tranquilamente, fui Secretária por dez anos, não terceirizei, e funcionava a alimentação diretamente pela rede –, acho que é preciso um olhar para como estão funcionando hoje, de verdade, os sistemas de ensino, chamar as pessoas para botarem o pé no chão. Há quanto tempo não tem concurso público na maioria dos estados e municípios para o profissional de apoio, que é o profissional que lida com a alimentação escolar? O próprio programa Profuncionario, que já existiu, com resultados muito bons, deixou de existir, não funciona mais.

E aí, para entender a fala da Andressa Pellanda, uma fala do apoio para a zona rural do transporte escolar. Não é uma realidade que resolve o problema de acesso e permanência, porque mesmo em áreas urbanas nós temos dificuldade de acesso, de frequência; não é uma realidade. Aí a gente falaria simplesmente das escolas agrícolas que estão em localidade de difícil acesso. A realidade dos institutos federais não é essa na sua maioria. Nós estamos falando de um percentual muito pequeno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, também para esclarecer, Montividiu não é em Tocantins. Montividiu deve ser em Goiás, provavelmente. Tocantins não tem essa cidade, nós não temos esse município.

Eu passo a palavra agora para o Sr. Charles Okama de Souza, Diretor de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, do Ministério da Educação.

O SR. CHARLES OKAMA DE SOUZA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senadora Dorinha...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Boa tarde.

O SR. CHARLES OKAMA DE SOUZA (*Por videoconferência*.) – ... demais mais integrantes da mesa e desta reunião extraordinária na Comissão de Educação.

Pois bem, eu quero aqui destacar que a posição apresentada pela Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal, vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, não é uma posição que seja do Ministério da Educação e também do Governo. Ao nos manifestarmos nesse projeto de lei, algumas questões tornam-se importantes aqui, neste momento, de serem ressaltadas.

A diretoria, por meio de uma análise, entende que, tanto o Pnae como o Pnate, são programas fundamentais para a Rede Federal, no sentido de que possamos combater o processo, que é de preocupação, no sentido do acesso, permanência e êxito dos nossos estudantes da Rede Federal. Nesse sentido, o Pnate, por exemplo, a lei que o trata, que é a 10.880, não menciona os estudantes das instituições federais de ensino. Então, nesse caso é importante que essa proposta aqui seja no sentido de incluir também a Rede Federal, para que os estudantes possam ter acesso ao transporte, ainda mais que, no momento, o Governo está como uma política de expansão da oferta da educação profissional e tecnológica da Rede Federal com a expectativa da abertura de cem novos *campi* em todo o território, bem como também, a partir desses novos *campi*, a interiorização da oferta, o que vai necessitar que outras políticas públicas, assim como são o Pnate e o Pnae, possam ser ampliadas, tendo em vista essa conjuntura que teremos para ser dirimida mediante a questão dos nossos estudantes, para que eles possam lograr êxito aí nos cursos a serem cursados.

E também outra política do Ministério da Educação e do Governo é a construção de inúmeros refeitórios. Nessa primeira etapa serão 267 restaurantes estudantis na Rede Federal –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

investimento por volta de R$429 milhões –, o que também vai exigir outras políticas para o fomento da alimentação estudantil.

Então, a diretoria se manifesta favoravelmente a que a Rede Federal faça parte do Pnat, mas também entende que o programa, ao longo do seu tempo, teve uma série de aprimoramentos que precisam ser destacados e ressaltados para que se tenha, continue tendo transparência e efetividade na alocação dos recursos públicos, tendo em vista que, com o aprimoramento cada vez mais, seja pelos órgãos públicos... principalmente nós temos aqui o FNDE, que, ao longo desse tempo, com suas equipes, pôde aprimorar esse programa, a gente entende que o estudante da Rede Federal tem que ser um beneficiário desse programa, mas entende que, nas condições atuais, não é necessária qualquer alteração nos processos macro já estabelecidos em termos de operacionalidade. Então, entendemos que é, sim, importante incluir a Rede Federal, as instituições federais de ensino no Pnat, mas que se mantenha essa lógica já de funcionamento, porque é um aprimoramento que hoje é conquistado como uma política pública de sucesso no sentido da oferta do transporte escolar.

Quanto ao Pnae, entendemos que a Rede Federal precisa também ter um destaque quanto a isso, tendo em vista essa política agora de expansão da Rede Federal por meio dos novos *campi*, bem como também dos restaurantes estudantis, de forma que possamos ter acesso a mais recursos, tendo em vista que as condições de vulnerabilidade dos nossos estudantes, dentro do nosso território, têm se agravado, principalmente no pós-pandemia. Então, é necessário que toda a parte regulamentar das políticas seja reforçada, e é isso que o Ministério da Educação, por meio da diretoria, tem feito. Vide exemplo, por exemplo, a publicação da nova lei da assistência estudantil, em que a Rede Federal agora, por meio da educação profissional e tecnológica, também faz parte dessa política, e nada melhor do que outros dispositivos serem também alterados para que a rede seja contemplada.

E quanto à questão da terceirização, cabe esclarecer que as instituições pertencentes à Rede Federal possuem autonomia patrimonial, didática, pedagógica e administrativa. Existem alguns modelos diferenciados na contratação dos restaurantes estudantis. Sabemos, por exemplo, que alguns *campi* têm uma estrutura já que dá condições da aquisição dos gêneros alimentícios por meio do recurso do Pnae; outros fazem a contratação separada, seja do serviço, seja da aquisição dos gêneros; outros já apresentam uma estrutura em que não é possível apenas a aquisição dos gêneros – eles têm que contratar todo o serviço terceirizado, porque eles não têm ali funcionários de apoio para que esse restaurante funcione da melhor forma possível e que tenha qualidade nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

entregas dessas alimentações aos estudantes. Então, existe uma diversidade no sentido da oferta do serviço.

Então, aqui é no sentido de possibilitar à rede federal – tendo em vista a expansão dela e desses restaurantes, que, em situações principalmente distintas em cada estado, em cada município – viabilizar esses serviços, mantendo a qualidade no sentido do bom uso do recurso e também, principalmente, que esses estudantes possam acessar nossas instituições, possam permanecer e lograr êxito nos cursos.

Então, a diretoria aqui se manifesta favorável à inclusão da Rede Federal em ambas as leis para que tenha condições de novas perspectivas da educação profissional e tecnológica.

Encerro aqui a minha fala e fico à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Agradeço a participação do Sr. Charles Okama de Souza, Diretor de desenvolvimento na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Ministério da Educação.

Também para contribuir, a avaliação sobre o programa Caminho da Escola, distribuição de veículos, se essa também poderia ser uma alternativa, uma vez que tem hoje veículos bastante adaptados, não é? Houve um avanço muito grande em modelos de veículos próprios para o transporte escolar, se esse também talvez fosse um caminho, porque quem é que vai gerenciar o transporte escolar nas redes, não é? Como uma possibilidade.

Eu passo a palavra agora para a Sra. Luana de Lima Cunha, que é representante do Observatório da Alimentação Escolar.

Luana, para suas considerações.

A SRA. LUANA DE LIMA CUNHA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá a todos, boa tarde. Vou colocar aqui minha apresentação também para compartilhar com vocês.

Eu quero agradecer o convite ao Observatório da Alimentação Escolar para participar desta audiência tão importante que vem tratar sobre a expansão, a extensão do Pnae e do Pnate para as escolas federais de ensino. Agradeço também a disponibilidade da Senadora Dorinha Seabra, dando esse espaço para a gente poder dialogar; ao Senador Flávio Arns e à Senadora Teresa Leitão também pela abertura da Comissão ao debate e pela iniciativa também de apresentá-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu me chamo Luana Cunha; estou representando o Observatório da Alimentação Escolar. O Observatório foi fundado em 2021, a partir de um resultado da ação conjunta entre organizações da sociedade civil e movimentos sociais, para monitorar e mobilizar a sociedade sobre a importância do Programa Nacional de Alimentação Escolar. O ÓAÊ é constituído por um núcleo executivo, que é formado pela Fian Brasil, e pelo Fórum Brasileiro de Soberania em Segurança Alimentar e Nutricional e por um comitê consultivo que conta hoje com 20 organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

E essas organizações que compõem o Observatório, acho importante frisar, são organizações que participam de diálogos com o Governo Federal de forma histórica, para a constituição e elaboração do principal marco legal do Pnae, que é a Lei 11.947 de 2009, que foi elaborada com ampla participação social e que vem expressando os princípios do direito humano à alimentação e nutrição adequados.

Então, aqui só apresentando algumas das publicações que a gente tem no âmbito do ÓAÊ. A gente bienalmente faz a produção de um dossiê, com alguns aprofundamentos sobre o Pnae ...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu queria que tentasse melhorar o som.

Está bem baixo Luana. Não sei se é o seu equipamento ou se é aqui na Comissão. Se pudesse melhorar...

A gente está ouvindo, mas, pelo menos na minha avaliação aqui, está baixo o som. Se puder, tentar melhorar.

Pode voltar à fala.

A SRA. LUANA DE LIMA CUNHA (*Por videoconferência*.) – Melhorou o som para vocês?

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Melhorou. E a cabine aqui, o pessoal do controle do som disse que está no máximo. É para você ficar mais perto do seu microfone.

A SRA. LUANA DE LIMA CUNHA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Pronto. Acredito que eu troquei o microfone aqui e que tenha melhorado.

Peço desculpas por essa dificuldade técnica, gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, voltando, só apresentando um pouco das publicações do ÓAÊ, a gente tem uma série de notas técnicas também e pareceres, que são publicações que nos auxiliam nas nossas incidências políticas e ações de *advocacy,* e temos também uma série de metodologias de monitoramento e diálogo com a comunidade escolar, que são as nossas publicações que se chamam Levanta Dados, que são elaboradas a partir dessa escuta junto com a população e pensando no monitoramento e na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Então, o que determina a lei do Pnae? A lei é um marco fundamental na promoção do direito humano à alimentação adequada e saudável para milhões de estudantes brasileiros, com a exigência de que ao menos 30% dos recursos sejam destinados à compra de produtos da agricultura familiar, fortalecendo economias locais, incentivando práticas agrícolas saudáveis e sustentáveis, valorizando a produção de alimentos frescos e diversificados dentro de nossas escolas.

Além disso, o Pnae também promove a educação alimentar e nutricional dentro das escolas, contribuindo para a formação de hábitos alimentares e garantindo uma alimentação de qualidade, ou seja, impacta diretamente a saúde dos nossos escolares, o desempenho escolar, o desenvolvimento social das nossas crianças e adolescentes em todo o país, tornando essa política, então, muito importante e essencial para o combate à fome e às desigualdades.

Atualmente, o programa, com essas características, é elogiado mundialmente, fazendo do Brasil um exemplo no quesito da alimentação escolar.

Então, por toda essa importância que eu trouxe agora na minha fala sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar, a gente quer elogiar fortemente a autoria da Exma. Senadora Dorinha Seabra, por ter dado atenção especial ao Pnae e ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar nas escolas federais.

Então, nesse contexto, o PL 3.096, de 2024, apresenta uma intencionalidade muito importante, que é o preenchimento de uma importante lacuna na legislação atual, que é o de indicar caminhos sobre como legislar – sob o apoio da União – às escolas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, pensando a oferta da alimentação e do transporte escolar.

Então, a gente quer muito elogiar o mérito desse projeto e a importância dessa expansão do programa também para essas escolas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Atualmente – falando um pouquinho, como foi muito falado da terceirização do Pnae –, as terceirizações já ocorrem no programa, com a condição de que o orçamento do programa seja utilizado especificamente e exclusivamente para compras de alimentos. Então, nós manifestamos uma preocupação de que a alteração na legislação possa abrir alguma margem para interpretações que ampliem a terceirização, estendendo a redes estaduais e municipais.

Em parecer, então, o ÓAÊ se coloca favorável ao PL, apresentando apenas essa ressalva, propondo uma emenda de modificação que retire a menção à terceirização, mas gostaríamos de reforçar essa necessidade de mais investimentos para o Pnae nas instituições de redes federal e celebrar também o Novo PAC de investimentos para a rede estadual, por meio do qual a gente acredita que vai conseguir contribuir muito para essas estruturações das cozinhas e refeitórios.

A partir dos documentos que eu apresentei e que o observatório vem construindo, realizamos, então, em 2023, um dossiê, que foi o *Dossiê ÓAÊ: Diversidades e Desigualdades na Alimentação Escolar*, e esse documento analisou um pouco do fenômeno da terceirização, mostrando que, entre 2015 e 2022, houve uma redução de 56% no número de entidades executoras que realizavam terceirizações no Pnae, saindo de 5,24% para 2,31% em 2022, e esse maior percentual de terceirização acaba sendo concentrado nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

Nesse estudo também analisamos alguns riscos da terceirização para a alimentação escolar, com levantamento a partir de relatórios do TCU, como algumas irregularidades em processo licitatório, o favorecimento à formação de cartel e inviabilização do controle social, a não separação da licitação de gênero e serviços, a divergência entre a quantidade de refeições servidas e a lançada no Sistema de Alimentação Escolar, só apresentando alguns desses riscos que essa menção pode trazer.

Essas manifestações do posicionamento do ÓAÊ não são únicas. Então, a gente traz aqui também algumas manifestações que surgiram nas redes sociais, contrárias à terceirização do Pnae, mostrando essa força também, esse reconhecimento da preocupação quanto a essa citação.

Mas, de todo modo, queremos encerrar agradecendo a possibilidade de estar aqui neste debate e agradecendo também a possibilidade de construção e implementação desse projeto de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A gente reconhece a dificuldade extrema que muitos alunos têm para permanecer nas suas escolas, principalmente e em especial com a exigência de ensino integral que não garanta uma alimentação para se manter durante seu horário de ensino. Então, a importância do Programa de Alimentação Escolar para a garantia do direito humano, a alimentação e nutrição desses escolares é fundamental para a garantia da educação, para a garantia da saúde.

Então, a gente é totalmente favorável ao mérito do projeto, pensando nessa extensão do Pnae e do Pnate e a ampliação que inclua também concursos públicos, refeitórios, cozinhas equipadas e condições de trabalho adequadas dentro dessas escolas e institutos federais.

A gente encerra por aqui e agradece imensamente a possibilidade de estar aqui dialogando. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Luana, pelas contribuições e ressalvas importantes que devem estar atentas ao texto.

Passo a palavra para a Sra. Vania Marques Pinto, Secretária de Política Agrícola da Contag, para as suas contribuições.

Quero mencionar – se houver tempo, eu abro o espaço para a manifestação – Laura Gisler, Vice-Presidente Regional da União Nacional dos Estudantes, e Paulo Henrique, da Ubes, Vice-Presidente Regional da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

Obrigada pela presença de vocês.

Passo a palavra, então, para a Vania Marques Pinto.

A SRA. VANIA MARQUES PINTO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito boa-tarde!

Eu quero aqui cumprimentar a Senadora Dorinha, a Senadora Teresa Leitão, o Senador Flávio Arns e cumprimentar também aqui todos os convidados e convidadas que fizeram fala e irão fazer uso da palavra neste ato.

Eu sou Vania, sou agricultora familiar e faço parte de um dos públicos que é beneficiado com esse programa, o Pnae, que é um dos programas que está sendo tratado aqui nesta audiência pública.

Nós, da Contag, nos manifestamos parcialmente favoráveis. Então, nós temos algumas ressalvas em relação ao projeto que está sendo apresentado, mas eu gostaria de falar também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

um pouco sobre a agricultura familiar, que é um público também dessa lei que está sendo tratada aqui, no dia de hoje.

Nós, da agricultura familiar, somos responsáveis por cerca de 23% de toda a produção agropecuária brasileira. Esses são dados do Censo de 2017, mas são dados que nos fazem reafirmar a pujança que tem a agricultura familiar brasileira e a sua contribuição para o cenário brasileiro.

Nós, enquanto sistema Contag, que representamos a agricultura familiar, estamos em 27 estados, com mais de 3 mil sindicatos, em todos os municípios, e temos uma forte atuação no que diz respeito à defesa das políticas públicas. E o Pnae, para nós, é uma política, é um programa que é referência mundial, e toda a nossa perspectiva de atuação é no fortalecimento dessa política pública, tanto no que diz respeito à nossa defesa da educação muito referente à educação dos povos, das comunidades, dos povos do campo, da cidade, das florestas, das águas, quanto na defesa da educação como um todo.

O Pnae é esse programa que favorece tanto quem produz alimento, que comercializa, quanto quem vai ser beneficiado com essa alimentação.

Nós sabemos que a principal alimentação de boa parte dos nossos estudantes é feita na escola. Então, todo o nosso esforço é no sentido de fortalecer esse programa, a produção de alimento, que, na nossa perspectiva, deve estar relacionada também com a manutenção e a qualidade de vida. Nós defendemos que essa produção de alimento seja de alimento saudável.

Por isso que é fundamental a agricultura familiar dentro desse programa, um programa que tem como principal objetivo crescer, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, para a aprendizagem e o rendimento escolar e também para as formas e práticas de alimentação saudável, valorizando inclusive a cultura local.

Então, para nós, da agricultura familiar, esse programa tem esses pilares, esses princípios e essas diretrizes que passam pela alimentação saudável e adequada, pela participação da sociedade no controle social, e toda e qualquer iniciativa que, de alguma forma, possa vir a contestar esse programa, que é um programa efetivo, de sucesso, a gente coloca como observação esses critérios de a gente reorientar e, de certa forma, mostrar a potencialidade que tem esse programa e o quanto alguma interferência pode fragilizá-lo.

Então, nós apresentamos essa ressalva em relação ao dossiê que foi apresentado, principalmente porque a gente compreende que esse aspecto da terceirização vai, sobretudo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pontuar um desrespeito ao percentual mínimo da agricultura familiar. Então, nós entendemos que os contratos terceirizados não cumprem com o requisito de destinação dos 30% dos recursos à agricultura familiar, desestimulando o setor e gerando perdas econômicas para as comunidades rurais.

E aí eu quero trazer como elemento um dado que saiu recentemente no *Valor Econômico*, inclusive com a contribuição do ÓAÊ, em que a gente observa que vários municípios já conseguem atingir essa compra, mas infelizmente a gente ainda tem municípios que não têm nenhum tipo de compra da agricultura familiar. E aí, nessa reportagem do *Valor Econômico*, a gente tem o Município de Macaé, que não tem nenhum tipo de compra da agricultura familiar, e o Município de Recife, que comprou cerca de 4,4%. Então, são valores muito pequenos, dados os 30%, o mínimo de 30%, que é o que estimula o nosso Pnae.

Outra observação diz respeito à erosão da cadeia de fornecimento local. Empresas contratadas tendem a adquirir produtos em larga escala, e esses fornecedores são centralizados. Eles vão negligenciar a compra de alimentos produzidos localmente, que é um dos pilares do Pnae.

Um outro elemento é a diminuição da diversidade da qualidade de alimentos. Então, nós sabemos que são feitos estudos, nós temos relatórios, temos auditorias feitas pelo TCU que demonstram que as empresas terceirizadas frequentemente fornecem alimentos de menor qualidade e de menor diversidade. Então, essa é uma preocupação também, porque pode estar em desacordo com os cardápios preestabelecidos, tendo em vista todos os critérios que a gente tem dentro do nosso Pnae.

E um outro elemento é a fragilidade na fiscalização e no controle de qualidade, entendendo que é necessário haver um monitoramento, uma fiscalização desses contratos terceirizados, que apresentam, na maioria das vezes, falhas recorrentes, incluindo o descumprimento das exigências contratuais e oferta de alimentos sem identificação adequada, e isso compromete a segurança alimentar e nutricional dos estudantes.

Então, nós, da Contag, apresentamos, protocolamos que nós temos ressalva, principalmente no que diz respeito ao ponto da terceirização. Então, essa é a única ressalva que nós temos em relação ao PL 3.096, entendendo que ele pode, sim, fragilizar o nosso programa como um todo, e a nossa intencionalidade é que o Pnae seja um programa que seja cada dia mais fortalecido, entendendo o seu papel social e econômico para a sociedade brasileira, tanto para quem recebe,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para os estudantes que recebem esses alimentos, quanto para a agricultura familiar, que hoje também contribui para a comercialização desses produtos.

Então, esse é o posicionamento da Contag.

A Contag faz parte também da ÓAÊ, e a gente se soma a essas vozes que falam sobre o nosso posicionamento em relação ao PL 3.096.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Sra. Vania Marques Pinto, Secretária de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

Passo a palavra agora para o Sr. Carlos Guedes, Vice-Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) e Reitor do Instituto Federal de Alagoas.

Quero cumprimentar aqui o Prefeito Celso Morais, Prefeito de Paraíso, aí, sim, do Tocantins, um Prefeito que foi reeleito com quase 80% dos votos, não é? Mais de 80%.

É um jovem Prefeito, que eu cumprimento, e é um exemplo de um desafio em relação ao acesso ao instituto federal. Lá é um lugar em que eu sei que a rede municipal – ou seja, a Prefeitura – tem ajudado e tem uma demanda enorme em relação ao transporte, porque lá é uma escola inclusive que, embora não seja agrícola, é afastada da cidade. Então, cumprimento o nosso Prefeito.

Cumprimento também o Ray Silva, aqui, Diretor da Regional Centro-Oeste da Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico, estudante do Instituto Federal de Brasília.

Como eu disse, os três representantes estudantes não estão apresentados no requerimento. Se eu conseguir, eu vou passar dois minutos para cada um, mesmo quebrando aqui o protocolo, para a gente poder ouvir.

Prof. Carlos Guedes.

O SR. CARLOS GUEDES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senadora Professora Dorinha.

Por coincidência, o mês passado, Senadora, eu estive na cidade de Paraíso do Tocantins, numa visita com o amigo Reitor Antonio da Luz, e aí percebi também essa dificuldade, porque o *campus* fica um pouco afastado da cidade de Paraíso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Boa tarde a todas e todos.

Inicialmente, em nome do Conif, eu quero agradecer o convite e a oportunidade de participar desta audiência pública, que trata de dois temas relevantes e fundamentais para a rede federal, e, de forma especial, para que a gente possa cumprir com a missão de promover a educação de qualidade social, pública, gratuita e inclusiva e alcançar o nosso principal objetivo, que é o de assegurar aos nossos estudantes as condições de acesso pleno, de permanência e de conclusão com êxito.

Cumprimento, então, de forma muito carinhosa, a Senadora Professora Dorinha pela iniciativa do projeto e a Senadora Teresa Leitão, por proporcionar este debate e oportunidade para todos nós.

Penso, Senadora Professora Dorinha e Senadora Teresa Leitão, que o Brasil e a educação avançam pela conexão de gente com sonhos em comum.

Passo, então, a fazer uma breve apresentação, para tratar de transporte e alimentação escolar, de quem já possui 30 anos na rede federal, professor, coordenador de curso, coordenador de curso técnico, diretor de *campus*, pró-reitor e agora na condição de reitor; de quem nasceu no interior da Paraíba, numa cidade muito pequena, onde o transporte e a alimentação escolar são fundamentais para o acesso, a permanência e a conclusão dos estudantes.

Então, a rede federal é formada pelos 38 institutos federais, pelos dois centros federais e pelo Colégio Pedro II, além das escolas técnicas vinculadas às universidades. Então, são quase 685 unidades em todo o Brasil, e temos aí, como mencionei, a missão de promover a educação de qualidade social, pública, gratuita e inclusiva e, como principal objetivo estratégico, assegurar aos nossos estudantes as condições de acesso, de permanência e de conclusão com êxito, com o grande propósito de transformar a vida, principalmente, daqueles que mais precisam.

A alimentação escolar na rede federal tem várias formas de gestão: por meio da terceirização, que ocorre com refeições transportadas ou por concessão do espaço das cantinas, dos refeitórios; a aquisição de alimentos prontos da agricultura familiar, que é fundamental, que tem sido um parceiro nosso, Vania, nesse propósito, nessa missão de fornecer alimentação para os nossos estudantes, e, claro, as parcerias com as prefeituras e com o Estado, que também são necessárias para o fornecimento de espaços, de profissionais, Professora Dorinha, como já aponta essa necessidade que nós possuímos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A alimentação escolar na Rede Federal tem várias formas de gestão: por meio da terceirização, que ocorre com refeições transportadas ou por concessão do espaço das cantinas, dos refeitórios; a aquisição de alimentos prontos da agricultura familiar, que é fundamental e que tem sido parceira nossa familiar, que é fundamental e que tem sido parceira nossa, Vânia, nesse propósito, nessa missão de fornecer alimentação para os nossos estudantes; e, claro, as parcerias com as prefeituras e com o Estado, que também são necessárias para o fornecimento de espaços, de profissionais, Professora Dorinha, como já aponta essa necessidade que nós possuímos.

Então, o custo estimado das refeições na Rede Federal varia em função do cardápio, da forma de gestão e da região geográfica, mas, em média, o café da manhã gira em torno de R$3 a R$9; o almoço, dependendo do *campus*, entre R$10 e R$20; o lanche, tão necessário também para os estudantes, entre R$4 e R$6; e o jantar, principalmente para os estudantes da educação de jovens e adultos, varia entre R$10 e R$14.

Mas, é claro, a gente não consegue atender todos os estudantes da Rede Federal. Muitos não têm direito à alimentação durante a sua estadia lá nos nossos *campi*. Então, muitos levam suas quentinhas, suas marmitas.

Essas fotos foram recentes. Ainda não é uma marmita, é uma miniquentinha, que eles levam para quem acorda cedinho, 4h, 5h da manhã, que precisa chegar nos nossos *campi* por volta de 7h da manhã e tem que comer alguma coisa no intervalo. Quem fica no contraturno precisa de um prato quente e de um almoço.

Então, isso é um pouco da realidade que vive boa parte dos nossos *campi* ainda.

O Pnaes (Programa Nacional de Assistência Estudantil) destina R$577 milhões para que a rede possa utilizar em todos os seus programas. Então, além da alimentação escolar, esse recurso é utilizado para o pagamento de moradia estudantil; de transporte desses estudantes; de atenção à saúde e de inclusão digital – porque, às vezes, nas comunidades rurais, em alguns municípios, é difícil a conectividade –; para participar de cultura; de ajuda de custo para visitas técnicas; participação em eventos de esporte; ajudar algumas que têm creche; apoio pedagógico; acesso àqueles estudantes que têm deficiência, transtornos globais de desenvolvimento. É um conjunto de ações que esse recurso não dá conta. Então, seria necessário um recurso específico para dar conta, principalmente, da alimentação e do transporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A Rede Federal recebe também esse aporte de recursos, por meio do Pnae, de R$55 milhões, exclusivamente para a aquisição de gêneros alimentícios, e atende a mais de 350 mil estudantes da Rede Federal.

E, é claro, o Conif realizou um levantamento e estimou que seria necessário, Senadora Professora Dorinha e Senadora Teresa, um valor em torno de R$1,2 bilhão para atender aos estudantes da Rede Federal, ou seja, para que a gente possa fornecer um lanche entre 9h30 e 15h30, e um prato quente ou um almoço no horário de meio-dia para aqueles estudantes que permanecem no contraturno. Então, a Rede Federal necessitaria desse valor. A gente tem buscado aí junto ao Orçamento da União esse recurso para dar conta dessa nossa necessidade.

Claro, nós temos discutido com o coletivo de nutricionistas e de assistentes sociais da Rede Federal propostas para a melhoria da alimentação escolar na Rede Federal, com proposições de alteração ainda na legislação do Pnae para que reflita na Rede Federal.

Essa iniciativa da Senadora Dorinha é fundamental para a gente trabalhar um pouco nas formas de gestão, na responsabilidade técnica dos nutricionistas, no controle social, na prestação de contas desses recursos, pensando também nos investimentos em infraestrutura: construção, reforma e ampliação dos espaços dos refeitórios. Agora, com essa possibilidade de recurso do PAC, a gente vai caminhar para um modelo bem melhor de oferta. Claro, ainda tem a aquisição de equipamentos, a contratação de profissionais, mão de obra, insumos e serviços – então, é um desafio muito grande –, e a criação de códigos de vagas, como a Senadora Dorinha já apontou, específico para nutricionistas na Rede Federal.

Nós possuímos 685 unidades, mas temos apenas 311 profissionais trabalhando. São quase 400 vagas que a gente precisa ocupar para atender e, pelo menos, ter um nutricionista em cada *campus* da nossa Rede Federal. E aí o atendimento, a responsabilidade técnica de um profissional por meio do Conselho Federal de Nutrição.

Mas eu queria dialogar um pouco agora, de forma rápida, para concluir, com a Senadora Teresa Leitão. Ela conhece muito bem, é muito sensível. Essa cidade fica em Pernambuco, no estado que a senhora representa, é o Município de Bom Conselho, próximo a Garanhuns, que a senhora também conhece. Essa foto foi tirada após uma visita, no dia 16 de novembro de 2024, à família. Tem o pai, chamado Evandro; a mãe, Anselma; José Everton, Elton e Stefani são os três filhos. Senadora Teresa, essa moto é o único meio de transporte desses três estudantes que fizeram o curso técnico. Nós temos um *campus* do IFPE em Garanhuns, e um *campus* do IFAL

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(Instituto Federal de Alagoas) na cidade de Palmeira dos Índios, na divisa, aqui próximo, a 38km da cidade de Bom Conselho. Durante três anos, esses três jovens fizeram e concluíram o curso técnico: dois fizeram Eletrotécnica, e a Stefani fez Edificações. Esses três estudantes passaram os três anos sendo levados pelo seu pai de moto do Sítio Pires, a 5km de Bom Conselho, para a cidade, para que eles pudessem pegar o ônibus da prefeitura e virem mais 38km para Palmeira dos Índios. Desses três filhos, hoje, a Stefani faz Engenharia Civil, processo de verticalização, no *campus* de Palmeira dos Índios, e o José Everton e o Elton fazem o quarto período de Engenharia Elétrica.

E nas condições que a senhora muito bem conhece: com fogão à lenha, filtro de barro, água no pote e tem uma antenazinha. Essa família, pela D. Anselma, recebe R$600 do Bolsa Família e paga R$60 por esse *link* de internet extremamente precário – durante a pandemia, a Stefani caminhava para um pé de caju, por trás da sua casa, a cerca de 400 metros, para pegar o sinal de internet e poder estudar.

Isso aí é o feijão guardado nas embalagens PET de refrigerante; ele planta o feijãozinho, cria porcos, galinha, para sustentar e dar condições.

Ele não tem carteira de motorista, mas ele levava os dois filhos na moto, Senadora Teresa, depois retornava para pegar a Stefani para a entrada de Bom Conselho, e depois um colega a levava até a praça, porque ele não tinha carteira de motorista. E, hoje, quem faz esse transporte, Senadora Teresa, é o filho mais velho. Então, o José Everton leva o Elton para a cidade e depois vem buscar a Stefani.

Essa é uma moto CG 2009, que ele comprou à prestação, usada, e, até hoje – de 2009 para 2024 são 15 anos – ele utiliza essa moto, saindo da zona rural para o *campus* do Instituto Federal de Alagoas, em Palmeiras dos Índios, que está a 38km de distância.

Então, esses dois temas, Senadora Dorinha e Senadora Teresa Leitão, são fundamentais para que a gente possa garantir, efetivamente, o acesso pleno às condições de permanência e de conclusão com êxito.

Finalizo a minha apresentação dizendo que estudante sem transporte não tem acesso à educação e estudante, Senadora Dorinha e Senadora Teresa, com fome não aprende.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Agradeço ao Reitor do Instituto Federal de Alagoas, o Sr. Carlos Guedes, e Vice-Presidente do Conif.

Eu não sei se o Professor se esqueceu de compartilhar, mas o fato é que a gente não estava vendo a apresentação. Nós só sentimos falta agora na hora da menção à foto, mas que foi compartilhada, já ao final, pela equipe.

Em relação à menção, isso só demonstra essa realidade do Brasil.

O caso que o Reitor mencionou sobre Paraíso era uma escola que foi o estado que construiu – eu era a Secretária –, e seria uma escola agrícola, e, para o *campus* ser implantado na cidade de Paraíso, nós doamos esse prédio. Então, ele não é dentro da cidade, embora os cursos não tenham a ver com a área agrícola. E essa não é uma realidade somente de Paraíso, mas de muitas outras instituições.

Eu passo a palavra agora ao Sr. Anderson Wilson Sampaio Santos, Diretor de Ações Educacionais do FNDE.

O SR. ANDERSON WILSON SAMPAIO SANTOS (Para expor.) – Boa tarde, Professora. Boa tarde a todos.

Inicialmente, eu queria parabenizá-la pela iniciativa. É muito importante esta discussão, e a gente já vinha a tratando no âmbito do FNDE; então, quero parabenizá-la.

Agradeço à senhora, à Senadora Teresa, nossa vizinha lá – eu sou paraibano –, por quem tenho um carinho muito grande, e ao Senador Flávio também, pela relatoria.

Eu vou trazer, como já teve aqui e acho que já foram bastante abordados, alguns números para nossa fala. Inicialmente, a nossa diretoria cuida destes programas lá no FNDE: do Pnae, do Pnate, do PDDE e do PNLD. O nosso posicionamento, enquanto diretoria, é favorável, Professora, ao PL. Nós temos alguns pontos de alerta, digamos assim, e alguns pontos que a gente acha que precisam de uma atenção especial por parte desta Casa.

Em termos de números, quando a gente fala de Rede Federal, a gente está falando de um universo de cerca de 360 mil alunos, e nós já repassamos uma parte desse recurso do Pnae para eles. Qual é o problema? – e aí nós temos plena convicção dele. O recurso que nós passamos é um recurso suplementar. Quando a gente fala de município, de estado, ali vai ter uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

complementação por parte dos Prefeitos e por parte dos Governadores. No caso da Rede Federal, não; é de nossa responsabilidade. E aí deveríamos...

A gente tem um cálculo *per capita* por aluno. Estamos trabalhando – eu já adianto para a senhora – em uma matriz de valor de Pnae por estado, porque a gente entende que seria a forma mais justa de se atender. Então, nós estamos hoje trabalhando nisso, mas os dados que nós temos hoje é um valor *per capita* por aluno, de acordo com o período em que ele passa na sua escola, com a faixa etária dele. Nesse sentido, para que a gente atenda, de forma integral, esses 358 mil alunos, seria necessário um investimento de R$184 milhões, e a nossa diretoria hoje não dispõe desse orçamento. A gente repassa hoje o valor total de R$55 milhões; então teria um déficit aí de R$120 milhões, para que a gente consiga atender toda a Rede Federal, de forma integral, com o recurso da alimentação escolar.

Ainda tratando de alimentação escolar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANDERSON WILSON SAMPAIO SANTOS (*Por videoconferência.*) – Esse é valor/ano, para atender um universo de 358 mil alunos.

Lembro-os de que a gente está falando aí dos alunos da rede básica de ensino dos institutos federais. A rede superior não entraria nesse projeto de lei, porque o FNDE atende, por emenda constitucional, unicamente à rede básica de ensino.

Outro ponto de alerta a que nós chamamos a atenção é que o Pnae deixou de ser, na verdade, apenas o fornecimento de alimento para a escola, o que é de grande importância. A gente tem outro eixo nele também, que a gente julga ser de grande importância, que é o da educação alimentar e nutricional. Nesse ponto aí, há a terceirização – e ressalto que ela não é vedada na nossa legislação, ela apenas é desestimulada, porque a gente entende que alguns eixos, entre eles o da educação alimentar e nutricional, são deixados de lado quando a gente está tratando de terceirização, e aí há uma série de outros fatores.

Da forma como é tratada, a alimentação escolar fortalece a agricultura familiar ali na região próxima à escola, no momento em que ela faz com que a compra seja feita dos produtores que estão próximos à escola, e ela fortalece as produtoras mulheres que são arrimos de família. Então, ela tem todo um contexto, um ecossistema social que vai além da sala de aula, e que, no caso, a terceirização nos deixa em alerta sobre isso, Professora. Então, nós temos essa preocupação quando a gente está tratando de terceirização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto que foi falado também – salvo engano, por Andressa – é que a gente permite a terceirização unicamente para a compra de gêneros alimentícios. Então, em outros agregados, como os meios de transporte e os serviços que estão ali além dos alimentos, não podem ser utilizados recurso do Pnae. Então, nós temos essa ressalva, de forma que o recurso seja realmente aplicado para a compra de alimento. No âmbito do Pnae, esse é o posicionamento da nossa diretoria.

No âmbito do Pnate, nós também reconhecemos a carência e a necessidade. A nossa preocupação... Nós já tivemos uma conversa, lá no início do ano, com a Reitora aqui do Instituto Federal de Brasília, do DF, e com o Conif, expressando a nossa preocupação e nosso sentimento de ajuda nesse sentido. A gente está falando de um universo de cerca de 50 mil alunos que estão informados no Censo, hoje, como sendo alunos da zona rural matriculados nas redes federais. Então, é um universo considerável, dentro de tudo isso.

Nessa mesma conta, nessa mesma base de cálculo em que a gente fala que, para as redes estaduais e municipais, o nosso recurso é suplementar, mas, para a Rede Federal, o nosso recurso precisa ser suficiente para suprir tudo, suprir integralmente, a gente estima que seriam necessários R$35 milhões por ano para que a gente conseguisse atender todos os alunos que hoje estão matriculados nos institutos federais e atendendo residentes da zona rural.

Quais são os nossos dois pontos de alerta nisso? A senhora traz uma preocupação sobre o Caminho da Escola. Nós achamos que não seria o caminho. Quando a gente está falando de alunos de Rede Federal, esse é um universo muito pulverizado, em que o ônibus não seria suficiente para fazer aquela rota, sendo bem prático, para que conseguisse atender isso. Isso é fruto de nossas conversas com os reitores e com o próprio Conif. Então, talvez o Caminho da Escola não seria o meio mais apropriado. Os institutos precisam de ônibus. Em regra, eles usam os veículos para atividades extracurriculares, para atividades de campo, para essas outras atividades; mas, para o transporte diário de alunos, a nossa leitura é que não seria o Caminho da Escola.

Nosso entendimento é que esses recursos sejam pactuados. A maioria dos estados já faz isso. Eles pactuam com os municípios, em que o meu recurso do Pnate, que é dos estados, os estados me autorizam a transferir aos municípios ou vice-versa, para que aqueles entes façam o transporte, porque, em regra, já tem a rota regulada de transporte; vai-se apenas levar consigo, junto daquele percurso, daquele itinerário que já é feito, os alunos das redes federais. Então, nós somos favoráveis à utilização do Pnate para os alunos da Rede Federal; a gente só não consegue

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

encontrar viabilidade técnica, financeira e orçamentária para que esses recursos sejam executados pelos próprios institutos federais. No nosso entender, no nosso conhecimento, como já ocorre com as redes estaduais, esses recursos seriam mais bem utilizados ou teriam mais aplicabilidade se fossem pactuados pelos institutos federais com os estados, ou, em algum caso, com os municípios.

São esses pontos de destaque, Senadora. No mais, a gente é totalmente favorável. A gente entende a preocupação, nós sabemos da necessidade dessa atenção de que as redes federais precisam. Enquanto FNDE, a gente se coloca à disposição para tentar construir e complementar, digamos assim, da forma como esta Casa entender que deve ser importante, sabendo que a senhora tem um conhecimento muito prático, o que nos deixa tranquilos quanto à condição desse PL, Senadora.

Da nossa parte, essa é a nossa fala.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada pelas contribuições, Sr. Anderson Wilson Sampaio Santos, Diretor de Ações Educacionais do FNDE.

Logicamente, para suas considerações finais, era... Se pudesse...

Quando vocês realizam concurso, qual a regularidade de concursos no caso dessas pessoas que vão atuar diretamente com alimentação escolar? Porque, como eu gostaria de repetir, nem Estado nem município têm feito sequer concursos e formação nessa área. Eu acho que esse é um alerta importante. Eu concordo que é diferente a atuação quando o programa é um programa que faz parte do funcionamento das redes. E a outra pergunta é sobre essa questão do transporte, sobre a execução junto com estado e município. Se isso... É mais uma pergunta depois para o Reitor, Presidente do Conif, se isso funcionaria, uma vez que são rotinas bem diferentes.

Logicamente, estado e município arcam com seus recursos porque são alunos das suas redes, que contam no seu censo. Como vão sustentar o transporte da Rede Federal, uma vez que o dinheiro... A não ser que eles passem mais dinheiro, porque o que se passa hoje para essas duas redes é insuficiente.

Eu vou... Eu queria chamar... Vou pedir aos três estudantes para se sentarem aqui, enquanto eu passo a palavra para a Senadora Teresa Leitão. Ou ela quer falar depois dos estudantes?

Eu vou dar dois minutos. Eu queria que marcassem o tempo, só para prestigiar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Pode ser, Dorinha.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Com a nossa alegria de eles estarem aqui.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Podemos ouvi-los.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Então, que coincidência!

Eu passo a palavra para a Laura, em primeiro lugar. Ela é Vice-Presidente Regional da União Nacional dos Estudantes.

Muito obrigada, Laura, pela sua presença.

A SRA. LAURA GISLER (Para expor.) – Oi. Muito obrigada, Senadora Professora Dorinha. A gente agradece muito a abertura deste espaço para a gente poder contribuir para a discussão.

Eu queria agradecer o projeto de lei que procura essa integração e articulação entre o Pnate e o Pnaes e ressaltar a contribuição da UNE para a conquista do Pnaes. A Política Nacional de Assistência Estudantil foi uma luta travada pela União Nacional dos Estudantes que a gente conseguiu conquistar. A realidade de a gente combater a fome transpassa, é transversal, é articulada à mobilidade urbana ao pensar o transporte e também ao território. Combate-se a fome no sentido muito mais do que uma cantina terceirizada, do que uma lanchonete. Combater a fome é realmente a garantia da segurança alimentar. É a garantia do espaço de enxergar os institutos federais como uma potência mesmo para o território, dando esse retorno para o território.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LAURA GISLER – Aqui no Distrito Federal, a gente tem construído o projeto IFB sem Fome, cuja ideia realmente é a que a gente consiga utilizar os espaços do instituto federal para pensar em processos de agrofloresta, processos de agricultura familiar, para usar os espaços disponíveis do instituto federal e pensar nesses espaços como... E contribuir para os restaurantes estudantis, porque é isso em que a gente acredita. Os institutos federais são muito complexos e as propostas para eles têm que seguir essa complexidade e capacidade de toda potência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Queria agradecer muito o espaço de fala e estamos na luta para garantir o sucesso desse projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada, Laura.

O Pnaes é o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Eu fui autora do projeto ainda quando era Deputada e fiquei muito feliz quando finalmente nós conseguimos aprová-lo. Agora nós estamos em busca também de reforço e financiamento de um projeto de que eu fui Relatora também e que hoje está na Câmara, que é usar uma parte do recurso do Fundo Social, do petróleo, para dar condição para que seja viabilizado. Nós estamos falando aqui de alimentação e transporte, mas a gente precisa de questões de saúde e, em muitos casos, de moradia. Então, esse é um enorme desafio, porque o acesso é importante e a permanência, logicamente, é o maior desafio nosso.

Eu passo a palavra agora para o Paulo Henrique, Vice-Presidente Regional da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, para os seus dois minutos também.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO HENRIQUE (Para expor.) – Boa tarde a todos. Queria cumprimentar todos aqui presentes e agradecer a iniciativa da Senadora Professora Dorinha pelo projeto de lei.

A União Brasileira dos Estudantes se coloca totalmente favorável. Atualmente, sou estudante do Instituto Federal de Brasília, *Campus* Brasília, e a gente percebe, nos institutos federais, que existem muitos estudantes de regiões periféricas, mas principalmente dos núcleos rurais. Muitos enfrentam diariamente longo deslocamento para chegar até a escola e é comum que os custos com transporte sejam uma barreira para o acesso e a permanência desses estudantes nas salas, o que até ajuda na evasão escolar desses estudantes. Então, o transporte escolar, que é uma garantia para os alunos de outras redes, não está disponível para nós, estudantes das escolas federais.

Além disso, quanto à alimentação escolar, que é essencial para o desempenho acadêmico, sabemos que também para muitos colegas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO HENRIQUE – ... a refeição fornecida pela escola é a principal do dia. No entanto, as escolas federais enfrentam limitações no financiamento desses serviços. Isso é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

inadmissível, considerando-se que a União é o único ente responsável por garantir esses direitos para a nossa rede.

No entanto, também gostaria de trazer um ponto de preocupação – como já foi levantado – sobre a previsão de terceirização de gestão dos serviços de alimentação escolar como mencionado no texto. Enquanto estudantes, a gente acredita que a destinação de recursos públicos para empresas terceirizadas não é o melhor caminho, mas a gente vai estar à disposição para trabalhar a melhor forma, participando, cada vez mais, das discussões do Projeto de Lei 3.096, de 2024.

Assim, queria fazer um apelo a esta Casa: que o texto seja ajustado para garantir que a agricultura familiar continue como prioridade no fornecimento de alimentos para escolas da Rede Federal.

Novamente, gostaria de agradecer a iniciativa da Senadora Professora Dorinha e dizer que a União Brasileira dos Estudantes continuará dando segmento a essa discussão do transporte escolar e alimentação escolar dentro dos institutos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Paulo Henrique. A campainha atrapalhou muito, não é? Ficou apitando o tempo todo.

Hoje, só lembrando, muitos dos institutos federais, dentro da sua autonomia, como foi bem colocado aqui, já atuam de maneira diferenciada em relação à questão da possibilidade da terceirização. Acho que o alerta da Luana é importante: não é uma linha, não pode se misturar nem servir de justificativa para redes estaduais e municipais, porque é consenso a preocupação com a alimentação, com a agricultura familiar e com a ação da alimentação, que é muito mais do que fornecer alimento, é um processo muito mais amplo.

Eu passo a palavra para o Ray Silva, Diretor Regional Centro-Oeste da Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico e estudante do Instituto Federal de Brasília.

O SR. RAY SILVA (Para expor.) – Boa tarde. Eu queria primeiro saudar todos e todas presentes e também saudar a Senadora por ter cedido este espaço para os estudantes.

A gente vem aqui, primeiro, para reconhecer os avanços do PL, principalmente no que se refere à questão do transporte. Como morador de área rural de São Sebastião que estuda num

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

campus que fica aqui no centro de Brasília, eu sei a realidade que é para chegar ao *campus* todo dia. E esse, junto com a questão da alimentação, também um avanço no projeto de lei, é um dos principais motivos de evasão dos estudantes do instituto federal.

E aí a gente já queria colocar a questão da limitação que tem o Pnae, porque, atualmente, o Pnae é apenas para a compra de alimentos. Então, a gente acha que isso é uma limitação no Pnae...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAY SILVA – ... e a gente sabe que a nossa juventude passa por diversas contradições.

A realidade do Brasil hoje é uma realidade de fome, e a gente sabe que a alimentação é a principal coisa que segura estudante, principalmente no instituto federal, na escola. Inclusive, na Fenet, é uma das principais pautas nossas hoje. A gente esteve puxando vários dias nacionais de luta pelo bandejão e pela assistência estudantil. Então, a gente, inclusive, endossa a campanha do Conif de um pleito de R$1 bilhão para a construção de restaurantes no instituto federal, com comida de qualidade e preço acessível, e a gente denuncia veementemente a terceirização que está posta, tendo em vista todos os problemas que foram apresentados. Inclusive, eu cito o dossiê que foi feito pelo Observatório da Alimentação Escolar apontando diversos riscos que a terceirização causa tanto para os estudantes quanto para os trabalhadores.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada, Ray.

Eu passo, agora, a palavra para a Senadora Teresa Leitão, autora do requerimento.

Senadora.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Muito bem.

Muito obrigada, Senadora Dorinha.

Quero cumprimentar todos que participaram desta excelente audiência, trazendo muitos subsídios para a nossa reflexão: os estudantes Laura, Paulo Henrique e Ray; a Andressa Pellanda, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; o Charles Okama, da diretoria da Setec; a Luana Cunha, do observatório; a Vânia, da Contag; o Carlos Guedes, do Conif – eu conheço bem o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

conselho e conheço bem essa realidade, sem sombra de dúvida, Professor –; o Anderson Santos, do FNDE.

Quero dizer que as contribuições foram muito calcadas e muito expostas a partir da realidade mesma que a gente vive, mas tendo agora uma saída, digamos assim, proposta pelo PL apresentado pela Senadora Professora Dorinha, que, sem sombra de dúvida, tem um mérito muito grande. Essa reivindicação é antiga, não se resume apenas à questão da ampliação dos restaurantes universitários – eles, sim, incluídos no Plano Nacional de Assistência Estudantil –, como outros setores de apoio ao acesso e à permanência dos estudantes na escola, já alguns citados nesta audiência, como creche, como transporte, como condições de alojamentos, quando necessários, enfim, todo um contexto que ajuda, sim, tanto a permanência dos estudantes na escola como o próprio êxito no desenvolvimento dos estudos.

O mérito, Senadora, é inquestionável. Eu acho que o projeto desenhou uma forma de contemplar a Rede Federal de Educação da educação básica, que era sempre uma polêmica que se levantava: "Não, mas as políticas do FNDE são voltadas para a educação básica". Então, na hora em que o PL faz essa distinção, ele consegue resolver um impasse que pode, sim, ampliar esses programas, mantendo-os vinculados ao FNDE, que é o gestor tanto do programa de transporte escolar quanto do programa de alimentação escolar, juntamente com os estados e os municípios. E aí é que reside o dilema nosso, não é? Rede Federal, como disse a Professora Dorinha, é Rede Federal.

Foi feita uma sugestão acho que pelo próprio FNDE, para que se agregassem ou se fizessem pactuações e parcerias com os estados e municípios. Creio que é difícil isso por conta das condições do próprio censo e da própria gestão. Na gestão, os estados e municípios podem atuar em regime de colaboração; a União dá apoio técnico. Então, são relações diferenciadas tanto no contexto legal como na própria prática que a gente verifica sendo seguida. O próprio FNDE, que é um órgão vinculado ao MEC, portanto, um órgão federal, não atua diretamente, atua via estados e via municípios.

Então, vejam que o projeto resolve isso, mas resolve com o repasse direto para os institutos federais de educação. Então, acho que o desenho que a gente precisa fazer pressupõe essa gestão, a gestão de quem será, esse recurso será utilizado nos restaurantes universitários, será utilizado diretamente para a promoção gratuita, como é nas redes estaduais e municipais, da merenda escolar ou de outros espaços de alimentação, como a alimentação quente, como se diz,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que a merenda também tem: tem sopa, tem almoço, sobretudo agora nas escolas em horário estendido, para a educação integral.

Então, acho que foram dadas muitas alternativas, e o próprio projeto fala em regulamentação, porém fala em regulamentação no tocante à terceirização, ele é bem detalhado em relação a isso. O que o projeto diz? Além de ter um projeto dizendo que atenderá as necessidades nutricionais de seus estudantes, se referindo aos institutos federais de educação, de educação básica durante a jornada escolar e que observará as disposições pertinentes nesta lei, que é a Lei 11.947, a Senadora Dorinha foi bem precisa quando explicou isso na abertura dos trabalhos, está se criando um novo critério e estão se expandindo os critérios que já existem, mais as disposições pertinentes desta lei, admitida a terceirização da gestão de serviços de alimentação escolar, nos termos do regulamento. Foi essa parte que ensejou esta audiência.

Eu fui procurada por alguns segmentos, e esta Comissão tem essa prática muito salutar. O nosso Presidente, que é o Relator da matéria inclusive, é muito aberto, e nós também seguimos essa linha de fazermos escutas, de fazermos audiências, de ouvirmos a sociedade para aprimorar os nossos projetos, mais ainda quando um projeto, como este que a gente está discutindo, é terminativo na Comissão de Educação. Uma vez aprovado na Comissão de Educação, está concluída toda a sua tramitação. Então, quanto mais nós o aperfeiçoarmos nesse processo, melhor, porque vai competir apenas a nós a sua apreciação e a sua votação.

Então, eu creio, Senadora Dorinha, que o ponto de divergência, que admito que também é o meu, está justamente nesse processo de terceirização, em como se dará. Eu concordo que nós temos uma terceirização muito forte nas escolas públicas chamada de contratos temporários de trabalho. Os contratos, que são previstos na Constituição em regime especial de emergência, não podendo ultrapassar dois anos renováveis, hoje duram décadas. Nós temos a realidade de redes municipais e até mesmo redes estaduais com uma quantidade de trabalhadores, sejam do apoio administrativo, sejam do apoio estrutural ao próprio professor, formada em sua maioria por terceirizados, os famosos CTDs. Mas eu acho que isso não deve servir de exemplo. Como seria essa gestão terceirizada?

A pessoa da Contag, a representante – acho que Vânia –, tocou em pontos muito essenciais que poderiam ser prejudicados dentro do que a gente coloca como cadeia da alimentação escolar. Há a obrigatoriedade dos 30% comprados da agricultura familiar, que já tem toda uma maneira própria de organização produtiva, de alimentos orgânicos, de participação das mulheres, de preços justos, de apoio a essa cadeia produtiva tão fundamental e que sustenta tanto a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

alimentação nacional, a alimentação de todo mundo que mora na cidade. Existe, inclusive, uma palavra de ordem – não é, Vânia? – muito conhecida dos movimentos: se o campo não planta, a cidade não janta. Então, com esses mecanismos que são utilizados com eficiência, mesmo que com falhas, mas que são utilizados com eficiência nas redes municipais e nas redes estaduais, que são muitas – há exceções negativas, é claro; aliás, não é claro, mas a gente sabe que acontecem –, dos 30% de compras, a agricultura familiar tem movimentado muito a cadeia de emprego e renda, agregada a esse outro fator que foi também citado por Anderson, que é a educação alimentar e nutricional. Mesmo a terceirização sendo por regulamento, é muito difícil, em um processo de regulamentação, esses critérios que já existem hoje serem praticados.

Eu não quero antecipar uma posição de emenda, Dorinha, nem uma coisa muito radicalizada para a gente não perder o mérito e uma coisa muito fundamental nesse processo, que é aquilo que numa lei é tão importante: cobrir uma lacuna, não é? Cobrir uma lacuna que existe. O relato dos estudantes é muito revelador disso, mas a mim também preocupa o processo de terceirização.

Vou continuar analisando. Não devemos demorar muito porque a gente está há um mês, praticamente, do final do ano legislativo, e como ele é um projeto de lei terminativo na Comissão de Educação, eu quero propor que nós e os demais Senadores da Comissão possamos, com este conteúdo riquíssimo desta audiência, chegar, sobretudo, com o Relator e a autora, a um consenso, a um denominador comum que possa nos levar à aprovação deste projeto de lei ainda este ano.

Eu acho que, até para a organização dos institutos, para a organização do próprio Governo em relação ao repasse – que já faz, mas que é realmente pequeno e não tem como subsidiar –, a gente possa encontrar uma alternativa de viabilização e de implementação deste projeto de lei tão importante dentro do direito à educação.

E a gente está fazendo este debate depois que o G20 colocou no foco da discussão o combate à fome e à pobreza, que é a realidade de muitos dos nossos estudantes.

Eu me recuso a dizer que alguém procura a escola só para comer, eu me arrepio só de ouvir isso e eu procuro não o dizer, mas eu digo, sem medo de errar, que a alimentação escolar, para muitas crianças, jovens e adolescentes, é a alimentação com mais valores nutritivos que eles têm naquele dia, é a alimentação certa que eles têm naquele dia e, certamente, isso ajuda a permanência na escola e ajuda a ter mais condições de aprendizagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que a gente puder fazer para arredondar, Professora Dorinha, este seu brilhante projeto, nós estamos à disposição para fazer.

Muito obrigada a todos e a todas que atenderam ao nosso convite. Muito obrigada, Professora Dorinha, porque só se pode presidir audiência pública presencialmente, então a sua presença, que eu sei que seria certa como autora da lei, mas também como coordenadora desta audiência, foi muito positiva para todos nós.

Muito obrigada e boa tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada, Senadora Teresa Leitão. Tenho certeza de que nós vamos conseguir avançar em relação ao programa.

O que eu penso é que hoje os institutos federais já fazem o modelo de terceirização dos produtos, a base para a realização da alimentação escolar. Eu não vejo nenhuma dificuldade em ficar dentro do amparo que já é dado hoje, porque nós queremos é avançar em relação à expansão do programa, e eu, como autora, não vejo nenhuma dificuldade de ficarmos dentro dos limites que nós já temos hoje em relação à autonomia das instituições, sempre com esse destaque – eu, obviamente, perguntava como é que isso acontece, e eu conversei, inclusive, com o reitor do meu estado, e ele disse que eles já fazem isso, compram a alimentação, o material, então tem nota da logística e dos produtos. Eu acho que o Reitor e Presidente do Conif pode se manifestar. O que nós queremos é avançar em relação ao programa.

E eu falava aqui sobre a questão da operacionalização, no caso do transporte escolar em especial, que a legislação já... Não é preciso ficar aqui, porque vai ser operacionalizado por estados e municípios. Isso é realizado no âmbito de cada estado e município, convênios de execução.

Normalmente os municípios já realizam a partir de um termo de cooperação, em que o município, que já vai a uma localidade buscar os seus alunos, já busca os alunos da rede estadual, municipal, e não vejo por que não buscaria da rede federal. Obviamente com ajuste dos valores, que foi o que eu já conversei aqui com o Anderson. Logicamente que, no caso de estados e municípios, os dois entes federados cobrem, suprem o que falta para o custo. E ele já me disse que os estudos que eles estão fazendo buscam um valor diferenciado. Então, eu acho que é bastante factível o atendimento a partir de convênios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Isso não ficaria na lei, mas pode ser feito como é feito no caso da rede estadual e municipal, essa permissão de que as redes possam fazer um pacto para o serviço. Obviamente isso, como disse, é permissão, porque em alguns casos, pela natureza do instituto, pela localização, pode ser que tenha que se encontrar uma alternativa de contratação de transporte direto ou até se pensar num formato de algum tipo de ajuda diretamente para o estudante.

Eu vi aqui que o Prof. Carlos Guedes levantou a mão para falar. Eu vou passar para ele primeiramente, mas todos os outros que participaram da audiência, até três minutos, podem se manifestar, se assim quiserem. A partir da fala de todos os que estiveram aqui para contribuir... Passo então para o Prof. Carlos Guedes, que está bastante ansioso ali, ele que é Reitor do Instituto Federal de Alagoas.

Professor, para suas considerações.

O SR. CARLOS GUEDES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senadora Dorinha.

Eu não sei se a Luana e a Senadora permitiriam compartilhar a foto aqui, só para eu fazer esse registro, nessa apresentação, da foto dessa dificuldade do transporte lá na cidade de Bom Conselho, no Estado da Senadora Teresa Leitão.

Mas quero dizer, Senadora Dorinha, que esse modelo de transporte compartilhado já existe, sim, na rede federal. Os gestores, os Prefeitos enviam os ônibus que conduzem os estudantes da rede municipal, da rede estadual, de faculdades, de universidades. Mas como os horários são diferentes, isso complica muito, principalmente para quem mora na zona rural.

E tem alguns gestores ainda que têm dificuldades e colocam essa questão de que não é uma obrigação, e a legislação, então, permite que eles tenham essa obrigação para os municípios e para o estado. Então, é preciso conversar, é preciso conversar com o Vereador, é preciso buscar um apoio dos promotores de Justiça. A gente tem uma grande dificuldade, principalmente no interior. Então, essa sua proposta, Senadora Dorinha, é fundamental, porque coloca na legislação essa possibilidade de o município também poder fazer o deslocamento dos nossos estudantes que moram na zona rural.

Senadora Teresa, essa é a foto, essa é a moto do ano de 2009, comprada em 2014, que durante três anos conduziu os estudantes do Sítio Pires para a cidade de Bom Conselho, e depois o ônibus da Prefeitura de Bom Conselho levava para Palmeiras dos Índios, a cerca de 40km. Essa foto é muito simbólica; essa moto até hoje serve de transporte para os estudantes. E o pai me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dizia, no sábado à tarde: "Imagine, Professor, quando é inverno, a dificuldade que nós temos com moto escorregando; as meninas e os meninos saem com bota, com sacola plástica, durante 5km, numa estrada escorregadia".

Então, esse projeto amplia e é um grande avanço, Senadora Dorinha, fundamental para garantir a permanência dos nossos estudantes e para que a gente possa verdadeiramente transformar a vida das pessoas que mais precisam.

Parabéns! Agradeço e parabenizo mais uma vez pela iniciativa. Conte sempre com a rede federal.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

Eu não vi mais ninguém com a mão levantada. Mais alguém gostaria de se manifestar?

Luana, por favor.

A SRA. LUANA DE LIMA CUNHA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá.

Eu gostaria novamente de reforçar o agradecimento, a oportunidade e a abertura da Comissão para este debate.

Queremos reforçar o compromisso do Observatório da Alimentação Escolar, em solidariedade com os institutos e escolas federais, nos colocando à disposição para a gente criar novas pontes de colaboração, assim como para a criação dessas pontes de diálogo e colaboração com a Comissão, com a Senadora. Seguimos abertos para o diálogo e temos diversos consensos em prol da garantia do direito à alimentação adequada aos nossos escolares de escolas e instituições federais.

Gostaria também, nesse sentido, de convidar vocês para outra luta importantíssima. Eu peço licença aqui para fazer menção à nossa campanha de reajuste permanente do Pnae, que está sendo tocada pelo Observatório da Alimentação Escolar.

Em nota técnica que foi lançada ainda este ano, a gente constatou que houve uma redução de 42% do poder de compra do Pnae nos últimos 14 anos, e diante desses reajustes esporádicos que acontecem, abaixo da inflação dos alimentos, para a gente retomar esse poder de compra de 2010 seria necessário um reajuste de 72% em 2025, elevando o orçamento atual de R$5,7 bilhões para aproximadamente R$10 bilhões. A iniciativa do Observatório da Alimentação Escolar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

propõe a aprovação de um mecanismo anual, que estabeleça um reajuste anual e permanente do Programa Nacional de Alimentação Escolar, protegendo o orçamento diante da inflação dos alimentos.

Então, queremos convidar vocês também, em prol desse objetivo comum, e, novamente, agradecer à Senadora Professora Dorinha pela abertura de diálogo e à Senadora Teresa Leitão e nos colocar à disposição para a construção de novas pontes.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada, Luana.

Eu tenho um projeto de lei, de quando era Deputada, em relação à correção e à garantia de que tanto o programa de alimentação escolar quanto o de transporte escolar tenham o reajuste e a correção dos centavos que hoje são destinados, no caso da merenda... Eu tenho esse projeto. Quem sabe a gente consiga avançar com ele para ter essa garantia.

Eu passo a palavra para o Charles Okama de Souza, Diretor da Rede Federal de Educação Profissional do Ministério da Educação, para suas considerações.

O SR. CHARLES OKAMA DE SOUZA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senadora Dorinha, quero agradecer a oportunidade de falar um pouco sobre essa importante iniciativa que a senhora nos proporciona. Também quero aqui colocar-me à disposição de todos os integrantes desta reunião para que a gente possa continuar aprimorando as políticas públicas em prol da educação, especialmente da educação profissional e tecnológica, pela qual eu sou um apaixonado. E estou lá à frente da Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal. E, também, sempre que for debatido qualquer tema que possa atender os nossos estudantes para que possam ter sucesso na sua formação acadêmica, para a gente é motivo de muita satisfação. Agradeço e coloco-me sempre à disposição para futuras oportunidades de debate e alinhamento em prol da educação do país.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Prof. Charles.

Passo a palavra agora para a Vania Marques Pinto, da Contag.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRA. VANIA MARQUES PINTO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu quero realmente agradecer a participação da Contag neste espaço. É fundamental que a gente consiga avançar nessa proposta.

Eu saio daqui com a convicção de que nós conseguiremos avançar, de que nós teremos o fortalecimento desses programas tão importantes para a juventude, para os estudantes do campo principalmente, porque são as pessoas que mais são beneficiadas pelo transporte escolar, mas também os estudantes de um modo geral.

Nós nos somamos a essa chamada que a Luana faz, dessa campanha. É fundamental que a gente tenha um orçamento maior para programas tão estruturantes, como é o caso do Pnae. E nos colocamos à disposição para contribuir nos temas que dizem respeito à educação. Entendemos que a educação é, sim, o caminho para poder transformar a vida das pessoas. Sem sombra de dúvida, é necessário a gente avançar nessa e em outras áreas da nossa sociedade.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Vania, da Contag.

Passo agora a palavra, para as últimas contribuições, ao Sr. Anderson Wilson Sampaio Santos, do FNDE.

O SR. ANDERSON WILSON SAMPAIO SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, antes de agradecer, eu queria aproveitar a oportunidade para fazer dois esclarecimentos, Senadora, e dois questionamentos.

Quando a senhora fala sobre a questão da formação e da capacitação... A gente desenvolveu um mecanismo, lá na diretoria, e nós trabalhamos com centros colaboradores. Quando nós chegamos à diretoria, um ano atrás, apenas três estados não tinham centros colaboradores da alimentação escolar, que são convênios que nós firmamos com universidades ou institutos federais para fazer informações de nutricionistas, das merendeiras, em seus estados, em suas regiões. Então, esses centros colaboradores têm um papel importante para o FNDE hoje e conseguem dar alcance nessa parte de formação e de capacitação, desde o manuseio do alimento até a utilização dos recursos, na prestação de contas, em todo esse aparato da alimentação escolar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A gente consegue, hoje, atender todos os estados e o Distrito Federal com os centros colaboradores. Os últimos três, salvo engano, são Maranhão, Pernambuco, e o terceiro me fugiu da memória. Foram os mais recentes. Mas é um mecanismo bem estável e que atende bem às nossas redes, aproxima a União, o FNDE, à ponta.

O último esclarecimento é sobre quando sugerimos essa transferência de recursos sendo utilizados por meio de municípios e dos estados. A nossa sugestão é: já vai com o recurso sendo não mais suplementar, mas com o recurso sendo integral, para atender o Custo Aluno integral da rede federal.

Então, eram essas as duas colocações.

Quero agradecer à Senadora Professora Dorinha e à Senadora Teresa Leitão pela iniciativa e pela propositura e quero nos colocar mais uma vez à disposição. São discussões como essa que a gente acha que engrandecem a pauta da educação no Brasil, e a gente está sempre à disposição para somar e ajudar, Professora.

Quero parabenizá-la mais uma vez pelo trabalho e pela iniciativa.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu agradeço a participação e a presença de todos.

Queria só mencionar uma questão: quando eu digo formação, quando eu falei do modelo Profuncionário, é porque é uma formação inicial. Eu fiquei muito feliz com a questão da formação continuada, e a formação do Profuncionário é uma formação inicial. Eu acho que a Senadora mencionou muito isso: infelizmente, o número de contratos temporários beira a dez, quinze anos, principalmente nas redes municipais e estaduais.

A nossa expectativa – e gostaria de contar com o apoio de todos – é que a gente consiga votar esse texto, que já passou na Comissão de Assuntos Econômicos e que está aqui agora na Comissão de Educação, ainda neste ano. É possível votar e pelo menos ir para a Câmara, para a gente poder avançar em relação à questão orçamentária – e, com a ajuda do Ministério da Educação, a gente pode, inclusive, sonhar em votar na Câmara, porque ele pode ir direto para o Plenário, uma vez que são programas já existentes. O que nós temos aqui, acho que há poucos ajustes em relação ao que... As contribuições que nós recebemos estão todas muito alinhadas com a implantação e a extensão do programa e, ao mesmo tempo, com os ajustes necessários, dando autonomia para essa organização e esses cuidados, com que nós concordamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada a todos.

(*Iniciada às 14 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 22 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 70ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e seis de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Flávio Arns e Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Alan Rick, Zequinha Marinho, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Irajá, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Wellington Fagundes, Astronauta Marcos Pontes, Beto Martins, Wilder Morais, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Angelo Coronel e Chico Rodrigues, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Styvenson Valentim, Cid Gomes, Randolfe Rodrigues, Teresa Leitão, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Jaime Bagattoli, Romário e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 66ª, 67ª, 68ª e 69ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3096, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 10.880, de 9 de junho de 2004, e nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para "dispor sobre o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nas escolas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica"." **Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com as emendas nºs 1, 2 e 3 - CE. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 778, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências;" **Autoria:** Senador Chico Rodrigues (DEM/RR). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovada a Emenda nº 4-CE (Substitutivo) ao Projeto de Lei n° 778, de 2019. Ficam prejudicados o projeto e as demais emendas a ele apresentadas. O substitutivo aprovado será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2529, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta inciso ao caput do art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para assegurar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao servidor da educação básica pública o direito de matricular seus dependentes na escola de sua lotação." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Vanderlan Cardoso. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e rejeição da Emenda nº 1. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3817, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 8.958, de 20 dezembro de 1994; a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; a Lei n° 10.973, de 2 dezembro de 2004; e a Lei nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019, e dá outras providências para ampliar o financiamento da educação superior no País." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Favorável ao projeto e às Emendas nºs 1, 2 e 3 – CCT, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2939, de 2024 - Terminativo -** que: "Reconhece a cultura gospel e os eventos a ela relacionados como manifestação da cultura nacional e altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), para incluir a cultura gospel entre os segmentos atendidos por doações e patrocínios à produção cultural." **Autoria:** Senador Lucas Barreto (PSD/AP). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CE. Recebido Requerimento do Senador Laércio Oliveira para que seja registrado seu voto favorável ao projeto. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3356, de 2021 - Terminativo -** que: "Confere o título de Capital Nacional do Capim Dourado ao Município de Mateiros, no Estado do Tocantins." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1104, de 2023 - Terminativo -** que: "Regulamenta o contrato de pesquisador pós-graduando." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, das Emendas nºs 1 e 2-CAS, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2053, de 2024 - Terminativo -** que: "Reconhece a Romaria de São Francisco das Chagas, realizada no Município de Canindé, no Estado do Ceará, como manifestação da cultura nacional." **Autoria:** Senadora Janaína Farias (PT/CE). **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 6155, de 2023 - Terminativo -** que: "Institui o dia 25 de julho como o Dia Nacional da Promoção Cultural da Paz; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com quatro emendas que apresenta. **Resultado**: O relator ad hoc, Senador Astronauta Marcos Pontes, apresentou relatório reformulado, acatando sugestão da Comissão, pela aprovação do projeto com cinco emendas que apresenta**.** Aprovado o projeto, com as Emendas nºs 1 a 5-CE. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 106, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação e Cultura, com o objetivo de debater

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o viés político e ideológico presente em livros didáticos que abordam o agronegócio brasileiro, e promovem a desinformação à alunos de escolas públicas e privadas em todo o país. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante da Associação " De Olho no Material Escolar"; representante da Fundação Instituto de Administração (FIA/FEAUSP); representante do Ministério da Educação (MEC); representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA); e representante do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA), subscrito pelo Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/26

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 70ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 26 de novembro de 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 66ª, 67ª, 68ª e 69ª Reuniões, realizadas em 12, 18 e 19 de novembro.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores que as aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Informo que os itens da pauta que tratam de matérias relativas a assuntos honoríficos e são terminativos na Comissão serão votados nominalmente, em bloco, com a abertura do painel eletrônico; e, se não houver discordância do Plenário, votaremos em bloco também os demais itens que exigem votação nominal.

Fica retirado de pauta o item nº 3, a pedido do Relator. Esse item voltará, de acordo com os entendimentos a serem esboçados, para deliberação na próxima semana. (*Pausa.*)

O Senador Astronauta Marcos Pontes está pedindo a inversão de pauta para que apreciemos o item 4, não terminativo. (*Pausa.*)

Não havendo objeção do Senado, fazemos essa inversão de pauta.

Item...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Na mesma direção, depois do Senador Marcos Pontes, eu solicitaria inversão de pauta para o item 10.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. (*Pausa.*)

Isso. Fazermos o item 10, que é um requerimento, não altera... (*Pausa.*)

Sim, está bem.

Muito bem. Depois do item 4, passaremos para o item 10.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 3817, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.958, de 20 dezembro de 1994; a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; a Lei nº 10.973, de 2 dezembro de 2004; e a Lei nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019, e dá outras providências para ampliar o financiamento da educação superior no País.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Favorável ao projeto e às Emendas nºs 1, 2 e 3 – CCT, com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, com parecer favorável ao projeto com as Emendas nº 1, 2 e 3-CCT.

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Antes de passar a palavra ao caro Senador e amigo Astronauta Marcos Pontes, quero saudar a Senadora Professora Dorinha Seabra – que bom! Sempre é bom tê-la na Comissão! – e, além de tudo, a Vice-Presidente desta Comissão, a Senadora Zenaide Maia, sempre atuando, brilhando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nas Comissões também, médica, professora, e o Senador Zequinha Marinho, uma liderança importante, principalmente em valores humanos e sociais também.

Então, concedo a palavra ao Senador Astronauta Marcos Pontes para a leitura do relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Se me permite, eu vou direto à análise.

Nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que tratem de normas gerais sobre educação. Assim, a análise do PL nº 3.817, de 2019, enquadra-se nas competências atribuídas a este colegiado.

Passando à análise do mérito, observa-se que, de fato, a proposição poderá contribuir para gerar receitas para ampliar o financiamento da educação superior. Com efeito, a maioria dos dispositivos legais introduzidos pelo referido Projeto de Lei apresentam contribuição incontroversa para a ampliação do financiamento às universidades e instituições de pesquisa federais. Esse é o caso, por exemplo, da previsão de as fundações de apoio passarem a partilhar suas receitas com as Instituições de Ensino Superior e Instituições Científicas e Tecnológicas, e da dispensa de licitação para que o setor público venha a contratar projetos realizados pelas instituições de apoio e pelas instituições federais de ensino superior e ICTs, o art. 2º.

Por outro lado, acreditamos ser perigosa a autorização dada à União (art. 3º) para financiar universidades estaduais e municipais em um momento no qual a própria existência das universidades federais está ameaçada pelos profundos cortes orçamentários e pela crise fiscal, motivo pelo qual apresentamos emenda no sentido de suprimir tal dispositivo. Nesse aspecto, vale a pena lembrar que tais problemas não são conjunturais ou passageiros porque, mesmo que a crise fiscal venha a ser superada, aquelas dificuldades deverão se prolongar por muitos anos mais em função do congelamento dos gastos públicos no padrão do reduzido orçamento de 2017 até o ano de 2036, conforme determinado pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016.

Ademais, conforme destacou-se no parecer da CCT, as instituições federais de ensino superior e ICTs passariam a ser obrigadas a dividir a receita de patentes ou modelos de utilidade com agências, tais como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(CNPq) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), que financiaram o seu desenvolvimento (art. 4º). Essa receita representa uma retirada daquilo que poderia vir a ser recebido pelas universidades e pelos institutos federais de pesquisa ou suas fundações, reduzindo assim o potencial financiamento a essas instituições, motivo pelo qual entendemos ser acertada a Emenda nº 1, da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Adicionalmente, também entendemos ser pertinente a Emenda nº 2, da Comissão de Ciência e Tecnologia. De fato, a autorização da transferência de bens imóveis para fundos patrimoniais por parte de entidades apoiadas por estes fundos representaria o congelamento e a possível corrosão dos resultados da alienação do patrimônio das instituições. Isso ocorre porque apenas os rendimentos do principal, depois de descontada a inflação e retirada a taxa de administração da instituição financeira que administra as aplicações do fundo, poderiam ser destinados a projetos da instituição apoiada pelo fundo, conforme prevê o art.16 da Lei nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019. Sem contar que os fundos patrimoniais foram criados para mobilizar doações de recursos de natureza privada para o financiamento das instituições de educação, conforme dispõe o art. 1º da Lei nº 13.800, de 2019.

Ainda relativamente à Emenda nº 2, da Comissão de Ciência e Tecnologia, entendemos acertada a previsão de que receitas oriundas de patentes, transferidas por fundações de apoio ou oriundas de cessões de direitos podem ser utilizadas na sua integralidade, inclusive o principal (até 40% no ano da realização da receita e 10% adicionais a cada exercício subsequente), justamente para que não haja congelamento desses recursos e para que eles possam ser utilizados para ampliação do financiamento da educação superior, como pretende o projeto de lei.

Por fim, igualmente consideramos acertada a Emenda nº 3, da Comissão de Ciência e Tecnologia, uma vez que a permissão de alienação ou a cessão de patrimônio das instituições federais de ensino poderia ser utilizada como solução arriscada para os problemas correntes de financiamento dessas instituições, em detrimento de possibilidades futuras de seu crescimento, expansão ou modernização.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.817, de 2019, e das Emendas nºs 1, 2 e 3, da Comissão de Ciência e Tecnologia, com a seguinte emenda:

Emenda.
Suprima-se o art. 3º do Projeto de Lei nº 3.817, de 2019, renumerando-se os demais.

Estes são o relatório é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador Marcos Pontes

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Eu só quero lembrar também, Senador Marcos Pontes, duas situações.

Eu concordo com o relatório também. É importante e necessário. Porém, há situações estaduais que devem ser abordadas também, não neste relatório, mas em discussões, particularmente por parte do MEC, uma reflexão sobre o assunto, porque há estados que investiram, no decorrer das décadas, desde o século passado, pela inexistência de políticas públicas para instituições federais, na fundação, na concretização de universidades estaduais – estaduais.

Esse é o caso, por exemplo, do Estado Paraná, que dispõe de sete instituições de ensino superior estaduais, sete universidades. Essas sete universidades estão distribuídas em inúmeros *campi* pelo estado, fazendo um trabalho excepcional, pelos últimos 70 anos.

Com isso, o Governo Federal investe menos no Estado do Paraná, porque o Estado do Paraná, como acontece com outros estados, está suprindo a necessidade de formação, de ciência e de tecnologia. E o papel dessas instituições foi muito importante, no decorrer das décadas, porque fez com que as pessoas permanecessem no interior, na ciência e tecnologia, pensando numa UEL, por exemplo, Universidade Estadual de Londrina. Todas as sete têm muita qualidade: Maringá, Cascavel, Centro-Oeste...

Então, eu diria o seguinte. No meu ponto de vista, deve haver um estudo, por parte do Governo Federal, de como, num certo sentido, compensar os estados que, pela falta de apoio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

político no decorrer dos anos, no investimento em federais, acabaram entrando nessa área, nessa seara de criar universidades estaduais.

Quer dizer, no seu relatório até está apontando – relatório bom, como sempre – que faltará dinheiro para as federais, se se investir nas estaduais e municipais. Agora, existe um outro problema que eu queria apontar também, que é o problema de fundo, porque eu participei, na semana passada, em missão oficial, do grupo do G20, lá no Rio de Janeiro, na parte de educação, cujo evento aconteceu na Fundação Getulio Vargas.

E, na Fundação Getulio Vargas, em um dos painéis de financiamento da educação, um pesquisador da Getulio Vargas, num trabalho extraordinário, apontou que 7% do PIB é direcionado para renúncias fiscais, para apoio: 7% do PIB.

Eu até apontei – não fazia parte do painel, fazia parte do grupo, assistindo, mas tomei a palavra e disse: "Olha, o investimento em educação no Brasil é 5% do PIB – 5% do PIB. Só a renúncia fiscal é 7% do PIB, ou seja, mais do que todo investimento em educação". E o pesquisador, obviamente, concordou, porque ele que havia feito o estudo e colocado isso.

Então, queremos dizer o seguinte.

Quando vem o documento de contenção fiscal, o BPC, o salário mínimo – é claro que quem não tem condições, não está apto a receber, não deve receber...

Então, a falta de financiamento é a falta de enfrentamento das dificuldades essenciais no Brasil. Já imaginou 7% do PIB? Não vou dizer que é 7% – porque há incentivos e renúncias importantes, mas nenhuma delas é fiscalizada, nenhuma... Então, 7% do PIB é mais do que todo investimento da educação, que é 5% do PIB.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Presidente, só para complementar, como Ministro da Ciência e Tecnologia, eu vivia batendo na tecla da necessidade do financiamento da pesquisa de desenvolvimento no país, de forma constante e crescente, de acordo com o aumento da infraestrutura, tanto que tem a Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2023, que trata justamente do aumento de 1%, atualmente, um e pouco, menos de 1,2% do PIB, para, pelo menos, 2,5% do PIB em um prazo de dez anos. Isso é importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembro que esse recurso não vem só da parte federal, não vem só da parte pública; ele é um composto do privado, do terceiro setor também, mas o país não cresce solidamente se nós não tivermos investimento em educação, ciência e tecnologia. Isso é provado por todos os outros países.

Você veja: somando 5% da educação com 1,2% da ciência e tecnologia, 6,2%, que ainda está abaixo dessa renúncia. Dá para ver que tem algo a ser feito; sem dúvida nenhuma precisa.

No meu Estado de São Paulo, nós também temos universidades estaduais de altíssimo gabarito, e é investido ali pelo Governo do estado, mas eu concordo que se precisa pensar isso aí de uma forma mais ampla.

A gente tirou desse projeto, visto que a situação atual dificulta para o Governo fazer isso, mas eu acho importante que nós pensemos maneiras de realmente ajudar e compensar esses esforços.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Marcos Pontes. (*Pausa.*)

Ah, desculpe-me! A Senadora Dorinha havia levantado a mão? (*Pausa.*)

Ah, sim...

A Zenaide também? (*Pausa.*)

Não, por favor, Senadora Dorinha... (*Pausa.*)

Com a palavra. Para discutir.

Melhor que discutir é refletir sobre a matéria, não é?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente, na verdade, eu gostaria de pedir vista, porque eu entendo que, com os seus argumentos, eu divido as minhas preocupações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que o projeto original é amplo e não trata das federais; é para o fortalecimento de financiamento do ensino superior. E, em todos os estados – alguns, em maior; outros, em menor monta –, nós temos as comunitárias, que, na Região Sul, são muito importantes, mas, na minha leitura, as universidades estaduais e municipais, que são públicas, assumem a responsabilidade pela oferta do ensino superior, muitos casos fora, só pela própria natureza, da sua responsabilidade. Eu acho que nós também temos essa preocupação.

Pelo que eu entendo aqui, eu não estaria tirando dinheiro de federal para estadual, mas, ao criar uma linha de apoio e de financiamento com a permissão de contratações de incentivo à pesquisa, é mais do que justo que, se for uma instituição estadual ou uma municipal pública, ela também possa estar dentro do escopo.

Então, em virtude dessa leitura, eu gostaria de pedir vista, se não for...

Lógico que o Relator pode esclarecer, mas a minha preocupação é a sua, a Senadora Zenaide vai falar da mesma coisa, e eu sei que o nosso sempre Ministro sabe da responsabilidade que é assumida, em muitos casos, por universidades estaduais e municipais, em menor número, mas também nos diferentes estados.

Por isso a minha preocupação, porque ele envolve uma série de procedimentos que abrem a possibilidade de ações em que poderiam o poder público estadual e municipal, quando for o caso – obviamente, vão ser analisados a capacidade técnica, as condições e o interesse –, também receber o apoio, do ponto de vista das aberturas que o projeto oferece.

É nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Como a Senadora Dorinha está pedindo vista, Senadora Zenaide, se V. Exa... Mas pode contribuir também com o argumento. Com a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, colegas Senadores e todos que estão nos assistindo, eu penso como a Senadora Dorinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E queria adiantar aqui um assunto que o senhor falou, num momento em que o Brasil todo só olha para esse ajuste fiscal, essa responsabilidade fiscal. E como o senhor, eu penso o seguinte: a responsabilidade fiscal não pode ser só do Executivo. Mostrou aqui a renúncia fiscal de 7% do PIB, quando os recursos para a educação pública são menos do que isso. A gente tem aqui, e é visível, quase todas as semanas, se aprovam renúncias fiscais, que normalmente são bilionárias.

E nós estamos com o Projeto de Lei 695, de 2023, porque as renúncias fiscais, a remissão de quem já deve, porque a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido vai chegar em março, o levantamento da Receita Federal é, no mínimo, R$14 bilhões. E não é de empresas que entrarem em dificuldades e para quem a gente aprovou um realinhamento fiscal, uma renúncia fiscal, uma negociação para manter empregos; é sobre lucro líquido.

Então, hora de nós Congressistas termos esse olhar diferenciado. Ora, imaginem que o orçamento das universidades públicas federais, já que a gente está falando aqui, está previsto em R$9 bilhões. Só essa renúncia, mesmo que os recursos não sejam o CSLL, é mais saúde, assistência social, mas a gente sabe que o recurso é um só. Tirado esse recurso, vai fazer parte. São R$9 bilhões. Só aqui, em março, já eram 14.

Só essa lembrança, de que o senhor esteve no Rio e mostrou isso. Ora, isso é algo para nós Parlamentares, que somos aqui quem permitimos renúncias fiscais bilionárias, termos um olhar diferenciado. Não é hora de pedir que quem ganha muito não pague imposto, não é? Até porque vai faltar educação, ciência e tecnologia.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senadora Zenaide Maia.

Nos termos do art. 132, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, concedo vista coletiva pelo prazo de cinco dias.

Passamos, conforme deliberado antes, ao item nº 10 da pauta, a pedido do Senador Zequinha Marinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 106, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação e Cultura, com o objetivo de debater o viés político e ideológico presente em livros didáticos que abordam o agronegócio brasileiro, e promovem a desinformação à alunos de escolas públicas e privadas em todo o país. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante da Associação " De Olho no Material Escolar"; representante da Fundação Instituto de Administração (FIA/FEAUSP); representante do Ministério da Educação (MEC); representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA); e representante do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA).

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA) e outros

Passo a palavra a V. Exa., Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Para encaminhar.) – Muito obrigado, Presidente.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater o viés político e ideológico presente em livros didáticos que abordam o agronegócio brasileiro e promovem a desinformação a alunos de escolas públicas e privadas em todo o país.

Proponho, para a audiência, a presença dos seguintes convidados: representante da associação De Olho no Material Escolar; representante da Fundação Instituto de Administração (FIA/Feausp), todo mundo aqui da USP; representante do Ministério da Educação (MEC); representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária; e representante do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa).

Sr. Presidente, o pedido é do movimento De Olho no Material Escolar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A equipe da Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo realizou um profundo estudo no material didático utilizado no Brasil. O objetivo do estudo foi o de analisar como o agro vinha sendo tratado no material didático das escolas públicas e privadas. O estudo reuniu 12 analistas de conteúdo e especialistas do agronegócio durante mais de 3 mil horas, para avaliar, de forma isenta, mais de 9 mil páginas de dez das principais editorias que fornecem livros para o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), utilizado nas redes públicas e privadas em todo o Brasil.

Como resultado da pesquisa, foram identificadas 746 passagens negativas ou fortemente negativas sobre o setor rural nos livros da amostra e 60% a mais de menções positivas.

Monocultura, desmatamento, uso de agroquímicos e problemas fundiários são temas recorrentes, sendo absoluta maioria em textos autorais e opinativos, o que só reforça a preocupação do movimento De Olho no Material Escolar.

Além de constatar que 60% das menções ao agro eram negativas, o estudo verificou que 96% se configuram como pontos de vista de autores, sem sequer alguma base científica.

Ao invés de atacar o agro, o sistema de educação brasileiro deve estudar ou deve estar focado no processo de melhoria de sua qualidade.

Quero lembrar aqui que, no último Pisa, que é o Programa Internacional de Avaliação de Alunos da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil ficou em condição abaixo da média mundial. No Pisa 2022, os estudantes brasileiros ficaram com nota 379 em matemática, isto é, no 65º lugar no *ranking* mundial. Sessenta e cinco é a nossa posição, a média em matemática. Melhora alguma coisa aqui em leitura. Isso, abaixo da Colômbia e do Cazaquistão. Em leitura, foram 410 pontos, e ficamos na 52ª colocação, desta vez, na frente dos mesmos dois países. Em ciência, o Brasil aparece na 61ª posição, abaixo da Argentina e do Peru aqui, nossos vizinhos. Fizemos 403 pontos.

No *ranking* geral, o Brasil ficou na 53ª posição, superando a Argentina e Colômbia entre os países latino-americanos. No entanto, o país continua abaixo da média da OCDE.

O senhor acabou de declarar um dado importantíssimo aqui: o nosso investimento em educação em relação ao PIB é de 5%. Como é que se explica a gestão da educação num país que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investe 5% do seu PIB em educação e está entre os mais fracos ou abaixo da média mundial, pelo menos nos países avaliados pela OCDE?

Então, é preciso que a gente comece a tratar das causas, e não dos efeitos, porque lá embaixo, lá no material didático, em vez de a gente focar e melhorar essa qualidade, de repente a gente está desvirtuando tudo isso para cuidar de outros temas de que às vezes a criança sequer tem noção. E pegar esse material escolar para formar militância política e levar ódio ou aversão a alguns setores econômicos não é o papel de uma escola, nem pública nem privada.

Daí gostaríamos de ter a aprovação desse requerimento para fazermos um bom debate entre aqueles que pensam diferente daquilo que nós pensamos, para que a gente possa dar ao Brasil, efetivamente, um pouco mais de qualidade à educação, algo que compense esse investimento de 5% do PIB brasileiro, que não é pequeno.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Agradeço ao Senador Zequinha Marinho.

Quero cumprimentar também o Senador Laércio Oliveira, o Senador Chico Rodrigues.

Está em discussão a matéria.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Quero só concordar com o Senador Zequinha Marinho em relação a isso. Inclusive, gostaria de subscrever também esse requerimento.

Eu acho importante a gente ter essas discussões para focar a educação no caminho correto; deixar de lado as discussões ideológicas, partidárias e tocar a educação no caminho correto. Então, eu gostaria de subscrevê-lo também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Não há dúvidas.

Então, o Senador Astronauta Marcos Pontes está subscrevendo também o requerimento apresentado.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão,

Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos ao item 5 da pauta.

Senador Laércio Oliveira, seja muito bem-vindo, como sempre.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 2939, DE 2024

- Terminativo -

Reconhece a cultura gospel e os eventos a ela relacionados como manifestação da cultura nacional e altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), para incluir a cultura gospel entre os segmentos atendidos por doações e patrocínios à produção cultural.

Autoria: Senador Lucas Barreto (PSD/AP)

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Pela aprovação do projeto e da emenda nº 1.

Observações:

1. A matéria constou da pauta da reunião do dia 12/11/2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. Em 12/11/2024, foi apresentada a emenda n° 1, de autoria do Senador Lucas Barreto (PSD/AP).

Será realizada uma única votação nominal para o projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo o requerimento de destaque.

Com a palavra, então, Senador Laércio, para a leitura do relatório.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Muito bom dia a todos aqui presentes, meus colegas Senadoras e Senadores, todos que nos acompanham aqui na Comissão de Educação.

Quero cumprimentar especialmente o nosso Presidente, Senador Flávio Arns.

Tenho a honra de fazer a relatoria do Projeto de Lei 2.939, em que, por uma correção muito lúcida do próprio autor do projeto, o Senador Lucas Barreto, ele apresenta uma emenda substituindo o termo "*gospel*" pelo termo "cristão". Então, ele dá uma abrangência ainda maior, o que engrandece ainda mais o relatório.

Portanto, com a sua permissão, indo direto à análise, quando eu ler a palavra "*gospel*", por favor, entendam "cristão".

Vou à análise, Sr. Presidente, com a sua autorização.

Nos termos do art. 102, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado, compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que versem acerca de normas gerais sobre cultura e homenagens cívicas, caso do projeto em análise.

Ademais, por ser a única Comissão a manifestar-se sobre o tema, compete-lhe, ainda, a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Quanto a esses aspectos, nada há que se opor ao projeto.

A proposição respalda-se nos arts. 24, inciso IX; 48 e 61 da Constituição da República Federativa do Brasil, atendendo aos requisitos formais de constitucionalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deve-se destacar que o art. 216, *caput*, da Constituição Federal expressa que os bens imateriais portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira são considerados patrimônio cultural brasileiro.

Já o *caput* do art. 215 atribui ao Estado o dever de apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais, além de proteger aquelas fruto das culturas populares. Nesse sentido, verifica-se a constitucionalidade material desta proposição.

O texto apresenta técnica legislativa apropriada, em consonância com as determinações da Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No mérito, da mesma forma, o parecer é favorável ao projeto.

A cultura *gospel* – entenda-se cristã, como falei aqui – tem suas raízes em expressões religiosas dos movimentos cristãos, especialmente na música, nas artes cênicas e na literatura. No Brasil, essa cultura se manifesta principalmente por meio da música cristã, que ocupa lugar de destaque na mídia e no entretenimento, abrangendo também outras formas de arte como teatro, dança, moda e produção audiovisual.

Trata-se de um elemento formador da identidade de milhões de brasileiros, especialmente considerando que, segundo o Censo de 2010, cerca de 87% da população brasileira declarou-se cristã.

Essa manifestação cultural e religiosa reflete os valores espirituais como fé, esperança, resiliência e amor ao próximo, promovendo um estilo de vida baseado nesses princípios.

Cabe destacar que a Constituição Federal garante a liberdade de culto e crença religiosa, assegurando o direito de cada cidadão a professar e expressar sua fé. O mencionado *caput* do art. 215, por sua vez, atribui ao Estado o dever de apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais, além de proteger aquelas fruto das culturas populares.

Nesse contexto, o reconhecimento da cultura *gospel* como parte da cultura nacional, a um só passo, valoriza e protege essas manifestações e fortalece o exercício dos direitos constitucionais culturais e religiosos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O reconhecimento dos templos religiosos como “pontos de cultura”, em conformidade com a Política Nacional de Cultura Viva, é outro ponto fundamental do PL em análise. Isso permitirá que esses espaços sejam beneficiados por programas de fomento e incentivo, ampliando o acesso a recursos e parcerias. Tal medida tende a incentivar a estruturação desses centros de cultura, que já desempenham um papel ímpar na promoção de atividades comunitárias e na inclusão social.

A inclusão da cultura *gospel* na agenda dos conselhos de política cultural e nas conferências de cultura também é meritória, já que assegurará a devida participação dos representantes desse segmento cultural nos processos decisórios de políticas públicas, enriquecendo as discussões sobre o desenvolvimento cultural do País e permitindo que as particularidades e necessidades do segmento sejam devidamente contempladas.

Ademais, a retirada da restrição que limita o reconhecimento da cultura *gospel* apenas a manifestações não promovidas por igrejas promove uma inclusão plena, garantindo que todas as formas de implementação dessa cultura sejam reconhecidas e apoiadas.

Por fim, somos pelo acolhimento da Emenda nº 1-CE. A palavra "*gospel*", inicialmente utilizada para caracterizar o estilo musical de alguns cultos religiosos, evoluiu ao longo do tempo para se tornar um gênero amplamente apreciado, mas que representa apenas uma das diversas manifestações da cultura cristã. O ajuste, portanto, irá ampliar o alcance e abranger todo o universo da cultura cristã, no qual a cultura *gospel* está inserida.

Assim, Sr. Presidente, o PL em tela é amplamente meritório, pois cria condições para o pleno desenvolvimento dessa importante manifestação cultural.

Vou ao voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.939, de 2024, com o acolhimento da Emenda nº 1-CE.

E aqui vale registrar a presença, com muito orgulho, do autor do projeto e autor da emenda, que, ouvindo a sociedade como um todo, apresentou uma emenda fazendo uma correção, na minha opinião como Relator, que me deixou muito confortável, que é substituir cultura "*gospel*", trocar a palavra por cultura "cristã", dando uma abrangência ainda maior à sabedoria do Senador Lucas Barreto, a quem eu quero cumprimentar neste momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador Laércio Oliveira.

Quero cumprimentar também o autor da matéria. Seja muito bem-vindo, Senador Lucas Barreto!

Está em discussão a matéria. Não sei se V. Exa. quer usar a palavra também.

Com a palavra, o Senador Lucas Barreto.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero agradecer a V. Exa. a celeridade de colocar em pauta esse projeto. Eu penso que até o Governo está pedindo para dar celeridade a esse projeto. São 3 bilhões da Lei Aldir Blanc. Com esses 3 bilhões, tem muitos empresários evangélicos que querem financiar a cultura *gospel*, e não poderiam antes desse projeto.

Então, na Câmara, toda a bancada evangélica, cristã, já está de prontidão. E no Amapá não será diferente. Nós temos lá também... Agora nós poderemos fazer um projeto para o Círio de Nazaré, que é a maior festa cultural cristã, católica, ali do Norte, assim como do Pará também. Então, toda a comunidade evangélica também vai poder apresentar os seus projetos. E, claro, esse fundo quem garante não é só a Lei Aldir Blanc. A Lei Rouanet também será alcançada com esse projeto.

Quero agradecer aqui ao nosso querido Senador que relatou. Ele foi de uma celeridade também... Entendeu a importância da matéria. E essa emenda de redação, mudando de cultura "*gospel*" para cultura "cristã", foi um consenso entre todos. Todos os cristãos pediram que a gente fizesse essa emenda e o nosso Relator aqui garantiu.

Então, obrigado, Presidente. Obrigado, meu querido amigo, por ter dado celeridade.

Como é terminativo, deve ir para a Câmara. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É terminativo nesta Comissão, não vai ao Plenário. Daqui vai para a Câmara dos Deputados...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Isso. Direto para a Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – E havendo celeridade lá na Câmara, isso poderá ser aprovado, com as articulações possíveis, ainda este ano.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Isso. Aqui um recado ao Deputado Cezinha: está nas suas mãos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador Lucas Barreto, e também ao caro...

A celeridade também é decorrente do atleta Laércio Oliveira, também das caminhadas diárias aí, que espero que continue fazendo.

Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Muito bem, passamos ao item nº 2 da pauta, terminativo também. É de autoria do caro Senador Chico Rodrigues, a quem quero cumprimentar, aqui presente também.

Projeto de Lei nº 778, de 2019, terminativo...

E ao Senador Wellington Fagundes também quero cumprimentar. Que bom! É sempre excelente vê-lo e escutá-lo também.

Altera lei... Desculpe, vou ler de novo.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 778, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências;

Autoria: Senador Chico Rodrigues (DEM/RR)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com parecer favorável ao Projeto, com adendo do Relator e as com as Emendas 1-CRA, 2-CRA, 3-CRA.

2. Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

3. A matéria constou da pauta da reunião do dia 12/11/2024.

Consulto, caro Senador Marcos Pontes, se V. Exa. pode ser o Relator *ad hoc*.

Com a concordância, passo a palavra a V. Exa. para a leitura do relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Eu solicito começar na análise.

De acordo com o art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre matérias que versem sobre normas gerais da educação, como é o caso da proposição em análise. Dado o caráter terminativo do projeto na Comissão de Educação, este parecer aprecia a constitucionalidade e a juridicidade da iniciativa.

Com efeito, o projeto de lei trata de norma que busca proporcionar os meios de acesso à educação, matéria de competência concorrente da União, nos termos do art. 23, inciso V, da Constituição Federal. Também é admissível a iniciativa de membro do Congresso Nacional, pois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não se constata na proposição a presença de assunto de iniciativa reservada ao Presidente da República, conforme dispõem os arts. 61 e 84 da Constituição Federal.

Igualmente, não há reparos a fazer à constitucionalidade material, à juridicidade e à técnica legislativa do projeto de lei em exame.

No que se refere ao mérito educacional, cumpre inicialmente ressaltar que o art. 8º da Lei nº 11.892, de 2008, estabelece que, no desenvolvimento da sua ação acadêmica, os institutos federais, em cada exercício, devem garantir parcela de suas vagas para atender a duas exigências. A primeira delas é a de que metade das vagas dessas instituições seja destinada ao objetivo de ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos (EJA). A segunda exigência é a de destinar 20% de vagas para cursos de licenciatura, bem como para programas especiais de capacitação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.

Com efeito, o legislador buscou garantir que os institutos federais ampliassem a oferta de vagas de educação profissional técnica de nível médio em cursos integrados e, ademais, contribuíssem com a formação de professores de educação básica (com licenciatura) e da própria educação profissional. Trata-se de duas áreas em que se manifesta a necessidade de ampliação de matrículas e dos respectivos profissionais.

O Brasil tem em torno de 11% de alunos do ensino médio cursando a educação profissional de nível técnico, o que contrasta com os cerca de 50% na média dos países da OCDE. Um dos maiores desafios para a educação no Brasil, conforme concluiu a Comissão de Educação, no ano de 2017, em seu relatório de avaliação de políticas públicas voltado para o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), consiste na ampliação das oportunidades de vagas de ensino médio integradas à educação profissional, para que os jovens tenham melhores condições de inserção no mundo do trabalho, em prol de suas aspirações pessoais e do desenvolvimento econômico e social do País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também é notória a carência de professores em alguns campos do saber, como nas ciências exatas – para disciplinas como Matemática, Física e Química – e nas áreas tecnológicas voltadas para a docência na educação profissional.

Deve-se lembrar ainda a necessidade de observação das cotas de natureza social e étnica previstas na Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para ingresso em estabelecimentos federais de ensino. Essas cotas visam a ampliar as oportunidades de acesso educacional para os estudantes de escolas públicas, com prioridade para os oriundos de famílias de renda mais baixa, corrigindo a elitização que caracterizava as instituições federais de ensino. Além disso, no caso das cotas étnicas, procura-se reparar injustiças históricas sofridas pelos afrodescendentes e pelos indígenas, que repercutem até a atualidade.

Convém mencionar igualmente, como o fez a própria justificação do projeto, a existência de ação federal com foco em pequenos agricultores, a saber, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Entre outras ações, o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que regulamenta o programa, prevê apoio técnico e financeiro suplementares da União aos entes subnacionais para o atendimento educacional das populações do campo – isso é parte do art. 9º.

Todas essas medidas buscam aumentar as oportunidades de acesso à educação de segmentos sociais que precisam de tratamento diferenciado do Estado. Ademais, colaboram para que sejam atingidas as metas de crescimento dos níveis de escolaridade da população presentes no Plano Nacional de Educação para o decênio 2014-2024.

Para ampliar o alcance do projeto, propomos a contemplação da agricultura urbana e periurbana, segmentos de grande relevância em muitos centros urbanos brasileiros.

Ademais, dadas as diferenciações econômicas regionais e locais, bem como as distintas vocações dos institutos federais, julgamos mais adequado evitar a fixação de índices de acesso a essas instituições e deixar que cada uma adote, com base no regulamento, ações afirmativas pertinentes para os referidos setores da agricultura. Afinal, não se trata apenas de o garantir o acesso, mas também a permanência e o sucesso acadêmicos dos estudantes. Com essas mudanças, tornou-se mais apropriada a apresentação de substitutivo ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desse modo, julgamos que, no tocante ao mérito educacional, a proposição deve, com as alterações sugeridas, ser acolhida por este Colegiado.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 778, de 2019, na forma do substitutivo a seguir, e pela prejudicialidade das Emendas nº 1–CRA, nº 2-CRA e nº 3-CRA.

> EMENDA Nº 4 - CE (SUBSTITUTIVO) PROJETO DE LEI Nº 778, DE 2019
> Altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências, para prever a criação de ações afirmativas em favor de estudantes vinculados à agricultura familiar, urbana e periurbana.
> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> Art. 1º O art. 8º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:
> "Art. 8º .....
> .....
> § 3º Os Institutos Federais devem assegurar, na forma do regulamento, ações afirmativas para o acesso a seus cursos de estudantes vinculados à agricultura familiar, urbana e periurbana, conforme as características econômicas da região em que se localizam." (NR)
> Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esses são o parecer do Senador Veneziano e o voto pela aprovação com o substitutivo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Marcos Pontes.

Quero saudar o Senador Irajá, aqui presente. Já havia saudado os demais também.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Ah! É lógico, e me desculpe, V. Exa., porque V. Exa., inclusive, é o autor da matéria.

Com a palavra, o Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para discutir.) – Como o Relator desse importante projeto, Presidente Flávio Arns, nós entendemos que, dos mais de 11 milhões de brasileiros que estão dedicados à atividade da agricultura familiar, praticamente 40% desse contingente são iletrados. E, obviamente, num processo de absorção natural dos filhos dos produtores rurais ou daqueles que mesmo ainda em tenra idade já desenvolvem a atividade da agricultura, da pecuária, é preciso que os institutos definam um percentual mínimo para que eles possam efetivamente ter acesso a esses cursos técnicos na atividade agropecuária, porque, diferentemente do mundo inteiro, onde 40%, 50% dessas vagas são dedicadas aos jovens, para que possam desenvolver a sua atividade agrícola, aqui, no Brasil, na verdade, há um hiato gigantesco entre essa demanda reprimida e o que nós temos hoje como prática para esses institutos federais.

Portanto, conversando com professores no interior do nosso estado – existem três institutos federais no nosso estado –, a indicação era exatamente essa, porque dos vários cursos que compõem a matriz de cursos dos institutos federais, esses agropecuários são necessários para que esses jovens possam ter garantido o seu direito e o seu acesso a esses cursos.

Por isso é que nós apresentamos esse projeto e ficamos satisfeitos, inclusive, com o parecer do nobre Senador Veneziano Vital do Rêgo e a relatoria do Senador Marcos Cesar Pontes na mesma direção, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Presidente Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa., Senador Chico Rodrigues.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação será nominal e realizada em bloco.

Passamos ao item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 3356, DE 2021

- Terminativo -

Confere o título de Capital Nacional do Capim Dourado ao Município de Mateiros, no Estado do Tocantins.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Irajá

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

1. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 15/10/2024 e 12/11/2024.

A autoria é do Deputado Federal Carlos Henrique Gaguim.

Concedo a palavra a V. Exa., Senador Irajá, para a leitura do relatório.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, vem à análise da Comissão de Educação e Cultura, em caráter exclusivo e terminativo, o Projeto de Lei 3.356, de 2021, do Deputado Carlos Henrique Gaguim, que confere o título de Capital Nacional do Capim Dourado ao Município de Mateiros, no Estado do Tocantins.

A proposição, tal como consignado na ementa, busca fortalecer a referida homenagem ao município, bem como estabelecer, por fim, a vigência da lei, prevista para a data de sua publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na justificação, o autor ressalta que objetiva, com a proposição, reconhecer a notória relação existente entre o Município de Mateiros e o artesanato de capim dourado.

Na Casa iniciadora, o PL foi apreciado conclusivamente pelas Comissões de Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania. No Senado Federal, a proposição, que não recebeu emendas, foi distribuída para análise exclusiva e terminativa da CE.

Nos termos do disposto pelo inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre homenagens cívicas, a exemplo da proposição em debate.

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido no art. 49, inciso I, e no art. 91, §1º, inciso IV, foi confiada à CE a competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar o seu mérito.

Ademais, por ser a única Comissão a manifestar-se sobre o tema, compete-lhe, ainda, a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Quanto a esses aspectos, nada há que se opor ao projeto.

A proposição respalda-se nos arts. 24, 48 e 61 da Constituição da República Federativa do Brasil, atendendo aos requisitos formais de constitucionalidade.

O *caput* do art. 215 atribui ao Estado o dever de apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais, além de proteger aquelas fruto das culturas populares. Nesse sentido, verifica-se a constitucionalidade material desta proposição.

O texto apresenta técnica legislativa apropriada, em consonância com as determinações da Lei Complementar 95, de fevereiro de 1998.

No mérito, da mesma forma, o parecer é favorável ao projeto.

Mateiros é amplamente conhecido pela produção e pelo artesanato de capim dourado, uma planta endêmica do Jalapão, que se destaca por sua cor dourada e brilho natural.

O artesanato de capim dourado não é apenas uma atividade econômica vital para a comunidade local, mas também um símbolo cultural que representa a identidade e a tradição do povo de Mateiros e das comunidades vizinhas. Os artesãos de Mateiros transformam o capim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dourado em peças de beleza ímpar, como bijuterias, bolsas, chapéus, entre outros artigos decorativos, que são reconhecidos e apreciados nacional e internacionalmente.

A atividade artesanal com capim dourado é uma prática sustentável que respeita a preservação do meio ambiente, uma vez que a colheita é feita de maneira controlada e consciente, seguindo regras que garantem a regeneração da planta. Além disso, essa prática promove a inclusão social e econômica, gerando emprego e renda para diversas famílias da região, muitas das quais exclusivamente dessa atividade vivem e mantêm o seu sustento.

Conferir a Mateiros o título de Capital Nacional do Capim Dourado é uma forma de valorizar e proteger essa tradição, incentivando a continuidade dessa prática cultural e econômica tão importante. Esse reconhecimento também trará maior visibilidade ao município, atraindo turistas, investidores e apoiadores da cultura local, o que pode resultar em novos projetos de desenvolvimento sustentável e no fortalecimento da economia local.

Além do aspecto econômico, é importante destacar o valor cultural e ambiental do capim dourado. A tradição do artesanato com capim dourado é passada de geração em geração, preservando os conhecimentos ancestrais e fortalecendo a identidade cultural da comunidade. A sustentabilidade da coleta e do manejo do capim dourado também contribui para a conservação da biodiversidade do Jalapão, um dos ecossistemas mais preciosos do Brasil.

Portanto, a aprovação deste projeto de lei, conferindo a Mateiros o título de Capital Nacional do Capim Dourado, é uma forma de reconhecer e valorizar a riqueza cultural, econômica e ambiental desse município. É uma homenagem justa aos artesãos que, com suas habilidades e criatividade, transformam o capim dourado em obras de arte e símbolos da cultura brasileira.

É, ainda, uma maneira de promover o desenvolvimento sustentável e a conservação ambiental, assegurando que essa tradição continue a prosperar para as futuras gerações.

O voto, ante o exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.356/2021.

Eu gostaria, Sr. Presidente, aqui de destacar a iniciativa do Deputado Carlos Gaguim, que é Deputado Federal, já foi Governador do Estado do Tocantins, já foi Deputado Estadual, Presidente da Assembleia Legislativa, Vereador de Palmas, a capital, e que justamente teve a iniciativa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer esse grande reconhecimento ao nosso cartão postal do Tocantins, que é o Jalapão, conhecido mundialmente por todos nós.

Para quem ainda não o conhece, fica aqui o convite para conhecer uma das beldades de que o país desfruta, que fica localizada no meu estado, com muito orgulho, e que dispõe de belezas singulares – cachoeiras belíssimas, piscinas naturais, fervedouros, enfim, lugares extraordinários –, e eu tenho convicção de que quem for pela primeira vez vai ficar com muita vontade de voltar outras vezes. O Jalapão tem sido conhecido nacionalmente, internacionalmente, como um lugar ímpar no Brasil.

E o Deputado Carlos Gaguim teve a iniciativa de promover a cidade de Mateiros, porque grande parte desses pontos turísticos conhecidos no Jalapão ficam na comarca do Município de Mateiros, e lá também se concentram as pousadas, o comércio que abastece todo esse turismo ecológico.

Portanto, mais do que justa e merecida essa homenagem. E fica aqui o meu registro, minha manifestação e meus cumprimentos ao Deputado Carlos Gaguim, pela iniciativa, pela justa homenagem feita a Mateiros como a capital do capim dourado no Estado de Tocantins.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa., Senador Irajá, pelo relatório, pela descrição, pelo convite a todos e todas para que visitem também a região, no Estado do Tocantins.

Também quero cumprimentar o Deputado Federal Carlos Henrique Gaguim pela iniciativa, e também o Município de Mateiros, que, após a aprovação do projeto de lei, que tem caráter terminativo nesta Comissão, o Município de Mateiros terá o título de Capital Nacional do Capim-Dourado.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação desse projeto será nominal e realizada em bloco.

Passamos ao item nº 9 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 6155, DE 2023

- Terminativo -

Institui o dia 25 de julho como o Dia Nacional da Promoção Cultural da Paz; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação do projeto com quatro emendas que apresenta.

Observações:

1. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a(s) emenda(s), nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Autoria: Câmara dos Deputados, Deputado Federal Giovani Cherini.

Relatoria: Senador Cid Gomes.

Consulto novamente o Senador Marcos Pontes, para ser o Relator *ad hoc*. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, passo a palavra a V. Exa., Senador Marcos Pontes, para a leitura do relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Passando diretamente à análise, nos termos do inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que versem acerca de datas comemorativas, caso do projeto em análise.

No mérito, somos favoráveis à proposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A essência do projeto de lei destaca a convicção de que, por meio da cultura, se alcança a paz. A proposição não apenas ressoa com os ensinamentos de Nicholas K. Roerich, um emblemático artista, filósofo e pacifista que dedicou sua vida à promoção da paz através da arte e da proteção dos tesouros culturais, mas também propõe a adoção da Bandeira da Paz como um símbolo universal de proteção e respeito.

Conforme destaca o autor da proposição, Roerich – espero que seja assim a pronúncia – criou o tratado universal de paz e proteção aos tesouros do gênio humano, que hoje leva o nome de Pacto Roerich...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu acho que eu diria Roerich. (*Risos.*)

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Roerich. Pacto Roerich ou Pacto da Paz.

O instrumento foi firmado na Casa Branca, em Washington, Estados Unidos da América, no dia 15 de abril de 1935, em cerimônia presidida pelo então Presidente americano Franklin Delano Roosevelt. Assinaram o tratado vinte representantes latino-americanos, entre eles, Oswaldo Aranha, à época Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, resultando, no ordenamento jurídico pátrio, no Decreto nº 1.087, promulgado por Getúlio Vargas, em 8 de setembro de 1936.

A simbologia da Bandeira da Paz representa a unidade das artes, ciências e religiões dentro do círculo da cultura, oferecendo uma visão poderosa de como esta pode ser o alicerce para a construção de um mundo mais pacífico. Trata-se, portanto, não só de homenagear a herança cultural como um valor intrínseco da humanidade, mas também de reconhecê-la como um veículo transformador para alcançar a paz duradoura.

A escolha do dia 25 de julho como o Dia Nacional da Cultura e da Paz é emblemática, por ser uma data livre de associações políticas ou religiosas, promovendo os valores universais de tolerância, amor e perdão.

Esse marco simboliza um convite à reflexão e à ação coletiva para a promoção da paz por meio do diálogo cultural, ressaltando a importância de transcender as diferenças e buscar a unidade na diversidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A institucionalização desse dia, juntamente com a adoção da Bandeira da Paz, serve como um lembrete contínuo do compromisso com os ideais de harmonia e respeito mútuo, fundamentais para a coexistência pacífica entre povos de diferentes culturas e tradições.

Portanto, o apoio ao projeto em exame transcende a mera formalidade legislativa, representando um passo fundamental em direção à realização de uma visão compartilhada de um futuro em que a cultura e a paz são indissociavelmente ligadas, guiando a humanidade em sua busca por um mundo mais justo, harmonioso e sustentável.

Por ser a única Comissão a manifestar-se sobre o tema, compete à Comissão de Educação ainda a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

A competência da União para dispor sobre o tema decorre do comando contido no art. 24, inciso IX, da Carta Magna.

Ademais, é legítima a iniciativa parlamentar, visto não incidir na espécie reserva de iniciativa. Igualmente adequada é a veiculação do tema por meio da lei ordinária, já que não há exigência constitucional de lei complementar ou outro veículo normativo para disciplina do assunto.

Também foram cumpridas as exigências previstas na Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que fixa critério para a instituição de datas comemorativas.

Com efeito, a alta significação da data foi tema de audiência pública ocorrida em 28, 29 e 30 de março, de 2014, no Município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Na ocasião do evento, era o nono encontro holístico brasileiro, contando com a participação de diversos setores ligados à matéria, sendo ainda referendado o ato com moção de apoio, com abaixo-assinado contendo, aproximadamente, 1.190 assinaturas.

Cabem, no entanto, aprimoramentos ao projeto.

Consideramos desnecessário o fornecimento obrigatório da Bandeira da Paz pelo Movimento Mundial da Paz, a que se refere ao parágrafo único do art. 2º do texto, razão pela qual propomos a supressão do dispositivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, o art. 4º do projeto de lei autoriza a sociedade organizada a realizar as atividades que especificam. Tal autorização é ineficaz, tendo em vista o disposto no art. 5º, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil.

O art. 5º do projeto de lei incorre na mesma questão, ao autorizar a realização de homenagens a cidadãos ou entidades que tenham contribuído com a cultura da paz.

Dessa forma, optamos por apresentar emendas de redação, removendo o teor autorizativo dos dispositivos.

Por fim, cabe emenda de redação no art. 6º para aprimoramento do texto.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.155, de 2023, com as emendas a seguir.

EMENDA Nº -CE
Suprima-se o parágrafo único do art. 2º do Projeto de Lei nº 6.155, de 2023.

EMENDA Nº -CE
Dê-se ao art. 4º do Projeto de Lei nº 6.155, de 2023, a seguinte redação:
'Art. 4º No Dia Nacional da Promoção Cultural da Paz, realizar-se-ão atividades artísticas, culturais, esportivas e religiosas, de forma a propiciar a confraternização e a conscientização de todos os seus cidadãos para a paz'.

EMENDA Nº -CE
Dê-se ao art. 5º do Projeto de Lei nº 6.155, de 2023, a seguinte redação:
'Art. 5º No Dia Nacional da Promoção Cultural da Paz, realizar-se-ão homenagens a cidadãos ou entidades que tenham realizado trabalho expressivo em favor da promoção cultural da paz'.

EMENDA Nº -CE
Dê-se a seguinte redação ao art. 6º do Projeto de Lei nº 6.155, de 2023:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

'Art. 6º O Ministério da Cultura estabelecerá os critérios para a indicação e a escolha dos homenageados, bem como a forma pela qual ocorrerão a celebração das homenagens e a comemoração do Dia Nacional da Promoção Cultural da Paz'.

Esse é o relatório e o parecer, pela aprovação, do Relator, Senador Cid Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador Marcos Pontes.

Está em discussão a matéria.

Eu só quero indagar de V. Exa., Senador Marcos Pontes: no texto sempre aparece "promoção cultural da paz", e no texto do relatório eu acho que está bem pertinente: promoção da cultura da paz.

Eu acho que o grande objetivo é promoção da cultura da paz, não "cultural da paz".

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – É, em alguns pontos aparece "cultura da paz".

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É promoção da cultura da paz.

Então, eu sugeriria, como emenda de redação: "Onde se lê 'promoção cultural da paz', que se leia 'promoção da cultura da paz'" – se V. Exa. concordar, obviamente – porque todo o texto está relacionado...

É um aspecto cultural, não há dúvida, lógico, mas é da cultura da paz.

Inclusive, é o que mundialmente se aborda: "Vamos promover a cultura da paz".

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Eu acredito que o Relator, Senador Cid Gomes, deve concordar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Deve concordar, não é? Se V. Exa. concordar também...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Eu concordo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – "Promoção da cultura da paz" como emenda de redação.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Emenda de redação da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu acho que houve algum equívoco também.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Passamos ao item 1 da pauta. Eu sou o Relator dessa matéria, e a Senadora Professora Dorinha é a autora. Então, eu solicito à Senadora...

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu queria consultar V. Exa. se há, na pauta, mais algum outro projeto terminativo para ser relatado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Já vou verificar aqui. (*Pausa.*)

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO) – Tem mais dois?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Mais dois.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO) – Eu presumo que a votação será nominal, em bloco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Nominal, em bloco.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sempre nominal, em bloco, os honoríficos e, se não houver discordância, os demais também.

Senadora Professora Dorinha, se V. Exa. pudesse assumir a Presidência para fazer a leitura do item 1 da pauta...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) –

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3096, DE 2024

- Terminativo -

Altera as Leis nº 10.880, de 9 de junho de 2004, e nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para "dispor sobre o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nas escolas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica".

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação do projeto, com três emendas que apresenta.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao Projeto.

2. A matéria constou da pauta da reunião do dia 12/11/2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3. Em 19/11/2024, foi realizada audiência pública para instruir a matéria.

4. Em 26/11/2024, foi recebido novo relatório do Senador Flávio Arns.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Sra. Presidente, passo diretamente à análise, lembrando que o projeto de lei está em consonância com toda a legislação relacionada à matéria.

Em relação ao mérito, o projeto é oportuno, por ajudar a suplantar uma espécie de preconceito associado ao caráter seletivo das escolas, do qual decorre uma compreensão equivocada de que os alunos da rede federal não padeceriam das mesmas vulnerabilidades que caracterizam os alunos das redes públicas em geral.

Entretanto, esse entendimento não se sustenta pela realidade da atuação das escolas federais no país. Como se sabe, o processo de expansão pelo qual essa rede passou, nas últimas décadas, fazendo com que se ampliasse a capilaridade de seu atendimento, alcançou quase 700 unidades no conjunto das unidades da Federação.

A interiorização trouxe significativa democratização do acesso e, com ela, a premência de novas políticas para atender à diversidade ímpar de estudantes oriundos de todos os estratos sociais e origens.

Nesse contexto, foram ampliadas, notadamente, as necessidades de assistência, visando à permanência dos alunos em situação mais crítica, a exemplo dos procedentes de áreas rurais, agora em números cada vez maiores.

Nesses termos, o projeto encontra conformidade imediata com o art. 208, inciso VII, da Constituição Federal de 1988, no que tange ao dever do Estado com a educação, mormente quanto à garantia de atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares que incluem o transporte e a alimentação escolar.

É de se ressaltar, contudo, que as medidas propostas se coadunam com a preocupação última de assegurar a efetividade do direito à educação aos estudantes da educação básica das instituições federais em tela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, em que pese a eventual contribuição da flexibilização de organização dos serviços de alimentação escolar, pela via da terceirização, para a eficiência e eficácia da ação, os participantes da audiência pública de instrução retromencionada, a que V. Exa. se referiu, mostraram-se contrários à medida.

Entre as razões apontadas para justificar esse posicionamento, foram arroladas as possibilidades de inobservância dos percentuais mínimos de aquisição de alimentos da agricultura familiar; a erosão da cadeia de fornecedores locais; a queda da diversidade e a redução da qualidade dos alimentos adquiridos; e, ainda, a perda de transparência no programa, com a fragilidade da fiscalização e do controle de qualidade dos alimentos.

Em suma, na percepção dos debatedores, representantes das entidades e dos órgãos citados, o modelo não se coaduna com as boas práticas de incentivo à agricultura familiar e ao desenvolvimento local que são vislumbrados pela lei e pelo Pnae (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

Com efeito, em sintonia com essa preocupação, apresentamos emenda suprimindo a menção ao processo de terceirização previsto no PL 3.096, de 2024, mesmo porque a prática já é admitida na legislação e atualmente adotada por diversas redes de ensino.

Também elaboramos emenda para acrescentar a expressão, entre aspas, “e demais escolas federais” após a expressão, entre aspas, “Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica”, para que não sejam excluídas do Pnae e do Pnate, que são alimentação e transporte, as escolas militares e as escolas de aplicação mantidas por universidades federais, inclusive estaduais também – aliás, aqui, no caso, são federais –, as quais, vale ressaltar, já são atualmente contempladas no que tange ao Programa de Alimentação Escolar.

Ademais, em acordo havido com o Ministério da Educação e o Ministério do Planejamento e Orçamento, decidimos mudar a cláusula de vigência da proposição, que passa a fazer referência ao exercício financeiro seguinte ao de publicação da lei.

Com isso, garantimos tempo hábil para que o Executivo possa alocar dentro do orçamento os recursos necessários para implementação das alterações previstas neste projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, embora a previsão de repasse em parcela única do Pnae às escolas federais intentada pelo projeto configure inovação na lei, trata-se de prática orçamentária consolidada na relação entre o FNDE e essas escolas. Por essa razão, mantemos a alteração proposta pela Senadora Professora Dorinha.

Com esses aprimoramentos, ao tempo em que reafirmamos a constitucionalidade e a juridicidade retroapontadas, julgamos ser a proposição dotada de relevância social e educacional, de sorte a merecer a acolhida do Senado Federal.

Em vista do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e adequação à técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.096, de 2024, e, no mérito, pela sua aprovação, com as emendas a seguir, já sintetizadas no relatório.

Em todo caso, eu as leio.

EMENDA Nº - CE

Acrescente-se a expressão [entre aspas] 'e demais escolas federais' após [entre aspas] 'Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica', no art. 2º-A da Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, e no art. 5º, *caput*, da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, na forma do art. 1º e do art. 2º, respectivamente, do Projeto de Lei nº 3.096, de 2024.

Também:

EMENDA Nº - CE

Dê-se ao §6º do art. 5º da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, na forma do art. 2º do Projeto de Lei nº 3.096, de 2024, a seguinte redação:

'Art. 2º .....

‘Art. 5º .....

.....

§6º A execução do Pnae, nas escolas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e demais escolas federais, atenderá às necessidades nutricionais de seus estudantes de educação básica durante a jornada escolar e observará as disposições pertinentes desta lei’. (NR)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também uma outra emenda:

EMENDA Nº - CE
Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei nº 3.096, de 2024, a seguinte redação:
"Art. 3º Esta Lei entra em vigor no primeiro exercício financeiro subsequente ao de sua publicação."

É o relatório, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada ao Sr. Presidente e Relator desta matéria.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Eu gostaria de agradecer a atenção e a dedicação da equipe que tornou possível essa votação. A audiência pública foi bastante interessante, com a participação tanto de entidades ligadas à agricultura familiar, ao Observatório da Alimentação, ao próprio FNDE e ao Ministério da Educação. Obviamente, o Presidente do Conif, que é o conselho que reúne as diferentes instituições da Rede Federal. A Senadora Teresa Leitão também acompanhou remotamente a audiência.

E, ao mesmo tempo, o objetivo – e aí é um apelo que nós fazemos, com o projeto sendo aprovado hoje – é que na Câmara a gente consiga trabalhar para sua aprovação até meados do próximo ano, para que entre em execução em 2026. Muita gente imagina que a Rede Federal já seja atendida, e não é uma realidade. Além de problemas de alimentação escolar, nós temos um problema que é o transporte escolar. Em muitos casos, os municípios atendem dentro da sua rede, mas em muitos casos os alunos não têm como chegar nas escolas da Rede Federal.

Em alguns casos, como no do Tocantins, em Palmas, Senador Irajá, é no centro, mas em Paraíso mesmo não é o caso, é distante da cidade, e há um problema constante para os alunos conseguirem chegar ao Instituto Federal. Não tem programa, eles não têm os órgãos do transporte escolar.

Obviamente, eu imagino que vai ser possível fazer uma parceria para que os municípios possam, quando vão a uma localidade, já trazer os alunos daquele assentamento, daquele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

povoado ou mesmo da cidade para o instituto, mas eles precisam de ajuda financeira, e ontem nós tivemos uma boa reunião, com representantes do Ministério da Educação, do Planejamento, ou seja, com o Governo, que tornou possível a aprovação desse texto, e o nosso apelo é que a gente consiga avançar com esse texto na Câmara, em tempo do Orçamento de 2026.

Agradeço ao Senador Flávio Arns pela sua dedicação e a possibilidade de tornar uma realidade, que hoje impede, em muitos casos, e causa dificuldade e até abandono para alunos que frequentam a Rede Federal, não somente os institutos federais, que é uma das mudanças que também o texto traz, dando uma amplitude para o atendimento.

Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação vai ser nominal, em bloco, e eu devolvo a Presidência ao nosso Presidente, o Senador Flávio Arns.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado, Dorinha. (*Fora do microfone.*)

Agradeço à Professora Dorinha Seabra, que é Vice-Presidente – sempre ressalto – desta Comissão de Educação e uma liderança extremamente respeitada no Brasil, nesta área e em outras áreas também.

Passamos ao item nº 8 da pauta.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 2053, DE 2024

- Terminativo -

Reconhece a Romaria de São Francisco das Chagas, realizada no Município de Canindé, no Estado do Ceará, como manifestação da cultura nacional.

Autoria: Senadora Janaína Farias (PT/CE)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Relatoria: Senador Cid Gomes.

Indago ao Senador Wellington Fagundes se pode fazer a leitura como Relator *ad hoc*. (*Pausa.*)

Concordando, eu passo a palavra a V. Exa.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Nos termos do disposto pelos incisos I e II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, acerca de normas gerais sobre cultura, diversão, espetáculos públicos e homenagens cívicas, temas presentes no projeto em análise.

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido no inciso I do art. 49 e inciso IV do §1º do art. 91, foi confiada à Comissão de Educação a competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também em relação à constitucionalidade, à juridicidade, em especial no que diz respeito à técnica legislativa e à regimentalidade da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideram-se atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União (art. 24), às atribuições do Congresso Nacional (art. 48) e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada (art. 61) –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, parecem igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que diz respeito ao mérito, reconhecemos a importância ímpar do projeto.

A Romaria de São Francisco das Chagas, realizada anualmente no Município de Canindé, no Estado do Ceará, é uma das maiores e mais significativas celebrações religiosas do país, atraindo mais de 2 milhões de devotos e turistas. Essa tradição remonta ao século XVIII, quando a devoção a São Francisco começou a tomar forma na região, culminando na construção da primeira capela dedicada ao santo. A história da romaria é marcada por relatos de milagres e graças, como o salvamento milagroso de um pedreiro durante a construção da capela, o que solidificou a fé da comunidade e atraiu cada vez mais peregrinos ao longo dos séculos.

Trata-se de um evento de profunda expressão religiosa e cultural, refletindo a identidade do povo brasileiro. Cada ritual e prática, desde a via-sacra até a Missa do Vaqueiro, carrega um significado histórico e espiritual, preservando modos de fazer e de ser que são passados de geração em geração. A romaria é um espaço onde a devoção se manifesta através de cânticos, procissões, oferendas e a participação em missas, criando uma atmosfera única de fé e cultura.

Canindé, durante a romaria, se transforma em um verdadeiro santuário vivo, com a presença de vaqueiros, romeiros e devotos, que vestem trajes típicos e participam ativamente das celebrações. A importância da Missa do Vaqueiro, por exemplo, destaca a ligação entre a religiosidade e a cultura sertaneja, ressaltando a relevância dos vaqueiros na história e na cultura do Brasil.

Com a aprovação da proposição em análise, espera-se contribuir para a preservação e promoção dessa manifestação cultural, além de fomentar o aumento no fluxo de visitantes e peregrinos, impulsionando o turismo religioso, gerando empregos, aquecendo o comércio, promovendo o desenvolvimento sustentável de Canindé e do Estado do Ceará e, ainda, gerando um impacto positivo na economia local e regional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alinhamo-nos à autora do projeto quando defende que o reconhecimento ora em análise fortalecerá a cidade de Canindé como um destino cultural e espiritual, atraindo não apenas devotos, mas também turistas interessados em vivenciar a rica cultura e história da romaria. Ademais, ao formalizar essa tradição como parte integrante da cultura nacional, assegura-se que as futuras gerações continuarão a ter acesso a essa importante expressão de fé e identidade cultural, promovendo, assim, a continuidade e a valorização do patrimônio cultural brasileiro.

O voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 2.053, de 2024.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador Wellington Fagundes.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Passamos agora à votação nominal, em bloco, dos itens nºs 1, 2, 5, 6, 8 e 9 da pauta.

Solicito à Secretaria que abra a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Em votação as seguintes matérias, nos termos dos relatórios apresentados: PL 3.096, de 2024; PL 778, de 2019; PL 2.939, de 2024; PL 3.356, de 2021; PL 2.053, de 2024; PL 6.155, de 2023.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que votam com os Relatores ou as Relatoras votam "sim".

Está aberta a votação.

Gostaria, Senador Wellington Fagundes, até de ter um relato de V. Exa. sobre a iniciativa de poucos dias atrás da Comissão de Meio Ambiente e da própria Comissão de Educação, que se associou à Comissão de Meio Ambiente, para uma visita ao seu estado, ao Pantanal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente Flávio Arns, eu quero aqui relatar a minha satisfação de poder representar esta Comissão, designado por V. Exa., nesse importantíssimo encontro que tivemos lá em Mato Grosso – destaco também a presença da Senadora Leila Barros, a nossa Presidente da Comissão de Meio Ambiente, que esteve lá na Assembleia Legislativa de Mato Grosso –, com a parceria dessas duas Comissões com a Assembleia Legislativa de Mato Grosso, através da Presidência do Deputado Avallone, que é o Presidente da Comissão de Meio Ambiente. Outros Parlamentares lá estiveram e também os nossos Senadores aqui, o nosso companheiro Jayme Campos e a Senadora Margareth Buzetti.

O Senador Jayme Campos, inclusive, foi o Relator do projeto que apresentei aqui no Senado, já aprovado, que trata do Estatuto do Pantanal. Esse projeto está na Câmara dos Deputados. O Presidente da Câmara já autorizou e já aprovamos o regime de urgência urgentíssima; e deve ser votado, inclusive, esta semana no Plenário da Câmara dos Deputados. E a importância desse projeto é principalmente trazer um regramento jurídico para o nosso Pantanal.

O nosso Pantanal é a maior área alagada do mundo, é um patrimônio brasileiro e da humanidade e que, infelizmente, por falta de uma legislação, está cada dia mais empobrecendo, porque não se tem uma definição do que se pode e o que não se pode fazer no Pantanal. É sabido que, no nosso Pantanal, tem uma vida muito forte do pantaneiro; e aí a gente inclui os ribeirinhos, os quilombolas, também os indígenas e os proprietários das áreas. Mais de 90%, 93% da área do Pantanal Mato-Grossense estão sob a responsabilidade da iniciativa privada. Temos também alguns parques, principalmente o Sesc Pantanal, em uma área de 108 mil hectares, mas também há outra área de 2 mil hectares ao lado, onde temos um grande investimento do Sesc Nacional, que é o Polo do Sesc Pantanal Mato-Grossense.

E nesse aspecto eu quero aqui agradecer também, além das pessoas que lá estiveram, ao Diretor-Geral do Sesc, que é o Carlos Cirilo; ao Presidente da Confederação Nacional do Comércio, José Roberto Tadros; ao Presidente da Fecomércio de Mato-Grosso, que deu todo o apoio, o José Wenceslau de Souza; e à nossa Gerente-Geral do Polo Socioambiental Sesc Pantanal, que é a Cristina Cuiabália.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E esse nome, Sr. Presidente, é um nome composto, Cristina Cuiabália. O pai dela é um grande compositor, já compôs mais de 500 músicas e encontrou exatamente a forma de homenagear Cuiabá, colocando o nome na sua filha de Cristina Cuiabália. Uma pessoa extremamente competente, gerencia toda aquela cadeia ali do Sesc Pantanal, que também tem uma grande unidade, em Nobres, enfim, em toda a região. Tudo isso é sustentado pelo Sesc Nacional e não pelo Sesc Regional.

Eu quero aqui agradecer também à Prefeita eleita de Várzea Grande, a Flávia Moretti, que esteve lá conosco recebendo a Leila Barros, além dos Deputados José Medeiros e Coronel Fernanda e tantos outros.

Eu quero destacar a importância desse evento, Sr. Presidente, porque também, além da audiência pública que tivemos na Assembleia com muitas autoridades, destaco aqui também o ex-Governador, Prefeito, Deputado Estadual, Federal e Senador Júlio Campos, que é irmão do Senador Jayme Campos. Muitas autoridades lá estavam. E o destaque também é porque a Senadora Leila, com muitas outras pessoas, teve toda a sua dedicação em visitar o nosso Pantanal Mato-Grossense. Tivemos a oportunidade de sobrevoar o nosso Pantanal, com o apoio do Governo do estado, do Governador Mauro, e principalmente do corpo de bombeiros – e eu quero agradecer na pessoa do Comandante Gledson, que esteve também lá presente conosco nessa visita.

E eu destaco, Presidente Arns, a capacidade impressionante do nosso Pantanal. Nós tivemos a maior seca dos últimos 154 anos, tivemos um nível de água muito baixo também, além das queimadas, e olha, em menos de 15 dias chegaram as chuvas e já está aquilo tudo verde, reflorestado, uma coisa magnífica. Eu quero mais uma vez convidar todos que nos assistem aqui e principalmente a Comissão de Educação, é um momento oportuno para que os nossos membros possam ir lá no Sesc Pantanal, porque nessa unidade nós temos inúmeras universidades fazendo pesquisa. Por isso eu também registro aqui, é muito importante registrar, o nome do Alexandre Enout, que nos fez uma palestra mostrando todo o trabalho que é feito ali. E também tenho que registrar uma figura folclórica, o Sr. Dito, um morador ribeirinho que é aposentado: ele foi contratado pelo Sesc e ficou ali na sua origem, lá no Pantanal, onde as pessoas vão visitar a sua casinha de pau-a-pique, e ele, muito alegre, com mais de 80 anos, tocando a viola de cocho,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cantando e contando toda a história do Pantanal, uma figura folclórica emblemática do nosso Pantanal e também da resistência do pantaneiro.

Então, eu agradeço imensamente essa oportunidade de estarmos lá, Senador Flávio Arns, e principalmente por V. Exa. me dar a confiança de poder representar a nossa Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Para a Comissão de Educação é uma honra tê-lo como representante nessa e em outras oportunidades, também em muitos debates que já aconteceram. Então, parabéns.

Eu só quero... Pois não? (*Pausa.*)

Tem que votar.

Eu só gostaria também de destacar que ontem eu tive a oportunidade de estar aqui na Biblioteca do Senado Federal para o lançamento do livro *Quilombo Colorido*, uma obra da Valneide Nascimento dos Santos. Valneide é servidora aqui do Senado, também trabalha nessa área, é nascida num quilombo. É uma obra extremamente interessante e bonita, a partir da visão de alguém que nasceu no quilombo. Os pais da Valneide sempre incentivaram que ela fosse para a educação, que valorizasse a diversidade, a cultura, a equidade, as diferenças culturais, e ela, pela educação – também não há dúvida, sempre pela educação –, está aí galgando tantos degraus e contribuindo tanto para o reconhecimento e a valorização dos quilombos.

Eu até conversava com a Secretaria da Comissão de Educação para que nós procurássemos tomar conhecimento – e a Valneide pode nos auxiliar com isso – das publicações dos diversos quilombos pelo Brasil relacionados à literatura infantil, juvenil e mesmo para adultos, para que nós possamos organizar um evento aqui no Senado Federal, na Comissão de Educação e Cultura, de valorização do processo educacional e cultural e também de políticas públicas em geral destinadas às comunidades quilombolas, porque a gente sabe que são comunidades que padecem de políticas públicas em várias áreas. Então, é uma forma de valorizarmos.

Eu queria só mostrar para vocês valorizarem... A Valneide trabalha aqui no Senado, atua nessa área, é nascida no quilombo, e está publicando o livro agora, enaltecendo toda a história de valorização da cultura dessa comunidade em que ela estava. Foi bem prestigiada, gostamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito da iniciativa e queremos destacar isso para o restante do Brasil, para todas as pessoas que nos acompanham pelos meios de comunicação do Senado.

Já atingimos o quórum.

Então, está encerrada a votação.

Vamos apurar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Votaram SIM 16 pessoas; nenhum voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

Estão aprovados os projetos de lei, nos termos dos relatórios apresentados: PL 3.096, de 2024; PL 778, de 2019; PL 2.939, de 2024; PL 3.356, de 2021; PL 2.053, de 2024; e PL 6.155, de 2023.

O substitutivo ao Projeto de Lei nº 778, de 2019, aprovado, será submetido a turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, ficando prejudicado o projeto.

As matérias serão encaminhadas à Mesa para as providências cabíveis.

Muito bem, agradeço novamente...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senador Wellington Fagundes, com a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Antes de V. Exa. encerrar, eu queria fazer um registro aqui, Sr. Presidente, com profunda tristeza, porque recebemos ontem a notícia do falecimento do Francisco Cândido da Silva, o querido Garrincha. Ele foi ex-Vereador de Barra do Garças e deixa sua esposa Sirley Gomes, a filha Thais, que o ajudava numa ONG que fazia educação ambiental, Sr. Presidente. Por isso eu faço questão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de registrar aqui na Comissão de Educação. E ele também tinha um filho, assim como eu, médico veterinário, que é um atuante trabalhador lá na região, o Diego Rafael.

A cidade toda ficou abalada, porque ele era uma pessoa muito simples, mas que estava ali sempre preocupado com a questão ambiental, chamando também as crianças, fazendo ali a orientação da causa ambiental.

Eu registro aqui, mais uma vez, que ele foi Vereador e, antes de ingressar na política, já era amplamente conhecido por sua luta incansável em defesa dos animais e também por sua atuação na criação da brigada de incêndios do município, um marco na preservação ambiental da nossa região – toda a região do Araguaia –, trabalhava em podas de árvores e seguia firme em suas ações voltadas ao meio ambiente, mantendo vivo o seu compromisso com o futuro de Barra do Garças. Ele fazia questão de ir às salas de aula, conversar, fazer palestras...

Por isso, eu quero aqui desejar à família, também aos amigos e a todos que tiveram a honra de conhecê-lo, expressar os meus maiores e mais sinceros sentimentos. Que Deus conforte seus corações neste momento tão difícil!

O legado do Garrincha continuará vivo em cada ação em prol da natureza e também dos animais, lembrando-nos de sua força, dedicação pela cidade que ele tanto amava, Barra do Garças.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Quero externar também a minha solidariedade à família do Garrincha, a todas as pessoas atendidas no trabalho voluntário que desenvolvia e a toda a população do Barra do Garças também.

É uma solidariedade desta Comissão de Educação e Cultura, em função do trabalho tão importante de uma pessoa que tem que ser replicado, multiplicado pelo Brasil. Se cada um fizer uma parte pequena na educação ambiental, teremos um resultado extraordinário em nosso país.

Agradeço...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Presidente, eu gostaria de mais um...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... momento, para homenageá-lo pela cerimônia que V. Exa. promoveu, uma audiência pública, comemorando os 20 anos da Pastoral, voltada para a terceira idade, para o idoso. Houve a presença lá do Dom Peruzzo, o nosso bispo, que cuida desta área ali com muitas pessoas, lideranças que fazem esse trabalho.

Ali o que eu mais ouvi, tanto de V. Exa. como do Dom Peruzzo, é que o que o idoso mais quer é atenção, respeito.

Quando fiz a minha primeira campanha – eu sou filho de um homem muito simples –, fui visitar um garimpo e pedir voto. Aí, um cidadão de mais de 70 anos, que estava todo entrevado ali pelo garimpo, pela luta difícil do garimpo, me falou o seguinte: "Olha, eu vou votar no seu pai, não é em você, não, mas é o seguinte: quando você chegar lá, eu queria que você olhasse para os nossos idosos. Eu estou com 75 anos, e não tenho nem uma aposentadoria, não tenho nada de assistência do Estado".

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Um jovem de 75 anos, não é?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Exatamente, mas no garimpo é muito mais complexo, porque ali o sofrimento é muito maior.

Quando eu cheguei aqui, em 1991, fui olhar a Constituição, e nada se referia ao idoso. E aí nós apresentamos o Estatuto do Idoso, depois veio a Lei Orgânica de Assistência Social e o Benefício de Prestação Continuada, que hoje atende a mais de 5 milhões de pessoas com mais de 60 anos de idade cujas famílias sejam carentes e também aos portadores de necessidades especiais ou às pessoas com deficiência. Então, é o mínimo que nós podemos fazer por essas pessoas que às vezes ficam abandonadas inclusive pela família.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso eu entendo e aqui quero parabenizar por esta audiência muito, mas muito bem prestigiada que V. Exa. promoveu. Cheguei já ao final, mas, com certeza, pude ali ainda participar, abraçando aquelas pessoas tão importantes, inclusive V. Exa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu só quero destacar rapidamente que são 20 mil lideranças da Pastoral da Pessoa Idosa no Brasil, presente em quase 3 mil paróquias, já tendo feito quase 18 milhões de acompanhamentos nesses anos. E o apelo que a gente fez é para que Prefeitos eleitos e reeleitos apoiem, porque é um trabalho comunitário, social, que ajuda muito, no município, na valorização e na dignidade da pessoa idosa.

D. Peruzzo, Arcebispo de Curitiba, é o Presidente Nacional. Mas é suprarreligioso, inclusive, quer dizer, todas as pessoas, mesmo que não professem uma religião, mas pensem na dignidade do idoso, podem participar.

E de tarde foi a sessão especial pelos 100 anos da União dos Escoteiros do Brasil. É outro apelo que eu faço porque os escoteiros estão diretamente relacionados a esta Comissão: educação não formal, também uma coisa importante – 100 mil escoteiros, mais ou menos, no Brasil. Mas nós precisamos ter mais grupos de escoteiros, porque isso é bom para a criança, para o adolescente, para a formação de lideranças, para o diálogo, para o entendimento, a busca de consensos lá nos debates do pessoal. E orientam a educação para o meio ambiente os acampamentos. São cidadãos, sem dúvida, melhores e com boa orientação. E só 600 municípios no Brasil têm grupos escoteiros. Então, vamos aumentar isso para 700, 800, mil.

Agora, só aproveito a oportunidade, em relação à pessoa idosa, para cumprimentar o ex-Governador do Distrito Federal, Ornellas, e a sua esposa, Zely Ornellas, que, na semana passada, completaram 103 anos de idade, os dois, lúcidos, discutindo, falando – particularmente, a D. Zely eu conheço muito bem, porque ela foi muito do movimento de Apaes no Brasil também –, já casados há 80 anos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Só isso? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Oitenta anos. Os dois, coincidentemente, comemorando 103 anos de idade.

Enfim, eu quero agradecer aqui à Camila, à Andréia, a toda a equipe da Secretaria da Comissão, às assessorias dos Senadores e Senadoras, aos meios de comunicação do Senado, que sempre são tão atenciosos e solícitos, e a todos e todas que nos acompanham pelo Brasil.

Agradecendo, declaro também encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 19 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia três de julho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Izalci Lucas, Alessandro Vieira, Veneziano Vital do Rêgo, Mara Gabrilli, Otto Alencar, Humberto Costa, Nelsinho Trad, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Eduardo Girão, Flávio Bolsonaro, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério e Damares Alves, e ainda dos Senadores Fabiano Contarato, Paulo Paim e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Sergio Moro, Renan Calheiros, Eduardo Braga, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Beto Faro, Ana Paula Lobato, Flavio Azevedo, Ireneu Orth e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 29, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convidado representante das Empresas 123 Milhas e Hurb, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o cancelamento geral de pacotes já vendidos aos clientes pelas duas empresas." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS/AL). **Resultado:** Retirado definitivamente pelo autor. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 30, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2o, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir as ações do PROCON e da Secretaria Nacional do Consumidor face aos cancelamentos de pacotes de viagens das empresas HURB e 123Milhas." **Autoria:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 6, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a exploração mineral na Bahia e suas consequências devido o recente surgimento de uma cratera misteriosa, no município de Vera Cruz, aproximadamente 1 km da vila de Matarandiba." **Autoria:** Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 7, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rafael Batista, consultor jurídico do Twitter/X, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre publicações no X a respeito da divulgação de arquivos do Twitter pelo jornalista norte-americano Michael Shellenberger." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 8, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Michael Shellenberger, jornalista e ativista climático norte-americano, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre reportagem feita em 3/4/2024 ao programa Oeste Sem Filtro da Revista Oeste a respeito da divulgação de arquivos do Twitter." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 14, de 2024** que: "Requer que sejam prestadas pelo Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Sr. Waldez Góes, informações sobre a aplicação dos recursos do Ministério, dos repasses feitos a estados e municípios referente às ações no âmbito da Secretaria Nacional de defesa civil, bem como das relativas ao fiscal responsável pelos contratos, na forma que especifica." **Autoria:** Senador Omar Aziz (PSD/AM). **Resultado:** Retirado definitivamente pelo autor. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 16, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre as medidas de segurança em instalações de estações de recarga para veículos elétricos." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS/AL). **Resultado:** Retirado definitivamente pelo autor. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 17, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Neri Geller, Ex-Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária do Brasil, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o escândalo do leilão de arroz importado e declaração de que foi pressionado para operacionalizar a compra." **Autoria:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 18, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Rui Costa, Ministro-Chefe da Casa Civil, a comparecera esta Comissão, a fim de para prestar esclarecimentos sobre os critérios utilizados para concessão do desconto nas multas de empreiteiras envolvidas nos acordos de leniência da Operação Lava Jato, bem como sobre as garantias legais de reparação dos danos causados ao erário público e as implicações legais e financeiras da proposta de desconto nas referidas multas." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 19, de 2024** que: "Requer, os termos do art. 58, § 2°, II e V, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Vinícius de Carvalho, Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União, a comparecer a esta Comissão, a fim de para prestar esclarecimentos sobre os critérios utilizados para concessão do desconto nas multas de empreiteiras envolvidas nos acordos de leniência da Operação Lava Jato, bem como sobre as garantias legais de reparação dos danos causados ao erário público e as implicações legais e financeiras da proposta de desconto nas referidas multas." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei n° 1769, de 2019** que: "Estabelece definições e características para os produtos derivados de cacau, percentual mínimo de cacau nos chocolates e disciplina a informação do percentual total de cacau nos rótulos desses produtos, nacionais e importados, comercializados em todo o território nacional." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação nos termos da subemenda apresentada (substitutivo). **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, pela aprovaçao da emenda de Plenário nº 2 na forma da submenda nº 1-CTFC. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 2725, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 10.973, de 2 de dezembro de 2004, para estabelecer requisitos mínimos de transparência pública e controle social em matéria educacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação com 1 emenda (de redação). **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir a parecer da CTFC, pela aprovação do projeto com a emenda nº 1-CTFC (de redação). **ITEM 13 - Projeto de Resolução do Senado n° 79, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui o Grupo Parlamentar de Prevenção e Combate à Fraude e à Corrupção." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Projeto de Lei n° 1731, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Proíbe a apresentação de logotipos, slogans, divisas e motes de governo em instalações, veículos, livros, apostilas e equipamentos públicos da União." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Vista concedida ao Senador Humberto Costa. **ITEM 15 - Projeto de Lei n° 1914, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, para dispor sobre o dever de motivação dos atos administrativos de caráter normativo no âmbito da Administração Pública federal." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, favorável ao projeto. **ITEM 16 - Projeto de Lei n° 4889, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 9.613, de 3 de março de 1998, e no 14.286, de 29 de dezembro de 2021, para dispor sobre a simplificação da documentação exigida nas operações de câmbio de valores até o limite da cota na forma da lei." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adiado. **ITEM 17 - Projeto de Lei n° 133, de 2024 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o direito do consumidor de não ser assediado e estabelece a criação de cadastro centralizado de consumidores com vistas a impedir o assédio por fornecedores de produtos e serviços financeiros." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Relatoria:** Senador Jaime Bagattoli. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas (de redação). **Resultado:** Lido o relatório e adiadas a discussão e votação da matéria. **ITEM 18 - Projeto de Lei n° 4089, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e 14.509, de 27 de dezembro de 2022, para dispor sobre a concessão de crédito consignado sem autorização do beneficiário, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para caracterizar como prática discriminatória a conduta que especifica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, favorável ao projeto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/07/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores e Senadoras a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 1ª, 2ª e 3ª Reuniões. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico que foi publicada na pauta uma listagem de documentos recebidos na Comissão que estarão disponíveis em sua página por um prazo de 15 dias. Não havendo manifestação, serão arquivadas, nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Foi recebida, ainda, uma proposta de fiscalização e controle de autoria do Senador Mecias de Jesus. A proposta será autuada e distribuída para relatoria prévia, nos termos do art. 102-B, inciso II, do Regimento Interno.

Passamos à pauta.

Eu queria, primeiro, ler os projetos. Tem um projeto que está com o Senador Alessandro Vieira como Relator... (*Pausa.*)

Item 11, PL 2.725... (*Pausa.*)

O Senador Alessandro acabou de chegar.

Senador Alessandro Vieira... (*Pausa.*)

ITEM 12

PROJETO DE LEI Nº 2725, DE 2022

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 10.973, de 2 de dezembro de 2004, para estabelecer requisitos mínimos de transparência pública e controle social em matéria educacional.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação com 1 emenda (de redação)

Observações: *Posteriormente, a matéria será apreciada pela CE.*

A autoria é da Deputada Federal Tabata Amaral.

Com a palavra, o Sr. Relator.

É uma matéria que eu acho que não tem muita polêmica.

Passo a palavra ao meu querido amigo Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu peço licença para ir diretamente à análise do projeto.

Nos termos do art. 102-A, inciso II, alíneas "c" e "d", do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta CTFC opinar sobre matérias pertinentes à prestação eficaz, efetiva e eficiente de serviços públicos e à transparência e prestação de contas e informações à população.

Pondera-se que o direito social fundamental à educação (art. 6º, *caput*, da Constituição Federal) é, ao menos quanto à educação básica, um verdadeiro direito público subjetivo, nos termos do art. 5º, *caput*, da LDB. Daí ser natural estender aos cidadãos, que já têm legitimidade para exigi-lo, também os meios necessários para fiscalizar sua efetiva prestação.

Nesse sentido, destaca-se que o projeto traz relevantes aprimoramentos na promoção da transparência ativa, garantindo à população acesso a dados importantes sobre a educação nacional. Revela-se, portanto, harmônico ao art. 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como aos ditames da Lei de Acesso à Informação, em especial no tocante à gestão transparente da informação (art. 6º, inciso I, dessa legislação).

Concordamos, ainda, que as exigências de divulgação veiculadas no projeto são razoáveis, porque nenhum dos dados exigidos é de obtenção difícil ou particularmente onerosa. Ademais, é mesmo verdade que, se já não forem atualmente utilizados na tomada de decisões, o esforço da administração pública para reuni-los será mais do que compensado pela melhora esperada na qualidade do planejamento e no controle das políticas públicas educacionais, sendo de igual sorte relevante o ganho de transparência e *accountability*, ao se permitir que toda a sociedade acompanhe os resultados da ação estatal nessa importante seara.

Estamos também de acordo no que tange à Lei nº 10.973, de 2004, no sentido de que não haveria razão para subtraí-la à disciplina da LAI quanto aos recursos públicos repassados.

No tocante às escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas a que sejam direcionados recursos públicos, registramos que a vedação a agentes políticos em suas diretorias densifica o princípio da moralidade administrativa (art. 37, *caput*, da Constituição), sendo a extensão a parentes até o terceiro grau consentânea à Súmula Vinculante nº 13, do STF.

Ante o exposto, somos pela aprovação do PL nº 2.725, de 2022, com a emenda de redação que se segue.

Esse PL busca apenas, Sr. Presidente, trazer mais transparência e controle social para a seara da educação no tocante ao emprego de recursos públicos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Obrigado, Senador Alessandro Vieira.

E nos dá a honra aqui a Deputada Tabata Amaral, que é autora do projeto.

Eu vou colocar em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Ele irá... A matéria vai à CDIR.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar ao projeto número...

O Senador Otto Alencar vai relatar o item 15.

ITEM 15

PROJETO DE LEI Nº 1914, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, para dispor sobre o dever de motivação dos atos administrativos de caráter normativo no âmbito da Administração Pública federal.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação

Observações: *Posteriormente, a matéria será apreciada pela CCJ.*

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exa. e peço que me permita ir à análise do projeto, de iniciativa do Senador Astronauta Marcos Pontes, que altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, para dispor sobre o dever de motivação dos atos administrativos de caráter normativo no âmbito da administração pública federal.

Compete a esta Comissão analisar essa matéria de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal.

O art. 48 da Constituição Federal estabelece que cabe ao Congresso Nacional legislar sobre todas as matérias da competência da União, com a sanção do Presidente da República e a regulamentação de acordo com o processo legislativo.

Pela pertinência com a matéria sob análise, cabe também registrar que o inciso XIII do art. 5º da Lei Maior dispõe que é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, desde que atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer e o art. 21, XXIV, também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De outra parte, como é sabido, cabe aos conselhos profissionais regulamentar e fiscalizar a atividade das diversas categorias laborais, conforme previsto.

Ademais, conforme posto na justificação da presente iniciativa e de acordo com a própria jurisprudência do Supremo Tribunal Federal...

Por outro lado, cabe também registrar que o princípio da motivação em seara administrativa é acolhido e prestigiado pela Lei Maior. Assim, o inciso X do art. 93 da Constituição Federal declara expressamente que as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas.

Enfim, por todas as razões, cabe aplicar a legislação relativa aos procedimentos administrativos válidos para as autarquias federais aos conselhos profissionais e, desse modo, cabe aplicar, no que couber, aos procedimentos administrativos.

Portanto, entendemos que a inclusão dos dispositivos legais propostos pelo projeto no art. 50 da lei em tela está em harmonia com a Constituição Federal.

A propósito, além do disposto no art. 50, já no seu art. 2º, a Lei nº 9.784, de 1999, estatui que a administração pública obedecerá, entre outros, ao princípio fundamental da motivação.

Passando a analisar especificamente os dispositivos que se pretende acrescentar ao art. 50 da Lei nº 9.784, de 1999, como já visto acima, temos que o §4º estabelece que o dever de motivação se aplica também aos atos de caráter normativo, inclusive os editados pelos conselhos de fiscalização de profissões.

E o §5º preceitua que, quando dispuserem sobre a restrição a direitos e a imposição de deveres aos administrados, os atos referidos no §4º deverão, sob pena de nulidade, indicar o preceito legal por eles regulamentado.

Desse modo, se por um lado cabe ao conselho profissional correspondente regulamentar as condições, fiscalizar e estabelecer deveres para o exercício de determinada atividade profissional, inclusive adotando medidas restritivas, é justo e de direito dos profissionais que ficarão submetidos a tais restrições e deveres saber qual norma, aprovada pelo Congresso Nacional, fundamenta a restrição e/ou o dever que lhe está sendo imposto, até para exercer o direito de questionar a restrição ou dever adotado ou mesmo, se for o caso, de buscar alterar a norma que o fundamenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o nosso entendimento, e, por isso, Sr. Presidente, nós opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.914, de 2023, do Senador Astronauta Marcos Pontes.

O voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Em discussão o relatório do Senador Otto Alencar. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, favorável ao projeto.

A matéria vai à CCJ. (*Pausa.*)

Ainda com o Senador, *ad hoc,* Otto Alencar; e depois, Senador Jaime Bagattoli, V. Exa. tem um projeto para relatar aqui também.

Eu vou aproveitar, logo pela idade, o Otto. (*Risos.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. a deferência pelo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, não, você é meu Líder, e vou dar preferência para V. Exa.

Além do mais...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço a V. Exa. por respeitar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – ... você sabe que eu estive, esse final de semana, com um dos pais, que é o Tasso Jereissati.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Filhos de Otto e Tasso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente ficou lá conversando, eu estava lá na cidade de Parintins, Otto, e o Tasso é um bom papo – você sabe disso, rapaz –, daí conversamos muito sobre você.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Foi... O Tasso Jereissati é um grande amigo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – É amigo nosso, é verdade.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... embora fosse um cidadão que faltava muito com a verdade a respeito do meu conhecimento científico, médico e ortopédico. Às vezes ele...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Já eu não! Você sabe que eu me consulto com V. Exa.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois é, consulta-se, a consulta é pelo SUS e tem dado certo.

Mas eu quero agradecer a V. Exa. por respeitar o Estatuto do Idoso. Mas tenha a consciência de uma coisa que se diz no Sertão da Bahia: "Quem a velho não chega de novo não passa". Então, não fique... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Senador Otto, eu tenho 66 anos e estou chegando à sua idade já, meu irmão. Então, se V. Exa. é idoso, eu também sou, entendeu? Então, não venha querer dar uma de velho para cima de mim, para outro velho.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para encaminhar.) – Mas grave, grave o que eu falei sobre o que se diz no Sertão da Bahia: "Quem a velho não chega de novo não passa".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 6, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a exploração mineral na Bahia e suas consequências devido o recente surgimento de uma cratera misteriosa, no município de Vera Cruz, aproximadamente 1 km da vila de Matarandiba.

Autoria: Senador Otto Alencar (PSD/BA)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para encaminhar.) – Portanto, Sr. Presidente, se V. Exa. me permitir, eu gostaria inclusive... porque esse requerimento já está aqui há muito tempo para ser apreciado. É um requerimento que propõe uma audiência na presença de alguns convidados, o que seria até uma ação preventiva, a respeito da exploração mineral próxima da Ilha de Itaparica, de Vera Cruz, da extração também da sal-gema, próxima à ilha, através da empresa que está fazendo essa exploração mineral, talvez até pensando em prevenir um acidente como o que aconteceu lá em Maceió.

Esse requerimento propõe uma audiência com a presença do Sr. Javier Constante, Presidente da Dow no Brasil; do Sr. Erison Soares Lima, Superintendente da CPRM na Bahia; do Sr. Mauro Henrique Moreira, Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração; do Sr. Bruno Martinez Carneiro Ribeiro Neves, Superintendente do Ibama na Bahia; e da Sra. Norma Angélica Reis Cavalcanti, Procuradora-Geral de Justiça da Bahia.

Sr. Presidente, esse requerimento vem ao encontro exatamente de medidas preventivas a respeito da exploração mineral e da extração da sal-gema próximas à Ilha de Itaparica, de Vera Cruz, pela empresa Dow Química. Isso é para se ter a ideia de ter uma governança de risco. Terá risco em continuar explorando essa mina de sal-gema? Pode acontecer algum desastre ambiental, como aconteceu em Maceió e Alagoas? – e nós tivemos que trabalhar aqui para analisar os fatos. Ou seja, tudo hoje sobre o clima depende de expectativa do que vai acontecer com o clima, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também tudo na área mineral depende da expectativa do que vai acontecer com a exploração mineral.

Por isso, foram vítimas de Brumadinho tantas pessoas, do caso de Mariana e agora do que aconteceu lá em Maceió.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Quem são os convidados?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, a minha posição é apenas de estudar e de fazer um convite para uma audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Quem são os convidados, Senador?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Omar Aziz, os convidados são o Sr. Javier Constante, Presidente da Dow Química; o Sr. Erison Soares Lima, Superintendente da CPRM na Bahia; o Sr. Mauro Henrique Sousa, Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração; o Sr. Bruno Martinez Neves, Superintendente do Ibama na Bahia; e a Sra. Norma Angélica Reis Cavalcanti, Procuradora-Geral de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – O importante é a Agência Nacional de Mineração, é por isso que eu perguntei para V. Exa., para saber se ela estava incluída nisso.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A Agência Nacional de Mineração está sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Requerimento nº 6, do Senador Otto Alencar, em discussão... em votação. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Marcaremos, após o recesso, a vinda desses convidados para a gente debater.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É uma audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Até porque, ontem, eu e o Senador Rogério Carvalho, que foi o Relator, encaminhamos à Defensoria Pública e à Polícia Federal o relatório feito pela Comissão de investigação sobre o caso Braskem, Sr. Presidente. Foi encaminhado ontem, meu Líder.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Exato.

Dessa audiência pública, eu encaminho o requerimento exatamente para proteger o que há de mais sagrado no mundo, deixado por Deus, que é exatamente o meio ambiente, para que ele possa ser explorado com produção mineral, pelo agronegócio, por todas as atividades do turismo, mas que não venha a causar danos às pessoas, como tem causado, por muito tempo, por falta de expectativa, por não ter cuidado, por não ter expectativa do risco que pode acontecer, como agora aconteceu lá no Rio Grande do Sul, no vale dos rios lá do Rio Grande do Sul, com tantos danos, o que nós lamentamos muito.

E para não lamentar, para prevenir, o que é muito melhor que remediar, é que eu encaminho esse requerimento, para proteger o meio ambiente da Ilha de Itaparica, para proteger também todo o bioma da Ilha de Itaparica, com produção de peixes e mariscos, que são explorados pela população que reside e vive ali da pesca. Imagine um dano naquele local, que é um local bonito, das ilhas mais bonitas e mais frequentadas! E com um meio ambiente preservado para a manutenção da vida e também para a manutenção daqueles que vivem da pesca e da exploração dos mariscos lá na região da Ilha belíssima de Itaparica e Veracruz.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Obrigado.

V. Exa. tem ainda um projeto, *ad hoc*, para relatar, que é o Projeto de Lei nº 1.769, de 2019.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Mas o Senador Rodrigo Cunha já está presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ele é o Relator? (*Pausa.*)

É o Senador Efraim Filho. (*Pausa.*)

Esse projeto é...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, é o Projeto nº 4.089, de 2023.

ITEM 18

PROJETO DE LEI Nº 4089, DE 2023

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e 14.509, de 27 de dezembro de 2022, para dispor sobre a concessão de crédito consignado sem autorização do beneficiário, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para caracterizar como prática discriminatória a conduta que especifica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação

É do Deputado Edgar Moury e de relatoria do Senador Efraim Filho. Como ele está licenciado, passamos, *ad hoc*, para V. Exa., por favor.

Depois o Senador Jaime Bagattoli vai relatar o projeto dele.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu o faço por determinação de V. Exa. Vou proferir o relatório *ad hoc*, que seria da responsabilidade do Senador Efraim Filho, pelos motivos que V. Exa. falou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse projeto, que eu considero importante, é do Deputado Edgar Moury, de Pernambuco, que altera as Leis nºs 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e 14.509, de 27 de dezembro de 2022, para dispor sobre a concessão de crédito consignado sem autorização do beneficiário, e a Lei nº 10.741, de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para caracterizar como prática discriminatória a conduta que especifica.

Portanto, eu vou à análise do projeto, com a anuência e a concordância de V. Exa.

Essa proposição trata de uma matéria inserida na competência legislativa desta Comissão.

Quanto à juridicidade, o projeto se afigura irretocável, porquanto: o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; o assunto nele vertido inova o ordenamento jurídico; possui o atributo da generalidade; se afigura dotado de potencial coercitividade; e também é compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

Do ponto de vista regimental e nos termos do art. 102-A, III, "a", "b", "c", do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão analisar e opinar sobre assuntos pertinentes à elaboração e proposição de normas e medidas voltadas à melhoria contínua das relações de mercado, em especial as que envolvem fornecedores e consumidores; ao aperfeiçoamento dos instrumentos legislativos reguladores, contratuais e penais, referentes aos direitos dos consumidores e dos fornecedores, com ênfase em condições, limites e uso de informações, responsabilidade civil...

Acerca da técnica legislativa, não há dúvida de que observa toda a legislação.

Finalmente, no mérito, o projeto merece ser acolhido. A mudança trazida evita abusos, que têm sido comuns, induzindo a população bancarizada ao endividamento.

Ademais disso, evita a discriminação em relação aos idosos que buscam financiamento.

Em vista disso, o nosso voto é pela aprovação do projeto de lei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Muito obrigado, Senador Otto Alencar.

ITEM 17

PROJETO DE LEI Nº 133, DE 2024

- Terminativo -

Dispõe sobre o direito do consumidor de não ser assediado e estabelece a criação de cadastro centralizado de consumidores com vistas a impedir o assédio por fornecedores de produtos e serviços financeiros.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senador Jaime Bagattoli

Relatório: Pela aprovação com duas emendas (de redação)

Rapaz, nós somos assediados toda hora, todos nós. A gente começa a receber telefonema de manhã, de tarde, de noite, 2126, 21 não sei o quê, 21 não sei o quê, oferecendo serviço. Se isso não for assédio, eu não sei mais o que é assédio.

Nós já tínhamos aprovado uma lei aqui para que, caso o consumidor queira, procure a operadora; mas não, eles começam a mandar, a ligar insistentemente. Você bloqueia, mas tem milhares de números, e não adianta.

Senador, por favor, com a palavra.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar aqui o Senador Presidente Omar Aziz; quero cumprimentar o Senador Otto, o Senador Rodrigo Cunha, e parabenizar a Senadora Damares por esse Projeto de Lei 133, de 2024, do qual eu sou Relator.

Com a sua permissão, Presidente, eu queria ir direto para a análise.

A proposição trata de matéria inserida na competência legislativa da União, conforme o disposto no art. 24, incisos V e VIII, da Constituição, segundo o qual compete à União legislar concorrentemente sobre produção e consumo e responsabilidade por dano ao consumidor.

Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e a iniciativa parlamentar é legítima, nos termos dos arts. 48 e 61 da Lei Maior.

Quanto à juridicidade, o projeto se afigura irretocável, porquanto: o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; o assunto nele vertido inova o ordenamento jurídico; possui o atributo da generalidade; se afigura dotado de potencial coercitividade; e é compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

Do ponto de vista regimental e nos termos do art. 102-A, III, do Regimento Interno do Senado, compete à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor opinar sobre assuntos pertinentes ao estudo, elaboração e proposição de normas e medidas voltadas à melhoria contínua das relações de mercado, em especial as que envolvem fornecedores e consumidores; ao aperfeiçoamento dos instrumentos legislativos reguladores, contratuais e penais, referentes aos direitos dos consumidores e dos fornecedores, com ênfase em condições, limites e uso de informações, responsabilidade civil, respeito à privacidade, aos direitos autorais, às patentes e similares; e ao acompanhamento das políticas e as ações desenvolvidas pelo poder público relativas à defesa dos direitos do consumidor, à defesa da concorrência e à repressão da formação e da atuação ilícita de monopólios.

Acerca da técnica legislativa, o projeto, no geral, observa as regras previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001. Cabem, todavia, algumas ponderações: no *caput* do art. 2º, a terminologia "instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central" não é adequada. Bancos públicos, como Banco do Brasil e Caixa, não são autorizados a funcionar pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Banco Central, mas por leis específicas, ainda que sejam supervisionados pela autarquia. O termo mais adequado seria "operadores". Por fim, na última linha do *caput* do art. 3º o termo "fica obrigado a" está repetido, motivo pelo qual sugerimos emendas de redação.

Não há inclusão de matéria diversa do tema tratado na proposição, e a sua redação, a nosso ver, apresenta-se adequada. Segue a mesma ponderação para o rosário de proposições em tramitação conjunta.

Finalmente, sobre o mérito, o projeto de lei merece ser acolhido. A mudança trazida evita abusos que têm sido comuns, induzindo a população bancarizada ao endividamento.

Voto.

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e pelo mérito do Projeto de Lei nº 133, de 2024, com as emendas que seguem.

EMENDA Nº – CTFC (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao art. 2º do PL nº 133, de 2024, a seguinte redação:

"Art. 2º É vedada a realização, por qualquer operador do sistema financeiro, diretamente ou por meio de interposta pessoa, de atividade de marketing ativo, oferta comercial, proposta, publicidade direcionada ou qualquer outra atividade com o objetivo de oferta de produtos ou serviços financeiros, por qualquer meio, a pessoa inscrita no cadastro de que trata esta Lei.

Parágrafo único. As instituições de que trata o *caput*, no caso de aquisição de créditos originados por outras instituições, deverão certificar-se de que o disciplinado nesta Lei foi observado no momento da originação do crédito."

EMENDA Nº – CTFC (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao art. 3º do PL nº 133, de 2024, a seguinte redação:

"Art. 3º O fornecedor que realizar oferta por atividade de marketing ativo, oferta comercial, proposta, publicidade direcionada ou qualquer outra atividade, por qualquer meio, inclusive eletrônico, a pessoa física não inscrita no cadastro de que trata esta Lei fica obrigado a:

....."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, está na hora, já se passou muito tempo, e eu sei que talvez o setor bancário também seja um método que eles têm para se chegar ao consumidor. Mas aquilo que V. Exa. falou é real: você pode bloquear aquele telefone, que vai ter outro no outro dia, e vai ter outro... E de repente a gente abre o celular, está lá a ligação e ainda retorna para ver o que está acontecendo.

Então, esse projeto de lei é bem-vindo e nós contamos com a aprovação.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Em discussão o Projeto de Lei nº 1.731, de autoria da Senadora Damares Alves... Aliás, Senadora, não é esse o projeto. É o Projeto nº 133, de autoria da Senadora Damares Alves, com a relatoria do Senador Jaime Bagattoli, que fez um belíssimo relatório.

Parabéns, Senador.

Em discussão. (*Pausa.*)

Eu não posso colocar em votação, porque não tem quórum. Como se trata de um projeto terminativo, nós temos que votá-lo nominalmente. Nós temos quórum, mas não quórum físico. Eu posso até colocar em aplicativo, mas vai demorar bastante, até ligarem... Se vocês se comprometerem a ajudar a ligar para os Senadores, eu... Senão a gente deixa para a semana que vem. O.k.? (*Pausa.*)

Então, vamos deixar para a semana que vem, porque é muito mais difícil você estar ligando para o pessoal votar... E, como é terminativo, tem que ser nominal; tem que ter maioria, por voto nominal.

O próximo projeto é de relatoria do Senador Rodrigo Cunha.

Item 11.

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 1769, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Estabelece definições e características para os produtos derivados de cacau, percentual mínimo de cacau nos chocolates e disciplina a informação do percentual total de cacau nos rótulos desses produtos, nacionais e importados, comercializados em todo o território nacional.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: Pela aprovação nos termos da subemenda apresentada (substitutivo)

Senador Rodrigo Cunha, com a palavra.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente Omar Aziz, Senadora Damares, amigos Senadores, eu vou fazer a leitura do item 11, que se refere ao Projeto 1.769, de 2019, de autoria do Senador Zequinha Marinho, que estabelece definições e características para os produtos derivados de cacau, percentual mínimo de cacau nos chocolates e disciplina a informação do percentual total de cacau nos rótulos desses produtos, nacionais e importados, comercializados em todo o território nacional.

Peço licença ao Presidente para ir direto à análise.

Conforme o disposto no art. 102-A, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), é prerrogativa desta Comissão pronunciar-se a respeito do mérito de temas referentes à defesa do consumidor. Nesta oportunidade, foram observados e atendidos os requisitos da constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa da proposição em epígrafe, todos os itens necessários para o bom seguimento do projeto.

Registra-se, também, que entendemos oportuno o mérito da referida proposição. Consideramos, no entanto, que o conteúdo da Emenda nº 2-PLEN é plenamente compatível com os aprimoramentos propostos pelo substitutivo (Emenda nº 1-CTFC) ao PL nº 1.769, de 2019, aprovado em 18 de dezembro do referido ano, estando em perfeita consonância com os pressupostos da Política Nacional das Relações de Consumo.

O referido substitutivo aprovado em 2019 prima pela alta qualidade da produção nacional de cacau e da indústria nacional de chocolates e dos demais produtos originados da planta, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela transparência e garantia de informações precisas oferecidas aos consumidores nos rótulos dos produtos. Por esse motivo, consideramos importante aprovar a Emenda nº 2-PLEN que ora se relata, na forma de subemenda organizada com base nos dispositivos do substitutivo (Emenda nº 1-CTFC) ao PL nº 1.769, de 2019.

Então, essa é a análise.

Indo direto ao voto: ante o exposto, opinamos pela aprovação da Emenda nº 2-PLEN ao Projeto de Lei (PL) nº 1.769, de 2019, na forma da seguinte subemenda substitutiva.

E aqui, Sr. Presidente, toda a emenda, que se refere aos arts. 1º, 2º, 3º, 4º e 5º, já está anexada ao projeto e ao parecer. Então, eu peço dispensa da leitura dessa subemenda, que é um pouco extensa, e que a gente possa ir diretamente para a aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório pela aprovação da Emenda nº 2, na forma da Subemenda nº 1 da Comissão de Transparência, Fiscalização e do Consumidor.

Vamos ao item 14.

ITEM 14

PROJETO DE LEI Nº 1731, DE 2023

- Não terminativo -

Proíbe a apresentação de logotipos, slogans, divisas e motes de governo em instalações, veículos, livros, apostilas e equipamentos públicos da União.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta

Observações:

- Posteriormente, a matéria será apreciada pela CCJ.

Com a palavra, o Relator.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores...

Se me permite, Sr. Presidente, vou direto à parte da análise, para ganharmos tempo.

Compete a esta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) opinar sobre o presente projeto de lei, nos termos do art. 102-A, inciso II, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), em razão de a matéria tratar de prevenção à corrupção e de práticas gerenciais na administração pública.

Constatamos não haver incompatibilidade do PL com as normas regimentais de tramitação de proposição nas Comissões Permanentes do Senado Federal, sendo, assim, admissível quanto a esse aspecto.

Quanto ao mérito, a publicidade oficial da administração pública vem sendo marcada pela criação de diversas logomarcas que, antes de identificar o Poder Executivo, identificam uma determinada gestão que se encontra à frente do Governo Federal.

Concordamos com a autora do projeto de lei de que a prática de estampar logotipos e *slogans* do Governo em instalações, livros, viaturas e outros equipamentos públicos tem sido empregada de forma reiterada como instrumento de promoção pessoal do Presidente da República e de outras autoridades do Poder Executivo, e que se trata de uma clara violação aos princípios da impessoalidade e da moralidade, que devem nortear a administração pública, nos termos do *caput* do art. 37 da Constituição Federal de 1988.

O princípio da impessoalidade está consagrado expressamente no art. 37, *caput*, da Constituição. Uma de suas acepções é a proibição de promoção pessoal; portanto, as realizações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do poder público não são realizações pessoais de seus agentes, mas das respectivas entidades administrativas.

Tal acepção está prevista no §1º do art. 37 da Constituição Federal, que prevê que a publicidade dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Mesmo com a norma constitucional citada, há casos de mandatários que criam marcas identificadoras de suas gestões que acabam tendo efeito de promoção pessoal.

O projeto de lei vai ao encontro da plena efetividade do §1º do art. 37 da Carta, a fim de vedar qualquer tipo de marca identificadora de gestão da administração pública federal, assegurando, assim, a observância dos princípios da moralidade, da impessoalidade e da indisponibilidade do interesse público, que impõem à administração pública atuar de modo despersonalizado e nos estritos limites dos princípios e normas constitucionais e legais.

Quanto aos aspectos jurídico-constitucionais, entendemos que o projeto de lei em exame se aplica somente ao Poder Executivo Federal, o que implica tratar-se de lei federal sobre matéria administrativa do âmbito da União, e não lei nacional que abrange, também, os entes subnacionais, cabendo, no caso em análise, privativamente, ao Presidente da República a iniciativa legislativa, a teor do art. 61, §1º, inciso II, da Constituição. Ademais, o projeto de lei não prevê qualquer sanção ao descumprimento da norma legal que decorrer do projeto e, por último, não observa o disposto no art. 12, inciso III, da Lei Complementar nº 95/1998, que dispõe sobre a elaboração e redação das leis, que recomenda que a redação da proposição seja feita mediante a alteração de lei já existente sobre o assunto.

No tema, temos, em primeiro lugar, a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, a Lei de Improbidade Administrativa, que prevê:

> Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas:
> .....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> XII – praticar, no âmbito da administração pública e com recursos do erário, ato de publicidade que contrarie o disposto no §1º do art. 37 da Constituição Federal, de forma a promover inequívoco enaltecimento do agente público e personalização de atos, de programas, de obras, de serviços ou de campanhas dos órgãos públicos.
>
> .....

Ainda de acordo com a citada Lei, o art. 12 diz:

> Art. 12. Independentemente do ressarcimento integral do dano patrimonial, se efetivo, e das sanções penais comuns e de responsabilidade, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato:
>
> .....
>
> III – na hipótese do art. 11 desta Lei, pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 4 (quatro) anos;
>
> .....

Por sua vez, a Lei nº 1.079, de 2 de junho de 10 de abril de 1950, que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento, define, em seu art. 9º, os crimes de responsabilidade contra a probidade na administração praticados, no âmbito da União, pelo Presidente da República, Ministros de Estado, Ministros do Supremo Tribunal Federal e Procurador-Geral da República.

Já o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências, prevê, em seu art. 1º, os crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais.

Em face dos estatutos legais citados e com o objetivo de aperfeiçoar a presente proposição, de modo a remover os empecilhos jurídico-constitucionais apontados e adequá-la às normas legais de elaboração e redação de leis, oferecemos substitutivo para alterar esses diplomas, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tipificar, como ato de improbidade administrativa e como crime de responsabilidade, a utilização da publicidade oficial para promoção pessoal.

Objetivamos, assim, propor alterações a leis de aplicação em âmbito nacional, ou seja, a todos os entes federativos, tornando abrangente o alcance do presente projeto e afastando o vício de iniciativa da proposição original que tem aplicação somente no âmbito da União.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.731, de 2023, quanto aos aspectos constitucionais, de mérito e regimentais, na forma do seguinte substitutivo que apresenta.

Eu vou abrir mão de fazer a leitura do substitutivo, que está no sistema. Todos os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já têm conhecimento dessa matéria.

Esse é o voto, Sr. Presidente, pela aprovação da matéria na forma do substitutivo, cumprimentando a iniciativa da eminente Senadora Damares Alves fazendo dar cumprimento àquilo que já é exposto, àquilo que já é explícito, na Constituição Federal, especialmente no art. 37.

Quando eu cursava Direito, a gente tinha uma forma de gravar o que está no art. 37. Todo acadêmico de Direito acho que já ouviu isso de alguém: é o limpe (legalidade, impessoalidade, publicidade e eficiência). Agora, culturalmente ou pela doutrina, foram acrescentando a economicidade, que é o outro elemento a nortear, também, os princípios da administração pública. Mas a palavra é apenas para reconhecer a iniciativa da Senadora Damares e com ela concordar quanto ao cabimento e à necessidade desse aprimoramento normativo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Primeiro, quero parabenizar a Senadora Damares Alves pelo Projeto de Lei nº 1.731. E quero parabenizar V. Exa. Como sempre, Senador Marcos Rogério, muito cioso nos relatórios e procurando trazer à luz a Constituição, para que não pairem dúvidas sobre o relatório, para não levarem para o caminho de uma narrativa que não seja o que é a Constituição. É aquilo que é a nossa obrigação. Juramos respeitá-la e obedecer a ela, como Senadores da República. Parabéns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.731. (*Pausa.*)

Com a palavra a Senadora Damares Alves, Senadora que representa o Distrito Federal e tem o carinho todo especial de todos nós.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, obrigada.

Eu quero cumprimentar, e a ele agradecer, o Senador Marcos Rogério pelo aperfeiçoamento.

Talvez alguns achem desnecessária e inócua a iniciativa, mas eu vivi isso na pele e estou vivendo de novo. E eu trouxe essa minha experiência para justificar a iniciativa, Senador Omar, Senador Rodrigo.

É o seguinte: quando eu assumi, no Governo anterior, como Ministra, nós tivemos um governo de transição, que foi o Governo Temer. A Presidente Dilma tinha feito de forma brilhante a licitação dos carros dos conselhos tutelares. Só que o Governo Temer, naquela transição, as montadoras entregando... Quando eu assumo, eu tenho 700 carros com o logotipo da Presidente Dilma. E havia toda uma pressão: "Não, você não vai entregar, porque está a marca da ex-Presidente". Eu disse: "Não, mas a criança lá na ponta está precisando". E, se a gente arrancasse a plotagem, eu danificaria o carro e não teria dinheiro para fazer plotagem em 700 carros. Eu teria que, novamente, negociar com as montadoras. Olhe o sufoco!

Entreguei, fiz festa com a marca da Presidente Dilma. Entregamos e as crianças foram beneficiadas. Agora aconteceu o contrário. Nós deixamos os carros comprados para essa administração entregar – uma licitação demora muito, o senhor foi Governador, o senhor sabe disso – e os carros chegam para este Governo com o logotipo do Governo Bolsonaro. E havia resistência na entrega. Parece que arrancaram a plotagem, fizeram outra. Mas a ponta demorou a receber.

Então, para a gente acabar com isso, Marcos, tá? Que se coloque lá o logotipo da secretaria, o logotipo do Governo local, mas não a logomarca do Governo que comprou, porque aí o que vem na sequência fica intimidado, não quer entregar. E eu entreguei. E entregaria tantas vezes...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, já trazendo essa proibição, eu acho que a gente traz, inclusive, a questão da economia que o Marcos trouxe agora de forma bem brilhante.

Obrigada pelo aperfeiçoamento.

E eu peço aos pares que a gente aprove esse projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Senadora Damares, tem coisa pior. Não é nem um adesivo. Às vezes, é envelopado o carro todo, veja bem, o que é muito mais caro. Envelopam, faz-se uma... Nos veículos da polícia militar, nos veículos da polícia civil, alguns têm que ser descaracterizados como polícia civil, porque eles servem para investigação. E a gente tenta, na polícia e nos outros órgãos que utilizam veículos... Tem que haver alguma coisa que identifique que é do Estado. E o símbolo do Estado é que tem que ser utilizado. Por quê? Porque muitas vezes o servidor que trabalha pega o carro para ir a um supermercado, para levar não sei quem não sei onde e isso não pode. Pela lei, não pode, nós sabemos disso. Mas a gente tem que botar um regramento nisso realmente.

E essa questão de querer esconder o que os outros fizeram é o negócio mais mesquinho que eu já vi na minha vida, Senadora Damares, porque independentemente de divergências políticas, a gente tem que reconhecer o antecessor. Eu sempre tenho um respeito muito grande pelos ex-Governadores e pelo atual Governador do meu Estado. Posso divergir deles politicamente, como também tenho que respeitar os ex-Presidentes, todos eles. Respeito o Presidente Jair Bolsonaro, o Presidente Temer, a Presidente Dilma, o Presidente Lula, o Fernando Henrique, o Sarney, o Fernando Collor. Por quê? Porque eles estiveram numa condição em que a liturgia do cargo exige de nós, como cidadãos brasileiros, todo o respeito pelo que eles ocuparam. Se ele foi bom ou mau, isso não sou eu que vou julgar. São as urnas que julgam.

Mas é tão mesquinho você tirar a logomarca ou coisa parecida! Então, o regramento é esse. Tem o símbolo da nação brasileira. O que é? Usa-se aquilo só para identificar que é um carro do Governo e que não pode ser utilizado para outro tipo de atividade. Isso, às vezes, você tirar... E aqueles que são envelopados, completamente envelopados, gastam um dinheiro enorme. Você compra o carro, e hoje nem se compra mais veículo. Eu, quando tive a oportunidade de ser Governador, também distribuí veículos para todos os conselhos tutelares, porque sem esses veículos... e obrigava os Prefeitos do interior a dar gasolina para eles, senão eles também não têm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dinheiro para gasolina; o conselho tutelar não tem nenhum recurso. Então, eles tinham ali uma cota de combustível... Na época, eu falava para eles: "Olha, é para ajudar vocês, não é para passeio". É para fazer a atividade deles, que é o acolhimento, é o recolhimento, é ir à casa de uma pessoa verificar as condições em que a criança está sendo tratada e tal, e eles precisavam de alguma coisa para se locomover. E isso a senhora distribuiu, eu sei disso. É muito importante, independentemente de quem comprou ou não, o importante é que se colocou em prática e ajudou, lá na ponta, quem precisava ser ajudado.

Senador Marcos Rogério, quer falar alguma coisa?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, a título até de testemunho desses veículos que a Senadora Damares mencionou aqui, inclusive na minha cidade, eu acompanhei a entrega. Só para você ver que, de fato, isso é uma realidade no Brasil inteiro. Isso acontece em relação ao Governo Federal...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Por videoconferência*. *Fora do microfone*.) – Também acontece até nos municípios.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Acontece em relação aos estados, aos municípios; isso acontece em todo lado. Agora, V. Exa. trouxe uma abordagem que cabe de todos nós uma reflexão mais profunda, mais alargada, e que, talvez, em algum momento, nós vamos ter que revisitar esse tema na dimensão do papel do legislador. Aliás, a Suprema Corte americana, neste momento, está tomando uma posição jurídica em relação à figura dos ex-Presidentes que nós nunca vimos antes, nem lá, nem cá, e acho que não sei se em outros lugares, que é o respeito à figura de quem cumpriu o papel maior de mandatário do país, independentemente de quem seja, independentemente do campo político-ideológico de que cada um faça parte. Mas acho que nós vamos ter que, como legisladores, em algum momento, fazer esse enfrentamento para garantir ao Brasil uma legislação, uma compreensão da dimensão do cargo que é de Presidente da República.

Isso, obviamente, não significa desconhecer eventuais denúncias que existam sobre malversação, sobre conduta. Isso é outra coisa, isso é uma situação. Outra coisa é a honorabilidade do cargo – a liturgia, a honorabilidade – que, por vezes, ora com um, ora com outro, depois que sai, parece que vira um fla-flu. O que saiu deve ser alvo de ataque de quem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entra, das instituições. E isso acaba desmerecendo – sabe? –, desmerecendo a honorabilidade da função. Não é da pessoa apenas, desse ou daquele; porque a pessoa, você pode ter divergência política, ideológica, faz parte das paixões; agora, é a honra do cargo, a honra da função.

E o Brasil, ao longo do tempo, tem deixado isso de lado, e o que antes era algo apenas do campo da política hoje me parece ter avançado também para outras instituições, o próprio Judiciário, de sorte que, assim, aproveitando a fala de V. Exa., eu penso que, em algum momento, com muita serenidade, com muita responsabilidade, nós teremos que revisitar esse tema e disciplinar essa questão no Brasil, pensando para frente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – V. Exa. coloca, agora mesmo, um fato que aconteceu. Nós, brasileiros, independentemente de ser de direita, esquerda, centro, é o Brasil. Nós temos um representante do Brasil no mundo, que nós podemos aqui divergir em relação à questão política, mas permitir que um outro Presidente, de um país que está na miséria, o povo passando fome, queira fazer críticas pejorativas ao Presidente Lula, isso não é certo, como também não seria certo qualquer um outro Presidente fazer isso ao Presidente Jair Bolsonaro, à Presidente Dilma, ao Presidente Temer, ao Presidente Collor, porque aí não se trata mais da questão política, trata-se de Brasil, e os americanos não permitem isso. Os americanos não permitem isso.

Tanto se fala na América, na América, mas lá eles têm uma deferência toda especial aos ex-Presidentes, independentemente de quem que seja. Se foi um bom ou mau Presidente, eles têm esse respeito, coisa que...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E a Suprema Corte está demonstrando isso agora...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sim, sim, veja bem...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... de uma maneira muito...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – ... quem é o Milei para assacar contra a maior autoridade do Brasil?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Não, eu não votei no Lula". O cara que não votou no Lula, é um direito dele, é uma democracia, mas daí não é mais o Lula; é o Brasil. Ele é o Brasil nesse momento. Ele é o Brasil. Gostando ou não dele, votando ou não nele, ele é o Brasil. Não dá para aplaudir o Milei, que está dando uma de moleque que vai para a internet falar mal de um Presidente da República. Isso é coisa de moleque, de vagabundo. Então, o Milei é um vagabundo. A Argentina tem um Presidente que é vagabundo, que, em vez de cuidar dos problemas da Argentina, quer se meter num outro país, atacar um outro país.

A divergência é essa.

Então, a gente não pode, como brasileiro, independentemente de quem seja o Presidente... Se fosse o Presidente Jair Bolsonaro nesse momento, eu estaria falando a mesma coisa. Está certo?

Nenhum vagabundo, seja Presidente de qualquer outro país, tem o direito de atacar o Brasil, porque aí não é o Lula que está sendo atacado; é o Brasil, é a instituição, é a liturgia, é o que V. Exa. acabou de dizer.

Então, todo o meu respeito a todos os ex-Presidentes. É raro...

Por exemplo, o próprio Presidente Collor. O Presidente Collor foi cassado, mas ele deixou um legado, que até hoje nós estamos discutindo aqui, que é o Código do Consumidor.

A Presidente Dilma foi cassada, mas deixou um legado também aqui muito grande, no Brasil.

Esse respeito é que nós temos que ter, independentemente das nossas divergências aqui, Senadora Damares, Senador Marcos Rogério – que temos, é normal, isso é uma democracia; esta é uma Casa democrática.

Agora, quando a maior autoridade do país é atacada por um moleque, vagabundo, como o Milei, aí o Senado, o Congresso, não pode se calar. Nós não podemos nos calar! Há pouco, eu estava defendendo o Senador Flávio Bolsonaro lá na CCJ por causa da narrativa que foi dada a uma questão dele – é uma narrativa; não é *fake news*, não, é uma narrativa errada. Então, eu não posso aceitar que um vagabundo, um bandido que aparece do nada, que não tem história nenhuma, que nunca produziu absolutamente nada pelo povo argentino, chegue e vá falar do Presidente do nosso país. Isso não dá para aceitar! Então, é uma coisa em que nós temos que nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

posicionar. Não é só a favor do Lula, não; é a favor de qualquer outro ex-Presidente que também se sinta com o direito de... É um cidadão brasileiro que esteve na Presidência, e não foi através de outra coisa que não a mais democrática, que foi o voto direto.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, favorável ao projeto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu pedi a palavra para pedir vista em relação a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – A esse projeto?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O da Senadora Damares é esse?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Tu não me amas, não, Humberto? (*Risos.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só é uma semana.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Tudo bem. Na quarta-feira que vem, nós teremos reunião de novo. Eu não posso negar o pedido de vista, isso é... Está colocado o pedido de vista.

Sem mais nada a tratar, está encerrada nossa sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 10 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 26 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e cinco minutos do dia treze de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Jaime Bagattoli, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Sergio Moro, Eduardo Braga, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Alessandro Vieira, Beto Faro, Nelsinho Trad, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho, Jorge Seif, Rogerio Marinho, Flávio Bolsonaro, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Augusta Brito, Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra e Jorge Kajuru, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Renan Calheiros, Cid Gomes, Mara Gabrilli, Otto Alencar, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Luis Carlos Heinze e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 21, de 2024** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 74/2023, que "dispõe sobre a obrigatoriedade da assinatura física das pessoas idosas em contratos de operação de crédito firmados por meio eletrônico ou telefônico"." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 22, de 2024** que: "Requer a realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei n° 4889, de 2023, que "Altera as Leis nº 9.613, de 3 de março de 1998, e no 14.286, de 29 de dezembro de 2021, para dispor sobre a simplificação da documentação exigida nas operações de câmbio de valores até o limite da cota na forma da lei"." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (MDB/SE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Projeto de Lei da Câmara n° 159, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para incluir entre os equipamentos obrigatórios dos veículos extintor de incêndio com carga de pó ABC." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda (de redação). **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, favorável ao projeto com a emenda nº 1-CTFC (de redação), com voto contrário apresentado pelo Senador Flávio Bolsonaro. **Observação:** - Foi aprovada urgência da matéria, com voto contrário do Senador Styvenson Valentim. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4501, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a comercialização, propaganda, publicidade e promoção comercial de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alimentos e bebidas ultraprocessados e uso de frituras e gordura trans em escolas públicas e privadas, em âmbito nacional." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2175, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para dispor sobre a transferência do bilhete de passagem." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, favorável ao projeto nos termos da emenda nº 1-CTFC (substitutivo). **ITEM 6 - Projeto de Resolução do Senado n° 79, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui o Grupo Parlamentar de Prevenção e Combate à Fraude e à Corrupção." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, favorável ao projeto com as emendas nºs 1 e 2-CTFC. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1731, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Proíbe a apresentação de logotipos, slogans, divisas e motes de governo em instalações, veículos, livros, apostilas e equipamentos públicos da União." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, favorável ao projeto na forma da emenda nº 1-CTFC (substitutivo). **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 4889, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 9.613, de 3 de março de 1998, e no 14.286, de 29 de dezembro de 2021, para dispor sobre a simplificação da documentação exigida nas operações de câmbio de valores até o limite da cota na forma da lei." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **Observação:** - A matéria fica sobrestada na comissão até a realização da audiência pública aprovada pelo Requerimento nº 22, de 2024 (item 2). **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 4687, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para permitir que os Estados, os Municípios e o Distrito Federal possam prever a obrigatoriedade de programas de integridade em editais de licitação segundo sua realidade e necessidades locais." **Autoria:** Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Relatoria:** Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, favorável ao projeto com as emendas nºs 1 e 2-CTFC. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Omar Aziz
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/13

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia. Declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores e Senadoras a dispensa da leitura e a aprovação da ata da última reunião.

A ata está em votação. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico que foi publicada na pauta uma listagem de documentos recebidos na Comissão, que estarão disponíveis em sua página por um prazo de 15 dias. Não havendo manifestação, serão arquivados, nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi recebida ainda uma proposta de fiscalização e controle da autoria da Senadora Mara Gabrilli. A proposta será autuada e distribuída para relatório prévio, nos termos do art. 102-B, inciso II, do Regimento Interno.

Vamos à pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 159, DE 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para incluir entre os equipamentos obrigatórios dos veículos extintor de incêndio com carga de pó ABC.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pela aprovação com uma emenda (de redação)

Observações:

- Posteriormente, a matéria segue ao Plenário.

Autoria: Deputado Federal Moses Rodrigues.

Com a palavra, o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu peço a autorização de V. Exa. para ir direto à análise, já que o relatório está publicado nas páginas da Comissão. V. Exa. autorizando, então, começo pela análise.

Conforme o inciso III do art. 102-A do Regimento Interno do Senado da República, compete à CTFC opinar sobre assuntos referentes à defesa do consumidor.

Quanto à constitucionalidade, a matéria é de competência legislativa concorrente da União, estados e Distrito Federal, nos termos dos incisos V e VIII do art. 24 da Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, sendo legítima a iniciativa parlamentar, nos termos dos arts. 48 e 61 da Lei Maior.

Em relação à juridicidade, o projeto possui os atributos de novidade, abstração, generalidade e potencial coercibilidade, sendo compatível com o ordenamento jurídico vigente.

Relativamente à técnica legislativa, a propositura observa as regras da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No mérito, somos favoráveis à aprovação do projeto.

Concordamos com o voto em separado apresentado na CAE pelo Senador Veneziano Vital do Rêgo. Entendemos que a presença de extintores de incêndio do tipo ABC nos veículos pode, de fato, ser determinante para coibir sinistros graves. Esses equipamentos são de fácil operação e eficientes para combater princípios de incêndios.

O projeto de lei propõe a inclusão dos extintores de incêndio com carga em pó ABC, em especificações definidas pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran), do Ministério da Infraestrutura, no rosário de itens obrigatórios nos veículos.

No Brasil, é comum o processo de *recall*, com 17% dos *recalls* de automóveis ocorrendo exatamente por falhas que, potencialmente, provocam incêndios. Apenas 2% dos incêndios de veículos começam em tanques, indicando que carros elétricos, mesmo que se tornem a frota majoritária no Brasil, podem também pegar fogo.

Considerando a validade usual de cinco anos do extintor de incêndio e o custo aproximado de R$80, o dispositivo não resulta em ônus excessivo ao proprietário de veículos no Brasil. Principalmente em face dos benefícios sociais, temos que o custo é módico. De acordo com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), o Comando da Polícia Rodoviária de São Paulo e a Superintendência da Polícia Rodoviária Federal, extintores de incêndio existentes em veículos se mostraram fundamentais em acidentes para evitar o óbito e danos mais graves aos envolvidos.

Para além da análise de equilíbrio do custo e benefício da medida legislativa, chama-se atenção para o fato de que o Brasil é signatário da Regulação Básica Unificada de Trânsito, juntamente com Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai, internalizado no ordenamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jurídico pátrio por meio do Decreto sem número de 3 de agosto de 1993, pelo então Presidente da República Itamar Franco, o qual em seu Artigo V, §5º, "e", impõe o extintor de incêndio como obrigatório para a circulação de veículos entre os países. Assim, a aprovação do PLC nº 159, de 2017, promove a harmonização da legislação brasileira com o referido decreto.

Julgamos, todavia, necessário renumerar, por meio de emenda de redação, o inciso a ser acrescido ao art. 105 do CTB, de inciso VIII para IX, em razão de já existir o inciso VIII.

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 159, de 2017, e da emenda que segue:

> EMENDA Nº 1 – CTFC (DE REDAÇÃO)
> Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei [...] nº 159, de 2017, a seguinte redação:
> "Art. 2º O *caput* do art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IX:
> 'Art. 105.....
> IX – extintor de incêndio com carga de pó ABC, com especificações definidas pelo Contran.
> .....' (NR)".

Sr. Presidente, esse é o voto.

O parecer é favorável e entendemos que esta é uma legislação necessária para melhorarmos a segurança no trânsito no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Obrigado, Senador Eduardo Braga.

Em discussão. (*Pausa.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Senador Styvenson.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Como policial militar atuante, já deve ter por várias vezes socorrido...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN. Para discutir.) – Isso. Já passei por uma situação como essa e corri, deixei o carro pegando fogo. (*Risos.*)

Porque não se trata de segurança. Eu queria saber do Senador Braga se seu carro em 17%... Porque nós estamos tratando de carros novos. Esse número estatístico é muito alto, Eduardo: 17% de risco de *recall*, de retornarem os carros, porque pode ter causas de incêndio. A gente deveria estar discutindo isso aí com as fábricas, porque ninguém compra um carro para pegar fogo. Esse projeto já tinha sido discutido em 2019, a gente tinha dado um parecer contrário ao uso de extintor, porque é mais uma obrigatoriedade. Lembre-se dos *kits* de primeiros socorros, o *kit* de... agora voltando, os extintores. É mais um ônus, é mais um preço que o contribuinte tem que pagar.

Mas, para a segurança, Braga, eu posso lhe dizer o seguinte: vou pedir vista, e poderia ser... Vou colocar uma emenda, e sugiro que o Relator aceite, para que seja opcional. Se eu me sinto seguro utilizando o extintor, que eu compre o extintor e coloque no carro. Porque se um carro estiver pegando fogo, eu aconselho a qualquer condutor que se afaste do veículo: não abra o capô, não tente apagar o incêndio, porque não tem preparo para isso; quem tem preparo para isso é o corpo de bombeiros.

Lá no Rio Grande do Norte, já se paga uma taxa de R$25 por veículo, independentemente do ano dele – R$25 –, para os bombeiros fazerem isso. Então, é um custo a mais que a gente coloca para o consumidor pagar, com a tese de segurança. Eu concordo que é um item a mais de segurança, mas, na hora de um carro pegando fogo, Senador Flávio, ninguém consegue pensar racionalmente, pegar o extintor que está debaixo do banco, tirá-lo daquele lacre e apagar um incêndio.

E o número da estatística... A palavra usada foi "pode", ele não traz um número real. Quantos carros pegam fogo e isso é justamente sanado pelo uso do extintor? Carros de cargas que transportam produtos inflamáveis, aí sim, têm que ter, mas para um veículo comum não é normal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ou, senão, há outra opção, colocar nos carros que não pagam mais IPVA, para os carros acima de 10 anos, de 15 anos terem isso aí, porque o risco de incêndio aumenta em veículos mais antigos.

Então, eu vou pedir vista, meu Líder, para poder só discutir essa ideia.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, se V. Exa. me permite, primeiro, quero cumprimentar o nosso Senador Styvenson.

Na minha atividade profissional, na minha vida, durante mais de 30 anos, minha família e eu trabalhamos com automóveis, com veículos. E, ao longo da minha vida, eu já... Seja com carros da GM, seja com carros da Renault, seja com carros da Nissan, seja com carros da BMW, seja com carros da Honda, inúmeros casos de *recall* são publicados todos os anos pelos fabricantes. Eu posso garantir a V. Exa. que, neste momento, existem alguns milhares de automóveis no Brasil que estão circulando sob a condição de *recall*. E muitos dos proprietários, muitos dos usuários desses carros, por estarem desinformados, por não terem sido informados devidamente sobre o risco desses carros em processo de *recall*, muitas vezes acabam ou perdendo o patrimônio ou, o que é pior, perdendo a própria vida em função da insegurança do veículo.

Agora, vamos avaliar a questão do custo. Nós estamos falando, Senador Flávio, de R$80; o carro mais barato popular no Brasil hoje custa não menos do que R$70 mil a R$80 mil. Ora, não é R$80 num patrimônio de R$80 mil, de R$70 mil... E este é o preço dos carros de entrada, porque os carros médios, Sr. Presidente, nenhum deles custa menos do que, na média, R$150 mil. E nós estamos falando de R$80 para que o proprietário tenha um extintor para que ele possa agir imediatamente.

Com toda a admiração e com todo o respeito que eu tenho ao corpo de bombeiros, porque são bombeiros dedicados – aliás, é uma das forças mais bem avaliadas junto à população –, lamentavelmente, com a estrutura dos bombeiros hoje, eles não chegam ao local do acidente – porque isso é um acidente – de forma que possam assegurar segurança às vítimas, muitas vezes, quando há um abalroamento e, às vezes, o motorista fica preso dentro do carro, etc. Enquanto se você tem um instrumento... E o Brasil já teve isso, o Brasil já teve esse instrumento. O que acontece é que os fabricantes não querem, muitas vezes, aplicar no Brasil o que eles aplicam em outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

países. Eu acabei de citar que aqui no Mercosul, outros países – Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai, Colômbia – todos eles usam a obrigatoriedade – no Mercosul, no Mercosul.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – E os carros são produzidos aqui e levados para lá. E quando os carros são produzidos na Argentina, porque V. Exa. sabe que existem carros que são produzidos na Argentina...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Quando vêm de lá para cá, tiram.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – ... quando vêm de lá para cá – o carro é fabricado com o extintor –, para virem para o Brasil, tiram o extintor.

Ora, Sr. Presidente, com todo o respeito ao nosso amigo Styvenson, eu acho que nós estamos estabelecendo uma condição de segurança ao usuário para salvar vidas. Por isso, faço um apelo a V. Exa. É óbvio que V. Exa. tem o direito de pedir vista, mas quero fazer um apelo a V. Exa.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Deixe-me só...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Semana que vem, podemos votar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Ah, mas na semana que vem tem feriado, na quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – É feriado, na quarta.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Presidente, bom dia a todos. Bom dia a quem nos assiste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto é óbvio que tem uma preocupação importante no tocante principalmente a evitar o desastre maior, que é a perda da vida, mas não é um tema novo. Eu quero acrescentar uma outra preocupação minha, além da que já foi dita aqui pelo Senador Styvenson: a gente tem que buscar aqui como legisladores uma linha de educar e de conscientizar o povo, e não de impor mais custos.

E além do custo específico, Relator, meu amigo Senador Eduardo Braga, do extintor em si, tem um outro problema: quando você torna esse item obrigatório, isso vai passar a ter uma fiscalização por parte das autoridades públicas. Aquele que estiver com o seu extintor de incêndio com prazo de validade vencido ou descarregado ainda pode sofrer uma multa; se por uma desatenção tiver esquecido de recarregar ou de trocar o seu extintor de incêndio, isso ocasiona perda de pontos na carteira de motorista.

Mais uma vez, acho que esse argumento que traz o Senador Styvenson do custo-benefício, da quantidade de incêndios que ocorram em automóveis e que o extintor de incêndio seja ali o instrumento vital para apagar aquele incêndio, para evitar um dano material, para evitar uma morte, é muito pequeno perto dos milhões de brasileiros que vão ter que arcar com esse custo. Porque a conta é a seguinte: quantos milhões de proprietários de automóveis, multiplicados por 80, que é o valor em reais que o Relator nos coloca que é o custo de um item como esse... Qual o custo disso para o Brasil como um todo? Quantos acidentes e quantos danos materiais serão reduzidos em função disso? Qual é o impacto financeiro disso?

Então, partindo da conta apenas financeira – óbvio que eu não estou colocando nesse valor o custo de uma vida que possa ser salva com o uso do extintor de incêndio dele próprio ou de um terceiro que está passando pelo local e ajuda a apagar aquele fogo –, eu tendo a concordar com o Senador Styvenson no tocante a uma emenda, que eu acho que é simples, de torná-lo facultativo. Mais uma vez, não é apenas pelo custo, mas pelo ônus de você ter que passar por uma supervisão de alguma autoridade pública, de você ser multado por isso – quer dizer, é mais um custo o da multa – e de você, enfim, ter os pontos na carteira perdidos.

Então, eu tendo sempre a me posicionar aqui com esse... Em vez de algo impositivo, que seja algo alternativo, algo facultativo a todos os motoristas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho certeza de que aqueles que são mais conscientes... Eu, por exemplo, sou um dos que acredito que compraria um extintor de incêndio para botar dentro do carro, não de forma impositiva, mas por consciência minha como cidadão, Presidente.

Então, só para concordar com a tese do Senador Styvenson.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Srs. Senadores, o Senador Styvenson mantém o pedido de vista?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Se for possível...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Possível é, mas eu faria um apelo a V. Exa., porque a gente terá poucas... Na semana que vem, nós não teremos sessão aqui, nós teremos só na próxima sessão. Nós estamos aí num embate relativo. Hoje tem crédito de carbono, uma discussão muito profunda em relação ao crédito de carbono; tem a questão dessa discussão com relação às emendas. Nós teríamos um prazo muito pequeno, nós temos que votar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Veja bem, não discordando...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Você aceita nossa emenda de ser facultativo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – A questão facultativa... Deixe-me, só um minutinho...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu queria apenas, Sr. Presidente, complementar, porque, enquanto nós falávamos aqui, eu entrei no Google e coloquei assim: "estatísticas de incêndios em automóvel". Para que o nosso querido Flávio tenha uma noção, em carros de combustão, a cada 1,5 milhão de carros de combustão, 100 mil pegam fogo. E, nos carros elétricos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – A cada 1 milhão, 100 mil pegam fogo?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – A cada 1 milhão, 100 mil pegam fogo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Mas aí teria que ver a idade do carro, não é?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Aí... Veja bem, eu estou colocando estatística.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Tá, entendi. Genérica.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Estatística, está certo? O que eu estou dizendo aqui é que, de cada 1,53 milhão, são 100 mil.

Bem, e no caso dos carros elétricos, para cada 100 mil carros elétricos, 25 pegam fogo. Então, o que nós estamos dizendo é que... Um carro elétrico hoje custa R$300 mil, nós estamos falando de R$80 para poder dar alternativa.

Agora, no Plenário, tanto o Senador Flávio quanto o Senador Styvenson poderão apresentar emendas, pedir destaque; votamos em votação nominal e não retardamos a votação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Vou fazer esse apelo ao Senador Styvenson e ao Senador Flávio.

Só para colocar o seguinte, sabe o que é? A gente conhece pessoas de todos os níveis sociais e financeiros. Tanto eu quanto você, a gente conhece...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Da mesma forma, Presidente, da mesma forma como tem um veículo de R$300 mil (*Fora do microfone.*) , tem um veículo de R$5 mil, R$10 mil que vai ter que usar extintor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, isso não tem mais...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Porque a obrigatoriedade... Vai, o carro usado vai ter que ter também.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só uma outra questão também...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Ou a gente só vai colocar para carros até certa idade?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... eu não tenho problema de registrar o voto contra o projeto aqui na Comissão, já que não é terminativo, para que ele vá para o Plenário e a gente possa fazer emenda no Plenário. Não tenho nada a opor com relação a isso.

Só que tem uma outra questão também, Senador Eduardo: o extintor de incêndio que você usa para combater um fogo à combustão, eu acho que é, salvo engano, diferente daquele do incêndio elétrico, do incêndio que possa ocorrer num carro elétrico. É um tipo de extintor diferente, o pó químico que é usado para combater o incêndio à combustão é diferente do material que é usado no extintor para combater um incêndio numa rede elétrica ou num carro elétrico, por exemplo, que tem uma pane, um curto-circuito elétrico.

Mas é só para fazer mais essa ressalva e dizer que eu não me oponho, enfim, a que a gente vote o projeto agora – registro o voto aqui, a nossa posição – e, no Plenário, a gente faça essa emenda e o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Muito obrigado.

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado, com o voto contrário do Senador Flávio, que irá mudar até o final da tarde. (*Risos.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Agora, sabe o que é, Styvenson? Senador Styvenson e Senador Flávio, sabem o que mais me espanta às vezes? É o cara comprar uma Ferrari e reclamar do preço da gasolina, você está me entendendo? É isso aqui. O que mais me espanta, em algumas pessoas...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – É! O cara compra uma Ferrari e reclama do preço da gasolina, sabe?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – É o valor, o valor de R$80. Para o que pode... É muito irrisório o valor. É uma justificativa que não cabe na cabeça da gente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Está bom, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu vou pedir urgência para a gente votar isso em Plenário hoje ainda e discutir lá.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Aí é demais!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Em discussão.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Não! Eu não aprovei, não! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Contra o voto do Styvenson, de novo. Um do Flávio e um do Styvenson. É gente boa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos aqui... (*Pausa.*)

O item 6 é do Senador Styvenson.

ITEM 6

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 79, DE 2023

- Não terminativo -

Institui o Grupo Parlamentar de Prevenção e Combate à Fraude e à Corrupção.

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Com a palavra, o Senador Styvenson Valentim, com o seu relatório.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN. Como Relator.) – Sr. Presidente, vou passar logo para a análise.

O projeto, se não me falha a memória, é do Senador Marcos do Val e institui o Grupo Parlamentar de Prevenção e Combate à Fraude e à Corrupção.

Desde já, opinamos favoravelmente ao mérito do projeto em tela, que contribuirá decisivamente para o combate à fraude e à corrupção, por meio de atividades escritas no seu art. 4º, quais sejam:

> I – visitas parlamentares;
> II – realização de audiências públicas, análises técnicas e outros eventos, com o objetivo de promover o debate e colher iniciativas destinadas a prevenir e combater a fraude a corrupção no Brasil;
> III – acompanhar a tramitação, em todas as fases do processo legislativo, de proposições que tratem da prevenção e do combate a fraudes e à corrupção;
> IV – intercâmbio de informações com órgãos de segurança pública, especialmente a Polícia Federal e o Ministério Público Federal;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V – outras atividades compatíveis com os objetivos do Grupo.

Cumpre registrar, nesse passo, a importante função fiscalizatória atribuída ao Congresso Nacional pelos arts. 49, inciso X, 70 e 71, da Constituição Federal, de sorte que o projeto em tela vai ao encontro dessas atribuições e positiva, no ordenamento infraconstitucional, uma ferramenta capaz de promover o devido exercício da função.

Demais disso, entendemos ser necessário realizar apenas uma alteração de redação no projeto em análise, modificando a nomenclatura "Grupo Parlamentar" para "Frente Parlamentar", a fim de aperfeiçoar a técnica legislativa da proposição, nos termos das emendas de redação apresentadas abaixo.

Do voto.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 79, de 2023, com as seguintes emendas de redação:

EMENDA Nº 1 – [...] [desta Comissão]

Dê-se à ementa do Projeto de Resolução do Senado nº 79, de 2023, a seguinte redação:

"Institui a Frente Parlamentar de Prevenção e Combate à Fraude e à Corrupção".

EMENDA Nº 2 – [...] [desta mesma Comissão]

Dê-se aos arts. 1º, 2º, 3º, 4º e 5º do Projeto de Resolução do Senado nº 79, de 2023, a seguinte redação:

"Art. 1º É instituída a Frente Parlamentar de Prevenção e Combate à Fraude e à Corrupção, com a finalidade de implementar medidas que busquem prevenir e combater a fraude e a corrupção no Brasil.

Parágrafo único. A Frente Parlamentar reunir-se-á, preferencialmente, no âmbito do Senado Federal, podendo, por conveniência, valer-se de outro local, em Brasília ou em outra unidade da Federação."

"Art. 2º A Frente Parlamentar será integrada, inicialmente, pelos Senadores que assinarem a ata da instalação, podendo a ela aderir outros membros do Congresso Nacional que assim o desejarem."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Art. 3º A Frente Parlamentar reger-se-á pelo seu regulamento interno ou, na falta deste, pela decisão da maioria absoluta de seus membros, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

Parágrafo único. Em caso de lacuna desta resolução ou do regulamento interno da Frente Parlamentar, aplicar-se-ão subsidiariamente as disposições do Regimento Comum do Congresso Nacional, do Regimento Interno do Senado Federal e do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, nessa ordem."

"Art. 4º O trabalho da Frente Parlamentar dar-se-á por meio de:

....."

"Art. 5º As atas das reuniões e os demais atos relativos às atividades da Frente Parlamentar deverão ser publicados no Diário do Congresso Nacional."

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está vendo como foi rápido também o teu?

Está aprovado o relatório, favorável ao projeto, com as Emendas 1 e 2, da Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle.

A matéria vai à CDIR.

Eu vou passar ao item 1, da Senadora Damares, que pede uma audiência pública.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 21, DE 2024

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 74/2023, que "dispõe sobre a obrigatoriedade da assinatura física das pessoas idosas em contratos de operação de crédito firmados por meio eletrônico ou telefônico".

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

O PL 74, de 2023, está nesta Comissão também.

Senadora Damares, com a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, é uma audiência pública para a instrução deste PL.

O PL foi construído por inúmeras instituições de defesa da pessoa idosa, mas ele tem algumas implicações. Inclusive, a partir de então, se aprovado, eu também, a partir de 60 anos, terei que ir ao banco assinar qualquer empréstimo, o que hoje é fácil por um celular, mas é para a proteção da pessoa idosa, para evitar fraudes. Então, esse debate é necessário.

Eu trago aqui a presença do Banco Central; do Conselho Monetário Nacional; do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, no qual está a Secretaria dos Direitos da Pessoa Idosa; um representante da Federação Brasileira de Bancos; da Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito; da Associação Brasileira de Bancos Internacionais.

Essa é a justificativa e esses são os representantes, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Nós poderíamos fazer esta audiência no dia 27, porque, na semana que vem, o dia 20 é feriado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Presidente, eu não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – A senhora tem uma data para colocar, Senadora?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não sendo 27, porque eu estarei na Ucrânia com uma comitiva, então eu não farei...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Então, veja uma data em que a Senadora Damares esteja presente, porque é importante, e os convites às pessoas que a senhora está sugerindo que estejam aqui, as entidades, que estejam aqui nessa audiência pública.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento da Senadora Damares Alves permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Mesa vai entrar em contato com o gabinete da Senadora para a gente ver uma data e emitir os convites para que se possa debater esse assunto.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 22, DE 2024

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei nº 4889, de 2023, que "Altera as Leis nº 9.613, de 3 de março de 1998, e no 14.286, de 29 de dezembro de 2021, para dispor sobre a simplificação da documentação exigida nas operações de câmbio de valores até o limite da cota na forma da lei".

Autoria: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)

Também esse projeto está aqui e a audiência pública é de bom tom neste momento, para a gente discutir futuramente o projeto, o mérito do nosso projeto.

Senador Alessandro Vieira, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para encaminhar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

É com muita brevidade, apenas para registrar a importância da audiência, para que a gente possa ouvir aqui o Banco Central, o Coaf, a Federação Brasileira de Bancos e o próprio Ministério da Justiça e Segurança Pública, porque se trata de projeto que pode implicar a facilitação da lavagem de dinheiro. Então, todo tipo de providência dessa natureza exige uma cautela muito grande e eu tenho certeza de que esta Comissão vai poder fazer esse trabalho através da audiência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – As pessoas ou entidades que participariam dessa audiência, Senador Alessandro, por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Banco Central do Brasil, Coaf, Federação Brasileira de Bancos, Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Tá. V. Exa. se importaria de a gente marcar para o dia 27?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Não, pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Pode ser dia 27. Então, dia 27 deste mês nós faríamos essa audiência pública.

Em discussão o requerimento do Senador Alessandro Vieira. (*Pausa.*)

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Aprovado.

Senador Alessandro Vieira, vamos fazer os convites para no dia 27 ter essa audiência pública aqui, relativa a esse requerimento.

O item 3 da pauta já foi discutido.

No item 4, o *ad hoc* quem seria? É o Senador Rogério Carvalho, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 4501, DE 2020

- Não terminativo -

Dispõe sobre a comercialização, propaganda, publicidade e promoção comercial de alimentos e bebidas ultraprocessados e uso de frituras e gordura trans em escolas públicas e privadas, em âmbito nacional.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

- Posteriormente, a matéria será apreciada pela CE.

Relator *ad hoc*: Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Presidente, eu peço permissão para ir direto à análise.

Conforme o inciso III do art. 102-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CTFC opinar sobre assuntos referentes à defesa do consumidor.

Quanto à constitucionalidade, a matéria é da competência legislativa concorrente da União, estados e Distrito Federal, nos termos dos incisos V e VIII do art. 24 da Constituição Federal. Ademais, cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, sendo legítima a iniciativa parlamentar, nos termos dos arts. 48 e 61 da Lei Maior.

Em relação à juridicidade, o projeto possui os atributos de novidade, abstração, generalidade e potencial coercibilidade, sendo compatível com o ordenamento jurídico vigente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No tocante à regimentalidade, a proposição está escrita em termos concisos e claros, dividida em artigos, encimada por ementa e acompanhada de justificação escrita, tudo em conformidade com os arts. 236 a 238 do Regimento Interno do Senado Federal, além de ter sido distribuída às Comissões competentes, conforme citado.

Relativamente à técnica legislativa, a proposição observa as regras da lei complementar.

No tocante ao mérito da proposta, o projeto de lei aperfeiçoa os dispositivos protetivos do consumidor no que se refere ao consumo de produtos ultraprocessados, fritos ou com gorduras trans em escolas, bem como está em harmonia com as disposições constantes do Código de Defesa do Consumidor.

A proposição legislativa está em consonância com a Política Nacional de Relações de Consumo, que tem por objetivo o respeito à saúde, bem como a transparência e a harmonia das relações de consumo. Além disso, é direito básico do consumidor a proteção da sua saúde contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos nocivos, inclusive aqueles ultraprocessados, gordurosos e fritos.

Cumpre destacar que os produtos colocados no mercado não devem acarretar riscos à saúde do consumidor, devendo os produtos potencialmente nocivos à saúde conterem informação, de maneira ostensiva e adequada, a respeito da sua nocividade.

O produto que apresentar alto grau de nocividade à saúde do consumidor não deve ser colocado no mercado de consumo. Por esse motivo, o projeto de lei proíbe a comercialização, no ambiente escolar, de alimentos e bebidas ultraprocessados.

Ademais, na oferta e apresentação dos produtos devem ser asseguradas informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre os riscos que apresentam à saúde dos consumidores.

Por fim, vale lembrar que é crime fazer ou promover publicidade que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial à saúde.

Propomos ao final uma emenda substitutiva, que aprimora as disposições do projeto de lei.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, somos pela aprovação do projeto de lei, de 2020, na forma do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº – CTFC (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI Nº 4.501, DE 2020

Dispõe sobre a promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar, por meio da regulação da distribuição, comercialização e comunicação mercadológica de alimentos e bebidas nas unidades escolares das redes pública e privada de educação básica, em âmbito nacional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a distribuição, a comercialização e a comunicação mercadológica de alimentos, preparações e bebidas no ambiente escolar da educação básica das redes pública e privada, em âmbito nacional.

Parágrafo único. Todos os estabelecimentos comerciais localizados no interior das escolas, como as cantinas, refeitórios, restaurantes, lanchonetes e afins, as empresas fornecedoras de alimentação escolar, os serviços de *delivery* ou qualquer sistema de entrega de alimentos, como a contratação de lanche pronto, no ambiente escolar estão sujeitos às diretrizes desta Lei e devem estar adequados às boas práticas para os serviços de alimentação, conforme definido nos regulamentos vigentes sobre boas práticas para serviços de alimentação, como forma de garantir a segurança sanitária dos alimentos e das refeições.

Art. 2º Entende-se por promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar a realização da educação alimentar e nutricional, a regulação da distribuição, da comercialização e a comunicação mercadológica de alimentos, preparações culinárias e bebidas disponibilizadas e comercializadas nas redes pública e privada de educação básica.

§ 1º São princípios das ações de promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar:

I - promoção da saúde e da qualidade de vida;

II - proteção dos direitos das crianças e adolescentes para a formação de hábitos alimentares saudáveis;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

III - desenvolvimento de habilidades para o autocuidado e o bem-estar da sua comunidade; e

IV - prevenção de todas as formas de má nutrição, obesidade e outras doenças crônicas.

§ 2º A promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar deve considerar, ainda, o Guia Alimentar para População Brasileira, o Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de Dois Anos, e as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) respaldadas na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e suas resoluções.

Art. 3º Para efeitos desta Lei, considera-se:

I - alimentos *in natura* ou minimamente processados: aqueles obtidos diretamente de plantas, de animais ou de fungos e adquiridos para consumo sem que tenham sofrido qualquer alteração após deixarem a natureza ou que foram submetidos a alterações conforme estabelecido a seguir:

a) remoção de partes não comestíveis ou não desejadas dos alimentos, secagem, desidratação, trituração ou moagem, fracionamento, torra, cocção apenas com água, pasteurização, refrigeração ou congelamento, acondicionamento em embalagens, empacotamento a vácuo; descasque, descaroçamento, despolpa, branqueamento, fatiamento, cozimento, evaporação, desidratação, esterilização, extrusão, microfiltração, fermentação não alcoólica, extração a frio e a quente; e

b) alimentos resultantes de misturas de outros alimentos minimamente processados, desde que não haja adição de sal, de açúcares ou de óleos ou gorduras.

II – ingredientes culinários: produtos extraídos de alimentos *in natura*, como óleos, gorduras e açúcares, ou da natureza, como o sal, por processos como prensagem, moagem, trituração, pulverização e refino;

III - alimentos processados: aqueles fabricados com a adição de sal, açúcar, óleo ou gordura a alimentos *in natura* ou minimamente processados;

IV - alimentos ultraprocessados: formulações industriais feitas tipicamente com muitos ingredientes e diversas etapas e tipos de processamentos, contendo pouca ou nenhuma presença de alimentos *in natura* e caracterizados pela presença de aditivos alimentares que modificam as características sensoriais do produto, incluindo aromatizante, corante, edulcorante, emulsionante ou emulsificante, espessante, realçador de sabor,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

antiespumante, espumante, glaceante e geleificante, ou substâncias de raro uso culinário, incluindo frutose, xarope de milho com alto teor de frutose, concentrados de suco de frutas, açúcar invertido, maltodextrina, dextrose, lactose, óleos hidrogenados ou interesterificados, proteínas hidrolisadas, isolado de proteína de soja, caseína, proteína do soro do leite e carne mecanicamente separada.

V - comunidade escolar: é aquela composta por docentes, por discentes e por outros profissionais da escola, além de pais ou responsáveis pelos alunos, empregados e profissionais de estabelecimentos comerciais, bem como qualquer pessoa envolvida diretamente no processo educativo de uma escola e responsáveis pelo seu êxito;

VI - comunicação mercadológica: é toda e qualquer atividade de comunicação comercial, inclusive publicidade, para a divulgação de produtos, serviços, marcas e empresas independentemente do suporte, da mídia ou do meio utilizado que envolvam ações de educação alimentar e nutricional.

Art. 4º A distribuição e a comercialização de alimentos, bebidas e preparações culinárias no ambiente escolar devem priorizar aqueles *in natura* e minimamente processados, de forma variada e segura, que respeitem a cultura e as tradições locais, priorizando alimentos da sociobiodiversidade, em conformidade com a faixa etária e o estado de saúde do aluno, inclusive aqueles que necessitem de atenção especial.

Art. 5º Os estabelecimentos comerciais oferecerão para consumo, diariamente, pelo menos uma opção de lanche que contribua para a saúde dos escolares e que valorize a cultura alimentar local.

§ 1º As opções de lanches devem ser balanceadas e variadas em conformidade com o Guia Alimentar para a População Brasileira, baseadas, preferencialmente, em produtos que derivam de práticas produtivas ambientalmente sustentáveis, com o mínimo possível de processamento, tais como:

I - frutas, legumes e verduras da estação, de preferência de produção local ou regional, orgânicos ou agroecológicos;

II - castanhas, nozes ou sementes;

III - iogurtes naturais, sem açúcar, edulcorante ou aditivos cosméticos, e vitaminas de frutas naturais, isolados ou combinados com cereais como aveia, farelo de trigo e similares;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

IV - bebidas ou alimentos à base de extratos ou fermentados com frutas;
V- sanduíches naturais sem molhos ultraprocessados ou embutidos;
VI - pães caseiros;
VII - bolos preparados com frutas, tubérculos, cereais ou legumes, usando quantidades reduzidas de açúcar e gorduras, e sem conservantes, corantes ou emulsificantes;
VIII - alimentos ricos em fibras, como frutas secas, grãos integrais, entre outros similares;
IX - salgados assados que não contenham em sua composição gordura vegetal hidrogenada ou embutidos;
X - refeições balanceadas e variadas em conformidade com o Guia Alimentar para a População Brasileira e o Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos; e
XI - outros alimentos recomendados pelo Guia Alimentar para a População Brasileira e o Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos.
Os estabelecimentos comerciais ficam obrigados a disponibilizar, pelo menos, uma opção de alimento ou preparação e uma opção de bebida aos escolares portadores de necessidades alimentares especiais, tais como diabetes, doença celíaca, intolerância à lactose e outras alergias e intolerâncias alimentares, cuja composição nutricional esteja em observância ao art. 4º.
Art. 6º Fica vedada a distribuição e a comercialização no ambiente escolar de alimentos ultraprocessados, preparações e bebidas com altos teores de calorias, gordura saturada, gordura trans, açúcar livre e sal, com adição de edulcorantes, de acordo com o Guia Alimentar da População Brasileira e o Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos.
§ 1º Os alimentos previstos no *caput* serão definidos em posterior regulamentação, a ser realizada pelas autoridades sanitárias e pelo Poder Executivo.
§ 2º Nas escolas de educação infantil que atendem crianças menores de dois anos, fica vedada a oferta de preparações ou produtos que contenham açúcar, incluindo os sucos naturais, conforme as diretrizes oficiais do Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos do Ministério da Saúde.
Art. 7º Os estabelecimentos comerciais, para funcionamento, deverão obter Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento expedido pela Vigilância Sanitária e demais documentos que se tornem necessários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 8º Deverá ser afixado cartaz ou placa, em local visível do estabelecimento comercial, de dimensão mínima de 25 cm de largura por 20 cm de altura, com letras de tamanho e realce que garantam a visibilidade e a legibilidade da informação, em cor contrastante com o fundo do cartaz ou placa e indelével, contendo as seguintes frases: "A alimentação adequada e saudável, conforme as recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira, e a prática regular de atividades físicas regulares contribuem para manter o peso adequado, prevenir doenças e ter mais qualidade de vida".

Art. 9º É vedado, na unidade escolar, qualquer tipo de propaganda, publicidade ou promoção por meio do patrocínio de atividades escolares, inclusive extracurriculares, divulgação de apresentações especiais e distribuição de brindes, prêmios ou bonificações de alimentos, preparações ou bebidas definidas no art. 6º.

Art. 10 Cabe aos órgãos de Vigilância Sanitária e de educação, em colaboração com as Associações de Pais e Mestres e Conselhos de Alimentação Escolar, a fiscalização do disposto nesta Lei, respeitadas as respectivas competências.

Art. 11 O descumprimento das disposições contidas no Regulamento constitui infração sanitária, nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

Art. 12 Os estabelecimentos de que trata o art. 1º terão um período de transição de doze meses para adequarem-se ao disposto nesta Lei, a contar da data de publicação.

Parágrafo único. No caso de estabelecimentos com contratos já vigentes, os dispositivos desta Lei deverão ser considerados nos seus aditivos.

Art. 13 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É esse o relatório e o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Em discussão.

Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Presidente, depois da leitura do relatório, que não foi feita Senador Rogério Carvalho, me deu vontade de comer um Big Mac.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fico assim... Ainda me impacto com essa linha de tentar acreditar que o Estado pode saber o que é melhor para você, até do que você come ou não come. Então, esse projeto é um completo absurdo – absurdo esse projeto!

Todos nós temos a preocupação com a saúde, em especial das crianças, mas só que, mais uma vez, são, no meu ponto de vista, principalmente os pais delegando para o poder público a responsabilidade de dar uma educação alimentar devida para os seus filhos.

Aqui há vedação de comercialização de produtos ultraprocessados. Há uma demonização desse tipo de produto que é completamente absurda. Eu conversava aqui com o Senador Jaime Bagattoli, e, se tudo isso aqui for proibido, existem alimentos compatíveis, que não sejam ultraprocessados, à disposição da população para que possam alimentar todas as crianças?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não é só isso. O valor que é repassado da merenda escolar para os alunos é de centavos.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, isso não... Tem esse aspecto financeiro, mas eu sou sempre da linha de que é muito mais importante você conscientizar os pais, conscientizar os alunos dentro de sala de aula. As próprias cantinas que estão disponíveis em colégios, elas estão ali para quem quiser, quem não quiser comprar ali, traz o alimento para comer de casa. Aquelas empresas que prestam serviço para os colégios já têm essa preocupação de fornecer um alimento mais saudável para as crianças. A questão de obesidade não tem relação apenas com o que você ingere, com o que você se alimenta, tem a ver com o tempo que você dorme, com a sua atividade física e uma série de fatores que impactam a questão da obesidade.

Então, eu sou radicalmente contra este tipo de projeto de querer impor este tipo de hábito: proibir alimentos ultraprocessados. É um debate que nós vamos ter também agora em relação à reforma tributária, que vai impactar muito também o aumento dos impostos sobre esse tipo de produtos. E, obviamente, as pesquisas em todos os cantos do mundo mostram que, quando você aumenta o preço de um alimento ultraprocessado, as pessoas não deixam de consumir o ultraprocessado: vão procurar o ultraprocessado de mais baixa qualidade, que faz muito mais mal do que o daquelas empresas que investem em melhorar esse produto ultraprocessado para amenizar os impactos na nossa saúde do consumo deles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Presidente, é só para fazer esta ressalva de ser contrário a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Senador, pediu a palavra antes...

Depois a Senadora Damares e o Senador Moro.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Eu sei que o Senador Rogério Carvalho só leu esse relatório, mas quero dizer que quem não tem preocupação... Nós queremos que todas as crianças nossas das escolas, escolas públicas, escolas privadas, tenham uma alimentação natural, como a que já se vem vendendo na maioria dos municípios, através da própria merenda da agricultura familiar.

Mas, Sr. Presidente, esse PL 4.501, de 2020, devido às preocupações com a falta de precisão científica no conceito dos ultraprocessados... Não existe nada que diga, não tem nenhum estudo científico que fale que isso é realmente prejudicial.

Agora, o que nós queremos é que as nossas crianças tenham uma alimentação saudável, cada um de nós tem.. É igual falou o Senador Flávio Bolsonaro: os pais acompanham nas escolas, todas as famílias acompanham nas escolas a alimentação que tem lá na escola.

Então, Presidente, eu queria pedir vista desse projeto, porque é um projeto que vai causar muita polêmica em toda a sociedade.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, nós temos aqui os nossos representantes, que estão preocupados com a indústria, mas eu tenho lado: o meu lado é a criança.

Amo demais o 01, Flávio. Estamos sempre juntos em tudo. Meu Senador...

(*Intervenções fora do microfone.*) (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu amo demais o meu Senador Bagattoli, mas eu vou dizer uma coisa: a gente vai ter que trazer a criança para discussão de matérias nesta Casa.

Eu quero lembrar os Senadores que estão pedindo vista legítima, regimental... Quero me oferecer. Eu já me ofereci, lá na outra Comissão, para mudar para o gabinete do Amin por uma semana. Quero ser assessora do Amin por uma semana para ajudar na dúvida que ele tem na proteção da criança num meio virtual.

E eu quero me oferecer também, Senador, para ir para o seu gabinete, para a gente encontrar uma solução para esse projeto, porque nós estamos falando só de ambiente escolar. O que a criança come na escola não vai falir a indústria, não, gente – não vai. O impacto financeiro na indústria aqui é muito pequeno. E dizer que os pais a acompanham... as crianças já têm a merenda escolar. Na escola pública, a criança já tem a merenda escolar, que tem todo um cuidado com o preparo, tem todo um nutrólogo.

Eu só estou falando de publicidade. Eu não estou falando aqui que é a merenda escolar que já está sendo comprada lá no agricultor familiar. É a propaganda no ambiente escolar.

Isto aqui, gente, é proteção da infância, sim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vamos melhorar, então, a dúvida que os senhores têm, mas a gente vai ter que trazer para este debate a proteção da criança. O pai, Senador, o pai está muito ocupado. Dizer que o pai sabe o que está sendo divulgado lá na cantina, sabe que tem um cartaz e que não tem, não. Nós precisamos, sim, ajudar os pais no ambiente escolar para que a criança tenha uma alimentação saudável.

O PL fala de publicidade. Houve aqui algumas alterações no substitutivo, mas dá para a gente se encontrar nessa discussão – vai dar. Eu quero ajudá-lo nessa discussão.

A criança tem que estar em primeiro lugar. O interesse superior da criança tem que estar em primeiro lugar aqui. Sou da Frente Parlamentar da Agropecuária, faço tudo que puder para ajudar, mas aqui também eu tenho criança em jogo e eu queria ajudar, Senador, na discussão para a gente melhorar, tirar as dúvidas que os senhores têm, melhorar o substitutivo, mas a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

voltar à discussão na próxima sessão desse importante... Escrito por um homem que foi Governador, bem avaliado no estado, porque Jaques Wagner deixou uma marca na proteção da infância. Eu tenho problemas com o PT, mas o PT tem uma figura extraordinária, que é o Jaques Wagner, e relatado por uma Senadora que dedicou a vida à infância, que é Mara Gabrilli.

É um projeto de 2020, extremamente debatido. Eu acho que dá para a gente encontrar uma solução nas próximas semanas e a gente apresentar aqui um voto que satisfaça os dois lados, mas que tenha primeiro a criança como objeto que tem que ser protegido no país.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Obrigado Senadora Damares.

Senador Sergio Moro, por favor.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Muito rapidamente, Presidente, não duvido dos bons propósitos desse projeto, mas aqui eu tenho uma preocupação com a autonomia federativa. Os Governadores ou as assembleias legislativas dos estados, a meu ver, que devem dispor sobre alimentação nas escolas públicas estaduais, assim como os Prefeitos, atentos às suas peculiaridades, devem dispor sobre alimentação nas escolas públicas municipais.

Eu vejo aqui... Eu até me recordo de um Deputado Estadual lá do Paraná que acertadamente aprovou uma lei prevendo a disponibilização de carne de peixe, de tilápia, nas refeições lá das escolas públicas estaduais. Eu acho que está dentro da sua atribuição e da sua competência. Agora nós, aqui no Congresso Nacional, dispormos de uma matéria que, a meu ver, é mais própria para ser tratada pelas autonomias estaduais e pelas autonomias municipais, até porque, quanto a isso, eles estão mais perto da realidade, estão mais vinculados ali às peculiaridades locais...

Eu creio que esse projeto, embora tenha os seus bons propósitos e, claro, também sujeito às controvérsias em relação a essas definições, penso que nós estaríamos aqui invadindo a competência legislativa de outros estados ou atribuições de governos municipais e estaduais. Ainda que se possa pensar que a União tem uma autorização genérica para dispor sobre normas relativas à educação, eu creio que nós estamos invadindo um campo que é mais próprio para ser discutido no âmbito dos estados e municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Primeiro, trata-se de uma matéria que municípios, estados e União têm competência concorrente para legislar. Se uma matéria pode receber legislação dos três entes federados, é porque ela é uma matéria de repercussão geral e os três trabalham com o mesmo objeto. Da mesma forma que existem escolas federais, existem escolas municipais, existem escolas estaduais e municipais. Portanto, isso abre a perspectiva para que a legislação ou o direito de legislar seja concorrente. Então, quanto a isso, não há nenhum absurdo em a União legislar e estabelecer diretrizes gerais sobre como deve ser a alimentação ou o conceito de alimentação saudável.

O conceito de alimentação saudável não é municipal, não é estadual, não é federal; ele decorre dos estudos que são feitos pela ciência. Então, quando a gente fala em alimentação saudável, a gente está falando... E hoje a regra número um, quando se fala em alimentação, é: se você quer viver mais e quer ter saúde, coma alimentos vivos ou se alimente de produtos que são tirados diretamente da natureza. Em outras palavras, quanto mais processado você ingere, maior risco de doenças crônico-degenerativas antes do tempo, porque todo mundo vai ter – estou falando como médico neste caso – doença crônico-degenerativa, vai ter problema cardíaco, pode ter problema vascular, pode ter câncer. A questão é quando. Quanto mais você ingere alimentos ultraprocessados, mais rápido ou mais jovem, você vai desenvolver doenças crônico-degenerativas, como hipertensão, como diabetes, como doenças cardiovasculares. Então, isso não é algo que está desprovido de um suporte científico, acadêmico. Isso tem consenso universal. Não é um consenso da ciência brasileira, é um consenso universal. Nós estamos falando de algo universal.

Nós temos que compreender – e eu concordo com algumas questões postas – o seguinte: é difícil para as escolas chegarem a este nível, mas é preciso que se tencione para que a gente possa melhorar a alimentação das escolas. Por exemplo, uma escola privada. Dizer que numa escola privada a criança não pode ter acesso, naquela cantina, a uma alimentação que não seja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ultraprocessada, fritura pura, bebidas açucaradas... é possível essas crianças terem acesso a isso. Com o PAA, para aquisição de alimentos para as escolas, por exemplo, é possível, de acordo com a realidade de cada estado, com a produção agrícola e dos alimentos que são produzidos em cada região do país, se formar um cardápio, e os próprios nutricionistas das escolas, das secretarias municipais de educação, das secretarias estaduais de educação, podem estabelecer um cardápio minimamente compatível com alimentação saudável.

Então, eu acredito que é uma matéria que requer mais debate, mas, Senador Jaime, eu quero dizer para o senhor que existe, sim, a associação entre ultraprocessados e doenças crônico-degenerativas; existe, sim, a associação de aumento de risco de doença cardíaca, de doença vascular cerebral, de diabetes, de hipertensão com alimentos ultraprocessados. Por exemplo, não sei se o senhor sabe, mas a Anvisa reduziu e obrigou a indústria de carnes processadas a reduzir a quantidade de sal no Brasil. Em outros países, a quantidade de sal já é bem menor. Por que eles colocam mais sal? Para durar mais tempo e perder menos, certo? Então já tem uma redução: o queijo tem reduzido a quantidade de sal, o presunto tem reduzido, todos os embutidos têm reduzido a quantidade de sal e têm uma meta de redução da quantidade de sal. Por quê? Porque isso impacta os índices de hipertensão de toda a população.

Então eu quero chamar a atenção para esse tema que, obviamente, nós não vamos decidir hoje, ao qual deve ser dada vista coletiva, assim como foi solicitada de forma implícita pela Senadora Damares, para que haja uma discussão, para que a gente aprofunde, agora que chegou à discussão em Plenário. Mas é um assunto que requer de todos nós uma atenção e não é, repito, uma questão local que a gente deva minimizar, é uma questão que impacta. E, veja, nós estamos falando de...

Quando a gente trabalha – para concluir, Sr. Presidente. Eu vou dizer aqui uma coisa – com prevenção, não quer dizer que as pessoas não vão adoecer. Quando a gente trabalha com prevenção, quer dizer que as pessoas podem viver mais e viver melhor e que vão gerar um custo maior lá na frente, porque elas vão viver mais, vão adoecer e vão demandar serviços mais especializados lá na frente, aos 90 anos; em vez de ser aos 60 anos, aos 70 anos – vai ser aos 85 anos, aos 90 anos, aos 95 anos. Então, nós estamos falando em ganho de vida e qualidade de vida quando a gente trata da alimentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É óbvio que o Senador Flávio Bolsonaro coloca que o sono é importante para a obesidade, e é, mas o principal elemento para a obesidade é a quantidade de calorias. Então, um alimento que tem 400 calorias numa porção desse tamanho é diferente de você comer um prato de comida que tem 400 calorias, enquanto você come um alimento açucarado que tem as mesmas 400 calorias.

Então, se você olhar a população... ou seja, a obesidade pega justamente a população mais pobre, que tem menos condição de comprar alimentos menos processados e mais saudáveis. Então, aí você tem a obesidade incidindo na população mais pobre justamente por falta dessa condição, dessa informação e até mesmo por falta de recursos para ter acesso a uma alimentação mais saudável.

Então, é um debate que a gente precisa fazer.

A minha sugestão, assim como a Senadora Damares colocou, é que seja dada vista coletiva para que o debate possa continuar acontecendo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Vou conceder vista coletiva a pedido do Senador Bagattoli, mas quero dizer ao Senador Rogério Carvalho e à Senadora que a gente era menino e já comia sardinha em lata.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Sardinha em lata é ótima.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – É ótima.

Se você pegar aquela carne enlatada e botar com uma farinha branca, é muito gostoso mesmo. Agora, deixar de vender uma coxinha – você está me entendendo – em um estabelecimento, que é deliciosa... Por isso, um amigo meu, que era médico e era Vereador comigo quando eu era Vereador, em Manaus, disse: "Omar, o que mata a gente é a comida, é a gula, porque as coisas mais gostosas que tem na culinária são as que mais fazem mal ao ser humano", e, infelizmente, é uma verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Deixe-me só dizer uma coisa que é importante: a sardinha enlatada não é um alimento ultraprocessado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sei lá, se é ultraprocessado! Eu não vou entrar nessa discussão, mas que é gostosa é. (*Risos.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, você pega as mães que não podem amamentar. O leite em pó para a criança na primeira infância é ultraprocessado, por exemplo. Não dá para botar conforme está na redação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu acho que o pedido de vista foi feito. Dá para a gente discutir, e a Senadora Damares pode contribuir muito com essa discussão.

Lógico que estou dizendo uma coisa porque está chegando a hora do almoço, e isso é para dar água na boca de todo mundo aqui, porque realmente não dá para você dispensar aquela carne em lata com uma farinha branca.

E o sal foi usado para conservar. Quando os portugueses vieram para cá, eles traziam o bacalhau.

Senadora Damares, item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 2175, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para dispor sobre a transferência do bilhete de passagem.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senadora Damares Alves

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

- Posteriormente, a matéria será apreciada pela CCJ.

Com a palavra, a Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, antes da leitura do relatório do 2.175, eu queria só lembrar que, para o item 7 da pauta, o 1.731, o voto já foi lido, não houve alteração e o Relator não está aqui, mas ele gostaria muito que fosse votado. Regimentalmente, é possível. Na sequência, eu também vou ler, como *ad hoc*, no item 9, o relatório do Senador Efraim.

Mais um pedido especial, Presidente: entraria na pauta hoje um PL de minha autoria, o 133, de 2024, e foi pedido mais um tempo para ele ir para a pauta, mas eu gostaria muito que a Secretaria anotasse e que ele viesse na pauta da próxima sessão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Qual é o item?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É o 133, de 2024. (*Pausa.*)

Estaria.

Isso, está bom? É, assim que possível, para ele voltar para a pauta.

Vou ao voto do PL 2.175, de 2022, de autoria do ilustre Senador – meu Líder – Mecias de Jesus, e peço permissão, Presidente, para ir direto para a análise.

Assim, considerando que a matéria será remetida à CCJ após a análise por esta Comissão, nosso exame será restrito ao mérito da matéria, pois caberá àquela Comissão se pronunciar sobre os aspectos constitucionais, jurídicos, regimentais e de técnica legislativa da proposição.

Assim, quanto ao mérito, a legislação atual reconhece como intransferíveis os bilhetes aéreos, e nesse sentido destoa das regras aplicadas nos maiores mercados da aviação. Nos Estados Unidos e na Europa, as empresas são livres para oferecer opções de transferência de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bilhetes aos seus consumidores, o que garante maior flexibilidade ao consumidor no caso de ocorrência de algum imprevisto.

Esta medida também se alinha com os princípios do Código de Defesa do Consumidor, que visa garantir a proteção dos interesses e a liberdade de escolha da parte mais vulnerável da relação de consumo. Ao proporcionar maior flexibilidade nas viagens, o projeto atende às necessidades dinâmicas da sociedade moderna, em que imprevistos e mudanças de planos são cada vez mais comuns.

A alegação de que a segurança do voo estaria comprometida caso o bilhete pudesse ser transferido também não é condizente com as atuais condições do transporte aéreo. É possível a compra de novas passagens no mesmo dia e até mesmo poucas horas antes da realização do voo. Se são possíveis a devida identificação e a realização dos procedimentos de segurança em relação aos novos compradores, igualmente é possível a realização desses procedimentos em relação aos passageiros a quem os bilhetes sejam transferidos.

É importante ressaltar, contudo, que a autorização irrestrita para a transferência de bilhetes entre consumidores poderia impedir as empresas de oferecer passagens com maior antecedência a preços reduzidos. Isso ocorreria devido à possível criação de um mercado paralelo de "cambistas" de passagens aéreas, que poderiam lucrar com a revenda de bilhetes adquiridos antecipadamente e revendidos em datas mais próximas ao voo. Portanto, propomos um substitutivo para assegurar que essa nova autorização não resulte em efeitos secundários indesejados, equilibrando os interesses dos consumidores e a viabilidade econômica do setor aéreo.

O voto, Sr. Presidente.

Diante do acima exposto, o nosso voto é pela aprovação do PL 2.175, de 2022, na forma do substitutivo, que já foi devidamente publicado – eu não vou precisar ler o substitutivo.

Este é o voto, o parecer.

Peço o apoio dos pares. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Em discussão. (*Pausa.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Quero só elogiar. Excelente projeto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório.

Passamos ao item 7, que também é de autoria da Senadora Damares Alves, cujo relatório foi lido pelo Senador Marcos Rogério.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 1731, DE 2023

- Não terminativo -

Proíbe a apresentação de logotipos, slogans, divisas e motes de governo em instalações, veículos, livros, apostilas e equipamentos públicos da União.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta

Observações:

- Na reunião do dia 03/07/2024, foi lido o relatório e concedida vista ao Senador Humberto Costa.

- Posteriormente, a matéria será apreciada pela CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, favorável ao projeto, na forma da Emenda Substitutiva nº 1 da Comissão.

A matéria vai à CCJ.

O item 8 está sobrestado.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 4889, DE 2023

- Não terminativo -

Altera as Leis nº 9.613, de 3 de março de 1998, e no 14.286, de 29 de dezembro de 2021, para dispor sobre a simplificação da documentação exigida nas operações de câmbio de valores até o limite da cota na forma da lei.

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: Pela aprovação

Observações:

- *Posteriormente, a matéria será apreciada pela CAE.*)

Item 9.

ITEM 9

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 4687, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para permitir que os Estados, os Municípios e o Distrito Federal possam prever a obrigatoriedade de programas de integridade em editais de licitação segundo sua realidade e necessidades locais.

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação com duas emendas

Observações:

- Posteriormente, a matéria será apreciada pela CCJ.

Ad hoc, a Senadora Damares.

Com a palavra, a Relatora *ah hoc*.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, peço também para ir direto à análise.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 102-A, do Regimento Interno, opinar sobre matérias pertinentes a prevenção à corrupção.

Considerando-se o fato de ter sido a matéria também despachada à CCJ, que opinará, nos termos do art. 101, do Regimento Interno, sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição, examinaremos especificamente o mérito do projeto ora sob exame.

Feita essa breve observação, cumpre recordar que um programa de integridade consiste, no âmbito de uma pessoa jurídica, no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes. Essa é a definição do art. 56 do Decreto nº 11.129, de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.846, de 2013, que dispõe sobre a responsabilização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências, também conhecida como Lei Anticorrupção.

Ainda segundo o referido decreto, são objetivos do programa de integridade: prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira; bem como fomentar e manter uma cultura de integridade no ambiente organizacional.

Sobre a matéria versada pelo projeto em tela, o inciso VIII do art. 57 do Decreto nº 11.129, de 2022, inclui, entre os parâmetros para avaliação do programa de integridade quanto a sua existência e aplicação, a instituição de procedimentos específicos para prevenir fraudes e ilícitos no âmbito de processos licitatórios, na execução de contratos administrativos ou em qualquer interação com o setor público, ainda que intermediada por terceiros, como pagamento de tributos, sujeição a fiscalizações ou obtenção de autorizações, licenças, permissões e certidões.

A existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, a seu turno, é levada em consideração na aplicação das sanções previstas na Lei Anticorrupção. Ou seja, a instituição de programa de integridade, pelo particular contratado pelo poder público, é importante salvaguarda contra práticas ilícitas que atentam contra a administração pública.

No âmbito da Lei de Licitações, além da obrigatoriedade da implantação de programas de integridade pelo licitante vencedor em contratações de grande vulto, nos termos já descritos anteriormente, o diploma legal de 2021 prevê o desenvolvimento de programa de integridade pelo licitante como critério de desempate em licitações e dispõe que a possibilidade de que sua implantação ou aperfeiçoamento seja tanto uma sanção imposta ao responsável como condição de reabilitação de licitante ou contratado.

Nesse contexto, sobre o mérito do projeto de lei em tela, deve-se considerar que o interessado no certame de grande vulto certamente irá embutir os custos da implantação de seu programa de integridade no valor proposto à administração pública. Em contratações de maior relevo em termos financeiros, esse custo adicional certamente compensa a mitigação do risco de eventuais desvios. De todo modo, certamente existe um limiar, em termos econômicos, a partir do qual se torna demasiadamente onerosa a implantação de um programa de integridade para satisfazer contratação específica com o poder público, o que pode afastar competidores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por outro lado, entendemos que tal debate seja melhor empreendido em cada ente federado, por meio de seus representantes legitimamente eleitos. Pode ser que determinado estado opte por exigir o maior rigor de um programa de integridade de seus contratados nas avenças de valor superior, por exemplo, a R$50 milhões, montante ainda assim expressivo, mas que pode fazer mais sentido diante da realidade da administração local e de seus fornecedores.

Também não podemos nos olvidar da segurança jurídica. A competência da União insculpida no art. 22, inciso XXVII, da Constituição Federal, implica a legislação por parte dos demais entes da Federação para atender a suas peculiaridades, naquilo em que não conflitar com as normas gerais do ente nacional. A fronteira entre normas gerais e suplementares, contudo, nem sempre é evidente e é, muitas vezes, delimitada pela jurisprudência. Nesse sentido, leis estaduais, distritais ou municipais que prevejam a obrigatoriedade de programas de integridade a vencedores de licitações abaixo do valor previsto no art. 6º, XXII, da Lei de Licitações podem ser impugnadas sob alegação de que o limiar de cerca de R$228 milhões se aplica obrigatoriamente aos entes subnacionais.

Diante disso, entendemos que a proposição ora sob exame é digna de aplausos. Sugerimos, todavia, dois pequenos aprimoramentos, na forma de emendas.

O primeiro é o acréscimo de cláusula de vigência. Já que se propõe consagrar a segurança jurídica dos entes subnacionais, a previsão de vigência imediata nos parece mais apropriada para sanar o problema simultaneamente à promulgação da lei.

Em segundo lugar, propomos modificação de técnica legislativa que vem sendo adotada costumeiramente pelo Congresso Nacional. O parágrafo acrescido pelo PL guarda relação lógica com o §4º do mesmo artigo. Sua inclusão como §5º, e consequente renumeração dos demais, não é vedada pelo art. 12, III, "b", da LC nº 95, de 1998, mas também não é recomendável. O parágrafo proposto pelo projeto, assim, poderia ser numerado como §4º-A, simplificando a leitura do art. 25 ao posicionar, lado a lado, a regra geral e a possibilidade de exceção aplicável aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.

O voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.687, de 2023, com as duas emendas que já citei.

Parabéns ao autor pela iniciativa.

Peço aos demais pares a aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Obrigado, Senadora.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, favorável ao projeto, com as Emendas 1 e 2, da Comissão.

A matéria vai à CCJ.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu só...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Com a palavra, Senador Sergio Moro, autor do projeto.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Só quero agradecer aqui à Senadora Damares por ter relatado *ad hoc* e, igualmente, ao Relator originário, Senador Efraim, que estava em reunião de bancada e não pôde comparecer. Então, fica meu registro de agradecimento.

É um projeto simples, mas basicamente a Lei de Licitações atual fala que, para contrato de grande vulto, de valor igual ou superior a R$200 milhões, é obrigatório o licitante ter um programa de *compliance* ou um programa de integridade. Esse valor é bastante alto, e nós estamos prevendo que estados e municípios podem fixar valores menores, segundo a sua própria realidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Com audiências públicas, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Inclusive, com audiências públicas. Isso tem que ser feito.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Certamente.

Então, agradeço também aqui, Senador Omar, a sua gentileza de incluir, de ontem para hoje, na pauta, esse projeto. Agradeço-lhe efusivamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Agora vai à CCJ.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião, convocando V. Exa. à próxima reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e dezenove minutos do dia treze de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Renan Calheiros, Nelsinho Trad, Chico Rodrigues, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Sergio Moro, Izalci Lucas, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Humberto Costa, Otto Alencar, Margareth Buzetti, Sérgio Petecão, Beto Faro, Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Augusta Brito e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Fernando Dueire, Marcos do Val, Cid Gomes, Mara Gabrilli, Jaques Wagner e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Apreciar o Anteprojeto de lei que estabelece normas gerais para o comércio exterior de mercadorias. **Resultado:** Aprovada a apresentação do Projeto de autoria desta Comissão; anexada a esta ata, a pedido do Senador Esperidião Amin a relação das propostas atendidas no anteprojeto tanto do Setor Público quanto do Setor Privado. **2ª Parte - Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 32, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora GILDA MOTTA SANTOS NEVES, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Turquia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin (*Ad hoc*), substituiu Senadora Tereza Cristina. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** 12 votos favoráveis, nenhum contrário, nenhuma abstenção. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 33, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora DANIELLA XAVIER CESAR, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Senegal e, cumulativamente, na República da Gâmbia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** 12 votos favoráveis, nenhum contrário, nenhuma abstenção. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 54, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora Maria Izabel Vieira, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Eslovênia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senadora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mara Gabrilli. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** 12 votos favoráveis, nenhum contrário, nenhuma abstenção. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 51, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FELIPE COSTI SANTAROSA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Suriname." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues (*Ad hoc*), substituiu Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** 11 votos favoráveis, 1 contrário, nenhuma abstenção. **ITEM 5 - Mensagem (SF) n° 52, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS RICARDO MARTINS CEGLIA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Geórgia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** 12 votos favoráveis, nenhum contrário, nenhuma abstenção. **ITEM 6 - Mensagem (SF) n° 53, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor Miguel Griesbach de Pereira Franco, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Gabonesa." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** 12 votos favoráveis, nenhum contrário, nenhuma abstenção. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Anexo

PROPOSTAS ATENDIDAS – SETORES PÚBLICO E PRIVADO (BEM COMO AQUELAS APRESENTADAS SIMULTANEAMENTE PELAS DUAS ESFERAS)

Propostas Setor Privado

Alteração do art. 1º - Retirada de "desempenho das atividades de", que poderia sugerir que a Lei apenas se dirigia aos órgãos públicos

Inserção de controle aduaneiro e de despacho de admissão entre as definições legais do art. 2º

Indicação de que a integração regional e global deve se pautar por "busca contínua" – art. 4º

Referência ao sigilo fiscal no compartilhamento de informações no contexto do art. 4º

Referência aos princípios do desenvolvimento sustentável da Organização Mundial das Aduanas (OMA) entre as diretrizes do art. 4º

Inclusão do "incentivo à criação de programas de conformidade" entre as diretrizes do art. 4º

Indicação, no caput dos arts. 12 e 13, de que a atuação da autoridade aduaneira, inclusive quanto ao acesso a locais onde se encontrem mercadorias sujeitas a controle, se dará "observados os direitos e garantias fundamentais"

Especificação no art. 13, § 1º, de que a lacração se dará "sempre que não seja possível assegurar a integridade dos meios de prova por outra forma", e não de forma irrestrita

Modificação da expressão "embaraço", tipicamente associada ao "desembaraço aduaneiro", para "oposição" no art. 13, § 1º

Inclusão de cláusula "por enquanto" para manter aplicáveis os atuais critérios previstos para a habilitação de despachante aduaneiro, mediante delegação feita pelo Decreto-Lei nº 2.472, de 1º de setembro de 1988, antes da edição da lei mencionada no art. 18

Acréscimo de "coordenação" ao nome do Capítulo IV do Título I

Referência ao "acesso" de informações pelas pessoas intervenientes, e não apenas ao envio de documentos, pelo Portal Único do Comércio Exterior (Portal COMEX ou PUCOMEX), no art. 28

Padronização da referência a documentos eletrônicos ao longo do documento, contemplando tanto os nato-digitais quanto os digitalizados

Referência expressa ao dever de aperfeiçoar e simplificar procedimentos se dar "continuamente" no art. 31, § 1º

Previsão de canal único para que pessoas intervenientes apresentem sugestões de mudança de procedimentos no art. 31, § 3º

Divulgação também no portal dos formulários exigidos pelos órgãos interveniente, e não apenas pela administração aduaneira, no art. 32, II

Referência ao fato de o acesso ao Portal COMEX ser "contínuo, gratuito, livre e permanente", no art. 32, § 2º

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Inclusão da possibilidade de consulta das soluções antecipadas no Portal COMEX, preservadas as informações sigilosas, no art. 34, § 3º
Esclarecimento de que a divulgação dos fatores abstratos considerados para gestão de riscos será pública, no § 2º do art. 36
Adequação do § 4º do art. 36, para estabelecer que os particulares poderão solicitar o pedido de revisão dos critérios de seletividade diante de seleções reiteradas (para conferência de mercadorias) sem resultado
Expansão do canal de denúncias, para também contemplar as denúncias de violações e infrações aduaneiras, no art. 36, § 5º
Restrição das buscas veiculares a "quando houver fundada razão", no art. 39
Referência à necessidade de fixar o prazo máximo do depósito temporário, mas indicação de que o regulamento o fará, no art. 50
Referência à disponibilização do relatório de verificação da mercadoria ao importador após conferência aduaneira, no art. 56, § 2º, bem como ao exportador, no art. 66, § 2º
Referência expressa à possibilidade de liberação parcial das mercadorias, para aquelas que não apresentem pendência, no art. 58, § 3º
Retirada do manifesto internacional de carga e do conhecimento de carga do rol de documentos obrigatórios do art. 65, pela prática atual no despacho de exportação, que tem dispensado a apresentação desses documentos
Inclusão de novo parágrafo no art. 78, para indicar que a identificação de inconsistências (portanto, sem indício de dolo ou fraude) na auditoria de conformidade também enseja a comunicação ao interessado para autorregularização
Retirada dos marcos de início dos procedimentos fiscais aduaneiros, que estavam alargados e geravam conflito com a possibilidade de autorregularização, do art. 78 (lógica geral é que a autorregularização é vedada quando já instaurado o procedimento fiscal aduaneiro)
Indicação de que o início da vigência de novos tratamentos administrativos deverá observar prazo razoável, exceto em situações de urgência justificada e disposições legais específicas com prazo próprio, e nos consensos obtidos pela Câmara de Comércio Exterior (já que esse colegiado reúne os diversos órgãos de comércio exterior), no art. 82, § 5º
Exclusão do art. 94, § 4º, que indicava que a "aplicação dos regimes aduaneiros especiais não poderá resultar em vantagem que exceda a carga de tributos que seriam ordinariamente cobrados sobre bens finais destinados ao mercado doméstico", que pretendia atender às exigências da Organização Mundial do Comércio, mas que poderia gerar interpretação restritiva e deletéria às pessoas intervenientes
No art. 94, § 5º, inserido "nos termos do regulamento", bem como retirada a menção a "quaisquer" requisitos ou condições, no interesse de que o cancelamento do regime

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aduaneiro especial por descumprimento de requisitos e condições siga procedimento formal específico

Retirada de "modalidades de garantia" do § 5º do art. 95, apenas mantida para a administração aduaneira a fixação das hipóteses em que a garantia será exigida para a admissão em regime aduaneiro especial

Possibilidade de admissão temporária por contrato celebrado não apenas com a proprietária, mas também com a possuidora, na forma do regulamento (que estabelecerá meios de prova que atestem a disponibilidade jurídica da mercadoria necessária para configurar a posse), no art. 107, § 3º

Inclusão do depósito especial na lista de regimes de depósito aduaneiro, ausente por equívoco, no art. 112

Corrigida imprecisão nas remissões feitas no inciso II do art. 127 e no inciso I, alínea b, do art. 129

Inserção da destruição da mercadoria, às expensas do beneficiário, como hipótese de extinção do drawback e do Regime Aduaneiro Especial de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado (RECOF) para mercadorias adquiridas no mercado interno, com remissão ao regulamento para essa nova modalidade de destruição não se dará "sob controle aduaneiro" e exigirá a adoção de medidas de cooperação com autoridades fiscais locais, nos arts. 143, § 2º, IV, e 148, § 2º, IV

Indicação expressa no art. 144 de que as outras modalidades de drawback, que configuram tratamento tributário, e não aduaneiro, serão tratadas pela legislação específica, sem qualquer prejuízo para sua aplicação

Inclusão do "Recof serviços" (que na realidade envolve operação com mercadoria) no âmbito desta Lei, mediante inserção no art. 145, § 5º, III

Incluída ressalva expressa para a realização de despacho aduaneiro em unidades situadas fora da Amazônia Ocidental, quando houver "impedimento logístico temporário", contemplando a situação das secas extremas recentemente vivenciadas na região, que têm impedido o acesso de embarcações a determinados portos, no art. 154, § 5º

Ajuste redacional do art. 166, que tem o objetivo de evitar que sejam revogadas normas que estão associadas aos regimes aduaneiros e procedimentos de controle previstos no anteprojeto (o que é especialmente útil para normas de vigência temporária)

Correção do art. 166, que continha referência errada para uma data (1995, e não 2009)

Ajuste na redação do parágrafo único do art. 168, para incluir "em conformidade com o que dispuserem as respectivas disposições legais", reforçando a mensagem de que as disposições do regulamento terão base em ato de hierarquia legal (ainda que em legislação esparsa, e não apenas na lei geral)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Propostas Setor Público

Referência aos compromissos internacionais como fundamento para a edição da Lei no art. 1º, par. único

Inserção de "garantir condições isonômicas de competição" entre os objetivos do art. 3º

Referência a outras áreas no par. único do art. 3º, para contemplar não apenas questões aduaneiras, sanitárias e fitossanitárias como também quaisquer outros interesses tutelados por órgãos intervenientes

Esclarecimento de que a disponibilização de informações é apenas uma das modalidades de transparência, reunindo os antigos incisos VII e VIII do art. 4º

Retomada da expressão "guichê" único para caracterizar a tarefa cumprida pelo Portal COMEX no art. 4º, alinhando com as disposições em outros diplomas legais e tratados internacionais

Retirada de recortes aduaneiros do par. único do art. 4º, para também contemplar a disciplina de procedimentos e penalidades aplicados pelos intervenientes

Inclusão da definição de zona de vigilância aduaneira no art. 6º, § 2º, com a correspondente revogação no DL 37/1966

Retirada da previsão de auxílio "imediato", que não tinha base legal, do art. 11, par. único, inciso I

Modificação do inciso II do par. único do art. 11 e inclusão do inciso III, para tornar explícito o fato de a precedência da autoridade aduaneira não prejudicar o exercício do poder de polícia de outros órgãos

Alteração de força pública para "órgãos de segurança pública" no art. 13, a pedido da Polícia Federal

Esclarecimento de que a requisição de documentos apenas se dá para pessoas intervenientes, e não entre órgãos públicos, para os quais não há o poder extroverso da administração aduaneira, no art. 13, § 3º

Retirada da expressão "ressalvadas as competências da administração aduaneira" do art. 23, já que os órgãos intervenientes estão definidos de maneira suficientemente específica

Referência às medidas de coordenação e cooperação a serem adotadas pelos órgãos intervenientes mediante inclusão do § 3º ao art. 24

Retirada de referência aos acordos específicos que tratam de discriminação ou restrição ao comércio, conforme indicação do Itamaraty, do art. 27

Retirada das cláusulas que criavam novas hipóteses e procedimentos para a realização de operações fora do Portal COMEX, que constavam do inciso III do § 1º e do § 2º do art. 29

Reprodução do texto do Acordo de Facilitação do Comércio (AFC/OMC) na definição dos montantes das taxas, no art. 33, § 1º

Inclusão de par. único no art. 38, para contemplar outros controles aplicados à entrada e circulação de veículos a cargo de órgãos intervenientes, complementares ao aduaneiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Inclusão de ressalva expressa no art. 40 para o ingresso em veículo por outros órgãos, com destaque para as atividades de prevenção e repressão criminal
Referência à prestação de informação pelo transportador aos órgãos intervenientes, na forma da legislação específica, no art. 44, § 3º
Retirada de "apresentada à administração aduaneira" dos arts. 52 e 63, já que a declaração é documento que também serve de base para as modalidades de controle administrativo
Indicação de que a entrega antecipada da mercadoria também deve estar condicionada ao cumprimento de tratamentos administrativos cabíveis (valendo para licença ou conferência), no art. 59, § 2º
Referência à possibilidade de compromissos internacionais impedirem a devolução para o exterior de mercadorias com dispensa do despacho de exportação, no art. 63, § 3º
Referência ao fato de o controle administrativo não ser automaticamente dispensado em hipóteses em que a administração aduaneira autoriza a saída da mercadoria do território aduaneiro antes da liberação ou do registro da declaração de exportação, no art. 72, par. único
Ajuste redacional do inciso V do art. 75, para contemplar expressamente a entrada, a circulação e a saída de mercadorias e veículos no contexto da fiscalização aduaneira
Referência à necessidade de observância das competências de outros órgãos na execução de atos de fiscalização aduaneira, no art. 75, par. único
Inclusão do § 2º ao art. 78, para explicitar a ressalva de que a apuração deve ser continuada pelos órgãos competentes no que se refere a eventuais consequências criminais ou administrativas
Nova definição de repressão aduaneira, destacando como elementos centrais a "organização em operações" e o objetivo de "combate a ilícitos", no art. 79, evitando choques com atribuições de outros órgãos
Tratamento administrativo da inspeção da mercadoria foi renomeado para "conferência do órgão interveniente anuente", diante da presença de controles que podem se limitar ao exame documental, sem a inspeção direta da mercadoria
Indicação de que a aplicação dos tratamentos administrativos menos restritivos deve observar, além do interesse tutelado, "as necessidades de controle e o grau de risco das operações", no art. 80, § 2º
Referência, no art. 80, § 4º, ao fato de os órgãos intervenientes também poderem adotar medidas de controle administrativo sobre mercadorias não declaradas
Ajustes redacionais, substituindo "interesse tutelado" por "controle" ou "necessidade de controle" sempre que a última expressão for mais clara e adequada
Indicação de que os atos normativos que preveem apenas o tratamento administrativo de monitoramento não estarão sujeitos a análise de impacto regulatório (AIR) e consulta pública,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

por serem mais favoráveis às pessoas intervenientes, no § 1º, do art. 82 / Inserção de referência à Lei de Liberdade Econômica, que disciplina as condições para realização da AIR

Ajuste do art. 82, § 2º, para que a especificação da mercadoria se dê "na medida do possível", já que poderão estar previstos níveis mais genéricos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) e que é possível haver tratamentos diferenciados de produtos com mesma NCM, mas com características distintas

Ajuste redacional – órgãos intervenientes "anuentes" no art. 87, caput, já que apenas eles poderão promover o tratamento de LPCO (Licença, Permissão, Certificado e Outros)

Definição da conferência do órgão interveniente anuente (exame documental e inspeção de mercadoria) excluindo qualquer referência às regras de acesso estabelecidas pela administração aduaneira, que poderiam restringir a atuação de outros órgãos, do art. 90

No art. 90, retirada do prazo de oito dias para a conclusão da conferência do órgão interveniente, por não ter base em compromissos internacionais / Em seu lugar, como fórmula de compromisso, prevista a regra de que deverão ser harmônicos com aquele da conferência aduaneira, já que os procedimentos não devem ocorrer de maneira deslocada, mas serem simultâneos, sempre que possível

Indicação de que a observância do tratamento administrativo é também condição de aplicação do regime aduaneiro comum, no art. 93 (replicando o que já havia para os regimes aduaneiros especiais no art. 98)

Menção a "inclusive no que se refere a tratamento administrativo", para a transferência de mercadoria entre regimes aduaneiro, no art. 99, § 2º

Inclusão de parágrafo único no art. 101 para indicar que "os órgãos intervenientes poderão estabelecer em norma condições adicionais para a aplicação do regime de trânsito aduaneiro"

Retirada de evento desportivo e feiras das hipóteses de aplicação de entreposto aduaneiro na importação, no art. 114, já que o regime próprio para essas modalidades é a admissão temporária, tal como já o têm feito os grandes eventos (a admissão temporária é também menos burocrática e mais simples, dispensando o alfandegamento e o trânsito)

Indicação de que os prazos de permanência em entreposto aduaneiro deverão também observar prazos menores estabelecidos por órgãos intervenientes, o que é especialmente válido por razões sanitárias e fitossanitárias, para mercadorias perecíveis, no art. 115, § 2º

Indicação de que os órgãos intervenientes podem também exigir a apresentação da mercadoria entrepostada para seus controles próprios, no art. 115, § 3º

Alinhamento dos prazos para a adoção de medidas voltadas à extinção da aplicação dos regimes especiais, nos arts. 117 e 120, excluindo a excepcionalidade antes prevista apenas para o entreposto, em regulamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Indicação de que a venda das mercadorias em lojas francas deverá observar os requisitos e condições estabelecidos pelas autoridades competentes (especialmente útil para mercadorias comumente falsificadas como perfumes e bebidas), no parágrafo único do art. 129
Indicação de que a observância do tratamento administrativo é também condição de aplicação do regime aduaneiro aplicado em área especial, no art. 152, § 4º (replicando o que já havia para os regimes aduaneiros especiais no art. 98)

Propostas em Comum
Ajuste da definição de despacho aduaneiro, em conformidade com a lógica do Código Aduaneiro do Mercosul, no art. 2º
Inserção do combate ao comércio ilegal e desleal entre os objetivos do art. 3º
Inclusão de requisitos administrativos e financeiros entre os requisitos para o alfandegamento no art. 7º
Previsão de nova modalidade de cooperação com administrações aduaneiras estrangeiras, especificamente voltadas às relações de fronteira, para as quais são convenientes medidas adicionais, no art. 24
Extensão da consulta pública prévia para a atos normativos de aplicação geral editados pela administração aduaneira, na forma do que já prevê o Acordo de Facilitação do Comércio
Harmonização do momento de pagamento dos tributos e encargos, com padronização para a indicação de que o Ministro de Estado da Fazenda disporá sobre os momentos dos pagamentos, alinhando as demais exações ao que já ocorre com os Impostos de Importação e Exportação, no art. 33 (Essa via de escape é especialmente importante diante do fato de a Reforma Tributária estar prevendo novo momento de pagamento, na entrega da mercadoria, para o IBS/CBS, que é diferente daquele de todos os outros tributos sobre o comércio exterior)
Separação mais clara das soluções antecipadas, conforme ao órgão competente para dá-las, com a inclusão do novel § 4º para indicar que os órgãos intervenientes tratarão sobre aqueles temas de sua competência (sendo os temas listados no caput do art. 34 aqueles da administração aduaneira, apenas)
Alteração da definição de despacho aduaneiro de importação no art. 51, na linha do conceito geral de despacho aduaneiro
Referência ao fato de a apresentação dos documentos adicionais no despacho de importação se dar também nos formatos nato-digital ou digitalizado no art. 54, § 1º
Nova redação para o § 1º do art. 58, para indicar que as modalidades de garantia são disciplinadas em ato do Ministro de Estado da Fazenda e indicar as linhas gerais dessa regulação (a fixação em atos normativos era muitas vezes mais restritiva do que o permitido pela jurisprudência, e essa alteração deve alinhar os dois padrões)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Alteração da definição de despacho aduaneiro de exportação no art. 62, na linha do conceito geral de despacho aduaneiro
Setores operacionais do Portal COMEX confirmaram que apenas a nota fiscal é exigida junto à declaração de exportação, sendo feitos os ajustes no art. 65
Indicação de que a conferência aduaneira deverá contar com prazo máximo para sua conclusão, na forma do regulamento, "tendo em conta a complexidade da análise a ser efetuada e as circunstâncias da operação e da natureza da mercadoria", no art. 78, § 2º
Mantida a mensagem de que a ordem do art. 80 representa uma escala para os tratamentos administrativos, por se tratar de um elemento central para a nova sistemática. Houve várias manifestações da iniciativa privada e de alguns órgãos públicos que reconhecem que o controle deve privilegiar aqueles tratamentos menos restritivos quando isso for possível
Ajuste redacional do art. 84, par. único, para deixar mais clara a mensagem de que apenas podem ser exigidas as informações necessárias para o controle administrativo, o que se aplica também à questão da exigência de documentos
Menção, no art. 90, § 2º, de que a inspeção remota deve ser preferida quando possível e viável, e que a conferência do órgão interveniente anuente deve ocorrer simultaneamente à conferência aduaneira (em prol da eficiência e da economicidade)
Permissão expressa para que o importador ou exportador tenha participação na inspeção associada à conferência do órgão interveniente anuente, no art. 90, § 5º
Previsão da transferência de beneficiário como forma de extinção de regime aduaneiro especial, quando compatível com o regime em questão, sendo tratada como transferência entre regimes, no art. 99, § 3º

NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 11ª e 12ª Reuniões da Comissão, ocorridas em 14 e 15 de agosto de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

As atas serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento de documentos pela Secretaria, os quais, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro solicitar a autuação dos referidos documentos. Findo o prazo sem manifestação, os documentos, evidentemente, serão arquivados.

Conforme a pauta publicada, a primeira parte da reunião destina-se à apreciação do anteprojeto de lei que estabelece normas para o comércio exterior de mercadorias. A segunda parte destina-se à apreciação da indicação de três embaixadoras e três embaixadores para postos no exterior.

A reunião é aberta à participação da sociedade, como todos sabem, por meio do Portal e-Cidadania, em senado.leg.br/ecidadania ou pelo 0800 0612211.

Passamos, então, à apreciação do anteprojeto que estabelece normas gerais para o comércio exterior de mercadorias. Nós trazemos a esta Comissão de Relações Exteriores – e já darei a palavra ao Senador Esperidião Amin – a proposta legislativa de modernização da legislação aduaneira, um dos temas centrais nas discussões sobre melhorias e aperfeiçoamento dos institutos jurídicos e normativos no comércio exterior.

Eu gostaria, por oportuno, em primeiríssimo lugar, de registrar a competente condução dos trabalhos pelo Senador Esperidião Amin, que reuniu técnicos da Consultoria Legislativa do Senado, entre eles cito Guilherme Del Negro, e da Receita Federal...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Rosaldo Trevisan e Arnaldo Dornelles.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É. Ouvindo entidades da sociedade organizada num esforço para se produzir um projeto sintonizado com as reais necessidades do segmento de comércio exterior e condizente com as melhores práticas internacionais aduaneiras.

Nesse contexto, é bom que se diga que a nossa legislação aduaneira básica é de 1966, afigurando-se, portanto, incompatível com o atual dinamismo das economias e das relações do comércio exterior.

Esse projeto da nova lei aduaneira, em síntese, estabelece objetivos e diretrizes para conferir segurança jurídica ao setor produtivo, visto que as atividades de regulação, controle e fiscalização do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

comércio exterior de mercadorias deverão observar referenciais mínimos de transparência, celeridade e simplificação.

A Presidência, portanto, considera uma sugestão do Senador Esperidião Amin, que a autoria da presente matéria seja exercida coletivamente pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ofertando maior institucionalidade a esta relevante iniciativa.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Relator da matéria, Senador Esperidião Amin.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Eu quero apenas pedir licença para, inicialmente... Eu não pude os receber no meu gabinete, mas os recebi aqui. Recebi aqui dois dirigentes do Hospital Jaraguá, da cidade de Jaraguá do Sul: Warley Weller e Edson Willian Piotto.

Jaraguá do Sul é uma cidade exemplar em todos os aspectos e também nos da saúde. Os dois maiores hospitais que atendem à cidade são comunitários e o Jaraguá é um deles. O outro é o São José. Nós devemos ter uns 12 hospitais São José em Santa Catarina, inclusive o de Jaraguá do Sul.

Então, quero apenas agradecer pela presença, pelo agradecimento que trouxeram também. Esse registro é paralelo à minha missão neste momento.

Quero, Presidente, da maneira mais resumida possível, dar uma ideia da justificação do anteprojeto – ou projeto de lei, se a Comissão assim aprovar – da Lei Geral de Controle do Comércio Exterior de Mercadorias.

Este presente anteprojeto de lei estabelece normas gerais para o comércio exterior de mercadorias, com destaque para o desempenho das atividades de regulação, fiscalização e controle, respondendo à necessidade de criar uma lei principiológica para racionalizar e modernizar o arcabouço normativo brasileiro nessa área.

A proposta decorre de uma iniciativa, de uma matriz de sua autoria. Faço questão de salientar isso e de agradecer pela oportunidade que eu tive – aprendi muito com isso aqui. Nós nos conhecemos há 36 anos. Talvez o senhor não...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É. Tivemos acertos, encontros, desencontros, como a política propicia, mas eu quero fazer aqui um agradecimento público, porque a sua ideia, a sua iniciativa propiciou este momento para a Comissão de Relações Exteriores e, uma vez aprovado aqui, a Comissão será a autora deste projeto, numa demonstração também do seu altruísmo e da minha busca de coerência, homenageando o Presidente desta Comissão.

A proposta é fruto de uma construção conjunta, envolvendo especialistas, incluindo membros da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, da Consultoria Legislativa do Senado, com destaque – que eu quero aqui reiterar – do Consultor Guilherme Del Negro, dos servidores do gabinete do Senador Renan Calheiros e do meu próprio gabinete, nas pessoas, especialmente, do Eduardo Siqueira e do Jibran, aqui presente, contemplando demandas dos operadores privados pertinentes às matérias que se pretende abordar ao longo do texto.

O comércio exterior de mercadorias – isto é muito oportuno realçar nesta sessão que será seguida pela apreciação de nomes de embaixadores – é disciplinado em mais de uma centena de normas legais brasileiras, sendo a principal o Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, portanto, com quase 60 anos de vigência, que, à beira dos seus 60 anos, vem cumprindo importante tarefa de disciplinar disposições relativas ao Imposto de Importação e à regulação dos serviços aduaneiros, entre outros temas.

Eu peço permissão para considerar lida e fazer constar da ata esta minuta de exposição de motivos e realçar aqui as pessoas, que já foram mencionadas: os Conselheiros do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) Rosaldo Trevisan e Arnaldo Dornelles; o Fausto Coutinho, da Subsecretaria de Administração Aduaneira; a Subsecretária de Tributação e Contencioso, Claudia Pimentel; os auditores fiscais Marina Neumann, Tiago Spengler... Spengler deve ser de Gaspar. É?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Olhem aí! É a terra do único cardeal que o Papa Francisco nomeou nessa leva de 25 e que se chama Jaime Spengler. É quebra-tigela, que é o apelido do nascido em Gaspar, terra da minha sogra, como o Tiago. Minha sogra é Hostins Schmitt – com dois "t". Dizem os alemães que com dois "t" é mais teimosa ainda! (*Risos.*)

E também: Rodrigo Mineiro e Patricia Magalhães; o Diretor do Departamento de Operações de Comércio Exterior, Renato Agostinho; o Coordenador-Geral de Análise de Aspectos Tributários no Comércio Exterior, Marcelo Simões dos Reis; o Coordenador-Geral de Facilitação do Comércio, Tiago Barbosa; e os analistas de comércio exterior Thális Andrade, Carlos Degrazia, Delphino Pires de Souza Júnior, Erich Bezerra, Leonardo Santana e Brenda Cunha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Saliento ainda e coloco como anexo as propostas atendidas. Isto aqui é o inventário das contribuições. Eu não vou ler todas, mas digo que foram propostas do setor privado e propostas e sugestões do setor público. São dezenas, portanto, de contribuições que enriqueceram a ideia original que tinha sido oferecida pelo Senador Renan Calheiros. Então, esses documentos, Presidente, eu pediria que ficassem anexos a esta minuta...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Poderá ser a exposição de motivos, a justificativa do projeto.

São 172 artigos que colocarão o Brasil na época em que nós estamos do ponto de vista legislativo.

Eu creio que o ideal seria, respeitada uma decisão do Plenário, que os Senadores que integram a Comissão tivessem um prazo, assim como nós demos prazo para os agentes externos.

Quero destacar, ainda, a participação pessoal, uma vez que o ministério não fechou questão a respeito do assunto, da catarinense Secretária Tatiana Lacerda Prazeres, minha querida conterrânea, cuja mãe também é minha conterrânea, cuja família é muito ligada à minha família em Santa Catarina; mas não foi em nome do ministério que ela colaborou, uma vez que não houve uma posição unificada.

E acredito, Presidente, que, transformado num projeto de lei da Comissão, marcará uma contribuição inédita. Não me lembro de a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional apresentar um projeto de lei, e ela será, marcará a sua gestão e a nossa participação aqui como sendo uma contribuição mais do que útil, absolutamente necessária, neste momento em que o Brasil procura fazer jus ao seu destino de uma potência de comércio, uma potência que prega a paz. E, quanto mais intensificarmos o comércio, menos pensaremos em agressões físicas. Uma das melhores maneiras de se ter relações pacíficas é ter relações comerciais e intercâmbio cultural e tecnológico pacíficos.

Considero ter cumprido, portanto, a missão e, mais uma vez, lhe agradeço pela demonstração de confiança e espero tê-lo respondido até aqui. Daqui para frente, o projeto andará um pouco sozinho.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós é que agradecemos, em nome da Comissão de Relações Exteriores, a competente condução do Senador Esperidião Amin.

Encerramos a discussão.

Passamos à votação simbólica.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com a apresentação do anteprojeto de autoria deste Colegiado, como sugerido pelo Senador Esperidião Amin, nos termos da minuta apresentada, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovada a apresentação do anteprojeto de autoria desta Comissão, a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, para a devida autuação e distribuição, na forma proposta pelo Senador Esperidião Amin.

Senadora Margareth.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Só vou fazer uma provocação aqui ao Senador Amin, que falou que uma alemã com dois "t" juntos é mais teimosa.

É não. É não. (*Risos.*)

Teimosa é quem teima com alemã quem tem dois "t" juntos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A teimosia do italiano é diferente. (*Risos.*)

Afinal, por parte de mãe, eu sou Buzetto. A senhora é Buzetti.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Mas eu, de casa, eu sou Gettert. Gettert tem dois "t": no meio e um no final.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E a gente não sabia, não é? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Segunda parte da reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esclareço a todos as diretrizes que seguiremos nas sabatinas.

Eu pediria que fizessem entrar as embaixadoras e os embaixadores. (*Pausa.*)

Esclareço a todos as diretrizes que seguiremos nas sabatinas.

A votação será obrigatoriamente presencial, por meio de duas urnas de votação secreta localizadas uma na porta do Plenário e outra dentro dele.

Cada sabatina começará com a leitura do respectivo relatório pelo Relator. Em seguida, é concedida a palavra à indicada ou ao indicado por até 15 minutos, para sua exposição inicial.

Na sequência, será aberta a fase de inquirição pelas Sras. e pelos Srs. Senadores inscritos, com duração de até cinco minutos por Senador, organizados por blocos de quatro Senadores.

A resposta do sabatinado será a todos os questionamentos do bloco e terá duração de cinco minutos, podendo haver réplica e tréplica por até três minutos para cada.

Por fim, será realizada a votação seguida de apuração dos votos.

Eu consulto às Sras. e aos Srs. Senadores se as interpelações dos sabatinados serão feitas em reunião aberta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, atendendo à liberação, portanto, do Plenário, passemos às sabatinas em reunião aberta.

Já estão compondo a mesa as nossas três primeiras indicadas para as arguições de hoje: as Sras. Embaixadoras Gilda Motta Santos Neves, Daniella Xavier e Maria Izabel Vieira.

Item 1 da pauta, indicação do nome da Sra. Gilda Motta Santos Neves, Ministra de Primeira Classe da carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Turquia.

2ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 32, DE 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora GILDA MOTTA SANTOS NEVES, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Turquia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pronto para deliberação

A Relatora é a Senadora Tereza Cristina, que viajou em função da COP 29. Para substituí-la, nós vamos designar, com muita satisfação, o Senador Esperidião Amin.

O relatório está pronto para deliberação.

Eu passo a palavra ao Senador Esperidião Amin, pelo prazo de cinco minutos, para as suas considerações iniciais e um breve resumo do seu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Embaixadores, o parecer, o relatório da Senadora Tereza Cristina, nossa Líder partidária, é muito bem elaborado.

Eu gostaria de destacar que a nossa indicada exerceu funções relevantes ao longo da sua carreira. Eu, pessoalmente, fico muito confortável em relatar a indicação de alguém de carreira, porque o nosso corpo diplomático, o nosso Instituto Rio Branco, por onde todos passaram, é a certeza de uma acuidade e uma adequação aos desafios deste momento do Brasil e do mundo.

Quero lhe dizer ainda que a senhora sabe que vai exercer a sua função – com a nossa aprovação, que eu auguro e tenho certeza dela – num país fascinante e eu gostaria de salientar – isso faz parte do relatório – que a Turquia tem tido uma posição de muito equilíbrio em relação à guerra entre Ucrânia e Rússia.

Isso é particularmente importante para nos ensinar, se nós rememorarmos que a Turquia foi parceira da Inglaterra e da França na Guerra da Crimeia, em 1845 – até 1855. Foi uma guerra muito grave na época, em termos de duração, de extensão, de perda de vidas humanas, e teve como cenário exatamente o Mar Negro. E chama-se Guerra da Crimeia, e hoje se pode dizer que a Crimeia é um dos pomos da discórdia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A Crimeia, que faz parte do cenário da guerra, foi incorporada recentemente pela Rússia, pela Federação Russa, mas as grandes cidades do Mar Negro foram construídas por arquitetos contratados por Catarina, a Grande. Sebastopol é um dos exemplos.

Portanto, aquele território sempre foi muito cobiçado, digamos, porque a Rússia sempre precisou de águas quentes fora do Círculo Polar Ártico, para desenvolver a sua marinhagem.

E essa lição de diálogo múltiplo eu acho que fará bem ao Brasil, quando a senhora trocar essas experiências com o Itamaraty.

No mais, repito, Brasil e Turquia têm uma balança comercial importante. As nossas exportações, em 2022, foram da ordem de US$3,4 bilhões; a importação, de US$1,1 bilhão. Portanto, nós estamos com um superávit satisfatório, que deve ser aperfeiçoado com a intensificação desse comércio exterior, dos laços culturais igualmente e das relações diplomáticas que devemos, em reciprocidade, cultuar.

Esse é o relato, Presidente, que eu faço, o resumo que eu faço do excelente relatório...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... da nossa Senadora Tereza Cristina.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecemos ao Senador Esperidião Amin, e tenho a satisfação de conceder a palavra à Sra. Gilda Motta Santos Neves, indicada para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Turquia.

Informo à Sra. Embaixadora que o tempo destinado à exposição é de 15 minutos.

Com a palavra, V. Exa.

A SRA. GILDA MOTTA SANTOS NEVES (Para expor.) – Obrigada, Presidente. Obrigada, Senador Esperidião Amin. Obrigada a todas as senhoras e senhores pela oportunidade.

Quero agradecer, claro, ao Presidente da República; ao Ministro Mauro Vieira, pela indicação do meu nome. E, se eu for aprovada nesta Casa, eu quero dizer que, com muita satisfação e fascínio também, Senador, irei para a Turquia, porque é uma região onde eu já vivi. Eu fui quatro anos Ministra Conselheira em Teerã, três anos em Moscou. Então, aquela dinâmica geopolítica me interessa muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Apesar de mais de 150 anos de relações entre Brasil e Turquia, só a partir do ano 2000 elas ganharam mais dinamismo, em particular, a partir de 2010. Depois houve uma desaceleração em função das convulsões internas nos países da região, Primavera Árabe, e o Brasil também se voltou muito para dentro. Houve uma crise econômica seguida de crise política, tivemos um *impeachment*, em seguida pandemia, e agora nós estamos retomando a normalidade.

O meu plano de trabalho baseia-se na parceria estratégica entre Brasil e Turquia, que foi assinada em 2010 pelos Presidentes Lula e Erdogan, e minha intenção é aprofundar e diversificar – obrigada – as relações, dando continuidade ao trabalho excelente que vem sendo feito já pela embaixada, sob a liderança do Embaixador Carlos Ceglia, que também será sabatinado hoje.

Bem, o diálogo político já retomou intensidade. Em 2023, a Secretária-Geral do Itamaraty foi à Turquia, voltou este ano; o Ministro Mauro Vieira fez uma visita, também consultas políticas este ano, em Ancara; em seguida, os Presidentes Erdogan e Lula se encontraram à margem do G7, na Itália, e vão se encontrar agora, de novo, porque o Presidente Erdogan está vindo para a cúpula do G20 e vai ter um encontro bilateral com o Presidente.

Então, na prática, o meu plano de trabalho na área política já está em andamento.

Eu pretendo fortalecer essa parceria estratégica, inclusive por meio de mais encontros de alto nível; organizar visitas de Estado que estão previstas dos dois lados; aumentar encontros no nível operacional, para dar concretude justamente aos direcionamentos que a gente recebe dos Presidentes, dos Ministros e também dos Parlamentares.

Eu quero retomar mecanismos de concertação que estão parados há algum tempo, como a Comissão Mista Econômica, que está parada desde 2010 – é muito importante que a gente retome esse diálogo –, e avançar nos acordos bilaterais e memorandos de entendimento. Há 25 em negociação, alguns efetivamente em negociação, outros dormentes. Eu tenho procurado mapear onde eles pararam – esses acordos –, por que pararam, se há interesse das duas partes em continuar, mas, de qualquer forma, o diálogo está retomado, e é um momento muito auspicioso.

No que diz respeito às relações econômicas e comerciais, temos, de fato, um comércio intenso. A balança alcançou US$4,5 bilhões no ano passado, e 75% é exportação brasileira, como o Senador Esperidião Amin já mencionou.

O Brasil exporta muita soja, muito minério de ferro, animais vivos – o famoso boi em pé –, café não torrado, algodão, celulose, e, claro, a gente sempre quer aumentar o volume dessas exportações e também diversificar essa pauta, para incluir produtos de maior valor agregado inclusive, mas também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

gostaria de trabalhar para que as importações da Turquia também crescessem. Isso porque uma balança equilibrada me parece que é mais sólida, mais estável e abre oportunidades maiores de cooperação e de parcerias econômicas.

Nisso acho que contarei com uma ajuda importante que é da Adidância Agrícola, que recentemente houve a decisão do Governo de abrir em Ancara. Já conversei muito com o novo adido, ele acaba de ser selecionado, e acho que vai ser uma boa parceria para diversificar e ampliar essa balança.

Quero mencionar dois casos específicos do comércio. A carne bovina, nós ainda não pudemos abrir o mercado turco para ela. A Turquia importa muitos animais vivos do Brasil, bois vivos, mas não carne processada. E acho que nós temos que perseguir essa meta, as negociações estão avançando, já evoluíram muito, acho que estamos próximos de conseguir abrir esse mercado. E acho que, mesmo que a gente não consiga abrir completamente o mercado, há um espaço grande para parcerias e processamento na Turquia da carne brasileira, como já é o caso da BRF, que fez isso com as carnes de aves e tem um investimento grande na Turquia.

Também continua muito presente na agenda a negociação com a Embraer, que pretende vender aviões para a Turkish Airlines. É uma negociação também complexa – olá, Senador! – porque a Turkish já trabalha com aviões da Boeing e da Airbus, então incorporar um terceiro tipo de avião na frota é um processo difícil, demorado, e eles vêm negociando, o pacote de serviços oferecido tem que ser muito atraente. Mas acho que também nesse caso, se isso se concretizar, vai abrir um espaço muito grande para a produção conjunta de partes de aeronaves, de serviços e também futuramente, eventualmente, para atuar em terceiros mercados, uma atuação conjunta da Embraer com a empresa turca. E para além da aviação civil, acho que abre espaço também para projetos de defesa. A Embraer Defesa e Segurança já vem conversando com empresas turcas do setor e acho que há grande potencial nisso.

A atração de investimentos é outro item dessa pauta comercial e econômica que me interessa fomentar. Ainda são muito baixos os investimentos turcos no Brasil, não chegam talvez a US$200 milhões. Há uma unidade de produção de fios e lonas de *nylon* para a indústria automotiva, isso em Camaçari, e geração de energia termoelétrica a partir de navios no Rio de Janeiro. Essa empresa, aliás, a Karpowership, essa empresa turca, assinou um memorando este ano com a Petrobras e, se eu for confirmada por esta Casa, eu pretendo conversar com a Petrobras para ver em que áreas a embaixada poderá ajudar para ampliar essa parceria e atrair mais investimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos cinco multinacionais brasileiras operando na Turquia, grandes multinacionais: a BRF, que eu já mencionei; a Votorantim; Metalfrio; Maxion Wheels; e WEG. Então é um investimento muito importante que o Brasil faz lá, e essa contrapartida ainda não se concretizou aqui.

Eu previ, no meu plano de trabalho, também realizar na Turquia eventos de divulgação de oportunidades de investimento no âmbito do PAC e com o apoio da Apex, em particular no setor de infraestrutura, porque a Turquia tem empresas grandes, internacionalizadas e com grande competência, e acho que poderia ser de interesse deles investir aqui no Brasil.

Falando em Apex, eu conversei muito com o Presidente Jorge Viana e ele me disse que há cinco setores em que a Turquia já aparece como mercado prioritário para a Apex, nas áreas de produção e comércio de arroz, feijões, chocolates e balas, algodão, itens de higiene pessoal, cosméticos. Então pretendo trabalhar com os técnicos da Apex e com as associações setoriais de indústrias brasileiras para identificar nichos de interesse de comércio e investimento aqui.

Pensando ainda em investimentos e cooperação, eu quero mencionar o caso do turismo, que é muito peculiar, porque nós temos 11 voos semanais entre Istambul e São Paulo, e isso ainda não se refletiu num aumento considerável dos turistas turcos no Brasil: apenas menos de 3 mil turistas turcos vêm ao Brasil por ano, brasileiros são mais de 100 mil que vão à Turquia. Então, acho que a gente tem que trabalhar melhor em divulgação e estabelecer parcerias com agentes privados tanto aqui quanto na Turquia e promover também maior participação em feiras e divulgação ampliada nas mídias sociais. Mas, para além do número de turistas, acho que seria importante explorar também a cooperação entre as indústrias de turismo turco e brasileira, porque a Turquia fez um investimento muito impressionante na indústria turística e hoje é uma potência nessa área, isso em 30 anos. Eles recebiam 5 milhões de turistas, nos anos 90, e agora recebem 50 milhões. Então, acho que nós podemos aprender com essa experiência e conhecê-la melhor.

Na cooperação bilateral, eu comentaria também a abertura existente no setor de defesa. Há um diálogo corrente e regular entre os ministérios de defesa, mas isso ainda não gerou dividendos suficientes para a relação. Há, inclusive, um acordo em tramitação aqui no Congresso – já deve estar terminando a tramitação na Câmara, virá ao Senado –, e eu conto com o apoio dos senhores para que ele receba uma consideração célere. Trata-se de um acordo de cooperação entre as indústrias de defesa de Brasil e Turquia. Acho que isso abrirá um espaço ainda maior para a nossa relação comercial e de cooperação.

Na área de promoção cultural, também é importante a gente buscar parcerias com agentes privados para promover cada vez mais a diversidade cultural brasileira e a marca Brasil. Na minha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

experiência nas embaixadas em que trabalhei, acho que a promoção cultural e a promoção comercial se reforçam mutuamente. Então, acho que é um espaço em que a gente tem que trabalhar, inclusive para angariar recursos para promover melhor a cultura brasileira.

A difusão cultural aproxima as pessoas, como sabemos, e abre portas para projetos também na área de desenvolvimento, cooperação, serviços e mais mobilidade acadêmica de alunos, de professores, de pesquisadores. Nós, infelizmente, não temos recursos para abrir um centro cultural, no momento, na Turquia, mas a Turquia, sim, quer abrir um centro cultural em São Paulo, e isso é objeto de um acordo que vem sendo negociado já há alguns anos. Eu pretendo acelerar essa consideração no Itamaraty e, depois, a tramitação dele.

Outro acordo que está em negociação e que interessa muito a gente fazer avançar é o acordo de cooperação básico entre a ABC, a nossa agência, e a Tika, que é a agência turca de cooperação. Isso daria ou dará o marco legal para a cooperação bilateral e também para a cooperação trilateral. Acho que há muito espaço para isso, em particular, na África, onde a Turquia tem uma presença muito forte, mais forte que a nossa atualmente, e talvez, em países de língua portuguesa, nós possamos trabalhar juntos na cooperação, eu penso muito, na área agropecuária e na área de segurança alimentar, com o apoio da Embrapa.

E o último ponto que eu quero ressaltar é o potencial de concertação multilateral, já mencionado também pelo Senador Esperidião Amin. Nós temos projeção regional e internacional semelhantes, Brasil e Turquia; e também queremos reformar as estruturas decisórias multilaterais e dar mais voz aos países em desenvolvimento.

Também, quanto aos conflitos internacionais, temos posições coincidentes e somos dois países que promovem e facilitam negociações de paz. Podemos articular, juntos, iniciativas de mediação, como já vimos acontecer, inclusive, em 2010, com relação à questão nuclear iraniana, que foi uma coordenação muito bem-sucedida, embora depois não tenha tido êxito, em função de questões geopolíticas mais amplas.

Temos grande potencial, também, para ampliar a coordenação entre os dois países no âmbito do G20 – os dois são membros – e agora também nos Brics, com a entrada da Turquia como país parceiro.

Bem, à guisa de conclusão, eu diria que estamos numa curva ascendente no relacionamento e eu gostaria de contar com a aprovação dos senhores para aprofundar e diversificar essa relação bilateral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada pela atenção.

Aguardo comentários e sugestões dos senhores e das senhoras.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos à Embaixadora Gilda Motta Santos Neves pela excelente explanação durante a sua sabatina.

Para efetuarmos uma dinâmica mais apropriada, nós vamos já para o item 2, e quem quiser formular as perguntas, na hora em que a gente sabatinar as três Embaixadoras, já faz as perguntas para quem desejar, para o colega que desejar.

Informo também a V. Exas. que o painel de votação já está aberto. Quem ainda não votou pode entrar aqui dentro desta sala para votar, ou na entrada...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – ... da nossa sala de Comissão.

Pois não, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu apenas quero deixar consignado aqui o meu aplauso ao Itamaraty, que desta vez nos brindou com três indicações de mulheres e três indicações de homens, melhorando, portanto, a sua média.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Perfeitamente. Está registrado.

2ª PARTE

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 33, DE 2024

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora DANIELLA XAVIER CESAR, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Senegal e, cumulativamente, na República da Gâmbia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pronto para deliberação

Passo a palavra, por cinco minutos, ao Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, senhores colegas Senadores e Senadoras, eu quero, primeiro, cumprimentar o Embaixador Carlos Ceglia, a Maria Izabel, a Embaixadora Gilda Motta e a Daniella Xavier, de cuja indicação eu tive o prazer de ser Relator.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz da Sra. Daniella Xavier Cesar, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Senegal e, cumulativamente, na República da Gâmbia.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV). Nesse sentido e observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo da diplomata (art. 383, III).

A indicada é licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e possui mestrado em História da Política Externa pela Universidade de Brasília. Iniciou a sua carreira diplomática em 1997, como Terceira-Secretária; ascendeu à Segunda-Secretaria em 2004 e à Primeira-Secretaria em 2007. Em 2010, foi promovida à Conselheira; em 2018, à Ministra de Segunda Classe; e, em 2022, à Ministra de Primeira Classe – todas promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas pela Diplomata em sua carreira, destacam-se as de Conselheira na Embaixada em Lisboa, de 2012 a 2016; Ministra-Conselheira na Embaixada em Pretória, de 2016 a 2018; Ministra-Conselheira na Embaixada em Dar es Salam, de 2019 a 2022. Desde 2022, a indicada integra a Coordenação-Geral de Patrimônio e Acervos do Itamaraty.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ainda em atendimento às normas regimentais (art. 383, inciso I, alínea "d"), a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre as República do Senegal e de Gâmbia, o qual informa acerca das relações bilaterais desses dois países com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos, suas políticas interna e externa, assuntos consulares e economia.

O Senegal é, desde maio de 2019, uma República presidencialista. Sua população, estimada em 18 milhões de pessoas, professa majoritariamente o islamismo (96%) e tem por idioma oficial o francês. O país ocupa a posição de nº 170, entre 191 países, no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). A expectativa de vida é de 67 anos e o índice de alfabetização está em 51,9%. O Parlamento unicameral, a Assembleia Nacional, conta com 165 membros. O país se notabiliza por sua estabilidade política em região afetada por conflitos.

No que concerne às relações diplomáticas bilaterais, elas datam de pouco depois da independência senegalesa, ocorrida em 1960. O Brasil abriu, no ano seguinte, embaixada em Dacar. O Senegal, por sua vez, abriu embaixada no Brasil em 1963. Desde então, foram realizadas visitas oficiais de alto nível entre os dois países, a mais recente foi do Chanceler brasileiro em dezembro de 2019. Na oportunidade, foram tratados temas relativos ao comércio bilateral, à facilitação de investimentos e à cooperação em defesa.

Com respeito às trocas comerciais, arroz e açúcar são itens que se sobressaem na pauta exportadora brasileira para o Senegal. Em 2023, os senegaleses foram o principal comprador de arroz quebrado do Brasil, conforme dados da Associação Brasileira da Indústria do Arroz (Abiarroz). Ainda no ano passado, a corrente de comércio entre os dois países registrou a cifra de US$297 milhões. As relações comerciais mantêm a série histórica de superávits para o Brasil. Importamos, em 2023, cobre e outros minérios (titânio, nióbio, tântalo, vanádio e zircônio) no valor total de US$4,5 milhões. O Senegal segue sendo o quarto principal destino das nossas exportações na África Central e Ocidental, após Nigéria, Libéria e Gana. Neste ano, percebe-se específico crescimento nas nossas exportações, com um percentual de 120% de crescimento entre janeiro e junho.

Aspecto importante do relacionamento bilateral é o Programa de Cooperação Brasil-Senegal, que tem como marco jurídico o Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 1972. Das diferentes iniciativas, merece destaque a cooperação em agroflorestas, pecuária e unidades agroecológicas. Nesse sentido, há registro de missões tanto no Senegal quanto no Brasil para diagnóstico e elaboração de novos projetos, com destaque para os relacionados ao sistema agrossilvipastoril. Essas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

missões contam com representantes da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), bem como de instituições de ensino brasileiras, como, por exemplo, a Universidade Federal de Rondonópolis. Digno de menção ainda são os esforços de cooperação nos campos humanitário e de defesa.

Importa noticiar, por igual, que o Senegal é Estado observador associado à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) desde 2008. Nesse sentido, estima-se que o idioma português seja estudado por cerca de 47 mil pessoas no Senegal. A comunidade brasileira em solo senegalês é estimada pelo Itamaraty em 285 pessoas, que são atendidas pelo setor consular da Embaixada em Dacar.

Em relação à República da Gâmbia, trata-se do menor Estado continental da África. Seu território é quase que totalmente envolvido pelo Senegal. O país ocupa estreita faixa de terra, com cerca de 40km de largura por 322km de extensão, ao longo do Rio Gâmbia. A economia é fortemente dependente da agricultura, que está baseada no cultivo de algodão e amendoim, os principais produtos de exportação. Os parques de animais e as praias têm impulsionado o turismo. A população de aproximadamente 2,4 milhões de pessoas tem o inglês como língua oficial.

As relações bilaterais foram estabelecidas em 1965 e vêm sendo acompanhadas pela Embaixada em Dacar, visto que o Brasil não mantém embaixador residente em Banjul. Estima-se em 15 o número de brasileiros em solo gambiano. O comércio bilateral é compatível com o quadro descrito e atingiu a cifra de US$113 milhões, valor quase que integralmente vinculado à exportação brasileira de açúcar, arroz e carnes.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Portanto, Sr. Presidente, era esse o relatório conclusivo de apresentação da Embaixadora Daniella Xavier Cesar.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao Senador Chico Rodrigues.

De pronto, concedo a palavra à Sra. Embaixadora Daniella Xavier Cesar, indicada para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Senegal e Gâmbia.

V. Exa. tem 15 minutos.

A SRA. DANIELLA XAVIER CESAR (Para expor.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Sr. Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de agradecer a indicação pelo Senhor Presidente da República e pelo Sr. Ministro de Estado, naturalmente, do meu nome como candidata a Embaixadora no Senegal e gostaria de agradecer também a intermediação da Embaixadora Maria Laura da Rocha, nossa Secretária-Geral, que tem procurado manter um equilíbrio nas políticas de pessoal e de distribuição de recursos no nosso ministério.

Permitam-me, Sr. Presidente e Srs. Senadores, tecer algumas considerações breves sobre a política do Brasil para a África em geral, que eu pude vivenciar na prática, ao longo dos seis anos de trabalho, em dois postos africanos nos quais servi, África do Sul e Tanzânia.

Não é de hoje que a África desperta o interesse internacional, mas esse interesse foi renovado hoje pela percepção de que o continente apresenta uma série de características que o tornaram bastante promissoras.

Em 2021, a área de livre comércio que eles assinaram tem mais de 54 países signatários, é a maior área de livre comércio do mundo, com um mercado de 1,3 bilhão de pessoas e um Produto Interno Bruto combinado de US$3,5 trilhões. O continente também dispõe de mais de 60% das terras aráveis não utilizadas no mundo e é rico nos recursos e nas matérias-primas necessárias para as novas tecnologias verdes. Além disso, possui uma população jovem, em média de 20 anos de idade e em rápido crescimento.

Portanto, Sr. Presidente, Sr. Senadores, não se trata tanto de comparar a política brasileira para a África com a dos demais países, porque nós não temos necessariamente as mesmas condições, mas de definir quais são os interesses brasileiros e os contornos que a gente quer dar a essa política e quais são as nossas singularidades para atingir os nossos objetivos.

Nesse particular, em primeiro lugar, eu destaco que a África apresenta oportunidades comerciais para as nossas exportações agrícolas, pois ainda importa boa parte dos alimentos que consome, mas também toda a gama de produtos e tecnologia da alta cadeia do agronegócio. Além disso, a África oferece oportunidades para investimentos em infraestruturas, energia, comunicação, construção civil, transporte, rodovias, portos, aeroportos, além de serviços de infraestrutura para o setor de petróleo e gás. Nessa vertente, o que o Brasil tem? O Brasil tem a vantagem de ter soluções tecnológicas que se adaptam muito bem ao nível de desenvolvimento do continente, ao clima, à geografia e à geologia.

Em segundo lugar, no que nos é peculiar com relação à África, eu destaco o nosso interesse pelas questões de segurança e paz. E quais são as questões de segurança e paz que nos dizem particular respeito? É que nós compartilhamos com a África o Atlântico Sul, por onde se escoam 95%

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do comércio brasileiro. Então, por iniciativa brasileira, foi estabelecida, em 1986, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, Zopacas, que engloba ao todo 24 países entre os sul-americanos e os da costa ocidental africana.

O início desse fórum teve como ideia a articulação e a cooperação para coibir a proliferação de armas nucleares e de destruição em massa na região, mas ele recentemente foi renovado porque existem novos desafios de segurança regional que passaram a enfocar novos temas, como o tráfico de drogas, de armas e seres humanos, a pirataria e a pesca ilegal não declarada e não regulamentada. Esse último aspecto é de grande interesse para o Senegal, visto que a pesca é um importante setor da economia e representa a segurança alimentar para aquele país.

Um terceiro aspecto da peculiaridade do Brasil com relação à África são os nossos laços históricos, que nos unem, e a contribuição da diáspora africana na formação social do Brasil.

Esses laços começam com o evento trágico da escravidão. Como os senhores sabem, entre os séculos XVI e XIX, cerca de 14 milhões de escravizados cruzaram o Atlântico para as Américas e o Caribe. Da região da Senegâmbia teriam partido cerca de 6 milhões, dos quais 40% podem ter tido o Brasil como destino.

Hoje, essa relação representa uma enorme riqueza cultural e social. O Brasil abriga a maior diáspora africana nas Américas, é reconhecido pela União Africana como a sexta região do continente. E aqui eu não falo apenas de *soft power*. Essa relação privilegiada tem substrato econômico se nós considerarmos o potencial dela para o turismo, para a cooperação acadêmica, científica e editorial, além das oportunidades que oferecem para a indústria criativa de parte a parte.

Feitas essas breves considerações sobre a nossa relação com a África, eu passo a comentar sobre o Senegal.

Desde a sua independência, o Senegal vem consolidando uma imagem de estabilidade política e democrática, sem que se tenham registrado episódios de ruptura.

Por sua sólida formação intelectual e obra seminal, Léopold Sédar Senghor, líder do movimento independentista e primeiro Presidente do país, foi figura referencial para o pan-africanismo e para a consolidação das instituições democráticas em seu país. Ele foi sucedido por uma série de mandatários hábeis e de igual solidez na formação intelectual, que partilhavam visões de abertura de mundo e valorização do multilateralismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Cabe registrar, em relação à estabilidade do Senegal, a importância da religião muçulmana de vertente sufi como instrumento de coesão social, política e cultural, que confere ao país sua característica de tolerância, harmonia étnica e religiosa. O sistema de governo é laico, mas nenhum governante pode prescindir de um bom relacionamento com as principais irmandades muçulmanas.

A imprensa é livre; e a oposição é aguerrida, mas consciente do legado democrático.

Recentemente, em 2023, esse sistema foi posto à prova. Ao fim do segundo mandato, houve uma tentativa de Macky Sall de postergar as eleições, o que desencadeou uma forte reação interna, violentos protestos, sobretudo da juventude, e também externa, recebendo críticas dos países da Cedeao e da União Africana. Em função disso, o Presidente aceitou um acordo com as oposições, soltou os opositores e marcou eleições para um breve período, mas tornou inelegível seu principal opositor, que é o Ousmane Sonko, fundador do partido Patriotas Africanos do Senegal pelo Trabalho, a Ética e a Fraternidade.

Concorreu ao cargo o Presidente Bassirou Diomaye Faye, que era o braço direito de Sonko, e venceu as eleições, em primeiro turno, com 54% dos votos, iniciando o mandato em abril. Então, neste momento, a oposição governa o país, e nós estamos recém-observando como é que isso vai transcorrer. Mas, por ora, o Governo Faye-Sonko se demonstra coeso.

Embora abrace um discurso antissistêmico, a ação política tem se apresentado pragmática e em consonância com as regras constitucionais. Agora, em três dias, haverá eleições legislativas, e nós veremos o quanto eles poderão ampliar sua base de Governo.

Essa retórica soberanista e pan-africanista do Governo Faye Sonko poderá se traduzir por uma aproximação do Senegal com outros parceiros, em alternativa à influência da França, o que pode ser um cenário positivo para o Brasil, embora as nossas relações já sejam muito boas.

Com relação às relações econômicas, esse é um dos principais espaços de aprofundamento que nós temos. O Senegal tem tido um crescimento econômico sustentado com bons prognósticos, passando de 4,3% em 2023 para 8,2% em 2024, com um prognóstico de 9,5% em 2025, segundo o Banco Mundial. Estudos indicam também que a entrada em vigor da Zona de Livre Comércio Continental Africana poderá levar a um aumento médio de 1,3% do PIB e 3% nas exportações ao longo dos dez primeiros anos.

Em 2023, o nosso comércio com o Senegal foi de US$300 milhões, mantendo uma série histórica de superávits brasileiros – eu não vou me estender sobre a composição da pauta, que já foi lida no relatório. Entre janeiro e julho de 2024, as exportações para o Senegal cresceram em 120% em relação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ao mesmo período no ano anterior, de maneira que isso é muito promissor. O Senegal exporta pouco para o Brasil, US$4,5 milhões, concentrados em minérios, mas tem perspectiva, por exemplo, de exportar fertilizantes, visto que ele começou uma produção de ureia que deve se tornar sustentável e interessante.

Por fim, o Senegal também iniciou exportações nos campos de petróleo *offshore*, o que poderá gerar um impacto significativo ao país, e, para o ano que vem, deverá iniciar as exportações de gás numa região na fronteira com a Mauritânia, também *offshore*. Essas duas iniciativas também abrirão um espaço para as nossas empresas brasileiras, sobretudo para capacitação, fornecimento de material e serviços de engenharia.

Em relação à cooperação técnica, também foi mencionado no relatório que nós estamos ao abrigo de um acordo dos anos 70, e já há uma série de projetos em desenvolvimento. Destacaria três em agricultura na área de algodão e de agrofazendas. Também há um projeto na área de coleta eletrônica de censos e um projeto muito bonito que está ainda em gestação e que seria, junto com a União Europeia, de plantio de árvores na franja do Saara, a fim de coibir a expansão do Saara. E esse projeto poderá se estender para outros países, chegando até o Djibouti e fazendo um cinturão verde nessa fronteira.

No âmbito da cooperação educacional, também há um acordo em vigor desde 1967. Nós já tivemos 73 estudantes senegaleses no PEC-G e 10 no PEC-PG, que são programas de graduação e pós-graduação. Existe um leitorado de português na principal universidade de Dakar com mais de 2,3 mil alunos.

A cooperação em defesa é uma das vertentes mais relevantes e tem sido acompanhada pela nossa Adidância de Defesa, Naval, do Exército e Aeronáutica, que foi criada em 2013. O principal eixo dessa cooperação é a formação profissional; já existem mais de cem militares senegaleses que foram treinados no Brasil, e essa adidância dá muito apoio à nossa Marinha nos seus diversos exercícios conjuntos na região.

Os temas consulares não apresentam grandes problemas. A comunidade é muito pequena, cerca de 200 pessoas, em sua maioria missionários cristãos. Existem demandas de vistos, alguns dos quais podem ser fraudulentos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DANIELLA XAVIER CESAR – Já estou para o concluir Senador.

Mas nós já implementamos o sistema e-consular, que pode melhorar muito essa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, só para resumir, nós estamos em um momento oportuno de dinamizar as relações bilaterais, porque os dois países, caso a indicação seja aprovada, estão trocando os Chefes de postos. O Brasil já concedeu *agrément* para Embaixadora do Senegal, e, sendo aprovada, estaríamos começando, eu em Dakar e ela em Brasília, na mesma ocasião.

Da parte senegalesa, nós temos um pedido de visita do Ministro da Agricultura e da Defesa com uma extensa pauta no Brasil a que nós precisamos responder. E temos uma solicitação também de visita da Ministra de Relações Exteriores.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DANIELLA XAVIER CESAR – O Senegal acaba de confirmar sua adesão à Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza, comunicada ao G20 antes da cúpula, de forma que ele possa ser considerado um dos membros fundadores.

E será oportuno estabelecer datas para as reuniões do mecanismo de consultas políticas.

De toda forma, da nossa parte, teremos também uma missão empresarial que já está sendo organizada pelo departamento de promoção comercial e agricultura da Apex no início de 2025.

Numa pincelada em relação à Gâmbia – eu acho que eu tenho direito a mais um minutinho, porque eu tenho dois países –, como foi mencionado no relatório, não há embaixada residente nossa na Gâmbia ou da Gâmbia aqui. As relações são cordiais. O Presidente Adama Barrow, que assumiu em 2007, tem procurado melhorar a inserção internacional do país e suas credenciais em direitos humanos. Nós temos um comércio superavitário de US$111 milhões centrado na exportação de alimentos. E, se eu tiver uma proposta de plano de trabalho, seria de ampliar para a Gâmbia um dos projetos de cooperação estruturante na área agrícola que poderia ser o de unidades agrossilvopastoris.

Muito obrigada. É o que eu teria a comentar.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Dando sequência à metodologia que foi adotada, eu passo a palavra à Sra. Maria Izabel Vieira, que é indicada pela Mensagem nº 54 de 2024, compondo, portanto, o item 3.

Maria Izabel Vieira, que é a indicada pela Mensagem nº 54, de 2024, compondo, portanto, o item 3.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 54, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora Maria Izabel Vieira, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Eslovênia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pronto para deliberação

Passo a palavra, então, à Sra. Maria Izabel Vieira... (*Pausa.*)

Perdão, perdão. Tenho aqui um...

Passo a palavra ao eminente Senador, nosso Presidente permanente da Comissão de Direito Digital, que hoje cumpre seu segundo expediente aqui na nossa Comissão de Relações Exteriores. Então, antes de passar a palavra à Sra. Embaixadora, passo a palavra ao nosso Relator, Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. Embaixadoras, Sr. Embaixador, colegas, Senadoras e Senadores, coube a mim substituir a Senadora Mara Gabrilli, que por problemas técnicos não conseguiu entrar, não é? Isso seria muito importante, porque ela sempre faz questão de participar desse tipo de atividade.

A Embaixadora Maria Izabel está designada para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Eslovênia. Ela é graduada em Letras, Tradução e Interpretação da Língua Inglesa pela PUC de São Paulo – não vou dizer o ano porque pode revelar a idade de V. Exa. (*Risos.*)

Fez todos os cursos previstos na carreira diplomática. Destaco a tese do seu Curso de Altos Estudos, "A Rodada de Doha e o Protecionismo Agrícola", o que mostra que a senhora, inclusive pelos postos que ocupou aqui dentro do Brasil, tem uma simbiose muito grande com a questão da agricultura e produtos de base, por ter servido na Divisão de Agricultura do nosso Ministério de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relações Exteriores. A senhora conhece o controle orçamentário, porque serviu na Secretaria de Controle Orçamentário, que é algo importante que neste Brasil se desconhece muito – não é, Senador Amin? –, os problemas aí.

Do exterior, a senhora tem uma vivência muito grande, principalmente em Genebra, onde serviu na Delegação Permanente, foi Cônsul-Adjunta; foi Cônsul-Geral agora em Houston, onde estava; e também esteve nas Embaixadas do Brasil em Assunção e Roma.

É portadora da Ordem do Rio Branco, da Medalha do Pacificador – o Exército entende que a senhora tem um merecimento muito grande –, assim como da Ordem do Mérito Aeronáutico.

A República da Eslovênia tem o tamanho do Estado de Sergipe, 2 milhões de habitantes, um PIB de US$68 bilhões, e um altíssimo Índice de Desenvolvimento Humano que a coloca no em 23º lugar entre 188 países.

No que se refere às relações bilaterais, elas foram estabelecidas em 1992, meses após a declaração de independência do país parceiro, e a pauta bilateral tem se mostrado convergente em temas comuns.

No ano passado, tivemos a visita aqui do Ministro da Defesa esloveno, que assinou o acordo sobre Cooperação em Matéria de Defesa e Troca e Proteção Mútua de Informações. Também tivemos a passagem do navio-escola Brasil – que leva os nossos guardas-marinha na viagem anual, e é um instrumento da diplomacia militar –, aportando lá no Porto de Koper, em três ocasiões. E o Porto de Koper tem uma importância grande para o nosso país por ser uma porta de entrada para os produtos brasileiros na Europa Oriental.

Este ano foi assinado um Memorando de Entendimento na Área de Turismo, além de um Acordo sobre Serviços Aéreos, que está tramitando no âmbito do Itamaraty.

A despeito dos esforços de diversificação, a nossa pauta exportadora para a Eslovênia é muito concentrada em três produtos: farelo de soja, café e minério de ferro. E as importações são muito ligadas a produtos que têm valor agregado, como medicamentos, produtos farmacêuticos, máquinas, aparelhos elétricos e outros bens semimanufaturados.

Várias companhias eslovenas atuam aqui, no mercado brasileiro, como a Inel Brasil Track-Trace e a Rotto Brasil Indústria e Comércio de Artefatos Plásticos; a Tajfun do Brasil Equipamentos Florestais; Arex Defense; Quantum Steel Aços industriais, entre outras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A comunidade brasileira é pequena. Pelo número aqui, que se coloca, são 338 brasileiros, ou seja, o peso da atividade consular é pequeno, mas eu tenho visto que muitos turistas têm se dirigido a essa região. Então, a senhora, com certeza, terá passagem de brasileiras e brasileiros por lá.

Caros colegas, ao concluir o relatório, Sr. Presidente, sem apresentar voto – porque o voto é secreto –, aproveito a ocasião para cumprimentar a Ministra Maria Izabel Vieira, reforçando também – e aqui em nome da Senadora Mara Gabrilli – que haja, cada vez mais, um maior número de mulheres diplomatas a exercer funções de chefia e direção em nossos postos no exterior.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pois não, Senador Hamilton Mourão.

Eu passo a palavra, então, agora de verdade, para a Sra. Embaixadora Maria Izabel Vieira, concedendo o tempo máximo de 15 minutos, mas solicitando, em função do andamento das atividades, que abrevie o máximo possível dentro das suas possibilidades.

Obrigado.

A SRA. MARIA IZABEL VIEIRA (Para expor.) – Muito obrigada, Senador Esperidião Amin. Gostaria de cumprimentá-lo e, na sua pessoa, os demais Senadores e Senadoras membros desta Comissão. Agradeço também à Senadora Mara Gabrilli pela relatoria da minha indicação e ao Senador Hamilton Mourão pela gentileza da leitura e das palavras generosas que me dirigiu. Também, um especial agradecimento ao Senhor Presidente da República e ao Ministro de Estado das Relações Exteriores pela indicação de meu nome como candidata a Embaixadora do Brasil na República da Eslovênia, ora em consideração por esta Comissão.

Gostaria de fazer um pequeno agradecimento aos meus colegas da Afepa, da Embaixada em Liubliana e da Divisão de Europa Central e Oriental do Itamaraty, que me deram total apoio para a preparação desta sabatina e me forneceram valiosas informações durante a minha preparação.

Eu não vou repetir os dados já fartamente apresentados pelo Senador Hamilton Mourão no relatório sobre a Eslovênia. O senhor fez uma cobertura bastante ampla sobre o país. É um país pequeno, mas nem por isso menos importante. A diplomacia brasileira atua em todos os locais com os quais o Brasil tem relação, sejam eles países maiores ou menores.

Os interesses variam, mas sempre o que norteia a nossa atuação é a defesa do interesse brasileiro. E no caso, há vários que podemos defender na Eslovênia, que já são defendidos pelo atual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

embaixador e nossa embaixada em Liubliana e que, caso meu nome seja aprovado, terei a intenção de perseguir.

Eu gostaria de sinalizar que, cumprindo a tradição do Brasil com vários países, nós reconhecemos a independência da Eslovênia logo após o país ter se tornado independente da então Iugoslávia. A Eslovênia era uma das repúblicas, a mais desenvolvida de todas, e foi o primeiro país a se tornar independente. Portanto, é um país jovem com um pouco mais de 30 anos de existência como país independente. Evidentemente tem uma trajetória de séculos atrás e se localiza numa região muitas vezes sensível, ao longo da história – não preciso repetir, Primeira Guerra Mundial, os Bálcãs –, e é um ponto de observação importante do ponto de vista dos interesses brasileiros com o desempenho daqueles países em vários temas internacionais.

Do ponto de vista das práticas eslovenas, pelo fato de ser um país pequeno é um país muito voltado para exportação e tem exportação de alto valor agregado. É um setor industrial bem diversificado, como foi mencionado no relatório, e tecnologicamente muito avançado, em que predominam a indústria farmacêutica e automotiva. Evidentemente, a maior parte das exportações eslovenas vão para países do seu entorno e para a União Europeia, mas é interesse do país diversificar parceiros comerciais e ter uma diplomacia muito ativa, e compartilha várias visões em vários temas nos quais o Brasil tem interesse.

Voltando a falar da relação comercial, ela é importante se vista à luz do tamanho do país e da sua população, que é de 2,1 milhões de habitantes. É uma média, nos últimos dez anos, de quase US$0,5 bilhão, o que é bastante expressivo, e se explica em grande parte pelo fluxo, como o Senador Hamilton Mourão havia mencionado, que passa pelo Porto de Koper, que é uma porta de entrada para outros países da Europa Central e do Leste Europeu igualmente. O porto, inclusive, quer se tornar um *hub* para distribuição de produtos, de mercadorias. E aí entramos também com interesse em vários produtos que espero possamos colocar no mercado esloveno para diversificar nossa pauta, que é exemplo de tantas outras com outros países com os quais o Brasil se relaciona. Também no caso da Eslovênia, como mencionado, se limita basicamente a três produtos básicos que cobrem mais de 85% das vendas: farelo de soja, café em grão e minério de ferro.

Mas, pelo fato de termos importações da Eslovênia nas áreas industriais com valor agregado, interessa ao país manter um bom contato com o Brasil.

O Brasil, na realidade, é o principal parceiro comercial da Eslovênia na América Latina. E, na verdade, é o único país que tem embaixada residente lá das Américas, além dos Estados Unidos. Portanto, tem uma presença física que é importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nós podemos ter uma capacidade de observação não só da Eslovênia, que é parte da União Europeia, como os senhores sabem, da Otan, da OCDE, de organismos importantes e por meio dos quais nós podemos, com a interlocução com as autoridades eslovenas, obter considerações e trocar ideias sobre várias situações em discussão nestes organismos, e também porque com a Eslovênia, como eu já mencionei, nós temos vários pontos convergentes em política externa.

Eu mencionaria, por exemplo, temas referentes ao sistema multilateral, ao desenvolvimento sustentável, ao Estado de direito, ao meio ambiente, aos direitos humanos, à manutenção da estabilidade, da segurança e da paz. Portanto, no nível multilateral, nós temos vários apoios recíprocos e recorrentes trocas de votos em organismos internacionais.

A Eslovênia é favorável ao Acordo Mercosul-União Europeia, e eu entendo que possa ser uma voz positiva nas discussões da União Europeia em temas de interesse do Brasil. Mais uma razão pela qual as relações com países que não necessariamente são grandes territorialmente, mas influenciam e são importantes.

Recentemente, nós tivemos a visita da Ministra de Negócios Estrangeiros e Europeus e Vice-Primeira-Ministra da Eslovênia, que, por acaso, atualmente tem uma Presidente mulher, uma Chanceler, a Embaixadora da Eslovênia, que é uma mulher também, e a Eslovênia tem como política externa uma linha de política feminista e dá apoio à ascensão e participação das mulheres, o que vem ao encontro do que o Senador Hamilton Mourão mencionou e que a Senadora Mara Gabrilli advoga, em favor também no Brasil, de maior participação das mulheres no cenário, nas diversas atividades que temos.

Quando da visita da Ministra, tivemos dois acordos assinados, mencionados, o acordo aéreo e o memorando de turismo.

Eu gostaria só de mencionar os pontos de temas de interesse que podemos aprofundar e já estão em andamento e que eu espero poder dar continuidade, se o meu nome for aprovado, com o país.

Um deles é a questão do hidrogênio verde. Nós temos... Já foi detectado um potencial interesse em explorar possibilidades de cooperação nessa área com o Brasil.

Foram feitos contatos com o Porto de Koper e com a entidade responsável pela operação da rede de transporte energético na Eslovênia. Como tem o porto uma localização estratégica no Adriático, seria possível ser uma porta de entrada para trânsito de hidrogênio verde do Brasil para demais países na Europa, e que, em quadro de instabilidade geopolítica atual, entre outros fatores, decorrente do conflito russo-ucraniano, é um ponto importante e uma possibilidade a ser perseguida,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

desde que as autoridades brasileiras, o lado brasileiro também se empenhe em promover missões que possam conversar com as autoridades locais eslovenas.

O porto já está sendo reestruturado e terá que ser mais modernizado ainda, mas esse processo está em andamento, e o interesse brasileiro, sendo acolhido pela Eslovênia, há que se combinar também a montagem da estrutura lá com o que podemos fornecer de produtos.

Outro ponto importante que foi mencionado, sobre a questão da cooperação em defesa: o acordo vai elevar o nível de cooperação bilateral a novo patamar, à troca de experiência e treinamento em missões de manutenção da paz, porque ambos os países têm histórico nessa área.

Nós temos também que verificar que a Eslovênia, sendo membro da Otan, atualmente emprega 1,04% do seu orçamento em defesa e já declarou que pretende aumentar e chegar a 2%, até 2030, atingindo o nível almejado pela Otan.

Já estão sendo recursos previstos para tanto, e parte desses recursos deverão ser usados para a compra de material de defesa, de produtos de defesa.

É também de interesse brasileiro, porque podemos entrar mais no mercado com esse tipo de produto igualmente.

Claro que há uma intenção e um interesse em aquisição de equipamentos, em especial, de uso dual, militar e civil, coisa que provavelmente o Brasil também poderá fornecer. São oportunidades comerciais para a indústria de defesa que podemos vislumbrar.

Caso eu possa ser indicada, vou procurar manter contato nessa área também.

Com relação ao meio ambiente, eu gostaria só de observar que 60% do país têm uma cobertura de florestas, e o país é muito voltado para a questão de sustentabilidade e de meio ambiente. Portanto, podemos fazer parcerias, estimular intercâmbio na área de meio ambiente inclusive. Já houve, inclusive, missões do Brasil para a Eslovênia, com relação a esse assunto e outros mais que são caros aos dois países.

Importantíssima – e eu devia ter começado a mencionar esse assunto – é a questão de inteligência artificial. A Eslovênia tem um alto desenvolvimento nessa área de inteligência artificial e é reconhecida mundialmente. Tanto, que a Unesco estabeleceu, em Liubliana, um Centro de Informação e de Pesquisa em Inteligência Artificial.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA IZABEL VIEIRA – São coisas que demonstram o reconhecimento internacional da atuação do país nessa área.

Portanto, é uma área que o MCTI e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados já tiveram a oportunidade de verificar, em visita feita a Liubliana, até recentemente, em outubro, e há muito interesse da parte brasileira, da parte acadêmica e da parte das autoridades do setor também.

Finalmente, só para terminar, mas não menos importante, a questão dos temas educacionais.

Há um interesse da Universidade de Liubliana em receber um leitor brasileiro – isto já está sendo providenciado – para sua atuação, na Faculdade de Letras, para o ensino de Língua Portuguesa e Literatura na vertente brasileira. O processo seletivo já está em andamento.

Portanto, a divulgação do Brasil em Liubliana também se faz por esse meio, por divulgação da língua portuguesa.

Outro ponto importante é a tradução de livros.

Já foi feita, no passado, a tradução do livro do historiador famoso brasileiro Boris Fausto, *História Concisa do Brasil*, e, em contrapartida, a Funag publicou *Uma história da Eslovênia*, inclusive, bastante abrangente e densa, do historiador Oto Luthar, que organizou essa edição. São pontos que contam na divulgação.

O Brasil tem um *soft power*, é conhecido, a música brasileira é apreciada, e, se eu puder ter a oportunidade de ser indicada, gostaria de estimular a participação de artistas brasileiros, músicos, em um intercâmbio bilateral entre os dois países.

Eu vou me limitar a essas considerações.

Estou à disposição para eventuais perguntas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Perfeitamente.

Antes de passar para o próximo item, eu quero convocar, com o consentimento da D. Paula, que está nos visitando, convidar o Senador Mourão para assumir a Presidência e me conceder a palavra para relatar o próximo. (*Pausa.*)

Muito obrigado.

Obtenho a autorização...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – É uma honra e privilégio substituir V. Exa. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas o senhor não vai consultar o seu superior?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Ela já balançou a cabeça. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, com a anuência das forças superiores, eu o convido para assumir a Presidência. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Senador Esperidião Amin, havia sido combinado que, após o término da apresentação das três Embaixadoras, alguns dos Senadores presentes poderiam se manifestar. (*Pausa.*)

Faremos, então, ao final de todos eles?

Está bem.

Então, vamos fazer uma substituição em posição, que é uma manobra militar, Senador Esperidião Amin.

Eu convido para compor a mesa nossos três próximos indicados para as arguições de hoje, os Srs. Embaixadores Felipe Costi Santarosa, Carlos Ricardo Martins Ceglia e Miguel Griesbach de Pereira Franco, substituindo as nossas três Embaixadoras.

Substituição e imposição: manobra militar. (*Risos.*) O Senador Chico Rodrigues sabe disso.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. *Fora do microfone*.) – Pronto para o combate! (*Risos.*) (*Pausa.*)

Passamos, então, ao próximo item da pauta.

2ª PARTE

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 51, DE 2024

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FELIPE COSTI SANTAROSA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Suriname.

Autoria: Presidência da República

Relatório: Pronto para deliberação

A relatoria era do Senador Randolfe Rodrigues.

V. Exa. vai... (*Pausa.*)

É o Senador Chico Rodrigues.

Então, Senador Chico Rodrigues, a palavra está com V. Exa., por até cinco minutos.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, coube a mim, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, ler o relatório sobre a indicação do Embaixador Felipe Costi Santarosa.

O Presidente da República indicou o nome do Sr. Felipe Costi Santarosa, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Suriname.

De acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, bem como deliberar, por voto secreto, sobre a matéria.

Para tanto e em atendimento ao disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata, do qual extraímos o resumo que segue.

Nascido em Porto Alegre no ano de 1969, o indicado ingressou na carreira diplomática em 1985, após a conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco.

Também nesse instituto, frequentou o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 2002 e o Curso de Altos Estudos em 2011, no qual defendeu a tese "Rivalidade e integração nas relações chileno-peruanas: implicações para a política externa brasileira na América do Sul" – esse foi o tema –, que foi publicada pela Fundação Alexandre de Gusmão (Funag) em 2012.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Na carreira, ascendeu a Segundo-Secretário em 1999. Tornou-se Primeiro-Secretário em 2005, Conselheiro em 2008 e Ministro de Segunda Classe em 2015, sempre por merecimento.

Entre as funções desempenhadas pelo diplomata ao longo da carreira, destacam-se as de Chefe da Divisão de Ciência e Tecnologia (2008-2009); Chefe da Divisão da Sociedade da Informação (2009-2010); Ministro-Conselheiro comissionado na Embaixada em Pretória (2010-2011); Conselheiro na Embaixada em Washington (2011-2015); Chefe da Divisão de Cooperação Financeira e Tributária (2015-2017); Cônsul-Geral Adjunto no Consulado-Geral em Houston (2017-2022); e, desde 2022, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios na Embaixada em Dublin.

A mensagem presidencial veio acompanhada, também em observância às normas do Risf, de sumário executivo elaborado pelo Itamaraty sobre o Suriname, o qual contém informações acerca das relações bilaterais com o Brasil, dados básicos desse país e de suas políticas interna e externa, bem como de sua situação econômica.

Localizado no norte da América do Sul, o Suriname é uma ex-colônia do Reino dos Países Baixos. Trata-se de República presidencialista com população estimada em 647 mil habitantes, que têm o holandês como idioma oficial. Cerca de metade desse contingente humano vive na capital, Paramaribo. O país, que é o menor em extensão territorial da parte sul do continente americano, conta com 97,3% do seu território coberto por florestas. Cuida-se de uma das maiores coberturas florestais do mundo, circunstância que o torna um dos poucos países com saldo negativo de emissões de carbono. O Suriname é rico em recursos minerais, de modo destacado ouro, bauxita e petróleo, produtos que respondem por mais de 80% da pauta exportadora.

No contexto regional, o país é tradicionalmente mais voltado para o Caribe. Nesse sentido, os surinameses são muito atuantes no âmbito da Comunidade do Caribe (Caricom). O Suriname mantém, por igual, fortes vínculos com países europeus, de modo destacado Holanda e França, com cujo departamento ultramarino da Guiana Francesa faz fronteira. Em tempos mais recentes, o Suriname busca fortalecer seus laços com os vizinhos sul-americanos, seja por meio da identidade amazônica comum...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – ... via participação na Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), seja mediante busca de maior aproximação econômica, de que é exemplo o fato de ser, desde 2013, Estado associado do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O estabelecimento de relações diplomáticas com o Brasil data de 1975, ano da proclamação de independência surinamesa. Compartilhamos 593km de fronteira, em região de baixíssima densidade demográfica. A Serra do Tumucumaque bem como a floresta equatorial constituem relevantes barreiras naturais à maior integração viária. Nesse sentido, o Suriname é o único vizinho com o qual o Brasil não possui ligação viária direta, tampouco tem cidades gêmeas.

O relacionamento diplomático passa atualmente por importante ciclo de aproximação e cooperação. O novo período das relações entre os dois países tem sido marcado por intensa troca de visitas de alto nível. Em 2023 e 2024, por exemplo, ocorreram sete encontros em nível de Presidente da República ou de chanceler. O Suriname considera o Brasil um parceiro confiável, capaz de contribuir com o desenvolvimento do país em áreas como agricultura, educação, energia, segurança e defesa. Para além disso, a recente descoberta de expressivas reservas de petróleo e gás no território surinamês amplia as possibilidades de cooperação bilateral. Nesse sentido, a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) mantém diálogo com autoridades do Suriname visando ao intercâmbio técnico e regulatório bilateral em sua esfera de atuação. Da mesma forma, a Petrobras realizou missão a Paramaribo no ano passado e demonstrou interesse em expandir a cooperação com o país para o desenvolvimento e exploração do setor petrolífero.

O contexto descrito deve impulsionar a corrente de comércio entre os dois países. Em 2023, o intercâmbio alcançou US$46 milhões, cifra quase integralmente composta por exportações brasileiras de carne de frango e bovina, máquinas agrícolas, calçados e preparações alimentícias. Para dinamizar ainda mais o relacionamento entre os dois países, o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) elaborou projeto denominado Rota Ilha das Guianas, que congrega os Estados do Amapá, Amazonas e Roraima e favorece suas relações com o Suriname, a Guiana, a Guiana Francesa e a Venezuela. Essa iniciativa prevê melhora na infraestrutura rodoviária, energética e digital na região e deverá incentivar as exportações e importações brasileiras, consolidando nova via de escoamento da produção da Região Norte em direção ao Caribe, à América Central e mesmo aos Estados Unidos e à Europa.

Para além do plano econômico, ambos os países são tradicionais parceiros na cooperação em defesa e segurança. Nessa perspectiva, foi criada, em 1983, a Adidância de Defesa junto à Embaixada em Paramaribo. Resultado eloquente dessa cooperação é a participação de vários militares surinameses em diferentes cursos de formação, aperfeiçoamento, altos estudos e especialização no Brasil.

Ainda na esfera da cooperação, merecem destaque as trocas verificadas nas áreas de agricultura, administração pública, meio ambiente, educação, geologia, saúde e segurança cibernética. No

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

momento presente, o Suriname é um dos países com os quais a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) desenvolve o maior número de projetos, dez no total. Importante por igual é a cooperação cultural e educacional.

No tocante à comunidade brasileira em território surinamês, ela é estimada em 30 mil pessoas, 5% da população do país. Muitos desses imigrantes estão indocumentados, sobretudo os que se encontram nas regiões de garimpo. Considerando a situação de vulnerabilidade social enfrentada por grande número de imigrantes brasileiros, eles têm sido objeto de acompanhamento atento pelo Itamaraty e pelo setor consular da embaixada em Paramaribo. Gestões bilaterais têm sido realizadas no interesse de estabelecer programas de regularização da situação migratória de brasileiros no Suriname.

Observo, por fim, que o Suriname possui 52km de fronteira com o Amapá. Assim sendo, o atual Governo do estado tem feito esforços no sentido de buscar uma maior aproximação entre os dois países, visando à melhoria das relações econômicas e comerciais. Neste sentido, o Governador Clécio Luís recebeu recentemente delegação do Suriname, chefiada pelo Cônsul do país no Brasil, para participar da 53ª Expofeira, no Amapá.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório. E portanto, Sr. Presidente, era o relatório conclusivo a respeito da indicação do Embaixador Felipe Costi Santarosa a Embaixador do Brasil no Suriname.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Obrigado, Senador Chico Rodrigues.

Concedo a palavra ao Sr. Felipe Costi Santarosa, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Suriname. V. Exa. tem até 15 minutos para sua exposição.

O SR. FELIPE COSTI SANTAROSA (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente e demais Senadores. Agradeço também ao Senador Randolfe Rodrigues pelo relatório muito detalhado, que já acho que nos poupa aqui de uma parte da minha exposição. Vou tentar atender ao pedido do Senador Esperidião Amin e ser breve, fugir um pouco do texto lido.

Agradeço ao Senador Chico Rodrigues também pela leitura. Eu sei que o Senador é um entusiasta da integração física nessa região e me coloco à disposição. Por uma questão de voos, não pude estar presente no encontro, segunda-feira, nem com o Senador Mourão, nem com o Senador Rodrigues, mas me coloco à disposição para qualquer esclarecimento e, enfim, concertação nessa área.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Queria dizer inicialmente também que eu queria agradecer a indicação do Presidente Lula e do Ministro Mauro Vieira e dizer que é um prazer estar aqui nesta Comissão, nesse exercício de diplomacia pública que aproxima Congresso, Itamaraty e sociedade civil. Caso seja aprovado por V. Exas., espero poder contribuir com a política externa brasileira como Embaixador no Suriname.

Bem, o relatório é bastante completo e já traz a maioria dos temas, já traz a posição externa do Suriname, então eu vou me concentrar em quatro aspectos que me parecem importantes.

O primeiro são, digamos assim, características do país que moldam a atuação externa do Suriname, o que algumas pessoas chamam de determinantes de política externa. Então, no caso do Suriname – e isto está bem apontado no relatório –, um primeiro determinante é a situação geográfica do país, que o coloca, a um só tempo, como caribenho e sul-americano. E isso gera, evidentemente, repercussões na concertação regional, com o Suriname participando, a um só tempo, do Caricom – e dá grande ênfase esse agrupamento – e de blocos sul-americanos, mais recentemente, especialmente, do Consenso de Brasília e das iniciativas de integração física aí elaboradas.

O segundo ponto, que também consta no relatório, é a dimensão reduzida da sua população – são 647 mil habitantes apenas, que é o tamanho de uma cidade, às vezes, no Brasil – e da sua economia, de US$3,5 bilhões de PIB anual. Isso leva o Suriname a buscar alianças com outras nações no seu entorno, ou países *like-minded*, dependendo do tópico em discussão – e daí, novamente, a ênfase no Caricom, participação em agrupamentos como o Celac –, e leva o Suriname a uma defesa do multilateralismo, participação na ONU, na OEA, e defesa dos regimes internacionais.

Um terceiro ponto que me parece importante é também a vertente amazônica. Isso se relaciona muito com a cobertura florestal, também muito bem salientada pelo relatório. O Suriname é o país com a maior cobertura florestal do mundo em termos proporcionais: 97% do território do Suriname tem cobertura florestal nativa. Ele é um dos únicos três países do mundo que são emissores negativos de carbono. E, embora seja um país de economia pequena e população pequena, territorialmente ele não é tão pequeno assim. Claro, para a América do Sul, ele realmente parece pequeno; mas, se a gente olhar, ele se compara com o Estado do Acre, por exemplo, em tamanho. Então, é uma grande extensão de terra praticamente toda intacta em floresta ainda. E isso leva o Suriname a uma ativa participação na organização do tratado amazônico, bem como nas convenções sobre clima e biodiversidade.

Então, dadas essas características... Perdão, tem um quarto ponto que acho importante e que não está no relatório: a questão da diversidade da população surinamesa. O Suriname tem uma composição de comunidades indígenas muito diversificadas: são 37% de afrodescendentes; 23% de hindustanis, que na verdade são descendentes de indianos; e 14% de javaneses da Indonésia, devido à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

colonização holandesa. Então, isso faz com que haja comunidades bem marcadas. Pode-se dizer que o Suriname é uma espécie de nação arco-íris, na verdade. Assim como Mandela falava da África do Sul, não é um *melting pot*; são diversas etnias que estão lado a lado e convivem pacificamente. Isso leva o Suriname a ter apreço pela democracia, e o ambiente político, então, é caracterizado por um sistema multipartidário, com partidos vinculados às diferentes etnias e governos de coalizão. A estabilidade democrática é vista como fundamental para essa convivência pacífica.

Desde o início da sua gestão, em 2020, o Presidente Santokhi, do partido VHP, que é hindustani, buscou equilíbrio entre a agenda de austeridade econômica e, enfim, a necessária concertação política.

Acho que esse é um ponto que aproxima o Suriname... Acho que pode ser melhor explorada a questão da defesa da democracia, aproximando os Parlamentos do Suriname e do Brasil.

Não estou bem de tempo ainda.

Outro ponto importante que acho que talvez seja o ponto mais central que mereça atenção é a descoberta de jazidas de petróleo recentemente no *offshore* surinamês. Essa descoberta vai ter um grande impacto econômico no país. Essa recente descoberta trará maior atenção de parceiros externos, sobretudo de outros países produtores de petróleo e de empresas do setor energético. Como bem salientado no relatório, o Suriname hoje é um país essencialmente exportador extrativista. O grande produto do Suriname é o ouro. Isso tem levado o país a... Enfim, ele não se encontra numa situação fiscal tão boa e, por isso, entrou em um programa com o Fundo Monetário Internacional. Mas a descoberta do petróleo deve alterar substancialmente essa característica e, com o início da exploração, que está previsto para 2028, impulsionará o PIB e alterará as variáveis macroeconômicas e de investimento. Então, nós estamos prestes a ter uma grande mudança de paradigma no Suriname. O país deve começar a crescer em breve a ritmos muito altos.

E aí eu queria entrar na última parte da minha exposição, que é a relação bilateral com o Brasil e como é que nós podemos aproveitar essa questão do petróleo. Eu diria que há cinco eixos principais nas relações.

O primeiro eu já mencionei aqui, que é o da concertação política. O Brasil e o Suriname, então, cooperam na ONU, na OEA, na OTCA, na Celac e em outros fóruns. O Suriname também participa da cadeira do Brasil no Fundo Monetário Internacional. E o Brasil tem apoiado a reestruturação do programa do Suriname com o Fundo Monetário e com o Clube de Paris. Então, esse eixo da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

concertação, a meu juízo, está muito bem desenvolvido. E, como Embaixador, eu pretendo dar continuidade ao que vem sendo feito.

O segundo eixo importante, muito tradicional, também indicado no relatório, é a cooperação. O Brasil e o Suriname possuem um acordo de cooperação de 1976. E acho que foi salientado também que é a maior carteira de investimentos de projetos da ABC nas Américas e talvez possivelmente no mundo. Atualmente, há projetos em curso – só vou passar muito rapidamente – em agricultura, segurança alimentar, geologia, saúde, inspeção laboral, recursos hídricos, entre outros. Além da cooperação técnica, temos um histórico de cooperação humanitária, com o Brasil doando equipamentos de saúde, defesa civil, meteorologia, e também um histórico de cooperação de defesa – há um acordo de defesa de 2008 – e de segurança. Sobretudo, há uma formação muito grande de militares surinameses no Brasil, também de policiais e também de diplomatas.

Então, essa é outra área tradicional que me parece bastante já desenvolvida e que é necessário manter.

O terceiro eixo seria da comunidade brasileira. Como foi ressaltado no relatório também, são 30 mil brasileiros vivendo no Suriname, o que equivale a 5% da população, mas, desses 30 mil, se estima que 20 mil sejam mineiros sazonais irregulares. E aí, há necessidade de uma proteção especial a essa população, pois há uma assimetria de condições de regularização: os surinameses, quando vêm ao Brasil, conseguem se regularizar através dos acordos que existem na América do Sul, e os brasileiros, nessa condição, são sobretudo garimpeiros que estão sazonalmente no país em situação muito vulnerável e há dificuldade de regularização. Portanto, essa é uma área em que a embaixada já vem trabalhando, mas que eu acho que necessita maior empenho para ver como é possível apoiar essa população brasileira.

Há um eixo importante também que é o da língua e da cultura. Temos o Instituto Guimarães Rosa, em Paramaribo, que possui mais de 300 alunos. Então já é também uma... Muitos desses alunos, inclusive, são funcionários públicos do Suriname interessados em aprender português. Então, parece-me que essa área também da língua e da cultura já está bem desenvolvida, mas, claro, ainda há alguns aspectos que podem ser explorados. Por exemplo, há pouco contato do instituto com a academia ainda, que eu pretendo tentar implementar.

E, por fim, para encerrar, eu acho que entramos no eixo fundamental das relações, que é o eixo econômico de infraestrutura. Essa seria uma espécie de nova agenda e que vai surgir, sobretudo, a partir da exploração do petróleo. E aí, são inúmeras possibilidades. Dado o adiantado da minha exposição, vou salientar só os principais eixos aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Óleo e gás: há um memorando recentemente assinado entre a Petrobras e a Staatsolie, que é a estatal surinamesa.

Expansão do comércio: como foi dito aqui, o comércio é muito superavitário para o Brasil, mas, com a cadeia de óleo e gás – e o Brasil já domina essa cadeia –, é muito provável que produtos brasileiros dessa cadeia entrem no Suriname. Portanto, faz-se necessária a expansão do acordo existente hoje, que é o APP 41, o Acordo de Alcance Parcial 41, negociado em 2005; é um acordo antigo que precisaria ser expandido.

Por fim, se pode também transformar a tradição à cooperação militar, que é uma cooperação mais de formação, em uma cooperação de venda de material bélico de aeronaves. Eu cito aqui a recente visita do Chanceler do Suriname duas semanas atrás, em que ele esteve reunido com a direção da Embraer.

E, por fim, há a questão da integração física, que é a Rota da Ilha das Guianas, que seria uma possibilidade de ligar, inclusive, o Amapá a Roraima, através da Guiana Francesa, do Suriname e da Guiana. Para isso é preciso ainda a construção de pontes entre as duas Guianas e o Suriname. Mas isso é um grande interesse. O Presidente Lula esteve em Georgetown, capital da Guiana, em fevereiro e lançou a ideia de que se construa essa primeira ponte entre a Guiana – a ex-Guiana Inglesa, para não confundir com a Guiana Francesa – e o Suriname. Então é uma rota que começa a tomar vulto. O Ministério do Planejamento já está desenvolvendo a parte brasileira, e eu acho que temos uma grande perspectiva aí nessa integração física.

Eu encerro por aqui. Tentei poupar um pouco de tempo, e agradeço a atenção dos senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Agradeço ao Embaixador Felipe Santarosa, por sua exposição.

Iremos agora ao item 5 da nossa pauta, que é a Mensagem nº 52, de 2024.

2ª PARTE

ITEM 5

MENSAGEM (SF) Nº 52, DE 2024

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS RICARDO MARTINS CEGLIA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Geórgia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pronto para deliberação

Passo a palavra ao Relator, Senador Amin, pelo prazo de cinco minutos, para suas considerações iniciais e breve resumo do seu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Quero mais uma vez cumprimentar os nossos convidados e enfatizar aqui o trabalho da nossa consultoria, que eu quero mais uma vez aplaudir e que nos descortina um cenário curioso, no mínimo, a respeito da nossa relação com a Geórgia.

Sempre que a gente escuta "Geórgia", a gente se lembra da União Soviética e se lembra, talvez, do georgiano mais importante do século XX, no mínimo, Josef Stalin. É curioso que a Geórgia tinha deixado de ser russa em 1918, naturalmente depois das convulsões da implantação do comunismo e da guerra que a Rússia enfrentou. Saiu em 1918, voltou em 1921 para o regaço, no caso, da União Soviética e, em 1991, com a debacle da União Soviética, ela passou a ser um país independente. Foi reconhecida pelo Brasil menos de dois anos depois, em 1993. E ainda tem... Naturalmente temos uma relação boa, com um comércio superavitário para o Brasil, e temos alguns acordos em negociação.

Um dos acordos em negociação, para o qual chamou a atenção o levantamento feito pela nossa consultoria, é digno de merecer a nossa atenção também no Senado, que é a conclusão do acordo de transferência de pessoas condenadas, para que se entende que se deva dar urgência a esse assunto.

A outra questão diz respeito a uma pendência de natureza territorial entre a Geórgia e a Federação russa no tocante ao reconhecimento da integridade territorial da Geórgia em face do reconhecimento pela Rússia da soberania fática das chamadas províncias – ou não províncias da Geórgia, essa é a questão – da Abecásia e da Ossétia do Sul. Eu gostaria de tornar público que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

preocupante o fato seguinte: a posição do Brasil em face das reiteradas manifestações da Geórgia, no sentido de reconhecimento da sua integridade territorial... Vou ler, portanto.

O Brasil tem mantido posicionamento neutro sobre o projeto de resolução que anualmente a Geórgia apresenta junto à ONU. A abstenção de voto, segundo esclarece o Itamaraty, não representa falta de apoio à integridade territorial da Geórgia. A posição brasileira é a de que o pleito georgiano se beneficiaria de melhores resultados no âmbito das Conversações de Genebra, entabuladas diretamente entre os governos das duas partes em litígio. De fato, o Brasil reforça...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... a necessidade de se observar o marco normativo das resoluções da ONU, que reconhecem o princípio da soberania, independência e integridade territorial da Geórgia, dentro de suas fronteiras internacionalmente reconhecidas, ou seja, incluindo as duas províncias. Registramos ainda – e aqui eu consigno isso expressamente – que o pleito georgiano tem obtido cada vez mais apoio na América Latina. Nesse sentido, Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guiana, México, Peru, Suriname e Uruguai já votaram favoravelmente à última resolução, apresentada em junho de 2023.

Para melhor ilustrar a posição brasileira na questão, deixo consignada aqui a visita do então Ministro das Relações Exteriores e ex-Senador Aloysio Nunes Ferreira à Geórgia, em 2017, quando afirmou que o Brasil apoia a integridade territorial do país e a solução pacífica da controvérsia, seguindo a linha da tradição da diplomacia brasileira. Disse ainda compreender o flagelo das pessoas deslocadas e explicou que a opção pela abstenção não significa indiferença ao drama humano. Por fim, o Itamaraty, na pessoa do nosso Chanceler de então, reiterou que o Brasil acredita no sistema de diálogo de Genebra para resolver o conflito. Esse posicionamento foi igualmente vocalizado pelo atual Chanceler Mauro Vieira, mas quero assinalar que há uma pendência. Não é a única no mundo, mas é uma pendência no relatório, em face da missão que V. Exa. vai assumir. Eu acho que é do meu dever neste relatório.

Presidente, dou por concluído.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Eu agradeço ao Senador Esperidião Amin, sempre lembrando que, na primeira década deste século, o camarada Vladimir fez também uma operação especial nessa região e faz parte do expansionismo que por lá ocorre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Foi ampliada na Crimeia.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Foi ampliada para o outro lado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Foi ampliada na Crimeia.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Na Crimeia.

Concedo a palavra ao Sr. Carlos Ricardo Martins Ceglia, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Geórgia, informando a V. Exa. que o tempo destinado à sua exposição é de até 15 minutos.

O SR. CARLOS RICARDO MARTINS CEGLIA (Para expor.) – Boa tarde, porque já passamos do meio-dia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Não almoçamos ainda.

O SR. CARLOS RICARDO MARTINS CEGLIA – Não, ainda não!

Sr. Presidente, Exmos. Senadores, eu gostaria também de agradecer ao Senhor Presidente da República por ter indicado o meu nome e ao Ministro das Relações Exteriores também por ter indicado meu nome para ser Embaixador na Geórgia.

Eu estou, agora, Embaixador do Brasil na Turquia, há quase cinco anos. Antes disso, eu fui Embaixador do Brasil na Malásia e em Brunei, durante quatro anos e meio. Então, agora, caso aprovado por V. Exas., eu iria para a Geórgia. Eu já tive, então, como falei, o privilégio de ser aprovado por essa nobre Casa duas vezes – a primeira em 2015 e a segunda em 2019 – e espero contar com o apoio de V. Exas. novamente, agora.

V. Exas. já ouviram o extraordinário relatório do Exmo. Sr. Senador Esperidião Amin, então eu não vou ser redundante, não vou repetir dados, mas apontar fatores de outra natureza que considero relevantes para a presença do Brasil lá na Geórgia, por que razão essa presença seria importantíssima e, sobretudo, o que eu chamaria como ponto de observação. E serei o mais breve e conciso possível, inclusive atendendo a pedidos de alguns Senadores que nós vimos ontem e anteontem, em visitas. E eu ouvi aqui o Senador Esperidião Amin, quando presidia a mesa, pedir para a gente ser conciso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A Geórgia, como todos sabem, está no Cáucaso. A gente consegue ver o mapa ali: o Cáucaso é uma espécie, eu chamaria, de corredor de mais ou menos mil quilômetros entre norte e sul, e a largura varia de 500km a 250km. O Cáucaso é banhado pelo Mar Negro de um lado, a oeste, e pelo Mar Cáspio a leste. E, logo abaixo do Cáucaso, tem a Mesopotâmia, onde a humanidade começou a atividade agrícola. Então, quer dizer, essa é uma região de ocupação humana muito antiga, de mais ou menos 12 mil anos. Há registros arqueológicos de que, no território, hoje, lá da Geórgia, há produção de vinho há mais de 8 mil anos.

Na história moderna – só para ir rápido –, o Cáucaso foi cenário de influência do Império Persa, que vinha da Ásia, do Império Otomano, que vinha do oeste, e do Império Russo.

Então, é uma região com muitos conflitos desde sempre e agora também tem muitos conflitos por causa do fim da URSS, da União Soviética.

E, agora, o ponto importante também por estar lá é porque se fala cada vez mais de uma nova rota da seda, que sairia da China, Cazaquistão, Mar Cáspio e aí Cáucaso. Mas o Mar Negro, como nós todos sabemos, tem conflito com a Rússia e a Ucrânia. É importante estar lá também por causa disso.

O Senador Esperidião Amin falou do Sr. Iosif Dzhugashvili, mais conhecido como Josef Stalin, que governou a União Soviética com mão de ferro durante 25 anos. Mas, em outubro passado, houve eleições parlamentares ganhas pelo partido de sustentação ao Governo. Esse partido de sustentação ao Governo defende uma negociação com Moscou para reaver as duas províncias: Abecásia e Ossétia do Sul. A oposição que é mais pró-Otan, União Europeia, etc., denunciou fraudes, mas nada foi provado. Agora, a prioridade quase absoluta da chancelaria da Geórgia no encaminhamento das relações com a Rússia e com o Ocidente, dois blocos crescentemente antagônicos, mas igualmente cruciais para a Geórgia, deixa pouco espaço na agenda da política externa do país para regiões mais distantes, como a América do Sul.

Acho que aí reside uma de minhas missões: mostrar que o Brasil pode ser uma terceira via ou algo semelhante, porque o Brasil tem influência global, o Brasil é G20, é Brics, está em todos os quadrantes do mundo. Então vou tentar fazer com que a Geórgia, como se diz lá no Itamaraty, coloque o Brasil no mapa da Geórgia. Ademais, o Brasil faz fronteira com dez outros países da América do Sul. Então, uma vez entrando no Brasil, tem todo um espaço.

Agora, só para se ver, V. Exas. conhecem o jornal espanhol *El País*, que é um jornal renomado, etc. Esta aqui é uma edição do *El País* do dia 23 de setembro, página oito: "*Rusia y Occidente se enfrentan en Georgia* [...]". A matéria é de página inteira, quer dizer, é uma coisa que é um fato. E nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

temos que... Como o Dr. Ulysses dizia, é "Sua Excelência, o fato". Agora, a inexistência de diplomacia comercial georgiana é outro obstáculo à dinamização das relações bilaterais, pois, na prática, o Governo local dá pouca atenção à promoção de exportações georgianas a novos mercados. De modo que o comércio externo do país continua muito concentrado nos países vizinhos, Turquia, Azerbaijão, Rússia, União Europeia, que pode não ser vizinha, mas é próxima, e, evidentemente, não é vizinho, China, porque está presente em todos os quadrantes.

Para o Brasil, entretanto, o intercâmbio comercial bilateral é amplamente favorável.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS RICARDO MARTINS CEGLIA – Conforme já mencionado, o Brasil tem conseguido exportar volumes substanciais de produtos agroindustriais à Geórgia, que faz daquele país aquele com o qual o Brasil mantém seu maior superávit comercial no Leste Europeu e Cáucaso.

Agora, Presidente, nós exportamos US$340 milhões por ano para a Geórgia e importamos US$2 milhões. Como se diz no linguajar popular, isso não tem perigo de dar certo, porque vai haver um momento em que os georgianos vão dizer: "Alto lá! Se a gente não conseguir exportar, vocês vão ter que exportar menos". Claro que é tarefa do Governo georgiano ter uma diplomacia comercial e é tarefa da Embaixada da Geórgia aqui, mas eu pretendo ajudar, apontar caminhos, porque o Brasil é um mercado de 200 milhões de habitantes mais o resto da América do Sul, e o comércio é uma via de mão dupla. Cabe a nós, então, ajudar a Geórgia a exportar para o Brasil para equilibrar isso um pouco, porque US$340 milhões a US$2 milhões não tem futuro.

Então, eu acho que para o Brasil é muito importante estar presente naquela região que tem muitos conflitos. Como eu falei, o da Rússia e a Ucrânia. A Geórgia tem duas províncias antigamente separatistas. Quando teve o fim da União Soviética e o Presidente georgiano assinou que queria fazer parte da Otan, o Presidente Putin invadiu essas duas províncias. Tem também o conflito entre a Armênia e o Azerbaijão, o conflito de Nagorno-Karabakh, além do que, logo abaixo, estão o Irã, a Turquia, etc.

Então, eu acho muito importante nós estarmos lá, observarmos e trabalharmos para um comércio mais equilibrado.

Muito obrigado, Presidente.

Aqui eu encerro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Quero agradecer a participação do Embaixador Carlos Martins Ceglia na sua apresentação.

Como Mensagem nº 53, de 2024, quero aqui solicitar ao Senador Hamilton Mourão que seja proferido o relatório de V. Exa.

2ª PARTE

ITEM 6

MENSAGEM (SF) Nº 53, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor Miguel Griesbach de Pereira Franco, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Gabonesa.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pronto para deliberação

V. Exa. dispõe de cinco minutos.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Mais uma vez, cumprimento as Sras. Embaixadoras e os Srs. Embaixadores.

É com muita satisfação que faço este relatório do Sr. Miguel Griesbach de Pereira Franco, indicado para ser nosso Embaixador junto à República Gabonesa.

O Embaixador Miguel Pereira Franco tem todos os cursos da carreira do Itamaraty. No seu Curso de Altos Estudos, ele defendeu a tese O Etanol como *Commodity* Internacional: proposta de uma estratégia com o Japão. Ocupou diversos cargos no exterior, nas Embaixadas do Brasil na Alemanha, no Japão, também na Rússia e na Turquia. Aqui no Brasil, foi Assessor Especial do Ministro-Chefe da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Secretaria de Governo da Presidência da República, tendo servido ao Governo no qual eu fui Vice-Presidente.

A República do Gabão é uma república semipresidencialista, com Parlamento bicameral. O idioma oficial do país é o francês, sua capital é Libreville e tem uma população de pouco mais de 2 milhões de habitantes. Colônia até mais da metade do século passado, tornou-se independente em 1960. A partir de 1967 até 2009, teve como Presidente Omar Bongo Ondimba, que era um agente do Deuxième Bureau francês. Quando ele morreu, passou para o filho, Ali Bongo Ondimba. Aí, em 2023, o filho tentou ser reeleito e, como acontece em alguns países dessa região, o chefe da guarda pessoal, da segurança, o General Brice Oligui Nguema, deu um golpe de Estado, sob o argumento de que as eleições tinham sido fraudulentas, e se encontra atualmente chefiando um Governo provisório, com a previsão de que ocorram eleições livres no próximo ano.

As relações diplomáticas entre ambos os países foram estabelecidas em 1974, no Governo do saudoso Presidente Ernesto Geisel. A Embaixada do Gabão aqui em Brasília instalou-se no ano de 1976 e é a única representação que eles possuem aqui na América Latina.

Temos uma Comissão Mista Brasil-Gabão, criada em 1982, que reuniu-se duas vezes, sendo a última em 1988, em Libreville, onde também se reuniu em 2010. Em 2021, houve uma reunião por videoconferência e, na ocasião, a Agência Brasileira de Cooperação levou ao conhecimento do Governo gabonês modelo de nota técnica para que o país possa reapresentar demandas por cooperação técnica.

Em 2023, o fluxo de comércio entre Brasil e Gabão foi de US$526 milhões, alcançando o maior resultado da série histórica que teve início em 1997. A cifra representa aumento de 11 vezes em relação ao ano anterior e se deve ao volume excepcional de petróleo que é importado do Gabão, especificamente, aproximadamente US$475 milhões. Salvo pelos resultados do ano passado, o Brasil conta com amplo e tradicional superávit comercial, com importações baixas e com as exportações brasileiras de carne se destacando. Nesse sentido, o valor médio do comércio bilateral no período de 2013 a 2022 foi de US$36 milhões.

Merece destaque a alta dependência da economia gabonesa do petróleo, cuja exploração, em 2020, respondeu por mais da metade do orçamento governamental e também por mais da metade das exportações do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

No campo consular, o Ministério das Relações Exteriores dá notícia de que inexiste caso consular que envolva nacionais brasileiros no Gabão. Estima-se que a comunidade brasileira tenha em torno de 30 habitantes.

No último 6 de novembro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – ... foi juntado o planejamento estratégico do diplomata apresentado, em atendimento ao inciso IV do art. 383 do Regimento Interno desta Comissão.

O Gabão também se mostra favorável à candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não me cabem outras considerações, uma vez que o voto é secreto, mas cumprimento o Sr. Miguel Griesbach de Pereira Franco, por ter sido selecionado para essa missão.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Após lido o relatório pelo Senador Mourão, concedo a palavra ao Sr. Miguel Griesbach de Pereira Franco, indicado para exercer o cargo de Embaixador junto à República Gabanesa.

V. Sa. dispõe de 15 minutos.

O SR. MIGUEL GRIESBACH DE PEREIRA FRANCO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Chico Rodrigues, na pessoa de quem cumprimento as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores, Sras. Embaixadoras, Srs. Embaixadores, caros colegas.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer ao Senhor Presidente da República e ao Sr. Ministro de Estado pela minha indicação e, também, ao Sr. Hamilton Mourão, Sr. Senador, a quem cumprimento pelo relatório a respeito de minha missão na minha carreira e a respeito do que poderemos fazer lá no Gabão, caso tenhamos a aprovação e o voto de confiança dos senhores.

Como bem apontou o Relator, Senador Hamilton Mourão, o Gabão passa por um momento de transição política que se iniciou no ano passado e que ensejou uma série de providências no calendário, dentre as quais eu destacaria o diálogo nacional inclusivo, que foi uma forma que o Governo de transição encontrou de revisão das práticas de governança do país, percebidas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

historicamente, como um tanto concentradas na França, que tem, no Gabão, 150 empresas e tem interesses que perpassam toda a economia e toda a estrutura governamental do país.

Esse processo foi percebido como esgotado, diante das múltiplas crises que o país vinha vivenciando, e, desde o início do processo de transição, uma das metas do General Brice Nguema, que, por sinal, era ajudante de ordens do pai do Presidente destituído, foi a de colocar a casa em ordem por meio da participação popular. Então, até agora, o Gabão tem se esforçado para manter os prazos e, inclusive, neste sábado, haverá um referendo constitucional. As estimativas que nós temos recebido são de que a Constituição será aprovada, e, a partir dessa aprovação, a próxima etapa seria a preparação de eleições.

Nesse processo interno, existe também um processo de revisão da inserção internacional do Gabão, e o Brasil desponta como parceiro preferencial em termos de agricultura. Nesse sentido, em linha até com o que apontou o Relator, nós já recebemos duas notas conceituais do Governo gabonês, que são os instrumentos por meio dos quais o Brasil pauta a cooperação que ele presta.

E, nessas notas conceituais, foi solicitado o apoio do Brasil na cooperação para o desenvolvimento da pecuária no Gabão e da cultura de mandioca. Neste momento, essas duas notas estão sendo analisadas pelo nosso Governo e deverão, nos próximos meses, pautar uma missão técnica do Brasil a Libreville, que será a ocasião em que nós poderemos avaliar as instalações e começar os contatos preliminares para um projeto que seja estruturante, que, em princípio, será destinado à organização da estrutura produtiva e de fazendas estatais.

Eles têm lá grandes fazendas estatais – são quatro –, e a primeira delas já é objeto de um projeto de cooperação na iniciativa privada entre o Instituto Daniel Franco e a Sociedade Agropastoral do Gabão. Esse projeto já determinou o embarque de mil cabeças de gado prenhes; a aquisição de 120 toneladas de ração, 20 toneladas das quais serão utilizadas para alimentar o gado no trajeto até Libreville; a aquisição de sementes de braquiária, de pasto para gado, de soja, sorgo e milho, a serem plantadas nessas fazendas; e o treinamento, que já foi concluído, de 80 técnicos gaboneses, 40 de nível superior e 40 de nível médio. Esse conjunto de medidas já está acertado, de modo que é previsto o embarque dessas cabeças de gado, no próximo dia 12 de dezembro, pelo Porto de São Sebastião, juntamente com as sementes e tudo mais. Então, é um deslocamento concreto que eu considero auspicioso para a nossa gestão, caso tenhamos aqui a aprovação dos senhores.

Esse projeto é acompanhado diretamente pelo Primeiro-Ministro do Gabão e já se desdobra em novas frentes de cooperação. O lado gabonês já sinalizou a intenção de aquisição de tratores, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sementes, de vacinas para o gado, de modo que será essa uma das minhas prioridades na nossa gestão lá na frente da nossa Embaixada em Libreville.

Esse aspecto comercial é um aspecto de desdobramento recente, mas a segunda linha de ação nossa lá da embaixada, eu diria, é a mais estruturante, que é a de cooperação educacional. Nós já formamos, nos últimos 15 anos, mais de 200 alunos gaboneses em nossas universidades, que se beneficiam do concurso de estudantes francófonos em seu corpo discente, de modo que eu considero esse desdobramento um desdobramento que pretendo consolidar, ampliar e diversificar, inclusive porque este ano nós tivemos um número recorde de inscrições – foram 166 – e, dessas inscrições, 49 já foram selecionadas para estudar português no Brasil.

Nós temos frentes para abrir o programa de pós-graduação. Nós nunca tivemos estudantes gaboneses, mas o nosso Departamento de África está plenamente consciente dos contatos que têm sido feitos e já se detectou o interesse do Gabão no envio de estudantes de pós-graduação de medicina, em particular na área de cirurgia plástica. Eles têm interesse tanto para a recuperação de queimados quanto para a constituição de profissionais de confiança nessa área, porque aparentemente só tem um profissional lá no Gabão.

Outra linha que nós pretendemos ampliar na cooperação educacional é a de cursos, com nossa Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica, que são de dois a três anos de duração e permitem a introdução dos estudantes gaboneses de maneira mais célere no mercado de trabalho. Isso aí é uma demanda que também nós temos tomado boa nota e que pretendemos implementar lá no Gabão.

E, por fim, ainda nessa área de cooperação educacional, à luz também dos contatos que já vêm sendo feitos lá no departamento da África, nós já temos o interesse da chancelaria gabonesa de enviar um candidato para o nosso curso de formação de diplomatas, que já formou sete alunos gaboneses e é reconhecidamente uma das fontes de qualificação dos diplomatas daquele país.

Sr. Presidente, o meu principal desafio, como mencionou o Relator, em termos práticos, é o de aumentar as nossas exportações para o Gabão. A nossa balança está muito desequilibrada e as indicações que nós temos neste ano de 2024, Sr. Senador Mourão, é de que esse desequilíbrio vai aumentar ainda mais. Nós precisamos... Nós estamos sem capacidade de refino de óleo para lubrificantes, tanto para lubrificantes industriais quanto para lubrificantes de automóveis.

Nos primeiros meses, até setembro, as nossas importações do Gabão já aumentaram 40% em relação ao mesmo período do ano anterior. Então, esse desequilíbrio vai se agravar este ano, mas, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

outro lado, em bases auspiciosas, identifica-se a possibilidade de a Petrobras voltar a considerar o Gabão como uma área de sua preferência por iniciar a aquisição de blocos de petróleo, uma vez que a empresa norueguesa BW Energy descobriu um grande poço na bacia sedimentar na costa gabonesa, que é uma área onde a Petrobras já iniciou recentemente operações no país vizinho de São Tomé e Príncipe. Ela já está com três blocos lá, uma participação parcial em três blocos de São Tomé e Príncipe. Então, se a Petrobras optar por abrir, nós deveremos estar prontos. Esse talvez seja o meu principal motivo de haver apresentado à direção do Itamaraty o pedido de reativação do nosso setor de promoção comercial na embaixada em Libreville.

Nós já identificamos, para o senhor ter ideia, o interesse gabonês em aquisição de 38 ônibus da Marcopolo, numa primeira encomenda. Os gaboneses também, Sr. Hamilton Mourão, já indicaram, em 2016, interesse em adquirir o Super Tucano. Nós já fizemos um teste lá. E agora, na última reunião de consultas políticas, em 2021, eles também demonstraram interesse em treinamentos de forças especiais e na aquisição do KC-390.

Além disso, nós temos a próxima instalação da subsidiária espanhola QGMI, da Queiroz Galvão, que deverá abrir um escritório em Libreville para participar de licitações de obras de infraestrutura. E nós temos também contato com a Firjan, contatos muito preliminares, porque eu não quis avançar nisso antes de obter a aprovação dos senhores, para aquisição de casas pré-fabricadas. O Gabão tem um déficit gigante de habitação, e essa solução de alguns setores lá da Firjan já é de interesse. E a Firjan também está organizando uma missão para o início do ano que vem ao Gabão e a alguns outros países da África.

Agora, eu passaria para a parte final da minha exposição, Sr. Presidente, a respeito de uma agenda diplomática que nós possamos ter com o Gabão à luz da nossa preparação para a COP 30.

O Brasil tem no Gabão um país megadiverso. É um país em que 85% do seu território é de florestas e que já recebe pagamentos por serviços ambientais. Então, esse é um fator que poderá ser explorado pela nossa embaixada, por exemplo, para identificar o interesse dos gaboneses e identificar um pesquisador para o nosso Sistema Amazônico de Laboratórios Satélites, o que seria uma forma concreta de se monetizar o conhecimento tradicional, as riquezas da nossa Floresta Amazônica, porque eles também têm no país deles um bioma semelhante, e aí conseguir mais aportes, mais apoio para esse fundo, que já tem apoio de países importantes como a França, como a Alemanha, como os Emirados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nós também temos com o Gabão uma parceria importante na transformação do Atlântico Sul numa zona livre de caça de baleias. Por um voto, na última reunião da Comissão Internacional da Baleia, a nossa proposta, copatrocinada pelo Gabão, não foi aprovada.

Nós temos também a possibilidade de identificar projetos no âmbito da Zopacas. No ano que vem, nós teremos uma reunião no Rio de Janeiro em que nós vamos celebrar 40 anos da Zopacas, então é uma oportunidade de o Brasil se associar a países da região e identificar projetos de segurança, preservação da fauna marinha...

E, por falar em segurança, temos esses exercícios da Marinha brasileira, da Guinex, que contam com navios e oficiais gaboneses. Nós pretendemos também ter essa frente de diálogo com a chancelaria.

E, por fim, eu mencionaria a nossa comunidade brasileira – apesar de pequena, como apontou o Relator –, objeto de iniciativas culturais com as iniciativas que nós temos lá da embaixada com o Instituto Hispano Lusófono, que sediou inclusive a exposição de uma fotógrafa brasileira em maio passado, que obteve um reconhecimento midiático, inclusive.

Então, é nessa linha, Sr. Presidente, que nós pretendemos atuar.

O Gabão é um dos países que o nosso Chanceler Mário Gibson Barbosa visitou em 1972, em uma visita histórica – também visitou o Senegal, para onde vai, se for aprovada, a nossa Embaixadora Daniella –, uma visita histórica que marcou a nossa política externa independente. E é um país que olha o Brasil como um parceiro e como um horizonte a ser alcançado.

Eu queria, para encerrar, agradecer também o reconhecimento do Ministro Mauro Vieira, que levou o meu nome à consideração do Senhor Presidente, às três missões na África que recentemente eu tive – uma no Mali, de sete meses e meio –; uma na República Democrática do Congo, durante o período no qual, inclusive, teve uma tentativa de golpe de Estado; e, por fim, na Nigéria, de três meses.

Eu teria algumas considerações a fazer na área de prestação de serviços de engenharia e de petróleo, que nós também pretendemos incitar, mas, para manter o tempo, eu vou me restringir aqui ao que falei, agradecendo a atenção dos senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Ouvida a apresentação de V. Sa, nós vamos continuar esta sessão, agora concedendo a palavra aos Srs. Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de consultar o Senador Mourão sobre se V. Exa. gostaria de fazer indagações aos Srs. Embaixadores.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Presidente, tenho duas observações apenas, não são indagações, até porque as exposições feitas por todos foram extremamente eficientes e eficazes, mas eu tenho uma observação para a Embaixadora Gilda e outra para o Embaixador Felipe Santarosa.

Para a senhora, Embaixadora, eu gostaria de observar que a senhora vai para um país que está numa zona de conflito. Existe o problema do Curdistão, onde há um conflito permanente, e existe a questão do posicionamento da Turquia na margem sul, vamos dizer assim, do Mar Negro, que hoje é uma área de conflito na guerra entre a Rússia e a Ucrânia. E a Turquia controla os dois gargalos principais que são Bósforo e Dardanelos. Então, o que eu peço à senhora aqui pela Comissão é que a senhora tenha atenção para esses conflitos, informando, obviamente, ao Itamaraty sobre aquilo que pode ter consequências aqui para o nosso país, principalmente para nossa área de segurança.

Em relação ao Embaixador Felipe Santarosa, a nossa fronteira com o Suriname eu não vou nem chamar de vazio demográfico, é um não demográfico. O seu Relator, que era o nosso nobre Líder do Governo, o Senador Randolfe Rodrigues, tocou nos 52km da fronteira do Amapá, mas a maior fronteira é a do Pará, onde ali nós só temos isoladamente um pelotão especial de fronteira na região de Tiriós. E ali situa-se aquela região do triângulo do ouro, que é o abacaxi que o senhor tem que descascar, dos 20 mil garimpeiros, que será o problema que o senhor terá que enfrentar, além, obviamente, das questões do narcotráfico e do tráfico de armas, pois o Suriname se apresenta como um caminho para esses ilícitos transnacionais. Então, eu peço também a atenção de V. Exa. em assuntos que têm reflexos aqui na segurança do nosso país, na questão da segurança pública hoje tão debatida pela opinião pública e aqui dentro desta Casa também. Eu faço parte da Comissão de Segurança Pública, e essa é uma das nossas preocupações.

Eram só essas observações, Senador Chico Rodrigues.

E, mais uma vez, cumprimento as Embaixadoras e os Embaixadores pela nomeação, pela indicação que tiveram. Julgo que serão aprovados com louvor e que, em breve, estarão assumindo seus postos, sempre lembrando que essa passagem aqui pelo Congresso mostra que as senhoras e os senhores não representam apenas o Governo de turno, muito pelo contrário, as senhoras e os senhores representam o Estado brasileiro. E por isso é que têm que passar pela chancela aqui do Senado Federal. Então, parabéns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E parabéns ao Senador Chico Rodrigues por exercer essa Presidência com a sua tranquilidade, que é habitual.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Quero agradecer ao nobre Senador Mourão pelas palavras e também pelas observações que foram feitas aqui aos Embaixadores.

E eu acho que o momento mais esperado desta sessão, obviamente, não deixa de ser a apuração dos votos dos Srs. Senadores. Então, para que possamos nos encaminhar para a conclusão desta sessão, vamos proceder ao processo de apuração.

Determino à Secretaria que proceda à apuração.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Obviamente, houve unanimidade na aprovação dos Srs. Embaixadores.

Então, aprovados todos com louvor, não é?

Votaram 12 Senadores, e houve 12 votos. (*Palmas.*)

As mensagens respectivas às sabatinas do dia de hoje serão enviadas à Secretaria-Geral da Mesa para o prosseguimento da tramitação.

Eu quero agradecer à Embaixadora Gilda Motta Santos Neves, que representará o nosso país na Turquia; à Embaixadora Daniella Xavier, do Senegal e Gâmbia; à Maria Izabel Vieira, na Eslovênia; ao Felipe Costi Santarosa, no Suriname; ao Carlos Ricardo Martins Ceglia, Geórgia; e ao Miguel Griesbach Pereira Franco, no Gabão. Que tenham uma bela missão representando, na verdade, o nosso Governo nesses países!

Eu gostaria também de cumprimentar o Embaixador Bruno Bath, aqui presente, que obviamente, como fiel escudeiro do nosso Chanceler, está aqui acompanhando esta sessão.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a todos pela presença, especialmente às autoridades, desejando-lhes êxito.

Declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 10 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e quatorze minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Fernando Dueire, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Humberto Costa, Chico Rodrigues, Margareth Buzetti, Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Tereza Cristina, Wilder Morais, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Jorge Kajuru, Paulo Paim, Augusta Brito e Jorge Seif, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Cid Gomes, Daniella Ribeiro, Mara Gabrilli e Jaques Wagner. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 233, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a coleta e o compartilhamento de dados sobre beneficiário final de pessoas jurídicas brasileiras e estrangeiras com atividades no País." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Aprovado o parecer favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 15-CRE. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 565, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Qualifica a exposição de crianças e adolescentes sob guarda de pais ou responsáveis legais brasileiros a situações de violência doméstica em país estrangeiro como situação capaz de submetê-los a grave risco de ordem física ou psíquica, nos termos do Artigo 13 da Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela aprovação da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), e das 7 (sete) subemendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 6139, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.712 de 30 de agosto de 2012, para estabelecer o sistema brasileiro de crédito oficial à exportação." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o parecer favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CRE (Substitutivo). **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2347, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a criação de um protocolo nacional para abrigos emergenciais de refugiados, incluindo refugiados domésticos." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (MDB/SE). **Relatoria:** Senador Fernando Dueire. **Relatório:** Pela aprovação, com emendas de redação. **Resultado:** Aprovado o parecer, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CRE (de Redação). **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 466, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Mongólia, assinado em Brasília, em 21 de setembro de 2015, nos termos da retificação de enumeração apresentada pelo Poder Executivo na Mensagem nº 140, de 2019." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o parecer, favorável ao projeto. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 567, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Ministros da República da Albânia, assinado em Brasília, em 4 de novembro de 2015." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo n° 386, de 2022 - Não Terminativo** - que: "Aprova o texto do Acordo de Sede entre a República Federativa do Brasil e a Corte Permanente de Arbitragem, assinado em Brasília, em 25 de agosto de 2017." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Tereza Cristina (*Ad hoc*), substituiu Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o parecer, favorável ao projeto. **Observação:** Aprovado requerimento de urgência. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo n° 463, de 2022 - Não Terminativo** - que: "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Arábia Saudita sobre a Concessão de Vistos de Visita para Cidadãos de Ambos os Países, firmado em Riade, em 30 de outubro de 2019." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o parecer, favorável ao projeto. **Observação:** Aprovado requerimento de urgência. **ITEM 9 - Projeto de Resolução do Senado n° 8, de 2024 - Não Terminativo** - que: "Institui o Grupo Parlamentar Brasil-República Tcheca." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS). **Relatoria:** Senadora Margareth Buzetti. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o parecer, favorável ao projeto. **ITEM 10 - Projeto de Resolução do Senado n° 24, de 2024 - Não Terminativo** - que: "Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Costa do Marfim." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o parecer, favorável ao projeto. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 19, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Emmanuel Lenain, Embaixador da França no Brasil, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o posicionamento da República Francesa em relação ao Acordo de Associação Mercosul-União Europeia, tendo em vista as manifestações do Presidente Emmanuel Macron na 19ª Reunião da Cúpula do G20 realizada no Rio de Janeiro, bem como a declaração do Sr. Alexandre Bompard, CEO do Carrefour na França, em sua rede social X." **Autoria:** Senadora Tereza Cristina (PP/MS). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Aprovado com adendo para incluir o convite ao Diretor Presidente do Grupo Carrefour Brasil: Sr. Stéphane Maquaire. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 20, de 2024** que: "Requer que sejam convidados a comparecer a esta Comissão, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o Senhor Emmanuel Lenain, Embaixador da França no Brasil, e o Senhor Alexandre Bompard, CEO do Carrefour na França, a fim de prestar informações sobre o posicionamento da França em relação ao Acordo de Associação Mercosul - União Europeia, considerando as recentes declarações do Presidente Emmanuel Macron e os boicotes promovidos por grandes empresas e corporações francesas contra o agronegócio brasileiro." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/27

NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 13ª Reunião da Comissão, ocorrida em 13 de novembro de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata será publicada no *Diário do Senado Federal*, portanto, em função da deliberação.

Conforme a pauta publicada, a reunião de hoje destina-se à apreciação de projetos.

Vamos começar pelo item 4, em função da presença de autores e de Relatores.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2347, DE 2024

- Não terminativo -

Dispõe sobre a criação de um protocolo nacional para abrigos emergenciais de refugiados, incluindo refugiados domésticos.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)

Relatoria: Senador Fernando Dueire

Relatório: Pela aprovação, com emendas de redação

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Relator do projeto, Senador Fernando Dueire, para proferir o seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, V. Exa.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) – Presidente Renan, sempre é uma alegria estar aqui nesta Comissão tão bem presidida pelo senhor.

Sras. Senadoras, gostaria de fazer um registro à oportunidade e à pertinência do projeto apresentado pelo Senador Alessandro Vieira, do qual sou Relator.

Este Projeto de Lei nº 2.347, de 2024, de autoria do Senador Alessandro Vieira, cria um protocolo nacional para abrigos emergenciais de refugiados, incluindo refugiados domésticos

A proposição foi assim apresentada: o art. 1º institui o Protocolo Nacional para Abrigos Emergenciais de Refugiados, com a finalidade de estabelecer diretrizes para a gestão e organização desses abrigos; o art. 2º, por sua vez, aduz que toda pessoa refugiada, sem moradia ou impedida de acessar sua moradia, tem direito a acessar um abrigo emergencial; o art. 3º descreve a estrutura física dos mencionados abrigos; o art. 4º define, para efeitos deste projeto, quem são refugiados internacionais e refugiados domésticos; o art. 5º pormenoriza as diretrizes que os abrigos emergenciais devem observar; por fim, o art. 6º dispõe sobre a cláusula de vigência.

Na justificação do projeto, o Senador Alessandro Vieira assinala que os indivíduos compelidos a abandonar seus lares em decorrência de perseguições, conflitos, violência generalizada, violação de direitos humanos ou eventos naturais necessitam de medidas imediatas que assegurem sua segurança e bem-estar.

Nesse sentido, o protocolo objeto do PL busca estabelecer diretrizes para a administração e organização dos abrigos em causa.

No âmbito doméstico, a proposição aprimora significativamente o tratamento jurídico dos deslocados internos, pois inova o ordenamento pátrio ao instituir protocolo que visa a garantir habitação digna às pessoas forçadas a abandonar seus lares, mas que permaneceram no território nacional.

Na esfera da estrita competência desta Comissão, assinalamos o caráter meritório desta proposição, que certamente contribuirá para a acolhida humanitária de pessoas em mobilidade forçada, princípio que historicamente norteia a atuação brasileira na temática da mobilidade.

Ao final do relatório, apresentamos sugestões, Sr. Presidente, de emendas para ajustes meramente redacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse passo, consideramos que a expressão “refugiados domésticos” não é a escolha mais acertada, pois, conforme a literatura especializada, o instituto do refúgio implica necessariamente o deslocamento transfronteiriço de pessoas, ou seja, mobilidade forçada entre Estados diferentes.

Portanto, Senadora Tereza Cristina, sugerimos que se utilize a nomenclatura das Nações Unidas, qual seja, “deslocados internos”.

Aconselhamos, também, a modificação do inciso I do artigo 4º, pois o termo “refugiado internacional”, conforme referido, incorre em redundância; além disso, sugerimos o enquadramento jurídico do refugiado, já consagrado entre nós e presente na definição fixada pelo art. 1º da mencionada Lei 9.474, de 1997.

Entendemos, ademais, que o vocábulo “estrangeiro” carrega uma acepção semântica que remete ao contexto histórico do “Estatuto do Estrangeiro”, que considerava o não nacional um agente de potencial perigo à integridade do país, e precisava, por isso, ser vigiado e segregado. Indicamos, portanto, a expressão, Presidente, “toda pessoa não nacional”. É mais adequada.

Assinalamos, em adendo, que as razões que conduzem ao deslocamento forçado de pessoas são multifatoriais e, bem por isso, observamos que a proposição, em seu art. 4º, II, deixa de abranger reconhecidas situações que causam o fenômeno: além dos eventos climáticos que amiúde flagelam o Brasil, o deslocamento forçado de pessoas pode se dar por outras calamidades naturais, como enchentes e furacões, ou por eventos não relacionados ao clima, como terremotos.

Por fim, encaminho o voto, Sr. Presidente.

Por assim estar posto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.347, de 2024, com as emendas de redação que estão na íntegra do relatório e que esclarecemos acima na nossa leitura.

Era o que eu tinha a relatar.

Agradeço a confiança da distribuição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós é que agradecemos ao nosso querido Senador Fernando Dueire.

Obrigado pelo relatório.

Em discussão o relatório.

Senadora Tereza Cristina, com a palavra, V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Senador Renan.

Quero cumprimentar aqui o Relator e o autor desse importante projeto.

Sabemos que hoje o Brasil tem muitos refugiados, vindos lá da Faixa de Gaza, enfim, do Líbano, de vários países do mundo, e que ficam retidos, muitos, no aeroporto de Guarulhos. Parece que é uma população enorme, e ficam em condições não adequadas, porque não temos um abrigo, enfim, que possa resolver tanto os problemas legais para que eles possam ser encaminhados para os diversos estados ou para fora também, os que estão aqui e que precisam sair do país.

Então, parabenizo pela iniciativa.

E parabéns pelo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em discussão relatório.

Senadora Margareth Buzetti, com a palavra, V. Exa.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para discutir.) – Obrigada, Presidente, Senador Renan.

Só gostaria de parabenizar tanto o Relator quanto o autor desse importante projeto, porque eles ficam, esses refugiados, até em condições insalubres no aeroporto. É lamentável vê-los daquela forma.

Então, é um projeto meritório.

Parabenizo muito o Senador Alessandro Vieira e o Senador Laércio – Fernando Dueire, eu sempre troco o nome deles –, pelo relatório.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir o relatório, encerro a discussão.

Passamos à votação.

Em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto e às Emendas nºs 1 a 6, da Comissão de Relações Exteriores, emendas de redação.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

Com os nossos cumprimentos também ao Senador Alessandro, autor do projeto.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, com a sua permissão, com a aprovação do relatório, eu iria pedir a V. Exa. o encaminhamento com urgência, mas em razão de ir para uma outra Comissão e não ao Plenário...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – ... então, deve-se seguir o protocolo já consagrado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Item 9.

ITEM 9

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 8, DE 2024

- Não terminativo -

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-República Tcheca.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)

Relatoria: Senadora Margareth Buzetti

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra a V. Exa.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente.

Peço permissão para ir direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os chamados grupos parlamentares possibilitam trocas de experiências entre os Legislativos nacionais envolvidos. Dessa maneira, eles proporcionam relevante contribuição para o relacionamento dos países em causa. Cuida-se, ademais, de prática entendida como própria da atividade senatorial, que, de resto, não encontra óbice no Regimento Interno do Senado Federal.

Ademais, observo que, a partir da Resolução nº 14, de 2015, os grupos e frentes parlamentares internacionais passaram a contar com disciplina que adensa sua regulamentação. Referido ato normativo cuida, de modo específico, da criação do Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos. Ele, no entanto, acrescentou dispositivo que passou a ser aplicado genericamente aos grupos parlamentares, como este que se pretende criar por meio do PRS nº 8, de 2024. Nesse sentido, convido à atenção para o seguinte dispositivo da referida resolução:

> Art. 6º Além das normas específicas de cada resolução que estabeleça grupos interparlamentares, grupos internacionais de amizade e frentes parlamentares internacionais, aplica-se o disposto neste artigo.
> § 1º Os grupos e as frentes parlamentares internacionais referidos no *caput*, de caráter permanente e sem objetivos político-partidários, destinam-se a exercer a diplomacia parlamentar.
> § 2º Os grupos e as frentes parlamentares internacionais serão constituídos por parlamentares que a eles aderirem e funcionarão segundo estatutos próprios, sempre submetidos às regras contidas no Regimento Interno do Senado Federal e nas demais normas aplicáveis.
> § 3º Após a criação dos grupos ou frentes parlamentares internacionais referidos no *caput*, será realizada reunião de instalação para eleger a diretoria e elaborar o estatuto, que, juntamente com a ata de instalação e os subsequentes registros de reuniões, será encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa para publicação no Diário do Senado Federal.
> § 4º No início de cada legislatura, cada grupo ou frente parlamentar internacional referido no *caput* realizará reunião de reativação para proceder à eleição da diretoria e ratificar ou modificar o estatuto, mediante solicitação de qualquer parlamentar ao próprio grupo ou frente, dispensado requerimento ao Plenário do Senado Federal com essa finalidade.
> § 5º Os grupos e as frentes parlamentares internacionais referidos no *caput* não disporão de verbas orçamentárias do Senado Federal, salvo quando eventuais despesas imprescindíveis ao seu funcionamento forem expressamente autorizadas pela Comissão Diretora ou pelo Presidente da Casa.
> § 6º Compete à Secretaria-Geral da Mesa, na forma de sua estrutura administrativa, secretariar as reuniões e dar apoio administrativo aos grupos e às frentes parlamentares internacionais referidos no *caput*, mantendo seu cadastro e o dos parlamentares que os integram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o contexto. Lembro que os dispositivos referidos se aplicam aos grupos parlamentares formados a partir da Resolução nº 14, de 2015.

Dito isso e ressaltando que foi bem destacado pela autora da proposta o peso das relações bilaterais, bem como a convergência de interesses entre os dois países, recomenda-se a instituição do grupo parlamentar em apreço.

Esse o quadro.

A proposição, que tampouco carrega vícios de constitucionalidade ou juridicidade, merece ser aprovada.

Voto.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 8, de 2024.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradeço muito à Senadora Margareth Buzetti.

Colocamos em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira mais discutir o relatório, declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

Em votação, o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão Diretora do Senado, para prosseguimento da tramitação.

Prazo para sugerir emendas às leis orçamentárias.

A Presidência comunica a abertura do prazo de apresentação de sugestões de emendas, perante esta Comissão, de amanhã, 28/11/2024, a 02/12/2024, segunda-feira, às 18h, aos Projetos de Lei nº 3, de 2024, do Congresso Nacional, e nº 26, de 2024, do Congresso Nacional.

Designamos para o PLDO e para o Ploa o Senador Chico Rodrigues.

A reunião para a apreciação das emendas tem data prevista para o dia 04/12.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para a CCAI (Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência), designamos para Relator do PLDO e do Ploa, o Senador Eduardo Braga, com os mesmos prazos.

Item 7 da pauta. Projeto de Decreto Legislativo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Sobre as emendas, temos habitualmente aprovado as da CCAI e as da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Certo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor já tem alguma ideia...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Da reunião? Ainda não...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... se nós podemos ter emendas para defesa cibernética?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sim; com certeza é um tema que está incluído.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Até porque, Presidente, nós nem temos agência...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu estou com o relatório pronto a respeito do assunto. Esse assunto é devastador; a importância é devastadora.

Nós já tínhamos represado várias queixas e reclamações, por exemplo, da Abin. Isso fica... A Abin é problema da CCAI – certo? Agora, defesa cibernética, se não nos movimentarmos o Senado vai ser absolutamente omisso a respeito do assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É, mas vamos trabalhar... Estou disposto a...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu acho que é um assunto cuja omissão seria imperdoável para nós mesmos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sem dúvida.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O Brasil é o segundo país mais atacado do mundo ocidental, coisa de 70 bilhões de ataques por ano.

Então, é impossível ignorar. Temos que ter alguma forma de manifestação, dando prioridade ao assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O item 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 386, DE 2022

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Sede entre a República Federativa do Brasil e a Corte Permanente de Arbitragem, assinado em Brasília, em 25 de agosto de 2017.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

Relatório: Pela aprovação

A relatoria é do Senador Humberto Costa.

Tenho a satisfação de designar a Senadora Tereza Cristina como relatora *ad hoc* desta matéria.

Concedo a palavra a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Presidente, relatoria aceita.

Peço para passar diretamente, para a análise do projeto, à leitura.

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

No tocante ao acordo, inexistem imperfeições no que diz respeito à sua juridicidade. Não há, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal.

Trata-se, na hipótese, daquilo que a doutrina denomina de "acordo de sede", ou seja, tratado bilateral a envolver organização internacional e Estado, e que versa sobre a operação administrativa e técnica, a pauta de privilégios e imunidades, bem como o regime jurídico dessa organização no território do Estado negociador. Nesse sentido, o texto em apreço não destoa dos tratados análogos a que a República Federativa do Brasil já se encontra vinculada.

Registre-se, ademais, que o acordo negociado representa passo importante para o estabelecimento do Brasil como ponto central das atividades da CPA na América Latina. Ele é fruto de convite feito pelo Secretário-Geral da Corte ao Brasil, para ser um país-sede no que concerne aos procedimentos de arbitragem, mediação, conciliação, bem como comissões de inquérito administrados pela organização.

Convém ainda destacar que a medida ora discutida tem potencial econômico positivo. Na linha da exposição de motivos, o estabelecimento de uma sede brasileira para a CPA, vocacionada para a América Latina, atrai a cooperação e o intercâmbio com entidades nacionais, regionais e internacionais especializadas em arbitragem, e reforça a geração de empregos em nosso país, demandando serviços de advocacia, tradução, hotelaria e eventos, entre outros.

Para além disso, o tratado em questão enquadra-se no dispositivo que estabelece que o Brasil rege suas relações internacionais pelo princípio da cooperação entre povos para o progresso da humanidade. Nada há mais em harmonia com esse comando do que o propósito da CPA de encontrar meios objetivos para a solução pacífica de eventuais desinteligências entre Estados, bem assim entre Estados e investidores estrangeiros.

O voto, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacional, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 386, de 2022.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradeço muito à Senadora Tereza Cristina.

Coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, encerro a discussão.

Passamos à votação.

Em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável, portanto, ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para prosseguimento da tramitação.

Item 11 da pauta.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 19, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Emmanuel Lenain, Embaixador da França no Brasil, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o posicionamento da República Francesa em relação ao Acordo de Associação Mercosul-União Europeia, tendo em vista as manifestações do Presidente Emmanuel Macron na 19ª Reunião da Cúpula do G20 realizada no Rio de Janeiro, bem como a declaração do Sr. Alexandre Bompard, CEO do Carrefour na França, em sua rede social X.

Autoria: Senadora Tereza Cristina (PP/MS)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer-se, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, também, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de que sejam convidados a comparecer a esta Comissão o Sr. Emmanuel Lenain, Embaixador da França no Brasil, a fim de prestar informações sobre o posicionamento da República francesa em relação ao Acordo de Associação Mercosul-União Europeia, tendo em vista as manifestações do Presidente Emmanuel Macron na 19ª Reunião da Cúpula do G20 realizada no Rio de Janeiro, bem como a declaração do Sr. Alexandre Bompard, CEO do Carrefour na França, em sua rede social X.

Com a palavra, a autora do requerimento, Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para encaminhar.) – Presidente, Senadoras, Senadores, eu fiz esse requerimento e eu gostaria de incluir também o CEO do Carrefour do Brasil, para que ele também seja convidado e possa vir aqui dar explicações sobre o posicionamento do Carrefour francês, em que o CEO diz que os produtos brasileiros são produtos que não têm qualidade para serem vendidos no Carrefour francês...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Que não preenchem as regras...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – É, e que não preenchem as regras francesas.

Primeiro, isso é uma inverdade, porque o Brasil é signatário dos mais diversos acordos e protocolos sanitários, exportamos para mais de 160 países no mundo. Que a França não queira entrar no Acordo Mercosul-União Europeia, o Brasil não tem nada com isso, é um problema dos franceses; agora, colocar uma imagem ruim, falsa, sobre os produtos brasileiros é o que nós não podemos admitir.

Eu fiz esse requerimento a V. Exa. na semana passada, o senhor prontamente me disse que receberia esse requerimento, e a coisa só escalou de lá para cá. O pedido de desculpas do CEO francês foi um pedido pífio, porque ele não pede desculpas coisa nenhuma. Ele diz que francês compra de francês, da União Europeia, o brasileiro que compre... O Carrefour brasileiro que compre dos brasileiros. Essa foi a desculpa dele, e ainda fez um pequeno deboche, na minha opinião, na minha avaliação: "A carne brasileira é gostosa", o que eu concordo com ele, porque a carne brasileira é boa, tem qualidade e é gostosa.

Enfim, a discussão aqui é saber por que essa escalada. Atrás dele vieram outras empresas, não foi só o Carrefour. Nós já temos um outro supermercado, uma outra rede francesa também colocando em dúvida a qualidade dos produtos brasileiros. Mais surreal ainda, uma empresa que tem seis usinas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

etanol no Brasil, que tem o açúcar Guarani, que tem uma marca que é tão conhecida pelos brasileiros, talvez as mais antigas marcas do açúcar sejam União e Guarani...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Guarani é mais antigo.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – O mais antigo.

Esse senhor também vai lá, na França... Tudo bem, a pressão dos agricultores franceses, cada um faz o seu papel, mas nós não podemos admitir essa falta de respeito com o Brasil, essa falta de respeito com os produtos brasileiros.

Então, é por isso que nós gostaríamos de ouvir o Embaixador, para que ele coloque a posição da França, da República francesa, diante da República brasileira.

E pior, a Ministra da Agricultura francesa fez duas declarações desastrosas, também levando desinformação ao consumidor francês, quando ela diz que os produtos brasileiros usam antibióticos, usam hormônios, o que não é verdade. Nós participamos de protocolos. Eu, no Ministério da Agricultura, recebia, e o Ministro Fávaro, que fez também uma declaração forte sobre isso, nós recebemos... Todos os anos o Brasil recebe missões enormes da Europa toda para virem aqui conferir esses protocolos, conferir o nosso sistema produtivo, conferir os nossos frigoríficos, que são da melhor qualidade.

Enfim, França não quer entrar no acordo, ninguém tem nada com isso. Nós ainda nem analisamos nesta Casa esse acordo. Nós estamos esperando a votação, se ele vai ser aprovado na União Europeia, para depois vir para o Brasil, para o Uruguai, para a Argentina. Por quê? É contra o Mercosul, mas o foco foi o Brasil, a ponto de ontem ter tido uma reunião no Parlamento francês, onde Deputados de direita e de esquerda falaram que os produtos brasileiros são um lixo – são um lixo – e que francês não pode pôr lixo no seu prato. Isso precisa de uma retratação.

Então, é por isso, Senador, que eu quero incluir os dois franceses: o Sr. Embaixador, com o maior respeito, para que ele venha aqui e coloque para nós qual é a posição da República Francesa; e CEO do Carrefour, sobre qual é a posição do Carrefour, já que a segunda maior receita do Carrefour global é o Brasil, com 23 bilhões todos os anos, e manda dividendos para a França, com certeza bons dividendos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sem dúvida, será incluído.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho a satisfação de cumprimentá-la, Senadora Tereza Cristina, pela oportunidade do seu requerimento.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Eu só queria adicionar, além do meu aplauso à iniciativa da Senadora Tereza Cristina, um aplauso unânime, mas eu queria acrescentar o grau de agressividade.

Não houve apenas uma reunião, a Assembleia Nacional da França, por 484 votos a 70, deliberando sobre um assunto que não é da sua alçada. Foi uma demonstração de hostilidade gratuita, usando no debate... (*Pausa.*)

Não é isso... O debate é apenas para demonstrar o clima.

Foi utilizada a expressão lixo, mas se manifestou graciosamente, porque ela não é o foro, o foro é o Parlamento Europeu, da União Europeia, que fica na Bélgica, fica em Bruxelas, mas num ataque de voluntarismo, resolveu dizer, por 484 votos contra 70, que é contra o que não lhe compete deliberar. É contra o acordo da França com o Mercosul.

Então, isso até enseja uma manifestação do Parlamento brasileiro, que eu sugiro que seja comungada com os demais Parlamentos do Mercosul, porque é uma hostilidade gratuita da França, representada pela sua... Até o comentário é o seguinte: eles estão absolutamente fracionados, mas se uniram contra o inimigo externo, num assunto que não lhes toca deliberar. Está havendo uma histeria, um voluntarismo muito preocupante.

Eu sugiro, Presidente, que nós, de alguma forma, via Parlasul, via Parlamentares que fazem parte do Mercosul, coloquemos em deliberação que manifestação é cabível do Parlasul (Parlamento do Mercosul), dos quatro países do Mercosul, a respeito da manifestação da Assembleia Nacional da França, que a gente sempre gosta de ver em filmes, não é? Napoleão, os debates de Robespierre, isso faz parte da nossa educação moral e cívica, Dr. Fernando, que agora se descambou para essa histeria coletiva... (*Risos.*)

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Senador, só complementando a fala – desculpe, Fernando – do Senador Amin, ontem eu estive na nossa Comissão aqui do Parlasul. O Senador Nelsinho vai colocar esse tema, só que isso aconteceu ontem à noite, essa escalada do lixo, enfim, essa confusão no Parlamento foi na noite de ontem, mas o Senador Nelsinho vai colocar esse tema no Parlasul, na próxima reunião, dia 6 de dezembro, já marcada, para que, talvez,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vamos conversar com ele, saia de lá uma nota, algum repúdio ao que os franceses estão fazendo contra o Mercosul.

Muito obrigada, só complementando.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Mais uma vez, cumprimento a Senadora Tereza Cristina.

Nós não entendemos ainda. Esperamos que possamos ter essas informações todas a partir da materialização do que propõe o requerimento de V. Exa. Portanto, nós não temos elementos suficientes para concluir qual o propósito do mais alto executivo de uma rede internacional de hipermercados para fazer descabidas, afrontosas e absurdas declarações sobre a qualidade, segurança e confiabilidade da carne brasileira. Não sabemos se a inverdade escamoteia alvos ocultos, como perturbar o acordo Mercosul/União Europeia, se é mero protecionismo ou mesmo fruto da irresponsabilidade de quem deveria primar pela responsabilidade, zelo e honestidade de suas intervenções.

Inicialmente, como aqui colocou a Senadora Tereza Cristina, foi mencionado o risco de inundação do mercado francês com carne que não atende às suas exigências e normas. No recuo – a Senadora também colocou –, na retratação ao Governo brasileiro, o mesmo executivo diz que a agricultura brasileira fornece carne de qualidade, em respeito às normas e sabor.

Embora seja um tema a ser superado, com a retomada evidentemente gradativa do fornecimento de carne por parte dos frigoríficos brasileiros, é um episódio lamentável e que acarretou prejuízo. O terror comercial, como todos sabem, é uma prática reprovável e acabou provocando uma centelha desnecessária. Foi um boicote que terminou sendo boicotado pelo próprio mercado.

Mais uma vez, cumprimento a Senadora Tereza Cristina e cumprimento, mais uma vez, os Senadores que estão presentes nesta Comissão: Senador Hamilton Mourão, Senadora Margareth Buzetti, Senadora Tereza Cristina, Senador Fernando Dueire, Senador Flávio Arns e Senador Esperidião Amin.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir.) – Sobre essa matéria também, todos nós nos manifestamos no Plenário ontem. Eu também falei que o CEO lá na França desconhece a realidade, é mal-informado, inclusive trabalhando contra os empresários aqui do Brasil, como a nossa colega Senadora Tereza Cristina colocou. Eu, inclusive, mencionei que os franceses têm que vir aqui para aprender com o Brasil como é que se faz, como é que se cuida, como é que se produz, pois a produtividade aumenta sobremaneira todo ano em todas as áreas. Quer dizer, o agro, no Brasil, dá aula para o mundo, não só para o Brasil, mas para o mundo inteiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É lamentável o episódio. A sugestão é a demissão do CEO que causa esses transtornos internacionais. É sugerir para a empresa, em função da confusão criada com declarações inconsequentes, que seja demitido e que se arrume outro lá com mais competência.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Fernando Dueire.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Para discutir.) – ... o que está em cena e o que se tem observado vai além da teoria da sincronicidade de Carl Jung. Na verdade, percebe-se, como falou a nobre Senadora Tereza Cristina, uma escalada, e, se não se coloca freio nisso, além da reparação, se não se coloca freio nisso, isso descamba para prejuízos, inclusive maiores.

A palavra é apenas para me associar à iniciativa da Senadora, hipotecada à solidariedade unânime desta Comissão. É basicamente para isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Serão tomadas as devidas providências.

Passamos ao item 3 da pauta.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Só para lembrar, Sr. Presidente, que a Senadora Maria Gabrilli não está presente, mas me pediu para ser o Relator *ad hoc* do número 2 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Está bem.

Item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 6139, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, para estabelecer o sistema brasileiro de crédito oficial à exportação.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Esperidião Amin para apresentar o seu relatório.

Com a palavra V. Exa., Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Presidente, o projeto de lei é relevante, muito importante. Eu já apresentei o relatório, que tem 15 páginas. E é uma matéria relevante, eu repito, que se associa de alguma forma ao projeto, ao nosso código, inspirado por V. Exa., desde a sua origem, e que nós aprovamos na última reunião. Então, eu vou pedir licença para resumir o resumo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O parecer está disponível.

O projeto trata de operações de crédito oficial à exportação. Então, ele é um complemento ao que seria o código de comércio exterior, tanto no aspecto de financiamento, incluídos o financiamento direto e a equalização, quanto no aspecto de seguro de crédito. Estas operações podem ser sintetizadas sob a terminologia de apoio oficial ao crédito de exportação. Na forma da Resolução da Camex nº 5, de 2018, "São considerados mecanismos de apoio oficial ao crédito à exportação o Programa de Financiamento às Exportações (Proex), o Seguro de Crédito à Exportação, amparado pelo Fundo de Garantias às Exportações (FGE), e os financiamentos às exportações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES".

Eu não posso deixar de mencionar aqui, Presidente, que, em 1993, estourou um grande escândalo e o então Presidente Itamar Franco extinguiu o Proex. Eu participei da ressurreição, sob a forma mais ou menos atualizada para o que nós dispomos hoje. Então, não vou entrar em detalhes dessa história, mas esse assunto é crucial para que o Brasil possa se inserir e ombrear com países como a Alemanha, que têm um fértil, generoso e muito ativo sistema de financiamento à exportação para produtos industriais, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vez que a economia alemã é altamente industrializada, baseada neste setor da sua economia. E carece, exige e tem um mecanismo muito adequado, como exemplo das suas exportações, igualmente Estados Unidos, Japão. Portanto, é muito oportuno este debate.

A proposição contempla dois blocos gerais. O art. 1º, que altera a legislação específica referente ao Fundo Garantidor de Operações de Comércio Exterior, fundo que está voltado ao seguro de crédito à exportação; e segundo, os arts. 2º e 3º, que preveem regras gerais para o estabelecimento de um sistema de apoio oficial.

Indo adiante, repito, resumindo o resumo, sobre as alterações à lei do Fundo Garantidor de Comércio Exterior, o parecer faz breve apresentação. De outra parte, como nos explicou o conjunto de servidores do Mdic – aproveito para agradecer pela contribuição –, muito embora o FGCE ainda não tenha saído do papel, a lógica por trás da proposição é a de promover mudanças que eles próprios consideram essenciais para o funcionamento do fundo, evitando que ele entre eventualmente em operação de maneira inadequada. Ou seja, nós estamos falando de regular, de estimular providências que o próprio Governo, que é o agente oficial, por exemplo, do fundo, está alterando.

São duas as mudanças. Eu saliento a segunda mudança: é a autorização de aval da União para o fundo garantidor. Como esse fundo foi criado em pacote que pretende alterar de uma só vez os fundos garantidores públicos e transformá-los em fundos de natureza privada – foi a MP da Segurobras –, foi adotada a mesma estrutura para todos os fundos, incluída a vedação de aval, o que faz sentido pela lógica de segregação patrimonial e limitação de responsabilidade da União.

Contudo, como o pessoal do Mdic nos explicou, o FGCE precisa ter uma regra diferenciada, já que está destinado a operações de comércio exterior e que outros parceiros fazem a análise de risco em termos de garantia soberana. Se o Estado brasileiro pode também garantir as operações, como já ocorre com o FGCE, fica mais barato exportar e o nosso seguro de crédito ter melhor aceitação pelos financiadores; ou seja, nós temos que acompanhar a fortíssima concorrência. Comércio exterior é baile de cobra: quem não tiver perneira de couro resistente vai morrer picado de cobra – e de cobra venenosa.

A forma com que essa alteração tinha sido feita originalmente, no PL 6.139, de 2023, não era melhor. O dispositivo previa o aval incondicional da União, o que poderia gerar confusões quanto aos limites de cobertura, mesmo quando as partes tivessem descumprido cláusulas essenciais, condicionalidades; e o limite de responsabilidade da União seguia os limites da previsão orçamentária, o que não funcionaria na prática. Na proposta revisada do Mdic, eles desenharam um sistema de controle baseado na definição de limite máximo de exposição, relação entre os valores garantidos e o patrimônio do fundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senado ainda vai definir um limite de exposição para o FGCE, assim como já o faz para os limites máximos de garantias e contragarantias da União. E a Camex vai fazer o monitoramento a partir de dados fornecidos pelos operadores. Ultrapassados os valores prudenciais, as operações podem ser temporariamente suspensas.

Outras mudanças foram feitas em pontos específicos de menor controvérsia para: (i) permitir que apliquemos regras comerciais internacionais às operações de aviação civil e consórcios internacionais; (ii) afastar as normas de regência dos seguros privados do FGCE na linha da lei sobre o seguro de crédito à exportação, Lei 6.704, de 1979; e (iii) tornar mais amplas as possíveis fontes de financiamento do fundo, facilitando a integralização de capital pela União.

Após gestões, o Mdic apresentou alternativa na proposta revisada para melhorarmos especificamente a situação das micro e pequenas empresas. Nós temos um grande déficit no apoio à exportação de micro e pequenas empresas.

Baseado em práticas de mercado... Mais uma vez, nós temos que olhar para a vizinhança, nós estamos falando de comércio exterior. Portanto, temos que saber o que os outros estão fazendo.

Então, baseado em práticas de mercado, o prazo máximo de cobertura de operações de pré-embarque poderia ser estendido de 180 dias para 750 dias, facilitando o acesso ao crédito. Essa modificação foi incluída no substitutivo, tanto para o FGE quanto para o FGCE.

Mesmo após as reuniões, continuamos a avaliar que duas modificações não são convenientes, motivo pelo qual foram suprimidas do substitutivo. Em primeiro lugar, prever diretamente na lei que a contrapartida é dispensada desde que o prêmio reflita adequadamente a quantificação dos riscos, mesmo após a mudança de redação na versão revisada. A contragarantia pode ser o mecanismo mais eficiente para todas as partes, e esse acerto deve ser feito com base em análise de riscos para a operação específica. Em segundo lugar, expandir a cobertura do FGCE para investimentos diretos.

A proposta vai além do objeto do seguro de crédito à exportação e pode não gerar os mesmos efeitos positivos, já que a remessa de capitais não leva, necessariamente, a maiores investimentos ou à geração de empregos no Brasil.

Ademais, mais uma vez nos socorrendo dos técnicos do Mdic, estes nos adiantaram que a cobertura de investimentos diretos não foi consensual no órgão.

Portanto, Presidente, eu defendo que o projeto deva ser apreciado por nós, deva ser aprovado pela Comissão. Vai seguir o seu caminho e, enquanto isso, o Brasil vai continuar observando o que os parceiros e os concorrentes criam nesta luta por ampliar a sua participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos querem ampliar a sua participação, inclusive você que usa essa gravata da Chevrolet. (*Fora do microfone.*) (*Risos.*)

Não posso deixar de dizer que ele me deve uma.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Vou usar uma gravata borboleta vermelha e informar que recebi da campanha do Trump para mudar o estilo. (*Risos.*) De forma, Presidente, que eu peço, em função de um relatório complexo, um tema muito dinâmico e oportuno, que nós demos o aval ao texto que eu apresento, com as modificações que eu justifiquei, e que o projeto siga o seu caminho.

Não sei... O despacho é para quais Comissões? Depois de passar por aqui, ele irá para a CAE. Portanto, ele não tem uma deliberação ultimada. Agora, nós não podemos é travar a sua tramitação.

Então, diante dessas considerações, somos pela aprovação do projeto, que é de inequívoca utilidade para o setor produtivo do nosso país. Nós estamos competindo. O Brasil ainda é menor, no comércio exterior, do que a sua economia, ainda é, mas evoluiu muito. Nós chegamos a ser menos de 1% do comércio internacional. Evoluímos e vamos ter que ter mecanismos, alavancas que superem primeiro a inércia do mercado.

Todo mundo quer, cada macaco com o seu galho. Quem tem um galho fica bravo se alguém entrar lá. Como na natureza. Se tem uma ave num galho, e uma outra chega... Nós queremos ampliar nossa...

Toda essa celeuma do Carrefour, no fundo, é a pressão que os agricultores lá estão fazendo contra o Governo. Eu sou da época, Senador, hoje deve ter atualizado, em que uma vaca leiteira suíça consumia US$2,5 mil por ano de subsídio. Isso deve ter aumentado. Uma vaca. Não sei se aumentou. Quer dizer, uma vaca recebe de subsídio... Não, 900 euros seriam US$1,3 mil, mas comentava-se que eram US$2,5 mil por vaca. Cada vez que você saboreia, faz tempo que eu não faço isso, saboreia o chocolate suíço ou belga, que são acho que os mais conhecidos no Brasil, você está mastigando subsídio.

Por que é que fazem isso? No caso do francês, você pode até dar uma mastigadinha com mais força, não é? (*Risos.*)

Como dizem lá na Ilha de Santa Catarina, uma "carcada".

Mas o fato é que é um mercado de competitividade sem limites.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a atualização, aí vem o meu aplauso à iniciativa do Senador Mecias, vai ter que ocorrer. Eu acho que o relatório expõe que o próprio Governo está ainda procurando uma solução, de forma que eu voto pela aprovação. Meu voto é pela aprovação. Ele, na CAE, receberá certamente contribuições muito ricas, mas eu acho que cumprir o nosso dever é aprová-lo e mandar adiante, fazendo votos de que o Governo, os empresários, nosso esforço de ampliar a participação do Brasil no comércio exterior consiga primeiro superar a competição e segundo, superar as sabotagens.

Não posso deixar de concluir esta minha observação. Nós não chegamos a comentar aqui, acho que não foi comentado o incidente da vaca louca, mas vocês se lembram disso. Eu lembro que foi a Província de Alberta, no Canadá, que foi a vítima da charada, porque o primeiro caso de vaca louca na América foi encontrado exatamente na Província de Alberta. E no fundo, nós estamos vivendo a briga, a disputa da Bombardier com a Embraer; ou seja, as coisas se sobrepõem, se confundem, se intrincam.

Então, é o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradeço ao Senador Esperidião Amin.

Em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem...

Senadora Tereza Cristina, com muita honra, com a palavra, V. Exa.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) – Hoje eu estou falante.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não... É muito bom – muito bom.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Eu acho que o assunto... Eu quero parabenizar o autor, o Senador Mecias, o nosso Relator, sempre brilhante, Esperidião Amin, e dizer que eu acho muito importante.

No comércio exterior brasileiro, nós precisamos realmente avançar mais. Nós precisamos ser mais audaciosos. O Brasil precisa ter mais audácia. Eu sempre disse isso quando estava no Ministério da Agricultura. Nós não podemos ficar fechados. E se a gente quer exportar café, nós temos que começar a agregar valor ao nosso café.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou citar aqui um exemplo que me marcou muito durante a minha passagem pelo Ministério. Nós estávamos numa bilateral com o Xi Jinping, e, nessa bilateral, o Presidente Xi Jinping virou para o Presidente Bolsonaro e disse: "Olha, o Brasil precisa ousar mais com o café; o café brasileiro é muito bom". Mandou tirar todas as xícaras de chá e serviu um cafezinho. E disse: "Mas eu não quero vocês aqui só com a *commodity* café; vocês precisam abrir cafeterias por toda a China, porque se cada chinês tomar um ou dois cafezinhos por dia, vocês vão ter que produzir muito mais café".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É verdade.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Voltei de lá, fui a uma grande cooperativa brasileira de café, contei para eles e disse: "Olha, está na hora de ousar mais. Não adianta só exportarmos café e a gente viver um momento em que o café está lá em cima, depois está lá embaixo". Enfim, olha o que a Colômbia fez com um diminuto plantio de café. Eles fizeram uma marca mundial, e hoje o café colombiano é... Sendo que nós temos cafés maravilhosos.

Então, nós precisamos ousar mais. Todas as ferramentas que puderem ser feitas para dar segurança para os nossos exportadores e para os nossos importadores e para a nossa legislação ser modernizada, eu acho muito bom. Então, eu acredito que esse PL apresenta um conjunto de medidas positivas para esse fortalecimento do setor exportador brasileiro. Ampliar essa cobertura do FGCE e flexibilizar as condições de acesso ao crédito também é fundamental.

Então, essa proposta, eu acho que vem a calhar neste momento, porque o Brasil vive um excelente momento.

E só terminando o cafezinho, Senador, eu voltei à China agora – com outro propósito: fui falar sobre biotecnologia com os chineses. Mas eu fiquei impressionada. Cheguei lá, fui visitar o Parlamento chinês. Levaram-me para uma visita de cordialidade entre parlamentos. E o que eles me disseram na Comissão de Agricultura? Que tem uma empresa – que eu não sei se é chinesa ou se é... é asiática – que está comprando café brasileiro, e que hoje já abriu 600 lojas de café em Pequim e vai abrir mais 1,6 mil. Então, olha a oportunidade: às vezes passa na nossa frente o cavalo arreado, e a gente não monta.

Então, para tudo que puder fortalecer o nosso mercado externo, eu acho que nós temos que colaborar. Sou favorável ao projeto.

Parabéns, Senador Esperidião Amin e Senador Mecias.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, declaramos encerrada a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos à votação do relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1-CRE (Substitutivo).

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

Por falar na Comissão de Assuntos Econômicos, há pouco nós conversávamos aqui com o Senador Wellington Fagundes, que nos comunicou da aprovação, na CAE, de um requerimento com o mesmo propósito do requerimento aprovado nesta Comissão pela Senadora Tereza Cristina e em aquiescência com ela. Como já há um requerimento aprovado na CAE de reunião conjunta, é evidente que para que isso se concretize de lado a lado é fundamental nós referendarmos aqui a decisão tomada na CAE.

Submeto à apreciação do Plenário. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, declaro aprovada a reunião conjunta em aquiescência do Senador Wellington Fagundes com a Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Senador Renan, eu gostaria de fazer um pedido.

Eu recebi agora da AGU que para esse projeto que eu relatei *ad hoc*, do Senador – está chegando aqui – Humberto Costa, fosse pedida urgência, para que ele fosse encaminhado, porque tem datas e seria muito importante que fosse colocado em regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Recomendo o pedido de urgência para o projeto aprovado aqui.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone*.) – Item 7.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O item 7, de interesse da AGU.

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 463, DE 2022

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Arábia Saudita sobre a Concessão de Vistos de Visita para Cidadãos de Ambos os Países, firmado em Riade, em 30 de outubro de 2019.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação

Eu tenho, mais uma vez, a satisfação de conceder a palavra ao Senador Esperidião Amin para proferir seu relatório ao item 8 da pauta, o Projeto de Decreto Legislativo 463.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Presidente, eu não posso deixar de lamentar a involução tecnológica que percebi, a involução, ou seja, a evolução à ré, que nós tivemos com a perda do *touch* e a volta para o rato. O *mouse* é rato, não é? (*Risos.*)

É isso, Mickey Mouse. Quer dizer, queria falar que a nossa Secretaria, sei que não é a responsável por isso... Mas sair do *touch* e partir para o *mouse* é um prejuízo de uso do... É o lítio, não é? Ou é o nióbio, que é o fundamental para o *touch*?

O meu relatório é muito singelo, Presidente.

Trata-se da aprovação do texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Arábia Saudita sobre a Concessão de Vistos de Visita para Cidadãos de Ambos os Países, firmado em Riade, em 30 de outubro de 2019. Doravante, no parecer, nós nos referimos ao "Acordo de Vistos".

Aproveitando o que falou a Senadora Tereza Cristina, eu visitei a Arábia Saudita para vender frango como Governador de Santa Catarina e fomos bem sucedidos. Nunca esqueço que entrei num supermercado e fiquei observando o que se chama de pedra e vi uma mulher árabe, de véu, refugar os produtos franceses e pedir: "Eu quero 'chadia'" – ela falava "chadia". Aquilo para mim foi um bálsamo. E, nessa mesma viagem, uma pequena empresa produtora de suco de goiaba, que também produzia, mas não exportava bala de banana – vou dizer o nome do município, Tijucas; Primora era o nome da empresa –, e exportou dois contêineres de suco de goiaba. Foi a vitória de um microempresário, um pequeno empresário, na época, que já cresceu, vendeu, exportou suco de goiaba.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu tive esse privilégio. Fui recebido pelo Rei Fahad.

Vou dizer fora do microfone.

Eu visitei o quartel general da empresa Binladin Group *(Fora do microfone.)*. (*Risos.*)

Senador Mourão, eu visitei o Binladin Group menos de seis meses depois do ataque às torres e conheci o Cônsul do Brasil nomeado pelo Presidente José Sarney, casado com uma maranhense, que atendia pelo nome de Khalil Binladin e era irmão do próprio.

Foi uma viagem emocionante. (*Risos.*)

Mas fomos muito bem recebidos. O que o futebol nos beneficiou em matéria de relação com os países do Oriente Médio! O futebol abriu as avenidas para nós, além da migração, do espírito que o nosso país significa.

De forma que o parecer é pura e simplesmente pela aprovação, porque o acordo é conveniente e oportuno aos interesses nacionais, é constitucional, jurídico e regimental.

Somos, portanto, pela aprovação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecemos a V. Exa..

Em discussão.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiro quero agradecer já a votação aí do nosso requerimento conjunto desta Comissão com a Comissão de Assuntos Econômicos em relação a essa questão do Carrefour.

Para esse projeto, eu quero aqui também, na condição de Presidente do Grupo Brasil-Arábia Saudita, pedir não só a aprovação como a urgência.

Nós recebemos aqui uma delegação de Parlamentares da Arábia Saudita e estávamos juntos com o Embaixador e o Senador também faz parte desse grupo...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O que é isso? É uma honra! Obrigado, querido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Aliás, ele é o nosso grande intérprete emocional, de língua e tudo mais. E eles pediram, exatamente, que a gente se dedicasse à aprovação desse projeto.

Então, por isso, eu quero aqui não só externar o meu voto favorável como também pedir a urgência.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Tá! Faremos isso.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaramos encerrada a discussão.

Passamos à votação.

Em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Considerada já a urgência...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Considerada já a urgência proposta pelo Senador Wellington Fagundes.

Eu quero, publicamente, aproveitar a oportunidade desta reunião para designar, para as duas próximas, provavelmente, as últimas sabatinas de indicados a embaixadores do Brasil no exterior: Ana Maria de Souza Bierrenbach, indicada para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Chipre; e Ricardo José Lustosa Leal, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Timor Leste. Eu designo, para a primeira, a Senadora Tereza Cristina e designo, para relatar a indicação do segundo, para o Timor Leste, o Senador Hamilton Mourão.

Nós teremos, ao final da realização dessas duas últimas sabatinas, realizado, durante o ano, 66 sabatinas. Foi, talvez, uma das maiores produtividades desta Comissão de Relações Exteriores.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tendo sido, então, aprovado esse projeto e, inclusive, sido pedida a urgência, eu queria ser portador aqui do convite da Arábia Saudita para esta Comissão, inclusive, para uma visita oficial nossa lá. Eles já manifestaram isso verbalmente quando aqui estiveram, e, claro, fica aqui registrado.

Eu gostaria, quando possível, que fosse definido oficialmente pela nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Tomaremos providência, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Eu me habilito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Todos nós.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Eu também. Todo mundo quer...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Todo mundo. Todo mundo. (*Risos.*)

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 233, DE 2022

- Não terminativo -

Dispõe sobre a coleta e o compartilhamento de dados sobre beneficiário final de pessoas jurídicas brasileiras e estrangeiras com atividades no País.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE).

Relatoria: Senador Humberto Costa.

Relatório: Pela aprovação com emendas.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Humberto Costa para emitir o seu relatório.

Com a palavra V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, vem ao exame da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o Projeto de Lei nº 233, de 2022, do Senador Alessandro Vieira, que dispõe sobre a coleta e o compartilhamento de dados sobre beneficiário final de pessoas jurídicas brasileiras e estrangeiras com atividades no país.

O autor do projeto é merecedor de extremados elogios pela notoriedade da matéria que bem encontra as práticas internacionais de *compliance* e *accountability*.

A matéria, nos termos do art. 91, inciso I, do Regimento Interno, após a análise desta Comissão, vai para a análise da CCT, da CAE e, posteriormente, da CTFC, em decisão terminativa.

A proposição é versada em 20 artigos, dispostos em 5 capítulos.

No Capítulo I, sobre disposições gerais, o projeto define beneficiário final (art. 1º) como: a) a pessoa natural que, em última instância, direta ou indiretamente, possui, controla ou influencia significativamente a entidade; ou b) a pessoa natural em nome da qual uma transação é conduzida. Em seguida, atribui a responsabilidade pela coleta de dados ao Ministério da Economia, por meio da Secretaria da Receita Federal do Brasil, bem como das juntas comerciais, a partir de orientações exaradas pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração da Secretaria de Governo Digital (art. 2º).

Como desfecho, de um lado, o art. 3º sujeita à provisão mandatória de informações sobre beneficiário final: a) as sociedades civis e comerciais, associações, cooperativas, fundações, sujeitos ao direito brasileiro ou ao direito estrangeiro, que exerçam atividade ou pratiquem ato ou negócio jurídico em território nacional que determine a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica junto à Secretaria da Receita Federal; e b) os representantes de entidades internacionais ou de direito estrangeiro que exerçam atividade no Brasil.

De outro lado, o art. 4º exclui dessa provisão mandatória de informações: a) pessoas jurídicas constituídas sob a forma de companhia aberta no Brasil ou em países que exijam a divulgação pública de todos os acionistas considerados relevantes e não estejam constituídas em jurisdições com tributação favorecida ou submetidas a regime fiscal privilegiado de que tratam os arts. 24 e 24-A da Lei nº 9.430, de 1996; b) entidades sem fins lucrativos que não atuem como administradoras fiduciárias e não estejam constituídas em jurisdições com tributação favorecida ou submetidas a regime fiscal privilegiado de que tratam os arts. 24 e 24-A da Lei nº 9.430, de 1996, desde que reguladas e fiscalizadas por autoridade governamental competente; c) organismos multilaterais, bancos centrais, entidades governamentais ou ligadas a fundos soberanos; e d) missões diplomáticas e consulares, bem como os organismos internacionais de natureza pública reconhecidos pelo Estado brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Capítulo II versa sobre a declaração do beneficiário final (art. 5º); as pessoas legitimadas para efetuar a declaração (art. 6º); as informações relevantes que deverão constar, incluindo dados sobre os beneficiários finais (arts. 7º e 8º); e o procedimento de preenchimento da declaração (art. 9º), em que a declaração inicial do beneficiário final deve ser efetuada com o registro de constituição da sociedade ou com a inscrição no CNPJ (art. 10). Ademais, qualquer informação constante no Quadro de Sócios e Administradores das pessoas jurídicas deve ser atualizada dentro de 30 dias contados a partir da data do fato que determina a atualização (art. 11) e a confirmação da exatidão, suficiência e atualidade da informação deve ser feita em uma declaração anual a ser entregue até o dia 15 de março do ano corrente (art. 12).

O Capítulo III dispõe acerca do acesso a informações sobre os beneficiários finais e as entidades, em página eletrônica, e o tratamento de dados com respeito à Lei de Acesso à Informação e à Lei Geral de Proteção de Dados; bem como as pessoas sujeitas ao mecanismo de controle estabelecido pela Lei nº 12.683, de julho de 2012, sobre crimes de lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

O Capítulo IV dispõe sobre o processo de retificação da informação submetida perante a Secretaria da Receita Federal quando ocorrer qualquer omissão, inexatidão, desconformidade ou desatualização da informação constante do QSA.

O Capítulo V trata a respeito da fiscalização e sanção, sendo que a comprovação do registro e das respectivas atualizações das informações sobre o beneficiário final pelas entidades deve ser exigida em todas as circunstâncias em que a lei obrigue a comprovação da situação tributária regularizada. Caso não preencham e mantenham atualizadas essas informações, poderá ter sua inscrição suspensa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), e serem impedidas de transacionar com estabelecimentos bancários, com a ressalva da realização das operações necessárias para o retorno do investimento ao país de origem e o cumprimento de obrigação assumida antes da suspensão, como prazos, carência e data de vencimento.

Ainda nesse capítulo, é disposto que qualquer um que prestar falsas declarações para efeitos de registro do beneficiário final, além da responsabilidade criminal incorrida, responde civilmente pelos danos a que der causa.

Cabe à Secretaria da Receita Federal, em articulação com o Departamento de Registro Empresarial e Integração (Drei), realizar ações de verificação e de checagem a respeito da fidedignidade e tempestividade dos dados informados no QSA (art. 19).

Por fim, a cláusula de vigência é fixada a contar 90 dias após a publicação da lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental perante esta Comissão.

Análise.

A competência da CRE para apreciar o mérito do PL está fundamentada no art. 103 do Regimento Interno do Senado. Quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, não vislumbramos óbices ou inconformidades.

Passemos, então, à análise do mérito a partir das competências desta Comissão, já que a matéria será encaminhada a outras três Comissões desta Casa.

Na justificação do projeto, o Senador Alessandro indicou como motivação o combate à corrupção no Brasil, mediante o aperfeiçoamento da 13ª medida do pacote conhecido como Novas Medidas contra a Corrupção, em que se busca a transparência dos beneficiários finais, inibindo, assim, a ocultação de recursos ilícitos, lavagem de dinheiro e execução a esquemas de corrupção.

No tocante ao mérito da proposta, entendemos que ela aperfeiçoa a legislação de enfrentamento à corrupção, porém merece alguns ajustes, a começar pela ampliação de seu escopo, atualmente centrado como beneficiários de pessoas jurídicas brasileiras e estrangeiras com atividade no Brasil. O art. 1º deve assim ser alterado para também atingir também "arranjos legais" que possuem atividades no Brasil e toda entidade ou arranjos legais com atividade no exterior que tenham participação de pessoas jurídicas no Brasil ou de pessoas físicas constantes do Cadastro de Pessoas Físicas. Desse modo, estariam incluídas as empresas *offshores* e os *trusts*, que são utilizadas com frequência para lavagem de dinheiro, corrupção e blindagem patrimonial.

Como coerência, ajustamos o art. 3º e o art. 4º para esse conceito ampliado de beneficiário, ao ampliar os sujeitos que devem prover de modo mandatório informações sobre beneficiários finais, e nominar explicitamente, sem referências legais, quem não deve prover essas informações.

Sobre o conteúdo das informações, detalhado no art. 8º, aditamos dois itens, notadamente: o Número de Identificação Fiscal (NIF) no país de residência.

Ainda no art. 1º, seu §2º determina a presunção de "influência significativa" de pessoa natural em determinado ente para efeito de inclusão como beneficiário final. A proposição aponta 15% sobre o capital ou direito a voto. Sugerimos baixar para 12%, a fim de alcançar mais beneficiários finais e dar maior controle para a administração pública, visando o combate à corrupção. Além disso, sugerimos o acréscimo de outros parágrafos a este dispositivo, com o objetivo de fornecer à Secretaria Especial da Receita Federal o poder de regulamentar a identificação desses beneficiários finais e, até mesmo, poder reduzir esse percentual até 5% em casos de beneficiários finais de fundos de investimentos, entidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

domiciliadas no exterior com ativos no Brasil, sociedades anônimas abertas e fechadas, e demais entidades reputadas como relevantes econômica e financeiramente.

No art. 2º propomos ajuste de redação para identificar a responsabilidade de fiscalização não do Ministério da Economia, mas do Ministério da Fazenda, por meio da Secretaria Especial da Receita Federal. Também de redação é a emenda que corrige a referência ao art. 1º ínsita no inciso II do art. 6º para o art. 3º.

Outra emenda de redação é a do art. 10, *caput*, quando simplesmente apõe a sigla CNPJ, o que aditamos textualmente ser o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica. Similarmente, alteramos a redação quando o art. 11 coloca a sigla QSA, sem especificar ser o Quadro de Sócios e Administradores das pessoas jurídicas.

No art. 9º, propomos que a Secretaria da Receita Federal se articule não com o Departamento de Registro Empresarial e Integração, mas com o Comitê Gestor da Redesim (Cgsim) de que trata o inciso III do art. 2º da Lei Complementar 123/2006, para o aprimoramento do QSA. Isto implica a exclusão do §1º desse dispositivo.

Adicionalmente, repassamos o poder regulamentar para a Secretaria da Receita Federal sobre datas de entrega da declaração anual do beneficiário final, e não determinar o dia 15 de março, como fez a proposição em análise. Além disso, acrescentamos art. 20, dispondo que cabe a essa Secretaria a regulamentação da lei como um todo, renumerando a cláusula de vigência para o art. 21.

No art. 16, acrescentamos parágrafo único, determinando que as alterações do CNPJ, decorrentes de atividades de controle das informações de beneficiários finais, sejam enviadas para os órgãos de registro, que deverão efetuar a anotação pertinente no registro da entidade.

Nesses termos, recomendamos firmemente a aprovação desta proposição.

Voto

Ante o exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei (PL) nº 233, de 2022, na forma das emendas já divulgadas com a devida antecedência.

Pronto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em discussão o relatório.

Muito obrigado, Senador Humberto Costa. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir a matéria, declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto, e as Emendas nºs 1 a 15, da Comissão de Relações Exteriores.

A matéria vai...

Senador Humberto, com a palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Presidente, eu gostaria de fazer um requerimento de urgência, pois...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... é uma matéria que muito interessa não somente ao Ministério da Fazenda, mas ao Ministério da Justiça (*Fora do microfone.*) e a todos aqueles que desenvolvem esforços no combate à corrupção.

Agradeço a V. Exa., se for possível votar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado. Faremos isso.

A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores... Perdão, à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, para prosseguimento da tramitação.

Item 5 da pauta.

Nós vamos apreciar o item 5 e o item 10.

Eu peço até desculpas ao nosso Senador Hamilton Mourão, porque eu não estava informado da sequência, senão já teríamos apreciado antes essas matérias.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 466, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Mongólia, assinado em Brasília, em 21 de setembro de 2015, nos termos da retificação de enumeração apresentada pelo Poder Executivo na Mensagem nº 140, de 2019.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Com a palavra, o Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, peço permissão para ir direto à análise.

É simples aqui o projeto.

Compete a esta Comissão opinar sobre proposições referentes a atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno deste Senado.

O acordo em tela não tem defeitos em relação à sua juridicidade, não tem vício de constitucionalidade e observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal.

Sobre o mérito, trata-se de Acordo de Cooperação Educacional traçado para estreitar os laços bilaterais e desenvolver mutuamente o ensino acadêmico, mediante intercâmbios de docentes e estudantes, materiais de estudo e participação em programas estimulados pelos Ministérios da Educação de ambas as partes.

Portanto, a iniciativa guarda enorme valor e pode propiciar a promoção da língua portuguesa e o aperfeiçoamento científico com a Mongólia, o que é pioneiro e valoroso.

Lembro, Presidente, que a Mongólia é um país que fica imprensado entre a Rússia e a China, e não tem embaixada aqui no Brasil. A sua Embaixadora fica nos Estados Unidos.

Voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do PDL nº 466, de 2019.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado ao Senador Hamilton Mourão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão. (*Pausa.*)

Passamos à votação.

As Senadoras e Senadores que aprovam o projeto de decreto legislativo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da votação.

Item 10 e último da pauta.

ITEM 10

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 24, DE 2024

- Não terminativo -

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Costa do Marfim.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação

Com a palavra, V. Exa.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, indo direto à análise.

Os grupos parlamentares possibilitam ricas trocas de experiências entre os Legislativos nacionais envolvidos, proporcionando relevante contribuição para o relacionamento entre os países e para o desenvolvimento da diplomacia parlamentar. Cuida-se, ademais, de prática entendida como própria da atividade senatorial, que não encontra óbice no Regimento Interno do Senado Federal.

Registro que os grupos e frentes parlamentares internacionais passaram a contar com disciplina que adensa sua regulamentação a partir da Resolução nº 14, de 2015. Apesar de o referido ato normativo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tratar da instituição do Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos, a resolução passou a ser aplicada, desde então, à criação de demais grupos parlamentares, como este Grupo Parlamentar Brasil-Costa do Marfim.

No mérito, trata-se de iniciativa bastante louvável: a justificação consigna a circunstância de que Brasil e Costa do Marfim mantêm tradicional e sólido relacionamento, que inclui crescente comércio bilateral, visitas de alto nível e intercâmbio acadêmico de diplomatas. Assinalo, nessa linha, a importante cooperação em defesa realizada entre as Marinhas de ambos os países, no âmbito das operações Guinex, haja vista a localização da Costa do Marfim no Golfo da Guiné, no entorno estratégico brasileiro.

Todavia, há grandes desafios, notadamente os derivados de crises políticas e conflitos armados no interior do país, que ocorreram nos anos de 2010 e que geraram crises humanitárias próprias desse tipo de conflito que ainda reverberam. Registro, no ponto, que o Brasil mantém iniciativas de cooperação humanitária com a Costa do Marfim, em colaboração com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Nesse sentido, a instituição de um grupo parlamentar, nos moldes deste projeto de resolução, certamente contribuirá para o enfrentamento dessas e de outras dificuldades.

Isso posto, e ressaltando o que foi bem destacado pelo autor do projeto, o peso das relações bilaterais e a convergência de interesses entre os dois países recomendam a instituição do Grupo Parlamentar Brasil-Costa do Marfim. Portanto, a proposição, que não carrega vícios de constitucionalidade ou juridicidade, merece ser aprovada.

Assim, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 24, de 2024.

É o relato, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradeço ao Senador Hamilton Mourão.

Passamos à discussão do relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

Em votação, o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável, portanto, ao projeto.

A matéria vai à Comissão Diretora do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, mais uma vez agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e hum minuto do dia quinze de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Esperidião Amin, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Jader Barbalho, Marcelo Castro, Alessandro Vieira, Lucas Barreto, Augusta Brito, Teresa Leitão, Margareth Buzetti, Humberto Costa, Jorge Kajuru, Rosana Martinelli, Eduardo Gomes, Beto Martins, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Izalci Lucas, Damares Alves, Paulo Paim, Professora Dorinha Seabra e Ciro Nogueira, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Carlos Viana, Weverton, Marcos Rogério, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Otto Alencar, Beto Faro, Chico Rodrigues, Wilder Morais, Castellar Neto, Luis Carlos Heinze e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 87/2024 - CI, de autoria Senador Esperidião Amin (PP/SC), REQ 90/2024 - CI, de autoria Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), REQ 92/2024 - CI, de autoria Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA), e REQ 93/2024 - CI, de autoria Senador Beto Martins (PL/SC). **Finalidade:** Debater a descarbonização do transporte marítimo no mundo, as regras globais que serão obrigatórias e as mudanças significativas, já iniciadas, no cenário marítimo internacional. **Participantes:** Jesualdo Silva, Diretor-Presidente da ABTP (Associação Brasileira dos Terminais Portuários); Flavio Haruo Mathuiy, Assessor da Comissão Coordenadora para Assuntos da OMI (Organização Marítima Internacional); Elisa Salomão Lage, Chefe do Departamento de Gás, Petróleo, Navegação e Descarbonização do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social); Mauro Sammarco, Presidente do Conselho do IBI (Instituto Brasileiro de Infraestrutura); Bruna Roncel de Oliveira, Coordenadora-Geral de Navegação Marítima do Ministério de Portos e Aeroportos; José Nilton de Souza Vieira, Coordenador-Geral de Etanol e Biometano, da Secretaria Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, do Ministério de Minas e Energia; e José Ricardo Ramos Sales, Coordenador-Geral da Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Esperidião Amin
Presidente Eventual da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/15

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 15 de outubro de 2024.

Desejo, aproveitando esta oportunidade, assinalar aqui, junto com o agradecimento pela presença dos convidados, que, neste Dia do Professor, todos nós devemos homenagear esses profissionais. Eu mesmo, que integrei o magistério da Universidade Federal de Santa Catarina, da Universidade do Estado e do Instituto Estadual de Educação, quero me congratular com todos os professores do Brasil e renovar aqui o compromisso de todos nós com o desenvolvimento da educação, fator determinante para o nosso e para todos os países do mundo.

A presente reunião destina-se a realizar uma audiência pública com o objetivo de debater a descarbonização do transporte marítimo no mundo, as regras globais que serão obrigatórias, as mudanças significativas já iniciadas no cenário marítimo internacional e, consequentemente, as consequências, especialmente e particularmente para o Brasil, em atenção ao Requerimento nº 87, de autoria do Senador Esperidião Amin, ou seja, de minha autoria; ao Requerimento 90, de 2024, de autoria do Senador Sérgio Petecão; ao Requerimento 92, de 2024, de autoria do Senador Zequinha Marinho; e ao Requerimento 93, de autoria do Senador Beto Martins.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados: Mauro Sammarco, Presidente do Conselho do Instituto Brasileiro de Infraestrutura; Flavio Haruo Mathuiy, Assessor da Comissão Coordenadora para Assuntos da Organização Marítima Internacional – seja bem-vindo; eu o saúdo, inclusive, com o *tsuru*, que me acompanha sempre, que é o origami da paz –; Bruna Roncel de Oliveira, Coordenadora-Geral de Navegação Marítima do Ministério de Portos e Aeroportos – seja bem-vinda –; Jesualdo Silva, Diretor-Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários – seja bem-vindo. Esses já estão acomodados.

Eu registro também a presença do Sr. José Nilton de Souza Vieira, Coordenador-Geral de Etanol e Biometano da Secretaria Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia; José Ricardo Ramos Sales, Coordenador-Geral da Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços) – seja bem-vindo –; Elisa Salomão Lage, Chefe do Departamento de Gás, Petróleo, Navegação e Descarbonização do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), que participará por videoconferência; e, finalmente, Paula Carvalho Pereda, Professora do Departamento de Economia da USP, que participará por videoconferência.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos, prorrogáveis, evidentemente. A Presidência procurará conduzir isso com sensatez para não prejudicar a exposição.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Pela ordem de resposta ao convite, com a palavra, o Sr. Mauro Sammarco, Presidente do Conselho do Instituto Brasileiro de Infraestrutura. O senhor tem dez minutos, repito, prorrogáveis na medida da necessidade.

O SR. MAURO SAMMARCO (Para expor.) – Bom dia, Senador Esperidião Amin. Obrigado pelo convite.

Parabenizo V. Exa. pela proposição desta audiência. É um assunto de extrema importância e de grande preocupação para o mundo e, com certeza, também para o Brasil. Somos dependentes de 95% do comércio exterior, através do transporte marítimo, e devemos, então, ter esse importante trabalho para atender às exigências colocadas aí pela IMO.

O Instituto Brasileiro de Infraestrutura, que dá apoio técnico e consultivo aos trabalhos da Frente Parlamentar Mista de Portos e Aeroportos, presidida pelo Deputado Paulo Alexandre Barbosa, com seus mantenedores, conta com associações de armadores, com associações de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

terminais e com operadores portuários, de ferrovias e de aeroportos, faz-se presente, a convite do Senador Sérgio Petecão, prestando aqui o trabalho para oferecer todo o suporte e auxiliar os trabalhos para que o Brasil possa atender, então, às exigências que se impõem.

Os impactos climáticos, com a nossa longa costa... É de extrema importância que a gente possa listar os investimentos que são importantes para aumentar a infraestrutura, não só para atender a demanda cada vez maior da exportação de grãos, da movimentação de cargas do Brasil, mas também para atender todas as dificuldades e os desafios que se impõem com as mudanças climáticas.

O Brasil, por causa do seu grande volume de produção, da sua importância no comércio internacional, deve estar alinhado com a legislação internacional. Temos, inclusive, até tramitações importantes no Congresso com relação à adoção de convenções internacionais – cito aqui a CLC 92, de extrema relevância. Então, o Brasil precisa estar em linha com as exigências mundiais.

O que a gente precisa entender é que o desafio que se impõe pela IMO para a descarbonização é uma dificuldade para os países também que são líderes na navegação mundial. Quais são os novos combustíveis? Quais são as novas matrizes de energia que serão utilizadas? Como se dará a produção desses novos combustíveis? Como se dará o fornecimento e a distribuição? Como se dará o treinamento da tripulação dos navios que operam com essas novas energias, para a segurança da tripulação, do meio ambiente e da vida humana? Como se dará, também, o treinamento aos fornecedores?

A gente precisa, então, definir qual é o papel que a nossa nação deseja ter nesse contexto. Se nós queremos ser protagonistas, participantes da discussão para o desenvolvimento das novas matrizes, e entender quais são os potenciais e as oportunidades que nós temos, principalmente pelos recursos naturais que o Brasil tem, para poder ser um fornecedor de uma nova matriz de energia, seja hidrogênio verde, seja qual for a matriz utilizada pelos navios; ou se nós vamos adotar uma posição de resposta às definições internacionais que serão impostas, para poder, então, criar toda a infraestrutura para o fornecimento.

A questão é que nós não podemos correr o risco de sofrer sanções. Nós temos um prazo até abril do próximo ano para estar já com plano estratégico para poder atender às demandas que estão sendo colocadas. Esse é um prazo realmente bem desafiador. E nós precisamos, então, seguir, para evitar que o Brasil possa futuramente sofrer multas ou qualquer tipo de impacto na movimentação de navios, que possam impactar a produção nacional, a exportação de *commodities* e o PIB do nosso país.

Então, como instituto, nós temos instituições como a associação dos armadores de longo do curso, a Centronave, como a Abac (Associação Brasileira de Armadores de Cabotagem). Dentro da Abac, nós temos as empresas de apoio marítimo, temos toda a cadeia de operadores portuários. Então, através dessas instituições, nós temos relacionamento com instituições internacionais que têm assento consultivo também na IMO. Estamos abertos e colocando toda a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estrutura do IBI para participar das discussões, para poder oferecer contribuições para que a gente possa não só atender às exigências, mas também aproveitar as oportunidades.

Eu acho que os projetos que nós temos hoje para novas matrizes de energia, como, no Porto do Pecém, a produção de hidrogênio verde, se mostram como uma grande oportunidade para o Brasil estar participando, então, como um dos promotores dessa nova matriz, atendendo a uma demanda internacional e trazendo riquezas para o nosso país.

Então, eu acho que para dar abertura a esses trabalhos, Senador, essa é a proposição que temos aqui, como IBI, nos colocando, então, como um apoio técnico consultivo para suporte nos trabalhos, para que a gente possa ter, então, um grupo técnico trabalhando para atender já a essa primeira demanda que nós temos para abril de 2025.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Eu aproveito a oportunidade para agradecer a sua presença e estender esse agradecimento ao nosso Presidente da Frente Parlamentar, que eu integro também, nosso Deputado Paulo Alexandre.

E só queria aqui, neste momento, lhe pedir o seguinte: o senhor falou que, até abril de 2025, nós temos que ter...

O SR. MAURO SAMMARCO (Para expor.) – Esse é o prazo que foi colocado para que se apresente já um planejamento estratégico. Então...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Um planejamento estratégico de incorporação das regras que serão aprovadas?

O SR. MAURO SAMMARCO – É, regras que estão sendo discutidas e estão sendo ainda definidas...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Que devem ser aprovadas em março?

O SR. MAURO SAMMARCO – A gente imagina que possivelmente – esse desafio está imposto a todas as nações – esse prazo talvez vá precisar ser até estendido, mas, no momento, eu acho que essa é a obrigação que nós temos.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Está o.k.

Muito obrigado.

Concedo a palavra, então, ao seguinte inscrito, o nosso Comandante Flavio Haruo Mathuiy.

Pronunciei certo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Com a palavra então.

O SR. FLAVIO HARUO MATHUIY (Para expor.) – Inicialmente gostaria de agradecer o convite. É uma honra atender essa importante audiência pública, tratando de um tema de grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relevância para o Brasil. Então, eu agradeço o convite do Sr. Senador Esperidião Amin, estendendo aos demais Senadores esse agradecimento. Bom dia a todos.

Bom, então, o que nós vamos tratar hoje de diferente? Porque a transição energética já vem sendo discutida em vários fóruns. Acho que inclusive, nesta Comissão aqui, eu já vi diversas audiências públicas falando de alguma área que envolva a transição energética.

Bom, nós vamos trazer aqui as particularidades da transição energética do transporte marítimo. E aí nós veremos a importância e a urgência de tomarmos ações, caso o Brasil queira minimizar ou atender os desafios impostos e aproveitar as oportunidades. Para isso eu vou falar rapidamente aqui sobre a Organização Marítima Internacional. É uma agência especializada da ONU, conta com 176 Estados-membros, três Estados associados e diversas organizações não governamentais e intergovernamentais.

O principal propósito, o principal papel dessa organização é estabelecer uma moldura regulamentatória para promover a segurança, a proteção do transporte marítimo internacional, prevenir a poluição marinha causada por navios.

Agora, um aspecto muito importante que faz toda a diferença: justamente é o caráter regulatório. As resoluções e normas estabelecidas pela Organização Marítima Internacional têm quase que um caráter mandatório em nível global. Por que eu digo isso? Porque, mesmo que o Brasil seja contrário a alguma medida que esteja em votação, que esteja em discussão da Organização Marítima Internacional, a partir do momento em que essa medida é aprovada, se nós quisermos exportar nossas cargas, nós teremos que cumprir essas medidas, porque é a navegação internacional. O navio que sai do Brasil vai para a China, vai para a Europa, vai para os Estados Unidos; então, para que nossas cargas entrem nesses países, é importante que todas as normas da IMO sejam cumpridas, mesmo que a gente não concorde, não tenha pactuado com essas decisões.

Ali nós vemos, naquela foto embaixo, a última sessão do MEPC 82, que aconteceu agora, no início de outubro. E, nesta sessão, estão discutidas, desenhadas exatamente as medidas; como o Dr. Mauro comentou, em abril serão possivelmente tomadas as decisões. É porque isto é o que está no planejamento da IMO: que as decisões sejam tomadas até abril do ano que vem, o desenho das medidas. E que medidas serão essas? Serão medidas técnicas e econômicas, com o intuito de mudar, de forçar ou incentivar a transição energética e desincentivar o uso de combustíveis fósseis.

Então, rapidamente aqui, vou apresentar uma pergunta – eu não sei se foi o Dr. Mauro que colocou –, é se o Brasil quer ser protagonista. Então, o Brasil tem sido protagonista nas discussões da Organização Marítima Internacional. Ele tem conseguido liderar um grupo grande de países que têm características semelhantes ou anseios semelhantes com o Brasil, em contrapartida a outros países, normalmente os países desenvolvidos e alguns outros setores, que buscam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medidas bastante draconianas, que causarão impacto muito grande, principalmente a países em desenvolvimento.

Então, nós temos aí uma comissão coordenadora, uma estrutura muito sólida criada aqui no Brasil para defender os interesses nacionais dentro da organização, composta por 14 órgãos do Governo e coordenada pela Marinha do Brasil. E, para apoiá-la, nós temos uma secretaria executiva que tem estreita relação com a comunidade marítima, indústria e academia, para formar um embasamento técnico.

Esses assuntos vêm aqui para o Estado-Maior da Armada, lá na Subchefia de Assuntos Marítimos, que nós coordenamos com os outros órgãos, para que saia uma posição efetiva do Brasil.

Não é uma posição da Marinha, do MME, do MRE ou do MMA; é uma posição do Brasil, uma posição de Estado, para ser defendida então pela nossa estrutura RPBOIM (Representação Permanente do Brasil junto à Organização Marítima Internacional), lá em Londres, que trabalha em coordenação com o MRE e com a Rebraslon.

Bom, desculpem-me: esse gráfico ficou desconfigurado por causa da mudança do computador.

Em 2023, foi aprovada a nova estratégia, a estratégia revista da IMO para a redução das emissões. Então, essa meta final foi tornada muito mais exigente.

Em 2050, ali no final daquela curva, seria justamente que o transporte marítimo teria que atingir as emissões absolutas líquidas zero. E, para isso, teria que cumprir uma curva com *checkpoints* ou pontos de verificação em 2030 e 2040, com uma redução de 2030 a 2040 de 20% a 30%; e, em 2040, de 70% a 80%. Então, isso é uma redução bastante significativa nas emissões absolutas dos navios.

E, para que isso aconteça, foi estabelecido, como eu já havia mencionado, um pacote de medidas, contando com o elemento técnico que vá trabalhar com o nível de intensidade de emissão dos combustíveis ou da tecnologia embarcada. E o outro é o elemento econômico, e aí vem o pacote da maldade.

O que é o elemento econômico? É justamente para você... O transporte marítimo tem uma característica: ele usa como combustível o combustível mais comum, o *bunker* marítimo. É um combustível bastante barato, que tem disponibilidade no mundo inteiro. Isso dá uma dinâmica muito interessante para o transporte marítimo, que é a flexibilidade de um mesmo navio escalar vários portos. E agora, então, a forma de eu fazer a mudança desse padrão de combustível é uma só: ou eu tenho que incentivar os novos combustíveis, ou desincentivar o uso dos combustíveis fósseis, e, para que isso aconteça, eu tenho que ter ou uma taxação muito forte, ou mecanismos flexíveis de compensação, para quem estiver emitindo abaixo daquela curva ter algum benefício e quem estiver emitindo acima ter que adquirir esses créditos. Então, seria esse mecanismo de compensação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós estamos discutindo, lá na Organização Marítima, exatamente qual a medida econômica que irá acontecer e o desenho da medida técnica.

A medida econômica existe em três possibilidades, três caminhos que estão em discussão, que estão bastante avançados: um é uma taxação pura e simples, é a taxação do combustível, uma taxação pesada, que variaria aí de US$150 a US$300 por tonelada de combustível. Então, praticamente, você iria dobrar o preço dos combustíveis...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Qual é o preço da tonelada do combustível?

O SR. FLAVIO HARUO MATHUIY – Do *bunker*, é em torno de US$400.

E tem um mecanismo que o Brasil vem defendendo, que é justamente o mecanismo flexível, o mecanismo de compensação, de forma que permitisse que os armadores, melhorando sua eficiência energética ou utilizando esse sistema de compensação, em que se compraria como se fosse um crédito para os navios ficarem *compliance*...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLAVIO HARUO MATHUIY – ... ou seja, a partir daí os navios poderiam operar e seriam aceitos em outros países. Abaixo disso, ou ele teria que pagar esses... Fazer essa contribuição, para ele ganhar esse termo de *compliance*.

O fato importante ali é que essa aprovação está prevista agora para 2025 e entraria em vigor em 2027 ou janeiro de 2028 – essa é a discussão.

Então, as discussões estão ainda acontecendo, as negociações, e as medidas ainda não foram bem definidas, mas, ou agora em março ou no próximo ano, certamente se chegará a uma conclusão de qual medida se irá adotar.

Então, dentro desse aspecto, quais os desafios da nossa transição, principalmente para o Brasil, que será um dos países mais impactados? Ali, do lado direito, nós vemos um mapa, tirado de um estudo da Profa. Paula Pereda, da Profa. Andrea Lucchesi e do Prof. Jean-David, realizado agora em 2024, justamente para a gente apresentar nesta reunião. E, ali, os países que estão mais escuros são os países que serão mais impactados; os em azul, de certa forma, serão beneficiados, terão um impacto positivo no seu PIB, e a gente verifica ali que a Europa será beneficiada, porque seu mercado consumidor é próximo, o valor agregado da sua carga é alto, então isso minimiza muito o impacto.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quanto mais longa a rota, maior o gravame, digamos assim.

O SR. FLAVIO HARUO MATHUIY – Exatamente, Senador. Então, é esse o aspecto.

Tem aquele nosso desenhozinho ali em cima, que é o percurso de um navio da Vale até a China. Ele demora em torno de 30 a 35 dias para chegar à China, carregando minério, com baixo valor agregado, longas distâncias, grandes volumes. Então, naturalmente, em termos absolutos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mesmo que seja um dos navios mais eficientes em termos energéticos, modernos e eficientes, ele absolutamente emite bastante. Então, se for uma taxação de forma absoluta, isso vai gerar um impacto muito grande.

Mas, se temos desafios, também temos que buscar as oportunidades.

Aqui do lado esquerdo, nós vemos os países desenvolvidos buscando oportunidades, tentando impor um padrão de combustível, de tecnologia – hidrogênio, amônia.. E aí, nessa carga, a Alemanha ali, aquele dispositivo ali é um eletrolisador.

O maior eletrolisador do mundo é desenvolvido pela Alemanha, porque ela tem interesse em impor o hidrogênio verde.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLAVIO HARUO MATHUIY – E, ali do outro lado, do lado direito, são as nossas potencialidades.

A Petrobras foi a empresa que mais capturou e armazenou carbono. A captura de carbono é uma das soluções vistas no futuro para descarbonizar. Então, por que a gente não aproveitar essa tecnologia toda?

Nós temos estaleiros modernos, equipados; nós temos uma capacidade de produção de energia muito grande no Brasil, já conhecida: os biocombustíveis, produção de hidrogênio... Então, nós temos diversas oportunidades a serem aproveitadas.

A gente verifica que alguns países já fizeram o seu plano de ação, um plano de ação para alavancar sua cadeia de valor: a Índia querendo chegar a ser o maior, a ter os 20% dos marítimos mundiais sendo formados pela Índia, *top* dez da construção naval; o Japão investindo muito em desenvolvimento de tecnologia para ser o líder mundial; a Noruega também na construção naval, equipamentos e tecnologia; o Reino Unido querendo oportunidades econômicas, buscando todas as oportunidades econômicas.

Engraçado que, nesses planos, não se fala nada do meio ambiente; embora sejam de transição, eles falam, são planos econômicos, para justamente alavancar as oportunidades da transição energética.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – E a China?

O SR. FLAVIO HARUO MATHUIY – A China está muito com o Brasil, ela tem apoiado muito o Brasil e tem investido muito em energia limpa. A gente verifica que é o país que mais investe em energia solar e eólica, e ela está num meio termo, porque ela pode ser impactada, porque, como ela é consumidora final desses produtos todos, quem vai pagar a conta no final é o consumidor final. Nós vamos ver isso aqui.

Então, nós temos a IMO, que regula os navios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLAVIO HARUO MATHUIY – E, com essas medidas, quem serão os mais impactados? Os armadores.

Senador, desculpe-me: meu tempo já está...

Posso?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Pode prosseguir.

O SR. FLAVIO HARUO MATHUIY – Então, os armadores, naturalmente, terão que utilizar... Refazer navios, ou reduzir a velocidade, ou pagar alguma taxação em cima do combustível. Então, eles que pagarão essa despesa, só que esse custo será transferido para o *trade*, para o Comex, para quem está fazendo o comércio, o transporte dessa carga. E aí, naturalmente, esse preço vai ser embutido no preço final do produto, e quem vai pagar serão os exportadores e os importadores – mas isso aqui são desafios.

Todavia, ao mesmo tempo em que nós teremos desafios, nós teremos também as oportunidades: o Brasil, como um grande produtor de energia limpa, energia renovável, ou seja, bio ou biocombustível, ou biodiesel, ou etanol, ou metanol, ou hidrogênio verde, amônia verde.

Então, nós temos uma grande potencialidade não só de produzir para atender os nossos navios, para minimizar o impacto econômico numa possível rota longa dessa que possa ser taxada, como também para exportar, no caso do Ceará, que está produzindo para exportar para a Alemanha. Então, isso envolve a produção, distribuição e armazenamento, e, da mesma forma, a cadeia de suplemento tem que se preparar para isso.

Os nossos portos têm que ter a capacidade de fornecer esses combustíveis. Como eu disse anteriormente, nós tínhamos o *bunker*, que tinha alcance mundial. Agora, nós teremos possivelmente vários combustíveis – isso já é certo. Não existe... O pessoal sempre fala que não haverá uma bala de prata, porque serão vários combustíveis, e a gente está tentando, na nossa briga, nas nossas discussões na IMO, fazer com que os biocombustíveis de primeira geração sejam considerados como combustíveis aceitos e certificados pela IMO. Isso é uma outra briga interessante.

Os corredores logísticos também têm que ser modernizados. É importante que os portos que terão estradas de ferro tenham vantagem, porque diminuirá a emissão dos portos. Há uma preocupação que temos que ter com a cadeia logística e com a melhoria das infraestruturas dessa cadeia logística.

Naturalmente, o pessoal de equipamentos e serviços serão beneficiados, desde que a gente comece a desenvolver também tecnologia aqui no Brasil e, simplesmente, a gente não compre as tecnologias lá de fora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Recentemente, a Wärtsilä – muito interessante – finlandesa desenvolveu o motor metanol, e a Wärtsilä Brasil falou: "Se é metanol, então eu posso queimar etanol". E aí, por pressão da Wärtsilä brasileira, fizeram testes exitosos 100% com etanol. Isso abre um campo espetacular para o Brasil.

E aí, naturalmente, nós temos que pensar muito nas políticas e regulações para justamente estimular e fazer com que tudo isso aconteça e que a gente consiga aproveitar todas essas oportunidades. E, necessariamente, precisaremos dos financiadores, do BNDES – é importante a presença dele – e até da atração dos financiamentos privados.

Então, para que isso tudo aconteça, nós temos aí uma janela de oportunidade histórica.

Hoje mesmo me perguntaram: "Mas essa transição vai acontecer?". Do transporte marítimo vai.

Por que o transporte marítimo? O transporte marítimo é responsável por 2,8%, cerca de 3%; era 2,8% em 2008, a 3% das emissões. Mas, em comparação com o benefício que ele faz para o mundo nas transações comerciais – 80% da carga do mundo é via marítima, e 95% da brasileira é via marítima. Então, o benefício que ele traz é muito maior –, é justo o modal marítimo ser tão impactado, é uma forma, é um *driver* para que o mundo todo caminhe na transação energética.

Por isso, nos países desenvolvidos, a organização marítima tem estabelecido um cronograma e medidas bastante impositivas para o transporte marítimo, para forçar essa transição, porque, a partir do momento em que eu tiver a transição energética no transporte marítimo, naturalmente eu vou ter toda a infraestrutura em terra para a produção desses novos combustíveis, eu vou ter recurso suficiente para desenvolver a tecnologia, para investir em tecnologia e mudar o padrão tecnológico dos motores também.

Então, qual é a melhor forma de o Brasil oportunizar a transição energética do setor marítimo? Nós consideramos que seria o desenvolvimento de um plano nacional de transição energética para o transporte marítimo. Mas o que isso tem de novidade? A gente já fala tanto de transição – o MME tem o PNTE, acabou de lançar o PNTE; o Mdic está desenvolvendo dele; o Ministério do Esporte também está fazendo um plano –, mas é importante que a gente veja isso de forma sistêmica, de forma integrada. É importante que haja um plano, porque não adianta nada o navio ser extremamente eficiente, carregar um combustível extremamente eficiente, e ficar 15 dias parado na frente do Porto de Paranaguá para abastecer. Quando ele está parado, ele está fundeado, ele está emitindo. Então, perdeu-se toda a eficiência dele, perdeu-se todo o investimento que ele teve.

Então, é importante que o porto esteja integrado, que a rodovia, o sistema, a cadeia logística esteja integrada, de forma a otimizar e diminuir o máximo de tempo de carga e descarga dos portos.

Por isso, é importante um plano nacional, desde a produção dos combustíveis, qual combustível eu vou adotar; e não é qualquer combustível, não é qualquer biocombustível que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

será aceito pela... Tem que atender aos critérios de sustentabilidade aprovados pela Organização Marítima Internacional e ser certificado – tem que ter uma creditação internacional.

Então, para que seja aceito... Não é porque o Brasil é um grande produtor de biocombustível que o nosso biocombustível de primeira geração, que é o de maior volume, será aceito pela IMO, a não ser que se adotem os critérios. Por isso, é importante essa visão, esse plano nacional, essa regulação.

Então, precisamos de uma visão sistêmica e sinérgica, com foco em soluções integradas, adequação da infraestrutura, da questão dos combustíveis eu já falei, dos corredores logísticos eu já falei, otimização dos portos, muito importante, e a renovação e *refit* dos meios navais. Nós temos capacidade de fazer esses *refits* aqui nos nossos estaleiros; temos uma indústria naval que está adormecida, mas ela tem toda a infraestrutura já preparada para isso.

Então, eu queria agradecer, Senador, e pedir desculpas pelo...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Antes de passar a palavra para o nosso próximo apresentador, debatedor, eu só lhe pergunto o seguinte: é previsível que o propulsor de cada navio aceite todos esses modelos de combustível?

O SR. FLAVIO HARUO MATHUIY – Não, Senador. Todos os modelos, não, mas esses testes...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Porque hoje você tem um combustível mais ou menos universal.

O SR. FLAVIO HARUO MATHUIY – Isso, nós temos o universal, nós temos...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E o propulsor, portanto a máquina lá, o motor, que combina...

O SR. FLAVIO HARUO MATHUIY – Sim, que utiliza o *bunker* ou o óleo combustível marítimo.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ele é...

O SR. FLAVIO HARUO MATHUIY – Não, normalmente é um ou o outro, porque o *bunker* é mais pesado, mas é o mesmo motor; só com algumas mudanças simples você poderia utilizar.

O que a gente tem defendido muito nos biocombustíveis é que os biocombustíveis são o que a gente chama de combustíveis *drop-in*. *Drop-in* é aquele que o senhor pode utilizar nos mesmos motores com pequenas modificações. Obviamente, cada combustível tem alguma característica, e os biocombustíveis, por exemplo, por serem biológicos, podem gerar mais micróbios, podem gerar mais partículas de suspensão, mas são mudanças simples, mudanças de rotina de manutenção de filtro de motores ou utilização de algum aditivo – não são mudanças significativas –, mudanças de algumas borrachas, elastômeros que podem ser comprometidos pela corrosão desses biocombustíveis.

É diferente, bem diferente de uma motorização a hidrogênio e a amônia, que ainda tem um caminho tecnológico muito grande a ser seguido, tem um problema sério de segurança a bordo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos navios. Então, como foi mencionado aqui, a segurança e o manuseio desses combustíveis têm que ser muito pensados antes da aplicação, mas já temos algumas iniciativas no mundo de navios pequenos utilizando protótipos, utilizando esses combustíveis para testar.

E aí o senhor perguntou: "Mas não teria um motor que utilizasse todos os combustíveis?". E isso a Wärtsilä está buscando, e é muito interessante. Com esse teste do etanol positivo, ela está pensando no motor flex, que poderá usar o óleo combustível normal, tradicional, poderá utilizar o biodiesel, poderá usar o metanol e...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O etanol.

O SR. FLAVIO HARUO MATHUIY – ... o etanol.

Então, isso gera uma flexibilidade muito grande para o armador.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Perfeitamente. Para o armador e para os portos, não é?

O SR. FLAVIO HARUO MATHUIY – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O tanque de gasolina... (*Risos.*)

É só olhar os postos de abastecimento de combustível dos carros, incluindo os elétricos, para verificar a importância disso; mas não vamos debater agora.

Neste momento eu vou passar a palavra à Sra. Bruna... "roncel" ou "rôncel"?

A SRA. BRUNA RONCEL DE OLIVEIRA – "Roncel".

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Roncel?

A SRA. BRUNA RONCEL DE OLIVEIRA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... de Oliveira, Coordenadora-Geral de Navegação Marítima do Ministério de Portos e Aeroportos.

A SRA. BRUNA RONCEL DE OLIVEIRA (Para expor.) – Obrigada, Presidente.

Obrigada pelo convite. Em nome do nosso Secretário Dino Antunes, Secretário Nacional de Hidrovias, eu agradeço o convite e a nossa participação aqui.

Bom dia a todos os presentes.

Da parte do Ministério, a gente tem acompanhado ali, na nossa setorial técnica, todas essas discussões que o Mathuiy vem fazendo no âmbito da IMO, através da Comissão Coordenadora para Assuntos da IMO. A gente tem uma preocupação grande, porque, como o Mathuiy comentou, essas metas e essas imposições da IMO são medidas impositivas, elas vêm naturalmente ter um efeito imediato no transporte marítimo, principalmente aquele transporte marítimo em trecho internacional, nas embarcações estrangeiras que estão operando no Brasil, inclusive na cabotagem, porque elas estão fora do seu país de nacionalidade; também nas embarcações de bandeira brasileira que operam no trecho internacional, a exemplo das embarcações que operam no Mercosul; e, pelos compromissos do Brasil e pelo protagonismo do Brasil perante a IMO e os compromissos que está assumindo perante esse fórum internacional,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também nas embarcações de cabotagem nacionais, que operam na cabotagem. A preocupação nossa enquanto política de transporte, enquanto política de navegação, é grande, porque imposições vêm aí no curto prazo.

Então, a gente tem participado de diversos fóruns, aqui no Brasil, nessa agenda de mitigação das emissões de carbono, agenda dos ODS da ONU, agenda de compromissos ambientais, mas a gente tem observado que são diversas iniciativas esparsas e ainda a gente não tem reunida, integrada, uma única proposta de política, como o Mathuiy comentou, uma política nacional de transição energética ou de descarbonização para o transporte marítimo, que a gente entende que seria uma política de transporte, uma política de transporte zero emissões, uma política de transporte para a transição energética para o setor marítimo.

Então, a gente tem participado de diversas iniciativas – e aqui eu vou citar algumas delas – e tem trabalhado firmemente para inserir o transporte marítimo nessas agendas, que são agendas nacionais, de planos nacionais de redução de emissões de carbono, a exemplo do Plano Clima no MMA; tem um GT de mitigação, em que está sendo feito todo o inventário de carbono dos setores econômicos. Inclusive, a gente trabalhou para que o transporte marítimo fosse incluído também nessa agenda de inventário, para que fosse feito o mapeamento do inventário de emissões de carbono do transporte marítimo. Também tem a agenda da taxonomia sustentável, que é coordenada pelo Ministério da Fazenda, na qual são estabelecidos instrumentos financeiros para aquele setor que é considerado sustentável e que pode ajudar na agenda de reduções de emissões de carbono.

O setor de transporte marítimo também estava à parte dessas discussões e a gente conseguiu incluir o transporte marítimo nessa agenda da taxonomia, para ter acesso a esses instrumentos financeiros. Existe também no MME a agenda do RenovaBio, em que são previstas metas para a utilização de etanol e do biodiesel. O transporte marítimo não é considerado como um potencial utilizador ainda, mas a gente tem trabalhado para que passe a ser, como o Mathuiy comentou, inclusive a Wärtsilä já está fazendo testes para utilização de etanol nos motores de embarcações. Então, possivelmente, para as próximas etapas, o transporte marítimo, o transporte aquaviário, não só marítimo, mas também da navegação interior, entre na agenda do RenovaBio como metas, potencial utilizador desse combustível, para ter acesso a CBIOs também.

Na reforma tributária a gente tem trabalhado, fizemos diversos estudos e a identificação das necessidades do setor, tanto do transporte marítimo como da navegação interior, para ter acesso a benefícios e incentivos tributários para combustíveis, biocombustíveis e também para continuidade dos benefícios tributários que já existem do REB (Registro Especial Brasileiro), que confere ao setor benefícios tributários para a construção naval, para fazer reforma, modernização das embarcações. É importantíssimo que o setor se mantenha recebendo esses benefícios tributários, ainda mais agora nessa agenda de necessidade de adaptação das suas embarcações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para atender a agenda de sustentabilidade, de redução das emissões. Então, a gente tem trabalhado firmemente para defender a inclusão do REB novamente na reforma tributária.

Existem outras agendas no CNPE também, no MME, no Ministério de Minas Energia, que criou, na verdade, saiu a portaria de criação do GT de combustíveis aquaviários, em que vão ser discutidas a participação e as necessidades em relação aos combustíveis para o transporte aquaviário, de que também a gente participa.

No BR do Mar, que é uma agenda do próprio Ministério de Portos e Aeroportos, a gente tem trabalhado para incluir embarcações sustentáveis, são medidas de estímulo ao afretamento de embarcações com essas novas tecnologias, que já vão, já caminham no sentido da sustentabilidade, que já têm medidas, já utilizam algumas tecnologias, tanto de pintura de cascos para garantir maior arrasto da embarcação e aproveitamento da eficiência energética, quanto medidas de novos combustíveis e outras questões que garantem essa maior eficiência energética da embarcação. Então, a gente tem criado no BR do Mar, no decreto, que está para ser publicado em breve, esperamos que nos próximos dois meses ele esteja publicado, que tenha esses incentivos para os afretamentos, para que os armadores tragam essas embarcações já com novas tecnologias sustentáveis aqui para o Brasil, e também estímulos para que eles passem a construir embarcações aqui no Brasil, na nossa indústria naval, no nosso parque de estaleiros e, a partir deles, tenha estímulos ainda maiores para trazer outras embarcações.

Então, é uma alavancagem: quanto mais investimento em embarcações sustentáveis no Brasil, ele vai ter acesso a outras embarcações no afretamento para equilíbrio dos custos. Isso está vindo no BR do Mar.

Participamos também de outros fóruns, que é o PNH2, que tem o estímulo aí do desenvolvimento do hidrogênio de baixa emissão de carbono, também acompanhando a agenda para que o setor marítimo, o setor de transporte aquaviário possa receber também os benefícios, tanto para uso como para transporte desse hidrogênio de baixa emissão de carbono.

Agenda 2030 portuária, que também está lá no Ministério de Portos e Aeroportos, trazendo toda a questão da sustentabilidade dos portos e também a atenção ao transporte marítimo e adequação da infraestrutura portuária, para atender a parte de fornecimento e as necessidades do transporte marítimo.

Entre outras agendas, mais do setor privado, existe a Aliança para Descarbonização, que é criada pelo setor privado, um grande grupo de debates e de construção de conhecimento que o ministério também apoia e é um dos apoiadores institucionais desse grupo para justamente criar um ambiente de discussão e de construção de conhecimento e criar uma mentalidade marítima e de necessidade de descarbonização do setor.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BRUNA RONCEL DE OLIVEIRA – E com tudo isso, com todas essas iniciativas, a gente percebeu, a gente viu a necessidade de consolidar isso, de integrar, de fazer algo que seja de fato uma política nacional, porque são diversas iniciativas esparsas que estão sendo tocadas por cada um dos ministérios, são agendas diversas, mas não têm uma coordenação geral, não têm uma estrutura de governança para a gente criar uma política única nacional para a descarbonização do transporte marítimo.

Então, com tudo isso, o Ministério de Portos e Aeroportos, a nossa Secretária Executiva Mariana Pescatori propôs – e a gente está trabalhando nisso – a criação de uma comissão interministerial que vai ser coordenada lá pelo Ministério de Portos e Aeroportos, com a participação do Ministério da Defesa, com participação do MME, participação do Mdic, participação de outros atores, para a gente consolidar todas essas iniciativas, reunir todas essas iniciativas para lá na frente propor uma política de transporte de zero emissões, política de transporte de redução e de descarbonização do transporte marítimo, do setor marítimo.

Então, é essa a agenda que a gente está construindo lá no Ministério de Portos e Aeroportos, com o objetivo de conferir segurança jurídica para os investimentos e para toda essa transição, que vai ser necessária para o setor de transporte marítimo, para os armadores. Os armadores precisam dessa segurança jurídica, precisam de instrumentos financeiros, precisam de um direcionamento para que eles possam de fato passar a fazer esses investimentos e essa transição, essas mudanças para atender a agenda da IMO, para atender a agenda de descarbonização.

Aí vem toda estrutura também de capacitação da tripulação, como o Mauro Sammarco comentou, porque é necessário capacitar a tripulação, capacitar a mão de obra portuária, capacitar todo mundo para essa nova realidade de lidar com esses novos tipos de combustíveis que virão.

Então, Senador, é essa a minha contribuição aqui, em nome do Ministério de Portos e Aeroportos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pois não.

Eu deixo recolhido para futuro comentário.

Eu creio que a coordenação do uso ou da utilização de combustíveis, digamos, da categoria renovável, de fonte renovável, não pode ser restrita a um modal, a um tipo de transporte. No próprio projeto de lei, eu estou pensando se nós devemos estabelecer isso, no projeto de lei que está tramitando. Vou verificar...

A SRA. BRUNA RONCEL DE OLIVEIRA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... vou pedir para a secretaria me socorrer, depois, para o relatório final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradecendo à Sra. Bruna, concedo a palavra ao Sr. Jesualdo Silva, Diretor-Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários.

O SR. JESUALDO SILVA (Para expor.) – Bem, Senador Esperidião, agradeço aqui a oportunidade de estar presente, de ter sido convidado para participar desta Comissão, desta audiência, e parabenizo V. Exa. por esta iniciativa de extrema relevância.

O mundo hoje já não é mais o mesmo e nós já percebemos isso aqui no próprio Brasil, com essas mudanças climáticas que estão ocorrendo. É uma questão mundial ficar atento a essas questões. E o setor portuário e de navegação marítima tem muito a contribuir com isso, dada a sua relevância.

Rapidamente, Senador, eu falo aqui em nome... Sou Diretor-Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários. Hoje nós temos... É uma organização sem fins lucrativos e empresarial. Possui 98 empresas associadas, com 250 terminais espalhados em 22 estados do Brasil, vários deles, inclusive, em Santa Catarina; então, a gente tem uma grande relevância.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JESUALDO SILVA – Pois é. Os 98 são excelentes. (*Risos.*)

Sobre a contribuição do setor portuário para a nossa economia, em 2023, a movimentação portuária foi algo em torno de 1,3 bilhão de toneladas em todo o Brasil, impactando algo em torno de US$482 bilhões, 22% do PIB. Os associados da ABTP para essa movimentação contribuíram com 74% de toda essa movimentação. E nós representamos algo em torno de 17% do PIB.

Essa questão aí... Todas essas iniciativas com relação sobretudo às questões climáticas, dentro do ambiente maior de ESG, todas as nações estão tomando, e o Brasil não está fora, é signatário de vários acordos com relação a isso. Com relação a esta audiência, que é especificamente sobre o transporte marítimo – e aqui eu agrego, Senador, também a operação portuária, que está diretamente ligada, umbilicalmente, ao transporte marítimo –, ela se faz necessária, dada a sua relevância para o setor.

E eu já chamo a atenção aqui para um seguinte aspecto: não há dúvida de que estas medidas precisam ser tomadas, medidas de mitigação, de descarbonização. É o momento de se ter uma discussão séria, sobretudo pelo que falou aqui o Mathuiy e pelo que falou também a Bruna com relação às discussões regulatórias que estão ocorrendo no mundo todo.

O Brasil tem que estar bastante atento – bastante atento –, porque todas essas inovações necessárias e que precisam vir, e vão vir, têm um impacto direto no custo da carga, porque, em toda essa cadeia, quem paga todo esse processo é a carga. E nós temos que tomar cuidado com as decisões, temos que acompanhar de perto – sobretudo esta Casa, o Congresso Nacional – esses acordos internacionais para que o Brasil, legitimamente, precise tomar essas ações, mas não se veja severamente penalizado, como foi o exemplo aqui da taxação linear, que nós não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poderemos aceitar dessa forma, porque senão os nossos produtos não vão ter competitividade com os produtos europeus que estão todos ali à porta do mercado mais consumidor do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Referendando, portanto, o que eu tinha alertado: que as nossas rotas são as mais longas.

O SR. JESUALDO SILVA – Mais distantes. Mais distantes, não é?

Então, a gente tem que realmente ficar bastante atento a isso, precisamos tomar essas medidas e vamos tomá-las, o Brasil precisa tomar essas medidas. Embora o Brasil seja um país que hoje contribui menos com todas essas questões, porque as nossas principais fontes de energia são todas energias consideradas verdes, realmente a gente está nesse contexto e a gente vai dar essa contribuição. Mas, de fato, temos que ficar atentos às questões regulatórias e mandatórias para que não sejam impostas cargas excessivas ao Brasil.

Só para você ter uma ideia, o transporte marítimo representa cerca de 80% a 90% de todo o comércio global. Então, tem essa relevância. No Brasil, aqui, do fluxo do comércio, como meu amigo Mauro aí já falou, mais de 95% se dá através dos portos. E nós sabemos que esse setor, com relação ao número, ao carbono no espaço, contribui com algo em torno de 3%. E as normas da IMO – não vou ficar aqui repisando, porque já foi muito bem falado – têm compromissos de redução dessas emissões, sobretudo sobre esses gases do efeito estufa, até o ano de 2050, com algumas metas intermediárias que todos nós teremos que assumir.

Uma coisa que a gente vem reparando é que realmente, nos últimos dez anos, cresceram as emissões de CO_2 nesse setor marítimo, embora, vamos dizer assim, o valor de emissão, por milha, por tonelada e milha, tenha diminuído, mas, justamente, em função – perdão! – das distâncias, do tipo de navio que está sendo empregado, acaba tendo ainda esse efeito. Então, ainda há um espaço para se trabalhar.

E nós vimos aqui que, nos países onde se têm desenvolvido mais as questões regulatórias, onde o Governo tem participado... E, quando a gente fala aqui de questão regulatória, não é só simplesmente controle e fiscalização, mas é no sentido também de prover subsídios, de prover mecanismos de investimentos mais adequados. A gente vê que tem tido uma evolução quando a gente compara 2012 com este ano.

Como foi dito, o setor portuário, então, acaba sendo estratégico para essa questão climática, a logística tem todo um peso... Então, nós estamos olhando aqui uma parte, que é a parte do porto e do mar, mas tem toda a parte terrestre também, que igualmente a gente já vem discutindo aí, que é, sobretudo, a equalização da matriz de transportes, fazendo com que cada um dos modais seja utilizado dentro das suas melhores potencialidades.

Hoje nós vemos que o setor rodoviário no Brasil hoje é mais estressado em relação aos demais setores, que poderia haver uma divisão mais equitativa. E a gente vê já um certo caminhar para isso, mas são investimentos em infraestrutura que, V. Exa. sabe, demandam de vultosos recursos, de tempo e bastante planejamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estruturas portuárias também têm potencial não só de suprir, como nós vamos estar falando aí, o sistema de energia para os navios chegarem, poderem desligar, mas também incentivar mais o porto-indústria, porque a produção de energias renováveis, como o hidrogênio verde, é uma chamada a esse novo tipo de instalações junto aos portos.

E também é papel fundamental na adequação de sua estrutura para o abastecimento de combustíveis alternativos. Então, nós vemos, no Brasil, já crescendo aquelas estações flutuantes, chamadas FSRUs, que têm o GNL, o gás liquefeito, que também está sendo agora o combustível a ser utilizado nos navios. E, no Brasil também, graças a Deus, nós somos um grande produtor de biocombustíveis, e aí precisa-se também ter esse – vamos dizer, usar o termo aqui – *lobby* internacional para que esse nosso produto, que é de qualidade, possa ser realmente implementado e venha a ser utilizado.

Então, são várias contribuições que os setores portuário e da navegação podem dar, como, por exemplo, adotar medidas técnicas e operacionais nas interfaces do navio, que já foram expressas aqui, eu vou mostrar alguns exemplos, e tecnologia digitais para facilitar a chegada dos navios também. Então, quanto melhor nós mexermos também... Ou seja, há toda uma parte de governança também que precisa ser feita. Então, tem uma série de coisas que precisam ser feitas de desenvolvimento nos navios, tem uma série de coisas que precisam também ser feitas em terra e uma série de coisas também dentro da questão da governança.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JESUALDO SILVA – Olhando para o navio – aí eu bloqueio as coisas que a gente pode fazer –, salta aos olhos que a gente pode ter uma redução de zero a 100% simplesmente na questão da energia, ao olhar a questão da energia dos navios. E hoje tem várias soluções que estão sendo experimentadas, como já falaram aqui, o GNL, GLP, biocombustível, eletrificação também já é uma realidade, metanol, amônia para ser o condutor do hidrogênio verde, o próprio hidrogênio verde.

Agora, tudo isso, Excelência, vai precisar de um aparato governamental para fazer face a isso. E eu cito um exemplo simples ocorrido aqui no Brasil, que são alguns equipamentos elétricos para colocar dentro do porto. Um associado da BTP resolveu fazer essa substituição. Um equipamento desse movido a diesel custa na ordem de 90 mil euros. Esse mesmo equipamento à energia elétrica custa 270 mil euros – com um detalhe, só trabalha a metade do dia. Então, para ele ter o desempenho daquele equipamento a diesel, ele precisa comprar dois, ou seja, ele gastaria 90 mil euros para um equipamento a diesel; ele tem que ter praticamente 540 mil euros, porque ele precisa comprar dois. Então, se não tiver... Aliás, não é se não tiver, nós vamos ter que caminhar para essas soluções, mas, neste momento de transição, é caríssimo... Então, precisa-se de uma política agressiva para que essas soluções sejam adotadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui nós damos alguns exemplos – não sei se dá para ver aí – de coisas que já ocorreram aqui no Brasil. "Navios 'verdes' aparecem como solução para o impacto do setor nas mudanças climáticas." Então, são navios que já estão sendo movidos por algumas dessas formas de energia aí, quer seja biocombustível, quer seja GNL, quer seja até elétrico com vela, aquela vela experimental. Aqui no Brasil, lá em Paranaguá, por exemplo, já chegou um navio da CMA CGM movido a GNL. A Maersk também: "Maersk batiza como "Astrid [...]" seu segundo porta-contêineres de grande capacidade movido a metanol". "Estatal chinesa lança navio elétrico de dez mil toneladas." Então, no campo da navegação, o processo já começou. Claro, precisa-se tomar uma escala com o passar do tempo, precisa-se amortizar isso aí, mas é um processo que já está em andamento.

E no caso aqui em terra, como nós falamos, existe um *power supply*, que, na realidade, quando os navios chegam aos portos, agora vão se conectar – vamos dizer assim – na tomada lá no porto e vão poder desligar os seus motores. Agora isso aí obviamente exige todo um aparato de investimento também caríssimo a ser feito nesse porto e de energia elétrica para chegar lá para poder suprir isso. Então, volto a dizer: precisa-se de toda uma...

E eu fico muito feliz aí, como foi colocado pela nossa amiga Bruna, com relação ao olhar centralizado que o Governo, sobretudo a Secretaria de Hidrovias e Navegação, sob a coordenação do Dino, está fazendo nessa proposta, é muito importante isso.

E tem várias ações, como, por exemplo, foi falado de redução de velocidade de navios, essas rotas.

Nós já temos também aqui algumas coisas concretas em termos de resolução. Temos aí a ANP, a Resolução 402, que autoriza, em caráter especial, a comercialização, pela Petrobras, de combustível marítimo, *bunker,* com até 24% de biodiesel. Então, isso aí já tem um impacto na redução. Lá em Suape, a APM está construindo uma planta de terminal de contêineres, e a notícia que a gente tem é que vai ser já totalmente elétrica. Então, já é um caminhamento. Foi falado aí também pela Bruna com relação a essa aliança para descarbonização, a ABTP faz parte dessa aliança.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JESUALDO SILVA – A nossa Diretora-Executiva foi escalada, a Cláudia Borges, para representar a ABTP dentro dessas discussões.

E aí os outros portos têm assinado acordo de cooperação no sentido daquilo. Estamos procurando, estamos dialogando para que de fato isso venha a fazer efeito. Agora, certamente, Senador, esta Casa terá um papel preponderante nessa situação.

E aí, só fazendo um destaque com relação ao que foi falado aqui pelo nosso amigo Mathuiy, com relação às discussões que estão na IMO, realmente há uma preocupação com essa questão da taxação de forma linear, porque o Brasil de cara é prejudicado com relação a isso; então, tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que se realmente dar um olhar. Nós sabemos também que, com relação ao biocombustível, há uma pressão internacional falando que a utilização de biocombustível pode competir com a produção de alimentos, e a gente sabe que isso também não é uma verdade. Então, são temas que a gente vai ter que procurar.

No caso aqui, de – opa, perdão; acho que eu passei rápido, não é? – políticas de financiamento – eu estou pegando aqui para facilitar a minha vida também –, nós estamos vendo aí o Fundo da Marinha Mercante, que também já está sendo utilizado para isso, com taxas diferenciadas. O BNDES também lançou linhas de financiamentos subsidiados.

O que nós entendemos é que precisam ser um pouco mais agressivas neste momento, não é? Talvez até financiamento sem juros, coisas nesse sentido, porque nós vimos aqui que a diferença de preço para muitos equipamentos ainda é bastante astronômica.

Bem, Senador, entendemos a necessidade de se ter uma série de ações já em andamento, sabemos o que realmente precisamos fazer e precisaremos, cada vez mais, do apoio desta Casa para essas decisões e, sobretudo, desse olhar atento a essas decisões internacionais, para que o Brasil realmente consiga ter um desempenho adequado também à nossa realidade.

Muito obrigado, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu quero cumprimentá-lo e registrar, realmente, a propriedade das observações já feitas de que o combustível, que é o foco desta reunião, é uma parte desse todo, que deve compreender a cadeia completa do ciclo, abrangendo, portanto, todo o ciclo, que é integrado pelo transporte marítimo internacional e o seu respectivo combustível.

Eu agradeço a contribuição do nosso querido amigo Jesualdo Silva e vou pedir para que esta guarnição se desloque, para que nós possamos receber...

O SR. JESUALDO SILVA (*Fora do microfone*.) – Obrigado, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu que agradeço.

... os senhores José Ricardo Sales e José Nilton, que estão aqui presentes. (*Pausa.*)

Eu passo a palavra, por consequência, ao Sr. José Nilton de Souza Vieira, Coordenador-Geral de Etanol e Biometano, da Secretaria Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, do Ministério de Minas e Energia.

O SR. JOSÉ NILTON DE SOUZA VIEIRA (Para expor.) – Senador, obrigado.

Em nome do Ministro Alexandre Silveira, do Secretário Pietro, do Diretor do Departamento de Biocombustíveis, Marlon Arraes, é um prazer estar de novo nesta Casa para contribuir com o debate sobre mais um tema de grande relevância para a economia brasileira e, naturalmente, para o Ministério de Minas e Energia.

Quando falo de biocombustível, fico tentado a puxar minha raiz de Ministério da Agricultura, no qual eu trabalhei por 11 anos com a política de biocombustíveis e continuei acompanhando o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tema por mais cinco anos na Casa Civil. Então, eu vou falar um pouco o que seria a visão do Ministério de Minas e Energia, mas transitando também pelo que seria competência do Ministério da Agricultura.

E aqui cabe registrar que estamos a exata uma semana da solenidade de sanção da Lei 14.993, que é a Lei do Combustível do Futuro, e a gente espera que traga uma grande transformação nesse processo de transição energética e que foi construída a diversas mãos, com diversos comitês técnicos, tratando de diferentes agendas relacionadas à transição energética. Ficaram de fora dois temas no projeto de lei que foi encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso: o biometano, que foi acolhido pelo Deputado Arnaldo Jardim, enquanto Relator na Câmara, que criou um capítulo específico para o biometano; e o combustível marítimo.

No caso do combustível marítimo, a razão básica foi exatamente a indefinição, no âmbito da agenda internacional, de quais eram as regras que seriam estabelecidas. Então, não faria sentido a gente avançar e trazer um regramento diferente daquele que poderia ser adotado no plano internacional.

E, aí, hoje, acompanhando paralelamente os trabalhos da CCAIMO, dando suporte para o Comandante Mathuiy e toda a equipe da Autoridade Marítima Brasileira, a gente tentou trazer, para dentro dessas discussões da IMO, o que a gente percebe e vem conduzindo no âmbito do RenovaBio, a política brasileira de biocombustíveis.

A política brasileira de biocombustíveis já está assentada em três aspectos extremamente relevantes. O primeiro é a certificação, a análise de ciclo de vida de todos os biocombustíveis, para que possam ser eleitos como efetivos na contribuição para a descarbonização do setor de transporte; ou seja, o produtor de biocombustível que queira emitir o Cbio (Certificado de Descarbonização), precisa certificar todo o seu processo, e, naturalmente, isso se estende para a base, que é a atividade agrícola, a produção de matérias-primas.

Só é elegível, para a emissão de Cbio, a matéria-prima rastreável e, consequentemente, produzida em bases sustentáveis. Essa é uma das lógicas principais para a gente trazer o RenovaBio para dentro da discussão da descarbonização do setor marítimo. Só que a gente vai além. Por exemplo, no caso dos produtores rurais, além de mostrar todo o *compliance* com o Código Florestal brasileiro e com as normas ambientais, só é aceita a matéria-prima produzida em propriedades rurais que não tenham praticado desmatamento, inclusive desmatamento legal, a partir de 2019. Qualquer produtor rural que tenha praticado algum desmatamento, ainda que com o devido licenciamento, a partir de 2019, terá toda a produção daquela propriedade não elegível para as normas do RenovaBio. Esse é o foco da sustentabilidade.

Da mesma forma, no caso das indústrias, a gente tem percebido grandes movimentações. No setor sucroalcooleiro, a gente já viu, desde o Proinfa, o aumento dos investimentos em eficiência energética com a queima do bagaço para a geração de energia elétrica. E,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

posteriormente, agora, mais recentemente, estamos vendo investimentos em biodigestão da vinhaça e da torta de filtro para a produção do biogás biometano.

Juntamente a isso, a gente está acompanhando investimentos não só no setor de etanol de cana-de-açúcar, mas também no de etanol de milho, nos processos de captura do CO_2, de fermentação dos açúcares para a produção do etanol. Essas indústrias estão caminhando para ter um balanço de emissões negativo, e isso contribui muito para o nosso grande desafio, que é substituir os combustíveis fósseis por aqueles com bases sustentáveis.

E, hoje, a gente enfrenta um desafio no RenovaBio, que é aquela coisa de convencer toda a sociedade, todos os cidadãos, de que aquele título de descarbonização, o Cbio, é a parcela que o consumidor de combustível paga para deixar o biocombustível mais competitivo em relação ao combustível fóssil

Aparentemente... A gente tem observado, tem lidado com muitas ações judiciais movidas por distribuidores de combustíveis, quando, na realidade, o objetivo do legislador foi escolher o distribuidor como a ponte entre o produtor do biocombustível e o consumidor. Ou seja, ele teria essa capacidade de transferir o custo da descarbonização ao consumidor e, ao mesmo tempo, estimular o consumidor a optar pelos biocombustíveis em detrimento dos combustíveis fósseis.

Isso fica muito mais fácil quando a gente fala em gasolina *versus* etanol hidratado, porque essa diferença é clara ao consumidor, quando o preço do etanol é competitivo. E aí o competitivo varia muito em função do nível de mistura do etanol. A gente costuma falar dos 70%: se o preço do etanol custa até 70% do preço da gasolina, é mais vantajoso consumir o etanol. Na verdade, se a gente considerar que hoje a gasolina tem 27% de etanol, então não seria 70%; a equivalência energética seria em torno de 73%, mas isso também varia muito de acordo com o modelo do veículo. Veículos mais adequados para usar etanol podem ser eficientes até com 75% do preço; mas cada consumidor precisa ter o conhecimento do seu veículo. Todos nós temos o compromisso com a descarbonização e todos nós precisamos saber como é que a gente pode ajudar da melhor maneira possível.

Eu acho que um dos aspectos relevantes – não é pauta dessa audiência pública – é a sensibilização da sociedade sobre o papel do RenovaBio, e, voltando a essa ponte, o que nós temos discutido com o pessoal da Autoridade Marítima Brasileira é que essa experiência do RenovaBio pode ser perfeitamente aplicável à descarbonização do setor marítimo. A gente pode utilizar com mais tranquilidade na navegação interna, mas querendo demonstrar internacionalmente que os biocombustíveis podem ser produzidos de forma sustentável, inclusive os biocombustíveis de primeira geração, e que o tamanho da contribuição que eles poderão dar à transição energética depende da nossa capacidade de levar tecnologia ao produtor rural, à indústria e a toda a cadeia de logística não só do Brasil, mas de outros países que também têm potencial agrícola e têm o Sol como a principal fonte de energia para a produção de energias de biomassa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ou seja, é por isso que o papel do Brasil na IMO tem sido exatamente de sensibilizar outros atores com condições semelhantes às nossas para o potencial que os biocombustíveis podem ocupar nessa transição.

E aí vem um outro aspecto, que é o último ponto que eu vou abordar, que está também no RenovaBio, que é o da previsibilidade. Quando as regras são claras, todos os atores podem planejar seus investimentos, realizar seus investimentos com base no longo prazo. Então, a gente precisa de regras que mudem gradualmente, que deem tempo para ajuste, mas que também respeitem limites, porque, quando a gente fala de biocombustíveis, a gente fala de limites à expansão da fronteira agrícola, limites à incorporação de novas matérias-primas, e uma demanda gigantesca do setor de energia. Nós temos a dificuldade de atender a demanda do setor de transportes terrestres, agora temos o SAF, Combustível Sustentável de Aviação, e está chegando também no setor marítimo. Ou seja, quanto maior a previsibilidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ NILTON DE SOUZA VIEIRA – ... melhores as condições para fazer o planejamento e, consequentemente, estabelecer metas exequíveis.

Eu acho que eu gostaria de encerrar por aqui. Imaginava que falaria até menos, mas o tempo passou muito rápido.

Eu agradeço mais uma vez, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu que agradeço ao Sr. José Nilton de Souza Vieira.

Passo a palavra ao Sr. José Ricardo Ramos Sales, Coordenador-Geral da Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviço.

O SR. JOSÉ RICARDO RAMOS SALES (Para expor.) – Bom dia a todos.

Primeiro, Senador Esperidião Amin, muito obrigado a V. Exa. pelo convite feito ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviço para participar desta audiência pública. Estou aqui representando o Secretário Rodrigo Rollemberg, Secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria, que, até ontem à noite, estava confirmado para vir e lamenta a ausência em função de um compromisso de última hora para o qual foi designado.

A gente vai falando. Eu acho que, salvo engano, sou o sexto na sequência das apresentações de hoje, e muito do que a gente prepara para falar já vai sendo incorporado, foi incorporado, na verdade, nas falas dos nossos antecessores. Então, tem alguns pontos que eu gostaria de trazer aqui mais para reforçar pontos já colocados anteriormente, não há nenhuma apresentação específica.

O tema – como o José Nilton acabou de falar – do transporte marítimo tem sua relevância, mas, pela questão já colocada pelo comandante Mathuiy e pelo José Nilton, não entrou na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discussão da Lei do Combustível do Futuro, sancionada na semana passada, justamente porque há todo um ambiente de negociações internacionais em andamento. No caso do SAF, por exemplo, o Combustível Sustentável de Aviação, já existe uma normatização no âmbito do Corsia, que permitiu inclusive que o Brasil trabalhasse de forma mais ousada, vamos chamar assim. Há um mandato aqui, no Brasil, e isso obviamente traz previsibilidade, traz algum tipo de segurança para que outras medidas vão sendo feitas e fomentem os investimentos que são necessários.

No caso do combustível marítimo, como uma das formas de trabalhar a descarbonização no transporte marítimo, tem todo um ambiente em discussão por meio da IMO, coordenada, no caso do Brasil, pelo Comandante Mathuiy, e a Comissão que trabalha esse assunto, com reunião recente – não é isso, Comandante, recentemente realizada? –, e, à medida que esses pontos foram trazidos aqui, ou seja, uma perspectiva de discussão e aprovação, em meados do ano que vem, para entrada em vigor em 2027, elas já trazem também algum horizonte de previsibilidade. Claro que aí o Brasil precisa trabalhar para viabilizar aqueles pontos que são mais de seu interesse, no caso, trabalhar para que não haja esse tipo de taxação linear que realmente afetaria o comércio internacional brasileiro, no caso do comércio exterior brasileiro, em função das longas rotas, em função de o Brasil ser um grande exportador de *commodities*. Então, ele faz isso por meio do transporte marítimo e seria naturalmente afetado dessa forma.

Por outro lado, o Brasil tem uma *expertise* muito grande, reconhecida internacionalmente, inclusive, na produção de biocombustíveis. Então, quanto ao biocombustível, temos várias possibilidades; falamos aqui de algumas, como o etanol, o biodiesel, e é importante saber desses mecanismos já em andamento, os estudos e parcerias tecnológicas feitas entre empresas brasileiras e empresas internacionais, como a Raízen e a Wärtsilä, por exemplo, no caso do etanol, para viabilizar o uso de etanol no transporte marítimo – seria muito interessante. A Petrobras, como já mencionado aqui pelo Jesualdo, teve uma resolução da ANP que faz uma autorização para o uso de até 24% de biodiesel no combustível marítimo. Então, são mecanismos que vão mostrando que o Brasil tem condição de desenvolver várias possibilidades de descarbonizar de forma efetiva o transporte marítimo.

E na perspectiva do Mdic, no nosso caso, não apenas da Secretaria de Economia, via descarbonização e bioindústria, mas de outras secretarias que lidam com o ambiente industrial e de comércio exterior, temos a Sdic, temos a Secretaria de Comércio Exterior, uma secretaria que trata de competitividade e política regulatória também. Então, o Ministro e os secretários têm sempre colocado esse ponto, ou seja, da integração dessas políticas.

A Bruna trouxe também esse ponto sobre a perspectiva do Ministério dos Portos e Aeroportos, para que haja uma integração de ações diversas em nível governamental e também não só nas agências de fomento, talvez, mas também no setor privado, ou seja, para que haja uma discussão e uma coordenação dessas ações. Isso é fundamental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que o Combustível do Futuro já trouxe isso como um elemento de juntar várias políticas, juntar a integração de atores de Governo e também do setor privado na construção de uma política efetiva e que agora, obviamente, precisa avançar.

Foi vencida a etapa de sanção da lei, de construção da lei, da melhor forma possível, e da sanção praticamente sem nenhum veto, isso é importante destacar também, e agora vem a etapa de regulamentação e que vai trazer elementos, provavelmente, também para que o transporte marítimo tenha o seu ambiente regulatório, não só nacional, mas também em nível internacional, trabalhado.

A partir dessas colocações já feitas aqui e a partir de notícias que a gente vai pesquisando e vai tentando aprofundar o conhecimento, eu vi um ponto que me chamou muita atenção, o de que, apenas para efeito de descarbonização – ou seja, apenas investimentos com foco na descarbonização do setor marítimo –, são estimados investimentos na faixa de 28 a US$30 bilhões anuais, com o horizonte de 2050, para que haja emissões líquidas em 2050. E, caso os investimentos caminhem também para desenvolvimento de infraestrutura – afinal, para alguns navios você pode talvez ter que desenvolver motores diferentes, mexer em determinadas estruturas de funcionamento das embarcações –, esses investimentos de infraestrutura, não só das embarcações, mas dos portos, no caso, da logística associada, podem chegar a US$90 bilhões anuais de investimentos com esse horizonte de emissões líquidas em 2050.

Um outro ponto que foi trazido – acho que pelo Jesualdo, e o Comandante Mathuiy mencionou isso também – é esse dilema colocado muitas vezes por países mais desenvolvidos, em particular no caso da Europa, de que a produção de biocombustíveis no Brasil concorre com a produção de alimentos.

Isso é importante, o Brasil batalhar cada vez mais para superar isso e mostrar que não apenas o de segunda geração, mas o biocombustível de primeira geração tem todo o potencial de descarbonizar, no caso o transporte marítimo, mas várias outras possibilidades, mas não concorre com a produção de alimentos; pelo contrário: é um combinado. Ele agrega.

O Brasil já tem uma área relativamente pequena, comparada com o seu território, para a produção de alimentos e pode utilizar várias áreas degradadas para ampliar essa produção de alimentos e também produzir biocombustíveis, de modo que não há uma concorrência aí. Pelo contrário: há uma complementariedade e com ganhos diversos, não apenas no agronegócio e de biocombustíveis, mas em várias outras cadeias associadas com essa produção bem fomentada e bem trabalhada.

Portanto, na perspectiva do Mdic, já caminhando para encerrar essa participação inicial aqui, o papel que o Mdic tem feito, até no contexto da nova indústria Brasil... O Ministro Alckmin, o Secretário Rollemberg, o Secretário Uallace e a Secretária Tatiana, de Comércio Exterior – e aqui falo numa perspectiva bem ampla de ministério –, vêm reforçando justamente esses pontos que o Mdic tem como um papel de articulador, um papel de integrador de políticas também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem o BNDES, tem a Finep, tem o Ministério de Ciência e Tecnologia, o Ministério de Minas e Energia e vários outros, que trabalham em conjunto para fomentar investimentos, para atrair e ampliar investimentos com foco na descarbonização, com foco no uso da biomassa brasileira – o Brasil tem um potencial gigantesco de aproveitar cada vez mais essa biomassa, essa biodiversidade.

E aí voltamos ao ponto inicial trazido pelo Mauro, pelo Comandante Mathuiy também, ou seja, que papel o Brasil gostaria de ter nesta nova economia verde: de produtor e exportador de produtos de maior valor agregado e de tecnologias, de desenvolvedor de tecnologias, ou ele será apenas um seguidor de tendências? Ele vai se curvar, digamos assim... "Se curvar" talvez não seja a melhor expressão, mas ter que aceitar aquelas decisões que, às vezes, são tomadas em um ambiente multilateral mais coeso por parte de alguns atores mais desenvolvidos e que acabam impondo, de certa forma, algumas decisões que o Brasil, como signatário desses acordos, precisa naturalmente aceitar – ele não pode discordar daquelas decisões lá na frente.

Então, o nosso papel como ministério, como Governo, como Congresso Nacional, aqui também, é ser vigilante e trabalhar para que essas iniciativas e as nossas potencialidades sejam obviamente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ RICARDO RAMOS SALES – ... valorizadas lá na frente, e o Brasil consiga fazer uma interlocução muito efetiva nos organismos internacionais e internamente, para trabalhar e implementar essas ações, com vistas ao desenvolvimento de investimentos efetivos na agregação de valor, no desenvolvimento de novas tecnologias.

Então, eu chamo a atenção apenas para o final...

Acho que foi comentado aqui também sobre uma chamada recente do BNDES – e acho que uma colega do BNDES vai falar também na sequência e poderá trazer mais elementos sobre isso –: foi feita uma chamada focada em combustível sustentável de aviação e combustível marítimo, uma chamada conjunta BNDES com a Finep, para o desenvolvimento de projetos, de tecnologias...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – De R$6 bilhões.

O SR. JOSÉ RICARDO RAMOS SALES – ... R$6 bilhões de reais, R$3 de cada um...

Os projetos acho que estão na fase de submissão ainda, até o final deste mês, e já mostram aquele esforço que eu mencionei também do Brasil, e, no caso o Mdic, com um papel de articulador, no sentido de trazer, de fomentar investimentos com chamadas via FNDCT ou vários outros recursos por parte do próprio BNDES, no caso.

Bom, é isso Senador.

Ficamos à disposição para a continuidade dos debates e das palestras aqui.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Agradeço a participação do Sr. José Ricardo Ramos Sales.

Consulto se a Sra. Elisa Salomão Lage, Chefe do Departamento de Gás, Petróleo, Navegação e Descarbonização do BNDES, está a postos para participar.

A SRA. ELISA SALOMÃO LAGE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sim. Bom dia. Estou aqui já à disposição.

Bom, bom dia. Cumprimento a todos.

Parabenizo aqui o Senador Esperidião Amin pela convocação dessa audiência pública de um tema, de fato, muito importante para o país. O BNDES tem participado desse assunto, dedicando aqui, destaco, bastante atenção a essa temática.

Acho que temos participado aqui de diversos grupos de trabalho, diversos eventos. O próprio BNDES organizou também um seminário aqui, no ano passado, com diversos especialistas, incluindo aqui o Secretário-Geral da IMO (Organização Marítima Internacional), também com a presença da Marinha do Brasil, com representantes da indústria, parte de portos também, com representantes... Enfim, foi um seminário aqui muito rico.

E depois nós seguimos aqui, participando de todos os grupos de trabalho liderados pelo Mdic, de grupos de trabalho também com o MME e com o Ministério de Portos e Aeroportos, que é grande parceiro do BNDES. Nós somos agentes financeiros aqui do Fundo de Marinha Mercante. Essa temática realmente é muito presente aqui nas nossas discussões atuais.

Então, começaria aqui fazendo um comentário.

O BNDES, como é de amplo conhecimento, nós somos um dos maiores financiadores do país, especialmente de projetos de infraestrutura e de energia, com destaque aqui também para a parte de energias renováveis, como eólica, solar, e também para a parte hidrelétrica. Então, sempre foi uma preocupação do BNDES a questão da sustentabilidade e do meio ambiente.

O financiamento também à indústria de biocombustíveis sempre foi muito relevante. A gente tem um longo histórico de atuação e de apoio à capacidade produtiva brasileira de etanol, reforçando aqui a nossa preocupação com as questões ambientais.

E hoje a gente tem essa visão, essa preocupação com o meio ambiente, com a sustentabilidade, de uma forma até mais ampliada, uma visão mais para a transição energética de um modo geral, incluindo também a transição no mar.

Acho que as apresentações já realizadas aqui nesta manhã, especialmente a do Comandante Mathuiy, já demonstram a importância desse tema, desse assunto, enfim, os impactos que o Brasil pode sofrer com as novas regulamentações que estão sendo desenhadas pela IMO, especialmente na questão das rotas tecnológicas, nessa questão dos biocombustíveis, na questão, como já foi colocado aqui também hoje pela manhã, dessa discussão dos alimentos e da produção de biocombustíveis, na questão das taxações no transporte marítimo... Então, são muitos os impactos que a gente pode acabar sofrendo, mas também é uma oportunidade para que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possa também se organizar e talvez liderar – liderar eu não diria, mas ter algum protagonismo também nessas discussões que estão ocorrendo com a IMO.

Já foi comentada aqui a nossa liderança na parte de biocombustíveis, e acho que a gente tem oportunidade, tanto nesses biocombustíveis quanto em combustíveis avançados, nos novos combustíveis de que tanto se fala, uma grande oportunidade na parte de construção e adaptação de embarcações, o que também se reflete aqui em impactos para a indústria naval – já teve aqui a participação da Bruna, representante do Ministério de Portos, que falou um pouco sobre isso – e também para a infraestrutura portuária. Eu destaco aqui, então, nesses três pilares, a forma como o BNDES está trabalhando para fomentar os investimentos voltados à transição no mar.

Então, o BNDES, como eu comentei, é um agente financeiro do Fundo de Marinha Mercante. Na realidade, nós somos o principal agente financeiro do fundo. Respondemos por cerca de 75% do orçamento do Fundo de Marinha Mercante aqui no financiamento de projetos.

Esse fundo apoia tanto a construção quanto a modernização, conversão, reparo de embarcações. Também apoia os estaleiros que vão poder construir, modernizar essas embarcações, e hoje também apoia a infraestrutura portuária.

Então, aqui no BNDES, nós estruturamos, no ano passado, uma ação de incentivo à descarbonização da frota naval brasileira, utilizando esse *funding* do Fundo da Marinha Mercante, em que a gente oferece uma redução na taxa de juros nos financiamentos de embarcações que entreguem uma redução de pelo menos 30% das emissões de gases de efeito estufa em relação à nossa frota atual. Então, essa ação já foi estruturada, considerando aqui as metas de redução estabelecidas pela IMO, ali nos pontos de checagem, em 2030.

Então, a gente tem aqui a expectativa de apoiar projetos de construção de embarcações ou de conversão e modernização de embarcações com projetos mais verdes, assim, conversão de motores, enfim...

A Petrobras recentemente lançou um edital para a construção de novas embarcações, no qual ela também já coloca ali alguns critérios mais verdes para a construção dessas embarcações.

Eu estou falando um pouco de embarcações de apoio *offshore*, mas isso também deve se refletir em embarcações para frotas de cabotagem também de longo curso que possam ser construídas aqui no Brasil.

A gente também, com essa ação de incentivo, tem uma modalidade de estímulo à gestão ambiental das empresas armadoras, que elas possam já começar ali a preparar o seu inventário de emissões de carbono.

A gente também pretende para essas empresas que estejam nesse engajamento socioambiental poder também oferecer alguma redução das taxas, para, enfim, dessa forma, estimular aqui um pouco a construção e a modernização de embarcações com o Fundo da Marinha Mercante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o fundo – como eu comentei também – passou a apoiar a infraestrutura portuária. Isso aconteceu já ali, foi aprovado na época da BR do Mar. Então, hoje a gente já tem, lá no Fundo da Marinha Mercante, projetos voltados à infraestrutura portuária que foram priorizados e que agora podem ter aqui o seu financiamento estruturado.

Então, investimentos em modernização dos portos vão ser necessários para atender à questão de transição.

O colega aqui do setor portuário já falou sobre projetos tanto de eletrificação, portos sustentáveis, enfim, a adaptação para recepção desses novos combustíveis. Vai ser muito importante, os investimentos são de fato vultosos, mas acho que a gente tem aqui o interesse, enfim, e a disponibilidade para fazer o apoio a esses projetos.

E também ressalto, como o colega do Mdic comentou, a questão dos novos combustíveis para navegação. O BNDES lançou, em parceria com a Finep, um edital, uma chamada pública para atrair planos de negócios, de investimentos na produção e desenvolvimento tecnológico de combustíveis sustentáveis, tanto de aviação quanto de navegação de baixo carbono. Então, a gente está, como já foi falado aqui, num momento de recepção desses projetos.

Os projetos podem ser apresentados até dia 31 de outubro, e, a partir daí, o BNDES e a Finep vão analisar conjuntamente esses planos de negócios, para poderem estruturar depois esses financiamentos.

A nossa expectativa é fomentar, de fato, os planos de investimento ali, estimulando parcerias também, uma cooperação empresarial, para que os projetos fiquem, de fato, robustos, enfim, e num estágio de maturidade em que a gente já possa apoiá-los, para justamente estimular o início da produção desses novos combustíveis avançados.

E a ideia é que tanto o BNDES quanto a Finep disponibilizem ali as linhas mais competitivas para esse apoio aos novos combustíveis. Aqui estou falando tanto de Fundo Clima quanto de BNDES mais inovação, das linhas de inovação da Finep também. A nossa expectativa é, de fato, que sejam projetos que alcancem pelo menos os R$6 bilhões que já foram anunciados. Então, a gente está com uma expectativa bastante grande em cima desses projetos.

Acho que, hoje, essas seriam aqui as minhas palavras. Eu fico à disposição, enfim, para eventuais dúvidas e comentários.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pois não, agradeço a participação da Sra. Elisa Salomão Lage. Estimaria que o BNDES pudesse nos enviar, depois de apurado, o resultado do edital, até por uma questão de acompanhamento da nossa Comissão, se fosse possível.

A SRA. ELISA SALOMÃO LAGE (*Por videoconferência*.) – Ah! Sem dúvida!

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Parece que o prazo é 31 de outubro – não é? –, para apresentação das propostas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELISA SALOMÃO LAGE (*Por videoconferência.*) – Para a apresentação... E a divulgação do resultado vai acontecer até dia 29 de novembro.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Perfeito!

A SRA. ELISA SALOMÃO LAGE (*Por videoconferência.*) – E aí a gente pode encaminhar, sim!

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu consulto se a Profa. Paula Carvalho Pereda, que já foi inclusive citada aqui por seu trabalho na USP, já está a postos. (*Pausa.*)

Parece que ela tinha aula até as 11h. Então, nós vamos deixar de contar nessa ocasião.

Eu queria propor aqui uma seguinte deliberação da nossa...

Como sabem, nós estamos num período de realização de sessões remotas no Senado, e eu estou aqui acompanhando duas outras Comissões. Tenho projetos de minha autoria que estão sendo... Aliás, dois já foram aprovados. E por isso nós não estamos contando com a presença de Senadores que, inclusive, requereram, pediram e têm grande interesse nesse assunto, mas estão mobilizados em função do período eleitoral também.

Então, eu vou propor e decidir da seguinte forma. Eu vou deixar esta reunião em condição de finalizá-la com o que foi coletado; vou propor um novo requerimento de atualização para... E aí consulto, principalmente o Flavio e os que estão acompanhando a deliberação, se vale a pena marcarmos para março ou para abril.

Melhor março ou melhor abril... (*Pausa.*)

... uma atualização desta reunião numa nova audiência pública?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, eu vou pedir à minha assessoria, e nós vamos requerer a realização de uma nova audiência – aí muito objetiva –, para apreciar quais as regras que terão sido adotadas, para nos conformarmos com elas. Porque nós temos uma frente, a própria Lei do Combustível do Futuro, e não poderíamos escrever sobre algo que não foi disciplinado. Não é verdade?

Se as regras ainda não são conhecidas, e nos atualizarmos em face do plano estratégico que já terá, pelo menos não definido, pelo menos o seu encaminhamento. Creio que é melhor do aqui aprofundarmos...

Acho que sobre o que foi relatado aqui da situação atual não há dúvidas, o Brasil está acompanhando. Sabemos que temos que fazer um esforço muito grande para não sermos penalizados e, ao mesmo tempo, aproveitarmos a oportunidade. Aquele símbolo chinês que representa risco ou perigo também representa oportunidades, todos nós já vimos essa imagem. Então, nós temos diante de nós, pelo histórico de um país pioneiro no biocombustível e atento o seu Parlamento, o seu Governo e o seu Judiciário também, nos Poderes constituídos e na força

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtiva, no consumidor, no trabalhador, estamos de olho nessa questão de sustentabilidade e preocupação com as mudanças climáticas.

Por tudo isso, eu creio que a audiência cumpriu a sua finalidade. Agradeço a todos os que dela participaram e informo que vou pautar a presença de todos neste requerimento que eu vou apresentar para uma atualização desta reunião em abril do ano que vem.

Ainda não vou lhes desejar um feliz ano novo porque está muito cedo (*Risos.*), mas apresento a todos os parabéns aos que são professores, inclusive à Profa. Paula Carvalho Pereda, que já foi mencionada pelo seu trabalho, para que ela esteja presente em abril do ano que vem.

Eu consulto se algum dos senhores gostaria de fazer algum comentário final. (*Pausa.*)

Declaro com isso que... Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada esta reunião. E, *ad referendum* de deliberação da Comissão, fica pré-agendada uma realização de uma reunião de atualização para o mês de abril do ano que vem. Certo? Eu apresentarei o requerimento, espero que seja aprovado, e nós então nos atualizaremos em face de dados mais concretos em matéria das regras, torcendo muito para que aqueles que estão participando consigam defender os interesses do Brasil nessa disputa que existe.

Só vou concluir dizendo o seguinte: não foi à toa, não foi por acaso que no mapa-múndi do Flavio só existiu Hemisfério Sul, certo?

Porque lá em cima não haverá dificuldades de percurso, a maior dificuldade será nossa, pela dimensão, pelo alongamento das nossas rotas e pelo fato de, predominantemente, exportarmos produtos, infelizmente, com um baixo valor agregado.

Está encerrada a reunião.

Mais uma vez, muito obrigado!

(*Iniciada às 9 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 10 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e dezesseis minutos do dia vinte e dois de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Confúcio Moura e Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Veneziano Vital do Rêgo, Marcos Rogério, Alan Rick, Fernando Farias, Marcelo Castro, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Omar Aziz, Jorge Kajuru, Rosana Martinelli, Wilder Morais, Beto Martins, Astronauta Marcos Pontes, Castellar Neto, Luis Carlos Heinze, Laércio Oliveira e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Paulo Paim, Professora Dorinha Seabra, Dr. Hiran e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Carlos Viana, Weverton, Lucas Barreto, Beto Faro, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 327, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Institui o Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten); e altera as Leis nºs 13.988, de 14 de abril de 2020, 11.484, de 31 de maio de 2007, e 9.991, de 24 de julho de 2000." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, pela aprovação das emendas nº 8 e 10, pelo acolhimento parcial das emendas nº 9 e 11, na forma de emenda de relator, e pela rejeição das demais emendas, com as emendas que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Projeto de Lei n° 3875, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978, para prever a possibilidade de emprego de recursos públicos em serviços de drenagem e manejo de águas urbanas em condições emergenciais." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o projeto. Fazem uso da palavra os Senadores Otto Alencar, Esperidião Amin, Confúcio Moura, Laércio Oliveira, Marcos Rogério e Rosana Martinelli. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Confúcio Moura
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/22

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 22 de outubro de 2024.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Já foi aberta a sessão?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Já está aberta a sessão.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu queria pedir a V. Exa., diante da exiguidade de tempo, que nós pudéssemos apreciar extrapauta o projeto de autoria do Senador Paulo Paim...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... que é uma questão de emergência para aplicação de recursos nas encostas e áreas danificadas. E talvez V. Exa. pudesse até relatar...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... porque é um projeto pacificado, que atende as questões lá do Rio Grande do Sul, e depois passaríamos para o item 1 da pauta...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... se tiver concordância aí.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com a inclusão extrapauta desse projeto apresentado pelo Senador Otto Alencar permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias apresentadas à Comissão, ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital em caso de deliberações nominais. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente. As inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão", no *chat* da ferramenta, para os Senadores que participam remotamente.

Conforme pedido do Senador Otto Alencar – ele pediu uma inversão de pauta, com a concordância do Senador Laércio –, então eu solicito que o Senador Otto Alencar assuma aqui a Presidência enquanto eu faço a leitura do projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao nosso Presidente, o Senador Confúcio Moura, a compreensão. O projeto do Senador Paulo Paim é um projeto de alto alcance social.

EXTRAPAUTA
ITEM 2
PROJETO DE LEI Nº 3875, DE 2024

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978, para prever a possibilidade de emprego de recursos públicos em serviços de drenagem e manejo de águas urbanas em condições emergenciais.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação

Passo a palavra ao Senador para que possa fazer a relatoria, em condição extrapauta, neste momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Perfeitamente.

O objetivo deste projeto é fazer uma alteração no marco geral da Lei do Saneamento Básico, justamente visando atender os casos de calamidade que não estavam previstos na lei, e o Governo tem necessidade de fazer um desembolso de recursos para o Rio Grande do Sul neste momento.

Assim, vamos direto à análise, pois o Senador já explicou devido à urgência.

De acordo com o art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura opinar sobre matérias pertinentes a obras públicas.

Tendo em vista a decisão desta Comissão ter caráter terminativo, serão analisados preliminarmente os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

Entendemos que o PL nº 3.875, de 2024, atende aos preceitos constitucionais formais concernentes à competência da União para instituir diretrizes para o saneamento básico (art. 21, XX) e para legislar sobre defesa civil (art. 22, XXVII).

Do ponto de vista material, o projeto contribui para a dignidade da pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil (art. 1º, III), bem como para garantir o desenvolvimento nacional, reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, objetivos fundamentais do país explicitados nos incisos II, III e IV do art. 3º da Constituição Federal.

A proposição se revela adequada também quanto à juridicidade: o meio escolhido é apropriado ao objetivo pretendido, o conteúdo possui generalidade e se mostra harmônico com os princípios gerais do direito.

Consideramos o projeto adequado também nos aspectos regimentais e de técnica legislativa.

Vou saltar alguns parágrafos que são mais citações legislativas e vou entrar já na p. 4, no último parágrafo.

Conforme o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), o Brasil teve em 2023 o maior número de desastres – eventos adversos que provocam significativas perdas humanas, materiais, econômicas e ambientais – do registro histórico: 1.161 eventos. Desses, 716 foram associados a eventos hidrológicos, como enchentes e inundações.

A evidência mais marcante disso é a devastação causada a partir de abril de 2024 pelas chuvas no Rio Grande do Sul. O último boletim divulgado em 20 de agosto pelo Governo estadual informa que 478 dos 497 municípios gaúchos foram atingidos – olhem bem a quantidade: 478 municípios foram atingidos, dos 497 – e cerca de 2,4 milhões de pessoas foram diretamente afetadas. Para além das graves perdas econômicas e sociais experimentadas pelos gaúchos, 183 pessoas perderam a vida, 806 ficaram feridos e 27 permanecem desaparecidos. A reconstrução do estado levará décadas e custará bilhões de reais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses indicadores apontam para a escala e a magnitude do desafio que a sociedade brasileira tem pela frente, que tende a agravar-se em razão dos efeitos das mudanças climáticas, que tornarão os eventos extremos cada vez mais frequentes e intensos. Outro agravante é, como salientado na justificação do projeto, a baixa organização e institucionalização do componente drenagem de águas pluviais urbanas pelas prefeituras, pelos prestadores de serviços e pelos órgãos reguladores.

Ao dispensar algumas das condicionantes para a alocação de recursos federais, o projeto torna mais inclusivo o acesso ao financiamento público. A medida visa facilitar o acesso a recursos financeiros por municípios em situação de emergência ou calamidade pública reconhecida pelo Poder Executivo federal, ou que sejam suscetíveis a eventos extremos, como enxurradas e inundações. Destina-se, desse modo, a localidades que enfrentam condições críticas de infraestrutura, garantindo maior flexibilidade na implementação de obras que mitiguem os efeitos de desastres naturais e beneficiando os municípios menores e menos estruturados, que frequentemente têm dificuldades para cumprir todas as exigências burocráticas.

O voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 3.875, de 2024.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quero agradecer ao nobre Senador Confúcio Moura e perguntar à mesa da Secretaria se existe quórum para apreciação da matéria. (*Pausa.*)

Informa aqui o nosso assessor que acaba de ter quórum suficiente para a apreciação da matéria, que é terminativa nesta Comissão.

Sendo terminativa, eu coloco em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram.

É votação nominal? (*Pausa.*)

Então, votação nominal.

Os Senadores que estão presentes ou no sistema remoto podem votar a matéria.

Votação nominal, sendo necessário o quórum suficiente para votação nominal.

Então, peço à mesa que abra a votação para que todos os Senadores possam votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Essa matéria é muito importante. É um projeto encaminhado pelo nobre Senador Paulo Paim e vai atender vítimas dessas tragédias ambientais que têm acontecido no nosso país em várias áreas pelas alterações climáticas completamente causadas, na maioria das vezes, pelo próprio homem,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não só pelo desmatamento, como pela questão dos incêndios florestais e várias outras ações que são nefastas ao clima e também por alterações climáticas que ocorrem no nosso país.

Eu vou passar a Presidência para o nosso amigo e querido Presidente, Senador Confúcio, para que ele continue presidindo enquanto eu posso proceder à votação da matéria.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – De nada.

Bem, está aberto o processo de votação.

Eu solicito à Secretaria que acione todos os Senadores que já registraram presença e mesmo aqueles que não registraram presença para que a gente possa fazer essa votação o mais rapidamente possível.

Marcelo Castro já votou.

Vamos acionar os gabinetes.

Nós temos ainda um projeto de lei que será debatido. Então, nós temos certa urgência nessa votação.

Muito bem. Então, enquanto o pessoal vai votando, eu passo a palavra para o Senador Esperidião Amin, que está aguardando remotamente.

Com a palavra, o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, bom dia!

Eu quero, em primeiro lugar, cumprimentá-lo e relatar a V. Exa. muito rapidamente que a nossa sessão, que V. Exa. me concedeu o privilégio de presidir na terça-feira passada, versando sobre combustível marítimo, foi realmente muito proveitosa e deixar consignado que eu apresentei um requerimento para que, em abril do ano que vem, nós realizemos uma sessão de atualização das informações e das questões que foram levantadas na sessão de terça-feira passada.

Uma rápida explicação: em março do ano que vem, nós teremos deliberação da Organização Marítima Internacional a respeito de combustível marítimo, como é que este novo combustível marítimo vai se configurar.

Em resumida colocação ainda, a Europa pretende dinamizar o hidrogênio verde, cuja tecnologia de produção hoje envolve grande consumo de energia elétrica para transformar o hidrogênio em hidrogênio verde, usando, assim, uma linguagem bem simples, enquanto que nós somos pioneiros no biocombustível – o etanol no Brasil é coisa da década de 70, somos pioneiros nisso, este combustível também é de baixo carbono, de baixa emissão. Portanto, há um conflito de interesses.

De qualquer maneira, precisamos saber qual foi a deliberação e o que nós devemos fazer para evitar uma redução da nossa competitividade na exportação, porque, mesmo que a exportação seja da Bahia, ou do Ceará, ou de Santa Catarina, as nossas rotas marítimas são as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais longas. Portanto, se houver a criação de uma multa por uso de combustível considerado inadequado, nós seremos os mais penalizados, reduzindo, portanto, a nossa competitividade no comércio internacional. Isso é a prestação de contas.

Segundo, quero dizer que votarei a favor deste projeto bem relatado por V. Exa. – em boa hora, pedida a prioridade pelo Senador Otto Alencar –, mas quero deixar consignado o meu pedido: desde já, estou me inscrevendo para discutir o projeto, o item 1 da pauta, para defender a Emenda nº 2, de minha autoria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Eu quero ver o painel para saber a evolução da votação. (*Pausa.*)

Ainda está muito longe, vamos precisar telefonar mesmo. É um a um, porque o pessoal estava todo desmobilizado, não é? Estavam todos desmobilizados, porque não estava prevista esta sessão de hoje. Mas, devido a dois projetos extremamente interessantes e urgentes, tivemos necessidade de fazer esta convocação extraordinária.

Então, o pessoal ainda está movimentando, não é?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o nosso assessor informa que, embora não esteja presidindo, eu continuo Presidente e não posso votar.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – É verdade. (*Risos.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. pode votar, mas ainda não votou.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Já votei.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Já votou agora?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Não votei, não?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não votou, não.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Que negócio é esse? Que interessante, viu? (*Pausa.*)

Então, votaram sete, oito. Faltam quatro. O Kajuru está sempre... é só dar um toquezinho, que o Kajuru volta.

O Jayme Campos também. É só acessar, que ele vota rapidinho. (*Pausa.*)

Senador Amin, V. Exa. pode usar a palavra. Está com a palavra, Senador Esperidião. Senador Esperidião, está à sua disposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Eu gostaria apenas de discutir, defender a minha emenda. Já é oportuno isso? (*Pausa.*)

É, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Já quer a discussão do projeto do Senador Laércio?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – É.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Eu não sei... Pode mesmo ser lido?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Ele não leu ainda. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Eu vou fazer o seguinte, Esperidião... O Senador Laércio quer fazer a leitura primeiro; logo após ele fazer a leitura, V. Exa. é o primeiro a falar, está bem?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Está feito, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senador Laércio, para a gente ganhar tempo, enquanto a gente atinge o quórum aqui, V. Exa. pode iniciar a leitura. Daqui a pouco, o Senador Otto vem aqui fechar essa votação – está bem, Senador Otto? Fechar a votação. Está bem.

Eu vou passar a palavra para o Senador Laércio Oliveira, para fazer a leitura do seu projeto.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 327, DE 2021

- Não terminativo -

Institui o Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten); e altera as Leis n°s 13.988, de 14 de abril de 2020, 11.484, de 31 de maio de 2007, e 9.991, de 24 de julho de 2000.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Pela aprovação do projeto, pela aprovação das emendas nº 8 e 10, pelo acolhimento parcial das emendas nº 9 e 11, na forma de emenda de relator, e pela rejeição das demais emendas, com as emendas que apresenta

Observações:

1. Em 23/05/2024, o Senador Zequinha Marinho apresentou a emenda nº 1

2. Em 07/06/2024, o Senador Esperidião Amin apresentou a emenda nº 2

3. Em 03/07/2024, o Senador Irajá (PSD/TO) apresentou a emenda nº 3

4. Em 04/07/2024, o Senador Zequinha Marinho apresentou a emenda nº 4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

5. Em 07/08/2024, o Senador Fernando Farias apresentou a emenda nº 5

6. Em 05/09/2024, foi realizada audiência pública de instrução do projeto, que deixou de estar sobrestado

7. Em 11/09/2024, o Senador Eduardo Gomes apresentou a emenda nº 6

8. Em 11/09/2024, o Senador Eduardo Gomes apresentou a emenda nº 7

9. Em 12/09/2024, o Senador Eduardo Gomes apresentou a emenda nº 8

10. Em 18/09/2024, a Senadora Daniella Ribeiro apresentou a emenda nº 9

11. Em 24/09/2024, o Senador Eduardo Gomes apresentou requerimento para retirada da Emenda 7

12. Em 08/10/2024, o Senador Fernando Farias apresentou a emenda nº 10

13. Em 09/10/2024, o Senador Rogério Carvalho apresentou a emenda nº 11

14. Em 10/10/2024, a Senadora Rosana Martinelli apresentou a emenda nº 12

15. Votação simbólica

Com a palavra, Senador Laércio.

Enquanto isso, vamos votando.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Bom dia, Senador Confúcio Moura. Agradeço demais a sua gentileza, a sua presteza, a sua atenção para com as conversas que tivemos nos últimos dias; como sempre, o senhor se portando de uma forma muito generosa, muito atenciosa para com todos nós. Representando todos que fazem esta Comissão, eu queria externar os meus sinceros agradecimentos a V. Exa. Quero cumprimentar o Senador Otto Alencar, Líder do Governo, presente aqui, nesta Comissão; nossos colegas que participam através do sistema remoto; cumprimentar toda a imprensa que está aqui presente, todos os assessores que estão participando também desta Comissão e todos que participam aqui da equipe de apoio desta Comissão.

Vou ao relatório, Sr. Presidente. Vou fazer um relatório completo, porque é um tema extremamente importante neste momento que o Brasil atravessa, e, com a sua autorização, farei o relatório na íntegra.

Vem ao exame desta Comissão de Serviços de Infraestrutura o Projeto de Lei nº 327, de 2021, que institui o Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten).

O PL possui quatro capítulos.

O Capítulo I abrange os artigos 1º ao 4º.

O artigo 1º institui o Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten), e define que o Poder Executivo indicará os órgãos responsáveis pela regulamentação, supervisão e execução do Paten.

O artigo 2º estabelece os objetivos do Paten, que incluem o financiamento de projetos de desenvolvimento sustentável, a aproximação entre financiadores e empresas interessadas, a utilização de créditos detidos por pessoas jurídicas de direito privado junto à União como forma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de financiamento e a promoção da geração e do uso eficiente da energia de baixo carbono, por meio de projetos sustentáveis alinhados aos compromissos de redução de emissão de gases de efeito estufa assumidos pelo Brasil.

O art. 3º define os projetos de desenvolvimento sustentável como aqueles destinados a obras de infraestrutura, pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica que proporcionem benefícios socioambientais ou mitiguem impactos ao meio ambiente. Também identifica os setores prioritários para esses projetos.

O art. 4º estabelece que o Paten será composto pelo Fundo de Garantia para o Desenvolvimento Sustentável, chamado de Fundo Verde, e pela transação tributária condicionada ao investimento em desenvolvimento sustentável.

O Capítulo II – Do Fundo de Garantia para o Desenvolvimento Sustentável (Fundo Verde) (arts. 5º a 14) cria o Fundo Verde, a ser administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com o propósito de garantir, total ou parcialmente, o risco dos financiamentos concedidos por instituições financeiras para o desenvolvimento de projetos no âmbito do Paten. Os créditos detidos por pessoas jurídicas de direito privado perante a União serão utilizados para compor o Fundo Verde.

O Capítulo III – Da Transação Tributária Condicionada ao Investimento em Desenvolvimento Sustentável (arts. 15 e 16) permite que pessoas jurídicas com projetos de desenvolvimento sustentável aprovados submetam propostas de transação individual de débitos perante a União, suas autarquias e fundações públicas.

O Capítulo IV promove alterações na Lei 11.484, para incluir acumuladores elétricos e seus separadores no Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores e na Lei 9.991, de 2000, para permitir que as distribuidoras de energia possam aplicar recursos de eficiência energética para instalar sistemas de geração de energia renovável em edificações pertencentes a associações comunitárias de natureza jurídica de direito privado sem fins lucrativos para atendimento a beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica, bem como para atender objetivos do Paten.

Por fim, o art. 19 determina a vigência na data de sua publicação.

Na sua essência, o Paten busca incentivar o desenvolvimento de projetos sustentáveis relacionados a fontes de energia renovável, de tecnologias limpas e de ações que beneficiem o meio ambiente, por meio de instrumentos como o Fundo Verde, fundo de garantia administrado pelo BNDES, e a transação tributária condicionada a investimentos em desenvolvimento sustentável. Essas medidas têm o objetivo de promover a transição energética e a sustentabilidade ambiental.

Após recebimento pela Mesa, a proposição foi encaminhada para apreciação desta Comissão, seguindo posteriormente para o Plenário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia 5 de setembro do exercício corrente, realizamos audiência pública para debater o PL, aqui nesta Comissão, e recebemos todos os agentes interessados na matéria.

Foram apresentadas 12 emendas ao projeto de lei, conforme relato a seguir.

A Emenda nº 1, do Senador Zequinha Marinho, busca estabelecer obrigatoriedade de contratação da energia elétrica das usinas de recuperação energética de resíduos sólidos pela compra direta realizada pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica.

A Emenda nº 2, do Senador Esperidião Amin, visa a permitir a utilização dos instrumentos propostos na região carbonífera e no carvão mineral, sob denominação de carbono sustentável.

A Emenda nº 3, do Senador Irajá, altera a Lei 14.300, de 2022, que trata da microgeração e minigeração distribuída, para estender o prazo, de 12 para 30 meses, para o início da injeção de energia por minigeradores de fonte solar e, consequentemente, manter a isenção de pagamento pelo custo das redes de transmissão e distribuição de energia até 2045.

A Emenda nº 4, do Senador Zequinha Marinho, altera a Lei 9.991, de 2002, para permitir a utilização de recursos de eficiência energética em edificações de associações comunitárias e em comunidades populares de baixa renda, sob determinados condicionantes.

A Emenda nº 5, do Senador Fernando Farias, busca ampliação dos créditos que podem ser utilizados, considerando os prejuízos fiscais como parte dos que seriam elegíveis ao Paten.

A Emenda nº 6, do Senador Eduardo Gomes, visa a permitir a transferência de quotas do Fundo Verde entre empresas com a mesma raiz de CNPJ, desde que não tenham sido dadas como garantia.

A Emenda nº 7, do Senador Eduardo Gomes, foi retirada pelo autor.

A Emenda nº 8, do Senador Eduardo Gomes, e a Emenda nº 10, do Senador Fernando Farias, buscam ampliar a possibilidade de serem elegíveis aos instrumentos do Paten as usinas hidrelétricas acima de 50MW de capacidade instalada e consideram a execução de obras de modernização de parques de produção energético de matriz sustentável como projetos de desenvolvimento sustentável.

A Emenda nº 9, da Senadora Daniella Ribeiro, e a Emenda nº 11, do Senador Rogério Carvalho, acrescentam novo inciso V ao art. 3º, parágrafo 1º, para que sejam elegíveis ao Paten infraestrutura, serviço e sistema de transporte público ou de interesse público que promovam descarbonização e eficiência energética.

A Emenda nº 12, da Senadora Rosana Martinelli, de forma similar à Emenda nº 1, busca estabelecer a compra de energia elétrica a partir de usinas de biodigestão anaeróbica ou de recuperação energética de resíduos sólidos por meio de contratação antecipada e vinculada ao contrato de concessão. Para tanto, traz como instrumento de organização o uso de consórcios públicos, mas que, igualmente ao que se observou anteriormente, ancora os custos no consumidor de energia elétrica.

Passemos à análise, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura, nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, analisar as matérias que lhe são submetidas.

Sob nossa ótica, não acreditamos haver óbice quanto à constitucionalidade formal ao PL nº 327, de 2021. É competência privativa da União legislar sobre energia e sobre política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores, conforme art. 22, incisos IV e VII da Constituição Federal de 1988. Uma vez que a matéria está de acordo com o disposto no Regimento Interno do Senado Federal, consideramos que atende ao requisito de regimentalidade. Também atende aos requisitos de boa técnica legislativa que preceitua a Lei Complementar nº 95, de 1998.

O PL nº 327, de 2021, também atende aos critérios de inovação do ordenamento jurídico vigente, é compatível e alinhado ao ordenamento legal, bem como observa atributo.

Passemos ao mérito.

O Congresso Nacional, assim como este Colegiado, tem-se dedicado às pautas voltadas para a emergência climática, à transição energética e à economia de baixo carbono.

Aprovamos, recentemente, os marcos legais do hidrogênio verde e de baixo carbono, e do Combustível do Futuro, e estamos nos debruçando sobre o marco legal da geração de energia eólica *offshore*, e do mercado de carbono.

Trata-se de um grande esforço para permitir os investimentos na infraestrutura para transição energética profunda do Brasil, para além dos passos que já demos e concluímos, e que nos tornou uma referência em economia de baixo carbono.

A proposta do Paten visa a auxiliar em um dos entraves da economia verde. Os projetos de energia e de descarbonização em diversos setores industriais são intrinsecamente intensivos em capital, demandando esforço significativo dos agentes para que possam viabilizar seus projetos.

O mecanismo de fundo de aval proposto poderá ser utilizado para redução dos riscos e da incerteza, e, assim, fazer com que mais projetos se tornem viáveis. Portanto, a proposta busca combater os impactos adversos causados pela mudança no clima e contribui para o protagonismo do Brasil no fortalecimento de matriz energética de baixo carbono.

Foram apresentadas 12 emendas, sendo uma delas retirada pelo autor. A despeito de serem notadamente meritórias, fazem-se necessárias algumas considerações.

A proposta de compra compulsória de energia elétrica prevista nas Emendas nºs 1 e 12 pode ser considerada uma intervenção demasiadamente danosa para o outro lado, os consumidores de energia elétrica do mercado regulado atendidos por uma concessionária ou permissionária de distribuição de energia elétrica que implemente essa modalidade de compra de energia.

Atualmente há mecanismo que pode ser utilizado para incentivar a fonte elencada pela emenda. A Lei nº 13.203, de 2015, prevê o valor máximo entre Valor Anual de Referência e o Valor Anual de Referência Específico a ser utilizado na contratação de empreendimentos como o que se busca incentivar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A coluna dorsal do Paten, vale registrar, está na economia verde e de baixo carbono.

Em relação à Emenda nº 2, a previsão de geração de fontes de baixo carbono é suficiente para atender ao anseio que o Parlamentar busca, desde que seja descarbonizada a geração a partir do carvão mineral. O PL originalmente já prevê a utilização do Paten para descarbonização, portanto, suficiente para permitir que ativos hoje poluentes busquem a realização de captura e armazenamento geológico de dióxido de carbono, se tornando fontes limpas. Dessa forma, a emenda, caso acatada, poderia abrir caminho para *greenwashing*, o que se pretende evitar nos projetos sob instrumentos do Paten.

Por força do que estabelece o art. 7º, II, da Lei Complementar 95, de 1998, consideramos que a Emenda nº 3 não pode ser acatada pelo fato de ter sido recentemente deliberada no Plenário do Senado Federal por meio do Projeto de Lei 528, de 2020.

A Emenda nº 4 anseia utilização de recursos para finalidade nobre, mas cujos efeitos não parecem ser efetivos quanto à eficiência energética.

A Emenda nº 5 pode ter impacto fiscal significativo e, dessa forma, careceria de adequação quanto a despesas e receitas.

A Emenda nº 6 pode ter complexidade demasiada para implementação, fator pelo qual mantenho o texto tal qual remetido pelo Plenário da Câmara dos Deputados nesses quesitos.

A Emenda nº 8 e a Emenda nº 10 são meritórias, acatadas na forma de emenda de Relator, para que possa abranger a geração por fonte hidrelétrica entre os projetos prioritários elegíveis ao Paten.

Conforme as Emendas nºs 9 e 11, o setor de transporte também é objeto da pauta verde, e consideramos que projetos de infraestrutura, serviço e sistema de transporte público ou de interesse público que promovam descarbonização e eficiência energética possam ser prioritários. Portanto, elas são acatadas na forma de emenda de Relator.

Adicionalmente, fruto da audiência pública por nós realizada nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura, estamos propondo emenda de Relator para que a geração de energia nuclear seja incluída dentre os projetos de desenvolvimento sustentável. Com relação à geração de energia nuclear, não é preciso muito esforço para se concluir que é uma das alternativas mais eficientes para gerar grandes quantidades de energia sem a emissão de gases de carbono.

Ainda sobre a transição energética, podemos destacar o relevante papel do gás natural na substituição de outras fontes fósseis mais poluentes, com custos competitivos para toda a cadeia. Dada sua capacidade de substituir a baixo custo outras fontes, o gás natural consegue reduzir a pegada de carbono no ciclo de vida dos setores em que ele é utilizado, assim permitindo acelerar a redução da emissão de dióxido de carbono, sobretudo nos processos industriais e no segmento de transporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, o gás natural é apontado como um dos combustíveis da transição energética, no curto e médio prazo, e com efeitos positivos nos elos adjacentes que precisam manter competitividade frente aos pares internacionais.

Como já citamos o marco legal do hidrogênio, podemos aqui reprisá-lo como importante, e, para além, a sinergia que ele apresenta com a indústria do gás natural. O hidrogênio usado atualmente é aquele produzido a partir da reforma a vapor de gás natural ou outros hidrocarbonetos. Com a utilização de sequestro geológico de carbono, prevista no combustível do futuro, teremos um hidrogênio de baixo carbono produzido a partir do gás natural e capaz de auxiliar na descarbonização de indústrias energointensivas e poluidoras.

Além disso, o gás natural constitui insumo básico de diversos processos industriais e o aumento da sua oferta poderá contribuir para o desenvolvimento econômico e social através da instalação de novas indústrias que o utilizam como matéria-prima ou fonte de calor em processos industriais.

Uma das primeiras modificações está na alteração da redação do art. 3º, deixando claro que projetos que tenham como objeto o aumento da oferta de gás natural e da infraestrutura necessária para a comercialização de gás natural serão também considerados projetos de desenvolvimento sustentável.

Estamos também propondo a inclusão do novo capítulo com diversas medidas destinadas a fomentar o mercado de gás natural.

Como agente do setor de energia, e que milito para seu aperfeiçoamento ao longo das últimas décadas, fui procurado por diversos agentes que salientaram a necessidade de medidas legais complementares à Nova Lei do Gás para a obtenção de um mercado interno competitivo e de maior dimensão no segmento do gás natural.

Em consequência, dirigimos correspondência aos agentes públicos e privados solicitando sugestões de medidas que incentivem a expansão dos sistemas de escoamento de gás natural e de outros mecanismos que confiram maior flexibilidade e dinamismo ao mercado de gás natural.

As contribuições recebidas foram bastante úteis. Haverá aumento da produção de gás natural associado ao petróleo em campos marítimos situados na região do pré-sal. Para lograr a otimização do seu aproveitamento, sem a qual não será possível reduzir os elevados níveis de reinjeção de gás natural nesses campos de petróleo, é preciso ação decisiva de Governo.

Em diversos casos, a reinjeção do gás natural se apresenta como a melhor alternativa para país, pela impossibilidade de ser comercializado quando existe nível elevado de contaminante, que torna economicamente inviável a sua movimentação e processamento.

Há casos, contudo, em que a reinjeção do gás natural ocorre pela falta de infraestrutura necessária à sua comercialização ou pela falta de mercado para a sua comercialização, em termos competitivos com outros energéticos concorrentes. Dessa forma, vislumbramos que há uma falha de mercado que não permite o melhor aproveitamento dos recursos naturais nacionais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destacadamente o gás natural conhecido e produzido, porém, reinjetado, por conta da ausência de condições que favoreçam a sua disponibilidade ao mercado brasileiro.

Dentre essas medidas, deve ser exigido que as unidades marítimas empregadas na produção de petróleo tenham capacidade para fazer o escoamento do gás natural, desde que essa solução seja técnica e economicamente viável, a critério da ANP, ainda que também possua equipamentos para fazer a sua reinjeção no reservatório.

Outra questão que precisa ser endereçada para facilitar o aproveitamento do gás natural produzido no país está no desenvolvimento de instalações de estocagem subterrânea de gás natural. O gás natural produzido no Brasil vem geralmente associado ao petróleo, isso impede que o fluxo do gás natural produzido possa ser controlado em função do aumento ou diminuição do seu consumo, o que dificulta a sua comercialização. Esse problema é geralmente resolvido com o emprego de instalação de estocagem subterrânea de gás natural. Contudo, uma das dificuldades de se desenvolverem essas instalações no Brasil está no custo de transportar o gás natural até essas instalações e depois até a unidade consumidora. Por esse motivo, está sendo proposta a criação do regime tarifário especial para o transporte de gás natural em gasoduto que tenha como origem ou destino instalação de estocagem subterrânea de gás natural ou que envolva percurso de curta distância dentro de um mesmo estado.

Para o caso de empreendimentos consumidores localizados dentro do mesmo estado no qual se encontra a fonte supridora do gás natural, está sendo proposto que a remuneração do serviço de transporte passe a guardar maior proporcionalidade com a distância – fator locacional –, reduzindo o peso do total da base regulatória de ativos na determinação da tarifa – o fator postal.

Em sendo a distância inferior a 5km, penso que a remuneração do transporte seja integralmente baseada no fator locacional, expurgando o segundo componente, o fator postal, em sua totalidade. Essa proposta visa a estimular a ligação ao sistema de transporte de empreendimentos que poderiam facilmente não ser conectados pela via de gasodutos dedicados de distribuição. A não conexão ao sistema de transporte de empreendimentos que consomem gás natural deve ser evitada porque reduz a quantidade de usuários do sistema de transporte e aumenta o custo do uso desse sistema pelos usuários que não possuem igual alternativa.

Além disso, empreendimentos não ligados ao sistema de transporte ficam restritos a uma única fonte de suprimento, estando mais sujeitos a risco de falha de fornecimento de gás natural e de oportunidades de contratação de outras fontes que possam ter menor custo, o que também deve ser evitado.

Considero importante que haja atenção aos demais modais de transporte de gás natural que não apenas o gasoduto. Trata-se do modal rodoviário de gás natural na forma comprimida, GNC, ou liquefeita, GNL, com o emprego de carretas adequadas para tanto. Uma das dificuldades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

existentes é a incerteza jurídica sobre a possibilidade de as unidades de compressão ou de liquefação de gás natural serem ligadas por duto próprio a qualquer fonte de suprimento.

Assim, proponho que o titular da unidade de compressão ou liquefação passe a ter o direito de construir gasoduto dedicado para ligar a sua instalação a qualquer fonte de suprimento de gás natural, limitando a uma distância de 5km, ressalvado o poder da ANP de autorizar extensões mais longas.

De forma um tanto semelhante, os produtores de biometano que enfrentam incertezas jurídicas para construir gasodutos próprios destinados a movimentar o biometano até unidades de compressão ou liquefação, bem como a gasodutos de transporte ou de distribuição. Por esse motivo, estamos propondo dar a esses agentes o direito de construir os próprios gasodutos para essa finalidade.

No caso da ligação a gasodutos de transporte ou de distribuição, estamos propondo que esse direito fique condicionado a que o produtor de biometano e a empresa titular do gasoduto de transporte ou de distribuição com o qual se pretenda fazer a conexão cheguem a um acordo, no prazo de 180 dias, sobre as condições comerciais da construção e uso do gasoduto a ser construído.

Ainda como forma de fomentar a comercialização de GNC e GNL, está sendo proposta, de forma temporária, a redução a zero da alíquota dos tributos federais incidentes na importação e fabricação ou aquisição no mercado interno de insumos, bens, partes, peças e produtos intermediários destinados à fabricação de ônibus, caminhões, tratores e escavadeiras movidos a esses combustíveis.

Isso permitirá substituir a importação de diesel consumido por esses veículos por gás natural produzido no Brasil. Trata-se de mais uma demanda importante para estimular o aumento da oferta de gás natural. Segundo algumas projeções, a demanda de gás natural para consumo em veículos pode chegar a 40 milhões de metros cúbicos por dia, com substancial redução do nível de emissão de CO_2 e particulados, comparados com a situação baseada em consumo.

De outro lado, reconhecemos hoje a necessidade de aumentar a concorrência no mercado de gás natural como forma de gerar a formação de preços mais justos. Para tanto, é necessário adotar medidas para combater a excessiva concentração de mercado na comercialização de gás natural.

Importante reconhecer que essa concentração excessiva vem sendo considerada uma prática anticoncorrencial e, consequentemente, uma infração legal em diversos outros países cuja legislação protege a livre concorrência. Exatamente por essa razão, a Comunidade Europeia determinou, de forma compulsória, a redução de quantidades contratadas ou do prazo contratual em contratos firmados por empresas com posição dominante no mercado de gás natural europeu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas medidas não atentam contra o ato jurídico perfeito, o que não seria permitido pela Constituição Federal pelo simples motivo de que contratos celebrados nesse contexto não podem ser considerados válidos.

Na realidade, essas medidas corrigem infrações à legislação que protege a livre concorrência.

Inclusive, essa possibilidade já está contemplada tanto no art. 33 da Lei nº 14.134, de 2021, quanto na Resolução CNPE nº 3, de 2022, tendo também sido objeto do Termo de Compromisso de Cessação firmado pela Petrobras com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica com relação à compra de gás natural de outros produtores.

Com essa finalidade, estamos propondo restrições para compra de gás natural por empresa com posição dominante no mercado bem como procedimento de venda compulsória de gás natural por empresa que, ao final de cada ano, atinja uma contratação de fornecimento, em base firme, de quantidades de gás natural que representem mais de 50% do mercado doméstico.

Está terminando, Sr. Presidente.

Aqui, é para transformar o Brasil para melhor.

Outro problema que se observa atualmente no mercado de gás natural está no excesso de atribuições da ANP. Existe uma evidente dificuldade da ANP de criar toda a nova regulação que se faz necessária para implementar as reformas legais do setor, além das novas atribuições que estão sendo criadas.

Assim, como modo de acelerar a implantação dessas medidas, está sendo proposta a criação do Comitê de Monitoramento do Setor de Gás Natural, com o poder de criar regulações transitórias enquanto a ANP conduz o processo para a criação de regulações definitivas.

Como a elaboração de novas regulações exige a realização de estudos técnicos por consultorias especializadas, o que frequentemente envolve custos muito elevados, também está sendo proposto que os recursos devidos por empresas produtoras de petróleo e gás natural por força da cláusula de PD&I dos contratos de concessão possam ser empregados na contratação dos referidos estudos.

Igualmente relevante fazer ajustes na Lei nº 13.586, de 2017, que trata do regime tributário da indústria do petróleo, e na Lei nº 12.351, de 2010, que instituiu o regime de partilha da produção de petróleo e gás natural.

Proponho que ela esteja condizente com a realidade da indústria que ela busca incentivar, uma vez que, por interpretação do Poder Executivo, alguns bens utilizados no desenvolvimento da produção de campos de hidrocarbonetos não estavam sendo considerados elegíveis ao referido regime fiscal.

Refiro-me especificamente aos bens empregados nas atividades de escoamento, processamento, liquefação e regaseificação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à Lei da Partilha, estamos propondo aperfeiçoamento para que o custo em óleo passe a abranger gastos na construção ou no arrendamento de instalações de escoamento e processamento de gás natural.

Consideramos essas alterações essenciais para adequar os normativos vigentes ao arcabouço do setor energético, na completude dos recursos naturais, ou seja, para que considere as especificidades da oferta ao mercado do gás natural produzido no País.

Por sua vez, a amônia constitui matéria-prima produzida a partir do hidrogênio, e potencial combustível ou insumo para descarbonização de setores importantes, ou seja, um dos elegíveis para substituição de combustíveis fósseis. Além disso, a amônia constitui a melhor forma de transportar o próprio hidrogênio pela sua segurança e facilidade, sendo depois novamente transformada em hidrogênio, através de um processo de craqueamento.

Finalmente, a ureia também tem um papel relevante na transição energética, frequentemente esquecido. A ureia é matéria-prima para a produção de Arla 32, usado para reduzir as emissões de óxidos de nitrogênio (NOx) nos motores a diesel equipados com a tecnologia SCR, a qual converte os gases poluentes, que sairiam pelo escapamento, em nitrogênio e vapor de água. O Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores, cuja fase P8 entrou em vigor no início de 2023, estabeleceu limites de emissões mais rígidos para veículos movidos a diesel no Brasil e implementou a necessidade do uso do sistema SCR, o qual só funciona com o uso do Arla 32.

Passemos ao voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 327, de 2021. No mérito, votamos pela aprovação do PL n° 327, com as emendas que apresento; pela aprovação das Emendas nºs 8 e 10; pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 9 e 11, na forma da Emenda do Relator; e pela rejeição das demais emendas que constam do nosso relatório.

É o relatório, Sr. Presidente.

Agradeço a sua paciência e a de todos os meus colegas, mas fiz questão de construir um relatório contando detalhadamente a importância deste momento especial da transição energética que o nosso Brasil atravessa e, principalmente, reconhecendo o gás natural como o combustível que vai fazer essa transição de uma forma segura, para levar o Brasil, de fato, ao local que ele merece, nesse mundo novo que passaremos a viver no futuro.

É o relatório, Sr. Presidente.

Com os meus cumprimentos e os meus agradecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado.

Senador Otto, o senhor podia anunciar o resultado para mim da votação anterior?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Com a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Posso anunciar daqui?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pode.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Presidente não precisa estar na... Pode estar em qualquer lugar e ser Presidente.

Se o Presidente me permite, eu vou anunciar.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Foram dados 15 votos SIM e nenhum voto NÃO.

Portanto, está aprovado o projeto de autoria do Senador Paulo Paim de nº 3.875/94, que dá condições de atendimento às vítimas da tragédia do Rio Grande do Sul.

Então está aprovado, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito, Senador Otto Alencar.

Projeto aprovado de maneira terminativa e seguirá os trâmites normais para a Câmara dos Deputados.

Voltando ao Paten, todos os senhores acabaram de ouvir o relatório lido pelo ilustre Senador Laércio Oliveira. Neste momento, eu passo a palavra para o Senador Esperidião Amin, que está inscrito para discutir, e o Senador Marco Rogério também está inscrito em sequência. Então...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Por videoconferência.*) – É só para pedir vista, Sr. Presidente. Na verdade, eu vou antecipar o pedido de vista, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – E o Senador Otto Alencar... (*Pausa.*)

Então, já que pediu preferência, com a concordância do Amin, a palavra, ao Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, eu peço até desculpas ao Senador Amin e aos demais que se propuseram a discutir esta matéria, mas eu, considerando a profundidade do tema, a importância do tema e o respeito que eu tenho também pelo Relator – acompanhei o relatório dele aqui, foram feitos ajustes no relatório de que nós tomamos conhecimento no dia de hoje –, estou antecipando um pedido de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vista desta matéria para que a gente possa ter uma leitura mais cuidadosa em determinados pontos desta matéria e para que possamos votá-la numa sessão presencial com a discussão ampla do conjunto dos Senadores. Eu peço vênia aos demais colegas, mas, em razão de algumas preocupações que temos com o texto, estou pedindo vista da matéria, Sr. Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente, que seja vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito, perfeito. Vista coletiva.

Senador Esperidião Amin, com a palavra para discutir.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Independentemente do pedido do nosso Senador Marcos Rogério, que eu subscrevo também, eu quero recorrer formalmente... Primeiro, aplaudo o Senador Laércio, que fez um trabalho de fôlego, amplo. É realmente um grande relatório pela dimensão, pela profundidade, pelo estudo que dedicou ao assunto, mas eu já quero apresentar previamente ao próprio Relator, o nosso querido amigo Senador Laércio, nova defesa da emenda que propus e vou resumir isso em três pontos.

Primeiro, Santa Catarina e a região carbonífera, ou seja, a região que produz carvão, se anteciparam a essa preocupação, e aprovamos, em 2022, no dia 5 de janeiro de 2022, um programa de transição energética justa na região carbonífera, que reconhecidamente tem grandes problemas sociais e enseja grandes preocupações ambientais. Então, nós não dormimos no ponto. Não dar à região carbonífera explicitamente neste projeto a dimensão que nós pretendemos é excluí-la e contrariar a Lei 14.299, de 5 de janeiro de 2022.

E, quanto às outras preocupações exaradas na razão da não aceitação da nossa emenda, respeitosa e amigavelmente, quero dizer ao Senador Laércio que o Consultor que lhe sugeriu utilizar a ameaça do *greenwashing* sobre a nossa proposição cometeu um equívoco: imputar ao desejo, ao nosso propósito que defenderemos de citar a região carbonífera como digna, merecedora de prosseguir o desafio de redução de carbono, imputando uma malandragem – porque greenwashing é uma malandragem, não tem outra expressão; é a prática de vender como sustentável algo que não preenche os requisitos. Ora, se não preenche os próprios requisitos da lei, porque a lei estabelece, inclusive no art. 3º, que foi modificado, que somente projetos de desenvolvimento sustentável... E o §2º ainda diz mais especificamente quais são os critérios que podem merecer a condição de preenchimento de projeto de transição energética limpa, visando energia limpa, descarbonizada. Então, é uma argumentação incoerente.

Por esta razão, eu estou recorrendo – vou reapresentar esta fundamentação para a nossa emenda –, mas me associo ao Senador Marcos Rogério e peço vista também.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senadora Rosana Martinelli, com a palavra.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente, meu voto realmente é pela vista, mas eu quero defender a nossa emenda, porque é a minha última semana e eu preciso fazer essa defesa da emenda que foi rejeitada pelo Relator. E eu acho de suma importância fazer essa defesa, Presidente, porque a inserção da presente emenda ao texto aprovado pela Câmara dos Deputados terá o cunho de viabilizar o projeto de recuperação e a valorização energética de resíduos, Presidente, trazendo para o Brasil vantagens econômicas, energéticas, ambientais, inclusive de saúde pública, saneamento básico, empregabilidade e bem-estar social.

Atualmente o Brasil descarta a maior parte dos resíduos sólidos produzidos em aterros ou lixões, sendo que a disposição inadequada provoca o risco de contaminação dos recursos hídricos pelo chorume ou lixiviado, gerando, como consequência, a redução da água potável disponível no planeta, bem como ocasionando danos à saúde humana, com gastos anuais de R$5,5 bilhões na saúde pública e cerca de 20 mil mortes. E essa situação é evitável, tendo em vista a possibilidade de utilização de processos tecnológicos disponíveis em união com o meio ambiente.

Com o devido respeito ao Senador Laércio Oliveira, Relator do Paten, gostaria de pontuar que existem dois equívocos em seu relatório, que rejeitou a Emenda 12, de minha autoria.

A referida emenda tem como propósito o cumprimento das metas do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, aprovado por decreto federal em 2022. Não há na proposta preço ou quantidade obrigatória de aquisição de energia, mas apenas a obrigação de cumprimento do plano nacional, sem qualquer impacto ao consumidor.

Além disso, atualmente o setor elétrico aciona termoelétricas mais caras do que as que são movidas a resíduos sólidos urbanos, o que, em um primeiro momento, traria inclusive redução da tarifa de energia elétrica.

Além disso, o modelo de contratação por VRES depende de necessidade de energia das distribuidoras, o que não haverá mais em razão da geração distribuída e da abertura do mercado livre. É justamente por isso que se propõe a emenda, já que as usinas de recuperação energética podem trazer capacidade e estabilidade ao sistema elétrico, medida necessária para estabilizar a carga em razão das fontes renováveis intermitentes, como a solar e a eólica.

Com isso, peço que seja revisto o relatório e aprovada a Emenda 12, pois, caso contrário, o Brasil irá gastar R$220 bilhões nos próximos anos na saúde pública e no meio ambiente.

E, Presidente, recentemente, 15 dias atrás, eu fui pelo Senado a uma missão oficial em que viajamos a Palm Beach e visitamos uma usina, a West Energy, que, além de reduzir o lixo, limpa o meio ambiente e ainda gera energia. É um projeto espetacular, uma usina que nós temos que incentivar aqui no Brasil, porque dessa maneira nós vamos produzir energia e ajudar o meio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ambiente, inclusive no que se refere ao metano, que é o que mais prejudica a camada de ozônio. Então, eu reitero meu pedido para que seja acatada a nossa Emenda 12.

E eu faço o mesmo pedido do Senador Marcos Rogério, de vista, para que seja mais bem avaliado esse projeto tão importante que nós temos que avaliar e discutir para o bem do Brasil.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora Rosana, pela sua apresentação e defesa da sua emenda, muito bem justificada.

Muito bem. Feitas essas discussões, nós não vamos paralisar as discussões nesta sessão. Como foi pedida vista coletiva, Senador Laércio, seria na próxima semana, mas no dia 5 o Presidente Pacheco paralisou todas as atividades do Senado, inclusive das Comissões, tendo em vista o encontro do G20, que ocupará todas as salas do Senado. Então, esse pedido de vista será atendido no dia 12, porque no dia 5 tem esse impedimento, a não ser que o Presidente Pacheco abra a oportunidade de nós usarmos este ambiente aqui para dar continuidade ao seu projeto.

Assim sendo, eu devolvo a palavra a V. Exa. até para responder alguns dos questionamentos para a gente poder encerrar esta sessão de hoje.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Obrigado, Presidente, Senador Confúcio.

Eu quero cumprimentar todos os colegas que participaram, que tiveram participação nessa discussão do projeto. É extremamente natural e faz parte do cotidiano da nossa rotina o contraditório, as opiniões, o pedido de revisão das emendas apresentadas. Portanto, agradeço as participações do Senador Marcos Rogério, do Senador Esperidião Amin, da Senadora Rosana. Entendo os pontos levantados por eles, na sua essência, dentro do contexto que eles apresentaram, coloco-me à disposição para, se convencido for, fazer um voto complementar ao voto que já foi lido.

Então, assim, todos os argumentos são válidos e o diálogo sempre estará de portas abertas para a gente avançar. O que se precisa sintonizar é qual é o propósito do Projeto 327, qual é o propósito do Paten, qual é a finalidade dele, a que ele se propôs, porque, às vezes – talvez não seja o caso –, a gente está discutindo uma ideia de uma emenda que foi apresentada, mas que é um assunto totalmente fora do contexto do projeto que está sendo proposto naquele momento. Então, o diálogo precisa caminhar dentro desse assunto para a gente entender.

Então, Presidente, eu agradeço muito a sua compreensão, coloco-me à disposição não só dos três colegas que participaram, mas de todos que fazem parte desta Comissão. Quando eu cheguei, o Senador Otto conversou comigo também sobre o assunto e disse que havia algo que precisava ser esclarecido. Eu disse: "Estou à sua disposição para a gente avançar".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se não puder ser na próxima terça-feira – o Presidente vai definir sobre esse assunto –, e na próxima semana? Porque o senhor falou dia 5. O dia 5 não é na semana que vem, é na outra ainda. E na semana que vem, na terça-feira próxima, dia 29?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Inclusive, o Senador Marco Rogério pede no seu requerimento para o dia 12.

Nós não colocamos o requerimento em votação, deixamos em aberto. Fica assim para análise nossa aqui da Mesa a possibilidade de ser feita na próxima sessão, caso não haja discordância, ou, então, no dia 12 – o dia 5 é devido ao problema que eu já expliquei aqui para todos.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – A senhora gostaria de usar a palavra, Senadora?

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. *Fora do microfone*.) – Eu vou acompanhar esse...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Está bem, está bem.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Então, ou dia 29 ou dia 12.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeitamente.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Combinado.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Bem, a discussão não está paralisada, está suspensa para continuar na próxima reunião ordinária desta Comissão.

E não havendo mais nada a ser discutido nesta reunião, eu declaro encerrada a nossa sessão.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 09 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 26 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e dez minutos do dia doze de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Confúcio Moura e Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Alan Rick, Fernando Farias, Marcelo Castro, Zequinha Marinho, Alessandro Vieira, Lucas Barreto, Augusta Brito, Teresa Leitão, Beto Faro, Chico Rodrigues, Margareth Buzetti, Jorge Kajuru, Wilder Morais, Jaime Bagattoli, Castellar Neto, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda do Senador Izalci Lucas, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Weverton, Marcos Rogério, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Wellington Fagundes, Eduardo Gomes, Luis Carlos Heinze e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3545, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a federalização da rodovia RR-171 no trecho compreendido entre o início da rodovia BR-433 e o Parque Nacional do Monte Roraima no Km 99,0." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4238, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a convocação de audiências públicas promovidas pelas distribuidoras de energia elétrica e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 2, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, nos termos do art. 57, § 5º, da Lei 12.815, de 2013, o Relatório Anual da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jaime Bagattoli (*Ad hoc*), substituiu Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pelo pedido de providências. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Aviso n° 1, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Encaminha cópia do Acórdão nº 2190/2019 - TCU, que trata de auditoria operacional para avaliar as concessões no âmbito do Programa de Concessões Rodoviárias Federais - Procrofe (TC 012.624/2017-9)." **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 6211, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 12.304, de 2 de agosto de 2010, que autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) e dá outras providências, para aperfeiçoar os mecanismos de gestão econômica e financeira dessa empresa." **Autoria:** Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 5386, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para incluir diretriz de política urbana relativa à construção, instalação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sinalização, higienização e conservação de equipamentos de uso coletivo." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Relatoria:** Senador Jaime Bagattoli (*Ad hoc*), substituiu Senador Cleitinho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Projeto de Lei nº 6213, de 2023 - Terminativo -** que: "Denomina Ponte Nicanor Azambuja, João Dóglia e Diogo Madruga a ponte sobre o Rio Camaquã, na rodovia BR-153, na divisa dos Municípios de Bagé e Caçapava do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Lucas Barreto (*Ad hoc*), substituiu Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado com emenda. **ITEM 8 - Projeto de Lei nº 1738, de 2024 - Terminativo -** que: "Denomina Rodovia Pedro Gurgacz o trecho da rodovia BR-163 entre o Município de Cascavel, no entroncamento com a rodovia BR-277, e o Município de Capitão Leônidas Marques, no Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Seif. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei nº 3177, de 2024 - Terminativo -** que: "Denomina "Contorno Viário Luiz Henrique da Silveira" o Contorno da BR-101/SC, localizado entre os municípios de Biguaçu, São José e Palhoça, na Região Metropolitana de Florianópolis." **Autoria:** Senador Fernando Farias (MDB/AL). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Projeto de Lei nº 600, de 2024 - Terminativo -** que: "Denomina "Rodovia Pedro Inacio Wiegert" o trecho da rodovia BR-163 compreendido entre o município de Guarantã do Norte e a divisa do estado do Mato Grosso com o estado do Pará." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator, para reexame. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 98, de 2024** que: "Requer que, na audiência pública objeto do REQ 91/2024, seja incluído o CEO da Appian Capital Brazil, Paulo Roberto Castellari." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 99, de 2024** que: "Requer que sejam convidadas a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre estudos e reuniões realizadas para criação de Unidade de Conservação (UC) marinha na margem equatorial, constante da 2ª atualização de áreas e ações prioritárias para conservação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Magda Chambriard, Presidente da Petrobras; Marcos Sampaio Olsen, Almirante de Esquadra e Comandante da Marinha; e Taisa Mara Morais Mendonça, Secretária de Meio Ambiente do Estado do Amapá." **Autoria:** Senador Lucas Barreto (PSD/AP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 100, de 2024** que: "Requer a inclusão, na audiência pública objeto do REQ 65/2024 - CI, de representante do CentroRochas e da Frente Parlamentar da Mineração (FPMin)." **Autoria:** Senador Laércio Oliveira (PP/SE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 101, de 2024** que: "Requer que, na audiência pública objeto do REQ 65/2024 - CI, seja retirado da lista de participantes o seguinte convidado: representante do SinRochas/MG." **Autoria:** Senador Laércio Oliveira (PP/SE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 102, de 2024** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Ministro dos Transportes, Renan Filho, informações sobre a suspensão do processo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

licitatório para a construção da ponte internacional que ligaria a cidade Guajará-Mirim (RO) à cidade boliviana de Guayaramerin." **Autoria:** Comissão de Serviços de Infraestrutura. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 106, de 2024** que: "Requer que, na audiência pública objeto do REQ 91/2024, seja incluída a advogada Letícia Botelho, especialista na área de mineração." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Jaime Bagattoli, Lucas Barreto, Otto Alencar, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Esperidião Amin, Jorge Seif, Confúcio Moura e Fernando Farias. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da presente reunião e das três reuniões anteriores, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e oito minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/12

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 12 de novembro de 2024.

Informo que foi apresentado à Comissão o seguinte documento:

- Aviso nº 834/2024, do Tribunal de Contas da União, que trata de auditoria operacional que teve por objetivo avaliar o processo de planejamento da expansão do sistema de transmissão de energia nacional.

O documento, nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019, estará disponível para consulta na página da Comissão pelo prazo de 15 dias. Comunico ainda o arquivamento dos expedientes que tiveram prazo de manifestação encerrado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão. (*Pausa.*)

Vou passar para os requerimentos, porque não tem nenhum Senador presente para fazer as leituras.

Vamos, então, aos requerimentos de que eu vou fazer a leitura, e ao final a gente vota.

ITEM 11
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 98, DE 2024
- Não terminativo -

Requer que, na audiência pública objeto do REQ 91/2024, seja incluído o CEO da Appian Capital Brazil, Paulo Roberto Castellari.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

Será uma votação simbólica, vamos aguardar a chegada dos Senadores.

ITEM 12
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 99, DE 2024
- Não terminativo -

Requer que sejam convidadas a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre estudos e reuniões realizadas para criação de Unidade de Conservação (UC) marinha na margem equatorial, constante da 2ª atualização de áreas e ações prioritárias para conservação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Magda Chambriard, Presidente da Petrobras; Marcos Sampaio Olsen, Almirante de Esquadra e Comandante da Marinha; e Taisa Mara Morais Mendonça, Secretária de Meio Ambiente do Estado do Amapá.

Autoria: Senador Lucas Barreto (PSD/AP)

É requerimento da Comissão para enriquecimento dessa pauta.

Nós temos observado que os autores de requerimento de audiência pública que no dia não estiverem presentes no plenário, nós suspenderemos infelizmente a audiência pública. O que tem acontecido é o Senador requerer e não aparecer ou às vezes não querer participar. Aí não se justifica o requerimento se o próprio autor não deseja inquirir os convidados presentes.

Então, nós ficaremos bem atentos a isso, porque o deslocamento de uma pessoa que vem do Amapá para cá ou de outros estados tem custos de hotéis, e viagem, e tudo mais, e, quando ele chega aqui, o Senador autor não comparece, isso é desrespeitoso. Mas, infelizmente, nós vamos suspender a audiência pública, porque a gente fica sem argumento para tudo.

ITEM 13
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 100, DE 2024
- Não terminativo -

Requer a inclusão, na audiência pública objeto do REQ 65/2024 - CI, de representante do CentroRochas e da Frente Parlamentar da Mineração (FPMin).

Autoria: Senador Laércio Oliveira (PP/SE)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É inclusão, na audiência pública, de representante, mas não citou os nomes. É importante que ele nomine as pessoas para comparecer a essa...

Eu também vou verificar a quantidade de convidados, porque audiência pública com mais de oito fica muito difícil e demorada demais, não tem grande proveito.

ITEM 14
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 101, DE 2024
- Não terminativo -

Requer que, na audiência pública objeto do REQ 65/2024 - CI, seja retirado da lista de participantes o seguinte convidado: representante do SinRochas/MG.

Autoria: Senador Laércio Oliveira (PP/SE)

Ele requereu a retirada do SinRochas aqui, agora. Então, já retira. Tudo bem.

Então é só riscar e está pronto.

ITEM 15
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 102, DE 2024
- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Ministro dos Transportes, Renan Filho, informações sobre a suspensão do processo licitatório para a construção da ponte internacional que ligaria a cidade Guajará-Mirim (RO) à cidade boliviana de Guayaramerin.

Autoria: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)

Ele requer que sejam prestadas, pelo Ministro dos Transportes...

É um requerimento, não é?

Ele fez o requerimento? Nós fazemos? (*Pausa.*)

Ah, tá. Combinado.

Tudo bem. A gente vai dar andamento.

ITEM 16
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 106, DE 2024
- Não terminativo -

Requer que, na audiência pública objeto do REQ 91/2024, seja incluída a advogada Letícia Botelho, especialista na área de mineração.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Vamos separar agora os itens não terminativos, para começamos com eles? Quais são eles aqui? (*Pausa.*)

O Senador chegou na hora certa.

Estou precisando para fazer leitura.

Sente-se ali, por favor.

O item 1 da pauta é do Senador Chico Rodrigues. Ele pediu para não nomear ninguém, *ad hoc*. Ele está um pouquinho atrasado, mas chegará.

Opa, está bem Lucas?

Bem-vindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acabei de ler seu requerimento aqui.

O do Senador Chico, eu vou aguardar a chegada dele. Vou deixar aqui separadinho.

O item 2 da pauta é de autoria da própria Câmara dos Deputados e o Relator é o Senador Veneziano, que está viajando. Acho que ele está para o Azerbaijão. Está muito longe.

Então, como ele não autorizou nada, a gente vai adiar, não é?

Vamos adiar a discussão desse item 2 da pauta.

Separe para mim. Fica para depois, para a próxima reunião.

O item 3 da pauta é não terminativo e de autoria da Presidência da República.

E o Relator é o Senador Rogério Carvalho.

Ele falou alguma coisa? (*Pausa.*)

Então vou pedir ao Senador Bagattoli, por gentileza, para fazer a leitura *ad hoc* desse projeto.

ITEM 3
MENSAGEM (SF) N° 2, DE 2020
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 57, § 5º, da Lei 12.815, de 2013, o Relatório Anual da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Jaime Bagattoli
Relatório: Pelo pedido de providências
Observações:
1. Votação simbólica.

Então, peço ao Senador Jaime para fazer a leitura desse item, cujo Relator seria o Rogério Carvalho.

V. Exa. pode trabalhar.

Obrigado.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Nos termos do art. 104 do Regimento Interno, compete a esta Comissão a análise da presente matéria.

Deve-se salientar que aqui não se trata da análise de relatório das atividades da Antaq, mas sim de conferir se foram cumpridos os requisitos exigidos no §5º do art. 57 da Lei dos Portos, e deles tomar conhecimento.

De início, informamos que o prazo legal para envio do relatório não foi obedecido. A mensagem ao Congresso Nacional é datada de 26 de dezembro de 2019, quando o prazo limite estabelecido para seu encaminhamento seria até o último dia útil do mês de março de cada ano. Ou seja, o relatório foi enviado com quase nove meses de atraso.

Passamos a analisar o cumprimento das cinco exigências mínimas contidas no comando legal.

> I - relação dos contratos de arrendamento e concessão em vigor até 31 de dezembro do ano anterior, por porto organizado, indicando data dos contratos, empresa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> detentora, objeto detalhado, área, prazo de vigência e situação de adimplemento com relação às cláusulas contratuais;

A Tabela do Anexo I lista 148 contratos de arrendamento fornecidos em formato analógico, cuja formatação do material encaminhado não permite a leitura completa de seu conteúdo. À guisa de exemplo, os dados referentes ao objeto e à situação de adimplemento contratual, para boa parte dos contratos listados, são apresentados em células de forma truncada, não sendo, portanto, possível interpretá-los na integralidade.

> II - relação das instalações portuárias exploradas mediante autorizações em vigor até 31 de dezembro do ano anterior, segundo a localização, se dentro ou fora do porto organizado, indicando data da autorização, empresa detentora, objeto detalhado, área, prazo de vigência e situação de adimplemento com relação às cláusulas dos termos de adesão e autorização;

No Anexo II são listados os Terminais de Uso Privado, Estações de Transbordo de Carga e Instalações Portuárias de Turismo.

A despeito de as informações terem sido apresentadas de maneira clara, não explicitaram a área do arrendamento para 18 dos 216 terminais listados.

Quanto à situação de adimplência, 12 entre os contratos listados são considerados inadimplentes, i.e., cerca de 5,5% dos contratos.

> III - relação dos contratos licitados no ano anterior com base no disposto no art. 56 desta Lei, por porto organizado, indicando data do contrato, modalidade da licitação, empresa detentora, objeto, área, prazo de vigência e valor dos investimentos realizados e previstos nos contratos de concessão ou arrendamento;

No Anexo II são listados os Terminais de Uso Privado, Estações de Transbordo de Carga e Instalações Portuárias de Turismo.

A despeito de as informações terem sido apresentadas de maneira clara, não explicitaram a área do arrendamento para 18 dos 216 terminais... Já tinha lido isso aqui.

Quanto à situação...

> III - relação dos contratos licitados no ano anterior...

Já foi. É porque está pulando.

Embora a redação vigente da Lei nº 12.815, de 2013, tenha mantido o inciso III do §5º do art. 57, observa-se que o art. 56, que tratava da renovação de contratos de arrendamento celebrados anteriormente à Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, foi vetado. Assim, o objeto específico sob o qual se deveria informar não está mais previsto no texto legal. Esse contexto justifica a ausência de informações referentes ao inciso III no material encaminhado.

> IV - relação dos termos de autorização e os contratos de adesão adaptados no ano anterior, com base no disposto nos arts. 58 e 59 desta Lei, indicando data do contrato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> de autorização, empresa detentora, objeto, área, prazo de vigência e valor dos investimentos realizados e previstos nos termos de adesão e autorização;

Embora sem título indicativo, a terceira tabela incluída na mensagem apresenta parcialmente os dados solicitados pelo inciso IV, referentes à adaptação dos contratos em vigor celebrados antes da vigência da Lei dos Portos.

Contudo, apesar de apresentar algumas informações compatíveis com as solicitadas e de apontar dois contratos como adaptados, o documento não é claro quanto à data do contrato e o prazo de vigência, e não discrimina o valor dos investimentos previstos conforme solicitado.

> V - relação das instalações portuárias operadas no ano anterior com base no previsto no art. 7º desta Lei, indicando empresa concessionária, empresa que utiliza efetivamente a instalação portuária, motivo e justificativa da utilização por interessado não detentor do arrendamento ou concessão e prazo de utilização.

O art. 7º da Lei dos Portos trata da utilização, em caráter excepcional, por qualquer interessado, de instalações portuárias arrendadas ou exploradas pela concessionária, mediante remuneração adequada ao titular do contrato. Não há referência alguma a essas informações no documento encaminhado.

Conforme se depreende, o material encaminhado pela Antaq ao Senado Federal não apresenta características de um relatório. Tampouco contém informações que permitam alguma análise. Ademais, foi entregue com quase nove meses de atraso em relação ao prazo legal estipulado.

O relatório encaminhado não atendeu às formalidades da Lei nº 12.815, de 2013. Contudo, uma vez que a Lei dos Portos determina o encaminhamento anual dessas informações a esta Casa, seria desnecessário requerer a atualização do conteúdo do relatório, motivo por que sugerimos que esta Comissão tome conhecimento do teor da Mensagem nº 102, de 2018, proceda ao seu posterior arquivamento e dê ciência mediante ofício à Antaq, para que nas edições posteriores forneça os dados solicitados de forma completa e inteligível, e em formato digital, para que estejam disponíveis de forma plena à sociedade em geral de forma transparente através tanto da página do Senado quanto da própria agência reguladora.

Voto.

Ante o exposto, voto para que esta Comissão tome conhecimento do teor da Mensagem nº 102, de 2018, encaminhe ofício à Antaq solicitando adequações ao relatório nas edições posteriores e proceda ao seu posterior arquivamento.

Lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Vamos fazer o seguinte: tem vários não terminativos; vamos fazer a leitura e a discussão e votar em bloco ao final.

Então, está em discussão o projeto de lei de autoria do Governo, apresentado e relatado aqui *ad hoc* pelo ilustre Senador Jaime Bagattoli. Está em discussão.

Senador Lucas Barreto, com a palavra. Não?

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, depois da discussão, queria só fazer uma questão de ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Está bom. Perfeito.

Não havendo quem queira discutir, então, já vamos deixar esse projeto para o final, para a gente votar em bloco.

O item 4 da pauta também é relatado pelo Senador Veneziano. Ele não nos comunicou que permitiria a substituição *ad hoc e* está viajando. Então, junto com aquele outro, vou deixar para a próxima reunião.

Do item 5 da pauta também vamos fazer a leitura.

Esse projeto de lei é terminativo? (*Pausa.*)

Esse aqui é um projeto terminativo que já foi lido... Já foi discutido também? (*Pausa.*)

Já foi aprovado. É só para fazer a leitura. É o turno suplementar.

ITEM 5
PROJETO DE LEI N° 6211, DE 2019
- Terminativo -

Altera a Lei n° 12.304, de 2 de agosto de 2010, que autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) e dá outras providências, para aperfeiçoar os mecanismos de gestão econômica e financeira dessa empresa.

Autoria: Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao Projeto, pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao Projeto, nos termos da emenda nº 1-CAE (substitutivo), e pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com parecer favorável ao Projeto, nos termos da emenda nº 2-CI (substitutivo).

2. Em 08/10/2024, foi aprovado o substitutivo (emenda nº 2-CI) oferecido ao PL 6211/2019, ora submetido a turno suplementar nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

3. Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. Não sendo oferecidas emendas, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

4. Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

A matéria está em discussão, Srs. Senadores e Senadoras. É um projeto de autoria do Senador Arolde de Oliveira, sobre a criação de um fundo especial, conforme eu fiz a leitura. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Foi lido o relatório e não foi discutido?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – É. Faltava só essa discussão. Ele já foi votado, inclusive – ele já foi votado aqui. É só o turno suplementar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É a votação em segundo turno, turno suplementar?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Não é segundo turno, ele já foi votado. Aqui é somente para... (*Pausa.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Cabe...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Então, caberiam emendas. Até o final desse expediente, cabe emenda ainda.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Fora isso, ele é considerado aprovado.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Primeiro, eu queria aproveitar e fazer uma referência à memória de um grande Senador da República, do meu partido, do PSD, Senador Arolde de Oliveira, que lamentavelmente perdeu a sua vida no período da covid.

Aliás, Sr. Presidente, o Colegiado em que nós tivemos a maior letalidade foi o Senado Federal. Letalidade é exatamente as pessoas que morrem por uma doença só, é diferente de mortalidade. O Senado Federal teve a maior letalidade, maior até do que a capital do Estado do Amazonas, Manaus. Nós perdemos três Senadores: Arolde de Oliveira, José Maranhão e o Major Olimpio, que era talvez o homem, dos Senadores, mais forte do Senado Federal. Era meu vizinho; eu saía andando de manhã devagarzinho, e ele passava correndo próximo a mim, a uma diferença de 100m em um segundo. Forte, não teve a oportunidade de receber a vacina como eu tive, e tive a doença e me salvei. Nós perdemos três Senadores no Senado Federal, todos grandes amigos. Com o Major Olimpio, então, eu tinha uma relação muito próxima, tanto com José Maranhão como com o Arolde de Oliveira. Portanto, eu vi aqui e até me emocionei com a iniciativa dele apresentando esse projeto que hoje está em discussão.

Eu pergunto a V. Exa. se há oportunidade de vista para que eu possa ler esse projeto e me manifestar depois. V. Exa. decidirá de acordo com o que está pré-estatuído no nosso Regimento do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Aqui há os universitários, não é? E eles falaram que não têm mais esse espaço permitido pelo Regimento, não é? Daqui, não tendo emendas...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Por isso que eu falei do Regimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Não tendo emendas, o projeto é considerado aprovado, em homenagem... Muito justas as suas palavras ao nosso querido Arolde, que foi colega meu quando foi Deputado, na década de 90.

Maravilhoso. Então, esse projeto está decidido.

O item 6 da pauta...

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Sr. Presidente, antes a questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não, fique à vontade, Senador Lucas Barreto.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Pela ordem.) – Quero também fazer essa homenagem ao... Eu falava que era o meu melhor amigo do Senado, que era o Senador Arolde de Oliveira, que era do nosso partido, uma pessoa muito humana e que hoje a gente homenageia também, lembra. As pessoas só morrem quando são esquecidas, e está aí o Senador Arolde sendo lembrado.

Sr. Presidente, é só para pedir a V. Exa. para pedir à Secretaria da CI que faça constar, no nosso requerimento onde nós convidamos, para prestar informações sobre os estudos e reuniões realizados para a criação da unidade de conservação marinha, na Margem Equatorial, constante da segunda atualização das áreas e ações prioritárias para a conservação, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, as pessoas que foram convidadas: a Ministra Marina Silva; a Sra. Magda, Presidente da Petrobras; o Sr. Marcos Sampaio Olsen, Almirante de Esquadra e Comandante da Marinha. Então, aí que eu queria pedir que se incluísse: "ou indicado por ele", porque ele ligou agora há pouco e disse que tem a pessoa da Marinha que sabe tudo sobre isso, que vai poder nos auxiliar muito bem aqui. Peço para só mudar isso, para que possa ser também um indicado por ele, acrescentando: "ou indicado por ele", tá?

E acrescentando a Sra. Taísa Mara Morais Mendonça, que é nossa Secretária de Meio Ambiente do Estado do Amapá, que também virá a esta Comissão explicar o que ela estava fazendo nesta reunião que quer criar uma área monstruosa de 350 mil quilômetros quadrados, que vai da costa do Amapá, ali no limite com a Guiana Francesa, até o Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Obrigado, Senador. Já foi alterado aqui, conforme a sua solicitação.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Eu vou fazer os itens terminativos.

ITEM 6
PROJETO DE LEI Nº 5386, DE 2023
- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para incluir diretriz de política urbana relativa à construção, instalação, sinalização, higienização e conservação de equipamentos de uso coletivo.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Jaime Bagattoli
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1. O projeto tem parecer da CDH, favorável à matéria.
2. Votação nominal.

O item 6 da pauta é de autoria da Senadora Damares Alves e de relatoria de Cleitinho, e ele pede para o Senador Jaime Bagattoli fazer a leitura para ele.

Com a palavra, Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Hoje estou com a missão triplicada, pelo que eu estou vendo aí, não é?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Está bem cotado, viu, Senador.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Com sua permissão, eu vou direto para a análise.

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Infraestrutura analisar proposições que tratem de assuntos correlatos às obras públicas em geral, o que torna regimental a análise da proposição por este Colegiado.

Por tratar-se de análise terminativa da matéria, além dos aspectos relacionados ao mérito, serão verificados os aspectos econômicos e financeiros, a constitucionalidade, a juridicidade, a técnica legislativa.

Em relação à constitucionalidade, a proposição está de acordo com os parâmetros constitucionais materiais e formais exigidos. O PL não contraria cláusula pétrea e vai ao encontro do princípio da dignidade da pessoa humana, previsto no inciso III do art. 1º, bem como dos direitos sociais à saúde, ao lazer, à segurança e à infância, previstos no *caput* do art. 6º da Constituição Federal de 1988. Também não incorre em vício de iniciativa, uma vez que o art. 182 da Constituição determina à União a fixação, em lei, de diretrizes gerais para a política urbana.

A proposição possui boa técnica legislativa e está em conformidade com as disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Também não apresenta vícios de juridicidade ou regimentalidade.

Em relação aos aspectos econômicos e financeiros, o PL não traz impactos para a União, pois tão somente estabelece diretriz para a política urbana, cuja implementação cabe ao poder público local. Também não há impactos diretos nas contas públicas municipais, visto que, na prática, a proposição apenas orienta que a legislação urbana local incorpore regras relativas à manutenção de equipamentos de uso coletivo público ou privado.

Finalmente, em relação ao mérito, considera-se que o projeto vai ao encontro dos objetivos estabelecidos pela Constituição e pelo Estatuto da Cidade para a política urbana, a saber, ordenar as funções sociais da cidade e da propriedade em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos.

Também está de acordo com o estabelecido nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial com o Objetivo 11, que trata de “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” e tem, entre suas metas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proporcionar, até 2030, o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

Os equipamentos urbanos de uso coletivo e comunitário são, de fato, fundamentais para promover o bem-estar social e o desenvolvimento econômico de bairros ou regiões das cidades, pois são locais de socialização onde a comunidade se reúne, celebra e se conecta. É necessário, portanto, não apenas implantá-los, mas também conservá-los de forma correta e constante, garantindo que permaneçam relevantes, atendam às necessidades da comunidade e, sobretudo, não se tornem fatores de risco à segurança ou à saúde.

Esse é um ponto especialmente importante quando se trata de espaços usados por crianças, que, como destacado pela autora da proposição, estão mais suscetíveis a acidentes decorrentes de equipamentos mal conservados.

Os dados apresentados na justificação do projeto sobre a quantidade de acidentes em parquinhos infantis são preocupantes e mostram o quão urgente é criar ambientes seguros, uma vez que muitos desses acidentes poderiam ser evitados se houvesse uma manutenção adequada e preventiva dos espaços de recreação infantil.

Cidades boas para as crianças são cidades boas para todos, pois são mais humanas e auxiliam no estabelecimento de comunidades mais sustentáveis e fortes.

A aprovação da matéria é, portanto, um grande passo para diminuir os riscos de acidentes e de contaminação em locais de uso coletivo, garantindo a segurança das crianças e o bem-estar da população.

Voto.

Ante as razões apresentadas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.386, de 2023.

Lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Bagattoli.

Está em discussão o projeto de autoria da Senadora Damares, de relatoria de Cleitinho, feita a leitura *ad hoc* pelo Senador Bagattoli.

Para os Senadores e as Senadoras que queiram discutir, a palavra está franqueada.

É sobre a segurança dos parquinhos de diversão, pelo altíssimo número de acidentes que ocorrem neles. (*Pausa.*)

Bem, não havendo quem queria discutir, vamos deixar sobrestado para votação em bloco.

Item 1.

ITEM 1
PROJETO DE LEI N° 3545, DE 2023
- Não terminativo -

Dispõe sobre a federalização da rodovia RR-171 no trecho compreendido entre o início da rodovia BR-433 e o Parque Nacional do Monte Roraima no Km 99,0.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. Após deliberação, a matéria seguirá para a CCJ, em decisão terminativa.

2. Votação simbólica.

O Senador Chico Rodrigues chegou, e eu passo a palavra para o Chico Rodrigues para fazer a leitura sobre o Projeto de Lei nº 3.545 de 2023, de autoria do Senador Mecias de Jesus, sendo ele o Relator.

Com a palavra.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Como Relator.) – Muito obrigado, Senador Confúcio Moura. V. Exa., sempre gentil, aguardou um pouco a minha chegada.

A Comissão de Serviços de Infraestrutura está hoje votando o Projeto de Lei nº 3.545, de 2023, do Senador Mecias de Jesus, que dispõe sobre a federalização da rodovia RR-171, no nosso estado, no trecho compreendido entre o início da rodovia BR-433 e o Parque Nacional do Monte Roraima no km 99.

Submete-se à análise da Comissão de Serviços de Infraestrutura o PL 3.545, de 2023, do Senador Mecias de Jesus, que dispõe sobre a federalização da rodovia no trecho compreendido entre o início da BR-433 e o Parque Nacional do Monte Roraima no km 99.

O projeto é composto de três artigos. O primeiro deles incorpora o mencionado trecho de rodovia estadual à malha rodoviária federal; o segundo determina que a designação oficial e o traçado definitivo da rodovia objeto da lei serão definidos pelo órgão competente; e o último artigo é a cláusula de vigência imediata.

Na justificação do PL, o autor argumenta que a federalização da rodovia irá facilitar o escoamento da produção local, promover os desenvolvimentos regional e nacional e beneficiar as comunidades do interior de Roraima, especialmente o município de Uiramutã, que fica já na fronteira com a República Cooperativa da Guiana.

O PL foi distribuído a esta Comissão de Infraestrutura e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a quem compete a decisão terminativa. Não lhe foram oferecidas emendas.

Da análise, Sr. Presidente.

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Infraestrutura pronunciar-se sobre a proposição, notadamente, quanto aos efeitos nos transportes terrestres, cabendo à Comissão de Constituição e Justiça opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto, na oportunidade de sua análise terminativa sobre a proposição.

Sem prejuízo da análise e competência da CCJ, cremos que a matéria é constitucional posto que atende ao art. 22, inciso XI, da Constituição Federal, que determina a competência privativa da União em legislar sobre trânsito e transportes. Ademais, a matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, em conformidade com o *caput* do art. 48 da Constituição Federal, não havendo reserva de iniciativa a respeito (art. 61, §1º, da Constituição Federal).

Quanto ao mérito, a iniciativa do Senador Mecias é bastante pertinente. De fato, a Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu art. 3º, inciso III, que um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, a federalização da Rodovia RR-171 pode ser vista como uma medida que visa a atingir esse objetivo, uma vez que pode contribuir para o desenvolvimento de Roraima e para a redução das desigualdades entre as regiões do País, com impactos positivos para economia local, ao facilitar o escoamento da produção roraimense e estimular a criação de novos negócios.

Ainda, deve-se destacar a capacidade limitada do estado de Roraima em fazer investimentos em infraestrutura, devido à carência de recursos próprios em razão das peculiaridades de seu território, cuja maior parte está protegida. Ou seja, 46% são terras indígenas, 14% são unidades de conservação e 1,22% são áreas militares, totalizando 61,7% de áreas preservadas. Essas restrições limitam a capacidade de aumento de arrecadação própria do estado, que possui participação de 0,2% no PIB nacional, segundo o IBGE. Dessa forma, faz-se necessária a solidariedade do restante do País, com recursos federais, para que Roraima seja dotada de uma infraestrutura mínima de transportes que promova sua economia.

Em vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.545, do Senador Mecias de Jesus, projeto de 2023.

Sr. Presidente, esse projeto é meritório.

Eu diria que, pela localização geopolítica e geoestratégica do Estado de Roraima, entendemos que esse projeto vem, na verdade, fortalecer, a exemplo do Estado de Rondônia, porque estamos lá no Norte, na fronteira com dois países, a República Bolivariana da Venezuela e a República Cooperativista da Guiana, portanto, 2 mil quilômetros de fronteiras com esses dois países...

Portanto, federalizando essa Rodovia 171, entendemos que o Governo Federal tem a obrigação de fazer investimentos no sentido de instalar, manter, suprir, inclusive com o asfaltamento dessa importante, inclusive com o asfaltamento dessa importante rodovia, o que vem agregar valor à economia do nosso estado, porque você vai facilitar o trânsito, o escoamento da produção, a ocupação espacial desse território imenso no Norte do Brasil e, logicamente, fortalecer o Estado de Roraima como uma das unidades da Federação.

Era esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Está em discussão, o projeto de lei de autoria do Senador Mecias de Jesus que federaliza um trecho rodoviário estadual.

A palavra está liberada para quaisquer dos Senadores presentes, para discutir a federalização de um trecho rodoviário do Estado de Roraima. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se pronunciar, vamos só aguardar para votarmos em bloco os projetos não terminativos e os terminativos.

Dando sequência, vamos passar...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não, Senador Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Coloco-me à disposição do Senador Lucas Barreto para também endossar o requerimento que solicita a presença das pessoas que ele relacionou nesta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tratando-se da questão da Margem Equatorial brasileira, aqui no Atlântico, nos interessa de forma muito direta no Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

Muito obrigado.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Pela ordem.) – Só para contribuir, agradecer ao Senador Zequinha e citar a frase do Presidente Trump, ontem: "Quero fechar a fronteira e quero perfurar, perfurar, perfurar". Disse o novo Presidente dos Estados Unidos sobre seus planos para o primeiro dia.

Perfurar é uma referência à abertura de novos poços de petróleo e gás.

O mundo não está nem aí. Só querem nos deixar como os escravos ambientais.

Então, nós não vamos abrir mão de explorar e perfurar o petróleo no Amapá! É uma reserva trilionária.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não. Fique à vontade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Só para complementar o que o Senador Lucas Barreto está dizendo, o nosso Senador Plínio Valério foi o grande Relator da CPI das ONGs e desmascarou senão todas, pelo menos a grande maioria delas como a serviço de interesses que não são nacionais nem são globais também.

Ele aceitou uma modesta contribuição canônica que eu ofereci.

Esses países que vêm censurar, aconselhar e prometer dinheiro para o Brasil agem com um profundo remorso. Eles têm remorso do que fizeram, porque eles sabem quantas vezes a Europa já destruiu as suas florestas.

Estava comentando com o nosso Senador Otto Alencar sobre um dia da guerra da Ucrânia, financiada nós sabemos por quem. Não estou dizendo que A tem razão ou que B tem razão, mas tem alguém que manda a arma para lá, aos bilhões de dólares. Um dia de guerra, principalmente no começo, quando eles estavam usando o equipamento mais antigo, as bombas mais fumacentas, os tanques de guerra... Lembram-se daquela fila de caminhões russos? Aquilo tudo, de alta capacidade de poluição. Hoje até modernizaram um pouco. Ampliaram a capacidade de matar...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Sem poluir muito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... mas poluindo menos. Então, esse remorso profundo eles têm, mas eles inventaram um sistema que não existe no mundo, de terceirização da penitência, ou seja, nós é que temos que praticar a penitência que lhes deveria ser imposta.

Esse é o diálogo que existe desde Mitterrand, desde as ideias de internacionalização da Amazônia. Isso é de 1980, só mudaram os personagens, a narrativa é a mesma. E a mesma França, cujo Chefe de Estado, Macron, chegou a dizer que nós estávamos sofrendo de "ecopandemia" com os incêndios da Amazônia no Governo do Presidente Bolsonaro, se omitiu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

completamente com os incêndios últimos, com a estiagem. Por quê? Porque tanto a Guiana Francesa quanto a inglesa, que é a Guiana, vizinha muito cobiçada, por sinal, pelo Presidente Maduro, estão prosperando. O PIB da Guiana cresceu 15 vezes...

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. *Fora do microfone*.) – Quarenta...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas, no ano passado, 15. Agora vai repicar. Na Guiana Francesa, vizinha do nosso querido Amapá, estão enriquecendo com aquilo que nos proíbem.

Eu não estou dizendo para não haver regra, agora, nós não podemos aceitá-los como nossos juízes. Só isso. Acho que nós temos que cuidar, temos que proteger o meio ambiente, temos uma grande responsabilidade, mas aceitar tutela, seja de ONG, seja de imprensa teleguiada, para fazer censura e nos impor a penitência que eles não cumpriram... E nos prometem dinheiro. Aquele fundo da Noruega, o Fundo Amazônico: isso aí, eles não pagaram nenhuma prestação. Prometeram na última reunião 100 bilhões – 100 bilhões –, e nem o sinal dessas luvas chegou. Então, é só conselho e dedo na nossa moleira, ou seja: censura, censura, condenação, criação de novas leis para criar problemas.

E concluo, dizendo: nessa esteira, eles vão impor, em março que vem... E nesta Comissão, com a sua autorização, eu presidi aqui uma sessão... Vão criar um combustível marítimo de acordo com a feição deles. O nosso etanol de cana ou de milho não vale, tem que ser hidrogênio, ou seja, é para criar ao Brasil o seguinte ônus. As maiores rotas marítimas, sejam de importação, sejam de exportação, são as do Brasil, mesmo que sejam da Bahia, sejam do Ceará ou de Santa Catarina – pior ainda. As nossas rotas são as maiores, mais longas, porque nós vendemos para quem? Ásia, Estados Unidos e Europa. Se impuserem uma multa, como querem fazer a partir de 2017 com esse combustível marítimo, eles estarão fazendo um belo gesto para nós, dificultando a nossa competitividade. Sempre tem – como se dizia, "o diabo mora nos detalhes" – um detalhe que conspira contra nós.

Então quero fazer as minhas palavras que aqui já foram anunciadas, pedir desculpas por me alongar, mas essa rotina de censura e de nos medir com um metro que eles não usam para si próprios não pode passar despercebida de nenhum de nós.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, o senhor me permite a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeitamente, Senador.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu estou convencido definitivamente; o Brasil não precisa de inimigos. Nós, brasileiros, somos os maiores sabotadores do Brasil. E me explico ao senhor.

O senhor sabe qual é a justificativa da atual Ministra do Meio Ambiente para sabotar a prospecção de petróleo no Amapá? Ela diz que os prováveis campos de petróleo são muito próximos da costa, da foz do Amazonas, e que isso poderia trazer problemas gravíssimos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois bem, um dos financiadores do Fundo Amazônia, a Noruega, ao lado da Alemanha... O senhor sabe a quantos quilômetros vai ficar esse campo de petróleo do Amapá? A 580km. O senhor pode me corrigir, Lucas?

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Pela ordem.) – Da foz do Amazonas, a 50km de onde estão produzindo, 22 poços perfurados, 70% do petróleo que o Brasil produz, e a 15km do limite do nosso mar territorial.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Aí, olhe aqui. A Noruega, que quer dar exemplo e que utiliza a funcionária dele, Marina Silva, para sabotar o Brasil, tem um poço, um campo chamado Gjøa, localizado no Mar do Norte, a 70km da costa. Outro exemplo é o campo de Oseberg, situado também no Mar do Norte, a 130km da costa norueguesa. Ou seja, os campos de lá não podem trazer problema para a costa, para a população, para os animais marinhos, mas aqui no Brasil é um problema de soberania nacional.

Outro exemplo, Sr. Presidente. O senhor sabe que nós temos uma quantidade de potássio, que é um componente essencial para o agronegócio brasileiro. Nós temos incontáveis minas de potássio na foz do Rio Madeira, do teu Nortão. E aqui, no Brasil, índio tem que morrer de fome, está sujeito a traficantes, está sujeito a tráfico humano, está sujeito a garimpeiros ilegais – eu não sou contra o garimpo, sou contra a ilegalidade dessa atividade. E o índio, que tem todas essas reservas abundantes, não pode utilizar da riqueza das nossas terras para suprir o agronegócio brasileiro.

Então eu acho que cabe uma reflexão às Sras. e aos Srs. Senadores, a quem está nos assistindo, à nossa assessoria, de que nós precisamos revisar realmente se o Brasil tem inimigos externos ou se os maiores inimigos e sabotadores do Brasil estão aqui, e pior, Sr. Presidente, ocupando importantes cargos no Executivo Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem.

Aqui eu tenho um projeto, o item 7 da pauta.

ITEM 7
PROJETO DE LEI Nº 6213, DE 2023
- Terminativo -

Denomina Ponte Nicanor Azambuja, João Dóglia e Diogo Madruga a ponte sobre o Rio Camaquã, na rodovia BR-153, na divisa dos Municípios de Bagé e Caçapava do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Lucas Barreto
Relatório: Pela aprovação com a emenda de redação que apresenta
Observações: *1. Votação nominal.*

É relatado pela Senadora Teresa Leitão.

Como ela não fez nenhuma observação, eu vou pedir ao Senador Lucas Barreto, por gentileza, para fazer a leitura deste relatório, fazendo uma breve passagem na análise e indo direto ao voto, tá?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é sobre a nomenclatura de uma ponte, que ela pede para Nicanor Azambuja, João Dóglia e Diogo Madruga.

Com a palavra, Senador Lucas Barreto.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Como Relator.) – Sr. Presidente, vem à análise da Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão exclusiva e terminativa, o Projeto de Lei 6.213, de 2023 (Projeto de Lei 8.121, de 2017, na Casa de origem), de autoria do Deputado Paulo Pimenta, que denomina Ponte Nicanor Azambuja, João Dóglia e Diogo Madruga a ponte sobre o Rio Camaquã, na Rodovia BR-153, na divisa dos Municípios de Bagé e Caçapava do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul. Para tanto, a proposição institui a homenagem a que se propõe, tal qual descrita pela ementa. Encerra, igualmente, a cláusula de vigência, prevista para a data da publicação da lei em que se converter a matéria.

Na justificação, o autor destaca a história de vida e o legado marcante dos homenageados para os Municípios gaúchos de Bagé e Caçapava do Sul.

No que diz respeito ao mérito, Sr. Presidente, a proposição merece prosperar. João Correa Dóglia e Nicanor Rosa Azambuja, também conhecido como Tio Nica, marcaram suas trajetórias no Município gaúcho de Bagé pela ligação com o tradicionalismo, atividade em que foram idealizadores de diversos projetos de integração de homens e mulheres do campo com homens e mulheres da cidade, de culto às tradições gaúchas, de preservação do meio ambiente e de assistência aos moradores da zona rural.

Em conjunto com outros companheiros, os homenageados criaram a Semana Crioula Internacional de Bagé, evento cultural e esportivo iniciado em 1972 que objetiva fomentar o turismo na cidade de Bagé e integrar os diversos Centros de Tradições Gaúchas em uma única festa. De outra sorte, a Descida do Rio Camaquã, também instituída pela dupla de homenageados, em 1997, reunia, ao longo de um final de semana, dezenas de remadores, que, ao descerem o rio, cultuavam a natureza e as tradições do homem pampiano. Ainda naquele ano, realizou-se a expedição para mapear o Rio Camaquã, que passou pelos Municípios de Bagé, Lavras do Sul, Pinheiro Machado, Caçapava do Sul e Santana da Boa Vista; Tio Nica comandou a equipe de apoio, enquanto João Dóglia foi o responsável pela coordenação geral.

Diogo Madruga Duarte, a seu turno, teve participação igualmente marcante na comunidade bageense, inclusive como um dos fundadores das Quarteadas Sociais, evento em que se agregavam profissionais de saúde, da área jurídica, das polícias, da assistência veterinária e agronomia para auxiliar gratuitamente os produtores rurais em suas atividades.

Valorizar a memória desses respeitáveis cidadãos é, a um só tempo, perpetuar, Sr. Presidente, seus feitos e preservar, para as novas gerações, um exemplo de dedicação à sociedade.

Por tais razões, consideramos justa e merecida a homenagem proposta.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.213, de 2023, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA DE REDAÇÃO Nº - CI

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloque-se entre aspas a denominação “Ponte Nicanor Azambuja, João Dóglia e Diogo Madruga” na ementa e no art. 1º do Projeto de Lei nº 6.213, de 2023.

É o relatório da Senadora Teresa Leitão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeitamente.

Está em discussão o projeto de denominação de vias públicas, proposto pela Senadora Teresa Leitão.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos aguardar um pouquinho para votar em bloco. (*Pausa.*)

Temos o item 8 da pauta, que é de autoria da Câmara dos Deputados e relatado pelo Senador Jorge Seif, mas o Senador Jorge Seif esteve doente, licenciado e ainda não retornou à Comissão. Como ele estava aqui presente, ele me falou que gostaria muito de relatá-lo. Ele vai pedir ao partido dele a inclusão do nome dele de novo e pediu para adiar essa votação do item 8 da pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 8
PROJETO DE LEI N° 1738, DE 2024
- Terminativo -

Denomina Rodovia Pedro Gurgacz o trecho da rodovia BR-163 entre o Município de Cascavel, no entroncamento com a rodovia BR-277, e o Município de Capitão Leônidas Marques, no Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Jorge Seif
Relatório: Pela aprovação com a emenda de redação que apresenta
Observações: *1. Votação nominal.*)

O item 9 eu que vou relatar, mas eu vou saltar aqui para a gente ganhar tempo e eu fico por último para já...

Vamos para o item 10.

ITEM 10
PROJETO DE LEI N° 600, DE 2024
- Terminativo -

Denomina “Rodovia Pedro Inacio Wiegert” o trecho da rodovia BR-163 compreendido entre o município de Guarantã do Norte e a divisa do estado do Mato Grosso com o estado do Pará.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)
Relatoria: Senador Marcelo Castro
Relatório: Pela aprovação do projeto
Observações: *1. Votação nominal.*

O Relator, o Senador Marcelo, fez questão de me ligar e pedir para adiá-lo, porque ele não pôde estar aqui presente. Ele será atendido.

Vamos em frente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Lucas, V. Exa. pode vir aqui? (*Pausa.*)

Senador Otto, presida aqui, enquanto eu faço a leitura de um relatório, por gentileza. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a confiança do Presidente Confúcio Moura, o nobre Senador, e passo a palavra para que ele possa relatar o Projeto de Lei nº 3.177, de 2024.

ITEM 9
PROJETO DE LEI N° 3177, DE 2024
- Terminativo -

Denomina "Contorno Viário Luiz Henrique da Silveira" o Contorno da BR-101/SC, localizado entre os municípios de Biguaçu, São José e Palhoça, na Região Metropolitana de Florianópolis.

Autoria: Senador Fernando Farias (MDB/AL)
Relatoria: Senador Confúcio Moura
Relatório: Pela aprovação do projeto
Observações: *1. Votação nominal.*

Com a palavra o nobre Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Esse projeto é de autoria do Senador Fernando Farias, que está aqui presente, e propõe essa homenagem ao brilhante político, Senador, Deputado e Governador, Luiz Henrique da Silveira, ao contorno da BR-101, Santa Catarina, entre os Municípios de Biguaçu, São José e Palhoça, na Região Metropolitana de Florianópolis.

A análise aqui resumidamente.

A Consultoria analisou e estabeleceu a constitucionalidade, a juridicidade e a boa técnica legislativa. Não há nenhum impedimento para o prosseguimento da votação.

Quanto aos méritos do homenageado, eu acho que todos aqui conhecem muito bem, pois conheceram pessoalmente ou ouviram falar de Luiz Henrique da Silveira, um dos paladinos da redemocratização do país, que lutou muito pelas causas democráticas no Brasil, que ocupou todos os cargos possíveis na esfera federal e na estadual do Estado de Santa Catarina. Assim, o nosso propositor faz toda a justificativa de merecimento desta homenagem muito justa a Luiz Henrique da Silveira.

O meu voto é pela aprovação do projeto.

Está lido o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Confúcio Moura.

A matéria está em discussão.

Algum Senador deseja discutir a matéria?

Senador Esperidião Amin, a matéria diz respeito ao ex-Senador e ex-Governador Luiz Henrique da Silveira, do estado de V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Subscrevo o voto do Senador Confúcio Moura e, evidentemente, votarei a favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sem dúvida nenhuma.

Encerrada a discussão, a matéria está em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. *Fora do microfone*.) – Senador Otto, a matéria é terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É terminativa?

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. *Fora do microfone*.) – Pode colocar em votação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A matéria é terminativa, de tal forma que a votação...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. *Fora do microfone*.) – Como eu sou o autor, você pode presidir esta votação?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Posso sim.

A matéria está...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. *Fora do microfone*.) – Então, são os itens 6, 7 e 9. São estes três itens: 6, 7 e 9. Pode colocar em votação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Votação nominal?

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. *Fora do microfone*.) – É nominal.

Todos os itens já foram discutidos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A matéria sendo terminativa, a votação é nominal.

Eu determino que a Mesa abra o painel para que os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras possam votar esse item 9, acrescendo-se a ele o item 6 e o item 7 – o item 6 e o item 7.

O item 6 – a Senadora Damares Alves é a autora, o Senador Cleitinho é o Relator – é para incluir diretriz de política urbana relativa à construção, instalação, sinalização, higienização e conservação de equipamentos de uso coletivo.

O item 7 denomina Ponte Nicanor Azambuja, João Dóglia e Diogo Madruga a ponte sobre o Rio Camaquã, na rodovia BR-153, na divisa dos Municípios de Bagé e Caçapava do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul. A Senadora Teresa Leitão é a Relatora.

Aberta a votação, os Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Vamos mobilizar os gabinetes, os Senadores que deram presença.

Fernando Farias pode votar. Ah, já votou.

Vamos.

Jayme Campos, Soraya, Jaime Bagattoli, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Castellar esteve aqui, recentemente.
O Lucas já votou.
Beto Faro...
Otto Alencar vai votar agora.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. *Fora do microfone*.) – O requerimento é simbólico?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – É simbólico. E vote agora, vote agora, vote agora.

Gabinete do Senador Jaime Bagattoli, por gentileza: ele deve estar em outra Comissão, peça para votar rapidinho lá pelo sistema.

O Senador Otto está votando... O Otto Alencar ainda não votou, Senador. (*Pausa.*)

Ah, está bom, está bom, está bom.

Augusta, onde é que você está? Vamos votar.

O Chico Rodrigues votou.

Oito... Faltam quatro votos. Está pertinho.

Jorge Kajuru, pessoal do gabinete do Jorge: é só fazer a votação rapidinho, gente.

Vamos preencher. Faltam só três votos.

Jorge Kajuru.

O Mecias sempre está presente.

O Castellar esteve aqui conosco, recentemente.

A Teresa Leitão deve estar na Comissão de Educação. Por gentileza, Teresa.

O Wilder deve estar aqui por perto. Gabinete dele, avise-o, por gentileza, para ele votar pelo celular, pelo aplicativo do Senado.

A Margareth sempre vota.

Pois não, Senador Fernando Farias, com a palavra.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Pela ordem.) – Quero agradecer à relatoria sobre o nosso Luiz Henrique, esposo da nossa Ivete, nossa Senadora... Quero fazer a lembrança de que isso também passa pelo nosso Ministro e Senador Renan Filho, pois foi ele que chamou a atenção para fazer essa reivindicação deste projeto e também para colocar o senhor como Relator. Agradeço essa...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Obrigado, Senador Fernando. É justiça, não é?

Nós já completamos o quórum, vamos ao resultado.

Por favor, podem mostrar o resultado da votação dos terminativos.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Podem me dar os requerimentos e os não terminativos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – O 11 é o número perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Você viu aí? Perfeito! (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quais são os que eu tenho que votar? (*Pausa.*)

Bem, os requerimentos...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Mestre Confúcio...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, muito obrigado, muito obrigado. (*Pausa.*)

Os requerimentos são esses aí, não é?

Bem, vamos votar os não terminativos já lidos, já discutidos.

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com o item 1, o item 3 e o item 5 da pauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Os requerimentos dos itens 11, 12, 13, 14, 15 e 16, todos foram lidos, foram discutidos.

Em votação.

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com a aprovação dos requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Todos aprovados – todos aprovados.

Antes de fazer o encerramento, eu gostaria de fazer um pequeno comentário muito importante sobre as últimas notícias que têm sido veiculadas largamente pela imprensa e comentadas por vários políticos sobre uma reforma das agências reguladoras do Brasil.

Levantando a situação, eu fiz parte, como Deputado, na década de 90, do processo de aprovação dessas agências reguladoras, que foi como um projeto de reforma do Estado e a sua consequente modernização. O tempo vem passando, as agências foram criadas gradativamente desde a primeira, e foram outras, em anos diferentes, sendo criadas. A última foi a Agência Nacional de Mineração.

E o modelo criado ao longo desse tempo foi a votação do seu quadro diretivo não coincidindo com a eleição do Presidente da República. Eu achei essa medida muito acertada, assemelhada com o Banco Central, justamente para que essas agências tenham a sua independência de trabalho, para que seu corpo técnico seja realmente técnico e para que elas não sofram as injunções de quem seja eleito, um Presidente A, B ou C. Então, eu creio que há um engano em se falar e apregoar sobre o modelo atual das agências reguladoras.

Olhem, gente. Dando uma olhadinha no passado, vamos olhar a Anvisa na pandemia, vamos olhar a autonomia... O Presidente Antonio Barra Torres foi indicado pelo Presidente anterior. No entanto, ele fez uma administração da pandemia na maior independência possível. Ele não ouviu nada de política e tocou a Anvisa com critério técnico, emergencialmente, aceitando algumas vacinas ainda não completamente e cientificamente analisadas, diante dos protocolos. E deu o que deu: foi uma vacinação muito rápida no Brasil, mostrando a beleza, a autonomia da Anvisa na proteção da vida do povo brasileiro.

Se se der uma olhadinha na Agência Nacional de Águas, o esforço pela transparência da Agência Nacional de Águas é muito grande, inclusive com uma orientação e consultoria internacional inglesa para que ela cada vez mais ofereça serviços de qualidade imediatos ao povo brasileiro, principalmente nessa época de mudanças climáticas, com cheias demais e secas demais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou aqui, como Presidente da Comissão de Infraestrutura, manifestando meu apoio irrestrito ao modelo vigente das agências reguladoras pelos bons serviços prestados ao Brasil. Isso deve continuar. O que o Governo deve fazer é prover as agências dos meios necessários para a execução de suas tarefas, tais quais técnicos e concursos públicos para que elas possam pelo menos atender a sua demanda mais imediata. Por exemplo, a Agência Nacional de Mineração, para fiscalizar todas as barragens do Brasil, tem um número insignificante de técnicos; gastaria mais de 20 anos se eles fossem fiscalizar todos os açudes e represas brasileiras. A gente precisa prover essas agências de meios adequados para um trabalho digno e necessário. Nós estamos vendo aí os acidentes gravíssimos – na lembrança de todos, há os de Mariana e Brumadinho –, e há tantos outros pequenos açudes que são rompidos e de que nós não temos nem conhecimento midiático.

Eu estou aqui hoje até para solicitar à Casa Civil da Presidência da República que nos remeta todos os nomes já escolhidos pelo atual Presidente, o Presidente Lula, para que a gente possa fazer aqui as sabatinas ainda este ano, porque tem vários cargos de diretores na interinidade, que precisam de nomeação de efetivos. Em muitos deles, são técnicos de carreira que estão ocupando esses cargos e que poderiam ser aproveitados, se for o caso, salvo melhor juízo do Presidente. Nós estamos aqui para recepcionar esses nomes, fazer as devidas sabatinas e encaminhar ao Plenário para que, em fevereiro... Os últimos nomes que precisam ser alterados serão no mês de fevereiro, mas podem mandar imediatamente os nomes dos que a Casa Civil e a Presidência da República julgarem mais convenientes e preparados.

É assim que nós queremos que as agências reguladoras defendidas pelo Congresso Nacional, do qual eu fiz parte naquele tempo... E tudo foi negociado com Sérgio Motta, que aquela época era Ministro das Comunicações, que fez um trabalho brilhante e que conseguiu a aprovação desse modelo moderno de reforma do Estado, de tirar dos governos, que são transitórios, que ocupam o cargo por quatro anos, tamanha responsabilidade que é justamente a de avaliar políticas públicas, fazer suas concessões, fazer os contratos, analisar tarifas... Tudo isso é realmente uma competência exclusiva das agências reguladoras.

Antes de encerrar o nosso trabalho, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das atas da presente reunião e das três reuniões anteriores.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a nossa reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 27 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia treze de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Zequinha Marinho, Alan Rick, Beto Faro, Paulo Paim, Margareth Buzetti, Augusta Brito, Astronauta Marcos Pontes, Wilder Morais e Mecias de Jesus, e ainda do Senador Jorge Kajuru, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, André Amaral, Eduardo Braga, Cid Gomes, Irajá, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Jaques Wagner, Flávio Bolsonaro, Flavio Azevedo, Jorge Seif e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, – Estatuto da Cidade, para assegurar o acesso a montanhas, paredes rochosas, praias, rios, cachoeiras, cavernas e outros sítios naturais públicos de grande beleza cênica ou interesse para a visitação pública." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator, Senador Astronauta Marcos Pontes. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2249, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Inclui no calendário turístico oficial do País a Feira Internacional do Cooperativismo (Feicoop), realizada no Município de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 479, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Institui o Novo Programa de Reestruturação da Região Cacaueira da Bahia – RENOVA CACAU; e dispõe sobre a remissão de dívidas oriundas de operações de crédito rural do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana – PRLCB." **Autoria:** Senador Angelo Coronel (PSD/BA). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação com 1 (uma) emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 13, de 2024** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Institucionais, O Senhor Alexandre Padilha, informações sobre as providências adotadas pelo Governo Federal e suas pastas responsáveis, com referência aos atos relatados em carta denúncia da Cooperativa de Mineração do Garimpeiros de Serra Pelada- COOMIGASP, conforme sugestão contida no Ofício "S" nº33 de 2019." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA), Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo
Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/08/13

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 13 de agosto de 2024.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

No item 1 da pauta, que altera o Estatuto da Cidade, temos como Relator o Senador Astronauta Marcos Pontes, e ele pede para retirar o projeto de pauta.

Então, o projeto está retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 2, DE 2021

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, – Estatuto da Cidade, para assegurar o acesso a montanhas, paredes rochosas, praias, rios, cachoeiras, cavernas e outros sítios naturais públicos de grande beleza cênica ou interesse para a visitação pública.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação.

Observações:

1. Após a deliberação terminativa da CDR, a matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.)

O item 2 da pauta é o Projeto de Lei nº 2.249, de 2022, não terminativo.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 2249, DE 2022

- Não terminativo -

Inclui no calendário turístico oficial do País a Feira Internacional do Cooperativismo (Feicoop), realizada no Município de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1. Após deliberação da CDR, a matéria será apreciada pela Comissão de Educação e Cultura - CE.

É o Deputado Paulo Pimenta o autor, PT, Rio Grande do Sul.

Passo então...

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim para a leitura do seu relatório.

Com a palavra V. Exa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Presidente Marcelo Castro, Senador Zequinha Marinho, é um projeto simples e o relatório também é bem enxuto. Então, vou fazer a leitura aqui porque é rápido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chega ao exame desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo o Projeto de Lei 2.249, de 2022, do Deputado Paulo Pimenta, que inclui, no Calendário Turístico Oficial do país, a Feira Internacional do Cooperativismo (Feicoop), realizada no Município de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

A proposição, como eu disse, e simples e tem dois artigos.

No art. 1º, apresenta-se seu objeto, que é incluir a Feira Internacional do Cooperativismo, realizada anualmente no Município de Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul, no Calendário Turístico Oficial do Brasil.

E, por fim, o art. 2º é a cláusula de vigência, que é imediata à sua publicação.

A proposição foi despachada somente à esta Comissão e, no prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Eu leio a análise, que, na verdade, é uma justificativa, Sr. Presidente, mas muito curta também.

Segundo o art. 104-A, incisos VI e VII, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à esta Comissão opinar sobre proposições que tratem de assuntos referentes ao turismo e políticas relativas ao turismo. Nesse sentido, o PL 2.249, de 2022, que inclui no Calendário Turístico Oficial do país a Feira Internacional do Cooperativismo (Feicoop), realizada no Município de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, inscreve-se, assim, no rol das matérias sujeitas ao exame deste Colegiado.

Não observamos óbices quanto à sua constitucionalidade ou quanto às regras da boa técnica legislativa e redação.

No mérito, a proposição é extremamente louvável, porque a Feira Internacional do Cooperativismo, de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, é um dos eventos de maior relevo naquele Estado, ou seja, do meu estado, do nosso estado, reúne a cada mês de julho – neste ano, já se realizou –, nos últimos anos, cerca de 150 mil visitantes. Em 2024, serão 30 anos da feira, que promove a integração de instituições e cooperativas agrícolas com o meio acadêmico, em especial a Universidade Federal de Santa Maria e o Instituto Federal Farroupilha, junto com a população da região dessa querida cidade de Santa Maria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a recente aprovação da Lei 14.865, de 2024, que cria o Calendário Turístico Oficial do Brasil, é de extrema importância que haja destaque deste evento, que, com louvor, provavelmente será um dos primeiros eventos a ser incluído.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.249, de 2022, de autoria do hoje Ministro, Deputado Federal Pimenta, que é da cidade de Santa Maria, inclusive.

Era esse, Sr. Presidente, o relatório, bem objetivo, e um projetinho muito simples.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Em discussão o relatório do nobre Senador. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrado a discussão.

Submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O projeto foi aprovado.

O projeto passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 479, DE 2024

- Não terminativo -

Institui o Novo Programa de Reestruturação da Região Cacaueira da Bahia – RENOVA CACAU; e dispõe sobre a remissão de dívidas oriundas de operações de crédito rural do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana – PRLCB.

Autoria: Senador Angelo Coronel (PSD/BA)

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: Pela aprovação com 1 (uma) emenda que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. A matéria constou na pauta da 14ª Reunião da CDR;

2. Após deliberação da CDR, a matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos - CAE; seguindo, posteriormente, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA, em decisão terminativa.

O nosso Relator Rodrigo Cunha não se encontra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, sim, eu sei que o nosso querido Rodrigo Cunha não está presente e o projeto é do Senador Angelo Coronel, mas o Governo pediu para mim que eu pedisse... Quero deixar registrado que o estou fazendo – que eu pedisse vista ao projeto. Tem, inclusive, uma nota técnica do Líder do Governo, Jaques Wagner, da Bahia, mas assim mesmo eles pediram que eu registrasse aqui que eles gostariam que antes que fosse votado, que eu pedisse vista.

Eu sei que não será lido agora, só estou fazendo o meu dever de casa, que me pediram.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeito, Senador Paulo Paim.

Vamos então esperar a próxima sessão para o Senador Rodrigo Pacheco fazer a leitura e a gente poder então conceder a vista.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO N° 13, DE 2024

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Institucionais, O Senhor Alexandre Padilha, informações sobre as providências adotadas pelo Governo Federal e suas pastas responsáveis, com referência aos atos relatados em carta denúncia da Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada- COOMIGASP, conforme sugestão contida no Ofício "S" nº 33 de 2019.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

O requerimento constou na pauta da 14ª Reunião da CDR.

Concedo a palavra ao nobre Senador Zequinha Marinho, autor do requerimento.

A votação será simbólica.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Para encaminhar.) – Muito obrigado, Presidente.

Em que pese o tempo que já está rodando esse material, essa matéria aqui dentro, mas, para atender o cidadão, a cooperativa, acho que é importante que a gente solicite ao Ministro, só para formalizar e dar uma satisfação.

Em função disso, gostaria de solicitar aos colegas que nos ajudassem, e o nosso requerimento diz o seguinte.

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Institucionais, o Senhor Alexandre Padilha, informações sobre as providências adotadas pelo Governo Federal, e suas pastas responsáveis, com referência aos atos relatados em carta denúncia da Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada (Coomigasp), conforme sugestão contida no Ofício "S" nº 33, de 2019 [ainda].

Quer dizer que requeiro, nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas pelo Sr. Ministro de Estado das Relações Institucionais... E assim vai.

Então aqui é muito mais para dar uma satisfação, porque não tem mais objeto. O tempo... A Serra Pelada acabou, só está lá um lugar muito estranho, com muita gente vivendo, vivendo assim uma situação muito difícil – muito difícil. Mas é um caso passado, e depois da Serra Pelada já veio uma outra reserva garimpeira que o Governo Federal instituiu, lá na BR-163, no Município de Novo Progresso, e que depois em 2005 colocou sobre ela uma outra reserva, uma reserva ambiental que impediu a operação; enfim, é uma história muito longa.

Mas apenas para cumprir missão aqui, solicito a V. Exa. que a gente possa submeter à votação e aprovar isso, para que o Governo possa dizer, na época, quais foram os encaminhamentos tomados e resolva isso com a Coomigasp.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento foi aprovado.

E, nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e cinquenta e dois minutos do dia doze de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Zequinha Marinho, Rodrigo Cunha, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Izalci Lucas, Beto Faro, Margareth Buzetti, Augusta Brito, Teresa Leitão, Flávio Bolsonaro, Wilder Morais, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Efraim Filho, Eduardo Braga, Cid Gomes, Irajá, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Paulo Paim, Jaques Wagner, Rogerio Marinho e Jorge Seif. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei da Câmara n° 134, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que "regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências"." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação da matéria, nos termos do parecer aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos - CAE (que aprova a Emenda nº 2-CAE). **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da Relatora. A Relatora, Senadora Professora Dorinha Seabra, fez uso da palavra e registrou que o item foi retirado por solicitação do Governo para apresentação de sugestões ao texto. **ITEM 2 - Projeto de Lei Complementar n° 257, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, para ampliar a representação empresarial no Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste – CONDEL/SUDECO." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Relatoria:** Senador Wilder Morais. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 394, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Cria a Rota Turística Histórica Belém-Bragança, no Estado do Pará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4793, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir a bacia hidrográfica do rio Taquari, nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF)." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS). **Relatoria:** Senadora Margareth Buzetti. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estatuto da Cidade, para assegurar o acesso a montanhas, paredes rochosas, praias, rios, cachoeiras, cavernas e outros sítios naturais públicos de grande beleza cênica ou interesse para a visitação pública." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 775, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988 – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro; e a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, para garantir o acesso e o uso público das praias e do mar." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 479, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Institui o Novo Programa de Reestruturação da Região Cacaueira da Bahia – RENOVA CACAU; e dispõe sobre a remissão de dívidas oriundas de operações de crédito rural do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana – PRLCB." **Autoria:** Senador Angelo Coronel (PSD/BA). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação com uma 1 emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3040, de 2024 - Terminativo -** que: "Cria a Rota Turística Grande Reserva Mata Atlântica, nos Estado do Paraná, de Santa Catarina e de São Paulo." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 15, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, Audiência Pública, com o objetivo de debater o Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais e o novo modelo de desenvolvimento regional após a EC 132 e regulamentação do PLP 68/2024." **Autoria:** Senador Laércio Oliveira (PP/SE). **Resultado:** Aprovado. Obs: Aditado pelos itens 10 e 11 (Req 17/2024-CDR e Req 18/2024-CDR). **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 17, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 15/2024 - CDR seja incluído o seguinte convidado o Presidente da Confederação Nacional do Comércio e Serviço - CNC." **Autoria:** Senador Laércio Oliveira (PP/SE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 18, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 15/2024 - CDR seja incluído o seguinte convidado o senhor Antonio Ricardo Alvarez Alban, Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) em permuta com o convidado citado, da mesma instituição, elencado no REQ 15/2024-CDR." **Autoria:** Senador Laércio Oliveira (PP/SE). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/12

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 12 de novembro de 2024.

Comunico que foram apresentados à Secretaria da Comissão os seguintes documentos:

- Ofício PHCS nº 316, de 2024. A Câmara Municipal de Ouro Fino, Minas Gerais, solicita a juntada dos textos das Leis Municipais 2.348, de 2024, do Município de Jacutinga, 3.018, de 2022, do Município de Ouro Fino, 2.913, de 2022, do Município de Monte Sião, e do Projeto de Lei 13, de 2024, do Município de Andradas, que instituem a rota turística Caminho do Imigrante Italiano em seus municípios, ao Projeto de Lei nº 2.730, de 2024, de autoria do Senador Carlos Viana, que cria o Caminho do Imigrante Italiano no Estado de Minas Gerais.

Nos termos do art. 261, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal, determino à Secretaria da Comissão a juntada do ofício ao Projeto de Lei nº 2.730, de 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Aviso nº 718 GP/TCU. A Presidência do Tribunal de Contas da União (TCU) encaminhou para conhecimento cópia do Acordão nº 1.911, de 2024, proferido pelo plenário do tribunal ao apreciar o TC 21.487/2023-5, da Relatoria do Ministro Vital do Rêgo, que trata da auditoria realizada com o objetivo de avaliar aspectos operacionais e de conformidade relacionados aos Processos Produtivos Básicos (PPBs) e dos Projetos Industriais beneficiados com os incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus.

Conforme prevê a Instrução Normativa nº 12, de 2019, após a divulgação do documento se estabelece o prazo de 15 dias para manifestação dos membros da Comissão. Em caso de manifestação, o documento será encaminhado ao Plenário para autuação. O documento encontra-se disponível para consulta na Secretaria da Mesa.

No item 1 da pauta, a Relatora é a Professora Dorinha Seabra, que pede a retirada.

Então, o item 1 está retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 134, DE 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que "regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências".

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação da matéria, nos termos do parecer aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos - CAE (que aprova a Emenda nº 2-CAE)

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 2- CAE;

2. Após a deliberação na CDR, a matéria vai ao Plenário do Senado Federal.)

O item 2 é um projeto de lei não terminativo.

ITEM 2

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 257, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, para ampliar a representação empresarial no Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste – CONDEL/SUDECO.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Relatoria: Senador Wilder Morais

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. Após a deliberação na CDR, a matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Concedo a palavra ao nobre Senador Wilder Morais para leitura do seu relatório. V. Exa. está com a palavra.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Como Relator.) – Sr. Presidente Marcelo Castro, colegas Senadores, diante do exposto eu queria que eu pudesse já ir direto à análise, tendo em vista que o projeto já está à disposição de todos os Senadores. (*Pausa.*)

Conforme disposto no inciso V do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDR opinar sobre matérias pertinentes a agências e organismos de desenvolvimento regional. Ao alterar a composição do Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste, o PLP nº 257, de 2020, deve ser analisado por esta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição não apresenta vícios com relação à constitucionalidade formal, uma vez que, conforme estabelecido no inciso IX do art. 21 da Constituição Federal, compete à União elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social. Além disso, conforme determina o art. 48 da Constituição, cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União.

O tema não está listado entre as competências privativas do Presidente da República previstas nos arts. 61 e 84 do texto constitucional.

Por fim, o PLP nº 257, de 2020, não implica violação de cláusula pétrea.

Não foram identificados vícios de juridicidade, e a proposição está redigida em conformidade com a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Com relação ao mérito da proposição, é oportuno lembrar que, conforme dispõe o art. 4º da Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, estão entre as competências da Sudeco:

- definir objetivos e metas econômicas e sociais que levem ao desenvolvimento sustentável da Região Centro-Oeste;

- elaborar o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, articulando-o com as políticas e os planos de desenvolvimento nacional, estaduais e municipais e, em especial, com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional;

- assessorar na elaboração do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do Orçamento Geral da União em relação aos projetos e atividades prioritários para o Centro-Oeste.

O Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste tem um papel fundamental para o cumprimento dessas competências da superintendência. Portanto, uma representação mais abrangente das entidades empresariais das unidades da federação no conselho pode contribuir positivamente para a definição de objetivos e metas econômicas e sociais e para a elaboração de planos de desenvolvimento regional mais representativos dos anseios dos agentes econômicos da região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ampliação da participação dos representantes da classe empresarial no Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste, de modo que o empresariado de cada unidade da Federação da região esteja devidamente representado, parece ser uma medida que contribuirá para a tomada de decisões mais equilibradas quanto à definição de prioridades de investimentos e à melhor utilização dos recursos públicos.

Nesse sentido, o PLP nº 257, de 2020, é meritório e deve ser aprovado.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PLP nº 257, de 2020.

Sr. Presidente, queria parabenizar, primeiro, o autor do projeto, que é o Senador Izalci Lucas, e também a oportunidade de ser Relator e dizer da importância deste projeto na prática.

Aqui, nós somos quatro estados que fazemos parte do Centro-Oeste. Hoje, nós temos um representante, que é eleito. Por três anos, nós ficamos sem representantes dentro do conselho na área empresarial.

Com este projeto, nós vamos ter um representante de cada estado, que pode dar uma dinâmica muito mais produtiva para o desenvolvimento de toda a região, um representante empresarial para cada estado.

Esse é o nosso relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o relatório apresentado pelo nobre Senador Wilder Morais. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão e o submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam – a votação é simbólica – permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai a Plenário.

Senadora Dorinha, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Pela ordem.) – Bom dia, Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadora.

Eu pedi a retirada do PLC 134, de 2017, a pedido do Governo, que quer apresentar algumas sugestões. Fiz isso em respeito – embora o texto seja de conhecimento, já de algum tempo – e em virtude... Eu gostaria de fazer a solicitação, mas que voltasse na próxima semana.

Então, eu tenho esta semana para ouvir as considerações e contribuições possíveis ao texto, mas gostaria que voltasse à pauta.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Estará na pauta da próxima semana.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone*.) – Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vamos ao item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 394, DE 2020

- Não terminativo -

Cria a Rota Turística Histórica Belém-Bragança, no Estado do Pará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. Após a deliberação na CDR, a matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A autoria é do Deputado Celso Sabino – aliás, Ministro do Turismo – e a relatoria é do nobre Senador Zequinha Marinho, também paraense.

Concedo a palavra ao nobre Senador Zequinha Marinho para a leitura do seu relatório.

V. Exa. tem a palavra, Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Peço autorização para ir direto à análise do projeto.

Nos termos do disposto no inciso VI do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado manifestar-se a respeito de proposições que tratem, entre outros temas, de assuntos referentes ao turismo, tema afeto ao projeto de lei em análise.

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos – em especial no que diz respeito à técnica legislativa – e regimentais da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideram-se atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União (art. 24, inciso IX, da Constituição Federal), às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da Constituição também) e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada (art. 61 da Constituição Federal, no *caput*) –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Do ponto de vista material, o projeto está em harmonia com os preceitos da Carta Magna, particularmente com o disposto no art. 180, que estabelece o dever da União, estados, Distrito Federal e municípios de promover e incentivar o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.

Assim, em todos os aspectos, verifica-se a constitucionalidade da iniciativa. Não se observam aqui, na proposição, falhas de natureza regimental.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que concerne ao mérito da proposição, parece-nos plenamente justificada a instituição da Rota Turística Histórica Belém-Bragança, no Estado do Pará. A criação dessa rota turística é uma iniciativa estratégica que visa promover o desenvolvimento econômico, cultural e turístico do Estado do Pará, ao conectar os Municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Izabel do Pará, Castanhal, São Francisco do Pará, Igarapé-Açu, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Capanema, Tracuateua e Bragança, no nordeste paraense.

Este percurso histórico resgata a importância da antiga estrada de ferro Belém-Bragança, que foi fundamental para a integração regional e o crescimento econômico da região no início do século XX. Ao revitalizar esse trajeto, a proposta fomenta o turismo urbano e rural, criando oportunidades de geração de renda para as comunidades locais, além de promover a valorização do patrimônio cultural e natural daquela região.

A diversidade de atrativos ao longo da rota é um dos grandes diferenciais do projeto. O turista poderá vivenciar tanto a efervescência cultural e histórica da capital, Belém, quanto as características rurais e naturais dos municípios ao longo do percurso. Esse mosaico de paisagens e experiências possibilita a promoção de diferentes modalidades de turismo, como o ecoturismo, o turismo de aventura, o turismo cultural e o turismo gastronômico, todos com potencial para atrair visitantes de diversas regiões do Brasil e do exterior.

Além disso, a implementação dessa rota turística potencialmente impulsionará a infraestrutura local, ao fomentar investimentos em transportes, hospedagem e serviços turísticos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população residente.

Por fim, Sr. Presidente, o fortalecimento da identidade regional por meio da promoção de tradições e eventos locais, a preservação do meio ambiente e o incentivo à sustentabilidade são elementos que consolidam a importância deste projeto. A Rota Turística Histórica Belém-Bragança representará não apenas uma nova alternativa de lazer e cultura para os turistas, mas também um símbolo de resgate histórico e desenvolvimento regional para a região nordeste do Estado do Pará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 394, de 2020.

Quero aqui aproveitar para cumprimentar a iniciativa do Deputado Celso Sabino, hoje Ministro do Turismo, e dizer que eu conheço muito bem essa região, um povo querido, cidades aprazíveis, algumas muito pequenininhas, mas muito interessantes de se viver, e lembrar que, no Governo do Dr. Simão Jatene, de que tive a oportunidade de ser Vice-Governador, nós restauramos toda essa trajetória, todo esse trajeto, refazendo onde passava o trem naquele tempão, no início do século XX, que fazia não só a integração dessas regiões, mas também o escoamento da produção dessa região para a capital, maior centro consumidor do Estado do Pará.

Então, parabéns ao Celso Sabino, nosso Deputado e Ministro, e também àquela região, porque agora vira lei a Rota Turística Belém-Bragança. Isso é muito bom, e aqui me sinto muito honrado em poder fazer o relatório. Eu espero corresponder às expectativas da nossa gente daquela região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Parabenizando o Senador Zequinha Marinho, eu faço uma pergunta aqui: Alter do Chão está nessa rota aí?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Não, senhor. Alter do Chão...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Então, o projeto não merece ser aprovado. (*Risos.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – O Pará é todo lindo. Alter do Chão fica na região de Santarém, não é? É balneário. Não é só Alter; é todo o conjunto lá.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Estou brincando. É só para realçar aqui a beleza que é Alter do Chão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – O Pará todo é encantador.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – É verdade.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Claro que Alter é, mais ou menos, uma coisa diferenciada com relação ao resto do estado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o relatório do nobre Senador Zequinha Marinho. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão e o submeto à votação simbólica.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, e vai ao Plenário.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 4793, DE 2020

- Terminativo -

Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir a bacia hidrográfica do rio Taquari, nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF).

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS)

Relatoria: Senadora Margareth Buzetti

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A votação será nominal;

2. Após a deliberação terminativa da CDR, a matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Virou brincadeira isso aí.

Concedo a palavra à nobre Senadora Margareth Buzetti para fazer a leitura do seu relatório.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente.

Peço permissão ao senhor para ir direto à análise.

Nos termos dos incisos I e V do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDR opinar sobre proposições que tratem de assuntos referentes às políticas de desenvolvimento regional, dos estados e dos municípios, bem como sobre agências e organismos de desenvolvimento regional.

Tendo em vista a decisão desta Comissão ter caráter terminativo, serão analisados preliminarmente os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa da proposição.

Entendemos que o PL nº 4.793, de 2020, atende aos preceitos constitucionais formais concernentes à competência legislativa concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal e às atribuições do Congresso Nacional (Constituição Federal, art. 48, inciso IV) e de suas Comissões (Constituição Federal, art. 58, §2º, inciso VI).

Do ponto de vista material, o projeto contribui para o desenvolvimento nacional, que é objetivo fundamental da República Federativa do Brasil explicitado no Preâmbulo e definido no art. 3º, inciso II, da Constituição Federal.

A proposição se revela adequada também quanto à juridicidade: o meio escolhido é apropriado ao objetivo pretendido, o conteúdo possui generalidade e se mostra harmônico com os princípios gerais do direito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consideramos o projeto adequado também nos aspectos regimentais e de técnica legislativa.

Além disso, o PL nº 4.793, de 2020, não implica aumentos imediatos de gastos públicos, e, portanto, o critério de adequação orçamentária e financeira está atendido.

Passemos à análise do mérito do projeto.

Conforme artigo da Lei nº 6.088, de 1974, a Codevasf tem por finalidade o aproveitamento, para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, dos recursos de água e solo das bacias hidrográficas que compõem sua área de atuação. Com base nesse dispositivo e em razão do reconhecimento da excelência da companhia no atingimento de seus objetivos, sua área de atuação vem sendo ampliada para além do Vale do Rio São Francisco, como originalmente previsto pela lei.

O Rio Taquari, em Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul, fornece água e nutrientes para a planície do Pantanal, um dos maiores ecossistemas do bioma Pantanal tanto para a manutenção da biodiversidade como em termos sociais e econômicos. Contudo, a Bacia do Rio Taquari vem enfrentando, desde os anos de 1970, problemas cada vez mais graves de assoreamento. Se, por um lado, a ocupação trouxe um relevante desenvolvimento socioeconômico para a região, por outro, também resultou na acumulação de sedimentos nas calhas dos rios e na planície pantaneira, afetando a navegabilidade do rio, a biodiversidade aquática e a qualidade de vida dos ribeirinhos.

A expansão da área de atuação da Codevasf para a Bacia do Rio Taquari dotará a região de instrumentos de reconhecimento efetivo, não apenas para a proteção do meio ambiente, com a recuperação de matas ciliares, por exemplo, mas também para a promoção do desenvolvimento econômico e para a melhoria da vida das comunidades locais.

Por essas razões, entendemos que a proposição reúne as condições requeridas para sua aprovação nesta Comissão.

Voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pela adequação orçamentária e financeira; e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.793, de 2020.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o relatório da nobre Senadora Margareth Buzetti. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão e vou submetê-lo à votação nominal.

Em votação o Projeto de Lei nº 4.793, de 2020, nos termos do relatório apresentado.

As Senadoras e os Senadores que votam com o relatório votam "sim".

Peço para abrir o painel, e as Sras. e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Enquanto os nobres Senadores ficam votando, vamos avançar na pauta.

O item 5 da pauta foi retirado a pedido do Relator, o nobre Senador Astronauta Marcos Pontes.

O item 6, a Senadora Augusta Brito havia pedido para retirar, mas eu soube que está vindo para cá, para fazer a leitura.

O item 7 foi retirado a pedido do Senador Rodrigo Cunha, e o item 8 tem como Relator a nobre Senadora Professora Dorinha Seabra.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 2, DE 2021

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, – Estatuto da Cidade, para assegurar o acesso a montanhas, paredes rochosas, praias, rios, cachoeiras, cavernas e outros sítios naturais públicos de grande beleza cênica ou interesse para a visitação pública.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação.

Observações:

1. Em 13/08/2024, retirado de pauta a pedido do relator, Senador Astronauta Marcos Pontes;

2. A votação será nominal;

3. Após a deliberação terminativa da CDR, a matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 479, DE 2024

- Não terminativo -

Institui o Novo Programa de Reestruturação da Região Cacaueira da Bahia – RENOVA CACAU; e dispõe sobre a remissão de dívidas oriundas de operações de crédito rural do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana – PRLCB.

Autoria: Senador Angelo Coronel (PSD/BA)

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: Pela aprovação com uma 1 emenda que apresenta

Observações:

1. A matéria constou nas pautas da 14ª e 16ª Reuniões da CDR;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. Após deliberação da CDR, a matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos - CAE; seguindo, posteriormente, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA, em decisão terminativa).

Então, nós vamos ao item 8, também um item terminativo.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 3040, DE 2024

- Terminativo -

Cria a Rota Turística Grande Reserva Mata Atlântica, nos Estado do Paraná, de Santa Catarina e de São Paulo.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A votação será nominal;

2. Após a deliberação terminativa da CDR, a matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Concedo a palavra à nobre Senadora Dorinha Seabra, para a leitura do seu relatório.

V. Exa. está com a palavra, nobre Senadora.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Segundo o art. 104-A, incisos VI e VII, do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), compete a esta Comissão tratar desse tema e, em face ao caráter terminativo, cabe a esta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão manifestar-se quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito da matéria.

No tocante à constitucionalidade, não se vislumbram óbices, pois é competência comum a todos os entes a promoção e o incentivo do turismo como fator de desenvolvimento social e econômico, conforme o art. 180 da Constituição Federal. Além disso, também é dever comum a todos os entes a proteção das paisagens naturais notáveis, do meio ambiente, das florestas, da flora e da fauna, conforme o art. 23, incisos III, VI e VII da Constituição.

Por fim, a matéria não consta no rol daquelas de iniciativa privativa do Presidente da República, previstas no art. 61, §1º, da Carta Maior.

De igual maneira, não se verificam prejuízos aos aspectos de regimentalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Em relação ao mérito, somos favoráveis à proposição.

Conforme exposto na justificação do projeto, a Mata Atlântica é um bioma de grande importância para o abastecimento de água, o equilíbrio climático, a proteção de encostas e do solo e a preservação do patrimônio histórico e cultural da região.

Sobre o aspecto econômico e social dos municípios abrangidos pela Rota Turística Grande Reserva Mata Atlântica ora proposta, é importante destacar que vários deles figuram entre as últimas colocações nos respectivos estados, quando analisado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Significa dizer, portanto, que esses municípios possuem baixos valores em indicadores de educação, longevidade e renda, o que demanda uma atuação efetiva do poder público.

Nesse sentido, a criação da Rota Turística Grande Reserva Mata Atlântica é uma iniciativa relevante tanto para a preservação quanto para a valorização dos patrimônios natural, cultural e histórico. Além disso, a expansão do turismo tem o potencial de impulsionar o desenvolvimento econômico e social, estimulando novos negócios, gerando empregos e renda e, consequentemente, melhorando o nível da qualidade de vida da população.

Esse é o nosso voto, pela aprovação do Projeto de Lei 3.040, de 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o relatório da nobre Senadora Professora Dorinha Seabra. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão e vamos aguardar a votação do item 4, para depois submetermos esse item à votação nominal, porque são projetos terminativos.

Vamos avançar ao item 9 da pauta.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 15, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, Audiência Pública, com o objetivo de debater o Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais e o novo modelo de desenvolvimento regional após a EC 132 e regulamentação do PLP 68/2024.

Autoria: Senador Laércio Oliveira (PP/SE)

Concedo a palavra ao nobre Senador Laércio Oliveira, autor do requerimento.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Bom dia, Senador Marcelo Castro.

Eu queria cumprimentar todos os meus colegas, Senadores e Senadoras aqui presentes.

Esse assunto certamente, Presidente, é um assunto que interessa muito a V. Exa. também, porque vai ao encontro das necessidades que o Norte e o Nordeste brasileiros têm. Portanto, é um requerimento para que a gente realize uma audiência pública, para que haja um debate mais aprofundado, para que a gente leve conteúdo para o Relator, o Senador Eduardo, sobre o Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, os convidados são: o Bernardo Appy, o André Horta, que é o Diretor Institucional do Comitê Nacional de Secretários de Estado; o Mário Sérgio, Surpreendente de Economia da CNI; também nós temos o José Alves Filho, que é o Presidente da Associação Brasileira Pró-Desenvolvimento Regional Sustentável, e o Sr. Pablo Cesário, que é Presidente-Executivo da Associação Brasileira das Companhias Abertas.

Além do mais, eu encaminhei o requerimento também para V. Exa., para a Mesa, pedindo que fosse convidado um representante da confederação nacional do comércio e de serviços e também que viesse, além do já convidado Mário Sérgio, o Presidente da CNI, Ricardo Alban.

Então, esse é o requerimento, Presidente, que eu coloco à apreciação dos nossos pares aqui, para a gente realizar esta audiência pública.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – A votação será simbólica, e o requerimento inclui como convidados o Sr. Bernard Appy, Secretário Extraordinário para a Reforma Tributária; o Sr. André Horta, Diretor Institucional do Comitê Nacional de Secretários de Estado de Fazenda; o Sr. Mário Sérgio, Superintendente de Economia da Confederação Nacional da Indústria; o Sr. José Alves Filho, Presidente da Associação Brasileira Pró-Desenvolvimento Regional Sustentável (Adial Brasil); e o Sr. Pablo Cesário, Presidente-Executivo da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca).

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que estejam de acordo permaneçam como se encontram...

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Presidente, um aparte só.

Fora isso, eu encaminhei o requerimento sugerindo mais dois nomes: um representante da CNC e a substituição desse representante da CNI pelo Presidente da CNI.

Só para...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois fica valendo a observação que V. Exa. fez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Então, as Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O requerimento foi aprovado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Então, o item 4.

Eu peço à Mesa que finalize a votação para a gente apurar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – SIM, 8; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

Com o quórum de nove, então, o item foi aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Vamos submeter à votação o item 8, de autoria do Senador Flávio Arns.

Peço que abra o painel para a votação do item 8.

A Sras. e os Srs. Senadores, na hora em que for aberto o painel, já podem votar. (*Pausa.*)

Sras. e Srs. Senadores, podem votar o item 8.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu peço à Mesa que apure o resultado da votação.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – São 8 votos SIM; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

Com um quórum de nove, então, a matéria está aprovada e será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrados os presentes trabalhos.

(*Iniciada às 9 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e cinquenta e cinco minutos do dia vinte e seis de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Efraim Filho, Zequinha Marinho, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Angelo Coronel, Paulo Paim, Zenaide Maia, Margareth Buzetti, Augusta Brito, Flávio Bolsonaro, Astronauta Marcos Pontes, Wilder Morais e Mecias de Jesus. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Eduardo Braga, Cid Gomes, Irajá, Sérgio Petecão, Beto Faro, Jaques Wagner, Rogerio Marinho, Jorge Seif e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, – Estatuto da Cidade, para assegurar o acesso a montanhas, paredes rochosas, praias, rios, cachoeiras, cavernas e outros sítios naturais públicos de grande beleza cênica ou interesse para a visitação pública." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 2 (duas) emendas de redação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista à Senadora Augusta Brito. **ITEM 2 - Projeto de Lei da Câmara n° 134, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que "regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências"." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação, nos termos do parecer aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos - CAE. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista à Senadora Augusta Brito. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5637, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para prever sanções aos prestadores de serviços turísticos que cometerem infrações associadas à facilitação do turismo sexual." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda de Redação nº 1-CCJ. **Resultado:** Aprovado o relatório. **Observação:** Foi aprovado o Requerimento nº 20, de 2024-CDR (Urgência). **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 775, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988 – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro; e a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, para garantir o acesso e o uso público das praias e do mar." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Pela aprovação nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **Observação:** A matéria fica sobrestada em razão da aprovação dos Requerimentos nºs 16 e 19, de 2024-CDR, para realização de Audiência Pública. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3490, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Exclui a área do Alto Corcovado dos limites do Parque Nacional da Tijuca." **Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista à Senadora Augusta Brito. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 16, de 2024** que: "Requer audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 775/2022, que "altera a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988 – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro; e a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, para garantir o acesso e o uso público das praias e do mar"." **Autoria:** Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 19, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 775/2022, que "altera a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988 – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro; e a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, para garantir o acesso e o uso público das praias e do mar"." **Autoria:** Senadora Augusta Brito (PT/CE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 20, de 2024** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 5637/2020." **Autoria:** Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. **Resultado:** Aprovado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 26 de novembro de 2024.

Na 17ª Reunião da Comissão, ocorrida no dia 12/11/2024, foi aberto o prazo para manifestação das Sras. e Srs. Senadores sobre o Aviso nº 718-GP/TCU, que trata da auditoria realizada com o objetivo de avaliar aspectos operacionais e de conformidade relacionados aos Processos Produtivos Básicos (PPBs) e projetos industriais beneficiados com os incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus. Informo que o prazo está encerrado e, como não houve manifestação dos membros desta Comissão, o documento será remetido ao arquivo.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Pauta deliberativa.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2, DE 2021

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, – Estatuto da Cidade, para assegurar o acesso a montanhas, paredes rochosas, praias, rios, cachoeiras, cavernas e outros sítios naturais públicos de grande beleza cênica ou interesse para a visitação pública.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação do projeto com 2 (duas) emendas de redação.

Observações:

1. A votação será nominal;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. Após a deliberação terminativa da CDR, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação;

3. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 13/08/2024, 03/09/2024 e 12/11/2024;

4. Em 18/11/2024, foi apresentado novo relatório.

Bom, concedo então a palavra ao nobre Senador Astronauta Marcos Pontes para a leitura do seu relatório.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. Bom dia.

Bom dia a todos.

Presidente, eu gostaria de fazer um pedido. Eu tenho dois itens, esse e o item 5. Se eu puder fazer os dois na sequência...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sem nenhum problema.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado.

Vou direto à análise do item 1.

Os incisos I, VII e VIII do art. 104-A do Regimento Interno estabelecem que compete à CDR opinar sobre matérias pertinentes a proposições que tratem de assuntos referentes às desigualdades regionais e às políticas de desenvolvimento regional dos estados e dos municípios, a políticas relativas ao turismo e a outros assuntos correlatos.

O PL nº 2, de 2021, ao alterar o Estatuto da Cidade para assegurar o acesso a sítios naturais públicos de grande beleza cênica ou interesse para a visitação pública é, portanto, objeto de análise desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com a Constituição Federal, é competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios proteger os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos. Isso está no art. 23, inciso III, da Constituição Federal. Ainda conforme o texto constitucional, compete a esses entes federativos legislar concorrentemente sobre a proteção ao patrimônio turístico e paisagístico.

O PL nº 2, de 2021, diz respeito à competência constitucional da União para legislar sobre direito urbanístico e para instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, não havendo reserva de iniciativa em favor de outro Poder. Desse modo, não há ressalvas a fazer quanto à constitucionalidade da proposição em análise.

Não há, tampouco, ressalvas a fazer quanto à juridicidade do PL nº 2, de 2021, que efetivamente inova o ordenamento jurídico do país.

Quanto ao mérito, entendemos ser uma iniciativa oportuna, uma vez que o acesso a sítios naturais públicos de grande beleza cênica ou interesse para visitação pública é um direito do cidadão que deve ser garantido pela legislação. O contato com esses sítios estimula a conscientização e a educação ambiental. Além disso, ao disciplinar sua visitação, a proposição contribui para a geração de emprego e renda em torno desses lugares.

Já houve, inclusive, iniciativas nesse sentido, por exemplo, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 74, de 2017, que disciplina o trânsito por propriedades privadas para o acesso a sítios naturais públicos, chegou a ser aprovado na Câmara dos Deputados e na Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, mas foi arquivado no final da Legislatura.

O PL nº 2, de 2021, transfere a tarefa de regulamentar o acesso a sítios naturais públicos de grande beleza cênica e de interesse para visitação pública para a política urbana. Essa opção nos parece mais adequada em face da diversidade e da multiplicidade de situações cuja previsão em lei federal seria praticamente impossível.

Entretanto, entendemos ser oportuna a remoção da palavra "livre" – entre aspas – do novo inciso a ser inserido no art. 2º da Lei nº 10.257, de 2001, porque acreditamos que essa expressão relativizaria o direito de propriedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à técnica legislativa, embora o PL nº 2, de 2021, observe o disposto na Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, é preciso corrigir a numeração dos incisos acrescidos nos arts. 2º e 42-B da Lei nº 10.257, de 2001, em virtude de alterações ocorridas após a apresentação do projeto.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2, de 2021, com as seguintes emendas de redação:

> Emenda
> Dê-se nova redação ao inciso a ser inserido no *caput* do art. 2º da Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei nº 2, de 2021, renumerando-o como inciso XXI.
> Art. 2. (...)
> XXI – acesso a montanhas, paredes rochosas, praias, rios, cachoeiras, cavernas e outros sítios naturais públicos de grande beleza cênica de interesse para visitação pública.
> [Segunda emenda:] Renumere-se o inciso VIII a ser inserido no *caput* do art. 42-B da Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, nos termos do Projeto de Lei nº 2, de 2021, como inciso IX.

Esse é o parecer e o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o parecer...

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... do nobre Senador Astronauta Marcos Pontes.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para discutir.) – Eu gostaria de pedir vista, se possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não. Vista concedida à nobre Senadora Augusta Brito.

Vamos ao item seguinte da pauta.

Nós vamos fazer uma inversão aqui, a pedido do Senador Marcos Pontes. Vamos ao item 5 da pauta, do qual ele é o Relator.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 3490, DE 2024

- Não terminativo -

Exclui a área do Alto Corcovado dos limites do Parque Nacional da Tijuca.

Autoria: Senador Carlos Portinho (PL/RJ)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação do projeto

Observações:

1. Após a deliberação na CDR, a matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente - CMA, em decisão terminativa.

Autoria: Senador Carlos Portinho, Senador Flávio Bolsonaro e Senador Romário.

Concedo a palavra ao nobre Senador Astronauta Marcos Pontes para a leitura do seu relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. Obrigado pela inversão também de pauta.

A análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos dos incisos VII e VIII do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre políticas relativas ao turismo e outros assuntos correlatos.

Considerando que a apreciação terminativa da matéria caberá à Comissão de Meio Ambiente, que verificará os requisitos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição, cabe a esta Comissão apenas a análise do mérito.

A alteração dos limites do Parque Nacional da Tijuca, proposta pelo PL nº 3.490, de 2024, objetiva devolver à Arquidiocese do Rio de Janeiro, hoje representada pela Mitra Arquiepiscopal, o domínio pleno da área do Alto Corcovado, que abriga o complexo do Cristo Redentor.

Primeiramente, é importante destacar que a área objeto do projeto – composta pela estátua, pelo santuário localizado em sua base e pela respectiva infraestrutura de acesso – representa menos de 0,02% da área total do parque e não engloba florestas ou vegetação nativa, não comprometendo, portanto, a finalidade da unidade de conservação sob a gestão do ICMBio.

Trata-se de área de uso turístico e religioso, de grande valor cultural e simbólico não apenas para a cidade do Rio de Janeiro, mas para todo o país, e, apesar do direito de gerenciar o Santuário Cristo Redentor ter sido concedido pela União à Arquidiocese do Rio de Janeiro na década de 1930, o acesso à estátua, bem como a administração do platô onde ela se localiza, são realizados pela autarquia federal – o ICMBio.

Hoje, a Igreja precisa de autorização do ICMBio para as decisões mais cotidianas relativas à administração do santuário, como a celebração de missas, casamentos, batizados e ações culturais.

Segundo informado pela própria arquidiocese, religiosos do Rio de Janeiro, juntamente com fiéis e convidados que participam das cerimônias, têm tido dificuldades de acesso ao santuário, sendo, muitas vezes, barrados por funcionários do Parque Nacional.

Além disso, são inúmeros os relatos, inclusive na imprensa, de falta de manutenção e modernização das estruturas do monumento, que é um dos pontos turísticos mais importantes do país. O Cristo Redentor é considerado uma das sete maravilhas do mundo moderno e recebe cerca de 3 milhões de visitantes todos os anos, oriundos de todos os lugares do mundo. No entanto, apesar da enorme receita gerada por esse grande contingente de turistas, o local possui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

equipamentos de apoio obsoletos e degradados. As escadas rolantes que dão acesso ao platô, por exemplo, ficaram inoperantes por três meses em 2019. O espaço destinado à circulação dos visitantes também não possui acessibilidade adequada para pessoas com deficiência e ficou por três anos, de 2019 a 2022, sem banheiros. Não há opções de alimentação para o público e, até o ano passado, não havia sequer água disponível no local e, apesar dos esforços da Igreja para melhorar as condições do espaço, essa função tem sido dificultada pela relativização de sua autoridade na gestão do Santuário.

Por todo o exposto, consideramos a iniciativa necessária e oportuna, tanto para o cumprimento do princípio inviolável do livre exercício de cultos religiosos, garantido pela Constituição Federal, quanto para proporcionar melhorias na infraestrutura turística e nas condições de uso e visitação do Cristo Redentor, símbolo nacional e um dos maiores cartões de visitas do nosso país.

Voto.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.490, de 2024.

Esse é o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão...

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... o relatório do nobre Senador Astronauta Marcos Pontes.

Com a palavra V. Exa., Senadora.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para discutir.) – Sr. Presidente, que o nosso Relator aqui não se sinta com questão nenhuma pessoal (*Risos.*),... mas eu gostaria também de fazer o pedido de vista desse projeto para que eu possa estudar um pouco mais o que é que vai repercutir e realmente... Com certeza, parabenizando aqui o relatório tão bem explicado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Encerra-se a discussão ou discutimos agora e já volta só para votar após o pedido de vista?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, podemos discutir.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Não, só para parabenizar o Relator. Como Senador do Rio de Janeiro, eu nem lembrava que eu tinha assinado esse projeto junto com o Senador Portinho e com o Senador Romário. Não foi por acaso que os três Senadores do Rio assinaram esse projeto.

Presidente Marcelo Castro, a gente sempre brinca, não é? Imagina se alguns dos monumentos e pontos turísticos mais frequentados do Brasil tivessem que ter sido aprovados pela legislação ambiental de hoje com a mentalidade do Iphan de hoje, se nós teríamos Pão de Açúcar, se nós teríamos Bondinhos, se nós teríamos Corcovado, se nós teríamos Ponte Rio-Niterói, se nós teríamos uma série de outros pontos turísticos reconhecidos internacionalmente? Eu acredito que não.

Então, a nossa mentalidade no tocante à preservação do meio ambiente foi por uma linha tão chiita que hoje em dia é praticamente impossível você criar, dentro de reservas ambientais, alguns monumentos, alguns pontos de visitação, sempre obviamente preocupados com a preservação, com uma autossuficiência e um respeito ao meio ambiente desses novos aparelhos.

Eu acho que o Senador Portinho aqui neste projeto, na verdade, está tentando trazer uma reflexão sobre como funciona hoje em dia, porque, se você for hoje ao Corcovado, por exemplo, a infraestrutura lá, Senador Marcos Pontes, é muito precária.

Então, um turista que está acostumado a visitar outros pontos turísticos em várias partes do mundo, quando vem, ele tem dificuldade de ter acesso a um banheiro, por exemplo, em um local que podia ser muito mais bem explorado, bem frequentado, com algumas alternativas a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais para o turista de todo o mundo que vai nos visitar no Rio de Janeiro. Ele tem dificuldade por causa das amarras que o Senador Portinho pretende desfazer aqui nesse projeto de lei.

Então, só para ficar aqui nesta discussão, Presidente, no meu depoimento, a importância de aprovação dele e que a gente tenha alguma flexibilidade, porque aqui tem um outro fator também no Alto do Corcovado que envolve a Igreja Católica. Ela é super a favor também de que seja feita uma exploração responsável, como já é feita hoje, mas de uma forma mais ampliada, como eu falei, para dar um pouco mais de conforto e autonomia para a própria Igreja Católica definir o que pode e o que não pode ser feito naquela região ali do Alto do Corcovado. Tenho certeza também de que apoiam esse projeto aqui de nossa autoria.

Fica aqui o meu agradecimento ao Relator e peço a V. Exa. que volte o quanto antes esse projeto para a pauta após a vista, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Presidente, só para complementar alguns pontos importantes a respeito desse projeto. Eu sou o Presidente da Frente Católica aqui no Senado e, obviamente, a Igreja Católica é uma organização extremamente responsável em tudo o que faz. Esse projeto de lei tem exatamente a ver com isso. Ela é responsável por aquela área e é importante que ela tenha meios de manter esse cartão postal do Brasil nas melhores condições.

Eu tive a oportunidade de ir lá algumas vezes. Inclusive, levei alguns astronautas amigos meus para ir lá e, naquele momento, eu confesso que eu fiquei um pouco constrangido com algumas das coisas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

Pois é. (*Risos.*)

Fiquei meio constrangido com algumas coisas ali, mas o fato é que a própria constituição geográfica daquela localização, daquelas construções, impede qualquer tipo de pensamento em degradar o meio ambiente, em degradar o que existe de recursos naturais ao redor, porque,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obviamente, ninguém vai se arriscar fora daquela posição ali. Colocaria a própria vida em risco para fazer qualquer tipo de excursão fora daquela posição.

Portanto, passar esse controle total para a igreja, para que ela controle aquilo ali, melhore as instalações, traga mais rendimento é importante também, porque é um ponto turístico para o Rio de Janeiro, que precisa de recursos também, como cidade, como estado. Então, esse projeto faz todo o sentido. Não tem nenhum tipo de risco ambiental associado à aprovação desse projeto, só para deixar claro isso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeito, então, vista concedida.

Vamos ao próximo item da pauta: o item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 134, DE 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que "regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências".

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação, nos termos do parecer aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos - CAE.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 2 - CAE;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. Após a deliberação na CDR, a matéria vai ao Plenário do Senado Federal;

3. Em 12/11/2024, retirado de pauta a pedido da Relatora.

Autoria: Deputado Giuseppe Vecci, do PSDB, de Goiás.

Concedo a palavra à nobre Senadora Professora Dorinha Seabra para a leitura do seu relatório.

V. Exa. tem a palavra, Senadora.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Bom dia, Sr. Presidente.

Muito obrigada aos Senadores e à Senadora e a todos que nos acompanham.

Eu vou direto à análise.

Compete à CDR, às suas atribuições, alterar a lei, a proposta da Lei 7.827, de 1989, que cria o FNO, o FNE e o FCO.

Nós já tivemos a oportunidade de relatar essa matéria na CAE. Eu farei agora o resumo desses fundos, dessa proposta, que já vem de um período de longa tramitação, conforme V. Exa. já mencionou, da autoria do Deputado Giuseppe Vecci.

Estimam-se disponibilidades da ordem de R$63,9 bilhões em 2024 para o conjunto formado pelo FNO, pelo FNE e pelo FCO. Trata-se de um volume de recursos expressivo, e uma parcela desse total poderá priorizar o financiamento de atividades ligadas à economia criativa com a aprovação do PLC nº 134, de 2017.

Conforme se menciona no art. 1º da proposição, a economia criativa tem origem na criatividade, na habilidade e no talento dos indivíduos e pode contribuir para a geração de emprego e renda. Por essa razão, a economia criativa é também um mecanismo de promoção do desenvolvimento regional. O tratamento preferencial dessas atividades na formulação dos programas de financiamento do FNO, do FNE e do FCO pode contribuir, portanto, para o desenvolvimento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A CFT da Câmara dos Deputados já indicava, em seu parecer sobre a matéria, que essa alteração promovida não resulta na obrigatoriedade da contratação de novas operações de financiamento porque as aplicações do FNO, do FNE e do FCO devem obedecer às diretrizes e orientações já contidas na própria Lei nº 7.827, de 1989, e nos planos regionais de desenvolvimento. Isso quer dizer que a proposição não cria ônus adicional para os fundos constitucionais de financiamento.

Conforme já havíamos ressaltado na CAE, não parece haver reparos a fazer com relação aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa do PLC nº 134.

Este é o nosso voto, esclarecendo, como foi dito, que ele não cria novas responsabilidades, traz profunda possibilidade da economia criativa, que, em especial, abre muito espaço principalmente para as mulheres em diferentes áreas, e, obviamente, dentro da regulamentação e da administração de cada fundo é que vão ser avaliadas quais são as operações que merecem a destinação dos recursos.

Este é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Em discussão a matéria, o relatório da Senadora Professora Dorinha.

Com a palavra a Senadora Augusta Brito.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiro, eu quero parabenizar o relatório da nobre Senadora Dorinha, mas eu gostaria de pedir vista, porque chegou até a mim aqui que existe uma mudança redacional, para que o Governo possa acatar e que a gente possa realmente fazer valer o relatório e o projeto, como tão bem foi falado aqui pela nossa Senadora.

Então, eu gostaria de pedir vista para apresentar essa emenda redacional, dialogando aqui com a nossa Relatora nesse período, para um acordo o mais breve possível.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, nobre Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, inclusive, fico mais confortável de ver que o pedido de vista não era dirigido só ao Senador. (*Risos.*)

Eu já estava preocupado, porque ele fez dois relatórios.

Brincadeira, pelo amor de Deus!

Concedida a vista, vamos, então, esperar a contribuição da nobre Senadora...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – O Governo não quer votar nada, não é? Então...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... para na próxima sessão a gente encaminhar o processo.

Item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 5637, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para prever sanções aos prestadores de serviços turísticos que cometerem infrações associadas à facilitação do turismo sexual.

Autoria: Câmara dos Deputados, Deputado Federal, Eduardo Bismarck (PDT/CE)

Relatoria: Senadora Augusta Brito

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda de Redação nº 1-CCJ.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao Projeto, com a Emenda de Redação nº 1-CCJ;

2. Após a deliberação na CDR, a matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra à nobre Senadora Augusta Brito, para a leitura do seu relatório.

V. Exa. tem a palavra.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Como Relatora.) – Bom dia, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

Bom dia a todos os Senadores e Senadoras aqui presentes.

Gostaria de pedir para começar a fazer a leitura do parecer a partir da análise do projeto. (*Pausa.*)

Este PL prevê sanções aos prestadores de serviços turísticos que cometerem infrações associadas à facilitação do turismo sexual. As alterações propostas pelo Projeto de Lei nº 5.637, de 2020, visam fortalecer o combate ao turismo sexual, impondo sanções mais severas aos prestadores de serviços turísticos que se envolverem em atividades que explorem sexualmente indivíduos ou promovam o Brasil como destino para essa prática ilícita.

O turismo sexual tem efeitos prejudiciais significativos para a atividade turística em uma região. Entre os malefícios a ele associados, nós podemos citar: i. exploração e violência, pois o turismo sexual frequentemente envolve exploração de pessoas vulneráveis, como trabalhadores e trabalhadoras sexuais e crianças, agravando situações de violência, tráfico humano, cárcere privado e abuso [Quero aqui fazer um parêntese, só para a gente registrar: infelizmente, o número de estupros vem aumentando no nosso país – 79% deles acontecem com crianças de zero até 17 anos e, dessas, a grande maioria, 87 vírgula alguma coisa, são meninas, mulheres]; ii. desigualdade social e econômica, uma vez que o foco excessivo no turismo sexual pode agravar as desigualdades, prejudicando as comunidades locais; iii. declínio da cultura local, porque o turismo sexual muitas vezes promove uma visão distorcida da cultura local, reduzindo-a a estereótipos e clichês, o que pode resultar em perda da autenticidade cultural; e iv. reputação negativa, pois, quando uma região é conhecida por facilitar o turismo sexual, sua reputação é afetada negativamente, o que afasta turistas que buscam experiências culturais autênticas e seguras. Conclui-se, então, que, do ponto de vista econômico e social, o turismo sexual tem diversos efeitos negativos sobre o setor de turismo e, por isso, deve ser desestimulado. Para isso, o PL em análise

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

visa fortalecer o combate ao turismo sexual impondo sanções mais severas aos prestadores de serviços turísticos que se envolverem nessas atividades, o que é meritório.

O turismo sexual envolve a exploração sexual no contexto de atividades turísticas, sendo uma prática prejudicial que viola a dignidade humana e prejudica a imagem do Brasil, além de estar ligada a crimes como tráfico de pessoas e exploração de menores.

Dessa forma, além de dissuadir os prestadores de serviços, penalidades mais severas também enviarão uma mensagem clara de que o Brasil não tolera o turismo sexual. Isso pode melhorar a imagem do país como um destino turístico responsável e ético.

Quanto à Emenda de Redação nº 1, que foi apresentada na CCJ, somos favoráveis à sua aprovação, pois, do ponto de vista da técnica legislativa, aprimora a redação da matéria, pois melhora o texto e elabora uma construção mais adequada, visando a uma melhor interpretação do objetivo da norma. Ademais, o outro ajuste redacional foi necessário a fim de evitar redundâncias no texto, pois ficaria repetitivo manter a alteração de um dispositivo que já estava inserido em outro, e a emenda, com essa contribuição, reforça a clareza textual e amplia a juridicidade da norma.

Voto.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.637, de 2020, e da Emenda de Redação nº 1, apresentada na CCJ, ressaltando a importância da aprovação desse projeto que, tendo parecer favorável desta Comissão, será apto para deliberação em Plenário.

O voto é este, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o relatório da nobre Senadora Augusta Brito. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão e o submeto à votação simbólica.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo com o relatório permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório, então, foi aprovado e passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda de Redação nº 1.

A matéria vai ao Plenário.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um requerimento de urgência, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu queria fazer um requerimento de urgência para que o projeto pudesse ir, o mais rápido possível, ao Plenário, pela grande necessidade...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Submeto o requerimento de urgência à Comissão.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Urgência concedida.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Como Relatora.) – Eu já agradeço a compreensão e a sua agilidade aqui na Presidência.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vamos em frente.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 775, DE 2022

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988 – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro; e a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, para garantir o acesso e o uso público das praias e do mar.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE).

Relatoria: Senadora Augusta Brito.

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, com parecer pela aprovação na forma de substitutivo (Emenda nº 1 - CMA);

2. Após deliberação da CDR, a matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, em decisão terminativa;

3. A matéria constou da pauta da reunião do dia 12/11/2024;

4. Apresentado Requerimento nº 16/2024-CDR, de autoria do Senador Flávio Bolsonaro, que visa a realização de audiência pública para debater a matéria (caso aprovado, a matéria ficará sobrestada até a realização da Audiência Pública).

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com a palavra, o nobre Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – É só para comunicar à Comissão que as nossas assessorias já conversaram e, inclusive, a Relatora também está apresentando um pedido de audiência pública para incluir mais nomes nesta audiência que, da minha parte, não tem problema nenhum – já não vai ser a primeira, talvez nem seja a última audiência sobre esse assunto. Mas, enfim, é só para pedir a V. Exa. que coloque em votação os requerimentos em conjunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, queria só agradecer, se for possível, exatamente por atender ao pedido do Senador Flávio Bolsonaro, até porque eu acredito que, através das audiências públicas – que é o nosso papel e o nosso dever aqui também –, a gente pode aperfeiçoar e ajudar ainda mais a entender esse projeto que está aqui apresentado.

Eu quero só agradecer e, se for possível, fazer realmente o que...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com certeza.

Vamos, então, ao item 6 da pauta.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 16, DE 2024

- Não terminativo -

Requer audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 775/2022, que "altera a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988 – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro; e a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, para garantir o acesso e o uso público das praias e do mar".

Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)

Observações:

1. Objetiva debater o Item 4 da pauta (PL nº 775/2022) e, caso aprovado, a matéria ficará sobrestada.

Concedo a palavra ao nobre Senador Flávio Bolsonaro, autor do requerimento.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, eu já fiz o uso da palavra, Presidente, eu só peço a V. Exa. para colocar em votação os requerimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Os convidados são o Sr. Roberval Felippe Pereira de Lima, Geógrafo e Professor da Universidade Federal de Alagoas e o Sr. Fabricio Soares Porto, Geógrafo e Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – O Requerimento nº 19, só para a gente votar em conjunto, não é isso? Já entramos em acordo.

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO N° 19, DE 2024

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 775/2022, que "altera a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988 – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro; e a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, para garantir o acesso e o uso público das praias e do mar".

Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE)

Item extrapauta.

A Senadora Augusta Brito apresentou o Requerimento nº 19, de 2024, o qual versa sobre o mesmo tema do Requerimento nº 16, de 2024, item 6 da pauta, de autoria do Senador Flávio Bolsonaro.

Indago às senhoras e aos Senadores se podemos fazer a votação do requerimento extrapauta. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, vamos passar à deliberação dos dois requerimentos.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos marcar proximamente a audiência pública e, até lá, fica sobrestada a matéria.

Nada mais havendo a tratar... (*Pausa.*)

Antes de finalizarmos o nosso trabalho, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovadas as atas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 09 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2024, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e quarenta e sete minutos do dia dois de setembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença do Senador Jaime Bagattoli, e ainda do Senador Paulo Paim, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Registra ainda, a presença do Deputado Estadual Delegado Lucas (PP/RO). A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública (Req 22/2024 - CRA), atendendo ao requerimento REQ 22/2024 - CRA, de autoria Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). Finalidade: Debater os desafios da cajucultura e suas novas perspectivas para o Brasil. Participantes: Adriana Melo Alves, Secretária Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial (representante de: Waldez Góes, Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional); Maurício Campos, Diretor de Projetos do Instituto Caju Brasil - ICB e (representante de: Rodrigo Diógenes, Presidente do Instituto Caju Brasil - ICB); Amilcar Silveira, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Ceará - FAEC; Luiz Sérgio Farias Machado, Superintendente de Agronegócio e Microfinança Rural (representante de: Paulo Câmara, Presidente do Banco do Nordeste); Josenilto Lacerda Vasconcelos, Diretor Financeiro da PROCAJUÍNA; e Gustavo Adolfo Saavedra Pinto, Chefe Geral da Embrapa Agroindústria Tropical. Resultado: Reunião realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e três minutos. Usam da palavra os Senadores Jaime Bagattoli e Eduardo Girão, Presidente Eventual da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Girão
Presidente Eventual da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/09/02

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Eu declaro aberta a 18ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater os desafios da cajucultura e suas novas perspectivas para o Brasil, em atendimento ao Requerimento nº 22, de 2024, desta Comissão, de iniciativa deste Senador que vos fala e do Senador Hamilton Mourão.

Eu registro aqui também a presença do meu amigo, meu irmão, grande Senador de Rondônia Jaime Bagattoli, aqui presente desde cedo. Muito obrigado pela sua presença, muito nos honra a sua presença, Senador, aqui nesta importante sessão.

Eu quero avisar a você que está nos assistindo na TV Senado, na Rádio Senado, Agência Senado, está sendo transmitido ao vivo para todo o Brasil, que, se a transmissão parar daqui a pouquinho, é porque vai entrar a Comissão de Educação, uma audiência que tem uma prevalência sobre esta. Mas você vai poder continuar assistindo nas redes sociais da TV Senado, é só buscar no YouTube que vai continuar.

Isso aqui, Senador Jaime Bagattoli, remonta à minha infância, esse momento da cajucultura. Aprendi muito recentemente com o Presidente do Instituto Caju, que nos ajudou a formatar esta audiência pública. O Brasil foi o primeiro do mundo em exportação durante muitos anos, durante décadas, e perdeu essa posição. O nosso Estado do Ceará continua como maior produtor, mas nós temos desafios a tomar no Brasil para que a gente possa voltar ao topo, e dá para voltar, a gente sabe disso.

Eu estou aqui também tendo a honra de receber meu amigo Amilcar Silveira, que é o Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado Ceará, um amigo de infância meu. É a maior satisfação tê-lo aqui, porque nós vamos à tarde – e eu quero convidar todos vocês aqui – fazer uma sessão solene em homenagem a Jaime Aquino. Jaime Aquino é o – não sei se a gente pode chamar assim – rei do caju do Brasil. Não sei se...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Hã?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Da fruta, o rei da fruta! E eu tive a oportunidade de conhecer a família dele. Estudei no Colégio Santo Inácio, nós estudamos, Amilcar, e convivemos com o sobrinho dele. Tivemos a oportunidade de ir à Cione, até numa excursão do colégio. A Cione é uma grande fábrica que fica ali na Mister Hull, Bezerra de Menezes. E, assim, é surreal o que o caju pode fornecer em termos de produtos e derivados. É um negócio, assim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre o qual a gente vai aprender muito, hoje, aqui. Eu convido a você, porque é bem nosso, essa cultura é bem nossa, e a gente não vai medir esforços para retomar.

Então, esta audiência pública é interativa por meio do Portal e-Cidadania, no *site* do Senado, e pelo telefone 0800 0612211; repetindo o telefone – quem quiser mandar mensagem, perguntas –, 0800 0612211.

Eu convido para compor a mesa... (*Pausa.*)

Perfeito.

Então, eu vou rapidamente aqui, porque está faltando uma pessoa chegar, que é o seu Firmino Pires Ferreira Neto, que é o Presidente da União das Associações, Cooperativas e Produtores de Cajuína do Estado do Piauí. Ele deve estar chegando por aqui... (*Pausa.*)

Não? (*Pausa.*)

Não vem.

Então, eu já vou chamar a mesa aqui, porque aí a gente já compõe a mesa e eu começo. (*Pausa.*)

Pronto. Eu vou chamar os quatro primeiros para se sentarem aqui à mesa, e depois a gente desfaz a mesa para os outros, para a gente fazer aqui a segunda mesa.

Quero chamar a Adriana Melo Alves, Secretária Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Muito obrigado, Adriana Melo Alves, pela sua presença aqui. Bem-vinda!

Amilcar Silveira, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Ceará. Tem sido muito ativo, tem feito um grande trabalho lá no Estado do Ceará, unindo, fazendo aí a PECNORDESTE, um dos maiores eventos do país na área. Seja muito bem-vindo, meu amigo!

Também Maurício Campos, Diretor de Projetos do Instituto Caju Brasil – Agronegócio do Caju, Inovação e Sustentabilidade.

E Josenilto Lacerda Vasconcelos, da câmara temática do caju do Estado do Piauí.

Muito obrigado aqui pela presença de vocês.

Eu vou fazer aqui um breve discurso, convidando, mais uma vez, todos aqui para estarem conosco às 16h, no Plenário do Senado Federal, onde nós faremos essa sessão solene muito importante para o agronegócio do Brasil.

É com grande satisfação que iniciamos esta audiência pública cujo objetivo é debater os desafios e as novas perspectivas da cajucultura no Brasil. Uma cultura que, além de ser uma das mais tradicionais do país, tem significativa importância econômica e social, especialmente para a Região Nordeste, onde se concentra a maior parte da produção nacional.

E o Senador Jaime Bagattoli falou que lá em Rondônia também tem, através do Basa – não é, Senador? –, teve. É muito bom saber disso.

Em 2022, o Brasil produziu – olhe só o número, Senador Jaime, que é um dos maiores homens do agro do Brasil – 147.137 toneladas de castanha-de-caju, com área colhida de 424.851 hectares e um rendimento médio de 343kg por hectare.

O Ceará destacou-se como o maior produtor de castanha-de-caju, responsável por cerca de metade dos cajueiros plantados no Brasil. Piauí e Rio Grande do Norte, ali vizinhos da gente, também são grandes produtores, refletindo a importância da cajucultura para a economia do Nordeste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, Francisco, nós temos a aprovação do... Foi pautado para esta semana... E é da Senadora Jussara, que é do Piauí... E ela foi muito... Eu quero agradecer à Senadora Jussara e à equipe dela, porque é um projeto de iniciativa nossa para que a cidade de Pacajus – e o nome está dizendo – seja considerada a capital nacional do caju. Isso deve ser aprovado esta semana – esta semana está bem temática aqui com relação à cajucultura –, e a iniciativa foi nossa. E a Senadora Jussara foi fantástica no seu relatório, que nós vamos, se Deus quiser, aprovar aqui amanhã. Será quarta-feira, na verdade, não é? Quarta-feira.

O Brasil, historicamente reconhecido como um dos maiores produtores de caju, tem enfrentado dificuldades em manter sua competitividade global. A área plantada no país tem diminuído ao longo dos anos, e a produtividade média ainda é inferior a de outros países líderes, como Vietnã, Índia e Costa do Marfim. A necessidade de modernização é evidente, com destaque para a introdução de tecnologias mais avançadas e práticas agrícolas sustentáveis.

Dados da Embrapa indicam que a cajucultura brasileira ocupa uma área superior a 650 mil hectares – olhem só: 650 mil hectares –, concentrando-se majoritariamente nos estados do Nordeste. A produção nacional de castanha-de-caju responde por uma parte significativa do PIB agrícola da região, gerando milhares de empregos diretos e indiretos, além de desempenhar um papel crucial na sustentabilidade econômica de diversas comunidades rurais.

Apesar da importância socioeconômica, a cultura do caju apresenta um baixo nível de aproveitamento do pedúnculo, com o desperdício de 80% a 90% de sua produção e a consequente subutilização de uma fonte de rico valor nutricional, com vitamina C e minerais, em uma região de elevada carência nutricional da sua população. A industrialização do pedúnculo do caju, por exemplo, precisa ser mais explorada, pois atualmente apenas de 10% a 20% da produção anual são aproveitados.

Como Senador representante do Ceará, eu não poderia deixar de mencionar que o meu querido estado desempenha um papel central na cajucultura nacional, sendo o maior produtor de castanha-de-caju do Brasil. O Ceará não apenas lidera em termos de produção, mas também se destaca pela tradição e inovação no cultivo do caju. A cajucultura cearense é vital para a economia local, gerando milhares de empregos e promovendo o desenvolvimento sustentável em comunidades rurais. O Estado tem sido pioneiro na adoção de novas tecnologias e práticas agrícolas, que têm ajudado a superar os desafios impostos pelo clima semiárido, demonstrando que, com apoio adequado, é possível manter e expandir uma indústria tão significativa para o Brasil.

Acredito firmemente que o exemplo do Ceará pode inspirar outras regiões e seguir um caminho semelhante de sucesso e inovação no setor. Entretanto, o sucesso da cajucultura no Brasil não depende apenas da iniciativa dos produtores, mas também de políticas públicas eficazes que incentivem a modernização do setor, a pesquisa científica e o desenvolvimento de novas tecnologias.

O apoio do Governo por meio de instituições financeiras, como o Banco do Nordeste, é essencial para facilitar o acesso ao crédito e promover a capacitação dos pequenos produtores, que são a base da cadeia produtiva. Proponho, portanto, a criação de linhas de crédito específicas para a cajucultura, com taxas de juros reduzidas e prazo de pagamento que respeitem o ciclo produtivo do caju.

Para encerrar, neste contexto, não podemos deixar de lembrar da figura emblemática de Jaime de Aquino, que será homenageado daqui a pouco, às 16h, no Plenário do Senado, cuja vida e trabalho deixaram um legado indelével na história da cajucultura no Brasil. Então, nós vamos celebrar mais tarde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a sua trajetória, destacando suas contribuições inestimáveis para a agricultura brasileira. Essa sessão especial será uma oportunidade para relembrar seu legado e refletir sobre a importância de continuar seu trabalho, garantindo que a cajucultura continue a ser o pilar de desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Encerro dizendo que a discussão que realizaremos hoje é fundamental para alinhar as estratégias do Brasil e as tendências globais e assegurar que a cajucultura continue sendo uma fonte de desenvolvimento econômico e social para o Nordeste e para o país como um todo.

Agradeço a presença de todos os convidados e espero que as contribuições aqui trazidas resultem em ações concretas para revitalizar e expandir a produção nacional. É uma retomada, na verdade. Então, muito obrigado a todos.

Eu sei que tivemos ônibus vindo de outros estados, pessoas e produtores que estão vindo para este dia especial, esta semana especial. Eu agradeço a confiança.

Imediatamente, eu já passo a palavra aqui... Eu pergunto se a gente pode colocar um tempo de 15 minutos. Pode ser? (*Pausa.*)

Pronto. Vamos fazer dez com a tolerância de cinco. Está bem?

Eu já vou passar a palavra para a Adriana Melo Alves, Secretária Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

Mais uma vez, muito obrigado, Dra. Adriana, pela sua presença. A senhora tem dez minutos com mais cinco de tolerância pela Casa.

A SRA. ADRIANA MELO ALVES (Para expor.) – Obrigada, Senador. Gostaria de cumprimentá-lo em nome do nosso Ministro Waldez, que não pôde estar presente aqui hoje, mas nós não poderíamos deixar de participar aqui deste momento tão importante de discutir uma temática que alavanca a produção nacional. Acho que, quando a gente valoriza a vocação regional com produtos que têm esse potencial de competitividade, a gente está no caminho certo, e esse é um momento muito oportuno para discutir isso.

Eu gostaria de cumprimentar os colegas de mesa, gostaria de cumprimentar os representantes daqui, do Senado Federal, representantes dos Ministérios, bancos, do Instituto Caju, e falar um pouquinho da atuação do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional na temática. O tema da mesa é: como ampliar a competitividade da cajucultura no Brasil, em especial da Região Nordeste, que concentra a maior parte da produção nacional.

De partida, é importante mencionar o papel que o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional tem nesse propósito, a partir de diferentes frentes de atuação. Por exemplo, a resiliência territorial para o desenvolvimento dessa atividade produtiva. O Ministério coordena as grandes ações de infraestrutura hídrica, que são responsáveis por garantir a água que vai alicerçar toda essa produção. Então, nos estados com maior produção do Nordeste, que são Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte, a gente tem, pelo menos no Ceará e no Rio Grande do Norte, já o avanço das obras do Pisf e todos seus canais derivados, que vão garantir maior resiliência para o desenvolvimento da atividade produtiva.

Mas a gente não para por aí. Eu acho que o Ministério também tem um importante papel na irrigação, não apenas na irrigação pública, mas também no fomento ao setor privado. É preciso a gente modernizar as nossas estruturas e os nossos projetos de irrigação com modelagens mais atuais e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

garantir também o envolvimento e a sinergia entre a grande produção, a média produção e a pequena produção, atuando juntos nos projetos de irrigação, especialmente os públicos, que hoje são geridos por Dnocs e Codevasf, no caso do Nordeste.

O Ministério é também responsável por gerir os fundos constitucionais de desenvolvimento. Aqui é o Banco do Nordeste, um excelente operador do FNE. Temos também os fundos de desenvolvimento com recursos necessários e garantidos anualmente para o desenvolvimento da atividade. E o Ministério – eu vou me concentrar nesse quarto tema – também atua na estruturação de cadeias produtivas relevantes para o desenvolvimento regional.

E aqui eu trago a temática da pasta, da unidade que eu gerencio, que é o programa Rotas de Integração Nacional, que busca estruturar a cadeia produtiva, enxergando-a como um sistema que precisa coordenar diferentes políticas públicas, atuando de forma complementar, sinérgica e, muitas vezes, simultânea. Eu acho que uma das causas do arrefecimento da produtividade da cajucultura no Brasil e no Nordeste deve-se exatamente a isto: à pouca integração e, muitas vezes, à fragmentação de políticas públicas, que faz com que os necessários avanços, seja na capacitação de produtores, na assistência técnica, difusão de tecnologia, crédito, infraestrutura, logística e estruturação também da atividade primária e agroindustrialização, muitas vezes, não aconteçam ao mesmo tempo, não aconteçam de uma forma convergente e complementar. Essa fragmentação pode ser uma das causas desse arrefecimento da produtividade, mesmo o Brasil e o Nordeste com o seu potencial gigantesco, como já mencionado pelo Senador Eduardo Girão.

Então, assim, falando um pouquinho do que é que vêm a ser as rotas de integração – e aqui eu já coloco como um programa que está disponível e está aberto para a gente fomentar e desenvolver, ajudar a promover a cajucultura no Nordeste –, é exatamente isto: elas trabalham, elas identificam potenciais regionais latentes, muitas vezes subaproveitados, subexplorados, organizam os elos faltantes dessa cadeia produtiva e atuam, por meio da atuação direta, com seus instrumentos de financiamento, de fomento, de infraestrutura ou com o envolvimento de parceiros, seja o Ministério da Agricultura, com toda uma parte de certificação, seja a Conab, com a aquisição de alimentos, a atuação com parceiros também federativos, os consórcios de estados hoje, que são grandes parceiros de compras públicas da nossa produção, a ApexBrasil, no caso dos produtos a serem importados... A gente coloca todos numa mesma mesa, discutindo a partir do território. E esse é o diferencial do programa, porque ele mostra exatamente onde é que estão as lacunas da cadeia produtiva e o que é que é necessário para a gente superar.

E, quanto à proposta do programa, não é um programa de compensação; é um programa de alavancagem produtiva. Alavanca produtores que já estão minimamente organizados em associações, cooperativas, busca trazer instrumentos de crédito de uma forma mais acessível para esses produtores e atuar de forma transversal.

E aí as frentes de atuação do programa, seja na parte da infraestrutura, em que o ministério e outros parceiros têm uma atuação muito forte na provisão infraestrutural, especialmente no escoamento de produção, logística, seja na parte da tributação, financiamento, certificação, comércio, pesquisa, desenvolvimento e inovação; isso tudo trabalhando com a sinergia entre produtores, setor público, o setor privado, empreendedores, as instituições de ensino e pesquisa, que são hoje catalisadoras de processos produtivos, e a gente percebe isso de uma forma muito clara na Região

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nordeste, com a capilaridade que a gente tem, hoje, de instituições de pesquisa, universidades, institutos federais.

É preciso trazer, cada vez mais para perto, a produção que é feita nessas instituições de pesquisa para o setor produtivo, para que a produção seja mais aderente às necessidades do território e da produção daquele território, transpondo, muitas vezes, os muros das universidades, além da pesquisa acadêmica, para uma pesquisa aplicada.

E é isso que a gente vem promovendo.

Então, se a gente considera hoje a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que existe no Nordeste, a gente vê que existe um grande braço, que pode ser um braço catalisador dos processos produtivos, que precisa ser acionado e que quer ser acionado.

Então, é preciso a gente aproximar, cada vez mais, o saber científico, tecnológico, da produção, fazendo com que a gente alavanque também a pesquisa e o desenvolvimento já no setor privado.

Então, as encomendas tecnológicas, novas tecnologias, disseminação de tecnologias, tudo isso é muito oportuno que seja desenvolvido hoje, e não está difícil. A gente já tem a rede. Falta a gente integrar esses dois braços.

E, aí, aqui são os setores produtivos priorizados pelas rotas de integração. São 13.

A gente tem a fruticultura como uma rota aí bastante promissora.

A fruticultura é um vetor competitivo nacional e, no Nordeste e na Amazônia, ela é fundamental. Então, as rotas reconhecem isso e vêm apostando nesses setores produtivos.

E, aí, vocês podem se perguntar: "Como é que a gente consegue avançar nessa estratégia?".

Primeiramente, é identificando um polo territorial. Para toda a nossa atuação, ela parte do território. A gente consegue fazer o planejamento desse polo, chega ao nível de carteira de projetos e a gente consegue, com os parceiros, ir implementando essa carteira de projetos no curto, no médio e no longo prazo. É preciso a gente considerar que a maturidade de uma cadeia produtiva não se dá do dia para a noite e a gente precisa ter os projetos maturados e a carteira de projetos ir avançando nesse tempo.

Eu consigo enxergar hoje muito mais potencial no setor da cajucultura, como foi apresentado aqui pelo Senador Girão, em função do momento que o mundo vive. (*Pausa.*)

Bom, vamos continuar, não é? Acho que está tudo bem. A gente continua aqui.

E a gente vive um momento muito oportuno no mundo. A gente tem a expansão dos emergentes, dos países emergentes, estimulando no Brasil processos produtivos e que a nossa produção atinja outros mercados. A gente tem tendências de consumo novas, de produtos saudáveis, a nutracêutica, a nutrição está muito bem, o que exige que a gente se organize internamente para dar suprimento a essa demanda da nutracêutica. Os produtos orgânicos, toda uma gama associada ao complexo econômico-industrial da saúde, que vem com a nova política industrial e que também alavanca a nossa produção nacional e principalmente regional, e que gera demandas por conhecimentos e tecnologias novas para a nossa produção e para os nossos setores produtivos. E a cajucultura se insere nesse propósito, corroborando aí essas novas tendências de consumo do agronegócio brasileiro.

A fruticultura é um mercado que movimenta aí mais de US$30 bilhões/ano, o Brasil sendo um grande *player*, só que a gente tem desafios a serem superados. Acho que a gente tem uma subutilização das nossas estruturas agroindustriais, muitas delas já implantadas e não estão em funcionamento. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente precisa trabalhar modelagens de gestão que aproveitem essas potencialidades e essas estruturas muitas vezes já implantadas no território. Aqui eu falo muito do Piauí, do Ceará, do Rio Grande do Norte, são os grandes produtores regionais do Nordeste, da cajucultura. A gente tem muitas perdas pós-colheita, foi aqui mencionado o quanto a gente desperdiça no caso do pedúnculo do caju, que poderia ser o suco base, está aqui o Gustavo que vai falar disso, suco base, muitas vezes substituição ao próprio suco base da maçã, para os nossos néctares, da nossa produção de sucos, cosméticos, vitaminas e toda uma gama associada a fármacos vinculados ao caju. Sobre irrigação, a gente precisa avançar nas nossas modelagens dos projetos de irrigação para que cada vez mais se consiga alavancar a produção de caju nos nossos perímetros irrigados, capitaneados por Dnocs, Codevasf, mas também do setor privado. E a gente ir avançando nisso porque existe mercado para essa produção.

A gente tem, como eu falei, oportunidades ligadas aos serviços ecossistêmicos, à agricultura de baixa emissão, ao complexo econômico industrial da saúde, toda uma gama associada a centros de bioeconomia que estão sendo implantados. Aqui a gente está financiando o Cebbi Caatinga, na Universidade Federal de Campina Grande, que está trabalhando com todo o Semiárido, aproveitando os potenciais de bioeconomia, biotecnologia médica e inovação na Caatinga, que pode ser acionado para novos produtos, melhoramentos genéticos, junto com, obviamente, a Embrapa e todo o seu acervo e a sua *expertise* no tema.

E a gente tem também o Plano ABC. É importante associar também a produção do caju aos sistemas agroflorestais. Existe esse potencial latente, que pode ser também um componente interessante para a captação de receitas de fundos socioambientais, fundos internacionais que estão dispostos a financiar projetos sustentáveis, projetos que mitiguem efeitos das mudanças climáticas, projetos cada vez mais também adaptados à realidade regional.

E os arranjos produtivos locais. É preciso a gente entender que, apesar de grande parte dessa produção ser voltada para o mercado externo, existe um potencial de mercado interno latente, que também pode ser aproveitado, associando aí a produção da cajucultura com outros arranjos produtivos ligados ao mel, ao turismo, à gastronomia, fazendo com que esses arranjos territoriais consigam também gerar cada vez mais emprego e renda na região onde estão inseridos. E aí dá para se trabalhar toda uma gama de serviços associados a *design*, logística, inteligência comercial, cultura, gastronomia.

Isso é o que a gente vê nos nossos estados produtores e que podem e devem ser potencializados, e é para isso que o programa Rotas de Integração vem trabalhando.

Então, em linhas gerais, aqui a gente mostra a nossa capilaridade territorial: a gente já chega em mais de 18 unidades federativas. Na rota da fruticultura a gente tem 5 polos existentes: Rota da Fruticultura Alagoana, Rota da Fruticultura do Cariri e Centro-Sul Cearenses, Rota da Fruticultura da Ride-DF, Polo da Fruticultura da Região Metropolitana de Goiânia e o do Vale do São Patrício, também em Goiás. E estamos abertos aí às novas perspectivas da cajucultura para a gente estruturar também outros polos territoriais nos estados, especialmente Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí, que são os grandes produtores.

Muito obrigada pela oportunidade.

O ministério se coloca à disposição. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, Dra. Adriana Melo Alves, Secretária Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial. A senhora demonstra muito conhecimento, e isso é... Você está desde o início do Governo?

A SRA. ADRIANA MELO ALVES – Estou desde 2008 no Ministério da Integração...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ah, desde 2008! É uma funcionária de carreira.

E você é de qual estado?

A SRA. ADRIANA MELO ALVES – Eu sou alagoana.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Alagoana! Eu percebi um pouquinho do sotaque nosso lá do Nordeste.

Seja muito bem-vinda e parabéns, viu? Parabéns! A gente vê que a senhora vibra, gosta muito e tem isso como uma missão, e esse trabalho é muito importante. Parabéns!

Eu vou passar imediatamente a palavra para o Amilcar Silveira, que é Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará. Mais uma vez, seja muito bem-vindo, meu amigo Amilcar! O senhor tem dez minutos e, com a tolerância da Casa, mais cinco para fazer sua exposição.

O SR. AMILCAR SILVEIRA (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Primeiro, eu gostaria de cumprimentar o senhor, Senador pelo Ceará, Senador do cearense.

Aproveito para cumprimentar dois amigos que fizeram muito para a cajucultura do Ceará, Luiz Sérgio, diretor do Banco do Nordeste, homem que conhece o Ceará mesmo; e Gustavo, da Embrapa – a Embrapa tem feito um trabalho fantástico pelo Ceará.

E eu gostaria de cumprimentar o senhor pela homenagem a Jaime Aquino. Jaime Aquino foi o maior fruticultor do mundo. Ele produziu, em 117 mil hectares, caju. Ninguém conseguiu produzir tantas frutas como Jaime Aquino. Falecido – infelizmente não tinha sucessores –, tem fazenda sua que já está invadida pelos movimentos sociais e cuja produção fatalmente vai acabar. Jaime Aquino fez um trabalho fantástico ao Estado do Ceará e deixou para nós todo um legado da cajucultura e, principalmente – ele tinha um almoço que era realizado em sua fazenda, em sua fábrica –, de produtos à base de caju. Esse foi um grande legado dele. Hoje, graças ao trabalho da Embrapa, vende-se hambúrguer de caju nos supermercados do Brasil.

No Ceará – permita-me aqui contextualizar um pouco a história do Ceará, porque eu acho que é importante –, hoje, nós temos 58% da produção de caju do Brasil, 90% das suas exportações. O Ceará já teve 24 indústrias na sua pujança, hoje só tem basicamente quatro indústrias. Isso foi um declínio.

Existiram no Ceará ciclos econômicos. A cajucultura foi um desses ciclos econômicos, que, na sua castanha, basicamente, fez uma pujança enorme pelo Ceará. O caju deixou um legado. Infelizmente, às vezes, quando tem um ciclo desse, para um ciclo e começa outro, o que é um erro. Por isso, Senador, que 66% da pobreza do Estado do Ceará estão nas áreas rurais. Faltam políticas públicas. Isso é um negócio que não precisa e não pode ser admitido.

E a fruta, o caju... Eu sempre tenho dito o seguinte: fruta não gosta de chuva; fruta gosta de água – é diferente. Tem algumas frutas que, quando chove, não produzem – é o caso do melão. E o Ceará, infelizmente, é um estado que não tem rios perenes, talvez o único do Brasil que não tenha rios perenes. Então, estrutura hídrica é muito importante para o nosso estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para o senhor ter ideia, a transposição do São Francisco funciona muito precariamente – ou quase não funciona. O Ministro agora, na sua sabedoria, já prometeu que agora, no segundo semestre, vão ser licitadas as novas bombas para aumentar a transposição do São Francisco. Ela é fundamental para garantir a segurança hídrica à Fortaleza, pelo menos, e deixar os reservatórios para que a gente possa produzir. É muito importante isso.

Os perímetros irrigados do Ceará funcionam muito precariamente, são muito ruins. O Dnocs tem 11 mil funcionários aposentados e 600 na ativa. Não é possível isso. Nós precisamos ter gestão. As coisas precisam ser eficientes. E o que faz isso – e a cajucultura demonstra exatamente isso – é a tecnologia com eficiência. Se a gente não empreender nas áreas rurais, nós nunca vamos sair e reclamar uma atividade que deu certo e que foi para o fracasso. Esse é o caso da cajucultura.

Então, só para você ter ideia, de perímetros irrigados do Ceará, hoje nós temos 54 mil hectares de perímetros irrigados, só funcionam de 14 a 15 mil. Nós precisamos produzir. Nós precisamos de terras. E as coisas precisam ser eficientes. Quem não quiser produzir tem que sair dos perímetros e dar para quem quer produzir. Nós temos uma necessidade e podemos dobrar o agronegócio no Ceará só utilizando os perímetros irrigados.

Eu estou, há dois anos, tentando regularizar um perímetro com o dinheiro, porque nós não precisamos de dinheiro... E aí é o importante: menos Governo, mais iniciativa privada. Quem sabe o que é produzir são os produtores rurais. Então, nós temos que afastar um pouco o Governo e deixar a iniciativa privada fazer a sua parte. É assim que funciona no mundo inteiro.

O perímetro irrigado... Nós estamos, há dois anos – e o Ministro tem nos ajudado nisso –, para gerir um perímetro irrigado chamado Varjota, lá no Ceará, que tem 3,2 mil hectares, um perímetro pequeno. A gente queria fazer disso um modelo de distrito de exportação para o Brasil, mas só funcionam 679ha. E não conseguimos porque simplesmente o Dnocs não deixa. Não é possível isso! A gente fica às vezes indignado porque, quanto ao Ceará, temos que dos dezessete bilionários do Nordeste, nove são cearenses; o cearense é empreendedor. Lá no Piauí, segundo a – esqueci o nome da menina que é da irrigação do MDR...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. AMILCAR SILVEIRA – ... Larissa, exato, faltam produtores para ir para a Guadalupe; no Ceará, sobram produtores querendo ir para os perímetros, e nós não conseguimos fazer isso.

Então, nós da Federação da Agricultura já dispomos, inclusive, de recursos para adequar esse novo perímetro que está lá há 30 anos e não saiu dos 600ha. Então, esse é o Brasil que a gente quer que dê certo, mas é preciso que as autoridades cooperem também.

Eu vou ser bem rápido, já usei seis minutos aí.

Bom, pessoal, nós tivemos ciclos de seca. A seca no Ceará foi muito cruel, é sempre muito cruel. Eu não sei se vocês sabem – eu estava até falando com o Sérgio –, nós já tivemos campos de concentração, antes da Alemanha nazista, no Ceará, por conta do flagelo da seca, que foi em 1932 – foi a maior seca de todos os tempos –, e agora teve um período de seca de 2012 a 2017. Nesse período, quando tem seca, eles diminuem – esse foi um período de seca que teve no Ceará muito grande, de 2012 a 2017.

Eu vou passar rápido para não tomar muito tempo de vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é a produção do Ceará, tem aumentado – graças a Deus! – neste ano. O que falta mesmo... Essa é a área plantada do Ceará, 84 mil hectares, em que se colheu, nessa safra, castanhas de caju, mas ao todo nós somos 272 mil hectares, já fomos 405.

O período que está marcado ali foi um período de seca que houve no Ceará. A gente já produziu muito – como eu falei –, no Ceará já houve 24 indústrias – eu estou passando bem rápido, porque eu quero...

Essa foi a maior área plantada do Ceará, foram 405 mil hectares, são dados públicos, dados do IBGE, e neste ano ela subiu para 282 mil. O grande problema do Ceará e da cajucultura é a baixa produtividade, esse é um negócio em que a Embrapa tem nos ajudado muito, a Epace também... E aí, no Governo do Estado do Ceará – inclusive, Governador que eu admiro muito, mas que foi um erro grave – do Tasso Jereissati havia uma empresa de pesquisa chamada Epace que ele resolveu extinguir. Nós pagamos literalmente esse pato até hoje.

Pesquisa é muito importante, mas, mais importante do que uma pesquisa propriamente dita é saber dos produtores rurais o que eles demandam, por isso é que às vezes as pesquisas não são adequadas. Você chega lá na universidade, por exemplo, do Ceará. A Universidade Federal tem um orçamento de R$1,426 bilhão, 81% estão em pessoal, e eu nunca vi uma universidade como a UFC perguntar se poderia ajudar numa pesquisa ou não, é um negócio impressionante. Há essa distância de pesquisa para o setor produtivo, principalmente para os pequenos e médios produtores, que é o caso do Ceará – nós temos mais de 400 mil estabelecimentos rurais no Ceará, Senador, e na maioria são 37 hectares, então nós somos pequenos e médios produtores rurais –, e é para esses aí que tem que ser voltada a pesquisa. Quando eu vi aqui um dia a Embrapa no corredor, atrás de emenda parlamentar, me deixou muito triste, porque esses homens não eram para sair dos seus bancos de pesquisa para estarem atrás de recursos, o recurso era para estar na Embrapa, porque a Embrapa é importante, ela e outros setores de pesquisa. Infelizmente, é o que nós vemos hoje.

Esses são da produtividade, que a gente, cada dia que passa... E o agronegócio não tem mais espaço para amadorismo, não existe mais isso, nós temos que ser eficientes no que nós fazemos. E aí, Senador, tem um negócio muito importante: lá no Ceará, tem um camarada que tem uma propriedade rural de 14ha, ele gastou 40 milhões na propriedade dele, ele produz pimentões coloridos lá na Serra. E tem outras propriedades de 10 mil hectares que não valem o valor do de 15 hectares. Quem é o grande produtor? O de 15 hectares ou o de 10 mil hectares?

Para nós da Federação da Agricultura, o produtor grande é o que fatura mais. Então, essa divisão política de pequeno e médio produtor tem que acabar. Nós temos que incentivar o pequeno a ter a tecnologia do grande. Essa é a dificuldade.

Naturalmente, um camarada que está lá produzindo o seu caju, ele tem dificuldade de acessar a tecnologia dos grandes que produzem, porque lá no Rio Grande do Norte tem um experimento de sucesso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. AMILCAR SILVEIRA – ... na produção de caju que deveria ser levado para o Brasil inteiro. Existem modelos de sucesso da cajucultura que precisam ser resgatados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa eu vou passar bem rápido para vocês, depois eu vou deixar aqui a apresentação, porque eu estou com o tempo estourado.

Isso aqui é um negócio importante. Isso é a produção de caju em toneladas. Tem um número aqui que eu acho que vai valer a pena para vocês. Essa é a produção que foi no Ceará nos anos de 1990. Foram plantados no Ceará 267 mil hectares.

Como eu falei, nós somos 58% da cajucultura do Brasil. Em 2000, foi 347; 2010, 401; 2016, 376; 2022, 272. Se a gente não cuidar, vai cair mais, porque tem produtor de caju, que já não acha viável para ele. Já não é viável. E aí, se não bastasse agora, temos órgãos ambientais agora sobrevoando achando que o cabra plantou caju há 50 anos, 30 anos, como é área de Mata Atlântica, chegaram lá multando. Não é fácil empreender neste país – não é fácil empreender neste país. Parece que esses órgãos ambientais... eu que o diga, esses caras têm um prazer de prejudicar produtor rural. Não sei por quê? Nós deveríamos cantar parabéns para esse pessoal todo dia, porque empreender nesse país é um negócio muito complexo, porque parece que tem uma trava.

Eu estou falando isso porque agora está acontecendo uma luta nossa. Hoje nós vamos disparar uma ação judicial contra a produção de camarão. Nós temos 54% do camarão do Brasil, nós somos 20 mil hectares – 54% do camarão do Brasil é cearense. Equador tem 230 mil hectares plantados de camarão e tem 12 doenças que nós não temos aqui.

Agora, resolveram importar camarão do Equador para cá. Se chegar essa doença, vai disseminar no camarão do Brasil. E aí, o ministério precisa estar mais atento e defender seus produtores.

Isso representa para o Ceará, Senador, R$1,9 bilhão. E aí, nós nos fazemos de rogado. Quando acontecer a crise e piorar, aí está todo mundo preocupado, mas já acabou. É o que está acontecendo na cajucultura. Nós podíamos ter agido lá atrás. E aí, nós estamos aqui agora tentando salvar uma cadeia produtiva que representa muito para o Ceará.

Bom, a cajucultura do Ceará representa R$356 milhões, US$62 milhões na nossa balança comercial. Já foi 200. Nós já exportamos US$200 milhões. Era a maior pauta de exportação do Ceará. Hoje o agronegócio representa... O senhor é Senador para o Mato Grosso, não é?

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone.*) – Não, por Rondônia.

O SR. AMILCAR SILVEIRA – Rondônia. Eu fiz agora um... Estamos fazendo um levantamento de algodão no Ceará. E, no Ceará, em 1980, tinha 1,304 milhão de hectares plantados de algodão. No ano passado plantou-se 2,3 milhões. Mato Grosso tinha zero, no ano passado plantou 1,2 milhão; Mato Grosso exporta US$31 bilhões, o Ceará US$2 bilhões. Só 500 milhões... Então nós não podemos acabar uma cadeia produtiva em detrimento de outra. Nós temos que conservar porque o bicudo sempre existiu, e nós sabemos conviver com ele. Então, é importante a gente ter essa percepção e principalmente ajudar pequenos produtores rurais, que é o nosso negócio no Ceará.

E um detalhe, Senador: o que nós estamos lançando agora é o algodão *premium*, porque o algodão do Ceará, graças a Deus, é o melhor algodão do Brasil. Sabe por quê? Por causa do Sol. Você faz uma fibra mais longa e mais resistente. Hoje, o Ceará precisa de 106 mil hectares plantados de algodão para a sua indústria. Se for comprar o algodão *premium* dos Estados Unidos, custa três vezes o valor da arroba do algodão que é produzido no Mato Grosso ou no oeste baiano. Isso é só para ter ideia de como o negócio não é fácil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, então, esta é a exportação: 36% da nossa exportação vão para os Estados Unidos, são amêndoas que vão para os Estados Unidos. Basicamente, o que o senhor falou é verdade. Hoje, o grande comércio do caju não é o pedúnculo, é o que a D. Adriana disse, é o negócio... Na hora em que a gente conseguir fazer o suco base, que a Embrapa puder suco base para a gente, eu acho que será uma das grandes redenções realmente do caju, mas a amêndoa hoje é a nossa grande pauta de exportação para o mercado americano.

Bom, US$68 milhões devem ser a exportação do Brasil – na verdade, foram – e US$62 milhões são do Ceará. Nós representamos 90% das exportações do caju do Brasil, da castanha-de-caju.

Essas são as empresas. No passado já foram 24 empresas, hoje nós temos, entre boas ou ruins, pequenas e grandes, mais ou menos três ou quatro empresas que estão funcionando hoje realmente a contento, duas grandes empresas. Concentrou-se um pouco na mão de pequenas empresas.

Os desafios maiores... Eu acho que tem algumas coisas que podem ser feitas, e a minha sugestão aqui é a seguinte... Nós da Federação da Agricultura e do Senar já damos assistência técnica, nós crescemos nos últimos dois anos e meio 292% com as nossas ações no Senar e na Federação da Agricultura. Você presenciou o nosso evento lá e viu. Na verdade, eu acho que é necessário tecnologia para produtor, assistência técnica e principalmente crédito, porque tem esses cajueiros antigos, cujas copas precisam ser renovadas, e é preciso que bons exemplos sejam... O trabalho maior agora, que nós achamos, é a conscientização dos produtores, porque muitos que estão lá já nem acreditam na atividade, mas ela é muito importante.

E aí, Senador, uma das coisas importantes que nós queremos fazer pelo Ceará é o seguinte... Isso aqui foi uma provocação que eu fiz à Embrapa, pela nossa dificuldade hídrica, que o senhor sabe que nós temos. Eu disse: "Olha, Gustavo, nós não temos mais água, nós temos que produzir fruta de sequeiro". Não sei se você sabe, o Ceará é hoje um dos maiores exportadores de vitamina C do Brasil. Hoje, a partir da acerola, nós somos o grande *player* no mundo hoje de vitamina C. E, olha só, os fármacos podendo produzir isso... Este é um grande salto do agronegócio do Ceará: os fármacos que vão ser produzidos no futuro. Se Deus quiser, vamos fazer isso e estamos fazendo isso, produzir fármacos para agregar valor ao produto que vai ser...

Mas a fruticultura precisa ganhar o Semiárido. A nossa pobreza está no Sertão. As áreas rurais no Ceará... E, por incrível que pareça, se você for ver friamente a história do Ceará, a água que vai para Fortaleza, onde chove 1,6 mil milímetros, nasce numa cidade em que chove 500. Então, a utilização do nosso recurso hídrico com mais eficiência é necessária. A companhia de água e esgoto do Ceará desperdiça 45,18% da água que consome. Não é possível isso. Então, o que nós sempre pedimos é que a iniciativa privada tenha essa oportunidade de gerir e fazer essa transformação. O Governo tem que ser o mentor disso, tem que ajudar, mas não pode atrapalhar. É o que nós vemos constantemente: alguns órgãos do Governo tentando atrapalhar ou não ajudando, é o caso da Cagece, lá do Ceará, que tem esse desperdício de água.

A questão da eficiência hídrica é muito importante. Nós precisamos avançar nas áreas rurais do Ceará plantando fruta, porque tem muita fruta que é possível, caju é uma delas. O caju é uma fruta que, se for irrigada, é melhor, mas, se não for, produz também.

E precisamos avançar na zona do Semiárido com a responsabilidade social de diminuir a nossa pobreza, que é muita. Se você vir os índices de pobreza do Ceará, isso nos incomoda muito. Como é que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um estado que tem nove bilionários no Nordeste consegue ser uma das maiores pobrezas do Nordeste? Nós não podemos conviver com isso, nós temos que ter essa responsabilidade. Nós que fazemos a Federação da Agricultura e o Senar, que temos mais de 400 mil propriedades, pequenas propriedades rurais, estamos aqui preparados para ajudar o Ceará, mas não conseguimos fazer sozinhos. A sua ajuda, a de todos os Senadores, a do Governo Federal, a do Governo do estado são necessárias para a gente fazer essa mudança.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito boa a sua explanação, meu querido Amilcar Silveira, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará.

Inclusive, eu fui informado aqui pela Secretaria da Mesa que toda exposição, tanto a que a Dra. Adriana fez como a do Dr. Amilcar e as outras que estão previstas aí, já estão disponíveis no *site* da Comissão de Agricultura. Então, quem quiser depois fazer pesquisa, imprimir, está tudo lá. A equipe aqui é muito eficiente, e eu agradeço a todos.

Eu vi os olhos desse meu amigo aqui Jaime Bagattoli brilhando quando você estava falando aí do Ceará. E é mais um motivo para, quem sabe, um dia ele investir lá conosco. Esse aqui é um dos maiores investidores do agro. Ele é catarinense, ele é de Santa Catarina, mas já está há muitos anos lá em Rondônia. E vamos levar ele ao Ceará? Vamos ver se... Rapaz, está tendo uma revolução lá no Estado do Ceará, e esse garoto aqui está comandando isso.

Está há quantos anos lá na federação?

O SR. AMILCAR SILVEIRA – Dois anos e meio.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Dois anos e meio. E é impressionante o que tem acontecido! Como ele conseguiu unir, como ele conseguiu desenvolver, dialogar... Ele dialoga com todo mundo. E no Estado do Ceará está acontecendo, assim, um grande milagre lá nessa área da produção do agro. Até trigo, não é? Até trigo já começaram lá?

O SR. AMILCAR SILVEIRA (*Fora do microfone.*) – Já.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A sua área qual é do agro? É trigo?

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, lá é tudo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Soja.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Soja, boi, algodão, café.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É só tudo.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Só vou fazer um comentário pequeno aí para os dois aqui: para a Adriana, representando aqui o MDR, e para o Amilcar Silveira.

Senador Girão, o que você falou não é que brilha nos olhos, sabe o que acontece nesse Brasil? Não adianta nós termos políticas públicas, se nós temos os órgãos que não querem a produção no Brasil. Aqui tem representante da Embrapa, não é? A Embrapa nos ajudou tanto de 1970 para cá, criada em 1972, 1973, se não me falha a memória. E o que a Embrapa ajudou no desenvolvimento do Cerrado... Eu sou da Chapada dos Parecis, Vilhena. Vilhena tem uma altitude de 600m. Se fala tanto em clima, eu tenho a medição, eu tenho aqui, depois eu posso te mostrar, a medição de 53 anos – não são 53 meses,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas 53 anos. Nunca mudou nada. Nunca mudou nada! Do município, que só de reserva indígena tem 1,150 milhão de hectares no total, 650 mil são áreas indígenas homologadas, sacramentadas, de que ninguém está discutindo em marco temporal.

Mas, enfim, o que nós precisamos do nosso Brasil... Nós precisamos de desenvolvimento que chegue ao pequeno produtor. O nosso pequeno produtor só vai ter êxito se nós os incentivarmos em sistemas de cooperativismo, porque o cooperativismo é que vai levar o pequeno a se tornar grande igual o grande. Agora, ele individualmente não consegue mais, ele não consegue tecnologia. É diferente de nós produtores de larga escala. Agora, você já imagina um Brasil igual esse nosso... O país, nós somos o maior produtor e exportador de boi do mundo já, maior exportador de soja, vamos ser o maior exportador de algodão, entendeu? Somos o maior produtor de café – Rondônia hoje tem 50 mil hectares de café.

Então, quer dizer, lá em Rondônia, para vocês terem uma ideia, em Vilhena, especificamente... Eu quero aqui que a Adriana leve isso ao Governo, porque dos estados do Norte, os nove que pertencem à Amazônia Legal, os nove têm capacidade para produzir caju – os nove –, porque o caju praticamente é nativo no Nordeste. Ele veio nativo, depois veio se desenvolvendo geneticamente, desenvolvendo a produção, a tecnologia. E lá em Rondônia tem muita terra ácida, que são as terras de areia, existem muitas, não só em Rondônia, mas todos os estados da Amazônia têm, todos são produtores, todos têm condição de produzir caju.

Agora, para produzir o caju, a hora que você vai levar lá, você tem que levar indústria, senão não tem como você incentivar nenhuma produção. E, Senador Girão, só para complementar, o grande problema que nós temos hoje no nosso Brasil... Existem dois problemas seriíssimos que precisam ser resolvidos. Um é regularização fundiária. Estou aqui, nesse momento... Deputados, os quatro são lá de Rondônia. Estão aqui o Deputado Estadual Lucas Ribeiro; o Valtair, que é empresário lá no Município de Buritis; o Alexandre, que mexe também com sal mineral, ele representa a indústria de sal mineral, é do agronegócio; e o Marli Passarelli, que também é empresário e é produtor rural, também lá do Município de Buritis. O que é a maior dificuldade, Girão? Parece que a gente fica batendo o tempo inteiro em ferro frio, não sai a regularização fundiária, não sai. E o problema é Rondônia, o problema é o Brasil inteiro, uma vergonha aqui do lado.

Deputado Lucas, eu fui outro dia visitar aqui uma plantação de morango, aqui do lado, na cidade satélite. Não tem o documento da terra aqui, que não dá 30km em linha reta, 40km do Palácio do Planalto, não tem a regularização fundiária! Quando eu vejo aquilo dentro de Brasília, como que eu me sinto lá em Rondônia? Como que eu me sinto lá? Nós com praticamente mais de 60 mil propriedades de que não conseguimos ter documento.

Então, o que nós precisamos fazer nesse Brasil? Primeiro, nós políticos temos que ter vergonha, e independente... Isso não é questão de sigla partidária. Amilcar, nós precisamos ter mais pessoas iguais a você, iguais ao Senador Eduardo Girão, ter pessoas que realmente querem que nós tenhamos um país melhor. Este país aqui, este país é o celeiro do mundo. Qual país tem essas possibilidades que nós temos? É soja, é boi, é café, é milho, é batata.

Ontem eu estive lá... Por acaso, eu fui... Vocês sabem onde eu estava ontem? Eu estava em Maceió. Eu fui a um passeio no Nordeste para conhecer a parte de energia. Vocês têm um potencial de energia eólica violento, eu fui para conhecer isso. Eu fiz um parque para tocar os meus negócios, as minhas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresas, as minhas atividades lá, com energia solar. Eu construí quase 2 megas para tocar, mas não para vender energia, só para a utilização própria, de consumo. Vocês têm um potencial riquíssimo! Entendeu? Vocês têm vento lá, vocês têm a possibilidade de gerar quase energia para este país todo. Entendeu? Uma energia limpa. Agora eu não sei por que que no país, tudo aqui, tudo neste país é só o que não pode.

Adriana, leve uma mensagem minha, leve uma mensagem do Senador Jaime Bagattoli. Vamos chamar a imprensa deste país, porque essa imprensa deste país é a única, é a única do mundo que só leva uma imagem ruim nossa para o exterior. A grande imprensa não publica nada do que nós temos de bom neste país, eu não entendo por quê. Eu não consigo imaginar o porquê de ela fazer isso conosco! Parece que o produtor brasileiro é um produtor criminoso.

E quero aqui deixar uma mensagem, porque eu vi pelas redes sociais, eu observei agora, nos últimos três, quatro dias, Deputado Lucas, eu vi pelas redes sociais que, quanto ao produtor rural, estão mostrando que ele é um criminoso. Criminoso, ele não é, não! Criminoso é aquilo que aconteceu em Ribeirão Preto. Eu sou do ramo de petróleo também, eu tenho diversas atividades, eu conheço o ramo de petróleo. Quem tocou fogo naquilo foi a máfia mesmo. Vocês viram o que aconteceu com aquilo lá. Existe uma lavagem de dinheiro dentro desse negócio de combustível. E aquilo não é mentira, não. Eles têm mais de mil postos de gasolina, eles têm distribuidoras, têm tudo.

O nosso Judiciário tem que cuidar é disso, não tem que ficar preocupado com o X, não; o X que está lá... Nós queremos uma liberdade imprensa; nós não queremos nada disso. Vocês não têm que estar preocupados com aquilo, não. O Judiciário não é para estar... O Judiciário tem que estar preocupado com quem está causando mal neste país.

E, quando você fala aqui, Amilcar, sobre a questão ambiental, nós não queremos destruir. Essas pessoas aqui são da Amazônia. O único estado hoje que tem a maior abertura, um pouquinho mais, é só o Estado de Rondônia, mas é um estado que dos nove estados da Amazônia, aliás, dos sete, porque o Mato Grosso é um gigante... Entendeu? Mas, considerando o Maranhão junto, então, vamos pegar os oito, e de todos os estados do Nordeste, de todos, o único estado – olha o que eu estou falando –, de todos os do Nordeste e oito estados da Amazônia, menos o Mato Grosso, que pertence parte também à Amazônia Legal, Mato Grosso é gigante, deste eu não vou falar, mas é o único estado que tem o dobro de carteira assinada contra o Bolsa Família: Rondônia. Vou repetir: tem o dobro de carteira assinada contra o Bolsa Família! Por quê? E os outros estados todos são deficientes. Vocês sabem disso, que no Nordeste nós não vamos resolver o problema nem da agricultura familiar, nós não vamos resolver nem o problema da indústria, nós não vamos resolver o problema da produção neste país... Eu estou entrando com um projeto de lei, eu estou com os advogados estudando para mim um projeto de lei para nós vermos o que nós vamos fazer, Senador Girão, porque não dá mais para montar nenhum empreendimento no país, não existe mais a mão de obra. Vou repetir: não existe mais a mão de obra! Nós estamos com 13 milhões de Bolsa Família, mas nós não temos mais a mão de obra.

Nós precisamos resolver esse problema. Se nós não resolvermos esse problema... E eu não sou contra Bolsa Família, não! Vão pensar: "Não, o Senador é contra Bolsa Família". Eu não sou contra Bolsa Família, eu sou contra a forma como é feito. E outra coisa: nós temos que qualificar essas pessoas. Nós temos que levar essas pessoas para o campo de trabalho, um campo digno, que é isso de que eles precisam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, é para dizer para vocês que... Parabéns, Amilcar, parabéns! Você é Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará, não é? Parabéns! Você tinha que estar aqui nos ajudando também aqui – não é, Senador Girão? –, porque... Eu vou falar uma coisa para vocês: eu nunca tinha entrado na política. Deus abençoe o povo de Rondônia, o setor produtivo, o agronegócio, as pessoas de bem, que me colocaram, me deram essa cadeira de Senador da República. Ando com chapéu pelo... Entro dentro de qualquer aeroporto, e eu não encontro um cidadão de Rondônia que não gosta de mim. Eu até agora não encontrei um, entendeu? Por quê? Porque acontece o seguinte: nós precisamos defender quem produz, quem trabalha, quem quer ter uma vida digna e nós temos que ajudar o nosso produtor rural. O meio ambiente tem que ser revisto, nós precisamos rever o meio ambiente, porque não existe país no mundo que tenha um Código Florestal preservando 80%, igual é na Amazônia.

Obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem! É o desabafo do homem justo aí que conhece, que produz. Senador Jaime Bagattoli, de Rondônia, muito obrigado aqui pela sua fala, pela sua participação nesta audiência pública.

Já passo imediatamente a palavra aqui... Antes de passar para o Dr. Maurício, olhem só a população perguntando aqui, participando. Olhem aqui que bacana! Vou deixar umas perguntas aqui para quem quiser depois – alguns dos nossos convidados – responder.

O André, do Rio Grande do Norte, pergunta como a cajucultura poderá se adaptar às mudanças climáticas no empenho da produção e exportação.

O José, de Minas Gerais: "A diversificação do setor [também] leva em conta o potencial farmacológico [do caju e] do cajueiro para agregar valor à cajucultura?". Falou, há pouco, aqui, o Dr. Amilcar sobre isso.

O Ernst, de São Paulo: "As agroflorestas representam uma alternativa viável ao plantio em monocultivos. Como o Senado pretende incentivar esse tipo de cultivo?".

A Giselli, do Distrito Federal: "Quais incentivos têm sido feitos para fomentar a cajucultura como agricultura familiar?".

Vocês vejam que é gente do Brasil todo participando aqui.

E o Luiz, do Ceará: "A falta de cooperativas agrícolas [...] [em conjunto com] baixos preços inviabilizam [...] a produção de caju em todo o Ceará para os pequenos produtores".

São algumas perguntas aqui, depois eu faço outras.

Já passo aqui a palavra para o Sr. Maurício Campos, Diretor de Projetos do Instituto Caju Brasil – Agronegócio do Caju, Inovação e Sustentabilidade, já lhe agradecendo pela... Você foi o grande incentivador desta audiência pública, numa visita que fez lá no Ceará ao nosso gabinete, mostrando o potencial, mostrando o trabalho do instituto e o centenário do Jaime Aquino. E aí a gente começou a elaborar isso aqui. E temos a presença da Dra. Adriana e de todos os outros convidados aqui para engrandecer este debate aqui, de que tenho certeza que vai sair coisa boa para o Brasil.

Então lhe agradeço mais uma vez a inspiração, Maurício Campos, o senhor tem a palavra por dez minutos, com tolerância de cinco da Casa.

O SR. MAURÍCIO CAMPOS (Para expor.) – Primeiramente, bom dia a todos.

Queria agradecer mais uma vez ao Senador Eduardo Girão e complementar uma fala do Presidente da federação. Antes de a gente realizar esta reunião aqui, a gente teve um diálogo em outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estados e conseguiu fazer audiências públicas no Estado do Piauí e no Estado do Rio Grande do Norte. Temos uma audiência pública estadual aprovada há um ano, que não chegou a acontecer no estado, e o Senador Eduardo Girão abriu as portas para que a gente viesse aqui ao Senado e pudesse ter esse diálogo mais amplo com todos vocês. Mais uma vez, Senador, muito obrigado.

Queria só pedir desculpas pela ausência do nosso Presidente, Rodrigo Diógenes. No momento, ele está fazendo uma consultoria para a FAO, na África. E só queria deixar esse recado dele, porque ele pediu, um agradecimento.

Queria também, não esquecendo, mais uma vez reforçar – acho que algumas pessoas chegaram depois – a nossa homenagem ao grande Jaime de Aquino, literalmente o Rei do Caju, podemos utilizar essas palavras. Temos alguns membros da família dele lá atrás que vão estar presentes na solenidade. Estão todos convidados, lembrando que vocês vão ter a oportunidade também de degustar alguns produtos que estão vindo do Rio Grande do Norte, do Ceará, do Piauí, e vocês vão poder consumir e entender o potencial da cajucultura. Não é só a castanha, a gente tem mais de cem produtos: brigadeiro de caju, cajuína, bebidas alcoólicas, vinho, fibra... Enfim, é praticamente infinito o potencial que a cajucultura tem. Estão todos convidados para a solenidade, às 16h, no Senado Federal.

Queria falar um pouco também do movimento. O Instituto Caju Brasil existe desde 2018, e a gente vem fazendo um trabalho muito forte em torno da cajucultura, lembrando que a última audiência pública que aconteceu foi na Câmara dos Deputados, em 2017, e, logo depois, houve o início da construção do Instituto Caju Brasil. Infelizmente, como todos nós já sabemos, tivemos o período da pandemia, que – enfim, cada um tem sua história e o seu legado em torno disso – acabou atrasando, digamos, alguns trabalhos. Mas, desde 2022, a gente vem fazendo um trabalho muito forte, principalmente pós-pandemia, de 2021 para frente, para fazer essa retomada em relação aos produtores e à valorização da cajucultura.

Queria até aproveitar a Adriana, que está aqui do nosso lado, e mandar o meu recado para o Ministro. Em 2022, a gente fez um evento nacional – porque a gente faz diversas ações voltadas para a questão da cajucultura –, com chefes de cozinha, *bartenders*, diversos profissionais do setor de A&B, no Amapá. Na época, o Ministro ainda era Governador do Estado do Amapá e abriu um espaço para que a gente pudesse levar os insumos, mostrar e distribuir isso, enfim, para os diversos profissionais, para que eles voltassem para os seus estados de origem e até para que pudessem agregar.

E aí voltando à questão da rede, é importante a gente entender a relação de mercado. Hoje, por exemplo, o Brasil tem 1 milhão de bares e restaurantes. E como é que eu não penso, do ponto de vista comercial, esse produto? Então, é importante que chefes de cozinha, baristas, *bartenders* e profissionais como um todo possam estar inseridos dentro desse contexto.

Queria também aproveitar o momento na Casa. A gente fez uma articulação muito grande na Câmara dos Deputados e, nessa nova reforma tributária, conseguiu incluir a castanha, o caju fruta e a polpa de caju na nova cesta básica nacional. Já tivemos um contato com o Senador Eduardo Braga, em que ele se dispôs a fazer um diálogo para que a gente pudesse também continuar e não houvesse, digamos, pelo menos em relação à cajucultura, mudanças no projeto de lei que está aqui no Senado. Aí faço meu pedido a todos que estão ouvindo e aos Senadores também para que possam fortalecer o setor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, dentro dessa construção, o Instituto Caju Brasil vem desenvolvendo um trabalho muito grande, principalmente educativo. Quando eu falo em educativo, por exemplo, a gente desenvolve um trabalho muito forte. Já fazemos mais de cem ações ao longo desses dois anos e meio em 12 estados brasileiros, porque hoje a gente fala muito do caju em nível de Nordeste, mas o caju hoje está no Pará, está no Tocantins, está aqui no Goiás. São espécies diferentes, por exemplo, como o caju-do-cerrado e outros, mas existem. Neste mesmo período aqui está acontecendo, por exemplo, um evento da cajucultura no Tocantins. Você tem caju hoje em Roraima, você tem no Amapá, no Pará, em diversos... No norte de São Paulo, hoje, já tem cajucultura, enfim, no Mato grosso também. Então, ela vem crescendo muito em todo o Brasil.

E aproveitando também isso, a gente também começou a desenvolver alguns trabalhos, por exemplo, de fomento relacionado com alguns segmentos, como, por exemplo, a nutrição. Hoje tem cerca de 200 mil profissionais de nutrição no país e, muitas vezes, a gente chega a municípios produtores da cajucultura e, fazendo diálogos com esses pequenos municípios e secretarias, há uma visão, às vezes – perdoem-me –, equivocada, de nutricionistas, por exemplo, que não veem no caju uma possibilidade para ser colocado, por exemplo, na merenda escolar. E aí é interessante a gente utilizar esse aporte, porque, por exemplo, no Estado do Ceará, a gente tem uma lei que foi aprovada no Governo Tasso Jereissati, em 2001, para a implementação do suco de caju na merenda escolar. Hoje, o Estado do Ceará tem 184 municípios; a gente não tem essa lei implementada em nem 10% pelo menos. Temos alguns municípios produtores, como Beberibe, como Barreira e outros, que colocaram o suco, cajuína e seus derivados, mas, infelizmente, não há essa implementação. Lembramos que, por exemplo, no Estado do Ceará, de 184 municípios, 153 produzem caju, ou seja, tem uma gama muito enorme, e a gente poderia estar gerando renda para esse pequeno produtor, enfim, e abrindo possibilidades para toda a cadeia.

E dentro dessa temática... Até porque eu não quero entrar muito nessa questão das pesquisas, porque o Gustavo, com certeza, vai falar disso de uma maneira muito efetiva. Queria aproveitar também aqui a presença do Amilcar e agradecer, porque a PECNORDESTE... Quem não conhece a PECNORDESTE tem que conhecer, porque é a maior feira hoje do agronegócio *indoor* do Brasil, e a federação abre um espaço muito importante para a gente divulgar toda a cajucultura, seus derivados, para ter um espaço aí dos produtores rurais. Então, eu queria agradecer aqui, aproveitar a oportunidade para agradecer ao Amilcar, dentro desse projeto, nesse fortalecimento aí da cadeia.

E quero fortalecer alguns pontos. Eu queria que vocês, que estão me ouvindo, que estão aqui presentes, começassem a ouvir o que a gente está falando quase como um *pitch* empresarial. Eu falo isso por quê? Porque a gente fala de castanha, mas, na verdade, a gente está falando de uma cadeia que é enorme. Recentemente, por exemplo – vou usar aqui o nome só como referência –, a Fanta acabou de lançar o Fanta Caju, de que a gente fez parte, participou do projeto, que é da empresa Solar. Ela fez o lançamento Nordeste, Espírito Santo e Rio de Janeiro, depois vai espalhar para todo o Brasil. Só para vocês terem uma ideia, foi lançado em Fortaleza... Nem lançou e já tem dez países interessados, por exemplo, em levar a Fanta Caju para outros países; ou seja, só demonstra como isso... Eu estou falando de um produto. Fora que a gente tem, por exemplo, o refrigerante São Geraldo, que é muito comum, temos também a cajuína, que é muito forte. Infelizmente, o Ceará está perdendo essa cultura da cajuína

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no dia a dia, mas no Piauí, graças a Deus, continua firme e forte. É muito comum; o cara nem pede água, já pede uma cajuína tradicional. Então, é muito importante isso.

Aproveito essa deixa, por exemplo, para a gente mostrar o tamanho dessa cadeia. Como instituto, a gente recebe muitas demandas, por exemplo, de produtores, de empresas, e eu vou dar um exemplo do que está acontecendo muito agora, só para a gente ver esse escalonamento. Até, infelizmente, o Senador saiu, mas queria fazer até a provocação para ele nesse quesito, que é a seguinte: nós recebemos, por exemplo, contatos da Embaixada da Rússia, interessada, por exemplo, em fazer pontes do LCC, que é o líquido da casca de castanha, que é utilizado, por exemplo, na indústria petrolífera, utilizado na pesquisa de painel solar, enfim; e aí a gente tinha petrolíferas russas interessadas. Atualmente, agora, estamos em diálogo, conversando com empresas japonesas, empresas polonesas, empresas, por exemplo, da Hungria. E eu estou falando de algumas empresas que estão interessadas em vir para o Brasil, fazer investimento aqui. Por quê? Porque hoje, por exemplo, o LCC não tem a demanda de que eles necessitam. A gente está falando, literalmente, de valores e volumes que empregariam toda uma cadeia gigantesca.

Por exemplo, só a produção do Estado do Rio Grande do Norte não seria suficiente, por exemplo, para atender a um cliente. Só para a gente ver o modelo de demandas e as necessidades que estão surgindo. Então, é importante a gente ter essa visão.

E aí, dentro disso, por exemplo, hoje no Estado do Ceará, do Piauí, em vários outros, fala-se muito, por exemplo, sobre hidrogênio verde, e nesse processo de articulação e diálogo, nós tivemos aí até – eu não quero esquecer o nome, para falar corretamente – a Professora, uma das representantes, a Valderez Rocha, que é a pesquisadora do Grupo de Desenvolvimento de Processos Biotecnológicos da UFC e que procurou a gente para fazer uma ponte e um aporte. Por quê? Porque...

Ah, o Senador está aqui. Vou até aproveitar a provocação para ele.

Fazer um aporte porque ela descobriu, por exemplo, que, na utilização do pedúnculo – ou seja, literalmente aquele pedúnculo, que já foi espremido, utilizado para suco, para cajuína –, há produção de hidrogênio verde. Nós temos pesquisas, a Embrapa vai mostrar isso, temos pesquisa da UFC, temos pesquisa, por exemplo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURÍCIO CAMPOS – ... de vários institutos federais, universidades estaduais, como a Universidade Estadual do Piauí, que tem pesquisas, por exemplo, da utilização da folha do caju para tratamento de tendinites. Tem um estudo muito bacana na Universidade Federal de Pernambuco, que está sendo feito até nas áreas do Rio Grande do Norte e que está utilizando, por exemplo, a resina do cajueiro para a indústria de cosméticos.

Então, assim, existe um potencial enorme. Quem tiver oportunidade tem que ir para Fortaleza, tem que ir à Embrapa, conhecer o volume de pesquisas que tem lá. Só precisa de um aporte e de um investimento empresarial e colocar esses produtos nos mercados.

Queria aproveitar também muito e agradecer a algumas pessoas que estão aqui presentes, agradecer à minha amiga que está lá atrás, por exemplo, a Rose, que é um exemplo de produtora da agricultura familiar, que literalmente está fazendo uma revolução com o caju. Quem estiver presente na solenidade vai ter a oportunidade de provar e degustar os diversos produtos que vão estar lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, dentro dessas demandas das quais a gente estava falando, sobre articulação, nós, do Instituto Caju Brasil, estaremos lançando, ano que vem, um grande projeto, porque a nossa ideia, na verdade – a gente já a realiza, mas a gente quer torná-la maior –, é fazer um fórum, juntamente com ações, por exemplo, de uma competição voltada para receitas dos profissionais de A&B, em que a gente vai pegar esses profissionais, o ganhador desse torneio vai para Portugal, e lá a gente também vai fazer uma rodada de negócios, com diversos produtores, para fomentar.

E esse diálogo, eu volto, até em relação ao ministério que ele está aqui representando, porque, assim, às vezes a gente tem um diálogo, por exemplo, com o Ministério do Turismo, tanto com secretarias estaduais como com o Ministério do Turismo e outros órgãos, e a gente não está pedindo nada. O que a gente muitas vezes fala é assim: "Vamos levar o caju?".

Acabou de ter as Olimpíadas de Paris, e tinha um estande da Apex. Vamos levar a cajucultura para ser mostrada lá fora!

Estamos tendo, por exemplo, o G20. Para mim é um absurdo ter, por exemplo, suco de laranja lá, e não ter outros produtos locais nossos. Teve no Ceará, teve no Piauí... No Piauí não tinha cajuína!

Então, isso não pode acontecer. A gente precisa começar a virar a chave e ter essa provocação permanentemente. Entendeu? Eu acho que isso é muito, extremamente importante, para que a gente possa fortalecer toda essa questão.

E relembrando: a nossa última audiência pública, aqui no Congresso, a gente fez em 2017; ou seja, de lá para cá, pouca coisa mudou, mas a gente parte do princípio de que houve uma mudança de governo, de projetos, enfim, de toda uma cadeia, e eu acho importante que a gente possa sair desta discussão aqui com projetos claros e objetivos, para que a gente possa fomentar leis, políticas públicas que realmente possam fazer diferença na vida desse pequeno produtor.

E, até aproveitando a deixa que o Amilcar falou, em cima do mercado global, hoje, só para a gente ter mais ou menos uma ideia de mercado, a gente está falando de um mercado global hoje da castanha, hoje, de US$7,82 bilhões. Quando a gente faz uma projeção, por exemplo, para 2029, a gente está falando de um mercado de US$9,20 bilhões. Imagina, por exemplo, hoje, se só os estados produtores puderem pegar 10% dessa cadeia, por exemplo. A gente está falando de quase R$50 bilhões. Então é muito dinheiro. A gente não pode... Muitas vezes eu vejo, por exemplo, eu vou fazer um adendo, por exemplo, a falas ou propaganda política, assim: "Estamos trazendo x empresas, novos mil funcionários, novos dois mil funcionários, novos três mil funcionários...", e a cadeia produtiva da cajucultura, que a gente está falando, por exemplo, que só no Ceará tem 25 mil unidades produtores, está falando de pelo menos 120 mil pessoas ligadas diretamente e indiretamente 300 mil pessoas? O que eu faço quando a gente faz esse diálogo com esse pequeno produtor? Quando a gente está falando em escala, a gente está falando de mais de meio milhão de pessoas. Como é que a gente ignora?

E aí, dentro disso, acho extremamente importante que o Governo Federal e todas as articulações entendam que a gente está numa briga injusta porque, assim, hoje os países, por exemplo, da África, recebem aporte da União Europeia, eles recebem aporte, por exemplo, de instituições internacionais, como, por exemplo, da própria Melinda Gates, da Fundação Melinda Gates, e a gente está falando de centenas de milhões de dólares. É muito dinheiro. E agora estão começando a jogar outro jogo extremamente perigoso para nós, que é o seguinte: eles entenderam que a castanha de caju não é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suficiente para pagar a conta, então eles estão começando agora a produzir cajuína, cerveja de caju e produtos derivados da cajucultura.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURÍCIO CAMPOS – Então o que acontece? Se a gente não se preparar, daqui a três, quatro, cinco anos, literalmente vai ser jogado fora do mercado. E nós, que somos, enfim, pioneiros em toda essa cadeia, em todo esse desenvolvimento, a gente não pode permitir isso. E aí eu vou usar até algumas, digamos, palavras relativamente fortes e adjetivar isto: é um crime a gente abandonar os produtores de caju. Eu vou repetir, de novo: é um crime a gente abandonar, lembrando que a maioria desses produtores não são grandes produtores, são pequenos, agricultor familiar. Nós temos uma nova geração aí que está entrando no mercado com outra perspectiva. Se a gente não gerar fomento e possibilidades para que esse jovem continue no campo, o que vai acontecer? Ele vai embora para os grandes centros. E aí vai produzir o caos e os problemas que todos nós já sabemos.

Então queria agradecer aqui, enfim, mais uma vez, a presença de todos vocês. Queria agradecer ao Senador Girão, queria agradecer ao Senador que está presidindo. Mais uma vez, muito obrigado. Espero que esta audiência pública possa fomentar e trazer resultado prático...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURÍCIO CAMPOS – ... para os pequenos produtores lá na ponta. Mais uma vez, muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Maurício, pela sua explanação.

Quero dizer para você que a importância maior que nós temos hoje nessa situação do caju, e não é só na questão do Nordeste, é que nós precisamos realmente incentivar a agricultura familiar. Essas pessoas só vão ficar trabalhando no campo, primeira coisa que eu vou dizer para vocês, nenhum produtor mais vai ficar no campo se não tiver renda, ele precisa ter renda. É o produtor de café que é da agricultura familiar, é o produtor de batata que é da agricultura familiar, cebola é da agricultura familiar, caju. Então, quer dizer, nós temos uma cadeia tão grande, o produtor de uva, no Rio Grande do Sul, vem da agricultura familiar; então, nós dependemos tanto de que essa política pública realmente funcione e só vai funcionar, nenhum produtor mais vai ficar no campo se não tiver rentabilidade. O que está acontecendo muitas vezes com a situação do Bolsa Família é isso. O cara foi para o Bolsa Família e está saindo fora da produção.

Mas nós precisamos, nós da política, nós empresários, nós produtores rurais, as pessoas que estão à frente do Governo Federal, volto a frisar, sempre independentemente de sigla partidária, seja onde estiver – não é a sigla partidária que vai influenciar nisso –, nós precisamos incentivar o nosso produtor.

E, quanto àquilo que o Amilcar falou aqui antes, eu só quero complementar aquilo que ele falou, e eu me esqueci de falar. Nós temos que acabar com isto: desde o hortifrutigranjeiro até o grande produtor, todos são da produção, todos são produtor, cada um dentro da sua escala.

Eu não sabia que Jaime Aquino, o nome é muito importante, porque Jaime é o nome... (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É...

Então só para você ver: agora ele está falando que plantava mais, ele tinha uma produção de mais de 100 mil hectares, entendeu? Então, você veja bem, ele está sendo homenageado.

Nós temos produtor de soja no Brasil, de que não chego nem aos pés, com acima de 500 mil hectares, 600 mil hectares, entendeu? Nós temos produtor hoje de soja no Brasil, mas de larga escala. Ele tem a sua representatividade? Tem, mas toda a cadeia da produção é importante.

No café, só para vocês entenderem, no café em Rondônia, com 50 mil hectares, nós temos 18 mil inscrições, e são com inscrição de produtor rural. Na soja, com 750 mil hectares, aproximadamente setecentos e poucos mil hectares, nós temos menos de 1 mil. Então, você veja que a agricultura familiar é importantíssima em todos os estados da Federação.

Queria passar agora a palavra aqui ao próximo orador, que é o Josenilto Lacerda Vasconcelos, da câmara técnica do caju do Estado do Piauí.

O SR. JOSENILTO LACERDA VASCONCELOS (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas presentes.

Presidente da mesa, Senador Jaime Bagattoli – ou "bagatóli", eu não sei se é a pronúncia essa...

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone.*) – É "bagátoli".

O SR. JOSENILTO LACERDA VASCONCELOS – É "bagátoli", isso.

Quero agradecer o convite, o privilégio de estar aqui nesta sessão discutindo um tema tão relevante como é a questão da cajucultura. E quero dizer que eu faço cajucultura num perímetro irrigado em Parnaíba, no Piauí, um perímetro do Denocs. O Senador citou a situação que está o Denocs hoje, dos perímetros irrigados, não é? Eu tenho uma fábrica de cajuína, eu desperdiço menos de 5% da minha produção de caju. Conheço um pouco da rota da fruticultura lá em Alagoas, lá com o Luciano, lá da Carpil, que você deve bem conhecer.

Quero agradecer aqui a presença dos nossos colegas lá do Piauí, dois que vieram de carro aqui num sacrifício danado, o Eduardo Banzeiro e os Aurino, também representando a câmara da cajucultura; e também temos aqui o Presidente do distrito da Irrigação Tabuleiros Litorâneos, lá em Parnaíba, José Clarindo, o Bebeto, que está ali.

Quero registrar também o apoio aqui do Deputado lá de Parnaíba Florentino Neto, que foi quem custeou nossas passagens para estarmos aqui – sem isso a gente não teria condições de estar aqui neste momento.

E vamos falar rapidamente aqui, tentar ser o mais breve possível, sobre este tema aí que é o que a gente faz. Eu vivo disso, eu não faço outra atividade. Sou engenheiro agrônomo e vivo exclusivamente da produção de caju e fabricação de cajuína lá no Piauí. E, neste momento, aqui, eu também estou representando o nosso Presidente da Procajuína, que é a associação dos fabricantes de cajuína do Estado do Piauí, o Firmino Pires, que não pôde estar aqui presente por compromisso anteriores.

Bom, como já se falou rapidamente – eu vou ser breve –, esse é o contexto global do caju hoje no mundo. Todo caju do mundo é originário aqui do Brasil: daqui é que ele se expandiu, que os portugueses levaram para outros locais. Hoje nós somos o 12º produtor mundial, com apenas 3% da produção mundial de caju, ou seja, nós somos hoje nada do ponto de vista da balança da produção de caju no mundo. A Índia é o maior consumidor de castanha, e o Vietnã é o maior processador. A Costa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Marfim, que é um país africano, vem evoluindo e, neste ano, produziu dez vezes mais o que o Nordeste produz, o que o Brasil produz.

A Procajuína representa hoje em torno de 70% da produção de cajuína no Piauí. A cajuína do Piauí – e o seu modo de fazer – é patrimônio cultural e imaterial do Brasil.

A vitamina... Veja, o suco de laranja... A laranja, até a década de 70, era um produto de feira no Brasil e, graças à integração do setor e uma série de ações de políticas públicas e integração entre a produção e o mercado, chegou-se a este número hoje: 80% do mercado mundial de suco de laranja é dominado pelo Brasil. E toda estratégia de expansão da laranja no mundo foi baseada na história da vitamina C. E caju e cajuína têm cinco vezes mais vitamina C do que suco de laranja, do que laranja. Então, só isso, por si só – quer dizer, isso é redundância –, já seria motivo para a gente valorizar muito mais o nosso caju, que foi baseado todo em cima da questão da castanha. Então, a gente está acreditando muito nisso, vem fortalecendo isso, divulgando. E quero registrar esse trabalho magnífico que o Maurício vem fazendo na questão de promoção do caju e de seus potenciais.

O Brasil é o único país que aproveita de forma significativa o pedúnculo. Todos esses países aí praticamente só aproveitam a castanha, o resto é jogado fora ou vai para a ração animal. Aproveita-se muito pouco. Mas até, hoje, veja, a Índia já começa a fazer cajuína, já começa a aproveitar o suco de caju para fazer suco base – eu acho que o Gustavo, lá da Embrapa, vai falar disso, imagino eu –, e outros países da África, como a Nigéria, já começam a aproveitá-lo, é óbvio. Por quê? O volume do pedúnculo do caju é nove vezes maior do que a castanha, então, para cada 100kg de castanha, nós vamos ter 900kg de pedúnculo. E isso é, na sua grande maioria, jogado fora. Um alimento que... Estou falando de vitamina C, mas a fibra do caju tem um valor alimentar fantástico: reduz colesterol, reduz glicemia, estabiliza digestão. Já existem produtos comerciais no mercado – a importância do Sr. Jaime Aquino nesse processo aí foi muito grande –, mas não houve essa integração, como bem se colocou, de políticas públicas e iniciativa privada. Então, a gente produz em torno de 1 milhão de toneladas de pedúnculo, e cerca de 80%, pelo menos, não são aproveitados.

A questão econômica, a importância econômica. Veja, nós temos um consumo médio, varia em torno de 95 litros *per capita* de refrigerante no Brasil. Brasília consome em torno de 140, 145; em São Paulo é um pouco menos do que isso. Suco de uva é outro exemplo de sucesso, que saiu de uma produção irrisória, nesses 20 anos, de 15 milhões de litros de suco, aproximadamente, para 350 milhões de litros de suco no Brasil, isso dá um consumo *per capita* em torno de 1,5 litro; o suco de laranja tem um consumo *per capita* em torno de 6 litros; suco de caju, a gente não sabe, porque não tem estatística oficial, não tem controle. Isto é outra coisa extremamente importante: informação. Não se pode tomar decisão sem informação.

O Piauí hoje é o estado que mais consome cajuína. Então, lá no Piauí, a gente estima um consumo *per capita* em torno de 970ml, praticamente 1 litro. Se você aproveita isso e inclui as indústrias do Ceará de cajuína e extrapola isso para o Nordeste, chegamos a um número estimado – é uma estimativa – de 140ml. E quando você bota isso aí para o Brasil, só dá 38ml. É nada, absolutamente nada, com um potencial enorme.

A fabricação de cajuína gera um emprego direto permanente a cada 11 mil garrafas de cajuína. Isso é um dado prático que a gente tem acompanhado as nossas indústrias e também a partir da nossa experiência. Isso é extremamente importante, porque cada emprego gerado em uma agroindústria,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

principalmente em uma agroindústria de pequeno porte, ela gera 1,5 outro emprego em outras atividades no seu entorno. Então tem uma importância muito grande.

Temos preços pagos ao produtor: preços de castanha e essas variações. A gente vai... Devido ao aperto do tempo, nós vamos passar esses dados que tem aqui, toda essa sequência de lâminas aí. Elas são fornecidas pela Conab, a Profa. Maria Helena Fagundes é uma das responsáveis pela compilação desses dados – a gente faz esse registro aqui.

Vejam, os preços pagos são irrisórios para o produtor. Um produtor africano de castanha está recebendo em média US$1 dólar, US$1,20 por quilo de castanha; o produtor nordestino chegou a receber, nesses últimos anos, 50 *cents*. A indústria local de castanha está perdendo competitividade, resolve importar castanha da África para poder fazer seu processamento mais barato e colocar lá no mercado.

Enfim, já foi rapidamente colocado isto aí: os preços pagos pela castanha no atacado, no estado de Ceará e no Rio Grande do Norte. Esse é um valor médio, oscila. Então está em torno de R$40, R$45, dependendo da época do ano.

Também já foi colocada a estimativa de produção. Para 2024, há uma perspectiva de aumento, neste ano, em torno de 13%, pela estimativa do IBGE.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSENILTO LACERDA VASCONCELOS – O Ceará vai aumentar em torno de quase 16%; o Piauí, em torno de 35%, no seu cômputo geral; o Rio Grande do Norte deve diminuir, pelo menos essa é a estimativa. E há outro dado aí, que o Nordeste representa 99,5% da produção nacional de castanha de caju.

Eu vou passar, já se tratou disso aí, da produção.

Isso é uma evolução da participação ao longo do tempo entre o Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte. A gente entende, a gente inclusive convoca – aproveita aqui essa oportunidade – a Federação do Ceará, a do Piauí, Rio Grande do Norte... os problemas são comuns. Então a política, a estratégia tem que ser comum, ela tem que ser conjunta, senão a gente não vai avançar. "Ah, tem as especificidades". Tem. O Estado do Piauí já explora, de forma razoável, a cajuína; o Ceará, também, mas a questão maior, como o Senador colocou, é renda.

Hoje, se você for pegar a produtividade média, preço médio, pagar o produtor de castanha e de pedúnculo, dá prejuízo. Por isso que está diminuindo a área, porque não tem renda – não tem renda! Qualquer atividade precisa se pagar, se ela não se pagar, ela não se mantém.

Vou passar, tá?

Essas aí são as exportações. De janeiro a maio de 2024, nós tivemos uma redução de 44%. O valor até agora em maio, segundo esse dado da Conab, é de quase US$16 milhões, é uma redução em termos de valor de 47%, e o preço médio do quilo da amêndoa exportada é de US$5,46, o que também é uma média, mas é abaixo dos valores históricos. Já foi colocado aqui os principais destinos: Estados Unidos, Chile, Argentina e por aí vai. O Dr. Amilcar já colocou numa lâmina bem mais detalhada e mais bem explicada.

Vamos passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os fatores de alta, que é essa questão da entressafra. Aumento nas exportações nesse período aqui do segundo semestre, que deve acontecer. Redução na exportação, os fatores de baixa redução na exportação comparada ao ano anterior e expectativa de estabilidade de preços internos. Tem que ter proteção para o produtor.

Muita gente, muitos pequenos produtores, no Piauí, no Ceará, se continuar do jeito que está, vão cair fora da atividade. Então vai ter um processo de seleção natural que não é bem-vindo, porque daqui a pouco vai começar a faltar. E a gente também pode ser engolido pelos outros países que vêm correndo com uma produtividade bastante alta. A gente olha para a África assim... Negativo, os caras estão lá avançando, usando a tecnologia que foi inicialmente desenvolvida aqui no Brasil e estão conquistando o mercado com esses apoios internacionais, como bem colocou o Maurício, o que, do ponto de vista do mercado, é uma ameaça no médio prazo para a gente, sem dúvida nenhuma.

Bom, é isso aí. Essa é uma foto que foi tirada há cinco dias lá da nossa área, numa gravação que foi feita, achamos uma foto representativa da cajuína e com os cajus.

Nós estamos em pico de produção nesse período, tem bastante gente lá hoje colhendo caju, processando e fazendo cajuína, e a gente está aqui. Está bom?

Era isso aí, muito obrigado a todos vocês.

Ficamos à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Josenilto, pela sua colocação. Quando você falou do subproduto que tem do caju, por exemplo, o caroço de algodão era um problema no passado para nós, foi ou não foi? Foi um problema, era um problema o caroço de algodão. Até eu montei uma máquina para esmagar o caroço de algodão.

Para quem não entende, o caroço de algodão, a cada mil quilos, produz em torno de 120kg de óleo e produz em torno de – 10% você perde – 770, 780kg de farelo, quer dizer, você tem 900kg, perde aí uns 10%, mais ou menos, que evapora, some, mas hoje é uma excelente proteína para ração animal, entendeu? Então, em tudo isso a tecnologia vem e veio ajudando, e é disso que nós precisamos nessa situação do caju.

Eu queria agora, neste momento aqui... (*Pausa.*)

Eu queria desfazer, mas aí sairia só o... Não é nenhuma restrição, não. Sairiam só o Maurício Campos e o Josenilto. E o Amilcar e a Adriana permaneceriam aqui.

Eu queria convidar os próximos oradores para comporem a mesa aqui: o Luiz Sérgio Farias Machado, Superintendente de Agronegócio e Microfinança Rural do Banco do Nordeste... (*Pausa.*)

Não veio? (*Pausa.*)

Gustavo Adolfo Saavedra Pinto, Chefe Geral de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa Agroindústria Tropical.

Com a palavra, pode ser primeiramente o Gustavo Adolfo, da Embrapa.

Quero dizer para você, Gustavo, que a Embrapa foi de suma importância. Vou falar um pouquinho só, um minuto. No nosso Estado de Rondônia, nós somos o terceiro produtor de café clonal do Brasil e nós temos uma grande participação da Embrapa. Muitas pessoas não sabem que o Espírito Santo é o primeiro produtor, os capixabas. Hoje, em Rondônia, mais de 40% de quem produz café lá, desde a agricultura familiar, os pequenos produtores – eu não tenho esses dados certos, mas é quase certeza – são capixabas. E hoje os capixabas estão pegando muda de café de Rondônia e estão implantando no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Espírito Santo, para vocês verem como a tecnologia avançou – o nosso café lá é o café clonal, mas é o café robusto amazônico – tamanha a importância da tecnologia. Acreditem ou não, mas nós temos produtores produzindo acima de 100 sacos por hectare.

Então, parabéns à Embrapa. A Embrapa tem que continuar com esse desenvolvimento. Acho que foi o Amilcar que falou aqui, num certo momento aí, que realmente é uma vergonha a Embrapa chegar e ter que pedir emenda parlamentar, uma empresa dessa, com desenvolvimento para melhorar a genética, melhorar tudo, desde o gado, em tudo nós dependemos da Embrapa. E sabemos que o grande desenvolvimento... Nós não seríamos o maior produtor de soja do mundo se nós não tivéssemos a Embrapa. A Embrapa está de parabéns. Na década de 70, o que fez no Cerrado é coisa impressionante, é coisa inexplicável, para levar este país a essa grande produção.

Com a palavra, Gustavo. Fique à vontade.

O SR. GUSTAVO ADOLFO SAAVEDRA PINTO (Para expor.) – Obrigado, Senador, pelas palavras tão gentis. Também quero agradecer o Senador Eduardo Girão pelo convite. Bom dia a todos que estão aqui, que estão nos assistindo pela TV Senado.

Só aí falando um pouquinho de café, Senador, a gente vai levar os robustas amazônicos, a gente já está levando os robustas amazônicos para o Ceará, está certo? Tem três. Então o que deu certo em Rondônia vai também dar certo no Ceará, eu tenho certeza.

Mas falando sobre o tema da cajucultura, como eu botei no título da minha palestra, é uma cadeia que realmente é uma cadeia produtiva em nível de Brasil parada no tempo. Nós estamos parados basicamente na década de 80, mas ela apresenta um grande potencial. Eu dividi minha apresentação em três partes: uma falando primeiro da parte agrícola, depois da parte industrial e depois uma proposta que é a questão da biorrefinaria do caju.

Então, não discordando de Josenilto, ele pegou os dados de 2023, mas os dados globais consolidados, que tem nas bases da FAO. são os de 2022. Em 2022, nós éramos o oitavo produtor, certo? Mas eu concordo com ele, em 2023 nós caímos para o 12º, porque nós produzimos menos do que em 2022. Costa do Marfim é a líder; depois, Índia e Vietnã. Eu só quero chamar a atenção para o Vietnã, que na década de 70 tinha zero tonelada de caju produzido, então em 50 anos eles saíram do zero para se tornarem o terceiro maior produtor, com 350 mil toneladas e, no ano passado, já se fala em 450 mil toneladas produzidas, porque eles tiveram um planejamento. Vocês podem ver tirando... Basicamente, a África e a Ásia são os principais concorrentes.

Essa é a nossa evolução ao longo de 1988 para cá, quando o IBGE tem os dados mais confiáveis, porque antes eles falavam caju... Antes de 1987, falava-se de caju, depois eles separaram e realmente falaram de castanha. Então são os dados mais confiáveis. Ao contrário do que a agricultura brasileira fez como um todo, que ganhou produtividade, que aumentou sua produção e se tornou expressiva – então toda agricultura, toda a pecuária brasileira ganhou produtividade –, o caju não. O que ainda contribuiu para um certo ganho de produtividade foi, como o Amilcar bem explanou, ali entre 2012 e 2017, a seca. Em várias áreas, perdeu-se 300 mil hectares de caju, algo um pouco mais do que isso, e aí depois nós recuperamos. Então hoje, com 300 mil hectares a menos, nós estamos produzindo basicamente a mesma coisa. Nós estamos parados: nós aumentamos a produtividade, mas nós não aumentamos porque nós nos tornamos mais eficientes, é porque a seca dizimou as áreas antigas. Então a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perdeu área. Então, como vocês podem ver, está mais ou menos tudo parado ali nos últimos anos, está tudo parado em torno de 420 mil, quatrocentos e poucos mil hectares.

Só que a Embrapa está há 40 anos desenvolvendo o melhor pacote tecnológico agrícola para a cajucultura, isso tudo baseado em clones. Hoje, no planeta inteiro, se tem clones, mas os nossos são os melhores. Então vou pegar ali três.

Eu só quero que vocês deem uma olhada ali em termos de produtividade em sequeiro. Nós temos ali esses três clones que são os mais usados, 1,2 mil quilos de produção de castanha de caju em sequeiro; 1,650 mil, 1,2 mil. Então, o 76 é o preferido dos cearenses, o 51 é o preferido dos potiguares, o 226 é o preferido dos piauenses. Os três são adequados, embora hoje eles estejam começando a se distribuir pelos três estados, mas nenhum número menor do que 1,2 mil, concordam? O próprio Senador Girão disse que nossa produtividade é 378. Então, é isso aí. Nós temos o melhor pacote tecnológico do planeta, mas pouco foi convertido em vantagem para os agricultores. Então, o que a Embrapa desenvolveu e continua desenvolvendo – os novos clones estão batendo 2 mil quilos, 3 mil quilos de castanha por hectare – não está entrando para os produtores. Cada clone tem um investimento de R$100 milhões, feito pela Embrapa.

Então, esse é o mapa atual com os dados do IBGE. Vocês podem ver que nós deveríamos estar no verde ou no azul. Então, o verde seria... A gente considerou que o ideal seria a gente estar chegando ali em torno de 750 mil a mil quilos de castanha por hectare, ou no azul a gente estar superando isso.

O Ceará tem apenas um amarelo, o item 3, mas isso ano a ano não se mantém. Então, depois vai para outro município, muda, aí o município que hoje está amarelo pula para vermelho. A mesma coisa no Rio Grande do Norte. Apesar de ter umas cores verdes e azuis, isso não se mantém. Eu conheço essas áreas. Então, um município que tem dez hectares, a pessoa diz que produziu dez toneladas de castanha, e não produziu.

Então, os dados do IBGE são muito bons no Ceará e no Piauí, mas pouco confiáveis historicamente no Rio Grande do Norte, embora o estado que hoje vem apontando a inserção de tecnologia seja o Rio Grande do Norte, ali nos Municípios Severiano Melo e Apodi. Tanto é que ano passado nós já levamos os colegas do Piauí para conhecer a região e os produtores. Pequenos produtores, eles ficaram impressionados, porque pequenos produtores, mesmo em sequeiro, mesmo em anos não muito bons, conseguiram algo em torno de 1,6 mil quilos de castanha por hectare. Então, a genética Embrapa, o sistema de produção que a Embrapa definiu, autodrenamento e algo a mais, então, é possível chegar, até com aqueles três clones, a 2 mil quilos de castanha, certo?

Nós caracterizamos os produtores. Então, vejam, aquele retrato que tinha antes era um retrato dos estados e dos municípios e, quando a gente olha para os produtores, para conseguir os azuis ou os verdes, os produtores deviam estar em uma condição de alto, muito alto, em termos de assimilação de tecnologia. E nossos produtores estão, na média, no baixo. O produtor de caju ainda é, mesmo no Ceará, um extrativista ou um semiextrativista. A agricultura como o Brasil entende hoje ainda não chegou para a cajucultura.

Óbvio, existem exceções. O problema é esse, é que são exceções. Eles não são a regra, porque, se fossem a regra, o nosso cenário não seria este. Então, o vermelho é a condição do extrativismo. No caso do Ceará, metade do Ceará é extrativista, exatamente como em 1988.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é possível revitalizar a cajucultura no campo? Sim. Sim, porque essa foto é uma foto dessa cajucultura pungente em Severiano Melo, Apodi. Nós aprendemos muito, a Embrapa aprendeu muito com o Senar do Rio Grande do Norte, isso foi puxado por lá. É óbvio, nós participamos dessa revolução, e hoje nós estamos sistematizando isso na Paraíba.

Então, quais são os caminhos? Tecnologia clonal, não existe outra possibilidade para isso; adoção de práticas de manejo; controle de pragas e doenças; mecanização do cultivo – o Amilcar falou, outras pessoas já falaram aqui, não existe mais mão de obra. Então, o caju tem que ser mecanizado, é possível ser mecanizado, por isso mesmo, no próximo concurso que a Embrapa está abrindo, nós estamos contratando dois novos pesquisadores para a área de mecanização para a cajucultura. Além disso, adoção de práticas de pós-colheita de castanha, isso não é feito ainda; aproveitamento integral da produção, mas sobretudo um treinamento intensivo dos produtores. Não adianta distribuir muda; o Ceará já distribuiu 8 milhões de mudas ao longo dos 20 anos através da Emater. Não fez diferença nenhuma; só distribuir muda não faz diferença.

Qual foi a diferença que aconteceu no Piauí, aliás, desculpe, no Rio Grande do Norte? Primeiro os produtores treinam, depois ele ganha a muda. Então, depois que ele sabe dirigir o pacote tecnológico de alto desempenho, que é o cajueiro anão, ele ganha a muda, agora ele sabe o que fazer.

E como estamos na parte industrial? Bem, o elo da castanha – como está aí – é desarticulado, reduzido e defasado tecnologicamente. Então, o Amilcar falou bem, nós já tivemos no Ceará 24 empresas, hoje nós temos grandes três. Não estou falando das pequenas empresas, das pequenas e médias, mas as que são relevantes para o grande negócio, nós desindustrializamos o Ceará em termos de caju, de 1988 para cá.

Então, qual é a grande importância de falar de indústria? Caju é uma fruta industrial. Ao contrário da manga, ao contrário do melão, ao contrário do abacaxi, que saem dali do campo para o produtor, caju sai do campo para uma indústria. Se a indústria não for forte, o campo está morto. Está certo? Então, o elo industrial tem que ser forte. Então, vamos ver, eu só peguei três também condados da FAO, três países: nós, Índia e Vietnã. Então, vocês podem ver, do lado de cá, o importante, o quanto o processamento já foi primeiro de importação. Então, aqui do lado esquerdo, a gente tem importação de castanha e, do lado direito, nós temos produção. Então, eu já ouvi, durante muitas vezes, ao longo desses 22 anos em que eu estou no Ceará e na cajucultura: "Ah, a gente tem que impedir a entrada de castanha africana no Brasil". Foi totalmente diferente do que os nossos concorrentes industriais fizeram. A Índia e o Vietnã importaram e importam até hoje absurdamente castanha! Enquanto nós fechamos as nossas importações e matamos as nossas indústrias... E vejam o outro lado: eles desenvolveram a parte agrícola, porque, com indústrias, também compram do produtor local. A evolução da produção dos dois países foi diretamente proporcional ao aumento das importações de castanha. Nós fechamos, matamos as nossas indústrias. E para quem a gente vai vender castanha hoje? Vamos exportar castanha?

E aí a prova, também com dados da FAO: em 1988, nós éramos o segundo maior exportador de amêndoa global, agora já estamos falando do produto, nós tínhamos 28% do mercado, a Índia tinha 41%, e o Vietnã não tinha nada. Então, há mudança de perspectiva... O Vietnã é um grande processador, a Índia é um grande consumidor. E também já se falou isto aqui: na Índia, a população indiana, até por causa de questões religiosas, não come carne, caju é uma fonte proteica maravilhosa, a amêndoa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caju é uma fonte maravilhosa; então, eles importam muito, processam muito, mas é mercado interno. O Vietnã importa muito, produz muito e abastece Europa, Estados Unidos e Ásia. E aí isso... O Vietnã, na Ásia! E nós, de frente para a Europa e de frente para a costa leste americana, fechamos as nossas importações, matamos a nossa indústria e nos tornamos irrelevantes em termos de exportação de amêndoa, de produto processado.

Sim, é verdade, isso também aconteceu no Ceará. A amêndoa de caju já foi 40% da pauta de exportação do Ceará em termos de volume, de valor. Vejam: castanha-de-caju, hoje, é algo em torno de 1,7%, 1,5%; em termos de quantidade, massa, também foi em torno de 10% e hoje é 0,2% – é o gráfico da esquerda. Então, hoje, a principal pauta de exportação do Ceará é: derivados de ferro, de aço, a partir da siderúrgica; em termos agrícolas, é melão. Quase, quase já estamos perdendo para couros. Então, isso não foi só a seca – estão vendo? –, isso foi toda uma sequência de decisões erradas que matou – de novo, matou – a indústria. E aí, então, sem indústria, sem processamento, sem base agrícola.

Isto também já foi falado aqui: a cajucultura, para se recuperar inclusive em seu elo agrícola, só vai se reerguer se nós tivermos suas indústrias fortes. Então, eu gostaria só de falar que, às vezes, em relação à indústria, se pensa em fábrica, mas conceitualmente isso é um erro. Indústria é setor; o que é construível é fábrica. Então, as fábricas cearenses de Jaime Aquino, Cione, Usibras, Resibras, tudo... Elas são as fábricas, são as coisas físicas. A indústria é o que se reúne, é o conjunto de fábricas, é o conjunto de pensamento. Então, assim, nós precisamos construir duas indústrias no Ceará: de castanha, que tem que ser recuperada, e de pedúnculo, porque o pedúnculo... Quando entrar na parte de biorrefinaria, eu vou falar um pouco melhor disso, porque, do caju, 10% são castanha e 90% são pedúnculo. A coisa não vai funcionar sem o pedúnculo. Está certo? Daqui a pouco, eu ainda mostro mais isso.

Então, é possível revitalizar? Sim, com a adoção de material clonal como padrão. Inclusive, na sexta-feira, eu estive no seminário de safra da Usibras, que definiu o preço. E eles já falaram que vão chegar a isto em pouco tempo, eles querem chegar a isto: só comprar clone. Entenderam que realmente só material clonal é muito melhor para eles.

Sobre incentivos à modernização, então, pelo que se lutava antes? Se lutava para fechar. Não, nós temos que falar: hoje o Governo fala em neoindustrialização. Os Estados Unidos falam em neoindustrialização. Então, nós precisamos falar de neoindustrialização para a indústria do caju, ou para suas indústrias, para a da castanha e para a do pedúnculo. Sem uma neoindustrialização, se nós não ganharmos produtividade... Olhando de novo os nossos dois concorrentes globais, na Índia ainda há muito trabalho com pequenas fábricas, pequenas comunidades, ainda há muito trabalho manual, mas o custo do trabalho na Índia ainda é baixo, como na África ainda é baixo. Por que o Vietnã se tornou uma potência? Porque ele simplesmente mecanizou. Então, o corte da castanha no Vietnã é mecanizado a laser. Não é que é um corte a laser, mas tem um laser que determina qual é o tamanho da castanha, se ela vai para um lado ou para o outro, para uma máquina fazer um corte preciso. Então, hoje, onde está a melhor tecnologia fabril de castanha para a transformação de castanha em amêndoa? No Vietnã.

E é isto que a Usibras, por exemplo, vem fazendo, vem coordenando ali: ela está trocando toda a sua estrutura da década de 60 por equipamentos do Vietnã. Com isso, ela aumentou sua eficiência de conversão de castanha em amêndoa de 55%, que estava levando a Usibras para o buraco, para 81% com material comum e 95% com material clonal. Então, nós precisamos de material clonal, que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos disponível, mas também da neoindustrialização das fábricas do Ceará, ou as novas sendo construídas num novo modelo fabril, com ampliação de boas práticas, aumento de produtividade, obviamente diversificação de produtos e mercados e integração industrial entre esses dois conceitos industriais que o caju demanda.

Minha terceira e última parte é que o caju precisa ser uma biorrefinaria, precisa aproveitar tudo. É uma estratégia. A biorrefinaria é um conceito de que vem se falando em todo o agro brasileiro. Então, antigamente uma indústria que processava cana produzia ou açúcar ou álcool. Hoje ela produz até álcool de segunda geração e também pode produzir biodiesel, produz composto, produz biogás, produz energia. Então, a matriz de produtos do agro se diversifica para tornar o nosso agroindustrial competitivo. Isso tem que acontecer na cajucultura; senão, só castanha não vai dar.

Então, por que não vai dar? Porque, do lado esquerdo, nós temos os preços estabelecidos, levantados pela Conab, para a produção de caju. Vejam, R$6,19 no Ceará; R$8,64 no Piauí; R$6,07 no Rio Grande do Norte, nos municípios em que as séries históricas são maiores. E quanto é que se paga pela castanha? Quatro reais. Então, essa figura mostra que, se toda a nossa estratégia para a cajucultura for baseada em castanha, quanto mais se produzir, mais a gente vai falir o produtor, certo? Isso é bem didático.

Então, nós precisamos aproveitar o pedúnculo. Esse é o segredo daquela região do Rio Grande do Norte. Eles têm um aproveitamento de 80% do pedúnculo. Então, quando chega agora, na época da safra, nenhum produtor está preocupado em vender castanha. Eles vendem o pedúnculo, eles fecham a conta. Ele vai vender a castanha a R$6, R$6,50, quase empatando. Se ele vender a R$6, ele empata – em Serra do Mel, no Rio Grande do Norte, ele empata a produção. Então, é só lucro, é só felicidade, certo?

Por que nós necessitamos dessa solução ambidestra para caju? Agora já igualando ao que o Josenilto falou, nós produzimos, no ano passado, 120 mil toneladas de castanha. Então, isso significa 24 mil toneladas de amêndoa; vejam, é o menor número de todos que eu vou apresentar. O grande produto, que ainda está no imaginário, que é amêndoa, é o menor deles em termos de produto. Nós produzimos 96 mil toneladas de casca...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO ADOLFO SAAVEDRA PINTO – ... 1 milhão de toneladas de pedúnculo. Dessas, 800 mil são toneladas de polpa e 200 mil são toneladas de bagaço. Então, a gente produz mais resíduos e coprodutos do que produto, no modelo tradicional em que a nossa indústria foi construída.

Então, a conta não vai fechar no modelo tradicional. Ou a gente muda o pensamento, ou não adianta. Fecha na Índia? Fecha. O custo do trabalho é menor. Fecha no Vietnã? Bem, eles já estão falando só de processamento. Fecha na África? Fecha, mas também eles só exportam. Então, o US$1 que se paga... US$1 é o que se paga no porto, para exportar – US$1 é o que se paga no porto. Tenho certeza de que o trabalhador africano não ganha US$1, porque a situação na África continua ruim. Por quê? Porque a gente está na África, e isso continua muito ruim.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUSTAVO ADOLFO SAAVEDRA PINTO – Bem, então, aqui a estratégia de biorrefinaria, que é esse aproveitamento integral de produtos e coprodutos.

E aqui eu vou passar. Isso é só uma figura ilustrativa do que seria.

Está aí. Então, alguns produtos que estão marcados... Sim, Amilcar, a gente já chegou ao suco base, certo? Nós batemos como fazer. Nós já sabemos como fazer. Chegamos ali.

Agora a gente está numa etapa de escalonamento. Então, temos o concentrado de carotenoides, a fibra alimentar. Vocês já vão ver alguns equipamentos para fazer fibra alimentar, porque a gente só tem a JBS querendo usar fibra alimentar de caju na estruturação de produtos de base vegetal.

A própria cajuína tem que evoluir. Temos espaço para a cajuína tradicional? Seguramente, mas para terminar com 800 mil toneladas de caju... Hoje os meus filhos, que são adolescentes, ou jovens adultos, em Fortaleza, não consomem cajuína, mas consomem suco de maçã. O suco de maçã domina as grandes cidades nordestinas, e é o que a população jovem consome. E de onde a gente traz suco de maçã? De Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

O que é que os gaúchos não transportam? Vidro, que tem na cajuína, e água, que você concentra e dilui. Esse é o segredo do suco de laranja também: você tira a água e, depois, você reconstitui o suco. E a gente quer, na cajuína, transportar água e vidro. É caríssimo isso. Isso só vale se for vinho, mas não é o caso dos nossos produtos tradicionais.

Também estamos revisitando alguns produtos tradicionais: mel de caju, o Senador Eduardo Girão deve conhecer, todo mercado tem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO ADOLFO SAAVEDRA PINTO – É possível comprar, só que nós temos... O mel de caju tradicional, todos eles, tem problema desse composto, o HMF, que é cancerígeno. Acima de 60 não pode ser consumido, 60mg/kg. Não pode ser consumido.

Nós estamos, junto com uma indústria, revisitando o processo... Vejam: é muito diferente aquele produto desse produto, visualmente. Aqui, o HMF está ausente. Apresento o mel vegano.

Nós importamos o *maple syrup* e também o mel vegano de agave, do México. A gente importa o *maple syrup* do Canadá, consumimos no Brasil, importamos o mel vegano de agave, do México, e não usamos o mel vegano de caju, que pode ser.

Agora, é um novo modelo tecnológico para chegar a isso. Isso já está semipronto, como eu disse, há máquinas para processamento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO ADOLFO SAAVEDRA PINTO – Aquela foto ali do meio não é carne, é fibra de caju.

A gente já está levando, essas máquinas estão prontas, nós estamos levando para a indústria.

Só para terminar aqui, quanto ao líquido da castanha de caju, a Índia, nosso maior concorrente, deposita suas patentes de base química no Brasil para bloquear nossa indústria. Nós vendemos o líquido baratinho para eles, e eles transformam em freio para os ônibus espaciais americanos.

E nós estamos montando no CH1 dois polos químicos, um em Guaiúba e o outro eu esqueci, em que a Fiec também está começando a trabalhar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pronto.

E aqui a agregação de valor, fibra... São apenas alguns exemplos. Análogos vegetais; desenvolvimento de alimentos funcionais; desenvolvimento de novos ingredientes; impressão 3D... Então, o caju se presta para fazer impressão 3D de alimentos.

E é isso. Muito obrigado.

Desculpe se eu me alonguei, Senador, um pouquinho mais. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Gustavo, pela sua explanação, mas agora você chutou a bola aí para a Adriana, porque tanto a industrialização quanto a produção você vê que, se não derem viabilidade econômica, não vão chegar a lugar nenhum.

Então, eu acho que esta pasta, este ministério, o MDR, é de importância, e nós temos que nos debruçar em cima do que está acontecendo no nosso Brasil – e isso é em todos os segmentos. Toda a cadeia industrial hoje do país, se ela não se modernizar, ela não vai mais conseguir isso, porque o que valia – tem muita gente que não está entendendo – 15 anos atrás não serve mais para hoje. Não serve. Isso tudo mudou. Você tem que ter produtividade em tudo o que você vai fazer hoje, porque a concorrência, hoje, Senador Girão, é grande em tudo; em tudo.

Há 25 anos, 20 anos, ninguém falava em confinamento de boi no Brasil. Nós não falávamos em confinamento. Eu comecei com isso em 2010. Meu irmão me chamou de louco, falou: "Isso aí não existe, um negócio desses aí". Você vê que foi a solução, é a solução.

Então, toda a cadeia produtiva, hoje, do Brasil tem que se modernizar. E a industrialização, nem se fala! Essa é em tecnologia, em mão de obra, em diminuir a quantidade de mão de obra. Por isso a inteligência artificial está chegando aí.

Eu queria passar a palavra agora ao Luiz Sérgio Farias Machado, Superintendente de Agronegócio e Microfinança Rural do Banco do Nordeste.

Quero dizer a ele, antes de ele começar a falar, que de nada adianta o banco dar juro barato, dar subsídio, porque tem muitas coisas hoje das quais não se precisa nem cobrar juro. Se a atividade não te dá resultado, não vai dar prejuízo para o banco, como é o Banco do Nordeste e é igual para o FNO, que é o banco do Norte lá. Se a atividade não der lucro, quem vai pagar é a sociedade, porque o dinheiro desses dois bancos é um dinheiro público, é um dinheiro que é da União. Então, ele tem que ser com investimento, tem um juro mais acessível, mas ele tem que dar viabilidade econômica.

Só para finalizar, Girão, eu acho que você vai ter que assumir aqui, senão eu vou ter que cobrar umas horas extras. (*Risos.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, com a palavra, o Dr. Luiz Sérgio, que é Superintendente de Agronegócio e Microfinança Rural do nosso querido Banco do Nordeste.

O SR. LUIZ SÉRGIO FARIAS MACHADO (Para expor.) – Bom dia a todos.

Muito obrigado.

Primeiro, agradeço ao Senador Eduardo Girão pelo convite ao Banco Nordeste. Queria dizer que ao nosso Presidente não foi possível estar presente, porque tinha outro compromisso já agendado anteriormente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento o Amilcar Silveira, que tem feito – eu estava comentando ali com o meu amigo Fábio – um grande trabalho, em dois anos e meio, trazendo esse componente importante de modernização para o nosso segmento de agronegócio e da agricultura familiar.

Como o Senador Jaime Bagattoli falou, não adianta de nada crédito, juro zero, se não tiver viabilidade, se não tiver tecnologia, se não tiver modernização. Nesse sentido, o Gustavo deu um *show* sobre o que se precisa.

O bom disso tudo – eu estava comentando com o Amilcar – é que nós temos um pacote tecnológico de 1988, de 1982. Agora, o que falta é uma política para adoção desse pacote de tecnologia. Aí, sim, o Banco Nordeste pode, sim, apoiar como vem apoiando.

À minha amiga Adriana, muito obrigado pela sua presença, que tem nos ajudado muito.

Então, o Banco do Nordeste atua em toda a Região Nordeste, no norte de Minas Gerais e no norte do Espírito Santo. Nós somos, hoje, o maior banco de microfinanças rural da América Latina; nós somos o maior banco da agricultura familiar do Brasil. Nós temos lá, hoje, uma representatividade em que 70% de todo o volume de contratação vem do banco, e 95% da quantidade. Inclusive, no último Plano Safra, pela primeira vez, Amilcar, o Nordeste passou o Sudeste em aplicação.

E, no agronegócio, não é diferente: nós temos 50% do *market share* no agronegócio, ou seja, de cada cem emprestados, 50% advêm do Banco Nordeste. E, obviamente, por tudo que foi falado aqui, nós queremos apoiar a cultura do caju – nós apoiamos a cultura do caju. Agora queremos apoiar aquela cultura que de fato traga produtividade, traga melhoria de renda e, acima de tudo, gere receita para esse produtor, para que ele possa fazer *jus* a uma boa qualidade de vida e pagar o banco.

Então, o banco tem uma política específica para a cajucultura que tenta ajudar a melhorar o que vocês já falaram aqui. O banco, isoladamente, não é capaz de resolver a questão da cajucultura. Muito pelo contrário: o crédito, quando não bem concedido, complica muito mais a situação do produtor do que ajuda.

Então, nós queremos apoiar a integração da cadeia produtiva – a Adriana falou muito bem aqui sobre as rotas. Nós temos um programa chamado Prodeter (Programa de Desenvolvimento Territorial), que trabalha com essa mesma visão de organização da cadeia produtiva, para verificar quais são os gargalos, quais são as oportunidades, e quem pode solucionar essa questão. E "quem pode" é uma junção do privado – das entidades que representam os agricultores – e do público. Essa questão da cajucultura não se resolve por um ente; ela tem que se resolver pela união de entes, e tem que ser política de Estado, dada a importância da cajucultura para a nossa região.

Levar a tecnologia ao campo: não adianta a gente financiar um cajueiro gigante, não adianta trabalhar mesmo com variedades que não são produtivas, do cajueiro ou não. Eu defendo – eu sou agrônomo também – que, em algumas situações, tem que ser irrigado. Nós não podemos trabalhar com atividades de alto valor agregado com o alto risco da questão da intempérie climática. E aí a genética, a tecnologia é vital, e o banco está disposto a financiá-la.

E há a capacitação dos pequenos agricultores. Você falou muito bem: "Não adianta dar a muda, tem que dar, primeiro, o treinamento". Eu vou dizer mais ainda: dê o treinamento, dê a muda e dê a assistência técnica, porque se não se acompanhar esse agricultor familiar ao longo do tempo, não adianta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria aqui parabenizar o Amilcar: 7,4 mil produtores. O que nós precisamos? Já marquei reunião com ele: entregue a relação dos 7,4 mil produtores, eu chego com o crédito, e você vai ver que esse produtor vai acelerar o seu processo de desenvolvimento. O que nós precisamos é exatamente isso: que se tenha união e foco nas várias políticas de Governo que existem.

Estimular a agregação do valor ao produto, o beneficiamento. Isso quer dizer: fala-se muito – noventa por cento – do pedúnculo, mas: quantas indústrias nós temos hoje de beneficiamento do pedúnculo? Há quantas agroindústrias para essa quantidade de produção? Então, a gente precisa organizar tecnologicamente, como você bem falou.

E, apoiar a infraestrutura desses investimentos: a infraestrutura que não é só dentro da porteira, o banco tem se preocupado muito com a infraestrutura do Nordeste. Eu estou falando de portos, em que nós temos, no Ceará, uma situação privilegiada; nós estamos falando de aeroportos, porque o banco financiou quase todos os aeroportos da nossa Região Nordeste; falando de estradas, através de iniciativa PPP, que é uma das políticas do Ministério da Integração Regional.

Agora temos desafios, todos eles já foram falados aqui: inovação, tecnologia e certificação. Na agricultura familiar, cada vez mais nós temos que ter a marca geográfica.

Eu estava falando com o Amilcar, por que o nosso queijo coalho não tem marca? É o exemplo do queijo da Serra da Canastra, em Minas Gerais. Por que a cachaça de Viçosa não tem a marca de identidade a exemplo da cachaça de Salinas? Então, a agricultura familiar vai se diferenciar muito no mercado com a marca de identidade geográfica...

Genética e qualificação do produto, assistência técnica, integração da produção e agroindústria. Não adianta também termos agroindústria se não tiver integração. E da integração sempre se fala: é uma parceria ganha-ganha. Nós temos muito tempo de banco, eu tenho muito tempo de Nordeste, conheço bem o Nordeste. Boa parte de produção do Nordeste, além de outros problemas, ocorreu pela falta de desintegração. Pela desintegração, na hora que o produto diminuía de preço, o custo era onerado ao produtor. Na hora que aumentava, a receita era da beneficiadora. Esse tipo de parceria tem que ter, mas a parceria é do tipo ganha-ganha e organizar a cadeia produtiva... Uma questão que eu não tinha visto pelo lado que o Gustavo falou: a importação de castanha. Nós não podemos também quebrar a indústria, mas tem que ter um meio termo para não quebrar também os produtores rurais.

E aí nós financiamos investimento, custeio e beneficiamento, quer dizer, o que for necessário nós financiamos, tendo que ter viabilidade econômica e financeira. Têm que ter viabilidade econômica e financeira, como bem tratado, os fundos constitucionais, que são recursos públicos, são recursos da sociedade, e têm que retornar para a sociedade.

Aqui um parágrafo. Nós temos um programa chamado Agroamigo, que, neste ano, está completando 19 anos, a Dra. Adriana conhece bem, é um orgulho nosso. Em 19 anos, hoje nós somos o maior programa de microfinanças rural da América Latina.

Contratamos todo dia, Senador, 3 mil operações para agricultores familiares. A nossa nobre missão é apoiar a realização de sonho, porque, na hora que a gente apoia a realização de sonho do agricultor e da agricultora, com certeza, gera melhor qualidade de vida, diminuição de pobreza e gera desenvolvimento, que é a missão maior do nosso banco. Tudo isso com algum diferencial, nós trabalhamos com a parceria, com uma Oscip, Instituto Nordeste Cidadania, onde hoje nós temos 1,4 mil agentes de crédito – vamos contratar mais. Eles atuam na comunidade, buscam o produto na sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunidade, os invisíveis tornam-se visíveis, prestam orientação – não assistência técnica –, prestam orientação por crédito, realizam palestra informativa sobre o programa, sobre educação financeira, sobre educação ambiental, elaboram propostas e acompanham durante esse período.

Então, esse, de fato, tem sido um sucesso na nossa região. Apenas para colocar de forma quantitativa, para exemplificar, quantificar de forma quantitativa, em 2005, a inadimplência do Pronaf B era de 50%. Hoje a inadimplência desse público – porque tem acompanhamento e tudo – é historicamente de 3%, uma das menores inadimplências da agricultura familiar do Brasil.

E nós temos um portfólio de produtos para atender, desde o Pronaf, da agricultura familiar, temos também produtos expressivos para a agroindústria, todos eles com taxa de juros menor que a taxa de juros *per capta.* A questão não é a taxa de juros, a questão é a adoção de pacotes de tecnologia: tem para investimento, tem para irrigação e temos produtos também para inovação. Dentro da inovação, tudo o que você falou é possível enquadrar no FNE Inovação e tem a menor taxa de juros entre as menores taxas de juros do FNE. E o nosso custeio rotativo, que é um sucesso. É um custeio que, quando o cidadão paga, já se abre automaticamente um novo crédito para ele, o qual tem de forma rotativa, o que nós chamamos internamente de nosso cheque para o nosso custeio rotativo Planta Nordeste.

E, finalmente, nós temos uma carteira relativamente alta, tendo em vista todos os problemas que já foram citados aqui, quase R$800 milhões em operação ativa, envolvendo 43 mil produtores rurais.

Então, estamos sim, Senador, atendendo à cadeia, podemos atender muito mais, mas para isso todos os gargalos que foram relatados aqui precisam ser solucionados.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, Dr. Luiz Sérgio. Você é cearense de onde? De que...

O SR. LUIZ SÉRGIO FARIAS MACHADO (*Fora do microfone.*) – De Fortaleza.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – De Fortaleza mesmo, da nossa capital.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIZ SÉRGIO FARIAS MACHADO – Agora, a minha família é de Morada Nova, viu?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ah, então pronto, está em casa.

O SR. LUIZ SÉRGIO FARIAS MACHADO – Conhecia muito bem o seu pai.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Que bom. A nossa família é toda de lá, de Morada Nova, mas...

O SR. AMILCAR SILVEIRA (*Fora do microfone.*) – Senador, foi ele quem criou o Agroamigo, viu?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ah, olha aqui, foi o Dr. Luiz Sérgio quem criou o Agroamigo, uma referência.

Muito obrigado pela sua participação, é uma honra para o Senado Federal. Aliás, o Senado Federal está tendo uma semana temática em relação à cajucultura, e isso é muito importante, porque é um resgate... eu acho que é um desafio para todos nós brasileiros retomarmos essa liderança mundial, mas a gente viu aqui o altíssimo nível das explanações de todos aqui que participaram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Gustavo, minha admiração só aumenta pelo senhor, muito obrigado mesmo. Ele que é carioca, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É carioca, mas já está radicado no Ceará há quantos anos?

O SR. GUSTAVO ADOLFO SAAVEDRA PINTO (*Fora do microfone.*) – Vinte e quatro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Há 24 anos, olha que beleza.

Nós vamos abrir a palavra – é uma audiência pública – para quem quiser se manifestar, nós vamos abrir a palavra aqui... Eu só vou pedir três minutos, com tolerância até cinco, para que a gente possa abri-la.

Deputado Lucas, muito obrigado.

Ele também é cearense, aqui o Ceará está dominando.

Só falta, Senador Jaime Bagattoli, você vir para o Ceará também, porque aqui o Ceará está dominando.

Deputado Lucas, muito obrigado pela sua presença. Você nasceu no Ceará, mas está hoje radicado lá em Rondônia, não é?

O SR. LUCAS TORRES RIBEIRO (Para expor.) – Senador Eduardo Girão, em nome do senhor eu quero saudar todos da mesa e cumprimentar todos aqui presentes nesta audiência pública, em nome do meu Senador, Jaime Bagattoli, que muito nos orgulha e nos honra pela representação que tem no Estado de Rondônia e por falar com propriedade em defesa do produto rural, já que é um homem do agro, um homem do campo, que teve uma origem muito humilde e uma história que nos orgulha como rondonienses.

E eu digo como rondoniense porque, como o Gustavo já é cearense, eu me considero rondoniense, porque fui morar em Rondônia com menos de um ano de idade, embora seja natural de Fortaleza no Ceará. Portanto, sinto-me em casa na presença dos senhores e das senhoras, já que muito foi discutido aqui sobre o meu amado Estado do Ceará. Minha família persiste hoje ainda no Estado do Ceará – de pai e de mãe – e temos vínculos muito fortes com a nossa família lá ainda. Então, é um estado pelo qual tenho muito amor, muito carinho, embora eu tenha sido adotado por Rondônia já há mais de 37 anos.

E, hoje, como Deputado Estadual de Rondônia, a minha colaboração aqui – se eu puder dizer dessa maneira – será muito breve, mas eu quero dizer primeiro que fico muito feliz em ver discussões deste alto nível técnico, intelectual, acadêmico, quando nós estamos discutindo maneiras de melhorar a condição do produtor.

Nós estamos aqui discutindo como o estado pode – e aqui eu quero parafrasear o Amilcar – ajudar, porque o papel do estado, não atrapalhando, já é muito bom; agora, se ele não atrapalha e ainda consegue dar condições, disseminando novas tecnologias, financiando, dando orientação e assessoria técnica, o potencial a que este país pode chegar é inimaginável.

E, puxando aqui um pouquinho para Rondônia, embora Rondônia não tenha uma característica voltada para a cajucultura – não quero fugir muito aqui do tema da audiência –, mas em Rondônia nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos um grande potencial agrícola. Nós não produzimos geladeira, nós não produzimos fogões, nós não produzimos eletrônicos; nós produzimos comida.

E aos nossos produtores, Amilcar, precisava que fosse estendido um tapete vermelho, porque são muito guerreiros; superam diariamente adversidades com a intenção de continuar produzindo e gerando renda para o estado, para o Brasil, nos alavancando nos índices econômicos, embora o estado, muitas vezes, quando nós queremos que chegue ao pequeno produtor o que nós estamos presenciando aqui hoje, que é: como nós vamos fazer esse negócio ser rentável? Como nós vamos dar dignidade para essa pessoa?

Rondônia é um *case* de sucesso da agricultura familiar. As terras foram divididas pelos programas do Incra nos anos 70, nos anos 80, nos anos 60, de forma muito eficaz. Embora haja grandes propriedades, a agricultura familiar é característica no Estado de Rondônia e tem dado certo. Mas, quando a gente vê um desbalanceamento para investimentos em comando e controle, com a criminalização do produtor e em prejuízo dos investimentos, que deveriam ser na condição de dar estrutura, orientação e educação, formando uma cultura sustentável para o produtor, nós ficamos tristes como representantes da população.

Então, a mensagem que eu queria deixar é que muito se fala em preservação do meio ambiente, e o ser humano faz parte dessa equação; ele faz parte do meio ambiente. E o produtor só vai pensar no verde quando não estiver no vermelho. Então, a partir do momento em que o produtor tenha condições de ter renda, de ter lucro, de produzir mais com menos e de ter tecnologia para conseguir, ele não quer estar contra a lei.

Agora, a preocupação do produtor em Rondônia – amanhece e anoitece – é em tirar um documento da sua terra, e não consegue. Como é que ele vai pensar em preservar? Como é que ele vai pensar em deixar de produzir para preservar, se ele não está conseguindo ter uma renda, ter uma dignidade e ter uma condição?

Então, eu acho que o debate hoje no Brasil tem que ser sobre regularização fundiária e tem que ser sobre profissionalizar, modernizar cada vez mais o nosso agro, para que nós possamos, então, começar a discutir meio ambiente de forma eficaz. Porque, enquanto o produtor não estiver tendo lucro, não estiver tendo renda e estiver sendo perseguido e oprimido, nós não vamos conseguir avançar nessa pauta em que somos tão cobrados pelo mundo, já que há diversos interesses por trás disso tudo, inclusive econômicos, porque ninguém quer disputar com o Brasil em condições de igualdade, pois, com certeza, essa briga nós iríamos vencer.

Então, obrigado a todos. Parabéns pela discussão de alto nível aqui, e eu espero que o Brasil possa ser um exemplo de sucesso na modernização das suas produções, inclusive na cajucultura.

Obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Vamos passar aqui para a última pessoa que fez a inscrição, o Alexandre Lopes, que é empresário. Vou passar a palavra e também dizer o seguinte – ah, tem mais pessoas ali querendo falar –: eu lembro bem, um dos passeios turísticos mais buscados, por incrível que pareça, em Natal, na verdade no Rio Grande do Norte, porque ali já é outro município vizinho, é o maior cajueiro do mundo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, quer dizer...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não é mais não?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É do Piauí. Já começou aqui a questão. (*Risos.*)

Há controvérsias, não é, doutor? Mas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Olha aí, já está comprovado pelo *Guinness* que é no Piauí. Que cidade do Piauí?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Cajueiro da Praia. Também com esse nome, você não quer nada, não é? (*Risos.*)

Muito bem, muito bem.

Então, vou passar a palavra ao Alexandre Lopes.

Muito obrigado pela sua presença. O senhor tem três minutos, com a tolerância da Casa.

O SR. ALEXANDRE LOPES (Para expor.) – Em primeiro lugar, quero aqui agradecer a Deus pela oportunidade e ao Senador, que a gente admira muito pelo trabalho, que nós acompanhamos o que tem feito pelo nosso país, defendendo aqui as nossas bandeiras do povo brasileiro, e também aqui ao Senador Jaime Bagattoli, uma pessoa que a gente já conhecia antes, ele como produtor, eu como parceiro comercial, empresas em que a gente se encontrava. Já estivemos juntos nos Estados Unidos falando de confinamento, conhecendo os confinamentos dos Estados Unidos juntos, tivemos a oportunidade de viajar juntos. Também aqui o meu grande amigo, empresário da minha cidade, meu amigo e Deputado Lucas, meu irmão Amaury.

Eu quero dizer aqui o seguinte... Acho que a senhora já é mãe. Então, eu só queria falar uma palavra sobre o meu estado, o Estado de Rondônia, sobre a cidade onde eu trabalho. Imagina que no nosso estado existe cidade que ainda não tem certidão de nascimento, vamos dizer assim, que não tem o mínimo para acessar aquilo que o senhor falou. Estou vendo os recursos que você tem disponibilizado para o povo lá. O povo de Rondônia é um povo trabalhador, só que nós não temos identidade ainda. Pense nas cidades que estão lá até hoje, que estão no mapa, desenhadas, famílias, e nós não temos identidade. Somos tratados, como aqui o Deputado falou, muitas vezes, como bandidos, e nos deram o mínimo do ser humano que a identidade vai poder acessar, o mínimo.

A cidade, por exemplo, de Buritis, várias cidades... Em minha cidade, praticamente, muitas áreas não têm documento, não têm nada. O Estado de Rondônia... Vocês estão falando de tantas coisas aqui. O povo foi lá e, no braço... Se o Jaime for contar um pouquinho da história dele aqui, tenho certeza de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que emocionará a todos. Nós não temos o mínimo, o mínimo que é a identidade, não temos a certidão de nascimento.

Então, como é que nós... Falando de recursos aqui de banco, imagina um estado igual o nosso, que tem clima, tem terras muito férteis, só que hoje o que nós temos lá... O que vocês quiserem saber de ONGs, nós temos todas lá, todas. Todas as ONGs que você imaginar no Brasil estão lá.

Aí é o seguinte: quando você pega os índices de desmatamento ou índices de produtividade e de preservação, se você compara... Lá na Europa, tudo lá, praticamente, já foi... Por que eles não vão cuidar de lá? Agora, lá no nosso estado, em cada esquina você tem uma ONG para falar o que tem que fazer e o que não tem que fazer, e nós não temos o mínimo, que é a documentação, o direito de sermos donos daquilo que temos.

Então, é um absurdo um país tão grande e tão rico... Vocês que estão aqui entendem o que nós estamos falando, de trazer dignidade para o povo de Rondônia, que é dar condição de eles pelo menos serem como os nordestinos, de pelo menos terem identidade. Vocês, pelo menos, têm identidade, nós não temos. Na maioria do Estado de Rondônia, o que nós temos lá é só opressão, oprimido... Está lá o nosso estado embaixo de fogo. Cadê o Governo, esse Governo aí, que criticou tanto o outro Governo? Cadê o nosso estado? Está debaixo de fogo.

Eu tive que rodar aqui... Eu estava aqui, eu estava na Expointer, cheguei aqui quarta-feira... Eu não consegui pegar um voo, tive que montar no ônibus, graças a Deus... Fomos muito bem. Aí, tive que voltar para Cuiabá para embarcar porque não conseguimos embarcar em Rondônia, porque nosso estado está debaixo de fogo.

Então, assim, eu quero pedir para vocês: olhem para o Estado de Rondônia! Sabe, de repente, a Amazônia é só crítica, opressão... Vai lá conhecer a realidade do nosso povo! Nós só queremos a oportunidade de produzir comida para vocês que estão aqui no centro, nós queremos produzir para vocês, e nós temos clima, temos chuva, temos tudo, a única coisa que não temos é a dignidade de ser... Nem podemos ser chamados de brasileiros, porque nós não temos identidade. Nós somos lá só conhecidos por muitos aqui como desbravadores, que estamos devastando isso e aquilo. Não, nós somos produtores, somos seres humanos igual a vocês, somos irmãos, povo brasileiro! Somos irmãos! Só queremos o direito de fazer parte deste mesmo país, e nós não fazemos parte. Nós somos conhecidos como bandidos, somos tratados como bandidos. Está na hora de este Brasil acordar para o povo e dar condição para que a gente possa fazer a diferença junto com vocês e produzir alimento para vocês. Esse é o clamor do povo de Rondônia.

E eu quero aqui que vocês entendam. Vá lá conhecer nossa realidade, Senador Girão. Como aqui convidou o nosso amado Senador Jaime Bagattoli para conhecer, vá lá conhecer Rondônia, vá lá ver o que Rondônia tem feito. A capacidade... Esse homem aqui está falando que chegou lá... Esse homem aqui, em um pequeno espaço, tem 30 mil animais. Confina mais de 30 mil bois esse companheiro aqui de luta. Você vai ver o que é capacidade produtiva. Com tudo isso contra nós, e nós temos feito a diferença.

Então, deem a dignidade para o povo de Rondônia de nos dar documento, de ir lá conhecer. Porque, como aqui o Deputado falou, nós queremos, nós preservamos, agora, se não tem documento, as coisas... Infelizmente, tem as pessoas... Mas, se você tem um carro e você vai passar no semáforo, você vai cuidar, porque seu nome está ali naquela placa, mas, enquanto nós não tivermos identidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

infelizmente algumas más pessoas, como não têm documento mesmo, vão fazendo as tragédias. Mas, se você documentar as pessoas, as pessoas terão mais responsabilidade. O grande segredo está aí: em vez de oprimir, vá lá regularizar.

O produtor é parceiro do meio ambiente, pelo amor de Deus! Isso é o nosso clamor. Então, deem condição de a gente se tornar brasileiro, sabe? Liguem Rondônia ao Brasil, por favor. É o meu pedido para vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Um desabafo dos justos, não é? Eu agradeço demais, Alexandre Lopes, pela sua fala.

Eu tive a oportunidade de conhecer Rondônia, eu fui a Porto Velho, mas faz muitos anos. Eu fui só à capital. E já me disseram que está um negócio completamente diferente. Quando eu fui lá, a estrutura era pequena – faz uns 20 anos mais ou menos. Dizem que está uma coisa completamente diferente e que está dando *show* lá o trabalho de vocês. Mesmo... Apesar... Não é, absolutamente, nenhuma crítica a você, Adriana. Pelo contrário, você é uma funcionária de carreira, não é? E a gente percebe a paixão que você tem e a vontade de servir. Mas nós temos ouvido, por onde eu passo – e eu vou a alguns estados, não apenas ao Ceará –, um sentimento que está no brasileiro produtor de que parece que este Governo atual, este Governo Federal tem alguma coisa contra. Não sei se, por uma questão política, existe algum espectro de vingança... Mas é aquela velha história: nós temos que nos unir, rapaz, porque quem está segurando este país é o agro. Nós já superamos o PIB da Argentina. O agro do Brasil superou o PIB da Argentina, do país inteiro.

Então, é muito importante que a gente possa olhar e valorizar. Como foi falado aqui por alguém, nos Estados Unidos e em outros países, pela cultura da meritocracia, quando você consegue bater metas, como o Brasil tem aos trancos e barrancos conseguido, com a capacidade produtiva, com a garra do brasileiro no agro, era para estar ganhando prêmio. Era para o Governo chegar, estender o tapete e "vem cá e vamos colocar...". E, realmente, a gente está tendo essa dificuldade no momento, o que eu espero, sinceramente, que possa mudar.

E contem comigo. O Jaime é nosso líder aqui. Ele não apenas é Vice-Presidente desta Comissão – como a gente diz lá no Nordeste, já chegou chegando o Senador aqui; é Vice-Presidente –, mas é um líder nosso aqui nessa questão do agro. Ele está junto com os outros colegas na ponta de lança e é uma referência para nós aqui.

Você conte comigo, viu, Jaime? O que a gente puder fazer... Eu acho que o Brasil tem que ser muito grato pelo trabalho que o agro desenvolve. É como você falou, é o celeiro do mundo, para alimentar o mundo todo. Já está fazendo isso, então, imagina com incentivo, imagina com olhar... Se não atrapalhar, já ajuda! Eu acho que esse é o mantra que saiu, desta reunião, até agora.

Mas vamos lá! Sr. Luiz Eduardo. Eu acho que é a pessoa que tem o nome mais bonito aqui... (*Risos.*)

Porque eu também sou Luis Eduardo!

É produtor de caju. Seja muito bem-vindo! O senhor tem três minutos, com tolerância de até cinco da Casa. Obrigado.

O SR. LUIZ EDUARDO RODRIGUES (Para expor.) – Primeiro, eu gostaria de agradecer muito ao Sr. Senador Eduardo Girão, por acatar esta solenidade, e dizer que é muito importante, para nós produtores. Gostaria de dizer que, para mim, enquanto produtor de caju do interior do Estado do Piauí, da minha querida Francisco Santos, eu me sinto muito orgulhoso, por este momento, por estar aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presente, representando o meu estado, representando a minha cidade. Isso me deixa muito feliz e até emocionado, por este momento, um momento muito especial. Eu agradeço muito ao senhor, em primeiro lugar, por ter acatado o requerimento.

Agradeço também, não posso deixar de dizer, aqui, da luta do meu grande amigo Maurício, que vem lutando, insistentemente, para a gente tornar a cajucultura, deixá-la, novamente, em evidência, não só no Nordeste, mas no Brasil, para voltar a ser uma evidência, uma referência, no mundo. Isso é muito importante.

Agradeço também as palavras do Senador Jaime. Eu não vou falar sobrenome, porque eu achei difícil... (*Risos.*)

A gente é meio... Mas agradeço muito! Posso errar ao soletrar o seu sobrenome, mas quero dizer muito obrigado pelas suas palavras, muito obrigado pelo apoio também, aqui, junto a esta Comissão!

Queria dizer, um pouco, falar, um pouco, aqui, da minha felicidade, como já disse. Nós, no Piauí, infelizmente, temos muitas, mas, apesar de todas as dificuldades, vimos nos sobressaindo, um pouco mais do que o Ceará, na questão do aproveitamento do pedúnculo. A gente já tem avançado, um pouco mais, na questão das variedades, e vem implantado... Já temos grande parte dos nossos pomares nas variedades que foram descritas pelo Gustavo: o CCP 76, o BRS 226.

A gente vem aproveitando, muito, já, a questão do pedúnculo, mas, é claro, com muita dificuldade. Hoje, o quilo de pedúnculo pago ao produtor, lá, Senador, está na casa de 30 centavos. É um preço irrisório. Não dá para a gente cobrir os custos de produção, muito aquém disso. Castanha, na semana passada, estava se comprando a R$7; hoje, sai a R$5; amanhã, já tem a previsão de baixar para R$4, R$3,5... Então, a gente, como produtor, vive uma instabilidade muito grande. A gente produz sem saber como é que vai ser a nossa perspectiva de amanhã, e é isso o que a gente tenta buscar aqui. Então, a gente tem uma série de dificuldades.

Enquanto pequeno produtor, estou ligado, na cadeia produtiva do caju, em todos os seus elos, tentando sobreviver. A gente faz desde uma pequena quantidade de mudas de caju. Temos nossa pequena área, como também temos nossa pequena agroindústria de cajuína, então, estamos tentando aproveitar de tudo para não sair, para não abandonar.

Este ano, muitas vezes, conversando com meu pai e minha esposa... Meu pai foi um dos primeiros a plantar caju, na nossa região, juntamente com o pai aqui do meu querido amigo Aurino Guimarães. Assim, eu venho tentando... As irmãs foram embora, e eu resolvi seguir o caminho do meu pai... Eu quero aqui saudá-lo! Chico Banzeiro, com certeza, está ouvindo, muito feliz com esta presença! Então, a gente vem tentando sobreviver...

Uma série de dificuldades foram listadas aí que a gente não precisa listar novamente. A gente pede e clama pelo apoio de vocês, clama, porque... Olhem, novamente, para o nosso setor, deem o apoio necessário: o banco, no crédito; o Governo, na legislação, com leis mais especificas voltadas para o caju, de apoio para esse segmento e apoio aos ministérios que estão querendo nos fomentar, que estão querendo nos ajudar, incentivar mais a Embrapa com mais recursos, para que a gente possa ter mais pesquisas, como foi mostrado pelo Gustavo aí. Que a gente torne essa refinaria do caju uma coisa concreta, viável. Olha as n possibilidades que a gente pode ter com a cajucultura. Então, olhem pela gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer também que não posso ir embora daqui sem manifestar também a minha tristeza de não ter hoje aqui, nesta plenária, um sequer representante do meu Estado do Piauí, em termos de político – Deputado Federal, Deputado Estadual ou Senador do meu estado. Então, eu não posso ir embora daqui sem deixar a minha tristeza de saber que todos foram comunicados, foram convidados e foram chamados para estarem aqui presentes.

Então, assim, fico muito feliz pelo Estado do Ceará se fazer presente, pelas palavras do Amilcar, pela luta insistente de estar sempre falando aí. Olha quanta gente boa pelo Ceará falando. Eu realmente tenho que manifestar a minha tristeza, pois não tem nenhum representante do Piauí. Que, das próximas, isso sirva como exemplo e que a gente tenha a participação deles, para que eles sintam mais próximos dessa necessidade.

Também, Senador Jaime, a gente vive lá com essa dificuldade que o senhor falou nessa questão dos trabalhadores. Eu tenho minha pequena área lá de caju e estou perdendo meu caju, para você ver como é. Para mexer na minha pequena unidade, que processa cinco toneladas de caju por dia, eu tenho que comprar caju – viu Senador? –, porque eu não tenho trabalhador para colher o meu próprio caju. Eu não consigo mão de obra para colher o meu caju. Então eu tenho que comprar para poder movimentar a fábrica. Isso que você falou é uma demanda gritante que a gente tem que solucionar o quanto antes.

Então, novamente, também em nome da Faec que está aqui, eu não posso deixar de falar de um programa que é do Senar, que é essa assistência técnica da ATeG. É um programa importantíssimo que, na cadeia produtiva, principalmente do Rio Grande do Norte, está sendo um grande exemplo a ser seguido. É seguido por nós, tem que ser seguido por nós do Piauí, por nós do Ceará. Ele está tornando a cajucultura potiguar muito melhor, por conta dessa assistência do Senar. Então é um programa de assistência técnica que tem que ser ampliado. A gente vê que a assistência técnica faz a diferença quando ela é presente, quando ela é continuada e próxima do agricultor.

Então, muito obrigado, mais uma vez, Senador Eduardo Girão. Muito obrigado, Senador Jaime. Muito obrigado ao Maurício. Que a gente venha a colher os frutos disso e que, em outras oportunidades, estejamos aqui para apresentar os frutos colhidos.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem colocado, Luiz Eduardo, produtor de caju lá do Estado do Piauí.

Gustavo, sabe aquela passagem do próximo mais próximo, não é? Como foi colocado aqui pelo Alexandre, nós somos irmãos no Brasil inteiro. Essa aí é a grande realidade. Não existe isso... Não é o brasileiro do Rio Grande do Sul. Veja a solidariedade que houve agora com a tragédia climática lá, não é? O brasileiro todo se mobilizou, todos os estados. Foi uma coisa linda, não é? O brasileiro é irmão, não tem essa.

E agora o próximo mais próximo eu acho que do Ceará é o Piauí, não é? Até o jeito de falar é muito próximo. Eu tenho um carinho muito grande pelos piauienses. Fui muitas vezes na minha vida lá, especialmente em Teresina, na Parnaíba, não é? Aliás, tem até a troca de Crateús ali por Luís Correia, não é? E aí está tendo uma briga agora no STF – viu Jaime, você que gosta do STF, brincando aqui –, está tendo uma confusão lá, porque é um litígio de que a praia do Piauí, essa região Luís Correia ali, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é lindíssima, era do Ceará. E houve uma permuta, vamos dizer assim, centenária, em que o Ceará ficou com Crateús, que era do Piauí, e o Piauí ficou com Luís Correia, que era do Ceará, que é a parte da praia.

Então, muito interessante tudo isso. E está sendo discutido lá no Supremo Tribunal Federal. Acredito que vai ter um desfecho positivo, porque já tem a origem, já tem toda a cultura nossa. Não tem como...

Mas vamos lá.

E também Teresina...

Tem até aquela música. De quem é aquela música? É do Caetano, não é? "A cajuína cristalina em Terezina".

Isso aí é bem marcante. Cajuína, rapaz! Cajuína é uma coisa fantástica, não é? Aqui para nós, vamos combinar, geladinha... É bom demais.

E, agora, lá no Ceará, tem aquele – eu fui até na fábrica, lá em Juazeiro, do São Geraldo, refrigerante São Geraldo. Olha, respeito quem pensa diferente, mas é o melhor refrigerante que existe aquele, de caju. Refrigerante de caju São Geraldo. Esse é demais. Está vendendo no Brasil. Já está disponibilizado para o Brasil inteiro.

Vamos lá. Agora, acho que é o último inscrito, o Averino, é isso? Aurino Guimarães – até o Luiz Eduardo citou, desculpe-me –, que é da Câmara do Caju do Piauí.

O senhor tem a palavra por três minutos, com a tolerância da Casa.

Muito obrigado pela sua participação.

Depois do senhor, nós vamos encerrar a sessão. Quem quiser fazer uma consideração final, uns dois minutinhos, fique à vontade para a gente encerrar esta sessão, que é histórica, sessão histórica no Senado Federal.

Acho que foi dada uma largada aqui para uma retomada e, no que depender de mim, do Senador Jaime e de outros aqui, de muitos outros Senadores, você pode ter certeza que nós vamos fazer, para retomar a cajucultura, que é da nossa história, da nossa raiz.

Muito obrigado, Aurino Guimarães.

O SR. AURINO GUIMARÃES (Para expor.) – Bom dia a todos.

Queria, em primeiro lugar, parabenizar o Maurício, pela articulação; o Senador Girão, por acolher essa solicitação, e a todos os palestrantes.

Queria dar um parabéns muito especial ao Senador Jaime, que se mostra um homem de muita visão e empreendedorismo, que já está vendo o negócio do caju. Como o Eduardo falou, infelizmente, os políticos dos três principais estados, não tem ninguém aqui hoje, mas ele veio para cá e ainda trouxe mais quatro Deputados Estaduais.

Parabéns! Realmente, mostra muita visão, porque o caju é uma fonte, assim, que se pode explorar muito, tem muito potencial econômico.

O Estado do Piauí é um Estado pobre. Vejo aqui as palestras, as discussões, que já são antigas, e vejo a Embrapa com um pacote tecnológico pronto, falta colocar em prática.

Foi pouco falado aqui, e o Superintendente do Banco do Nordeste citou, da questão da Ater, da assistência técnica, que eu acho que é fundamental, porque não é fácil também. Mesmo você chegando para um produtor e dizendo "olha, você tem que fazer isso aqui", ele não aceita, ele não assimila com muita facilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Município de Picos, tem esse programa do Prodeter, que foi citado pelo Superintendente do Banco do Nordeste e, realmente, enquanto nós temos uma média de 350kg por hectare de castanha, lá no Município de Picos, 16 produtores, na Chapada do Mucambo, e isso foi feito em várias cidades, atendidos pelo programa do Prodeter, onde tinha assistência técnica... Tem um produtor hoje lá que, no terceiro ano, está com 1,5 mil quilos de castanha por hectare, no sequeiro, na variedade CCP... Não, o 226, o BRS 226. Então, tem; a tecnologia está disponível.

A cajucultura é feita por pequenos produtores, que não têm condições – a gente sabe da realidade – de contratar um agrônomo, um técnico, pegar o pacote tecnológico que está na Embrapa e aplicar.

Então, nós precisamos ver como é que se vai faz isso aí. As EMATERs no Brasil todinho nós sabemos que são sucateadas. Tem um amigo meu, pai desse aqui, que dizia: "Emater é igual o peito de homem, não serve para nada". (*Risos.*)

É verdade, minha gente. Hoje, eu sou coordenador da antiga Emater do meu estado, na região de Picos, a Sada, e me eu sinto mal porque a gente fica lá, impotente, querendo fazer alguma coisa, querendo fazer um trabalho, e não temos técnico, o pessoal é desestimulado porque ganha pouco e estão lá para se aposentar, o Governo não contrata mais gente.

Então, a assistência técnica, eu acho que é primordial para tudo isso aí, para a gente implantar a tecnologia que a Embrapa faz tão bem, porque a nossa realidade são os pequenos produtores, a cajucultura de nosso estado é feita por produtores da agricultura familiar. Nós não temos a área... só quem tinha lá mesmo a área grande era o Jaime Aquino. Meu pai chegou a ter 500 hectares de caju num modelo também... era o caju gigante, que era improdutivo, mas eu disse, numa audiência pública no Congresso, aqui na Câmara dos Deputados, uns 20 anos atrás, para os industriais do Ceará que eles iam matar a galinha dos ovos de ouro, porque, se não se fortalecerem todos os elos da cadeia produtiva, ela quebra. E o cearense, o Sindicaju, o Sr. Jaime Aquino, saudoso – era nosso amigo particular –, estava presente e se reuniu... era a coisa mais interessante, Senador: ele distribuiu pluviômetro no Estado de Piauí todinho – o produtor do caju achava bom, "o cara era meu amigo" –, e a gente passava as informações da chuva de lá de graça, e, baseados no índice pluviométrico, eles decidiam o preço da castanha, decidiam! Então, a gente sobrevivia.

O que aconteceu? Os produtores abandonaram, porque não era viável economicamente. Qual foi a saída do piauiense? Aproveitar o pedúnculo para sobreviver, porque quando a gente mora no Semiárido não tem muita escapatória, não. E o caju é a prova de que Deus existe para nós, porque na época que está mais seco, mais quente, está aquela árvore frutificando uma fruta maravilhosa como é o caju. Então, é a prova da existência de Deus.

Agora, hoje, nós temos cajueiros produtivos, mas a média continua lá embaixo, 250kg, 300kg por hectare em média. Você vê na nossa região: hoje, temos o Senar. O Município de Pio IX tem quase 3 mil produtores de caju. Nós temos no escritório da Sada, da Emater, um funcionário antigo. Ele fica lá dentro hoje emitindo CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar). Ele não vai para o campo, ele não faz assistência técnica. Aí nós temos o Senar lá, que atende 30 produtores, num universo de 3 mil.

Aí, você vê hoje, tem produtor lá que está satisfeito com a atividade. Ele consegue vender o caju para mesa, ele não vende a castanha. Consegue fazer os cultivos, alguns estratos culturais, porque tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um pouco de assistência técnica, ele viu alguém fazendo, está combatendo o oídio, tem um caju saudável, aí vende.

E, na grande maioria, é o pessoal que está desestimulado a continuar. Se a gente não ganhar dinheiro, meus filhos não vão querer entrar nessa atividade. A gente, que já está dentro, vai ficando, mas os filhos não vão mais para dentro.

Eu vejo a questão da assistência técnica, a qual tem que ser discutida como fazer. Se o Governo... A gente sabe que você vai falar em contatar para o Governador, e o Governador: "Não, não posso aumentar minha folha de pagamento". Sabemos as limitações de cada estado e temos que pensar em uma assistência técnica talvez integrada: estado e Governo Federal.

Era isso. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Aurino Guimarães, que é da Câmara do Caju do Piauí. Inclusive, eu não sei aqui se tem, Maurício... Você naquele dia me apresentou aqueles produtos do caju – já que a gente está aqui em rede nacional. Rapaz, é a coisa mais linda e mais gostosa do mundo: doce de caju.

O SR. MAURÍCIO CAMPOS – A produtora está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Hein? A produtora está aqui? Cadê ela?

O SR. MAURÍCIO CAMPOS – Levanta aí, Rose. Cadê a Rose?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAURÍCIO CAMPOS – A Rose saiu.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas ela vai estar mais tarde lá, não é?

O SR. MAURÍCIO CAMPOS – Vai.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mais tarde vai ter uma degustação, não é isso? Mais tarde lá no Plenário do Senado.

O SR. MAURÍCIO CAMPOS – Sim. Brigadeiro de caju, cajuína, tem tudo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Rapaz, brigadeiro de caju... Essa eu não conhecia, mas aquele cristalizado é uma coisa de louco. É a minha infância aquilo ali. E tem os outros feitos de forma artesanal, que o meu sogro faz, que é aquele caju em calda – meu Deus do céu! Aí tem um que é mais escuro, não é? Aquele em que eu jogo até leite Ninho. O pessoal pode até ficar chateado comigo, porque aí vem a infância.

O caju é fantástico! Essa lembrança sua é a prova de Deus, mesmo. O caju... Até uma coisa bem tradicional da nossa terra ali: cachaça, não é? Você já viu o caju que nasce dentro da cachaça? Você já viu? O pessoal coloca bem pequenininho, aí vai... Hã?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Dentro do litro. Aí ele vai ali e tal; o caju fica dentro, e ninguém entende aquilo, como que pode, como que entrou aquele bicho ali dentro, mas é uma coisa espetacular. Vamos lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós concluímos aqui. Houve uma profetização aqui – você viu, não é? Profetizou aqui. O Jaime Bagattoli trouxe quatro Deputados Estaduais aqui – já tem um –, mas houve uma profetização aqui. Às vezes é por aí, hein, Jaime?

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Só para complementar, quero agradecer ao Luiz Eduardo e ao Aurino pelas palavras. Não, o Deputado aqui é só o Lucas mesmo; é um Deputado, e os outros são empresários.

Queria dizer para vocês que eu queria só dar uma palavra ao Luiz Sérgio, que é do Banco do Nordeste – Superintendente, não é? –, Superintendente do Banco do Nordeste. Queria dizer que isso que foi falado aqui sobre a situação da regularização de terra... Vocês sabiam que, no Norte, o Basa – acho que o Basa – tem um recurso acho que até maior que o do Banco do Nordeste ou mais ou menos igual. Eles estão dando, em vez de dar esse grande recurso que têm... Isso aí tinha que entrar para a agricultura familiar, para o pequeno produtor. Eles estão procurando os médios e os grandes, porque não tem onde colocar. Por quê? Quando ele chega na agricultura familiar, no pequeno, ele enrosca tudo nessa questão de documento; não tem o documento da terra. É um absurdo! É uma verdadeira vergonha e é um juros que é mais subsidiado. Estão dando para o médio e para o grande e acabam desovando boa parte desse recurso no médio e no grande; e eles teriam que estar na agricultura familiar.

Quero cumprimentar aqui todos os que falaram, os palestrantes, o Gustavo, a Adriana, representando o MDR, o Eduardo Girão – parabéns aí por esta audiência –, o Amilcar Silveira.

E quero dizer para vocês que nós precisamos olhar com outros olhos a nossa produção no Brasil. O Brasil é gigante, o Brasil – não é conversa de ninguém – é o celeiro do mundo, os países lá fora têm medo do Brasil. A única coisa, Senador Girão, que pouca gente sabe: o Brasil é o maior produtor de café do mundo, e quem manda no café no mundo – nada contra eles – é a Alemanha. A Alemanha é quem comanda o café no mundo, praticamente; um pouco os Estados Unidos, mas a Alemanha tem uma influência muito grande sobre produção. Não produz nenhum pé de café, e nada contra. Por exemplo, os Estados Unidos sabem disso, a Bolsa de Chicago comanda até hoje a questão do mercado de soja, milho, essa questão de grão, algodão, mas eles são um grande produtor. Então, nós temos que respeitar os Estados Unidos nesse quesito.

Agora, o que nós temos que fazer para nós melhorarmos – viu, Adriana? – e darmos condição para o produtor: vamos respeitar o produtor brasileiro igual os americanos respeitam o produtor deles, porque lá eles têm respeito e eles têm, quando não há condição e o custo está maior do que a produção, nesse momento, o subsídio.

E, para completar, quero dizer que essa situação de Emater que foi falada aqui, isso realmente é no Brasil inteiro. A de Rondônia não é diferente, 90% vai para a folha de pagamento, são os dados, até onde que eu sei. Então, nós precisamos de pessoas... Nada contra os funcionários da Emater lá, nada contra, acho que até muitos deles devem fazer um grande esforço, mas eu vou dizer para que serve a Emater: a Emater serve para se criar mais político no Brasil, é para isso que serviu a Emater na maioria dos estados brasileiros, para ir se planejando para ir para a política, e nós não queremos isso.

A Emater foi criada para ajudar o produtor rural, igual as secretarias da agricultura dos estados. E não pode deixar... Amilcar, o produtor rural, principalmente na região onde ele tem outras opções, não pode ficar em monocultura, ele não pode ficar em monocultura trabalhando com uma atividade só.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso é de suma importância e Rondônia tem a grande vantagem nisso, e nós temos condição... Eu quero que você vá lá e veja como Rondônia tem condição de produzir caju e com larga escala.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Senador Jaime Bagattoli, hoje foi o primeiro a chegar aqui. Muito obrigado pela sua participação do começo ao fim dessa sessão.

Para encerrar, nas considerações finais, vamos começar com a Dra. Adriana Melo Alves, Secretária Nacional de Política de Desenvolvimento Regional e Territorial do MDR. Muitíssimo obrigado pela sua presença, pela sua palestra. Eu acredito que daqui vão sair ótimos canais aí para a gente avançar na cajucultura.

A SRA. ADRIANA MELO ALVES (Para expor.) – Tenho certeza disso, Senador. Eu agradeço a oportunidade, em nome do nosso Ministro. O nosso Ministro está muito atento às questões que envolvem a Amazônia. Ele é do Amapá, é de um ex-território nacional. E ele também, no estado dele, sempre conversa com a gente sobre situações como essas ligadas à regularização fundiária, à regularização ambiental. São graves empecilhos, principalmente à obtenção do crédito via Basa. Ele está muito atento a isso, e a gente está buscando as alternativas para fazer com que o crédito destinado ao setor produtivo na Amazônia realmente vá e chegue para aqueles produtores pequenos, médios, realmente o público-alvo da política regional brasileira.

Agradeço a oportunidade de ter uma discussão tão focalizada, uma discussão, de fato, dessas que eu costumo falar que são o tipo de discussão que faz com que a gente avance nas agendas. Então, assim, todos aqui contribuíram nas suas áreas de atuação para que a gente saia daqui com a construção de uma agenda em curso. Amanhã a gente já tem reunião com o instituto, eu já troquei aqui ideia com o Gustavo, a ideia do ministério é exatamente essa, é a gente aproveitar as boas oportunidades e as vocações regionais para a gente dar aquele salto de produtividade e qualidade. Esse é o propósito da nossa Secretaria, que trabalha com o desenvolvimento regional, e a gente se coloca à disposição.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Dra. Adriana.

Imediatamente eu já passo aqui para o Dr. Luiz Sérgio Farias Machado, Superintendente de Agronegócio e Microfinança Rural do Banco do Nordeste, para suas considerações finais.

O SR. LUIZ SÉRGIO FARIAS MACHADO (Para expor.) – Agradeço, Senador, pela oportunidade, e ratifico o que o nosso Presidente Paulo Câmara tem nos orientado. Queremos, sim, priorizar o atendimento da cajucultura. Obviamente que o Banco do Nordeste isoladamente não é capaz. Aqui ficou muito claro que a gente precisa de tecnologia, precisa de assistência técnica, principalmente para a agricultura familiar, e precisamos de união de todos para que a gente possa soerguer, porque é uma atividade dessa magnitude, que tem um complexo social muito bem consolidado, que muitas pessoas dependem disso; muitas pessoas, na própria região, precisam comer, porque têm carência de vitamina C, e poderiam estar se alimentando do caju. A gente precisa se unir para poder de fato soerguer essa atividade.

Pode contar com o Banco do Nordeste. O Banco do Nordeste não somente é a cajucultura, mas o banco está muito atento a todas as atividades agrícolas da nossa atuação. Nós temos expandido,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adriana, muito a nossa atuação. Hoje o fundo constitucional a gente está precisando fazer com *mix* de recursos para atender a todos, dada a magnitude da organização que a gente tem conseguido junto ao agronegócio e junto à agricultura familiar.

Então, quero agradecer e colocar o banco à disposição para que, em outras sessões, a gente possa discutir, mas muito mais do que discutir, sair com a agenda firmada de compromisso para que as entidades de natureza público-privadas e que representam os produtores possam atuar de forma conjunta, como é o Rotas e como é o Prodeter, do Banco do Nordeste.

Fiquei muito lisonjeado quando você falou que uma atuação específica do Prodeter, dentro de Picos, com 16 produtores, conseguiu dar um salto de uma produtividade de 300kg para 1.500kg. Então se consegue. Se a gente se reunir, se juntar, a gente vai ter vários PRODETERs, e vai soerguer de fato a cajucultura.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Dr. Luiz Sérgio. Nós é que agradecemos pela sua presença aqui.

Também já passo a palavra para o Amilcar Silveira, que é Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará (Faec). E lembro o seguinte, uma coisa viu, Jaime, eu não sei se você... Toda vez que eu viajo para algum estado ou para fora do país, para encontrar amigo, familiar, a primeira coisa que me pedem, sabe o que é? "Leva uma castanha de caju para mim". É porque a nossa, no Nordeste, é espetacular! E é bem bacana. E outra coisa que eu lembrei aqui foi esse detalhe, é uma referência nossa, um produto nosso.

Amilcar Silveira, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará, chegou hoje muito cedo aqui, saiu de lá naquele voo das três? Chegou junto com o Dr. Luiz Sérgio? Veio no mesmo voo?

O SR. AMILCAR SILVEIRA – Não, não, não vim, não, mas eu...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Que bom. Seja bem-vindo! Muito obrigado aqui pela sua participação e explanação, que tenho certeza de que colaborou muito com esta sessão.

O SR. AMILCAR SILVEIRA (Para expor.) – Senador, obrigado, vim aqui atender o seu chamado. No Ceará, diz-se o seguinte: "Tem uns que mandam. Manda quem pode, obedece quem tem juízo", eu tenho juízo, vim aqui atender ao seu chamado.

Eu queria fazer uma defesa do Deputado Júlio César, Presidente da Federação do Piauí. É período eleitoral, um negócio meio complexo... Eu sei que ele é um dos Deputados – para você ficar sabendo, Luiz Eduardo – mais atuantes aqui. Acho que, talvez, uma conversa com o Deputado... Inclusive, eu não posso garantir pelo Piauí, mas pelo povo do Ceará eu posso e tenho certeza de que ele tem essa sensibilidade, mas as demandas da ATeG que tiver no Ceará, o que nós pudermos dobrar o que já temos hoje, na indústria, vamos fazer. E aí eu tenho uma sugestão, porque aqui a gente tem que fazer algum desmembramento.

Eu acho que nós devemos isso ao Ceará, à cajucultura do nosso estado. Eu acho que nós deveríamos, a partir daqui e se o senhor me permitir, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. AMILCAR SILVEIRA – ... passando o período eleitoral, porque eu sei que o senhor é candidato, fazer um planejamento estratégico, porque eu acho que, sem planejar, nós não vamos a lugar algum.

A Federação da Agricultura pode fazer isso pelo Ceará. Se você me permitir, após as eleições nós poderíamos fazer uma reunião em Fortaleza, para traçarmos o planejamento estratégico do desenvolvimento da cajucultura, porque nós temos que sair daqui com o dever de casa e nós vamos fazer o nosso. Vamos dobrar a nossa assistência técnica da agroindústria e vamos fazer o nosso planejamento, vamos fazer o nosso dever de casa, com a ajuda, naturalmente, do Gustavo. Vamos tirar mais uns três cabelos dele ou então botar mais uns brancos, para ele poder nos ajudar.

Eu queria falar uma coisa aqui para o Senador Jaime. Senador, com essa história dos perímetros irrigados, nós andamos conhecendo muitas partes do mundo, para poder ter bons exemplos e levar para o Ceará. Cearense é, geralmente, na sua grande maioria, gente empreendedora, como eu falei aqui. Nós estivemos num perímetro irrigado, na Califórnia, chamado Imperial Valley. Lá tinha 191 mil hectares só no perímetro irrigado. Todo por inundação. Eu não entendi aquilo, porque lá chove 76mm. No Ceará, chove pelo menos 700mm, em algumas áreas do Semiárido. E lá só chove 76mm e é todo irrigado por inundação. Eu não entendi aquilo.

Eles fizeram transposição do Mississipi há cem anos, cinco vezes o tamanho da transposição que nós não conseguimos fazer ainda. Eles fizeram há cem anos. E o produtor lá me disse um negócio que eu achei fantástico. Eu perguntei: "Mas, rapaz, como é que o senhor faz... O senhor irriga por inundação?". Ele disse: "Não, a água é minha". A água é deles há cem anos. Eles têm o direito de água. A questão jurídica deles é resolvida.

Isso é o que falta no Brasil. O Brasil precisa de segurança jurídica, para a gente empreender, e precisamos olhar o empreendedor e o produtor rural com outro olho, como o senhor disse aqui e o Deputado também falou. O produtor rural deveria ter um tapete vermelho pelos dias de Sol, principalmente no Ceará, porque lá no Ceará tem uma coisa que nós não dividimos lá, que é o Sol. É um Sol para cada um. Imagine uns cabeções daqueles no meio do Sol, plantando caju... Tem que ser disposto.

Então, agradeço ao senhor. Conte com a Federação da Agricultura, conte com o Ceará, para a gente fazer a retomada do caju!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Já temos um encaminhamento aqui. O homem é prático, não é? Já dando a sequência – e eu acho que você está coberto de razão –, passou o período eleitoral... É tempo até de maturar isso aqui, esta reunião, as ideias que surgiram aqui. E eu me coloco à disposição – está certo? – para essa reunião lá em Fortaleza.

E o Maurício é que vai falar agora, mais uma vez lhe agradecendo, Maurício, a sua presença. Você tem um papel importante aí. Ele, que é de São Paulo, paulista, e está radicado lá em Fortaleza há algum tempo.

O SR. MAURÍCIO CAMPOS – É, mas o meu pai é de Assaré e minha mãe é de Triunfo, em Pernambuco. Então, já está ali...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, já está no Nordeste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURÍCIO CAMPOS – ... no DNA. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas ele tem se dedicado de corpo e alma nessa questão da cajucultura, e muito obrigado por esta oportunidade, eu que lhe agradeço.

Tudo fluiu bem – viu, Jaime? – para esta audiência aqui ser marcada, a sessão solene de 16h. Quero agradecer ao Presidente aqui da Comissão, o Senador Alan Rick, que abriu esse espaço e também colocou na pauta. E aí eu tenho que agradecer à Senadora Jussara, lá do Piauí, porque nós mostramos, conversamos, e ela foi muito bacana também com relação ao tema.

Então, Maurício, muito obrigado, você tem aí as considerações finais e mais tarde a gente se encontra. Aliás, repito, todos aqui estão convidados, quem puder – eu sei que já tomou amanhã, entramos pela tarde aqui –, todos estão convidados. Vai ter degustação, inclusive, ali no cafezinho do Senado Federal, que é uma região dos Parlamentares, e foi aberta a exceção – agradeço ao Presidente Rodrigo Pacheco pela oportunidade.

E vamos rememorar o Jaime Aquino. Nós temos muita gratidão por esse cidadão. Você se lembra dele?

O SR. AMILCAR SILVEIRA (*Fora do microfone.*) – Foi sócio do meu avô.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Foi sócio do seu avô? Eu não sabia disso. Pois é.

Maurício, muito obrigado pela sua participação.

O SR. MAURÍCIO CAMPOS (Para expor.) – Senador, primeiramente queria agradecer mais uma vez por este espaço, acho que foi fundamental. Queria agradecer a presença de todos: do Gustavo, do Amilcar, da representante do Ministério de Cultura, Adriana, do nosso... Cadê o nosso amigo do Piauí? (*Pausa.*)

Está lá! Dos nossos amigos do Piauí que vieram.

Enfim, queria fazer uma reflexão que acho que é extremamente importante, até dentro dessa pauta que a gente discutiu. Até não sei se você está me ouvindo, Sarah – a Sarah acho que é a Secretária aqui da Comissão –, a gente ficou quase louco aí ligando para Deus e o mundo e conversando, e eu senti assim uma certa... digamos, que um certo preconceito, digamos, institucional no fato de vir ao evento. E, assim, a cajucultura não tem partido. O produtor rural que está lá na ponta não está pensando nisso, ele está pensando em fazer o melhor, em trazer o melhor para, enfim, os produtos, a sua produção, gerar renda para sua família e tudo mais. Então, a gente precisa repensar esse modelo e pensar na cajucultura como uma política de Estado. Como, por exemplo – e aí como eu trabalhei no setor de A&B, vou dar um exemplo bem pragmático, bem objetivo –, você pega, por exemplo, o setor da cachaça, em que foi criado o PBDAC, programa brasileiro em desenvolvimento da cachaça, lá no Governo Fernando Henrique. Passou pelos Governos Fernando Henrique, Dilma, Lula, Temer, passou pelo Governo Bolsonaro e estamos no Governo Lula, porque foi uma política de Estado, o desenvolvimento da cachaça em nível internacional – de Estado –, e nós precisamos de políticas como essa.

Então, eu queria agradecer mais uma vez. O Instituto Caju Brasil se coloca à disposição para a gente fazer essa parceria e fortalecer com essa estratégia unificada.

Muito obrigado mais uma vez, Senador. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, Maurício. Muito obrigado.

Já passo imediatamente a palavra ao Josenilto Lacerda Vasconcelos, que é o Diretor Financeiro da Procajuína, Cristalina de Teresina.

O SR. JOSENILTO LACERDA VASCONCELOS (Para expor.) – Isso.

Quero agradecer de forma muito sincera a oportunidade de aqui estarmos debatendo esse tema ao Senador Girão, pelo espaço; ao Senador Jaime, pelas palavras de apoio e a todos os demais.

E também queria aqui fazer uma provocação e uma solicitação de encaminhamento. A gente sabe que o desenrolar disso aqui, com certeza, serão políticas públicas que vão atender o soerguimento da cajucultura, mas nós vivemos numa época em que o consumidor é que define todas as relações para trás. Então, todos que estão aqui presentes, que estão assistindo a gente pela internet, assistindo aqui pela TV Senado passem a consumir produtos derivados do caju. Não adianta a gente produzir se não tem quem consuma. E vamos falar pela cajuína, que tem cinco vezes mais vitamina C do que suco de laranja. Se você conhece algum alimento com essas qualidades, então, não tem por que você não consumir, porque, quando você consome uma castanha, quando você consome uma garrafa de cajuína, você está ativando uma série de relações de uma cadeia produtiva bastante extensa. Então, era esse o meu recado.

Muito obrigado.

Boa tarde a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Nós é que agradecemos a sua ilustre presença aqui, Josenilto Lacerda Vasconcelos. Muito obrigado mesmo por ter engrandecido este evento.

Para fechar, as considerações finais do Gustavo, que é Chefe-Geral... Gustavo Saavedra, é isso?

O SR. GUSTAVO ADOLFO SAAVEDRA PINTO (*Fora do microfone.*) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Saavedra. Ele é Chefe-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa Agroindústria Tropical, é isso?

O SR. GUSTAVO ADOLFO SAAVEDRA PINTO (*Fora do microfone.*) – Isso, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E muito obrigado mesmo pela sua... Tenho aprendido muito com você. A gente tem procurado estabelecer, no nosso mandato – viu, Jaime? –, com a Embrapa, através do Gustavo, parcerias. É o que foi falado aqui pelo querido Amilcar: era para ter investimento, era para ser prioridade. A gente sabe do papel da Embrapa no Brasil; para a gente chegar aonde a gente chegou, a Embrapa teve uma grande colaboração. Ainda tem, mas hoje a questão de emenda parlamentar é um recurso que é fundamental: nós Parlamentares temos o dever, de alguma forma, com as emendas, de apoiar, e nós temos procurado fazer isso no nosso mandato, e vamos incrementar, está certo? Conte comigo, porque é uma vocação natural nossa lá no Ceará, no Nordeste. Você pode ter certeza de que, no que tiver ao meu alcance, você pode contar com aquele gabinete ali como uma base de vocês aqui no Senado, nesses tempos difíceis, mas que vão mudar, se Deus quiser, Gustavo.

Muito obrigado pela sua presença.

O SR. GUSTAVO ADOLFO SAAVEDRA PINTO (Para expor.) – Obrigado, mais uma vez, Senador, pelo convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu concordo, sim. A Embrapa, como eu disse, ao longo desses 40 anos, vem desenvolvendo toda uma base tecnológica para a cajucultura. Ela falta chegar ao produtor, mas, quando chega, faz a diferença. Então, alguém mostrou o exemplo lá de uma região do Piauí, do Rio Grande do Norte também, normalmente com recursos privados. Então, a extensão privada hoje tem sido muito mais eficiente. Quem está fazendo a diferença no Rio Grande do Norte: Senar e Sebrae, não são as partes públicas que estão fazendo isso – o Banco do Nordeste também é um fator. E isso é fundamental para que a gente continue no jogo.

Talvez vá demorar para a gente voltar a ter uma concorrência com a Ásia, mas eu posso dizer que, só nesta semana, eu assinei um convênio com a Colômbia, caju, com o Panamá, caju, vindo aqui pelo Ministério das Relações Exteriores. Então, vejam, o Panamá só tem o *hub* de *trade* global. Eles têm um canal, eles querem produzir caju – e a Colômbia quer usar o Canal do Panamá também – e eles têm saída pacífica e atlântica, nós só temos atlântica por enquanto, mas, mesmo assim, a nossa pacífica ainda vai ser mais longe que a deles, não é? Eles têm o oceano. Fora isso, Senegal, Gana e Guiné, que estão batendo à minha porta e querendo tecnologia.

A única a que até agora eu realmente disse um não com mais proeminência foi a Índia. O Embaixador da Índia foi, e ele queria saber toda a escala de processamento de pedúnculo, e queria que a gente transferisse; ele foi tanto à Embrapa quanto ao Governador. Então, eu fiz, junto com a Secretaria de Relações Internacionais do Governo do estado... A gente não pode entregar isso. Aí eles fecharam a porta, mas, assim, o jogo está ficando mais pesado, então nós precisamos correr. Certo? Então, é assim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É isso aí. Reunimos aqui muita gente que entende do assunto, nesta reunião histórica. Eu quero agradecer...

Ah, eu também fui procurado por representante diplomático das Ilhas Maldivas. Lá tem centenas, sei lá, de hotéis, aqueles *resorts* e tal. Eles estavam querendo um contato com o Ceará, castanha de caju. Interessante isso, não é?

Enfim, acho que nós cumprimos a finalidade desta sessão. Quero agradecer aqui a toda a Secretaria. Muito obrigado à equipe da Secretaria da Comissão, foi uma audiência superserena, tranquila, com muitas ideias. E nós vamos colocar como foi bem encaminhado, tanto pelo Amilcar como pelo Josenilto. Eu acho que nós vamos encaminhar. Eu acho que fica um dever de casa para todos nós: não deixarmos essa semente aqui não ser regada. Então, alternativa tem, conhecimento tem, gente com vontade, com capacidade e vai dar tudo certo.

Muito obrigado.

Cumprida a finalidade desta sessão, agradecendo a sua audiência também pela TV Senado, pela rede social do Senado, brasileiro e brasileira, nós declaramos encerrada esta sessão. Muito obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 03 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE SETEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e vinte e sete minutos do dia quatro de setembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Alan Rick, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Professora Dorinha Seabra, Weverton, Margareth Buzetti, Beto Faro, Humberto Costa, Chico Rodrigues, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Angelo Coronel, Augusta Brito, Teresa Leitão, Flávio Arns, Jaime Bagattoli, Eduardo Girão, Wilder Morais, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão, Tereza Cristina e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Lucas Barreto, Paulo Paim, Romário, Jorge Seif, Nelsinho Trad e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei n° 1970, de 2019 que: "Institui a Política Nacional para o Manejo Sustentável, Plantio, Extração, Consumo, Comercialização e Transformação do Pequi (Caryocar brasiliense) e demais Frutos e Produtos Nativos do Cerrado." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Soraya Thronicke. Relatório: Pela rejeição da Emenda 2-Plen. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5587, de 2023 - Terminativo - que: "Institui o Programa Nacional de Sucessão Rural para Jovens Agricultores e dá outras providências." Autoria: Senadora Jussara Lima (PSD/PI). Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 800, de 2024 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências, para incluir o Índice de Desenvolvimento Humano-IDH entre os critérios de classificação de municípios na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-PNSAN." Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA). Relatoria: Senador Chico Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto e pelo acolhimento da Emenda 1-T na forma da Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado com emenda. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2259, de 2024 - Terminativo - que: "Confere ao Município de Pacajus, no Estado do Ceará, o título de Capital Nacional da Castanha de Caju." Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). Relatoria: Senador Chico Rodrigues (*Ad hoc*), substituiu Senadora Jussara Lima. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 5 – EXTRAPAUTA – Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n°24 de 2024 – que: Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as motivações, os desdobramentos políticos bilaterais, os impactos econômicos e comerciais, e as medidas adotadas pelos setores público e privado a respeito da Regulação Europeia sobre Desmatamento (EUDR) prevista para vigorar em dezembro de 2024. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do MDIC; representante do MRE; representante do MAPA; representante do MMA; representante da CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares; • representante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da FPA – Frente Parlamentar da Agropecuária. Autoria: Senador Beto Faro e outros. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos. Usam da palavra os Senadores Chico Rodrigues e Alan Rick, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Alan Rick
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/09/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião está destinada à deliberação de um item não terminativo e de três itens terminativos, conforme a pauta previamente divulgada.

Devido ao baixo quórum, iremos para os itens cujos Senadores estiverem presentes.

Já está presente o Senador Chico Rodrigues, Relator do Projeto de Lei nº 800, de 2024.

ITEM 3
PROJETO DE LEI Nº 800, DE 2024
- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências, para incluir o Índice de Desenvolvimento Humano-IDH entre os critérios de classificação de municípios na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-PNSAN.

Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do Projeto e pelo acolhimento da Emenda 1-T na forma da Emenda que apresenta.

Observações:

- Em 25.03.2024, o Senador Mecias de Jesus apresentou a Emenda 1-T.

- Votação nominal.

Este tema, inclusive, Senador Chico Rodrigues, é de grande importância no debate que nós fizemos hoje na CCJ, quando foi aprovado o nosso relatório ao projeto de autoria do Senador Ciro Nogueira que cria uma Política Nacional de Combate ao Desperdício e de doação de Alimentos no Brasil. É um tema que trata exatamente do combate à fome e da segurança alimentar.

O Brasil está entre os dez países que mais desperdiçam alimentos no mundo, e olha que nós estamos numa Comissão que debate exatamente a produção de alimentos, a segurança alimentar no país. Desde a produção, passando pelo transporte, armazenamento, entrega no varejo e venda, o Brasil perde aí 30% dos alimentos produzidos. É um número muito grande e representa uma perda enorme para quem mais precisa de alimentos neste país.

Portanto, hoje, aprovado na CCJ o nosso relatório, em primeiro turno, tratando exatamente de uma política nacional que dá segurança jurídica aos doadores, estabelece também um incentivo fiscal, possibilitando que as empresas, supermercados, grandes produtores, distribuidores que doarem alimentos tenham um pequeno abatimento, no lucro líquido, de 5%; ou seja, em vez de jogar fora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquele alimento e lançá-lo no balanço da empresa como prejuízo... Portanto, este alimento não seria tributado, o Governo perderia realmente a arrecadação. Ao dar um incentivo de apenas 5%, você garante um incentivo para que as empresas possam doar mais alimentos, em vez de jogar fora, e estabelece também uma regra para que mais e mais empresas e instituições possam doar alimento. Permite também que a pessoa física, os restaurantes que já produziram aquele alimento processado possam também fazer a doação com segurança, garantindo também a qualidade. Não tratamos de alimento vencido, apenas de alimentos dentro do prazo de vencimento.

Portanto, a matéria que V. Exa. relata hoje, Senador Chico Rodrigues, é de extrema importância.

Com a palavra, V. Exa., para a leitura de seu relatório.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Como Relator.) – Nobre Senador, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, André... Alan Rick, eu gostaria de dizer a V. Exa. que esse tema é recorrente, porque, como todos sabem, o desperdício no país é enorme.

Nós, como um dos maiores produtores de alimento do planeta, alimentamos, inclusive, para quem não sabe, diariamente em torno de 1 bilhão de pessoas... Veja que número interessante. A nossa população é de 212 milhões de habitantes, segundo o IBGE, mas nós alimentamos diariamente em torno de 1 bilhão de pessoas no mundo. Se for a ver a exportação que o Brasil faz de *commodities,* como a soja, o milho, o algodão, etc., a gente vai ver que, no derivativo desses produtos exportados para o mundo inteiro, na sua transformação, ele consegue, na cadeia alimentar, alimentar mais de 1 bilhão de pessoas.

Portanto, essa iniciativa brilhante, de autoria do Senador Jader Barbalho, altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências, para incluir o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre os critérios de classificação de municípios na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Com dois artigos, o art. 1º desta proposição acrescenta um §5º ao art. 7º da Lei 11.346, de 2006, estabelecendo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como critério a ser considerado para participação no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O art. 2º trata da cláusula de vigência da futura lei.

O autor da proposição, em sua justificação, destaca a importância da alimentação como um dos principais determinantes da saúde e um direito fundamental de todas as pessoas. Afirma que, embora a área de saúde tenha assumido historicamente a questão da nutrição, para garantir a segurança alimentar se tornaram necessárias políticas públicas mais abrangentes, como a criação do Sisan, em 2006, um sistema de gestão intersetorial e participativa que articula os três níveis de Governo, bem como a PNSAN (Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional).

O autor relembra que uma das diretrizes da PNSAN é promover o acesso universal à alimentação adequada, priorizando famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, afirmando que estudos demonstram que municípios com baixo IDH enfrentam altos índices de desnutrição e insegurança alimentar. Ademais, na justificação se argumenta que o IDH já seria utilizado como referência para direcionar recursos para projetos de cooperação internacional e iniciativas sociais, de modo que o incluir como critério na classificação da PNSAN seria justificável, pois direcionaria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recursos para municípios com menor desenvolvimento e maior carência de segurança alimentar e nutricional.

A proposição tem designação para tramitação nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Trata-se de tramitação em decisão terminativa, nos termos do art. 91, §1º, inciso IV, do Regimento Interno.

Foi recebida a Emenda nº 1-T, do Senador Mecias de Jesus, no prazo regulamentar. Tal emenda altera o art. 1º deste PL nº 800, de 2024, mantendo o acréscimo do §5º ao art. 7º da Lei 11.346, de 2006, mas acrescentando um segundo parágrafo ao art. 4º da mesma lei, para que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal seja utilizado como critério para priorizar as políticas para a ampliação das condições de acesso aos alimentos, de modo a priorizar os municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano.

Quanto à análise, Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V. Exa., como já foi distribuída para todos os Srs. Senadores e Sras. Senadoras, que eu me abstivesse dessa leitura para ir diretamente ao voto.

Pelas razões expostas, Presidente, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 800, de 2024, bem como pelo acatamento da Emenda 1-T na forma da seguinte emenda – e aqui estão apresentados o artigo e a emenda que farão parte deste importante projeto.

Eu diria, Sr. Presidente, que, na iniciativa do Senador Jader Barbalho, a gente percebe nitidamente essa preocupação em todos os níveis da população brasileira. Nós temos, desde nos estados mais desenvolvidos até nos estados menos desenvolvidos, uma curva de variação do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) que denuncia, vamos dizer assim, diretamente a população mais carente e que precisa, na verdade, de que esses alimentos cheguem até a sua mesa.

E é importante lembrar, como V. Exa. no preâmbulo falou aqui, que o que se desperdiça de alimentos no Brasil é um negócio monumental. E nós entendemos... Eu tenho um projeto, inclusive, de igual teor, mas em relação a hortaliças, à produção de hortaliças, que se perdem aos milhares de toneladas, podendo ser selecionadas e utilizadas para creches, para escolas, para hospitais, etc. Portanto, no mérito, esse projeto traz no seu escopo uma justificativa irretocável, que é exatamente atender a toda a população brasileira que tem realmente deficiência nutricional. Ponto.

Acho que o que foi discutido hoje, como V. Exa. falou, na Comissão de Constituição e Justiça, pela manhã, já mostra que esse é um problema de preocupação de todos. No entanto, o que nos preocupa no nosso país, no nosso Parlamento, no Poder Executivo e nos demais Poderes, é exatamente essa falta de operacionalidade. É muita burocracia e pouca eficiência e eficácia em chegar à ponta, em atender a população. Enquanto se ficam discutindo por um mês, dois meses, três meses, quatro meses, cinco meses, seis meses, um ano, sei lá até quando, temas dessa relevância, muitas pessoas, milhares de pessoas estão passando fome.

Então, eu gostaria de deixar esse registro e de dizer que, em um tempo que eu não sei quando, e o sonho é que não seja muito longo, espero que essas questões que são de demanda reprimida visível – e a maior visibilidade é a fome que bate na barriga das pessoas – sejam resolvidas. Que simplesmente haja um consenso, uma unidade no essencial, e que, de forma coletiva e expedita, se possam tomar providências para que projetos como esse sejam imediatamente colocados em prática.

Era esse o relatório, e é esse o meu comentário, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Parabenizo o Senador Chico Rodrigues pelo brilhante relatório de tema que reputo fundamental para que o Brasil dê passos largos no combate à fome e à insegurança alimentar.

Solicito à nossa Secretaria que possa abrir o painel para votação da matéria e convido os Senadores – peço às assessorias que possam avisar os Senadores – para votação nominal pelo aplicativo.

Portanto, vai aparecer aqui. Vamos aguardar abrir a votação. (*Pausa.*)

Está iniciada a votação da matéria.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Solicito aos assessores, aos amigos que possam fazer a comunicação aos Senadores para a votação da matéria.

Enquanto a matéria está em votação, eu quero aqui parabenizar o Senador Eduardo Girão e esta Comissão pela realização, na última segunda-feira, da audiência pública sobre a cajucultura, destinada a debater os desafios e as novas perspectivas dessa cultura tão importante para o Brasil, notadamente para o Nordeste brasileiro, um dos maiores produtores de caju, de doce de caju, castanha-de-caju e produtos oriundos da cultura do caju em toda a América Latina.

O requerimento, como disse, foi de autoria do Senador Eduardo Girão. Nós tivemos aqui a participação da Secretária Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial, representando o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, representando o Ministro Waldez Góes, a Adriana Melo. Tivemos aqui também o Diretor de Projetos do Instituto Caju Brasil e representante de Rodrigo Diógenes, o Presidente do Instituto Caju Brasil, Maurício Campos; o Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Ceará, Amilcar Silveira; o Superintendente de Agronegócio e Microfinança Rural do Banco do Nordeste, Luiz Sérgio Farias Machado; o Diretor Financeiro do Procajuína, Josenilto Lacerda Vasconcelos; e o Chefe-Geral da Embrapa Agroindústria Tropical, Gustavo Saavedra, que também fez uma brilhante explanação a todos os presentes.

E aqui faço um registro ao Senador Eduardo Girão, que apenas um fato relevante ficou em aberto dessa importante audiência: o envio, Senador Chico Rodrigues, dos doces de caju e castanha-de-caju aos nossos gabinetes.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Está aqui já o assessor providenciando imediatamente, porque, se estamos tratando de um tema tão relevante, nada melhor do que recebermos esses deliciosos produtos do nosso caju em nossos gabinetes, até mesmo para recepcionar aqueles que se reúnem conosco muitas vezes ali nos gabinetes.

Portanto, está feito o registro e também a resposta do queridíssimo Senador Eduardo Girão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Enquanto os Senadores voltam, há item extrapauta.

EXTRAPAUTA
ITEM 5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 24, DE 2024

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as motivações, os desdobramentos políticos bilaterais, os impactos econômicos e comerciais, e as medidas adotadas pelos setores público e privado a respeito da Regulação Europeia sobre Desmatamento (EUDR) prevista para vigorar em dezembro de 2024. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

• representante do MDIC;

• representante do MRE;

• representante do MAPA;

• representante do MMA;

• representante da CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares;

• representante da FPA – Frente Parlamentar da Agropecuária.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA) e outros.

Os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento para audiência pública, com os convidados a serem indicados na sequência.

Podemos encerrar a votação, quórum alcançado.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Votaram SIM 8 Sras. e Srs. Senadores; votou NÃO nenhum.

Também nenhuma abstenção.

A matéria está aprovada, o projeto e a Emenda nº 2, da CRA.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado*.

Parabenizo novamente o Senador Chico Rodrigues, pelo brilhante relatório e pela aprovação da matéria, e também o Senador Jader Barbalho, do MDB, do Pará – do glorioso MDB e do querido Estado do Pará –, pela propositura do projeto.

Item 4.

Eu, neste momento, designo Relator *ad hoc* o Senador Chico Rodrigues.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2259, DE 2024

- Terminativo -

Confere ao Município de Pacajus, no Estado do Ceará, o título de Capital Nacional da Castanha de Caju.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações: - *Votação nominal.*

Votação da matéria na sequência.

Solicito ao Senador Chico Rodrigues, Relator *ad hoc*, a leitura do seu relatório.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária tem decisão terminativa sobre o Projeto de Lei (PL) 2.259, de 2024, do Senador Eduardo Girão, que confere ao Município de Pacajus, no Estado do Ceará, o título de Capital Nacional da Castanha-de-Caju, sendo a Relatora a Senadora Jussara Lima, e eu como Relator *ad hoc*.

Relatório.

Está sob exame desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária o Projeto de Lei nº 2.259, de 2024, do Senador Eduardo Girão, que confere ao Município de Pacajus, no Estado do Ceará, o título de Capital Nacional da Castanha-de-Caju.

Composto de dois artigos, o art. 1º confere ao Município de Pacajus, no Estado do Ceará, o título de Capital Nacional da Castanha-de-Caju. O art. 2º trata da vigência da futura lei.

Conforme o autor, o reconhecimento de Pacajus como Capital Nacional da Castanha-de-Caju é uma homenagem merecida a um município que representa o coração da cajucultura no Brasil.

O projeto foi distribuído somente à CRA, em decisão terminativa. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Portanto, Sr. Presidente, mostrando aqui a grandeza dessa iniciativa, e o Município de Pacajus, que tem, na verdade, hoje, essa condição... passará a ter essa condição de Capital Nacional do Caju, mostra exatamente a potencialidade dessa cultura. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2022, foram produzidas 147 mil toneladas de castanha-de-caju, em 424 mil hectares, somando um valor total de R$588 milhões. O Ceará foi, em 2022, o maior produtor, com 95 mil toneladas, produzidas em 272 mil hectares e somando quase R$400 milhões de valor, de receita.

Portanto, em função do projeto, elogiando, inclusive, o autor, nós vamos ao voto.

Pelo exposto, somos pela aprovação do PL 2.259, do Senador Eduardo Girão, pela relevância deste tema.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Muito obrigado, Senador Chico Rodrigues.

Solicito à Mesa que prepare o sistema para votação nominal.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Está, portanto, iniciada a votação, já dando ciência aos demais Senadores para que votem pelo aplicativo no PL 2.259, de 2024. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Atingido o quórum, vamos encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

Mais um voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Votaram SIM 10 Sras. e Srs. Senadores; votou NÃO nenhum.

Nenhuma abstenção.

Quórum de 11.

Está, portanto, aprovado o relatório.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado*.

Mais uma vez, parabenizo o Senador Chico Rodrigues e o Senador Eduardo Girão, autor. É Relatora a Senadora Jussara Lima; e Relator *ad hoc*, Chico Rodrigues.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 14 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e quatro minutos do dia trinta de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Jayme Campos, Izalci Lucas, Sergio Moro, Professora Dorinha Seabra, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Beto Faro, Humberto Costa, Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Flávio Arns, Laércio Oliveira, Tereza Cristina e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Zequinha Marinho, Paulo Paim, Magno Malta, Zenaide Maia e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 23/2024 - CRA, de autoria Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). Finalidade: Debater a importância da cadeia produtiva de alimentos para a economia do País, no contexto de regulamentação da Reforma Tributária. Participantes: João Dornellas, Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos - ABIA; Maria Angélica Feijó, Assessora Técnica do Núcleo Econômico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - Representante do Instituto Pensar Agropecuária - IPA; Clorialdo Roberto Levrero, Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal - ABISOLO; Eloísa Garcia, Diretora-Geral do Instituto de Tecnologia de Alimentos - ITAL; e Márcia Terra, Nutricionista, membro da Academy of Nutrition and Dietetics (USA), do Conselho Consultivo da Associação Nacional de Atenção ao Diabetes (ANAD) e da Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição (SBAN). Resultado: Reunião realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e cinco minutos. Usam da palavra os Senadores Sergio Moro e Hamilton Mourão, Presidente Eventual da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hamilton Mourão
Presidente da Eventual da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/30

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Assim declaro aberta a 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Ata aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater a importância da cadeia produtiva de alimentos para a economia do país, no contexto de regulamentação da reforma tributária, em atendimento ao Requerimento nº 23, de 2024, desta Comissão e de iniciativa deste Senador.

Esta audiência pública é interativa, por meio do Portal e-Cidadania no *site* do Senado e pelo telefone 0800 0612211.

Convido para compor a mesa os seguintes convidados e oradores: o Sr. João Dornellas, Presidente-Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia); o Sr. Clorialdo Roberto Levrero, Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal (Abisolo); a Sra. Eloísa Garcia, Diretora-Geral do Instituto de Tecnologia de Alimentos (Ital), por videoconferência; a Sra. Márcia Terra, Nutricionista, membro da Academy of Nutrition and Dietetics (USA), do Conselho Consultivo da Associação Nacional de Atenção ao Diabetes (Anad) e da Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição (Sban).

Aguardamos, a hora que aqui chegar, a Sra. Maria Angélica Feijó, Assessora Técnica do Núcleo Econômico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e representante do Instituto Pensar Agro (IPA).

Sra. Maria Angélica, por favor. (*Pausa.*)

Teve sua ausência justificada, tendo sido convidado, o Diretor-Presidente da CropLife.

Senhoras e senhores, Sras. e Srs. Senadores, convidados e público que nos acompanham pelas redes sociais e TV Senado, é uma honra, no âmbito desta Comissão, acolhendo proposta da Frente Parlamentar da Agropecuária, abrir esta audiência pública interativa, em que discutiremos um tema de extrema relevância para todos nós brasileiros: a importância da cadeia produtiva de alimentos para a economia do país, no contexto da regulamentação da reforma tributária.

Não resta dúvida de que vivemos um momento decisivo para o futuro econômico do Brasil e de que a reforma tributária representa uma das maiores transformações no sistema fiscal das últimas décadas e traz consequências diretas não apenas para o setor produtivo, mas também para o cotidiano de milhões de brasileiros.

A cadeia produtiva de alimentos é um dos pilares da nossa economia, abarcando desde o pequeno produtor rural até as grandes indústrias, passando por toda a infraestrutura de transporte e distribuição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil, como um dos maiores exportadores de alimentos do mundo, tem nessa cadeia produtiva um ativo estratégico, de modo que qualquer mudança na carga tributária ou no modelo de arrecadação impacta diretamente nos preços dos alimentos, na competitividade do setor e, por consequência, na segurança alimentar da população.

Nesse contexto, é essencial termos em mente que a reforma tributária tem, como um dos seus principais objetivos, a simplificação do sistema, algo que vem sendo perseguido e desejado há muito tempo pelo setor produtivo e também pelos consumidores. Entretanto, o desafio que se coloca é fazer com que essa simplificação não onere ainda mais a produção de alimentos, principalmente em um país onde o custo de vida já é uma preocupação crescente para grande parte da população.

Hoje, aqui nos reunimos para ouvir especialistas, representantes do setor produtivo e economistas, que trarão uma visão ampla e qualificada sobre os possíveis desdobramentos dessa reforma. Nosso objetivo é garantir que, ao modernizar o sistema tributário, não venhamos a prejudicar a capacidade do Brasil de produzir alimentos em larga escala, nem a onerar desproporcionalmente aqueles que mais precisam. A simplificação e a racionalização do sistema tributário são fundamentais para reduzir ineficiências e estimular o crescimento econômico. Todavia, essa transformação deve ocorrer de maneira equilibrada, respeitando as especificidades do setor agroalimentar e garantindo que os consumidores, em especial os de baixa renda, não sejam penalizados com o aumento do custo dos alimentos – um tema a que já me referi e que afeta diretamente a segurança alimentar do país.

Aqui estamos, então, para promover um debate construtivo que nos permita identificar os pontos da reforma que necessitam de ajustes, assegurando que a transição seja justa e promova um ambiente de negócios mais favorável para o Brasil, sem comprometer o acesso à alimentação.

Declaro, portanto, abertos os trabalhos desta audiência e convido a todos a participarem ativamente deste debate, que é de enorme importância para o futuro do país.

Muito obrigado pela presença de todos.

Inicialmente, vou conceder a palavra, por até dez minutos, ao Sr. João Dornellas, Presidente-Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia).

O SR. JOÃO DORNELLAS (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Mourão.

Boa tarde a todos, a todas as pessoas presentes, a todos que nos acompanham pelas redes sociais.

Senador, primeiramente, além de agradecer, quero parabenizar pela iniciativa de trazer um tema tão importante aqui, nesta audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Esse tema é muito importante, Senador, não só porque o Brasil é considerado o celeiro do mundo, mas nós estamos falando de alimentos, estamos falando de segurança alimentar no Brasil e no nosso planeta. O Brasil sempre foi considerado como celeiro do mundo, e, desde 2022, o Brasil também, com muita honra, pode ser tratado como o supermercado do mundo. Por que isso? Porque o Brasil exportava muitos produtos *in natura* – soja, milho –, mas, desde 2022, nós somos o país que mais exporta alimento industrializado no mundo também.

A indústria brasileira de alimentos e bebidas não alcoólicas produz 270 milhões de toneladas de comida todo ano; desse total, três quartos são destinados ao Brasil, aos supermercados no Brasil, e um quarto, 25%, é exportado para 190 países. São 190 países que são clientes nossos, que voltam a comprar todos os anos nosso alimento, chancelando assim a qualidade do alimento industrializado brasileiro, que é o que nos fez ser o país que mais exporta alimento industrializado no planeta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa indústria, Senador, de alimentos gera, do campo até a mesa, 10 milhões de empregos. Se a gente pensar que o Brasil tem uma população economicamente ativa da ordem de 100 milhões, praticamente 10% de quem trabalha no Brasil trabalha em função de produzir alimentos. Essa indústria compra 61% de tudo que o campo produz; de tudo que o agro produz, 61% a indústria compra. E se a gente pensar em agricultura familiar, que é muito importante, 67,5% do que a agricultura familiar produz, o campo, a indústria brasileira compra também.

Infelizmente, Senador, no entanto, apesar de sermos o celeiro do mundo, apesar de podermos dizer que somos o supermercado do mundo, nós temos uma situação grave de fome no Brasil ainda. Os últimos números nos indicam que 60 milhões de pessoas – 60 milhões de pessoas – enfrentam uma situação de insegurança alimentar. Desse total, 20,6 milhões de pessoas enfrentam insegurança alimentar grave, ou seja, estamos falando de fome. E eu tenho dito muitas vezes, Senador, que para nós que somos brasileiros, que trabalhamos com produção de alimento do campo até a mesa, não importa se é 1 milhão, se são 60 milhões, não devia ter nenhum brasileiro passando fome. O Brasil é um país é netamente produtor de alimentos, não devíamos ter um; um brasileiro que passa fome é motivo de vergonha para todos nós.

E a gente se pergunta: por que com tanto alimento produzido as pessoas ainda passam fome? Ou seja, não falta alimento no país, falta condição de acesso para as pessoas terem acesso a esse alimento, falta renda para terem acesso a esse alimento. Eu falava da população economicamente ativa do Brasil: 70% das pessoas que trabalham no país têm um rendimento de até dois salários mínimos e comprometem, evidentemente, grande parte dessa renda com alimentação.

Então, você imagina, as duas situações que são muito graves e que dificultam o acesso ao alimento: a falta de renda, uma renda baixa... Um país em que, a gente tem que assumir, 70% das pessoas ganham até dois salários mínimos é um país que ganha pouco, é um país que tem baixa renda.

Além desse fato, Senador, um outro ponto muito importante: o Brasil é o país que tem a segunda maior carga tributária sobre alimentos industrializados do planeta. Nós só ficamos atrás de um país europeu, que eu vou me privar de dizer o nome aqui, mas é um dado público, não teria nenhum problema também em dizer. O Brasil paga, segundo números da Fipe, 24,4% em média de imposto, de todos os impostos, ICMS, IPI, PIS, Cofins... IPI não, perdão. Juntando todos os impostos que o alimento paga: 24,4%. Os países da OCDE pagam 7%. Então, quando você tem 24,4% contra 7%, você fala: "Alguma coisa está errada". E aí já começa a explicar por que a gente tem fome, por que temos esse cenário tão complicado no Brasil: temos falta de renda e temos uma carga tributária muito alta.

Por isso é que nós acreditamos, Senador, e a Abia e a Uncab – a União Nacional da Cadeia de abastecimento, da produção de Alimentos e Bebidas – têm defendido desde o início, que essa reforma tributária é a melhor chance que o Brasil tem para promover justiça social através do alimento, de colocar o alimento na mesa do brasileiro. E como é que a gente faz isso? Diminuindo o imposto. Se diminuir o imposto, o consumidor vai pagar menos; se aumentasse o imposto, evidentemente, o consumidor pagaria mais.

Então, na nossa defesa, desde o início, desde a fase da PEC 32, que agora é emenda constitucional, desde aquele momento em que estávamos discutindo ainda a PEC, nós defendemos que todo alimento no Brasil deveria ser mais barato. E qual alimento? O alimento que você compra na feira livre, o alimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que você compra nas quitandas e o alimento que você compra no supermercado também. Não tem sentido, num país que produz tanto alimento, a gente pagar tão caro pelo alimento.

A gente acredita, Senador, que o Congresso Nacional acertou muito ao criar, primeiro, a cesta básica nacional isenta e ao criar também a redução em 60% da alíquota-base para os alimentos. Reduzindo 60%... Se nós estivermos falando mais ou menos de 25% ou 26%, uma redução de 60% nos aproximaria bastante daquilo que a OCDE pratica. Mas, infelizmente, a maioria dos alimentos industrializados ficou na tarifa cheia. E, quando a gente fala de tarifa cheia – imagina, hoje, já se fala de 26,5%, 27% –, já seria um aumento em relação aos 24,4% que nós temos hoje.

E nós sabemos, Senador: independentemente da dificuldade de acesso, da fome que assola o país, com 60 milhões de pessoas passando fome, é público também que várias ONGs, vários grupos de pressão vêm diariamente aqui no Congresso pressionar os nossos Parlamentares, até constrangendo alguns Parlamentares, tentando fazer com que o brasileiro pague mais caro pelo alimento. Porque esta que é a verdade: quando eles vêm defender aumento de imposto para qualquer tipo de alimento, isso é dizer que o consumidor deveria pagar mais caro, então. E, aí, nós somos completamente contra, porque eles basicamente estão defendendo que o alimento que eles chamam de ultraprocessado é o que paga mais caro.

E aqui é preciso esclarecer uma coisa: a indústria não ultraprocessa nada. A indústria processa as matérias-primas na medida exata e necessária para transformar matéria-prima em produto final, em produto seguro e em alimento pronto para o consumo. E a grande dificuldade que a gente tem com essa definição de alimento ultraprocessado não é só nossa, é de toda a ciência e tecnologia de alimentos do planeta. Ela é uma classificação confusa, incompreensível e muito ampla. Para que se tenha ideia, Senador, nós estamos falando aqui de basicamente 5,7 mil categorias de produtos. Se o senhor olhar na nossa despensa, na nossa geladeira, tirando a carne, o arroz, o feijão, o fubá, a farinha, que são os básicos e que têm um monoingrediente quase, praticamente 95% ou 97% do resto vai cair na categoria de ultraprocessado. Então, realmente é uma situação que causa muita dificuldade de entendimento. Desde uma bala até um alimento parenteral, numa fórmula infantil, tudo isso está dentro dessa classificação, como se tudo tivesse o mesmo efeito sobre o corpo humano.

Recentemente, inclusive, os Estados Unidos estão revisando agora as suas diretrizes, o seu guia alimentar e chegaram, agora, já à conclusão de que não vão usar esse conselho de alimento ultraprocessado. Eu vou me permitir abrir aspas aqui, porque os pesquisadores dos Estados Unidos dizem o seguinte: "Achamos que, até que tenhamos uma definição melhor do que querem dizer com alimentos ultraprocessados, é difícil considerar essa categoria" – fecho aspas.

Quando se criou essa classificação, Senador, uma das grandes preocupações que havia dos pesquisadores era a respeito do crescente nível de obesidade no planeta. E a gente acha que isso é louvável. A obesidade é uma doença crônica, não transmissível, é séria, a OMS se preocupa com ela, e é bom que os pesquisadores se preocupem também. O que a gente não acha que é louvável é seguir insistindo numa história quando os números mostram coisas diferentes. Por exemplo, no Brasil, na nossa dieta toda, 19,7% daquilo que a gente come vêm desses alimentos chamados de ultraprocessados e nós temos um nível de obesidade na casa de 23%; então, imagine, 19,7% e 23%. No Japão, eles consomem 38,2% dos chamados ultraprocessados – essa é a dieta japonesa – e eles têm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3,5% de obesidade, ou seja, ciência tem que funcionar aqui, ali e acolá; não pode funcionar só no Brasil, porque senão a gente tem que se perguntar e olhar com um olhar mais crítico para essa definição.

Tentando explicar um pouquinho o que seriam os ultraprocessados: primeiro, os pesquisadores que criaram essa definição disseram que, quando o produto tem mais de cinco ingredientes, é um ultraprocessado. Uma broa caseira tem mais de cinco ingredientes. "Ah, não, mas além dos cinco ingredientes tem um aditivo também." A broa caseira também tem um aditivo. Eu sempre trago esse exemplo, porque a gente põe pó Royal na broa; pó Royal é um aditivo, é um fermento em pó químico. Portanto, o assunto não seria os cinco ingredientes, tampouco o problema seria o número de aditivos, mas só que, se a gente fizesse essa mesma broa na indústria, ela cairia na categoria dos ultraprocessados.

E aqui, Senador, um ponto muito importante: nem sequer o aditivo é importante que a gente trate em termos de saúde pública, porque a indústria não usa aditivos a seu bel-prazer, a indústria usa somente os aditivos que são liberados pela autoridade regulatória, que no Brasil é a Anvisa; nos Estados Unidos é a FDA; na Europa é a Efsa. Só que antes disso, antes de chegar à Anvisa, antes de chegar à FDA ou à Efsa, existe um órgão que tem mais de 70 anos de existência que é o Jecfa, que é um órgão da OMS. O Jecfa tem mais de 200 pesquisadores e o que eles pesquisam é qual seria a dose inócua do aditivo alimentar. E, Senador, quando eles chegam à dose inócua, a regra deles é a seguinte: divide-se por cem ainda. Então, quando o senhor vir, numa embalagem de um alimento, que tem ali, por exemplo, um espessante pectina, pode ter certeza de que aquela dose se que está usando ali é cem vezes menor do que aquela que já seria inócua para nós.

Então, ninguém usa isso ao seu bel-prazer nem usa indiscriminadamente. Até a pectina, por exemplo, só para ilustrar aqui, em toda a dieta nossa, brasileira, a gente consome mais ou menos 211mg por dia de pectina advindos dos chamados ultraprocessados – 211mg. Se o senhor comer uma maçã, ela tem 800mg de pectina. Os ingredientes vêm da natureza de maneira geral. Mas alguém diz também, eles também, os pesquisadores, dizem: "Mas os alimentos ultraprocessados têm muito sal, muito sódio, muito açúcar". Bom, basta ir a uma feira livre e pedir um pastel de feira, pastel de carne, com uma garapa, você tem ali uma, talvez... E não estou falando que seja ruim, não; todo mundo gosta, é muito bom ir à feira com a família comer um pastel de carne, um pastel de queijo, com uma garapa ali. Só que aquele pastel provavelmente vai ser um dos alimentos que mais tenha sódio, mais tenha gordura, e a garapa... Uma garapa em média tem 24%, 25% de açúcar, é muito mais do que qualquer refrigerante, qualquer néctar, qualquer suco que esteja colocado como sendo um alimento para pagar Imposto Seletivo. Basta entrar numa padaria: um sonho, aquele pãozinho tão gostoso, não é? Será que há um alimento que tenha mais açúcar e mais gordura que aquilo? Mas ele não é industrializado. E aí a gente tem que se perguntar: bom, se essa é a definição, então é um assunto... um ataque contra a indústria, não é um ataque para buscar melhorar a saúde pública ou não.

Essa indústria, Senador – e aqui eu vou me encaminhando para o final –, essa indústria que produz alimentos no Brasil corresponde a 41 mil indústrias, de norte a sul do país, que neste momento estão fabricando o nosso alimento. Essas 41 mil indústrias vão investir, dentro desses quatro anos do Governo Lula, R$120 bilhões. Nós tivemos a chance de apresentar esses dados para o Presidente Lula: R$120 bilhões, dos quais R$45 bilhões são devotados à pesquisa, inovação e desenvolvimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO DORNELLAS – E aí a gente cai num problema, porque, quanto mais tecnologia, quanto mais inovação, quanto mais desenvolvimento você usar, mais você está se aproximando daquele produto que é chamado de ultraprocessado.

Só para o senhor imaginar, se o MST amanhã começar a produzir leite, formar lá uma cooperativa de leite para ganhar a sua vida – e vai muito bem, leite seria um alimento minimamente processado –, e, num momento dado, legitimamente eles se reunirem e se perguntarem: "Como é que a gente faz para ganhar mais dinheiro?"; "Como é que a gente faz para aumentar o nosso portfólio?"; "Ah, vamos produzir requeijão", pronto. O requeijão tem um aditivo, já cairia na categoria de ultraprocessado. "Ah, vamos fabricar iogurte com frutas então", também cairia na categoria dos ultraprocessados.

Então, a própria agricultura familiar, sobre a qual eu falava que 67,5% do que a agricultura familiar produz a gente compra pela indústria... O senhor imagine, o caso do cacau é mais gritante: 99% do cacau produzido pela agricultura familiar é comprado pela indústria. O que a indústria vai fazer com esse cacau? Vai produzir um chocolate, vai produzir um biscoito de chocolate ou um achocolatado para modificar o leite – um Toddy, um Nescau, um Muky, que seja. Então, está ali. Se você compra esse produto da agricultura familiar e usa na indústria, qualquer um desses três produtos também cai na classificação do ultraprocessado.

Com isso, Senador, eu quero dizer que a gente tem muito claro, desde o início da reforma tributária, que essa é uma reforma do consumo. Qualquer imposto que se pagar a mais quem vai pagar é o consumidor. Não é a indústria que paga, não é o produto que paga imposto; é o consumidor.

Então, nós somos veementemente contra qualquer tipo de Imposto Seletivo sobre qualquer alimento, porque – só para finalizar –, o senhor imagine, se o número da Fipe nos mostra que o Brasil paga 24,4% de imposto e os países da OCDE já pagam 7%, então não precisa fazer muito cálculo para a gente verificar que imposto não faz efeito sobre obesidade, como é defendido pelas ONGs que vêm aqui fazer pressão, e também não faz efeito sobre a saúde pública. Se imposto fizesse efeito, por exemplo, sobre obesidade, em tendo nós a segunda maior carga tributária sobre alimentos do mundo, nós deveríamos ser o segundo país mais magro do mundo, e não somos. Ou, se faz efeito sobre as outras doenças crônicas não transmissíveis, então nós devíamos ter a segunda população mais saudável do planeta, e não temos. Portanto, fica demonstrado empiricamente, com os números atuais que nós temos, que aumentar imposto não vai resolver nenhum problema de saúde pública.

Um alimento pode ter uma densidade nutricional melhor ou pior sendo feito em casa ou sendo feito na indústria. Você pode preparar uma feijoada em casa, que é um alimento muito denso nutricionalmente, e pode preparar um refogado de chuchu, que é menos denso nutricionalmente. Qualquer pessoa entende isso. Qual dos dois é melhor? Nenhum dos dois é melhor. Tem que viver com equilíbrio. A feijoada é tão boa quanto o chuchu, mas não dá para comer só chuchu e não dá para comer só feijoada. E nós defendemos exatamente isto: o equilíbrio. Tem lugar para todos na mesa do brasileiro. E aumentar imposto é só afastar o alimento da mesa do brasileiro, principalmente neste momento em que a gente passa tanta dificuldade com esse cenário de fome.

Então, Senador, agradeço muito pelo convite, um honroso convite, que o senhor me fez para estar aqui participando dessa audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos à disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Meus agradecimentos ao Sr. João Dornellas, que foi muito enfático na sua exposição, apresentando os números da indústria de alimentos do Brasil.

Realmente eles impressionam, mostram a participação do país no mercado mundial, nessa visão não só de um celeiro do mundo, mas também de um supermercado. E aí traz a questão aqui para dentro, com a quantidade de brasileiras e brasileiros que ainda não têm acesso à segurança alimentar, apesar de produzirmos mais de 1 milhão de toneladas por pessoa, no Brasil, de alimentos. Então, não deveria ter alguém que tivesse dificuldade para ter acesso a uma alimentação.

E uma das questões, obviamente, é o custo, e, embutido nesse custo, está o imposto. E essa discussão, que nós vamos continuar aqui, sobre alimentos – o que é um alimento ultraprocessado ou o que não é um alimento ultraprocessado –, é extremamente importante para que a figura do Imposto Seletivo que está sendo colocada dentro da nossa reforma incida efetivamente sobre aqueles itens que podem comprovadamente prejudicar a saúde das pessoas.

Então, agradeço ao Sr. João Dornellas.

Passo a palavra à Sra. Maria Angélica Feijó, Assessora Técnica do Núcleo Econômico da CNA e aqui representando o Instituto Pensar Agro.

A senhora tem dez minutos, com as extensões de praxe.

A SRA. MARIA ANGÉLICA FEIJÓ – Muito boa-tarde a todos e todas. Boa tarde, Sr. Presidente, queria dizer que é uma alegria estar aqui, como membro da Confederação da Agricultura e Pecuária.

Nós estamos aqui representando o Instituto Pensar Agro, que é um instituto muito importante e que reúne diversas entidades do setor, pega toda a esfera do agronegócio.

Em nome do IPA, em nome da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), gostaria de cumprimentá-lo, Presidente Senador Mourão, justamente por abrir mais um espaço de debate sobre este tema, que é tão relevante, e com profissionais e eixos aqui tão diversos, o que contribui muito para o conhecimento da população e para o debate desse tema, que é tão relevante para o país.

E aqui a gente começou com a fala do Dr. João Dornellas, que trouxe questões muito relevantes para a gente analisar. Eu queria aqui então propor que nós saíssemos do nosso foco da árvore, da questão da indústria de alimentos, e olhássemos para a floresta como um todo, que é o agronegócio.

E qual é a representatividade do agronegócio para a economia brasileira?

Em primeiro lugar, o agronegócio tem uma participação de praticamente um quarto do nosso PIB brasileiro. De tudo que nós produzimos de bens e serviços, um quarto vem do agronegócio. E, quando a gente olha para o índice específico, o PIB do agronegócio, a gente tem, mais ou menos, R$2,56 trilhões que movimentamos em 2023, no último ano, e, se o PIB do agronegócio fosse um país, nós estaríamos entre os 28 maiores países do mundo, para vocês terem uma ideia do volume de dinheiro que isso gera, principalmente aqui dentro do país.

Mais ainda: em relação a empregos, nós empregamos 26,8% da massa salarial que nós temos dentro do agro, e isso corresponde a mais ou menos 24 milhões de trabalhadores. E das exportações o agronegócio é o campeão: mais da metade das exportações que o Brasil faz é gerada pelo agronegócio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente tem outras questões relevantes aqui para a gente analisar, que dizem respeito ao seguinte: quando a gente olha para a questão de arrecadação, arrecadação tributária mesmo, isso é muito relevante, do ponto de vista de uma reforma tributária, até porque o agronegócio é sempre trazido por alguns agentes como um dos setores que mais teriam subsídios, que mais teriam benefícios fiscais. E esse é um ponto relevante, porque, quando a gente olha para o agro como um todo, em primeiro lugar a gente sabe que o agro é o eixo, é o setor da economia que abastece, que alimenta o país.

E quando a gente olha para níveis de arrecadação... Aqui a gente pegou níveis de arrecadação e de contribuição do agronegócio de antes da pandemia: 2018, 2019 e 2020. O agro paga tributos na mesma proporção que ele contribui para o PIB brasileiro, para a geração de riquezas dentro do país. Então, ainda que o agronegócio possa, sim, ser um setor com diversas desonerações, essas desonerações geram retorno para a economia do país e, principalmente, como o Dr. João Dornellas falou muito bem, geram retorno para a população por meio da produção de alimentos. Isso tudo são dados do próprio IBGE e da própria Receita Federal, que na CNA nós analisamos e trazemos aqui para conhecimento e debate também nesta Comissão.

Quando a gente olha para modelo internacional – e o Dr. João também trouxe isto, a questão da OCDE –, toda vez que a gente fala de reforma tributária, a OCDE vem e vai como um eixo importante de modelo para a reforma. E, quando a gente olha para os 38 países membros da OCDE, a gente vê que a maioria deles – 81,5% – tem alíquotas diferenciadas para o agro, um modelo que nós estamos adotando hoje na reforma tributária por meio da emenda constitucional e por meio do PLP. Nós temos uma redução de 60%. Isso não é algo novo, não é uma jabuticaba brasileira; isso já vem do modelo da tão falada OCDE. E desses 81,5% com alíquotas diferenciadas para o agro, em torno de 30% desses países têm uma alíquota minúscula, muito pequena, que é uma alíquota menor do que 1% para o agro.

E quando nós olhamos também para outros estudos da OCDE, tem questões muito relevantes em relação ao aumento de carga tributária para alguns eixos de produtos do agro. Eu acho que o produto mais delicado, mais controverso diz respeito à questão de insumos agropecuários, principalmente quando nós falamos de defensivos e de fertilizantes. E diversos estudos da OCDE, ainda que haja tendências em relação à tributação desses insumos, aponta – e aqui é uma questão muito relevante, Senador – que apenas o aumento de uma tributação sobre determinados itens que podem ser considerados – assim como, por exemplo, os ultraprocessados – algo que não seja tão bom para a saúde pública, apenas o aumento de tributo não é capaz de gerar uma diminuição do uso. Porque aqui – os economistas que nos acompanham sabem disso muito melhor do que eu – diversos produtos têm uma demanda inelástica. O que quer dizer isso? Nem todo produto varia o consumo pela população de acordo com o preço que ele tem, porque a população precisa consumir aquele bem, assim como os produtores precisam consumir insumos agropecuários. Então a OCDE tem diversos estudos e diversos eixos para a gente se pautar.

E um ponto importante do agronegócio é justamente o fato de que o produtor rural, assim como todos os eixos do agronegócio... A gente acaba tendo um empreendedor a céu aberto. O produtor rural está ali no meio: ele é o consumidor da indústria de insumos e é o vendedor para a agroindústria. E todas as vezes que nós temos aqui uma variação de clima, uma variação de crise econômica, nós vamos ter um impacto muito grande no PIB do agronegócio. O que eu quero dizer com isso, Sr. Senador? É que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a reforma tributária precisa conhecer, precisa identificar e reconhecer que há uma peculiaridade em relação a esse setor e que justamente nós precisamos de regimes diferenciados, que estão sendo previstos hoje, justamente para conseguir lidar com essas oscilações econômicas. Reforma tributária e economia dialogam muito. Então nós não podemos deixar de lado esses pontos.

E aqui um estudo que foi feito pela CNA, contratado, para a Fundação Getúlio Vargas, que fez esse estudo para nós. É um estudo muito relevante, Sr. Presidente, em que nós fizemos o seguinte: ele foi feito ano passado e traz quatro ou cinco cenários ligados a como seria a reforma tributária e como seria a alíquota do agro. Cada uma dessas corzinhas dessas colunas diz respeito a um cenário possível – um cenário com uma alíquota geral e depois com o valor da alíquota que seria a alíquota do agro.

Eu peço atenção dos senhores em relação ao azul-claro, que seria o cenário em que a alíquota do agro seria a alíquota mais baixa que tem. E aqui nós temos dois gráficos, um que diz o seguinte: em relação à variação do preço da cesta básica, a coluna azul-clara diz que a gente teria uma variação de -13,9%, que é a maior das menores variações da cesta básica. O que isso quer dizer? Se o agro como um todo tiver uma alíquota reduzida – e está tendo, e nós estamos hoje trabalhando para ajustes de redação nos detalhes do PLP –, a gente vai ter a maior variação negativa da cesta básica, ou seja, alimento mais acessível, alimento em valor mais baixo para a população. E, quando nós olhamos para a redução da pobreza, novamente, quando a gente adota a menor alíquota para o agro, a gente tem o melhor impacto na redução da pobreza.

Esses são dados muito relevantes para o contexto da proposição desta audiência pública, que é justamente entender a diferença da cadeia produtiva de alimentos para a economia. E, quando a gente olha para a fase de regulamentação em que nós estamos, Sr. Presidente, a gente vê três eixos importantes, que são: garantir segurança jurídica – isso quer dizer não termos retrocessos em relação ao que já foi aprovado por esta Casa e pela Câmara do ponto de vista constitucional –; garantir realmente a não cumulatividade plena, porque isso tem sido, do ponto de vista técnico de direito tributário, muito delicado; e alguns ajustes de redação – esses ajustes são relevantes para que justamente não haja uma contradição entre regulamentação infraconstitucional e aquilo que está na Constituição.

E, dentro desses pontos e desses ganhos que a gente teve em relação à Emenda 132, que foi aprovada no ano passado, a gente vê diversos pontos relevantes para o agronegócio. Não só alíquotas reduzidas, mas regimes opcionais para o produtor rural, para as cooperativas, a questão de não cobrança do Imposto Seletivo, desoneração de aquisição de bens de capital, tratamento diferenciado para biocombustível. Todas essas medidas aprovadas, que estão na emenda constitucional, são relevantes para garantir aquela alíquota de verdade, aquela alíquota minorada que vai gerar esse impacto positivo para a sociedade de reduzir preço de cesta básica e de diminuir a pobreza do país.

E quanto a essas conquistas, agora no detalhe em que a gente está dos ajustes, a gente trouxe aqui oito eixos relevantes, que são ajustes tanto ligados a essa questão de segurança jurídica e de evitar retrocessos quanto de questões de redação e de não cumulatividade.

Então, aqui eu trago, a título ilustrativo – e a gente trouxe também e vai deixar, obviamente, compartilhado com toda a sua assessoria, Senador Hamilton –, o fato de que precisamos entender melhor e aperfeiçoar o conceito de alimentos *in natura*, porque ele envolve uma questão de embalagem e tudo o mais que pode restringir muito o que são alimentos *in natura*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também há diversas questões relativas a crédito presumido de CBS na aquisição do produtor rural. A gente sabe que o pequeno produtor rural tem que ter uma competitividade no mercado, assim como o grande. E o pequeno produtor que faz a adesão pelo regime opcional de não aderir ao pagamento do IVA, na verdade, tem que gerar um crédito para a agroindústria, para a agroindústria seguir comprando.

O Dr. João Dornellas falou muito bem: a maioria do cacau que nós temos vem da agricultura familiar. E, se nós tivermos um produtor de cacau grande que vá competir com aquele pequeno produtor que gera um crédito presumido, e o outro produtor – o grande – gera um crédito cheio, bem, a gente pode ter uma diminuição de incentivo do pequeno produtor no campo.

Então, essa é uma questão de qual crédito presumido nós estamos falando. E, ainda, quando ele é usado pela agroindústria, ele precisa ser compensável com outros tributos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA ANGÉLICA FEIJÓ – ... justamente para se evitar essa compensação.

A gente precisa aperfeiçoar a lista de insumos agropecuários, incluir os insumos dos insumos para que não haja oneração daquele produto na cadeia – e isso vai levar a um efeito cascata até o consumidor final. Da mesma forma, o imposto seletivo para bebidas artesanais, porque bebidas artesanais são feitas por pequenos produtores, e também para aeronaves de pulverização.

A gente precisa de ajustes na cesta básica e na lista de alimentos, com redução de 60%, e em diversos outros eixos também ligados a creditamento; a não incidência do IBS e da CBS em imóveis rurais; e diferimento na tributação quando a gente fala da venda da produção rural.

Sr. Presidente, esses são os pontos que a CNA traz aqui, como membro e como representante do Instituto Pensar Agro, que nós entendemos como relevantes dentro deste contexto, mais uma vez, cumprimentando V. Exa. pela oportunidade, não só de estarmos aqui, mas por este momento de debate tão importante para a sociedade brasileira.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Quero agradecer à Sra. Maria Angélica, representando aqui a CNA e o nosso Instituto Pensar Agro, que coloca uma visão muito clara da importância do agronegócio na economia brasileira, importância que veio avançando com o passar do tempo, com todos os investimentos em termos de tecnologia e, principalmente, de competitividade, que colocaram o nosso agro nessa posição hoje, indiscutível, de ser um parceiro indispensável na segurança alimentar do mundo – não é do Brasil.

Mas, obviamente, ela estabelece uma comparação com o que ocorre em outros países que têm produção agro, e, em todos esses países, há, não vou chamar agora aqui de proteção, mas há um regime diferenciado em termos de tributos, o que, obviamente, afeta a competitividade. Então, por mais que a gente produza aqui no Brasil, se nós começarmos a pagar um imposto muito elevado, nós vamos perder parte da nossa competitividade.

E tem a questão que já tinha sido traçada pelo Sr. João Dornellas de que isso impacta, obviamente, no dia a dia do cidadão brasileiro.

Os oito eixos aqui apresentados, Sra. Maria Angélica, estão muito contemplados aí pelas várias emendas, não é? Nós temos hoje quase 1,5 mil emendas apresentadas a esse PLP 68. Existe um trabalho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que eu já li, feito pelo grupo do Senador Izalci Lucas na CAE, em que muitos dos eixos que a senhora colocou ali já estão contemplados também. Então, acredito que nós, ao longo desses próximos dias, teremos oportunidade de conversar bastante com o Senador Eduardo Braga, o Relator, para que a gente consiga colocar o nosso agronegócio na posição que ele merece, em termos de pagamento de tributo e principalmente mostrando ali, na nossa visão, quanto uma redução de tributos vai aumentar o consumo e vai terminar aumentando a arrecadação. Essa é a nossa visão.

Eu vou passar a palavra agora ao Sr. Clorialdo Roberto Levrero, Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal (Abisolo), por dez minutos, com a extensão que for necessária.

O SR. CLORIALDO ROBERTO LEVRERO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Reforçando aí o comentário dos colegas, é um debate muito importante. E não podemos esquecer que, quando nós falamos de segurança alimentar, competitividade do agro brasileiro, saúde, nós temos que entender a cadeia como um todo. Para o alimento chegar à mesa, vários insumos passam pela cadeia, desde a indústria, desde a produção, qualificação, a industrialização e até os insumos.

E o Brasil veio conquistando seu destaque na agricultura mundial graças à pujança, ao crescimento e ao investimento do agricultor brasileiro na busca de novas tecnologias. Os setores de insumos das indústrias que nós representamos, aqui, a Abisolo... (*Pausa.*)

Não. Passou. Agora foi demais.

... são as indústrias hoje, Senador, das principais tecnologias no Brasil para a agricultura de clima tropical: todas as tecnologias hoje que propiciaram que a agricultura brasileira pudesse atingir os seus níveis de competitividade em busca de uma agricultura mais saudável, em busca de explorar insumos visando à cadeia circular e, obviamente, ajudando com relação à redução da dependência do país, existente hoje, com relação ao fornecimento de fertilizantes.

Na Abisolo hoje são 148 empresas associadas, distribuídas praticamente em quase todas as regiões do país. Todos os eixos que a entidade trabalha estão muito focados, Senador, em eixos estratégicos, que buscam trazer uma reputação com relação ao setor, um crescimento que dê sustentabilidade com segurança em todas as ações que a indústria faz, mas também nós não podemos desprezar a importância de se tratar as mitigações de risco. Temos que trabalhar questões regulatórias, as tributárias, no ponto que nós estamos aqui discutindo hoje, também porque isso impacta diretamente na competitividade do setor, tanto da indústria como obviamente do agricultor.

E no ritmo em que o setor da agricultura veio crescendo, quando nós falamos em tecnologias, são fundamentais os investimentos na busca de melhoria contínua. E aqui nós estamos falando de praticamente, ao longo de dez anos, quase 3 bilhões de investimentos em pesquisa de desenvolvimento de novos insumos. Está aí a própria lei do bioinsumos, trabalhando bastante nesse sentido, para melhorar as eficiências e dar mais segurança jurídica, como foi comentado aqui pela nossa amiga da CNA, e as empresas de segmento, hoje, nesses últimos dez anos, nunca deixaram do investimento de 13% do seu faturamento, nem em pesquisa de desenvolvimento.

E a pujança desse setor veio muito do encontro com relação ao crescimento, hoje, com o que a agricultura veio evoluindo, e, cada vez mais, o setor vem mostrando a importância que ele tem na construção de uma agricultura mais sustentável, uma agricultura mais competitiva e uma agricultura mais em busca de alimentos mais saudáveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos aí um primeiro gráfico, que mostra um crescimento em faturamento, mas os números importantes, que talvez muita gente não conheça, são desse setor, hoje, dos fertilizantes especiais sólidos, que envolve aí os insumos tanto de matriz orgânicas e os minerais de disponibilidade controlada. Hoje, eles representam já, só pelas empresas que são representadas pela Abisolo, 8,9 milhões de toneladas, comparando a um mercado de NPK em torno de 40 milhões de toneladas aí, que é conhecido.

Então, é um setor que vem conquistando espaço e é um setor que contribui diretamente para que a agricultura possa produzir e trazer cada vez mais alimentos importantes.

E, em líquidos, que são os produtos aplicados por vias líquidas, folha, fertilização, o que seja, são 272 milhões de litros.

Então, Senador, é um crescimento que vem mostrando a importância que esse setor obviamente tem para a competitividade da indústria.

Porém, um dos fatores, nesses últimos anos, que vem de impacto contra a continuidade desse investimento, que vem encarecendo... E, como já foi dito, encarecer insumo... Nós estamos trabalhando na base da cadeia da produção, que vai encarecer para o agricultor, que vai encarecer para a indústria que vai fazer a transformação e, consequentemente, vai encarecer para a sociedade. Isso tem demandado, nos últimos tempos, bastantes dificuldades em vários segmentos, os quais vou relatar a seguir.

Nós trabalhamos aí em várias frentes, em vários órgãos, nós temos uma coalizão também trabalhando na defesa dos pleitos da associação que nós enxergamos que são importantes para a cadeia como um todo. E a agenda do setor nesses últimos anos, desde 2022 para cá, com as grandes mudanças que vieram com os desafios, Senador, que vêm diretamente, o impacto que se vai sofrer, em que vão ter que ser ajustes feitos juntos, a própria reforma tributária, que vem em sequência, nós tivemos que trabalhar a questão da autorização do autocontrole.

Nós temos aí o Plano Nacional dos Bioinsumos, que são um tema bastante impactante nesse setor, porque, se não tiver uma regulamentação adequada, obviamente ele vai inviabilizar as novas tecnologias e vai inviabilizar as indústrias nacionais e dificultar a adoção, cada vez maior, para o agricultor brasileiro.

Nós precisamos de uma Cnae para a agricultura orgânica. O senhor pode imaginar que um composto orgânico hoje é enquadrado numa Cnae de uma indústria petroquímica. Então, isso encarece a produção.

Logística reversa, a reforma tributária, sobre a qual eu vou elencar alguns pontos mais à frente...

Sobre o PLP 4.070, que nós tivemos aí pelo Deputado, em que volta a alíquota zero, nós tivemos uma mudança na interpretação da Receita Federal com relação à questão do PIS e Cofins, em que, por 19 anos, houve um entendimento, aí isso voltou atrás e, agora, as empresas estão sendo autuadas, estão recebendo multas retroativas, ou seja, um impacto negativo em um país que precisa incentivar a indústria nacional.

A proposta legislativa do PLP 138, que volta às questões do crédito do ICMS com relação ao Convênio 100: o Convênio 26, em cuja renovação precisamos trabalhar até 2032, com uma regra ou voltando para o 100 ou não, porque a indústria não atingiu a meta do Convênio 26, que seria o aumento de produtividade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos trabalhando fortemente na questão do Plano Nacional de Fertilizantes (Profert), que foi aprovado ontem no Senado, um programa em caráter de urgência, para estimular projetos que incentivem a indústria; nos *hubs* de centros de excelências; e no aperfeiçoamento da questão da recuperação judicial, que, este ano, apesar de uma legislação muito importante que saiu, abriu brecha para algumas oportunidades e alguns oportunistas que estão prejudicando o mercado.

Falando especificamente na questão da reforma tributária, como já foi citado aqui, Senador, nós temos, na Emenda Constitucional 132, o art. 133, que trata da taxa da redução da alíquota, no Anexo IX. Ele traz uma lista de NCMs que enquadraria os insumos agropecuários. O grande problema é que essa lista veio muito restrita, não contempla os seus insumos e as suas matérias-primas, então isso causa uma grande preocupação. Por quê? Ela não contemplando isso, nós vamos prejudicar o quê? A inovação, a indústria nacional, porque, se eu travo uma lista de produtos em cima de um NCM, quando eu lanço um novo produto, como eu faço para registrar esse produto e contemplar isso dentro de um benefício com relação aos outros materiais de mercado? Nisso, o que acontece? Nós estaríamos desestimulando o investimento da indústria, nós estaríamos estimulando a importação de produtos ao invés de, obviamente, trazer produtos nacionais e fortalecer a indústria nacional, tirando com isso a competitividade.

Então, no PLP 68...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLORIALDO ROBERTO LEVRERO – ... estamos trabalhando diretamente num texto para poder fazer esses ajustes necessários, que são custos que vão impactar diretamente a cadeia de produção e, obviamente, vão impactar diretamente o consumidor final.

E quais seriam os impactos no caso? Se nós encarecermos os custos de insumos, nós vamos o quê, já que o imposto de componente é preço? A indústria, automaticamente, vai repassar esses custos para o consumidor final, e isso vai causar inseguranças jurídicas, que já são grandes – com base nos pontos, além dos temas já citados anteriormente, seria mais uma insegurança jurídica –, vai incentivar a desindustrialização e diminuir a capacidade de financiamento, porque a indústria hoje financia bastante também o produtor e a demanda de aumento de capital de giro.

No produtor, obviamente, com o aumento do preço dos insumos, vem o custo de produção: demanda direto maior capital de financiamento, gera mais prejuízo quando a produção não remunera e diminui o lucro quando a produção remunera para o agricultor. Então, não faz sentido isso. Além de tudo, inibe o investimento naqueles relacionados com a sustentabilidade de produção. O produtor vai fazer o mais prático da forma mais econômica possível, sem investir cada vez mais em práticas mais sustentáveis. E, com isso, obviamente, toda essa pujança que nós temos de competitividade, como o senhor mesmo comentou, dos desafios, entre os benefícios de outros países, a gente se torna cada vez mais prejudicado com relação a isso.

Para o consumidor, obviamente, o impacto é claro, o aumento do preço do alimento reduz o poder de compra, impacta a qualidade da alimentação e da saúde, que é um tema bastante defendido aqui, e também aumenta a desigualdade social, cada vez mais.

E, quando nós falamos no âmbito governamental, obviamente, nós temos um maior custo político social, porque o Governo vai ter que ter um empenho maior, porque preço maior dos alimentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gera inflação e reduz o poder de compra e da produção, ou seja, o Governo vai ter que investir dinheiro em alguma coisa para mitigar esse efeito. Maior custo da produção também demanda mais recursos para custeios e também reduz a competitividade do agronegócio e impacta, obviamente, a balança comercial, impacta a atividade do emprego e a arrecadação e aumenta os gastos sociais.

Então, a grande preocupação que nós temos é que a reforma possa contemplar... E os pleitos aqui feitos pela cadeia junto ao PLP 68 não impactam em redução de arrecadação, porque esses elementos, esses insumos já eram contemplados pelas legislações da Lei nº 10.925, de 2004. Então, o setor não pede nada que já não existisse, mas simplesmente que enquadre para que ele possa continuar prosperando, como os números mostraram aí, e é um setor, hoje, que tem as principais e as melhores tecnologias para a cultura de clima tropical.

Então, parabenizo-o mais uma vez, Senador, pela iniciativa e pela grande oportunidade de todos os setores poderem colocar as suas visões, suas demandas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Agradeço ao Sr. Clorialdo Levrero, que traz aqui as questões ligadas à nossa indústria de fertilizantes, bioinsumos e adjuvantes, que, obviamente, será profundamente impactada por um aumento de alíquota de imposto, e esse impacto vai estar distribuído em cima não só da empresa, mas, obviamente, do produtor, do consumidor e com as perdas que o próprio Governo terá aí nessa questão toda.

Nós temos um problema sério: nós precisamos avançar nessa exploração do que nós temos aqui, no Brasil. Está aqui o nosso Senador Zequinha Marinho, homem da Amazônia. Parece que finalmente vai andar aquela questão lá de Autazes, não é, Zequinha? Finalmente, não é? Então, são mais de dez anos para que se possa explorar algo no nosso subsolo e com todas as pressões que a gente sofre dos *lobbies* contrários a que o Brasil se liberte de determinadas amarras.

Eu vou passar a palavra agora para a Sra. Eloísa Garcia, que vai nos falar por meio de videoconferência. Ela é a Diretora-Geral do Instituto de Tecnologia de Alimentos (Ital).

Sra. Eloísa, a palavra está com a senhora.

A SRA. ELOÍSA GARCIA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde!

Muito obrigada, Senador Mourão. É um prazer e uma honra poder estar participando deste evento. É uma pena eu não poder estar presente, mas é muito importante a gente poder contribuir na discussão ou na ponderação dessas questões sobre os alimentos industrializados.

Eu vou compartilhar a minha tela aqui, fazer uma apresentação... (*Pausa.*)

Eu não estou conseguindo compartilhar a tela. (*Pausa.*)

Estão vendo a minha tela?

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo, Sra. Eloísa, nós estamos vendo a sua tela.

A SRA. ELOÍSA GARCIA (*Por videoconferência.*) – Então, primeiro eu gostaria de me apresentar. Eu sou a Eloísa Garcia e sou atualmente a Diretora-Geral do Instituto de Tecnologia de Alimentos. O Instituto de Tecnologia de Alimentos é de Campinas e é um instituto ligado à Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo. O Instituto de Tecnologia de Alimentos agora fez 61 anos trabalhando com ciência e tecnologia dos alimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A história do Ital era bastante interessante porque o Ital é filho do Instituto Agronômico de Campinas. O Instituto Agronômico de Campinas foi a primeira instituição de pesquisa na área agrícola, na área do agro da América Latina; tem mais de 135 anos e trabalhou muito para a revolução da agricultura no Brasil.

Nos anos 60, a produção agrícola do Brasil começou a crescer tanto que uma equipe de pescadores começou a trabalhar com conservação e processamento de alimentos, porque não adianta só produzir o alimento no campo, nas fazendas; a gente tem que fazer esse alimento chegar à sociedade que tanto o espera, seja mercado local, seja internacional, mas ele precisa chegar à sociedade. E esse grupo de pesquisa ficou tão relevante que começou a fazer sentido criar um instituto só para trabalhar com conservação e preservação de alimentos.

E assim aconteceu em 1963: primeiro foi criado como Centro Tropical de Pesquisas e Tecnologia de Alimentos e, um pouquinho mais tarde, como Instituto de Tecnologia de Alimentos. E, dentro do Ital, criou-se a primeira faculdade de engenharia de alimentos do país que, depois de alguns anos, com a criação da Unicamp, passou para a Unicamp.

Hoje temos várias instituições de pesquisa trabalhando com ciência e tecnologia de alimentos, temos várias faculdades de engenharia de alimentos, mas o Ital foi o berço e trabalha até hoje nessa questão da tecnologia de alimentos.

Nós temos centros que trabalham com cadeias produtivas, trabalhando com o processamento de frutas, hortaliças, cereais, balas, confeitos, chocolates, carnes, produtos de laticínios; temos laboratórios especializados em análises químicas, físicas, sensoriais e microbiológicas de alimentos; temos um centro de tecnologia de embalagem que trabalha com todo tipo de embalagem; e temos conexões internacionais através do Tropical Food Innovation Lab e do Instituto Fraunhofer da Alemanha, um instituto específico que, como o Ital, trabalha com alimentos e embalagens.

Ao longo do tempo, muitas tecnologias saíram do Ital, e acompanhamos a evolução da indústria de alimentos do país.

Todo esse preâmbulo eu gostaria de trazer para confirmar as palavras do João Dornellas sobre essa questão dos alimentos ditos ultraprocessados. Esse termo, essa classificação não existe na literatura da ciência e tecnologia de alimentos, nunca existiu, foi uma invenção de moda que não tem sentido para quem trabalha na área de conservação e processamento de alimentos. É uma classificação que saiu da cabeça de um grupo de ditos pesquisadores, mas que não têm noção do que é trabalhar com a conservação e o processamento de alimentos.

Na minha fala aqui, eu quero falar um pouquinho, mais num outro ponto de vista, sobre a importância da indústria de alimentos, sobre a importância da industrialização de alimentos para a sustentabilidade.

Hoje já se falou bastante de segurança alimentar e nutricional. A gente precisa garantir acesso aos alimentos, mas esses alimentos têm que ser seguros, nutritivos e em quantidade suficiente. A gente sabe que a população mundial está crescendo e nós precisamos alimentar essa população; vai crescer no Brasil e crescer internacionalmente. Até 2030, há uma estimativa de que vamos precisar de 35% a mais de alimentos, 40% a mais de energia, 50% a mais de água e, até 2050, vamos precisar de 70% a mais de alimentos. Então, é um trabalho hercúleo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por outro lado, mesmo a gente tendo hoje uma produção de alimentos, a gente tem as pessoas que passam fome e as pessoas com insegurança alimentar. Temos dados da FAO que falam que, se hoje a gente não tivesse perda e desperdício de alimentos, numa quantidade estimada em mais ou menos 30%, já seria suficiente para alimentar as pessoas que hoje, no mundo, passam fome.

A gente sabe que não há, então, segurança alimentar e nutricional sem a produção e o processamento de alimentos. A gente sabe, também, que os recursos do planeta são finitos. Nós vamos precisar produzir 35%, 70% a mais de alimentos, mas a gente está pressionado pelos limites do planeta, pelas questões de sustentabilidade. Então, não há segurança alimentar sem a produção sustentável. A conservação e o processamento dos alimentos são essenciais, porque eu não posso ter a perda dos alimentos.

Ao longo da cadeia produtiva, desde a fazenda, da produção agrícola, da produção animal, eu tenho todo um custo ambiental e um custo financeiro de produção desse alimento. Eu tenho que garantir que a totalidade desse alimento chegue à população. Se eu não tiver a conservação e o processamento adequados dos alimentos, eu não vou conseguir e vou ter grande desperdício de alimentos. Isso é completamente impossível, está desconectado com as necessidades de sustentabilidade que temos, hoje, urgentes, no planeta. Para a gente ter um planeta mais sustentável, nós vamos ter que ter mais conservação e maior processamento de alimentos. Então, não existe a possibilidade de a gente alimentar a população mundial, com impactos ambientais controlados e minimizados, se a gente não tiver a conservação e o processamento dos alimentos.

Na industrialização dos alimentos, por trás, eu tenho os processos de conservação, que vão permitir que esse alimento dure mais, aumentando a vida útil e permitindo o abastecimento da sociedade. Junto com os processos de conservação, eu preciso dos sistemas de embalagem, protegendo os alimentos, ao longo da sua estocagem e da sua distribuição, de agentes microbiológicos, de contaminação química, de contaminação sensorial dos alimentos.

O processo de conservação e o sistema de embalagem são fundamentais para permitir a estocagem, a distribuição, o aumento da vida útil e o abastecimento da sociedade. A gente tem, também, questões de segurança do alimento, porque a industrialização dos alimentos controla questões muito importantes de saúde pública e questões também importantes de acompanhamento da contaminação.

O processamento de alimentos também melhora a biodisponibilidade de nutrientes. Então, muitas vezes a gente acha que vai ter um alimento *in natura,* vai consumi-lo e utilizá-lo completamente. Às vezes, eu preciso de processos de conservação, processos tecnológicos, para melhorar a biodisponibilidade e poder assimilar melhor os nutrientes.

Por fim, a industrialização de alimentos e a sustentabilidade estão associadas à redução de perdas e desperdícios. Como eu falei, a gente tem que buscar reduzir, ao máximo, aqueles 30% de desperdício da nossa cadeia produtiva. Hoje, a indústria está focada, e tem muita pesquisa – academia também, institutos de pesquisa –, para a gente fazer o aproveitamento integral das matérias-primas e fazer com que resíduos virem ingredientes de valor agregado, ingredientes de valor nutricional. A gente tem a valorização e o aproveitamento de resíduos.

Quando eu tenho a industrialização... Se eu tenho um consumo doméstico, eu tenho a dispersão dos resíduos, que são perdidos. Por exemplo: se a gente pegar um frango, se eu fizer o frango em casa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu vou perder toda a pena, os ossos, as peles, a carne que está entremeada nos ossos. E, se eu tenho isso na indústria, a indústria vai fazer tudo para aproveitar todos os resíduos, seja para ração animal, seja para fazer outros ingredientes. Por exemplo, na indústria de suco de laranja, com a casca da laranja, com o que sobra de se espremer a laranja, eu posso produzir aromas, posso produzir pectinas, que vão ser utilizadas na indústria de alimentos também. Então, a gente chega a ter um aproveitamento total. E, ao centralizar a produção, eu também tenho a otimização do uso de água e energia.

A industrialização de alimentos tem tudo a ver com sustentabilidade, porque ela vai conseguir entregar mais alimentos para a sociedade com menor impacto.

Muito obrigada.

Essa era a minha mensagem que eu gostaria de deixar aqui nesta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Quero agradecer à Sra. Eloísa Garcia pela apresentação, principalmente ao nos iniciar sobre o que é o Ital, e colocando muito claramente o papel da ciência e da tecnologia para impedir, ou pelo menos diminuir, o desperdício de alimentos, que chega a 30%. E a gente vê isso em todos os lugares.

Para quem, como eu, na minha experiência de vida, teve a oportunidade de servir como observador militar das Nações Unidas num país em guerra, a gente via realmente os efeitos danosos da fome.

O João Dornellas falou aqui da fome no Brasil, mas, João, a fome num país em que há uma guerra é algo tenebroso. E a gente não pode permitir que isso aconteça no mundo de hoje.

Então, é importantíssimo esse papel da industrialização, do processamento e da conservação dos alimentos para a redução de perdas e a otimização do recurso. Utilizar-se da melhor maneira o recurso de modo que mais se produza e mais alimentos cheguem à mesa das pessoas.

Vou passar a palavra agora à nossa última debatedora, que é a Sra. Márcia Terra, que é Nutricionista, membro da Academy of Nutrition and Dietetics, do Conselho Consultivo da Associação Nacional de Atenção ao Diabetes e da Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição.

A SRA. MÁRCIA TERRA (Para expor.) – Obrigada, Senador.

É uma honra estar aqui. Obrigada pelo convite.

Bom, eu não vim aqui falar de tributo. Eu vim falar de comida. Eu sou nutricionista e vim falar de alimento. E eu queria dizer para vocês uma primeira coisa, que não existe alimento de verdade ou alimento de mentira. Isso é uma fantasia. Assim como não existe, como a Eloísa do Ital disse, alimento ultraprocessado. Isso foi uma invenção. Eu vou mostrar para vocês, por que, como o Dornellas disse, não existe nenhum alimento industrializado que seja ultraprocessado. Então, essa palavra, essa denominação foi inventada e todo mundo assim o diz, mas ninguém sabe o que ela realmente significa, porque não existe essa classificação de forma muito técnica. Nada técnica.

E também quero dizer para vocês, já, antes de começar a minha apresentação, que não existe alimento ruim ou alimento bom. Alimento ruim é alimento estragado.

Então, assim, como o Dornellas disse, eu posso estar comendo uma feijoada, eu posso estar comendo um pastel, eu posso estar comendo um sanduíche, posso estar comendo uma garapa. Isso tudo... Alimento ruim é alimento estragado. Nenhum alimento, individualmente, vai causar mal a alguém, a não ser que ele esteja estragado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso tem que ficar muito claro para todo mundo, por quê? Porque a saúde alimentar é composta numa dieta – a gente vai perceber uma dieta –, então nós podemos consumir... Por exemplo, tem muita gente que toma cerveja, e cerveja é álcool. Então, não é uma cerveja que vai fazer mal, mas, se tomar demais, vai virar alcoólatra. Então, a gente tem as quatro leis, de que eu vou falar daqui a pouquinho, da moderação.

Eu trabalho há mais de 30 anos... Entrei nessa área com adoçantes, trabalhando com os diabéticos, com crianças diabéticas na Anad. E é muito importante... A defesa do adoçante vem na defesa do alimento industrializado, porque o adoçante eu não faço em casa; eu tenho que comprar um adoçante feito numa fábrica.

Então, falando dessa história de tributação, quer dizer, eu não vim aqui falar de tributo, mas eu vim defender a comida na mesa do brasileiro, e de todo brasileiro: do diabético, do obeso, principalmente do pobre. Porque eu não acredito que eu estou aqui em Brasília... Hoje é meu aniversário, faço 60 anos, e eu estou aqui para...

(*Intervenções fora do microfone.*) (*Palmas.*)

Nossa, contempla todo mundo! (*Risos.*)

... defender que não se aumente preço de comida. Eu acho isso complicado, mas vamos lá.

Por favor.

Bom, aqui eu vou assim...

Pode passar.

Então – o Dornellas já deu uma pincelada –, nós temos aqui quase 30% de pessoas em insegurança alimentar. Insegurança alimentar significa que eu não sei se eu vou conseguir comer a próxima refeição. Em 2023, ano passado, nós tínhamos quase 25% de obesos. Então, isso é bem complicado.

E quando surgiu essa história dos ultraprocessados? Foi em 2009. Em 2009, houve um *paper* de um epidemiologista do Brasil que inventou, que cunhou esse termo. Daí, em 2014, esse termo foi absorvido no *Guia Alimentar*, e desde lá a obesidade subiu 74%, quase 75%.

Próximo, por favor.

Consumo alimentar no Brasil. Muita gente fala de ultraprocessado, ultraprocessado... Só que é assim: 20% apenas da dieta do brasileiro é composta por esses tais alimentos ultraprocessados; quase 70% são de alimento *in natura* e minimamente processado, que são os alimentos como arroz, feijão, verdura e tal; e há uma partezinha ali que fala de ingredientes culinários, que é sal, açúcar e óleo. Então, a gente tem que prestar atenção, porque às vezes se fala muito e se ouve muito, mas a gente tem que prestar atenção nos números.

Pode passar.

Eu coloco esse outro gráfico. Isso daqui é assim: os refrigerantes são considerados marcadores de obesidade pela Vigitel. Eu não estou dizendo que eles não são marcadores, porque ninguém pode dizer que eles são ou que eles não são, mas, nesse gráfico do consumo de refrigerantes em 15 anos, houve uma redução de mais de 45%, e a obesidade subiu mais de 90%, ou melhor, quase 90%. Isso quer dizer "ah, mas então o refrigerante não tem a ver com a obesidade"? Pode até ter. Só que com um dado desses a gente não consegue cravar nada, por quê? Porque esse tipo de estatística é muito complexo. Mas a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente tem que entender que "ah, está aumentando o consumo de refrigerante", por exemplo – se estivesse aumentando –, e isso não significa que vai aumentar a obesidade.

Por favor.

Fala-se muito do risco de obesidade e do tal banimento desse alimento que se diz ultraprocessado. E aí a gente vê uns supostos mecanismos e as implicações políticas que são: políticas de saúde pública, em que o ultraprocessado entrou; entrou no *Guia Alimentar para a População Brasileira*; entrou na cesta básica... Ou seja, contra.

Então, não pode ter ultraprocessado na cesta básica; não pode ter no guia; na saúde pública, saiu de toda a política; em merenda escolar, não pode; e tudo isso por causa de influência de grupos ativistas e da academia em várias áreas do Governo que a gente vê hoje.

Existe uma pressão para aumentar os impostos dos ultraprocessados, e eu estou aqui hoje.

Trouxe um exemplo, Senador, sobre aquela catástrofe que aconteceu com os gaúchos e o envio de cesta básica do Governo. Quer dizer, quem vai cozinhar arroz e feijão sem fogão, sem gás e sem eletricidade?

Então, assim – o senhor que viveu em guerra, em país de guerra –, alimento industrializado é o que mais precisa num momento de catástrofe e de guerra.

Então essa história de dizer que alimento... Não, gente! Isso faz parte da história do mundo.

Por favor.

E aí eu vou contar para vocês de onde veio esse termo ultraprocessado. Do lado esquerdo aqui tem esse jornalista, que se chama Michael Pollan. Ele é um articulista do *New York Times* e escreveu um livrinho chamado *Regras da Comida*. Nesse livro – tem em português –, ele fala assim: "Não coma nenhum produto cujo ingrediente não esteja na sua dispensa". Então, assim, ácido cítrico não tem na sua dispensa. O bicarbonato, Dornellas, só vai no pão de queijo porque se vende no potinho, porque se ele fosse só destinado à indústria, ele também não poderia.

"Nenhum produto que tenha mais que cinco ingredientes". Por que cinco? Porque para ele foi um número cabalístico. Ele achou que cinco é bacana, entendeu? Foi exatamente isso; porque ele é jornalista.

"Nenhum produto que tenha sido fabricado num lugar onde as pessoas usam toucas cirúrgicas", ou seja, em fábricas, com boas práticas de fabricação.

E aí o mais elitista: "Coma menos e gaste mais!", porque ele é rico e mora em Manhattan, em Nova York.

Então, assim, esse professor, esse médico epidemiologista, o Carlos Monteiro, que tem um grupo no Nupens, da USP, na Faculdade de Saúde Pública... Eu assisti ao Congresso Internacional de Obesidade, mundial de obesidade, e lá perguntaram para ele: "Como foi que você cunhou a palavra ultraprocessado?". Ele falou: "Olha, a gente estava ali no Google escolhendo. A gente colocou processado e industrializado, já tinha muito. Aí a gente jogou lá ultraprocessado e não existia essa palavra. Então, a gente ficou com ela".

Então, eu digo isso para vocês, porque não tem nada de científico. Não tem nada de científico nessa palavra, como a Eloísa falou.

Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que é isso? Essa classificação nova, antes era "por processamento". Ele falava: "Ah, se tiver muito processamento, então não é alimento, é alimento ultraprocessado". Só que aí caiu esse negócio, porque, por exemplo, leite de caixinha, ele acha que é alimento comum, porque é leite; mas suco de caixinha não pode ser, porque é suco.

Então, ele criou marcadores para descobrir o que é um alimento ultraprocessado. Assim, se tiver um aditivo alimentar ou um ingrediente alimentar industrial, é um ultraprocessado. E vem naquela história lá do jornalista: "se é um ingrediente que eu não tenho na minha cozinha, que está no alimento, vai ser considerado um alimento ultraprocessado". Entendeu? Então, se tem lá um coagulante, um emulsificante, alguma coisa, e eu não compro isso para minha despensa, mas está num alimento que eu comprei, ele vai ser considerado ultraprocessado. Então, ele é contra os aditivos alimentares.

Como o João já falou, nós temos mais de 5,7 mil alimentos nessa categoria que ele coloca. Por isso é que essa categoria é furada, porque a gente tem leites especiais, a gente tem fórmulas infantis, tem produtos para dietas especiais... Então, ficam olhando só *snacks*, bebida, docinho, balinha, confeito... Não, gente, é muito mais que isso! Iogurte: o iogurte é considerado alimento ultraprocessado; então, assim, é um pouco complicado.

E aí, com essa classificação, as pessoas ficam ligadas nesse nome, e isso afeta a percepção da qualidade do alimento. Em vez de a pessoa pensar no perfil nutricional do alimento – ou seja, no que o alimento tem de nutrição –, ela vai ver se ele é industrializado, se não é, se passou por uma fábrica, se não passou. E aqui, como estava todo mundo falando, o Brasil é um país continental. Como é que a gente vai distribuir comida se ela não for embalada? Então, é bem complicado.

Pode passar, por favor.

E assim, o que mais me espanta e me dá muito prazer de estar aqui, de falar isso aqui nesta Casa, é que todos os aditivos alimentares são aprovados e seguros para consumo. Esses aditivos, que a Anvisa aprova, são aprovados primeiramente no Codex Alimentarius, como o João falou. Tem o Jecfa, que é um organismo que avalia esses aditivos, avalia a segurança desses aditivos. E aí, sim, o Brasil é signatário da OMS, da ONU, então, o Brasil tem independência de aprovar ou não os seus aditivos, mas ele basicamente corrobora a agenda do Codex Alimentarius.

Então, para mim, é um absurdo alguém falar: "Não, esse alimento dá câncer". Não, não dá! Não dá porque ele não seria vendido se desse câncer. "Ah, esse aditivo faz mal à saúde." Não, não faz! Não faz porque, como aquilo que o João disse, chama-se IDA (ingestão diária aceitável). O que é a IDA? A IDA é um valor limite para cada aditivo, e esse valor limite para cada aditivo não é um limite máximo de intoxicação, nada disso; é um limite de segurança. E esse valor é feito não só pensando naquele alimento, é pensando em todos os alimentos que eu vou consumir. Sorbato de potássio: tudo que estiver vendendo no Brasil que tenha sorbato, eu vou juntando tudo; se eu comer tudo, não vai ultrapassar a tal da IDA.

Como o João falou, essa IDA é dividida por cem. O que significa esse valor de segurança? É assim – eu estava explicando para o João –: imagine uma estrada onde um carro vai passar a 100km/h e a 100km/h é totalmente seguro; não vai ter... Se bater, não vai acontecer nada. Então, imagine que o Governo queira uma estrada extremamente segura. Em vez de 100km/h, ele vai colocar 1km/h. A 1km/h, eu posso dirigir dormindo, cansada, de qualquer maneira, que, mesmo que eu bata o carro, não vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontecer nada. Essa é a segurança de um aditivo alimentar. "Ah, mas e se eu for a 3km/h?" Também não vai acontecer nada. "E se eu for a 50km/h?" Também não.

E os estudos mostram que os aditivos, o consumo... Porque tem muita gente que diz assim: "Ah, mas no Brasil se consome muito aditivo". Não, não se consome. Os estudos mostram que a quantidade dessa IDA, que é esse valor de segurança, não chega nem a 50% – nem com crianças –, porque a IDA é por quilograma de peso, para cada aditivo. E isso a Anvisa diz – que é uma agência extremamente segura, extremamente séria, extremamente competente.

Então, quando esses grupos ativistas dizem que os aditivos fazem mal, que, se tiver no produto, ele é um ultraprocessado e tem que ser tributado, eles estão falando da Anvisa. Então, como a Anvisa pode aprovar um aditivo que faz mal à saúde? Então, cancele, porque nós não podemos... Por exemplo, comida não é tabaco, comida não é álcool, comida é comida. Então, não dá para... "Ah, não, mas o açúcar..." Não, açúcar é comida. Entendeu? No Norte se come rapadura. Então, não dá para dizer... Muito açúcar faz mal? Faz, mas, mesmo assim, até muita água... Existe a *water intoxication*, que também faz mal.

Pode passar, por favor.

Então, vamos imaginar. Então, vamos proibir todos os aditivos, vamos proibir tudo: como seria a vida sem alimento industrializado? Vai ter escassez global de alimento, o prazo de validade, porque não vai existir... Deficiência nutricional. Então, não pode ter ácido fólico, não vai ter ferro, não vai ter iodo, porque fortificação também não pode. Aumento de risco de doença transmissível por alimento. Inclusive, aqui, em Brasília, faz dois anos, eu acho, que teve um caso de botulismo – botulismo –, numa funcionária pública que comprou um *pesto* numa feira que tem aqui, parece que de artesanato, não sei... O coitado do moço lá nem sabia, mas, como não foi devidamente embalado, ela teve botulismo, e até hoje ela sofre essas consequências. A redução da diversidade social nos alimentos. Existe até uma crítica: "Ah, porque os alimentos industrializados ou processados massificam a cultura". Não, não é verdade isso, porque a gente consegue aqui comer comida japonesa, a gente consegue comprar produto do Japão aqui porque foi importado... Então, isso não é verdade. A gente consegue globalizar a cultura de cada local aqui com a gente. Os métodos de conservação caseira são inadequados. Como eu contei para vocês, o botulismo. Aumento do desperdício de alimentos, obviamente, porque o industrializado realmente ajuda na sustentabilidade. Aumento da desigualdade. Por quê? Porque comer *in natura* é superchique. A Bela Gil come, a Rita Lobo come, todo mundo que é rico vai comer *in natura*. Por quê? Então, é por isso que eles querem que a comida industrializada tenha tributo, seja tributada, porque eles acham que estão penalizando, porque essa é uma guerra ativista. Eles acham que estão penalizando a indústria? Não, eles estão penalizando o pobre, porque é o pobre que vai comprar. E falta de alimento fora da época da safra. Porque a gente tem, a gente compra aspargos, a gente compra um monte de coisa que é conservada, que vem de outros locais, de longe, de outros países.

Por favor.

E o que os alimentos industrializados oferecem? Eles oferecem segurança de alimentos. O que é segurança de alimentos? É a conservação do alimento. Com a conservação, eu consigo ter a segurança alimentar, que é garantir a comida no prato.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MÁRCIA TERRA – Aí, eu tenho a nutrição, eu tenho a sustentabilidade, eu tenho a praticidade, a conveniência, como eu falei, Senador, em épocas de guerra. E, mesmo para nós, donas de casa... Quer dizer, eu vou chegar em casa depois de um superdia de trabalho, depois de duas horas de trânsito, eu vou... "Ah, não, comece do zero: desembale menos e descasque mais"... Por favor, não é? Desenvolvimento econômico e inclusão social.

Por favor, o próximo.

"Ah, mas os ultraprocessados estão matando as pessoas, porque mata, dá câncer, dá isso, dá aquilo." Só que nós nunca vivemos tanto quanto agora. O meu pai faleceu no ano passado, com 96 anos, supersaudável.

O próximo, por favor.

E existe, gente... A gente tem que prestar atenção, porque, quando se fala que alimento causa doença, e todos os estudos são observacionais... O que é um estudo observacional? Ele pega lá um monte de dados, ele vê aquele panorama e ele vai cruzar dados, entendeu? Então, "ah, adoçante dá diabetes, porque eu só vejo diabético consumir adoçante", "adoçante dá obesidade, porque eu só vejo gente gorda consumir adoçante". Não, isso não é verdade. Isso é uma foto de um panorama, mas isso não é fato. Então, isso é uma correlação, mas não é uma causalidade.

Um outro exemplo que eu dou fácil para vocês é assim: tem um estudo que diz que quem usa calça *jeans* bate mais o carro, tem mais risco de bater o carro. Por quê? Porque os estudos mostram isso. Mas quem é que usa calça *jeans*? São os jovens, os jovens usam mais calça *jeans*. Então, os jovens, sim, têm o risco de andar mais rápido e de bater mais o carro. Então, depende de como a gente vê os dados, não é?

E aí ninguém fala de inatividade física, de problema de segurança urbana. Mais de 1,8 bilhão de adultos são inativos no mundo. Então, assim, são a idade, a condição socioeconômica, a falta de atividade física... A GV fez um trabalho muito bacana dizendo que a alimentação não é um fator de certeza, um fator tão forte, dentro dessas doenças crônicas não transmissíveis. E aí eu vou além: é claro que o excesso de açúcar, de sódio e de gordura faz muito mal. Mas o que faz mal? Poluição, desgosto, desamor, inveja, falta de dinheiro, estresse. Isso também causa muita doença.

Por favor.

Como o João adiantou, o Ministério da Agricultura dos Estados Unidos fez o guia deles, que eles fazem de cinco em cinco anos, e já disseram que eles não vão considerar esta palavra "ultraprocessada", porque, para eles, ela não classifica nada. Então, eles vão deixá-la de lado.

Pode passar.

E aí, gente, já terminando, assim, será que a gente está mirando no alvo certo? Porque o discurso dos criadores da Nova é que a indústria de alimentos fabrica produtos com ingredientes de baixa qualidade e de baixo custo. Eles dizem isso. Isso está escrito, isso está gravado, eles dizem isso. Eles alegam que a indústria usa formulações que viciam as pessoas e de forma intencional as deixam doentes, pois afirmam que os aditivos e ingredientes alimentares industriais são patogênicos. Isso é um crime – isso é um crime! Isso é um crime contra a Anvisa, isso é um crime contra a indústria de alimentos, isso é um crime contra todos os profissionais que trabalham com a indústria de alimentos. Eu me sinto, assim, ofendida quando eu vejo isso, e eu não vejo ninguém fazer nada. Então, mande prender todo mundo da Anvisa, o Presidente da Anvisa, por que como é que ele deixa aditivo que causa doença

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dentro de produtos? "Ah, é porque é muito barato e dão muito lucro para as empresas transnacionais." E daí que a empresa tenha lucro? Qual é o problema? Não, aí vira uma guerra. Aí é outra guerra, é uma guerra política, uma guerra social, uma guerra de ativismo, que não tem nada a ver com nutrição, não tem nada a ver com alimentação.

Então, eles querem subir o preço de comida no Brasil?! Assim, sinceramente, é muito complicado. Então, assim, é isto: com o intuito de penalizar a indústria, eles estão penalizando quem? Os mais necessitados.

Por favor.

E assim, como eu disse, nenhum alimento pode causar dano à saúde. E, de novo, ao se ficar olhando essa história de ultraprocessado, vai-se desviar do que realmente é importante. A própria OMS lançou agora uma cartilha que diz o que é importante: adequação, ou seja, eu tenho que escolher bem os alimentos; balanceamento, eu tenho que ter uma quantidade correta de cada um; variedade, quanto mais variável for a minha dieta, mais saudável ela vai ser; e moderação, que faz com que eu não vá consumir muito.

Por favor.

E, como eu falei, a minha indignação é que, num país como o Brasil, num momento como este, a gente vai discutir imposto de comida? Então, assim, esses grupos de pressão... Então é como o Dornellas disse: eu trabalho com aditivos, com assuntos científicos de alimentos, assuntos regulatórios, e eu sou atacada por esses ativistas há muitos anos. Eu trabalho com essa área há mais de 30 anos – com edulcorantes, com adoçantes. "Ah, porque você é da indústria." E daí? A gente não tem Microsoft, a gente não tem Apple, a gente não tem Amazon, mas nós temos uma indústria de alimentos e não é possível a gente não ter orgulho da maior potência que o Brasil tem.

"Ah, não, eu como tudo natural." Que natural? Para mim, que estudo bioquímica, biologia, é muito complicado, porque essa história de natural e artificial, tudo... Eu acho que vocês escutaram e, se a gente tivesse mais tempo, eu até poderia explicar.

Então, considerando que os prejudicados serão as pessoas que mais têm carência... A gente já falou dos números de insegurança alimentar, e eu acho que chegou o momento, Senador – e eu agradeço muito esta oportunidade de estar aqui –, de dar um basta nisso! A gente tem que falar muito claramente, porque esses tais cientistas não se juntam à indústria porque eles não querem, porque existe uma... Por que eles não se juntam à indústria, para a gente fazer produtos mais bacanas, mais nutritivos – pode passar, por favor – e mais baratos?

É importante, então, vamos trabalhar junto, vamos chamar a USP, o Nupens, para trabalhar com a indústria. Sustentabilidade, redução de emissão de carbono, economia de água, incentivo aos pequenos agricultores. Isso é tudo com indústria, isso é tudo com tecnologia. Capacitação de agricultores para utilização de boas práticas agrícolas, criação de cadeias de fornecimento, reformulação de produto. Eles não estão dizendo que tem muito alimento rico em sódio, açúcar e gordura? Vamos fazer alimento mais nutritivo e mais barato. Melhoria do perfil nutricional, inovação de produto, reforço à saúde pública. Mas não, é uma guerra, então, não quer conversar, por quê? Porque aí perde... Parece Dom Quixote porque perde a bandeira.

Por favor.

Agora eu já terminei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a percepção de valor dos alimentos industrializados brasileiros impacta a ciência, a economia e a sociedade como um todo.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Queria agradecer à Sra. Márcia Terra e cumprimentá-la, em nome da Comissão, pelo transcurso do seu aniversário.

A SRA. MÁRCIA TERRA (*Fora do microfone.*) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Um tempo atrás – viu, João? –, eu estava em uma academia em São Paulo e tinha um cidadão suando a camiseta do meu lado ali, eu via com dificuldade que ele estava... Aí ele virou para mim e disse assim: "Deve haver uma dimensão onde batata frita é bom e brócolis é ruim". (*Risos.*)

A questão está exatamente neste ponto que a senhora abordou ali: as comodidades do mundo moderno fizeram com que as pessoas façam menos exercício. Isso é uma realidade. Desde criança. A criança hoje não brinca mais de pique-esconde, não brinca de polícia e ladrão, não corre na rua porque tem medo, não vai a pé para o colégio porque o pai leva de carro, e aí se coloca a culpa na alimentação, porque fica parada, sentada, comendo alguma coisa na frente da televisão ou na frente do celular.

Então, o mundo moderno bota as coisas dessa forma e nós temos que entender que... A Sra. Márcia colocou muito bem isto, os quatro pontos que ela colocou em respeito à alimentação, que ela tem que estar adequada, balanceada, ter uma variedade com moderação.

E aí, na questão da moderação, o meu pai dizia que se deve tomar um café da manhã como um rei, almoçar como um príncipe e jantar como um mendigo, e, muitas vezes, a gente não faz isso.

Então, é coisa para a gente pensar, discutir e entender que, sem a indústria de alimentos, não se consegue levar alimento e não se consegue ter a permanência do alimento.

É muito bonito. No tempo em que eu era menino, no Rio de Janeiro, e nós tínhamos lá... Não tinha supermercado, era o mercado, a venda, ou a feira, onde se comprava os alimentos ali a granel. A gente pegava aquele conezinho, botava na balança, media, botava num saquinho de papel. Era assim que se comprava o alimento. Mas a população do Brasil naquela época, nos anos 60, era de 50 milhões de habitantes ou até menos, não tenho esse número aqui de cabeça. Hoje nós temos 215 milhões para alimentar no Brasil e temos 7 bilhões de pessoas para alimentar no mundo. Então, a gente não pode ficar acreditando em história da carochinha e em discussões de ativistas que têm uma visão confortável para o mundo em que estão vivendo.

Eu vou ler aqui, apenas para o conhecimento de todos, antes de passar a palavra para as considerações finais, por até dois minutos – e peço-lhes que respeitem esse tempo – para homenagear os nossos internautas. É para as senhoras e os senhores observarem a preocupação das pessoas com essa questão da reforma tributária e alimentação.

David, de São Paulo, pergunta: "Como a reforma tributária garantirá equilíbrio na arrecadação sem sobrecarregar a cadeia de alimentos e onerar a população mais vulnerável?".

Gabriel, do Ceará: "Quais são os principais desafios enfrentados pelo setor de alimentos em relação à carga tributária?". Muita coisa foi respondida pelas senhoras e pelos senhores.

"De que forma a reforma tributária pode impactar nas mudanças necessárias para fortalecer o setor econômico?" – essa foi do Jéferson, de Minas Gerais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jacqueline, do Paraná: "Quais são as medidas que garantirão [...] [o poder] de compra da população mais vulnerável?". Mais uma vez, a preocupação com a população de baixa renda.

Roberto, do Maranhão: "A simplificação do sistema tributário e a redução da carga [...] são suficientes para tornar o agronegócio brasileiro mais competitivo?".

César, do Rio de Janeiro: "Como a reforma tributária pode impactar o custo de produção e o preço final dos alimentos para o consumidor?".

E comentários, dois aqui.

Gustavo, do Pará: "Para fomentar um sistema agroalimentar ambientalmente sustentável, o Imposto Seletivo deve incidir sobre os agrotóxicos". Aí é a visão, viu?

Fernando, de São Paulo: "A reforma tributária precisa garantir, por um lado, eficiência e simplificação tributária e, por outro, a não ampliação da oneração das pessoas".

Então, para os seus comentários finais, eu passo a palavra, inicialmente, ao João Dornellas, por até dois minutos.

O SR. JOÃO DORNELLAS (Para expor.) – Senador, então muito obrigado mais uma vez. Repito: foi uma honra poder estar aqui representando a indústria brasileira de alimentos e bebidas não alcoólicas.

Quero dizer que nós temos trabalhado defendendo realmente que o alimento no Brasil seja mais barato – todo alimento, mais barato. Não tem sentido pagar mais imposto por nenhum alimento, independentemente da situação de fome que nós vivemos no Brasil. Tendo uma situação de fome, de insegurança alimentar, é ainda mais vexaminoso pensar que tem gente pedindo aumento de imposto sobre qualquer tipo de alimento, não é? Maiormente nesse conjunto de alimentos que decidiram chamar de ultraprocessados.

Só para que você tenha uma ideia, Senador, eu gostei muito da exposição da Márcia. A Dra. Márcia mostrou para a gente a dificuldade dessa classificação. Se a gente pensar, por exemplo, num misto-quente. O misto-quente é um sanduíche ultraprocessado, porque o pão de forma estaria dentro da categoria...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO DORNELLAS – ... de ultraprocessado, o presunto é ultraprocessado, o queijo é ultraprocessado. Você passa uma margarina ali para dar aquela tostadinha, que é ultraprocessada, e, se você tomar com refrigerante, aí ficou a festa completa. E do misto-quente qual criança não gosta? Qual filho da gente não gosta disso? Eu tenho quatro filhas. Todos nós aqui temos família, não é? Essas 10 milhões de pessoas que trabalham na indústria de alimentos e bebidas são pais, são mães, são filhos, são pessoas de carne e osso que convivem com esse tipo de alimento todos os dias.

Então, que venham aqui pedir para que o ultraprocessado, ou como queiram chamar o alimento, pague mais imposto, na verdade deveria ser um pouco mais caro. Deveriam falar assim: "Você, consumidor brasileiro, se quiser comer um misto quente, se quiser comer um sorvete, se quiser comer uma salsicha, você tem que pagar mais caro porque esse produto não é bom para você". Mas eles não falam isso.

Como eles vão dizer para o cidadão, por exemplo, que qualquer biscoito, o biscoito Maizena, o biscoito Maria, que está na casa de todos os brasileiros, de todos os lares do Brasil, como vão chegar e dizer que, se você quiser consumir esse produto, você deverá pagar mais caro, porque, ao final do dia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, a gente não pode se equivocar, essa é uma reforma tributária do consumo. O que a gente aumentar de impostos, quem vai pagar é o consumidor, e aquilo que a gente conseguir diminuir de impostos vai ficar também benéfico para o consumidor.

Senador, muito obrigado, mais uma vez, por esta oportunidade. A gente agradece e se sente muito honrado pelo convite que o senhor nos fez.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito obrigado, João.

Sra. Maria Angélica Feijó, para as suas considerações finais.

A SRA. MARIA ANGÉLICA FEIJÓ (Para expor.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu queria pegar o gancho da primeira e da última perguntas, que eu acho que são muito boas.

A primeira traz: "Como a gente vai garantir equilíbrio na reforma sem sobrecarregar e onerar a população?". Eu acho que é interessante a gente lembrar daquele primeiro princípio da reforma, que é a simplificação. Simplificar as regras não quer dizer necessariamente mudar a estratégia da legislação em relação a como está a carga tributária de cada um dos setores. Essa foi a principal briga que se teve.

Quando a gente começa a prestar atenção no eixo de simplificação da reforma, a gente começa a ver, Sr. Presidente, que nós temos muitas falácias. E, quando a gente está falando de alimentos, uma falácia importante de a gente trazer da reforma tributária é a questão do *cashback*. A ideia do *cashback* é interessante, mas, dentro de uma ideia da realidade social que nós temos, nós trazermos um novo instrumento...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA ANGÉLICA FEIJÓ – ... para devolver à população o que ela pagou de imposto a respeito do consumo, principalmente essa população supervulnerável que existe, isso é colocar, desculpe-me, Sr. Presidente, um óbice a mais para essa população realmente ter o direito que deveria ter de uma ampliação de isenção da cesta básica e não via retribuição *cashback*. Isso não é simplificar, *cashback* não é simplificar.

Outra questão relevante em relação à última pergunta, a questão dos agrotóxicos. Vamos pensar o seguinte: estabeleceu-se uma alíquota de 1%, 2%, 3% do Imposto Seletivo para cobrança de defensivos e fertilizantes, pois esses são os nomes técnicos. Isso vai fazer com que o produtor rural não tenha acesso ou deixe de comprá-los? Não vai! Isso vai fazer o quê? Vai onerar mais ainda o consumidor final.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito obrigado, Sra. Maria Angélica Feijó.

Com a palavra o Sr. Clorialdo Roberto Levrero, da Abisolo.

O SR. CLORIALDO ROBERTO LEVRERO (Para expor.) – Parabéns, Senador!

Foi, eu acho, um grande debate, uma mesa com pontos muito importantes aqui citados e eu acho que principalmente valeu aqui a grande missão que é a reflexão que a gente quer trazer. Até as perguntas refletem um pouco isso. Por quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós falamos hoje muito dos problemas que estão baseados em cima de narrativas, nós não estamos falando em ciência. Eu acho que a Casa, acho que todo o setor, o Governo, seja qual for, tem que trabalhar em cima da ciência. Enquanto nós dermos vozes às narrativas, nós estamos alimentando uma indústria que não colabora com a sociedade, são pessoas que não olham para o próximo ou para o vizinho, e sim olham para a realidade que eles podem cumprir.

Então, acho que isso ficou como uma grande lição, para que seja refletida hoje.

E a proposta... Quando nós falamos em reforma tributária, nós falamos em simplificação – e a simplificação reduz custos porque, quanto mais simples você apurar impostos, você consegue obviamente economizar na sua operação –, mas ela também traz a transparência, que é um outro grande problema que nós temos aqui dentro do nosso país.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLORIALDO ROBERTO LEVRERO – E é como comentou a nossa amiga: impostos, o setor já paga impostos, sejam eles em defensivos, sejam eles em alimentos, sejam os do agricultor, todo mundo paga impostos. Então querer que pague ou tribute esse ou aquele setor... Não é isso, como foi bem comentado agora pela nossa colega. Com aumento de imposto, não quer dizer que você vá melhorar a eficiência ou que você vá trazer a melhora na sociedade como um todo

Então, eu acho que o grande ponto é refletir sobre as narrativas e trabalhar mais em cima da ciência sobre o que nós precisamos.

Parabéns! Foi um grande evento, com grandes mensagens que foram transmitidas.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Passo a palavra para a Sra. Eloísa Garcia, por videoconferência.

A SRA. ELOÍSA GARCIA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Senador, eu agradeço muito a oportunidade. Foi um prazer poder compartilhar com vocês e poder ver tanta informação. Em duas horas, quantas informações relevantes, cientificamente comprovadas, a gente conseguiu trazer aqui.

Eu acredito que a industrialização dos alimentos vai trazer inclusive uma redução do custo do alimento para o consumidor. Principalmente quando ela for aproveitando os resíduos, aproveitando os desperdícios, a gente vai produzir mais com as mesmas matérias-primas, e, no fim do dia, teremos alimentos mais baratos, além da oportunidade de produzir produtos com maior valor agregado.

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Sra. Márcia Terra, para as suas considerações finais.

A SRA. MÁRCIA TERRA (Para expor.) – Obrigada pelo convite para estar aqui hoje.

Então, de tudo que eu falei, eu gostaria que ficasse na cabeça de vocês o seguinte: não existe alimento de verdade e alimento de mentira, não existe alimento que faça mal à saúde, a não ser o alimento que esteja impróprio para consumo, ou seja, estragado – para lembrar da pessoa com botulismo.

Alimento ultraprocessado não é alimento, porque esse termo não existe. Alimento ultraprocessado não existe. Essa classificação é extremamente falha.

E quero dizer para vocês que os aditivos alimentares são seguros e aprovados pela Anvisa. A Anvisa é uma agência extremamente técnica, muito bem capacitada. Ela tenta se blindar do poder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

político, da influência política, e eles são extremamente capazes. Eles jamais... Nenhum técnico jamais aprovaria um aditivo alimentar que causasse dano à saúde.

Então, perguntar se vai causar câncer, se vai causar ...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MÁRCIA TERRA – ... demência, se vai causar qualquer... Isso não existe – não existe.

Até do lado econômico, vamos dizer – como atacam: que a indústria fabrica alimentos para deixar as pessoas doentes –, isso não seria inteligente do lado mercadológico. A indústria quer pessoas saudáveis e vivendo muito, porque assim elas consomem, porque consumidor morto não vai comprar. Então, do lado econômico simplesmente, deixando a nutrição de lado, não é muito inteligente dizer isso.

E se os aditivos alimentares são tão inseguros assim, então tem que proibir, Senador. Então, tem que bater lá na porta da Anvisa e falar: "Olha, suspenda todos os aditivos, as aprovações, porque, se eles dão câncer, diabetes, cardiopatia, então, têm que ser proibidos".

Obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Senador Sergio Moro, o senhor deseja fazer alguma consideração a respeito, o senhor como oriundo do Paraná, um estado que é produtor de alimento?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discursar.) – Senador Hamilton, só o felicito pela iniciativa. Eu até peço desculpas, porque acabei tendo outros compromissos e não consegui chegar. Mas fiz questão de vir pelo menos no final ouvir.

Eu reforço o que eu acredito em relação a essa reforma. Eu vejo com bastante ceticismo. Espero que estejamos caminhando na direção certa, mas, pelo que eu acompanhei nas falas finais, eu concordo. Nós temos que tomar muito cuidado com algumas narrativas, com a tentativa muitas vezes de se utilizar principalmente esse Imposto Seletivo para tentar ditar preferências dentro do mercado de consumo, a não ser com aqueles produtos que sejam clara e comprovadamente prejudiciais à saúde, como é o caso notório do cigarro, por exemplo, e talvez possamos pensar nas bebidas alcoólicas, produtos que já são, inclusive, tributados de maneira elevada pelo IPI atual – e talvez tenha uma sabedoria nisso, em seguir o que já existe.

Eu também vejo com certa desconfiança a busca, às vezes, de se dar uma denominação a um tipo de produto como prejudicial à saúde, quando eventualmente não se tem a comprovação científica ou quando eventualmente isso pode também afetar a cadeia produtiva, que é o caso dos defensivos agrícolas. É evidente que os defensivos vão continuar a ser utilizados. Então, se for elevar a tributação sobre isso, toda a cadeia de alimentos acaba sendo prejudicada, inclusive o nosso agro. Se tem algo na economia brasileira que foi bem-sucedido em termos de produtividade e competitividade nacional – e o Paraná é um exemplo disso, inclusive, embora também tenha os outros estados – é a produção agropecuária. Então, não faz sentido nós querermos matar, então, a galinha dos ovos de ouro aqui do Brasil.

Então, temos que ficar atentos a essas questões.

Eu preferiria uma reforma muito mais gradual do que uma reforma ampla como está sendo feito. Mas reforma *habemus*, então, temos que tentar melhorá-la da melhor forma possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito obrigado, Senador Sergio Moro, por suas observações.

Eu queria informar a todos que as apresentações que tiveram efeito aqui nesta tarde estarão disponíveis na página da nossa Comissão no final do dia.

E eu agradeço, mais uma vez, a todos e a todas debatedores e debatedoras pela qualidade das suas apresentações, pela objetividade com que abordaram o tema. Acho que quem acompanhou os nossos trabalhos aqui teve uma noção muito clara da questão de não se utilizar tributo para penalizar um setor que é fundamental não só para o nosso país, mas para a população do mundo inteiro como um todo. E, principalmente, não cair na armadilha de terminologias modernas, que são colocadas muito mais na busca de um ativismo do que na busca verdadeira daquilo que é o melhor para cada um de nós.

Muito obrigado a todos.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião. (*Palmas.*)

(Iniciada às 14 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 55 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e três minutos do dia dez de julho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências das Senadoras Eliziane Gama e Soraya Thronicke, reúne-se a Comissão de Defesa da Democracia com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Teresa Leitão, Fabiano Contarato, Humberto Costa e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Flávio Arns, Paulo Paim, Zenaide Maia e Astronauta Marcos Pontes, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Ana Paula Lobato, Carlos Portinho, Magno Malta e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4400, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para punir a invasão e apropriação de conta em rede social, bem como a extorsão mediante invasão ou apropriação de conta em rede social." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB). **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 651, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos digitais; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 745, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019, que institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, cria o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre o uso de aplicações de reconhecimento facial." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO). **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 4/2024 - CDD, de autoria Senadora Eliziane Gama (PSD/MA). **Finalidade:** Homenagear o Instituto Vladimir Herzog pela ocasião do aniversário de 15 anos dessa organização da sociedade civil brasileira. **Participantes:** Ivo Herzog, Presidente do Conselho do Instituto Vladimir Herzog; Rogerio Sottili, Diretor Executivo do Instituto Vladimir Herzog; Beatriz Vargas, Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB); Miriam Leitão, Jornalista; Luiz Felipe de Alencastro, Vice-presidente da Comissão Arns; José Geraldo de Sousa Junior, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB); Pastor Henrique Vieira, Deputado Federal; e Bianca Santana, Jornalista (participação por gravação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enviada à Comissão). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Eliziane Gama
Presidente da Comissão de Defesa da Democracia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/07/10

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Defesa da Democracia da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 10 de julho de 2024.

Aprovação da ata.

Submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 7ª Reunião da Comissão, realizada em 12 de junho de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Esta reunião foi designada em duas partes, uma deliberativa e, agora, às 11h, a audiência pública. Vamos passar diretamente, em respeito aos senhores, à audiência pública.

Esta audiência pública tem o objetivo de homenagear o Instituto Vladimir Herzog pela ocasião do aniversário de 15 anos dessa importante organização da sociedade civil brasileira, em atenção ao Requerimento 4, de 2024, de autoria da Presidência.

Convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados:

- Ivo Herzog, Presidente do Conselho do Instituto Vladimir Herzog.

- Rogerio Sottili, Diretor Executivo do Instituto Vladimir Herzog.

- Pastor Henrique Vieira, Deputado Federal. O Pastor eu não sei se vi. (*Pausa.*)

Não está presente ainda.

- José Geraldo de Sousa Junior, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília.

Há outros convidados que eu não estou... (*Pausa.*)

- Miriam Leitão, Jornalista.

Eu não te vi, Miriam, me perdoe. Estava procurando você, você estava atrás das câmeras.

- Bianca Santana, Jornalista, que participará por meio de gravação enviada à Comissão.

- Luiz Felipe de Alencastro, Vice-Presidente da Comissão Arns.

- Beatriz Vargas, Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. (*Pausa.*)

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos – e, lógico, a gente tem tolerância. Aqui tem tolerância, Miriam.

Olha, eu gostaria... Nós temos aqui... Eu acho que o Ivo e também o Rogerio poderiam finalizar, pode ser assim? Porque aí, como vocês conhecem bem... Lógico, todos aqui tem noção, mas eu acho que primeiro as damas. Então, vou começar pela Miriam Leitão, depois a Beatriz, aí depois os homens, o.k.?

Miriam está com a palavra.

A SRA. MIRIAM LEITÃO (Para expor.) – Bom dia a todas as pessoas presentes.

Senadora Soraya, que prazer estar aqui, nunca estive nesta condição. Senadora Eliziane Gama, que prazer em vê-la aí, nesse Plenário, que prazer estar numa comissão de defesa dos direitos humanos, defesa da democracia. A democracia tem sido a luz que eu busco desde o começo da minha juventude. Então, é um prazer; eu me sinto em casa nesta Comissão.

Todos os Parlamentares presentes, todas as pessoas presentes, eu fico muito honrada e até intimidada de ser a primeira a falar. Eu queria, antes de tudo, explicar um pouco a história dos Herzog. Nós estamos aqui comemorando o Instituto Vladimir Herzog, que eu vi nascer e a quem eu estou ligada por todos os laços. Eu sou de um grupo chamado Amigos do Vlado e estive já no conselho, vi o trabalho nascer. Acho que nem todo mundo tem noção da amplitude desse trabalho.

Mas eu queria falar que essa família Herzog está ensinando o Brasil há três gerações. Primeiro, quando Zora e Zygmunt fogem do nazismo, do horror nazista, o que eles estão nos dizendo é que é possível ter esperança, é possível buscar a luz. Zora atravessou a fronteira, depois de ser ludibriada por uma pessoa que ajudaria a atravessar, atravessou a fronteira com o filho nos braços. O filho que ela trouxe ao Brasil, para proteger a vida daquela criança. Essa criança se transformou em um jornalista, um jornalista de nos dar orgulho, orgulho para toda a classe dos jornalistas e foi assassinado aos 38 anos, no segundo exército de São Paulo, sob tortura.

Ele fez, como mostrou, o que ele nos ensina, o Vladimir Herzog: é a resistência à ditadura, a resistência pacífica à ditadura. Ele lutou com as armas do pensamento, com seu talento, com toda a sua coragem contra o pior momento – em 1975, nós estávamos nos anos de chumbo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí começa uma outra lição dada a nós por Clarice Herzog. Clarice Herzog é essa mulher extraordinária, uma heroína. Eu sempre tive noção, cada vez que eu estou perto dela, de que eu estou diante de uma heroína. Ela carregou a bandeira da luta pela verdade, porque o seu marido não apenas foi assassinado; eles tentaram atacar a sua própria honra, difamá-lo após a morte, e ela, então, foi à Justiça. Ela foi quando à justiça? Nos anos de chumbo. Em 1978, essa mulher consegue uma vitória na Justiça, com o Juiz Márcio José de Moraes, que dá uma justiça, condenando a ditadura.

Ela nunca desistiu. Ela continuou lutando pela verdade. Em 2017, ela estava ainda lutando na Comissão Interamericana de Direitos Humanos e sempre conseguiu vitórias. Ela nunca aceitou que o Brasil não punisse os criminosos da ditadura militar. Ela sempre lutou pela verdade, pela justiça, e ela estava no início, no embrião da criação do Instituto Vladimir Herzog.

E aí, o que ela nos ensinou é tudo. É como atravessar, como fazer a resistência de longa duração, ao longo de toda a ditadura, mesmo nos anos depois da ditadura. Ela buscou sempre a verdade e a reparação, não apenas do seu caso, mas de todos. Ela se juntou à luta dos democratas brasileiros. Foi uma mulher impressionante.

Pense numa mulher com duas crianças pequenas, viúva, contra o Estado brasileiro, dominado pelos que assaltaram o poder. Essa mulher lutou. Ela não teve medo. Ela não se intimidou.

Ela teve propostas para ir para fora do Brasil, mas ela falou: "Eu ficarei. Eu lutarei". E ficou aqui e lutou.

E aí começa a terceira lição que a família Herzog nos dá.

Vamos voltar de novo à imagem aqui que a minha geração tem em mente, Senadora, que é a imagem na Catedral da Sé, a família Herzog, Clarice, com os dois filhos, André e Ivo. Ivo tinha nove anos. Era um menino. Estava do lado da mãe. Esse menino está aqui hoje.

O que é que ele nos ensinou? A nunca abandonar essa bandeira. Mas, mais do que isso, ele fez o instituto, e eu sei de todas as dificuldades que ele tem tido para manter o instituto, para ir adiante, desde o começo do embrião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era para preservar a memória do pai? Sim, mas muito mais do que isso: era para preservar valores da democracia, e, como valores da democracia, ele faz inúmeras atividades. Ele poderá falar melhor do que eu, mas eu queria chamar a atenção para o fato de que ele faz um trabalho nas escolas, na educação para a paz, na luta contra a violência, luta contra a violência policial.

Então, essa família nos ensina a democracia, a resistência, a luta contra o nazismo, a luta contra o arbítrio, a tirania no Brasil, a luta pela verdade, a luta pela justiça, a luta pela paz, pela educação para a paz, a luta contra a violência policial.

Ivo Herzog, Rogerio Sottili, eu tenho muito orgulho, muito orgulho de ter a amizade de vocês e de fazer parte desse movimento, ainda que discretamente.

Eu queria só dizer, Ivo, que eu tenho, no meu coração, uma alegria enorme de ter estado com sua mãe tantas vezes, ter estado com ela, e sempre ela me emocionou. E ter visto você, desde o primeiro momento da criação do instituto, nunca desistindo dessa luta.

Viva Vladimir Herzog. Viva a família Herzog. Viva Ivo Herzog. Viva Clarice Herzog. Viva a democracia. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Momento, viu, Presidente Eliziane, de emoção. Momento emocionante.

Obrigada, Miriam, por essas palavras.

Beatriz.

A SRA. BEATRIZ VARGAS (Para expor.) – Bom dia.

Agradeço à Senadora Soraya Thronicke, agradeço à Senadora Eliziane Gama, a quem cumprimento, aos demais Parlamentares presentes, todas as pessoas aqui presentes, ao Prof. José Geraldo, meu colega de universidade, foi nosso reitor... Até por uma questão de precedência, deveria falar antes de mim, mas... (*Risos.*)

Eu o cumprimento, com a maior alegria de estar novamente com ele também, num momento deste, num ritual cívico de memória, de representação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, com grande prazer também, cumprimento todos os componentes da mesa, o Ivo Herzog, a quem tive o prazer de conhecer pessoalmente hoje, a jornalista Miriam Leitão, o Rogerio, que é, senão o Presidente, o Diretor-Executivo do Instituto Vladimir Herzog, o Prof. Alencastro, que nós todos conhecemos e admiramos, cujo trabalho é fundamental, importantíssimo para este país, para tantas gerações.

Quando recebi, com muita honra e alegria, este convite, eu o tomei como uma convocação, como se fosse uma missão, porque – tomando um pouco o gancho da jornalista Miriam, quando ela começa a se manifestar aqui nesta homenagem de hoje – eu sou de uma outra geração, eu sou da geração de 1961.

Eu nasci em 1961 e me lembro de que minha família também foi atingida pela repressão da ditadura militar. Eu tenho, ainda é vivo, um tio que era do Partido Comunista, o mesmo partido ao qual pertencia o Vlado Herzog. Meu tio João Guilherme Vargas Netto foi dirigente do PCB, foi exilado político. Depois, mais tarde, eu me casei com um ex-preso político que já faleceu – foi anistiado, inclusive, depois de falecido. E eu me lembro...

Bom, eu não tenho a memória do dia – para mim, é muito embaçado, eu tinha 14 anos de idade – quando mataram, a ditadura militar matou, o Vladimir Herzog nos porões do Doi-Codi, na Rua Tutóia, em São Paulo. Essa história foi publicada, ela teve que ser publicada. Então, com certeza, naquela época, essa foi uma história contada, falada, enfim. Mas eu só fui me lembrar, eu só fui tomar conhecimento disso alguns anos mais tarde, quando eu entrei na universidade. A partir desse momento, a gente ainda tinha alguns retalhos para juntar para fazer sentido uma história da ditadura, uma história que, do ponto de vista histórico, a gente pode dizer que foi ontem, foi ontem.

Eu tenho 63 anos. Há 60 anos – há 60 anos, 59 anos –, quando a ditadura militar se instalou no país, eu era uma criança. Toda a minha geração cresceu sob a censura, sob a violência das ações dessa ditadura, dessas personagens. E uns anos depois, eu começo a lidar, na universidade, com novas gerações, com estudantes jovens que, até agora, neste momento, não conhecem o suficiente dessa história que acaba de terminar, tão recente, tão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, assim como a jornalista Miriam, tenho um respeito, uma reverência, uma admiração profunda por essas pessoas, pela família Herzog, pelo que essa luta representa, porque essa luta é a luta de toda uma geração, de toda uma sociedade.

Nós não tivemos, como em outros países se fez, um julgamento, uma responsabilização dos responsáveis pelas torturas, pelas mortes, pelos desaparecimentos, pelo adiamento da democracia, da experiência democrática que agora, no Brasil, ainda que engatinhando, nós estamos experimentando. Era uma coisa, algo assim... Também não quero me demorar muito ao falar, estou muito emocionada, muito tocada, tenho medo até de perder o controle e chorar, mas vou segurar, porque o que eu quero dizer hoje aqui é que esse 8 de janeiro só foi possível... Desculpem se isso tem certa conotação política, mas é impossível – num cenário como esse, num contexto como esse, hoje no Brasil, e considerando o nosso dia a dia, a nossa luta, a luta de todos nós, por direitos humanos, por democracia – não fazer essa referência, que eu gostaria de fazer de uma forma muito singela, mas de uma forma muito verdadeira, muito viva.

Eu era uma menina quando mataram Vladimir Herzog, mas tenho a memória do período – tanto do que vivi, quanto do que recuperei, que registrei e que sigo registrando – e vejo que os derrotados da redemocratização, aqueles que não aceitavam a redemocratização, aquela parte, principalmente do Exército, que não queria que a ditadura terminasse é essa mesma que elegeu Jair Bolsonaro, é essa mesma parte do Exército responsável pelo terrorismo que reinou no país na década de 70 e em diante. Os únicos terroristas no Brasil, naquela época, eram de direita e estavam representados pelo Exército brasileiro. É uma vergonha – uma vergonha imensa – que, neste país, a gente não possa ter feito a responsabilização desses fatos, mas, ao menos por conta da necessidade de lembrança, de memória de verdade – porque isso ninguém nos pode tirar, ninguém nos pode tirar essa capacidade de memória que nos identifica –, nós sabemos que são essas pessoas aquelas que jamais aceitaram a redemocratização.

E o que tenho que dizer aqui hoje – além de me somar ao Viva! Viva Herzog! Viva a família Herzog! Viva a luta brasileira pela democracia! – é que eles serão derrotados. Nós os derrotaremos novamente, hoje, sempre, agora e amanhã também.

Muito obrigada pelo convite. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Houve a proposta aqui de dividirmos a Presidência... Randolfe, você preside um pouco e, depois, a Presidente termina. É isso? (*Pausa.*)

Ah, passar a palavra... Perdão, pensei que fosse a Presidência.

Eu vou passar a palavra, então...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP) – A Presidência é de V. Exa., insubstituível, inadiável. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Eu sou a Vice-Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP) – No exercício da Presidência.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Presidente em exercício desta Comissão.

Eu gostaria de passar a palavra para você. Se você tiver algumas palavras ou quiser ouvir o próximo, porque eu sei que os Senadores não vão conseguir ficar aqui o tempo inteiro.

Quer falar?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP. Para discursar.) – Eu estava querendo dar precedência a quem a merece, a Senadora Eliziane, mas já que ambas declinam...

A razão de estar aqui é, sobretudo, homenagear não só a seleta Mesa, com nomes tão fortes da luta democrática em nosso país, nomes que nos inspiram... A minha geração e a de Eliziane – vou colocar você, Soraya, Eliziane e eu no mesmo intervalo geracional porque talvez... Nós estamos em um momento no país em que convivemos ao mesmo tempo com quatro gerações. A geração dos anos 90 para cá, a geração "pontocom", não tem lembrança do que a geração de vocês viveu. A minha geração, a da Eliziane Gama e a sua, Soraya, que é a geração da redemocratização, que estava na adolescência e assistiu à redemocratização, tem as notícias do que esta Mesa viveu, tem as notícias do que aconteceu com Vladimir Herzog, tem as notícias da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

covardia contra Miriam Leitão, tem as notícias do que foi a mais triste ou uma das mais tristes de várias páginas tristes de nossa história.

Para a geração "pontocom", que hoje é a maioria dos brasileiros – 50% dos brasileiros estão nessa faixa etária entre 16, 33, 34 anos –, é necessário esse testemunho para que a violência não seja banalizada, para que o ódio não seja a linguagem, para que a ditadura não seja uma palavra fácil ou algo que seja convenção entre os brasileiros. É por isso a importância desta audiência, deste encontro aqui na Comissão de Comunicação e Direito Digital... (*Pausa.*)

... de Defesa da Democracia. E eu acho que tem, inclusive, significado diagnóstico ser aqui na Comissão de Defesa de Democracia, como teria também na Comissão de Comunicação e Direito Digital, porque nós vivemos um tempo em que a mentira e o ódio se propagam através do que se convenciona ser as redes sociais. Então, sobretudo para as gerações atuais, eu acho que tem um significado diagnóstico central esta audiência, com os nomes que estão nessa audiência, com os testemunhos que estão nessa audiência. É a ausência da lembrança e, talvez, como disse a Profa. Beatriz, também a ausência de nós não termos feito a purgação do pecado do nosso período ditatorial, de nós não termos feito uma reflexão sobre isso, como os nossos vizinhos latino-americanos tenham feito, é sobretudo isso que explica na memória ter sempre novas tentativas de golpe de Estado, como ocorreu no 8 de janeiro último.

Por fim, a nossa... Eu repito: a minha geração, a da Eliziane e a de Soraya é a geração que vive a redemocratização, mas é para nós uma razão de agradecimento a geração de vocês, Miriam, e o testemunho que vocês nos dão é uma razão de muito agradecimento, porque nós estamos convivendo com vocês diante de uma das quadras mais dramáticas da história da humanidade. A história da humanidade viveu em outros momentos uma circunstância dramática como a atual, mas talvez a humanidade não imaginasse que fosse voltar a viver um momento dramático como atualmente está vivendo: a ascensão do que eu considero que é o pior da natureza humana. Na Europa, há a propagação do ódio na forma das xenofobias, da islamofobia e do que temos vivido. E isso sendo representado na política, o que não é o lugar da política. O lugar da política não é o lugar... A política surgiu entre os homens para que os homens resolvessem os seus conflitos diante da diversidade e do respeito à diversidade. A política não surgiu entre os homens, entre a humanidade, para impor ditaduras. A política não surgiu na humanidade para a disseminação do ódio. Quando a política se torna o espaço da disseminação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do ódio, ela se chama fascismo. Quando a política se torna o espaço do estabelecimento de regimes totalitários, ela se chama autoritarismo. E nós vivemos um período da história humana, lamentavelmente, nesse século XXI, de ascensão de uma onda neofascista por todo o planeta.

A boa notícia é que essa onda tem sido vencida pela unidade dos democratas, de todos os campos. Não precisa ser de esquerda socialista, não precisa ser de centro, social-democrata, não precisa ser de direita; basta ter o compromisso com a democracia. A democracia, para quem compreende a política como ela deve ser, como o instituto da resolução pacífica dos conflitos humanos, é valor universal e deve ser por todos defendida.

Não existe quem seja socialista e não tenha a democracia como valor universal. Não existe quem seja social-democrata e não tenha a democracia como valor universal. Liberal de verdade tem a democracia sob valor universal. Os franceses nos ensinaram isso desde 1789 e, graças a Deus, ensinaram isso novamente neste último domingo, no segundo turno das eleições legislativas francesas.

Então, eu queria cumprimentar, Senadora Soraya, pela realização desta audiência, deste encontro, que é, sobretudo, uma ode à democracia. E, nesses tempos de ascensão de neofascismo pelo mundo, a democracia deve ser sempre lembrada e celebrada. E a presença de vocês deve ser, por nós, da nossa geração, sempre inspiradora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Obrigada, Randolfe. Obrigada aos Deputados aqui presentes – Jandira, o Deputado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O Rafael, Rafael... Eu estava quase te confundindo com o...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Com o Pastor Henrique Vieira, digníssimo. Confundem-me direto também.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Não, eu não faria isso com você.

Vou passar a palavra, então, para o Luiz Felipe de Alencastro, mas, antes... Eu estava lembrando aqui, Randolfe, eu nasci em 1973, e a gente viu a redemocratização pela televisão, vimos aquela emoção, Diretas Já, e vimos tanta coisa, não é? E crianças, adolescentes nós éramos, mas eu jamais imaginei na vida que nós correríamos risco novamente. E entendo que ainda corremos... Corremos risco, sim, porque o ato de não entregar a faixa é extremamente simbólico. Esse foi o apito de cachorro para o dia 8. Não entregar a faixa... E aquilo manteve essas pessoas naquela esperança, para essa barbárie que nós vimos, e a gente não pode sossegar, porque o dia 8 não acabou ainda. Tem gente que acha que acabou, mas a gente sabe aqui da gravidade. Então, manter vivo tudo isso é de suma importância para a nossa sobrevivência.

Então, Luiz Felipe de Alencastro, por favor.

O SR. LUIZ FELIPE DE ALENCASTRO (Para expor.) – Obrigado, Senadora Soraya Thronicke. Agradeço também à Senadora Eliziane Gama, que tomou essa iniciativa. Saúdo o Senador Randolfe, a Deputada Jandira e todos os Parlamentares aqui presentes e os meus colegas de mesa aqui, os diretores da Instituto Vladimir Herzog.

Eu represento aqui a Comissão Arns, que foi fundada por antigos companheiros do Cardeal Arns, com outras pessoas que chegaram em seguida, das quais eu faço parte. Eu passei 20 anos fora do Brasil, durante a ditadura.

Como testemunho pessoal – nós todos estamos dando um pouco de testemunho pessoal – , eu era estudante da UnB quando houve o golpe, que ainda não era golpe... A coisa é curiosa; você vê como é o microclima. Nós achamos bom, porque o golpe, antes de mascarar a direita, que era uma coisa tão aleatória e irreal, porque começou com a PM de Minas, era a primeira notícia que chegou. Brasília era toda juscelinista. Juscelino estava eleito Presidente em 1965. Esse é o segundo objetivo também do golpe, no meu entender, é contra o Juscelino. É um golpe que impediu uma volta ao poder de um Presidente que funcionava um pouco como maneira de frente. Ele era um candidato frentista um pouco, nos termos da época.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É claro que o Partido Comunista estava proibido, mas o Prestes ia lá na UnB ou nos encontros, e todo mundo dizia: "Senador, o senhor vai bem?", e tal. E alguém disse: "Olha, está havendo qualquer coisa na Câmara. Vamos lá", para meia dúzia de amigos meus e colegas lá da direção. Nós viemos para cá, porque nós estávamos em vigilância permanente lá. Viemos para cá e vimos ser votada, na Câmara, a vacância de poder, e depois a sessão foi para o Senado, onde foi decretada, então, a eleição que seria feita pelo Congresso.

Só para lembrar um pouco, parecia tão claro que aquilo era provisório, que o Juscelino, Senador por Goiás, votou a favor dessa medida da vacância do poder e da eleição do Castelo Branco e indicou, como Vice do Castelo, José Maria Alkmin, seu Ministro da Fazenda. O Juscelino, no começo, achou que aquilo tirava o Jango do pedaço e que a coisa depois voltaria ao normal.

O José Serra, que na época era Presidente da UNE, muito procurado, fala disso, até escreveu um livro depois sobre isso, como a ilusão que nós tínhamos no começo era essa.

Depois, todo mundo da direção do movimento estudantil se dispersou. Infelizmente, dois foram mortos pela ditadura, o Paulo de Tarso Celestino, que era Vice-Presidente, na chapa em que eu estava; e o Honestino Guimarães, que foi nosso sucessor. O Honestino ainda com cabelo raspado de calouro deu a sequência.

Lá, fora do Brasil, havia um número importante de pessoas, jovens e menos jovens, em Paris, porque essa coisa de exilado – eu até falei isso outro dia, na Feira do Livro – é relativa, não é?

Vou dar um caso célebre em que foram acusados dois personagens célebres. Fernando Henrique Cardoso, que estava sob ameaça – houve uma rajada de metralhadora no muro da casa dele –, foi embora com a família. Não tem um decreto que diz "você está exilado", não é? Eles diziam “você está banido" a quem foi trocado por embaixador, o que é uma figura jurídica absurda também, porque isso era no tempo em que havia a colônia: “Você está banido para a Ilha do Diabo, Dreyfus”. “Você está banido para Nova Caledônia", para onde foram os comunais, os Líderes da Comuna de Paris. Mas você não é banido para o exterior, você ou é processado internamente e condenado em ausência, na absência, ou você aguarda a condenação até voltar. Então, havia muita gente lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro caso, para citar um também conhecido, foi o do Celso Furtado, que também teve os direitos políticos cassados e, vejam bem, retiraram as condecorações militares que ele tinha ganhado no campo de batalha – ele foi subtenente na FEB. Quer dizer, militares que nunca, nem de longe, tinham ouvido falar em uma batalha se autorizaram a tirar de um herói da FEB as condecorações que ele tinha recebido quando voltou. Ele teve também os direitos civis cassados. Ele foi embora.

Norma Bengell foi presa no Rio de Janeiro, posta num carro, no cofre de uma perua dessas e trazida de São Paulo para depor. Ela foi embora também. Míriam deve ter pensado nisso também em alguns momentos, não é?

A própria Clarice Herzog, como foi mencionado aqui, pensou – provavelmente o Ivo deve saber disso melhor que nós todos – ou foi proposto a ela e esta decidiu ficar, o que é uma grande coragem também.

Mas nesse ambiente, que era soturno, da parte da geração antiga, porque tinha gente que estava no segundo exílio, o pessoal que tinha fugido de 1935. Raul Ryff, por exemplo, estava lá, era pessoa próxima e tinha fugido em 1964; Roberto Morena, que era líder sindical também. Isso tudo criava... Ou gente que estava no topo do poder e tinha sido demitido, perdeu tudo, como o Celso Furtado e outros – estava no auge da vida ativa, e perdeu.

Então, chegou depois da belíssima novidade da eleição de 1974 e da vitória do MDB nas eleições senatoriais, que foi uma virada do eleitorado... É o eleitorado que antes está bem estudado, inclusive pelo Fernando Henrique, também Wilma de Faria, Bolívar Lamounier, tem base estatística para isso. Os votos nulos e brancos de 1970 carregaram os candidatos do MDB, que foi um referendo contra a ditadura. E isso é a primeira pancada forte e depois vem a missa da sexta-feira, de que a Miriam falou, a missa de 31 de outubro, o ato ecumênico em memória do Vladimir Herzog...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ FELIPE DE ALENCASTRO – ... que tinha sido assassinado uma semana antes; ato ecumênico e inter-religioso – era a primeira vez que isso acontecia no Brasil, não há memória disso, de um ato inter-religioso. E criou até um precedente, quando nós...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agora vou passar para a parte em que esteve envolvida, mais diretamente, a Comissão Arns. Nós tivemos, então, várias participações com a Comissão Arns e o Instituto Vladimir Herzog. Uma delas mais eminente, mais importante foi a missa na catedral pela morte do Dom e do Bruno, em que havia também... Aí, era um ato inter-religioso mais amplo em que havia um representante de religião afro-brasileira e representantes de religiões indígenas.

Pronto.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Eu ia... Perdão. (*Fora do microfone.*) O senhor pode concluir, sim. É que eu preciso ir, eu vou para a CDH fazer uma relatoria. Então, só estão me aguardando. O senhor termine, pode concluir.

O SR. LUIZ FELIPE DE ALENCASTRO – Não, não...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Imagine, eu jamais seria...

Então, preciso trocar a Presidência aqui com a Senadora Eliziane.

Tudo bem, Pastor? Como vai? Tudo joia?

Eu vou para a CDH e volto. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – O senhor pode concluir o raciocínio.

O SR. LUIZ FELIPE DE ALENCASTRO – Eu vou concluir mesmo.

Então, com essas duas... O eco que teve essa missa também lá em Paris e nos outros lugares onde havia refugiados, até no Canadá, onde estava o Betinho, por exemplo, não era só... Tinha em várias outras cidades; uns foram para Israel também. Então, nós ficamos num estado de otimismo, nós não íamos morrer lá fora, porque tinham chegado também, em 1973, os exilados chilenos.

Aquilo era uma perspectiva sombria que se dava para essa conjuntura da América Latina. Em 1976, aí chega a massa de exilados argentinos, pois começa aquela matança quase diária na Argentina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é a lição desses eventos? Eu falo mais concretamente da vitória do MDB em 1974 e da missa para Vladimir Herzog no ano seguinte. A lição... E isso foi considerado a manifestação política mais importante, obviamente não é a mais numerosa, pois a numerosa foi a Diretas Já, mas simbolicamente ela foi considerada mais importante. E os dados, os eventos mais recentes, a que a Profa. Beatriz se referiu, numa data anterior, é o vigor da sociedade civil brasileira. Isso começa no meio desses anos 70 e é o que, em última análise, nos protegeu durante esse período sombrio que nós conhecemos recentemente, antes e depois do 8 de janeiro. Eu acho que é isto que é a melhor vacina antigolpe ou contra ameaça autoritária: é que qualquer grupo, qualquer tendência, qualquer partido que tiver uma ideia de monopolizar o poder pela violência saberá que encontrará uma resistência difusa do povo brasileiro, que começou em meados de 1974 com a eleição em que o MDB foi vitorioso, em novembro, e com essa missa em honra de Vladimir Herzog.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, Prof. Alencastro.

Eu quero registrar a presença do Pastor Henrique Vieira, que é um dos nossos convidados.

Mais uma vez, eu quero agradecer a presença dos meus colegas, como o Senador Randolfe Rodrigues, que já fez uma intervenção e que pelo visto vai ter que se ausentar. Já lhe agradeço de coração, Líder Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP. Pela ordem.) – Com a sua permissão, Presidente... É assim na nossa quarta-feira. Hoje tem CCJ, tem duas ou três Comissões ao mesmo tempo. É com lamento que eu me retiro, pois queria ficar até o final para ouvir todos desta seleta mesa.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, Randolfe.

Eu quero cumprimentar mais uma vez o Rafael, cumprimentar a minha querida amiga Jandira Feghali, cumprimentar o Senador Humberto e dizer da minha felicidade muito grande de estar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o Randolfe colocou, colegas, na verdade, a quarta-feira, Miriam, é muito intensa nesta Casa. Então, a gente fica nessa rotatividade, tanto os deputados quanto os Senadores, tendo que realmente prestigiar todas as Comissões e responsabilidades, sobretudo em algumas delas nas quais somos membros.

Depois, eu faço a minha intervenção, pois já vou passar aqui aos colegas.

Jandira parece que também vai ter que se ausentar, tem uma reunião na Câmara.

Eu vou passar aqui a palavra inicialmente ao Pastor Henrique Vieira, que é um dos membros, inclusive, da nossa Comissão Mista que nós criamos para a defesa permanente da democracia, junto com a Jandira, o Rafael e o Humberto. Tivemos recentemente, inclusive, uma visita aos Estados Unidos, ao Capitólio. Nós estamos numa caminhada mundo afora, colegas, numa tentativa também de enfrentar uma, eu diria, internacional fascista que está caminhando pelo mundo afora.

E nós, então, estamos com uma internacional democrática, nessa contramão, e temos, inclusive, impedido, barrado algumas ações, como nós tivemos nos Estados Unidos, onde um grupo brasileiro esteve lá, junto aos republicanos, tentando implantar a ideia de que no Brasil nós estávamos caminhando para uma ditadura.

Vejam só: eles reclamando de cerceamento de liberdade, dizendo que, aqui, eles estariam sendo submetidos a atos de censura. É até surreal essa colocação que fizeram tanto no Parlamento americano quanto na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA. Vejam o nível, realmente, em que eles vão. E nós estamos nessa caminhada, aliás, com resultados extremamente promissores.

Então, com a palavra, o nosso querido Pastor Henrique Vieira.

O SR. HENRIQUE VIEIRA (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas. Quero saudar a mesa.

Ao mesmo tempo em que o Lira está chamando para uma reunião de Líderes por conta da reforma tributária, a Ordem do Dia acabou de ser aberta. Então, eu preciso estar em três lugares ao mesmo tempo, o que, fisicamente, é impossível. Por isso, estou justificando falar e sair. É deselegante, mas é a urgência da votação de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não poderia deixar de passar aqui para saudar o Instituto Vladimir Herzog. Minha relação com o instituto começa há um bom tempo, num projeto chamado Usina de Valores. Eu, como pastor da tradição ecumênica, inter-religiosa, de Luther King, fui convidado pelo instituto para ajudar a pensar um projeto de diálogo com a base evangélica, numa perspectiva de direitos humanos.

Acho isso muito importante, porque nós temos que enfrentar o fundamentalismo religioso, que é base estrutural da extrema direita e do ataque à democracia, mas não podemos desenvolver uma perspectiva antirreligiosa, porque isso tende a ser, inclusive, impopular e antipopular. Então, é isolar o fundamentalismo religioso e dialogar com o afeto religioso que existe no coração das pessoas, numa cultura de democracia, de Estado laico, de direitos humanos, de diversidade e justiça socioambiental.

Então, lembro da participação na Usina de Valores. Depois, fui convidado para participar do conselho – está no meu currículo. Quem colocar no Google, está lá: participou do Conselho Deliberativo do Instituto Vladimir Herzog. Com muita alegria, ali... Os grandes debates do instituto. E, por fim, agora estou participando, como Deputado Federal, desse comitê em defesa da democracia que o Instituto Vladimir Herzog conduz com tanto brilhantismo.

Então, é um instituto fundamental na disputa de valores na sociedade.

E eu termino dizendo isto: enfrentar o fascismo, o autoritarismo, o fundamentalismo é uma disputa civilizatória, é uma disputa pedagógica, é uma disputa de valores; e eu acho que o instituto faz isso com muito brilhantismo, com um projeto político-pedagógico: cultura, educação, direitos humanos, para fortalecer memória, verdade, justiça, reparação e cultura de direitos humanos. E com um nome tão brilhante, tão importante para as pessoas do instituto, para a família e para nós, que é o nome do Vlado.

Muito obrigado pelo que vocês fazem e por eu poder fazer parte dessa história.

Um fraterno abraço.

E viva a democracia! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, Pastor Henrique Vieira.

Eu vou passar agora a palavra à Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Para expor.) – Bom, primeiro quero agradecer o convite, cumprimentar a nossa Senadora Eliziane, na pessoa de quem cumprimento a Senadora Soraya, que já precisou sair, também o Senador Humberto, o Senador Randolfe e os meus colegas aqui, Rafael, Henrique, que rapidamente se apressaram em chegar aqui, porque...

Eu não ouvi todos, porque cheguei atrasada. Cheguei 11h30 aqui. Vocês foram muito pontuais, inclusive. Mas, ao ouvir o Prof. Alencastro, ao ouvir aqui o Prof. Zé Geraldo, ver o pessoal, o Ivo e o Rogério, ver a Míriam e Beatriz Vargas, a sensação que eu tenho é de uma recuperação histórica muito densa e muito forte.

Eu sou de um partido que sofreu muito com a ditadura militar, e o maior tempo de vida do nosso partido foi na clandestinidade; não foi nessa legalidade que a gente vive hoje, com todas as limitações da democracia.

A gente sabe o que significa não poder falar abertamente pelo partido, pela sua corrente de ideias, pela sua organização, e, nisso, muitas vidas foram levadas. Outros sobreviveram, mas passaram por torturas muito grandes – e por exílio também, Professor.

Mas, quando a gente ouve vocês, é uma aula de democracia e aquela sensação de que isso precisa ser revigorado permanentemente, permanentemente, porque esse é um estágio sempre em risco, sempre em risco.

Então, o papel de vocês e o papel, particularmente, do instituto – porque também a história não começou hoje, a nossa relação –, eu penso que é sempre reavivar a memória e consolidar o processo democrático, porque, sem memória, sem história, as gerações que vieram depois de nós não têm clareza do significado de um processo autoritário e ditatorial.

Foram muitas as tentativas de golpe. Um deu certo, mas foram muitas as tentativas, e essas tentativas não vão parar se a gente não consolidar uma consciência democrática no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso que, quando a gente fala da anistia de 1979, foi uma anistia naquela correlação de forças, ela trouxe vantagens e vitórias para nós, ao tirar presos políticos da cadeia, ao trazer do exílio muitas lideranças, mas também anistiou os torturadores.

Hoje...

Já tem votação nominal aqui. É sempre assim.

Você já votou, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (Bloco/PCdoB - RJ) – É a retirada de pauta aqui.

Esperem aí... Deixem-me só votar, gente. Preciso votar aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (Bloco/PCdoB - RJ) – É, não tem...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Jandira, então me permita...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (Bloco/PCdoB - RJ) – Não, já votei.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Já votou? Então vamos.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (Bloco/PCdoB - RJ) – Aqui a votação é rápida. (*Risos.*)

Eu já sei o que eu estou votando: é a não retirada de pauta.

Na verdade, quando a gente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (Bloco/PCdoB - RJ) – Não, sem problema. É isso mesmo.

Foi bom que você me avisou, senão eu iria deixar de votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu fico pensando assim... Quando a gente fala, hoje, "sem anistia para golpista", é muito aquele sentimento de que, se não tiver reações e punições exemplares para quem atenta contra esse valor fundamental da democracia, a gente sempre vai ter os herdeiros desse processo autoritário. Sempre. Como foi agora: Heleno, filho de Sylvio Frota, e tantos outros, que se rearticularam, para novamente tentar violar a soberania do voto popular e essa possibilidade de virada que nós demos no Brasil.

E isso, como nunca é só no Brasil... A rodada de ditaduras atingiu nosso continente. Hoje, há uma articulação internacional da extrema direita, e nós precisamos reagir.

O Instituto Vladimir Herzog tem ajudado muito nisso, a própria viagem que a gente fez a Washington agora e outras que nós faremos... É muito para buscar essa articulação internacional também daqueles que sustentam os pilares da democracia, e nós precisamos fazer isso.

Nós vimos a vinda, agora, do Milei aqui, um chefe de Estado que nem cumprimenta o chefe de Estado brasileiro e vai para uma articulação paralela – desculpem-me: ridícula, bizarra –, recebendo medalhinha...

Assim, eu nem vou dizer que medalha é essa, até para não tirar a solenidade do que está acontecendo aqui, mas é tão feio – são incidentes diplomáticos –, porque não está no escrúpulo dessas pessoas. Eles não têm limite, eles não têm escrúpulo, eles não têm avaliação nenhuma do significado disso como um retrocesso. Eles acreditam nisso. A comunicação tem servido, principalmente no ambiente digital, a essa estrutura; e nós precisamos atuar também estrategicamente em todas as possibilidades de uma comunicação de quem faz, de fato, a defesa da democracia. E não é só uma democracia do voto, mas é uma democracia de direitos. É muito mais amplo do que votar; é ter direitos outros fundamentais da vida, que vão de um teto à terra e também a outros direitos fundamentais, que a gente precisa defender.

O fato de o Presidente Lula agora ter autorizado a instalação da comissão dos familiares foi um avanço importante, reivindicado há muito. Depois do que aconteceu em 2016, ela desapareceu. Então, agora, ela volta. Os museus de memória precisam acontecer no Brasil todo, não só em São Paulo, mas em Brasília e em outros estados, porque a memória é decisiva. Os países fazem isso. A gente chega a Portugal, tem o museu da ditadura, você chega... Em todo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

canto, tem os museus de memória para que as gerações todas conheçam a barbaridade, para criar uma consciência contra a barbaridade e evitar que as coisas se repitam.

Eu penso que esse tipo de atividade, Eliziane... E você tem tido uma dedicação absurda a esse tema. E é muito importante que a Senadora Eliziane lidere esse processo a partir dessa Comissão, que será mista, não apenas do Senado – e nós estamos nela –, para a gente, de fato, manter alta a bandeira da democracia no seu sentido mais amplo. Que a gente tenha estratégias de luta sobre isso, porque o Brasil sempre teve um núcleo conservador. Os integralistas que o digam. A gente sempre vai ter um núcleo conservador no Brasil, mas a gente precisa ter uma maioria de consciência democrática, para que a gente possa evoluir civilizatoriamente nas relações humanas e com valores que são valores culturais. O valor democrático é um valor cultural, o valor da solidariedade é um valor cultural, a dimensão coletiva da política é um valor cultural, o amor entre as pessoas é um valor cultural. E nós precisamos preservar e dar pilares a esses valores cada vez mais fortes. E as instituições têm papel nisso, a sociedade tem e nós temos. E precisamos ter cada vez mais.

Então, essa iniciativa é muito importante, assim como a presença de vocês aqui, que têm história antes de ditadura e sofrimento com a ditadura – sofrimentos de vários graus, inclusive de perda de vida, como foi de Vladimir, e o Ivo está aqui. Então, tudo isso para nós é decisivo e fundamental nessa quadra política que a gente vive nacional e internacional. E nós estamos completamente dedicados e à disposição de reconstruir cada vez mais fortemente essa consciência democrática no Brasil.

Obrigada, Eliziane.

Parabéns a vocês. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, Jandira; muito obrigada de coração pelas suas palavras, sempre muito consolidada. Você é uma referência, não há dúvida nenhuma, nessa nossa luta de defesa da democracia.

Eu queria cumprimentar a Eneá de Stutz e Almeida, que é a Presidente da Comissão da Anistia. Cadê ela? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eneá! Ô, Eneá, beijo, querida. (*Palmas.*)

Bom demais estar com você aqui presente.

Eu queria pedir permissão aqui a nossos convidados para a gente poder aproveitar a fala dos nossos Parlamentares por conta dessa intensidade das Comissões.

Eu queria passar a palavra ao Rafael, na sequência ao Senador Humberto, e a gente continua os nossos debates aqui.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL. Para expor.) – Espere-me que a gente vai junto. Vai ser um prazer.

Bom dia a todos, a todas, Senadora Eliziane, Deputada Jandira, todos da mesa.

É um prazer muito grande estar aqui com vocês, Rogerio, muito bom revê-lo. Nessa sala, neste plenário, essas mesmas pessoas que estão aqui na manhã de hoje travaram uma batalha muito grande contra uma narrativa criada por pessoas que estão exercendo o cargo político nesse exato momento, eleitas democraticamente pelo sistema eleitoral brasileiro de urna eletrônica. E aqui a gente ficou, durante seis meses, discutindo o que era óbvio e tentando vencer a mentira. Então, numa sociedade como a que a gente vive hoje em dia, em que a gente precisa estar reafirmando o que é óbvio, estar reafirmando o que é verdade, o que é ciência, o que está provado, a gente está numa situação realmente muito complicada.

Eu queria dizer que eu tenho uma alegria muito grande, Rogerio, na sua pessoa, de ter participado dessa última nossa missão, de ter me aproximado do instituto. Eu tenho uma admiração muito grande por toda a história e tudo que vocês representam como um todo, não só a história do Vlado, mas a história das pessoas que no passado lutaram para que eu estivesse aqui hoje, lutaram para que a gente tivesse o ambiente político hoje de que o cidadão pudesse escolher verdadeiramente os seus representantes.

E aí, Senadora Eliziane, Jandira, Senador Humberto, cabe a nós estarmos atentos porque nossas instituições estão sendo atentadas neste exato momento, não só no Brasil, mas no mundo todo. A gente viu isso no 8 de janeiro, mas o 8 de janeiro não foi só o 8 de janeiro; o 8 de janeiro foi o final, ali foi a gota d'água, foi a última tentativa. Eles vieram tentando, durante quatro anos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de um Governo eleito democraticamente pelo povo, pelo sistema de urnas eletrônicas do Brasil, atentar contra a democracia. Fizeram – eu lembro, a gente falou muito aqui nesse plenário – desfile de tanque de guerra em dia de votação do Congresso Nacional. Vocês, infelizmente, viram isso no passado, ou nem precisaram ver porque já estava de uma forma que, enfim... Mas eles fizeram isso agora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RAFAEL BRITO (Bloco/MDB - AL) – É, um fumacê, enfim. Mas fizeram isso. E que bom que a gente venceu, que bom que as instituições permaneceram de pé, que bom que o Brasil hoje vive uma democracia. Ao mesmo tempo, eu acho que a gente continua no caminho certo e no caminho de estar relembrando e falando sobre isso e reafirmando o que é óbvio para a sociedade. A democracia é o único caminho para que a gente possa viver um ambiente pleno de sociedade, como a gente vive hoje. E essas pessoas continuam tentando – tentando –, não só no Brasil como no mundo inteiro, burlar esse sistema que, sem dúvida, é o sistema melhor para o nosso povo.

Então, que fiquemos atentos, todos nós, não só aqui no Congresso, mas a sociedade civil. E o Instituto Vladimir Herzog tem nesse momento desempenhado um papel fundamental para que essa bandeira da liberdade e da democracia esteja sempre na mente, no coração e na defesa do povo brasileiro.

Obrigado e parabéns a vocês. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, Rafael Brito, pelas suas palavras, de coração mesmo. Você tem sempre estado muito presente em todos os nossos debates, isso é muito bom.

Eu queria cumprimentar o meu colega Senador Humberto e já passar a ele a fala.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discursar.) – Bom dia a todos e a todas.

Como todos os nossos companheiros, eu já vou para a quarta atividade agora pela manhã. Estava na Comissão de Assuntos Sociais, que eu presido; depois fui à Comissão de Relações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exteriores; e depois fomos à entrega da Comenda Dom Hélder Câmara, que o Senado concede anualmente.

Eu acho que o Instituto Vladimir Herzog é um bom candidato. Acho que nós podíamos articular para, no ano que vem, o instituto ser contemplado.

Agora estou aqui. E eu dizia, há pouco, lá no Plenário, que esta semana aqui, no Senado, foi muito importante para a temática e a causa da luta pelos direitos humanos. Ontem nós tivemos aqui uma sessão da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania que comemorou os 25 anos do Provita, o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas. Esse programa tem sido extremamente importante para o combate à impunidade, para a defesa das pessoas que não são apenas testemunhas; boa parte delas são vítimas. É um programa que tem dado certo na existência. Nesse período todo de existência do programa, nós não perdemos uma única pessoa que estava sob proteção do sistema Provita. É algo que remanesce ao período da própria ditadura, porque muitas ONGs, organizações de defesa dos direitos humanos cumpriram esse papel de proteger militantes, pessoas, de proteger vidas, de denunciar e, portanto, é muito importante.

Hoje tivemos essa entrega da Comenda Dom Hélder Câmara, inclusive para o Instituto Dom Helder Câmara, lá de Pernambuco, que é um exemplo, é uma instituição que é um ícone da defesa dos direitos humanos. E hoje, aqui, na Comissão de Defesa da Democracia, temos uma plêiade de pessoas tão expressivas, importantes na nossa sociedade e comprometidas com a defesa da democracia. O Prof. José Geraldo, o Rogerio Sottili, ex-Ministro; o Ivo, que eu tenho a oportunidade já de conhecer há algum tempo; a jornalista Miriam Leitão, o Dr. Luiz Felipe de Alencastro – acho que eu peguei só o final da sua fala, mas eu lembro quando da morte de Vladimir Herzog; eu era militante do movimento estudantil. Já eram tempos menos difíceis do que, por exemplo, Miriam Leitão pegou. Era já naquele processo da distensão, e a morte, tanto de Vlado quanto de Manoel Fiel Filho, de Alexandre Vannucchi Leme aconteceram no período em que a ditadura dizia que estava praticando uma distensão política. E aquele evento foi muitíssimo importante para que nós tivéssemos uma espécie de virada na chave para o enfrentamento à ditadura. Então, essa lembrança é muito importante à Dra. Beatriz Vargas, a quem eu saúdo também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que o tema da defesa da democracia é cada vez mais atual e mais importante no Brasil e no mundo, pelos momentos que nós estamos vivendo. Nós, que participamos do enfrentamento à ditadura militar, ficamos horrorizados, às vezes, com, digamos assim, a banalização do que aconteceu. Pessoas que fazem a defesa clara, franca, repetida, não dos ganhos econômicos que possa ter havido – porque muitos trazem esse debate –, mas do fato de ser um regime forte, um regime que cerceou as liberdades, que combateu com a violência não somente no campo da luta política, mas também no enfrentamento ao crime organizado, à marginalidade. Quem não lembra da origem dos esquadrões da morte, enfim, coisas assim. E por isso nós precisamos cada vez mais reforçar essa batalha.

Aqui no Brasil vivemos esse episódio do 8 de janeiro, que foi objeto de uma CPI dirigida de forma competente pela Senadora Eliziane Gama, que agregou mais questões para nós fazermos essa condenação daqueles atos violentos e também porque a democracia no mundo corre riscos e tem sido uma batalha com ganhos e perdas, perdas que fizeram com que as forças obscurantistas que defendem regimes autoritários, autocráticos, ditaduras... Tiveram o exemplo do que aconteceu na votação para o Parlamento europeu, onde a extrema-direita teve um crescimento significativo, e de uma tentativa de golpe na Bolívia, mas ao mesmo tempo um movimento de resistência que agora resultou na eleição na França em que a extrema-direita, que havia vencido o primeiro turno, ficasse na terceira posição no segundo turno. E os analistas que se manifestaram sobre o processo o atribuíram à radicalização do partido Reunião Nacional com vários candidatos que defendiam abertamente o racismo, a xenofobia, a degradação do meio ambiente; então foi um movimento de resistência importante – e a própria resistência que aconteceu na Bolívia, enfim.

Acho que como uma das tarefas importantes, na medida em que essas forças se articulam internacionalmente com a grande audiência e com chefes de Estado inclusive, nós precisamos fazer o mesmo do nosso lado. Nós fizemos aquele movimento singelo de termos ido aos Estados Unidos... Aquela ação que a extrema-direita brasileira tentou fazer eles continuam tentando fazer, querendo que a Câmara dos Deputados dos Estados Unidos, que tem maioria do Partido Republicano, aprove algum tipo de resolução para forçar o Governo americano a aplicar alguma sanção ao Brasil sob o pretexto de que estaríamos vivendo uma ditadura que reuniria o Executivo e o Supremo Tribunal Federal, temos que dar continuidade a esse enfrentamento, com aquela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tentativa de reunir Parlamentares de vários países em defesa da democracia e essa articulação que todos nós estamos torcendo que ela aconteça, de que o Presidente Lula, juntamente com o Primeiro-Ministro da Espanha, o Pedro Sánchez, organizem de fato uma reunião de alto nível durante a Assembleia Geral da ONU, para que se discuta como é necessário e possível que não somente chefes de governo, chefes de Estado, mas partidos, enfim, que tenham compromisso com a liberdade e com a democracia, possam fazê-lo.

Então acho que iniciativas como essa de homenagear uma instituição como o Instituto Vladimir Herzog é realmente extremamente justo e é um reforço importante a essa luta que nós temos que fazer, que não pode parar porque as forças do obscurantismo estão em alerta permanente e maquinando, articulando para que a democracia seja golpeada.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, Humberto, pelas suas palavras – Humberto, que integra a nossa ação permanente, está nesta Comissão e nas nossas viagens, em nossos encontros e em nossos debates.

Eu quero cumprimentar aqui o meu querido Senador Contarato, que tem a honra também de estar aqui conosco nesta Comissão.

Eu vou passar, Senador, a palavra para o José Geraldo de Sousa Junior, e, na sequência, V. Exa. faz uso dela.

Com a palavra, o Professor José Geraldo de Sousa Junior, Professor titular da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília.

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JUNIOR (Para expor.) – Bem, começo cumprimentando a Senadora Eliziane Gama, que preside a Comissão de Defesa da Democracia e é autora do requerimento desta homenagem marcante, eu diria quase comemoração, não no sentido da celebração, mas no sentido da memória, do significado de restauração que a noção de memória traz, e mais porque demarca a própria vocação, o próprio mandato da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A democracia não é um dado, é um construído. Ela não tem garantias de destino, ela tem possibilidades de percurso e, por isso, requer cuidado, requer mobilização, requer engajamento, requer consciência, que é o modo como o protagonismo dos sujeitos que realizam a política operam ao saltar da história, por mediação da política, para construir uma sociedade de direitos, como aqui foi mencionado. Então, esta sessão tem esse carisma de ser também um momento de vislumbrar aquilo que demarca a agenda da luta pela democracia.

Aliás, o filósofo Walter Benjamin dizia que a história não é o contínuo dos acontecimentos, é o relampejar de um momento em que se vive um perigo para poder ter a consciência despertada, para avaliar aquilo que nos convoca e para separar aquilo que nos retarda daquilo que nos faz progredir. Acho que esta sessão tem esse caráter, essa disponibilidade.

Fico feliz ao ver a mobilização dos Parlamentares em aprender que o Parlamento não é o Plenário, é o cotidiano inscrito nas exigências de muitas convocações, o que significa, Senadora, que a Comissão se reuniu numa quarta-feira e não num fim de expediente, não no resto da agenda da semana, numa segunda, em que ninguém chegou ainda, ou numa sexta, em que todo mundo já foi embora, mas se instalou, Presidente, num horário nobre da própria atividade do Parlamento. E esse é um grande indicativo do relevo que esta sessão tem.

Como aqui foi dito, é um momento histórico, porque se trabalhou a perspectiva da história. Para os jovens, a história é como a Revolução Francesa, como a queda da Bastilha, a revolta do Haiti; e, para muitos, é memória. Por isso, é importante ter aqui presenças que dignificam essa combinação entre história – os que recuperam, explicam, retiram as lições dos acontecimentos – e memória, que é o significado da vivência, do experimento, daquilo que nos adestra e nos torna capazes de exercitar nossos papéis políticos nos contextos difíceis que o experimento democrático coloca. Como dizia Riobaldo, viver é perigoso. O conflito é inerente às nossas condições de interação, de distinção entre nossos projetos de vida e projetos de sociedade.

Então, eu queria cumprimentar toda essa ilustre mesa; a senhora, na sutileza desse registro; os presentes – não posso nominar todos –; minha colega Profa. Eneá de Stutz e Almeida, que atualmente preside a Comissão de Anistia; meu Vice-Presidente da Comissão Justiça e Paz, que está aqui presente. Deve ter vindo, Senador Humberto, para o evento do...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JUNIOR – Mas está cumprindo a agenda dupla, não é?

E quero dizer duas ou três pequenas colocações pelo muito que já foi posto aqui, inclusive em termos não só do ato político em si, Presidente, mas do aprendizado que esse ato traz e que é o que do homenageado, o Instituto Herzog, nós encontramos duplamente, primeiro, porque a morte não extingue o nosso compromisso político. Como diz o compositor Paulo César Pinheiro, você me prende vivo e eu escapo morto, não é isso? Na exemplaridade, na condição de marcar a posição, de trabalhar um compromisso com a sociedade, com a história, o significado daquele que a história sacrificou na sua condição de ser um teatro para a democracia, nós temos um cenário para a democracia, o exemplo de Vladimir se instala no instituto e se instala, trazendo, como foi dito por alguns Parlamentares aqui, marcando os principais fundamentos, Eneá, do que a gente chama de justiça de transição, que é a perspectiva de que a memória e a verdade sejam uma condição para o nunca mais.

Eu tenho dito que a luta pela redemocratização, no sentido de que vivemos um surto autoritário em 1964, foi possível por três mediações políticas. A primeira foi a convocação da anistia, uma palavra de ordem dita no dia seguinte e aquartelada, se a gente atenta para o texto de Carlos Heitor Cony publicado na revista *Civilização Brasileira* sobre a anistia já e imediata, e que permitiu, Luiz Felipe, a volta dos protagonistas do processo político. Sem eles não haveria legitimidade na transição democrática, não é? A anistia está aí e continua cumprindo esse desiderato, resgatando para a política o que a intolerância excluiu pelas suas formas perversas, da perda de direitos políticos ao assassinato político.

Felizmente agora, por exemplo, está havendo um resgate disso. O ex-Deputado e Ministro Nilmário, o jornalista Carlos Tibúrcio e o poeta Pedro Tierra acabam de publicar um livro chamado *Por Trás das Chamas*, que quer recuperar como marca de memória os fornos de Cambahyba e a Casa da Morte, de Petrópolis, onde Paulo de Tarso Celestino talvez tenha sido... De forma absolutamente infernal, no sentido de Dante, não é?

E essa perspectiva, por exemplo, coloca uma segunda dimensão, que, penso, foi a Constituinte. A Constituinte foi uma mediação política qualificada para fazer a passagem, porque ela também foi um momento de ascenso de um movimento social ativo, de grande protagonismo, que se inscreveu nos movimentos sociais como sujeitos que fazem a história. No livro do Eder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sader, irmão do Emir, está lá *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*, quer dizer, pensar nos movimentos sociais como o receptáculo de sujeitos coletivos de direito que transformam a sociedade, a política, a democracia e os direitos, notadamente os direitos humanos.

E, Senador Humberto, o senhor vai lembrar, era para ser uma Constituição de transição, de conciliação, de acerto por cima, de compromisso das elites, mas esse movimento organizado ocupou o espaço da Assembleia e tomou para si esse protagonismo, inscrevendo um conceito de democracia participativa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JUNIOR – E o terceiro fundamento é o da memória e da verdade. Não há recondução da política sem resgate da memória e da verdade, que é aquilo que a Deputada Jandira lembrou: responsabilizar, identificar os atores de lesa humanidade, de crimes contra a humanidade, e reparar, porque foram projetos de vida, como a Corte Interamericana tem assentado, mas também de educar para a democracia e para a cidadania, que são os fundamentos do Instituto Herzog: Educação em Direitos Humanos; Jornalismo e Liberdade de Expressão; e Memória, Verdade e Justiça. "Você me prende vivo, eu escapo morto".

Eu queria dizer que, na UnB, na minha gestão, nós instalamos a Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB. Acho que a senhora fez depoimento nessa comissão, um belo registro. A jornalista Miriam foi presa nessa altura.

E queria dizer, jornalista – aliás, a UnB está muito presente nesta mesa aqui –, que... (*Risos.*)

... agora, no dia 27, Alencastro, a UnB outorga a Honestino o diploma *post mortem* de geólogo, depois que o Conselho Universitário anulou o ato de desligamento dele – ele já morto ou desaparecido, pelo menos –, integralizou, pela leitura do percurso – era um grande militante e um excelente estudante –, e aprovou a concessão *post mortem* do seu diploma de geólogo, como aconteceu com o Alexandre, lá em São Paulo. No dia 27, agora, em sessão solene, o conselho vai entregar à família esse diploma.

Então, eu queria dizer, Senadora, do lampejo que uma sessão como esta traz, não é? Não é um trabalho fácil. Olhando aquela nominata ali, eu vejo que tem metástases, não é? (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É, é... Mas isso não impede que todos nós trabalhemos pela vitalidade desse organismo, porque foram os movimentos sociais que o criaram, foram eles que o defenderam, foram eles que assumiram o protagonismo nas ruas, foram eles que pagaram o tributo do sofrimento mental, físico e até da própria vida, não é?

E cumprimento, mais uma vez, o Instituto. O senhor, como diriam os romanistas, é cognado e agnado, é descendente por sangue e por afinidade, não é? Porque o senhor é duplamente próximo da instituição, não é? E o Sottili, que eu conheço desde os tempos de ministro, e todos os demais presentes nessa reunião... O Senador Contarato já tinha mencionado os outros.

Muito obrigado pela honra do convite, que penso foi uma indicação do Instituto. Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Nossa, Professor! Que aula, viu? Muito obrigada, de coração. Quero dizer para o senhor que são nesses momentos que a gente vê o quanto foi importante a criação desta Comissão e que a gente de fato está no caminho certo. Verdadeiramente, muito obrigada, pela sua presença, está bom?

Com a palavra, o meu querido Senador Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para discursar.) – Bom dia, Sra. Presidente.

Quero parabenizar V. Exa. pela condução nessa tão importante Comissão de Defesa da Democracia, de que muito me orgulho fazer parte, como um humilde membro suplente. Quero, na pessoa da senhora, Senadora Eliziane, estender meus cumprimentos a toda a mesa, a todos os presentes aqui.

E eu não podia deixar de fazer esse registro aqui. Eu lembro que Thomas Jefferson falava que o preço da liberdade é sua eterna vigilância. Eu falo isso para a democracia também. A democracia é o melhor terreno para plantar e colher direitos e compete a todos nós, brasileiros e brasileiras, defender, independente de espectro político, a democracia. A democracia é espinha dorsal do Estado democrático de direito. É essa espinha dorsal que tem que ser uma defesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

intransigente de todos nós Parlamentares. E o que tem sido feito com essa democracia, com os últimos acontecimentos – e infelizmente o Brasil foi protagonista desse ataque –, é lamentável.

Então, eu não podia deixar de passar aqui, Presidente, para falar da importância do Instituto para a defesa da democracia – a importância do Instituto Vladimir Herzog –, mas também lembrar que o que a ditadura fez com as milhares de pessoas, de brasileiros e brasileiras, que foram desaparecidos, que estão desaparecidos, que foram mortos, que foram perseguidos, isso tem que ser uma função de todos nós.

E eu fico muito reflexivo quando eu vejo Parlamentar que não entende efetivamente qual é a função de um Parlamentar, porque o Parlamentar tem que saber usar a palavra para apresentar o Brasil ao Brasil, e esse Brasil que tem uma forma diferenciada e diversificada.

Eu queria aqui, com toda humildade, fazer essa reflexão, e eu não tenho procuração do Estado brasileiro, eu não tenho procuração dos meus colegas, mas eu queria aqui humildemente pedir perdão a todas as pessoas que sofreram com a ditadura, a todas as pessoas. Acho que esse pedido de perdão tinha que vir do Estado. Aquilo que...

Existe um poeta, eu não vou me alongar, porque já foi dita muita coisa aqui, mas eu fico tocado emocionalmente quando a gente toca nesse assunto, nesta Comissão de Defesa da Democracia, no Instituto Vladimir Herzog, quando eu vejo a função do profissional da imprensa, porque ali a função dele é de buscar a verdade na mais pura essência da verdade, independentemente de lado; é tentar materializar aquele fato para perpetuar na história, e ali as pessoas vão estudar e vão se debater sobre aquele acontecimento.

E existe um poeta... Eu sou do Direito, Prof. Zé Geraldo, mas eu costumo falar que o povo do Direito é muito enjoado, cheio de regras, tratados, funções. Eu acho que eu tenho uma afinidade muito grande com o campo da literatura. E, como eu não tenho legitimidade ou procuração dos meus pares, eu queria, como numa sala de aula, que procedêssemos a uma chamada simbólica de pessoas que não estão aqui para responder, que foram infelizmente atingidas de alguma forma pela ditadura.

Vladimir, Djalma, Ieda, Jane, Luís Eduardo, Luiz Inácio, Orlando, Vânio, tantos que não estão aqui para falar presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em memória a todos eles, eu ouso dizer o que um poeta inglês falou, um poeta muito bom quando ele fala:

> Parem os relógios
> Cortem o telefone
> Impeçam o cão de latir
> Silenciem os pianos e com um toque de tambor tragam o caixão
> Venham os pranteadores
> Voem em círculos os aviões escrevendo no céu a mensagem:
> "Ele está morto"
>
> Ponham laços nos pescoços brancos dos pombos
> Usem as polícias luvas pretas de algodão.
>
> Ele era meu Norte, meu Sul, meu Leste e meu Oeste.
> Minha semana de trabalho e meu domingo de descanso
> Meu meio-dia, minha meia-noite.
> Minha conversa, minha canção.
>
> Pensei que o amor fosse eterno, enganei-me.
> As estrelas são indesejadas agora, dispensem todas.
>
> Embrulhem a Lua e desmantelem o Sol
> Despejem o oceano e varram o parque
> Pois nada mais tem sentido.

Eu quero, com essa simples homenagem, falar que é uma função do Senado ter a defesa e ser um eterno vigilante da defesa da liberdade de expressão, da defesa do jornalismo livre e da defesa de uma verdadeira democracia, porque eu não tenho dúvida de que a democracia é o melhor terreno para plantar e colher direitos.

Obrigado, Sra. Presidente. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, Senador Contarato, pelas suas palavras. Você, na verdade, assim como os colegas que já passaram aqui, também é um grande defensor da democracia no Brasil.

Nós vamos passar agora a palavra ao colega Rogerio Sottili, que é Diretor-Executivo do Instituto Vladimir Herzog.

O SR. ROGERIO SOTTILI (Para expor.) – Bom dia a todos, bom dia a todas.

Eu queria agradecer aqui à Senadora Eliziane e ao Senador Contarato, e, na pessoa deles, a todos os Parlamentares que passaram por esta audiência.

Também queria agradecer de coração as presenças do Prof. José Geraldo, do Prof. Luiz Felipe de Alencastro, da Profa. Beatriz, e queria fazer um agradecimento muito especial à Mirian Leitão, que tinha compromisso no Rio de Janeiro, mas desmarcou para vir especialmente para esta nossa audiência pública prestar essa homenagem ao instituto.

Eu também quero agradecer a presença aqui do Sami Sternberg, representando a WBO (Washington Brazil Office), que é uma parceira importante do Instituto Vladimir Herzog.

Eu queria agradecer a presença da Comissão Arns, na pessoa do Prof. Luiz Felipe de Alencastro. Eu queria agradecer também a presença da Eneá, querida Presidente Eneá da Comissão da Anistia. Eu queria também agradecer as presenças de amigos aqui: o Ivanir Bortot, jornalista importante; e a Adriele Britto, do escritório Ayres Britto, que é uma parceira importante do Instituto Vladimir Herzog.

Eu queria também agradecer a presença do Marcos Secco, Associação Brasileira de Criminalística, que é um parceiro importante do Instituto Vladimir Herzog – obrigado, Marcos, pela presença –; o Defensor Público-Geral da União, que passou por aqui também; e agradecer especialmente a todos vocês aqui presentes.

Mas eu queria fazer um agradecimento muito especial à Senadora Eliziane Gama, Presidente desta Comissão de Defesa da Democracia, e nós precisamos reconhecer o trabalho e a coragem desta mulher, por tudo que ela vem desempenhando em defesa às instituições do Estado democrático brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao ser Relatora da CPMI de 8 de janeiro, a Senadora teve uma atuação decisiva para elucidar fatos cruciais e investigar os verdadeiros responsáveis por aqueles atos que aterrorizaram e envergonharam o nosso país.

Além disso, junto com outros Parlamentares, foi uma grande parceira do Instituto Vladimir Herzog, na missão que fizemos aos Estados Unidos para denunciar as relações globais entre os movimentos de extrema direita e articular formas de enfrentamento a esses grupos que ameaçam a democracia em todo o mundo.

Proteger a democracia a ampliar os direitos dos cidadãos é o que o Instituto Vladimir Herzog faz há 15 anos.

Levamos o nome de um homem de grande importância para a história do Brasil.

Vlado foi um personagem fundamental na luta contra a ditadura e pela garantia do direito à memória, verdade e justiça.

Sua morte sob tortura, em 25 de outubro de 1975, na dependência de um órgão de segurança do Estado, revelou ao mundo as práticas repressivas, brutais, do governo militar, mobilizando toda a sociedade por um imperativa busca por justiça e liberdade.

O crime ajudou a impulsionar o processo de abertura política no Brasil, e a luta por justiça, em torno de sua morte, é lembrada como catalizadora para a gradual transição do país para a democracia, que culminou com o fim da ditadura, em 1985.

Eu quero aqui fazer uma menção especial novamente à Senadora Eliziane Gama, que, por sua proposta, a Comissão de Defesa da Democracia aprovou, e depois no Senado, o dia 25 de outubro como o Dia Nacional da Democracia, em referência ao Vlado por ter morrido por defender a democracia no Brasil.

Mais uma vez obrigado, Senadora Eliziane, e nós esperamos que, agora, o Congresso, a Câmara aprove, para que o dia 25 seja institucionalizado o Dia Nacional da Democracia.

Continuando, o Herzog deixou um legado duradouro na defesa dos direitos humanos no Brasil. Sua história continua a inspirar jornalistas, ativistas e educadores em todo o país. O Instituto Vladimir Herzog, fundado em sua memória, eterniza essa luta por meio de projetos, iniciativas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que promovem uma cultura de paz, cidadania, respeito à diversidade. Isso inclui ações em escolas, universidades, favelas, comunidades periféricas e outras instituições, incentivando a construção de uma sociedade mais consciente e participativa.

Mais do que isso, o instituto tem atuado de forma decisiva para garantir que o Brasil promova mudanças estruturais a fim de romper a lógica da violência e a impunidade de cinco séculos de violências históricas, que martirizam grupos oprimidos da população, em especial mulheres, indígenas, quilombolas, a juventude negra, periférica e todos aqueles que sofreram e ainda sofrem com abusos perpetrados de forma covarde e sistemática por agentes do Estado brasileiro.

Como se não bastasse, cabe aqui ressaltar ainda o papel que a organização tem desempenhado para defender e fortalecer o Estado democrático de direito e ainda denunciar às instâncias nacionais e internacionais as tentativas arbitrárias e violentas de desestabilização das instituições democráticas que regem o Brasil.

O Congresso Nacional, em especial esta Comissão de Defesa da Democracia, e o Instituto Vladimir Herzog possuem em comum o compromisso em fazer com que a história do país seja profundamente conhecida, principalmente pelos jovens, para que possamos compreender os reflexos do passado no presente e, assim, atuar de forma mais coerente, consciente e articulada em defesa da democracia e dos direitos humanos.

Por isso, eu quero aqui agradecer também à figura do Ivo Herzog, filho do Vlado, Presidente do Conselho do Instituto Vladimir Herzog, que tem dado todo o apoio para que nossa instituição possa fazer um trabalho de incidência política na defesa da democracia, pela sensibilidade do Ivo e de todo o Conselho do Instituto Vladimir Herzog de entender que o instituto é um instituto para ajudar a mudar o Brasil – e a mudar o Brasil sob a égide dos direitos humanos e da defesa da democracia. Então, um agradecimento muito especial ao Ivo por ter dado todo o apoio para que nós pudéssemos desenvolver o nosso trabalho.

E quero agradecer, por fim, a realização dessa audiência pública para celebrar os 15 anos do instituto e reafirmar o nosso compromisso aqui, Senadora, nesta Comissão tão importante, de forma pública e irrestrita, de que o instituto vai seguir atuando, sob a inspiração do Vlado e de todos aqueles que perderam suas vidas, na luta pela defesa da democracia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Meu querido Rogerio, muito obrigada de coração pelas suas palavras. Eu acho que essas suas observações nos dão ainda mais a responsabilidade de continuar um trabalho muito intenso aqui nesta Comissão. Muito obrigada de coração.

E, para finalizar a participação, a presença, na verdade, dos nossos convidados, a gente finaliza com a palavra do Ivo Herzog, que é Presidente do Conselho do Instituto Vladimir Herzog.

O SR. IVO HERZOG (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora Eliziane. A gente se conheceu há pouco tempo, e sua ajuda já tem sido um apoio fundamental para a gente dar continuidade a esse legado do meu pai.

Eu me sinto desqualificado nessa mesa com pessoas que fazem tanto parte dessa história e que realmente, desde cedo, de maneira profissional, vieram se dedicando à defesa e à reconstrução desse país e dessa sociedade.

Eu sou filho do Vlado e da Clarice, irmão do André. Eu entrei nessa história por uma tragédia que vai fazer 49 anos que aconteceu. Rapidamente, eu quero relembrar alguns pontos e algumas pessoas que são responsáveis por esse evento estar acontecendo hoje, por existir o instituto.

Poucas pessoas sabem mas, em 1964, quando houve o golpe, minha mãe e meu pai decidem sair do país pelas condições de trabalho no jornalismo e meu pai vai para Londres. O sonho dele não era ser jornalista, o sonho dele era ser cineasta. A gente precisa lembrar isso, poucas pessoas sabem disso. Ele tinha um grande projeto na área do cinema.

Eu e meu irmão nascemos em Londres, enquanto meu pai trabalhava na BBC. No meio de 1968, minha mãe volta para o Brasil, comigo e com meu irmão; o meu pai fica mais alguns meses porque foi fazer um curso de cinema na Itália. É quando acontece o AI-5, que é alguma coisa que diz muito respeito a esta Casa. Os amigos dele, aqui do Brasil, falam para ele não voltar, que seria muito perigoso voltar para o Brasil, mas a resposta dele foi a de que era mais um motivo para ele voltar, porque ele precisava estar aqui para ajudar na busca da reconquista da democracia e da liberdade, aqui no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele voltou e, em 1975, todos nós sabemos o que aconteceu. Minha mãe ficou viúva com dois filhos pequenos, eu com nove anos e meu irmão com sete anos. Mais uma vez, a nossa família foi aconselhada a deixar o Brasil. Minha mãe trabalhava numa multinacional e falaram para ela escolher o país que quisesse que seria realocada. E ela falou assim: "Não, eu tenho que ficar aqui e lutar pela busca da verdade e da justiça pelos meus filhos".

Então, a grande protagonista dessa história, a grande figura – meu pai foi uma grande vítima, não é Miriam? – fez aniversário a semana passada, 83 anos, a Clarice, e continua na luta, na busca por justiça. Não vou dizer que pela verdade, porque a verdade todos nós conhecemos.

A família tem muita ansiedade para que a página dessa história seja virada, mas a gente precisa terminar de escrever essa página. E uma das coisas que está pendente e está na mão deste Governo, do Estado brasileiro – e, com certeza, esta Casa pode muito nos ajudar – é o cumprimento de várias sentenças.

A primeira sentença é de 1978, do Juiz Márcio Moraes, quando, entre outras coisas, declara a responsabilidade da União pela morte do meu pai e ordena que sejam investigadas as circunstâncias da morte do meu pai. Essa sentença nunca foi cumprida pelo Estado, transitou em julgado e até hoje não foi cumprida. Ou a sentença, mais recente, da Comissão Internacional de Direitos Humanos (OEA) que, entre outras coisas, ordena que o Estado brasileiro investigue as circunstâncias das mortes não só do meu pai, mas de todas as pessoas que morreram de maneira semelhante e diz que o que aconteceu com meu pai e com essas outras pessoas foi um crime de lesa-humanidade. Lesa-humanidade é um tema que está de volta à nossa pauta, seja pelo que aconteceu na Segunda Guerra Mundial, com o Holocausto, seja pelo que está acontecendo hoje na região da Palestina, com os palestinos.

O meu pai sempre foi a favor da paz, contra qualquer tipo de violência. E o que aconteceu com ele, de acordo com a Corte Internacional, é um crime que não pode ser perdoado e que não pode ser prescrito.

Então, cabe ao Dias Toffoli tirar da gaveta o pedido de revisão da lei de anistia, que está lá há tantos anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que, para evitar o que aconteceu aqui, no dia 8 de janeiro do ano passado, uma das coisas que a gente precisa é escrever a página dessa história. Esse é um capítulo importante que tem que ser contado.

Ainda dentro da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos, há a exigência do pedido de perdão do Estado brasileiro pelos crimes cometidos contra o meu pai. Eu aprendi recentemente – isso foi feito em relação à minha mãe – que cabe à Comissão de Anistia esse papel, de terminar esse processo e de executar esse pedido de perdão. Eu queria me solidarizar com a Comissão de Anistia, porque criar uma comissão e asfixiá-la ao mesmo tempo talvez seja um crime de uma covardia maior do que a não existência pública dessa comissão.

Então, toda minha solidariedade a você, Presidenta da Comissão. Estamos juntos; tem um trabalho grande. Há uma luz de esperança agora, que foi restituída à Comissão de Mortos e Desaparecidos.

E, ao longo desses anos, nós, da família, sempre achamos que a história do meu pai ia ser esquecida. Em algum dia, ninguém mais iria lembrar de Vladimir Herzog – se dizia que o Brasil não tinha memória. E, no dia a dia, vira e mexe, numa época que ainda se passava cheque, a gente assinava, aparecia o nome Herzog, e a pessoa falava: "Herzog? Mas o que é Herzog? Não tem um jornalista, não sei o quê, essa coisa toda?". Em outubro, no mês da morte do meu pai, também vinham muitos estudantes, muitos jornalistas insistentes sempre, não é, Miriam? Um bom jornalista tem que ser muito insistente, chato, não é? Acho que é um predicado do bom jornalismo. E vinham nos pedir informação sobre a história do meu pai. Quando a gente percebeu que isso não ia acabar, nasceu a ideia de se criar o Instituto Vladimir Herzog, após a entrega do 30º Prêmio de Jornalismo Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos.

Passamos oito meses pensando no que seria desse instituto, qual seria a missão dele. O instituto nasceu, e ele sobrevive, não porque eu quis ou porque minha mãe quis, meu irmão, mas porque a sociedade quis, porque os amigos quiseram, porque pessoas chatas, como a Miriam Leitão, uma boa, uma das melhores jornalistas que eu conheço, fizeram uma das coisas mais importantes que existem numa sociedade: se solidarizaram a esse processo e dedicaram tempo, espaço e recursos para que o instituto acontecesse, viesse a ter forma e fizesse coisas de fato. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instituto foi criado no aniversário de nascimento do meu pai, como uma forma de celebrar a vida dele.

Eu sempre digo, e isso é uma coisa muito pessoal, que o instituto talvez tenha sido o maior remédio, do ponto de vista psicológico, psiquiátrico, para a família, porque era muito pesado falar sobre a questão da morte do meu pai. E, hoje – e acho que este evento aqui simboliza muito isso –, várias coisas foram relembradas aqui de projetos em que o instituto trabalha ou trabalhou, que realizou, como a viagem, junto com os Parlamentares desta Casa aos Estados Unidos, como mais uma forma de ajudar a proteger a nossa democracia.

Então, hoje o instituto nos traz muita alegria pelo que ele constrói. Então quando eu falo do meu pai, quando eu falo do instituto, é com alegria, é com felicidade, numa jornada de 15 anos de uma entidade do terceiro setor, que, enquanto eu estive à frente, as pessoas me perguntavam o que eu fazia, qual era a minha profissão, e eu sempre falava: "Minha profissão é passador de chapéu", não é?, porque o terceiro setor é um grande passador de chapéu.

E foi passando o chapéu e com a ajuda, como eu falei, dessas pessoas que se solidarizaram; passando o chapéu e pedindo dinheiro para direitos humanos; não é para crianças, desabrigados, doentes, causas mais objetivas, concretas e tangíveis...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IVO HERZOG – ... por uma coisa muito difícil, muito incipiente, numa época em que o principal discurso que existia, nesta Casa, inclusive, era que direitos humanos era direito dos bandidos. E parabéns a esta Casa que superou isso, eu não ouço mais isso; então, parabéns a vocês desta Casa que conseguiram acabar com esse discurso de desconstrução dos direitos humanos! Mas a gente foi trabalhando, foi construindo, e o instituto hoje é muito mais do que nós poderíamos imaginar. Houve momentos em que a gente pensou em parar, em desistir, não tinha dinheiro para pagar a conta de luz, mas a gente via o que estava acontecendo.

E, Miriam, você falou do meu papel no instituto. O meu papel era, assim, eu não tive escolha, porque o instituto, ele é maior do que eu, ele é maior do que a minha mãe, ele é maior do que todos nós. Ele tem uma vida própria, e a gente só precisa ajudar com que ele ocupe os espaços que a sociedade pede para que ele venha a ocupar. Se eu fosse falar sobre tudo que o instituto faz, o discurso seria muito longo – interessante; porém, longo –, mas uma das coisas de que eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenho mais orgulho no Instituto Vladimir Herzog – eu acho que tem tudo a ver, de novo, com a existência desta Casa, com a existência do Estado – é o nosso programa em educação, em educação em direitos humanos. E a gente começou com uma pequena cidade o nosso projeto, a cidade de São Paulo: mais de 1,5 mil escolas, mais de 1 milhão de estudantes do ensino fundamental impactados por um programa que cultiva a cultura de paz.

Não dá para dizer que a morte do meu pai valeu a pena, mas pelo menos ela não foi em vão, e a gente tem muito orgulho. Mas eu queria realmente pedir o apoio desta Casa, o apoio dos Parlamentares e de todos – a minha mãe está com 83 anos –, para que, antes de ela ir embora, ela possa ver esse processo de justiça finalizado.

Um grande beijo para a minha mãe e muito obrigado por essa homenagem de hoje. Obrigado! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, Ivo, pelas suas palavras, pela sua emoção, pela sua presença aqui conosco.

E a gente vai encaminhar-se para o encerramento, mas antes eu quero pedir um vídeo da professora... da Bianca Santana, que, na verdade, é uma convidada, que não pôde estar, mas mandou um vídeo para a gente. Vamos soltar o vídeo.

A SRA. BIANCA SANTANA (Para expor. *Por vídeo.*) – Olá, eu sou Bianca Santana e acompanho com muita gratidão e muito orgulho esses 15 anos de Instituto Vladimir Herzog. Eu tive a honra de fazer parte do conselho do instituto, sigo de muito perto e fico muito honrada por me somar a vocês nessa celebração.

O Instituto Vladimir Herzog tem enfrentado com firmeza todas as violações de direitos humanos e tem nos convocado na defesa da democracia brasileira. Esse instituto é fruto da coragem e determinação de Clarice Herzog, da persistência de Ivo, André, Rogerio, todo o conselho e toda a equipe, que se dedica a tão importantes iniciativas e projetos na busca por justiça e verdade por Vlado, por sua memória, mas também honrando seu legado no posicionamento firme e vigilante em defesa da liberdade de expressão e da democracia.

Viva o Instituto Vladimir Herzog! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, muita obrigada à Bianca, por ter nos enviado o vídeo...

Bom, pessoal, já é um pouquinho tarde, já está dando 13h, mas eu quero agradecer ao pessoal do e-Cidadania, que fez aqui alguns encaminhamentos...

O Allan, do Rio de Janeiro, dizendo: "Como o Instituto Vladimir Herzog planeja ampliar o seu impacto na defesa da democracia e dos direitos humanos [...]?".

A Ana, de Pernambuco: "[...] quais as providências que estão sendo tomadas para a divulgação das consequências do extremismo no mundo [...]?".

A Louize, do Paraná: "[...]. Quais os [...] desafios [...] [enfrentados atualmente pelo instituto em sua atuação]?".

Jorge, do Rio de Janeiro: "[...] quais os planos para que os direitos humanos sejam vistos como [...] [determinantes para a igualdade entre todos]?".

Eu vou passar as perguntas aqui ao Rogerio, para que depois você possa até encaminhar essas perguntas e a gente possa publicar no nosso e-Cidadania.

Eu quero agradecer, de coração, a presença de todos e de todas.

Gostaria de saber se alguém da mesa ainda quer fazer alguma colocação de finalização... (*Pausa.*)

Prof. Alencastro.

O SR. LUIZ FELIPE DE ALENCASTRO (Para expor.) – Eu vou usar, porque eu deveria ter feito, durante a minha fala (*Fora do microfone.*) lembrar os 8 mil indígenas, ao menos – porque é muito provável que sejam muito mais de 8 mil –, e 1,2 mil líderes de sindicatos rurais assassinados durante a ditadura pelas forças da ditadura.

Era só isso.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, Professor. Registro importante.

Também quero agradecer a presença do Marcos Secco, que é Presidente da Associação Brasileira de Criminologia.

Miriam.

A SRA. MIRIAM LEITÃO (Para expor.) – Realmente, é só um minuto mesmo. (*Fora do microfone.*) O que eu queria falar é que eu fiquei muito emocionada. Fui a primeira a falar e, depois, fiquei ouvindo todos, e agora, essa palavra final do Ivo Herzog, essa figura, esse cidadão exemplar, que é o Ivo Herzog, e toda a trajetória e a lembrança sempre forte de Clarice, que ele traz, e quem conviveu com ela um pouco que seja sabe o quanto que ela tem sido essa pessoa tão maravilhosa nas nossas vidas, na vida do país, e, aí...

Ivo, você e sua mãe tornaram realidade o verso da poesia da música de Aldir Blanc. A dor foi pungente. Ela não foi inutilmente. Vocês transformaram o verso em realidade. Nada justifica o assassinato, mas é para dizer de novo da minha enorme admiração pela família Herzog.

Eu, aqui, quis, no começo, falando de toda a sua linhagem, toda ela trazendo lições para o Brasil, e, realmente, neste momento, aqui, Senadora Eliziane, o que se fecha é esse ciclo. O inimigo permanece vivo e atento. Portanto, em cada momento como esse, que a democracia seja sempre reverenciada como a única forma de governo da civilização.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Eu quero agradecer, portanto, a todos os colegas que estiveram conosco nesta audiência, agradecer à Miriam, à Beatriz, ao Luiz Felipe de Alencastro, ao Pr. Henrique Vieira, ao Prof. José Geraldo de Sousa Junior, à Bianca, que participou pelo vídeo, ao Rogerio, meu amigo querido do meu coração, o Rogerio Sottili. Nós temos muita caminhada pela frente.

Quero agradecer, de coração, ao Ivo Herzog e dizer para vocês que esta audiência pública surgiu com o objetivo de comemorar esses 15 anos. Como já disse o Rogerio, nós aprovamos aqui no Senado Federal, Miriam, um projeto de lei tornando o 25 de outubro como o Dia Nacional da Democracia, na verdade formalizando, porque a gente já tem essa comemoração histórica desde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a morte do Vlado. E também quero dizer para vocês o seguinte, que nós criamos esta Comissão, Professor – e eu anotei aqui uma frase sua –, depois do 8 de janeiro, porque compreendemos que a defesa da democracia tem que ser uma ação continuada, tem que ser vigilante, tem que ser uma ação de fato permanente. Eu anotei uma das suas frases, quando o senhor fala dos desafios, falando da democracia, o senhor diz o seguinte: podemos até não ter garantia de destino, mas temos a possibilidade de percurso, e eu acho que é essa possibilidade de percurso que esta Comissão constrói todos os dias, fazendo valer de fato a democracia. E quero dizer para vocês o seguinte, que esta Comissão existe pelo Brasil, esta Comissão existe pelo Vladimir Herzog, que perdeu a vida defendendo a democracia. Quero dizer para você, Miriam – e me emociona –, esta Comissão também existe por você. (*Manifestação de emoção.*) Desculpe. (*Palmas.*) Porque não dá para ver a sua história sem chorar, sem se emocionar, não é? E, às vezes, a indignação bate quando a gente vê algumas pessoas banalizando e relativizando a sua dor e o seu sofrimento. Você, grávida, torturada, agredida; colocaram uma jiboia no mesmo espaço em que você estava, grávida de apenas um mês. E você está aqui viva para contar para a gente, com a sua resistência, com a sua força. E quero dizer para você que você é uma inspiração para todas nós, inspiração como mulher, como jornalista e como um ícone de defesa da democracia. Eu acho que este dia é um dia histórico pela sua presença aqui, pela presença do Ivo aqui.

Quero dizer para você, Ivo, que o Instituto Vladimir Herzog faz parte da nossa história, faz parte desta Comissão. Nós fomos aos Estados Unidos junto com o Instituto Vladimir, e nós temos a ida agora para o Chile. Eu estive ontem na Bolívia, conversamos lá com o Presidente Arce; no dia 26, houve uma tentativa de golpe nos moldes clássicos, antigos, que é o uso da força, das Forças Armadas, para tentar implantar um golpe, mas a gente sabe que hoje, nos tempos contemporâneos, a forma de destruir a democracia é por dentro da democracia. O livro *Como as Democracias Morrem* mostra isso de forma muito clara. Nós estamos vivenciando isso em outros países mundo afora, na Turquia, na Polônia e em outros mais, onde, com o instituto da democracia, eles instalam uma ditadura e colocam abaixo direitos tão fundamentais da vida das pessoas. Eu acho que esta Comissão surge com esse objetivo, com o objetivo de fazer valer a democracia, haja o que houver. E você disse muito bem: a democracia é a principal característica, o principal fato para os Governos da humanidade, da contemporaneidade, do nosso tempo, que nós estamos vivendo atualmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero finalizar com a frase do Vladimir Herzog: "Quando perdemos a capacidade de nos indignar com as atrocidades [...], perdemos também [...] [a capacidade de sermos] seres humanos civilizados".

E é para sermos exatamente esses seres humanos que os direitos humanos, na verdade, foram resgatados nesse novo momento da história política que nós estamos vivenciando no Brasil, que é o ponto central desta Comissão de Defesa da Democracia.

Que Deus abençoe a todos nós! Viva a democracia brasileira! (*Palmas.*)

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e todas e declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 11 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e vinte e oito minutos do dia doze de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência da Senadora Eliziane Gama, reúne-se a Comissão de Defesa da Democracia com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Soraya Thronicke, Teresa Leitão, Otto Alencar e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Augusta Brito, Wilder Morais, Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra e Flávio Arns, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcos do Val, Renan Calheiros, Randolfe Rodrigues, Ana Paula Lobato, Carlos Portinho, Wellington Fagundes e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4400, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para punir a invasão e apropriação de conta em rede social, bem como a extorsão mediante invasão ou apropriação de conta em rede social." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB). **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 651, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos digitais; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão de Defesa da Democracia n° 8, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma Audiência Pública na Comissão de Defesa da Democracia do Senado Federal (CDD) com o objetivo de debater o apoio e rejeição à extrema-direita e seus impactos políticos no Brasil, Chile e Argentina." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama (PSD/MA). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Eliziane Gama
Presidente da Comissão de Defesa da Democracia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/12

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Defesa da Democracia da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta quarta-feira, 12 de novembro de 2024. (*Pausa.*)

Cabelos longos, não é? Ainda não me acostumei aqui. Usei um xampu que foi rápido, amiga! (*Risos.*)

Vamos lá!

Submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 8ª Reunião, realizada em 10 de julho de 2024.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 4400, DE 2021

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para punir a invasão e apropriação de conta em rede social, bem como a extorsão mediante invasão ou apropriação de conta em rede social.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB)

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Pela aprovação com emendas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Comunicação e Direito Digital e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.

A pedido do Relator, o item 1 foi retirado de pauta.

Consulto o Plenário da Comissão sobre a possibilidade de apreciarmos extrapauta o Requerimento nº 8, de 2024, de autoria desta Presidência. (*Pausa.*)

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA Nº 8, DE 2024

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma Audiência Pública na Comissão de Defesa da Democracia do Senado Federal (CDD) com o objetivo de debater o apoio e rejeição à extrema-direita e seus impactos políticos no Brasil, Chile e Argentina.

Autoria: Senadora Eliziane Gama (PSD/MA)

Não havendo oposição, coloco em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Bom, pessoal, não havendo mais nada a tratar, eu agradeço a presença de todos e todas e declaro encerrada esta presente reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 11 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Eliziane Gama, reúne-se a Comissão de Defesa da Democracia com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Marcos do Val, Soraya Thronicke, Teresa Leitão, Fabiano Contarato, Humberto Costa e Dr. Hiran, e ainda dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Jorge Seif, Jorge Kajuru, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Zenaide Maia, Esperidião Amin, Augusta Brito, Wilder Morais, Angelo Coronel e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Randolfe Rodrigues, Ana Paula Lobato, Carlos Portinho e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 8/2024 - CDD, de autoria Senadora Eliziane Gama (PSD/MA). **Finalidade:** Debater o apoio e rejeição à extrema-direita e seus impactos políticos no Brasil, Chile e Argentina. **Participantes:** Rogério Sottili, Diretor Executivo do Instituto Vladimir Herzog; José Carlos Dias, Membro fundador da Comissão Arns; Eduardo de Pedro, Senador da República Argentina; Talita Tanscheit, Coautora do relatório "Apoio e rejeição à ultradireita"; Tomás de Rementería, Deputado da República do Chile; e Cristovam Buarque, Ex-Senador da República e ex-Ministro da Educação do Brasil. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Eliziane Gama
Presidente da Comissão de Defesa da Democracia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Defesa da Democracia da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 27 de novembro de 2024.

Submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de novembro de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o apoio e rejeição à extrema direita e seus impactos políticos no Brasil, Chile e Argentina, em atenção ao Requerimento nº 8, de 2024, da Comissão de Defesa da Democracia, de autoria da Senadora Eliziane Gama.

Convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados: Rogério Sottili, Diretor-Executivo do Instituto Vladimir Herzog; também convido, com muita honra, o nosso querido sempre Senador Cristovam Buarque, que foi Senador da República e também Ministro da Educação do Brasil.

Comunico que participarão desta audiência pública por videoconferência os seguintes convidados: Talita Tanscheit – não sei se pronunciei corretamente o nome –, coautora do relatório Apoio e Rejeição à Ultradireita; Tomás de Rementería, Deputado da República do Chile; Eduardo de Pedro, Senador da República da Argentina; José Carlos Dias, Membro Fundador da Comissão Arns.

Durante as exposições dos convidados falantes da língua espanhola, será realizada a interpretação simultânea para a língua portuguesa.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, e pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até 15 minutos. No final das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas e também os comentários.

Antes de tudo, eu quero mais uma vez agradecer a todos os presentes, cumprimentar os Parlamentares e aqueles especialmente que estão chegando ainda para participar desta audiência pública, que nós compreendemos ser muito importante para o processo democrático brasileiro.

No final do mês de abril, início do mês de maio do corrente ano, eu tive a honra de integrar a viagem de um grupo de Parlamentares aos Estados Unidos, onde nós também apresentamos o relatório, o resultado, portanto, o relatório da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito que analisou a tentativa de golpe contra a democracia brasileira no 8 de janeiro, que foi protagonizada por movimentos da extrema direita no Brasil. Na ocasião, Parlamentares brasileiros e também americanos, num ato conjunto e muito importante, decidiram ser necessário articular encontros em todo o mundo a favor da democracia, particularmente em nosso continente, na América, que vem sendo alvo de ações sistemáticas da extrema direita. Estivemos no Chile, na sequência, levando a mesma preocupação. Espero que o ideal de liberdade prevaleça sempre entre nós.

O Parlamento tem um papel fundamental no combate ao extremismo. A CPMI da qual fui Relatora descortinou a arquitetura do golpe e as investigações posteriores de órgãos republicanos comprovaram que o 8 de janeiro foi até mais grave do que imaginávamos, envolvendo inclusive militares e oficiais de alta patente, que chegaram a planejar assassinatos de Chefe do Executivo e de Ministros da nossa mais alta Corte, fato exposto e relatado esta semana, inclusive, com profundidade por todos os veículos de comunicação do Brasil e fora do Brasil. Tivemos ontem, inclusive, a publicidade do inquérito, por parte do Ministro Alexandre de Moraes, tornando, portanto, públicas essas informações, informações estarrecedoras, Sottili e Cristovam Buarque.

Num primeiro momento, quando eu recebi a informação pelas redes sociais, considerando inclusive o que a gente está acompanhando de *fake news* e tal, eu falei: não, isso aqui é uma informação verdadeira, teve essa denúncia mesmo, tem esse fato? E aí, só então, vendo os demais veículos de comunicação divulgando, vi a veracidade desse inquérito, porque a gente chega a se impressionar e até questionar, dada a gravidade dessa informação que está hoje em investigação e que agora, como eu falei, é um inquérito público.

É muito oportuna a audiência pública de hoje desta Comissão porque vai apresentar um estudo comparado sobre o apoio e a rejeição à ultradireita no Brasil, Argentina e Chile, um estudo que contou com o apoio da Fundação Friedrich Ebert, alemã, e realizado sobretudo por cientistas políticos e sociais do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chile. Certamente é um tema que vai merecer outras pesquisas pela atualidade e protagonismo que vem avançando no interior dos regimes democráticos.

É interessante notar que o estudo conclui que 30% dos eleitores dos três países analisados apoiariam a extrema direita; 60% seriam contrários a ela. Se há alguma identidade junto ao eleitorado mais extremista, baixa adesão à democracia, apoio a medidas mais duras contra o crime, posições mais restritivas ao aborto e a casamentos entre pessoas do mesmo sexo, também existem diferenças no tocante a aspectos sociodemográficos. Na Argentina, por exemplo, o apoio ao extremismo é maior entre os mais jovens; no Brasil, tem grande apoio entre os escolarizados; no Chile, o apoio não se apresenta com grande diferença entre homens e mulheres. Entender essas diferenças é fundamental para que as forças democráticas possam derrotar a extrema direita.

Gostaria de agradecer aos autores do presente estudo, uma contribuição muito importante à ciência e à causa da democracia; também agradecer ao Instituto Vladimir Herzog pelo apoio a este evento que realizamos; e ao Centro de Estudos Legais e Sociais da Argentina, que nos facilitou o contato com Senador Eduardo, presente virtualmente neste debate. (*Pausa.*)

Portanto, aqui nós vamos iniciar com a exposição da coautora do relatório de Apoio e Rejeição à Ultradireita, um estudo comparado entre Argentina, Brasil e Chile, que é a Talita, que vai falar para a gente agora aqui, corretamente, o sobrenome dela – eu acho que não falei corretamente, Talita, mas me perdoe, por favor.

Você tem a palavra pelo tempo de até 15 minutos.

A SRA. TALITA TANSCHEIT (*Por videoconferência.*) – Vocês me escutam bem?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Sim.

A SRA. TALITA TANSCHEIT (*Por videoconferência.*) – E a minha apresentação está sendo compartilhada? Vocês estão conseguindo ver?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Sim, estamos.

A SRA. TALITA TANSCHEIT (Para expor. *Por videoconferência.*) – Perfeito.

Obrigada, Senadora, pelo convite. É um prazer estar aqui conversando e apresentando este estudo para vocês, para o Senado brasileiro e também para a audiência brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu também não sei pronunciar muito bem o meu sobrenome, mas eu em geral digo: Talita São Thiago "tanchait". Então, não têm problema esses possíveis erros com relação ao meu sobrenome.

Bem, hoje eu vou apresentar um estudo que nós desenvolvemos no laboratório para o estudo da ultradireita na América Latina. Ele é um estudo que não é só de autoria minha; é um estudo que eu conduzi com outros quatro colegas aqui: do Chile – colegas que são de nacionalidade chilena –, mas que também são do Peru e da Itália, e eu sou a brasileira do grupo.

Nós temos produzido estudos sistemáticos e comparados sobre o estado da ultradireita na América Latina. Nesse sentido, nós produzimos estudos sobre as ideias de líderes e partidos de ultradireita na América Latina, mas também sobre os votantes da ultradireita na América Latina, ou seja, quais são aquelas pessoas que apoiam e que rejeitam a ultradireita na região.

Esse é o primeiro dos nossos estudos com os votantes, desde uma perspectiva comparada. Anteriormente, nós havíamos feito um estudo específico sobre o Chile, com a realização de grupos focais, mas, neste caso, nós ampliamos o estudo para a Argentina e para o Brasil, e nós também temos dados atuais sobre México e El Salvador, que serão publicados em um informe no início do ano que vem, nós esperamos.

O que eu quero apresentar aqui, hoje, para vocês são alguns achados principais com relação ao nosso estudo. Então, primeiro, eu quero apresentar brevemente o nosso conceito de ultradireita, do que falamos quando falamos de ultradireita, para passar para a nossa metodologia: como que nós medimos o apoio e a rejeição à ultradireita na América Latina e quais são as características sociodemográficas e ideológicas desses eleitores de ultradireita na América Latina, concluindo com dados que, para o caso brasileiro em específico, se tornam ainda mais relevantes, sobre a relação desses eleitores com a democracia, com o sistema político-democrático, e finalizando com algumas considerações sobre o nosso estudo e sobre o que nós acreditamos que deve ser uma agenda de pesquisa no futuro, não só nossa, mas do conjunto da academia latino-americana preocupada com esse processo de avanço da ultradireita na nossa região.

Uma primeira questão conceitual diz respeito ao campo político da direita. Quando nós falamos de direita, em termos conceituais, nós falamos, por um lado, da direita convencional, *mainstream right*, em inglês; e, por outro lado, da ultradireita, *far right*, em inglês.

A direita convencional se define por posições programáticas moderadas e por uma relação de lealdade ao sistema político-democrático, quer dizer, por uma relação de adesão à democracia liberal e às regras do jogo da democracia liberal. No nível nacional, essa direita convencional esteve representada por muitos anos no Brasil pelo PSDB, um partido de centro-direita com posturas moderadas, defensor da democracia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ultradireita, por outro lado, se caracteriza por posições programáticas radicais e por uma relação de semilealdade ou de deslealdade com relação ao sistema político-democrático, quer dizer, por líderes e partidos que vão tensionar ou mesmo se opor à democracia e aos princípios da democracia em sua versão liberal; esta, neste caso, no Brasil, está liderada pelo Bolsonaro e por outros atores que vêm se consolidando na competição político-eleitoral do país.

O que nos interessa em nosso estudo? Entender, dentro da ultradireita, quem são as pessoas que estão a favor e contra esses líderes na Argentina, no Brasil e no Chile – na Argentina, a figura de Javier Milei; no Brasil, a figura de Jair Bolsonaro; e, no Chile, a figura de José Antonio Kast.

Para entender isso, nós realizamos um conjunto de pesquisas de opinião pública, presenciais, com uma amostra representativa da população nacional em idade de votar – no caso da Argentina e do Brasil, maior de 16 anos, e no caso do Chile, maior de 18 anos. E, no caso do Brasil e do Chile, essa amostra contemplou a população rural e urbana. No caso da Argentina, não, porque as empresas de opinião pública na Argentina não trabalham com essa diferenciação. Na Argentina, contratamos a Isonomía Consultores; no Brasil, a Quaest; e no Chile, a Datavoz. A pesquisa na Argentina foi realizada justo antes do primeiro turno das eleições presidenciais de 2023, e a pesquisa no Chile foi realizada justo antes do plebiscito constitucional de 2023. No Brasil, não existia nenhum processo eleitoral em 2023, e, então, nós realizamos em uma data aproximada à data em que realizamos a pesquisa nesses dois países.

Como nós medimos o apoio e a rejeição à ultradireita na nossa pesquisa? Muito simples: através de uma pergunta que em inglês se chama de *propensity to vote*, em que nós perguntamos à população, em uma escala de um a cinco, em que um significa que definitivamente não votaria nele e cinco significa que definitivamente votaria nele, qual a disposição da população por votar nas figuras de Milei, Bolsonaro e Kast.

O que nós encontramos são dados muito similares para os três países e similares também à realidade do continente europeu: 60% da população rejeitam a ultradireita, e 60% da população apoiam a ultradireita. Agora, vão me perguntar: mas se esse nível é tão alto, por que Milei ganhou a eleição na Argentina e por que Bolsonaro ganhou a eleição no Brasil? E aqui a gente tem que se lembrar de que estamos falando de sistemas presidencialistas, em que as eleições são definidas, muitas vezes, em dois turnos, em que, no segundo turno, a população não vota em quem ela gosta mais, às vezes, mas vota em quem ela rejeita menos.

À continuação, nós temos as características sociodemográficas de quem apoia a ultradireita. O que é importante aqui? É perceber a heterogeneidade. Não existe um padrão regional para definir em termos sociodemográficos o eleitor que apoia e o eleitor que rejeita a ultradireita na Argentina, no Brasil e no Chile.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na Argentina, o eleitor favorável à ultradireita é jovem, de classe baixa, vive fora de Buenos Aires e é evangélico. No Brasil, é de classe média, com educação superior, vive no sul do país e é evangélico; no Chile, é de classe média, vive no sul e no norte e é evangélico. A única característica comum desses eleitores é a sua filiação à religião evangélica.

Do ponto de vista do eleitor contrário à ultradireita, também existe uma heterogeneidade. A maior presença de mulheres entre quem rejeita a ultradireita só se verifica na Argentina e no Brasil, e não no Chile. A importância da população afrolatina na rejeição à ultradireita só se verifica no Brasil. E as regiões também são distintas. Então, enquanto esse eleitor contrário à ultradireita na Argentina está em Buenos Aires, no Brasil, por exemplo, ele está no Nordeste; no Chile, por exemplo, ele está na região metropolitana. Há bastante heterogeneidade.

Isso não se verifica quando nós passamos para as características ideológicas. Do ponto de vista ideológico, nós encontramos um padrão muito comum, e eu vou apresentar alguns dados para vocês, primeiro da população nacional e depois entre quem apoia e rejeita a ultradireita.

Estas são perguntas sobre apoio a políticas *mano dura*, a políticas de ordem e de segurança. Uma é uma pergunta sobre a pena de morte, e outra é uma pergunta sobre o porte de armas. Nos três países existe um maior apoio à pena de morte em alguns contextos, ao passo que não existe um apoio à flexibilização do porte de armas. Nos três países se rejeitam políticas de flexibilização do porte de armas. No entanto, quando nós verificamos o eleitor favorável e o eleitor contrário à ultradireita, nós, sim, vemos um padrão. Com relação à pena de morte, por exemplo...

Eu não sei se a minha apresentação ainda está sendo visível. Vocês estão conseguindo vê-la?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Não, agora estamos vendo você.

A SRA. TALITA TANSCHEIT (*Por videoconferência.*) – E a apresentação não se vê?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Exatamente.

A SRA. TALITA TANSCHEIT (*Por videoconferência.*) – Será que a gente faz alguma correção, ou eu dou prosseguimento?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Eles estão tentando ajustar aqui. Você vai prosseguindo para a gente ganhar tempo, e eles vão tentar colocar na tela, está bom?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TALITA TANSCHEIT (*Por videoconferência.*) – Está bom. Obrigada.

Eu vou falar mais para vocês conseguirem entender apesar de o gráfico não estar sendo passado.

O que a gente vê, na verdade, retomando com relação à pena de morte, por exemplo? O eleitor de ultradireita é quem apoia esse tipo de política – com cerca de 60% do eleitorado favorável à pena de morte sendo de ultradireita –, enquanto o eleitor que é contrário à ultradireita é o eleitor que rejeita a pena de morte em algumas circunstâncias. O mesmo se reproduz para a questão do porte de armas. O eleitor a favor da flexibilização do porte de armas é o eleitor de ultradireita – esse dado chega a 74% no Brasil –, enquanto o eleitor contrário à flexibilização do porte de armas é o eleitor que rejeita a ultradireita.

Isso vai se repetir quando nós fazemos uma pergunta relativa à ressocialização. Aqui são duas perguntas: a criminalidade poderia ser resolvida com mais ordem e mão dura ou o que é necessário é educação e trabalho? Quem já cometeu um crime cometerá novamente ou os criminosos podem ser reeducados e reintegrados à sociedade?

O Brasil se destaca como um país que acredita que o que faz falta é educação e trabalho e um país que acredita que aquelas pessoas que cometeram um crime podem ser reeducadas e reintegradas à sociedade com relação à população em geral.

De novo, quando olhamos para o dado entre apoio e rejeição à ultradireita, o que nós vemos? É que o eleitor de ultradireita é favorável a mais ordem e *mano dura* e não acredita que quem cometeu um crime pode ser reeducado e reinserido na sociedade.

Isso vai se reproduzir em diversos outros pontos. Aqui é uma pergunta sobre feminismo e antifeminismo e as mulheres usarem o feminismo para ganhar, de maneira injusta, uma vantagem sobre os homens. Esse é um tema que polariza a sociedade, certo? Então, metade da sociedade concorda, metade discorda. Mas quem concorda mais e quem discorda mais? O eleitor favorável e o eleitor contrário à ultradireita.

Novamente, quando fazemos uma pergunta sobre Estado e mercado, sobre pessoas que são mais favoráveis a políticas de igualdade de renda e pessoas que são menos favoráveis a políticas de igualdade de renda, nós vemos que, na população em geral, no Brasil e no Chile, a maioria da população é mais favorável à igualdade de renda. Na Argentina não é assim. Quando olhamos para o eleitor de ultradireita, vemos que é esse o eleitor que é contrário a políticas de igualdade de renda e que é mais favorável a políticas pró-mercado.

Novamente isso se reproduz em temas morais. Eu vou passar rápido por esses dados porque são dados que já são bem conhecidos no Brasil. Tanto com relação ao aborto quanto com relação ao casamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entre pessoas do mesmo sexo, o eleitor de ultradireita tende a rejeitar mais esse tipo de política do que aquele que está contrário à ultradireita.

E um último dado que é importante, em especial, para esta Comissão, diz respeito ao apego à democracia. No nosso estudo, a gente tem essa pergunta mais detalhada e com mais riqueza de dados. Nós fazemos uma pergunta: com qual das seguintes frases você está mais de acordo: a democracia é preferível a qualquer outra forma de Governo; em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível a um democrático; ou não importa se o regime é democrático ou autoritário? O que nós vemos nesse gráfico? Primeiro, que a Argentina se destaca como um país com maiores níveis de apoio à democracia, chegando a quase 80%, enquanto, no Brasil e no Chile, esse índice está em 60%, e que o eleitor de ultradireita, com relação àquele eleitorado que é contrário à ultradireita e com relação também à população em geral, é o eleitor que mostra menores níveis de apego à democracia, tanto na preferência por um governo autoritário quanto na desimportância com relação a um regime ser democrático ou autoritário.

Para concluir, muito brevemente, o que nós consideramos importante destacar? Apesar do rápido crescimento da ultradireita na América Latina, um importante número de pessoas se posiciona contrário à ultradireita na região, portanto, é necessário que futuros estudos entendam a diversidade de quem rejeita a ultradireita.

Segundo, em termos sociodemográficos, não existem similitudes entre quem apoia a ultradireita na Argentina, no Brasil e no Chile, com exceção da sobrerrepresentação no mundo evangélico. Precisamos de mais estudos para compreender a base social de apoio à ultradireita na América Latina.

Terceiro, existem muitas semelhanças ideológicas entre quem apoia a ultradireita na Argentina, no Brasil e no Chile. São eleitores que apoiam políticas de *mano dura*, que são antifeministas e conservadores em temas morais, favoráveis ao livre mercado e com baixos níveis de apoio à democracia.

Para concluir, é importante considerar que a ultradireita vem gerando um processo de realinhamento eleitoral e de reestruturação dos sistemas partidários latino-americanos com impactos de longo prazo nas democracias na América Latina. Por isso, é necessário ter um diagnóstico preciso de seus líderes, partidos e eleitores para que nós saibamos como impedir que este tipo de discurso e de política permeie cada vez mais as nossas sociedades, pondo em risco, de forma muito relevante e muito preocupante, não só as nossas democracias em sua versão liberal, mas nossos Estados de bem-estar social e as conquistas realizadas nos últimos 40 anos.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, Talita, pela sua exposição.

Eu vou agora apresentar um vídeo que foi enviado pelo Prof. Cristóbal Rovira, um dos autores do relatório. O professor não pôde estar presente nesta audiência, mas preparou esse vídeo de cinco minutos, expondo as ideias centrais do relatório. (*Pausa.*)

Como o Sr. Eduardo de Pedro está com o horário também meio apertado, então, vamos ouvir o Senador e, na sequência, a gente, na verdade, faz a exposição do vídeo. Então, vamos passar aqui a palavra ao Senador da República da Argentina, Eduardo de Pedro, a quem eu quero, de antemão, já agradecer pela participação conosco.

O SR. EDUARDO DE PEDRO (Para expor. *Por videoconferência*. *Tradução simultânea*.) – Boa tarde a todos!

Senhores e senhoras, primeiro, gostaria de pedir desculpas pelo pouco tempo, porque, hoje, estamos agora em uma sessão do Senado, estamos em plena sessão do Senado com o chefe de gabinete do Governo de Milei, de modo que tenho que voltar ao estabelecimento, à reunião.

Gostaria e quero agradecer o convite, quero felicitar também a iniciativa deste fórum no âmbito da Comissão de Defesa da Democracia do Senado do Brasil e, principalmente, agradecer ao Partido dos Trabalhadores e à Senadora Gama, que preside a Comissão.

No momento em que a extrema-direita encarna na Argentina pelos neoliberais que nós temos, entendi também que vêm se reorganizando, em nível mundial – considero muito oportuno e muito necessário –, estes intercâmbios que temos que fazer em nível regional, que a nossa força política parece que... Temos que aproveitar cada espaço institucional, como também temos que tratar de promover alianças, encontros, em nível sindical, em nível de movimentos sociais e em nível de profissionais da comunicação.

Hoje, a ultradireita usa a tecnologia, via redes como uma das suas principais ferramentas, e nós temos que colocar também todas as nossas equipes, militantes, equipes técnicas... Entenda-se o uso das novas tecnologias para, pelo menos, compartilhar estudos e compartilhar informações referentes ao que se pode fazer com elas.

Nós, hoje, lembrávamos algumas cenas: aquele primeiro encontro, o famoso Consenso de Buenos Aires, que assinaram Lula e Néstor Kirchner também, uma espécie de resposta ao que foi o Consenso de Washington. Argentina e Brasil se propuseram a começar uma época, que foi além de outubro de 2003, quando Néstor e Lula, no caso, se comprometem a implementar políticas institucionais para fortalecer a democracia e políticas econômicas para gerar uma nova onda na região, que tem a ver com as inclusões,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

redes de instrução e a incorporação de milhões de irmãos e irmãs a uma vida digna e produtiva. Esse é um dos exemplos que nós temos.

Daí vem também a Alca, e aí vem também o Paulo, em conjunto ao Fundo Monetário Internacional, para podermos sair desses órgãos internacionais que tanto dano fazem e que tanto condicionam. Assim, também quero dizer ao Senado que o Deputado da República do Chile, o Rementería, promoveu e promove uma ata de apoio ao Lula, ao PT.

Na reunião de blocos dos Senadores, todos os Senadores do bloco opositor, de oposição, assinaram a ata com a qual saíram e vão mandar essa informação. Lembramos que a ata tem a ver com uma solidarização permanecente com o Lula, com o Vice-Presidente e com o Ministro do Supremo Tribunal Federal, que foram vítimas da conspiração que procurava assassiná-los.

Então, gostaria de agradecer e dizer aos senhores que nós assinamos e que houve muita boa recepção no bloco dos Senadores, porque são importantes também essas medidas concretas específicas para, sim, fazermos parte. Não alcança com que alguns façam manifestações, e não acho que esta unidade, esta coordenação institucional... É um passo maior e é um passo necessário também.

Como os senhores sabem, os governos da região impulsionaram políticas a favor da soberania, da produção, da integração. E os que fizeram crescer o PIB nas nossas nações, os que tomaram políticas que ampliaram a classe média com dignidade, que geraram um grau de independência dos nossos países e região, tiveram como resposta persecução econômica, persecução política e persecução judicial. Na Argentina, nós estávamos acostumados, até 1983... Todos os governos populares que pretendiam uma integração regional, independência em determinada em potências, tivessem golpes de Estado.

É uma lógica, como sabem, a partir desse consenso que recém-nomeavam, no quadro que recém-apresentou, onde a democracia está aceita, onde a democracia tem um valor, incorporado pela sociedade. O que fazem é mudar as armas dos militares, as armas que usavam nos golpes de Estado, por uma persecução, primeiramente midiática, em que se condena midiaticamente os atores que não respondem ao poder, e depois, via judicial, repete judicialmente, e prescreve.

Parece que esse processo, como muito bem nós conversamos muitas vezes, por volta do caso do companheiro Lula, do companheiro Rafael Correa, do Hugo, de Dilma e de Cristina Kirchner, eu acho que é, também, outro tema para conversarmos institucionalmente.

Também nós temos que estudar e falar regionalmente as experiências que estão levando adiante, hoje, com a reforma judicial, com a companheira *flamante*, a Presidente do México também...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós, em 2013, iniciamos uma reforma de organização da Justiça – e foi um dos pontos em que o Estado, a Argentina e o "círculo vermelho" do poder mais forte responderam com mais violência e com mais ataques aos policiais –, com a qual vamos continuar, e muito próximos do processo do México também.

Também quero comentar que hoje, tal qual na Argentina, depois da tentativa de assassinato da companheira Cristina Kirchner, estamos em uma investida policial muito forte, com a condenação, em segunda instância, há poucos dias, por juízes e procuradores que jogavam futebol com o Presidente e que foram destinados regularmente... Que jogavam futebol na quinta pessoal do Presidente Macri. São os que, em todo esse entramado judicial, esse mapa judicial, desenharam um percurso para que sejam determinados juízes, determinados procuradores, os que prescrevam a Cristina.

Ao longo da sua Presidência até o dia de hoje, Cristina tem hoje mais de 250 causas penais, semelhante a como foi com o General Perón na Argentina, com mais de 200 causas, com prescrições de 18 anos, enfim...

A Argentina, lamentavelmente, está repetindo, de forma bastante semelhante, o processo que se usou com o General Perón.

Como os senhores sabem, essa perseguição forte, que se consolidou com a chegada do Governo de Mauricio...

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

O SR. EDUARDO DE PEDRO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – ... Cristina foi, como foi Lula, a uma proscrição, em muito pouco tempo. Decidiu por outros candidatos, o que foi...

Assim nós vamos, continuamos. O efeito da perseguição judicial e política incide totalmente, como é o objetivo deles, nas eleições.

Cristina participou, em sua vida política, de três eleições presidenciais. As três eleições que levaram o nome da Cristina ganharam as eleições presidenciais.

Primeiro, em 2007, como Presidente, ela ganhou a Presidência em 2011 também, contra também o Estado, a Cristina também ganhou a Presidência. Em 19, condicionado pelo Poder Judiciário, também se tornou Vice-Presidente e também ganhou.

Com isso, com esse histórico, com esse vínculo que tem com o povo, esse vínculo que temos com o povo, o que se seguia seria quanto... A intenção de assassinato...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo Cristina, lembramos esse fato como um antes e um depois, porque atirar com um revólver carregado, colocar uma arma na cabeça dela, na Argentina... Tivemos a benção, e essa bala não saiu. Essa mesma arma foi periciada, depois, várias vezes, e 300 vezes saiu a bala, com a qual...

Na Argentina, estamos vivendo... Na região, estamos vendo e vivendo situações semelhantes, tentativas de assassinatos.

O que nós vimos, sobre atas enviadas pelos Deputados... Na verdade, quando tomamos conhecimento do plano para envenenar e assassinar o Presidente Lula, na verdade, senhores, isso nos alarmou e nos levou a coordenar muito mais políticas e pensar de perto, pensar no destino da região, pensar nos órgãos que nós temos que nos permitam defender o sistema, que está muito longe dos valores que ele tem. Isso, na Argentina: o valor da crueldade, do ódio, da perseguição, do nível de violência, muito importante na sociedade, a reivindicação do uso das armas...

Diante de tudo o que nós vimos no Brasil, como aconteceu, assim... Que contem, neste caso, com o Senado, contem com um bloco, com uma força política.

Cristina acaba de ser escolhida com todos os Presidentes, aqui na Argentina. Pois então vamos ter também militâncias, diligências, com companheiros, com trabalhadores, com listas sociais e com movimentos sociais, para unir, defender a democracia e dar continuidade; avançarmos com projetos políticos, com dignidade, com felicidade a todos os nossos povos irmãos.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – O.k., Senador.

Eu queria lhe agradecer pela sua participação conosco aqui, profundamente. Eu sei que, como você colocou no início, está com uma agenda apertada, mas disponibilizou esse tempo para o Parlamento brasileiro, e são fundamentais as suas colocações nesse ponto central que é a defesa do processo democrático.

Muito obrigada mais uma vez pela sua presença conosco.

Eu quero registrar aqui a presença do Deputado Rogério Correia, que é um dos nossos grandes Deputados do PT de Minas, que participou conosco ativamente da CPMI do 8 de janeiro e que é um ferrenho defensor da democracia. V. Exa. encarnou com muita responsabilidade a luta pelo processo democrático de direito.

V. Exa. já quer usar a palavra? (*Pausa.*)

Daqui a pouquinho, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero passar a palavra agora ao membro fundador da Comissão Arns, o Dr. José Carlos Dias.

O SR. JOSÉ CARLOS DIAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Nobre Senadora Eliziane Gama e demais participantes desta audiência, eu estou profundamente emocionado no momento em que eu sou chamado a comparecer a esta reunião para discutir o problema da ultradireita no Brasil.

Mais do que nunca é necessário nós debatermos a ultradireita no Brasil – e, é claro, na América Latina –, porque nós estamos vivendo o dia de hoje. O dia de hoje, 27 de novembro, é um dia que é absolutamente vivido por nós, quando tomamos conhecimento do relatório que levantou todas as informações a respeito dos riscos que corre a nossa democracia, quando até mesmo a morte do Presidente, do Vice-Presidente e do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral foram olvidadas, foram propostas por aqueles que estavam programando o golpe no Brasil.

E o que nós lemos naquele relatório – que é muito difícil de ler, é um relatório de quase mil páginas! –, vamos encontrar naquele relatório um documento importantíssimo para avaliar o que significa a ultradireita. Lá está realmente presente a ultradireita para o Brasil. Nós vamos encontrar não só as violências praticadas ou olvidadas, desejadas, como também o silêncio. O silêncio daqueles que, tendo conhecimento do que estava sendo preparado, preferiram manter o silêncio, em vez de denunciar à nação os riscos que estávamos ocorrendo.

Isso é gravíssimo, é muito grave. Eram Parlamentares, eram militares da alta patente que não participaram diretamente da preparação do golpe, mas que estavam sabendo que o golpe estava sendo preparado.

Era a ultradireita que estava preparando o momento de agir, o momento de atuar, e nós corremos um risco muito grande. Eu digo isso no passado? Não, eu digo isso no presente. Eu acho que os brasileiros têm que tomar consciência de que nós ainda corremos um risco de sofrermos um golpe de Estado. E esse exemplo, doloroso exemplo que é dado aqui no Brasil, deve servir de lembrança aos nossos companheiros dos países da nossa região. Todos devem saber que os riscos são muito grandes, que a ultradireita, que se expande pelo mundo inteiro, corre o risco de também tomar conta dos nossos destinos e de acabar com as nossas liberdades e com a nossa democracia.

Eu não vou dizer mais, não tenho muito mais o que dizer. Eu só quero dizer o seguinte: a importância desta Comissão é muito grande, porque aqui estão Senadores e representantes da sociedade civil que, no momento de silêncio, de tranquilidade, meditam sobre o que devemos fazer para salvar a nossa democracia, para restabelecer a confiança e a esperança que nós devemos guardar nos nossos corações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meus amigos, obrigado pela paciência de me ouvirem. E rezemos todos por este país, pelo nosso futuro, por aqueles que acreditam que um dia nós poderemos dizer "nunca mais", e isso não está fácil de ser dito. Nós temos que dizer "nunca mais"!

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Nunca mais! Muito obrigada ao Sr. José Carlos Dias pela participação conosco.

E agora eu vou passar a palavra ao Deputado da República do Chile, Tomás de Rementería. Eu acho também que falei o nome corretamente. Não sei... Se não, perdoe-me.

Mas eu quero, de antemão, já lhe agradecer pela sua presença conosco aqui, participando desta audiência, que é muito importante para o Brasil e para a América também.

O SR. TOMÁS DE REMENTERÍA (Para expor. *Por videoconferência*.) –

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito bem. Muito obrigada, Deputado, pela sua contribuição.

É muito importante este debate. Inclusive, recentemente no Chile, tivemos reuniões muito importantes, acompanhando uma comitiva do Presidente Lula. Essa relação Brasil-Chile, no viés da defesa do processo democrático para a América Latina, para o Mercosul, de fato, é muito importante.

Eu quero lhe agradecer profundamente pela sua presença e participação.

Agora, assistiremos a um vídeo que é de autoria do Prof. Cristóbal Rovira, que é um dos autores desse relatório. O vídeo tem cinco minutos.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, querida, pela... O vídeo foi gravado. Então, quero agradecer à nossa intérprete, que nos ajudou a compreender melhor as informações de fato muito importantes do Prof. Cristóbal, que é também xará nosso Cristovam aqui no Brasil. É quase xará, na verdade.

Eu quero agradecer ao Rogério. Rogério, quando você quiser usar da palavra, V. Exa. fala.

Eu quero fazer um registro aqui antes de passar para os nossos convidados da mesa. Eu vou ler aqui alguns questionamentos e já deixar registrado, que aí, de repente... Na verdade, eu vou deixar para ler no final, é melhor.

V. Exa. vai falar agora, Rogério, ou daqui a pouco?

Vou passar, então, aqui a palavra ao nosso querido Rogério Sottili, Diretor-Executivo do Instituto Vladimir Herzog.

Rogério, você tem 15 minutos.

O SR. ROGÉRIO SOTTILI (Para expor.) – Obrigado.

Boa tarde a todos, boa tarde a todas, aos que estão aqui presentes, aos que estão nos assistindo pela internet.

Eu gostaria de começar saudando a Exma. Senadora Eliziane Gama, Presidente desta Comissão. Na sua pessoa, quero saudar aqui também Rogério Correia e todos os Parlamentares que nos assistem. Queria dizer que é uma honra também estar aqui com o Prof. Cristovam Buarque, árduo defensor da democracia e dos direitos humanos.

Queria dizer que é uma honra também estar representando o Instituto Vladimir Herzog nesta Comissão, liderada pela Senadora Eliziane, que é uma referência na resistência democrática no Brasil, especialmente pelo trabalho que a senhora realizou à frente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Atos Criminosos do 8 de janeiro de 2023.

Também quero dirigir meus cumprimentos ao Jan Souverein, representante da Fundação Friedrich Ebert, cuja longa parceria conosco do Instituto Vladimir Herzog tem sido essencial para consolidar os nossos esforços em defesa dos direitos humanos e das instituições democráticas.

Também quero cumprimentar o Deputado Tomás de Rementería, do Chile, que falou aqui, e o Senador Eduardo de Pedro, da Argentina, e expressar minha honra em recebê-los, destacando o papel

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imprescindível, importantíssimo do Centro de Estudios Legales y Sociales, os Cels, da Argentina, que têm facilitado os nossos contatos com os parceiros da Argentina.

Eu também aproveito para cumprimentar todos os demais Parlamentares da Argentina, do Chile e do Brasil que estão assistindo.

E, por fim, também não poderia deixar de dizer que é uma honra estar compartilhando esta mesa com o José Carlos Dias, ex-Ministro da Justiça do Presidente Fernando Henrique Cardoso, representante e fundador da Comissão Arns e uma referência da luta democrática e da luta pelos direitos humanos no Brasil.

Quero dizer que a presença de vocês não apenas enriquece esta audiência, mas simboliza a força de uma articulação regional em defesa da democracia, que se faz urgente e necessária. O problema das ameaças à democracia não é um problema do Brasil, mas sim um problema do mundo todo.

Recentemente, o Instituto Vladimir Herzog fez um levantamento e identificou a presença de alguns personagens que aparecem em episódios de ataques à democracia em diferentes lugares do mundo, como Brasil, Estados Unidos, México, Hungria, Alemanha, Chile, Argentina, Paraguai, entre outros países. Isso demonstra que há uma articulação internacional dos movimentos autoritários para desestabilizar as democracias ao redor do planeta. Hoje discutimos um tema central para a sobrevivência das nossas democracias.

O relatório apresentado pela Talita e pelo Cristóbal Rovira lança luz sobre os desafios e as oportunidades que enfrentamos na América do Sul. Dados como o fato de que 60% dos cidadãos rejeitam as lideranças de extrema direita nos dão algumas esperanças, mas também nos convocam a agir com determinação. A distribuição geográfica desse apoio à rejeição em nosso país, com o Nordeste do Brasil despontando como um bastião de resistência democrática, evidencia que nossa luta precisa ser regional, sim, mas atenta às especificidades locais. Esse estudo, além de valioso para análise acadêmica, oferece um guia prático para ações políticas e institucionais. E é exatamente nesse ponto que o Instituto Vladimir Herzog tem concentrado seus esforços.

Nos últimos meses, organizamos missões Parlamentares aos Estados Unidos, ao Chile, promovendo um diálogo internacional que não apenas compartilhou experiências, mas fortaleceu compromissos concretos pela defesa da nossa democracia. No Chile, por exemplo, conseguimos articular com Parlamentares de diferentes campos políticos a criação de uma rede democrática regional. Com Parlamentares americanos, como bem disse aqui a Senadora Eliziane, mantemos contato constante, após reuniões históricas, com agentes preocupados com as ameaças regionais e globais ao Estado de direito. Hoje, ao recebermos representantes argentinos, chilenos, reforçamos esse movimento, dando passos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concretos para novas colaborações tanto na Argentina quanto em outros países da região. Nós estamos agregando os Parlamentares brasileiros e organizando visita à Argentina e a outros países da América Latina e da Europa.

É importante lembrar que os Parlamentares argentinos convidaram Parlamentares brasileiros e Parlamentares chilenos a estarem, no próximo dia 24 de março, na Argentina em um ato importante, onde nós pretendemos desenvolver novas conversas na perspectiva de uma articulação regional de defesa da democracia. Também queremos ir, no ano que vem, visitar outros países da América Latina e da Europa.

Essa articulação internacional se torna ainda mais relevante diante da gravidade do momento que vivemos após as recentes eleições mundo afora e as revelações que vieram à tona na semana passada no Brasil. Estamos todos ainda consternados com a descoberta do plano criminoso elaborado dentro do Palácio do Planalto para assassinar o Presidente da República – Presidente Lula –, o Vice-Presidente Alckmin e o Ministro Alexandre de Moraes. Essa revelação trazida pela Polícia Federal não é um evento isolado, mas parte de uma crise profunda que ameaça as bases da nossa República.

A situação do Brasil só não é pior porque as instituições estão funcionando e, pela primeira vez na história, militares foram indiciados por tentativa de golpe, incluindo diversos oficiais de alta patente, entre outras autoridades. O Parlamento está fazendo o seu papel, o Supremo Tribunal Federal também faz o seu papel, o Executivo também cumpre o seu papel, e a sociedade civil está fazendo a sua parte.

O Brasil está, neste momento, dando um exemplo para o mundo de como deve funcionar a resistência democrática, construindo um pacto amplo, independentemente do seu perfil ideológico, que abranja todos os comprometidos com a democracia, todos os comprometidos com a liberdade de expressão e, especialmente, todos os comprometidos com o cumprimento dos pactos internacionais.

Isso deve servir como um alerta. Não há mais espaço para hesitação. Devemos agir com firmeza para garantir que os criminosos sejam responsabilizados e que episódios como esses jamais se repitam.

Destaco que os indiciamentos por tentativa de golpe de Estado só foram possíveis porque uma ampla pressão da sociedade civil ocorreu para a revogação da Lei de Segurança Nacional, que foi substituída pela lei dos crimes contra o Estado democrático e de direito. Nós do Instituto Vladimir Herzog participamos ativamente dessa mobilização.

Essa crise, como sabemos, não é desconectada do passado. Ela é resultado direto, sim, de décadas de impunidade que marcaram a transição democrática brasileira. Mais do que isso, a história do Brasil é marcada por episódios de violência. O Brasil é um país estrutural e culturalmente violento, que nunca soube lidar com seus processos de violência. Foi assim com a população indígena dizimada pelos portugueses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que colonizaram o território brasileiro; foi assim com a população negra escravizada por mais de quatro séculos; foi assim com todos os perseguidos, presos, torturados, desaparecidos e assassinados pelas ditaduras brasileiras; e, lamentavelmente, é assim, até os dias de hoje, com os jovens, pobres e pretos vítimas de racismo e de violência policial.

A ausência de responsabilização por todos esses crimes criou um ambiente de permissividade que, permanentemente, colhe frutos amargos. Por isso, insistimos na importância da ADPF 320 sobre a Lei da Anistia do Brasil, na qual atuamos como *amicus curiae*.

Também posicionamos na ADPF, na qualidade de *amicus*, ao Ministro Dias Toffoli, a realização de uma audiência pública que permita um debate amplo e participativo sobre a aplicação da Lei da Anistia e seus impactos na democracia. A retomada dessa ação será um passo essencial para rompermos com o ciclo de impunidade que tem fragilizado nossas instituições e aberto espaço para ataques golpistas.

Neste ano, o Supremo Tribunal Federal já teve uma decisão importantíssima nessa seara: por unanimidade, afastou qualquer interpretação de que as Forças Armadas exerçam poder moderador entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O entendimento ocorreu na Ação Direta de Inconstitucionalidade 6.457, da qual o Instituto Vladimir Herzog participou decisivamente como *amicus curiae*.

O fato é que se não enfrentarmos os crimes do passado, o passado sempre volta a nos atormentar. Se não houver responsabilização, os movimentos autoritários vão voltar. E é justamente por isso que não podemos permitir que, em pleno século XXI, projetos de leis e emendas constitucionais sejam usados para conceder anistia a criminosos que atentaram contra o Estado democrático de direito.

O mundo passa por um dos momentos mais desafiadores da nossa história. A questão climática se impõe com urgência. As guerras continuam a devastar povos e territórios. *Big techs* seguem sendo coniventes com crimes e articulações nefastas que são feitos em seus ambientes digitais.

Precisamos romper com essa lógica. A história está nos oferecendo mais uma oportunidade para fazer aquilo que nós não fizemos no passado. Mais do que nunca, nós precisamos responsabilizar aqueles que cometeram crimes contra a humanidade e contra a democracia. Nós precisamos dar um fim à impunidade. Nós precisamos punir todos aqueles que participaram dos atos golpistas e criminosos do 8 de janeiro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO SOTTILI – Por fim, quero reiterar que o Instituto Vladimir Herzog seguirá na linha de frente dessa luta, ao lado de parceiros como os que estão aqui hoje. Nossa certeza é de que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

podemos mais conviver com violações de direitos, supressões de liberdades individuais, regimes totalitários, violências de Estados e retrocessos desse tipo.

No Brasil, não podemos perder a oportunidade de desconstruir nosso legado autoritário e de pôr fim à impunidade, de garantir justiça a todos que sofreram com a violência do Estado e de fazer valer nosso ideal de nação que preza pela liberdade, pela convivência plural e pelo respeito mútuo.

Precisamos romper com a barreira que existe na sociedade, de não entender a relação dos crimes do passado com a situação de violência do presente. Precisamos trabalhar contra a bestialização de parcela da sociedade brasileira, que faz coro a essa lógica que nos coloca em permanente situação de ameaça dos valores democráticos.

E, na América Latina e em todo o mundo, precisamos agir, de forma coordenada e respeitosa, para combater a crise democrática internacional e garantir o respeito aos valores consagrados pela Declaração Universal de Direitos Humanos, proclamada pela ONU em 1948 e que vai completar agora, no próximo mês, 76 anos da sua existência.

Sabemos, por fim, que a defesa da democracia não é uma tarefa fácil, mas é, sem dúvida, a mais urgente. Esta audiência é mais do que um debate. Ela é um compromisso coletivo de resistir às forças autoritárias, de fortalecer nossas instituições e de construir uma sociedade onde a liberdade, a igualdade e a justiça sejam inegociáveis.

Desejo, Senadora Eliziane, Deputado Rogério Correia, Senador Cristovam Buarque e todos aqui presentes, que este encontro seja mais um passo importante na articulação da resistência e da defesa da democracia

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito bem, Rogério. Muito obrigada pelas suas colocações, Rogério Sottili, que tem sido um contribuinte muito grande para os trabalhos desta Comissão.

Muito obrigada.

Vou passar agora a palavra ao Cristovam Buarque, ex-Senador da República e também ex-Ministro da Educação do Brasil.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Para expor.) – Sra. Senadora Eliziane Gama – primeiro, muito obrigado pelo convite –, Deputado aqui presente, Rogério, que está conosco, eu quero dizer que considero tão importante um evento como este e a sua Comissão, que eu quero sugerir à senhora e ao Deputado Rogério que a gente mude o título dela. Não tem que ser mais Comissão, tem que ser trincheira de defesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da democracia. E depois do que nós ouvimos aqui, especialmente a última fala do Rogério, nós estamos ameaçados – os democratas e a democracia.

Mas para ser trincheira tem que se saber exatamente quem são os adversários, os inimigos. E eu acho que não é apenas a ultradireita. Acho até que não é uma questão de perfil político, é uma questão de caráter político. Na verdade, o que a gente tem em jogo não é direita, esquerda, mas autoritarismo ou democracia. Eu acho que tem gente que a gente pode chamar de ultradireita e que é democrata. A Talita tentou definir, mas não completou o que seria a ultradireita na perspectiva dela. Para mim, defender pena de morte é ultradireita, mas tem democrata que defende pena de morte, desde que aprovada pelo Congresso, desde que aprovada em plebiscito.

A Escola de Chicago de Economia é ultradireita, mas muitos deles foram para Pinochet, e outros não, outros disseram que Pinochet tinha que ser retirado e ficaram com a democracia, uma democracia ultraliberal – eu até diria que desumana –, mas dentro das regras da democracia. Nós precisamos definir os inimigos. E aí, a meu ver, nós precisamos entender a responsabilidade do risco do autoritarismo tanto na ultradireita, na direita, como na esquerda e na ultraesquerda.

O Rogério falou: a ausência de responsabilização levou a essa tentativa de golpe – a ausência de responsabilização dos militares com o golpe de 1964, com a tortura, com tudo que eles fizeram. Mas nós estamos há 40 anos com democracia e não enfrentamos a questão militar. Então, a ausência de responsabilização recai também sobre nós, que não fomos capazes de ter uma estrutura militar subordinada aos interesses civis de hoje e, ao mesmo tempo, que lembre o passado que tem que ser evitado. É um pecado nosso, dos democratas, não termos feito mudanças no quadro militar.

Duas coisas apenas fizemos nesses 40 anos: a Comissão da Verdade, que não teve consequência; e a criação do Ministério da Defesa, que teve menos consequência ainda, porque dos Ministros da Defesa, nenhum deles – não sei quantos já foram – comandou. Quantos deles falaram com ordem de comando para os comandantes?

O Ministério da Defesa, em todos os Governos, inclusive no atual, é líder sindical dos militares, leva as reivindicações dos militares para o Presidente; e são o Rivotril dos militares, porque levam um calmante do Presidente para acalmá-los. Para falar a verdade, a sensação que eu tenho é a de que os Presidentes, todos eles – inclusive o Lula, o atual –, só se preocupam com que não haja golpe nos seus quatro anos. Depois é outra coisa.

Temos que começar a ter uma estrutura militar que respeite a democracia. Não podemos ficar, outra vez, daqui a dois anos, sujeitos a termos dois comandantes, um legalista e um golpista. Poderia ter sido o inverso, e estaríamos fritos. Nem que o Presidente dos Estados Unidos seja outra vez o Biden – que não vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser, vai ser o Trump – e nem que o que vá dar o golpe seja um capitão desclassificado. Imaginem se tivesse sido um general da mais alta respeitabilidade entre os militares em vez de Bolsonaro! Mas eu vou mais longe: se tivéssemos tido 1% a mais de eleitores para o lado do Bolsonaro, não iria precisar nem de golpe, e o autoritarismo poderia vir por meio das urnas e não das armas. Nós precisamos ter clareza de que as ditaduras acabam pelos golpes, de fora, ou pelo apodrecimento, de dentro, da democracia. E aí tem a ver com a responsabilização. Qual é a nossa responsabilidade, dos democratas, no risco de voltar o autoritarismo e na fragilidade que a gente atravessa na democracia?

Eu creio que, além de não termos pago a dívida com o passado autoritário, deixando claro o que aconteceu com todos os brasileiros que foram torturados, mortos, desaparecidos, quem foi o responsável e termos uma formação diferente para os militares daqui para frente, a gente se esquece de que não tem um único, provavelmente, oficial do Exército, hoje, que tivesse mais de 15 anos quando veio a redemocratização. Então, todos são filhos nossos. Todos os oficiais são filhos nossos, até os mais elevados generais, filhos nossos da democracia.

E eu me pergunto: como é que está repercutindo na caserna a prisão dos militares golpistas? Eu tenho dúvidas sobre se os atuais oficiais, membros da academia militar estão achando que esses presos são golpistas, bandidos, ou se são patriotas incompetentes. Tenho dúvida. Eu acho que tem muitos oficiais, hoje, achando que esses que tentaram dar o golpe e não conseguiram foram incompetentes e não criminosos. Culpa nossa de termos 40 anos de democracia com uma formação militar prisioneira do passado. Então, para ser uma trincheira, nós temos que reconhecer os nossos erros de democratas, nesses 40 anos.

Mas não é só isso, a dívida não é só com a questão militar. Nós temos o mesmo índice de concentração de renda, hoje, que tínhamos há 40 anos. Nós diminuímos a penúria com a Bolsa Família, mas não temos uma estratégia de erradicação da pobreza. Hoje o pensamento da esquerda, dos democratas é sobre como manter o Bolsa Família e não como, daqui a 30 anos, ninguém precisar dele.

Nós comemoramos o aumento no número de universitários, que foi grande, mas a desigualdade na educação de base entre filhos de ricos e filhos de pobres é a mesma de 40 anos atrás. Aumentamos o número dos que se matriculam, mas não o dos que concluem o ensino médio com qualidade, falando dois idiomas ou três, sabendo as bases da física, da matemática e da química, com ofício.

Nós não pagamos a dívida com a educação de base, não pagamos a dívida com a questão militar, com a estratégia da pobreza, com a concentração de renda. Nós temos hoje o mesmo número de analfabetos adultos que tínhamos há 40 anos. Diminuiu a percentagem, porque a população aumentou, mas o número continua o mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se os golpistas de 2022 tivessem feito um discurso para o povo, era capaz de terem tido apoio. Se dissessem que iam acabar com as mordomias que ainda existem e que a democracia aumentou, especialmente aqui nesta Casa e no Poder Judiciário, mas também no Poder Executivo... Nós, em 40 anos, aumentamos privilégios. E a gente diminuiu a corrupção? E se um general golpista dissesse que vai fuzilar corruptos, será que o povo não ia para a rua apoiá-lo?

Nós estamos em dívida, nós os democratas. Temos que entender que a democracia não apenas é derrubada, mas também apodrece. E, às vezes, a derrubada é por culpa nossa, que deixamos os golpistas por aí, na impunidade, como você falou, Rogério, mas, às vezes, não é nem porque ela vem de fora, é porque nós perdemos legitimidade. E aí eu queria insistir nisso.

A bandeira da trincheira de defesa da democracia deve ser como dar legitimidade popular à democracia, como fazer com que o povo defenda a democracia porque veja na democracia o futuro de um país que vai ser bom para os seus filhos e netos, vai ser um país grande. E a gente não está preocupado com isso. Se os golpistas que estão presos hoje tivessem dito que iam dar um golpe para acabar com as emendas Pix, iam ter apoio popular. Eles não tiveram um programa, porque eles são a extrema-direita; não são apenas autoritários, são a extrema-direita. Mas pode haver ultradireita que não seja golpista, que não seja autoritária.

A gente precisa, portanto, nessa ideia de uma trincheira da democracia – aí eu sugiro –, entender que é preciso um manifesto de defesa da democracia. A senhora pode liderá-lo, mas esse manifesto tem que assumir responsabilidade também nossa, dos políticos civis, não só dos militares fardados. Nós temos que ser responsabilizados por esses 40 anos de democracia sem dar respostas de que o povo precisa.

Além disso, e aí é mais complicado, temos que entender que houve tantas mudanças no mundo nesses últimos 15, 20 anos, que ficar na democracia hoje carrega algumas dificuldades. Algumas das bandeiras corretíssimas progressistas... E agora vou defender a democracia progressista e a conservadora. A democracia progressista tem algumas dificuldades: é que algumas das nossas bandeiras progressistas se chocam com a visão atual do eleitor. O eleitor não concorda com nossas bandeiras. Por que é que nós temos tanta dificuldade em nos relacionar com os grupos religiosos? Porque nós temos bandeiras, a meu ver, corretas progressistamente, mas que se chocam com os valores morais da opinião. Eu não vejo como defender democraticamente alguns princípios que eu defendo, mas que o povo é contra. A gente vai ter que se ajustar para entender o que é que pensam os grupos religiosos, e que não são religiosos, mas têm uma visão moral diferente da minha, como político.

Mas não é só isso! E eu creio que um dos chilenos – foram dois chilenos – falou sobre os imigrantes. É difícil a gente defender uma coisa óbvia do ponto de vista humanista, que são os imigrantes, porque ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se choca com os interesses imediatos do eleitor. A verdade é que a democracia é nacional, mas o humanismo é planetário. Então, a defesa de certos valores internacionais, planetários, da humanidade se chocam com os interesses imediatos, de curto prazo e ao redor dos eleitores. E a gente não sabe como responder.

As esquerdas, a democracia progressista, têm uma grande dificuldade, por exemplo, em um estado como Roraima, por defender posições corretas, como a defesa do povo ianomâmi, proibição de cultura de arroz em terras indígenas, abraço aos imigrantes venezuelanos, coisas fundamentais para o humanismo, mas que se chocam com os interesses da população local.

Então, a democracia, além de assumir seus pecados por não ter pago, em 40 anos, a dívida com o povo e com o futuro do país... Nossa democracia só pensa no presente, é imediatista, não tem sonhos. Por isso, eu não vi nas pesquisas o perfil jovens em relação aos autoritários, que aqui chamaram de extrema, de ultradireita.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Para expor.) – Eu prefiro chamar de autoritário, não de ultradireita. Eu respeito a ultradireita democrática. É aquele que dá o golpe depois, como Hitler, como... Aí sim, é autoritário.

Pois bem; o que os jovens estão pensando hoje quando veem o debate entre autoritarismo e democracia, quando o sonho deles é ir para o exterior, se forem de classe média alta, ou sobreviver na pobreza, como os jovens pobres? Os jovens estão dispostos a defender a democracia? E, se o jovem não defende a democracia, a gente vai conseguir mantê-la? Não vai conseguir!

Então, eu acho esta Comissão, talvez, das mais importantes que nós temos. Ela tem que dar um passo de não ser só uma comissão de debates parlamentares com alguns convidados; tem que se transformar numa espécie de trincheira, porque a democracia está ameaçada. Mas não está ameaçada só por golpistas militares; está ameaçada de fora por golpistas, nem só militares, muitos civis, mas está ameaçada por dentro, por um certo apodrecimento por falta de legitimidade diante da opinião pública, especialmente dos jovens.

Essa trincheira tem a obrigação de se defender, fazendo também uma mudança mental, para que nós descubramos como mudar, não apenas como fazer a defesa da democracia, mas como dar legitimidade a ela e como fazer com que ela seja do gosto, do carinho e da vontade de lutar para defendê-la no meio da população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E como fazer um discurso disso para que chegue aos eleitores? Porque, sem os eleitores, não há democracia. Mas, se ficarmos prisioneiros do eleitor como ele pensa hoje... O eleitor está pensando só no imediato e não no longo prazo.

É isso, Senadora.

Por favor, assuma a trincheira de defesa da democracia.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, viu?

Muito obrigada, Cristovam. Você, como sempre, é brilhante! Eu acho que V. Exa. traz uma reflexão para esta Comissão, um desafio para esta Comissão, diante da complexidade do que é a nossa sociedade, eu não diria só brasileira, mas mundial, porque esse é um fenômeno que se repete em outros países, mundo afora. Então, eu queria lhe agradecer profundamente pela sua presença.

Vou passar agora ao Rogério Correia, para que ele possa dar a sua participação aqui conosco e vou encaminhar para os encaminhamentos finais – fazer os encaminhamentos finais – com as intervenções das pessoas que participaram conosco pelo e-Cidadania.

Rogério...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para expor.) – Senadora Eliziane Gama, primeiro, quero agradecer pelo convite de estar aqui nesta Comissão, nesta trincheira em defesa do processo democrático, e parabenizá-la pelo trabalho realizado aqui e também realizado na CPMI, como Relatora do chamado 8 de janeiro, ou CPMI da tentativa de golpe.

Aproveito para cumprimentar também o Rogério Sottili, e parabenizar o instituto pelo trabalho que vem realizando, de tentar aglutinar, no polo da América Latina e depois no mundo, esta resistência ao que nós chamamos, às vezes, de ultradireita, extrema direita, mas que no caso aqui do Brasil, do bolsonarismo, eu digo claramente que é uma vertente fascista ou, pelo menos, neofascista. E isso traz diferenças com outros setores de extrema direita ou de direita radical, tanto aqui quanto no mundo.

Cumprimento nosso Governador Cristovam Buarque, Senador, e digo que fez aqui mais uma preleção, mais uma aula desse processo; eu agradeço aqui a contribuição.

É claro que as diferenças dentro do campo chamado democrático são muitas. E dentro do campo democrático existe também a direita, que participa, na sua maioria das vezes, com outras ideias – ideias ultraliberais, ideias liberais. Estão reclamando hoje que o Ministro Haddad fará um pronunciamento, Senador, que vai isentar até R$5 mil o Imposto de Renda, daqueles que recebem até R$5 mil. Estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reclamando; o dólar subiu; o capital financeiro está em alvoroço porque se fala em isentar imposto para os mais pobres. Mas eles continuam acumulando uma quantidade enorme de isenções que, só do agronegócio, somam mais de R$ 300 bilhões ao ano. Mas essas podem ter isenção. Eles dizem: "É para comprar trator, para modernizar a nossa agricultura...". Engraçado! Esses podem ter isenção fiscal, mas, para aqueles que trabalham e ganham até R$5 mil, é um escândalo quando se dá isenção de Imposto de Renda. Então, são essas diferenças de um mundo que pensamos democrático.

Eu, como socialista, acho que, enquanto existir capitalismo, existirá miséria, existirá fome; não tem como. Portanto, as nossas diferenças com esses setores são grandes, mas é preciso também, neste momento, em que a gente vê o que vimos aqui no Chile, na Argentina, ter a dimensão do que acontece com esses neofascistas que se organizam no mundo. E nós que participamos da CPMI vimos muito isso.

Nós entregamos, Senadora Eliziane, o relatório seu à Procuradora-Geral da República, o relatório nosso da CPMI, há cerca de um ano, e lá nós já dizíamos que claramente houve uma tentativa de golpe e que o principal articulador deste golpe chama-se ex-Presidente Jair Bolsonaro. Ele tudo isso articulou e, durante todo o período do seu Governo, ele tensionou o sistema democrático para que pudesse abolir mesmo a democracia nos termos em que ela existe hoje, com os defeitos do Supremo, do Congresso Nacional, ao qual depois ele se adaptou e inventou, inclusive, as emendas Pix e outras para controle do Parlamento, mas sempre visando a que governasse sozinho, sempre tensionando para que o sistema democrático – mesmo esse, frágil, que ainda não é um sistema democrático popular, que não tem uma participação social tão grande – pudesse coexistir com aquilo que ele sonhava em fazer enquanto um ser autoritário, do seu pensamento ideológico.

Entregamos esse relatório há um ano e nós colocávamos: Jair Bolsonaro era o centro da tentativa de golpe. Muitos deles questionaram; disseram que não, que nós estávamos inventando coisas. Agora vem um relatório da Polícia Federal com muito mais provas e algo que nós nem sabíamos que tinha existido, que estarreceu o Brasil como um todo, que incluía mais um documento, além daqueles que nós já tínhamos descoberto, Eliziane, por exemplo, o do art. 142 – que ele queria interpretar na marra – da Constituição e vários documentos que ele tentava modular, como ele dizia, nas quatro linhas da Constituição – e não era –, que eram aqueles documentos golpistas, que nós, então, denunciamos. Mas, agora, encontraram um documento, na sede do PL, com o assessor de Braga Netto – que era o seu Vice e um dos generais que mais lutaram pelo golpe –, em que ele simplesmente dizia que ia aplicar o art. 142 e em que, ao final de todo aquele movimento, que tinha oito itens, estava "Lula não sobe a rampa" como a conclusão final disso que ele dizia que julgava estar nas quatro linhas.

Então passam a ser réus confessos. O objetivo era não aceitar o resultado eleitoral, o resultado das regras democráticas postas agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas pior que isso talvez tenha sido o Punhal Verde e Amarelo, que era a execução do Presidente, do Vice-Presidente e do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral na época, Alexandre de Moraes; ou seja, iam ser assassinados Lula, Alckmin e o Presidente do Supremo, e a Polícia Federal diz que Bolsonaro sabia também disso e que ele estava no centro das ações de execução dos processos golpistas. Então nós passamos por um risco; nós não tivemos um golpe por muito pouco, e este muito pouco inclui alguns do comando do próprio Exército que não toparam essa insanidade, mas que foram pressionados, na porta dos quartéis e em todos os locais, por esses que queriam que isso acontecesse.

Nós tivemos colocação de bomba em avião no Aeroporto de Brasília, tivemos um quebra-quebra no dia 12, todos advindos dos tais *kids* pretos, que eram organizações do próprio Exército Brasileiro. Então, era um golpe que tinha planejamento, tinha chefia, tinha organização por dentro do próprio Governo. Foi isso que nós vimos.

Quatro Ministros foram indiciados, já estavam no indiciamento nosso, na CPMI, e agora indiciados pela Polícia Federal. Quatro ex-ministros de Jair Bolsonaro: o Ministro da Justiça, que é quem tentava escrever as minutas golpistas, o Anderson Torres, que depois veio a Brasília ser também, com o Governador, chefe das forças de segurança, quem sabe para facilitar que esse procedimento golpista não fosse impedido pela polícia militar, como também vimos nesse procedimento. E três outros ministros militares: um almirante, o da Segurança; um ministro das forças de segurança, das Forças Armadas; e também o Ministro da Marinha, que também entra nesse processo. Então, são quatro ex-ministros, além do próprio Jair Bolsonaro, e de vários outros coronéis, tenentes-coronéis e assim por diante.

O pior disso tudo é a desfaçatez de Parlamentares que, até agora, insistentemente, se colocam no mesmo processo. Na CPMI, eram vários que nos atacavam, a Senadora foi vítima de ataque truculento deles, porque, além de tudo, são machistas; além de tudo, são autoritários, mas que até hoje dizem, e usam a tribuna da Câmara, não sei como é que está aqui no Senado, para dizer que isso é tudo *fake news*, que isso é uma perseguição que está sendo feita, mesmo com áudios e provas com que a Polícia Federal, a cada hora, desmascara e mostra a realidade dos fatos – mas eles continuam dizendo isso.

E também, através de *fake news*, que é um outro procedimento que precisa ser olhado. Aliás, o Supremo hoje também inicia o julgamento sobre a regulação de redes sociais, e provavelmente vai ter que fazê-lo, porque nós não conseguimos, na Câmara, aprovar um projeto de lei e também no Senado está parado. Eles fazem das redes sociais uma terra de ninguém, onde tudo eles acham que pode lá ser feito através disso. E continuam dizendo que isso é apenas *fake news*, chamando ainda, incitando a população às mesmas coisas que faziam anteriormente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O fato é que Bolsonaro agora está com três indiciamentos da Polícia Federal, que já estavam detectados na nossa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito: um roubo de joias, que não foi à toa, essas joias foram para os Estados Unidos, porque, não dando certo, ele precisava de sustentação econômica; uma falsificação de cartões de vacina, o que mostra ainda, Senadora Eliziane, que também, no caso da saúde pública, eles não estão, como ele mesmo disse, nem aí... Então, não se vacina e depois falsifica cartão de vacina de covid, para negar também a ciência, mais uma vez. É obrigado a falsificar cartão de vacina, para poder se ausentar do país. E a Polícia Federal agora diz que se ausentaram, porque poderiam dar em prisão, naquele momento, as tentativas de golpe que faziam. Então, foram para os Estados Unidos já sabendo que era necessário ir para tentar fugir e esperar os acontecimentos que acabaram se dando no 8 de janeiro.

Hoje, me parece tão elucidado, tão claro isso que eu vim aqui hoje para fazer um apelo à PGR – nós já estivemos lá com o Dr. Paulo Gonet. Não dá para esperar esse procedimento, como ele está dizendo, para depois do ano que vem, porque tem que esperar o fim de ano, porque tem recesso. Ora, não era para ter recesso numa hora dessa. Isso é algo tão grave que é preciso colocar a Procuradoria-Geral da República trabalhando incessantemente nesse procedimento.

Já tem um ano que nós entregamos o relatório. O golpe já tem dois anos, a tentativa de golpe de eliminar a democracia. Se nós não agirmos assim, eles vão continuar, como continuam os Deputados e Senadores. E Bolsonaro vai continuar por aí simplesmente tentando desmoralizar a democracia no seu sentido restrito das suas instituições, para tentar não fazer valer a política e valer, sim, a força, a ideia e a força de quem governa assim.

Nós já vimos exemplos disso no mundo que foram catastróficos. Então, eu acho que a gente precisa dar uma contribuição, o que estamos dando, mas também fazer exigências.

Hoje a *hashtag* #denunciagonet precisa ser forte no Brasil. Ou o próprio povo fica também consciente disso, de que é necessário agir, ou ele perde até o direito de lutar pelas questões que o Senador aqui colocou: lutar contra a fome, lutar pelos direitos salariais, lutar pelo mínimo, que a democracia deveria ter também, que é uma estabilidade econômica. Se nós não temos liberdade, não se luta para isso; pelo contrário, se faz com que a ação autoritária substitua qualquer procedimento de luta.

Por fim, quero denunciar mais um absurdo que eles hoje querem colocar para fazer cortina de fumaça.

Lá na Câmara, Senadora Eliziane, o lema deles é "Deus, Pátria, Família". É algo que se assemelha ao que Mussolini fez desde aquela época, é a mesma palavra de ordem: "Deus, Pátria, Família".

E, para enganar o povo, hoje a Presidenta da Comissão de Constituição e Justiça – porque eles elegeram muitos Deputados, então, ocupam postos que são importantes como o de Presidente da Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Constituição e Justiça – pautou um completo retrocesso na vida das mulheres, que é o impedimento de qualquer tipo de opção que a mulher possa fazer do seu corpo através de procedimentos que no Brasil, no caso de aborto, são permitidos em apenas três itens: a anencefalia fatal, a mulher não é obrigada a fazer esse aborto, mas ela tem o direito; o caso do estupro, que a mulher pode fazer, não significa que ela é obrigada, mas ela pode fazer; e também em relação à mãe optar quando ela estiver em risco de vida. Pois ela, numa canetada agora, numa PEC, quer simplesmente destruir direitos que são direitos elementares e humanistas, direitos que não obrigam a mulher a fazer, mas em que se dá a ela esse direito. É, assim, isso em nome de Deus, da pátria e da família.

Então, esse discurso neofascista realmente não combina com o processo democrático. Mesmo que a democracia seja muito frágil, eu concordo com o Senador e com as observações que fez.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, Deputado Rogério Correia.

Nós, inclusive, daqui a um pouquinho, às 17h, temos aí um momento muito importante, mais uma vez, aqui na rampa do Congresso Nacional, acerca da defesa da democracia.

Você lembrou muito bem, quer dizer, o nosso relatório, em que levamos apenas cinco meses de investigação, trouxe elementos que hoje são confirmados, reafirmados, eu diria assim, no processo de investigação da Polícia Federal e nos demais inquéritos que estão em curso no Brasil, ou seja, a CPMI fez um trabalho de fato muito importante.

Eu tenho aqui algumas perguntas pelo e-Cidadania, e eu vou ler todas e já pedir as considerações finais do Senador Cristovam e do Rogério Sottili e, se for possível, vocês poderão fazer um comentário desses questionamentos.

O Noberto, do Rio Grande do Sul diz: "Quais estratégias educacionais podem ser implementadas nas escolas para formar cidadãos críticos e combater ideologias antidemocráticas?"

Ana, de Minas Gerais, diz: "A ascensão da extrema-direita na América Latina reflete padrões globais? Que lições outras nações oferecem?".

Paulo, da Bahia: "Qual o papel da OEA [Organização dos Estados Americanos] e do Mercosul na contenção de regimes de extrema-direita que violam direitos humanos e princípios democráticos?".

Gustavo, do Pará: "A regulamentação das mídias sociais é urgente para [...] [proteger] a democracia contra a [...] [disseminação] de desinformação e de discursos de ódio".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sérgio, do Rio de Janeiro: "O extremismo, em qualquer situação, é reflexo de um egoísmo exacerbado e a incapacidade do indivíduo em viver em sociedade".

Daniel, de São Paulo: "[...] a definição de extrema direita? [Poderia citar] exemplos práticos em países em que ela está ameaçando as instituições democráticas?".

Yasmin, do Rio de Janeiro: "[...] [Diante] da ameaça golpista da extrema direita no Brasil, quais medidas nacionais [...] [podem] ser [...] [adotadas] para [...] [conter] esse fenômeno nacional?".

Filipe, de São Paulo: "Qual o papel das redes sociais na radicalização política e na [...] [propagação] de discursos de ódio na região?".

Então, aqui eu queria agradecer a todos vocês que participaram conosco pelo e-Cidadania.

Quero agradecer também aqui a todos os presentes.

Eu queria aqui rapidamente agradecer, mais uma vez, ao Rogério Sottilli, que, como eu disse, que é um parceiro de primeira hora nos trabalhos desta Comissão.

Eu queria que você fizesse as considerações finais, Rogério, e, se possível, fizesse também algum comentário sobre os questionamentos.

O SR. ROGÉRIO SOTTILI (Para expor.) – Bom, eu queria terminar agradecendo à Senadora Eliziane, ao querido Deputado Rogério Correia, ao Senador Cristovam Buarque e a todos que nos assistem por esta oportunidade.

Eu queria apenas encerrar, para além do agradecimento, tocando em alguns pontinhos que constam nas perguntas que vieram das pessoas que participaram pela internet.

Primeiro, que é importante reconhecer de que o Brasil... O problema da democracia não é um problema do Brasil, é um problema que está ocorrendo no mundo e muito tem a ver com o que o Senador Cristovam Buarque falou aqui de que, sim, a democracia não resolveu problemas importantes da sociedade no mundo todo, especialmente em relação à questão da pobreza, à distribuição de renda e à construção de privilégios por algumas camadas de países e dentro dos próprios países.

Então, sim, a democracia precisa responder, precisa aprimorar e, dentro desse vácuo, a extrema-direita, e quando eu digo extrema-direita eu concordo com o senhor também, o movimento autoritário antidemocrático cresce porque para ele é muito fácil tentar responder com o combate à corrupção, o armamento das pessoas, pois eles não têm compromisso ético nem com os pactos democráticos nem com o Estado democrático de direito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, primeiro entender que o problema dos movimentos autoritários não é um problema do Brasil, e está havendo uma articulação no mundo todo desses movimentos autoritários para desestabilização da democracia para ganhar força no vácuo desses problemas que a própria democracia não conseguiu resolver.

E aí entra uma questão que uma das pessoas levantou aqui. No centro disso, tem o problema do poder das *big techs*, através da desinformação. Isso está sendo utilizado de uma forma muito forte para desestabilizar as democracias.

Então, passa necessariamente nessa construção de enfrentamento dos movimentos autoritários, de que nós criamos um movimento muito forte pela regulamentação das *big techs*, pela regulamentação das grandes plataformas, porque senão as nossas democracias estarão com fortes riscos de sofrerem todos os abalos que já vêm ocorrendo em vários países do mundo.

E, diante disso, eu acho que a nossa resposta foi levantada aqui por várias pessoas, e pela Senadora Eliziane especialmente: nós precisamos criar um movimento internacional de defesa da democracia.

Eu concordo plenamente com o que o Senador Cristovam Buarque falou, que aqui não se trata... Qualquer democracia permite, é importante, é bom para a democracia a convivência dos maiores e mais diferentes aspectos ideológicos, seja de direita, de centro e de esquerda. O problema é que na democracia tem-se que respeitar os pactos que você constrói de forma democrática e que se traduzem através de uma Constituição, que se traduzem através de um pacto internacional, que se traduzem através de uma legislação ou de acordos construídos, tem que cumprir acordos.

O que eu acho que difere os movimentos autoritários dos movimentos democráticos, ou seja, com forças conservadoras ou de esquerda ou de direita, é que os tratos têm que ser cumpridos, os contratos têm que ser cumpridos, e esses movimentos autoritários não cumprem contratos, não cumprem pactos, não respeitam o Estado democrático de direito.

E, em torno desses objetivos, nós temos que criar uma articulação internacional, E é isso que nós estamos fazendo sob a liderança da Senadora Eliziane, do Deputado Rogério Correia e de outros Senadores e Parlamentares, construir essa articulação envolvendo atores de toda a América Latina e da Europa na defesa da democracia. Eu acho que esse é o nosso grande desafio.

Muito obrigado, Senadora.

Parabéns! Eu acho que a Senadora pode incorporar, com a maior tranquilidade do mundo, porque esta Comissão já é uma trincheira de defesa da democracia.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, Rogério, de coração, pela sua presença.

Senador Cristovam Buarque, eu quero lhe agradecer mais uma vez pela sua presença aqui conosco. Como eu coloquei, o senhor sempre com as suas colocações muito brilhantes, pela sua vasta experiência e seu vasto conhecimento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (*Fora do microfone*.) – Obrigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – O senhor tem inclusive ministrado várias palestras na Europa, na América, então, o senhor realmente é uma referência para todos nós.

Muito obrigada.

As suas considerações finais.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Para expor.) – Eu que agradeço, Senadora, à senhora, ao Deputado Rogério e ao outro Rogério.

Vou responder duas questões que eu acho que englobam as outras. A do Paulo, a do Gustavo, a do Sérgio e a da Yasmin, eu acho que estão incorporadas nas perguntas da Ana e do Norberto.

Começando pela Ana, se essa dificuldade que nós enfrentamos aqui reflete um padrão global.

Não há menor dúvida, Ana. Isso decorre de que o mundo ficou um só. Nós temos hoje um planeta, e a democracia ainda é nacional.

Nós tivemos muitas mudanças, Deputado, mas eu acho que uma é fundamental. Antes, o mundo era a soma dos países e, agora, cada país é um pedaço do mundo, mas a política continuou prisioneira de cada país. É isso que atrapalha a COP. A COP se reúne porque cada país é um pedaço do mundo, então, cada pedaço manda o seu representante. Só que na hora de se reunir, o representante fala para os seus eleitores e não para o resto do mundo.

O Obama disse: "Não há Presidente do mundo".

Essa é a contradição nossa. Os problemas ficaram globais, mas a política continua sendo nacional. E eu não vejo como é que a gente vai deixar de ser nacional, embora eu ache que a gente possa ter valores morais planetários e humanitários acima do poder de cada eleitor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí vem a pergunta do Norberto: quais as estratégias educacionais para enfrentar isso? Eu acho que ele foi direto ao ponto. Só tem um jeito de resolver isso, é um grande, um imenso programa educacional de médio e longo prazos no mundo inteiro para criar uma consciência de solidariedade com a natureza, a ecologia; solidariedade com os seres humanos em geral e do seu país em particular; e um compromisso de que a solução tem que ser pela democracia, que é o respeito ao consensual do Congresso e a maioria nas urnas.

É isso que define se está com os democratas ou não está com os democratas. Não é o radicalismo de uma posição de esquerda ou de uma posição de direita ou da ultradireita ou da ultraesquerda que afasta de nós; é aceitar ou não aceitar que a decisão vai ser pelo Congresso, pelas urnas e não pelas armas. Essa é a diferença entre nós. Pelas armas não está conosco, pelas urnas e pelo Congresso está conosco.

Para isso, eu creio, nós precisamos criar essa trincheira contra o autoritarismo, que é a defesa da democracia, e entender que, se nós não fizermos alguns gestos do nosso lado, não vamos ganhar, porque o eleitor quer primeiro a sua sobrevivência. E eles vão querer enfrentar três estrangeiros que existem: o estrangeiro geográfico, que mora do outro lado da fronteira, que são os inimigos sobretudo dos outros países, na Europa e nos Estados Unidos; os estrangeiros geracionais, os que não nasceram ainda – o eleitor de hoje quer consumir mais e, se você diz que tem que proteger a natureza para beneficiar quem não nasceu ainda, a gente vai ter dificuldade de conseguir apoio; e os estrangeiros sociais, que a gente esquece que votam no Brasil, mas não entram nos espaços porque não estudaram, não usam gravata, não têm renda, não têm cartão de crédito. Os estrangeiros geográficos precisam de passaporte, os estrangeiros sociais precisam de cartão de crédito, e quem manda, os eleitores que têm influência não vão aceitar trazer esses imigrantes sociais para dentro do nosso espaço, vai haver dificuldade.

Como, por exemplo, quando não se aceita a isenção para R$5 mil – R$5 mil. O Deputado esqueceu de dizer que por ano – por ano!

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone*.) – Da renda mensalmente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE – Na renda mensal? R$5 mil!

Como é que a gente vai exigir imposto de renda para esse e dar isenções para quem ganha milhões e milhões?

Mas é porque os que ganham R$5 mil são estrangeiros sociais dentro do Brasil; os que ganham R$50 milhões são nacionais plenos, porque fazem parte do núcleo do poder. E a democracia, se não tomar cuidado, vai continuar servindo a esses dos R$50 mil e prejudicando os dos R$5 mil. E um dia os que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ganham R$5 mil vão se rebelar e vão querer cair no conto dos autoritários, como já se caiu no passado, em que os ditadores vêm em nome de beneficiar o povo, e, logo que chegam, prejudicam.

Senadora, parabéns pelo seu trabalho! E a senhora comande a trincheira de defesa da democracia.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Missão recebida, Senador querido.

Eu queria agradecer a V. Exa. e a todos vocês que estão aqui presentes até o presente momento nesta reunião. Teremos mais audiências.

Quero convidar, inclusive, a todos: daqui a pouquinho, às 17h – agora, daqui a 15 minutos –, aqui na rampa do Congresso Nacional, nós e os demais colegas que integraram a CPMI do 8 de janeiro faremos uma rápida fala à imprensa e um ato importante, mais uma vez fortalecendo a nossa meta, que é a defesa do processo democrático.

Portanto, nada mais a ver no tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada esta presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 46 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 41ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e trinta minutos do dia trinta de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Jayme Campos, Marcos do Val, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Zequinha Marinho, Margareth Buzetti, Beto Faro, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Teresa Leitão, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Tereza Cristina, Damares Alves e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Confúcio Moura, Giordano, Eliziane Gama, Sérgio Petecão, Rogerio Marinho e Eduardo Gomes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 39ª e 40ª reuniões, que foram aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4816, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências, para estabelecer medidas de transparência relativas ao Plano Nacional sobre Mudança do Clima e aos Planos de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento nos biomas." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Aprovado com emendas. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2230, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Autoriza a criação do Cadastro Nacional de Animais Domésticos." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2118, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 12.187, de 29 de dezembro de 2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC), e 12.249, de 11 de junho de 2010." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **Observação:** Retirado, a pedido do relator, para reexame do relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1990, de 2024 - Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional para a Recuperação da Vegetação da Caatinga." **Autoria:** Senadora Janaína Farias (PT/CE). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado em razão da aprovação do REQ 55/2024 - CMA. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 55, de 2024** que: "Requer, nos termos dos arts. 279, III, e 315 do Regimento Interno do Senado Federal, adiamento da votação do PL 1990/2024, que "institui a Política Nacional para a Recuperação da Vegetação da Caatinga", por 30 (trinta) dias úteis." **Autoria:** Senador Jaime Bagattoli (PL/RO).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado. **Observação:** O prazo foi alterado para quinze dias úteis. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 54, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em Cuiabá-MT, durante a Expominério 2024, que ocorrerá de 07 a 09 de novembro." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/30

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 41ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 30 de outubro de 2024.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

- Aviso do Tribunal de Contas da União nº 793 GP/TCU, que encaminha cópia do Acordão nº 2.201, de 2024, proferido pelo Plenário sobre processo de auditoria operacional com vistas a avaliar a governança instituída em âmbito federal para o enfrentamento da crise climática, bem como os mecanismos de gestão dos recursos financeiros destinados ao tema, sob relatoria do Ministro Vital do Rêgo;

- Indicação nº 706, de 2024, da Câmara Municipal de Cáceres (MT), originada da proposta do Vereador Franco Valério Cebalho da Cunha, encaminhada a esta Comissão pelo Presidente do Senado Federal. A indicação solicita a elaboração de uma lei federal que proíba cortes de energia elétrica durante o período de estiagem e regulamente as tarifas para famílias em situação de vulnerabilidade social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os documentos que foram lidos agora, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Bom, antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 39ª e da 40ª Reuniões, realizadas nos dias 16 e 23 de outubro, respectivamente.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, demais colegas, senhoras e senhores que nos acompanham, passadas as eleições municipais, que exigiram muito trabalho do poder público e de toda sociedade, chegamos a novos momentos de extrema importância neste final de ano. Estamos nos últimos dias da 16ª Conferência das Partes sobre Biodiversidade, a COP 16, que ocorre na Colômbia.

Essa cúpula representa um marco na luta global para frear a alarmante perda de biodiversidade. Desde 2022, quando foi firmado o Marco Global de Biodiversidade, assumimos o compromisso de proteger ao menos 30% das áreas terrestres e marinhas e de reverter o atual cenário de degradação até 2030. Mas, como todos sabemos, implementar estes compromissos é um grande desafio para todos e em todo o mundo, para que possamos atingir a transformação que o nosso planeta exige. Para o Brasil, país detentor da maior diversidade biológica do planeta, este tema é de extrema relevância.

Outro evento de grande importância ocorrerá na próxima semana, quando iremos recepcionar, no Congresso Nacional brasileiro, a reunião do P20, como parte das ações da cúpula do G20, sediada no Brasil. Este encontro reúne os presidentes dos Parlamentos das 20 maiores economias do mundo, além do Parlamento Europeu e da União Africana, sobre o tema: Parlamentos por um Mundo Justo e um Planeta Sustentável. Este tema não poderia ser mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adequado ao momento em que vivemos, uma época de incertezas climáticas, com cada vez mais relatos de eventos extremos em todas as regiões do planeta.

Através do P20, temos a chance de fortalecer a colaboração entre as nações e de promover o comprometimento para a aplicação prática de acordos internacionais que deem uma resposta concreta às necessidades ambientais globais.

O contexto que enfrentamos é urgente. Já atingimos mais um recorde de concentração de gases de efeito estufa na atmosfera. São alertas que têm se repetido, e, ainda assim, as ações de redução das emissões, principalmente da queima de combustíveis fósseis e de incêndios florestais, avançam a passos lentos. Enquanto isso, o aumento das temperaturas e a destruição da vegetação nativa estão reduzindo a capacidade natural do planeta de absorver o carbono. Os incêndios florestais que devastam áreas fundamentais para o equilíbrio climático têm sido mais intensos e frequentes. Nosso povo viu de perto o terror que o fogo é capaz de espalhar. A natureza está reagindo.

Aqui no Brasil também estamos vivendo os efeitos intensos dessa crise ambiental. No Norte, em especial no Estado do Amazonas, a seca tem isolado comunidades inteiras. Povoados que dependem dos rios como meio de transporte básico enfrentam dificuldades enormes. Jovens, crianças e adolescentes estão impossibilitados de acessar a educação, de participar de provas essenciais, como o Enem, devido à baixa dos rios. Direitos fundamentais estão sendo negados a essas comunidades, e precisamos ampliar as políticas de apoio e assistência para que esses cidadãos não fiquem à margem dos seus direitos, tampouco das oportunidades que a educação oferece para um futuro no nosso país.

No Distrito Federal, nosso querido quadradinho, chuvas torrenciais já estão mostrando o estrago que podem fazer nessa nova era climática, lembrando que estamos apenas começando o período de chuvas aqui na região.

Senhoras e senhores, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, digo que o Brasil tem um papel único e crucial nesse cenário. Nossa biodiversidade é imensurável, nossa responsabilidade é enorme. Temos o compromisso de liderar, propondo políticas que fortaleçam a proteção ambiental e que incentivem o uso sustentável dos nossos recursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na última semana, nesta Comissão, realizamos uma audiência pública muito importante para tratar da COP 29, que será realizada em Baku, no Azerbaijão, a Conferência do Clima da ONU, que terá início no próximo mês. Ficou clara a necessidade de maior envolvimento de todos os setores da sociedade e de todos os países para termos as chances de plantar hoje um futuro possível para toda a humanidade. Precisamos de união global em torno de soluções efetivas e duradouras para a crise climática. E é neste Parlamento que podemos e devemos iniciar as mudanças.

Bom, eu acho que aqui...

Bom dia, Senador Alessandro, seja muito bem-vindo à Comissão. Saudade de você, Alessandro. A gente não tem se cruzado muito – não é? –, cada um da sua loucura, todo mundo correndo aí nas Comissões.

Quem acompanhou a audiência pública na semana passada, com os nossos expositores, viu a importância da missão da nossa delegação brasileira, principalmente na questão do financiamento climático. Eu acho que o maior desafio que teremos para essa COP 29, Senador Alessandro, é de fato o financiamento, começarmos a falar seriamente sobre o financiamento, principalmente dos países desenvolvidos, porque, se isso não acontecer, certamente a COP 30, aqui no Brasil, será mais ainda desafiadora para o Brasil, porque esse tema vai cair no colo do Brasil. Então, a delegação brasileira e todos que estarão lá terão um grande desafio.

Bom dia, Senador Mecias.

Eu vou iniciar, então... Perdão, esqueci que esse não é *touch*.

Vamos começar a nossa reunião. Vamos começar pelo item 2, não é?

O objetivo da presente reunião é destinado à deliberação de matérias apresentadas à Comissão.

Então, vou passar para o item 2, porque o item 1 é de relatoria do Senador Otto Alencar, e ele está a caminho. Então, vou passar para o nosso item 2.

ITEM 2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 2230, DE 2022

- Não terminativo -

Autoriza a criação do Cadastro Nacional de Animais Domésticos.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1.

Concedo a palavra agora ao Senador Mecias de Jesus, para a leitura do seu relatório.

Bom dia, Senador, e muito obrigada.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Sra. Presidente, Senadora Leila, bom dia. Bom dia a todos os colegas Senadores e Senadoras.

O relatório, Sra. Presidente.

Vem a exame o Projeto de Lei nº 2.230, de 2022, de autoria do Deputado Carlos Gomes, que autoriza a criação do Cadastro Nacional de Animais Domésticos.

Em seu art. 1º, a proposição autoriza a criação do citado cadastro, restrito aos animais domésticos de companhia ou estimação, excluindo dele os animais de produção agropecuária.

O art. 2º permite que a União crie e mantenha o referido cadastro, com descentralização de seu acesso aos demais entes federativos. O dispositivo estipula regras de funcionamento do cadastro, para o caso de a União optar por instituí-lo.

De acordo com o art. 3º, as informações que alimentarão o cadastro serão de responsabilidade do declarante, estando este sujeito a sanções penais e administrativas em caso de prestação de informações total ou parcialmente falsas, enganosas ou omissas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 4º determina que a lei que se originar do PL nº 2.230, de 2022, terá vigência imediata quando publicada.

A justificação assenta a necessidade de haver dados consolidados para avaliações e tomada de decisões voltadas à questão do bem-estar animal.

Antes da apreciação pela Comissão de Meio Ambiente, o projeto foi analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que concluiu pela sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela sua aprovação.

Não há emendas à proposição, visto que a CCJ rejeitou a emenda substitutiva apresentada naquela Comissão.

Da análise, Sra. Presidente.

Compete à Comissão de Meio Ambiente, nos termos do art. 102-F, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente, especialmente defesa da fauna. Como a matéria já foi analisada pela CCJ, não abordaremos aspectos constitucionais. A matéria já foi objeto de parecer daquela Comissão, conforme dispõe o inciso I do art. 101 do Regimento Interno.

O projeto de lei visa autorizar a criação do Cadastro Nacional de Animais Domésticos, definidos como animais que se destinam à companhia ou são criados como animais de estimação, não se aplicando aos animais que se destinam à produção agropecuária.

A regulamentação de um cadastro para animais domésticos, identificados por meio de marcação individual, apresenta relevância em diversos aspectos, como comercial, sanitário e ambiental. Essa importância é reconhecida em âmbitos nacionais e internacionais, refletindo a preocupação com a saúde dos animais, o mercado interno e a saúde pública.

Essa medida, praticada em vários países, garante inúmeros benefícios. Possibilita o controle sanitário dos animais por parte do poder público, por meio do registro de vacinas e demais cuidados à saúde, o que traz segurança a toda a população. Também permite localizar o tutor facilmente em caso de perda, furto, roubo ou acidentes com os animais, além de viabilizar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsabilização daqueles que abandonam seus animais ou cujos animais causaram danos a terceiros, contribuindo para a eficiência de normas já existentes no nosso ordenamento.

A proteção legal de animais tem ocupado mais espaços institucionais e reflete mudanças de hábito e do perfil das famílias brasileiras. Embora não haja legislação nacional que, de modo abrangente e uniforme, discipline os aspectos civis, comerciais e sanitários dos animais domésticos, a evolução do ordenamento jurídico no mundo e nas diversas unidades da Federação indica uma tendência global de reconhecimento dos direitos dos animais e de responsabilização por seu bem-estar. O Projeto de Lei nº 2.230, de 2022, nesta perspectiva, está em consonância com a prática legislativa de diversos países e confere equilíbrio entre os interesses de proprietários de animais, a saúde pública, a proteção ambiental e o bem-estar animal.

O voto, Sra. Presidente.

Pelo exposto, somos pela aprovação do presente projeto de lei, pedindo apoio o de V. Exa. e dos demais pares.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada, Senador Mecias.

Bom, a matéria está em discussão.

Bom dia, Senador Jaime Bagattoli.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será simbólica, porque não é terminativa.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria agora vai para o Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Senador Mecias.

Vamos agora... (*Pausa.*)

O item 3 o Senador Alessandro pediu para retirar para outra avaliação, para fazer mais avaliação sobre o projeto.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2118, DE 2023

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 12.187, de 29 de dezembro de 2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC), e 12.249, de 11 de junho de 2010.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação)

O item 4, Teresa Leitão, e o item 1, Senador Otto... Os dois Relatores estão a caminho. Nós vamos interromper rapidinho aqui, vamos aguardar rapidinho os dois Relatores.

Bom dia, Senador Wellington.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pois não, Senador Jaime Bagattoli.

Bom dia.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Sobre o item 4, Presidente, eu protocolei um requerimento de pedido de adiamento de votação. Se a senhora puder levar em consideração, eu agradeço, Presidente. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Senador Jaime, nós recebemos, sim, o seu requerimento, tá? Vou colocar para apreciação aqui dos Senadores, para votação, se concordam com o requerimento. Esperaremos também a Relatora para consultá-la. Mas, enfim, o requerimento vai à votação e, sendo aprovado, nós temos aí um prazo de 30 dias para retornar com o projeto.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pois não, Senador Wellington. Bom dia, seja bem-vindo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Bom dia.

Eu também apresentei um requerimento extrapauta. Eu gostaria de pedir a V. Exa. a possibilidade de a gente apreciar esse requerimento. Sendo apreciado, eu o justifico.

E também, se for possível, eu gostaria de pedir vista do item 2.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – O item 2 já foi aprovado, está indo a matéria ao Plenário já.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sem problema nenhum. Na verdade, na condição de veterinário, o conselho me advertiu. Mas o projeto é bom, acho que a gente pode aperfeiçoar.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Ainda tem o debate no Plenário.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O.k. Sem problema nenhum.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – O.k., Senador.

Bom dia, Senador Otto. Bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de ir para a leitura do item 1, de que o nosso Relator está aqui, o Senador Otto, eu pergunto aos colegas se o Senador Wellington pode... consulto aos colegas, como é item extrapauta, se todos concordam de ele fazer a leitura do requerimento para aprovação. (*Pausa.*)

Bom, como ninguém respondeu, acho que sim. Então, vamos lá. Está todo mundo muito concentrado hoje. Ou disperso. (*Risos.*)

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 54, DE 2024

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em Cuiabá-MT, durante a Expominério 2024, que ocorrerá de 07 a 09 de novembro.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Vamos lá, Senador Wellington, pode ler rapidinho. Fique à vontade.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para encaminhar.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em Cuiabá-MT, durante a Expominério 2024, que ocorrerá de 7 a 9 de novembro.

A participação da CMA neste evento será fundamental para a coleta de informações, avaliação de práticas sustentáveis e formulação de propostas que visem à proteção ambiental e ao desenvolvimento responsável do setor mineral no Brasil

Esse congresso – eu advirto aqui a todos e até convido a todos que puderem participar – é um congresso em que teremos autoridades brasileiras, autoridades de outros países, inclusive que compram muito do Brasil, como é o caso do Canadá e outros, com a participação do Governo do estado, da Metamat, também da Assembleia Legislativa. E depois, sendo aprovado, eu quero pedir autorização para a V. Exa. também para representá-la.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Para nós será uma honra tê-lo como representante no evento, Senador Wellington.

Vamos colocar em votação.

O requerimento está em votação.

A Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento do Senador Wellington Fagundes permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o seu requerimento, Senador. Parabéns pela iniciativa.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Item 1 da pauta. Vamos para o item 1 da pauta.

Só um minuto.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 4816, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências, para estabelecer medidas de transparência relativas ao Plano Nacional sobre Mudança do Clima e aos Planos de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento nos biomas.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação com emendas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com parecer favorável ao projeto.

2. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e a emenda apresentada, nos termos do relatório, salvo requerimento de destaque.

Eu concedo a palavra ao Senador Otto Alencar para a leitura do seu relatório.

Bom dia, Líder.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Agradeço a V. Exa., Senadora Leila Barros, e dou início à leitura do relatório nesta Comissão de Meio Ambiente.

É o Projeto de Lei 4.816, de 2019, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima e dá outras providências.

O art. 1º do PL altera o art. 6º da Lei nº 12.187, de 2009, acrescentando a ele os parágrafos 1º e 2º, de forma a determinar que o Plano Nacional sobre Mudança do Clima e os Planos de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento nos biomas serão avaliados anualmente e atualizados, no mínimo, a cada cinco anos. Também estabelece que os relatórios das referidas avaliações serão publicados em portal eletrônico oficial e remetidos ao Congresso Nacional até o dia 15 de maio do ano seguinte ao ano avaliado. Tais relatórios conterão, por determinação dos incisos I, II e III do §2º que a proposta legislativa pretende inaugurar no art. 6º da lei, a descrição detalhada da execução financeira das ações vinculadas aos planos, entre outras informações.

O art. 2º estabelece que a futura lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Da análise.

Compete à Comissão de Meio Ambiente, nos termos do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal, incisos I ao IV, opinar sobre matérias pertinentes à proteção do meio ambiente, conservação da natureza e preservação, conservação, exploração e manejo de florestas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e da biodiversidade, bem como conservação e gerenciamento do uso do solo e dos recursos hídricos, no tocante ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

Quanto à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, não verificamos vícios, absolutamente, que possam macular o projeto.

No mérito, a proposição é oportuna e válida.

Os mencionados planos de que o PL trata são as bases instrumentais de ambas as políticas de combate ao desmatamento e aos efeitos da mudança do clima. No entanto, ambos são apenas citados como instrumentos da Lei nº 12.187, de 2009, o que lhes reserva, a princípio, um caráter apenas programático – deixando sua implementação muito a critério do governo de ocasião. É, portanto, louvável conferir maior capacidade do Legislativo de fiscalizar a implementação desses instrumentos de política pública ambiental e aumentar a transparência pública para a execução de todos os projetos e programas nesse sentido.

A título de exemplo, o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal foi adotado em 2004 de forma a prover o Brasil de um planejamento formal, com objetivos e metas, para contenção do desmatamento na Região Amazônica, que, à época, estava atingindo valores recordes.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Após a adoção das medidas previstas no plano de ação, o desmatamento foi consideravelmente reduzido, com diminuição nas taxas de até 83%. Após, houve uma manutenção dos níveis de desmatamento em uma média de 8 mil quilômetros quadrados por ano até 2018. A partir de 2019, quando o Governo Federal deixou de atualizar e implementar o plano de ação, o desmatamento recrudesceu de maneira considerável e preocupante. As taxas subiram dos 8 mil quilômetros quadrados para 13,235 mil quilômetros quadrados em 2021, um aumento de 65%.

Nos planos de ação para prevenção e controle do desmatamento, congregam-se e se organizam tanto iniciativas tradicionais de comando e controle, como monitoramento e fiscalização ambiental, quanto ações econômicas, sociais e normativas. É fundamental, portanto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o Poder Legislativo acompanhe e cobre, do Governo Federal, a implementação e atualização dessas medidas.

Por sua vez, o Plano Nacional sobre Mudança do Clima organiza e centraliza, em um único documento, as estratégias e ações necessárias para mitigação e enfrentamento das mudanças do clima. Por essa razão, trata-se de plano que também merece acompanhamento e atualizações, consoante previsto no PL em voga. Nesse plano, incluem-se objetivos gerais, tal como identificar, planejar e coordenar as ações para mitigar as emissões de gases de efeito estufa geradas no Brasil, bem como objetivos relacionados à adaptação da sociedade brasileira aos impactos que acontecem devido à mudança do clima e à minimização dos custos socioeconômicos dessa adaptação.

Dada a importância dos planos, consideramos pertinente e oportuno que a lei não apenas os cite como instrumentos da política brasileira sobre mudança do clima...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... mas é preciso, a fim de evitar interferências circunstanciais que os enfraqueçam, garantir uma fiscalização e transparência adequadas, destacando os planos, devidamente, como instrumentos de política pública ambiental do Estado brasileiro, e não de governo.

A única correção que oferecemos é adequar o prazo que o Plano Nacional sobre Mudança do Clima estabelece, de quatro anos.

Pelas razões expostas, consideramos o projeto como atual e meritório.

O voto, diante do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei 4.816, de 2019, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CMA

(ao PL nº 4.816, de 2019)

Dê-se nova redação ao § 1º do art. 6º da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, como proposto pelo art. 1º do Projeto, nos termos a seguir:

"Art. 6º .....

.....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§ 1º Os planos de que tratam os incisos I e III do caput serão avaliados anualmente e atualizados, no mínimo, a cada quatro anos.

..... ” (NR)

Com essa emenda, eu concluo o relatório e o voto pela aprovação, Senadora Leila Barros.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Excelente iniciativa do Senador Alessandro Vieira.

Quero parabenizar o Senador Otto pelo seu relatório.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – É necessário de fato que a gente tenha mais transparência, principalmente no controle e na fiscalização da questão do desmatamento dos nossos biomas no país. Então, quero parabenizar o Alessandro e o seu trabalho, junto com a sua equipe, Senador Otto.

Bom, a matéria está em discussão.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Sra. Presidente, para discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pois não, Senador Jayme Campos. Bom dia.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para discutir.) – Sra. Presidente Leila Barros, prezado e estimado amigo particular Senador Otto Alencar, Relator da matéria, Sras. e Srs. Senadores – seja bem-vindo, Senador Wellington Fagundes, nosso conterrâneo aqui, que já reapresentou os trabalhos na Casa, aqui, no Senado –, o projeto é meritório, como V. Exa. bem disse, de autoria do Senador Alessandro Vieira e relatoria do Senador Otto, cujo relato acabamos de ver aqui de forma zelosa. Entretanto, aqui nós precisamos, de fato, também de recursos, muitos recursos.

Eu tenho um projeto aprovado aqui, no Senado Federal, que é o 5.098, de 2019, que é de minha autoria, que busca efetivamente o quê? Nós usarmos o recurso do Fundo Clima, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

existem R$10 bilhões hoje, nas mãos do BNDES, e esse dinheiro praticamente não está sendo usado. Como é que você vai fazer o combate ao desmatamento, aos incêndios, aos desastres naturais sem recurso? Infelizmente é bem aquém da necessidade.

Particularmente, nós temos acompanhado o que tem acontecido, as tragédias neste imenso país. Neste ano, no Mato Grosso, por exemplo, e em outros estados da Federação, até o Estado de São Paulo, que tem muito mais instrumentos e meios para fazer o combate, quase derreteu com o fogo lá. Uns criminosos; outros não criminosos, até pela questão do clima, porque talvez esse tenha sido um dos anos atípicos, chegando, em alguns locais, a ter 44 graus na sombra; lá no Mato Grosso chegou a dar 45 graus na sombra.

Então, o que se precisa, de fato, é nós usarmos esses recursos aí e melhorar, com certeza, a fiscalização, porque o produtor, o homem do campo que tem responsabilidade de fazer a sua produção de forma sustentável não faz desmatamento ilegal, não! Vamos ser honestos aqui: quem faz desmatamento criminoso é pontualmente, um ou outro, às vezes grileiro de terra, aquelas pessoas que querem grilar, porque, muitas vezes, o que acontece? Ele grila a terra, usa os CPFs de dois "guachebas" – vamos falar assim, que é como se fala no Mato Grosso –, que são o tal do gato, e depois o gato vai lá, derruba a terra e põe o quê? O Ibama vai lá e multa esse cidadão com o CPF dele, mas, de fato, ele está fazendo o quê? O papel de laranja. Depois aparece o dono real, que bancou, que o financiou.

Então, está tudo errado aí. O Ibama acha que está tudo certo, a Sema foi lá e multou o cara. Bacana! Ele não tem uma galinha para se pegar no terreiro dele, não é isso? E fica aí colocando no CPF dele, mas ele é pago, porque aqueles grileiros são especializados. Tem gente que vive de grilo, vai lá, faz uma posse e depois negocia essa posse. Esse é o real, porque as pessoas não conhecem o mundo real, como funciona aqui, no nosso país, a questão da terra, da reforma agrária. Muitos estão em ar-condicionado aqui, mas, na verdade, não conhecem a prática.

O Governo, lamentavelmente, aqui... Não é este Governo atual; outros governos que vieram aí não fizeram aqui uma política decente. Sobretudo, Senadora Leila, V. Exa. não tem muito esse problema aqui, em Brasília, mas tem muita invasão urbana aqui – ainda tem, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Só tem, Senador Jayme.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Imagino.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Está uma loucura! A fiscalização dessas áreas, principalmente da União aqui... A gente sabe muito bem o que está acontecendo aqui, no DF, também.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – E na cara do gol, não é? Na cara do gol. Fácil, não é? Aqui tem todos os meios, os instrumentos, tanto do Governo Federal, porque a sede do Governo Federal é em Brasília, quanto do Governo do Distrito Federal, que, muitas vezes, é impotente para fazer esse combate. Você imagina nós, na Amazônia brasileira. Mato Grosso tem 900 mil quilômetros quadrados – 900 mil quilômetros quadrados! Cabem alguns países lá, naquele estado. Aí você vai para cima, vem Rondônia, vem o Estado do Amazonas, vem o Pará. É quase humanamente impossível.

Infelizmente, a nossa proposta, que é de nossa autoria, é para colaborar, no sentido de quê? De garantir o ordenamento jurídico, apoio financeiro às ações de monitoramento, prevenção, mudanças climáticas em todos os entes federados. É isso que se precisa fazer. E o dinheiro hoje tem, mas não é usado – não é usado. Infelizmente, está ocorrendo por falta do quê? De recurso. Não tem meios de locomoção. Eu vi a tristeza, este ano, aqui em Mato Grosso, Senador Mecias – tristeza! O Corpo de Bombeiros do Mato Grosso tem o efetivo de 1.350 homens. Para combater incêndio, não tem viatura... Um soldado, como o senhor sabe, trabalha 24 horas e folga 72 horas, muitas vezes falta até alimentação. Só o proprietário não dá, ele não tem como combater, não é isso?

Então, é política pública. O Governo tem que ver com outra visão e, sobretudo, zelar também as áreas dele. Os maiores incêndios aconteceram em parques que são do Governo Federal. Lá no Mato Grosso, o Parque da Chapada dos Guimarães foi destruído, Senador Otto, acabou. E tem cinco homens do ICMBio lá, cinco homens. E você vai apagar fogo em 60 mil hectares? Não tem... Nem Mandrake, que faz o impossível, dá conta. Esse é o retrato do Brasil. Não é só na Amazônia. Quem é muito penalizado é a Amazônia. A bem da verdade, nós não somos destruidores das florestas, não. Lá tem milhões de pessoas, são de 26 a 27 milhões de brasileiros que estão trabalhando, produzindo e, infelizmente, não têm apoio por parte do Governo Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o apelo – eu queria cumprimentar o Otto –, é a visão minha de cidadão que conhece a realidade dos fatos. Eu ando por aquele estado de carro, de avião e conheço a realidade. Vejo o cidadão que está lá na terra há 30, 40 anos e não teve acesso até hoje ao documento. Por quê? O Governo Federal não tem compromisso com o cidadão lá. E ele vai para onde? Para a clandestinidade, vai ser clandestino. Se tiver uma árvore boa, ele vai lá e derruba para vender para uma madeireira. Sabe por quê? Para ele fazer um courinho de rato para pagar as contas dele. É verdade. Você pode reparar os assentamentos. É a maioria do Brasil, tenho certeza absoluta. Não é privilégio nosso do Mato Grosso. Mas eu conheço a realidade.

Era isso, uma pequena colaboração que eu posso dar, até para ser mais ilustrativo.

Agora, precisava do quê? Liberar os 10 bilhões para os estados para fazer política pública, para evitarmos as queimadas e evitarmos o desmatamento ilegal.

Obrigado, Presidenta Leila.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pois não, Senador Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Sra. Presidente, eu fui inspirado pelo nosso querido Senador Jayme Campos a falar um pouco do projeto ora relatado pelo Senador Otto Alencar. Parabéns pelo brilhante relatório.

Quero cumprimentar o autor, o Senador Alessandro Vieira.

O projeto, sem dúvida nenhuma, tem méritos, merece a aprovação, mas eu quero entrar um pouco naquilo que o Senador Jayme falou. Na verdade, falta o Governo Federal – e, como ele disse, não só o Governo atual, mas os Governos anteriores também, mas nós temos que falar para quem está hoje no cargo – fazer políticas públicas efetivas para resolver esse questionamento sem ficar culpando alguém. O Governo Federal, especialmente a Ministra Marina Silva, culpa taxativamente o homem da Amazônia, quando ela esquece que os parques do Governo Federal vivem pegando fogo, que deveriam ser cuidados pelo Governo Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O homem da Amazônia, bem falado aqui pelo Senador Jayme, não tem o menor interesse de tocar fogo, de desmatar; pelo contrário. Ele só fica na ilegalidade quando o próprio Governo Federal, o Governo do estado ou as prefeituras municipais não o legalizam. Eles não têm interesse nenhum.

Eu sou homem do campo, eu nasci na roça. Eu trabalhei na roça, efetivamente, com o meu pai desde os seis anos de idade. Eu sei o que significa de fato viver essa situação. Antigamente nós não tínhamos tratores, não tínhamos grades, era machado e foice. Agora tem, mas o homem é limitado num pequeno pedaço de terra e ele não tem sequer condições de fazer um financiamento no banco porque ele não tem documento da terra. Então, ele não pode comprar um trator, não pode comprar uma enxada rotativa, não pode comprar uma grade aradora, não pode comprar um adubo. E às vezes ele se vê obrigado, para sustentar a sua família, a fazer algo que, aos olhos daqueles que querem nos culpar, se coloca como se nós estivéssemos cometendo crime. Não é verdade. Quem comete crime não é o pequeno produtor, não é o médio produtor. Na Amazônia, principalmente, ninguém quer cometer crimes, ninguém tem mais responsabilidade com a Amazônia do que o próprio amazônida. Agora, é preciso que o Governo Federal crie mecanismos efetivos para ajudar.

Nós tivemos há pouco tempo vários desastres climáticos seriíssimos no país – no Rio Grande do Sul, tivemos no Acre, tivemos em Roraima – e aprovamos um projeto de lei por unanimidade dos Senadores desta Casa e da Câmara Federal prorrogando a dívida dos pequenos produtores rurais brasileiros. Sobretudo de Roraima, Senadora Leila, os pequenos produtores tiveram prejuízos de cerca de 70 mil cabeças de gado – os pequenos –, porque veio a seca, depois da seca veio a chuva, e com a chuva veio a lagarta, e isso dizimou os pastos, e o gado morreu de fome. E o pequeno produtor não tem condições de pagar a sua dívida.

Mas o Senado Federal, a quem eu parabenizo, os Senadores do Brasil que votaram a favor do projeto de lei de minha autoria, prorrogou – não deu anistia, não! – a dívida por 48 meses para que eles pudessem ter condições de pagar. Aprovada a lei, o Governo Federal disse que não tinha recursos e que isso causava um grande impacto financeiro. Que impacto? Nós não estávamos pedindo na lei para o Governo pagar; pelo contrário, não estávamos anistiando. E o Presidente Lula vetou. Ou seja, nada efetivamente vai em benefício do pequeno no Brasil. É apenas uma máscara, uma fala do Governo Federal para dizer que defende o pequeno, os menos favorecidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos que ter medidas efetivas, o Governo Federal precisa preparar um fundo nacional ouvindo os estados, os municípios, e que, a cada desastre que vier a acontecer, o Governo Federal tenha efetivamente condições de atingir, de atender aquilo ali, porque a cada momento nós vamos ter isso. Não é o primeiro desastre que nós tivemos, não foi no Rio Grande do Sul, não foi no Acre, não foi em Roraima, vai ter sempre no Brasil, desde o descobrimento do Brasil, mas há sempre que se colocar a culpa no homem do campo, sobretudo no homem da Amazônia.

Nós abrimos os braços e, se tivermos que ser sacrificados por isso, nós seremos, mas injustamente.

Um abraço, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Grata ao Senador Mecias de Jesus.

Senador Wellington Fagundes; depois o Senador Jaime Bagattoli.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discutir.) – Sra. Presidente e todos os nossos companheiros Senadores e Senadoras, eu quero ir na mesma linha que falou aqui o Senador Mecias de Jesus e o Senador Jayme Campos, acrescentando mais um aspecto que eu presenciei lá no Mato Grosso, no Pantanal, Sra. Presidente.

Foi autorizada pelo Ibama a queima controlada de uma área lá no Pantanal, que eu prefiro não citar, nem quem ali autorizou, mas foi de um órgão federal, o Ibama, junto com o ICMBio.

E o que aconteceu? Essa autorização foi feita por quem não conhece a realidade do Pantanal Mato-Grossense, um técnico que não tem a experiência regional, e esse é um aspecto, porque esses órgãos federais têm muito essa prática de mandar técnicos de um estado para o outro, principalmente nas operações. Nesse caso lá, foi autorizada e foi feita a queima controlada num momento inadequado. E o que aconteceu? O fogo se alastrou e foram queimados mais de 100 mil hectares.

Então, Sra. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí a gente questionou – eu estou dizendo isso porque eu faço parte também, aqui, delegado por este Plenário, da nossa Subcomissão do Pantanal, e lá também temos, junto à Assembleia Legislativa, um grande trabalho, através do Deputado Avallone – e conseguiu unificar todas as instituições do estado na discussão do que fazer e como fazer. Eu até estive na Alemanha há poucos dias, exatamente com a Aprosoja, discutindo essa questão também.

Bom, e o que acontece? O prejuízo foi imenso de alguma coisa autorizada inadequadamente.

Então, eu quero trazer... E quero aproveitar, Sra. Presidente, para convidar todos os nossos companheiros e companheiras aqui da Comissão de Meio Ambiente – especialmente a nossa Presidente, porque já temos um requerimento aprovado – a estarem lá no Mato Grosso nos dias 22, 23 e 24, sendo que o dia 22 é, digamos, o mais importante, porque teremos, na capital, a reunião; aí, em 23 e 24, há a visita ao Pantanal, inclusive, com a nossa estada lá no Sesc Pantanal. É uma área também muito grandiosa, tem um grande investimento, um *resort*, onde a gente sempre faz eventos. Creio que seria uma oportunidade única, principalmente por ser agora, no final do mês de novembro – não coincide com outros eventos aí da área ambiental –, para que a gente conheça a realidade de um Pantanal que foi queimado, em grande parte, e, agora, novamente. Há quatro ou cinco anos atrás, foi queimado quase 1 milhão de hectares.

Agora começaram as chuvas, mas ainda temos lá o que a gente chama de fogo escondido, ou seja, ainda, os animais morrem porque acabou a labareda por cima, mas continua aquele fogo subterrâneo, que é como a gente chama, e, claro, começou a brotar a vegetação também. Então, é importante, para conhecermos essa exuberância do Pantanal e discutirmos com conhecimento de causa, porque, quando a gente vai, vê, sente, conversa com o pantaneiro, conversa com quem vive lá, tem muito mais condições aqui de buscar, conjuntamente, ações que a gente possa fazer, especificamente no caso do Pantanal.

Eu já agradeço aqui também ao Senador Jayme Campos, que foi o Relator, com a designação de V. Exa., Senadora Leila, do Estatuto do Pantanal. Então, já aprovamos e já está na Câmara dos Deputados. E já falei também com o Arthur Lira para colocar em regime de urgência urgentíssima, deve acontecer agora, ainda este ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, fica esse convite. Eu vou mandar individualmente aqui para todos os companheiros. Mas faço um apelo, pela proteção do Pantanal, Senadora Leila, que V. Exa. possa estar lá conosco, porque é extremamente simbólica a presença da Senadora Leila, por tudo que representa a Senadora Leila, pela sua história, mas também por ser Presidente da Comissão de Meio Ambiente. É esse apelo quase dramático que estou fazendo aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Muito bom, Senador Wellington. Não precisa fazer esse apelo, não, porque, geralmente, quando eu tenho uma responsabilidade, eu a assumo, digamos, até com uma paixão.

A pauta ambiental hoje... Eu agradeço muito a Deus a oportunidade de hoje estar aqui no Senado há seis anos com todos vocês, muito aprendizado. E o conhecimento dessa pauta, agora me aprofundando mais ainda, fez com que eu me apaixonasse por ela, trocando tanto aprendizado, tanto conhecimento com tanta gente que quer fazer, que quer realizar. O senhor pode ter certeza de que eu vou estar junto com vocês nessa diligência.

O que me entristece, às vezes, e eu acho que, como Presidente desta Comissão, eu não posso deixar de reforçar, é que certos setores não deveriam se contaminar com política. E eu acho que o agro é um e o meio ambiente é outro. Eu acho que são dois setores fundamentais para o Brasil – dois setores fundamentais. Não existe economia, um país próspero, sem um meio ambiente protegido, sem um meio ambiente em que o Congresso Nacional entenda a sua importância. Então, nós não vamos ter produção de grãos, nós não vamos ter as futuras gerações se nós não entendermos que temos que nos sentar à mesa, todos os interessados na economia e também no meio ambiente, para conversarmos de forma civilizada. Às vezes eu vejo aqui nesta Comissão... E Deus quis que eu estivesse neste momento na Presidência, justamente por não ser uma pessoa muito nem de uma área nem de outra, mas que escuta a todos, ter a possibilidade hoje de ouvir certos discursos, entendendo que quando a gente fala mal...

Ontem a Izabella Teixeira foi muito assertiva. Eu não sei se vocês estão acompanhando o evento da Lide, em Londres. Ela foi muito assertiva, a gente fala muito mal do nosso país, a gente ataca muito setor A, setor B, mas, cara, nós estamos no mesmo país, não é? Somos todos brasileiros, todos queremos o mesmo objetivo para o país e ficamos o tempo todo um atacando o outro e não trazendo solução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sabe qual é a solução? É a gente, de alguma forma muito civilizada, fazer um debate sério sobre economia e sobre meio ambiente. Não existirá, obviamente, um meio ambiente se nós não cuidarmos dele aqui dentro. Não adianta a gente flexibilizar certas legislações que trariam, sim, uma preservação, entendendo que economia é fundamental para também as futuras gerações.

Então, o que eu peço a vocês? Quando a gente fala de ICMBio, de Ibama aqui, eu quero reforçar para vocês que nós tivemos Governos que os desconstruíram e os desmontaram, entendeu? Isso é histórico, é histórico, porque nenhum Governo, nenhum, tratou com responsabilidade o que nós estamos enfrentando agora. Isso aqui que está acontecendo agora, quando a gente fala de desastres, nós nunca vivenciamos na história deste país. Vamos lá, gente. Nós nunca vivenciamos na história do país.

A enchente que teve no Rio Grande do Sul, eu fui lá, eu fui uma dos três Senadores. Estavam lá os três Senadores do Rio Grande do Sul e só três, dois... dois ou três Senadores de outros estados que foram ver a agonia daquele povo, e eu fui uma. Vou ao Pantanal agora. A gente tem andado e visto que a realidade do que nós estamos tratando aqui é muito séria. Eu fui ao parque nacional ver a queimada que estava acontecendo lá.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Por favor, eu estou falando. Eu peço atenção, eu peço atenção! Eu vi, eu estou acompanhando o que está acontecendo no Brasil.

Então, é muito fácil cada um vir aqui defender, e é legítimo. Agora, o que eu peço aos colegas: quando tem uma diligência do Mato Grosso, não são só os Senadores do Mato Grosso que têm que estar lá, não; tem que ter outros Senadores para ver aquela realidade. Quando tem uma diligência lá no Rio Grande do Sul, em que foi um par, Canoas, Roca Sales, devastadas; propriedades em que eu estive, centenárias, acabadas, e famílias com nada para comer nem onde dormir, é lá que nós... Isso aqui é a Casa da Federação. Então, a gente vem aqui defender muito um setor ou outro, mas a gente também não faz o nosso trabalho de, quando temos a oportunidade, de fato – como os colegas falam –, de ver a realidade, que a gente de fato o faça, que a gente de fato o faça! Tá?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quanto à questão ambiental, não sou de um lado nem de outro. É muito sério o que nós estamos vivendo. Eu não sei se vocês estão entendendo: é queimada, é seca e só aumenta a pobreza. Sim, há queimada, há seca, há enchente; quem sofre mais são os mais vulneráveis, são os pequenos produtores, são as pessoas em áreas sociais mais vulneráveis que estão morrendo em desabamento, que estão morrendo nas enchentes – aumenta mais a pobreza! E a nossa responsabilidade aqui não é só defender... Desculpe-me, porque são seis anos aqui dentro e dois anos aqui, sentada aqui! Não é só defender setores; é defender o país de um modo geral, porque, quando a gente continua com essa briga, a gente está aumentando a pobreza, a desigualdade e a gente não está fazendo o debate sério, sério, que nós devemos fazer! Tem COP em Baku agora, tem as diligências que nós temos que fazer.

Então, eu peço aos colegas que, quando a gente tiver iniciativas nesse sentido, audiências públicas que são importantes aqui para discutir o trabalho sobre o qual o Governo toda hora é cobrado... Nós não temos participação para que de fato se venha aqui e se fale sobre o que o Governo está fazendo, ou nós, enquanto Parlamentares. O nosso trabalho é com a Federação, é com o país, é algo muito macro. Que a gente de fato faça o nosso dever! Então, eu estou preocupada não só como Parlamentar, porque daqui a dois anos eu posso não estar aqui, mas eu tenho um filho de 14 anos. Vocês são pais, vocês são avós e vocês sabem o que está em risco aqui. Não é um setor ou outro, são gerações. Isso é muito sério!

Então, só quero pedir atenção quando o Senador Wellington Fagundes nos chama. Cada partido pode indicar, cada bloco pode indicar. Vamos lá, vamos lá ver a realidade do Pantanal, para que a gente não fique aqui nesse debate que muitas vezes não chega a lugar nenhum! É só para a rede social, desculpe falar. A gente está precisando de fato fazer o nosso papel. E olha, bateu, bateu no pescoço. Nós estamos aqui! Aquecimento 1,5 grau, que estava previsto para 2030. O negócio está muito sério: é guerra em todo lugar; nós estamos numa situação geopolítica que aumenta mais as emissões e agrava mais a situação; há mercado de carbono, que nós precisamos aprovar na Casa.

Então, nós temos muito o que fazer além de ficarmos nesse discurso de setor em setor, com todo o respeito aos colegas. Prometo não falar mais nesta sessão. Prometo. (*Palmas.*)

Por favor, Jaime. Desculpa, Senador Jaime Bagattoli.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente. Você tem que acalmar um pouco o seu coração aí. Mas você pode ter certeza...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Não é coração, Senador, é minha consciência.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Certo.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Minha consciência; meu coração é muito calmo.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Deixe-me falar. Quero cumprimentar aqui o autor do projeto, Senador Alessandro Vieira, e também o Relator, Senador Otto Alencar.

Igual ao que já foi comentado aqui pelo Wellington Fagundes, pelo Senador Jayme Campos, Presidente, eu sei que nós vivemos uma grande seca este ano em todo o Brasil, na Região Sudeste, na Região Centro-Oeste, na Região Norte, na Amazônia, em todos os estados da Amazônia, mas eu quero dizer para você, só reafirmando o que ele falou: a partir do momento que o produtor rural tiver o documento, que é a identidade da sua propriedade, você pode ter certeza de que esse número de queimadas vai diminuir e muito.

Nós fizemos um levantamento no Estado de Rondônia, que é um dos estados que tem mais pequenas propriedades na Região Norte, por um programa de reforma agrária criado lá na década de 70. Então, onde é que acontece... O que o Senador Jayme Campos falou aqui é uma pura de uma realidade. Onde estão acontecendo as grandes queimadas? São em florestas que são terras realmente da União, são terras que são do povo brasileiro. Nós precisamos realmente dar um basta nisso que está acontecendo. Nós temos que nos debruçar, igual ao que você falou, lá no Mato Grosso, em Rondônia, em Goiás, em todos os estados onde estão acontecendo esses problemas. Nós precisamos entrar e nós precisamos realmente resolver essa situação.

Igual falou também aqui o Senador Mecias de Jesus, vocês lembram quando eu falei – não foi nesta Comissão, mas foi numa outra Comissão – para nós ajudarmos, em certo momento, Senador Otto Alencar, o nosso pequeno produtor de todo o Brasil que vivia uma questão dos financiamentos na questão do gado? Olha, se nós tivéssemos... se o Governo tivesse feito a parte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dele, naquele momento – o gado reagiu em torno de 40%, 50% –, nós teríamos salvado o pequeno produtor.

Hoje, muitos pequenos produtores da agricultura familiar – o pequeno produtor – estão perdendo suas propriedades por uma falha que foi cometida por nós, pelo Governo, pelo Ministério da Economia, de não ter prorrogado essas dívidas dos pequenos produtores. Mas você pode ter certeza, Senadora Leila, que os produtores rurais brasileiros, os produtores da Amazônia, nós estamos cientes e sabemos da importância de nós preservarmos o meio ambiente.

Digo mais para vocês. Chapada dos Parecis, Senador Wellington Fagundes: estamos com oito dias de plantio adiantado em relação ao ano passado. Vou falar pelo meu Município de Vilhena. Terminamos o plantio das minhas propriedades seis, sete dias antes. Os 90 dias, 100 dias de interrupção foram os dias sem chuva. Agora, tem lugares em que chove mais, tem lugares em que chove menos. E sabemos que a Chapada dos Parecis é diferenciada de toda a Região Norte do Brasil.

Agora, eu preciso dizer para você: nós temos que nos debruçar e esquecer sigla partidária. Nós precisamos esquecer, realmente, sigla partidária. Nós precisamos nos debruçar e resolver o problema, a situação – a situação do nosso país hoje. O problema maior, realmente, das queimadas, é a regularização fundiária.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito, Senador Jaime. Concordo com o senhor. A gente tem que discutir sobre regularização, isso é fato. Vamos ter que nos debruçar sobre regularização, assim como sobre mercado de carbono, licenciamento ambiental.

Mas o que senhor falou foi perfeito: enquanto a gente ficar politizando essas questões que afetam o pequeno produtor... Lembrando bem: eu não tenho absolutamente nada contra o pequeno produtor; muito pelo contrário, eu reconheço o trabalho também do pequeno produtor, porque a agricultura familiar é fundamental. É justamente essa produção que, praticamente, abastece o país. Tenho absoluta consciência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu estou falando para o senhor e que o senhor está reforçando aqui é: sigla partidária, politizar dois setores... Não dá mais para politizar sem fazer um debate sério. Concordo plenamente com o senhor.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Obrigada, Presidente.

Só quero parabenizar o Senador Alessandro Vieira e o nosso Relator Otto pelo projeto e reforçar o convite a V. Exa. para estar conosco no Pantanal, porque é realmente importante.

O que eu ouvi da fala de ontem me deixou muito feliz, porque é isso que nós temos que fazer: nos debruçar aqui dentro, lavar roupa suja aqui dentro do nosso país, porque não existe economia sem o meio ambiente, e o agronegócio tem responsabilidade e faz uma economia sustentável, sim. Tem como fazer, e ele está fazendo, mas o pequeno agricultor é o que mais sofre.

Agora, sabe o que me incomoda, além disso? Falar mal do nosso país lá fora me incomoda muito – muito. Mas o que também me incomoda é nós sermos responsabilizados totalmente pela irresponsabilidade desses países desenvolvidos que fizeram tudo errado. Isso não tira a nossa responsabilidade de fazer certo, mas, quando eles fazem barreiras econômicas para querer se proteger quando fizeram tudo errado, eu fico extremamente irritada, e é isso que acontece.

Então nós, meio ambiente e economia, temos que nos sentar juntos e conversar, realmente, numa conversa franca, direta e objetiva – sem sigla partidária, como disse Jaime Bagattoli aqui.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Concordo plenamente, Senadora. Inclusive, na audiência aqui, para Bacu, veio o Ministério das Relações Exteriores, veio o Ministério do Planejamento, veio o Governo todo e falou que o maior desafio hoje, em Bacu, é o financiamento climático, é o financiamento para os países, entendeu? Obviamente, os países desenvolvidos... Quem trouxe esse caos total para nós, com certeza foram os países desenvolvidos. O Brasil tem uma matriz de energia renovável de 60%, 66%.

Então, nós somos um país que é uma referência, não temos a menor dúvida. Nós temos uma legislação severa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente. Só contribuindo: a matriz energética é de 92%, a cobertura vegetal é de 66%. Ninguém tem isso no mundo.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – É. E temos uma legislação muito severa. O que a gente não pode é flexibilizar – é o que a gente tem tentado aqui –; muito pelo contrário, é fazer o debate, fazer o nosso trabalho, e, é claro, óbvio, cobrar daqueles, cobrar dos países desenvolvidos que façam também a sua parte. Mas aqui eu acho que a gente tem que continuar fazendo o nosso dever de casa, e eu acho que está muito politizada a situação. É isso.

(*Interrupção do som.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Desculpe. Quer falar?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Só gostaria de me referir a um dos projetos que estão na pauta, sobre a questão da preservação da Caatinga, Região Nordeste. A Caatinga é um dos biomas brasileiros que já é amparado pelas diretrizes do Código Florestal, que estabelece normas para a proteção e o uso sustentável dos recursos naturais em todas as regiões do país.

O Código Florestal é a bíblia que deve ser mantida e obedecida. Quando você tem uma legislação que se sobrepõe a uma outra, você tem dúvida: a quem é que eu devo obedecer? A uma ou à outra? Da mesma forma...

Daqui a pouco, certamente, o Senador Jaime Bagattoli vai pedir vista desse projeto, e a gente gostaria que fosse de forma conjunta, para que a gente pudesse apreciar essa matéria para ver quem é que vai valer, se é o Código Florestal ou se é mais um projeto de lei para dar duplicidade de interpretações.

Era isso por enquanto.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Beleza.

A gente está no item 1 ainda, por enquanto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de saber se mais alguém deseja discutir.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Só um pequeno comentário, Presidente. O Brasil, além de tudo isso que nós estamos falando, de preservação, de 66% de cobertura que nós temos de reservas no Brasil inteiro, de mata nativa – nós sabemos que o maior poluente se chama petróleo, e eu participo desse ramo de petróleo também –, nós somos o país que tem o maior volume de biocombustível do mundo, etanol, biodiesel, por isso os países lá fora têm que nos respeitar, por esse motivo.

Obrigado, Presidente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discutir.) – Sra. Presidente, se a gente for discutir aqui, acho que vararemos muitas noites e dias, mas eu quero registrar também, na mesma linha, Sra. Presidente, que eu estive agora com o pessoal da diretoria da Aprosoja. E eu faço questão de enaltecer aqui o Presidente da Aprosoja do Estado de Mato Grosso, Lucas Costa Beber; o Diretor-Executivo Wellington Andrade; e também estava o Presidente da Aprosoja nacional, Maurício Buffon, além de vários outros companheiros lá do setor. Sra. Presidente, nós fomos lá discutir exatamente a legislação do desmate zero, imposta pelo Mercado Comum Europeu. Claro, eles lá têm exatamente esse conceito, não conhecem a realidade do Brasil. Por exemplo, no caso do Mato Grosso, eles acham que é tudo Amazônia. Não sabem que temos Pantanal, que temos o Cerrado e que temos a Amazônia.

E outro aspecto, Sra. Presidente. Eu quero reforçar que, infelizmente, a gente vê muitos brasileiros irem lá falar mal do Brasil. Isso realmente é algo para que a gente precisa sempre estar chamando a atenção aqui. É aquela mania de que o americano é maior, é melhor, é tudo, de que o outro país é melhor e nós aqui somos tupiniquins, quando a verdade não é essa.

Nós temos aqui no Brasil hoje agricultura de precisão. A produtividade brasileira lá em Rondônia e aqui no Centro-Oeste brasileiro – e eu falo, em especial, do meu estado –, para competir com os Estados Unidos, que têm uma produção extremamente forte também... E nós aqui temos um problema da logística nossa, o desperdício com os acidentes que acontecem nas estradas, toda a questão da complexidade da logística.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, lá nós estivemos exatamente para discutir a questão do desmate zero, que era para, agora, no final do ano, começar a valer. E é uma situação que nem eles, Presidenta, têm condições de cumprir. Aliás, já desmataram praticamente tudo. Felizmente, conseguimos, com muitas audiências – e eu quero parabenizar aqui a agenda feita pela Aprosoja nacional e a estadual, de Mato Grosso – com os embaixadores tanto brasileiros como com autoridades de lá, até por iniciativa também, depois, dos Estados Unidos, Alemanha, conseguimos convencer de prorrogar essa lei que eles criaram por mais um ano.

Sra. Presidente, nós vamos precisar discutir muito isso aqui, porque, na verdade, o que a gente sente muito é que é uma questão comercial. Quanto mais o Brasil compete, mais vão criar dificuldades.

E, quanto à questão ambiental, aqui já se falou, e hoje há uma consciência nacional muito grande por parte do produtor. Agora, temos problemas, como com a questão da regularização fundiária. O maior volume de focos de incêndio ou de queimada no Mato Grosso – nós temos isso tudo apurado – é exatamente nos assentamentos e nas reservas indígenas. E eu vou colocar um dado aqui que é muito interessante. O Ibama resolveu contratar os indígenas para serem também agentes de combate aos focos. E lá no Mato Grosso, de repente, nós tivemos um indígena que colocou fogo. Aí fomos perguntar a ele por que fez isso. E ele: "Porque eu não fui contratado ainda". Ele colocou fogo para ser contratado. Então é muita a dificuldade que temos também, por isso nós precisamos discutir.

Esse é um tema que eu acredito que, para o ano que vem – não vai dar mais tempo este ano –, nós vamos precisar discutir. E temos de nos preparar também para esse mercado internacional, principalmente no caso europeu, que vai impor... Eles prorrogaram, mas há um clima tão forte contra o Brasil! E há aquela ideia, se for possível, até de internacionalização da nossa Amazônia. Isso é defendido por brasileiros às vezes. Por isso eu acho que é um tema para, no ano que vem, logo no início, Sra. Presidente, colocar aqui. Precisaremos, talvez, de muitas audiências, Senador Bagattoli, para conscientizar, às vezes, Parlamentares brasileiros, autoridades brasileiras que fazem essa situação internacional que é ir contra o Brasil.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – A discussão está muito em cima da metodologia da produção, de baixa emissão de gases, de carbono. Então, a gente já está fazendo este debate aqui com o mercado de carbono, que nós não podemos nem... Eu não estou entrando no debate disso, porque eu acho que não é a hora, não devemos fazer esse debate aqui, mas o próprio agro, por decisão, não quis estar dentro do mercado de carbono. Essa é uma decisão sobre que nós vamos ter que conversar mais para a frente. O tamanho do impacto, Senador Zequinha, está aí...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Presidente, só para contribuir e encerrar esse tema, para a gente tocar a pauta...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Sim. O senhor fala, e depois eu encerro. Eu vou falar depois, mas o senhor pode falar.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Tá.

É só para lembrar uma coisa: isso rende dinheiro, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Sim.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Falar mal do Brasil lá fora e apresentar estudos, teses e não sei o quê, sobre uma coisa ou outra, ninguém está fazendo isso de graça: está fazendo isso porque ganha.

Eu estou falando isso aqui porque o meu colega aqui do lado disse: "Por que o senhor colocou fogo". E disse assim: "Porque não me contrataram ainda". Em Santarém, dois anos atrás, naquela região de Santarém, o pessoal estava precisando de investimento, e os próprios caras que trabalhavam numa ONG e que recebiam dinheiro... Como não tinha problema, não tinha investimento. Quer dizer, para ter dinheiro, então se põe fogo. Os caras foram presos, não é? Os caras foram presos porque quanto pior melhor para ter investimento.

Uma informaçãozinha: na divisa do Pará com Mato Grosso, pela BR-163, chegando na Serra do Cachimbo, nós temos uma Resex... Não, uma reserva para a questão de pesquisa da biodiversidade, que foi feita em cima de propriedades rurais dos fazendeiros que estão lá. Os fazendeiros não podem colocar fogo porque, senão, o gado morre de fome. Tem que se entender

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isto: o que esses animais irão comer se o fogo queimar a pastagem? Então é muita inocência ou ingenuidade dizer: "Quem colocou fogo?". Não foi o cara, pois aquele cara é doido para evitar fogo e não para colocar fogo.

Quem é que bota fogo nessa região lá? Servidores do ICMBio. Reúna-se lá, e se a senhora quiser eu faço uma audiência pública na região. São uns terrores, eles querem prejudicar porque têm que expulsar de lá. Expulsem, mas indenizem, façam alguma coisa decente na vida, não é?

A senhora está aqui, é Presidente e eu vou chegar aqui te expulsando da Presidência da Comissão, um Senador que é membro? Não, lá querem que se faça isto gratuitamente: "Isto aqui agora é uma reserva e você tem que ir embora daqui". "Não, vou embora e indenize as minhas benfeitorias, eu estou aqui há 20, 30, 40 anos, tenho feito isso e isso, e vou embora, ou então pelo menos deixe-me usar o que eu já fiz". O ICMBio põe fogo, e esse fogo invade a mata, a reserva, queima pasto. Que coisa mais feia! O agente do Ibama, do Estado, o agente do ICMBio, eles são mais políticos do que os políticos que comandam os partidos políticos. É uma coisa de louco!

Quando a senhora falou ainda pouco: "Vamos tirar a política do meio", eu concordo 100%, para fazer a coisa como tem que ser feita. Todo mundo tem interesse no equilíbrio, na coisa correta, na coisa decente, mas o meu estado, se a senhora ouvir as barbaridades cometidas politicamente sem o respaldo legal e sem a razão também, você cai para trás.

A gente precisa acabar com isso, liquidar com isso e começar a trabalhar fazendo aquilo que tem que ser feito, mas...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Ouvindo o que o senhor está falando, Senador Zequinha, eu sugiro até o senhor fazer uma audiência pública, e eu me prontifico ir até lá para chamar o ICMBio e tudo, para ver essa situação. Porque é assim: a gente escuta uma situação dessa, não temos também Governo e ICMBio aqui para fazer o debate...

Mas eu acho importante, porque, se é local na sua região, acho que é importante fazer uma audiência pública chamando os produtores, chamando o ICMBio e chamando representantes desta Casa aqui, porque, quando a gente faz este debate aqui em nível nacional, a gente não conhece as especificidades de cada região. E vale muito a pena...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Wellington Fagundes faz muito isto na região dele, de fazer uma provocação, essas diligências, audiências públicas. Não foi uma ou duas vezes que o Senador Wellington fez isso. E eu acho que vale para os Senadores aqui quando a gente começa a fazer este debate de cada um falar de uma realidade. Eu acho que é muito importante. Eu me ponho à disposição, Senador, porque, quando voltamos para o debate aqui na Casa, depois de ouvirmos a realidade do estado de cada um, eu acho que é muito válido, porque essa questão de meio ambiente, a questão das queimadas e tudo, a regularização fundiária, o licenciamento, tudo isso é uma pauta de que nós não vamos poder fugir nos próximos anos, para resolvemos, caminharmos e trazermos uma economia mais sustentável, uma agricultura mais sustentável, para que a gente tenha, enfim, soluções, a médio e a longo prazo, porque elas não serão imediatas, a gente já sabe disso e vocês melhores do que eu, porque são da área, soluções a médio e a longo prazo, mas que a gente comece a dar o *start*, eu acho que é fundamental isso, entendeu?

Obrigada, Senador Zequinha.

Bom, eu vou passar agora para a matéria.

Discutimos já. Vamos encerrar a discussão. A matéria... Eu vou encerrar a discussão.

Alguém mais quer discutir? (*Pausa.*)

Não.

A votação será nominal, gente. Como é terminativo, o projeto vai estar em votação.

Em votação o Projeto de Lei 4.816, de 2019 – já agradecendo a todos que estiveram aqui conosco –, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim"; os Senadores...

Enfim, podem votar.

E os que não estão de acordo votam "não".

Vamos iniciar a votação agora.

(*Procede-se à votação.*) (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Falei com a Relatora... Ah não, vamos encerrar a votação nominal do Projeto de Lei 4.816, de 2019.

Vamos verificar.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Houve 12 votos SIM; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

Bom, está aprovado o Projeto de Lei 4.816, com a Emenda 1, da CMA. A matéria agora vai ser encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Vamos para o requerimento agora sobre o item quatro, apresentado pelo Senador Jaime Bagattoli.

EXTRAPAUTA

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 55, DE 2024

Requer, nos termos dos arts. 279, III, e 315 do Regimento Interno do Senado Federal, adiamento da votação do PL 1990/2024, que "institui a Política Nacional para a Recuperação da Vegetação da Caatinga", por 30 (trinta) dias úteis.

Autoria: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)

Eu passo a palavra para o Senador Jaime Bagattoli, para justificação do seu requerimento.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 279, III, e 315 do Regimento Interno do Senado Federal, adiamento da votação do PL 1.990/2024, que institui a Política Nacional para a Recuperação e a Vegetação da Caatinga, por 30 dias. Quero deixar claro aqui aos demais pares, aos Senadores, que já foi feito o acordo com a Liderança do Governo para 15 dias.

A justificação. A Caatinga é um dos biomas brasileiros que já é amparada pelas diretrizes do Código Florestal, que estabelece normas para a proteção e o uso sustentável dos recursos naturais em todas as regiões do país. O Código Florestal prevê a preservação da vegetação nativa e o uso racional de áreas ambientais, aplicando-se também à Caatinga. Ele define áreas de preservação permanente (APPs), áreas de reserva legal e outras restrições de uso para a conservação de biomas em todo o território nacional.

Portanto, nova legislação poderia resultar em sobreposições normativas, gerando insegurança jurídica, além de possivelmente dificultar a gestão integrada das políticas ambientais. Essa duplicidade de leis poderia, ainda, comprometer a clareza e a aplicabilidade das normas, uma vez que o Código Florestal já cumpre adequadamente o papel de orientar o uso sustentável e a preservação da Caatinga.

Por isso, peço aos nobres pares a compreensão de aprovar o presente requerimento para que possamos avaliar tais pontos.

Obrigado, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito, Senador Jaime Bagattoli.

Então, só corrigindo, a retirada vai ser por 15 dias úteis.

Em votação o requerimento apresentado pelo Senador Jaime Bagattoli.

As Senadores e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Bom, quero agradecer a participação de todos os Senadores no debate.

A Casa está fervendo, com muitas Comissões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, mais uma vez eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(Iniciada às 9 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 56 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 42ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e seis minutos do dia treze de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Wellington Fagundes, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Jayme Campos, Leila Barros, Alessandro Vieira, Margareth Buzetti, Beto Faro, Jorge Kajuru, Teresa Leitão, Eduardo Gomes, Jorge Seif, Damares Alves e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Augusta Brito, Izalci Lucas e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Confúcio Moura, Giordano, Marcos do Val, Eliziane Gama, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Rogerio Marinho, Jaime Bagattoli e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência comunica recebimento de carta aberta da Associação de Servidores da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico que trata de recomendações referentes às futuras nomeações para cargos de diretoria na Agência. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Discurso. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4551, de 2020 - Terminativo - que: "Altera as Leis nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para prever descontos para pessoas com deficiência nos valores cobrados para ingresso e utilização de serviços nas unidades de proteção integral do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senador Wellington Fagundes. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 152, de 2021 - Não Terminativo - que: "Susta o Decreto no 10.657, de 24 de março de 2021, que institui a Política de Apoio ao Licenciamento Ambiental de Projetos de Investimentos para a Produção de Minerais Estratégicos - Pró-Minerais Estratégicos, dispõe sobre sua qualificação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e institui o Comitê Interministerial de Análise de Projetos de Minerais Estratégicos." Autoria: Senador Paulo Rocha (PT/PA). Relatoria: Senador Beto Faro. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5160, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a cultura oceânica no currículo escolar do ensino fundamental e do ensino médio." Autoria: Senadora Zenaide Maia (PSD/RN). Relatoria: Senadora Teresa Leitão. Relatório: Pela aprovação com emendas. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 13, de 2024 - Não Terminativo - que: "Modifica as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar a aplicação mínima de 20% dos royalties, participação especial e excedente em óleo da União na implementação de projetos de apoio à preservação da Floresta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amazônica, defesa das tradições e ambientes dos povos originários, integração logística, exploração sustentável dos recursos naturais, e promoção da justiça social nos territórios afetados diretamente pela atividade de pesquisa e lavra de hidrocarbonetos." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (/AP). Relatoria: Senador Beto Faro. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Wellington Fagundes
Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/13

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 42ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 13 de novembro de 2024.

Comunico que foi apresentada a esta Comissão Carta Aberta da Associação dos Servidores da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico sobre a importância da nomeação dos diretores da agência, de se evitar longos períodos de vacância nos cargos e da imprescindível necessidade de que se observem os critérios técnicos exigidos por lei nas próximas nomeações,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os quais, por força do Regimento Interno do Senado Federal, passam pela Comissão de Meio Ambiente.

O documento, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estará disponível para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Adicionalmente, a Presidência solicita à secretaria que envie cópia do documento a todos os membros da Comissão de Meio Ambiente.

Aprovação da ata.

Antes de iniciarmos os trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 41ª Reunião, realizada em 30 de outubro de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata foi aprovada e será publicada no *Diário Oficial do Senado Federal*. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discursar.) – Sra. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, ontem foi o Dia do Pantanal. Estamos aqui não só para celebrar esse bioma único, mas também para reafirmar nosso compromisso em proteger e conservar uma das maiores riquezas naturais do Brasil e do mundo.

O Pantanal, reconhecido pela Unesco como patrimônio natural e mundial, é uma das maiores planícies alagáveis do planeta e exige nossa atenção para um futuro sustentável, que alie desenvolvimento e conservação.

Estamos trabalhando incansavelmente para a aprovação do Estatuto do Pantanal, que já passou pela Comissão de Meio Ambiente do Senado e, agora, está em análise na Câmara dos Deputados.

Esse estatuto estabelece diretrizes essenciais para o uso sustentável do bioma, preservando a cultura e as práticas dos pantaneiros, que há séculos cuidam dessa terra.

A urgência dessa regulamentação fica ainda mais evidente com os dados alarmantes apresentados hoje pelo Poder 360º. Segundo uma reportagem publicada pelo jornal, um estatuto do MapBiomas revela que o Pantanal sofreu uma redução de 61%, em suas áreas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alagadas, nos últimos 38 anos. Em 2023, a área alagada caiu para 3,3 milhões de hectares, 61% menos do que a média histórica. Essa diminuição das áreas alagadas está acompanhada de períodos de seca mais prolongados e cheias mais curtas, condições que têm agravado a ocorrência de incêndios intensivos e também muito frequentes. Não podemos ignorar que, entre 2019 e 2024, o fogo devastou mais de 5,8 milhões de hectares no nosso Pantanal, atingindo áreas que antes eram permanentemente alagadas.

O aumento da ocupação humana na Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai e a expansão da agricultura e a pastagem tornaram o bioma ainda mais vulnerável; por isso, o nosso empenho em aprovar o Estatuto do Pantanal é essencial. Esse projeto visa a integrar ações de conservação com incentivos ao manejo sustentável do fogo e à promoção de alternativas econômicas que preservem o bioma.

Na próxima semana, avançaremos em nosso compromisso com a proteção e o desenvolvimento sustentável do Pantanal. O requerimento para uma diligência externa, apresentado pela minha colega Senadora Rosana Martinelli, com o meu total apoio, já havia sido aprovado pela Comissão de Meio Ambiente e também, ontem, recebeu a aprovação da Comissão de Educação, ampliando o alcance e a importância dessa missão.

A Presidente da CMA, a Senadora Leila Barros, e também outros Senadores e representantes da Assembleia Legislativa de Mato Grosso já confirmaram presença.

O Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação, afirmou que, caso não possa comparecer, irá designar um representante. Aliás, até já me designou!

A participação da Comissão de Educação é fundamental, pois contaremos com a presença de universidades e também do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal (INPP). As universidades quero dizer aqui, faço questão: a Universidade Federal de Mato Grosso; a Universidade Federal de Rondonópolis; o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia; e também a Universidade Estadual de Mato Grosso.

E, com isso, é claro, todos esses órgãos trarão um conhecimento técnico e as pesquisas que são essenciais para toda a nossa discussão. Assim, então, poderemos abordar de forma integrada também as questões educacionais, agregando valor ao debate sobre as consequências das queimadas e os caminhos para um desenvolvimento sustentável do Pantanal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meus amigos e amigas, o Estatuto do Pantanal representa uma legislação abrangente e indispensável para proteger as características locais da região. Ainda propõe o Selo Pantanal Sustentável, que agregará valores aos produtos e serviços do bioma, incentivando uma economia responsável e que respeite o meio ambiente.

Nosso trabalho continua para que o estatuto se torne realidade. Com ele, queremos assegurar que o Pantanal e todos que dele dependem possam ter um futuro sustentável. Contamos, então, com o apoio de todos nessa conquista para que juntos possamos entregar às próximas gerações um Pantanal próspero e protegido.

Quero aqui também comunicar que, como Presidente, eu vou determinar que toda a assessoria da Comissão esteja conosco lá em Mato Grosso. (*Risos.*) Determinação! É decisão aqui deliberada.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Como todos concordaram, então é uma determinação. (*Risos.*)

Mas, olha, brincadeira à parte, no nosso Pantanal, é claro que a gente está vivendo um momento melhor neste momento, porque as chuvas chegaram, então a agonia que vivíamos poucos dias atrás, com a fumaça, com a cinza... Apesar de que a cinza ainda é problema, porque isso vai para os rios, é a famosa decoada, e ainda pode matar peixes, enfim. Mas este momento será muito oportuno para estarmos lá, visitando o Pantanal, porque é o momento quando começa a reflorescer, porém ainda é possível ver todo o impacto do que foram as queimadas.

Ontem, o Presidente Arthur Lira já determinou e já colocou na pauta... E foi aprovada a urgência desse projeto de lei, que foi inclusive apensado a um outro projeto – eu gostaria até que minha assessoria pudesse me trazer o outro projeto que foi também apensado, da Deputada do Mato Grosso do Sul –, e, claro, vamos, então, trabalhar em conjunto.

A outra Parlamentar é a Deputada Dilvanda Faro. (*Pausa.*)

Camila Jara? E aqui está escrito Dilvanda Faro. (*Pausa.*)

É a Relatora? Tá. (*Pausa.*)

Está bem. Camila Jara, do PT, do Mato Grosso do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é importante dizer que o nosso Pantanal é um Pantanal único, no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Então, os problemas e as soluções, com certeza, serão tratados em conjunto.

E aqui eu, inclusive, quero também chamar atenção: o Supremo Tribunal Federal, através da ADO 63, estabeleceu, em junho deste ano, um prazo de 18 meses para que o Congresso Nacional aprove uma lei específica para a proteção do Pantanal. A ação foi movida pela Procuradoria-Geral da República e estava em análise na corte desde 2023. O voto do Ministro André Mendonça apontou negligência e omissão do Congresso Nacional na proteção do Pantanal, e foi aprovado por nove dos onze Ministros. Então, isso é importante para que todos tenham noção da importância, que todos os Poderes reconhecem, dessa necessidade de uma normativa jurídica.

É importante dizer que Mato Grosso do Sul já tem uma legislação estadual, portanto a situação lá é um tanto melhor, e em Mato Grosso não tínhamos nenhuma legislação estadual. A Assembleia Legislativa, através do trabalho e da liderança do Deputado Avallone, que é o Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, aprovou uma lei estadual. Depois essa lei foi questionada pelo Ministério Público, fizeram várias outras reuniões e chegaram a um entendimento da aprovação final da lei estadual de Mato Grosso, do Pantanal. Foi, inclusive, sancionada pelo Governador, mas infelizmente o Partido Verde nacional entrou também com a suspensão da lei.

Eu quero aqui dizer que todos têm autonomia, têm direito, isso é democrático, mas o Pantanal Mato-Grossense, assim como a Amazônia, tem que receber sugestões de quem não vive lá, mas eu acho que o mais importante é quem vive, que sabe a complexidade de cada bioma e de cada situação. Eu falo isso porque agora há pouco eu estive na Europa com a Aprosoja, a Associação dos Produtores de Soja, tanto do Mato Grosso como também nacional, onde fomos discutir com a comunidade europeia a questão do desmate zero, uma lei que eles definiram e que já era para valer agora, até o final do ano.

É claro que, depois de todos os argumentos que tivemos, com os embaixadores brasileiros e também outros países, como Alemanha, Estados Unidos, pela dificuldade que eles próprios teriam de cumprir aquela lei, resolveram, então, postergar por mais um ano.

Mas o que nos traz aqui uma observação muito importante, brasileiros que estão nos assistindo, é a gente ver, lá fora, brasileiros que vão lá para levar uma imagem negativa do nosso país. Nós temos uma das legislações ambientais mais modernas do mundo. É um exemplo o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil, em termos de preservação ambiental. A nossa Amazônia carece é de investimentos, principalmente em pesquisa, porque, hoje, a maioria do volume das queimadas se dá exatamente nos assentamentos que foram feitos pelo Governo Federal, em que as pessoas foram jogadas na terra; não se teve uma política pública definida. Aliás, nessa questão da reforma agrária, até hoje, no Brasil, não conseguimos fazer uma política de Estado. É política de governo. Cada governo de plantão resolve fazer uma coisinha aqui, uma coisinha lá e deixa, simplesmente, a população em situação extremamente vulnerável.

Por isso eu chamo atenção: a solução no Brasil tem que ser feita por nós brasileiros.

É claro, aqueles na comunidade internacional que entendem a importância da preservação de todos os nossos biomas, da Mata Atlântica, e assim também nós brasileiros entendemos...

Agora, é importante que isso não fique só no discurso internacional, mas que os recursos efetivamente cheguem e de forma não burocratizada. Porque para você acessar, hoje, um Fundo Amazônia para, digamos, uma entidade brasileira, uma comunidade brasileira, a dificuldade é extremamente grande, além dos custos do Brasil – para você conseguir fazer um projeto, buscar certidões e tudo o mais, é muito complexo.

Por isso eu quero aqui também parabenizar a Deputada Dilvanda Faro, que é a Relatora do projeto, e também a Deputada Camila Jara, do PT, de Mato Grosso do Sul, por essa iniciativa.

Mais uma vez, então, convido a todos. A Senadora Leila já confirmou a presença. A programação, nós estamos concluindo hoje, mas eu já adianto: na quinta-feira, então, teremos, no período da tarde, um grande simpósio, uma reunião, uma discussão na Assembleia Legislativa. Vai ser transmitido pela TV Assembleia, em parceria com a TV Senado, é claro, Rádio Senado e Rádio Assembleia. Lá, teremos a presença também de todas as autoridades mato-grossenses e de algumas autoridades de fora. Então, será uma oportunidade única para que a gente possa discutir soluções do nosso Pantanal.

Na sexta-feira, no sábado e no domingo, há um convite feito pelo Sesc Pantanal, que é uma grande área de reserva, de mais de 100 mil hectares.

Já aproveito aqui, Senador, para convidá-lo. Toda a Comissão está convidada para esse evento.

Lá estaremos também em uma reunião em pleno Pantanal, no grande *resort* do Sesc Pantanal. Esse empreendimento foi feito pelo Sesc nacional. Lá também temos muitas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

universidades que fazem pesquisa e será também um momento oportuno para que a gente possa conhecer o Pantanal. Vamos fazer sobrevoos de helicóptero, andar a cavalo, estar também de barco, enfim, para verdadeiramente termos a oportunidade de conhecer o Pantanal.

Eu gostaria... V. Exa. pode assumir a Presidência?

Com isso, então, eu faço a leitura.

Pode? Não? (*Pausa.*)

Bom, como também temos tantos outros compromissos, a Senadora Leila pediu e realmente gostaria de estar aqui, inclusive para que a gente pudesse dar qualquer encaminhamento na pauta, e não sendo possível, nós vamos dar por encerrada esta sessão.

É claro que, na semana que vem, não teremos sessão, não é? (*Pausa.*)

Será feriado na quarta. Vamos estar no Pantanal – todos estão convidados – na semana que vem. Na outra semana, então, continuaremos aqui a pauta.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 23 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DISCUTIR E ANALISAR O MERCADO DE ATIVOS AMBIENTAIS BRASILEIROS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e sete minutos do dia vinte e dois de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Jorge Kajuru, reúne-se a Subcomissão Temporária para discutir e analisar o Mercado de Ativos Ambientais Brasileiros com a presença dos Senadores Jorge Seif, Luis Carlos Heinze e Zequinha Marinho, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Giordano, Ciro Nogueira, Wilder Morais e André Amaral, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Sérgio Petecão, Plínio Valério e Carlos Viana. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa. Finalidade: Discutir o tema: "Agropecuária brasileira e ativos ambientais". O debate objetiva apontar que ativos ambientais e que políticas públicas, em concerto com o setor empresarial, poderiam aumentar a renda do produtor rural e, ao mesmo tempo, tornar nossa agricultura menos emissora em gases de efeito estufa. Participantes: Sr. Nelson Ananias Filho, Coordenador de Sustentabilidade da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Sr. Jorge Caetano Junior, Coordenador-Geral de Mudanças do Clima e Desenvolvimento Sustentável do Ministério da Agricultura e Pecuária; Sr. Alexandre Hoffmann, Gerente Geral de Gestão de Portfólios e Programas de PD&I da Embrapa; e Sra. Danielle Denny, Pesquisadora do Centro de Estudos de Carbono em Agricultura Tropical da Universidade de São Paulo. Resultado: Audiência pública interativa realizada. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e sete minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Kajuru
Presidente da Subcomissão Temporária para discutir e analisar o Mercado de Ativos Ambientais Brasileiros

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/08/22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Fala da Presidência.) – Brasileiras e brasileiros, minhas únicas vossas excelências, Deus, saúde, alegrias e vitórias em suas vidas e nas de seus familiares e amigos neste 2024.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Subcomissão Temporária para discutir e analisar o Mercado de Ativos Ambientais Brasileiros da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, quinta-feira, 22 de agosto de 2024.

É com muito orgulho e satisfação, além de ser o Presidente, escolhido por unanimidade, desta Subcomissão, que hoje vamos realizar a terceira e qualificada audiência pública desta Subcomissão do Mercado de Ativos Ambientais Brasileiros.

Gostaria de agradecer a todos e a todas presentes e também a quem nos atende, gentilmente, remotamente e ao Brasil inteiro, que pode nos acompanhar pela TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado, por meios de comunicação, como todas as minhas redes sociais, @senadorkajuru, para mais de 6 milhões de seguidores, e as emissoras que nos acompanham, como rede Nova Brasil FM, BandNews FM 90.7.

O tema desta audiência pública é "Agropecuária brasileira e ativos ambientais".

Sabemos, senhoras e senhores, meus únicos patrões, que a adoção de técnicas de agricultura de baixo carbono e a recuperação de passivos ambientais, conforme o Código Florestal, são essenciais para que o setor agropecuário se torne um diferencial competitivo sustentável e um parceiro nas políticas ambientais. No entanto, ainda há muito a avançar no sentido de recompensar esse setor pela adoção dessas medidas.

O objetivo do debate de hoje, aqui no Senado Federal, é identificar quais ativos ambientais e políticas públicas, em colaboração com o setor empresarial, poderiam aumentar a renda dos produtores rurais e, simultaneamente, reduzir as emissões de gases de efeito estufa na agricultura.

Gostaria de destacar que, com base nos debates realizados durante as nossas últimas audiências públicas desta Subcomissão, estamos produzindo um relatório, a cargo de minha principal assessora no meio ambiente, reconhecida mundialmente, com pós-graduação em vários países, tendo sido assessora especial de um dos maiores ambientalistas do mundo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Divaldo Rezende, que é Diana Lins. Ela é responsável, com a sua equipe, por este relatório final, que fornecerá encaminhamentos aos órgãos e entidades competentes, além de propor melhorias na legislação e nas proposições atualmente em tramitação aqui no Congresso Nacional.

Assim, para mais este importante debate, eu convido para a mesa – e agradeço a sua presença – o Sr. Nelson Ananias Filho, Coordenador de Sustentabilidade da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária.

Convido também o Sr. Jorge Caetano Junior, Coordenador-Geral de Mudanças do Clima e Desenvolvimento Sustentável do Ministério da Agricultura e Pecuária. Contamos ainda com a participação, por videoconferência, da Sra. Danielle Denny, representante do Centro de Estudos de Carbono da Universidade de São Paulo, e do Sr. Alexandre Hoffmann, Gerente Geral de Gestão de Portfólios e Programas de PD&I da Embrapa.

Antes de passar para nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e também aberta à participação dos interessados em nossa pátria amada, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

E prazerosamente já temos antecipadamente aqui dezenas de perguntas, antes mesmo de iniciarmos o debate.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até 15 minutos, e, como eu sou apaixonado por quebrar protocolo aqui no Congresso Nacional, é evidente que sou tolerante, quando há conteúdo no uso das palavras, para que o tempo se estenda um pouco mais. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Gostaria de agradecer a toda a minha equipe de gabinete – já falei sobre Diana Lins, a principal, responsável e chefe da equipe –, à Liana Miranda, à Caroline da Luz e ao Secretário desta Comissão, um companheiro acima das médias neste Congresso Nacional, o Airton Aragão Júnior, e a sua eficiente equipe, que são os servidores Marcus Vitral, Mariana Tavares, Jessica Oliveira e Simone Mazer. Perceberam que tem mais mulheres do que homens, não é? E eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prefiro trabalhar mais com as mulheres, mais sensatas, principalmente do que Parlamentares, não é? Tanto que numa Subcomissão tão importante como esta, normalmente, a gente tem um, às vezes, no máximo, dois integrantes, ou seja, parece que há Parlamentar neste país que nem sabe o que significa meio ambiente, o que significa carbono, o que significam os ativos ambientais brasileiros.

Vamos, então – depois da minha sinceridade já reconhecida por todo o país, não sei deixar, mesmo que perca um amigo, de dizer uma boa ironia – às exposições iniciais.

Com a palavra... É esta a ordem, Airton?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu peço a compreensão de quem está por videoconferência – porque tem os seus compromissos, não pôde vir –, mas eu costumo quebrar o protocolo. Quem saiu da sua casa e veio aqui, para mim, tem a prioridade. Pode ser?

Pode, Airton?

Vocês perceberam que eu quebro protocolo, não é? Vocês dois estão aqui, então eles hão de compreender que a gente dará prioridade – passa para mim, por favor – a quem está aqui pessoalmente, mas agradecendo de forma sincera, como eu sou, quem também via remota vai participar e vai enriquecer esta nossa terceira audiência pública.

Com a palavra, então, o Sr. Nelson Ananias Filho... É de onde, Nelson? De que estado?

O SR. NELSON ANANIAS FILHO (*Fora do microfone.*) – Eu sou daqui de Brasília, Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ah, você é do Distrito Federal. É Coordenador de Sustentabilidade da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, a nossa conhecida CNA.

Fique à vontade, Sr. Nelson. Muitíssimo obrigado.

O SR. NELSON ANANIAS FILHO (Para expor.) – Bom dia a todos.

Senador Kajuru, muito obrigado. Tenho uma honra de estar e de dividir este painel com o senhor, do estado que me adotou também. Sou paulista, mas goiano aqui de coração, produtor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rural aqui no Estado de Goiás. Então, é realmente uma honra dividir esta mesa com o senhor, que tanto faz aí pelo nosso Estado de Goiás, tanto na questão de desenvolvimento sustentável como também de desenvolvimento econômico e social do nosso estado.

Eu sou da região ali do nordeste goiano. Uma região que tem aí uma contribuição muito grande na preservação, nós temos lá o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, as APAs que tem ali, grandes ativos sustentáveis, ambientais do estado. E eu tenho como orgulho ser uma das pessoas que conserva isso e alio isso à minha produção agropecuária dentro de uma APA. Então, é uma satisfação estar aqui e dividir, dividir com o Jorge também, do Ministério da Agricultura, e demais palestrantes que nos acompanham aí de maneira *online*.

É uma satisfação e uma agenda muito grande para a Confederação da Agricultura Pecuária do Brasil, em nome do seu Presidente, Dr. João Martins, falar de sustentabilidade e ativos ambientais dentro do setor agropecuário brasileiro. Nós contribuímos aí numa agenda positiva em dois grandes pilares da sustentabilidade brasileira, que são conservar em grande parte a vegetação nativa, a biodiversidade que o Brasil possui dentro das propriedades privadas; e, de outro lado, ter uma produção, uma agricultura que é referência no mundo de uma das agriculturas mais sustentáveis do planeta. O agricultor brasileiro se mostrou muito competente desde a sua gênese, desde quando ele foi chamado a cumprir o desafio de garantir a segurança alimentar do Brasil, de um país que era importador de alimentos e passa a ser exportador de alimentos. Depois, venceu outro desafio, que era produzir melhor. E agora, Senador, está vencendo o desafio que é produzir mais, produzir melhor e produzir com sustentabilidade.

Então, a gente vai trazer aqui um pequeno cenário para chegar e mostrar para vocês que ativos ambientais e contribuição à questão do desenvolvimento sustentável, à manutenção de biodiversidade, a ativos ambientais e à redução de emissão de gases de efeitos de estufa, o produtor rural já faz – muitas das vezes sem nem saber o que está fazendo, mas faz. E esses ativos ambientais estão aqui. O que a gente precisa é identificá-los, valorá-los e, lá no fim da ponta, incentivar a sua conservação, através de pagamento por serviços ambientais, créditos de carbono, reserva florestal, tudo aquilo, dos instrumentos que já existem para que esse ativo compense e faça com que o produtor rural compense aquele serviço que ele presta ao Brasil.

Então, ativos ambientais já é realidade do setor produtivo agropecuário brasileiro. Por quê? Porque esse ativo ambiental é aquele final, é aquela recompensa que ele tem, é aquele incentivo de dizer para ele: "Vale a pena produzir e preservar". Por quê? Porque ele interfere de forma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

positiva para a preservação, restauração e incremento ecossistêmico de suas atividades, se produz água, se produz biodiversidade, além de produzir alimento e outros bens ambientais.

Nós também estamos presentes, através da conservação, em dois grandes pilares, como eu falei. Primeiro, a questão de conservar e cumprir não só o Código Florestal, mas o excedente que aquele Código Florestal propõe. Eu preciso mostrar àquele proprietário rural que só o Código Florestal é suficiente, mas pode ser melhor, dependendo da avaliação e da valoração daquilo que você tem como adicionalidade àquele ativo ambiental que você tem em floresta dentro da sua propriedade.

Mas não basta só ter uma floresta bem conservada e cumprir o Código Florestal, nós precisamos produzir melhor dentro da propriedade, produzir emitindo menos carbono, produzir fixando carbono no solo, produzir três safras por ano sendo eficiente no uso dos recursos naturais, porque recurso natural é o principal patrimônio do produtor rural. O produtor rural não vive sem solo, o produtor rural não vive sem água. E isso é um sistema que está todo dentro da propriedade. Então, a gente precisa produzir conservando solo e água.

Pode passar para mim?

E quais são os grandes fatores geradores desse ativo ambiental, esse que a gente está dizendo e constatando que existe dentro da propriedade privada brasileira, mas que precisa ser valorado e, na verdade, no final das contas, recompensado? É a conservação da vegetação nativa, primeira ação, reconhecimento do Código Florestal e aquilo que a gente faz a mais do que o Código Florestal, não só aquilo que se tem como conservado, mas com aquilo que você pode e tem o potencial de recuperar.

Então, restauração da vegetação nativa também é um outro grande ativo ambiental dentro da propriedade rural, ou seja, aquilo que vale a pena ser recuperado, que tem uma resposta melhor do que simplesmente ser destinado à produção, mas que seja reconhecido como alternativa ao uso comum, uso normal daquela área, que seria um uso econômico diretamente nas atividades agropecuárias, mas que tem um retorno de pagamento por um serviço ecossistêmico, pagamento por um serviço ecológico. E, por fim, boas práticas agrícolas.

Isto é o tripé da sustentabilidade, Senador Kajuru: é conseguir manter uma propriedade rural baseada no seu desenvolvimento econômico, social e ambiental. Sem os três, eu não tenho como manter a minha propriedade. Como eu vou cumprir o Código Florestal? Como eu vou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manter preservadas minhas florestas dentro de APP e reserva legal? Como eu vou ter excedente dessa vegetação se a parte econômica não me recompensa ficar ali?

Por quê? Porque quem está ali, Senador, é um proprietário rural, é um brasileiro que foi chamado a ocupar aquela terra. Ele precisa estar ali e sustentar sua família, porque isso é natural. Se ele não consegue sustentar sua família dentro da sua propriedade, ele vai avançar, para garantir o sustento e a sobrevivência da família dele, na riqueza que ele tem à mão, que é a floresta. Nós temos que dar oportunidade para que ele se fixe ali, ele seja responsabilizado por manter aquele ativo ambiental que ele tem ali, que ele explore aquela área que o Código Florestal lhe garante que ele possa explorar da forma mais sustentável possível, sem abandonar aquela terra, ir para a cidade e deixá-la à mercê de outros grileiros e outros usos ilegais, ou até avance nessas riquezas, vendendo madeira, caçando ou até desmatando e grilando aquele patrimônio, aquele ativo ambiental dele.

Então, esse tripé é muito importante, tão importante que ele já é valorado. O Brasil hoje é o país que tem a maior área potencial e disponibilidade de terra e água no mundo. Isso causa uma pressão internacional devido ao aumento da população geral no mundo. Nós temos água e temos terra. Nós precisamos utilizar isso de maneira direta? Não. Nós precisamos, como falei, mais uma vez, que isso seja considerado um ativo ambiental do Brasil e que possa passar por políticas, ações que nos permitam explorar essa área, aqui já descontadas as obrigações de Código Florestal. Aqui é área passível de uso no Brasil, respeitada toda a legislação, e que nos dá essa oportunidade, nos dá a opção de dizer o que nós precisamos e queremos com esse grande ativo ambiental.

É desse ativo ambiental que a gente está falando, Senador. É este aqui, que, quando a gente traz para dentro da propriedade, individualmente, para cada produtor rural, representa 80%, 35% ou 20% da propriedade, como todos nós sabemos, através da reserva legal e cumprindo o Código Florestal, e que, além disso, adicionados às áreas de preservação permanente, que são as APPs, o que o produtor rural já faz.

Por isso que eu volto àquele ponto que eu falei. O produtor rural já contribui para a produção do desenvolvimento sustentável, mesmo sem saber. Mesmo no simples cumprimento da legislação, ele já está contribuindo e tendo ativos ambientais que precisam ser reconhecidos. E isso mostra – isso aqui já está bastante batido, mas é bom trazer – é esse ativo ambiental. Aquele ativo ambiental de áreas propícias a desenvolvimento da atividade econômica nos traz um ativo ambiental e nos mostra um ativo ambiental dentro da propriedade – todos nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sabemos que 66% do Brasil ainda está em vegetação nativa. Mas o mais importante, o ativo ambiental dentro da propriedade rural representa metade da vegetação nativa que hoje nós temos no país e que está dentro de propriedade privada. E, se vocês observarem, a área destinada à vegetação nativa dentro dos imóveis rurais é mais do que áreas de unidade de conservação e mais do que unidades de terra indígena, ou seja, dentro da propriedade privada, a gente tem um ativo ambiental em florestas que é mais do que até a própria iniciativa do Estado. Então, isso é ativo ambiental.

Para que isso seja valorado, reconhecido e, no final das contas, remunerado, agregado à diversificação de renda do produtor rural, nós precisamos combater o desmatamento ilegal. Isso aí é uma questão de que o próprio produtor rural tem consciência. Nós somos contra toda ilegalidade. Nós temos que, dentro da propriedade privada, 33% do território são conservados, mas não adianta fazer nenhum esforço, nenhuma ação de cumprir Código Florestal e de fazer uma agricultura ABC referência no mundo se a gente continuar desmatando ilegalmente. E isso aí é um ponto pacífico que todo produtor rural compartilha e busca...

Quem desmata ilegalmente, Senador, não é produtor rural. Produtor rural é aquele que vive da terra e respeita as leis, que está dentro do Cadastro Ambiental Rural e que aderiu ao Cadastro Ambiental Rural para dar a cara. Hoje, você pode entrar em qualquer lugar do Brasil que tenha um Cadastro Ambiental Rural... Se houver um desmatamento ilegal, você sabe quem foi! Então, esse é o nosso produtor rural. É o produtor rural que está 99% legal, sem nenhum polígono de desmatamento nos últimos três anos e daí para trás, mas 99% dos produtores rurais não têm nenhum polígono de desmatamento dentro das suas propriedades rurais, mostrando que quem desmata ilegalmente não é o produtor rural, é uma pequena parcela de pessoas que utilizam de forma errada... Então, não podemos de maneira nenhuma generalizar essa questão do desmatamento.

E, se por um lado a gente tem esse ativo ambiental, Senador, em florestas, de outro, a gente tem um grande patrimônio que é a agricultura tropical produtiva e eficiente no uso dos recursos naturais. Esse também é outro ativo ambiental. Se, nos últimos anos, nos últimos 40 anos ou 50 anos – quase 50 anos agora –, nós avançamos na produção e na produtividade do Brasil em 530% de produção e em 200% de produtividade, nós avançamos proporcionalmente muito menos nas áreas plantadas. Isso nos permitiu ter o que a gente chama de poupança ambiental, ou seja, nós deixamos de avançar para produzir o que nós produzimos até hoje... Se a gente produzisse com a mesma tecnologia com que a gente produzia 50 anos atrás, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produzir e garantir a segurança alimentar de brasileiros e de mais de cem países do mundo, nós teríamos que ter avançado em 156 milhões de hectares, que é o dobro da agricultura hoje no Brasil. Isso é ativo ambiental, isso conservou floresta, isso precisa ser mantido, reconhecido...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NELSON ANANIAS FILHO – ... e valorado.

Além disso, essas práticas sustentáveis, esses investimentos em ativos ambientais proporcionam ações *in loco* lá na produção, na tecnologia de produção que nos permitiram emitir muito menos. Nós estamos falando de floresta, nós estamos falando de produção, nós estamos falando em eficiência do uso dos recursos naturais emitindo menos gases de efeito estufa.

Hoje, os produtores rurais... Através de tecnologias como fixação biológica de nitrogênio, plantio direto, uma logística reversa exemplo no mundo – nós devolvemos embalagens de defensivos aqui –, manejo integrado de pragas e bioinsumos, nós economizamos 15 bilhões por ano, vamos reduzindo 15 bilhões por ano de emissão de gases de efeito estufa. E isso não foi só na agricultura, não! Na pecuária, que é também uma grande atividade econômica no Brasil, a mesma análise vem dizendo que a eficiência trouxe uma redução, uma conservação de ativos ambientais através de florestas, nós deixamos de abrir 253 milhões de hectares em pastagens, o que faríamos se a gente criasse o mesmo boi do mesmo jeito de 40 anos atrás. Isto é ativo ambiental: 253 milhões mais 70, são mais ou menos 300 milhões de hectares de florestas conservadas e mantidas com agregação de tecnologia e redução da emissão de gases de efeito estufa.

Sobre o Plano ABC, não vou me deter aqui. O pessoal do Ministério da Agricultura acho que poderia mostrar que é um *case* de sucesso.

Nós conhecemos aqui a agricultura de baixa emissão de carbono, que é exemplo no mundo. Ela atingiu, no seu primeiro período, uma redução significativa, alcançando as metas que o próprio país levou ao Acordo de Paris para reduzir as suas emissões e agora vem cerca de sete vezes mais ambicioso: reduzir 1,1 bilhão de toneladas de CO_2. Então, a agricultura... Este é o ativo ambiental, Senador: produzir mais, com mais eficiência e emitindo menos, tudo quantificado e com qualidade.

E o que a CNA vem fazendo no sentido de entregar ao produtor rural e incentivar que essas tecnologias que geram ativos ambientais possam alcançar pequenos, médios e grandes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador? Realmente, tecnologia ganha escala no grande, alcança os médios e depois chega aos pequenos. E a gente não pode esperar, Senador, que essa tecnologia de uma produção cada vez mais eficiente, essa recuperação de passivo ambiental, essa vegetação nativa que é necessário ser conservada para que o Código Florestal seja cumprido em mais do que a obrigação para que a responsabilidade de desenvolvimento sustentável do agro seja reconhecida... Como o senhor pode ver e como todos podem ver, esse ativo ambiental existe e precisa ser reconhecido. A CNA entrega ao produtor rural todo o instrumental para que ele cumpra o papel de produzir mais, conservando e preservando. A gente entrega o Programa de Regularização Ambiental ao produtor rural com o programa Pravaler; a gente faz a recuperação do CAR (Cadastro Ambiental Rural) para que ele esteja o.k. dentro do Cadastro Ambiental Rural. E fazer o Cadastro Ambiental Rural não é só ir lá e declarar; eu preciso retificá-lo. Nós estamos retificando para o produtor rural, nós estamos ensinando que as paisagens rurais têm uma visão geral de produção. Não adianta só produzir ou preservar, precisa ter esse equilíbrio através do Projeto Paisagens Rurais, Rural Sustentável e ABC Cerrado. Nós estamos entregando essas políticas, tecnologias e programas para que esse ativo ambiental seja reconhecido, vire realidade e traga um reconhecimento, uma valoração ao produtor rural.

Com isso, peço desculpa por ter me alongado.

Nesses ativos não vou entrar aqui mais – mas a apresentação vai ficar aí à disposição –, porque eu avancei no tempo.

Mas tudo isso, todas essas ações, todas essas indicações que a CNA entende que devem ser alcançadas e incentivadas, através de políticas e programas públicos, precisam reconhecer este tripé: Código Florestal, agricultura de baixa emissão de carbono e instrumentos que reconheçam e remunerem esses ativos ambientais.

Só queria chamar mais uma vez a atenção: os ativos ambientais, Senadores, estão lá. Nós já fazemos, nós já promovemos, incentivamos e investimos em ativos ambientais, tanto florestais, de biodiversidade, quanto produtivos, dentro do nosso solo, dentro da nossa produção. O que nós precisamos, como país, é reconhecê-los, valorá-los e remunerá-los.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bem, conforme esperávamos, brasileiras e brasileiros, e tínhamos a certeza, insofismavelmente, o conteúdo já deu aqui o pontapé inicial de como será fundamental e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante esse debate de quatro convidados, essa exposição inicial. Nós acabamos de acompanhá-la aqui, através do Sr. Nelson Ananias Filho, que é o Coordenador de Sustentabilidade da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, a nossa CNA.

E eu fiquei feliz, primeiro por saber do seu amor pelo meu amado Goiás, pela nossa Região Nordeste, pela qual eu, como empregado público, tenho a maior preocupação. E lá fui reconhecido, na semana passada, como o Senador que mais atende à Chapada dos Veadeiros e se preocupa com ela, onde empresários sórdidos querem construir condomínios e sem se preocupar com a importância que tem a Chapada.

Da mesma forma, eu quero anunciar ao Sr. Nelson e a todo o país... Eu já subi à tribuna para fazer essa denúncia, porque eu amo entrar em vespeiros, especialmente neste mês em que completo 50 anos de carreira nacional na televisão brasileira, como jornalista, como apresentador, e esse é um vespeiro do qual não sei se o senhor já tomou conhecimento.

Quando, na sua explanação, a gente viu ali o placar da nossa potencialidade, no que tange à água e à terra, veio à minha cabeça o quê? Nós temos uma quadrilha de Parlamentares e empresários, e eu vou até o fim, já entrei com uma ação no Ministério Público Federal, e o Procurador Mário Lúcio de Avelar atendeu à minha ação e começou-se a investigação. Eles estão querendo uma hidrovia no Rio Araguaia. Ou seja: eles querem destruir o Rio Araguaia, que já vive um drama, pois há empresários, especialmente de São Paulo, que lá estão roubando a água do Rio Araguaia. Construíram empresas ao lado e, diariamente, o dia todo, ficam com aqueles equipamentos gigantescos, roubando a água de nossa maior riqueza no Estado de Goiás e uma das maiores do Brasil, repito, o Rio Araguaia.

Então, muito obrigado pelas suas colocações, e já vou deixar para depois dos expositores uma pergunta importante, sobre a qual o senhor acabou não entrando na ferida: quem é que desmata ilegalmente? Como a expansão agrícola pode ser conciliada com a preservação ambiental no Brasil, evitando a concorrência entre esses dois objetivos? E quais estratégias podem ser adotadas para resolver esse desafio?

Já deixo aqui como primeira pergunta, depois dos expositores, ao senhor.

Agora é a vez, aqui também presente, do xará, o Sr. Jorge Caetano Junior.

De que estado é o xará?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE CAETANO JUNIOR – Senador, eu sou natural do Rio de Janeiro, mas estou em Brasília há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Rio de Janeiro. Perfeito.

Ele é Coordenador-Geral de Mudanças do Clima e Desenvolvimento Sustentável do Ministério da Agricultura e Pecuária.

A palavra é sua. Fique à vontade. Obrigado pela presença.

O SR. JORGE CAETANO JUNIOR (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Jorge Kajuru, pelo convite feito a mim para participar dessa importante audiência pública. Eu faço esse agradecimento em nome de todos os meus colegas do Ministério da Agricultura e Pecuária. Muito obrigado.

Queria cumprimentar também o Sr. Alexandre Hoffmann, da Embrapa, um dos convidados de hoje; a Sra. Danielle Denny, da Universidade de São Paulo; e o meu antecessor aqui, o Nelson Ananias Filho, da CNA. Muito obrigado.

Senador, inicialmente eu gostaria de dizer que a agricultura brasileira é um dos pilares da nossa economia, como bem conhecemos todos nós, e é um elemento essencial para a segurança alimentar desta nação e de consumidores fora das nossas fronteiras. No entanto, além de tantos desafios já enfrentados no passado por essa agricultura, por essa pecuária, que hoje é pujante, nós enfrentamos agora o desafio de garantir, além disso, que essa produção aconteça de maneira cada vez mais sustentável, tanto a pecuária quanto a agrícola, preservando os recursos naturais e as condições de produção agropecuária para as próximas gerações.

Nesse contexto, a legislação sobre créditos de carbono e pagamento por serviços ambientais, já mencionada pelo Nelson, tem desempenho, papel crucial. O crédito de carbono permite que produtores agrícolas sejam recompensados por práticas que reduzem e evitam emissões de gases de efeito estufa. Essas mesmas práticas, também como já mencionado, estão amplamente consolidadas no nosso Plano ABC, o plano setorial da agricultura no âmbito do Plano Clima do Brasil.

Por outro lado, o pagamento por serviços ambientais poderá recompensar agricultores pela preservação de bacias hidrográficas – o senhor acaba de mencionar uma delas –, proteção da biodiversidade, conservação do solo, consistindo, assim, em um elemento fundamental para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o reconhecimento e valorização dos esforços que ultrapassem o exigido pela legislação ambiental, também já mencionado aqui e que podemos chamar de adicionalidades.

A inclusão e acessibilidade, independentemente do porte da propriedade, é essencial. O conceito de adicionalidade ambiental precisa de ser difundido e compreendido, garantindo aos produtores que adotam práticas sustentáveis, que já o fazem, às vezes – não é, Nelson? –, sem saber, o reconhecimento e a recompensa por suas contribuições.

A atenção aos agricultores que promovem adicionalidades ambientais é a estratégia para a ampliação dos benefícios delas decorrentes. Um sistema de crédito de carbono e pagamento por serviços ambientais acessível, simples e transparente, de forma que todos os agricultores possam dele participar e se beneficiar, não só contribuirá para a sustentabilidade de suas operações, mas também poderá fortalecer a resiliência de suas comunidades no presente e no futuro, para as próximas gerações.

O Brasil conta no presente, como eu já mencionei, com um Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária, conhecido como Plano ABC+, concebido para o período de 2020 a 2030 – nós estamos na vigência dele ainda. O ABC+ é uma continuidade do Plano ABC, que o antecedeu, no período de 2010 a 2020, sendo concluído, então, em 2020. Os Planos ABC e ABC+ encontram-se intimamente associados à preservação e ao uso sustentável de nossos ativos ambientais, ao promoverem práticas agrícolas e pecuárias que protegem e potencializam esses mesmos ativos, contribuindo para a sustentabilidade ambiental, mitigação das mudanças do clima e melhora da produtividade – eu vi uma primeira pergunta que já foi feita e que acho que vai tangenciar isso –, em benefício de toda a sociedade brasileira. A agropecuária brasileira é um patrimônio dos brasileiros.

O ABC consiste em um conjunto de ações necessárias para que o Brasil consiga reduzir entre 36% e 38% das suas emissões de gases de efeito estufa projetadas até o ano 2020, então, já concluímos esse período. O resultado disso foi a mitigação de 194 milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente, superando em 19% a meta estabelecida no próprio plano, alcançando ainda 35,5 milhões de hectares e 38,3 milhões de metros cúbicos de dejetos de animais tratados no período de vigência do ABC, que foi de 2010 a 2020, como eu mencionei.

O resultado obtido pelo ABC estimulou a ampliação da ambição do plano que o sucedeu, que é o ABC+, contemplando uma meta de redução de mitigação das emissões de cinco vezes aquilo que havia sido colocado como meta no Plano ABC anterior. O ABC+ pretende mitigar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

então, até 2030, a emissão de cerca de 1 bilhão de toneladas de carbono equivalente, alcançando 72,8 milhões de hectares para o uso de suas práticas e 208 milhões de metros cúbicos de resíduos da produção animal manejados, principalmente com reflexos importantes na emissão, por exemplo, de metano, e incorporando 5 milhões de bovinos à terminação intensiva, permitindo que eles sejam abatidos precocemente e, com isso, emitam menos metano no mesmo período, com o mesmo peso.

Entre as tecnologias do ABC, podemos citar as práticas para recuperação de pastagens degradadas – muito importante –, o sistema de plantio direto, tanto de grãos quanto de hortaliças, os sistemas de integração – integração lavoura-pecuária-floresta – e sistemas agroflorestais, as florestas plantadas, os bioinsumos, que também têm um papel fundamental na redução das emissões, substituindo em parte os fertilizantes, nos quais o Brasil é inclusive dependente de outros países, sistemas irrigados – muito importante, a irrigação é fundamental para que se possa produzir mais no mesmo espaço de maneira responsável –, manejo de resíduos da produção animal e terminação intensiva, que eu já mencionei anteriormente.

A maioria das tecnologias do ABC têm em comum, então, o foco na produtividade. Elas objetivam, Sr. Senador, produzir mais intensamente no mesmo espaço para que não se necessite de novas áreas e que se possa, nas áreas que já estão dedicadas à agricultura e à pecuária, produzir mais alimentos.

A Plataforma ABC foi desenvolvida em parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e hospedada no portal do Mapa. Essa plataforma é um sistema digital que integra o sistema de informação do plano, o Sinabc – nós temos uma tecnologia já colocada nela e outra em curso –, e poderá ser consultada pelo cidadão brasileiro assim que estiver completa.

O mercado de ativos pode apoiar de forma decisiva a adesão de produtores ao Plano ABC – nós acreditamos e é muito importante esse tema para nós por isso – e outras práticas sustentáveis que permitam adicionalidades e sirvam à mitigação da emissão de gases do efeito estufa e à adaptação das espécies vegetais e animais na definição de métricas de emissão e de retenção de carbono também.

Existe a necessidade de incorporar as práticas de recuperação de pastagens degradadas, Sr. Senador, do ABC+ ao inventário nacional constituído e divulgado pelo MCTI. Nós, às vezes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazemos mais do que reportamos e precisamos incorporar isso que fazemos aos relatórios que são disponibilizados internacionalmente. Essa é uma questão importante para o Brasil.

O patrimônio agropecuário nacional é fruto da combinação, então, Senador, de recursos naturais disponíveis, de conhecimento e de políticas públicas e privadas. E eu quero agora falar um pouquinho desse conhecimento. Esse conhecimento não é necessariamente o científico de hoje, é o conhecimento empírico transmitido de geração para geração, por tentativa e erro, no Brasil, desde o seu início.

É interessante mencionar que nós aqui cultivamos espécies vegetais e espécies animais que não eram originárias do nosso território e tivemos que desenvolver, ao longo de todo o período de existência do nosso país, tecnologias para que essas espécies pudessem bem produzir aqui e que nós pudéssemos hoje ser campeões ou *players* internacionais importantes de *commodities* agrícolas.

Conquistamos centenas de mercados internacionais, cumprindo de modo eficiente suas regras sanitárias e fitossanitárias no passado, e agora temos o desafio, Senador, de fazer o mesmo em relação à sustentabilidade ambiental. Essa é uma exigência do nosso público interno e dos consumidores que adquirem e que se alimentam dos nossos produtos agrícolas e pecuários.

Concluindo, o mercado de ativos ambientais brasileiros, em especial o pagamento por serviços ambientais, e o futuro mercado de emissões serão um grande incentivo para a adoção das práticas do ABC+, que está em vigência, especialmente em relação à redução de custos de implementação de tecnologias de produção sustentável; em segundo lugar, à incorporação de técnicas agrícolas sustentáveis – o produtor precisa dessa valorização para adquirir essas tecnologias e bem implementá-las –; e, principalmente, ao reconhecimento e à valorização dos esforços de agricultores e pecuaristas para mitigar as mudanças climáticas, estimulando a adoção dessas mesmas práticas.

A sustentabilidade agropecuária não é apenas uma necessidade ambiental, Senador, mas uma oportunidade econômica e social. Ao promovermos legislações que valorizem práticas agrícolas e pecuárias sustentáveis, estamos investindo no futuro do Brasil e contribuindo para a qualidade de vida no planeta como um todo.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fico à disposição para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bom, quem agradece somos todos nós desta Subcomissão da Comissão de Meio Ambiente, xará, Sr. Jorge Caetano Junior, Coordenador-Geral de Mudanças do Clima e Desenvolvimento Sustentável do Ministério da Agricultura e Pecuária, mantido o conteúdo da certeza da qualificação desse nosso debate hoje aqui na Subcomissão.

E, também, aproveitando a qualificação de suas explanações, observações e argumentos, eu já deixo ao senhor uma pergunta importante. Dado que o Brasil possui 28 milhões de hectares de pastagens degradadas com potencial para expansão agrícola – dados da Embrapa – e considerando o Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas, instituído pelo Governo, no final de 2023, com o objetivo de recuperar e converter até 40 milhões de hectares de pastagens de baixa produtividade em áreas agricultáveis nos próximos dez anos, a pergunta será: como está sendo implementado esse programa e quais são os desafios e progressos até agora? Para que o senhor se prepare e responda, por fineza, após os nossos dois últimos expositores.

De imediato, chamo – e agradeço a sua paciência –, remotamente, a Sra. Danielle Denny, que é Pesquisadora do Centro de Estudos de Carbono em Agricultura Tropical da Universidade de São Paulo.

Fique à vontade, Sra. Danielle. E muitíssimo obrigado pela sua presença.

A SRA. DANIELLE DENNY (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada pela oportunidade. Agradeço imensamente por estar aqui. É uma honra para mim compartilhar esse espaço com essas autoridades no assunto.

Agradeço aqui as falas e as perguntas. Já tomo para mim também o desafio de respondê-las.

Primeiro, deixe-me tentar compartilhar aqui uma pequena apresentação que fiz. Como eu sou Professora, eu gosto de deixar bem – vício de professor – didático e explicadinho, deixar desenhadinhas as ideias. Vamos ver se eu consigo me ater ao tempo também, que é outro vício de professor.

Primeiro, explicarei o nosso centro, que é novo – não imagino que vocês tenham conhecimento de quem é o Ccarbon. Primeiramente, explicando para vocês...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos conseguem me ver? Ainda não, não é? Deixe-me compartilhar a tela com vocês aqui. (*Pausa.*)

Agora deve estar funcionando. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sra. Danielle, a gente ainda não tem as imagens.

Fique tranquila, com calma, a senhora vai conseguir aí. Se não conseguir, a sua palavra bastará. (*Pausa.*)

Opa, agora, sim, chegando! Fique à vontade.

A SRA. DANIELE DENNY (*Por videoconferência.*) – Fizemos um teste antes, e eu falei: "Poxa, como que não funcionou?". (*Risos.*)

Bom, este centro tem um desafio quase hercúleo que é trazer uma metodologia tropical para uma ciência que tem sido feita normalmente no norte global, que é bastante desenvolvida já, mas não por nós. A agricultura tropical de... Essas metodologias não têm sido feitas por nós, e a gente está com este desafio bem grande de agora tropicalizar as metodologias de carbono aqui, não só na Esalq: nós temos pesquisadores de diversos institutos conosco e um financiamento da Fapesp.

Neste Centro de Carbono em Agricultura Tropical aqui, essa pesquisa não é só pesquisa, a gente também vai fazer e está fazendo investimentos bastante focados em desenvolvimento de tecnologias, também na participação na comunicação de também trazer uma abordagem que seja transdisciplinar, o que normalmente não tem sido utilizada em outros centros. Então, esta é uma particularidade do nosso centro: trazer essa interdisciplinaridade, que é necessária para a abordagem do carbono. Ela é completamente transdisciplinar e precisa, sim, ser abordada.

Então, a gente tem como foco buscar essas formas de restauração, não só da vegetação nativa, mas também da expansão dos sistemas integrados, da restauração das pastagens degradadas, da utilização do solo, do solo como ferramenta de sequestro de carbono; então é como utilizar esse solo bem fértil como forma de negativar as nossas emissões. Em vez de a gente ser um emissor, a gente ser um sequestrador de carbono, esse é o nosso mote, e claro, desenvolvendo essas metodologias, como eu comecei a nossa fala. O nosso mote principal é esse levantamento das metodologias e também esse estudo dessa linha de base, que a gente ainda não tem. Então, para esse levantamento, a gente está com pesquisadores em diversos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

biomas, fazendo coleta, estocando, fazendo análises de DNA – medindo o DNA do solo –, de emissão de solo, de coleta, de qual é o sequestro, de qual é a emissão, de qual é a análise, ou seja, efetiva e empiricamente indo em cada um dos lugares e fazendo essas medições *in loco*.

Então, no Brasil, naquele bioma, o que a gente está realmente falando com o nosso solo brasileiro, com a nossa vegetação brasileira? Qual é a nossa metodologia? Qual é o nosso levantamento? Qual é a nossa linha de base? Do que a gente está falando?

Então, especificamente para a nossa realidade, esse é o nosso estudo que a gente pretende fazer aqui, que a gente já está fazendo nessas frentes.

Esta é a nossa arvorezinha aqui, em que a gente tem o esforço da mitigação – claro, não é? – tanto no solo, na planta, nos animais, na atmosfera quanto no desenvolvimento de ferramentas digitais. Porque, vejam, na nossa temática, não adianta a gente só estudar o solo, as plantas, os animais, a atmosfera, a gente precisa de tecnologia para medir, para fazer relatórios, para reportar esses relatórios. A gente não pode simplesmente falar sem ter essas tecnologias. Então, é altamente digitalizado, com caríssimas ferramentas inclusive, com parcerias público-privadas – a nossa pesquisa tem esse diferencial – e com isso também, com esse esforço de disseminação, com muitos braços de parcerias para que a gente tenha esse esforço de reverter em inovação para o Brasil e para o mundo também. Que a gente cumpra não só as nossas NDCs brasileiras, mas também contribua para o esforço global de mitigação, adaptação e para o esforço de *triple crisis*, não só climáticos como também de biodiversidade e poluição.

Bom, esse é o nosso livro, que é bem estruturante para nossa análise aqui deste encontro de hoje, um livro bem histórico, que, inclusive, tem artigos bem importantes que trazem a agricultura brasileira, um raio-X dessa agricultura sustentável brasileira, conta bastante do que foi feito ao longo da história da agricultura brasileira e é bem importante, eu acho, para nossa discussão aqui, da construção do que seria esse ativo ambiental brasileiro. Eu acho que vale muito a pena a gente tê-lo como fio condutor, se a gente quer entender o que é a agricultura sustentável brasileira, o que a gente pode construir aqui realmente. Esse livro seria, eu acho, a nossa coluna dorsal. Que a gente tenha como base essa experiência que conta realmente qual é o nosso histórico da agricultura brasileira sustentável.

Além disso, a gente consegue aqui dizer, em linhas gerais, o que seria uma agricultura sustentável. É uma agricultura que trata o solo, e não simplesmente extrai e deixa o solo, larga lá até a exaustão; pelo contrário, ela consegue devolver ao solo, colocar mais, cuidar do solo. E a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esalq, por exemplo, está há cem anos justamente fazendo isto, tentando estudar formas – a Embrapa também, da mesma forma – com que o solo consiga produzir segurança alimentar, fibras, alimentos, ração e bioenergia, de uma forma que a gente consiga devolver ao solo condições para que ele produza ainda mais condições mais efetivas, com maior quantidade, com maiores espécies, com frutos melhores, com canas maiores, com mais conteúdo energético, com melhores espécies, mais resistentes, com mais adaptabilidade, e com condições que não sejam exauridas, que retenham mais água, e, com isso, que a gente seja mais adaptado.

E essa é a regenerativa... Esse desenho retrata bastante. Deixe-me aumentar aqui para vocês o desenho, especificamente, para vocês terem uma ideia. Então, este seria o nosso exemplo aqui da agricultura regenerativa: ela captura o gás de efeito estufa, ela faz a regulação da umidade, ela segura a água lá. Ela não deixa a água ser levada para o rio, carreando todo o solo, fazendo erosão, não; ela segura ali, as raízes seguram. As plantas são nutridas com aquele solo, o potássio, o nitrogênio, o carbono, os nutrientes estão todos ali; a meso e a macro, os bichinhos estão lá, as minhoquinhas estão lá, as formiguinhas estão todas lá fazendo os buraquinhos que são necessários para as raízes aproveitarem as porosidades, os funguinhos, as bactérias que são necessárias para que as plantas consigam fazer as mineralizações, a absorção dos minerais de que elas precisam – tudo certinho para que as plantas sejam autossuficientes, você não precise gastar dinheiro para adubar, não precise gastar dinheiro com produtos sintéticos, nada do gênero.

Então, esta seria a sua principal função: aproveitar os fluxos biológicos, produzir de uma forma mais eficaz, fazendo com que isso seja, da melhor forma possível, eficaz no menor espaço possível, aproveitando as funções sistêmicas da natureza. Claro que isso custa. Não é fácil. Isso não é uma... Aprender a fazer isso também custa, e por isso que a gente tem que fazer formas para que esse produtor tenha facilidade de fazer isso, e os que façam isso sejam remunerados por fazerem isso e sejam capazes de aproveitar e de fazer assim cada vez mais.

Nossa: meu tempo indo pras cucuias. Que horror, não é? Professor é sempre falador! Que absurdo!

Bom, e a gente já está fazendo isso. A gente tem um efeito poupa-florestas muito grande, como outros já falaram antes de mim. O Brasil está muito bem na fita, como os alunos falam; a gente já está cumprindo nosso Código Florestal a anos-luz dos nossos competidores internacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha ali o gráfico que o Ipea tem, o estudo ali, já pela segunda vez feito aqui pelo Eustáquio. É segunda vez consecutiva que esse estudo é feito. E você vê claramente que temos ali anos-luz na frente de todos os nossos concorrentes no mundo. Então estamos ali muito bem.

E entrando aqui, especificamente no ponto que é o principal assunto nosso, a gente tem que fazer com que os nossos ativos sejam soluções baseadas na natureza, ou seja, isto que a gente está fazendo: nossa agricultura sustentável seja capaz de virar um ativo comercializável. A gente já está fazendo isso muito bem-feito, há muitos anos, com os ativos florestais. Então com os *hedges* a gente já consegue fazer bastante, a gente já tem muitos projetos com as florestas em pé, que a gente já consegue fazer com muita eficiência, recebendo dinheiro, inclusive, de fundos internacionais.

Agora, com agricultura a gente não tem muito histórico, e a gente precisa avançar com relação a isso. E podemos fazer muito mais, inclusive com a restauração de pastagens degradadas e com sistemas integrados, com diversos tipos de sistemas integrados que a gente já pratica, como alguns já falaram, e com várias formas de plantios. Por exemplo, a gente faz plantio no verde, imagine. Isso é uma coisa que outros países não conseguem fazer e a gente faz. Isso é uma coisa que a gente tem que remunerar, precisa incentivar; o uso de bioinsumos diversos; e essas boas práticas que a gente precisa deixar isso... É claro que há escalas que precisam ser feitas, não é? A gente não precisa enfaixar isso no marco legal, a gente precisa deixar aberto porque novas formas precisam surgir – a gente precisa ter cuidado para não enfaixar –, e deixar bem claras as formas de tributação, para que não haja dúvidas. Uma boa saída seria deixar com ativos intangíveis porque a gente já tem segurança jurídica suficiente.

Veja, diversos níveis... Aqui eu trago, para vocês terem uma ideia, por exemplo, dos sistemas integrados, o ILPF. A gente não precisa sair direto do ILPF, a gente pode ir para um uso de pastagem com alguma cultura. Então a gente pode fazer um escalonamento. Esse escalonamento, esse uso tecnológico, esses diversos níveis precisam de dinheiro. E precisam de dinheiro não só para substituir a tecnologia, como o uso da tecnologia da medição, para que você possa medir o carbono para o projeto em si ser viável – você não consegue fazer o projeto de carbono sem a medição porque você precisa ter a medição para que o projeto seja viável. Também você precisa ter a técnica do aprendizado do produtor para fazer esse tipo de conversão. Então esse tipo de aprendizado é custoso. Pode ser utilizado o crédito de carbono e precisa ser viável isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E um cuidado muito importante, não só de utilização desses bioinsumos na tecnologia e da técnica ser financiada também, o cuidado de a gente ter... Eu vou pular essa parte do mundo, da interoperabilidade, porque eu acho muito importante que a gente tenha essa possibilidade. Vou falar bem rapidinho disso, porque eu acho que a gente tem que deixar o nosso sistema aberto, para quando sair a regulação da ONU, a gente ter imediatamente uma possibilidade de falar com o resto do mundo, porque da nossa coexistência e da nossa agilidade a gente tem muita clareza.

E a gente já teve isso no passado, da nossa legislação ser muito antenada com a legislação do resto do mundo. E a legislação de fora tem dado indícios de que, em algum momento, vai sair. Então, eu acho que a gente tem sinais de que o resto do mundo está indo nesse sentido. A gente está indo de acordo com o resto do mundo até então. E o resto do mundo não está garantindo interoperabilidade, apesar de só alguns...

E a gente pode, sim, ser, como a gente tem sido no passado, o líder ambiental. E a gente pode garantir igualmente o que a gente tem feito no passado: ser líder nisso, porque é do nosso interesse garantir interoperabilidade e, com isso, ser capaz de vender e exportar créditos quando sair o mercado onusiano.

Terminando a minha fala, prometo que não vou falar mais, há o risco de as fazendas de carbono, que eu chamo – eu até me ofereci para passar um artiguinho que eu fiz, não esperem muita coisa, mas é um artiguinho sobre as fazendas de carbono –, além de a gente *commodity*, a gente pode passar a vender também os créditos de carbono. Junto com as *commodities*, a gente venderia também os créditos de carbono. Então, seriam as fazendas de carbono

Além das fazendas de carbono, o risco seria a gente passar a priorizar o crédito de carbono em vez da preservação. Então, a gente não pode fazer isso. A legislação tem que ser muito perspicaz de falar "primeiro, a preservação". Não pode sair por aí tirando floresta nativa e pondo técnicas sustentáveis, obviamente. Isso, a gente não vai fazer, obviamente.

É claro que a prioridade é a preservação. O nosso Código Florestal está aí, não vai ser revogado, obviamente. Eu não vejo risco algum de isso ser feito. Pelo contrário: a gente tem possibilidade de, sem derrubar uma única árvore, alimentar o mundo todo até 2050, com facilidade, só otimizando e restaurando pastagem degradada.

Eu estou muito otimista com relação a isso. Eu tenho muita esperança nessas fazendas de carbono, trazendo muita renda para o produtor rural e trazendo muitos efeitos positivos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indiretos, porque vejam esse estudo do Escolhas. Vejam que haveria uma redução de 1% de pessoas em extrema pobreza com uma diminuição de 4% de desmatamento. Então, é muito eficaz.

Eu acho que a gente teria, além de produção de comida, créditos de carbono, ou seja, as fazendas de carbono. Além disso, teremos ainda redução de pobreza e desmatamento, porque teremos, além disso, uma extrema pobreza reduzida também. São situações de ganha-ganha impossíveis de serem estimadas.

Eu, atualmente, estou num congresso aqui no Rio Grande do Norte, por isso não pude participar, infelizmente, presencialmente. Peço mil desculpas. Gostaria muito de estar presencialmente.

Como dizem aqui, não é bom; é uma perdição, é uma moléstia. É uma moléstia! Essa regulação, esse crédito de carbono, esse ativo de carbono é mais do que bom!

Seria uma moléstia de tanta produção, de tanta extrema pobreza tirada, com o potencial disso.

Então, eu acredito muito, sou muito otimista com relação a isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bem, Sra. Danielle Denny, pesquisadora do Centro de Estudos de Carbono em Agricultura Tropical, da Universidade de São Paulo, foi escorreita, foi riquíssima a sua explanação inicial.

Não se preocupe com o tempo, porque, no momento das perguntas, cada um dos senhores e a senhora terão o direito de voltar a algo que, de repente, não puderam colocar no tempo de 15 minutos, 20 minutos, conforme nosso Regimento de Comissões e Subcomissões, aqui no Congresso Nacional.

Eu gostaria de deixar a senhora também preparada para perguntas.

A nossa produção agropecuária pode ser considerada de baixo carbono?

Quais aprimoramentos devem ser incentivados para que o Brasil possa ser considerado competitivo nessa modalidade agropecuária?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fica para o momento das perguntas também, que já temos aqui, do Portal e-Cidadania, de brasileiras e brasileiros.

Rapidamente, eu dou aqui uma satisfação, pois esta é uma semana de sessões semipresenciais aqui no Senado. Quase nem trabalhamos. Tivemos só uma sessão, com um projeto importante. A semana que vem também assim será. E eu entendo e respeito, porque a maioria massacrante dos Senadores está priorizando as eleições municipais, em seus estados. Isso é compreensível.

Todavia, eu não penso assim e peço a compreensão da população goiana, pois, para mim, quem deve decidir o voto é o eleitor e não um Senador da República, um Deputado Federal ir a uma cidade pedir votos para esse ou aquele candidato ou gravar vídeos para esse ou aquele candidato, ainda mais vídeos quando nem se conhece quem é o candidato.

Eu peço a compreensão. Eu sou assim. Não vou mudar. Nasci assim e vou morrer assim. Podem ter certeza de que vou demorar muito para morrer. Estou aqui para isso. Por isso que eu priorizei.

Hoje, não tem quase nenhuma Comissão trabalhando. Hoje, é quinta-feira. Todos os que estavam aqui já viajaram, mas eu não poderia ficar lá em Goiás, cuidando de eleição municipal, tendo uma Subcomissão tão importante como esta, sendo que nós temos prazo para apresentar o relatório final.

Apenas dada aqui uma satisfação.

Para concluir as nossas quatro explanações iniciais e, depois, voltarmos às perguntas via Portal e-Cidadania, de brasileiras e brasileiros, e às minhas, com a palavra, agora, o Sr. Alexandre Hoffmann, Gerente Geral de Gestão de Portfólios e Programas de PD&I da importantíssima Embrapa.

Com a palavra, Sr. Alexandre, por um tempo de 15 minutos com, evidentemente, a minha obrigatória compreensão, caso queira se estender.

Por fineza, com a palavra, Sr. Alexandre.

O SR. ALEXANDRE HOFFMANN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Jorge Kajuru, Presidente desta audiência pública, desta Subcomissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma saudação muito especial aos nossos companheiros de mesa, ao Nelson Ananias Filho, ao Jorge Caetano e à Danielle Denny.

É uma satisfação muito grande nós participarmos como Embrapa, neste momento. Trazemos a saudação da diretoria da Embrapa. Também representamos aqui o conjunto de pesquisadores, analistas, técnicos e assistentes, que, diuturnamente, trabalham no desenvolvimento tecnológico voltado aos mais diferentes desafios ligados à atividade agropecuária na produção de alimentos, fibras e agroenergia.

Ao mesmo tempo, é uma satisfação também redobrada nós podermos fazer esta fala logo na sequência das três falas que nos antecederam, porque elas trouxeram um conjunto de exemplos e de demonstrações que é inequívoco. O Brasil tem avançado enormemente na pauta ambiental. A despeito de ser um grande país produtor, também é um grande país preservador.

E é óbvio que, para que isso aconteça, é necessário ter uma base de ciência não somente para desenvolver tecnologias, mas para criar constantemente métricas e indicadores que comprovem que esses resultados das tecnologias estão sendo adotados.

Eu vou tomar a liberdade de colocar aqui o compartilhamento de tela, para que a gente possa demonstrar um pouco do nosso esforço. Esperamos que vocês possam acompanhar. Se houver qualquer problema, por favor, manifestem-se que a gente tenta corrigir.

A nossa preocupação existe desde que a Embrapa existe como instituição, há 51 anos. A Embrapa tem, na sua missão, o desenvolvimento de pesquisa, o desenvolvimento de inovação para a sustentabilidade da agricultura. Isso, portanto, nos abre uma preocupação constante de que nós tenhamos como visão nós atuarmos sempre na base tecnológica para o desenvolvimento sustentável da agricultura brasileira. Isso não acontece por acaso. Eu acho que a demonstração ficou muito evidente nas falas que nos antecederam.

Se existe uma atividade que está dispersa em todo o país, de forma constante, ocupando grande parte do território nacional, é justamente a atividade agropecuária. E ela tem impacto, sim, porque ela mexe com solo, ela mexe com água, ela mexe com vegetação, ela, muitas vezes, interfere no ciclo natural e nos ambientes naturais. Portanto, nós temos consciência de que esse impacto potencial da atividade agropecuária é tão importante que nós precisamos constantemente não apenas estar atentos ao processo de produção, mas, em especial, aos processos que reduzem o impacto ambiental. E é claro que o uso sustentável desses recursos naturais só pode acontecer, de fato, se nós utilizarmos ciência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acredito que tenha sido o Jorge Caetano que mencionou não somente os avanços tecnológicos derivados do avanço da ciência – e eles são reais e constantes –, mas também do próprio conhecimento tradicional, que vem desde as populações indígenas que nos antecederam, que trazem muito do conhecimento que é importante para o uso sustentável, mas, de qualquer forma, a ciência sempre precisa estar presente.

Portanto, a Embrapa, consciente desse impacto, ao mesmo tempo sendo uma casa de ciência, tem também a vantagem de estar presente em todos os biomas, em todos os estados. Nós temos ações em todos os estados e presença física da Embrapa em praticamente todas as unidades da Federação, são 43 unidades distribuídas e, portanto, presentes em todos os biomas.

Isso faz com que nós tenhamos contato, conhecimento e equipes trabalhando na atenção constante à preservação desses ambientes. Isso fez e tem feito gradativamente com que nós tenhamos uma atenção ao longo desse tempo e, complementando a trajetória da Embrapa, uma atenção muito forte a uma agenda mobilizadora voltada para a sustentabilidade ambiental, para a sustentabilidade econômica, porque não conseguiremos ter uma manutenção dessa atividade sustentável se ela não for economicamente viável, e social, porque o homem faz parte do ambiente. O ser humano está presente e é necessário que nós tenhamos garantias de vida e vida de qualidade para essas populações.

Ao mesmo tempo, há a inclusão social, digital e produtiva e, obviamente, para que nós consigamos avançar – isso foi colocado muito bem pela Danielle agora –, a necessidade de nós contemplarmos um esforço constante de aporte de ciência. Aí não é apenas a Embrapa que faz, mas há um acervo enorme de instituições que estão presentes, e a Embrapa faz parte desse Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária.

Não faltam oportunidades para que, com base em ciência, nós possamos recompensar a agricultura sustentável, não apenas cuidando através de marcos legais, através de definições de leis como estão colocadas de forma muito exemplar no Código Florestal, mas criando mecanismos como: o pagamento por serviços ambientais, as práticas adaptadoras e mitigadoras, a intensificação do uso da energia renovável, o incremento da bioeconomia, selos de certificação, estímulo ao consumo consciente e as tecnologias sociais. Todas elas estão e precisam estar amparadas em ciências, em métricas, indicadores que possam assegurar que não somente isso seja feito, mas que seja comprovado e rastreado por parte de quem produz e por parte de quem vai adquirir o produto e que, em última análise, paga essa cadeia produtiva como um todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui também surgem desdobrados desse conjunto de conhecimentos trazidos até aqui, mas principalmente da percepção de que os aspectos ligados aos ativos ambientais estão presentes, o conjunto de oportunidades para pesquisa e inovação que estão hoje norteando grande parte do nosso plano diretor, que está previsto até 2030, mas que anualmente acaba sendo renovado e reconstruído, que é o desenvolvimento de protocolos e ferramentas para esse cálculo, como já citei, de indicadores e métricas para auxiliar a valoração desses serviços ecossistêmicos; a geração de tecnologias e práticas agrícolas sejam adaptadoras das condições de mudança do clima e que possam também gerar uma agricultura não somente emissora de gás de efeito de estufa em menor quantidade, mas principalmente sequestradora de carbono.

Então, nós temos uma agricultura que não apenas ajuda na preservação, mas ajuda a regenerar ambientes e ecossistemas que, ao longo do tempo, e em função de modelos de agricultura tradicional, acabaram causando uma série de dificuldades. Hoje, cada vez mais, nós estamos percebendo que a criação desses protocolos se torna ainda mais viável quando ela é construída de forma participativa. Nesse sentido, nós temos avançado muito com as populações e com as cadeias produtivas.

A questão da criação de novas certificações de rastreabilidade, novamente entra a questão de desenvolvimento de métricas e indicadores, a geração de mecanismos para a valoração da biodiversidade. O primeiro passo, obviamente, é conhecer a biodiversidade como um ativo ambiental *per se* e, a partir daí, saber valorar essa biodiversidade.

É claro, e aí foi mencionado de forma muito clara desde o primeiro momento, que há necessidade de investir e continuar investindo em pesquisas para a produção de bioprodutos, como bioplásticos, biofertilizantes, biomateriais de construção e outros tantos que possam ser, a partir da matriz agrícola, colocados à disposição da sociedade, não somente para fins agrícolas e alimentares.

Ao mesmo tempo também, usar sistemas de monitoramento remoto para identificar de uma forma mais intensa as áreas com maior potencial de implementação de práticas sustentáveis, que reduzam a emissão de gás de efeito estufa; o uso de plataformas digitais; a estruturação dessas plataformas digitais para monitorar o nível de sustentabilidade; e, cada vez mais, e de uma forma intensa, o uso de sensores, internet das coisas e inteligência artificial, que também contribuam nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É claro que parte do nosso trabalho também é ajudar no aporte tecnológico, no aporte do conhecimento para as oportunidades que aparecem de surgimento de políticas públicas, sejam elas federais ou dos entes federados também, no sentido de que estados e municípios possam implementar programas de restauração florestal, assim como a União, ampliar linhas de crédito específicas e ampliar as possibilidades de incentivos fiscais.

Aqui, eu vou inverter, de uma forma um pouquinho rápida, obviamente a gente pode voltar, Senador, no momento em que houver necessidade, no momento da discussão, também com mais detalhes a respeito desses aspectos que estão postos aqui.

A iniciativa Integra Carbono Embrapa, que foi lançada agora no aniversário da Embrapa, é uma plataforma virtual, voltada para base de dados, métricas sobre o balanço de carbono e boas práticas agropecuárias, melhoria da infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento de inovação, uma série de outros instrumentos; e, principalmente aqui, levando em consideração experimentos de longa duração.

Esses experimentos e essas coletas de dados não acontecem de um ano para o outro, eles exigem trabalhos de longa duração. Aqui, uma demonstração gráfica de como está constituída essa iniciativa Integra Carbono Embrapa, que envolve esses aspectos de inventário de gases de efeito estufa, protocolos e métricas, comunicações e transferência de tecnologia, base de dados, adaptação e sistemas de mitigação.

Isso envolve articulação institucional, pois em ciência nada se faz sozinho. E aí a importância de nós estarmos próximos à CNA, pelo fato de estarmos presentes no dia a dia junto com o produtor – e a CNA o faz de maneira constante e exemplar. Ao mesmo tempo, estamos juntos com o Ministério da Agricultura, ao qual nós somos vinculados, além do trabalho com o Ccarbon da USP e outras tantas instituições.

Dessa forma, obviamente, fazemos com que essa informação chegue até os produtores, que são, em última análise, os nossos principais parceiros para que isso aconteça de fato.

Aqui nós temos alguns dos nossos ativos tecnológicos que estão disponíveis para fortalecer os ativos ambientais.

O caso da Netflora, que permite que, por inteligência artificial, se consiga fazer o mapeamento de espécies florestais e, assim, fazer o manejo sustentado em áreas de florestas nativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consórcios agroflorestais, como o caso deste da Amazônia, com cupuaçu, castanha da Amazônia e sementes de pupunha, é o caso típico dos sistemas agroflorestais.

A ferramenta AgroTag Carbono, no sentido de trazer o suporte a uma pecuária sustentável.

O RenovaCalc, que é uma das ferramentas, e é uma ferramenta altamente utilizada dentro do programa que é uma política pública do RenovaBio, voltada para os combustíveis renováveis.

Programas mais setoriais, como o caso do Soja Baixo Carbono, que é justamente voltado para não somente produzir, mas assegurar que todo o sistema de produção resulte em um sistema que sequestre mais carbono do que gera em relação ao ambiente; o Carne Carbono Neutro, que inclusive já se encontra acessível ao consumidor com esse selo; o Leite Baixo Carbono; e o Carbon Matte para a cadeia produtiva da erva-mate.

E aqui vem um elemento chave desse processo, que inclusive permitiu o Carne Carbono Neutro, por exemplo, que foi bem citado anteriormente, o sistema de integração lavoura-pecuária-floresta, uma estratégia de produção que não foi construída só pela Embrapa, mas que tem um aporte tecnológico de muitos anos de conhecimento, mais de duas décadas, e que tem gradativamente crescido, a Danielle mencionou isso muito bem.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE HOFFMANN (*Por videoconferência.*) – Não obrigatoriamente nós precisamos ter o sistema LPF constituído desde o primeiro momento para todos os produtores, mas é um crescimento a tal ponto que nós tenhamos, em uma mesma área, animais sendo produzidos e, portanto, insumos da pecuária e, a partir daqui, usando uma estratégia de melhor conforto para os animais, com uma maior capacidade de ganho de peso e, ao mesmo tempo, a preservação de áreas como florestas e, portanto, aumentando a captação de carbono. Aqui está colocado de uma forma muito clara quanto isso representa de captação de carbono, entre outras iniciativas.

E, é claro, quando nós falamos a respeito do processo de crescimento do conhecimento tecnológico, nós vamos avançando desde o diagnóstico, do planejamento, da implantação e do monitoramento lá no ambiente rural para que nós tenhamos os devidos ativos tecnológicos disponíveis, acessíveis e gratuitos para o uso dos produtores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja que o caso aqui, por exemplo, da saúde do solo, que foi mencionado logo pela Danielle anteriormente, incorpora a tecnologia de BioAS, que é uma forma de monitoramento da qualidade de vida no solo, da saúde do solo, e isso nós vamos verificando até o conjunto de todas as outras tecnologias que estão postas e acessíveis à sociedade brasileira.

E o WebAmbiente – e aqui eu já estou me encaminhando para o final – também com uma ferramenta eletrônica que auxilia na política pública de apoio à lei de proteção às espécies nativas, dentro do Código Florestal.

Aqui está bastante evidente a parceria do FIP Paisagens Rurais, de gestão integrada da paisagem, em parceria com o Senar.

Vejam que nós temos aqui a recuperação do pasto, colocado anteriormente como sendo um grande problema, porque nós temos uma possibilidade de avançar na produção, uma possibilidade muito concreta de avançar na produção sem interferir em nenhuma área de floresta, como está hoje, ou seja, somente utilizando uma quantidade muito grande de áreas que podem aumentar a suficiência produtiva, a exemplo das áreas de pastagem degradadas.

A partir daí, há a recomposição da vegetação nativa, o monitoramento por sensoriamento remoto, dando assistência técnica e análise econômica, dando suporte a isso. E, portanto, usando aqui o exemplo do Senar, com esse programa de paisagens rurais, nós passamos a ter num dos biomas de forte preocupação, porque ele afeta não somente a produtividade, mas também as condições climáticas – e isso nós estamos percebendo, cada vez mais, por conta desses eventos extremos – , a possibilidade de que nós utilizemos ferramentas com base em conhecimento.

Aqui é um dos últimos movimentos, que está agora sendo construindo, que é a Rede RestauraBio, uma rede composta por 150 especialistas, que estão na Embrapa e que estão atentos às diversas possibilidades, modelos, lacunas tecnológicas e à organização de estratégias que saem dos muros da Embrapa e que permitem que nós consigamos avançar em articulação para a restauração dos ecossistemas.

Os ativos ambientais nos possibilitam não somente fazermos com que nós tenhamos uma agricultura que se mostra eficiente, que se mostra capaz de produzir alimentos para o Brasil e para o mundo, que é capaz de ofertar não somente alimentos, fibras, energia, mas principalmente sustentabilidade, para que nós tenhamos, no futuro, uma agricultura ainda melhor do que a agricultura que nós temos hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu disse antes, ciência, tecnologia e, sobretudo, inovação não se fazem sozinhas. No caso aqui, o programa de controle do desmatamento da Amazônia Legal conta também com a participação da Embrapa na forma de utilização de conhecimento, de informações que são resgatadas, sistematizadas e acompanhadas, também, nesse sentido.

Não poderíamos, Senador, encerrar essa nossa participação deixando de falar aqui do monitoramento que nós fazemos constantemente.Tudo o que nós ofertamos à sociedade, nós procuramos também verificar e aferir constantemente: como esses investimentos que a sociedade faz na Embrapa resultam também em benefícios. Então, nós temos o nosso balanço social, anualmente, sendo feito. Aqui nós temos um aporte – para a sociedade, como retorno – de R$21 a cada real aplicado somente na Embrapa, ou seja, se nós fizermos essa multiplicação pelo conjunto de instituições que nós temos no Brasil, o resultado será ainda maior.

Dessa forma, agradeço pela oportunidade. Fico à disposição para... Espero não ter passado muito do tempo. Fico à disposição também, na sequência, para as discussões. É uma oportunidade muito rica, um tema extremamente importante.

Nós estamos à plena disposição para continuar contribuindo e continuar avançando com essas iniciativas tão importantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sr. Alexandre Hoffmann, Gerente-Geral de Gestão de Portfólios e Programas de PD&I da Embrapa, nós agradecemos, pois fechou com chave de ouro esse quarteto de debatedores de nossa audiência pública, hoje, da Subcomissão de meio ambiente de Ativos Ambientais Brasileiros, a qual orgulhosamente presido.

Foi muito importante o senhor entrar em uma palavrinha mágica, infelizmente ignorada por governantes brasileiros, qual seja a tecnologia para a agropecuária brasileira, e assim eu já deixo uma pergunta ao senhor, que é: a Embrapa foi criada na década de 1970, com o objetivo de desenvolver a tecnologia para a agropecuária brasileira. Aí, pergunto: quais são as iniciativas da empresa para fomentar a agropecuária de baixo carbono?

Também, para os quatro que vão iniciar agora as respostas que temos de questionamentos, eu gostaria apenas de dizer que, nos meus 50 anos de carreira na televisão brasileira, aprendi com um de meus maiores ídolos – é claro que o maior deles foi Silvio Santos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com quem trabalhei 16 anos –, que foi o Jô Soares. Jô me ensinou que a gente deveria sempre, em momentos como este, que é como se fosse uma entrevista, no final, dizer ao convidado o seguinte: "Qual é a pergunta que não foi feita ao senhor e que o senhor gostaria de responder?". Portanto, eu queria colocar à vontade vocês quatro – quando a gente encerrar as perguntas de brasileiras e brasileiros e as minhas – de dizerem: "Olha, faltou uma pergunta que eu gostaria de responder". Peço essa fineza aos senhores e também à Sra. Danielle.

Por meio do e-Cidadania, recebemos manifestações de cidadãos que gostaria eu de compartilhar, para respostas e considerações finais.

Eu inicio aqui... São estas, não é? (*Pausa.*)

Não, não; eu quero as do e-Cidadania.

Ah, já está aqui.

Obrigado, Diana; obrigado, Secretaria. Já está na minha mão. Obrigado.

O Matheus, do Rio Grande do Sul, pergunta, como o Brasil é fortemente baseado no agronegócio e nas *commodities*, como é possível reduzir as emissões no setor agrícola.

Dos quatro, quem gostaria de responder a essa pergunta, por fineza?

(*Intervenção fora do microfone.*)

Claro, fique à vontade, xará Jorge.

O SR. JORGE CAETANO JUNIOR (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Eu gostaria de tentar responder a essa pergunta de uma maneira simples, dizendo: com produtividade. Com produtividade. Se nós conseguirmos aumentar a produtividade da nossa agropecuária, nós vamos demandar menos espaço, vamos utilizar melhor os espaços existentes. Então, para resumir um pouquinho, acho que essa questão para nós é central, dentro do ABC, e em outras iniciativas fora do ABC também, como foi demonstrado aqui pelos colegas da Embrapa e pelo Nelson.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito. (*Fora do microfone.*)

Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A resposta foi do Sr. Nelson Ananias Filho, que é o Coordenador de Sustentabilidade da Confederação da Agricultura...

Desculpa, foi o xará. O Nelson já tem aqui a pergunta dele. O nosso xará, o Jorge Caetano Junior, é Coordenador-Geral de Mudanças do Clima e Desenvolvimento Sustentável do Ministério da Agricultura e Pecuária. Mas também deseja, além do Jorge, responder a essa pergunta, remotamente, a nossa querida Danielle Denny, que é pesquisadora do Centro de Estudos de Carbono em Agricultura Tropical da Universidade de São Paulo.

Pois não, Sra. Danielle.

A SRA. DANIELLE DENNY (Para expor. *Por videoconferência*.) – A gente tem que tomar as rédeas e se tornar a potência global que a gente está destinado a ser, a potência da transição energética e de biodiversidade que a gente pode ser. E aí é o nosso momento. A gente tem esse potencial, e é a hora de a gente assumir esse papel. A agricultura sustentável, o nosso ativo florestal preservado, biotecnologia e esse diferencial tecnológico de biotecnologia, tanto de patentes como de preservação, metodologias de agricultura, técnicas, nesse sentido. Temos tudo: faca, queijo e vontade de comer.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Adorei a resposta, Danielle: faca, queijo e vontade de comer.

Bem, ainda, brasileiras e brasileiros, pelo Portal e-Cidadania, a segunda pergunta vem do Rosemberg, que é daqui, do Distrito Federal: "Como podemos garantir que o crescimento econômico seja sustentável e não prejudique o meio ambiente?"

Quem gostaria de responder a essa pergunta, por fineza?

O SR. NELSON ANANIAS FILHO (*Fora do microfone*.) – Posso começar?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Claro, Sr. Nelson.

Está à disposição.

O SR. NELSON ANANIAS FILHO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Obrigado pela pergunta, Rosemberg.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, o Brasil, particularmente o setor por que nós respondemos aqui, que é o setor agropecuário, é exemplo e já vem sendo exemplo, há muitos anos, de um crescimento e um desenvolvimento sustentável e sustentado. Se a gente pegar a matriz de emissão de gases de efeito estufa do Brasil, o setor econômico que mais desenvolveu e contribuiu para o equilíbrio econômico do Brasil, que é o setor agro, dentro da matriz dos setores econômicos do Brasil, foi o que menos aumentou as emissões de gases de efeito estufa desde que começou a ser monitorado.

Então, proporcionalmente, do começo das medições dos gases de efeito estufa dos setores econômicos e da matriz econômica brasileira em cima do relatório de emissões do Brasil, apenas 7% de aumento das emissões de gases de efeito estufa se comparado com os outros setores econômicos. Ou seja, existe e existiram investimentos, não só financeiros, mas investimentos de produtores rurais que aderiram a uma agricultura cada vez mais produtiva, cada vez menos emissora, cada vez mais eficiente nos recursos naturais, que fizeram com que nós, como eu falei na minha palestra, passássemos de um país importador de alimentos a exportador de alimentos, vencendo o desafio de produzir mais, melhor e com sustentabilidade, o que nos proporciona hoje agregar um valor, que é a sustentabilidade, aos nossos produtos, como nenhum concorrente hoje no mundo.

Então, o Brasil já vem dando mostras de que nós temos capacidade, nós temos investimento, nós temos iniciativa para que esse crescimento não prejudique, e não prejudicou, diretamente o meio ambiente. Foi um desenvolvimento sustentável e sustentado.

Para isso, precisamos manter os investimentos na pesquisa, na Embrapa, nas universidades, em todos aqueles que trouxeram esse conhecimento e ofereceram esse conhecimento para que ele fosse colocado no campo. Nós precisamos investir, Senador, em extensão rural. Não adianta ter a tecnologia na estante; essa tecnologia precisa chegar ao chão; ela precisa atingir pequenos, médios e grandes; ela precisa ser reconhecida; ela precisa ser investida; ela precisa ser remunerada. Isso é sustentabilidade. É entregar o conhecimento, as ações, as tecnologias, investir em pesquisa para que ela alcance pequenos, médios e grandes produtores rurais.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito. Quem respondeu foi o Sr. Nelson Ananias Filho, que é Coordenador de Sustentabilidade da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, a nossa CNA.

A terceira pergunta, via Portal e-Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Júnior, do Rio de Janeiro: "Como a agropecuária brasileira pode inovar para proteger os ativos ambientais enquanto aumenta a produtividade de forma sustentável?".

Quem dos quatro deseja responder remotamente? Basta levantar a mão, por fineza. (*Pausa.*)

O Alexandre?

Alexandre, fique à vontade.

O SR. ALEXANDRE HOFFMANN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Pois não, muito obrigado. Obrigado pela pergunta.

De fato, a grande preocupação que todos nós temos é que a atenção dos mercados, a atenção da população a aspectos de como os alimentos são produzidos, de como os produtos agropecuários são obtidos, é crescente.

Portanto, nós estamos vivendo um momento de protagonismo do consumidor, talvez sem antecedentes na história. E isso faz com que nós tenhamos não apenas atenção à legislação, porque isso é condição *sine qua non,* mas, ao mesmo tempo, também uma atenção àquilo que o mercado está exigindo, e ele está cada vez exigindo mais sobre uma produção cada vez menos impactante.

O fato, e aí o Senador, usando muito do seu conhecimento, é que esse é um jogo que nunca está ganho; esse é um jogo em que nós temos que continuar, a todo momento, aportando conhecimento. Esse é um dos papéis que a Embrapa tem, e aí, de certa forma, já vou um pouquinho na linha da sua pergunta desde o primeiro momento, é justamente isto: nós temos um conjunto de ativos tecnológicos; nós avançamos bastante; nós já temos muitos desses ativos tecnológicos incorporados que permitem que nós tenhamos a preservação dos nossos ambientes e sistemas mais sustentáveis do que tivemos no passado, mas esse é um processo em contínuo crescimento, é um processo que não pode parar. E aí vem a importância, porque nada acontece por acaso, nada acontece sem recurso, nada acontece sem parceria. E esse é um processo contínuo.

Então, daí a importância de nós estarmos aportando conhecimento, não somente desenvolvido no Brasil, mas trazido também de fora, mediante parcerias internacionais, parcerias do conhecimento, que o país gera constantemente, para que nós tenhamos, de fato, sistemas produtivos menos impactantes, mais sustentáveis, e consigamos colocar à mesa do consumidor,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de fato, um alimento não somente de maior qualidade, como também com preço compatível com as necessidades do mercado. Normalmente, quando falamos em preservação do ambiente, nós estabelecemos uma relação quase que direta entre meio ambiente e alimento.

Na verdade, existe um outro componente que talvez nós tangenciamos aqui, mas que é absolutamente importante: é uma política do Governo Federal, nesse momento, chamada de saúde única, ou uma só saúde – é como está sendo chamada no Brasil. Esse é um aspecto absolutamente importante, porque ambientes preservados, ambientes mais saudáveis são ambientes saudáveis não somente para a saúde dos sistemas de produção, para a saúde animal, mas também para a saúde humana. Tivemos uma pandemia recentemente e tem muita atenção, cada vez mais, aos aspectos ligados à preservação dos biomas como instrumentos fundamentais para que nós tenhamos a saúde única, contemplando todos os aspectos de ser humano, planta, saúde e ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado pela resposta do Sr. Alexandre Hoffmann, que é Gerente-Geral de Gestão de Portfólios e Programas de PD&I da Embrapa.

A última pergunta de brasileiras e brasileiros pelo Portal e-Cidadania vem da Bahia, do querido Harrisson: "O manejo regenerativo do solo e a recuperação de áreas desmatadas podem ser mais eficazes do que [...] [a adoção] de tecnologias [...] [custosas]?

Quem gostaria de responder essa pergunta, por fineza? (*Pausa.*)

Sra. Danielle, remotamente, por fineza.

Fique à vontade.

A SRA. DANIELLE DENNY (Para expor. *Por videoconferência.*) – Sim, esse é o grande desafio. A agronomia tem se voltado a esse tipo de estudo justamente para buscar, por meio dessas técnicas, utilizar menos insumos de fora do sistema possível, para justamente baixar os custos. Por meio da produtividade, você busca a sustentabilidade. A chave da produtividade é também a chave da sustentabilidade muitas vezes.

Então, na verdade, você está buscando esse linguajar um pouco diferente, que é a produtividade, a economia de água, a economia de recursos, mas, na verdade, é a sustentabilidade às vezes. Você está falando a mesma coisa, justamente para você deixar, como no começo das perguntas foi dito, o sistema mais eficiente, porque, quando você começa o seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estudo com um solo mais bem nutrido, com melhores condições de manter o sistema, você consegue que aquela produção seja mais eficaz e, com isso, você consegue que ele seja menos custoso de ser mantido e, com isso, que tenha mais safras, por mais tempo e mais resilientes também as safras com eventos extremos.

Então, a gente tem estudos que mantêm assim: "Ah, então, teve três anos que não mostrou nenhuma [inclusive foi um pesquisador aí da Embrapa, que fez esse estudo] diferença, se teve ou não variação, a observação de um plantio sustentável ou não".

Por três anos não teve, mas aí veio uma seca. "Ah, na seca se mostrou claramente". Quando apareceu a seca o plantio que estava sob condições sustentáveis estava ali claramente protegido; quando a seca se mostrou, as duas curvas baixaram, a produtividade do que estava sem a palhada caiu completamente e o que estava protegido com o plantio sustentável se manteve protegidinho, protegidinho, protegidinho e, pasmem pessoal, nunca mais voltou. Ficaram lá por três, quatro, cinco anos as duas curvas caídas, não voltou, e o que estava sob agricultura sustentável ficou protegido, continuou, resiliente. O que caiu não voltou mais, não recuperou mais – não recuperou mais –, inclusive, a gente está considerando descartar aquele experimento e substituir, porque ele não vai mais voltar. Já tem cinco anos que aquele experimento já está lá (*Risos.*) , não vai mais voltar, porque já se mostrou que o que estava em condições de agricultura não sustentável não vai mais se recuperar. (*Risos.*) Já vamos descartar porque não tem mais condição, ele não estará mais em condição de encostar mais na curva do que o que estava protegido naquele primeiro choque.

Então, o choque da seca foi chocante realmente. Nunca mais, então, foi capaz aquela produção de se recuperar, infelizmente, e aí está a diferença. Aquela cultura, então, está protegida, desde então. A que estava sob agricultura sustentável continua; depois, veio uma chuva também e ela estava protegida; depois, veio outra seca e ela ficou protegida também, e os números da outra só piorando, piorando, piorando, coitadinha, a outra só piorou. (*Risos.*)

Se alguém tiver interesse, eu mando esse *paper* aí para vocês terem o resultado desse *paper* do professor, para vocês terem uma perspectiva dos números, da discrepância dos gráficos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para interpelar.) – Bom, quem respondeu foi a Sra. Danielle Denny, pesquisadora do Centro de Estudos de Carbono em Agricultura Tropical da Universidade de São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou aproveitar essa sua última fala e sugerir aqui – tenho certeza de que ela já está pensando assim pela capacidade que tem a Diana Lins, aqui presente, a minha chefe responsável pelo meio ambiente em meu gabinete – que não perca, a partir de agora, o contato com esse quarteto de ouro. São admiráveis a competência, o preparo de cada um, a forma como a Sra. Danielle responde às perguntas... Enfim, é uma riqueza que, até então, francamente, eu não tinha visto aqui ainda na Subcomissão de Meio Ambiente.

Agora, eu vou fazer as minhas últimas perguntas e deixarei, por fim, para a consideração final de cada um pelo tempo regimental, assim como para a resposta a essas perguntas, em três minutos. E aí cada um ficará à vontade para dividir três minutos, ou um pouquinho mais, entre consideração final e aquilo que eu falei aqui que aprendi com o Jô Soares: a pergunta que faltou ser feita aos senhores e à Sra. Danielle.

Eu vou começar, conforme destaquei, com o Sr. Nelson Ananias Filho, que é o Coordenador de Sustentabilidade da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, a nossa CNA, com essa colocação sobre quem realmente desmata ilegalmente. As perguntas são: como a expansão agrícola pode ser conciliada com a preservação ambiental no Brasil, evitando a concorrência entre esses dois objetivos, e quais estratégias podem ser adotadas para resolver o desafio?

Nelson, querido, com a palavra.

O SR. NELSON ANANIAS FILHO (Para expor.) – Mais uma vez, obrigado.

Senador, nós somos produtores rurais, nós estamos lá no campo, nas pontas, produzindo, acordando cedo, no sábado, no domingo, no feriado: a atividade agropecuária não para. Eu posso dizer que quem está lá está legal, eu não posso dizer quem desmata ilegalmente. Eu sei dizer quem não desmata ilegalmente que é aquele produtor rural que tem endereço. É aquele que aderiu ao Código Florestal quando foi lá e fez sua inscrição no Cadastro Ambiental Rural – cerca de 7 milhões de propriedades rurais – em que, hoje, se encontram o dono, o responsável e a pessoa a se responsabilizar em caso de desmatamento ilegal. É aquele produtor rural, hoje, que representa 99% das propriedades rurais que não tiveram um polígono de desmatamento nos últimos anos. É o produtor rural que, hoje, aguarda uma resposta – e aí uma pergunta que posso até encaminhar como aquela pergunta que não foi feita –, pois é aquele produtor rural que, hoje, aguarda que o Governo ou o Estado, federal ou estadual, cumpra a sua parte dentro do Código Florestal, que é analisar o Cadastro Ambiental Rural e atestar aquilo que ele se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

propôs a fazer, que ele se propôs a cumprir e que, hoje, não consegue desenvolver, comprovando essa sustentabilidade, porque o Cadastro Ambiental Rural não foi analisado. É esse produtor rural, hoje, que tem restrição de crédito, restrição de acesso a mercados, que hoje é discriminado mundo afora, apesar de ter e cumprir uma das legislações florestais mais rígidas do mundo. Esse é o nosso produtor rural, é esse que não desmata. É o produtor rural que hoje tem, sob sua proteção, 33% do território nacional, como foi mostrado aqui. É aquele que adota todas essas tecnologias de que eu falei, de que o Jorge falou, como o Alexandre e a Profa. Danielle – todas essas tecnologias estão lá presentes. Esse é o produtor rural que não desmata. É esse o produtor rural que hoje tem, sobre sua cabeça, uma legislação rígida que restringe o crédito rural dele, que restringe a comercialização se ele tiver um polígono de desmatamento ilegal, irregular. Esse é o que não desmata. Para o que desmata a lei deve ser aplicada. Então, nisso, acho que a gente concorda.

Além disso, Senador, peço, mais uma vez, reforçando, que esta Casa – o senhor, que é um militante das questões ambientais – trabalhe em políticas, programas e ações que incentivem a análise do CAR. O produtor está precisando disso. O produtor rural hoje precisa que o CAR seja analisado, que se deem condições aos estados que hoje têm um corpo técnico muito reduzido para analisar 7 milhões de propriedades rurais que precisam ser analisadas. Então, é essa a nossa contribuição no sentido de que conseguimos, fazemos e comprovamos que nós temos uma agricultura que concilia preservação e produção, mas que hoje depende do Estado para que ele faça o que é mais difícil para nós hoje: não é preservar, é comprovar que nós preservamos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para interpelar.) – Obrigadíssimo, Nelson.

E agora eu me dirijo ao Sr. Jorge Caetano Junior, Coordenador-Geral de Mudanças do Clima e Desenvolvimento Sustentável do Ministério da Agricultura e Pecuária. A pergunta é: dado que o Brasil possui 28 milhões de hectares de pastagens degradadas com potencial para expansão agrícola – aqui são dados da Embrapa – e considerando o Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas, instituído pelo Governo no final de 2023, com o objetivo de recuperar e converter até 40 milhões de hectares de pastagens de baixa produtividade em áreas agricultáveis nos próximos dez anos, como está sendo implementado esse programa e quais são os principais desafios e progressos até agora?

Por favor, xará Jorge.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE CAETANO JUNIOR (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Esse programa é recente, nós vamos poder acompanhá-lo pela plataforma disponibilizada pelo ABC. A primeira tecnologia que está sendo acompanhada nessa plataforma é justamente a recuperação de pastagens degradadas.

O que eu posso adiantar é que a experiência da primeira fase do Plano ABC, em relação a pastagens degradadas, permitiu que nós víssemos que houve uma superação da meta estabelecida originalmente: aquilo que se colocou como meta no início do ABC em 2010, em 2020 foi superado em 79%. Então, nós conseguimos fazer. E isso ensejou, realmente, uma ambição maior para a segunda fase.

A segunda fase está no início. Ela conta com programas de financiamento específicos. A gente pode mencionar a questão do Plano Safra, que destinou R$6,9 bilhões para o financiamento, inclusive, dessa prática. Também há investimentos internacionais, fundos soberanos, etc., que podem contribuir para isso. Há linhas especiais do BNDES.

E, fundamentalmente, é dotar o produtor rural de condições para que essas tecnologias que visam a essa recuperação possam ser absorvidas. A gente, às vezes, fala muito da produção de conhecimento e esquece um pouco que essa produção de conhecimento, uma vez ocorrida, precisa ser incorporada pelo produtor. E isso requer, também, um esforço especial da parte do Governo para que se dê a contento.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para interpelar.) – Obrigado, Jorge.

Agora, eu me dirijo ao Sr. Alexandre Hoffmann, Gerente Geral de Gestão de Portfólios e Programas de PD&I da Embrapa. A Embrapa, Alexandre, foi criada na década de 1970 com o objetivo de desenvolver tecnologia para a agropecuária brasileira. Quais as iniciativas da empresa para fomentar a agropecuária de baixo carbono?

Fique à vontade.

O SR. ALEXANDRE HOFFMANN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Pois bem, Senador, obrigado pela pergunta.

Ela, na verdade, enseja uma série de considerações que nós podemos trazer, mas, de uma forma muito direta e muito pontual, desde a criação da Embrapa, mesmo em épocas em que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pouco se falava sobre sustentabilidade, em que pouco se falava sobre inovação, a Embrapa já tinha isso no seu DNA, e essa foi, de certa forma, uma das motivações da criação, embora a razão da criação, naquele momento, dissesse muito respeito à necessidade de o Brasil se tornar menos dependente das importações para abastecer a sua população. Felizmente, com o papel não somente da Embrapa, mas de todo o conjunto de instituições que trabalham com ciência e tecnologia na agropecuária, somado também com a capacidade e a iniciativa dos empreendedores no Brasil e mais as políticas públicas, nós conseguimos nos tornar hoje agricultura e agropecuária pujantes no mundo.

Ao mesmo tempo em que essa trajetória foi acontecendo, de 51 anos, as demandas foram mudando. Então, quando hoje nós olhamos para esses pontos que foram apresentados e colocamos isso dentro de outra ótica, de que o mundo hoje é um mundo que convive não somente com as preocupações de abastecimento de alimentos, mas com uma agricultura mais sensível à nutrição, com a atenção maior às pessoas, mas principalmente com a necessidade de que a agricultura se mantenha sustentável, com tecnologias de poupa-terra, poupa-floresta e poupa-água, isso é o que, neste momento, está norteando o trabalho da Embrapa.

Nós estamos hoje muito focados em sistemas integrados, como é o caso do ILPF, mas não apenas. Esses sistemas integrados permitem que, em uma mesma área, se consiga aumentar a capacidade de produção e, portanto, de sustentação econômica do produtor, atendendo todos os requisitos ambientais, e isso é algo fundamental; ao mesmo tempo, há boas práticas agrícolas que fomentem a organização do sistema de produção, de maneira que ele se mantenha mais resiliente. A Danielle usou o exemplo de um trabalho conduzido pela Dra. Iêda Mendes, que é a criadora desse sistema BioAS, que mostra exatamente que (*Falha no áudio.*)... quando o solo está mais de estiagem, mesmo acontecendo um episódio (*Falha no áudio.*)... falta de chuva, o resultado acaba vindo. Então, são esses os aspectos que nós...

Desculpem, acho que tivemos um problema. Voltamos?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Voltamos. Pode ficar à vontade, foi um pico rápido.

O SR. ALEXANDRE HOFFMANN (*Por videoconferência.*) – Ah, sim. Pois não, pois não. Tivemos um problema de queda da internet.

Esses sistemas resilientes de produção estão hoje na base: os sistemas integrados; os sistemas resilientes; o melhoramento genético que permita maior eficiência da produção; a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fixação biológica de nitrogênio, que permite que nós tenhamos menos dependência de fertilizantes, ao mesmo tempo, também estamos trabalhando gradativamente na fixação biológica de nitrogênio em não leguminosas, que é uma frente nova de atuação; os sistemas de produção que tenham a ótica da produção com baixo carbono, como é o caso da soja, por exemplo. Nós estamos, neste momento, fechando uma parceria com a Petrobras, que está muito interessada em biocombustíveis, e parte dessa produção de biocombustíveis está calcada no sistema de produção de soja, que obrigatoriamente precisa ter um sistema de produção de baixo carbono, sob pena de que nós tenhamos um sistema em que, por um lado, está sendo usada não uma matriz fóssil, mas, sim, uma matriz vegetal, mas em que, se não tiver todo o sistema de produção calcado em práticas sustentáveis, isso acaba não repercutindo positivamente.

Todo o trabalho da Embrapa, eu diria, hoje, está voltado para uma agricultura mais sustentável, que, em última análise, é uma agricultura com menor emissão de carbono que é, portanto – como foi colocado anteriormente –, não somente capaz de produzir menos gases de efeito estufa, mas, sobretudo, capaz de fazer com que haja o sequestro, seja na forma de floresta, seja na forma de uma vegetação mais resistente, mas, principalmente, capaz de resistir às mudanças climáticas, já que a transição climática por que nós estamos passando demanda, obrigatoriamente, um esforço de transformação das nossas ações para uma agricultura melhor e mais resiliente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para interpelar.) – Grato, Alexandre.

Antes das considerações finais, faço a última pergunta agora aqui, nesta Subcomissão da Comissão de Meio Ambiente para discutir Ativos Ambientais Brasileiros, à Sra. Danielle Denny, Pesquisadora do Centro de Estudos de Carbono em Agricultura Tropical da Universidade de São Paulo. Sra. Danielle, a nossa produção agropecuária pode ser considerada de baixo carbono? E concluo: quais aprimoramentos devem ser incentivados para que o Brasil possa ser considerado competitivo nessa modalidade agropecuária?

Por fineza.

A SRA. DANIELLE DENNY (Para expor. *Por videoconferência*.) – Maravilha.

Eu vou tomar liberdade aqui de compartilhar uma tela. Posso compartilhar de novo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É evidente que sim.

A SRA. DANIELLE DENNY (*Por videoconferência*.) – Aqui.

Estas são as nossas emissões. Então, para a gente analisar... A característica do Brasil, quando a gente fala sobre...

A sua pergunta é sobre baixo carbono: a nossa produção agropecuária é de baixo carbono? Então, a gente está dentro do regime jurídico de carbono.Quando a gente analisa sustentabilidade, a gente tem várias chaves de regime jurídico: tem biodiversidade, tem desertificação e tem carbono. Então, não é só carbono, mas a sua pergunta foi carbono, e a gente vai para dentro da chave do regime jurídico de carbono. Quando a gente está na chave de carbono, a gente tem que falar de emissões. Dentro da chave de emissões de carbono, a gente tem que ir para as nossas emissões, e essa é a nossa principal análise.

Aqui é o nosso gráfico de emissões. Vamos ver esse colorido nosso. Diferentemente do resto do mundo que tem só o vermelhinho e que todo mundo está só pensando em vermelhinho, ou seja, todo mundo está com o gráfico igual ao de São Paulo... Olhem para São Paulo, aqui no lado direito de vocês. São Paulo é igual ao resto do mundo todo, todo mundo é igual a São Paulo. O Brasil não é São Paulo, o Brasil é verdinho e amarelinho, as emissões são completamente diferentes do resto do mundo, as nossas emissões são por desmatamento e agropecuária. Ai, ai, ai, que peculiaridade!

Você me pergunta: a nossa produção agropecuária é baixo carbono? Hoje, não é. Por que não é? Porque a gente ainda não faz tudo que a gente poderia fazer, ou seja, o Plano ABC é um sucesso? É um sucesso, mas poderia ser muito mais do que é. A gente tem um Plano ABC que é um sucesso no que ele se propôs a ser. Quando eles falaram anteriormente que "bateu a meta e superou a meta", superou a meta do que o Plano ABC se propôs, mas não a hercúlea meta de um país colossal como o Brasil! Vejam que a gente tem um continental país e é um país que é 65% florestal. Então, é uma peculiaridade muito diferente do resto do mundo. As nossas emissões não são iguais às do resto do mundo, a gente precisa pensar totalmente diferente. Então, as nossas emissões atualmente não estão ainda no nível que a gente precisa ter. Portanto, as nossas emissões estão em rota de ajuste.

O que é isso? O nosso Acordo de Paris, que é dentro do regime jurídico internacional de clima... Todos os países se comprometeram a fazer ajustes. Justamente, o Brasil se comprometeu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a colocar lá 30 milhões de hectares dentro de produção sustentável, em colocar toda a pecuária dentro de produção sustentável. E 30 milhões de hectares são muita coisa, gente! Vocês não têm noção de quanto é, é um país inteiro praticamente, se você for pensar, tem países aí que são desse tamanho. Enfim, há um volume de dinheiro necessário de, se não me engano, US$120 milhões, que é o Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas – me corrijam se eu estiver enganada –, mas é um volume monumental de recursos que é necessário para fazer esse ajuste das nossas NDCs, que são esses comprometimentos dentro do Acordo de Paris. Para a gente chegar às nossas emissões aqui – vamos aplicar o destaque, que são esses recortes só para dentro das pastagens, dessa agropecuária –, é para a gente baixar essa agropecuária para o limite da sustentabilidade.

Agora, dá para essa pastagem ser – é a sua segunda pergunta – competitiva? Claro que dá! Sem dúvida nenhuma dá. Dá para ela ser até mais competitiva do que atualmente ela é, porque essa pecuária extensiva, de baixo valor agregado, sem controle, sem tecnologia, é altamente predatória para o meio ambiente e traz muito pouco recurso, se comparado com as possibilidades das técnicas e das tecnologias que o estado da arte da agronomia nos permite. Então, se a gente conseguir trazer esse recurso para a fazenda, para o produtor rural, como os meus colegas falaram, se a gente trouxer o que a gente já sabe, na ciência, para o produtor rural, a gente consegue um ganho de eficiência tremendo, ou seja, essa competitividade se mostrará muito maior. E a gente consegue trazê-la. É possível fazer essa agricultura, essa agropecuária sustentável, sem dúvida nenhuma, é possível. Isso tem exemplos muito benfeitos, claro. E o Plano ABC, com a escala que tem sido aplicada, é um exemplo. A gente só precisa fazer com que os exemplos bem aplicados do Plano ABC sejam escalados para o Brasil inteiro. Não é nada fácil, porque o Brasil é um pouquinho grande, mas é possível, sem dúvida nenhuma.

Já aproveitando e deixando a minha pergunta de Jô Soares respondida, a nossa preocupação com relação à nossa emissão como país continental não pode ficar na defensiva. Nós não somos um país de agropecuária... Não de baixo carbono e, por isso, temos que tomar a defensiva e sair por aí falando... Pelo contrário, nós estamos numa situação de *triple crisis*. O que é isso? O momento atual é que a humanidade inteira passa por uma crise climática, por uma crise de poluição. Há uma crise de biodiversidade sendo perdida e de degradação dos solos que vai comprometer a preservação da espécie humana no planeta. A gente tem que assumir este momento e assumir a potencialidade do Brasil como líder na transição deste momento. A gente é líder e não vítima. A gente é líder, que pode assumir essa transição. A gente é o Brasil com capacidade de oferecer soluções. Nós somos o único país que pode ter várias safras por ano,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produzir sem desmatar, produzir e ter água suficiente, ter biodiversidade e não destruir a sua biodiversidade; pelo contrário, valorizar o seu recurso, valorizar as suas riquezas, tirar vantagem desse diferencial em que se encontra.

A gente precisa ter muito cuidado de não tomar a defensiva, porque o momento histórico nos coloca, e com razão, principalmente para pessoas como eu, que estão, no internacional, na transição entre o direito internacional e o brasileiro e tal... E a gente vê que lá fora muita gente que faz muito pouco, que tem teto de vidro fica jogando pedrinha no nosso teto e fica nos acusando. E aí a tendência é a gente tomar uma posição defensiva. E a gente não pode fazer isso, porque realmente a gente precisa assumir as nossas fragilidades. A gente precisa, sim, tomar medidas para negativar essas nossas emissões. Vocês veem aqui os nossos gráficos e as nossas potencialidades de fazer com que a nossa agropecuária seja mais sustentável. E a gente pode, sim, fazer com que haja mais soluções ainda, para que seja melhor feita a nossa agropecuária aqui. E a gente precisa assumir essa responsabilidade, claro, com muita clareza de que a sustentabilidade não pode ser uma ferramenta velada de protecionismo, obviamente. E precisamos manter a visão de mundo não austera mas, sim, perspicaz de que o Brasil é líder de transição sustentável no mundo, com muita franqueza, não querendo destruir, mas, sim, preservando e valorizando o nosso meio ambiente.

Sim?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sim, é claro.

Sra. Danielle Denny, Pesquisadora do Centro de Estudos de Carbono em Agricultura Tropical da Universidade de São Paulo, eu vou trocar, em relação à abertura, quando dei prioridade aos que estavam presentes para a consideração final para os que estão, os dois, remotamente.

Eu gostaria de ter a imagem da Sra. Danielle, por favor, para me dirigir respeitosamente a ela, no telão. (*Pausa.*)

Sra. Danielle, por gentileza, se apresente de novo no telão. (*Pausa.*)

Para mim, ela fez a consideração final e até respondeu à pergunta *à la* Jô Soares, não é isso? (*Pausa.*)

Ela está no telão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Permita-me, respeitosamente... É porque conviver com você em assuntos sérios deve ser prazeroso. Não sei se a senhora chegou a assistir ao documentário Zonas Azuis, que fala da longevidade, de como se chegar aos 100 anos, e entre as causas está o sorriso. Então, a senhora merece, respeitosamente, um poema: "O meu coração diz [...] que preciso. Basta o seu sorriso e eu serei feliz!". Obrigado pela participação valorosíssima.

A SRA. DANIELLE DENNY (*Por videoconferência*.) – Obrigada. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Esse sorriso dela realmente... (*Risos.*)

Os três concordaram aqui – o Jorge, o Nelson e o Alexandre, que estão conosco.

Vamos para a consideração final ou a pergunta *à la* Jô Soares, que não foi feita, também remotamente.

Agora, eu me dirijo ao Alexandre Hoffmann, para que ele, no tempo regimental de três minutos, como Gerente Geral de Gestão de Portfólios e Programas de PD&I da Embrapa, fique à vontade para o nosso encerramento desta qualificadíssima e mais completa audiência pública até hoje nesta Subcomissão.

Alexandre.

O SR. ALEXANDRE HOFFMANN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador. Mais uma vez obrigado pela oportunidade de estarmos aqui.

Espero poder ter contribuído com este debate. Fico à disposição. Deixamos o material apresentado e outras informações que forem necessárias com a assessoria desta Subcomissão. Ao mesmo tempo também, que a nossa Assessoria de Relações Institucionais e Governamentais, que está presente, possa continuar acompanhando esse trabalho.

Eu gostaria só de fazer essa consideração, nessa linha "jô soaresiana" bem mencionada pelo Senador, de que, de fato, quando nós falamos em tecnologias, em desenvolvimento tecnológico, é importante nós dizermos que isso é apenas parte do processo. Muitas vezes, nós temos importantes crescimentos tecnológicos, mas nós não temos a adoção. E isto é constantemente um desafio para qualquer instituição que trabalha com pesquisa agropecuária ou qualquer outro tipo de pesquisa, como no caso da Embrapa: fazer com que aquilo que está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sendo gerado nos laboratórios, nos campos experimentais, nas áreas de produtores mesmos se traduza em algo que, de fato, gere avanços econômicos, sociais e ambientais para a população. Então, isso é, de fato, a inovação. E nós estamos sempre correndo atrás da inovação. Quando nós temos o alinhamento com uma política pública que permite incorporar essas inovações, e isso acontece... Vou citar dois exemplos aqui, que são: o Programa ABC, que é um programa mais amplo coordenado pelo Ministério da Agricultura, que permite a incorporação desses ativos tecnológicos e traduzi-los na forma de ativos ambientais, que é um exemplo de sucesso e é um exemplo que traz os benefícios; ao mesmo tempo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE HOFFMANN (*Por videoconferência.*) – ... nós temos parcerias privadas de grande porte e de grande importância estratégica, como é o caso da estratégia do ILPF. Talvez, se nós não estivéssemos lá no início, o ILPF não teria o acompanhamento de todos os produtores, mas parte desse conhecimento, que permitiu ser aplicado na forma da Integração Lavoura, Pecuária e Floresta, aconteceu dentro da Embrapa. No momento em que essa tecnologia, esses ativos e esse conhecimento já estavam mais maduros, eles foram traduzidos, organizados e sistematizados na forma de uma estratégia técnica, como é o caso do ILPF, e foram incorporados pelo setor produtivo, a ponto de nós termos a Rede ILPF, que dá esse suporte para que essas tecnologias continuem proliferando. Então, é muito importante que nós tenhamos, de ponta a ponta, esse processo contínuo, ou seja, geração do conhecimento até a adoção por quem precisa e, por consequência, o benefício para a sociedade.

Mais uma vez, fico à disposição e agradeço muito pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Nós é que agradecemos, aliás, agradecidíssimo, Alexandre.

E agora, para a consideração final ou a pergunta *à la* Jô Soares, o Sr. Nelson Ananias Filho, aqui presente, Coordenador de Sustentabilidade da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Fique à vontade, Nelson.

O SR. NELSON ANANIAS FILHO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Em nome do nosso Presidente da CNA, Dr. João Martins, gostaria de agradecer e deixar a CNA sempre à disposição para debater, trazer e também entregar lá... Acho que um dos pontos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a gente notou aqui que dificulta a aplicação desses ativos ambientais é a questão da extensão, é levar isso ao produtor rural. A CNA está pronta não só para contribuir nas normas, nos programas, nas políticas que promovam esse incentivo a esses ativos ambientais, mas para que esses ativos cheguem lá ao produtor rural. A CNA fica muito satisfeita e se coloca à disposição para fazer esse trabalho, através do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural e da sua capilaridade, envolvendo os produtores rurais num sistema de cima para baixo e também de baixo para cima, respondendo a esse desafio de valorar esse ativo ambiental.

A pergunta que eu deixo é esta.... Através dessas palestras, desses palestrantes qualificados, nós vimos que nós temos ativos ambientais, que nós temos instrumentos para que esses ativos ambientais sejam valorados, sejam incentivados e valorados. Qual é a dificuldade? A pergunta é essa. Por que esses ativos e esses instrumentos não chegam lá à ponta e são aplicados diretamente ao produtor rural? A gente viu que isso não é uma opção, o produtor rural hoje precisa que esses ativos ambientais sejam cumpridos. Como fazer – como foi colocado aqui – com que o componente econômico disso faça com que esses ativos ambientais sejam vantajosos para que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NELSON ANANIAS FILHO – ... o produtor rural os adote como uma atividade que complemente a sua renda, que complemente a sua atividade? Que isso tenha um valor para que ele chegue lá à ponta e fale: "Realmente, cumprir tudo isso vale a pena, não só para a melhoria da minha qualidade de vida, mas para a minha contribuição como cidadão brasileiro para alcançar essa redução dos impactos das mudanças climáticas, para a redução dos impactos no meio ambiente". Então, é esta a pergunta: por que que a gente não consegue? Tendo ativo ambiental e tendo os instrumentos, por que que isso não chega com uma vantagem palpável para o produtor rural?

Muito obrigado.

A gente fica à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Quem agradece somos nós. Obrigadíssimo, Nelson.

E agora, para finalizar, com a consideração final ou a pergunta *à la* Jô Soares, o Sr. Caetano Junior, Coordenador-Geral de Mudanças do Clima e Desenvolvimento Sustentável do Ministério da Agricultura e Pecuária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fineza, xará.

O SR. JORGE CAETANO JUNIOR (Para expor.) – Senador, vou agradecer a oportunidade da formulação da pergunta não feita e tratar de um tema muito importante para nós que é sobre o desenvolvimento de métricas mais adequadas à nossa agricultura tropical.

Nós utilizamos calculadoras desenvolvidas, às vezes, para a medição de emissões nas nossas práticas agrícolas e pecuárias por países de clima temperado e não temos o devido esforço... Não é porque não temos cientistas capacitados. Nós temos que, como país, realmente dar a eles a condição de formular nossas próprias calculadoras adaptadas, em termos de medição de retenção de carbono, de emissão de gases de efeito de estufa, à realidade da nossa agricultura tropical. Esse é um veio de produção de conhecimento muitíssimo importante que nós precisamos realmente apoiar.

Eu agradeço imensamente a oportunidade.

E quero dizer aqui que estou representando um grupo muito maior de colegas. Aqui estou com o meu colega Luiz Eduardo Pacifici Rangel...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado.

O SR. JORGE CAETANO JUNIOR – ... que nos acompanha, mas a nossa equipe é composta por muitos outros que estão à disposição da Subcomissão para o que for necessário.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Agradecidíssimo, Jorge, xará.

Antes de encerrarmos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Como foi uma audiência de bom humor, eu vou mantê-lo aqui: como fazer essa pergunta? Só se fosse numa sessão espírita. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É porque não tem nenhum Senador presente, nenhuma Senadora presente, mas entendo, compreendo que eles estão em seus estados com a prioridade das eleições municipais – daí suas ausências.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e todas e declaro encerrada a reunião, com o desejo sincero de Deus e saúde a toda a pátria amada e àqueles presentes nesta nossa audiência pública.

Agradecidíssimo.

(*Iniciada às 9 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 37 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e seis minutos do dia quinze de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Sergio Moro, André Amaral, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Augusta Brito, Flávio Bolsonaro, Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Ciro Nogueira, Eduardo Gomes, Paulo Paim, Rosana Martinelli e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton, Omar Aziz, Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho, Jorge Seif e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3125, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para estabelecer que a prática dos crimes nela previstos pode ensejar, como efeitos da condenação ou como medida cautelar, a suspensão da permissão ou da habilitação para dirigir veículo automotor ou a proibição da sua obtenção." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 16, de 2024 - Terminativo -** que: "Institui o Livro Nacional do Mérito na Segurança Pública e altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que dispõe sobre a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), e a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), para dispor sobre mecanismos de reconhecimento e premiação aos profissionais de segurança pública e defesa social." **Autoria:** Senador Flávio Dino (PSB/MA). **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com três emendas que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4805, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, e a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para criar a medida excepcional de reserva da identidade das testemunhas." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com quatro emendas que apresenta. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 49, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa no estado do Pará, com o objetivo de conhecer as ações que têm sido implementadas pelo Governo do Estado do Pará na busca e localização de pessoas desaparecidas e, assim, possibilitar a elaboração de um relatório final de avaliação da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas mais propositivo e assertivo por parte desta Comissão." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Durante a reunião, o requerimento é subscrito pelo Senador Sergio Moro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/15

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Aprovação da ata.

Quórum de dez Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciarmos o trabalho, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 28ª reunião, realizada em 8 de outubro.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Objetivo e diretriz da reunião.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens constantes da pauta. A Presidência esclarece que nesta reunião os Senadores poderão registar a presença e votar tanto presencialmente quanto por meio do aplicativo Senado Digital.

Vamos à pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3125, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para estabelecer que a prática dos crimes nela previstos pode ensejar, como efeitos da condenação ou como medida cautelar, a suspensão da permissão ou da habilitação para dirigir veículo automotor ou a proibição da sua obtenção.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CCJ.

Passo a palavra ao Senador Fabiano Contarato para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia, senhoras e senhores.

Passo direto à análise.

É da competência da CCJ opinar sobre a constitucionalidade e aspectos próprios do direito penal. Cingiremos nossa análise, perante a CSP, aos efeitos sobre a segurança pública e à repressão do tráfico de entorpecentes.

O Projeto de Lei nº 3.125, de 2020, sob essa ótica, é conveniente e oportuno.

O Brasil é um país continental e estruturado a partir do transporte rodoviário. Nesse contexto, é interessante refletir que, se o ingresso da droga estrangeira no país se dá, no mais das vezes, por embarcações e aeronaves, toda a sua distribuição interna, bem como o acesso aos portos rumo ao exterior novamente, é efetivada por veículos automotores.

Nesse passo, se o trabalho das pequenas, aspas, "mulas" e "aviões" ocorre no pequeno varejo, hoje existem motoristas, quase que profissionais, especializados no transporte de grandes quantidades de substâncias entorpecentes em caminhões pelo país. É preciso impedir a ação desses traficantes rodoviários. É a eles que se destina a presente proposição.

Voto.

Com essas considerações, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.125, de 2020.

Peço a compreensão e a aprovação dos colegas Senadores e Senadoras.

Quero aqui ressaltar e parabenizar o Deputado Federal Rubens Pereira Júnior, que é o autor proponente desse projeto de lei, Sr. Presidente.

Faço aqui a ressalva de que, quanto ao tráfico ilícito de entorpecente e à direção de veículo automotor no Brasil, a própria Lei 9.503/97 estabelece como crime a embriaguez na direção de veículo automotor. E essa embriaguez não se dá apenas pelo álcool; ela se dá por qualquer substância de efeito psicoativo que determine a dependência, a teor do que determina o art. 306 dessa lei. Então, nós estamos aqui falando que, nas hipóteses de tráfico de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entorpecente utilizando o sistema rodoviário, com motorista de veículo automotor, um dos efeitos da condenação, ou como medida cautelar, vai ser também a suspensão ou proibição de obtenção da CNH, na certeza de que nós estamos aí promovendo uma segurança pública que até atinge efetivamente a população que mais precisa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 3.125, de 2020.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 16, DE 2024

- Terminativo -

Institui o Livro Nacional do Mérito na Segurança Pública e altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que dispõe sobre a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), e a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), para dispor sobre mecanismos de reconhecimento e premiação aos profissionais de segurança pública e defesa social.

Autoria: Senador Flávio Dino (PSB/MA)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação do projeto, com três emendas que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, com parecer favorável;

2. Em 13/8/2024, foi concedida vista ao Senador Flávio Bolsonaro;

3. Em 3/9/2024, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Flávio Bolsonaro;

4. Em 8/10/2024, foi lida complementação de voto pelo relator, Senador Sérgio Petecão, pela rejeição da Emenda nº 1;

5. A votação será nominal.

Na verdade, Srs. Senadores, colegas Senadores, eu sou Relator desta proposta.

Nós estamos dialogando com o Senador Flávio Bolsonaro. Ficamos, na sessão passada, de chegar ao entendimento e votar nesta sessão, mas, mais uma vez, eu vou aguardar que o colega se manifeste, para que nós possamos chegar a um entendimento e colocar o projeto para votar.

Eu peço a retirada da pauta. Pode, não é? (*Pausa.*)

Vamos retirar da pauta.

Vamos agora ao item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 4805, DE 2020

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, e a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para criar a medida excepcional de reserva da identidade das testemunhas.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela aprovação do projeto, com quatro emendas que apresenta.

Observações:

1. A votação será nominal.

Passo a palavra ao Senador Sergio Moro para a leitura do relatório.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Agradeço ao Presidente, cumprimento a Mesa e os demais colegas. Aqui o Senador André Amaral está em sua última semana, não é? Cumprimento-o pelos serviços prestados à nação durante a sua permanência, exercício no mandato de Senador; quero cumprimentar também nosso querido Senador Hamilton Mourão e o nosso Presidente aqui, sempre presente nas Comissões, na Comissão de Segurança, que, em mandatos passados, não funcionou quando V. Exa. era Presidente e tem sido uma das mais operantes.

Esse projeto é simples de entendimento, Projeto de Lei nº 4.805, do Senador Alessandro Vieira. E, na verdade, a ideia aqui é enfrentar um problema que é muito comum no Brasil, para crimes principalmente praticados por organizações criminosas, inclusive tráfico de drogas: as testemunhas não têm coragem de aparecer, Senador Petecão, a grande parte dos assassinatos relacionados ao tráfico de drogas que acontecem nos centros, periferias da cidade, muitas vezes, tem testemunhas, mas não tem nenhuma delas disposta a arriscar a sua vida.

Então, o projeto do Senador Alessandro, que ora eu relato, basicamente tem por objetivo estabelecer um mecanismo de preservação da identidade dessas testemunhas, mas também com salvaguardas para evitar, evidentemente, o falso testemunho, à semelhança do que fazem vários outros países, inclusive na União Europeia, onde vários outros países adotam mecanismos semelhantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vou ao relatório.

Vem a esta Comissão o Projeto de Lei nº 4.805, de 2020, do Senador Alessandro Vieira, que altera a Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, e a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para criar a medida excepcional de reserva da identidade das testemunhas.

O projeto de lei, preocupado com a segurança das pessoas que representem contra atos ilícitos, de natureza cível ou criminal, e possam sofrer retaliações, prevê a possibilidade de o representante requerer a reserva da sua identidade, que consiste na confidencialidade da sua pessoa, dos seus dados pessoais e de seu paradeiro.

Também são estabelecidas no PL as seguintes compensações, com vistas a equilibrar o contraditório e a ampla defesa:

i) o juiz deve conhecer a identidade do informante e ter a possibilidade de observar o seu comportamento e fiabilidade durante o depoimento;

ii) o réu ou seu defensor podem questionar indiretamente a testemunha, salvo sobre questões relacionadas à sua identidade ou paradeiro atual;

iii) o depoimento não deve ser o único ou decisivo fundamento para a condenação criminal e deve ser avaliado em conjunto com as demais provas e as objeções da defesa.

Na justificação, o autor da proposta sustenta que a legislação brasileira não oferece medidas de proteção eficientes às testemunhas que sejam ameaçadas ou sofram retaliações ou punições indevidas. Aponta que a diretiva aprovada pela União Europeia, em 2019, prevê um relevante instrumento de incentivo às denúncias de crimes e de atos ilícitos em geral, qual seja, a reserva de identidade do informante, que salvaguarda a confidencialidade da identidade do informante durante o processo de denúncia e dos inquéritos e previne retaliações.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

Passo à análise.

O PL nº 4.805 cria a medida excepcional de reserva da identidade das testemunhas, tanto no processo penal como no processo civil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entendemos que o projeto é meritório, pois dá um importante passo para a criação de uma cultura de proteção às testemunhas no Brasil e, no caso específico, também dentro do serviço público, mas também relacionados a outros crimes, em especial os praticados por organizações criminosas.

Os regramentos propostos se mostram devidamente balanceados, pois, ao mesmo tempo em que se cria um dever legal de agir, no caso, a obrigação de representar contra ato ilícito de interesse público, no caso de servidor público, também se prevê o direito da reserva da identidade, voltado a garantir proteção àquele que representar.

O PL ainda traz para o processo judicial previsões semelhantes às feitas pela Lei nº 13.608 – Lei do Informante do Bem –, a qual também poderá ser aplicada em favor da testemunha.

Já as medidas de compensação dispostas nos incisos I a IV do §2º do art. 15-A da Lei de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, nos incisos I a IV do §2º do art. 463-A do CPC e nos incisos I a IV do §2º do art. 242-A do Estatuto dos Servidores Públicos deixam o processo de apuração mais equilibrado e, do nosso ponto de vista, tornam esse regramento bastante razoável.

Nesse ponto, cabe lembrar que a Corte Interamericana de Direitos Humanos vem utilizando compensações semelhantes em seus julgados, quando analisa, por exemplo, se uma condenação foi fundamentada unicamente ou em grau decisivo no depoimento prestado pela testemunha com identidade reservada ou se a decretação da reserva de identidade teve motivação explícita e razoável.

Entendemos que a revogação do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 8.112, de 1990, é uma mudança pertinente, haja vista a existência de outros canais para a realização de denúncias, tais como as unidades de ouvidoria e correição.

Por fim, com vistas a aperfeiçoar o PL, estamos apresentando emendas ao final: primeiro, para prever o dever de sigilo sobre os dados pessoais e paradeiro de testemunha ou vítima protegida sempre que for decretada a preservação da identidade; além disso, para tipificar como crime a conduta de quem revelar a identidade, dados pessoais, imagem ou localização de testemunha ou vítima cuja preservação da identidade for decretada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Registro aqui, por oportuno, que essas mudanças, essas emendas foram acordadas com o autor do projeto.

Passo ao voto, então, Presidente.

Com essas considerações, somos pela aprovação do Projeto de Lei 4.805, com as seguintes emendas abaixo:

> EMENDA Nº - CSP
> Acrescente-se ao art. 15-A da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, de que trata o art. 2º do Projeto de Lei nº 4.805, de 2020, o seguinte § 3º:
> "Art. 15-A.....
> .....
> § 3º Decretada pelo juiz a preservação de identidade, o juiz, o Ministério Público, a autoridade policial e todos os servidores públicos que tiverem acesso à informação terão o dever de resguardar os dados pessoais e de paradeiro da testemunha ou da vítima protegida."

Outra emenda:

> EMENDA Nº - CSP
> Acrescente-se ao Capítulo III da Lei nº 9.807 [...], de que trata o art. 2º do Projeto de Lei nº 4.805 [...], o seguinte art. 15-B:
> "CAPÍTULO III
> DA RESERVA DA IDENTIDADE DAS TESTEMUNHAS
> Art. 15-A.....
> .....
> Art. 15-B. Revelar a identidade, dados pessoais, imagem ou localização de testemunha ou vítima cuja preservação da identidade foi decretada pelo juiz:
> Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.
> Parágrafo único. A pena é aumentada até o dobro se da conduta resulta a efetiva prática de ameaça ou de violência contra a testemunha ou a vítima protegida ou sua família."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma emenda:

EMENDA Nº - CSP

Acrescente-se ao art. 463-A da Lei nº 13.105 [...] – Código de Processo Civil –, de que trata o art. 3º do Projeto de Lei nº 4.805 [...], o seguinte § 3º:

"Art. 463-A.....

.....

§ 3º Decretada pelo juiz a preservação de identidade, o juiz, o Ministério Público, a autoridade policial e todos os servidores públicos que tiverem acesso à informação terão o dever de resguardar os dados pessoais e de paradeiro da testemunha ou da vítima protegida."

Última emenda:

EMENDA Nº - CSP

Acrescente-se ao art. 242-A da Lei nº 8.112 [...], de que trata o art. 4º do Projeto de Lei nº 4.805 [...], o seguinte § 4º:

"Art. 242-A.....

.....

§ 4º Decretada pelo juiz a preservação de identidade, o juiz, o Ministério Público, a autoridade policial e todos os servidores públicos que tiverem acesso à informação terão o dever de resguardar os dados pessoais e de paradeiro da testemunha ou da vítima protegida."

É o voto, então, Sr. Presidente.

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador André Amaral, com a palavra.

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Aqui, como membro da Comissão de Segurança Pública, com muita atenção ao relatório do Senador, brilhante Senador Sergio Moro – inclusive, quero agradecer as palavras, o carinho e, como Senador, prestar contas à Paraíba acerca do que a mim foi confiado, delegado por Efraim, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

me deu a oportunidade de aqui ter assento no Senado, participando desta tão importante Comissão.

Permitam-me: na Paraíba, na cidade de Lagoa Grande, ontem, sobre segurança pública e garantia às testemunhas para preservar sua identidade... Repito: ontem, na cidade de Lagoa Grande, um cidadão foi preso e, já algemado – está filmado, documentado –, o policial bateu fortemente no cidadão. Está tendo uma comoção pública na cidade. A sociedade tem receios. E como é importante essa matéria, ir lá, testemunhar... Graças a Deus, está tudo documentado, tudo filmado.

Então, diante da complexidade desta matéria, eu, muitíssima vênia, peço vista desta matéria para melhor análise.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Esta Presidência, diante do pedido do nobre Senador André Amaral, concede vista ao nobre Senador. (*Pausa.*)

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 49, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa no estado do Pará, com o objetivo de conhecer as ações que têm sido implementadas pelo Governo do Estado do Pará na busca e localização de pessoas desaparecidas e, assim, possibilitar a elaboração de um relatório final de avaliação da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas mais propositivo e assertivo por parte desta Comissão.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF) e outros

O nosso colega Sergio Moro subscreveu o requerimento e vai fazer a leitura dele.

Passo a palavra ao Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para encaminhar.) – Então, subscrevendo aqui o requerimento, agradeço ao Senador Petecão.

Requerimento 49, de 2024.

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa no Estado do Pará, com o objetivo de conhecer as ações que têm sido implementadas pelo Governo do Estado do Pará na busca e localização de pessoas desaparecidas e, assim, possibilitar a elaboração de um relatório final de avaliação da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas mais propositivo e assertivo por parte desta Comissão. Entre 2015 e 2023, no Estado do Pará, desapareceram mais de 11 mil pessoas, uma média de três por dia, e foram localizadas menos de 1,4 mil, cerca de 12% apenas do total de desaparecidos.

O requerimento apresentado pela Senadora Damares Alves tem por objetivo incrementar a instrução das audiências e providências que têm sido tomadas por esta Comissão em relação a essa política de pessoas desaparecidas.

Na justificativa, registro aqui a referência ao desaparecimento de Elisa Ladeira Rodrigues, de dois anos, ocorrido em setembro de 2023, em Anajás, no Marajó, e que até o momento não foi encontrada. Além disso, tem notícia de que a família tem sido ameaçada pelos prováveis sequestradores nos últimos meses, mesmo após a prisão do principal suspeito do desaparecimento de Elisa.

Tendo em vista o atual cenário relativo a desaparecimentos no Estado do Pará e considerando a competência desta Comissão em avaliar e contribuir para a efetividade da legislação que institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, é que se justifica esta solicitação de realização de diligência no Estado do Pará. Acredita-se que os desafios observados na implementação dessa política possam lançar luz e contribuir para a proposição de aprimoramentos legais por esta Casa Legislativa.

É esse o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Foi aprovado...

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Sim, senhor.

Desculpa.

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Os desaparecidos, não só no Estado do Pará... Aliás, é um estado, é um país o Pará, o Grão-Pará, hoje Pará. É muito preocupante.

Na Paraíba, tivemos também o desaparecimento de uma criança. Tem um ano e meio que dela nunca mais se teve notícia. Inclusive a Senadora Damares me convidou para que pudéssemos, em comissão, visitar a família.

O Senador Sergio Moro, com muita propriedade, muita competência... Eu acompanho o voto do Senador Sergio Moro, porque é de relevância e importância para este país reencontrar os nossos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O requerimento foi aprovado, da nossa colega Senadora Damares, e aqui lido pelo Senador Sergio Moro.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

Agradeço a presença de todos os Srs. Senadores que sempre prestigiam esta Comissão.

(*Iniciada às 11 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Sérgio Petecão e Sergio Moro, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Leila Barros, Izalci Lucas, Rodrigo Cunha, Vanderlan Cardoso, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Angelo Coronel, Eduardo Girão, Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia e Otto Alencar, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton, Omar Aziz, Rogério Carvalho, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro e Jorge Seif. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Resolução do Senado n° 23, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Institui a Frente Parlamentar de Defesa da Polícia Penal." **Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1676, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal, que assegurem a incolumidade das comunidades escolares dos respectivos sistemas de ensino, nas condições que especifica." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 16, de 2024 - Terminativo -** que: "Institui o Livro Nacional do Mérito na Segurança Pública e altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que dispõe sobre a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), e a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), para dispor sobre mecanismos de reconhecimento e premiação aos profissionais de segurança pública e defesa social." **Autoria:** Senador Flávio Dino (PSB/MA). **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com três emendas que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado o projeto, com as Emendas nºs 2-CSP e 3-CSP e com a Subemenda Substitutiva nº 1-CSP à Emenda nº 1. **Observação:** Durante a reunião, é apresentada e lida pelo relator, Senador Sérgio Petecão, nova complementação de voto, pela aprovação do projeto, com a aprovação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Emenda nº 1 na forma da Subemenda Substitutiva, e com duas emendas que apresenta. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4805, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, e a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para criar a medida excepcional de reserva da identidade das testemunhas." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com quatro emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto, com as Emendas nºs 1-CSP, na forma da alteração de redação apresentada, 2-CSP, 3-CSP, 4-CSP, 5-CSP e 6-CSP. **Observação:** Durante a reunião, é apresentada pelo relator, Senador Sergio Moro, complementação de voto, pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1, com ajuste redacional, das quatro emendas apresentadas anteriormente, com mais uma emenda que apresenta. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 50, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em Santa Catarina, com o objetivo de conhecer o Programa SOS Desaparecidos da Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC) e, assim, possibilitar a elaboração de um relatório final de avaliação da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas mais propositivo e assertivo por parte desta Comissão. Criado em 2012 com a finalidade de localizar e ajudar a retornar pessoas desaparecidas no estado, o Programa é referência nacional na solução de casos de pessoas desaparecidas no país." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovada a inclusão do item como extrapauta. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 51, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa no Distrito Federal, com o objetivo de conhecer as ações que têm sido implementadas pelo Departamento de Polícia Técnica da Polícia Civil do Distrito Federal, que reúne o Instituto de Criminalística - IC, Instituto de Identificação - II, o Instituto de Medicina Legal – IML e o Instituto de Pesquisa e DNA Forense - PDNA), responsáveis pela emissão de laudos periciais a partir de vestígios localizados, inclusive, de pessoas desaparecidas. O Distrito Federal (DF) aparece atualmente com a maior taxa de desaparecimento do país, com média anual superior a 92 casos por mil habitantes." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovada a inclusão do item como extrapauta. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Sérgio Petecão
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/29

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Aprovação da ata.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 29ª Reunião, realizada no dia 15 de outubro.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Objetivos e diretrizes desta reunião.

A presente reunião destina-se à deliberação de itens constantes da pauta.

A Presidência esclarece que, nas votações nominais, os Senadores poderão votar tanto nos computadores localizados neste plenário quanto por meio do aplicativo Senado Digital, desde que tenham registrado a presença pessoalmente na Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 23, DE 2024

- Não terminativo -

Institui a Frente Parlamentar de Defesa da Polícia Penal.

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria seguirá ao Plenário.

Passo a palavra ao Senador Sergio Moro para a leitura do seu relatório.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Esse projeto foi apresentado pela Senadora Dorinha e é bem oportuno, porque, de fato, a Polícia Penal é uma das categorias mais importantes da segurança pública, mas, infelizmente, ela é continuamente negligenciada.

Eu até tive a oportunidade de ser corregedor, quando juiz, de presídios federais e também, como Ministro da Justiça, tive bastante contato com os policiais penais. E é um trabalho muito árduo, porque é um contato constante com as pessoas que estão presas, às vezes criminosos perigosos que oferecem ali risco. E, evidentemente, aquelas pessoas que estão presas nunca estão satisfeitas, pela própria situação de reclusão. Então, é um ambiente muito pesado até para o trabalho, e essa iniciativa foi muito oportuna.

Mas vou rapidamente aqui ao relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem à análise desta Comissão de Segurança o Projeto de Resolução do Senado 23, de 2024, de autoria da Senadora Professora Dorinha Seabra, que institui a Frente Parlamentar de Defesa da Polícia Penal, com objetivo de fortalecer a categoria dos policiais penais, garantir melhores condições de trabalho e influenciar políticas públicas de interesse da categoria.

De acordo com a proposição, a Frente Parlamentar se reunirá no ambiente do Senado preferencialmente; será integrada por Senadores que assinarem sua ata de instalação, podendo a ela aderir outros membros do Congresso Nacional; será regida por seu regulamento interno ou, na falta desse, por decisão da maioria absoluta de seus integrantes.

Na justificação, a autora do projeto enfatiza a necessidade de fortalecer a categoria dos policiais penais, cuja missão crucial de garantir a segurança dos estabelecimentos penais é comprometida por condições precárias e violentas, que causam aos agentes desgaste físico e psicológico.

Vou para a análise.

Compete a esta Comissão opinar sobre proposições pertinentes às polícias e ao Sistema Penitenciário, conforme Regimento Interno do Senado.

A proposição é meritória, pois cria, no âmbito do Senado Federal, mais um fórum de debates de segurança pública, visando à valorização e ao fortalecimento das polícias penais brasileiras.

E, na linha do que eu já argumentei antes, o desgaste, os riscos a que são submetidos os policiais penais são inegáveis, e é de interesse de toda a sociedade, é de interesse público que essa categoria seja valorizada não como um privilégio, mas, sim, diante do papel importante, da função importante que elas exercem dentro da segurança pública.

A criação da Frente Parlamentar de Defesa da Polícia Penal é uma resposta oportuna à Emenda Constitucional nº 104, de 2019, que elevou as polícias penais ao *status* de órgãos de segurança pública constitucionalmente reconhecidos. Esta iniciativa visa promover o aprimoramento das políticas públicas voltadas a esses profissionais, que estão na linha de frente no combate à criminalidade no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 23, de 2024, reiterando aqui meus elogios à autora da proposição, a Senadora Dorinha Seabra.

É como voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

A votação do relatório apresentado será simbólica.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Resolução do Senado nº 23, de 2024.

A matéria vai ao Plenário.

Item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 16, DE 2024

- Terminativo -

Institui o Livro Nacional do Mérito na Segurança Pública e altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que dispõe sobre a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), e a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), para dispor sobre mecanismos de reconhecimento e premiação aos profissionais de segurança pública e defesa social.

Autoria: Senador Flávio Dino (PSB/MA)

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do projeto, com três emendas que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, com parecer favorável;

2. Em 13/8/2024, foi concedida vista ao Senador Flávio Bolsonaro;

3. Em 3/9/2024, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Flávio Bolsonaro;

4. Em 8/10/2024, foi lida complementação de voto pelo relator, Senador Sérgio Petecão, pela rejeição da Emenda nº 1;

5. Em 29/10/2024, é apresentada pelo relator, Senador Sérgio Petecão, nova complementação de voto, pela aprovação do projeto, com a aprovação da Emenda nº 1 na forma da subemenda substitutiva, e com as duas emendas que apresenta;

6. A votação será nominal.

Como Relator desta matéria, eu pediria aqui ao nobre Senador Sergio Moro que pudesse presidir aqui para que eu pudesse fazer aqui a leitura do meu parecer.

Por favor. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Então, retomamos aqui a sessão na Presidência *ad hoc* para permitir o exercício da relatoria pelo Senador Petecão.

Projeto de Lei nº 16, de 2024, terminativo, que institui o Livro Nacional do Mérito na Segurança Pública, para dispor sobre mecanismos de reconhecimento e premiação aos profissionais de segurança pública e defesa social, de autoria do então Senador Flávio Dino, relatoria do Senador Sérgio Petecão e relatório pela aprovação do projeto, com três emendas que apresenta, e pela rejeição da Emenda 1.

A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, com parecer favorável; nesta Comissão foi concedida vista ao Senador Flávio Bolsonaro; em 3/9/2024, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Flávio Bolsonaro; em 8/10/2024, foi lida complementação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de voto pelo relator, Senador Sérgio Petecão, pela rejeição da Emenda nº 1; em 29/10/2024, foi apresentada nova complementação de voto pelo Relator, pela aprovação da Emenda nº 1, na forma da subemenda substitutiva e das Emendas nºs 2 e 3.

A votação será nominal.

Passo a palavra ao Relator, Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Como Relator.) – Obrigado, Senador Sergio Moro, pela sua disponibilidade de sempre estar ajudando aqui nos trabalhos desta Comissão.

Complementação de voto ao relatório apresentado ao PL 16, de 2024, da relatoria do Senador Sérgio Petecão.

Relatório.

Na 25ª reunião da Comissão de Segurança Pública (CSP) de 2024, realizada em 13 de agosto, foi lido o relatório ao Projeto de Lei nº 16, de 2024, e concedida vista ao nobre Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ), nos termos do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal.

Após essa data, em 3 de setembro de 2024, foi apresentada uma única emenda perante esta Comissão de Segurança Pública (Emenda nº 1), de autoria do Senador Flávio Bolsonaro, por meio da qual se busca estabelecer critérios objetivos para a condecoração, evitando que a inscrição se dê de modo discricionário ou baseada em critérios meramente políticos.

Na 28ª Reunião da Comissão, de 2024, realizada no dia 8 de outubro, foi apresentado o Requerimento nº 48, de 2024, desta Comissão, de autoria do Senador Flávio Bolsonaro, de destaque para votação em separado da Emenda nº 1. Foi, então, lida a complementação de voto, pela aprovação do projeto, com a apresentação de emendas, e pela rejeição da Emenda nº 1. Iniciada a discussão, a apreciação da matéria foi adiada.

Análise.

Fica mantida a análise do relatório apresentado na 25ª Reunião da Comissão de Segurança Pública até o último parágrafo da seção de análise. A partir desse ponto, segue a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

análise atualizada: quanto à Emenda nº 1, de autoria do Senador Flávio Bolsonaro, reputo que merece parcial acatamento.

O PL trata das linhas gerais da inscrição no Livro Nacional do Mérito na Segurança Pública, de modo que me parece mais adequado remeter ao regulamento questões como o detalhamento dos critérios a serem adotados para a concessão da homenagem e o local em que ficará exposto o livro.

Por outro lado, tenho por conveniente, na linha proposta pelo ilustre Senador, que seja a própria lei a estabelecer a competência do Congresso Nacional para decidir sobre os nomes que serão inscritos no livro, bem como fixar as linhas gerais do procedimento e a data do recebimento das indicações pelas Comissões de Segurança Pública de ambas as Casas Legislativas.

Vamos às emendas.

EMENDA Nº – CSP

Dê-se ao art. 5º do PL nº 16, de 2024, a seguinte redação:

"Art. 5º A Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

'Art. 9º .....

§ 2º .....

VIII – polícias penais;

.....

XVIII – Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen);

XIX – secretarias estaduais de administração penitenciária ou congêneres.

.....' (NR)

'Art. 42-B. .....

XVI – critérios para concessão de premiações aos profissionais de segurança pública e defesa social, ou seus sucessores, como reconhecimento do Estado Brasileiro à excepcional dedicação, profissionalismo e comprometimento em suas atuações, comprovadas pela inscrição no Livro Nacional do Mérito na Segurança Pública.' (NR)"

EMENDA Nº – CSP

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dê-se ao inciso XIII do art. 5º da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, alterado pelo art. 6º do PL nº 16, de 2024, a seguinte redação:

"Art. 6º .....:

'Art. 5º .....

XIII – concessão de premiações aos profissionais de segurança pública e defesa social por excepcional dedicação, profissionalismo e comprometimento, comprovadas pela inscrição no Livro Nacional do Mérito na Segurança Pública, conforme regulamento.

....." (NR)"

É isso, Sr. Presidente.

Lidas aqui as emendas que foram efetuadas por este Relator, está lido o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Parabenizo o Relator Sérgio Petecão pela apresentação.

É um projeto, permita-me dizer, relativamente simples, mas importante, porque vem reconhecer o mérito daqueles até heróis da segurança pública. E é preciso ter um mecanismo formal para se reconhecer isso, porque hoje o que a gente vê, Senador Petecão, é um país que celebra bandido. Tem bandido sendo premiado, tem bandido sendo beneficiado, e acho que tem que se fazer um contraponto a isso.

Cai bem este projeto exatamente para lembrar que tem gente honesta no país, tem gente que se dedica e a gente não concorda com essa cultura de celebrar bandido, seja o bandido que rouba na rua, seja o bandido que rouba nos prédios públicos, seja essas organizações criminosas, seja aqueles que comandam o crime de dentro da prisão.

Então, faço aqui o meu elogio ao projeto e ao trabalho de relatoria de V. Exa.

Com isso eu abro a palavra aqui para discussão.

Alguém tem algo a discutir, algo a falar?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Já foi muito discutido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Já o foi amplamente.

E cabe elogiar a paciência de V. Exa. pelas sucessivas vistas.

Senador Girão?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu queria... O Presidente Petecão vai reassumir a Presidência ou não?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Agora!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pronto! Eu o espero retornar.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Então está bom.

Para a discussão desta matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal.

Em votação o PL 16, de 2024, as emendas e a subemenda, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

(*Procede-se à votação.*)

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... votem remotamente ou presencialmente. (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Vai aguardar a votação para... Eu digo para fazer a transferência?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem que aguardar?

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Tem, tem que aguardar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tem que aguardar?

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Um minuto só. (*Pausa.*)

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... para inverter um pouco a ...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Presidente, são quantos votos que se precisa?

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Hã?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – São quantos votos para o quórum? São sete? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Dez.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, eu peço um pela ordem aqui. Pode? Posso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, eu sei que daqui a pouco o senhor passará a Presidência para o nosso querido irmão, o Senador Petecão, do Acre, do Estado abençoado do Acre. Mas, já que ele está aqui conosco agora, eu queria fazer um pedido, um apelo ao senhor. Tem requerimento meu aprovado desde o ano passado, aqui nesta Comissão, do qual não foi marcada audiência pública ainda. Então, eu quero fazer um apelo para não ter que ficar repetindo em toda sessão, especialmente ao senhor, que é colega eleito pelo Estado do Acre, da mesma forma que eu fui pelo Estado do Ceará. A regra da boa convivência é o respeito. Então, eu queria apenas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

marcasse – pode ser segunda, pode ser sexta... Eu estou aqui todos os dias. E é tão importante a gente realizar essa audiência pública, para uma parcela significativa da população brasileira que está aguardando isso.

Uma é sobre a questão da situação dos presos de 8 de janeiro, que culminou com o falecimento do Sr. Cleriston Pereira da Cunha. A outra é com o objetivo de debater as condições de trabalho e o respectivo impacto na saúde mental das forças de segurança pública do Brasil. A outra é sobre a questão do objetivo de discutir medidas de combate à prática do tráfico humano, uma pauta, inclusive, muito forte da Senadora Damares Alves: tráfico humano. E outra com o objetivo de discutir temáticas dos jogos de azar na visão da segurança pública.

Eu queria pedir prioridade, como um deles já foi solicitado desde o ano passado, o mais antigo aqui, que é a questão da situação dos presos do 8 de janeiro, que culminou com o falecimento do Sr. Cleriston Pereira da Cunha.

Tem uma lista de nomes aprovados por todos nós, e a gente manda. Quem não quiser vir, não vem. Não é obrigado vir, não é convocação, mas a gente precisa realizar esta audiência pública.

Eu peço ao senhor que apenas marque a data, porque eu tenho pedido insistentemente aqui à Secretaria, e, infelizmente, a gente precisa da autorização do senhor.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Pela ordem.) – Presidente, se o senhor me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Claro, claro.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – ... até porque acho que o colega vai ter...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Eu vou ter que sair.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Ele vai ter que sair.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o senhor vai ter que ouvir.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Vou ouvir.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Até porque senão só fica a verdade dele, entendeu? E não é a verdade verdadeira.

Até em respeito a V. Exa., que estava disputando a eleição lá no seu estado, a nossa assessoria entrou em contato com o senhor várias vezes e lhe ofereceu a opção de o senhor escolher uma audiência, e o senhor não tomou uma decisão.

Não...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O senhor está, em primeiro lugar, dizendo...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, eu estou...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... que é verdade verdadeira o que eu estou falando. E eu exijo respeito, porque eu não estou mentindo.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, o senhor não está mentindo, está faltando com a verdade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu não estou mentindo. Eu não sou de fazer isso.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, não está mentindo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A informação é que não chegou para mim isso.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Mas o senhor não disputou a eleição, não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Disputei.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Ah, tá!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E qual é o problema?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Mas o senhor queria, o senhor disputando a eleição...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não tenha... Rapaz, é o meu dever aqui no Senado Federal. Eu não deixei de vir nem um dia. Eu não me licenciei, não.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, não é verdadeiro isso. O senhor está faltando com a verdade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O quê?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Porque eu nunca faltei a uma sessão aqui e o senhor não estava aqui todo dia.

Este cidadão aqui está aqui todo dia. E esse que está aí do seu lado aí também.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Deixe-me falar uma coisa para o senhor, Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Pode falar, pode falar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu nunca tive uma falta no Senado Federal.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, estou falando nesta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não me licenciei. Não me licenciei.

Sou um dos Parlamentares que tem zero falta no Senado Federal, desde o dia 1º de fevereiro de 2019.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, sobre a falta no Senado, eu não posso lhe responder, porque quem tem que responder é o Presidente Rodrigo Pacheco.

Eu tenho que responder por esta Comissão. Por esta Comissão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Esta Comissão... A gente tem outras ao mesmo tempo também.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Ah, mas, então, o senhor...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu não posso, eu não posso estar sempre aqui. Agora, na hora que marcar, eu estarei aqui.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Olhe ali, o seu assessor está ali...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Francisco, foi marcado isso? (*Pausa.*)

Não, eu quero saber se foi, porque não chegou para mim a opção.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Acho que...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, porque senão fica só na verdade dele, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... se me permitirem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tem que marcar, tem que marcar.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O que ele está falando não é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Se me permitem a intervenção...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, o que não é verdade é o que o senhor está falando.

Desculpe-me, Senador Petecão.

Se eu tivesse recebido... Eu cobro sempre essa audiência pública. Se eu tivesse recebido a informação de que o senhor tinha autorizado, eu já teria marcado.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, o senhor teve a opção de escolher. Eu não posso...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu escolho a do dia 8 de janeiro há muito tempo.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Ah, mas o senhor tem que entender que o senhor foi o Parlamentar que mais realizou audiência nesta Casa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Isso.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Isso é fato.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Isso é importante.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Isso é importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E como o senhor estava... Até em respeito a V. Exa., porque subentende-se... O senhor estava disputando uma eleição e eu achei que era de verdade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E é de verdade, só que eu tenho as minhas obrigações aqui no Senado.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, mas o senhor não pode disputar uma eleição e eu lhe pressionar para fazer audiência pública.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, mas não é pressionar, sou eu que estou pedindo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Aí, eu vou me permitir fazer a intervenção. Ambos já falaram e provavelmente houve uma questão de comunicação, as perspectivas são diferentes, as opiniões são diferentes.

Acho que o importante é olhar para frente e marcar essa audiência, mas os pontos de vista de ambos já foram registrados na audiência aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não, eu entendi.

Ambos tiveram a oportunidade de registrar suas posições. Creio que, se prosseguirmos, nós teremos só a reiteração desses posicionamentos.

Acho que podemos encerrar a votação aqui... (*Pausa.*)

(*Procede-se à apuração.*)

Então, aprovado o projeto de lei: 10 votos favoráveis, nenhum voto contrário.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2024, com as Emendas nºs 2-CSP e 3-CSP e com a Subemenda Substitutiva nº 1-CSP à Emenda nº 1.

A decisão da Comissão será comunicada ao Presidente do Senado Federal, para a ciência do Plenário e publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Registro mais uma vez minhas congratulações ao autor do projeto e ao Relator do projeto.

Ditas essas palavras, encerro a minha breve Presidência aqui.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu lhe agradeço pela condução dos trabalhos desta Comissão. (*Pausa.*)

Item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 4805, DE 2020

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, e a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para criar a medida excepcional de reserva da identidade das testemunhas.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela aprovação do projeto, com quatro emendas que apresenta.

Observações:

1. Em 15/10/2024, foi lido o relatório e concedida vista ao Senador André Amaral;

2. Em 16/10/2024, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Hamilton Mourão;

3. A votação será nominal.

A votação nominal será feita nos termos do relatório apresentado.

Passo a palavra ao nobre Senador Sergio Moro, para dar parecer sobre a Emenda nº 1.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para complementação de voto, só para situar os colegas, é um projeto do Senador Alessandro Vieira que estabelece, em circunstâncias excepcionais, a possibilidade de preservação da identidade da testemunha; testemunha que, infelizmente, num país como o nosso, em que se tem criminalidade violenta, em que se tem criminalidade espalhada, fica muitas vezes sujeita a retaliações.

Então, o projeto prevê a possibilidade do reforço à proteção das testemunhas, especialmente na Lei 9.807, mas também na 13.105 e na 8.112, a possibilidade de se preservar a identidade das testemunhas. Prevê, daí, salvaguardas, garantias, para que não fique também desprotegido o direito de defesa, que, normalmente, envolve o direito de conhecer quem é a testemunha, aqui excepcionalizado, mas com salvaguardas em situações excepcionais.

Vou ao complemento de voto em relação à Emenda nº 1, com alguns ajustes que foram sugeridos a este Relator.

Na última sessão desta Comissão, no dia 15 de outubro de 2024, oferecemos relatório pela aprovação do Projeto de Lei 4.805, do Senador Alessandro Vieira, que cria a medida excepcional de reserva da identidade das testemunhas.

Foi concedida vista, nos termos do Regimento.

Posteriormente foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do ilustre Senador Hamilton Mourão, que propõe que a reserva de identidade também possa ser decretada a requerimento da vítima, da testemunha, da autoridade policial ou do Ministério Público, em processos por crimes praticados por organizações criminosas ou pelos crimes previstos na Lei 11.343, a Lei Antidrogas.

Entendemos que a emenda deve ser acolhida. Situações que envolvem riscos significativos a vítimas e testemunhas, como é o caso de processos relativos a crimes praticados por organizações criminosas ou previstos na Lei Antidrogas, sempre demandam maior cuidado. Assim, ao se incluir o Ministério Público e as autoridades policiais entre os legitimados para requerer a decretação da reserva da identidade, amplia-se a proteção dos envolvidos, pois tais autoridades, muitas vezes mais que as próprias vítimas ou testemunhas, sabem identificar se os investigados ou acusados estão envolvidos com facções, organizações criminosas ou com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tráfico ilícito de entorpecentes de grande porte e se, por esse motivo, há maior possibilidade de intimidações ou represálias.

Aqui, faço um adendo verbal, Senadora Damares: nas periferias das cidades, assassinatos envolvendo disputas por drogas desses grupos organizados são muito comuns. Tenho certeza de que isso acontece em todas as cidades do país, inclusive aqui no Distrito Federal, e normalmente tem testemunhas, as pessoas sabem, mas ninguém tem coragem de falar, porque sabe que vai ficar desprotegido. O projeto vem exatamente nessa linha, para trazer alguma proteção para essas testemunhas.

Estamos fazendo, ainda, um pequeno ajuste de redação, com a finalidade de atender à melhor técnica legislativa. O ajuste seria feito no art. 242-A, que está sendo proposto para a Lei 8.112, na forma do art. 4º do PL. Estamos deixando o *caput* deste artigo com referência apenas aos servidores públicos e fazendo a previsão das outras pessoas que prestem serviço à administração pública, por qualquer vínculo, em um parágrafo. A medida aqui é oportuna, já que são categorias diferentes: os servidores, que têm um dever legal mais robusto, e os prestadores de serviço à administração pública, em relação aos quais, embora seja pertinente esse mesmo dever, é preciso ter um tratamento separado.

Diante disso, em complemento ao relatório apresentado em outubro de 2024 – vou ao voto –, votamos pela aprovação do Projeto de Lei 4.805, com as emendas que apresentamos, e da Emenda nº 1, apenas aqui com uma renumeração do §3º para "§4º", e com a emenda abaixo:

> EMENDA Nº – CSP
> Dê-se ao art. 242-A da Lei nº 8.112 [...], de que trata o art. 4º do Projeto de Lei nº 4.805, de 2020, a seguinte redação:
> "Art. 242-A. Todo servidor público tem o dever de representar contra ato ilícito de interesse público, omissão ou abuso de poder de que tome conhecimento em razão do seu trabalho.
> .....
> § 5º O disposto neste artigo também se aplica à pessoa que preste serviço à Administração Pública, por qualquer vínculo."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, só para deixar claro, também estou acolhendo a emenda apresentada pelo Senador Hamilton Mourão, só que com uma renumeração do §3º para "§4º", por questões de ajustes técnicos que a assessoria acabou me trazendo.

É como voto, então, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Passo a palavra para os Senadores que queiram discutir.

Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, eu quero cumprimentar o Senador Moro pelo voto e também o Senador Mourão pela adequação, pela contribuição.

Urge a necessidade de a gente aprovar essa matéria e de também encaminhar, Senador Moro, a discussão sobre a proteção à testemunha no país. As nossas equipes estão se falando já há um ano. Nós queremos entregar, Presidente, nesta Comissão ainda – se possível sob a sua Presidência –, uma proposta sobre a proteção da testemunha no Brasil. Esse projeto de lei já está fechando muitas brechas, mas a proteção à testemunha no Brasil tem que ser revista como um todo. Quando Ministros, eu e o Senador Moro, nós identificamos isso na hora de executar a política da proteção à testemunha.

Então, parabéns, Senador Moro, pelo relatório; Senador Mourão, pela contribuição. A gente dá um passo importante hoje – eu fico muito feliz. É a gente caminhar na direção de um projeto maior, de uma proposta maior para o país.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Agradeço as palavras, Senadora Damares.

Só registrando aqui também, por oportuno, a autoria, o mérito do Senador Alessandro Vieira, que apresentou esse projeto inicialmente. Essas alterações, inclusive, foram todas discutidas com o autor do projeto e têm a concordância dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No fundo, é um projeto absolutamente necessário e que se espelha até em melhores práticas que nós vemos no Direito Comparado da possibilidade da preservação da identidade das testemunhas. Aliás, o pessoal gosta muito de falar de desaparecimentos forçados.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Muitas vezes envolvem testemunhas que simplesmente desaparecem porque são assassinadas. E, muitas vezes, nós nem conseguimos descobrir o que aconteceu em relação a elas. Então, a preservação da identidade é uma das medidas fundamentais, sem excluir a necessidade de que a Lei 9.807 seja mais robusta no que se refere à sua execução material. Isso é algo que falo não em relação a esse específico momento, mas é algo que vem de muito tempo. Precisamos de mais recursos financeiros, inclusive, para o programa de proteção a testemunhas no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não havendo mais quem queira discutir, vamos à votação.

A votação será nominal.

Em votação o PL 4.805, de 2020, e as emendas nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com Relator, votam "sim".

(Procede-se à votação.)

Amigos Senadores, vamos aproveitar esse tempo aqui da votação, até para que nós não percamos tempo com coisas que eu não acho desnecessárias nesta Comissão, mas é preciso fazer esclarecimentos, porque senão só fica uma versão. E aqui nós temos várias pessoas que estão participando da nossa reunião e que prestigiam nossa Comissão. Aqui nós temos três Parlamentares que participam de todas as reuniões desta Comissão de Segurança Pública.

O episódio que foi relatado pelo colega é que, no dia 06/8, ele conversou aqui com esta Presidência e com os membros da nossa Comissão que seria feita uma audiência para tratar sobre jogos de azar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só que, no dia 13/8 – nós, inclusive, demos a Presidência para ele –, dos convidados que ele convidou não apareceu nenhum aqui. Qual a culpa que eu tenho? O senhor pode falar. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Mas foi ele que desmarcou? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Mas não foi isso que ele disse aqui.

Ele desmarcou a audiência pública. Aí o que ele quer agora é uma outra audiência pública, que é a 59. Ele diz que é uma audiência supertranquila. Ele está convidando aqui o Ministro Alexandre de Moraes, ele está convidando aqui o Ministro da Justiça – à época, ainda era o Flávio Dino, agora ele está convidando o Lewandowski –, ele está convidando aqui vários ministros, várias autoridades.

Até porque tem o assessor dele aqui, eu quero comunicar que ele pode marcar o dia que ele quiser, mas quem irá presidir essa audiência pública serei eu. Então, ele pode escolher o dia, a data, a hora, sábado, domingo, a hora que ele quiser, e eu estarei pronto para que a gente possa fazê-la, mas a audiência a que ele se refere não é supertranquila como ele fala aqui para todos nós.

É só para repor a verdade, porque senão fica a verdade dele.

Como foi dito aqui, uma vez, veio um colega. Nós tínhamos acabado de passar um mês discutindo sobre aquelas saidinhas. Depois que terminou, eu cedi a palavra para o colega, e ele disse: "Olha, esta Comissão tem que trabalhar mais, tem que fazer alguma coisa". (*Pausa.*)

Eu não entendi. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Está bom. Não tem problema, não.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Já deu quórum ou não? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, enquanto a gente aguarda um voto, eu só queria informar sobre dois requerimentos extrapauta; esses, sim, são simples, Presidente.

Nós estamos já quase na fase final do nosso trabalho de avaliação da política pública de pessoas desaparecidas. Já tivemos quatro audiências públicas, teremos a última nesta semana.

Aqui, Presidente, são mais duas diligências. Nós já temos uma diligência aprovada para o Estado do Pará. Nós queremos aprovar uma diligência para o Estado de Santa Catarina – nós vamos pegar estados extremos, como está acontecendo a política em estados um do norte e um do sul –, e uma para o DF; essa é supertranquila, já está tudo combinado com o Secretário de Segurança, que vai nos receber.

Então, é apenas isto: a aprovação de duas diligências para a continuidade do trabalho da avaliação da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas. São os Requerimentos 50 e 51. Assim que puder, a gente colocá-los em votação, e eu peço apoio aos pares.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Resultado: 11 votos SIM; nenhum voto NÃO.

Aprovado o Projeto de Lei nº 4.805, de 2020, com as Emendas nºs 1, desta Comissão, na forma da alteração de redação, 2, 3, 4, 5 e 6, todas desta Comissão.

A decisão da Comissão será comunicada ao Presidente do Senado Federal para publicação.

Inclusão extrapauta.

Há solicitação de inclusão dos Requerimentos nºs 50 e 51, de 2024, como extrapauta.

Consulto o Plenário se há alguma objeção em relação à inclusão dos requerimentos. (*Pausa.*)

Não havendo nenhuma objeção, vamos ao item 5, extrapauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 50, DE 2024

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em Santa Catarina, com o objetivo de conhecer o Programa SOS Desaparecidos da Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC) e, assim, possibilitar a elaboração de um relatório final de avaliação da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas mais propositivo e assertivo por parte desta Comissão. Criado em 2012 com a finalidade de localizar e ajudar a retornar pessoas desaparecidas no estado, o Programa é referência nacional na solução de casos de pessoas desaparecidas no país.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF).

Concedo a palavra à Senadora para a leitura do seu requerimento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, é uma diligência ao estado, como parte do que já está acontecendo aqui na Comissão, que é a avaliação da política pública, em cumprimento ao Regimento Interno, de busca de pessoas desaparecidas.

Santa Catarina se destaca, com um índice altíssimo de localização das pessoas desaparecidas; e nós queremos conhecer a prática para trazer a forma como eles estão conduzindo a política no estado como sugestão à política nacional.

Esse é o requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: está aprovado.

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 51, DE 2024

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa no Distrito Federal, com o objetivo de conhecer as ações que têm sido implementadas pelo Departamento de Polícia Técnica da Polícia Civil do Distrito Federal, que reúne o Instituto de Criminalística - IC, Instituto de Identificação - II, o Instituto de Medicina Legal – IML e o Instituto de Pesquisa e DNA Forense - PDNA), responsáveis pela emissão de laudos periciais a partir de vestígios localizados, inclusive, de pessoas desaparecidas. O Distrito Federal (DF) aparece atualmente com a maior taxa de desaparecimento do país, com média anual superior a 92 casos por mil habitantes.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF).

Concedo a palavra à ilustre Senadora para a leitura do seu requerimento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, no mesmo sentido do requerimento anterior, é uma atividade como parte da avaliação da política, só que no Distrito Federal nós vamos visitar os órgãos técnicos para ver a forma como está sendo conduzido o trabalho no Instituto de Criminalística, no Instituto de Identificação, no Instituto de Medicina Legal e no Instituto de Pesquisa e DNA Forense, ou seja, como eles estão conduzindo o trabalho na busca e na localização das pessoas desaparecidas no DF.

Esse é o requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Foi aprovado o requerimento da nossa nobre Senadora.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, eu vou fazer uso da tribuna hoje à tarde também para falar sobre isso, mas esta é a Comissão de Segurança Pública, e eu vou acabar registrando isso aqui.

O que a gente tem visto aí, essas decisões de anulação de condenação de casos de corrupção, casos graves, decisões em que... A gente respeita os Poderes, as instituições, e eu sempre fui contra qualquer espécie de ataque pessoal, mas o que a gente está vendo nesse Governo Lula é um completo esvaziamento do combate à corrupção no país. E isso tem suas consequências. Quem vai pagar o preço eleitoral por isso é esse Governo Lula que está aí, porque a gente sabe que isso tudo acontece sob a bênção desse Governo, sob a influência desse Governo.

Então, é lamentável que essas coisas venham ocorrendo. A gente quer sempre manter um equilíbrio, quer sempre manter um respeito em relação às instituições, agora o que a gente vê quando conversa com as pessoas lá fora é que as pessoas não compreendem, e as pessoas vão ficando cada vez mais revoltadas em relação a esse fato.

Vou falar na tribuna. Peço escusas a V. Exa. por ter tomado esse espaço nesta Comissão para colocar sobre isso.

E isso tudo está relacionado: o Estado insuficiente que nós temos na prestação de segurança pública para os cidadãos deste país, o avanço da criminalidade, a sensação de impunidade; tudo isso está relacionado, infelizmente. Um dia, talvez, este Brasil volte a ser um país de império da lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Agradeço a participação do Senador Sergio Moro.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

Peço desculpa pela discussão inoportuna, que não ajuda em nada.

Um abraço.

(*Iniciada às 11 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e quarenta e sete minutos do dia trinta de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Comunicação e Direito Digital com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Zenaide Maia, Paulo Paim, Flávio Arns, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Teresa Leitão e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Giordano, Veneziano Vital do Rêgo, Zequinha Marinho, Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Rogério Carvalho, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 6256, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Linguagem Simples nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao projeto com 4 (quatro) emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 4-CCDD. A matéria vai à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle - CTFC. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 416, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação, Cultura e Cidadania do Barro Vermelho para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Crato, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira (*Ad hoc*), substituiu Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da CCDD pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações (REQ 98/2024-CCDD). **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 510, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Vitória de Radiodifusão - ACVR para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Contagem, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira (*Ad hoc*), substituiu Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da CCDD pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações (REQ 99/2024-CCDD). **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 388, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária Lagartense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lagarto, Estado de Sergipe." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira (*Ad hoc*), substituiu Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da CCDD pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações (REQ 100/2024-CCDD). **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 523, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Filhos e Amigos de Cametá para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cametá, Estado do Pará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira (*Ad hoc*), substituiu Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da CCDD pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações (REQ 101/2024-CCDD). **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 532, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação e Rádio Comunitária do Bairro São Bernardo - Campinas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campinas, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira (*Ad hoc*), substituiu Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da CCDD pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações (REQ 102/2024-CCDD). **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo n° 623, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Rádio Paz Serrana FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lages, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira (*Ad hoc*), substituiu Senador Jorge Seif. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da CCDD pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações (REQ 103/2024-CCDD). A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 23ª e 25ª reuniões, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Hamilton Mourão
Presidente Eventual da Comissão de Comunicação e Direito Digital

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/30

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão de Comunicação e Direito Digital da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias apresentadas à Comissão. A pauta é composta por um projeto de lei e seis projetos de decreto legislativo relacionados a serviço de radiodifusão.

Anuncio o item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 6256, DE 2019

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Linguagem Simples nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao projeto com 4 (quatro) emendas que apresenta.

Observações:

1. Após deliberação da CCDD, a matéria será apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor - CTFC.

Concedo a palavra ao Senador Alessandro Vieira, para a leitura do seu relatório.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Peço licença para ir diretamente à análise do projeto.

Nos termos do art. 104-G do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições pertinentes aos temas de inovação das comunicações, política nacional de comunicação, meios de comunicação social, questões éticas referentes a comunicação e outros assuntos correlatos.

O projeto de lei que busca instituir a Política Nacional de Linguagem Simples se insere na competência da União para editar lei ordinária disciplinando as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, especialmente o acesso dos usuários a informações sobre atos do Governo.

A facilitação da compreensão das comunicações dos órgãos e entidades públicas, por meio da adoção de técnicas de linguagem simples, atende ao direito fundamental individual de acesso à informação, assegurado pelo art. 5º, inciso XIV, da Constituição Federal.

A Lei Magna garante o direito de todos de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade.

Entendemos que o (aspas) “recebimento” de informações, bem como o (aspas) "acesso" à informação, pressupõe o seu entendimento e compreensão pelos destinatários, sendo que a mera disponibilização formal da informação é manifestamente insuficiente para concretizar os fins constitucionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse contexto, o projeto de lei é meritório, pois busca fortalecer o pleno e integral exercício da cidadania, facilitando a compreensão dos cidadãos, ao prever a utilização, nas comunicações oficiais, de elementos de linguagem simples, clara, direta e objetiva.

Além disso, o projeto está em sintonia com as demais leis que tratam da temática e integram o ordenamento jurídico, servindo para reforçar a necessidade de uso da linguagem simples nas comunicações do poder público com o cidadão.

Por exemplo, a Lei de Acesso à Informação (LAI), em seu art. 5º, já prevê o uso de "linguagem de fácil compreensão".

Já a Lei de Direitos dos Usuários de Serviços Públicos (Lei nº 13.460, de 2017), em seu art. 5º, inciso XIV, impõe que os agentes públicos e prestadores de serviços públicos observem algumas diretrizes, entre elas utilizar "linguagem simples e compreensível, evitando o uso de siglas, jargões e estrangeirismos".

Diante disso, entendemos que a proposição atende ao quesito da juridicidade, estando apta a integrar de forma harmônica, coesa e coerente o ordenamento jurídico.

Quanto aos aspectos regimentais, compreendemos que o projeto está de acordo com as normas do Regimento Interno desta Casa.

Por fim, entendemos oportuna e conveniente a apresentação de algumas emendas ao projeto, com o objetivo de aprimorá-lo e aperfeiçoá-lo.

Primeiramente, alteramos a redação do art. 5º para excluir a obrigatoriedade de observância do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. Embora compreendamos que o objetivo seja utilizar os termos catalogados oficialmente, sua atualização é lenta e não acompanha a evolução da linguagem. Sua última atualização foi em 2021.

Antes disso, havia sido atualizado apenas em 2009. Termos como "telemedicina" e "judicialização" não constavam na atualização de 2009, por exemplo.

Exigir o respeito, a observância ao Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa seria inviabilizar a própria atividade administrativa. Ainda, ele não é considerado técnica de linguagem simples.

Outrossim, excluímos a previsão, contida no parágrafo único, de elaboração de duas versões – uma original e outra em linguagem simples – de documentos oficiais dirigidos ao cidadão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aproveitamos para inserir no art. 5º novas técnicas ao rol previsto.

Modificamos a redação do art. 6º para que a elaboração de versões do texto em línguas indígenas, no caso de comunicações oficiais dirigidas às comunidades indígenas, seja elaborada sempre que possível.

No art. 7º, removemos a imposição de prazo para a definição, pelos órgãos e entidades públicas, de servidor encarregado pelo tratamento da informação em linguagem simples, por entendermos ser inconstitucional tal previsão. Além disso, aprimoramos a redação do dispositivo.

Por fim, buscamos a supressão do art. 8º do projeto, por entendermos que a utilização de linguagem simples em documentos oficiais não acarreta propriamente aumento de despesas, e que carece de sentido o critério utilizado para afastar a aplicação da lei em relação a determinados Municípios.

Ante o exposto, o voto, Sr. Presidente, é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PL nº 6.256, de 2019, bem como, no mérito, pela sua aprovação, com as emendas que seguem.

Em síntese, caros colegas, é um projeto que tenta garantir que o cidadão compreenda as comunicações oficiais, fugindo daquele tecnicismo, juridicismo que nós já conhecemos de muito tempo e que esperamos, através deste projeto, ver extinto na vida pública brasileira.

É como voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito obrigado, Senador Alessandro Vieira, pelo excelente relatório apresentado.

Realmente, o projeto tem a grande finalidade de permitir que o cidadão comum entenda o que está sendo transmitido a ele. Nada mais do que isso.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 4 desta Comissão.

A matéria vai à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

Passemos, agora, à apreciação dos projetos de decreto legislativo relacionados ao serviço de radiodifusão, todos com relatório pelo encaminhamento de requerimento de informação.

Portanto, a votação será realizada pelo processo simbólico.

Questiono a V. Exas. se, por uma questão de racionalização dos trabalhos, podemos efetuar a leitura de todos os relatórios e, ao final, proceder à discussão e à votação dos itens 2 a 7 em globo. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, anuncio o item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 416, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação, Cultura e Cidadania do Barro Vermelho para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Crato, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Como Relator *ad hoc*, o Senador Alessandro Vieira.

Senador Alessandro, o senhor pode ir direto ao voto, porque o relatório já está plenamente divulgado.

Desse modo, concedo a palavra a V. Exa. para a leitura do voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Perfeito, Sr. Presidente.

O voto é: diante do exposto, pelo encaminhamento do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações.

O requerimento segue devidamente juntado ao relatório do Senador Cid.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Passamos ao item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 510, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Vitória de Radiodifusão - ACVR para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Contagem, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Relator *ad hoc*, Senador Alessandro Vieira.

Concedo a palavra ao Senador Alessandro Vieira para a leitura do voto.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Indo diretamente ao voto, Sr. Presidente, diante do exposto, o voto é pelo encaminhamento do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações.

Segue o requerimento da lavra do Senador Rogério Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Passamos ao item 5 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 523, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Filhos e Amigos de Cametá para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cametá, Estado do Pará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Beto Faro

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Relator *ad hoc*, Senador Alessandro Vieira.

Concedo a palavra ao Senador Alessandro Vieira para a leitura do voto.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, o voto é pelo encaminhamento do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações, requerimento aqui já apresentado pelo Senador Beto Faro.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Passamos ao item meia dúzia da pauta... Aliás, voltamos para o item 4 da pauta – perdão.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 388, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária Lagartense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lagarto, Estado de Sergipe.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Relator *ad hoc*, Senador Alessandro Vieira.

Concedo a palavra ao Senador Alessandro Vieira para a leitura do voto.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, o voto é pelo encaminhamento do requerimento seguinte de informações ao Ministro de Estado das Comunicações, requerimento juntado pelo Senador Rogério Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Item meia dúzia.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 532, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação e Rádio Comunitária do Bairro São Bernardo - Campinas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campinas, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Relator *ad hoc*: Senador Alessandro Vieira.

Concedo a palavra ao Senador Alessandro Vieira para a leitura do voto.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, o voto é pelo encaminhamento do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações já juntado aqui pelo Senador Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Item 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 623, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Rádio Paz Serrana FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lages, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Relator *ad hoc*: Senador Alessandro Vieira.

Concedo a palavra ao Senador Alessandro Vieira para a leitura do voto.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, o voto é pela apresentação do requerimento seguinte de informações ao Ministro de Estado das Comunicações. Requerimento já devidamente lavrado aqui pelo Senador Jorge Seif.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Dou as boas-vindas ao Senador Esperidião Amin.

As matérias estão em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação os relatórios apresentados dos itens 2 a 7 da pauta.

Os Senadores que concordam com os relatórios permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovados os relatórios, que passam a constituir os pareceres preliminares da Comissão pela apresentação de requerimento.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 23ª e 25ª Reuniões desta Comissão, realizadas em 9 e 21 de outubro de 2024, respectivamente.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Senador Amin, V. Exa. deseja fazer alguma intervenção?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quero cumprimentá-lo e averbar, no seu tempo de serviço, mais esse desempenho para o bem da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito obrigado.

Agradeço penhorado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Em seu nome e em nome do seu antecessor.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo.

Agradeço ao Senador Alessandro Vieira a cooperação na leitura dos votos.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e trinta e oito minutos do dia treze de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Flávio Arns e Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Comunicação e Direito Digital com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Izalci Lucas, Sergio Moro, Daniella Ribeiro, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Angelo Coronel, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Jorge Seif, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda da Senadora Augusta Brito, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Giordano, Veneziano Vital do Rêgo, Zequinha Marinho, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Flávio Bolsonaro e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2628, de 2022 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta e prejudicialidade das demais emendas. **Resultado:** Vista concecida. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 280, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade da disponibilidade de acesso à internet para os alunos nas escolas de ensino fundamental e médio das redes pública e privada." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela prejudicialidade do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório pela prejudicialidade do projeto. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2106, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a veiculação gratuita de informação educativa acerca da prevenção de doenças pelas emissoras de rádio e televisão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 613, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar como crime condutas indevidas praticadas contra sistemas e dados informáticos." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 869, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 184 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para destinar à Empresa Brasil de Comunicação S.A. – EBC os bens empregados na prática do crime de atividade clandestina de telecomunicação." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1054, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.652, de 7 de abril

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta e autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), para incluir a distribuição de conteúdo audiovisual pela internet como mecanismo de promoção da pluralidade de fontes de produção e distribuição de conteúdo e de garantia de espaços de exibição de produções regionais e independentes." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Favorável ao projeto com 2 (duas) emendas de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto na forma das Emenda nºs 1 e 2-CCDD (de redação). **Observação:** A matéria vai à CCJ, em decisão terminativa. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 26ª reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hamilton Mourão
Presidente Eventual da Comissão de Comunicação e Direito Digital

Senador Flávio Arns
Presidente Eventual da Comissão de Comunicação e Direito Digital

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Comunicação e Direito Digital da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias apresentadas à Comissão. A pauta é composta por meia dúzia de projetos de lei.

Anuncio o item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 2628, DE 2022

- Terminativo -

Dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta e prejudicialidade das demais emendas.

Observações:

1. Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

2. A Votação será nominal.

3. Em 14/05/2024 e 15/05/2024, foram realizadas audiências públicas destinadas a instruir a matéria.

4. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), com parecer favorável ao projeto, e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com parecer favorável ao projeto, com o acolhimento parcial da Emenda nº 5 e integral da Emenda nº 6, nos termos da Emenda nº 7-CCJ (Substitutivo), e contrário às demais Emendas.

5. Em 11.11.2024, foi apresentada a Emenda 8, de autoria da Senadora Damares Alves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

6. Em 12.11.2024, foram apresentadas as Emendas 9 e 10, de autoria do Senador Angelo Coronel.

Autoria: Senador Alessandro Vieira, aqui presente.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, para a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Agradeço, Sr. Presidente.

Quero parabenizar o Senador Alessandro Vieira, pela iniciativa, autor do projeto. Eu tive a honra de relatar esse projeto de lei já na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa; na CCJ foi apreciado por aquela Comissão, com relatoria do Senador Kajuru; e agora aqui nesta Comissão também, em caráter terminativo.

Como o relatório é bastante extenso e a lei também... o projeto de lei é bastante extenso, e tanto o relatório como o projeto já estão disponibilizados para os Senadores e Senadoras, se V. Exa. permitir eu farei a leitura de um resumo do relatório, para economia processual de tempo, mas com o relatório à disposição de todos os membros da Comissão já por vários dias.

Posso fazer isso?

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Prossiga, Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

E gostaria, obviamente, de deixar como lidos o relatório integral, assim como o projeto de lei.

O Projeto de Lei 2.628, de autoria do colega Senador Alessandro Vieira, estabelece medidas que visam à proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, dispondo sobre fundamentos e diretrizes, atribuindo obrigações e responsabilidades e definindo regras e sanções pelo seu descumprimento.

A proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais é um tema que vem sendo discutido mundialmente pelos Parlamentares, pelos Parlamentos e organismos multilaterais ao longo dos anos, sendo que importantes marcos legais já foram estabelecidos, entre eles: o Comentário Geral nº 25, publicado pelo Comitê de Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas; também a Recomendação sobre Crianças no Ambiente Digital, adotada pela Organização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que conta com adesão do Brasil desde 2022; o Regulamento dos Serviços Digitais da União Europeia; a Lei de Proteção da Privacidade *Online* das Crianças (*Children's Online Privacy Protection Act*) também; o Projeto de Lei C-63, de 2024, que trata da Lei de Dados *Online* (*Online Harms Act*), em debate no Parlamento canadense.

De acordo com a pesquisa *TIC Kids Online Brasil 2023,* realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, 95% da população brasileira com idade entre 9 e 17 anos já acessou a internet, sendo que 24% tiveram seu primeiro acesso antes dos 6 anos de idade.

A presença de crianças e adolescentes em plataformas digitais, como YouTube, WhatsApp e Instagram, também é massiva, de acordo com o levantamento. Entre as crianças e adolescentes que usam a internet, 88% têm perfil em alguma plataforma digital. Entre os mais jovens, com idade entre 9 e 10 anos, o percentual chega a 68%.

Principais aspectos previstos no Substitutivo ao PL 2.628/2022:

Em relação aos jogos eletrônicos, proíbem-se as caixas de recompensa (*loot boxes*), que são inapropriadas para a faixa etária e envolvem gastos monetários, além de possuir natureza viciante. O conceito de caixa de recompensa (*loot box*) é funcionalidade disponível em certos jogos eletrônicos que permite a aquisição, mediante pagamento pelo jogador, de itens virtuais consumíveis ou vantagens aleatórias, resgatáveis pelo jogador ou usuário, sem conhecimento prévio de seu conteúdo ou garantia de sua efetiva utilidade.

Além disso, jogos eletrônicos que possibilitarem a interação entre os usuários por meio de texto, áudio ou vídeo estão sujeitos a algumas regras.

Que tipo de regras? O provedor deverá viabilizar a opção de desativação de ferramentas, de interação dos usuários e sua gerência por meio dos sistemas de controle parental; os jogos deverão disponibilizar sistema para recebimento e processamento de reclamações e denúncias de abusos e irregularidades cometidas por um usuário; o provedor deverá estabelecer e informar aos usuários as medidas previstas em caso de infrações, os prazos de análise, as sanções aos usuários infratores e os instrumentos para solicitar revisão de decisão e reversão de penalidades impostas.

Publicidade no meio digital: proíbe o perfilamento, que é a utilização de técnicas de tratamento de dados pessoais, automatizado ou não, para avaliar certos aspectos de uma pessoa e classificá-la em um determinado grupo. Essa classificação visa a fazer induções, por exemplo, sobre o comportamento, situação econômica, saúde, preferências pessoais, interesses, desejos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consumo, localização geográfica e posições políticas. Uma vez proibido o acesso aos dados mencionados acima, evita-se o direcionamento de publicidade a crianças e adolescentes, bem como o emprego de análise emocional, realidade aumentada, que utiliza o mundo real para incluir objetos virtuais, ou virtual, totalmente digital ou estendida – mistura realidade aumentada e virtual para essa finalidade.

Conteúdos de exploração e abuso sexual: obriga provedores e fornecedores de serviços a comunicarem às autoridades competentes sempre que identificarem conteúdos de exploração e abuso sexual infantil em seus produtos ou serviços.

Nesse ponto, vale ressaltar os dados trazidos pela organização não governamental SaferNet Brasil. Em 2023, foram recebidas 71.867 denúncias relacionadas a esse tipo de conteúdo, com um crescimento de 77,13% em relação ao ano anterior. Foi o maior volume registrado nos 18 anos de funcionamento da Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos mantida pela entidade.

Também aborda a questão dos conteúdos pornográficos: dispõe que provedores de aplicações de internet que disponibilizam esse conteúdo devem impedir o acesso e a criação de contas por crianças e adolescentes, adotando mecanismos eficazes de verificação de idade e de identidade de seus usuários.

Também trata do tratamento de dados pessoais: o texto apresenta também a preocupação com os dados pessoais de crianças e de adolescentes, equiparando-os a dados sensíveis descritos no art. 11 da Lei Geral de Proteção de Dados. Eles merecem cuidados diferenciados em atenção ao princípio do melhor interesse e da doutrina de proteção integral de seus direitos.

Também na acessibilidade propõe a incorporação do conceito de desenho universal para assegurar a plena acessibilidade de crianças e adolescentes aos produtos e serviços de tecnologia da informação que sejam adequados à sua faixa etária e ao grau de desenvolvimento biopsicossocial.

Também na área da inteligência artificial, nos mecanismos de controle parental, acrescenta a possibilidade de controlar e desabilitar ferramentas de inteligência artificial que não sejam estritamente necessárias para o funcionamento dos sistemas e que coloquem em risco o bem-estar de crianças e adolescentes.

Esse, Sr. Presidente, é um resumo, como eu mencionei no início da... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nesse sentido, é um resumo, e em função disso, Sr. Presidente, para a economia também de tempo o material está disponibilizado.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, na forma do substitutivo apresentado e publicizado; e pela prejudicialidade das emendas apresentadas na CCJ.

Foram apresentadas emendas aqui para apreciação nesta Comissão. Uma das emendas da Senadora Damares Alves está sendo aceita com uma pequena modificação, Senadora Damares Alves, mais de redação no final. (*Pausa.*)

Então, a Senadora Damares apresentou a emenda também no art. 16, §1º e §2º, e a emenda foi aceita, Senadora. Só no final do §1º, que diz: "A notificação prevista no *caput* deverá conter, sob pena de nulidade, elementos que permitam a identificação específica do material apontado como violador dos direitos do participante" e a "verificação da legitimidade" foi substituída – porque seria também difícil de fazer essa verificação – por "vedada a denúncia anônima para apresentação do pedido".

Então, foi aceita a emenda com essa observação, tanto no §1º como no §2º.

E o Senador Angelo Coronel também apresentou duas emendas, particularmente relacionadas à agência nacional de proteção de dados. As duas emendas nós estamos rejeitando, porque discutimos muito esta situação: se seria relacionada à Lei Geral de Proteção de Dados; ou se daria essa competência ao Poder Executivo, porque eventualmente pode ser alguma coisa que se relacione à proteção de dados e seria encaminhado pelo Poder Executivo, conforme regulamento, para a Agência Nacional de Proteção de Dados.

Contudo, pode haver um aspecto de constitucionalidade, por exemplo. Aí seria um outro direcionamento que não seria pela Lei Geral de Proteção de Dados. Então, o Poder Executivo, dentro do regulamento – porque é algo muito dinâmico também tudo isso –, vai direcionar o que houver para o local apropriado para a análise.

Eu quero dizer também, então, que as duas emendas do Senador Angelo Coronel foram rejeitadas nesse sentido.

Diante do exposto, o voto é pela rejeição da Emenda nº 5; pela aprovação da Emenda nº 6, da CCJ, que já está lá incorporada; pelo acolhimento parcial da Emenda 7, da CCJ; acolhimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parcial da Emenda nº 8; pela rejeição das Emendas 9 e 10; e pela aprovação do Projeto de Lei número nº 2.628, de 2022, na forma do substitutivo a seguir, que já foi, então, apresentado.

Eu quero também dizer que, além disso, há duas emendas de redação no art. 11: §1º, onde se lê "poderá publicar", leia-se "publicará"; e, no §3º do art. 11, a produção, em vez de "poderão submeter", "submeterão". Então, ao invés de ser autorizativo, isso deve acontecer. Nesse sentido, acrescento ao voto as emendas de redação do art. 11, §1º e §3º.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, que todo esse debate aconteceu em audiências públicas, também, eu diria, em dezenas de reuniões com especialistas, com entidades, com provedores, com todos os setores da sociedade. Há um entendimento convergente com o Relator da matéria, o Senador Alessandro Vieira, com quem foram mantidos contatos permanentes, assim como com o Relator da CCJ, o Senador Kajuru, para que fosse também uma abordagem convergente.

Então, quero dizer, principalmente explicando para o público, que nós não estamos falando de TikTok, de WhatsApp, de YouTube, de *streaming* ou coisas semelhantes; nós estamos falando de proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais. Isto é o ponto básico: é a proteção da criança.

Eventualmente, alguma plataforma ou algum provedor vai dizer: "Não, mas eu não me incluo nisto". Muito bem, então, se não se inclui naquilo que está previsto para a proteção de crianças e adolescentes, não está incluído, não é? Nós estamos protegendo a criança e o adolescente nos aspectos previstos, mas o próprio provedor pode, no decorrer dos anos, mudar a sua... Dizer, por exemplo: "Eu quero ter o *chat*, a possibilidade de a criança conversar". Então, se a criança vai conversar, existem também premissas colocadas na legislação, com regras a serem seguidas, e o provedor terá que, obviamente, seguir as regras lá colocadas.

Então, não há assim... Qual é o objetivo principal? É proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais. Então, isto é o importante: dar cobertura para os pais, parental, controle parental, fazer com que isso passe a ser um ambiente propício, adequado, de desenvolvimento, de proteção, de garantia para que crianças e adolescentes se sintam seguras, sem perfilamento, sem direcionamento, sem atividades viciantes, como é o caso de jogos, da possibilidade de jogos que eventualmente conduzam ao vício.

Como é algo muito dinâmico – não sabemos que plataforma que vai haver no ano que vem, daqui a dois anos; a todo instante é uma novidade –, por isso nós estamos nos detendo nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

princípios, na proteção. E todos que vierem a aparecer têm que ter a proteção da criança e do adolescente como o superior interesse do Brasil. Então, é nesse sentido.

Agradeço, Sr. Presidente. É um debate que acontece no Brasil, obviamente, e no mundo inteiro. O projeto de lei é fruto de um trabalho, eu diria, exaustivo, durante meses nessa direção. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Cumprimento o Senador Flávio Arns pelo relatório apresentado. É um tema extremamente sensível, que não é simples. Cumprimento também o autor do projeto.

A matéria está em discussão.

Pois não, Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu considero realmente o projeto muito relevante e cumprimento, por isso, o proponente, o Senador Alessandro Vieira. O nosso querido Senador Flávio Arns é, sem dúvida nenhuma, um Senador altamente credenciado, altamente, particularmente credenciado para oferecer o relatório que ele resumiu.

Eu tenho a maior intenção de aprovar, mas neste momento eu vou pedir vista, até porque recebi algumas preocupações objetivas que eu posso desfazer ou analisando ou propondo. Mas, como eu recebi objetivamente preocupações de duas fontes fidedignas, eu vou pedir vista, com o maior respeito e no sentido mais construtivo possível.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, eu tenho muitos elogios ao Senador Flávio Arns e ao autor, mas vocês são diplomáticos demais. O PL é de 2022, é de proteção da infância. Respeito o Senador Amin; eu sei que vai ser uma vista só de cinco dias, mas isso tem que ser aprovado na semana que vem, Presidente. Não dá mais! Se as plataformas não dão conta de proteger a criança, o problema é deles. A minha obrigação e a obrigação deste Senado é proteger a infância. Tem interesses econômicos acima da infância? Nós não vamos suportar mais isso, não vamos.

E eu vim para esta Comissão só por causa desse projeto, Presidente. Só por causa desse projeto. E você não tem ideia da luta que foi para entrar nesta Comissão. Nós vamos trabalhar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Amin, eu quero ajudar o senhor a dirimir todas as suas dúvidas sobre isso, quero ajudá-lo nesses próximos dias, paro tudo para o ajudar, Senador Amin e a quem mais tiver dúvida.

Tinha gente me procurando ontem para apresentar emenda a esse projeto. Esse relatório está apresentado há quanto tempo? O PL é de 2022, gente! Eu vou ajudar o Senador Amin, entendo as dúvidas dele, mas nenhum interesse nesta Casa vai ser maior que o superior interesse da criança, Presidente. Chega! Chega! Eu estou com criança se suicidando nas redes!

Tem um tal de um *influencer* aí – eu estou no Ministério Público atrás dele – com milhões de seguidores, e adolescentes estão morando na casa dele! Veja as imagens, Presidente! E ninguém tira esse cara do ar. Aí eu falo que criança veste azul e veste rosa e eu sou perseguida! Então, a gente vai ter que ter critérios neste país – vai ter que ter critérios.

Inclusive, Senadores, eu queria pedir aos senhores... Nós já temos candidatos fortes ao Senado, vamos botar como critério que a gente só eleja um próximo Presidente do Senado quando tivermos uma Comissão Permanente da infância nesta Casa. Nem Subcomissão da infância eu consigo montar nesta Casa, nem grupo de trabalho! Perguntem à Margareth a luta que foi para aprovar o cadastro do pedófilo, o cadastro do estuprador.

Eu quero ajudar o Senador Amin. Entendo que o Senador Amin é uma das pessoas mais sensatas desta Casa, entendo que as dúvidas que trouxeram para ele são relevantes, mas, Senador Amin, me aceite como sua assessora nos próximos quatro dias, me dê uma mesinha no seu gabinete para a gente conversar e, na próxima semana, a gente aprovar.

E as plataformas que me desculpem! As redes sociais que me desculpem! Nesta nação, a gente vai ter que se levantar de verdade pela proteção da infância! Desculpem-me as plataformas.

Senador Flávio, o senhor é incrível. O senhor ouviu muita gente. O senhor construiu um voto perfeito.

Alessandro, a sua ousadia de apresentar este projeto! Ele é de 2022, gente! Criança não espera, criança está morrendo.

Estou aqui, vou ajudar o Senador Amin, que é incrível. Eu acho que é o Senador que eu mais amo nesta Casa – e ele sabe disso. É o Senador por quem eu mais oro, há mais anos. Então, que fique claro para os lobistas, as plataformas e os que têm outros interesses que estão presentes neste Plenário: esta matéria vai ser aprovada semana que vem. Vamos esgotar a vista, acabamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos os impedimentos regimentais hoje, e, semana que vem, a gente vai ter que votar esta matéria. E a gente vai ter que entregar esse presente para o Brasil ainda este mês.

Obrigada, Presidente.

Obrigada, Senador Flávio Arns, pelo belo relatório.

E eu quero desafiá-los a não serem mais tão diplomáticos quando o tema for infância nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Senadora...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Eu vou ser muito diplomático.

Se eu não tivesse nenhuma razão objetiva para pedir vista, eu acabo de conquistar esta razão: a intimidade com a senhora nos próximos cinco dias. (*Risos.*)

Eu nunca tive uma possibilidade de tê-la com tal intensidade...

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Há que cuidar das palavras, Senador! (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Estou cuidando. Tenho que ser diplomático, superdiplomático, porque eu posso incorrer em risco de assédio. E a recíproca é verdadeira. (*Risos.*)

Eu quero dizer que, se eu não tinha uma... Agora, eu tenho razões objetivas. E, como eu falei, são de fonte fidedigna, de pessoas que têm dedicação à causa das crianças e que deram mostras disso no exercício de função pública. Não vou dizer qual é a fonte, mas é gente que produziu políticas públicas que são um modelo para o mundo.

Eu gostaria de complementar com o que me angustia também. Eu fui o Relator Geral da primeira CPI sobre crimes cibernéticos que o Congresso fez e constatei isto em 2016 e 2017: o que significam redes e *influencers* sobre crianças e sobre os mais frágeis alvos de *bullying*. E fui Relator também da lei do *bullying* nas escolas, por sinal, proposta pelo nosso querido promotor de Justiça e ex-Deputado Federal do Rio Grande do Sul, do PDT do Rio Grande do Sul – me falha aqui o nome, um grande Parlamentar –, em que mulheres e jovens, e entre os jovens a mulher, a criança era o alvo mais frágil e mais vulnerável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, a senhora pode estar certa de que, enriquecido pela sua companhia, o meu pedido de vista é absolutamente construtivo. Eu não fui procurado por nenhum lobista, talvez agora seja, diante da sua sugestão, mas eu tomarei muito cuidado, redobrado, e vou consultá-la sobre novas fontes. As fontes que me nutriram até agora, eu respondo por elas, mas se aparecer alguém suspeito, por exemplo, se o Eduardo Girão me procurar, eu vou consultar a senhora se eu devo ouvi-lo. (*Risos.*)

Muito obrigado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, apenas mais uma questão: quarta-feira é feriado – quarta-feira é feriado –, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – É dia 27, Senadora, a reunião.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Só 27?

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Só 27.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Senadora Damares, se me permite, semana que vem, quarta-feira é dia 20, feriado da Consciência Negra, feriado nacional, então voltará – não é, Sr. Presidente? – à pauta no dia 27.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não pode convocar a reunião para o dia 19, na terça? Fale com o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Eu vou consultar... Senadora Damares...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em quatro dias o Amin dá conta.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Senadora, vou consultar o Presidente efetivo, Senador Eduardo Gomes, a respeito. Está bem?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ótimo. Ótimo. Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Agora, eu só gostaria, Sr. Presidente, se me permite, não vou discutir a matéria, mas eu tenho o maior respeito pelo Senador Esperidião Amin, que me considera sempre como quarto Senador de Santa Catarina também, então nesse sentido é regimental o que ele pede, é um processo de peso, assim, necessário e importante, como a Senadora Damares Alves defendeu muito bem. E, no dia 27, teremos o tempo também, a tranquilidade, para fazer isso com vista coletiva.

Contudo, eu só peço que a leitura sempre seja feita assim, no sentido de dizer: é do interesse maior da criança e do adolescente constar isso? Nós sempre fazemos essa visão, porque senão nós nunca vamos chegar a um consenso sobre provedores, plataformas ou coisas semelhantes, não é? Então, é do interesse, do melhor interesse da criança, do interesse superior da criança e do adolescente? Se sim, está no texto – pelo menos procuramos colocar no texto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Senadora Margareth Buzetti.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para discutir.) – Obrigada, Presidente.

Olha, eu só vim por causa desse projeto também. O Senador Alessandro Vieira foi muito feliz quando apresentou esse projeto, e não poderia ter melhor Relator que o Senador Flávio Arns.

Eu confesso que eu não tinha muito conhecimento – eu tive agora, no final de semana – sobre esse projeto. Ele é de suma importância para a proteção das nossas crianças e, principalmente, da nossa juventude, que acessa tudo, qualquer coisa. E, nas escolas, eles também estão fazendo isso, porque existem já... Por exemplo, no Mato Grosso, nas escolas estaduais, todo aluno tem um *notebook*, um Chromebook para usar, e tem que ter uma limitação.

Eu entendo o Senador Amin quando ele fala que é do Regimento pedir vista e entendo a indignação da Damares, porque é muito ruim quando a gente constrói, conversa, ouve, faz audiências públicas e, no fim, se resulta nisso, mas é regimental, e eu estou com a Damares: é possível, sim, você pedir que seja antecipado para o dia 19 – eu fiz isso na CAE muitas vezes. É um assunto urgente e necessário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho dois netos adolescentes e sei o que eles fazem na rede social. Graças a Deus, eu consegui lincar os dois deles no meu Instagram e no Instagram da mãe deles, no TikTok também. Então, tudo que eles postam nós vemos, porque não é possível deixá-los à vontade e livres. A juventude... A rede social não foi feita para o jovem; foi feita para adulto, e adulto de cabeça boa ainda.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Bom dia a todos, bom dia, Presidente. Obrigado pela possibilidade de falar.

Este projeto tem uma importância gigantesca. Parabenizo o Senador Alessandro, o Senador Flávio Arns. A gente batalha muito ali, na Comissão de Educação, na proteção das crianças. Inclusive acontecem essas tragédias nas escolas, e, muitas vezes, tem toda uma comoção, como tem que ter, mas o assunto cai no esquecimento e, muitas vezes, a gente não toma as providências que deveriam ser tomadas.

Então, é importante demais esse assunto da proteção das crianças e dos adolescentes. O ambiente digital é perigoso, bastante perigoso. Ninguém sabe exatamente quem está do lado de lá, e, com novas ferramentas de tecnologia, com inteligência artificial inclusive, isso passa a ser um assunto ainda mais preocupante para os pais. Diga-se de passagem, é importante demais a participação dos pais também no controle do que seus filhos têm visto ou com quem eles têm conversado na internet. Não existe a privacidade das crianças; existe, sim, a obrigação e a responsabilidade dos pais.

Com o pedido de vista, eu vou aproveitar esse pedido de vista também para olhar do ponto de vista do aspecto das tecnologias, como as tecnologias podem interferir positiva ou negativamente dentro desse sentido, que é uma área do meu maior conhecimento.

E concordo com a Senadora Damares: sem dúvida nenhuma, há necessidade de a gente ter aqui uma Comissão realmente que trate de infância, trate de adolescência, dessa proteção, que está na hora já de ter isso aí.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Obrigado, Senador Marcos Pontes.

Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Muito obrigado, querido Presidente eventual desta reunião, Senador Hamilton Mourão.

Quero cumprimentar os colegas, as colegas Senadoras, colegas Senadores e, principalmente, os nossos dois protagonistas de hoje aqui, desse projeto: o Senador Alessandro Vieira, pela sensibilidade; o Senador Flávio Arns, pela relatoria.

Realmente, criou-se uma expectativa muito grande, Senador Marcos Pontes, da votação desse projeto hoje. É regimental, mas eu também quero me somar à Senadora Damares, à Senadora Margareth Buzetti, para pedir que a gente antecipe a sessão para ou segunda ou terça. Acho que, na terça, mesmo se for de forma remota, a gente pode votar esse projeto, porque eu acredito que não vai ter resistência.

Eu vejo claramente, Senador Alessandro Vieira... Ontem, eu participei da CPI da questão das apostas esportivas, e, na hora, viu-se lá, entrou no sistema – o Governo estava presente –, mostrou-se que meio milhão, Senador Flávio Arns, mais de 500 mil brasileiros estavam jogando aquele TikTok – TikTok não, Tigrinho. Meio milhão de brasileiros estavam *online* nas *lives* – vocês têm noção do que é isso? –, às 2h da tarde!

Então, nós estamos vendo uma devastação, em que o projeto dá uma resguardada... Eu vi uma entrevista, não sei se foi do dono do TikTok, quem criou, ou se foi o de outra rede social, falando que os seus filhos só iriam ter acesso a partir dos 18 anos. O cara que criou diz: "Não! Isso aqui, o meu só, já falei para ele...". Você viu essa entrevista?

Nós estamos diante de uma emergência para a qual eu faço um apelo aqui – o Oscar sempre também muito atencioso, nosso servidor aqui desta Comissão –, para que a gente possa fazer... Eu me disponho, eu sei que muitos vão para o G20, muitos estarão em outros... O Senador Hamilton Mourão estará aqui, eu estarei aqui também.

Inclusive, quero convidar todos os colegas para uma audiência, porque tem uma correlação, que nós vamos fazer na segunda-feira aqui, Senador Flávio, graças à sua sensibilidade, como Presidente da Comissão de Educação: nós vamos ouvir especialistas e professores sobre a questão do uso de celular nas escolas. É um debate muito importante de ser feito e urgente também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, segunda-feira, às 14h30, nós vamos ter aqui, no Senado Federal, esse debate na CE, na Comissão de Educação. E na terça, quem sabe – uma semana da infância e da juventude –, a gente possa ter essa coroação com a votação aqui, na véspera do feriado, desse projeto tão importante que resguarda...

Eu quero aproveitar e agradecer a presença do Vereador Leniel Borel, que está aqui, do Rio de Janeiro. Seja muito bem-vindo ao Senado. Ele é pai do Henry Borel, que emocionou a todos os brasileiros com a sua história, e está devolvendo, para a sociedade, em amor, em trabalho e em dedicação, aquela dor. Eu lhe agradeço, como cidadão, pelo seu trabalho, pela sua dedicação em pautas da infância e da juventude. Veio hoje, Senador Hamilton Mourão, General, acompanhar essa votação. Ele veio exclusivamente acompanhar essa votação. Se Deus quiser, na semana que vem a gente vence essa etapa. Seja muito bem-vindo à Casa!

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero agradecer as palavras dos diversos colegas e reiterar a importância e a urgência do tema. É um projeto, como Damares muito bem lembrou, que se arrasta desde 2022.

Quero fazer um registro: não que o Senador Amin precise desse alerta, mas o fato é que as empresas não têm nenhum interesse na proteção de crianças e adolescentes. O interesse das empresas é exclusivamente massificar o seu lucro. Não há dúvida com relação a isso. Então, todas as cautelas, todas as escutas, de forma absolutamente paciente e cuidadosa, foram feitas pelo Senador Flávio Arns. O projeto é maduro, é consistente. Ele não restringe liberdades, não restringe inovação, mas coloca o foco necessário na proteção das nossas crianças. A nossa sociedade hoje está sendo formada pelas redes sociais, está sendo formada pela tecnologia. Se nós não tivermos o mínimo de cautela, nós não teremos um futuro saudável para essas crianças.

Obrigado, Sr. Presidente.

Aguardo a urgência do retorno.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Eu concordo com a Senadora Damares sobre a necessidade de uma Comissão destinada exatamente à infância e adolescência, até porque nós temos uma Comissão aqui dentro que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chama de Defesa da Democracia, que não está em perigo e que só serve para desfile de baboseira ideológica. Então, eu acho que a gente pode conversar com o nosso Presidente e buscar uma solução melhor para essa questão.

Diante do pedido formulado, informo a V. Exa. que fica concedida vista coletiva, conforme o §4º do art. 132 do Regimento Interno.

Item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 280, DE 2015

- Não terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade da disponibilidade de acesso à internet para os alunos nas escolas de ensino fundamental e médio das redes pública e privada.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela prejudicialidade do projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação e Cultura (CE), com Parecer favorável nos termos da Emenda 1-CE (Substitutivo).

2. Após a deliberação da CCDD, a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Obrigado, de novo, Sr. Presidente.

Passo diretamente à análise, se V. Exa. permitir.

Nos termos do art. 104-G do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar, entre outros temas, sobre proposições relativas à internet e assuntos correlatos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desde que o PLS 280, de 2015, foi apresentado, em 13 de maio daquele ano, a legislação que busca promover a conectividade das escolas no país sofreu profundas alterações, notadamente com a aprovação da Lei 14.109, de 2020; da Lei 14.172, de 2021; da Lei 14.173, de 2021; da Lei 14.351, de 2022; e também da Lei 14.533, de 2023.

As Leis 14.109, de 2020, e 14.173, de 2021, modificaram a legislação que rege o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). Entre outras inovações, o novo texto legal permitiu que seus recursos fossem utilizados na massificação de conexões à internet em banda larga fixa e móvel. Além disso, as alterações legislativas aprovadas aprimoraram o aspecto institucional e o sistema de governança do fundo, que passou a ser gerido por um conselho gestor. Na educação, especificamente, além da manutenção da aplicação de, pelo menos, 18% de seus recursos em escolas públicas, está prevista a obrigação de que os montantes a serem utilizados conectem todas as escolas públicas brasileiras à internet, por meio de redes de banda larga, até o final de 2024.

Nesse contexto, no último mês de agosto, o Ministério das Comunicações e o Ministério da Educação lançaram um edital para a seleção de projetos de conectividade em escolas públicas que utilizarão recursos que seriam recolhidos pelo Fust, na modalidade de renúncia fiscal. Segundo o Governo Federal, será destinado, para esse fim, o total de R$1,2 bilhão, a ser aplicado até 2026.

Já a Lei 14.172, de 2021, destinou a quantia de R$3,5 bilhões para aplicação, pelos Poderes Executivos estaduais e do Distrito Federal, em ações para a garantia do acesso à internet, com fins educacionais, aos estabelecimentos de ensino, aos alunos e aos professores da rede pública de ensino dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive em áreas rurais.

Na sequência, a Lei 14.351, de 2022, que institui o Programa Internet Brasil, tem a finalidade de promover o acesso gratuito à internet em banda larga móvel aos alunos da educação básica integrantes de famílias inscritas no CadÚnico matriculados na rede pública de ensino, nas escolas das comunidades indígenas e quilombolas e nas escolas especiais sem fins lucrativos que atuam exclusivamente nessa modalidade.

Por fim, a Lei 14.533, de 2023, instituiu a Política Nacional de Educação Digital (Pned). O referido instrumento normativo estabeleceu o que denominou de eixo da inclusão digital, que deverá priorizar, entre outras estratégias,

> a implantação e a integração de infraestrutura de conectividade para fins educacionais, que compreendem universalização da conectividade da escola à internet de alta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

velocidade e com equipamentos adequados para acesso à internet nos ambientes educacionais e fomento ao ecossistema de conteúdo educacional digital, bem como promoção de política de dados, inclusive de acesso móvel para professores e estudantes.

Nesse sentido, consideramos que os dispositivos propostos pelo PLS nº 280, de 2015, foram contemplados pelos avanços legislativos descritos, devendo a iniciativa em exame ser declarada prejudicada – não pelo mérito, porque o mérito é óbvio, é importante, mas pela legislação já aprovada –, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Ante o exposto, voto pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2015.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Obviamente o projeto perdeu a oportunidade, não resta dúvida.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, pela prejudicialidade do projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Anuncio o item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2106, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre a veiculação gratuita de informação educativa acerca da prevenção de doenças pelas emissoras de rádio e televisão.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), com Parecer favorável ao projeto.

2. Após a deliberação da CCDD, a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Eu passo diretamente à análise também, Sr. Presidente.

O projeto de lei em análise aborda temática que ganhou especial relevância após os lamentáveis episódios verificados na pandemia do coronavírus, em que houve a proliferação de informações inverídicas sobre vacinas e a divulgação de tratamentos ineficazes.

Nesse sentido, deve ser louvado o mérito do PL nº 2.106, de 2019, que irá ampliar significativamente o número de veículos de radiodifusão envolvidos na divulgação das mensagens educativas referentes às campanhas definidas no calendário de saúde divulgado pelo Ministério da Saúde.

Conforme salientado pelo autor da iniciativa, a Carta Magna estabelece que o serviço de radiodifusão é uma concessão do Estado, e as emissoras têm o dever de priorizar a divulgação de programas com caráter educativo, artístico, cultural e informativo. Forçoso é reconhecer, portanto, a legitimidade da medida proposta, que busca conferir concretude aos princípios que norteiam a prestação dos serviços de radiodifusão, especificamente em relação à veiculação de informação educativa sobre a prevenção de doenças.

Importante destacar, ainda, que o texto aprovado na Câmara dos Deputados deixou de onerar a grade da programação das emissoras comerciais, diante do reconhecimento de que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imposição da gratuidade iria afetar o equilíbrio econômico-financeiro desses veículos e poderia ensejar vários questionamentos judiciais, em prejuízo da divulgação das campanhas.

Assim, o projeto alcança apenas as emissoras públicas, educativas e comunitárias, que obtêm outorga de forma gratuita e encontram-se vinculadas à consecução do interesse público inerente à atividade de radiodifusão.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação, Sr. Presidente, do Projeto de Lei nº 2.106, de 2019.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Obrigado, Senador Flávio Arns.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Anuncio o item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 613, DE 2021

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar como crime condutas indevidas praticadas contra sistemas e dados informáticos.

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. Após deliberação da CCDD, a matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Marcos Pontes para a leitura do seu relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Sr. Presidente, essa é uma matéria extremamente importante, que trata de tipificação de crimes cibernéticos no Código Penal e inclui os vários tipos de possibilidades de crimes cibernéticos, desde a falsificação de itens de entrada, de códigos de entrada, até a modificação ou a invalidação de sistemas através de outros tipos de mecanismos.

Como Relator, eu já tinha o relatório completamente pronto, mas eu acabei de receber uma série de *inputs* aqui e, dada a importância dessa matéria, eu gostaria de ouvir esses outros *inputs*.

Portanto, eu gostaria de pedir para que ela seja retirada de pauta e seja recolocada em pauta junto, inclusive, com aquela primeira matéria que nós discutimos. É importante que siga com velocidade, mas que siga com todos os dados tratados e ouvidos. Então, gostaria de pedir para entrar na próxima sessão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Então, peço à Secretaria da Comissão a retirada de pauta do item 4, por solicitação do Relator, e a inclusão na próxima sessão.

Anuncio o item 5 da pauta: Projeto de Lei n° 869, de 2021, não terminativo, que altera o art. 184 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para destinar à...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Tem algum Senador para relatar no lugar do Amin? (*Fora do microfone.*) (*Pausa.*)

... pauta o item 5.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 869, DE 2021

- Não terminativo -

Altera o art. 184 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para destinar à Empresa Brasil de Comunicação S.A. – EBC os bens empregados na prática do crime de atividade clandestina de telecomunicação.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. Após deliberação da CCDD, a matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.) (*Pausa.*)

Senador Flávio Arns, o senhor poderia me substituir na Presidência? Sou o Relator do item 6. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Agradeço ao Senador Hamilton Mourão pela deferência em me convidar. Ele é da artilharia, e eu sou da infantaria. Então, acabamos, no final, nos entendendo.

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 1054, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta e autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), para incluir a distribuição de conteúdo audiovisual pela internet como mecanismo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

promoção da pluralidade de fontes de produção e distribuição de conteúdo e de garantia de espaços de exibição de produções regionais e independentes.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Favorável ao projeto com 2 (duas) emendas de redação que apresenta.

Observações:

1. Após deliberação da CCDD, a matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.

A relatoria é do caro Senador Hamilton Mourão.

Concedo a palavra a V. Exa. para a leitura do relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Peço permissão para ir direto à análise.

Nos termos do art. 104-G do Regimento Interno deste Senado, a proposição se inscreve no rol de matérias sujeitas ao exame desta Comissão, que possui a competência para opinar sobre radiodifusão, internet e outros assuntos correlatos.

Conforme salienta o autor do projeto, o Senador Paulo Paim, do nosso Estado do Rio Grande do Sul, a internet produziu uma verdadeira revolução na distribuição de conteúdo audiovisual, trazendo para as plataformas e serviços de vídeo sob demanda um protagonismo antes reservado exclusivamente às emissoras de televisão.

Diante dessa realidade, temos por oportuna a presente iniciativa, que busca adaptar a Lei nº 11.652, de 2008, para incentivar as emissoras públicas de radiodifusão a adotarem internet como meio de veiculação de obras audiovisuais brasileiras. Tal medida é fundamental para promover a modernização dos serviços de radiodifusão pública, alinhando-os com as tendências atuais de consumo de mídia.

Importante assinalar, ainda, que o projeto de lei em análise se harmoniza com os princípios constitucionais relativos à promoção da cultura nacional e estímulo à produção independente, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medida em que, com a adoção da internet, a distribuição de conteúdo audiovisual brasileiro será mais eficaz e poderá alcançar um número maior de pessoas.

Registre-se que a atribuição conferida à EBC para implantar e operar serviços de distribuição de conteúdo audiovisual pela internet é viabilizada com a alteração proposta no inciso II do §3º do art. 4º da Lei nº 11.437, de 2006, que prevê a destinação de recursos da Condecine Teles para os canais públicos destinados à veiculação da produção audiovisual independente.

Nenhum óbice, portanto, à aprovação da matéria, sendo necessário apenas realizar adequação redacional da ementa e do art. 2º do projeto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.054, de 2023, com as seguintes emendas:

> EMENDA Nº -CCDD
> Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 1.054, de 2023, a seguinte redação:
> "Altera a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta e autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação (EBC); e a Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006, para incluir a distribuição de conteúdo audiovisual pela internet como mecanismo de promoção da pluralidade de fontes de produção e distribuição de conteúdo e de garantia de espaços de exibição de produções regionais e independentes."
> EMENDA Nº -CCDD
> Dê-se a seguinte redação ao inciso IV do art. 2º da Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, na forma do Projeto de Lei nº 1.054, de 2023:
> "Art. 2º
> .....
> .....
> IV – promoção da cultura nacional, estímulo à produção regional e à produção independente e distribuição do conteúdo audiovisual de produção brasileira, inclusive por meio de plataformas colaborativas de distribuição de conteúdo pela internet;
> ....." (NR)

É o relatório, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação é simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CCDD.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Devolvo a Presidência a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Obrigado, Senador Flávio Arns, por sua cooperação.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 26ª Reunião desta Comissão, realizada em 30 de outubro de 2024.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Pois não, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Antes de o senhor encerrar, só quero aproveitar aqui o momento e fazer um pedido ao senhor, já que vai falar com o nosso Presidente, Senador Eduardo Gomes, sobre a antecipação, uma provável antecipação do projeto de proteção à criança e ao adolescente. Eu também gostaria de pedir, pois tenho duas audiências públicas aprovadas aqui, por unanimidade, uma no dia 14 de agosto de 2024, que trata da questão da censura em redes sociais pelo Poder Judiciário, inclusive, aqui chamando Ministros, enfim, uma relação que a gente já apoiou aqui, representantes de revista

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

censurada, jornalistas censurados, o perito criminal, aquele caso do Eduardo Tagliaferro, o Dr. Airton Vieira, que é o juiz e instrutor do STF; e também do outro projeto, que é aquele caso que marcou muito, que ainda está aí rendendo, que a gente já aprovou, mas precisamos fazer esta audiência para buscar a verdade, esclarecer, que é o caso que no dia 4 de setembro nós aprovamos, com o objetivo de discutir o uso das redes sociais como ferramenta da liberdade de expressão e os limites da intervenção judicial, que é aquele do Filipe Martins, ex-assessor de assuntos internacionais do Governo anterior, representante da Meta, representante do TikTok e representante do YouTube. Eu gostaria apenas que a gente marcasse essas reuniões. Gostaria que o senhor falasse com o Presidente Eduardo Gomes, porque estamos aí chegando no final do ano e precisamos marcar essas duas sessões que foram aprovadas para esclarecer a sociedade, que está nos cobrando com relação a isso.

Então, eu queria fazer esse apelo ao senhor. Para mim – o Oscar sabe –, não tem problema de data, pode ser segunda-feira, sexta-feira, feriado, final de semana, eu estou aqui à disposição para marcar para a gente fazer esta sessão de debates.

Eu agradeço a sua atenção, Presidente Senador General Hamilton Mourão, que está presidindo esta sessão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Senador Eduardo Girão, fui informado pela Secretaria da Mesa que o Presidente Eduardo Gomes irá procurar V. Exa. para acertar essa questão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 09 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e trinta e nove minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Hamilton Mourão e Esperidião Amin, reúne-se a Comissão de Comunicação e Direito Digital com a presença dos Senadores Zequinha Marinho, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Izalci Lucas, Rodrigo Cunha, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Flávio Arns, Angelo Coronel, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Jorge Seif, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Wilder Morais, Jorge Kajuru e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Giordano, Veneziano Vital do Rêgo, Daniella Ribeiro, Astronauta Marcos Pontes e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2628, de 2022 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto 2628, de 2022, com a rejeição das Emendas nº 9, 11, 12, 14, 18, 19 e 21; prejudicadas as Emendas nº 5, 10 e 16; acolhidas parcialmente as Emendas nº 7-CCJ, 8, 13, e 17; aprovadas as Emendas nº 6-CCJ, 15 e 20; na forma do Substitutivo apresentado (Emenda nº 22 - CCDD). Na mesma reunião, o Substitutivo foi submetido a turno suplementar, nos termos do Art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal. Não havendo emendas apresentadas no turno suplementar, fica definitivamente adotado o substitutivo (Emenda nº 22 - CCDD), sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3167, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, para dispor sobre a inclusão digital das pessoas idosas." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 869, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 184 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para destinar à Empresa Brasil de Comunicação S.A. – EBC os bens empregados na prática do crime de atividade clandestina de telecomunicação." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Favorável ao projeto na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 1-CCDD (Substitutivo). À CCJ. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4737, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 3º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para definir as condições em que não se configura relação de emprego entre prestadores de serviços e plataformas tecnológicas de intermediação com usuários." **Autoria:** Senador Wilder Morais (PL/GO). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Favorável ao projeto com 1 (uma) emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **Observação:** Retirado de pauta devido a apresentação e aprovação do REQ 106/2024 - CCDD, que requer realização de audiência pública para instruir a matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Comunicação e Direito Digital n° 106, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4737/2023, que "altera o art. 3º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para definir as condições em que não se configura relação de emprego entre prestadores de serviços e plataformas tecnológicas de intermediação com usuários"" **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Projeto de Resolução do Senado n° 48, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Institui a Frente Parlamentar de Apoio à Cibersegurança e à Defesa Cibernética." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Izalci Lucas (PL/DF), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG), Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR), Senador Chico Rodrigues (PSB/RR), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Fernando Dueire (MDB/PE), Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO), Senador Alessandro Vieira (MDB/SE), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Beto Martins (PL/SC), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto. À SGM. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Esperidião Amin
Presidente Eventual da Comissão de Comunicação e Direito Digital

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Hamilton Mourão
Presidente Eventual da Comissão de Comunicação e Direito Digital

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/27

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão de Comunicação e Direito Digital da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias apresentadas à Comissão.

Anuncio o item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2628, DE 2022

- Terminativo -

Dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE)

Relatoria: Senador Flávio Arns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

1. Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

2. A votação será nominal.

3. Em 14/05/2024 e 15/05/2024, foram realizadas audiências públicas destinadas a instruir a matéria.

4. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), com parecer favorável ao projeto, e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com parecer favorável ao projeto, com o acolhimento parcial da Emenda nº 5 e integral da Emenda nº 6, nos termos da Emenda nº 7-CCJ (Substitutivo), e contrário às demais Emendas.

5. Em 11/11/2024, foi apresentada a Emenda nº 8, de autoria da Senadora Damares Alves.

6. Em 12/11/2024, foram apresentadas as Emendas nºs 9 e 10, de autoria do Senador Angelo Coronel.

7. Em 13/11/2024, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

8. Em 21/11/2024, foi apresentada a Emenda nº 11, de autoria do Senador Zequinha Marinho.

9. Em 25/11/2024, foram apresentadas as Emendas n°s 12 a 17, de autoria do Senador Esperidião Amin.

10. Em 26/11/2024, foi apresentada a Emenda nº 18, de autoria do Senador Flávio Bolsonaro.

11. Em 26/11/2024, foram apresentadas as Emendas n°s 19 a 21, de autoria do Senador Esperidião Amin.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Flávio Arns, para leitura da complementação de voto ao relatório, com a manifestação acerca da Emenda nº 11, de autoria do Senador Zequinha Marinho, das Emendas nºs 12 a 17 e 19 a 21, de autoria do Senador Esperidião Amin, e da Emenda nº 18, de autoria do Senador Flávio Bolsonaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A palavra está com o senhor, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Agradeço, Sr. Presidente.

Faço a leitura do relatório e, posteriormente, também da análise, para que as pessoas que nos acompanham entendam o teor das emendas e depois a análise também das emendas.

Após pedido de vista regimental, retorna a esta Comissão, para decisão terminativa, o Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, de autoria do Senador Alessandro Vieira, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais.

Na 27ª Reunião desta Comissão, realizada no último dia 13 de novembro, foi apresentado relatório pela aprovação do Projeto de Lei 2.628, de 2022, na forma de substitutivo, e pela rejeição da Emenda nº 5, aprovação da Emenda nº 6-CCJ, acolhimento parcial da Emenda nº 7-CCJ, acolhimento parcial da Emenda n° 8 e rejeição das Emendas nºs 9 e 10. Na oportunidade, foi feito pedido de vista do processo, nos termos regimentais.

Durante o período de vista, foram apresentadas a Emenda nº 11, de autoria do Senador Zequinha Marinho, as Emendas nºs 12 a 17 e 19 a 21, de autoria do Senador Esperidião Amin, e a Emenda nº 18, de autoria do Senador Flávio Bolsonaro. A presente complementação de voto tem como objeto o exame dessas emendas e de outros ajustes pontuais que se fazem necessários.

As Emendas nºs 11 e 18 propõem modelo de verificação de idade do usuário baseada no dispositivo utilizado, realizada por meio do sistema operacional ou da respectiva loja de aplicativos.

Já a Emenda nº 12 propõe que as notificações para retirada de conteúdo que viola direitos da criança e do adolescente, de que trata o art. 22 do substitutivo proposto, sejam feitas unicamente pela vítima, seu representante legal ou autoridade competente.

A Emenda nº 13, por sua vez, propõe que os pais ou responsáveis ou qualquer pessoa que se beneficie financeiramente da produção ou distribuição pública de qualquer representação visual de criança ou adolescente sejam obrigados a impedir sua exposição a situações violadoras de direitos, como as previstas no art. 6º do substitutivo proposto.

A Emenda nº 14 propõe o acréscimo de parágrafo ao art. 5º do substitutivo para estabelecer que serão responsabilizados, nas esferas cível, criminal e administrativa, os pais ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsáveis que atuarem para fraudar os mecanismos para impedir o acesso de crianças e adolescentes a produtos, serviços ou conteúdos inadequados.

A Emenda nº 15 busca alterar o art. 25 do substitutivo para especificar que as sanções pelo descumprimento da lei que resultar da aprovação do projeto deverão ser aplicadas pelo Poder Judiciário.

A Emenda nº 16 possui o mesmo propósito de permitir o tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes nas hipóteses previstas tanto no art. 7º como no art. 11 da Lei 13.709, de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

A Emenda nº 17 propõe alteração do conceito de caixa de recompensa e vincula a vedação desse mecanismo à classificação indicativa editada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

A Emenda nº 19 propõe a introdução de capítulo para estabelecer regime diferenciado para os chamados serviços com responsabilidade editorial, em que o conteúdo disponibilizado na internet é previamente selecionado por uma pessoa responsável, vedada a geração de conteúdos pelos usuários.

A Emenda nº 20 propõe substituir a referência ao desenho universal mais ampla aos princípios da Lei 13.146, de 2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Por fim, a Emenda nº 21 propõe alteração no art. 16 do substitutivo para especificar que o perfilamento para fins publicitários somente seria vedado quando contrário ao melhor interesse das crianças e adolescentes.

Análise.

Mantidos os argumentos já expendidos no relatório precedente sobre o mérito da proposição, passa-se ao exame das emendas apresentadas durante o período de vista regimental.

Quanto às Emendas nºs 11 e 18, deve-se reconhecer o mérito das alterações propostas. No entanto, é preciso considerar que a prescrição de soluções tecnológicas específicas em texto legal corre o risco não apenas de tornar-se obsoleta em pouco tempo, como também de inibir o desenvolvimento de novas soluções e alternativas inovadoras. Além disso, o texto do projeto não impede a adoção da solução aventada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com efeito, no âmbito do dever de cuidado, o projeto preconiza que os produtos ou serviços de tecnologia da informação devem contar com mecanismos para, ativamente, impedir o uso por crianças e adolescentes, sempre que não forem desenvolvidos para eles ou não estiverem adequados a atender às suas necessidades.

Adicionalmente, trata da obrigação de disponibilização de sistemas e processos projetados para impedir que crianças encontrem, por meio do produto ou serviço, conteúdo ilegal, nocivo ou danoso e em desacordo com sua classificação etária.

A implementação de procedimentos já existentes e análogos àqueles propostos pelas emendas em questão, portanto, estaria plenamente de acordo com o espírito do projeto. Por essa razão, propõe-se a rejeição das Emendas nºs 11 e 18.

Quanto à Emenda nº 12, são pertinentes as preocupações que a motivam, no que diz respeito a eventual uso abusivo dos instrumentos de notificação para retirada de conteúdo. No entanto, o tema parece adequadamente equacionado, a partir da incorporação parcial das alterações propostas na Emenda nº 8, especialmente no que diz respeito à vedação de denúncias anônimas. Além disso, é importante ressaltar que nem sempre será possível a identificação das vítimas de um conteúdo inadequado passível de remoção em todas as hipóteses previstas no dispositivo. Por essas razões, propõe-se sua rejeição.

No que diz respeito à Emenda nº 13, a proposta é pertinente. Faz-se necessário, contudo, ajuste redacional para deixar claro que a responsabilidade que busca imputar aos pais não exime aquela atribuída aos fornecedores de produtos e serviços de tecnologia da informação direcionados ou que possam ser utilizados por crianças e adolescentes. Propõe-se, assim, o acolhimento parcial da referida emenda, na forma do parágrafo único acrescido ao art. 6º do substitutivo.

Já no que diz respeito à Emenda nº 14, em uma primeira análise, seria possível argumentar que a proposta, a exemplo da emenda anterior, também consagraria a necessidade de explicitar as responsabilidades da família na proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital. Contudo, tampouco se pode negar conflito com o direito à liberdade de pais e responsáveis de definirem os parâmetros para a educação de seus filhos. As responsabilidades atribuídas a pais e responsáveis devem ser sopesadas com a autonomia para atuar na educação de crianças e adolescentes a partir da lei e das orientações públicas. Dessa forma, com o objetivo de preservar a liberdade da família em definir o grau de exposição de cada criança ou adolescente aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtos, serviços e conteúdos disponíveis no ambiente digital, propõe-se a rejeição dessa emenda.

No que se refere à Emenda nº 15, propõe-se o seu acolhimento, uma vez que a referência ao Poder Judiciário se encontra em harmonia a remissão à Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, constante do §3º do mesmo dispositivo.

Já a Emenda nº 16 retoma a discussão acerca das hipóteses em que se deve admitir o tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes. O tema já foi abordado no exame das Emendas nºs 5 e 10. No substitutivo apresentado a esta Comissão, defendeu-se proposta de caráter mais restritivo, em que somente seria admissível o tratamento desses dados nas hipóteses do art. 11 da LGPD, relativo aos dados pessoais sensíveis.

Deve-se reconhecer, contudo, que o tema comporta modulações, tendo em vista o melhor interesse da criança e do adolescente. Nesse sentido, cabe destacar que a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) editou o Enunciado nº 1, de 22 de maio de 2023, que fixa a interpretação da LGPD no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes. Em síntese, admite-se o tratamento desses dados nas hipóteses previstas tanto no art. 7º como no art. 11 da referida lei, sempre observado o melhor interesse da criança e do adolescente, a ser avaliado no caso concreto.

Diante desse quadro, considerando a controvérsia acerca do tema e o fato de que tem sido objeto da atenção da autoridade competente para a proteção de dados pessoais, propõe-se solução alternativa, consistente na supressão do art. 29 do substitutivo. Consequentemente, permanece em vigor a atual redação do art. 14 da LGPD, com a interpretação que lhe foi dada pela ANPD. Portanto, quanto à Emenda nº 16, ainda que, na prática o seu propósito tenha sido atendido, resta prejudicada por perda de objeto. A mesma conclusão deverá ser adotada para as Emendas nºs 5 e 10.

Relativamente à Emenda nº 17, propõe-se o acolhimento parcial de seu conteúdo. A alteração que pretende introduzir na definição de "caixa de recompensa" – constante do art. 2º, inciso V, do substitutivo – limita demasiadamente o alcance do dispositivo ao restringir seu alcance somente aos casos em que há pagamento em moeda corrente nacional. A objeção que se faz às caixas de recompensa não decorre somente da questão monetária, mas sim de seu caráter análogo ao de jogo de azar, independentemente da forma de pagamento, seja em dinheiro, seja em créditos adquiridos por meio do próprio jogo, por exemplo. É a natureza

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

própria desse mecanismo que o faz especialmente inadequado a pessoas ainda em desenvolvimento biopsicossocial, como crianças e adolescentes, conforme posicionamento do Conselho Federal de Psicologia que serviu de fundamento para o projeto em relação a esse tópico.

É pertinente, contudo, a sugestão de delimitar a proibição das caixas de recompensa aos jogos eletrônicos direcionados ou que possam ser utilizados por crianças e adolescentes. Da mesma forma, é procedente a sugestão de adotar como critério a classificação indicativa atribuída ao jogo pela autoridade competente. Por conseguinte, propõe-se o acolhimento parcial da Emenda nº 17 tão somente em relação à alteração do art. 14, com ajustes redacionais para manter a harmonia com o restante do texto, bem como para retirar a referência explícita ao órgão atualmente competente para a classificação indicativa de jogos eletrônicos.

No que diz respeito à Emenda nº 19, observa-se que seu propósito abrange principalmente os serviços de provimento de conteúdos audiovisuais sob demanda, popularmente conhecidos como serviços de *streaming*. Nessas plataformas, de forma geral, o conteúdo disponibilizado é previamente selecionado pelo provedor. Não é uma característica típica desses serviços o compartilhamento de conteúdos gerados pelos usuários. Nesse contexto, é possível afirmar que tais serviços, quando presentes essas configurações, apresentam menor risco aos direitos de crianças e adolescentes quando comparados a redes sociais, por exemplo, em que o compartilhamento de conteúdos entre usuários é caráter distintivo.

No entanto, não se pode ignorar a natureza essencialmente dinâmica dos modelos de negócios no ambiente digital. Os atuais serviços de conteúdos digitais sob demanda podem rapidamente evoluir e assumir novas características, que, por sua vez, podem representar outro tipo de ameaça aos direitos de crianças e adolescentes. Dessa forma, não parece adequado estabelecer tratamentos diferenciados baseados em características próprias de um modelo de negócio específico, que pode mudar a qualquer momento. A acomodação dessas distinções e de sua evolução, bem como da carga regulatória a incidir sobre cada modelo individualmente considerado, pode muito bem ser feita a partir da regulamentação, nos termos do art. 24 do substitutivo. Nesse sentido, propõe-se a rejeição da Emenda nº 19.

O substitutivo teve a preocupação de introduzir o dever de observância dos princípios do desenho universal como um dos fundamentos para a utilização de produtos e serviços de tecnologia da informação direcionados ou que possam ser utilizados por crianças e adolescentes. A preocupação com a questão da acessibilidade nesses produtos ou serviços, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entanto, pode ser mais bem atendida, nos termos da Emenda nº 20, com remissão de caráter mais amplo a todo o teor Estatuto da Pessoa com Deficiência. Por essa razão, propõe-se a aprovação da referida emenda. De forma adicional, faz-se necessária a supressão do inciso VII do art. 2º, uma vez que o texto deixará de fazer referência ao desenho universal.

Por fim, em relação à proposta veiculada por meio da Emenda nº 21, verifica-se enfraquecimento da proteção inicialmente estabelecida pelo projeto quanto à vedação do perfilamento de crianças e adolescentes para fins publicitários. De acordo com a proposta, a legalidade do perfilamento dependeria de uma avaliação, em cada caso concreto, com critérios não especificados, da compatibilidade da conduta com o melhor interesse de crianças e adolescentes.

Vale relembrar que, nesse ponto, o projeto busca fundamento em manifestação do Comitê dos Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas, órgão responsável por interpretar e orientar a aplicação da Convenção sobre os Direitos da Criança, internalizada no direito brasileiro pelo Decreto 99.710, de 1990, e que tem como seu pilar fundamental o melhor interesse da criança e do adolescente. Nesse sentido, é possível inferir que, na interpretação do referido comitê, a prática do perfilamento é, por natureza, contrária ao princípio do melhor interesse. Por essas razões, propõe-se a rejeição da Emenda nº 21.

Além das alterações decorrentes das emendas ora analisadas, propõe-se ajuste de natureza redacional no *caput* do art. 6º para melhor compreensão de seu conteúdo e alcance.

Propõe-se, portanto, em relação às emendas apresentadas durante o período de vista regimental, a rejeição das Emendas nºs 11, 12, 14, 18, 19 e 21; a prejudicialidade, por perda de objeto, da Emenda nº 16; o acolhimento parcial das Emendas nºs 13 e 17; o acolhimento integral das Emendas nºs 15 e 20; e a aprovação do PL 2.628, de 2022, na forma do substitutivo apresentado na reunião antecedente, com as alterações e os ajustes mencionados nesta complementação de voto.

Voto.

Diante dos argumentos expostos no relatório apresentado na 27ª Reunião desta Comissão e na presente complementação, o voto é pela rejeição das Emendas nº 9, 11, 12, 14, 18, 19 e 21; prejudicialidade das Emendas nº 5, 10 e 16; acolhimento parcial das Emendas nº 7-CCJ, 8, 13, e 17; aprovação das Emendas nº 6-CCJ, 15 e 20; e aprovação do Projeto de Lei nº 2.628, de 2022,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na forma do substitutivo já apresentado e adequando em função das emendas apresentadas no prazo regimental.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal.

Em votação, o substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Sr. Presidente, se V. Exa. permitir, eu só quero cumprimentar novamente o autor do projeto, aqui ao meu lado, o Senador Alessandro Vieira. Estivemos em contato permanente com o gabinete do Senador Alessandro Vieira para que o relatório final e a análise das emendas fossem feitas em convergência, em sintonia, assim como com o gabinete do Senador Kajuru, que foi o Relator dessa matéria na CCJ. Então, estivemos em contato permanente.

Eu diria que o relatório e a análise das emendas foram fruto de um trabalho conjunto dos gabinetes que se envolveram neste debate. Mas eu quero dizer que tivemos o apoio extraordinário da Consultoria do Senado, da própria Comissão, de todos, dos gabinetes, da Fernanda, do Aires, do Diogo. Foram dezenas de reuniões – dezenas de reuniões – com entidades para chegarmos a um denominador comum. E sempre lembro que o projeto aprovado vai para a Câmara, volta, se for o caso, para o Senado. É algo urgente, importante e necessário a gente pensar na proteção da criança e do adolescente.

Sempre o projeto tem que ser lido, não do ponto de vista do fornecedor, mas do ponto de vista da criança e do adolescente. Há provedores e pessoas preocupadas, dizendo que não se aplica a eles. E, se não se aplica a eles, não se aplica, não tem por que discutir o assunto. Agora, se for introduzido, é uma área muito dinâmica. Por isso que a gente tem que colocar os termos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gerais, a proteção, como acontece no mundo e, se alguém se encaixar nessa questão da proteção, tem que observar o que está escrito lá.

Eu acho que há um consenso no Brasil de que temos que proteger as crianças e os adolescentes em ambientes digitais. Os pais estão preocupados, as famílias estão preocupadas, todo mundo está preocupado com isso.

Então, nós temos, inclusive, o apoio de cerca de 300 entidades do Brasil – 300 entidades –, que se dedicam justamente a essa área da criança e do adolescente, dizendo: "É um projeto equilibrado, tranquilo". Lógico, vamos continuar discutindo isso a vida toda, mas sempre a partir de um documento que seja, assim, aceito pela comunidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Com a palavra, o Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Pela ordem.) – Apenas para parabenizar o colega, amigo, o Senador Flávio Arns, pela proteção da criança e adolescente através desse projeto, dessas novas realidades que estão no nosso horizonte; é imprescindível.

Nós estamos também entrando nesse tema com um projeto de lei para que, com certeza, vai ser muito importante a contribuição de V. Exa., das entidades que aqui apoiam, e dos colegas Senadores que debruçam sobre isso.

Parabéns para V. Exa., já tem o nosso voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, eu quero cumprimentar o autor, o Senador Alessandro Vieira, e o Relator, o Senador Flávio Arns, os dois: um pela iniciativa e o outro pela apresentação do relatório.

Na condição de médico e pai, e na condição de quem conviveu com quem cuida de crianças ao longo de toda a sua vida, eu quero dizer que esse projeto é fundamental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem um dado, Senador Alessandro, de recente publicação, que mostra que essa é a primeira geração de crianças cujo QI... ou seja, tem uma diminuição da inteligência natural da nova geração em relação à geração anterior. Geralmente, a geração seguinte tem um desenvolvimento intelectual precoce maior ou uma capacidade cognitiva maior do que a geração anterior. Nós estamos vendo uma regressão dessa capacidade cognitiva, em parte por conta da alienação e da facilidade, da falta de estímulo que determinados meios têm produzido e influenciado no desenvolvimento intelectual e cognitivo das nossas crianças, sem contar os abusos que esse projeto vai prevenir que ocorram, como a iniciação das crianças em jogos, como a exposição à propaganda sobre temas que não são adequados para a formação das crianças.

Então, por conta de tudo isso e por conta de todo o debate que foi feito, eu quero cumprimentar os dois, o autor e o Relator, por essa iniciativa de grande relevância para as nossas crianças.

Obrigado, Sr. Presidente.

E, se fosse possível, eu queria pedir uma inversão de pauta do quarto item, para a gente apreciar na sequência, porque eu tenho CCJ daqui a pouco, se não for... E lá eu tenho que cuidar do primeiro item, junto com o Nelsinho Trad.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Não havendo mais quem queira se pronunciar, consulto se todos os Senadores já votaram. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Peço à Mesa que publique o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Votaram SIM 8 Senadores; NÃO, zero. (*Palmas.*)

Aprovado o substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.628, de 2022 (Emenda nº 22 – CCDD). O substituto aprovado será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Consulto o Plenário se podemos fazer o turno suplementar na data de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. e as Sras. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, coloco em discussão a matéria, esclarecendo que poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo até o encerramento da discussão, vedada apresentação de novo substitutivo integral.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Não havendo emendas apresentadas no turno suplementar, fica definitivamente adotado o substitutivo, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno deste Senado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Senador Flávio Arns, posso passar o Senador Rogério Carvalho na sua frente?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Pois não, Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Só gostaria de agradecer à Comissão como um todo, ao Senador Flávio Arns e à sociedade civil, que atuou muito na construção desse projeto. É o Senado novamente fazendo o seu dever de casa na proteção de crianças e adolescentes. Obrigado a todos.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Senador Rogério Carvalho, a palavra está com V. Exa.

EXTRAPAUTA

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL Nº 106, DE 2024

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4737/2023, que "altera o art. 3º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

definir as condições em que não se configura relação de emprego entre prestadores de serviços e plataformas tecnológicas de intermediação com usuários"

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para encaminhar.) – Presidente, primeiro cumprimento V. Exa., porque eu não tive a oportunidade de fazê-lo, não tive a delicadeza de fazê-lo quando pedi a palavra pela primeira vez. Eu quero também cumprimentar V. Exa. pela distância que tomou, ao longo desses anos em que exerceu o cargo de Vice-Presidente com muita dignidade. Quero aqui fazer um reconhecimento do papel que cumpriu ao longo desses quatro anos.

Eu queria pedir, Presidente, que fosse apreciado o requerimento de audiência pública em relação ao PL 4.737, de 2023, que altera o art. 3º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de janeiro de 1943. Na verdade, é uma proposta de fazermos uma audiência pública – esse requerimento – para discutir um tema que é extremamente relevante, que é como regulamentar a atividade de pessoas que trabalham como *motoboy*, motorista de Uber, todo esse tema de autônomos que acabam não tendo nenhum tipo de proteção. Não que a gente espere dar a essas pessoas a mesma proteção dos trabalhadores que têm uma relação direta e formal com horário, etc., mas é preciso discutir com os segmentos que representam esses trabalhadores.

Então, eu estou colocando o requerimento de audiência pública para a apreciação da Comissão, com a presença de representantes de: juiz, *motogirls*, *motoboys*, sociólogo, desembargadora do trabalho. Tem várias pessoas interessadas no tema, que gostariam de debater antes de a gente ter a apreciação final desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Em votação o requerimento apresentado pelo Senador Rogério Carvalho.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento apresentado.

Senador Rogério, agradeço as palavras de V. Exa. Eu só queria deixar claro para V. Exa. que adversários políticos não são inimigos, são apenas pessoas que pensam diferente, só isso. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Pois não, Senadora Margareth Buzetti.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Eu gostaria de deixar registrado o meu voto "sim" para o PL 2.628, de 2022, que trata da proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, por favor, porque eu não consegui votar.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Peço à Mesa que conste na ata o voto favorável da Senadora Margareth Buzetti ao PL 2.628/2022 (Substitutivo).

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Passamos ao item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 3167, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, para dispor sobre a inclusão digital das pessoas idosas.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

1. A votação será nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), com parecer favorável ao projeto.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Agradeço, Sr. Presidente.

Se V. Exa. permitir, passo diretamente à análise.

Só quero destacar, antes da leitura, a fala de V. Exa. agora há pouco, com a qual o Brasil tem que se acostumar. Adversários, pensamentos diferentes, não significa sermos inimigos. E é bom que o Brasil tenha, inclusive, pensamentos diferentes. O meu tio, D. Paulo Evaristo Arns, que foi Cardeal de São Paulo, sempre dizia: "Se não houver oposição, não haverá democracia também". Tem que haver oposição para o pensamento refletir a diversidade que existe, com respeito, com diálogo e com convergência, não sendo inimigos.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Já dizia Nelson Rodrigues: "Toda unanimidade é burra", não é, professor?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É verdade.

Então, fica claro, portanto, que a inclusão...

Estão respeitados os objetivos regimentais, legais, constitucionais. A inclusão da pessoa idosa digital é direito assegurado em lei e deve servir como norte na elaboração de novas políticas públicas. Dessa forma, chama a atenção o evidente lapso da Lei nº 14.533, de 2023, que criou a Política Nacional de Educação Digital. Naturalmente, a criação de tal política é correta e nos enche de alegria. Contudo, não parece haver desculpas para o fato de a lei inteiramente ser silente no que toca à pessoa idosa.

Se o Estatuto da Pessoa Idosa, na sua redação original de 2003, já previa o direito à educação digital da pessoa idosa, como pode a lei de 2023, ao tratar da mesma educação digital, nada falar sobre a terceira idade?

Assim, só podemos louvar o poder de observação do Senador Astronauta Marcos Pontes. Afinal, ele foi certeiro ao apontar a omissão da nova lei e ao propor a necessidade de sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emenda, incluindo nova estratégia prioritária que trate do desenvolvimento das habilidades digitais das pessoas idosas.

A única conclusão possível, portanto, é a de que o PL em análise merece prosperar. É humanista, por respeitar a dignidade da pessoa idosa. É perspicaz, por antever a necessidade de inclusão digital de todos. É legal, por dar vazão a comando do Estatuto da Pessoa Idosa, que já conta com 20 anos em vigor. E, por todos esses motivos, é meritório e receberá nosso voto por sua aprovação.

Voto.

Em razão do exposto, Sr. Presidente, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.167, de 2023.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal.

Em votação, o Projeto de Lei nº 3.167, de 2023, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com o Relator, votam "sim".

As Sras. e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só uma observação: estou sendo requisitado para ler, como *ad hoc*, o item 3 da pauta. Se V. Exa. permitir, eu poderia, porque é não terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Quer dizer, só não...

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Vamos prosseguir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 869, DE 2021

- Não terminativo -

Altera o art. 184 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para destinar à Empresa Brasil de Comunicação S.A. – EBC os bens empregados na prática do crime de atividade clandestina de telecomunicação.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Favorável ao projeto na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

1. Após deliberação da CCDD, a matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.

A relatoria é do Senador Esperidião Amin, que acaba de adentrar ao recinto, liberando V. Exa., Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Quero retirar o que falei. Então, volto para o Relator. É porque eu ia servir como Relator *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin para a leitura do seu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Pois não, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Em primeiro lugar, subscrevo com absoluta determinação tudo que o Senador Flávio Arns possa ter dito ou escrito a respeito, na minha ausência, com absoluta confiança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao PL, ele tem como propósito alterar o art. 184 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, a Lei Geral de Telecomunicações.

A matéria foi inspirada em uma sugestão apresentada por meio do Portal e-Cidadania do Senado Federal, o que valoriza, inclusive, a sua elaboração.

Quanto à análise, o PL nº 869, de 2021, em apreço, aborda dois desafios interligados: a destinação de bens apreendidos em atividades clandestinas de telecomunicação e o fortalecimento da comunicação pública no Brasil. A iniciativa, ao propor a transferência desses bens para a EBC, sinaliza um importante avanço na utilização eficiente de recursos públicos, ou seja, afins, e na promoção da pluralidade informativa no Brasil.

Em decorrência, o que eu quero destacar é que nós entendemos que a proposta deve focar nos bens relacionados à radiodifusão. Essa especificação do tipo de bens focalizados evita a destinação inadequada de equipamentos que não seriam úteis para a EBC ou suas beneficiárias, como aqueles voltados para serviços como o Serviço Móvel Marítimo ou o Serviço Limitado Privado.

A exigência de avaliação técnica dos equipamentos antes de sua reutilização reforça a segurança do processo, prevenindo possíveis interferências em canais de radiofrequências ou serviços de telecomunicações. Essa medida busca assegurar que o reaproveitamento dos bens esteja em conformidade com os mais altos padrões técnicos e regulatórios.

Por fim, consideramos que o projeto não só potencializa o uso dos recursos disponíveis, mas também contribui para a democratização da comunicação, o que beneficia tanto a EBC quanto o ecossistema de comunicação pública e comunitária no Brasil.

Diante do exposto, somos pela aprovação do projeto com a emenda substitutiva que se segue.

Em linhas gerais, não há mudança quanto à ementa.

EMENDA Nº - CCDD (SUBSTITUTIVO)

[...]

Art. 1º O art. 184 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 2º e 3º, renomeando-se o [que era] parágrafo único em § 1º:

“Art. 184. .....

§ 1º .....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§ 2º. Após decisão que confirme o auto de infração ou sentença judicial transitada em julgado, os bens e equipamentos apreendidos que estejam sob a guarda do órgão ou entidade responsável pela fiscalização serão objeto de perdimento e serão repassados à Empresa Brasil de Comunicação S.A., quando se prestarem à oferta dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, desde que previamente homologados e avaliados pela Agência Nacional de Telecomunicações.

§ 3° A Empresa Brasil de Comunicação S.A. – EBC poderá destinar parte dos bens e equipamentos mencionados no § 2º a emissoras de radiodifusão comunitária e de radiodifusão educativa, bem como para instituições públicas de ensino, desde que devidamente outorgadas para a prestação dos serviços, e utilizem o espectro radioelétrico de acordo com as normas estabelecidas pela Anatel, ou que tenham a intenção de fazer uso desses equipamentos de forma confinada." (NR)

[...]

Esses seriam os parágrafos que constituem na verdade o projeto.

É o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo, Senador Amin.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Senadoras e Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Comunico a V. Exas. que o Senador Esperidião Amin solicitou a inclusão extrapauta do Projeto de Resolução do Senado nº 48, de 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consulto as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores sobre se podemos efetuar a inclusão extrapauta da matéria. (*Pausa.*)

Com a aquiescência do Plenário, está incluído como item extrapauta o Projeto de Resolução Senado nº 48, de 2024.

Senador Esperidião Amin, peço a V. Exa. que me substitua na Presidência para que eu possa ser o Relator deste projeto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu faço uma sugestão: V. Exa. permanece e eu me sento do seu lado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Agradeço, penhorado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) –

EXTRAPAUTA

ITEM 6

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° 48, DE 2024

Institui a Frente Parlamentar de Apoio à Cibersegurança e à Defesa Cibernética.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC) e outros

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação

V. Exa. está com a palavra, Senador Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, peço permissão para ir direto à análise.

Nos termos do art. 104-G do Regimento Interno deste Senado, compete a esta Comissão analisar proposições relacionadas ao direito digital (inciso IV); e à internet (inciso VI); além de temas que tratam da inovação e do desenvolvimento tecnológico das comunicações (inciso I).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A criação de uma frente parlamentar para tratar desses assuntos está alinhada com o papel desta Comissão em promover o debate e a elaboração de políticas públicas voltadas para a segurança no ambiente digital.

A recente ativação dos trabalhos da Subcomissão de Defesa Cibernética e a avaliação da Política Pública de Cibersegurança, conduzida por essa Subcomissão, refletem o compromisso crescente do Legislativo em dar visibilidade e suporte à cibersegurança. Nesse sentido, a criação dessa frente parlamentar representa um passo relevante para fomentar uma rede de colaboração entre o Governo, o setor privado e a academia, essencial para o fortalecimento da defesa cibernética no Brasil.

A frente proposta objetiva enfrentar o cenário de ameaças e responder à necessidade de uma estrutura normativa e regulatória sólida para lidar com as vulnerabilidades e os riscos do espaço cibernético.

Adicionalmente, o projeto reitera a importância da interação entre o poder público e o setor privado, algo que foi evidenciado durante a recente realização do Exercício Guardião 6.0, pelo Comando de Defesa Cibernética, que envolveu mais de 143 instituições em simulações de incidentes.

Portanto, o Projeto de Resolução nº 48, de 2024, é extremamente relevante e oportuno. Ele dá continuidade às iniciativas de fortalecimento da segurança e defesa nacional. A criação de uma Frente Parlamentar de Cibersegurança e Defesa Cibernética demonstra a atenção do Congresso às necessidades do país em resguardar sua infraestrutura digital e garantir a proteção de seus cidadãos.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 48, de 2024.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quero agradecer ao nobre Senador Mourão e informo que a votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria, então, segue à Comissão... (*Pausa.*)

Perdão. O roteiro fica alterado. Vai direto para o Plenário por se tratar de matéria terminativa.

Devolvo a Presidência a quem de direito, o Senador Mourão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Agradeço.

Vamos encerrar a votação do item 3 da pauta.

Peço à Mesa que apresente a votação.

(Procede-se à apuração.)

Houve 10 votos SIM; nenhum voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

Aprovado o projeto.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 27ª Reunião desta Comissão, realizada em 13 de novembro de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 31 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE OUTUBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e cinquenta e um minutos do dia nove de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Romário e Carlos Portinho, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores André Amaral, Rodrigo Cunha, Leila Barros, Jayme Campos, Zequinha Marinho, Humberto Costa, Paulo Paim e Rosana Martinelli, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Angelo Coronel, Izalci Lucas, Beto Faro, Flávio Arns e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Farias, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Jorge Kajuru e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 14, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 13/2024 - CEsp, com o objetivo de instruir o PL 6118/2023, que "altera a Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1.998, e a Lei n.º 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir a Confederação Brasileira de Games e Esports (CBGE) no Sistema Nacional do Desporto e destinar-lhe recursos oriundos da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos" sejam incluídos os seguintes convidados: representante do Comitê Olímpico do Brasil (COB); representante do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB); e representante da Caixa Econômica Federal." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 15, de 2024** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 13/2024 - CEsp, com o objetivo de instruir o PL 6118/2023, que "altera a Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1.998, e a Lei n.º 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir a Confederação Brasileira de Games e Esportes (CBGE) no Sistema Nacional do Desporto e destinar-lhe recursos oriundos da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos" sejam incluídos os seguintes convidados." **Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 16, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 13/2024, com o objetivo de instruir o PL 6118/2023, que "altera a Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1.998, e a Lei n.º 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir a Confederação Brasileira de Games e Esports (CBGE) no Sistema Nacional do Desporto e destinar-lhe recursos oriundos da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos" sejam incluídos os seguintes convidados: o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhor Giovanni Rocco Neto, Secretário Nacional de Apostas esportivas e de desenvolvimento economico do esporte do Ministério do Esporte; e o Senhor Representante da Confederação Brasileira de Desportos Eletrônicos." **Autoria:** Senador Romário (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 17, de 2024** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 13/2024 seja incluído o seguinte convidado: o Senhor Paulo Maciel, Presidente do CBC - Comitê Brasileiro de Clubes." **Autoria:** Senador Romário (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 18, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 13/2024 - CEsp, com o objetivo de instruir o PL 6118/2023, que "altera a Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1.998, e a Lei n.º 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir a Confederação Brasileira de Games e Esports (CBGE) no Sistema Nacional do Desporto e destinar-lhe recursos oriundos da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos" seja incluído o convidado Senhor Paulo Germano Maciel, Presidente do Comitê Brasileiro de Clubes - CBC." **Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos PL 6118/2023, de autoria Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), REQ 13/2024 - CEsp, de autoria Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS/AL), REQ 14/2024 - CEsp, de autoria Senadora Leila Barros (PDT/DF), REQ 15/2024 - CEsp, de autoria Senador Carlos Portinho (PL/RJ), REQ 16/2024 - CEsp, de autoria Senador Romário (PL/RJ), REQ 17/2024 - CEsp, de autoria Senador Romário (PL/RJ), e REQ 18/2024 - CEsp, de autoria Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Finalidade:** Instruir o PL 6118/2023, que "altera a Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1.998, e a Lei n.º 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir a Confederação Brasileira de Games e Esports (CBGE) no Sistema Nacional do Desporto e destinar-lhe recursos oriundos da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos". **Participantes:** Sr. Leonardo Fontes do Rego Barros, Presidente da Confederação Brasileira de Games e Esports - CBGE; Sr. Marcelo Dalazen, Membro da Comissão Legislativa da Confederação Brasileira de Desportos Eletrônicos - CBDEL; Sr. Bruno Martins da Silveira Gomes Paes, Sócio-Diretor da Equipe Imperial Esports; Sr. Giovanni Rocco Neto, Secretário Nacional de Apostas Esportivas e de Desenvolvimento Econômico do Esporte do Ministério do Esporte; Sr. Mizael Conrado de Oliveira, Presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB; Sr. Paulo Germano Maciel, Presidente do Comitê Brasileiro de Clubes - CBC; Sr. Luciano Hostins, Diretor Jurídico do Comitê Olímpico Brasileiro - COB; e Sr. Rodrigo Schekiera Franco dos Santos, Superintendente Nacional de Loterias de Prognósticos da Caixa Econômica Federal. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Romário
Presidente da Comissão de Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/09

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos. Obrigado a todos pela presença.

Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 9 de outubro de 2024.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 14ª Reunião, realizada em 4 de setembro de 2024.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião está dividida em duas partes: a primeira é deliberativa e a segunda é audiência pública interativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faremos agora a deliberação em globo dos cinco requerimentos que indicam o rol de convidados da audiência pública que teremos na sequência.

1ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 14, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 13/2024 - CEsp, com o objetivo de instruir o PL 6118/2023, que "altera a Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1.998, e a Lei n.º 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir a Confederação Brasileira de Games e Esports (CBGE) no Sistema Nacional do Desporto e destinar-lhe recursos oriundos da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos" sejam incluídos os seguintes convidados: representante do Comitê Olímpico do Brasil (COB); representante do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB); e representante da Caixa Econômica Federal.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

Bom dia, Senador Portinho.

1ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 15, DE 2024

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 13/2024 - CEsp, com o objetivo de instruir o PL 6118/2023, que "altera a Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1.998, e a Lei n.º 13.756, de 12 de dezembro de 2018,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para incluir a Confederação Brasileira de Games e Esports (CBGE) no Sistema Nacional do Desporto e destinar-lhe recursos oriundos da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos" sejam incluídos os seguintes convidados.

Autoria: Senador Carlos Portinho (PL/RJ).

Sejam incluídos os seguintes convidados: representante da Empresa/Equipe Loud; representante da Empresa/Equipe Furia; representante da Empresa/Equipe Imperial; representante da Empresa/Equipe Riot Games; representante da Empresa/Equipe Valve; representante da Empresa/Equipe Ubisoft; representante da Empresa/Equipe Electronic Arts; representante do Atletas pelo Brasil.

Autoria: Senador Portinho.

1ª PARTE

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 16, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 13/2024, com o objetivo de instruir o PL 6118/2023, que "altera a Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1.998, e a Lei n.º 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir a Confederação Brasileira de Games e Esports (CBGE) no Sistema Nacional do Desporto e destinar-lhe recursos oriundos da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos" sejam incluídos os seguintes convidados: o Senhor Giovanni Rocco Neto, Secretário Nacional de Apostas esportivas e de desenvolvimento econômico do esporte do Ministério do Esporte; e o Senhor Representante da Confederação Brasileira de Desportos Eletrônicos.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

O requerimento é da minha autoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 17, DE 2024

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 13/2024 seja incluído o seguinte convidado: o Senhor Paulo Maciel, Presidente do CBC - Comitê Brasileiro de Clubes.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ).

O requerimento é da minha autoria.

1ª PARTE

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 18, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 13/2024 - CEsp, com o objetivo de instruir o PL 6118/2023, que "altera a Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1.998, e a Lei n.º 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir a Confederação Brasileira de Games e Esports (CBGE) no Sistema Nacional do Desporto e destinar-lhe recursos oriundos da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos" seja incluído o convidado Senhor Paulo Germano Maciel, Presidente do Comitê Brasileiro de Clubes - CBC.

Autoria: Senador Carlos Portinho (PL/RJ).

A votação será em globo e simbólica.

Em votação os cinco requerimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Srs. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os cinco requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos.

Antes de começar nossa audiência pública de hoje, eu gostaria de aproveitar a presença do meu querido amigo, Mizael Conrado, Presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro, e prestar uma homenagem a ele e ao esporte paralímpico brasileiro, que brilhou mais uma vez, em Paris, e bateu o recorde histórico de medalhas conquistadas.

Para quem não sabe, Mizael está encerrando seu ciclo absolutamente exitoso à frente da CPB ao final deste ano, e quero aqui deixar registrada toda a minha admiração pela figura humana e pelo gestor Mizael Conrado.

O paralimpismo combina duas pautas caras ao meu mandato: o esporte e as pessoas com deficiência. E não há combinação melhor.

O esporte é, sem dúvida alguma, a ferramenta mais poderosa e eficiente na afirmação dessas pessoas, em qualquer idade, gênero ou classe social. Mizael e tantos outros atletas são exemplo disso.

Ao mesmo tempo em que desejo todo o sucesso ao futuro novo Presidente, José Antônio Ferreira Freire, quero dizer ao meu amigo Mizael que conte sempre comigo e que a causa das pessoas com deficiência e do esporte paralímpico deve muito a você. Muito obrigado por tudo, meu amigo, e muito obrigado pela sua presença. Quero dizer que é uma honra e um prazer poder dizer que você é meu amigo. Você realmente é um dos grandes vitoriosos que nós temos no nosso país.

Inclusive, se quiser fazer uma fala, pode ficar à vontade.

O SR. MIZAEL CONRADO DE OLIVEIRA (Para expor.) – Senador Romário, Presidente desta sessão, demais Senadores, demais membros presentes, é uma grande alegria estar aqui no dia de hoje. A gente está realmente muito feliz com o feito da nossa delegação lá nos Jogos de Paris. Foram oito anos, de fato, desafiadores. A gente conseguiu, para além dos resultados do alto rendimento, criar um projeto sistêmico de desenvolvimento esportivo: a criança começa nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escolinhas, aos sete anos de idade, passa pelos programas de desenvolvimento, até chegar ao alto rendimento.

Mas eu quero destacar aqui, Senador, que o senhor tem um papel fundamental em tudo isso. Foi graças à sua relatoria na LBI, lá em 2015, que nós conseguimos os instrumentos necessários e o financiamento para dar suporte para que esse projeto fosse possível, para que a gente conseguisse materializar todo esse projeto, uma jornada realmente de oito anos, como eu disse, desafiadora, mas que nos orgulha bastante.

Então, Senador, eu queria dizer que eu é quem tenho orgulho de ser seu amigo. E o movimento paralímpico brasileiro será eternamente grato a V. Exa. por todo o empenho, pela dedicação em torno dessa causa que é tão cara para todos nós. Então, a palavra que eu tenho aqui, Senador, a você é muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Bem, como de praxe aqui – eu tenho o costume de fazer isso sempre nas Comissões que presidi nesses anos aqui no Senado –, ao autor do requerimento da audiência pública eu sempre dou a Presidência da audiência. E hoje não vai ser diferente.

Quero passar a Presidência da reunião ao Senador Carlos Portinho, que é um dos autores desta audiência pública.

Boa sorte, Presidente! (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Romário, acho que seria adequado, se o senhor quiser ficar à mesa como Presidente da Comissão...

Ao suceder aqui a Presidência do nosso grande Senador e ídolo Romário, quero dar um bom dia a todos.

Esse é um tema que vem despertando o interesse de muitos Parlamentares de todo setor. Agradeço a presença, por isso, de todos.

Esta é uma audiência pública interativa. Ela se destina à realização dessa audiência com o objetivo de instruir o PL 618, de 2023, que altera a Lei 9.615, de 1998, e a Lei 13.756, de 2018,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para incluir a Confederação Brasileira de Games e Esports no Sistema Nacional do Desporto e destinar-lhe recursos oriundos da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos, em razão do Requerimento 13, de 2024, da CEsp, de autoria do Senador Rodrigo Cunha; do Requerimento 14, de 2024, de autoria da Senadora Leila Barros, dos Requerimentos 15 e 18, de 2024, de minha autoria, Senador Carlos Portinho; e dos Requerimentos 16 e 17, de 2024, de autoria do Senador Romário.

Nesta audiência teremos a participação dos seguintes convidados: Sr. Giovanni Rocco, Secretário Nacional de Apostas Esportivas e de Desenvolvimento Econômico do Esporte do Ministério do Esporte; Sr. Mizael Conrado de Oliveira, Presidente do Comitê Paralímpico; Sr. Luciano Hostins, Diretor Jurídico do Comitê Olímpico Brasileiro; Sr. Rodrigo Schekiera Franco dos Santos, Superintendente Nacional de Loterias de Prognósticos da Caixa Econômica Federal; Sr. Leonardo Fontes do Rego Barros, Presidente da Confederação Brasileira de Games e Esports; Sr. Marcelo Dalazen, Membro da Comissão Legislativa da Confederação Brasileira de Desportos Eletrônicos (Cbdel); Sr. Bruno Martins da Silveira Gomes Paes, Sócio-Diretor da Equipe Imperial Esports; Sr. Paulo Germano, Presidente do CBC (Comitê Brasileiro de Clubes).

Informo que também foram convidadas a organização não governamental Atletas pelo Brasil (APB); a empresa Ubisoft; a empresa Electronic Arts; a equipe Furia Esports; a empresa Riot Games; a empresa Loud e a empresa Valve Corporation, que não indicaram representantes.

Como temos oito convidados presentes, dividiremos em duas mesas.

Convido para tomar lugar à primeira mesa os seguintes convidados: Sr. Leonardo Fontes do Rego Barros, Presidente da Confederação Brasileira de Games e Esports; Sr. Marcelo Dalazen, Membro da Comissão Legislativa da Confederação Brasileira de Desportos Eletrônicos; Sr. Bruno Martins da Silveira Gomes Paes, Sócio-Diretor da Equipe Imperial Esports; Sr. Giovanni Rocco Neto, Secretário Nacional de Apostas Esportivas e de Desenvolvimento Econômico do Esporte do Ministério do Esporte.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu comunico a todos que nos acompanham nesse interessante tema que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211. O relatório completo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos – peço para abrir a lista de inscrição; temos, aqui, o Senador Izalci, que é autor do projeto, nosso colega – para fazerem perguntas e comentários.

Antes de dar a palavra – pela ordem, ao senhor Leonardo, à minha esquerda, Presidente da Confederação Brasileira de Games e Esports –, eu queria colocar algumas questões que eu espero, de mente aberta, que sejam aqui endereçadas pelos nossos convidados, porque são questões que interessam a todos.

A primeira delas, quero destacar, é se é interessante para os aficionados, para os esportistas eletrônicos estarem dentro do Sistema Nacional do Esporte. Queria deixar de lado a questão de recurso, porque não é isso. Você não pode olhar para recurso e dizer: "É aqui que eu vou estar". Porque poderia estar na cultura, poderia estar na tecnologia, que inclusive tem recurso disponível. Então, eu queria entender dentro do sistema jurídico.

Eu, como advogado de direito esportivo, sei da complexidade do sistema nacional esportivo, do seu sistema jurídico, da estruturação. Eu vejo que temos aqui duas confederações. Como é que isso se alinha? Essa estrutura, que para muitos é uma "igrejinha", como chamam, faz muito mal ao esporte em algumas modalidades, tanto que no futebol, hoje, os clubes querem justamente o inverso, querem criar suas ligas e sair das amarras de uma confederação ou de uma federação.

Por que isso é positivo para os esportes eletrônicos? Os esportes eletrônicos estão preparados e estarão sujeitos a terem o Tribunal de Justiça Desportiva e a seguir o Código Brasileiro de Justiça Desportiva?

O Código Brasileiro de Justiça Esportiva já é defasado para inúmeras modalidades, por isso que há um veto aguardando a derrubada – que espero conduzir antes, numa conversa com o Ministro Fufuca – na Lei Geral do Esporte, que permita que cada modalidade possa se autorregular, porque já é assim no mundo. A FIFA tem o seu código de disciplina dos atletas, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seu, entre aspas, "CBJD". A gente sabe que nenhuma lei nacional, estando o desporto ligado mundialmente a uma relação associativa, vai poder contrariar, inclusive, o que está na lei internacional. Isso aconteceu.

Eu fiz parte do *leading case* do caso Dodô, caso de *doping*. Foi o primeiro caso, no Brasil, em que foi desafiado um recurso à Corte Arbitral do Esporte na Suíça. E lá se aplicou o Código Mundial Antidopagem, que aqui no Brasil – embora fosse signatário à época – não havia sido internalizado e não era aplicado; era aplicado o CBJD. E numa decisão, no *leading case* da Corte Arbitral do Esporte, foi derrubado o CBJD, porque a questão de dopagem é uma questão internacional, diz respeito a toda modalidade.

Então, a minha pergunta é se os esportes eletrônicos estão preparados, querem estar sujeitos ao CBJD, que é do Ministério do Esporte, do Conselho Nacional dos Esportes, a sua edição. No remo e em outras atividades ele já é inaplicável, porque foi, sem dúvida alguma, escrito para o futebol.

A outra questão diz respeito aos recursos – para quem olhou só o pote – da loteria. O projeto não toma recurso de ninguém que já é beneficiado; toma da premiação, do valor do Imposto de Renda. Então, ele toma do Governo. O Governo está disposto a abrir mão desse percentual pequeno, de 0,04% – sim, é pequeno – para a manutenção das atividades dessa confederação?

A segunda pergunta, ou a última pergunta, dentre várias, perdão, é: esse valor de 0,04% é suficiente para a manutenção de uma estrutura que vai ser exigida para uma confederação, para um tribunal desportivo? Eu digo isso porque eu, como advogado esportivo, militei no tribunal desportivo regional e nacional do futebol de salão, do *water polo*, do basquete, do vôlei. Com toda certeza, não há uma estrutura nem nesses mais antigos, embora seja financiada com os recursos da loteria a sua manutenção.

E há uma questão própria aqui do setor, que são os desenvolvedores. Eles estão a fim de estar sujeitos à legislação, a uma legislação rígida, a uma estrutura de confederação? Estão sujeitos a criar o seu código, o seu tribunal desportivo e seguir o Código Brasileiro de Justiça Desportiva. Então, essas questões são as questões que devem permear.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu faço aqui... Embora eu tenha algumas críticas, e já manifestei, eu quero dizer que estou aqui de cabeça aberta. Inclusive, fui o maior interessado nesta reunião, convocando todos os atores para que a gente possa, se chegarmos aqui a um denominador comum – eu não tenho nenhum problema –, votar a favor, quero deixar bem claro. Estou aqui para ser convencido, então, de que essa estrutura é a melhor estrutura, porque a gente não pode esquecer que a tecnologia não tem fronteira, não tem barreiras, e o esporte eletrônico, os jogos eletrônicos são instrumentos de desenvolvimento de tecnologia. Quem jogava Donkey Kong, como eu, lá atrás, viu a evolução, viu como isso é aplicado, inclusive, no desenvolvimento de diversos outros setores. Os jogos eletrônicos estão na educação, na gamificação da educação, em diversos setores.

Então, eu quis colocar essas perguntas em geral, porque imagino que vocês são as pessoas capacitadas para nos responder.

Eu quero registrar a presença do Senador Rodrigo Cunha.

Inclusive, se quiser presidir a sessão, deixo-o à vontade, por favor. Assuma essa incumbência. Muito obrigado, Senador Rodrigo.

Passo a palavra ao Sr. Leonardo Fonte do Rego Barros, Presidente da Confederação Brasileira de Games e Esports.

O SR. LEONARDO FONTES DO REGO BARROS (Para expor.) – Bom dia a todos.

Obrigado pela introdução, Senador Portinho, pelo convite para um assunto tão importante para o setor de esporte eletrônico, setor *gamer*. Quero agradecer aqui ao Senador Rodrigo Cunha, ao Izalci e aos demais. Muito obrigado pela oportunidade.

São completamente pertinentes os questionamentos, Senador Portinho, principalmente no que se diz dessa questão de estrutura, na questão do direcionamento da possível verba. De fato, não se trata só do aporte financeiro, dessa questão financeira, e, sim, da questão do fomento e desenvolvimento de um melhor cenário do esporte eletrônico no nosso país, que já é referência internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de começar dizendo que a CBGE tem esse pleito para, literalmente, ter a capacidade de proporcionar um desenvolvimento melhor do cenário no Brasil. O esporte eletrônico, neste último ano, vamos falar, o setor *gamer,* no último ano, teve seu faturamento de US$230 bilhões, tendo o esporte eletrônico em si um pouco mais de seus US$2 bilhões na sua especificidade. Então, o esporte eletrônico, para quem não entende, está dentro da parte do cenário *gamer*, é um braço competitivo, é o braço oficial, profissional da modalidade do cenário *gamer*.

Quando a gente fala dessa questão da inclusão do 0,04%, esse é um número significativo, hoje, o mercado *gamer* atua sem nenhum tipo de apoio ou com pouquíssimo apoio. Existem alguns projetos que a gente tem orgulho de pleitear e chancelar, como o JED, os jogos educacionais digitais, que provocam inclusão, provocam capacitação de profissões do futuro, provocam a possibilidade, principalmente para aqueles que são da faixa de recorte social, de se ter acesso a um equipamento, acesso a uma modalidade que hoje já é um sonho de muitos brasileiros.

Eu geralmente faço muita alusão ao futebol: o que foi a ascensão do futebol e o que vem sendo a ascensão do esporte eletrônico. E a gente precisa muito garantir, através da confederação e dos seus parceiros, esse crescimento do segmento. Então, no que diz respeito à questão de educação e fomento, o que a gente busca é o desenvolvimento de arenas regionais, uma sede específica, fomento, educação; proporcionar campeonatos em níveis nacionais e internacionais; garantir que o Brasil tenha essa presença dentro do setor, que já tem, mas de uma maneira muito mais forte.

Esta audiência está acontecendo no meio de uma semana muito importante para o nosso mercado brasileiro, em que a gente tem um evento em São Paulo acontecendo, a Brasil Game Show, e ao mesmo tempo acontecendo o IEM Rio, que é um campeonato internacional de CS. No seu caso, a Brasil Game Show é uma feira *gamer* que envolve todo o ecossistema brasileiro, seja do desenvolvedor, seja da montadora, seja do consumidor, seja do atleta. E, já no caso do IEM Rio, a gente tem um evento de esporte eletrônico que é referência internacional para a modalidade de Counter-Strike.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, hoje, estar aqui e ter a possibilidade de esclarecer fatos, trazer transparência para a mesa, potencializar um processo de educação para os que ainda têm dúvidas sobre o assunto, para a gente, é muito importante. Quando a gente fala de organizações, de regulamentação, da questão do STJD, do CBJD, dentro do que compete à Confederação Brasileira de Games e Esports, a gente tem total interesse que isso aconteça, não a caráter só de regulamentar, mas a caráter de dar um padrão, de dar um direcionamento e trazer ainda mais seriedade para um assunto que já tem tanta seriedade e profissionalismo.

O esporte eletrônico conta com dezenas de profissionais dentro do seu ecossistema. E, falando especificamente dos atletas, são atletas que gastam horas e horas de treino por dia, e não necessariamente na frente do computador, mas um tratamento psicológico, treinamentos físicos. A parte obviamente específica do processo, que é, seja no computador, estar desenvolvendo o jogo, estudando... Existe muita estratégia, muita inteligência nisso tudo.

No passado, tinha um estereótipo muito confuso do que era o consumidor dos *games*, falava-se de repente do *nerd* ou do *geek*. Hoje a gente tem toda uma cadeia do esporte como um todo dentro do esporte eletrônico. Então, quando a gente fala, de novo, do atleta – eu conheço vários, tenho proximidade com vários; está aqui o Bruno, que é representante da Imperial e vai poder também falar sobre isso –, os atletas gastam dez horas, doze horas, oito horas em treinos específicos e não específicos. Então, o esporte eletrônico é um esporte como qualquer outro. Existe muito esforço, não mais que os demais, ou não menos importante ou mais importante, mas muito esforço dentro do assunto e dentro das modalidades, que são algumas, que garantem muita seriedade no que é feito, seja de viagens, seja de tudo.

Então, dentro do nosso processo de pleito aqui da PL, a gente entende que sendo concedida e aprovada, a gente vai conseguir beneficiar toda uma cadeia consumidora, todo um ecossistema, garantindo assim que o esporte eletrônico no Brasil vai se perpetuar e vai se tornar cada vez mais forte.

Eu me coloco aqui à disposição dos senhores para a gente esclarecer qualquer dúvida. A minha presença aqui se faz exatamente para isso, para ser transparente e garantir que a gente tenha o máximo de segurança para que os Senadores aqui e todas as pessoas necessárias tenham certeza e segurança da decisão que vão tomar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Leonardo, por manifestar e justificar o interesse no projeto.

Eu queria pedir agora ao Sr. Marcelo Dalazen, membro da Comissão Legislativa da Confederação Brasileira do Desporto Eletrônico, só para eu entender e a todos, faça essa apresentação, Marcelo, mas explique a diferença entre a Confederação Brasileira de Games e Esports – que foi o Leonardo que falou – e a Confederação Brasileira de Desportos Eletrônicos. Parece-me que há duas confederações sobre o mesmo tema.

O SR. MARCELO DALAZEN (Para expor.) – Bom dia.

Meu nome é Marcelo Dalazen. Eu sou advogado em Brasília e representante da Cbdel. Cbdel é a Confederação Brasileira de Desportos Eletrônicos, criada há muitos anos. Atua na área do desporto já com a área privada, com muitos projetos. Nós fomos convidados para comparecer hoje, exatamente para trazer alguma informação em relação às duas confederações.

Eu acho que a confederação foi criada depois. A Cbdel já existia, já faz parte do Sistema Brasileiro do Desporto, desde 2017, com os Certificados 18 e 18-A. Então nós já temos essa parte regulatória junto ao sistema, digamos assim, desde 2017.

Somos uma confederação já com reconhecimento nacional e internacional, atuamos há bastante tempo e estamos atuando exatamente na área do reconhecimento. Nós temos enfrentado algumas dificuldades, porque é um assunto novo, é um assunto que gerou certa polêmica, mas, como atualmente mudou o entendimento do jogo, do *gamer* como um verdadeiro esportista que é, porque uma pessoa que passa 10, 12 horas sentado não pode ficar sem fazer exercício também, senão ele teria muitos problemas de saúde. Então, na verdade, às vezes, ele é muito mais que um esportista, porque ele precisa fazer isso.

Essa parte já foi mudada, já foi reconhecida. Então estamos à disposição aqui para tirar algumas dúvidas, para o que necessário for. Eu acho que o entendimento, claro, não apenas financeiro, como V. Sa. esclareceu, mas tem a parte jurídica. A parte jurídica a Cbdel tem, desde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2017, todos os reconhecimentos, tem aprovação, foi fiscalizada, nunca teve uma confederação idônea e está à disposição para o que necessário for para o PL.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Eu vou puxar aqui as perguntas, que eu preciso compreender, porque, geralmente, dentro do sistema esportivo, você tem, no nosso país, federações e até confederações, mas elas estão ligadas diretamente a uma federação internacional.

Eu queria saber qual das duas confederações é reconhecida; e primeiro se existe uma federação internacional de esportes eletrônicos – não só para mim, mas para quem nos assiste – , se existe uma federação internacional. E, existindo uma federação internacional, qual das duas confederações está ligada a essa federação, é reconhecida por essa federação internacional

E aí eu vou seguir a ordem. Vou perguntar primeiro para o Leonardo.

O SR. LEONARDO FONTES DO REGO BARROS (Para expor.) – Oi! Obrigado novamente pela palavra.

Cumprimento o meu colega do Cbdel.

Existem duas federações internacionais hoje no esporte eletrônico, a GEF, que é a Global Esports Federation, e a Iesf, International Esports Federation. A CBGE está filiada e federada à GEF, e a Cbdel se encontra filiada à Iesf.

Importante aqui a fala, Senador, que, pela menos da parte da CBGE e pelo que entendo da Cbdel hoje, não existe mais uma disputa de poder; existe um trabalho acontecendo no bastidor de a gente unificar a frente dos *games* no Brasil para que a força nossa seja conjunta, uma só. Então, não existe a melhor ou a pior; os reconhecimentos são os mesmos, 18 e 18-A, todas as diligências possíveis, renovações de certificados, mas hoje, mais do que nunca, se faz necessário a gente ter uma frente única. E a frente única ainda está sendo discutida de uma maneira muito breve, mas há algo que... Principalmente depois da minha chegada à CBGE, a gente tem como um entendimento que, para o esporte eletrônico do Brasil, o melhor caminho é ter unificação de força. Então, hoje, eu costumo falar, a CBGE não faz o trabalho dela ou eu não faço o meu trabalho no caráter de competir com a Cbdel; a gente faz em prol do esporte eletrônico, como eu entendo que a Cbdel faz o mesmo da parte dela. Então, quando me pontuaram que a Cbdel

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estaria presente aqui e os demais convidados, eu fiquei extremamente feliz, porque o propósito aqui é de a gente literalmente dialogar e esclarecer o máximo possível do assunto.

Então espero que tenha esclarecido o mérito, mas convido também a falar... Se eu puder convidar, Senador, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, fique à vontade.

Não, é justamente...

Marcelo, vamos lá, porque essa unificação é fundamental, inclusive para o nosso sistema nacional esportivo. Ou se une ou alguém fica alijado, até porque o recurso é o mesmo.

Vou agora inverter, pedir para você falar sobre isso e fazer um esclarecimento a todos.

O sistema nacional esportivo não lista quais confederações são reconhecidas. Elas são reconhecidas porque elas estão ligadas a um sistema, elas estão ligadas à CBC, que reúne os clubes, e ao COB, que é quem faz o repasse para as confederações.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Exatamente.

Eu queria saber também...

Eu vou inverter; depois o Leonardo fala. Eu queria que você falasse dessa questão da unificação, porque não pode ter duas confederações. Realmente o caminho – eu já estou até servindo aqui de ponte – é realmente a unificação, para que a gente possa, inclusive, avançar com o projeto, porque, senão, a gente não sabe para onde está indo isso.

E a segunda questão é se há o reconhecimento do CBC, do COB, do CBGE no sistema, na verdade, nacional esportivo; qual é o reconhecimento que ele dá a essas confederações e quais são as relações jurídicas que existem entre vocês e esses atores, que são a parte do nosso sistema nacional esportivo.

O SR. MARCELO DALAZEN (Para expor.) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A fala do Sr. Leonardo é perfeita. Nós já estamos em tratativas há algum tempo, está bem adiantado e eu acho que vai dar tudo certo. Não tem outra alternativa, isso já foi conversado, é uma questão mais de regularizar. Acredito que seja isto: finalizar os trâmites.

A Cbdel trabalha mais na área privada, com projetos para entidades mais carentes. Então, nessa parte do financeiro, inicialmente foi feita uma afirmação de que a Cbdel não teria necessidade de participar dessa verba, o que não entendemos como uma questão correta, porque ou uma confederação tem direito ou não tem. Se ela já tem verbas ou se não tem verbas, isso não entra em questionamento, não seria uma justificativa para excluí-la do projeto. Acredito que essa não seria a justificativa.

Mas é isto: a unificação resolveria todos os problemas, uniria as duas confederações em uma só, e o trabalho seria melhor para a população, para os *games*, para as entidades e projetos em que vamos trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O.k.

Leonardo, quer acrescentar? Esse é o momento de vocês, não é?

O SR. LEONARDO FONTES DO REGO BARROS – Não, vamos aproveitar ao máximo.

Pegando o gancho, quero cumprimentar a Senadora Leila. Tudo bem?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Tudo bem.

O SR. LEONARDO FONTES DO REGO BARROS – A CBGE hoje vem tratando com algumas confederações em caráter de reconhecimento de chancela mútua, como a CBDU, do Presidente Luciano. Jogos universitários brasileiros estão acontecendo aqui em Brasília, com a modalidade de esporte eletrônico muito bem representada por todo o nosso país.

Há tratativa muito forte, inclusive, que deve ser finalizada e assinada agora com a CBB, que está com o braço de esporte eletrônico para a NBA 2K, que é a modalidade do jogo do basquete no *videogame*. Há tratativa com a CBF também para assumir e participar da gestão do esporte eletrônico – a CBF é muito forte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou mencionar aqui até um colega – me perdoem se estou sendo injusto –, de Recife, Caruaru. Temos o campeão mundial Paulo Neto na categoria do futebol virtual, que é o EA FC 25 – no caso, 24.

Como confederação da modalidade ou do projeto específico do *game,* do esporte eletrônico, a gente entende que pode somar bastante com as demais instituições. Então, as entidades em que a gente puder participar e ajudar para que exista um desenvolvimento melhor do cenário, vai-se fazer acontecer, principalmente no que depender da nossa parte. Anteontem eu tive uma conversa com a CBB justamente para alinhar a questão das expectativas, vamos falar assim, e de como a gente vai atuar junto com eles para potencializar esse mercado do esporte eletrônico dentro da Confederação de Basquete.

Acredito que seja importante um marco aqui do movimento olímpico 2025, que são os primeiros jogos olímpicos de esporte eletrônico. Se questionou muito por que o esporte eletrônico estava entrando dentro do circuito olímpico, se tornando uma modalidade olímpica. Eu acredito que o principal ponto, além do desenvolvimento na parte de fomento à educação, é também o da reciclagem do público consumidor. Isso vai muito também para o futebol, para os estádios, enfim, os clubes. Eu tenho muita proximidade com o Sport Club do Recife e a gente percebe lá que o sócio, o torcedor vem se afastando muito da modalidade. E você ter dentro do clube de futebol um esporte eletrônico, que vai trazer a cultura do clube, para voltar a fazer com que o garoto mais novo passe a ter aquele senso de pertencimento, é muito importante.

Então, dentro do que a gente pode fazer, a CBGE, e aí nesse processo de união, se tudo der certo, se Deus quiser, é a gente potencializar para que o esporte eletrônico possa ser uma ferramenta também de reciclagem para as modalidades tradicionais, para os clubes que têm um público consumidor, vamos falar assim, bem mais velho, que é o caso das Olimpíadas. É uma das tentativas das Olimpíadas, como foi com o *breakdance*, como foi com o *skate*, como foi com o *surf,* e está trazendo o esporte eletrônico para a mesa, não só pela importância e pelo consumo internacional, mundial, mas também para que a gente tenha uma reconstrução dessa base sólida de espectadores, enfim, de consumidores do produto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Queria registrar a presença do Senador Zequinha Marinho, da nossa querida Senadora Leila. Obrigado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela presença, ícone do nosso esporte, uma grande Senadora. Nosso ídolo, eu, como rubro-negro, o Athirson, lá no fundo, que hoje está como Secretário de Futebol do Ministério dos Esportes, e todo o acompanhamento.

Eu vou inverter um pouquinho a ordem, eu vou pedir agora, eu vou dar a palavra para os Senadores presentes, porque assim a gente faz um bate-bola, eu acho, com os nossos participantes. Então, como o Rodrigo Cunha deveria estar aqui presidindo – viu, Senador Izalci? – , eu vou dar primeiro as perguntas para o Rodrigo e depois passo para V. Exa., sem querer preterir a nossa dama, que deveria ser a primeira, mas aí, na sequência... A minha educação dizia que deveria ser a primeira, mas aí tem o processo legislativo.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Eu cheguei atrasada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, Rodrigo, eu acho que a gente pode fazer assim, a cada convidado, para a gente poder encadear aí o assunto.

Rodrigo Cunha é nosso Senador que iria presidir e Relator do projeto de autoria do Senador Izalci.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Para interpelar.) – Presidente Senador Carlos Portinho, pode ter certeza de que eu me sinto representado por V. Exa., por todo o conhecimento e vontade de fazer com que esse projeto seja realmente algo positivo. A gente sempre ouve falar que a política muitas vezes atrapalha e a gente pode estar diante de uma situação como essa, mas também pode estar diante de uma grande oportunidade. E o que eu observei, nesses últimos meses, é que todos nós, Senadores, todos nós que estamos aqui, estamos do mesmo lado. Todo mundo quer a mesma coisa, quer estimular, dar incentivos, valorizar o *e-sport* – a Senadora Leila, eu tenho certeza absoluta, o autor, da mesma maneira.

Agora é identificar: será que essa é a melhor forma ou qual seria outra forma? E esse modelo que está sendo apresentado realmente é o que deve ser agora a tônica porque, pelo que eu levantei de informações, colocar numa lei algo estático, referente a uma situação que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poderia ser menos formal através do próprio Sistema Nacional de Desporto ou COB, ou algo do tipo, pode ser uma inovação que fortaleça o próprio Legislativo, que representa o povo, mas também pode ser algo extremamente prejudicial. Então, a audiência pública serve para isso, para que a gente chegue a um denominador comum.

Além disso, é sempre importante falar sobre *e-sports*, esportes eletrônicos, esportes virtuais, aqui, dentro do Congresso Nacional. O Senador Portinho, já é a terceira vez que eu o escuto mencionar que jogou Donkey Kong (*Risos.*) no Atari – eu acredito que foi ainda o Atari, naquela época. E, para muitas pessoas dentro aqui do Congresso, os *games* acabam tendo uma visão unicamente de lazer, e não é – não é. É também lazer, mas, hoje, nós temos atletas, nós temos uma comissão técnica, nós temos patrocinadores, temos campeonatos com altas premiações, temos espectadores, temos torcedores, ou seja, tem todas as características que os classificam inclusive como esporte: *e-sports*. Inclusive eu sempre faço esse paralelo com o que o COI reconhece, que é o xadrez, um esporte mental que tem a concentração, a estratégia como sendo o seu diferencial entre essas características que o consideram como um esporte. E, na minha concepção, o *gamer* é um esportista, ele é um atleta e, inclusive, deve ser tratado dessa maneira.

Então, a gente está nessa fase. Eu não quero nem entrar na parte de desenvolvedor do jogo ou algo do tipo, porque já é uma outra situação para ser discutida aqui dentro, outro tipo de incentivo. Mas a esse atleta, a esse time que é feito, a essa confederação a que ele vai ser vinculado, tudo isso tem que ser visto como um esporte. A gente tem que chegar nesse caminho, o mundo já caminha para essa linha. O COI já favorece, em várias situações, o reconhecimento do esporte eletrônico. Então, através dessas perguntas simples, objetivas, que o Senador Carlos Portinho já fez aqui, a gente já está começando a ter uma outra visão de como pode uma união trazer um resultado gigante para um nicho importantíssimo do nosso país.

O Senador Izalci foi muito feliz em trazer essa discussão, ele é uma pessoa, desde sempre, um Parlamentar, desde sempre, ligado à área da tecnologia e está aqui buscando a melhor solução para valorizar o *e-sport* – pode ser essa, pelo menos é uma discussão que está sendo realimentada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Leila conversou comigo, em outra situação, preocupada em não atrapalhar: "Rodrigo, a gente pode atrapalhar o *e-sport*, a situação aqui pode abrir uma brecha, um precedente perigoso para outros esportes, inclusive". Então, vamos deixar clara a situação, para que a gente possa evoluir. Através de uma audiência pública, nós conseguiremos, com certeza, esse objetivo.

Então, a minha pergunta, aqui também sendo bem direto, como foi falado do Sistema Nacional do Desporto, do COB, de algumas outras entidades, é se os senhores já buscaram essas entidades formalmente, se já tiveram algum tipo de negativa ou se tem alguma tratativa para que sejam também as confederações inseridas, como são outras federações dentro do sistema. Então, é para os dois: se, formalmente, já houve algum procedimento aberto.

O SR. LEONARDO FONTES DO REGO BARROS (Para expor.) – Senador, quando você fala em relação a federações, eu não entendi se é no eixo do Sistema de Desporto...

Veja, a CBGE, como a Cbdel, tem os seus certificados 18 e 18-A aprovados. Na tratativa de conversa – e não limitada às federações ou ao Sistema de Desporto, mas também no eixo das organizações, dos protagonistas do cenário, sejam os atletas, sejam as organizações do esporte eletrônico, principalmente no que eu posso comentar, da parte da CBGE – a gente tem um diálogo muito aberto.

Desde que eu entrei na CBGE e assumi a Presidência, a gente vem mantendo esse diálogo e essa conversa aberta para fazer uma gestão a quatro mãos e não ser algo imposto goela abaixo.

Então, tem aqui o Bruno, que é da equipe da Imperial, referência no cenário. Queria inclusive, Senador Portinho, se me permitir, agradecer a presença do Bruno, porque é muito importante para essa conversa a gente ter um nível mais rico de assunto, de discussão, principalmente em várias frentes: uma organização de esporte eletrônico, o nosso Senado aqui presente, uma confederação dentro do mesmo segmento, para a gente poder esclarecer ao máximo. Desde que a gente vem falando, do que eu posso falar, não existe negativa. Existe o questionamento, existe a dúvida. E eu até falei um pouco mais cedo, antes de entrar aqui, que boa parte do nosso processo e da nossa responsabilidade é no processo educativo, de garantir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que todo mundo tenha o entendimento do que é o esporte eletrônico, para onde ele vai e como ele pode ajudar a nossa comunidade e a nossa sociedade.

Quando a gente fala de formação de atletas... Senadora, eu fui atleta de judô de alto rendimento, então eu entendo, principalmente, como é ser beneficiado por uma federação atuante, por uma confederação atuante. Dentro do que eu me proponho a fazer e do que é o mote do negócio, o nosso direcionamento da CBGE é garantir essa essência na operação, garantir muita comunicação, muita abertura de diálogo, muito fomento, muita educação.

Então, respondendo ao Senador, eu nunca tive negativa de nenhum tópico. Existem preocupações e dúvidas, e a gente sempre tenta tratar e sentar para esclarecer todas elas. Ninguém aqui é dono da razão, e todo mundo está aqui para aprender diariamente. Do nosso lado, a gente tem o domínio do assunto, a gente consome isso – eu consumo diariamente, graças a Deus –, e estou sempre disponível para isso. Então, eu me coloco muito confortável em avançar com esse PL e com essa discussão por ser algo em que eu não vejo problema. Eu estou apto a discutir e potencializar soluções e trabalhar em conjunto. Não sei se respondi a V. Exa., mas espero... Se tiver mais dúvidas, eu estou aqui também.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Então, deixe-me só esclarecer. Tem especialistas aqui. Eu não sou um especialista nessa área esportiva, mas, pelo que eu entendi, esse passo que nós estamos buscando através da lei... Lei. Não é um passo comum reconhecer uma confederação através de lei. É isso. Se não é através de lei, é através de quê? Pelo que eu entendi, é através do Sistema Nacional do Desporto, através de uma confederação específica, do COB. Então, esse é o procedimento normal.

Nesse procedimento normal, se a Confederação Brasileira de Games e Esports quer ser considerada uma confederação que preencha todos os requisitos dentro do sistema nacional, ela deveria, no meu ponto de vista, chegar a formalizar um procedimento: "Olha, preenchemos tais requisitos, estamos no âmbito nacional, temos essas características e quero ser reconhecida como uma confederação pelo sistema". É esse o procedimento? E, se foi feito, então é formal, a questão é formal, não só apenas de conversa legal, "não tenho nada contra". Então, é se tem um procedimento para se chegar lá, se isso foi feito formalmente e qual foi a resposta.

Bem objetivo, porque todos querem perguntar aqui e querem responder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso que o Senador colocou é importante até para o próprio relatório, inclusive para a própria aprovação, se for o caso, porque a gente não pode colocar o nome CBGE lá na lei, porque a CBF não está, a CBV não está, não é isso. Ela tem, através do reconhecimento do próprio sistema nacional, que se construir, porque já é construída como confederação, mas está vinculada ao COI, ao COB, no caso aqui no Brasil, ou o futebol reconhecido talvez pela CBF.

A gente sabe que isso aconteceu com o futebol de salão, não é, Athirson? Acabou que a CBF chupou o futebol de salão para dentro. Acho até que foi muito ruim para o futebol, para o futsal, mas foi assim que aconteceu. Então, isso que ele está perguntando é importante, porque a técnica legislativa vai ter que conduzir para um final, mesmo que seja pela aprovação.

E, até fazendo outra observação ao Relator, que eu também percebi, a lei de iniciativa do Senador Izalci, talvez porque tenha sido proposta antes – pode ser isso, não me recordo aqui da aprovação da Lei Geral do Esporte –, o texto remete à Lei Pelé, que espero que a gente derrube, querido Athirson, inteira, porque está difícil para os operadores do direito conviverem com as duas. Mas, então, talvez tenha que adequar a Lei Geral do Esporte também, só esse reparo.

Mas a pergunta do Senador Rodrigo Cunha, que depois eu passo ao Marcelo.

Leonardo.

O SR. LEONARDO FONTES DO REGO BARROS (Para expor.) – O esporte eletrônico é uma modalidade não tão nova, mas muito forte recentemente. Nos últimos três anos, a gente vê aparecendo cada vez mais. Então, dentro do sistema, não foi feito o pleito ainda, as tratativas junto ao COB e todo o trato necessário. Ele está acontecendo, principalmente neste momento pós-eleição, sejam as municipais, Vereadores, enfim, e do próprio COB em si, mas o nosso Presidente eleito do COB, o Marco la Porta, e a Yane já convidaram e já se posicionaram de maneira positiva ao esporte eletrônico, até mesmo para criar um braço de direção para gerir essa modalidade dentro do COB. Eles, inclusive, falaram numa audiência, porque, pela falta do conhecimento, iriam trazer pessoas com o conhecimento cabível para poder tocar os méritos. A CBGE tem o seu certificado 18 e 18-A ativo, todas as licenças, enfim, tudo em dia, mas, fazendo aqui uma alusão à CBB, à CBDU e aos demais que estão dentro da lei, na representatividade do PL, é o que a gente busca também. Então, espero que eu tenha respondido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Marcelo, quero só fazer um reparo. É possível que a legislação eventualmente preveja que o esporte eletrônico é uma modalidade de desporto, isso para que ela possa se adequar às outras confederações.

Marcelo.

O SR. MARCELO DALAZEN (Para expor.) – A situação da Cbdel já é um pouquinho diferente. Ela já está um pouquinho mais adiantada nessa fase, nessa parte jurídica de legalidade. Ela já tem, como eu mencionei, desde 2017, a certificação, vem renovando sempre a 18 e a 18-A junto ao Sistema Nacional do Desporto, já tem vinculação com o COB, já atuou nessas áreas; então, tem uma vinculação. Isso é para deixar bem claro que nós não somos... Reafirmando o que V. Sa. falou, Dr. Leonardo, nossa intenção não é enfrentamento, não é briga. A nossa intenção realmente é a unificação e trazer o melhor para os desportistas, para a população e, inclusive, para o sistema. E isso só traria uma facilidade a mais para unir as duas empresas, as duas confederações. Essa seria uma das maiores vantagens.

Como já está mais adiantada a situação, a unificação também ajudaria um pouco mais em relação a isso.

Não sei se isso responde, mas nós já estamos em uma situação bem mais adiantada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É por isso que essa unificação – e eu fico feliz de ver que há o interesse – é fundamental, inclusive para o próprio andamento do projeto, na minha opinião. Hoje tem dois presidentes que querem conversar, mas, amanhã, na rotatividade que o próprio sistema exige, aquele que está reconhecido pelo COB ou que está em tratativa para reconhecimento não é o que vai receber o recurso. E o que recebe o recurso ainda não está em tratativa. Amanhã, mudam os presidentes, o que...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Pela ordem.) – Aí, você está falando de duas que estão aqui pleiteando isso, mas existem outras?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É... Não, não... Eu até trouxe as duas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Então, elas estão se entendendo; e as demais?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu até quis trazer as duas para tentar essa harmonização, porque foram as duas que eu identifiquei. Eu não conheço outras, mas amanhã podem aparecer. E aí, quem não quer o dinheiro hoje amanhã pode querer o recurso.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – É igual ao jiu-jítsu. Nós temos várias confederações de jiu-jítsu. Enfim...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso, a gente tem vários exemplos em outras modalidades.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Já pensou se todo mundo vier aqui...

(*Interrupção do som.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só pode ter uma, não é?

E aquele que ainda não foi reconhecido amanhã pode querer ser reconhecido, e vai criar-se um impasse.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. *Fora do microfone.*) – Mas isso não é atribuição nossa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É aí que está... Eu queria passar...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Não é atribuição da Casa a entidade privada que foi admitida até pelos representantes da Cbdel. Nós aqui, como Congresso, não tratamos disso, entendeu? Então, eu acho que está tendo uma distorção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fui Relatora do marco legal dos jogos eletrônicos. Eu já tratei disso aqui, inclusive, em outros momentos, porque houve já esse pleito através da Senadora Rose de Freitas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Deixe-me só pedir ao Senador Izalci...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Desculpe, eu até atropelei aqui. É porque eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... por cavalheirismo, para dar a palavra à Senadora Leila...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu acho que a Senadora Leila pode complementar, depois eu falo. Não tem dificuldade nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Izalci.

Aproveitando, com a palavra, Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Para interpelar.) – Para ser mais objetiva, pedi até para a minha assessoria... Ontem nós fizemos uma reunião de horas para tratar sobre como nós atuaríamos aqui nesta audiência pública. Então, eu vou ler um texto que conta um pouco dessa trajetória minha com relação aos esportes eletrônicos, até chegar à lei geral, enfim.

Eu acho que já tive a oportunidade de conversar com alguns colegas aqui que trataram disso – inclusive o Portinho; o Romário tratou o tempo todo de lei geral –, e nós tratamos de muitas coisas aqui dentro com relação à legitimidade ou não de certos pleitos aqui dentro da Casa. Então, nós estamos tratando de uma proposição que dispõe sobre o segmento *e-sports*, os chamados jogos eletrônicos.

Eu tive a satisfação, como todos sabem, de ser a Relatora do marco regulatório dos *games*, que consolidou conquistas fundamentais para o setor, regulando a fabricação, a importação, a comercialização, o desenvolvimento, o uso comercial de jogos eletrônicos, formalizando e, inclusive, organizando a indústria no país – eles são muito gratos a todos nós nesse sentido –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criando incentivos fiscais ao setor para estimular o desenvolvimento dos jogos no Brasil, inclusive acesso, como você sabe, à Lei Rouanet, que foi tratada aqui, reconhecendo a atividade como uma produção audiovisual, além de garantir o cuidado necessário com as nossas crianças e adolescentes e o acesso.

Mas também relatei matérias semelhantes ao PL em apreço e que tinham por objetivo, entre outras questões, determinar de forma unilateral a representatividade nacional desse segmento. Eu estou me referindo aos PLs nºs 11 e 1.779, de 2022, ambos da querida companheira de bancada Senadora Rose de Freitas, que tramitavam conjuntamente. E o meu parecer foi contrário à aprovação, já deixando muito claro nesta Comissão.

A diferença em relação ao PL 6.118, de 2023, é a escolha de outra confederação para representar o segmento e receber recursos de loteria. Em vez da CBGE, como pretende o Senador Izalci, era a Cbdel, da qual nós temos aqui o representante, indicado pela Senadora Rose de Freitas.

De pronto, parece-me muito claro, e assim me manifestei no parecer que foi aprovado, o nosso, que não é papel, reforçando, do Congresso Nacional, escolher a entidade privada – o que foi até reconhecido pelo nosso colega aqui, representante da Cbdel, na sua fala; você falou: "Sou uma entidade privada" – que representará o setor e, pior, fará jus a recursos públicos.

Então, aliás, em relação aos recursos lotéricos, eu entendo que, quando o Comitê Olímpico Internacional (COI) admitir, falo para os colegas, ou incorporar o *e-sports* ao movimento olímpico – porque o *e-sports*, até o momento, não está incorporado ao movimento olímpico –, automaticamente, indicará a confederação. O próprio COI, automaticamente, assim que admitir que o *e-sports* faz parte do movimento olímpico, vai indicar a confederação nacional que será ligada a ele, como acontece, meus amigos, todos do esporte aqui, como acontece com as demais modalidades: voleibol, basquetebol, handebol, atletismo, entre outras. Essa entidade passará a receber recursos do COB. Esse é o trâmite correto, legal, de como todas as confederações recebem recursos, não havendo, portanto, necessidade de nenhuma, absolutamente nenhuma – desculpem a minha... – alteração legislativa nesse sentido, até porque a legislação que o PL busca alterar somente indica repasses, está indicando apenas repasses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o movimento olímpico e paralímpico, clubístico, dos esportes universitário e escolar, não destinando recursos diretamente a nenhuma modalidade esportiva.

Mas, enfim, vamos fazer as perguntas.

Eu gostaria de perguntar aos dois aqui, aos dois representantes, tanto da Cbdel como da CBGE: há um único representante legítimo? Se há um único representante legítimo...

Ele vai dar a palavra para os dois.

Se há algum representante legítimo do setor... Vocês já falaram que, na verdade, não tem. Não existe. Vocês dois estão conversando, mas eu não entendo: os dois estão conversando; e os demais? Não existem outras confederações que também têm o mesmo interesse? Então, só deixando bem claro: há a questão de os dois estarem conversando, mas existem outros interessados do próprio setor.

E os *publishers*, que são os verdadeiros donos dos *games*... Eu fiz audiências públicas aqui no Senado, vocês sabem disso, sobre o marco regulatório. Eles são os verdadeiros donos dos jogos eletrônicos, eles que confeccionam, eles que...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Desenvolvem.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – ... desenvolvem – obrigada – os jogos. Eles estão de acordo com a escolha desta representação? Eles vão se submeter às regras ditadas por ambas? Eu acho...

As demais perguntas eu tenho para o COB, que não está sentado aí; eu tenho para a Caixa Econômica, o que eu quero saber.

E, por fim, sabemos que todo setor *e-sports* movimenta valores... Você falou aqui, Rodrigo, mas a gente sabe, que os jogos movimentam bilhões – bilhões – e que estão em franca expansão. Além disso, como disse há pouco, acabamos de aprovar um marco regulatório para o setor que garante incentivos, condições favoráveis ao crescimento.

Diante desse cenário, eu pergunto: há necessidade de um segmento tão pujante receber recursos públicos em vez de outras modalidades esportivas claramente mais carentes?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, são duas perguntas: sobre a posicionamento dos *publishers* e sobre se há necessidade de recursos públicos. É até melhor assim porque o autor do projeto depois vai se manifestar.

Leonardo e Marcelo: primeiro o Leonardo; depois o Marcelo. Pode ser?

O SR. LEONARDO FONTES DO REGO BARROS (Para expor.) – Senadora, obrigado pela pergunta.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Por nada.

O SR. LEONARDO FONTES DO REGO BARROS – Vou tentar ser breve.

Referente à primeira pergunta que foi sobre a questão da representatividade. Dentro do meu entendimento da CBGE, eu acredito que existam apenas duas confederações, hoje, que fazem o trabalho dentro do esporte eletrônico: a Cbdel faz a parte dela e a CBGE, obviamente, pelo que a gente entende desse segmento.

A CBGE hoje conta com nove federações federadas a ela e, até o final do ano, devem entrar mais sete que estão em processo de constituição e formação. Então, eles reconhecem a CBGE como a confederação de *games* e esportes do país, os nossos federados.

Referente às *publishers,* a CBGE tem uma tratativa muito próxima a todos eles. Inclusive, a Riot foi uma das convidadas aqui, não pôde estar presente. A Ubisoft já entrou em contato, fizemos reuniões. A questão aqui é: eles são de fato os donos dos jogos. Fazendo uma alusão ao vôlei, ao judô, não existem esses donos, existe um representante. Então, em trabalho em conjunto...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, até existe, até existe. No futebol, o dono, quero deixar claro, é a FIFA. Mesmo que eu queira mudar aqui a lei, a FIFA vai dizer: "Oh, chama de outro nome". Tem dono.

O SR. LEONARDO FONTES DO REGO BARROS – Mas o que eu quis dizer, Senador, aqui, é que qualquer pessoa pode jogar o futebol, qualquer pessoa pode fazer o judô, qualquer pessoa pode fazer o vôlei. Dentro do nosso mercado, eles, de fato, são os donos dos jogos e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente está seguindo as atualizações, as propostas de regras competitivas que o jogo traz. A gente segue.

Dentro do que a gente se propõe a fazer junto a eles, no caráter de regulamentar, enfim, de dar direcionamento, é trazer, em conjunto, a aplicação do que já existe para uma regra literalmente dentro da CBGE, dentro do nosso livro de regras, das nossas expectativas. Então, eu não vejo isso como um problema.

Vou reforçar aqui que o esporte eletrônico virou esporte olímpico. No que vem a gente tem, na Arábia Saudita, em 2025, o primeiro ciclo do esporte olímpico, que vai acontecer a cada dois anos. Então, já está dentro do sistema olímpico. O COI está em processo de anunciar todas as informações cabíveis, inclusive as modalidades. Há uma grande expectativa para todos nós que estamos dentro e que estamos envolvidos dentro do segmento do esporte eletrônico, mas, sim, já tem algo muito avançado.

E teve uma última pergunta que a senhora fez, mas eu não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se há necessidade, diante dos recursos que já são investidos pelo setor privado, de receber recursos públicos.

O SR. LEONARDO FONTES DO REGO BARROS – Eu acredito muito na questão da necessidade, não estaria aqui se eu não acreditasse. Não estaria aqui até em respeito ao Senador Izalci, que fez o pleito, e a tudo que vem sendo desenvolvido com o nosso Relator Rodrigo Cunha. E toda a equipe da CBGE hoje não estaria sentada aqui à mesa se não acreditasse que é algo que tem muita importância.

E não é uma importância para o topo da nossa cadeia, é importante principalmente pela nossa base, pela criação de uma base sólida do ecossistema consumidor do cenário *game*, do esporte eletrônico. Com essa possível aprovação, com essa verba, a gente consegue desenvolver o esporte eletrônico de uma maneira muito mais agressiva no Brasil, garantindo que a gente tenha representatividade e todo o processo educacional esportista que envolve o esporte como um todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu falo isso, porque, como atleta de judô que fui, sempre tive muito identificada em mim dentro do meu perfil a questão da disciplina. Então, acredito que a importância existe, se faz jus. O privado se beneficia de outras maneiras. E, dentro do que existe hoje na comunidade, na sociedade brasileira, com o consumo do esporte eletrônico, ignorar o processo eu acho que é muito ruim. E ter a capacidade de potencializar esse crescimento e de trazer isso para o Brasil de uma maneira com maior representatividade se faz necessário.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Só rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Eu não estou ignorando, ninguém aqui está ignorando a necessidade do processo ou, na verdade, como se está fazendo o processo. Se o COI sinaliza que será o esporte eletrônico olímpico, ótimo; então, o COI passa isso para o COB, e o COB que legitime quem será a confederação que irá passar o repasse... Eu só estou reforçando isto para os colegas: isso não é nossa atribuição – não é a nossa atribuição. A nossa atribuição aqui é discutir os repasses lotéricos para as principais entidades que são legitimadas por uma entidade internacional – no caso, vamos falar de esporte olímpico, o COI. Nós temos representantes aqui tanto no Comitê Olímpico quanto no Comitê Paralímpico que estão legitimados, a que nós passamos os recursos. Essas duas entidades, a partir do momento que o COI legitimar... Izalci, é isso que eu estou querendo dizer para os colegas, está muito claro. A partir do momento em que o COI legitimar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso é questão jurídica, sim...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – ... e o COB falar que o.k., que não sei quem está legitimado a receber, porque... Aí tudo bem, o COB repassa, a gente trata disso em um segundo... Mas não é atribuição nossa colocar numa lei que uma confederação... Então, nós vamos ter que colocar todas as confederações, meu povo! Vamos colocar todo mundo e o percentual de cada confederação... Isso não é atribuição... É só isso que eu estou querendo dizer para vocês. Isto está muito claro aqui: a gente está tratando de uma tarefa que não é nossa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pronto. Eu acho que eu fui muito clara.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Deixe-me só tirar uma dúvida...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Lógico.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Nós temos aqui o Comitê Brasileiro de Clubes. Como é que é constituído esse comitê?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Izalci, sobre isso aí, a minha sugestão é que... A gente vai ouvi-lo, inclusive. Ele vai ser ouvido aqui. Aí a gente faz...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas é só perguntando...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só para a gente...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Esse comitê brasileiro é o quê? É uma instituição, é uma entidade? Tem CNPJ?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É um comitê reconhecido. Tem tudo, sim. Faz parte do Sistema Nacional do Esporte.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sim, mas... Eu posso falar já? Posso falar, Presidente? Você quer que eu aguarde mais alguém?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Desculpe, Izalci, eu quero muito ouvir, porque você é o autor do projeto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, tudo bem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu queria só que o Marcelo respondesse as questões...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Está bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Aí eu acho que você, com todos os elementos, vai poder falar.

O SR. MARCELO DALAZEN (Para expor.) – Respondendo à Senadora, eu já tive o prazer, Senadora, de ir até seu gabinete, entreguei uma documentação, conversei com os seus assessores em relação a isso. Explicamos que realmente eram duas as confederações.

Eu não sei se a senhora me entendeu mal ou eu me expressei erradamente – pode ser. Eu não falei que nós somos uma firma, uma empresa privada; eu falei que nós atuamos para algumas entidades. Somos representantes da... temos vinculação com a Tencent, que é uma das maiores organizadoras, controladoras das empresas privadas de produção de *games*. Temos hoje vinculação com mais de... acredito que são 20 as federações. Estamos fechando com as outras 7, que são todas as federações brasileiras, são 27. Estamos fechando com... faltam só 7. Já temos aceitação em 20, eu acredito que em 20 ou em 21 estados, com leis específicas reconhecendo. Então, a Cbdel já tem um longo caminho trilhado. No ano que vem, participaremos de um evento na Arábia Saudita através do COI.

Então, eu peço desculpas se eu me expressei mal, e a senhora não entendeu, mas nós já tivemos o prazer de conversar e apresentar isso.

Em relação a ter interesse ou não, se é ou não necessário o valor destinado – porque poderia destinar para outro –, eu não vejo essa discussão como sendo uma discussão: "Ah, não, você tem direito, mas não vamos destinar a você, porque tem outras que necessitam mais desses recursos; vocês têm outras formas de...", eu não vejo assim. Eu acho que, se há uma confederação, se é reconhecida, se ela tem esse direito, não é porque ela tem outros meios de produzir... A maior quantidade de receita é um melhor trabalho, a quantidade de trabalho, as pessoas atendidas, o desenvolvimento do esporte será melhor, maior quantidade de atletas será atendida por essa verba. Então, eu não vejo essa pertinência nesse sentido, mas, claro, estamos imbuídos em resolver a situação. Para quê? Para trazer benefício aos brasileiros que atuam nessa área, que querem, que precisam.

Esclarecido, Senadora?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Muito esclarecido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixe-me falar um negócio para vocês: está bacana o discurso aqui, eu parabenizo os dois pelo trabalho, mas a discussão aqui não é nada disso. Ninguém está... Muito pelo contrário, eu sou uma pessoa que incentivo, pode falar com quem vocês quiserem. Eu estou legitimada a falar aqui porque eu trabalhei muito para que fossem regulamentados os jogos eletrônicos no país.

Então, esse discurso que vocês estão falando... Eu não estou querendo impedir desenvolvimento de nada, muito pelo contrário; o que eu estou discutindo aqui é a legitimidade de estarmos tratando de recurso para uma confederação – ponto! – ou duas confederações. É muito claro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Porque o sistema, reconhecendo a modalidade, naturalmente faz a distribuição dos recursos.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito. Vamos deixar para o COI, para o COB resolver isso, e depois...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas eu quero dar a palavra agora ao Senador Izalci, até porque eu também quero ouvir os outros e acho que os outros convidados também podem acrescentar neste debate.

Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Presidente, assim como tem nos Jogos Olímpicos, no futebol, precisa ter uma organização; se for deixar correr frouxo, você não vai ter um campeonato organizado, como existe no futebol, por exemplo, ou no basquete, ou no vôlei.

Eu concordo plenamente com que você definir em lei a confederação talvez seja equivocado mesmo, mas, para a área de *games,* é necessário recurso para que se organize o sistema. Então, assim como tem o Comitê Olímpico Brasileiro, o Comitê Brasileiro de Clubes, o Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos, aí, sim, talvez fosse o caso de colocar aqui o comitê dos *games*, para atender realmente a organização, porque é um esporte. "Ah, mas fatura bilhões e bilhões!". Sim, o Real Madrid e vários outros times também faturam bilhões, e não é por isso que nós vamos acabar com a organização do futebol.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é papel desta Casa, sim, a questão da distribuição dos recursos. E qual é o recurso que vai hoje para os jogos eletrônicos? Nenhum. Então, é papel nosso e faz parte do Sistema Nacional do Desporto. Nós queremos que os jogos eletrônicos sejam incluídos no Sistema Nacional do Desporto que parte dos recursos da loteria esportiva, assim como vai para o esporte olímpico, vai para o futebol, vá também para o esporte de *games* eletrônicos. Esse é o objetivo do projeto. Então, há necessidade, sim.

Se eu for perguntar para a Caixa: "Caixa, o que você acha de 0,04% desses recursos para os *games*?". É lógico que ela não quer, como também não gostaria de que fosse nada nem para a Olimpíada, nem para o futebol, nem para lugar nenhum, se dependesse dela. Mas não é ela que decide; somos nós aqui, o Congresso Nacional que decide, com relação aos programas esportivos, qual é o percentual que nós vamos destinar. A Lei Rouanet também foi criada por lei aqui e a Lei do Esporte também aqui. Então, essa questão da definição de recursos cabe ao Congresso Nacional definir.

Concordo plenamente com que, nesse caso específico de uma confederação, acho que não seja adequado, mas que tem que ter o recurso destinado aos jogos eletrônicos, tem que ter. Por quê? Porque é tão importante e hoje movimenta até mais recursos do que o futebol ou outros: o vôlei, o basquete, o judô, o caratê...

Então, o objetivo do projeto é incluir os jogos eletrônicos no Sistema Nacional do Desporto, que haja recurso para organizar o sistema. E aí se tiver que... Por isso que eu perguntei, aqui, se o comitê tem CNPJ, se é uma entidade ou não é, mas seria o caso, se for uma entidade, de se criarem, então, os recursos destinados ao comitê dos jogos eletrônicos, porque, aí, sim, quem estiver filiado, tiver a representação, teria a sua parcela contemplada.

Então, eu quero, Portinho, elogiar bastante a sua iniciativa de fazer a audiência pública – acho que foi fundamental, não é, Rodrigo? –, mas o que é importante aqui nós definirmos, como Congresso Nacional, é que precisamos destinar recursos, e tem que ter uma organização dos jogos eletrônicos no Brasil. Até, inclusive, foi dito aqui, previsão para fazer não só jogos olímpicos, mas também campeonato mundial – tem previsão de campeonato mundial também. Então, você tem que ter organização. Se vai ser a entidade A, B ou C... Realmente acho que estabelecer na lei a confederação não é o correto, mas nós temos que definir um ente ou um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comitê, o que for, para que parte desses recursos vá para organizar os sistemas de *games*. Esse é o objetivo do projeto.

Então, eu fico feliz... Inclusive, se houver uma organização aqui de junção, mesmo em se criando uma única confederação, eu ainda acho que também, como disse a Senadora Leila, talvez não seja adequado colocar essa confederação, mas, com certeza, alguma instituição que vá cuidar disso nós temos que colocar, ou o comitê, não sei o quê. Assim como tem o Comitê Olímpico e também o Comitê Brasileiro de Clubes, provavelmente um comitê de jogos eletrônicos, mas a gente precisa destinar recursos e organizar o sistema...

Aliás, tem muito recurso, está bem difundido, mas organizar como instituição, como jogos, e aí há uma expectativa grande de alavancar o setor, muito, por exemplo... Lógico, gostaria de que meu time, o Galo, tivesse lá um time do Galo eletrônico para disputar o campeonato nacional, o campeonato mundial. Isso, então, eu acho que vai alavancar, inclusive, os demais esportes.

Então, parabéns pela audiência pública, acho que foi importante este debate, é importante isso. E acho que o nosso objetivo principal é instituir realmente uma organização do sistema e colocar recursos para que esse sistema funcione.

Obrigado, Portinho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Izalci, só aqui deixando claro, até para quem nos assiste, acho que todos nós... Isso é um interesse comum – tanto da Senadora Leila como seu, sendo autor do projeto, do Relator Rodrigo Cunha, meu, como membro da Comissão aqui presidindo, além de ter pedido a audiência pública –, que haja um incentivo a esse setor, isso é ponto pacífico.

O primeiro incentivo a esse setor nasce com o marco, que foi a Senadora Leila quem relatou e nós aprovamos todos, é um trabalho conjunto aqui, que eu me lembro o quanto durou, tanto que a Senadora do Espírito Santo...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Rose.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... a Rose de Freitas, terminou o mandato dela sem ver aprovado seu marco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – E a gente teve o cuidado de não tirar recursos dos demais esportes para não criar confusão. Por isso que foi colocado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas só assim, essa agência pública é importante para a gente entender como funciona o sistema internacional e nacional, porque, a partir do momento em que houver o reconhecimento do COI da modalidade de esportes eletrônicos, naturalmente o COB vai ter que dividir um pedacinho do seu bolo – isso não é a vontade da Leila, minha, sua, não é nem o projeto de lei; é pelo caminho do esporte. A partir de quando qualquer modalidade seja reconhecida como olímpica ou paralímpica, é possível que o COB se estruture para isso.

Eu quero pedir aqui, só para a gente concluir essa primeira mesa...

O Bruno Martins é Sócio-Diretor da Equipe Imperial Esports.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sr. Presidente, só para não ter dúvida, quem distribui os recursos... Já está estabelecido na lei qual é o percentual de cada comitê, não é?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Porque não é o COB que distribui para o Comitê Brasileiro de Clubes. Isso já está definido...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, não, ele recebe o recurso para fomentar a modalidade que está dentro dele, e tem diversas, olímpicas...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Então o *e-sport* não estará dentro dele.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O COB. O Comitê Brasileiro de Clubes...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A gente vai até ouvir o COB, está presente aqui hoje – está aqui.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É só para ver se o esporte eletrônico está dentro ou não, entendeu?

O SR. MIZAEL CONRADO DE OLIVEIRA (*Fora do microfone*.) – Só para uma questão de esclarecimento, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu vou, então, pedir uma inversão e dar a palavra para o nosso Mizael nesse momento, inclusive para interagir com os demais, e pedir para a Senadora Leila sentar um instantinho só no meu lugar. Eu vou ligar aqui o telefone, eu preciso dar uma palavrinha e já volto – é rápido.

O SR. MIZAEL CONRADO DE OLIVEIRA – Senador, é só esclarecimento ou já para fazer a minha fala?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu queria lhe dar a preferência, acho que você merece...

O SR. MIZAEL CONRADO DE OLIVEIRA – Ah, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... por todo o mérito que você trouxe para o nosso esporte.

Pedimos para os nossos dois outros membros da mesa essa cortesia, porque é importante ouvir o Mizael, não só o que ele tem a acrescentar quanto a posição. Até porque eu tenho uma curiosidade, se justamente o paralímpico tem o *e-sports*.

Leila, assuma aqui.

O SR. MIZAEL CONRADO DE OLIVEIRA (Para expor.) – Perfeito! Exmo. Senador Carlos Portinho, Exma. Senadora Leila, Exmo. Senador Rodrigo Cunha, demais Senadores que eu não pude ver entrar na sala, nossos amigos aí do *e-sports,* meu amigo Paulo Maciel, Luciano Hostins, enfim, todos os presentes, primeiro, é sempre uma alegria estar aqui, na Casa, a Casa que constrói as leis, que determina o futuro do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, primeiro, só para esclarecer a questão dos Senador Izalci, realmente os comitês recebem os recursos, e, no caso daqueles que possuem confederações filiadas – que é o caso do Comitê Paralímpico e do Comitê Olímpico Brasileiro –, a gente repassa os recursos para as confederações que são filiadas. No COB, são 34, e no Comitê Paralímpico Brasileiro hoje nós temos, entre filiadas e vinculadas, 17 confederações. Então, dos recursos que a gente recebe, parcela a gente repassa para as nossas confederações filiadas.

Primeiro, quero dizer da importância do financiamento para o esporte. Nós passamos a ser beneficiários das loterias a partir de 2001. O Brasil ficou na 24ª posição nos Jogos de Sydney, em 2000, e conquistamos a quinta colocação, fomos o quarto país que mais conquistou medalhas agora nos jogos de Paris: foram 25 de ouro, 26 de prata e 39 de bronze, foi um recorde absoluto na história do paralimpismo, tanto em medalhas de ouro como em números totais, participação brilhante das mulheres, com 13 medalhas de ouro das 25. Então, realmente uma participação que nos orgulhou bastante e, naturalmente, é fruto de uma trajetória após o esporte paralímpico contar com financiamento.

A partir de 2017, especialmente, para além do alto rendimento, nós passamos, tivemos a possibilidade, com os financiamentos oriundos da Lei Agnelo/Piva, a organizar o esporte desde a iniciação ao alto rendimento. Hoje a gente tem 72 escolinhas no Brasil inteiro, 72 centros de referência, já são aproximadamente 9 mil crianças que participam dos nossos projetos. O Festival Paralímpico, este ano, vai atender, em 120 cidades, mais de 50 mil crianças, sendo 20% sem deficiência, exatamente para proporcionar a inclusão. No programa de formação, foram mais de 62 mil professores formados nos últimos sete anos, professores de educação física e da educação infantil, da rede pública, preparando esses professores para atender as crianças com deficiência nas escolas. Criamos o Camping Militar para atender aqueles que se tornaram pessoas com deficiência por ocasião da sua atividade profissional. Nas Universitárias, este ano, recorde de participantes. Então, todo esse projeto, todo esse ecossistema paralímpico só foi possível por conta do financiamento.

Com relação especialmente ao *e-sports*, eu não sou especialista e confesso aos senhores que conheço muito pouco. Eu conheço muito do meu filho, que eu tenho um trabalho danado para ele fazer lição e jogar bola, porque ele só quer ficar no *videogame*. Semana passada, me obrigou a comprar um PC *gamer*, que vai comprometer uma parcela do meu salário pelos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

próximos meses porque é caro demais. Bruno e Leonardo, tem que baratear porque a gente não aguenta.

Bom, mas eu entendo que toda a atividade que tem por objetivo empoderar as crianças é importante.

Eu defendo o financiamento. Quanto maior for o financiamento para o esporte, eu entendo que isso é importante, porque a gente vai conseguir mobilizar mais pessoas, criar condições para que a prática dos jogos seja o mais democrática possível.

Com relação ao projeto aqui em comento, o Senador Izalci traz uma questão que é clara no projeto, ou seja, nenhum dos beneficiários legais perde recursos, mas é importante dizer que a loteria brasileira é a 18ª loteria do mundo, e, pelo tamanho do Brasil, que é um país continental, nós deveríamos estar mais bem colocados no *ranking* das loterias. E isso é por uma razão clara: pelo *payout* da loteria brasileira, que é um dos menores do mundo. Em média, o *payout* das loterias mundiais supera os 50%.

Eu acompanhei, na Câmara, em 2018, uma apresentação do representante da Caixa Econômica Federal, que apresentou alguns números de arrecadação de loterias. Então, na França, à época, eram US$34 bilhões, com US$565 *per capita*; depois nós tínhamos a França, com US$16 bilhões e US$249 *per capita*; depois nós tínhamos os estados Unidos – só a cidade de Nova York, com US$9 bilhões e US$456 *per capita* –; enquanto a loteria brasileira arrecadava US$4 bilhões, com US$18,53 *per capita*. O Brasil perderia em aposta *per capita* para a Argentina, Uruguai e Portugal. Isso quer dizer que, para que a loteria seja competitiva, ela teria que ter atratividade. E, quando menor for o prêmio, menor vai ser a atratividade da loteria.

Então, eu sugiro a esta Casa que a gente busque, não só para o *e-sport*, mas para todos os esportes brasileiros, outras fontes de receita. Agora mesmo, a Caixa está iniciando a Raspadinha, que é um produto novo. A gente tem lá a capitalização, que precisa ser melhor regulamentada, é um mercado que ainda não está claro, que pode ser também uma alternativa. A própria criação das loterias municipais e estaduais, que, de acordo com a decisão do STF, já é possível. Então, creio eu que o caminho para o financiamento do esporte seja a busca de novas fontes de financiamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nas loterias, a meu ver, a gente já tem um *payout* muito baixo, e diminuir esse *payout* significa menos apostas, menos prêmios; menos prêmios, menos apostas; menos apostas, menos arrecadação, menos recursos para a educação, para a saúde, para o Fundo Penitenciário, para o esporte, enfim, para todos os beneficiários legais.

Com relação a essa discussão agora última, o argumento da Senadora Leila faz muito sentido, porque o Bruno disse – ou o Leonardo – que o COI vai tornar o *e-sport* esporte olímpico. À medida que isso acontecer, vai ser imediato o repasse de recursos, porque os regulamentos, por exemplo, do Comitê Olímpico são muito claros. A organização, a modalidade que é olímpica e que participa do calendário olímpico internacional já tem inclusive lá uma matriz de repasse, em que, dependendo de governança, de resultado, vão ser automáticos os valores a serem recebidos pela confederação.

Com relação ao esporte paraolímpico, essa discussão ainda está incipiente. Eu confesso aos senhores que nós precisamos de fato avançar nessa discussão, porque lá nós temos um paradoxo. Nós temos um desafio muito grande de tirar as crianças com deficiência de casa para fazer atividade física.

Essa é uma dificuldade muito grande, porque a criança com deficiência é incentivada a não fazer esportes. Ainda há muitas escolas, hoje em dia, que dispensam as crianças das aulas de educação física. Então, o nosso receio é que apoiar o desenvolvimento em massa do *e-sports* para as pessoas com deficiência possa segregar ainda mais essas crianças, que precisam de socialização. E o esporte proporciona isto: o esporte de quadra, pista, piscina proporciona essa socialização, essa interação com as demais crianças; tira essa criança de casa. A gente tem a escolinha de esportes lá no Centro Paralímpico; a gente atende lá 700 crianças; e a gente percebe a mudança que tem na vida dessas crianças não só por conta do esporte, o que ela vai ganhar ou perder enquanto esportista, mas pela socialização. A gente percebe as mães lá com as crianças interagindo com outras mães, com outras famílias. Muitas vezes as pessoas desconhecem aquilo que elas mesmas são capazes de fazer. E, através do esporte, dessa interação, através do movimento, as pessoas naturalmente têm esse ganho, que é obviamente bastante importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, já identifiquei – como eu disse a vocês, eu conheço o *e-sports* através do meu filho – benefícios também que traz, obviamente, para uma questão de coordenação em alguns casos, enfim. Há a questão da competição. A Senadora Leila está aí, e eu tenho certeza de que ela vivenciou isso. Aliás, foi orgulho para todos nós; fez falta lá agora, inclusive, em Paris. E ela sabe que a competição... A gente aprende a competir desde criança, a gente compete pela atenção dos nossos pais, a gente compete pela amizade do coleguinha e a gente compete para ser melhor do que a gente foi ontem. Então, nós competimos inclusive com nós mesmos. Isso é fundamental.

Então, eu entendo o valor do *e-sports*, mas, no caso do movimento paralímpico aqui, a gente tem esse paradoxo. E a gente precisa avançar nessa discussão para entender de que maneira a gente consegue oferecer esse benefício para as crianças com deficiência, sem causar ainda mais segregação para um público que já é marginalizado e que já é incentivado a ficar em casa e a não praticar atividade física.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mizael...

O SR. PAULO GERMANO MACIEL (*Fora do microfone*.) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Um instantinho só, espera aí. Vamos só organizar aqui.

Primeiro, quero agradecer a sua participação. Vi na sua fala que tem temas... Eu estava assistindo aqui pelo sistema remoto, tive que dar uma saída rápida. A gente vai falar sobre loterias no outro bloco.

E aí eu vou dar a palavra ao Senador Rodrigo Cunha, mas eu queria encerrar ouvindo o setor, para a gente poder avançar.

O SR. PAULO GERMANO MACIEL (*Fora do microfone*.) – Na realidade, era só um complemento.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Vou só fazer um pela ordem aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Aguarde só... E eu vou deixar o Senador Rodrigo Cunha.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Para interpelar.) – Presidente, eu vou precisar me ausentar, mas estarei acompanhando, e minha assessoria também estará aqui presente.

Acho que nós estamos evoluindo bastante...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Bastante!

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – ... para encontrar soluções de incentivo ao *e-sports*. Na condução de V. Exa. me sinto muito bem representado. E o espírito é esse aqui.

E quero aqui também dar os parabéns e agradecer sempre a um alagoano que está aqui presente: ao Yohansson, campeão mundial, campeão paralímpico. (*Palmas.*)

Tenho muitos elogios a fazer para ele. E também tenho uma rixazinha, um probleminha com ele, porque ele me colocou numa missão muito difícil: ele fez um pedido de casamento à namorada, mostrando para o mundo inteiro, e aí a minha namorada disse que não aceitava nada menos que aquilo. (*Risos.*)

Então, eu disse: "Esse Yohansson um dia me paga".

Mas é isso aí, pessoal.

Obrigado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Venceu, ganhou o ouro em Londres e ainda pediu a namorada em casamento. Aí, para superar, é difícil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Obrigado, Senador Rodrigo Cunha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, se puder participar mais tarde da Comissão Parlamentar de Inquérito da Manipulação das Apostas Esportivas, às 3h, é importante, porque ontem foi confessada a manipulação no campeonato alagoano.

Então, eu queria passar a palavra agora a quem representa os atletas de fato... Se eu entendi, porque é uma das equipes... Eu aprendi com o meu filho acompanhar o *e-sport* e é fantástico. Quem nunca foi vá assistir a um campeonato. Eu assisti à Furia contra uma equipe internacional, no início do ano ou no final do ano passado, e eu fiquei impressionado. Era como final de Copa do Mundo, e a gente vê a importância do setor.

Então, eu queria ouvir a Imperial sobre todos esses temas e principalmente sobre um assunto que a Leila, com muita propriedade, trouxe, que é a relação com os *publishers*, eles que financiam as equipes ou os campeonatos, muitas vezes os patrocinam. Eles estão de acordo com essa estrutura esportiva que não é só de uma modalidade, mas que envolve todas as modalidades no mundo?

O SR. BRUNO MARTINS DA SILVEIRA GOMES PAES (Para expor.) – Srs. Senadores, demais autoridades presentes, Senador Carlos Portinho, a quem eu aproveito para congratular todos os membros da mesa.

Aqueles que não me conhecem, meu nome é Bruno Silveira, eu sou sócio-diretor de uma equipe esportiva chamada Imperial Esports.

A Imperial, analogamente, seria um Flamengo, um Palmeiras, um Corinthians, um Atlético, um Internacional, um Grêmio, ou seja, a agremiação esportiva de preferência dos nobres Senadores. A organização foi fundada em 2018 e hoje, com certeza, ela está entre as *tops* dez das organizações de esporte eletrônico no Brasil.

Dados importantes, para quem não nos conhece, até pouco tempo atrás, não sei se esse recorde foi quebrado, o recorde brasileiro de *streaming* de uma partida assistida ao vivo por YouTube era nosso. (*Palmas.*)

Muito obrigado.

Bateram mais de 750 mil visualizações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O recorde de transferência de jogador, compra e passe foi numa negociação também envolvendo a Imperial, o que demonstra não só a importância da empresa, como a importância econômica do setor.

Avançando às perguntas, já que o debate já avançou bastante e estamos praticamente encerrando esse bloco, há a pergunta do Senador se há interesse do setor esportivo em confederar-se. Eu responderia com outra pergunta: por que não se confederar? É o caminho esportivo de qualquer esporte você ter uma confederação que o represente. Existe um ponto controvertido posto à mesa, que é sobre a formalidade do projeto, a legalidade, a legitimidade etc. Desse ponto eu vou me abster de comentar especificamente, já que seus Presidentes estão aqui e fizeram defesa institucional das suas instituições, mas o que eu considero sobre isso é que, se você for pegar a teoria mais antiga do direito, digamos assim, a tridimensional, onde você vai criar uma norma, existe um fato; a Casa vai atribuir um valor, e essa norma vai vir em seguida.

O esporte eletrônico hoje já é uma realidade, ele é esporte, então não tem por que eu ficar fazendo essa defesa, haja vista que o próprio Comitê Olímpico já reconheceu o esporte eletrônico como um esporte. A gente tem uma notícia publicada em 23 de julho do ano passado, no Globo Esporte, os senhores podem conferir, de que o Comitê Olímpico fechou um ciclo olímpico de 12 anos de Olimpíadas esportivas, de dois em dois anos, a ser realizado na Arábia Saudita.

O próprio secretário do Comitê Olímpico, ao fazer essa declaração de reconhecimento, diz que vai buscar federações, comitês olímpicos locais e confederações locais para se estabelecer prática de seletivas. etc.

Então, respondendo à primeira pergunta, se há interesse em confederar-se, logicamente, lembrando aos senhores que a Confederação do Desporto Eletrônico tem características que lhe são peculiares haja vista que a gente fala de propriedade intelectual de terceiro, na maioria dos casos.

Então, quando o Senador fala de seguimento a deliberações do STJD, submissão ao tribunal arbitral, a confederação brasileira, ao sistema jurídico de desporto, nós temos complicações aí haja vista que é a própria *publisher* que normalmente determina a punição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eventual adesão ao sistema esportivo de Justiça seria uma coisa praticamente *interna corporis*. Ela deliberaria sobre os campeonatos dela.

Sobre a questão de carregamento de suspensão, registro de contrato, etc., isso é uma questão que envolveria, sim, o ecossistema, desde que houvesse reconhecimento, etc. E os nobres Presidentes já falaram qual é o caminho que eles estão seguindo para isso.

A outra pergunta foi sobre o valor de manutenção. Isso não me cabe falar, com todo respeito.

Desenvolvedores eu já falei que eles comandam os seus respectivos jogos.

Sobre a parte de incentivo, o Senador perguntou se há incentivo das *publishers* ou dos donos dos jogos às organizações esportivas. Existem dois cenários competitivos. Existe o sistema de franquia e existe o sistema aberto.

Quando você pega determinados jogos que são geridos por sistema de franquia, onde existe um campeonato brasileiro gerido pela própria *publisher*, normalmente ela fornece uma bolsa-incentivo, mas acaba não sendo um apoio direto ao ecossistema e, sim, à pessoa franqueada.

No sistema aberto, você recebe o convite ou participa da seletiva através da sua modalidade esportiva. A depender do seu rendimento e da sua vitória, você consegue acessar.

"O Comitê Olímpico não reconhece o esporte eletrônico", que foi falado. Infelizmente, eu não posso concordar haja vista que foi, sim. Inclusive, já houve fechamento do ciclo olímpico.

Se há necessidade de fomento frente às cifras milionárias que são geradas no esporte eletrônico, eu diria que sim, há necessidade de fomento, sim, não para mim, como empresa. Hoje, a Imperial, a Furia ou a Loud, por incrível que pareça, acabam sendo maiores que as confederações. O que se propõe aqui é a gente catapultar a confederação de forma que todos caminhem juntos e a gente crie um ecossistema fortificado, coisa que não existe hoje.

Hoje, eu, particularmente, desconheço qualquer destinação de dinheiro público ou de *publisher* para fomento esportivo. Quando eu falo fomento esportivo, é desenvolvimento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

base. Existe um sub-15, um sub-18, um sub-20 de esporte eletrônico? Particularmente, desconheço, Senadores.

E é basicamente isso que eu acredito que se tenta fortificar aqui.

Temos o COB, temos o COI, temos o Comitê de Clubes, todos eles já têm os seus respectivos repasses. Só que eu acredito que os repasses foram fixados com base numa matriz apresentada por eles, de gastos, de captação, etc.

Temos uma novidade que é o esporte eletrônico. Independentemente se vai ser fomentado por um sistema de loterias ou por qualquer outra verba pública, a CBGE, a Cbdel, o COB, o COI etc. terão que ter destinação de recurso. Aí eu concordo plenamente com o Senador Izalci.

A forma legal quanto a isso, os nobres Senadores são as melhores pessoas para dizer.

No mais, senhores, como eu disse no começo, cheguei já no final da discussão praticamente. Tentei expor, neste curto minuto, neste curto tempo, que já vai para quase sete minutos de exposição, alguns pontos de vista. Tentei responder àquilo que foi perguntado e com base naquilo que eu anotei.

Peço desculpa por eventual nervosismo, afinal estou na frente de ídolos.

A primeira vez que compareci o Maracanã foi para ver o Athirson jogar, com quem eu tive contato no vestiário, como rubro-negro que sou. Então, isso acaba que impacta a gente, Senador Leila, a quem acompanhei muitas vezes, jogando vôlei, quando mais novo.

E é isso, senhores.

Agradeço o convite do Senador Carlos Portinho.

Sou da Região Serrana do Rio, tenho um provedor de internet na região de Areal, que era um município muito pouco desenvolvido, que contou com o apoio do Senador, no momento oportuno.

E é isso, senhores.

Estou à disposição para quaisquer esclarecimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Espero que tenha respondido a todas as perguntas e me coloco à disposição para outros esclarecimentos que se fizerem mais.

Muito obrigado, um cordial bom-dia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Izalci, antes da palavra a você e, na sequência, passar ao representante do Ministério do Esporte, Sr. Giovanni Rocco, Secretário Nacional de Apostas Esportivas, chegou a todos os Senadores e a esta Mesa o pedido de desculpa das empresas de desenvolvedores de *software* por não poderem estar presentes, mas eles fizeram uma manifestação, que vou ler, para a gente poder entender a razão desta audiência pública.

A gente já entendeu que há duas confederações e que têm que se alinhar.

A gente já entendeu que o reconhecimento, para ingressar no sistema e receber recursos, vem por um sistema internacional. Eles têm que ser reconhecidos pelo COI, consequentemente pelo COB. Estando no COB, o COB passa para as suas modalidades os recursos. E, se tiver paralímpico na modalidade eletrônica, também o Comitê Paraolímpico deverá fazê-lo. Mas isso não existe hoje. E esse é o caminho do direito esportivo. E a gente tem que ter muito cuidado de, na lei, a gente ferir essa lógica do sistema.

Agora, eu trago aqui, e vou ter que ler porque é muito consistente, Senador Izalci, para a gente entender que há uma divergência também entre os desenvolvedores e os atores que estão aqui hoje:

> A Associação de Software de Entretenimento (ESA) deseja agradecer a inclusão de vários de nossos membros editores, incluindo a Electronic Arts e a Ubisoft, na lista de participantes de uma audiência pública.

Vou pegar os pontos principais:

> A indústria de videogames tem acompanhado, com grande preocupação, a proposta deste projeto de lei, assim como seguiu propostas semelhantes favorecendo outras federações de esportes eletrônicos perante as legislaturas federal e local, e deseja fornecer comentários para o registro neste assunto. Instamos o Comitê a rejeitar este projeto de lei e propostas semelhantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existem razões importantes pelas quais, primeiro, as leis do Brasil não devem financiar uma federação de esportes eletrônicos da mesma maneira que as organizações esportivas tradicionais, como os comitês olímpicos do país, e segundo, essa tentativa de regular os esportes eletrônicos no mesmo nível que os esportes nacionais é problemática devido à natureza única das competições baseadas em videogames. [...]

O projeto de lei em questão tentaria tratar uma federação de esportes eletrônicos no mesmo nível das organizações esportivas tradicionais do Brasil. No entanto, as federações esportivas nacionais desempenham muitas funções que, por um bom motivo, as federações de esportes eletrônicos não podem e não devem. Os clubes e jogadores esportivos tradicionais dependem das federações nacionais para funções importantes, como: estabelecer regras e regulamentos sobre equipamentos de jogo, infraestrutura e regras de jogo; recrutamento de seleções nacionais; sediar competições; sediar competições nacionais; e aumentar a popularidade.

Ao contrário dos esportes tradicionais, no entanto, os videogames que são jogados durante os torneios de esportes eletrônicos têm regras e regulamentos que são determinados, exclusivamente, pelos detentores dos direitos de propriedade intelectual [...] dos jogos [ou seja, tem dono]. Para qualquer videogame, o editor do videogame deve, portanto, emitir uma licença para qualquer entidade ou federação, para o desempenho do jogo, sem a qual a entidade ou federação não pode recrutar, legalmente, uma equipe nacional de esportes eletrônicos ou realizar uma competição. A negociação de uma licença para a prática do esporte é um elemento que as organizações esportivas tradicionais não precisam considerar.

Finalmente, as principais editoras de videogames, que são globais por natureza, estão em melhor posição para financiar o *marketing* de esportes eletrônicos em nível local, nacional e internacional.

Talvez essas sejam algumas das razões pelas quais Paul Foster, CEO da Global Esports Federation, disse [abre aspas]: "Nós nos vemos como uma plataforma de convocação. Não é necessariamente esse modelo clássico de corpo diretivo, porque achamos que, se você tentar governar todos os editores na arena dos esportes eletrônicos, será difícil aplicar esse modelo...".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Outra objeção crítica para a indústria editorial do videogame diz respeito à tentativa de incluir os esportes eletrônicos de forma precipitada, desnecessária e injustificada no âmbito da Lei Pelé [...] [e, eu diria, da Lei Geral do Esporte, acrescento], o que constituiria, *ab initio*, um erro conceitual, uma vez que os esportes eletrônicos são, fundamentalmente, diferentes dos esportes tradicionais.
>
> A ESA e o ecossistema brasileiro de *e-sports*, que inclui editores de jogos, operadores de torneios, equipes e jogadores, *streamers* e outras mídias e, é claro, a crescente base de fãs, têm se oposto consistentemente à legislação proposta que classificaria dos esportes eletrônicos dentro do sistema nacional. [...]
>
> O Projeto de Lei 6.118/2023 sujeitaria desnecessariamente os videogames a um sistema regulatório projetado para esportes tradicionais, que têm pouca semelhança com os esportes eletrônicos. Regulamentar os esportes eletrônicos da mesma maneira que os esportes tradicionais seria inadequado e prejudicial ao desenvolvimento desse setor inovador de entretenimento e tecnologia, porque os dois tipos de atividades diferem em vários aspectos importantes:

Eu vou dar aqui... Ele elenca esses critérios que são divergentes, e as justificativas eu não vou ler. Vão ficar à disposição na ata desta audiência.

> 1. A jogabilidade dos esportes eletrônicos difere significativamente da dos esportes tradicionais; [...]
> 2. Os desenvolvedores e editores de videogames detêm direitos exclusivos sobre a propriedade intelectual que está no centro dos jogos de *e-sports*; [...]
> 3. Os esportes eletrônicos são possibilitados pela infraestrutura de TI das empresas de videogames; [...]
> 4. A indústria de videogames oferece suporte a um ambiente de esportes eletrônicos divertido, justo e inclusivo. [...]
>
> O ecossistema de esportes eletrônicos é um impulsionador de empregos locais em vários setores econômicos. A economia dos esportes eletrônicos não se limita às atividades em torno do videogame em si. As organizações de esportes eletrônicos empregam psicólogos, nutricionistas, advogados, especialistas em *marketing*, especialistas em mídia social, criadores de conteúdo e outros profissionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A maior parte do investimento em esportes eletrônicos vem de editores e desenvolvedores de videogames.

Essa proposta reduziria drasticamente seu incentivo para investir em esportes eletrônicos e empregos bem remunerados no Brasil seriam perdidos.

Submeter os esportes eletrônicos ao sistema [...] nacional ou nomear arbitrariamente uma federação de esportes eletrônicos para receber recursos destinados aos esportes tradicionais pode aumentar os custos dos torneios sem benefícios claros, ameaçando a posição do Brasil como um mercado atraente para os esportes eletrônicos e direcionando investimentos para outros países. No Brasil, os esportes eletrônicos são tratados como distintos dos esportes tradicionais, e com razão. Como o Parlamento Europeu afirmou em sua resolução recentemente adotada sobre esportes eletrônicos e videogames [abrem-se aspas], "esportes eletrônicos e esportes são setores diferentes; até porque os videogames usados para jogos competitivos ou esportes eletrônicos são jogados em um ambiente digital e pertencem a entidades privadas que desfrutam de total controle legal e todos os direitos exclusivos e irrestritos sobre os próprios videogames". Por esses motivos, pedimos respeitosamente que [...] se rejeite o [PL] nº 6.118 de 2023 com o objetivo de manter o equilíbrio necessário até agora alcançado que tem estado no centro do sucesso espetacular do Brasil nos esportes eletrônicos. A ESA oferece sua participação em quaisquer discussões futuras sobre este importante assunto perante o Senado.

Respeitosamente

Amanda Denton, Conselheira Sênior, Política Global, Associação de Software de Entretenimento (ESA); Mário Marconini, Diretor-Presidente, Teneo, Representante no Brasil, Associação de Software de Entretenimento (ESA)

Colocando aqui a posição também, então, da Associação de Software, dos *publishers*.

E aí agora eu passo ao nosso Secretário Nacional das Apostas Esportivas e Desenvolvimento Econômico do Ministério do Esporte, Giovanni Rocco.

O SR. GIOVANNI ROCCO NETO (Para expor.) – Bom dia a todos. Primeiro quero agradecer o convite do Senador Portinho e cumprimentá-lo; cumprimentar a Senadora Leila, que deu uma aula aqui para a gente do que é esse setor; o Senador Izalci, autor do projeto; e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador André Amaral. Quero cumprimentar também o meu amigo, o Secretário Nacional de Futebol, Athirson, que é um ídolo aí dos rubro-negros, eu sou corintiano, mas estou...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Ninguém é perfeito.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. GIOVANNI ROCCO NETO – Entre outros defeitos, viu, Senador?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Estamos juntos.

O SR. GIOVANNI ROCCO NETO – Quero cumprimentar também o Mizael, fiquei muito impressionado com a sua capacidade de se expressar, já era um fã seu, fiquei mais fã ainda; e também o Yohansson, parabenizar, por dois motivos, pela medalha e pelo casamento. E quero falar aqui para o Senador Portinho, que eu também era jogador de Atari, mas eu não gostava do... Qual que era o jogo que você falou?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Donkey Kong.

O SR. GIOVANNI ROCCO NETO – Não, eu gostava do...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Você gostava de Pitfall?

O SR. GIOVANNI ROCCO NETO – Não, eu gostava do Enduro e do River Raid.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – River Raid é ótimo.

O SR. GIOVANNI ROCCO NETO – Inclusive meu filho também é jogador de *games*, e a gente até comprou um Atari daqueles retrô para poder brincar um pouco.

Tirando essa breve introdução aqui para dar uma quebrada, eu estou como Secretário Nacional de Apostas Esportivas do Ministério do Esporte, e a gente cuida lá também do desenvolvimento econômico do esporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa secretaria foi recém-criada, eu estou empossado no cargo há trinta e poucos dias e, no meio dessa crise que a gente está vivendo dos *bets*. E aí, quando a gente fala dos *bets*, a gente naturalmente lembra de futebol.

Então, lá na nossa secretaria, a gente tem a competência – eu estava conversando com o Senador Portinho – de investigar, de punir e de combater manipulação de resultado. Então, quando a gente tem essa questão das apostas esportivas, a gente tem que separar o que é o jogo eletrônico do que é a aposta esportiva, porque tudo nasceu da aposta esportiva.

E, além dessa questão, a gente também tem uma diretoria específica que cuida do *e-sport*, que foi criada pelo Decreto 12.110, que, no seu art. 30-C, institui a Diretoria de e-Sport, com as seguintes atribuições:

> I - desenvolver diretrizes e políticas de forma a aprimorar as modalidades de jogos e de competições eletrônicas;
> II - realizar análises de impacto, de risco e de interesse social, para implementar mecanismos e políticas de promoção dos princípios fundamentais do esporte e prevenção das externalidades negativas; e
> III - planejar, coordenar e implementar parcerias com órgãos e entidades, públicas e privadas, para a promoção de ações que visem ao desenvolvimento dos jogos e das competições eletrônicas em consonância com as demais políticas públicas.

Nesse assunto, como é um assunto relativamente novo, apesar de ter o marco legal relatado pela Senadora Leila, falta muita informação. Então a fala do Bruno foi muito esclarecedora, e as falas do Leonardo e do Marcelo também. E me parece que tem aqui uma discussão de ordem legislativa e política que precisa ser determinada por vocês – vocês são os Senadores, não é? Eu, que sou hoje membro do Governo, estou aqui para discutir, esclarecer, verificar em que a gente pode contribuir nesse processo – e uma definição, porque tem a questão da competência. Se adentrar nessa questão vai gerar uma relativa posição que vai ser questionada por outras confederações para poder fazer uso desse recurso.

Outro ponto que eu gostaria até que o Senador Izalci, como autor do projeto... Esse recurso já vai sair desse quinhão destinado para as loterias ou tem acréscimo no Orçamento? É uma preocupação que a gente tem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero falar também – até para ser bem objetivo na minha fala, porque tem muita gente para falar ainda – que a gente tem uma preocupação com a integridade dessa atividade esportiva. A gente tem uma preocupação muito grande com a integridade. Por quê? Porque hoje as *bets* já recebem apostas nesses torneios específicos. Como a gente tem no futebol as instituições que são organizadas pelas entidades do setor para fazer a fiscalização, monitoramento, fazer todo esse raio-X para que não haja manipulação de resultado, o Ministério do Esporte também tem essa preocupação com relação ao *e-sport*. Por quê? Porque a gente vai precisar regulamentar isso.

A gente está produzindo lá uma portaria de integridade e também vamos fazer a entrega de uma portaria das modalidades que vão ser objeto de aposta, então, a gente tem essa preocupação no Ministério do Esporte. A determinação que foi dada pelo Ministro André Fufuca é que se cuide disso com todo esforço para que não tenha risco de imagem para o esporte brasileiro. Essa é a nossa principal preocupação na secretaria, então, com tudo o que está envolvendo agora essas discussões de *bet*, a gente tem uma preocupação muito grande com o risco de imagem para o futebol brasileiro.

O trabalho que vocês estão realizando lá na CPI é superimportante, então, podem contar com a gente no ministério para contribuir. Tanto nessa questão do *e-sport* quanto, principalmente, na questão do futebol, o manipulador de resultado e, na maioria das vezes, o que é o manipulado, vamos dizer assim – não estou fazendo juízo de valor, nem querendo fazer –, ele é a parte mais frágil do processo, porque ele vê ali uma oportunidade que está à disposição dele e que a gente tem que coibir. Infelizmente, esse é o papel do Estado, isso é o que está na lei. E há a nossa preocupação com o lazer das pessoas. O esporte está completamente ligado a isso, é um entretenimento, então, seja a própria aposta esportiva, seja a prática esportiva, tem toda essa construção.

Então, eu só queria fazer essas ponderações. Agradeço, novamente, o convite ao Ministério do Esporte para estar aqui, e podem contar com a gente, viu, Senador Portinho?

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Lógico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço aqui a presença do Ministério do Esporte, na pessoa do Sr. Giovanni, e passo a palavra para o nosso Senador.

Fique à vontade, Senador.

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para interpelar.) – Obrigado, Senador Carlos.

Dr. Giovanni, o senhor tem uma missão um pouco árdua, para não dizer desafiadora. Pasmem: o TSE declara ilegal a *bet* eleitoral para apostas em candidatos. É brincadeira! É brincadeira! A sua missão é árdua. Graças a Deus, o TSE é vigilante! Quero mandar os parabéns a toda a Corte do TSE. Isso é muito mais sério do que se possa imaginar.

A missão do senhor, Dr. Giovanni, como eu falei, é árdua, e eu quero sugerir o que já é uma propositura nossa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – O senhor precisa de um guarda-chuva, precisa de uma agência. Eu estou propondo ao Governo, ao Presidente Lula – vou estar hoje no Palácio – uma agência.

Voltando ao caso *in loco*, objeto desta audiência, a propriedade intelectual tem que ser respeitada, mas ela não é de domínio exclusivo. Você garante os *royalties* até enquanto não vira utilidade pública ao dono da propriedade intelectual, mas fazer a gestão, alocar a uma Comissão do Senado da República, ou seja, para oficializar a privatização dos jogos?

Eu falava, agora há pouco, com esse jovem brilhante, Mizael, e já disse que o Congresso precisa dele, não só pela desenvoltura da fala, mas pela legitimidade da causa. A Senadora Leila é legítima na causa que defende. É campeã dos esportes, com muito brilhantismo, e tem propriedade em falar. E você, Mizael, tem autoridade para falar.

Essa agência, Sr. Presidente e Giovanni, vem como um guarda-chuva, porque ela é feito a Anvisa. Como as agências reguladoras, ela tem poder de fiscalizar, de punir e de excluir. O senhor terá demandas judiciais quando excluir, porque a pirataria não vai deixar de acabar, Senadora, pelo contrário. Quando for excluída, uma daquelas que não estiverem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regulamentadas, o cabra vai lá para o outro lado do mundo e cria uma... Zebrinha? Como é o nome?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Tigrinho.

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Um animal desse aí feroz (*Risos.*) para saquear de maneira irregular.

Então, o trabalho do senhor é louvável e conta com o nosso apoio. E eu vou, numa demonstração de apoio, oportunizar, levar para o Governo, ao Presidente Lula, que está muito preocupado com isso e está muito esperançoso com a sua gestão, uma agência reguladora, agência reguladora que vai lhe dar o guarda-chuva, porque, daquelas que não estiverem regulamentadas, vão judicializar e vão questionar a legitimidade. Concorda?

É louvável esta audiência. E que se separe o joio do trigo: esta Casa é uma Casa de interesse público, e não privado. Que sejam preservados os direitos autorais, Senadora, de quem os tem, enquanto não vire utilidade pública, e é justo, é legal e é devido.

Propriedade intelectual, o Senador Izalci sabe – como um decano que é, não por idade, mas por merecimento nesta Casa –, tem que ser respeitada e tem que ser paga para quem desenvolveu, mas não pode ser mandatário, muito menos usar o Senado da República – e aqui não quero fazer acusação a ninguém – para legitimar uma irregularidade. É a privatização oficializada com a chancela do Governo.

Muitíssima vênia, eu acho que o relatório é louvável.

Sr. Presidente Senador Carlos Portinho, o senhor, com muito brilhantismo, conduz e o senhor com essa missão... O bom Parlamentar é um sacerdote – é um sacerdote – ele não é um evangelizador. Ele não precisa sentar no primeiro banco da igreja, qualquer que seja o credo, ele tem que desenvolver a missão, a missão de cuidar dos interesses do outro, do interesse humano, sobretudo.

Oportuna esta audiência pública, e que a nossa fala seja interpretada pelos bons ouvidos e com o carinho de preservar o direito do outro e o direito do Estado, sobretudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado pela participação.

Aproveitando a deixa, antes de passar só para o nosso querido Mizael, para ele poder, agora sim, concluir dentro do minuto dele, queria só... É que o Senador Izalci pediu a palavra antes.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Mas eu quero fazer um resumo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, está bom.

Então, Mizael, já teve um pouquinho de fala, agora pode concluir.

O SR. PAULO GERMANO MACIEL (*Fora do microfone*.) – O Mizael quer falar, depois eu falo.

O SR. MIZAEL CONRADO DE OLIVEIRA (Para expor.) – Senadores, senhoras e senhores... Muito obrigado, Senador Carlos Portinho.

Para mim, está sendo muito enriquecedor este momento, são muitas informações. O Bruno aí... Muito obrigado também pelos subsídios que ele nos traz.

E agora, tratando exatamente da questão do financiamento que a gente iniciou na primeira fala, realmente eu concluo. Depois de tudo aqui que eu ouvi... E eu não tenho absolutamente nenhuma restrição ao *e-sport* no sistema esportivo brasileiro, respeitando naturalmente a cultura de cada segmento. E, naturalmente, como eu reconheço a legitimidade para pertencer ao sistema, entendo que ele deve cumprir também as regras que os demais esportes cumprem para serem beneficiários de recursos legitimados, para poder pugnar por receita de incentivo.

E basicamente o regramento é muito claro, ou seja, hoje a gente tem um financiamento das loterias para aqueles esportes que são olímpicos ou paralímpicos, ou também via sistema clubístico, no caso do CBC e do CBCP. E aí, se a gente trabalhar uma legislação específica para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e-sport, nós vamos estar tratando diferente das centenas – mais de uma centena, eu tentei encontrar aqui agora a quantidade de esportes que são praticados no Brasil e não consegui encontrar porque são muitos, são muitos, é uma infinidade... São 35 reconhecidos pelo COB; entre os esportes de verão e de inverno, são 26 reconhecidos pelo Comitê Paralímpico Brasileiro, mas os esportes não olímpicos, que são aqueles que não são beneficiados pelos recursos da lei, são mais de uma centena, que, na verdade, estariam tendo tratamento desigual com a aprovação desse PL.

E, voltando à questão das loterias, um outro dado também bastante importante é que nós temos hoje, no Congresso Nacional, 30 propostas que tratam da redistribuição do prêmio. O Rodrigo me passava esse número, e para mim foi inclusive uma surpresa, eu não imaginava que havia tantos projetos. Se todos eles fossem aprovados, nós teríamos o prêmio negativo em 20%. Então, isso mostra que a gente tem, de fato, muitas demandas, muitas demandas por orçamento, por financiamento, e, na realidade, é como eu disse na minha primeira participação, eu acredito que nós devemos buscar alternativas, devemos utilizar a criatividade para encontrar mecanismos de financiamento para tudo aquilo que necessita de ser financiado no Brasil.

E eu trago aqui uma grande preocupação, que é exatamente a conexão do esporte com a educação, que é algo que é fundamental. Há uma outra preocupação importante. Eu comentei, Senador Carlos Portinho, sobre o planejamento estratégico de oito anos, que fez com que a gente avançasse na direção de um desenvolvimento sistêmico do esporte, pensando na base, no festival, que é o primeiro contato da criança com o esporte, passando pelas escolinhas, e aí chegamos em todos os estados e concretizamos este ano a estratégia, indo com competições para todas as capitais do Brasil.

Nós realizamos competições nas 27 capitais, começando pela criança de 7 anos, do Intercentros, passando pelas seletivas dos escolares, a partir de 11 anos, 14 anos, o adulto, universitário, os centros de reabilitação e o universitário militar. Então, a gente levou o esporte desde a criança de 7 anos até aquele com 60 anos do campo militar para as 27 capitais do Brasil em quatro meses. Foi um grande desafio. E nós encontramos lá uma realidade que é uma realidade bastante difícil. Por exemplo, nós temos estados brasileiros, como é o caso de Rondônia, por exemplo, que não têm pista. Alagoas não tem uma piscina oficial, Florianópolis não tem uma piscina oficial, ou seja, nós temos uma defasagem imensa de instalações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esportivas. E, para consolidar uma cultura verdadeiramente esportiva no país, é fundamental que a gente tenha instalações esportivas.

Eu estou dizendo isso para dizer, de fato, da quantidade de demanda que nós temos por financiamento. E realmente o Senado está de parabéns por discutir esses temas, por trazer temas importantes para o esporte brasileiro para essas discussões. Naturalmente é muito difícil até definir prioridade com tantas demandas que nós temos.

Então, eu entendo que, com todas as vênias, não é o melhor caminho a gente trabalhar para reduzir ainda mais o prêmio. Isso vai diminuir a atratividade dos jogos e naturalmente todo mundo vai acabar tendo prejuízo no financiamento, todos aqueles beneficiários; prejuízo no financiamento, porque, naturalmente, quanto menor o prêmio, menor a aposta e naturalmente menores são também os repasses.

Eu quero pedir permissão, Senador Carlos Portinho, e aí o senhor identifica a melhor oportunidade com relação ao momento, mas eu tenho aqui um vídeo de cinco minutos que retrata um pouco da participação dos nossos atletas em Paris e que eu teria uma imensa honra em exibi-lo para os nobres Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mizael, eu vou só sugerir que a gente faça ao final, porque eu estou com o Paulo Maciel, do CBC, que tem um compromisso à 1h, Senador Izalci, e pediu uma inversão. E como é importante a gente ouvir o CBC, deixaria para o final, Izalci, para os Senadores fazerem um fechamento, e você com a prioridade, se me permite.

Então, o Paulo Maciel está por... (*Pausa.*)

Ah, ele está presente?

Ah, está aqui o Paulo, pô! Desculpe!

O SR. PAULO GERMANO MACIEL (Para expor.) – Está na minha frente!

Primeiro, Senador, quero dar os parabéns. É uma audiência em que eu estou aprendendo muito, estou encantado. Primeiro, por estar do lado aqui do Mizael, que joga um futebol... É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

igual ter você aí como Presidente, gostei muito. E, realmente, ter um Senador que entende do assunto presidindo uma reunião como esta é muito bom.

Eu escutei muito, aprendi muito aqui, vi coisas aqui de que eu não tinha a menor imaginação. E, quando eu ouvi a Leila – a Senadora Leila, desculpe – falando, vi que realmente era aquilo exatamente que precisava. O Senador Izalci traz um projeto que eu acho importantíssimo. Qualquer esporte no Brasil é bom; além de ser inclusivo, é um esporte que traz a inteligência da criança para aflorar. Mas a Leila foi muito feliz, a Senadora Leila foi muito feliz quando ela disse o que é que se tem que fazer realmente.

O Comitê Brasileiro de Clubes hoje é responsável pela formação de mais de 90% dos atletas olímpicos no Brasil. Hoje há um trabalho muito grande, e é um segmento que as pessoas não veem, não é? Como é que o atleta chega ao COB? Como é que o atleta chega ao Comitê Paralímpico Brasileiro? E esse segmento é formado hoje pelos clubes. São 1,1 mil clubes hoje no Brasil formando. Inclusive, nós estamos num fórum hoje aqui em Brasília, um fórum estadual de formação de atletas através dos clubes, da importância... Esse segmento em outros países, como os Estados Unidos, é universitário, é estudantil; aqui no Brasil realmente os clubes adotaram isso.

Eu fui Presidente do Tijuca Tênis Clube por vários anos e sofria muito com isso. E, como o senhor tem conhecimento, sabe o quanto o CBC sofreu para chegar hoje. Eu estava conversando com o Leonardo lá fora e estava dizendo para ele exatamente isso. É importantíssimo o Senador Izalci trazer essa proposta aqui, porque começam essas discussões para se chegar um denominador comum.

Quando a Senadora Leila explica exatamente como é que tem que ser formado, porque é inviável ter duas confederações... Elas realmente têm que ser uma para chegar ao COB ou ao Comitê Paralímpico, vir lá de fora do comitê internacional, para que seja uma só a receber, porque as confederações... A Confederação de Tênis, por exemplo, é uma confederação espetacular? É. Faz um trabalho bom e é ligada exatamente ao COB, mas só tem uma.

E, sobre os clubes hoje, o CBC faz e congrega todos esses clubes para, de norte a sul, de leste a oeste, praticarem exatamente os campeonatos brasileiros interclubes desde criança, que é quando se dá a formação principal para trazer hoje para os de grande rendimento. Um atleta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de alto rendimento hoje, Senador Izalci, é muito difícil de formar, muito difícil. Está aqui o Athirson, que sabe disso.

O Flamengo é também do Comitê Brasileiro de Clubes (CBC). É um dos clubes que mais forma atletas no Brasil, atletas olímpicos. A dificuldade era tão grande que, para você ter ideia, nós tínhamos também, o Comitê Paralímpico, junto com o Mizael – sempre fizemos um trabalho muito grande –, e o Flamengo e o Tijuca do Rio, por exemplo, eram dos poucos clubes que tinham paralímpico. E nós tivemos que repassar uma verba para o Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos. Hoje a nossa querida está aqui, a Rosinha, que foi a lutadora incansável para isso aí.

E a gente tem certeza de que os jogos eletrônicos no Brasil, os *games*, Leo, vão ser realmente uma realidade. Agora tem que se fazer exatamente como... A Senadora foi muito incisiva neste momento, dizendo como tem que se fazer. Não é nada contra, muito pelo contrário. O trabalho da Senadora, do Izalci e do Senador Portinho realmente foi muito importante para a formação desses esportes de jogos eletrônicos. Agora tem que se organizar. É uma organização que demora.

Nós demoramos, no CBC, para fazer parte do Conselho Nacional do Esporte, Senador Izalci. Isso demorou anos. E a gente vinha para este debate. Este aqui é a iniciação. É importante a gente ver realmente o requinte de qualidade deste debate aqui, que é maravilhoso. Eu vou sair daqui, mas é um momento fantástico, porque realmente é um trabalho que todo mundo hoje vai saber quem é contra e quem é favor. Aqui nos debates, você não tem nunca 100%; tem quem é favor e tem quem é contra.

Essa parte aí que o Mizael trouxe para este debate aqui hoje foi muito importante, muito essencial. E a gente sabe hoje, Leonardo – a gente teve uma conversa –, da importância de vocês aí lutando hoje para que se forme uma confederação, para que o esporte seja reconhecido aqui. E já é reconhecido aqui.

Apenas, vocês vão ter verba, que pode ser de outro setor, não precisa ser de loteria, pode ser do Ministério do Turismo, pode ser do das Comunicações, de outros, pode ser de vários ministérios, mas o importante é o que você, o Marcelo e o Bruno estão fazendo aqui hoje, dizendo para que é e para que vai servir – isso que é importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiz muito isso aqui, eu sofri muito, foram realmente, às vezes, preocupantes as situações, mas foi um trabalho de que eu não desisti. E hoje o CBC (Comitê Brasileiro de Clubes), fazendo parte do Conselho Nacional do Esporte, hoje lá no Ministério do Esporte, com a certificação, dizendo como tem que ser organizado, porque tem que ser organizado: "Olhem, clubes, se vocês não forem organizados, tanto o Ministério do Esporte como o Tribunal de Contras da União (TCU) podem realmente fazer críticas seríssimas a vocês". O Comitê Brasileiro de Clubes acabou de ter uma auditoria de oito meses do TCU e só teve recomendações. Por quê? Porque a gente sabe que é importante fazer o esporte certo.

Quando eu vejo o Senador Portinho aqui, trazendo esse debate com maestria, com um trabalho maravilhoso, vários Senadores aqui usando a palavra, dizendo da importância que tem, reconhecendo o esporte... Eu tinha até uma preocupação com muita coisa que eu não sabia. Muita coisa realmente, quando o Mizael aqui estava me dando instrução e dizendo – porque ele já conhece mais do que eu sobre esse esporte –, eu não tinha noção do que era e sei o que é importante. Agora, o trabalho de vocês, o trabalho do Bruno, do Leonardo e do Marcelo, hoje, aqui, foi muito importante.

Tenho certeza de que, dentro de pouco tempo, mesmo a proposta do Senador Izalci pode não ser como deveria, como a Senadora Leila explicou realmente ali... Eu entendi realmente o que a Senadora quis dizer; tem que se formar primeiro a instituição para que tenha responsabilidade, porque nós temos... Quando nós recebemos verbas públicas, Leonardo, é muito difícil. Nós temos o ônus, temos o bônus, mas temos também muito ônus. É muito perigoso o dinheiro público, é um dinheiro sério, é um dinheiro que a gente tem que ter isso... Hoje a gente está vendo as *bets*, esse debate todo. Eu estava conversando com o Eduardo Girão ali, agora pouco tempo, e dizia exatamente da seriedade que é. Dinheiro público é muito difícil, gente, é um dinheiro cuidadoso. Se você puder se preparar, você tem que ter uma equipe preparada, tem que ter *compliance*. Hoje em dia, não é brincadeira; hoje em dia, é sério o negócio.

Então, os Senadores aqui estão atentos, a gente veio aqui, neste debate fantástico, como disse o Mizael. Eu vou sair daqui enriquecido com tantas informações que eu tive, que eu não sabia que tinha até agora, mas estou pronto, o Comitê Brasileiro de Clubes está pronto e já teve conversa com você, já tivemos conversa para entender o que é.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço muito, Senador. Realmente, está de parabéns o seu trabalho. Parabéns à Leila pela informação. Eu vou sair daqui, Leila, encantado com a sua informação. Izalci, parabéns também pela iniciação, tem que se iniciar.

Muito obrigado.

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. *Fora do microfone*.) – Presidente, eu vou dar uma saída.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Lógico, Senador.

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Deixe-me só concluir aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu só quero registrar a presença da Roseane Estrela, a Rosinha da Adefal, que é a Presidente... Desculpe, Diretora de Relações Institucionais do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Merece uma salva de palmas!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Merece por todo o trabalho que é feito nesse setor! (*Palmas*.)

Por favor, Senador.

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para interpelar.) – Sr. Presidente Carlos Portinho, eu quero parabenizá-lo pela atitude, pelo gesto. É importante eu deixar aqui um registro. Eu não sou contrário – pelo contrário –, eu luto para que se criem mecanismos para incentivar de maneira legal. O Dr. Giovanni sabe da importância que é criar uma rubrica social. Por isso é que eu estou trazendo essa propositura da agência.

Eu cito muito, nos jogos, a Paraíba. Há 50 anos, o saudoso Governador João Agripino Neto... Na Paraíba, o jogo do bicho existia de forma muito pontual, e o Governo Federal, não me lembro da época, mandou um telex, determinando e dando 24 horas ou 48 horas para que o Governador acabasse com o jogo do bicho. E o Governador João Agripino, avô do Deputado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gervásio Maia, pai do ex-Deputado João Neto, de forma muito pontual, respondeu que, se o Governo Federal apresentasse 50 mil empregos diretos, que eram os cambistas, ele acabaria com o jogo do bicho. E o Governo Federal silenciou. O que foi que o Governador fez? Dr. Giovanni, eu convido o senhor a conhecer, na Paraíba, o modelo. Ele oficializou o jogo do bicho. É o único estado brasileiro em que, há 50 anos, o jogo do bicho é oficializado.

A Lotep (Loteria do Estado da Paraíba) diz, no rádio, diariamente, os resultados do jogo do bicho. Tem várias bancas e lá tem uma diretoria social, que vem contemplar o esporte, vem contemplar todos os segmentos da área social necessários, com a política do Governo, justamente com esse percentual do jogo. É um modelo, porque a pior coisa do mundo, Senador Carlos Portinho, é você não ter referências. E o quanto está sendo difícil esse nascedouro porque não tem referência!

O mundo está querendo regulamentar, criar agências para os jogos eletrônicos, mas a Paraíba tem um modelo. Eu convido o senhor – eu falo com o Governador – a conhecer como foi feito o mecanismo, como se monitora. Quem faz esse jogo é o Governo do estado através da loteria do estado, em que parte da arrecadação é para obras sociais do Governo. Então, esse recurso, com essa rubrica, com certeza, irá contemplar.

E, na minha saída, eu quero parabenizar os convidados, o Dr. Giovanni, o Dr. Mizael, o Luciano, o Rodrigo, o Leonardo Fontes, o Bruno Martins, o Marcelo, todos empenhados no mesmo propósito. E eu também estou nesse mesmo propósito.

Eu não adentrei no mérito aqui, mas falei de maneira *en passant* sobre o mecanismo para patrocinar, porque o resultado final é a necessidade do patrocínio, Senador. Esse é o grande objetivo. No *modus operandi interna corporis*, que porventura é necessário que exista, eu não posso adentrar porque não tenho conhecimento de causa, Izalci. Senador, desculpe. O Senador Izalci, eu tive a felicidade de votar nele quando foi Deputado Federal aqui, não só votar como trabalhar na campanha dele; então, o senhor não pode reclamar de mim. (*Risos.*)

Então, para que não seja mal interpretado: eu sou, apoio. Agora, quando eu fiz a ressalva – e esse parecer, esse memorando aos Senadores deixou claro que é uma empresa detentora do *software* –, foi quando eu falei que ela é detentora do *software* e tem que ser respeitada a sua propriedade intelectual. Agora, ela não pode ser gestora. Convida A, B, C, D, quem quiser. Ela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não pode ser gestora, principalmente tendo a chancela do Estado, da União. Foi essa a minha colocação e que não seja mal interpretada.

Eu vou ter que sair, vou ter que ir para a CPI. Vou ter que ir lá para CPI. Isso faz me lembrar um amigo do meu pai que o convidou se ele iria ao velório de outro amigo. E aí ele disse: "Eu preferiria que você me levasse até uma sorveteria". Então, eu vou ter que ir, a missão me obriga. Vou lá para CPI e quero deixar aos senhores um abraço, um abraço a todos. Estamos juntos nessa causa, que é nobre.

E a todos os pares aqui constituídos e legitimados, os meus respeitos, o meu agradecimento, sobretudo na pessoa do Senador dedicado Carlos Portinho.

Izalci, receba meu abraço. Em minuto nenhum, eu quis desmerecer...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu gostaria que V. Exa. aguardasse só um pouquinho a minha fala para depois V. Exa...

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Excelência, jamais eu poderia fazer essa desfeita, porque escutá-lo para mim sempre é uma aula. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Com a palavra, o Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Bem, gente, então, vamos fazer um resumo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Luciano, um pouquinho de paciência aí aos nossos dois últimos...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, fazendo um resumo geral do tema, em primeiro lugar, a gente tem que reconhecer o mundo real e o mundo virtual. Não se discute mais se é esporte ou se não é. Acho que isso aí está definitivamente já consagrado como um esporte. Então, precisamos regulamentar nesse sentido, para que ele tenha organização e que ele possa funcionar de uma forma organizada.

O que acontece hoje... E a gente, quando foi discutir a questão de valores – viu, Caixa Econômica? –, a gente não quis evidentemente tirar recursos de ninguém da área de esporte,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque a gente já sabe que é muito pouco. O que é destinado ao paralímpico, ao olímpico e para o esporte de um modo geral já é muito pouco. Por isso, foi adicionado um valor: 0,04% da loteria, que não tem... Se o Relator disser que não vai ser loteria, vai ser resultado da *bet* ou do tigrinho ou sei lá de onde, não interessa. O que interessa é que precisa ter recurso. Então, nós precisamos ter essa consciência de que, para que funcione realmente, a gente precisa de recurso.

Os recursos da loteria estão na lei, a Lei 13.756, no art. 16. A distribuição dos recursos está aqui: vai uma parte para o Ministério do Esporte, uma parte vai para o Comitê Brasileiro de Clubes, comitê olímpico, comitê paralímpico, Confederação Brasileira do Desporto Escolar, Confederação Brasileira do Desporto Universitário. Então, existem precedentes de confederação. É óbvio que, se tivesse aqui uma única confederação, talvez nem estaríamos discutindo muito isso.

Com relação a essa nota que eu recebi aqui e que V. Exa. leu, eu fui Secretário de Ciência e Tecnologia por dois mandatos e sei que a gente tem uma visão um pouco mais de longo prazo. Ninguém vai entrar nessa questão de patente ou do proprietário. Na realidade, existe um fato hoje que são os esportes que já existem, e trinta ou sei lá quantos milhões de brasileiros são atletas hoje profissionais, que disputam realmente. São milhões de... Acho que tem mais atleta hoje nos jogos eletrônicos do que propriamente nos jogos tradicionais. Então, é um fato que acontece, e nós precisamos resolver isso. Esse é o objetivo do projeto.

Se vai ter o comitê de jogos eletrônicos ou se vai ter uma confederação única, não sei, o importante é a gente organizar isso. E aí o Relator terá um papel fundamental. Eu não vou nem, tenho que sair daqui a pouco, não vou nem ouvir a Caixa, porque eu já conheço o que foi dito anteriormente a isso, que vai reduzir o prêmio, aquela coisa toda, mas tem que vir de algum lugar. Se vai diminuir a aposta ou não, isso é outra coisa. O que está diminuindo a aposta é os outros jogos, alternativas. Mega-Sena agora já tem três vezes por semana. Aliás, o Brasil virou um cassino, seja oficial, seja informal.

Mas o que eu quero resumir aqui e agradecer, Portinho, esta oportunidade de uma audiência, porque de fato é isso mesmo, audiência pública é para aperfeiçoar o projeto, buscar soluções, para a gente dar uma resposta para a sociedade. Em nenhum momento aqui a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quis beneficiar A ou B. Eu nem convencei contigo, nem conhecia. Mas o objetivo nosso aqui dessa lei é oficializar realmente os jogos eletrônicos, que a gente tenha uma instituição que possa organizar as competições, seja em nível local, seja em nível nacional, seja em nível internacional, como já existe informalmente ou até formalmente, mas sem uma organização no Brasil. E, para a gente ser campeão mundial de tudo isso, tem que ter a organização que outros países também têm. Então o que a gente precisa – e eu espero que o Relator consiga aperfeiçoar o projeto – é verificar primeiro qual o recurso mais apropriado. Se a loteria está dizendo aqui que 0,04 vai comprometer o prêmio, vamos buscar uma alternativa. Tem aí, a regulamentação dos *bets* está aí. Então, de algum lugar a gente tem condição de trazer o recurso. E aí o Governo pode colaborar também no sentido de botar a origem do recurso. Segundo, se vai ser o comitê, se vai ter um comitê ou se vai ter uma confederação única, também é só a gente resolver isso aqui, mas só para dizer que é papel sim do Senado Federal definir isso. A competência é nossa, se vai ser 0,4, 0,04, nós podemos votar aqui no Congresso, independentemente de se agrada à Caixa ou não. Lógico que você tem que ver as questões técnicas também, que é o que a Caixa vai dizer aqui. Então, o objetivo acho que está muito claro aqui.

Então, Senador Portinho, o que eu faço aqui, o apelo aos Senadores e Senadoras é que a gente busque um mecanismo de resolver a organização do sistema de jogos eletrônicos, para que a gente possa realmente ter, como foi dito aqui, já campeões, referência internacional de jogos.

E, para a meninada hoje, esses jogos são importantíssimos na formação da educação, muito mais até, porque no jogo você pode ser técnico, você pode ser o que você quiser. Então, isso desenvolve muito bem na educação e é muito importante.

Parabenizo a iniciativa desta audiência pública e espero que a gente consiga buscar uma alternativa para resolver essa questão. Eu vou ter que sair também, vou fazer companhia, vou fazer a segurança do Senador André Amaral... Mas, parabenizo todos.

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Ele quer que eu saia junto com ele porque toda ausência é atrevida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Olha, eu queria agradecer ao Senador Izalci essa oportunidade e convidar os nossos dois últimos, dispensar aqui da presença da mesa. É só porque a gente está estourando aqui o horário geral e eu queria chamar o Luciano Hostins...

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Senador, só para deixar uma colocação. A Caixa Econômica tem uma função social e parte das loterias tem uma função social, não é? Eu vou solicitar, onde é que está sendo aplicado esse recurso na área social, porque o Brasil não conhece.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Tem... Não estou dizendo que não é aplicado. É necessário que o Parlamento conheça as rubricas e onde estão sendo aplicadas, da parte que fica da contribuição das loterias. É muito importante que se conheça isso aí, assim como vai ser pedido às *bets*. Eu não estou dizendo que não é. Carlos Vieira, inclusive, é meu conterrâneo e amigo. Tenho muito apreço por ele.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador André Amaral, muito obrigado.

Eu queria chamar Luciano Hostins e o nosso representante da Caixa e liberar aqui a mesa. E aqueles quiserem acompanhar, naturalmente, da mesa, podem sentar-se aqui à frente.

Obrigado, Athirson, pela presença.

Para a gente encerrar...

Sente aqui, Rodrigo, por favor. E, Luciano, sente aqui conosco, para a gente concluir.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Portinho, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senadora Leila...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Pela ordem.) – Muito rápido, muito rápido.

Eu também tenho um evento do CBC – o mesmo a que o Paulo foi agora –, para o qual eu fui convidada, e tenho que ir.

Eu quero cumprimentar o Yohansson também pelo resultado; e o Comitê Paralímpico, através do Mizael também, pelos resultados, uma posição inédita nas Paralimpíadas. Acho que todo mundo torceu, vibrou muito com vocês. Então, parabéns, cara! Parabéns mesmo. E que você seja muito feliz no seu casamento.

Só reforçando uma coisa... Eu só gostaria de reforçar que o que nós estamos tratando nesta audiência de hoje são questões de repasse para duas confederações que precisam ser legitimadas.

Segundo: recurso, nós podemos tratar disso quando tivermos um comitê, uma confederação e fomos deliberar, tratar especificamente de percentuais, se acontecer ou não, se isso for legitimado ou não. É um outro momento. O que nós estamos tratando aqui... E eu quero dizer para o setor de esportes que a Casa sempre esteve muito disponível para o diálogo, para essas tratativas.

E quero agradecer-lhe, Portinho, porque hoje você teve paciência – hoje você teve paciência –, e agradecer a todos aqui.

Nem todo dia a gente vê o Portinho assim, não é? (*Risos.*)

E peço desculpas a todos que estão aqui na audiência, porque eu também tenho que ir para o evento do CBC.

Obrigada, Portinho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu vou abusar da paciência, agora, do meu amigo Luciano Hostins.

Eu queria que o nosso representante da Caixa falasse, e já até endereço a questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O recurso é pouco para ser dividido por muitos. E, cada vez que a gente diminui o prêmio, ele deixa de ser atrativo para o apostador. E, agora, ainda há pior: a concorrência das *bets*, porque antes a Caixa Econômica... Ou seja, o recurso da loteria esportiva – eu gostaria de ouvir, é quase como uma pergunta –, a minha impressão é que ele vai reduzir muito, muito. E a gente precisa olhar para isso também, inclusive para o que já é financiado com esse recurso.

E quero só acrescentar que eu não escutei aqui nesta audiência ninguém do setor que tenha dito que foi ao Ministério da Tecnologia buscar recurso; ninguém do setor que tenha dito que foi conversar com o Relator do Orçamento aqui do Congresso para que ele abra a rubrica para a gente poder investir em emenda para formação profissional não de atletas, mas de desenvolvedores, de provedores, etc.

Então, quando a gente olha para 0,04% da loteria... E também não ouvi aqui ninguém dizer o quanto seria isso, mas eu ouvi que o Comitê Paralímpico já...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Nove milhões.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... que o Comitê Paralímpico, que já recebe recurso, é pouco – falta piscina, falta pista –; que para modalidades tradicionais, que estão há anos recebendo recurso, falta recurso. Por que mirar no mesmo pote?

Eu não vi ninguém aqui saindo fora da caixa, e a gente precisa de soluções fora da caixa, até porque a tecnologia e o setor estão na ponta da inovação, querendo, com todo o respeito, práticas de setores que já estão até repensando essa questão dentro do sistema esportivo. O futebol, hoje, pensa na liga, ele não quer mais ter um Presidente – posso falar porque isso é verdade – que está discutindo o cargo dele, há dois anos, aqui no STF. Isso não é matéria nem do STF e nem deveria ser do esporte.

Então, vocês, primeiro, não conseguem avançar com isso se tiverem duas confederações. Isso é um fato, isso aí é uma questão da lógica do direito esportivo. Vocês não conseguem avançar com isso, não precisam avançar com isso no Congresso. Vocês têm que avançar com isso junto ao COB, ao COI – ao COI primeiro, depois ao COB –, para poder receber os recursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho só que a gente está mirando no mesmo pote. Eu não vi ninguém falar que foi ao Ministério da Tecnologia, porque não tem nada mais próprio para o setor de *games* do que o Ministério de Tecnologia, os recursos de tecnologia, o desenvolvimento. Eu acho que a gente tem que pensar fora da caixa.

Queria ouvir a Caixa Econômica, ela vai dizer qual é o problema. Eu já adianto aqui que ela vem, cada vez, reduzindo o número de apostadores.

O SR. RODRIGO SCHEKIERA FRANCO DOS SANTOS (Para expor.) – Perfeito, Senador.

Agradeço a oportunidade e até a introdução, que já traz bastante elementos do que a gente veio aqui apresentar. Agradeço também a brilhante fala no Mizael, que apresentou dados sobre os quais a gente estava trocando ideia, ali, antes. É justamente esse um dos pontos que a gente veio trazer e preocupações acessórias. Vou tentar ser bastante breve pelo avançado da hora.

Pegando, de forma bastante resumida, é justamente o desafio que a gente tem. No Brasil, o perfil do nosso apostador é orientado à premiação. Quanto maior o prêmio, maior a arrecadação e, por consequência, os repasses. Se eu tiro 0,04 ou 0,01, que foi a proposta, eu tenho a dificuldade de formar um prêmio atrativo ao apostador e, por conseguinte, de ter arrecadação e de manter os repasses. Então, qualquer proposta que venha a propor uma diminuição da premiação automaticamente está enfraquecendo as loterias federais.

Por isso, o Senador Izalci citou anteriormente, ele já sabia que a Caixa apresentaria essa posição contrária a essa redução. É um fato: temos, sim, posição contrária.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RODRIGO SCHEKIERA FRANCO DOS SANTOS – Exato.

Em relação às *bets*, o que a gente tem observado? Temos conseguido resistir, apesar de o cobertor ser curto, a que a nossa arrecadação migre para essa nova modalidade de aposta. Os nossos beneficiários que acompanham bastante a arrecadação veem que temos tido crescimento até, porque adotamos estratégias para manter o prêmio atrativo. Ainda que o percentual não seja equivalente ao dos maiores níveis que a gente vê no mundo afora de boas práticas, de destinação à premiação que atraia níveis melhores de apostas *per capita*, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguiu, com estratégias de sorteios adicionais, manter os especiais – em que a gente tem uma premiação muito atrativa –, manter o nível de arrecadação crescendo ano após ano.

O que a gente tem aqui a trazer também para a consideração é a diferença em relação ao apostador. Os produtos das loterias federais, das loterias de prognóstico, que são tratadas no art. 16 da 3.756, são loterias que, reconhecidamente, por estudos internacionais de saúde relacionados a transtornos do jogo, têm uma influência menor em relação aos vulneráveis, ou seja, eles têm um potencial de viciar os apostadores menor do que outras loterias com maior instantaneidade.

Então, além de uma questão concorrencial de estarmos disputando ali a questão do quanto, em valor, as pessoas decidem apostar, também temos o viés muito importante da proteção. Então, é importante a preservação do *payout* do que as loterias destinam a prêmios e, por conseguinte, arrecadam para os seus beneficiários, a manutenção desse valor e até a gente ter estudos para ampliá-lo de uma maneira a conseguir tornar as loterias ainda mais atrativas, para trazer também uma segurança do ponto de vista da saúde do jogador. A gente ter uma alternativa para aposta mais segura, uma alternativa de aposta mais conservadora do que aquelas que a gente vê se avolumando, trazendo problemas e empilhando questões de saúde pública, como é até o caso dessa CPI que está recém-instalada.

Então, o que a gente tinha para trazer era muito essa contribuição. Entendemos que até vai haver outras discussões aqui no PL.

Fico à disposição para qualquer questionamento que seja necessário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado.

Esta é a grande dificuldade, gente: quanto mais a gente reduz o prêmio do apostador, a gente está reduzindo o interesse na aposta. Quanto mais a gente reduz o interesse na aposta, menor é a arrecadação e, com menor arrecadação, o dano é colateral, o dano é para todos. Não é assim: "Ah, eu não estou tirando dinheiro do Comitê de Brasileiro de Clubes". Está! De certa maneira, sim! Aliás, está tirando um pedacinho de cada um.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, vamos lá, Luciano Hostins, nosso Diretor Jurídico do Comitê Olímpico Brasileiro e meu amigo, especializado em direito desportivo, dos dinossauros do direito desportivo, faz tempo. (*Risos.*)

O SR. LUCIANO HOSTINS (Para expor.) – Obrigado. Obrigado, Senador Portinho.

Eu trago aqui um abraço do Presidente Paulo Wanderley Teixeira, o agradecimento por oportunizar sempre os debates necessários ao desenvolvimento do esporte brasileiro.

Eu acho que hoje a gente passa por mais uma etapa de desenvolvimento do esporte, discutindo essa matéria tão importante que é o financiamento com esses recursos que decorrem daquilo que prevê o 217, inciso I, da Constituição Federal, que fala que é dever do Estado fomentar as práticas desportivas formais e não formais, como dever de cada um. Então, essa eu acho que é a chave inicial de toda a discussão. A gente tem isso positivado através, primeiro, da Lei Agnelo/Piva, lá, em 2001, e, posteriormente, da 13.756, em 2018. E a gente vê, ao longo desse tempo, como o esporte evoluiu de forma organizada no Brasil.

Temos aqui, conforme o Presidente Mizael, a quem saúdo, também já explanou, também uma evolução que começa lá em 2004, no primeiro ano do ciclo olímpico, com o recurso das loterias, quando o Brasil sai, em 2000, em Sydney, da 56ª posição no quadro de medalhas, alcança um nível que vem mantendo até hoje e acaba aprimorando esse resultado a cada edição de jogos olímpicos. Então, a importância – o próprio representante da Caixa coloca a importância – desse recurso, essa contrapartida social, essa contrapartida do Estado ao esporte como um meio, inclusive, de equilibrar eventuais mazelas que muitas vezes vêm atreladas ao jogo, ao vício, e a gente tem no esporte a virtude que é auxiliada com tais recursos.

Com relação à questão... E aí eu lembro muito a organização esportiva, matérias que a gente discute no direito desportivo que vêm a partir do sistema associativo. É algo histórico o que nós temos no Brasil. Nós temos a organização esportiva que começa com base no direito civil, onde pessoas se agregam para formar as suas associações, seus clubes; aquelas se organizam para formar as suas federações; e as federações se organizam, se congregam para organizar as suas confederações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse é o nosso sistema piramidal hoje em dia aceito e que, por sua vez, tem uma aceitação internacional, porque aí é o sistema de cima para baixo, em que vem uma federação internacional e aceita esse sistema nacional como válido na sua organização internacional.

Então é o que nós temos hoje, que a gente chama do sistema piramidal internacional, em que o Comitê Olímpico Internacional reconhece as federações internacionais, que, por sua vez, reconhecem as confederações que regem os esportes aqui no Brasil. E o Comitê Olímpico do Brasil, nesse sistema, possui níveis de associações, de associação, que são aquelas que integram, aquelas entidades das modalidades que integram os Jogos Olímpicos de Inverno e de Verão. Essas são as filiadas efetivas do Comitê Olímpico Brasileiro, mas também temos categorias de reconhecidas e vinculadas. As vinculadas são aquelas que participam de outras competições, como os Jogos Pan-Americanos, Jogos Sul-Americanos, modalidades da juventude e assim por diante. E também há aquelas que são reconhecidas, que muitas vezes são modalidades que integram o sistema piramidal internacional, mas que não participam dessas competições.

Então, o que nós temos na prática, inclusive com a modalidade do *e-sports* – o esporte eletrônico –, é que nós precisaremos, para ter um reconhecimento aqui pelo Comitê Olímpico Internacional, ter uma federação internacional dentro do sistema olímpico; que, por sua vez, tenha uma federação nacional aqui – que a gente chama de confederação, mas que pode ser federação, associação, seja o que for. E, então, o Comitê Olímpico do Brasil, de forma automática, vai reconhecer esse sistema.

É inegável olhar no sistema esportivo o fenômeno do *e-sport*. Isso é algo inegável. O que nós precisamos é criar realmente essa organização sistematizada, para que a gente fique dentro do sistema piramidal internacional e para que a gente possa, então, fazer os encaminhamentos, os apoios necessários para o desenvolvimento dentro do sistema esportivo da modalidade do *e-sport*, que é um fenômeno de que a gente não nega a existência, mas que, com certeza, precisa ainda dessa organização. Porque existe a competição, existe o esporte, mas ainda carece dessa sistematização. Eu acho que as entidades estão organizando e o Comitê Olímpico do Brasil já teve contato com todas, e com certeza nós vamos evoluir para um reconhecimento assim que tiver o reconhecimento do Comitê Olímpico Internacional à respectiva federação internacional – isso não vai ter o menor problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era o que eu tinha para trazer de contribuição, Senador, mais uma vez cumprimentando pela iniciativa dessa audiência pública e saudando a todos os presentes, agradecendo aqui por nos ouvir um pouquinho.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Parabéns, Luciano, porque é muito bom ouvir e a gente poder entender, quem nos assiste, como é que funciona o sistema esportivo, tanto o nacional quanto o internacional, e as formas de ingresso de modalidades dentro desse sistema esportivo.

Então, dito isso, eu queria agradecer. Sei que o fiz esperar, mas foi só pela nossa amizade, que me permite isso. Com os outros eu não podia fazer, tem que fazer com quem é mais próximo.

Queria agradecer aqui à CBGE. Eu espero que todos que assistiram e o próprio setor entendam os desafios que eles têm. Primeiro, a unificação das confederações, o reconhecimento internacional, que passa, inclusive, pela manifestação da Entertainment Software Association, por um alinhamento com os donos da propriedade intelectual, porque, senão, a gente vai ter uma confederação brasileira de meio game, ou seja, aqueles que são os mais pujantes, que têm patrocínio privado e tal não vão estar dentro da confederação.

E vai ter uma confederação que vai reunir alguns outros *games* abertos, como foi dito, e que não dependem disso. Essa é uma preocupação porque enfraquece o setor. Em toda divisão... Você pode ver que, em toda modalidade esportiva – isso acontece em várias modalidades – em que há um racha, criam-se várias federações, tem a discussão internacional. Isso enfraquece o setor. Então, eu acho que, superando isso, o ingresso, na minha opinião, não é por uma lei, não é na canetada dizer: "Esse comitê vai receber recurso". Ele tem que estar dentro desse sistema piramidal, que é como todas as modalidades se colocam dentro do ambiente jurídico desportivo.

E, segundo, sinceramente, a briga de 0,04% é de 9 milhões. E acho que é 9 milhões/ano, se eu entendi, não é? Bom, se vocês conseguirem botar uma rubricazinha no orçamento do Congresso que permita que o Parlamentar coloque emenda para organização de torneios de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esporte eletrônico, para receber recurso para formação de atletas, ou para compras de computadores, ou para projetos sociais, eu garanto que vocês vão receber, por ano, muito mais do que 0,04%.

E o outro caminho que eu deixo aqui que independe da nossa discussão é o Ministério da Tecnologia, que deveria ter um programa específico, porque ele tem recurso, e lá não se briga por esse recurso. Eu não sei, sinceramente, nem onde é que é gasto – desconhecimento meu deve ser, mas eu não sei. Mas o esporte eu sei que tem várias modalidades mordendo o mesmo pote, e não teria como ser diferente. A cultura, porque também é cultura – inclusive, está lá no Marco dos Jogos Eletrônicos a possibilidade de acesso à Lei Rouanet –, está lá também mordendo um pote que tem artista, cinema, dança, música. A educação, que poderia ser pela gamificação, é interessante. Talvez tenha lá recurso também, e lá ninguém está brigando. Mas o que eu acho é que *e-sport* é esporte, pode ser considerado esporte, mas, acima de tudo, é tecnologia, desenvolvimento, inovação. E eu acho que o Ministério da Tecnologia seria talvez o mais recomendado. E aí, sim, ter uma política pública voltada para o desenvolvimento dos esportes eletrônicos, como o desenvolvimento da tecnologia e da inovação. Essa é a minha opinião, manifestei inclusive no marco dos *games*, em que eu votei favoravelmente, fazendo essa observação.

Desejo ao setor que ele consiga se organizar e que a gente possa legislar dentro da nossa competência para sempre ajudar o setor, porque é lógico que ele traz turismo, incentiva a juventude, traz inovação e tecnologia, traz recursos e riquezas para o país. Aqui a própria ESA diz que a gente está entre os cinco maiores mercados hoje. Então, a gente também não pode desprezar tudo isso.

Queria agradecer, Leonardo, pela sua participação e a de todos aqui.

A gente recebeu várias perguntas aqui pelo e-Cidadania. Eu vi que de várias maneiras elas foram respondidas.

O Luiz, do Rio de Janeiro: "Quais garantias existem de que os recursos destinados à [...] [Confederação Brasileira de Games e Esports] serão aplicados corretamente e fiscalizados de forma eficaz pelo TCU?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Diego, do Rio Grande do Sul: "Como o financiamento do esporte eletrônico via loterias pode influenciar o crescimento e a profissionalização desse setor?".

O Luís, de Goiás: "De que forma o PL 6.118/2023 incentiva a criação de infraestrutura para o desenvolvimento dos *e-sports* em regiões menos favorecidas?".

O Camilo, de São Paulo: "De que forma o projeto pode incentivar a inclusão digital e o desenvolvimento de habilidades tecnológicas em comunidades menos favorecidas?".

O Gabriel, de Minas Gerais: "Tendo em vista o constante crescimento do mercado de jogos, como esse incentivo de 0,04% beneficiaria também aos consumidores [...] [do mercado de jogos]?".

O Fernando, do Rio Grande do Norte: "Como o PL 6.118/23 planeja promover a inclusão de jovens em situação de vulnerabilidade social por meio do investimento em esporte eletrônico?".

E, por fim, a Silvana, de São Paulo: "Como justificar esse repasse, enquanto áreas essenciais como saúde, educação e segurança enfrentam graves deficiências de investimentos?".

Eu acredito que todos os temas foram abordados pelos expositores aqui. Espero que as respostas sejam a contento.

Agradeço a todos e dou por encerrada... (*Pausa.*)

Ah, o Mizael! Cadê o vídeo do Mizael? Perdão! É o vídeo dos nossos atletas vitoriosos paralímpicos.

E com ele a gente encerra esta bonita sessão, de um tema tão relevante como é o esporte.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mizael, parabéns!

Você levou, por uma política pública bem executada, o desporto paraolímpico, junto com todos os atores, realmente, a um lugar diferenciado no mundo, não é? E, para um país como o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil, com todas as dificuldades de acessibilidade que as pessoas já têm no seu dia a dia, acho que é uma inspiração para todos.

Parabéns aos atletas e parabéns a você, Mizael, do fundo do coração. Também, à nossa querida Roseane Estrela, por ser Diretora de Relações Institucionais do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos e a todos que estão dentro desse sistema esportivo.

Obrigado a todos.

Agradeço e continuamos aqui à disposição.

(*Iniciada às 9 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e doze minutos do dia trinta de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Romário e Jorge Kajuru, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Fernando Farias, Leila Barros, Plínio Valério, Jayme Campos, Zequinha Marinho, Fernando Dueire, Nelsinho Trad, Humberto Costa, Lucas Barreto, Paulo Paim, Carlos Portinho e Eduardo Girão, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Damares Alves, Zenaide Maia e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Rodrigo Cunha, Sérgio Petecão e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 279, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para atribuir direito à aposentadoria especial ao atleta profissional e regular a atividade de prática desportiva profissional em entidades de prática desportiva de todas as modalidades esportivas." **Autoria:** Senador Romário (PSB/RJ). **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação com três emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1, 2 e 3 - CEsp. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2828, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, para priorizar a análise e a aprovação de projetos cujo objeto seja a construção, ampliação ou manutenção de centros de treinamento de modalidades esportivas olímpicas ou paralímpicas com comprovada carência de estrutura física ou a realização de competições para essas modalidades." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto, com a Emenda nº 1 - CEsp. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 339, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Regula a prática de pipa desportiva e proíbe a utilização de cerol ou produto industrializado nacional ou importado semelhante que possa ser aplicado nos fios ou linhas utilizados para manusear pipas ou balões, ou semelhantes; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para incluir hipótese de dano qualificado e tipificar os crimes de fabricação de cerol ou linha cortante e de utilização de linha com cerol ou produto cortante; e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tipificar crime relacionado ao uso de cerol ou linha cortante." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela aprovação com a Emenda nº 1 e a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1, 2 e 3 - CEsp. **Observação:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciar a discussão da matéria, o relator, senador Plínio Valério, apresentou uma nova emenda em seu voto para que os pipódromos sejam localizados fora de área urbana. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 19, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar às famílias dos jovens atletas da equipe de remo, que foram vítimas de um acidente fatal na BR-376, em Guaratuba-PR." **Autoria:** Comissão de Esporte, Senador Romário (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 20, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de José Adilson Rodrigues dos Santos, o eterno Maguila, bem como sinceras condolências aos familiares e entes queridos." **Autoria:** Comissão de Esporte, Senador Romário (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário
Presidente da Comissão de Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/30

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Muito obrigado a todos pela presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 30 de outubro de 2024.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 15ª Reunião, realizada em 09 de outubro de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à liberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 339, DE 2024

- Não terminativo -

Regula a prática de pipa desportiva e proíbe a utilização de cerol ou produto industrializado nacional ou importado semelhante que possa ser aplicado nos fios ou linhas utilizados para manusear pipas ou balões, ou semelhantes; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para incluir hipótese de dano qualificado e tipificar os crimes de fabricação de cerol ou linha cortante e de utilização de linha com cerol ou produto cortante; e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tipificar crime relacionado ao uso de cerol ou linha cortante.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Pela aprovação com a Emenda nº 1 e a emenda que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

2. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 05/06/2024 e 19/06/2024.

3. Em 19/06/2024, foi apresentada a emenda n° 1, de autoria da Senadora Leila Barros (PDT/DF).

4. Em 19/06/2024, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

5. Em 10/07/2024, foi realizada audiência pública destinada a instruir a matéria.

Uma vez que o relatório já foi lido, consulto o Senador Plínio se gostaria de fazer uso da palavra.

A palavra está com o Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Romário.

À Comissão de Esporte veio o Projeto de Lei 339, de 2024, já lido por V. Exa., da Deputada Nilda Gondim, que regula a prática de pipa desportiva e proíbe a utilização de cerol ou produto industrializado nacional ou importado semelhante que possa ser aplicado nos fios ou linhas utilizados para manusear pipas ou balões. Pode ser que aparentemente seja um projeto como outro qualquer, simples, mas não é. O senhor, como esportista, sabe muito bem da importância que tem as pipas para quem pratica esse esporte. Quando criança, também pratiquei. E a gente tem inúmeras observações a fazer aqui.

Vem ao exame desta Comissão de Esporte o Projeto de Lei 339, de que eu falei, competência da nossa Comissão para fazê-lo.

O *caput* do art. 2º explicita a regulação da pipa esportiva, estabelecendo que a prática só pode ocorrer em pipódromos, por pessoa maior de idade ou por menor com idade superior a 16 anos devidamente autorizado, com inscrição em associação dedicada à pipa esportiva. O §1º traz a definição de pipódromo como o espaço destinado à prática da atividade esportiva, artística e de lazer de soltar pipa. O §2º estabelece que o pipódromo deve estar localizado a uma distância mínima de mil metros de rodovia pública e de rede elétrica. O §3º apresenta as exigências para a confecção da linha esportiva de competição. O §4º condiciona a fabricação e a comercialização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da linha esportiva ao cadastro, à autorização e à sujeição à fiscalização. O §5º, por fim, exige que aquele que compre, possua, armazene ou transporte a linha esportiva seja maior de idade, inscrito em associação específica e obtenha autorização perante órgão público competente.

O *caput*...

Eu podia, Senador Romário, sintetizar, se o senhor quiser.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por favor.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Vou sintetizar, porque o senhor já leu sobre isso, então eu vou para a análise.

Nos termos do art. 104-H, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CEsp opinar sobre proposições...

Como a matéria irá para a CCJ após a manifestação deste Colegiado, caberá àquela Comissão a análise dos requisitos... O senhor também já citou isso.

No mérito, somos totalmente favoráveis à proposição.

De fato, a regulamentação da prática da pipa esportiva e a proibição de práticas lesivas à saúde, como a utilização do cerol, devem ser regradas. É fundamental fazer isso.

E um dos princípios inerentes ao esporte é a proteção da saúde dos competidores, dos espectadores.

Além disso, a criação de pipódromos, espaços específicos destinados à prática da pipa, bem como a exigência de inscrição em associação específica e o cumprimento dos requisitos que são necessários de se solicitar...

Foi apresentada a Emenda nº 1, da Senadora Leila, alterando o §3º do art. 2º do PL, com o objetivo de restringir a prática de soltar pipa com linha esportiva de competição, exceto se realizada apenas em pipódromo.

Aqui cabe uma explicação: o projeto da Senadora Damares proíbe cerol em qualquer circunstância; a emenda da Senadora Leila permite cerol nos pipódromos, e nós somos favoráveis a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente destaca, por fim, no parecer, o mérito de prever campanhas educativas e conscientização sobre o perigo de linhas e materiais cortantes.

Como forma de aperfeiçoar o projeto, sugerimos emenda de redação apenas para trocar a palavra "desportiva'' por "esportiva", em linha com a nomenclatura utilizada na nova Lei Geral do Esporte.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 339, de 2024, com a Emenda nº 001/2024, CEsp, e com a seguinte Emenda de redação:

> EMENDA Nº -CEsp (DE REDAÇÃO)
> Substitua-se, na ementa e no art. 1º do Projeto de Lei nº 339, de 2024, a palavra "desportiva" por "esportiva".

É o relatório, Presidente, favorável.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Plínio.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Senador Romário, só para reforçar...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM. Como Relator.) – Nunca é demais reforçar. Eu quero constar que, no nosso relatório, fica bem claro – está na lei, mas fica bem claro no relatório – que o pipódromo tem que ser afastado do setor urbano, tem que ser longe de todo e qualquer movimento de pessoas. Está mais ou menos claro na emenda, mas eu quero deixar isto também no relatório: cerol e pipódromo, desde que os pipódromos obedeçam às regras e sejam localizados muito distante dos centros urbanos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senador.

Encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, da CEsp.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 279, DE 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para atribuir direito à aposentadoria especial ao atleta profissional e regular a atividade de prática desportiva profissional em entidades de prática desportiva de todas as modalidades esportivas.

Autoria: Senador Romário (PSB/RJ)

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação com três emendas que apresenta.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Carlos Portinho para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Bom dia, Presidente, Senador Romário; Senador Kajuru; querido Senador Plínio; e Senador Girão, que também está presente.

Muito obrigado pela oportunidade.

Quero elogiar a sua iniciativa como autor, Senador Romário. Este é um projeto que vai aos anseios de todos os atletas profissionais. Já era tempo que isso ocorresse.

Vou pedir para ir direto à análise, se me permite, Presidente.

Nos termos do art. 104-H do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CEsp manifestar-se sobre proposições que versem acerca de normas gerais sobre esporte. Nesta Comissão, serão analisados, então, os aspectos referentes ao mérito esportivo do projeto. Em sequência, a CAS analisará as disposições referentes às relações de trabalho, seguridade e previdência social, nos termos do art. 100, inciso I, do Regimento. Caberá também à CAS pronunciar-se em decisão terminativa sobre constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

No mérito, somos absolutamente favoráveis ao projeto. Não há dúvidas de que os atletas profissionais, em sua maioria, atuam em condições que podem ser prejudiciais à sua integridade física – e não raro acontece. De fato, o intenso treinamento físico a que estão sujeitos esses atletas, aliado à carga de estresse na busca por resultados esportivos, gera um desgaste físico maior nesses trabalhadores do que o ocorrido em profissões convencionais. Inclusive, por isso, ele tem legislação especial, quero registrar.

Além disso, a atuação de atletas sempre no limite de sua capacidade física encurta o tempo de suas carreiras. Não é raro que atletas de algumas modalidades encerrem aos 35 anos de idade, limitados por restrições físicas, já que seus corpos não mais correspondem ao extremo esforço necessário para o desempenho em um nível de excelência e competição.

Dessa forma, consideramos justo conceder aposentadoria especial aos atletas profissionais como uma forma de reconhecer seu esforço concentrado em poucos anos de trabalho, mas com elevados risco de lesão e desgaste físico e mental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todavia, propomos alguns ajustes, emendas para melhor tratamento do tema. Devemos considerar, primeiro, a recente aprovação da Lei nº 14.597, de 2023, que é a Lei Geral do Esporte. Essa norma dá nova definição ao conceito de atleta profissional, assim considerando o praticante de esporte de alto nível que se dedica à atividade esportiva de forma remunerada e permanente e que tem nessa atividade sua principal fonte de renda por meio do trabalho independentemente da forma como recebe sua remuneração (art. 72, parágrafo único, da LGE).

Desse modo, entendemos que a alteração que o projeto pretende fazer no art. 94 da Lei Pelé perde sua razão de ser, já que o intuito do dispositivo é fazer com que atletas de todas as modalidades esportivas (e não somente do futebol) sejam considerados atletas profissionais. Então, o conceito de profissionalismo contido na Lei Geral do Esporte dispensa essa intervenção.

Ademais, sugerimos que a alteração proposta pelo art. 1º do projeto seja feita não na Lei Pelé, mas na Lei Geral do Esporte. Apesar de a Lei Pelé ainda estar em vigor, entendemos que a Lei Geral do Esporte assumiu o papel de lei norteadora do esporte em nosso país.

Por fim, propomos alteração na ementa do projeto para que possa refletir as novas disposições sugeridas.

O voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2015, com as emendas propostas, conforme parecer já publicado, elogiando a iniciativa, já em tempo, há muito, do Senador Romário e a necessidade de conceder aos atletas a aposentadoria especial. Assim é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Senador Portinho. Parabéns pelo relatório! Eu tinha certeza de que não poderia cair em melhores mãos. V. Exa. mais do que ninguém sabe o que esses ex-jogadores passam, não é? Na verdade, para muitos o futebol é uma coisa bilionária, e é mesmo, mas para 90%... A gente sabe exatamente o que esses 90% sofrem. Então, parabéns! Fico feliz por essa grande iniciativa.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o aparecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1, 2 e 3, aqui desta Comissão.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2828, DE 2021

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, para priorizar a análise e a aprovação de projetos cujo objeto seja a construção, ampliação ou manutenção de centros de treinamento de modalidades esportivas olímpicas ou paralímpicas com comprovada carência de estrutura física ou a realização de competições para essas modalidades.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a(s) emenda(s), nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Concedo a palavra ao Senador Carlos Portinho para a leitura do relatório.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Sr. Presidente, vou pedir também para ir direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da análise.

Conforme disposto nos incisos I e II do art. 104-H do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CEsp opinar sobre proposições que versem acerca de normas gerais sobre esporte e sobre o sistema esportivo nacional e sua organização, caso do projeto em análise.

Além disso, por ser a última Comissão a manifestar-se sobre o tema, compete-lhe, ainda, a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Quanto a esses aspetos, o projeto não merece reparo algum. Atende plenamente.

Ademais, é legítima a iniciativa parlamentar, visto não incidir, na espécie, reserva de iniciativa. Igualmente adequada é a veiculação do tema por meio de lei ordinária, já que não há exigência constitucional de lei complementar ou outro veículo normativo para a disciplina do assunto.

A matéria apresenta também técnica legislativa adequada, em consonância com as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. De todo modo, com relação a esse aspecto, propomos pequenos ajustes formais, para aquilatar sua técnica legislativa.

No mérito, igualmente, somos favoráveis à proposição.

Os Jogos Olímpicos e Paralímpicos são muito mais que competições esportivas; representam a celebração da superação humana, do trabalho árduo e da busca incessante por excelência. Esses eventos reforçam os valores da Carta Olímpica, que preza pela igualdade, respeito e fraternidade entre os povos.

Para que os nossos atletas e paratletas possam competir em condições justas, é fundamental que tenham acesso a condições adequadas de preparação.

O PL em tela, ao priorizar, no contexto da Lei de Incentivo ao Esporte, os projetos esportivos que visem à realização de competições ou ao desenvolvimento de centros de treinamento para modalidades com comprovada carência de estrutura, busca oferecer aos esportistas brasileiros mais oportunidades de competir em igualdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Investir na realização de competições e na construção e ampliação de centros de treinamento para esportes olímpicos e paralímpicos é também um passo essencial para fortalecer a inclusão e a diversidade no esporte.

As modalidades menos assistidas, muitas vezes ofuscadas pelos esportes mais populares, também carregam consigo histórias de superação, talento e esforço que merecem o devido reconhecimento e apoio.

Trata-se de uma iniciativa que reafirma compromisso do poder público com o ideal olímpico, ao promover o esporte como uma força unificadora e de transformação social.

A criação de centros de treinamento bem como o incentivo à realização de competições para essas modalidades não só eleva o nível técnico dos atletas, como inspira gerações futuras a perseguirem seus sonhos, independentemente das dificuldades.

A verdadeira vitória olímpica não está apenas nas medalhas, mas na jornada que permite que cada atleta chegue ao seu máximo potencial.

Cabe, entretanto, um pequeno reparo, para fazer constar do texto, como órgão responsável pela análise e aprovação dos referidos projetos, o Ministério do Esporte.

Eu quero também fazer um destaque. Tão importante quanto a prioridade na criação dos centros olímpicos, no investimento para isso, quero alertar os meus colegas para, em breve e próxima votação de vetos do Congresso Nacional, a necessidade de derrubarmos os vetos que permitem benefício fiscal para importação de equipamentos. E eu faço esse alerta aos colegas porque entramos no novo ciclo olímpico, e são absolutamente necessários tanto centros de treinamento qualificados como prioritários, por essa proposta do Senador Veneziano Vital do Rêgo, como equipamentos adequados para que os atletas possam competir em igualdade no mundo com outros competidores.

Então, feito esse alerta e o pedido para que possamos derrubar, na sessão do Congresso, os vetos que trazem benefício à importação de equipamentos olímpicos, com relação ao Projeto 2.828, de 2021, de autoria do Senador Vital do Rêgo, do MDB da Paraíba, o meu voto é, conforme a argumentação exposta, pela aprovação com a emenda proposta, conforme parecer já publicado priorizando a construção de centros olímpicos, a cargo do Ministério do Esporte a análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senador Portinho.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem quer discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal.

Em votação o Projeto de Lei n.º 2.828, de 2021, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Os Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Está aberto o painel? (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Houve 5 SIM; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

Aprovado o projeto, com a Emenda nº 1, desta Comissão.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, para as providências cabíveis.

Passo aqui, agora, a Presidência para o meu irmão, um dos melhores Senadores da história deste Congresso, Senador Jorge Kajuru, para que eu possa fazer a leitura dos próximos dois itens da pauta, que serão requerimentos da minha autoria.

Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Deus e saúde a todos e todas presentes.

Gente, ser elogiado pelo Romário é receber um troféu, não? Eu me sinto tetracampeão do mundo.

Primeiro, quero enaltecer o nosso Presidente desta Comissão de Esporte, Romário de Souza Faria, que passou muito mal nesses últimos dias, teve sinusite, febre. Mesmo assim, ele veio ontem, em função da Comissão hoje e em função da reunião que temos na CPI à tarde.

Portanto, este é o Romário, o diferencial dele em todos os sentidos.

Presidente Romário de Souza Faria, o item 4 é o Requerimento da Comissão de Esporte nº 19, de 2024.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 19, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar às famílias dos jovens atletas da equipe de remo, que foram vítimas de um acidente fatal na BR-376, em Guaratuba-PR.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Eu lhe concedo a palavra, para a leitura do seu requerimento indiscutivelmente oportuno, irmão.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para encaminhar.) – Bem, Presidente, lamentavelmente, no último dia 21 de outubro, o Brasil foi abalado por um trágico acidente, que vitimou atletas de uma equipe de remo no sul do país. Esses jovens, que dedicaram suas vidas à prática esportiva, perderam a vida em circunstâncias que deixaram toda a comunidade desportiva em luto. O acidente, que ocorreu na BR-376, em Guaratuba, Paraná, envolveu um carro, uma carreta e uma *van*. Sete atletas que faziam parte da equipe do Remo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tissot, composta por adolescentes do projeto Remar Para o Futuro, de Pelotas, Rio Grande do Sul, morreram no acidente. O treinador e o motorista da *van* também faleceram.

O ocorrido é uma perda irreparável para o esporte brasileiro, que se vê privado do talento e potencial desses jovens atletas, e, sobretudo, para suas famílias, que enfrentam agora a dor imensurável de perderem seus entes queridos de forma tão inesperada. Nesse momento de profundo pesar, é imprescindível que prestemos nossa solidariedade às famílias, amigos e colegas de equipe, oferecendo o conforto possível diante de tamanha tragédia.

Diante disso, este requerimento visa expressar, em nome desta Comissão de Esporte, o voto de pesar e as sinceras condolências às famílias dos atletas, enaltecendo suas contribuições ao esporte e lamentando a partida precoce desses jovens que tanto prometeram para o futuro do remo nacional. Que suas memórias inspirem novos atletas e que suas histórias jamais sejam esquecidas.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Este é o ser humano raro Romário de Souza Faria.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Obviamente aprovado o requerimento.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 20, DE 2024

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de José Adilson Rodrigues dos Santos, o eterno Maguila, bem como sinceras condolências aos familiares e entes queridos.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

E só poderia ser de autoria, como disse, do ser humano Senador Romário.

Concedo a ele a palavra para este requerimento, também oportuno e indiscutivelmente justo.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Maguila foi um dos maiores ícones do boxe brasileiro e mundial. Sua trajetória foi marcada por muita determinação e força, conquistando inúmeros títulos e levando o nome do Brasil aos mais altos patamares desse esporte.

Além de ser um talentoso boxeador, Maguila demonstrou resiliência ao enfrentar os desafios que a vida lhe expôs. Sua luta não apenas como atleta, mas como ser humano, inspira gerações de esportistas e admiradores. Fora dos ringues, dedicou-se a projetos sociais, contribuindo com sua experiência e conhecimento para formar novas gerações de atleta. O falecimento de Maguila deixa uma lacuna irreparável para o esporte e para todos que o acompanhavam e admiravam como trajetória. Sua dedicação, sua história de vida e suas conquistas jamais serão esquecidas.

Diante disso, expresso, em nome desta Comissão de Esporte, os mais profundos sentimentos de pesar e solidariedade a famílias, amigos e admiradores de Maguila. Seu legado no esporte e sua trajetória de superação e conquistas serão sempre lembrados e celebrados. Que sua memória inspire futuras gerações de atletas e que sua história permaneça viva na construção de esporte brasileiro.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bom, Presidente Romário Souza Faria, eu quero apenas fazer um comentário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos meus 50 anos de carreira nacional na televisão brasileira – e agora, graças a Deus, estou voltando à rede nacional, estreio neste domingo, às 10h30 da noite, na Rede TV, com um programa de entrevistas, ao lado da nossa amiga Leila do Vôlei –, eu chorei três vezes. Eu chorei em 1994, contigo, na conquista nos Estados Unidos – eu estava lá presente, você se lembra, eu o entrevistava rigorosamente quase todo dia –, naquele momento do hino em que você se emocionou; depois, quando você foi injustiçado naquela Copa do Mundo por Zagallo. Quando você ficou emocionado, eu vi que você literalmente chorou e eu estava frente a frente contigo. E quando você foi para o aeroporto, eu me lembro de que você concedeu uma entrevista exclusiva à minha rádio na época, que era a Rádio K do Brasil, o repórter era o Alípio Nogueira, que foi até o aeroporto encontrar contigo, se despedir de você. Depois eu chorei com o mestre Telê Santana, no Sarriá, na Espanha, quando o Brasil perdeu de 3 a 2 para a Itália, aquele jogo que é inesquecível. E quando o Luciano do Valle me levou para aquela luta do Maguila, de que você deve se lembrar muito bem, com o Holyfield. Com aquele golpe que ele sofreu, eu achei que ele iria morrer ali no ringue, devido à forma como ele caiu. E ele me emocionou pela humildade dele, por tudo que ele era, a simplicidade dele. Eu nem gosto de falar a palavra humildade. Então não há discussão sobre esse seu requerimento, essa sua homenagem.

Nós colocamos em votação também simbólica este requerimento.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Obviamente aprovado o requerimento.

Devolvo a Presidência desta reunião para o nosso histórico Senador Romário de Souza Faria.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente sessão.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 47 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6D92545D0066EF5A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.